SAMPAIO BRUNO

DISPERSOS

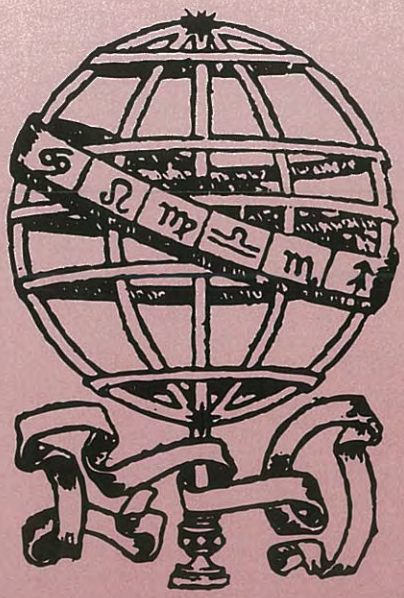
IV

(1892-1899)

Prefácio de MANUEL GONÇALVES GAMA

Coordenação de ARNALDO DE PINHO
e ANTÓNIO MARTINS DA COSTA

Recolha de JOSÉ CARDOSO MARQUES



COLEÇÃO PENSAMENTO PORTUGUÊS

IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ernesto Castro Leal
José Esteves Pereira
Norberto Ferreira da Cunha

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DO PORTO
IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA
LISBOA
2016

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Título: Dispersos
Vol. IV

Autor: Sampaio Bruno

Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Conceção gráfica: INCM

Data de impressão: novembro de 2016

ISBN: 978-972-27-2391-6

Depósito legal: 268 983/07

IMPRENSA NACIONAL

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

SAMPAIO BRUNO

DISPERSOS

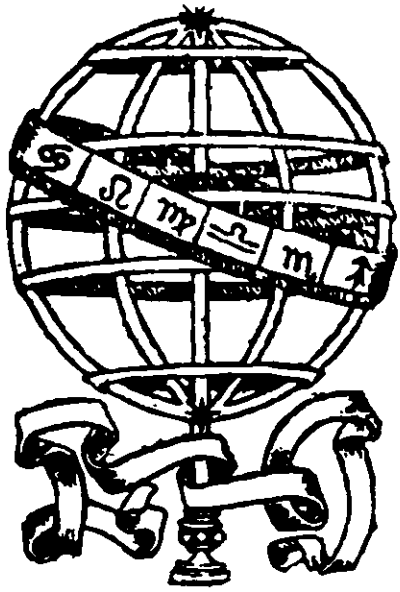
IV

(1892-1899)

Prefácio de MANUEL GONÇALVES GAMA

Coordenação de ARNALDO DE PINHO
e ANTÓNIO MARTINS DA COSTA

Recolha de JOSÉ CARDOSO MARQUES



COLEÇÃO PENSAMENTO PORTUGUÊS

IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

IMPRENSA NACIONAL

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ÍNDICE

Prefácio,
por Manuel Gama 15

Dispersos
(1892-1899)

Avante! 27
Enquanto é tempo... 30
O rei e o povo 31
Abril de 92..... 32
O cabo Salomé 37
No fim 39
Quadro da dívida externa só de 1869 a 1881 42
A situação financeira:

Malogre do empréstimo de cem milhões — O Times *e a imprensa de Paris* 44

Portugal desonrado:

Nós e a caricatura — Um monte de papéis — Injúrias e galhofas Toca a fechar as pratas! 46

Pouco a pouco..... 48
Inutilidade do empréstimo..... 51
Nós 55
Para a África!..... 58
O manifesto progressista 61
Le roi est mort! Vive le roi!..... 64
Mens sana in corpore sano 67
Nem empréstimo nem convénio..... 71
Julho 75
Na véspera..... 79
Os credores estrangeiros..... 82
Dos parentes e amigos de Saxe-Coburgo-Gotha..... 86

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O empréstimo — Os empréstimos 90
Os pseudocredores 94
Na melhor hipótese 99
Oh pais e mães da caridade! 102
Amanhã 105
Notas do exílio:

I — Renan 108
II — Zola 117
II — Zola (Conclusão) 122
III — Galdós 127
III — Galdós 131
III — Galdós (Conclusão) 135
IV — Roterdão 140
IV — Roterdão (Conclusão) 146
V — Deibler 152

[O Alferes Malheiro] 181
Resumindo 182
Um exemplo 188
Batuque 192
J. Chrispiniano da Fonseca 194
Antero de Quental (1891-1894) 195
Reivindicações 197
João Deus 199
A Prémio 201
Guerra Junqueiro 203
Assis Brasil 205
Obras Poéticas Completas 208
Eça de Queiroz 211
Prefácio a *O Bispo* de Guilherme Braga:

Antes de ler 213

Pelas vítimas 223
A Pátria — Continuando 231
A Pátria 235
A epilepsia e as pseudo-epilepsias 241
Os portugueses na Abissínia:

I 244
II 246
III 249
IV 251
V 253
VI 255

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

VII 258
VIII 261

Assistência pública 266
Teatro Príncipe Real 270
De sobre-aviso 287
Data 291
A nova geração 295
O dever 299
Conduta 303
Hipótese 308
Os mortos 312
Os desmandos jornalísticos 316
Dialética 320
Discussão 325
Dinheiro 329
Na Índia 334
Réplica 337
Festa cínica 343
O combate 347
A moralidade política 353
A nova Polónia 356
O Jacobinismo 360
Rodrigues de Freitas:

Sua vida e sua obra 365

Conspicuidade jornalística 375
Rematando 380
Brasil 382
O respeito do povo 384
Competências 387
Presentes gregos 390
França e Rússia:

I 393
II 401
III 408
IV 415
V 421
VI 427
VII (Conclusão) 431

O padre, a mulher e a família 435
Noites de vigília 437
História da literatura portuguesa 442

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A grande Roma 455
A fidalguia 457
Exegese de piano 463
As minhas opiniões 466
O jesuitismo e o governo 470
Os milagres de Lourdes 473
Espanha 482
O clamor 485
Data 488
Monroe 491
A situação e o governo 494
A situação económica 497
A mendicidade 499
Imprudências 503
Jactâncias 505
Contratos dolosos 508
Mont'Alto 512
Antimónio 516
Joaquim de Araújo 521
Ouro 524
O Médico Ferreira 527
Lex 528
Em casa do vizinho 534
Que coma palha! 537
Broa sempre 541
Milho e trigo 544
Geometria não-euclidiana 548
As peninsulares 563
Publicação oficial 564
Estatística 566
Agricultura nacional 568
Prefácio a *Lágrimas d'Amor* de Moreira Lopes 570
Doutrina 572
Lopes de Mendonça 582
Exemplo 590
As proclamações:

(Do livro inédito: *Depoimento de um Vencido*) 594

Basílio Teles 597
Camilo e a sua Obra:

I 598
II 605

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Recomeçando 612
Conselhos a Portugal 616
Teoria da revolução 621
Política económica 626
É vender Setúbal 631
Jogatina 636
Questão liquidada 640
A questão financeira resolvida 645
«A liquidação da monarquia por Oliveira Martins» 649
Analfabetos 654
A venda das colónias e o exército 659
A administração estrangeira 663
A venda de Lourenço Marques 689
A pavorosa necessária 694
Os monárquicos e a administração estrangeira 698
A questão portuguesa 702
A convenção nacional portuguesa 710
Os heróis 724
O agradecimento 728
Se nós tivéssemos vencido...:

Do livro inédito: *Depoimento de um Vencido* — Conclusão 734

A ditadura militar 738
Sursum corda! 747
Imitações 751
Diferença de despesa, para mais, 3597 contos... «apenas» 754
O Snr. Augusto Fuschini e a sua conferência 763
O que viria cá fazer a República nestas alturas? Somente isto: logo de entrada, cinco mil e quarenta e oito contos de economias... «apenas» como assim? 773
Para que é tudo isto? 777
Que vantagens traria para Portugal, no exterior, atualmente, a proclamação da República? 782
Haveria ainda meio de salvação para Portugal conservando-se, contudo, a Monarquia? 790
Teófilo Braga — História da Literatura Portuguesa 795
O golpe-de-estado 798
Poderá o governo organizar uma pavorosa? E, organizando-a, com isso lucra ou perde? 802
Intermédio 807
A perda de Cuba 811
Os Estados Unidos e a Espanha 816
O ponto-de-honra 821
A vitória da Monarquia Espanhola 826

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A vitória da Espanha..... 830
Vita nuova..... 837
Espanha e Espanha..... 840
A República em Espanha e a República em Portugal — Ordem e desordem..... 846
A guerra e a República..... 851
Depois da festarola..... 855
A conquista de Portugal..... 859
O Carlismo..... 870
Michelet em Portugal..... 875
O n.º 72..... 877
A festa proletária..... 883
A luta de classes..... 887
O carácter dos sistemas:

(Excerto do livro no prelo: *Os publicistas portugueses contemporâneos*, edição da Livraria Lello & Irmão, do Porto)... 890

A questão portuguesa é uma questão política..... 895
As associações de imprensa..... 898
O Dr. Büchner..... 900
Apontamentos bibliográficos:

A reparação às vítimas do delito, por R. Garofalo, 1 vol., in 8.º, Lisboa, 1899..... 905
Demografia e Higiene da cidade do Porto, por Ricardo Jorge, 1 vol., in 8.º, XVI — 444 páginas, Porto, 1899..... 908
O Simas, por A. Pápi Júnior, 1 vol. in 8.º, Ceará, 1898..... 911
Quatro opúsculos..... 914

A questão da paz:

I..... 918
II..... 923
III..... 927
IV..... 931

Eduardo Augusto Allen..... 939
Ao snr. Vereador do Pelouro da Biblioteca do Porto..... 943
O Serviço de Incêndios do Porto:

I..... 946
II..... 947
III..... 949
IV..... 950
V..... 952
VI..... 954

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

VII 955
VIII 958
IX 960
X 962

Peste, fome e guerra 965
O cerco do Porto 970
O cordão 974
O que seja preciso fazer 979
Erros e injustiças 984
O cordão... comercial 989
Chalaça... isto é a sério 998
Isolamento e desinfeção 1004
Geometroterapia 1007
Demissão! Demissão! 1017
Carta a Aníbal de Moraes 1020
Hugo-Zola 1022
Alencar (José Martiniano de Alencar) 1023

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

IMPRENSA
NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

PREFÁCIO

I

Sampaio Bruno (1857-1915), com nascimento, decurso de vida e morte na cidade do Porto, foi uma figura de elevado relevo no pensamento português do último quartel do século XIX *e inícios do século* XX*, cuja importância se estende até ao presente. Aliava o pensamento reflexivo com uma atividade constante e combativa de publicista, nomeadamente de cariz político. É sobretudo na vertente de publicista que se enquadram os seus escritos entre 1892 e 1899, que integram o presente volume* IV *da coletânea dos textos dispersos.*

Bruno viveu sempre preocupado com o futuro, antevendo-o aperfeiçoado quando se desse a implantação da República. Era o seu sonho, a sua utopia, que um dia se concretizaria, como expressa por diversas vezes até às antevésperas da República: «[...] enquanto esse tempo ucrónico não chega nesse lugar utópico, é útil que a solidariedade da piedade se afirme, já que ainda não a da justiça.» (A Voz Pública, *5 de julho de 1903). A República era vista como a síntese teórico-prática duma sociedade harmoniosa, repassada pelos valores da justiça, da liberdade, da ordem, do trabalho, da dignidade, da paz. A República seria o antídoto para os males de que enfermava a sociedade do seu tempo, sobretudo a Monarquia e o jesuitismo. Daí que — expressa ele nas* Notas do Exílio *— se as Repúblicas têm abortado é porque não o eram.*

A categoria superior a que elevou a República explica como a transformou em causa superior da sua vida, estendida até ao exílio. Ainda na fase anterior ao exílio, em que é patente o seu papel de ideólogo do Partido Republicano, Bruno, inspirado em Condorcet, Tocqueville, Bastiat, mas também em A. Comte e H. Spencer, explana o que entende ser (ou que deva ser) uma sociedade verdadeiramente republicana. Nesse sentido,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

esclarece que «ser republicano» não se limita a um corpo de ideias políticas mas, mais acima, tem de haver os sentimentos que lhe são correlativos. O republicanismo tem de ser um sentimento que conforme as ideias com os atos, como deixou exarado nos seus escritos.

Do período a que se reportam os ex-dispersos constantes no presente volume, entre 1892 e 1899, há dois dos seus livros que, na orientação, espelham o sentido do ideário bruniano. Por um lado, as Notas do Exílio, 1891-1893, *apresentadas em livro em 1893, e, por outro,* O Brasil Mental, *dado à estampa em 1898. A esta última publicação, onde explicitamente transparece o rumo metafísico do seu pensamento, se deve associar a sua seminal obra* A Ideia de Deus *que, apesar de só ter visto a luz do dia em 1902, já há muito vinha ocupando o laborioso espírito de Sampaio Bruno.*

No espaço de tempo que medeia o período destes ex-dispersos, de quase uma dezena de anos, denota-se uma luta constante pelo «bom combate»: uma sociedade embebida pelo valor maior da justiça, para cuja construção e implantação, entre nós, entregou a sua vida, mas de que viria a sair derrotado, no imediato, pelo falhanço da revolta do 31 de Janeiro de 1891. Houve, contudo, fundamentalmente, dois momentos-chave que deixaram marca indelével: o envolvimento no 31 de Janeiro de 1891 e a sequente experiência do exílio. Aqueles dois «marcos» no seu percurso vital aparecem como centros irradiadores de sentido, tal como, embora de forma implícita, são reflexo os textos do presente volume. Embora a vida de Bruno sempre tenha sido pautada por valores, as cores do seu matiz não mantiveram sempre a mesma tonalidade.

Se a tentativa de implantar a República, nos primórdios da década de noventa do século XIX, *saiu gorada, o consequente exílio acabou por, logo no início, dar fruto substancial com a publicação do* Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891. *Redigido em primeira mão pelo próprio Sampaio Bruno, é assinado, no mês de abril seguinte, por um bom grupo de «proscritos portugueses», reunidos na cidade de Madrid. Este* Manifesto *acaba por ser uma verdadeira antologia do ideário do republicanismo português, onde a República é apresentada como uma «via dolorosa, mas a única salvadora» e em que se espelha que aqueles homens se moviam por valores, por causas. Exalando um espírito patriótico, o documento, ao mesmo tempo que apresenta o diagnóstico da situação em Portugal como a de um país «alheado do mundo», num «sonambulismo social», vivendo numa «inconsciência coletiva», faz o enquadramento do 31 de Janeiro — o antípoda do 11 de Janeiro de 1890 — no nosso devir histórico. Segundo aduzem os seus autores, só dois acontecimentos se equiparam na nossa história: a insurreição do povo de Lisboa em 1385,*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

e a revolta do primeiro de Dezembro de 1640. De terra estrangeira, aqueles homens enviam um clamor de esperança no futuro, apelando a que se solde um «pacto santo» na via para um desejado tempo próximo em que se entrelacem as palavras com que terminam o Manifesto: «Viva Portugal! Viva a República!» E a sua confiança é patente, pois, no seu entender, conforme é afirmado no preâmbulo, a marcha republicana é imparável dado estar inserida na «fatalidade que determina as grandes leis da história».

O exílio foi dos períodos mais marcantes da vida de Sampaio Bruno. Um tempo com a marca do sofrimento, que está bem patente na sua expressão, para caracterizar o convívio, em Paris, com António Nobre: uma confraternização entre duas almas «em carne viva». Os artigos publicados em periódicos, por essa altura, não deixam transparecer na sua totalidade o seu ânimo interior. Só pelo recurso à sua correspondência epistolar se ficará conhecedor da ferida aberta com o exílio. Sobretudo a troca de missivas com Guerra Junqueiro, onde também se evidencia como a solidariedade movida pelos afetos é do mais genuíno altruísmo (ver Sampaio Bruno, Correspondência Epistolar e Outros Textos Avulsos, *Organização, nota prévia e anotações de Joaquim Domingues, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2011, pp. 78-126 e 623-677). É bom ter um teto para viver, é bom ter uma família para cuidar e ser cuidado, é bom ter uma pátria com a qual se tenha um sentimento identitário e de pertença. Quando se é escorraçado da própria pátria e se tem de partir para o exílio, a experiência existencial estigmatiza interiormente. Como no caso presente, o exílio é o cadinho onde, pelas experiências vividas, repassadas de sofrimento, se dá lugar a uma metamorfose na sua mundividência física e, sobretudo, metafísica.*

O exílio marca de tal modo a vida de Sampaio Bruno que esta se poderá balizar com um antes e um depois. Aquela experiência rasgou sulco. O próprio Bruno por diversas vezes se lhe referirá. Por mais de uma vez, na sua correspondência, utiliza o adjetivo «atroz» para qualificar a situação. Já mais tarde, apresentará uma visão ambivalente: «o travo desse sentimento específico do exílio, que é complexo, aliás, pois resulta um misto de orgulho e humilhação, de rancor e piedade» (A Ideia de Deus, *1902, p. 149). Um pouco mais adiante no tempo, rememorará o primeiro Natal passado no exílio, «sentindo o peito devorado por uma acerba agonia» (Os* Modernos Publicistas Portugueses, *1906, p. XI). No ano seguinte, as suas palavras mostram que a ferida não estava sarada: «Abominável coisa que é o exílio! Ai de mim, na profundidade da minha miséria! Abominável coisa que é o exílio, e deprimente e vexante, e hedionda, no frenesi da desesperação!» (A* Voz Pública, *2 de junho de 1907). E em diversos locais de publicação, e por várias ocasiões, o*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

tema é recorrente, atribuindo-lhe outros qualificativos como «degredo», «cárcere», «agonia», «abominável», «vexante», «hediondo». Mas os seus estudiosos convergem sobre os seus efeitos, vendo no exílio — simultaneamente um espaço e um estado de alma — um centro incubador de grandes transformações. Joel Serrão refere-se-lhe como a «incomportável melancolia do exílio». António Telmo anota que «O momento decisivo [do seu pensamento filosófico] foi o exílio. Ali deflagrou a chispa de luz». Segundo Afonso Rocha, o exílio marca um ponto de rutura, nomeadamente uma reinterpretação segundo a perspetiva gnóstica. Já Alexandre Morujão anota que a referida experiência deu lugar à «transmutação», ao «amadurecimento».

Nas suas viagens durante o exílio, nomeadamente pela Holanda, é de crer que Sampaio Bruno tivesse feito leituras e recolhido material nos domínios do esoterismo e do ocultismo (Joséphin Péladan, Isaac Luria). A entrada neste campo tê-lo-á ajudado a redirecionar o seu percurso de pensamento, dando-lhe novo sentido. A interpretação mística do exílio, exposta por Isaac Luria, foi-lhe, certamente, muito útil no domínio da compreensão e do apaziguamento interior. Se o próprio Deus está em exílio de si próprio, procurando reintegrar-se, tal situação servirá de consolo e de esperança ao pobre do humano.

Aquela mudança operada, de que falam os seus intérpretes, não é assunto claramente visível na sua escrita jornalística como podemos concluir pela leitura dos textos incluídos neste volume. Tal transmutação é anunciada no seu livro O Brasil Mental *(1898) e projeta-se mais explicitamente n'A* Ideia de Deus *(1902) e n'*O Encoberto *(1904). Não teria sido só o desterro (o que já não seria pouco) a contribuir para a transfiguração interior, mas sobretudo o sentir-se um pária, não por sua autoexclusão, mas por rejeição da sua própria pátria, a que tinha direito por nascimento e por afetividade. Situação terrível. De um momento para o outro, e por período relativamente longo, ser rejeitado pelo berço pátrio, que ele tanto amava e pela melhoria do qual tanto se empenhara, abrira ferida no fundo do seu íntimo.*

Tal como dizíamos, a nova orientação da sua vida pós-exílio não transparece de forma explícita na sua constante e assídua colaboração em periódicos. Esta, se no período pré-exílio tinha por detrás «um homem de propaganda» (Notas do Exílio, *1893, nota preambular), depois, como virá a esclarecer mais tarde, terá como desiderato a endoutrinação: «jornalista e pregador, o que era a maneira antiga de ser jornalista, como jornalista é a maneira moderna de ser pregador»* (Portuenses Ilustres, II, *1907, p. 333). E este espírito que vemos perpassar pelas mais de duas centenas de textos que compõem este volume de* Dispersos IV (1892-1899), *como analisaremos seguidamente.*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

II

Não duvidamos que é na imprensa periódica que se vê o pulsar da vida no seu dia-a-dia. Os livros, quando devidamente pensados, têm uma função inestimável, mas é diferente da do devir apreendido nos textos que vão surgindo ao ritmo dos acontecimentos. No entanto, o caso de Sampaio Bruno é um pouco diferente. Apesar de as suas colaborações na imprensa periódica serem fruto de uma grande atenção à realidade quotidiana, o seu jornalismo é tendencial e essencialmente doutrinário. É o fundamento teórico que subjaz à sua prosa que dá o carácter de intemporalidade ao assunto tratado, mesmo que, à primeira vista, apenas pareça fazer eco da normal sucessão dos assuntos diários. Pensamos que é esse cunho que justifica a publicação deste tipo de textos de Sampaio Bruno, predominantemente dispersos pela imprensa diária. Intencionalmente, ou de forma indireta, ele contribuía para a formação das opiniões públicas, fazendo jus à sua condição de publicista. E à pena de Bruno nada era estranho: desde os assuntos políticos e sociais, passando pelos de cariz mais filosófico, até aos do domínio económico, financeiro e mesmo do foro medicinal.

Nesse pulsar do quotidiano, entre 1892 e 1899, quer a nível nacional quer internacional, há temas recorrentes, como se pode verificar no conteúdo dos três volumes anteriores dos Dispersos, *e de que também dão eco os* Prefácios *respetivos de Afonso Rocha, António Braz Teixeira e Ernesto Castro Leal, que são um precioso auxílio para a orientação da leitura desses volumes. No entanto, no referido período, são os dois já anunciados acontecimentos que redirecionam a perspetiva do enfoque: a insurreição (falhada) para derrubar o multicentenário sistema da Monarquia e implantar a República no seu lugar e um penoso período de exílio, temas já tratados anteriormente.*

O presente volume abrange um conjunto de textos, cerca de duas centenas, publicados entre 8 de fevereiro de 1892 e 4 de setembro de 1899. Excluindo alguns periódicos de menor nomeada, onde a colaboração foi mais episódica, há três órgãos que concentraram a produção de Sampaio Bruno: A Portuguesa *(sucessor d'*A República Portuguesa, *após o 31 de Janeiro), entre 8 de fevereiro de 1892 e 2 de dezembro de 1892, mas cuja apreciável série de artigos viria a ser integrada no seu livro* As Notas do Exílio, 1891-1893; A Voz Pública, *com início em 4 de março de 1894, que na presente coletânea, irá até 5 de setembro de 1899;* A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, *com colaboração entre 1 de maio e 4 de setembro de 1899.*

A falhada revolta do 31 de Janeiro de 1891 leva Sampaio Bruno a interromper a sua atividade de publicista na imprensa periódica,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

retomando-a, a partir do exílio, no ano seguinte, como referimos acima. O tom da sua prosa, neste período, regra geral, é moderado. No entanto, algumas vezes ganha um estilo mais polémico, como por exemplo em reação a artigos de autores com posições dogmaticamente monarcófilas ou em assuntos que ele tomava como causas maiores, como foi o caso da suposta peste bubônica, que grassou no Porto, no ano de 1899, onde, simultaneamente, evidenciava grandes conhecimentos na matéria. Amiúde, toma posição contra aquilo que denomina de «opinião conservantista», tendo frequentemente como pano de fundo, explícita ou implicitamente, a dialética Monarquia-República. Neste sentido, no período temporal da presente coletânea, são muitos os textos a justificar a República como a via necessária para resolver os problemas nacionais — não há meio de «salvação para Portugal» conservando-se a Monarquia, afirma ele — e, até, de reputação de Portugal em relação ao exterior como justifica no seu texto «Que vantagens traria para Portugal, no exterior, atualmente, a proclamação da República?» (16 de março de 1898). Justificando a sua opção pela República (res+publica), *em contraposição com a Monarquia, diz que a Monarquia representa o governo de todos por um, o que torna necessário que esses todos abdiquem das suas liberdades («Réplica», de 8 de julho de 1896). Ou, como já havia esclarecido uns dias antes, para ele «A república afirma-se, primeiro que tudo, como a única organização política compatível com a qualidade, reconquistada pelo cidadão, de árbitro do seu destino e não de súbdito, vassalo, escravo ou coisa pertencente a um certo por direito de herança e sagração duma entidade transcendente habitando o fundo do incognoscível o interferido, por delegação a quem revelou os seus desígnios, na atividade humana.» («Discussão», de 30 de junho de 1896).*

*Em dois artigos sucessivos, publicados n'*A Voz Pública, *em 11 e 14 de setembro de 1897, chega mesmo a justificar a revolução, cuja função principal seria a de resolver injustiças, sobretudo de índole económica. Invetivando um escrito do republicano espanhol Emilio Castelar, que defendia que Portugal não deveria fazer a revolução dado que o mal de que padecia o nosso país era económico, e os problemas económicos não devem gerar revoluções, Sampaio Bruno adverte asperamente contra esta posição, defendendo precisamente o contrário: a revolução justifica-se pelos problemas económicos. As revoluções procedem dos males económicos e acabam por resolvê-los, «é essa a sua função, mesmo, e não outra», afirma Bruno. Para dar força à sua posição, o filósofo portuense remete para dois pensadores de orientação antagónica, mas coincidentes na matéria em causa: o «dialético» Karl Marx e «o mais eminente dos rebeldes à ortodoxia marxista», o italiano Achiles Loria. De grande relevo na filosofia da história, Sampaio Bruno, em concordância, neste ponto, com Emilio*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Castelar, vê que o próprio cristianismo veio resolver a crise económica, reabilitando o trabalho, até aí desonrado e desprezado. Como corolário da sua posição, embebido no ideário de Proudhon, aduz Bruno que «impedir uma revolução é ameaçar a Providência, desafiar o inflexível destino e cair no absurdo, pleno e absoluto.»

A partir de assuntos que fazem parte da espuma dos dias, Sampaio Bruno faz análises de carácter substancial, como referimos acima. Por exemplo, no artigo «Os milagres de Lurdes», a propósito da publicação de um livro de Alfredo de Magalhães sobre esse propalado milagre, Bruno disserta sobre o tema dos milagres (assunto aprofundado n'A Ideia de *Deus) sendo perentória, naquela altura, a sua posição: «Há milagres? — Por certo: no espírito de quem neles crê.» Como igualmente em vários artigos, sob o título de «Geometria não-euclidiana», são tratados temas como a criação por Deus* ex-nihilo *e a questão da matéria ser finita ou eterna, que virão a fazer parte do referido livro, editado em 1902.*

Tendo como motivo a publicação do opúsculo A escola primária em Portugal, *da autoria de J. Simões Dias, em artigo intitulado «Analfabetos», de 2 de novembro de 1897, Bruno analisa o problema do analfabetismo em Portugal, relacionando-o com a «ignorância geral do povo português», que ele classifica de pavorosa e causa da nossa desgraça. Tomando os dados de 1890, por entre uma população à volta de cinco milhões de habitantes, cerca de quatro milhões eram analfabetos. São números que «esmagam e fulminam», são «espadas coruscantes». Defensor do ideário iluminista, associa esta situação ao estado de adormecimento vivido em Portugal. Aliás, no sentido de apoiar a difusão da educação, o publicista faz um panegírico da Academia e dos estudantes: aquela, em confiança e esperança, equipara-a ao Exército; estes, por seu lado, vê-os como «os soldados do progresso», ao mesmo tempo que exorta a que sejamos como eles: «moços. Moços pela ideia; moços pelo coração.» (texto de 8 de fevereiro de 1898). Em todo o caso, conclui que se a ignorância do povo é um problema, o cinismo das classes dirigentes não é menor.*

Sampaio Bruno diz saber e estar concordante com a ideia de que os trabalhos para os jornais devem obedecer à exigência de se ocuparem de assuntos da atualidade. No entanto, há temas que, parecendo próprios de determinado tempo, afinal repercutem-se de tal modo que o hoje parece cópia do ontem. Por exemplo, em artigo de 28 de dezembro de 1897, é tratada a «questão portuguesa» como a discrepância entre as exportações e as importações. Antes de abordar propriamente aquele tema, Bruno enuncia o óbvio, mas muito importante, de que para resolver um problema, primeiramente é preciso percebê-lo. Depois, discorre longamente para que se entenda aquele nosso magno e crucial desequilíbrio entre as exportações e as importações, com a balança a pesar para o lado das

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

importações. Ou seja, segundo outra equação apresentada, o problema estava no desnível entre a produção e o consumo.

Igualmente, lendo as palavras do Prefácio *do volume* II *dos* Dispersos (1880-1884), *de António Braz Teixeira, vemos que a perspetiva e apresentação do Portugal daqueles anos não se afasta muito da que nos é dado ler nos presentes textos do findar do século* XIX *(1892-1899). Nas suas vertentes política, económica, financeira, social educacional, Portugal é pautado pela «mediocridade da classe política, clientelismo, degenerescência dos partidos, corrupção, acentuado e permanente desequilíbrio das contas públicas, elevado endividamento, degradação do ensino, gritantes desigualdades sociais, pesada tributação, imprensa ignorante e superficial.» Mas Bruno, em 24 de março de 1894, enuncia um problema de fundo e geral (a que, hoje, acrescentaríamos a União Europeia): «Deixámos de viver da Índia; passámos a viver do Brasil; mas não aprendemos a viver de Portugal». Afinal, entre as últimas décadas do século* XIX *e os tempos presentes não houve mudanças substanciais!*

Tal como já encontrámos nos volumes anteriores dos Dispersos, *Sampaio Bruno continua a dar relevo aos autores nacionais e aos feitos dos portugueses fora do nosso país. O pendor vai para os literatos, a propósito dos quais, ou sobre as suas obras, escreve uma vintena de textos, sendo as figuras mais modelares João de Deus, Guerra Junqueiro, Antero de Quental, Eça de Queirós, Lopes de Mendonça, Teófilo Braga, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco. Em relação ao segundo ponto enunciado, é notável o conjunto de oito artigos sobre «Os Portugueses na Abissínia» (país mais conhecido por Etiópia), nos quais a mistura da erudição com a clareza nos dá uma prosa de gratificante leitura.*

Por estas mais de duas centenas de textos perpassa a vida nacional da última década do século XIX, *intercalada com episódios da vida internacional. Geralmente, são realçados os aspetos menos positivos, mas, com frequência, são apresentadas propostas para a alteração do* status quo. *Apesar de tudo, por aquilo que sai da pena do publicista, pode ver-se um sistema político a ruir, enquanto outro é anunciado como «salvação». De qualquer forma, por entre as ideias de Bruno vislumbra-se a procura da justiça para todos, porque era evidente no seu espírito que a justiça só para alguns era necessariamente injustiça para todos. Aquela premissa será o suporte do seu repúdio a toda e qualquer sociedade secreta, certamente protetoras para alguns poucos, mas recôndito de exclusão para muitos.*

Não queremos deixar de evidenciar a boa hora em que o Centro de Estudos do Pensamento Português do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, presidido sucessivamente pelos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Doutores Arnaldo de Pinho e Jorge Teixeira da Cunha, em colaboração com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, tomaram a iniciativa, que têm vindo a concretizar, da publicação de um vasto conjunto de artigos e pequenos estudos de Sampaio Bruno, dispersos no espaço e no tempo por variados periódicos. Agradecimento seja feito, tanto à direção das entidades referidas, como às pessoas envolvidas, que têm emprestado o seu labor e saber ao melhor tratamento desses documentos. Aos leitores de Sampaio Bruno, mas também do pensamento filosófico português e da cultura nacional finissecular até meados da segunda década do século XX, *fica facilitada a tarefa de investigadores ou de simples apreciadores. Para tal desiderato, aos quatro volumes dos* Dispersos *(e os que se lhe seguirão), deve juntar-se a referida e utilíssima obra com a correspondência encontrada do filósofo portuense,* Correspondência Epistolar e Outros Textos Avulsos *(2011), fruto do persistente e fino labor do Dr. Joaquim Domingues, que fez a recolha, a organização, a nota prévia e as anotações. A leitura da correspondência muito ajudará a entender melhor a vida e o pensamento do filósofo portuense, assim como o tempo em que viveu.*

Braga, junho de 2013.

MANUEL GAMA

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

DISPERSOS
(1892-1899)

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

IMPRENSA
NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Avante!

Ao país que atravessou por longos anos o caminho da ruína, por entre os debates e as pugnas facciosas dos partidos monárquicos, gritava a cada passo a ambição insaciável dos ministros, d'envolta com a ambição bandoleira dos financeiros — A bolsa ou a vida!

E o país, submisso na sua inconsciência, iludido pela sua fé em velhas crenças, que lentamente se derruíram, de sacrifício em sacrifício, foi entregando a bolsa, julgando salvar a vida.

Invadiu-o a miséria, e a fome anuncia-se nos clamores do proletariado sem trabalho.

Novas crenças, num ideal mais puro de liberdade e justiça, aclararam a consciência do país, incitando o brio patriótico de todo o português — à vida pela luta ou à morte pela desonra.

Pois bem, lutemos pela vida!

É bater os matagais da política monárquica em montarias aos bandidos, que não satisfeitos em nos roubar, puseram em risco de perda a nossa independência, violaram os nossos direitos, sufocaram os desabafos da nossa consciência e impuseram um silêncio violento aos clamores da angústia nacional.

Exausto de recursos, o país não pode nem deve sacrificar-se mais para a salvação de quem o perdeu.

Republicanos sinceros e convictos, homens honestos d'alma valorosa e génio corajoso, verdadeiros portugueses de quem a pátria agonizante reclama desafogo para as vergonhas que a oprimem e o alento de desinteressadas dedicações que possam conduzi-la a uma honrosa salvação, firmai-vos vós todos nos sagrados princípios da **Liberdade**, e avante!

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Tenhamos fé nas nossas crenças, revigoremos a nossa vontade, dediquemos a nossa vida e o triunfo será certo!

Só uma *Esperança* nos resta. Realizem-na e teremos salvo a pátria, afirmando a nossa vida, restabelecido a nossa honra!

*
* *

Nenhum Português pode aceitar condecorações estrangeiras, sem licença do governo, licença que custa dinheiro.

Sucede, porém, que por mais que se procure na folha oficial, raríssimas vezes ali aparece a concessão de tais licenças. E isto por uma razão muito simples: porque os indivíduos agraciados não estão dispostos a gastar dinheiro. O que os não impede de usarem as insígnias das condecorações com que os presentearam. É uma fonte de receita, que poderia produzir bastantes contos de reis.

Porque é que não se obriga esses vaidosos caloteiros ao pagamento do que devem, ou proibir-lhes o enfeitarem-se com tais veneras?

E antes de se porem em prática este e quejandas medidas o povo não pode nem deve pagar mais impostos.

*
* *

O capitão snr. Xavier Machado tem as seguintes chuchadeiras em Lisboa:

É fiscal na companhia dos telefones, é ajudante e bibliotecário da majestade e é empregado no comissariado régio dos tabacos no ministério da fazenda! É claro que tem também o belo soldo da patente.

E viva a Pátria e a moralidade.

*
* *

O dr. Frederico Laranjo disse há dois dias no parlamento: «Sejam recolhidas aos cofres do tesouro as enormíssimas quantias distraídas, ou quando isso não suceda haja um procedimento rigoroso com os 'delinquentes'».

Quando isso não suceda?!...

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas é precisamente a restituição integral do dinheiro roubado, o que o país quer. E a vontade do país deve ser energicamente mantida no parlamento por todos os deputados honestos!

Restituído o dinheiro roubado, Penitenciária com os ladrões, visto que o código penal nos dá o direito de sequestrar os criminosos que nos prejudicam e infamam!

O *Raite*, esse triste gatuno, não deixa de ir para a cadeia cumprir as penas que o código estabelece para os seus delitos, ainda quando lhe apreendam as míseras quantias roubadas.

*

* *

Há dezenas de anos que vimos tolerando tudo, autorizando tudo. Há dezenas de anos que permitimos todas as concessões, todas as trapaças, todas as misérias. Não prezamos a nossa qualidade de livres cidadãos e a mesma liberdade a entregámos à mercê de «condottieri», de falsificadores, de bandidos.

Assim, no momento do perigo, o desastre esmaga-nos; e, como verdadeiros imbecis, os nossos estadistas arremessam-se, uns aos outros, culpas da fabulosa catástrofe. Nenhum deles tem a responsabilidade, porque no sistema tudo é irresponsável.*

---

* In *A Portuguesa*, Porto, 1.º ano, n.º 1, 8 de fevereiro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Enquanto é Tempo...

*... Estando a monarquia morta, como princípio moral de governo, nas consciências; estando morta, como origem de civilização, no próprio rei que decerto a sério não acredita que ele é o ungido de Deus; estando morta nos realistas que, difamando alternativamente o rei, quando estão na oposição, provam com isso que só se servem da realeza como processo de, graças à rotina da tradição, se ocuparem dos seus interesses pessoais, é manifesto que cumpre que se proclame a República «enquanto é tempo».**

---

* In *A Portuguesa, Diário Republicano da Tarde*, Porto, 1.º ano, n.º 8, 16 de fevereiro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Rei e o Povo

Com o supremo chefe do Estado português, cuja iniciativa a Constituição acentua, e cuja acção na História e nos destinos do país seria uma quimera absurda tentar sequer pôr em dúvida, esta correspondência não existe. A constituição diz-me quais são os meus deveres para com ele: o respeitoso silêncio, a obediência, a resignada curvatura; não me diz, porém, quais são os deveres dele para comigo, isto é, quais são os meus direitos para com ele. Não são nenhuns. Nada recebo em troca.

O Rei é igual a Deus. É mesmo mais do que Deus, porque a lei de imprensa permite-me que eu seja panteísta e o disperse pela natureza viva. Não me proíbe que eu seja proudhoniano e o considere como a origem e a causa responsável de todo o mal. Eu posso, enfim, discutir Deus; posso discutir o Cristo; posso discutir os santos fundadores das religiões moralistas, Confúcio ou Buda; posso discutir o génio; posso discutir a virtude. A criatura S. Francisco de Paula ou a reputação de Joana d'Arc tenho-as à mercê. Mas a pessoa do rei de Portugal não! Aí acabaram os meus direitos. É o inacessível, o Logos, o Verbo, misterioso e inefável. Só argumentar acerca dele é uma afronta. Apreciar-lhe os atos, formular opinião sobre a sua inteligência ou sobre o seu carácter constitui o mais pavoroso dos sacrilégios. A pessoa do rei é inviolável e *sagrada*, diz o artigo 72.º da *Carta*.*

---

* In *A Portuguesa, Diário Republicano da Tarde*, Porto, 1.º ano, n.º 15, 24 de fevereiro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Abril de 92

Um alto espírito e um dos mais nobres corações que têm neste século batido em peito de homem foi, a juízo de partidários e de adversários, Edgar Quinet. A sua pena, a sua palavra, a sua existência tudo consagrou, tudo abandonou à defesa dos fracos, ao esclarecimento dos ignorantes, à educação do povo a que pertencia pelo nascimento, ao conforto da pátria que cruelmente lhe fora dado ver abatida, humilhada, vencida, obrigado à tarefa de resgatar o solo, humedecido do sangue vermelho dos combates, empapado do negro, espesso sangue da derrota.

Escreveu; falou; dedicou-se; sacrificou-se; sacrificou sua nobre mulher, companheira do seu castigo; à fornalha não hesitou no remorso tremendo de lhe arremessar a mesma alma timorata e doce de sua pobre mãe.

Naturalmente, perseguiram-no; naturalmente, proscreveram-no; naturalmente, ele, uma das glórias da pátria, houve de fugir, como um assassino, e de homiziar-se como um ladrão; naturalmente, como não cabia na concórdia dos infames, o exílio reclamou-o, para a tortura infindável das amargas, definitivas lições.

Ora, este grande mestre, este pedagogo de povos, no transe, escreveu que é preciso esgotar a verdade, que é forçoso demonstrar a evidência, que urge provar uma vez, cem vezes, mil vezes que dois e dois são quatro, que a parte é menor que o todo, que o azul é diverso do amarelo, que a liberdade é um bem, que a tirania é um mal, que a miséria deve ser suprimida pelo trabalho, que o trabalho deve ser aliviado dos devoradores parasitismos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

*

* *

Santo Deus! É assim. É lutuosamente assim.

Aí temos nós uma desgraçada nacionalidade, humilhada perante o estrangeiro; ridicularizada na imprensa do mundo; suspeita de não fazer honra aos seus compromissos; reputada incapaz de sustentar os foros e franquias que lhe foram legados dos antepassados. Aí temos nós um povo conduzido até o último grau do empobrecimento, reduzido a esmolar, voz em grita, pendão preto na frente de magotes esfomeados, uma actividade que pedincha como uma cristã esmola. Aí temos quatro milhões de seres à mercê da condolência da caridade, à mercê da rapacidade da usura da grossa finança cosmopolita que justamente exige o que se lhe deve. Aí está essa nação vencida, essa nação endividada, essa nação oprimida, essa nação sem liberdade dentro da fronteira, sem crédito dela afora. Aí está esse infortúnio, essa tragédia, essa desesperação.

A causa do mal; o factor da desgraça não carece esta folha de incorrer em disposições penais apontando-o. Todos, todos, todos sabem a origem de tudo isto; nem um só ignora o remédio cujo uso se torna urgente.

Mas é como se não fosse. Hesita-se; devaneia-se; buscam-se ansiosamente portas de saída, que abrem para novos enrodilhamentos do labirinto. Ou não se compreende, ou não se quer compreender. Serenamente, aventam-se soluções simultaneamente baças e torpes, quiméricas e indignas. Vender as colónias, empenhar as alfândegas, forjar papel moeda sem garantia da mínima reserva metálica. Mente-se; em Paris gravemente, informadas de Lisboa, houve gazetas que publicaram que no Rio de Janeiro aparecera bruscamente, nas minas de não sabemos que casa de jesuítas, ouro em pó, barras de ouro, ouro amoedado, milhões, um baú de velhas peças, um *stock* formidável de riquezas infinitas.

Tudo da casa de Bragança. Tudo de Portugal. Tudo para pagar ao estrangeiro. Tudo para autorizar, fazer fé ao empréstimo de ocasião que o governo português ia prestes tentar. Oh vergonha, inconsciente, irreparável miséria!

*

* *

Irreparável?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Aqui destaca o conceito entristecido de Edgar Quinet. Se alguma vez a fatalidade histórica lhe deu ensejo de o comprovar, este parece, sem dúvida. Aqui se verifica que pertence aos convictos persistentes, tenazes no desinteresse dos seus propósitos, tomar a tarefa áspera, desgostante, mas fecunda, de demonstrar os axiomas, de repetir, de se repetir, até à saciedade, até à teima, até à fúria.

Uma autoridade moral lhes é lícito reivindicar sem filáucia, a de que não sofismaram, a seu pessoal interesse.

Uma autoridade mental os habilita ao direito que exijam dos seus compatriotas a que os ouçam, com atenção, com deferência, com respeito.

O que se está passando previram-no, anunciaram-no, proclamaram-no.

Disseram que o país caminhava para a bancarrota. A bancarrota veio.

Disseram que o estrangeiro caminhava para nos administrar, nos governar, nos fiscalizar, nos tutelar. E à porta do esvaído tesouro já se distinguem as argoladas duras do estranho que quer entrar, na mão agitando esse mandado de penhora a que a gíria diplomática chama cortesmente *entente*, convenção, convénio.

A *entente* do Egito, a convenção da Argentina, o convénio da Turquia.

*

* *

Entretanto, como se emergíramos de uma terra cloroformizada, como se, em meninos, nos substituíssem o leite pelo láudano, como se pertencêramos a uma raça ingenitamente epileptiforme e sonambúlica, folga-se. Os teatros enchem-se; discute-se frioleiras; ainda há quem ria; ainda se fazem projectos para as rosadas manhãs próximas da abundância.

O *New-York Herald* estampa que Portugal não merece o crédito dum dólar; mas o snr. *Qualquer-coisa* vai aos Estados Unidos brevemente levantar dinheiro. Na Bolsa de Bruxelas os títulos portugueses são cotados no ludíbrio da tabela especial da papelada *dont les coupons sont en souffrance*, dos coupons, como os das Honduras, que podem servir só para mortalhas de cigarros, depois de serem mortalhas de nações.

As gazetas de Londres asseguram que os bancos de Paris não consentirão em abrir subscrições para empréstimos portugueses, que não passam agora de armadilhas à bolsa dos incautos, e em

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Paris as paredes das esquinas vestem-se de cartazes que passeiam o nome de Portugal propriamente pelas ruas da amargura.

Mas em Portugal, esquecido, aterrado, privado da lealdade nas informações oficiais, imaginam-se eleições e, simbolicamente, joga-se o interessante jogo do estafermo.

*
* *

Fala-se, por vezes, em reformas e o *Diário* oficial cobre-se duma prosa burocrática, demitindo e nomeando também, cortando aos escassos ordenados, vitimando os servidores subalternos.

Entrou-se decididamente em vida nova e, sob esta égide, com indignada sobranceria, requer-se união e concórdia entre todos os portugueses. O cinismo ultrapassa então as medidas do elementar decoro. Reclama-se união e concórdia entre os espoliados e os espoliadores; união e concórdia entre os ladrões que prenderam, degredaram os que veementemente hão protestado contra a crápula tradicional e esses presos, degredados. Implora-se a resignação pública. Não se reaja. Tolere-se tudo. Aceite-se tudo. Não se vá aumentar a desgraça geral com o castigo dos malfeitores. Não se agrave a doença do enfermo com o repúdio da farmacopeia imbecil que, minando-o, o ameaça de morte imediata. Mas tranquila.

Se temos de morrer, morramos, mas sossegadamente, inertemente, passivamente, como cumpre aos povos que, reconhecendo o mal de que sofrem, não tiveram o carácter idóneo para eliminá-lo com segurança e lucidez.

*
* *

Todavia, uma geração não tem o direito de dispor do futuro das suas imediatas. Um pai, na lei civil, não tem o direito de deserdar o seu filho e, no facto social, de lhe transmitir uma servidão intoleranda. A actual geração portuguesa herdou uma pátria, miserável, mas independente; sem crime, não pode deixar aos descendentes um feudo enquistado à suserania dos modernos barões do cofre-forte.

É preciso que os que vêm vivam; que encontrem meios de trabalho; que produzam; que progridam. É preciso que a apatia nacional, depois das maldições dos túmulos, não tenha ainda o opróbrio das maldições dos berços.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

*
* *

Não é já da moral colectiva; não é mesmo da liberdade política; não é ainda da dignidade da pátria que se trata agora. É dos interesses rudimentares, da existência, do pão.

As ilusões não podem racionalmente alimentar-se por mais longo espaço.

O caso é simples, comum, corriqueiro. Não excede a compreensão do próprio grande homem de Estado nacional, ele mesmo. Não há dinheiro; não há quem empreste; os rendimentos únicos consideráveis vão ser adscritos, com ou sem directos caixeiros de cobrança estrangeira, em Lisboa e Porto. Que fica a essa gente aí? Que nos fica? Com que quereis satisfazer as despesas gerais do Estado? Com papel?

E depois? Vivendo da importação cá de fora, como haveis de satisfazer em ouro cá fora?

Desenganai-vos, pobre plebe iludida, nossos irmãos, exilados no vosso país, talvez mais do que nós na fúnebre perdição do desterro.

Entendei, por uma vez, que a resignação vos empobrece e vos avilta e que só uma honrada reacção vos fará tomar a sério, vos restituirá a confiança e o crédito, donde depende exclusivamente a salvação.

Desenganai-vos que a salvação não vos virá de reformas, múltiplas, desconexas, intratuosas, impossíveis, porém, duma reforma, única mas integral na sua aparente simplicidade.

Não vos resigneis, nunca. Reagi.

Não reagistes, como patriotas; não reagistes, como cidadãos. Não reagistes pela bandeira; não reagistes pela liberdade.

Reagi, ao menos, pelo pão, pois que a tal chegamos. Reagi como os homens. Reagi como os simples animais.

Paris. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 150, 3 de maio de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Cabo Salomé

Qual foi a razão especial por que se fez recolher à Penitenciária e qual é a razão por que ali se conserva este homem? Que motivos particulares houve para a excepção atroz de que esse perseguido é a vítima? E, meses volvidos sobre os protestos da imprensa independente, que reclamou contra a brutal crueldade, porque é que se não satisfazem essas reclamações de simples, humana piedade?

Não encontrarão os defensores oficiosos do existente no nosso país o mínimo argumento, por banal e estúpido, com que logrem retirar ao vergonhoso caso o carácter de ferocidade gratuita que o distingue. E é sintomático da perversidade profunda da gente por interesse empenhada num conservantismo ruinoso o contraste do seu procedimento para com os vulgares criminosos quando se confronta com o que estão usando para com um vencido que nenhuma mácula enxovalha.

Para os réus de direito comum não se esquecem atenções e condescendência; argumenta-se com o horror do sistema penitenciário, hoje condenado e proscrito; aduz-se que o isolamento desenvolve, com a rapidez da vertigem, todos os gérmenes mórbidos do organismo; prova-se que o regímen cruel a que se submetem os presos restitui, no termo da pena, por homens válidos, múmias, cadáveres.

Quem se não recorda dos clamores indignados de toda a imprensa quando se assistiu ao sinistro espectáculo da exibição na rua de Lisboa, por fútil motivo, do soldado António Coelho, ao cabo de algum tempo de reclusão? Quem não tremeu na paisagem

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

desse ser inclassificável, em cujo atordoamento monstruoso se presenciou, pela primeira vez, o crime social da fria, sistematicamente graduada extirpação da consciência?

Se essa revolta moral se produziu, quando se tratava dum assassino, inconfessáveis considerações se opõem hoje que se trata dum cidadão honrado que infringiu prescrições disciplinares, em nome do que considerou os interesses supremos da pátria em perigo?

A entrada do cabo Salomé para a Penitenciária e a sua conservação a dentro da espessa muralha daquele antro inquisitorial é, por sem dúvida, uma das maiores vergonhas portuguesas deste tempo. É um abuso jurídico; é um crime político; é uma desonra nacional.

É um abuso, pela exceção injustificável.

É um crime, pelo assassinato dum homem de bem.

É uma desonra, pela indiferença pública.

Urge que essa atrocidade não prossiga. Urge corrigir essa injustiça. Urge salvar essa vida.

Se é indispensável, porém, que esse homem morra, haja ao menos o pudor de depositar confiança nas febres de África. Com os meses que tem de Penitenciária, está ele, de resto, em excelentes condições para que se não frustre o implacável desejo. E representa-se a comédia da generosidade, que é de boa política, sempre, visto que está provado desde Salomão, que o número de tolos é infinito.

Assim, todos têm a ganhar, os mesmos perseguidores incluídos.

Mas — como o facto está — é que não. Como o facto está, quem tem sobretudo a perder é o povo português que tolera semelhante barbaridade, ele que aliás timbrou sempre nas qualidades do coração dos sentimentos elevados.

Da forma assim por que os dias se vão passando, as dobras do fúnebre capuchão, uniforme actual de Salomé, não cabem somente nos ombros deles. A vestimenta infame, com ele, a usam os que dela não buscam libertá-lo.

Paris. *

---

* In *A... Portuguesa*, 2.º ano, 2.ª série, n.º 151, 4 de maio de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

No Fim

Um velho prolóquio português condensou a apatia nacional, ensinando que enquanto o pau vai e vem, folgam as costas.

É desta teoria da inércia que se tem até aqui vivido uma vida ignominiosa. Enquanto haja quem empreste, gaste-se à larga, sem pensar no dia seguinte, porque quem venha atrás que feche a porta.

Daí o desaforo de seguidos anos de peditório pelas diversas praças da Europa, para fazer eleições, para empregar apaniguados, para festarolas, para bambochatas. Noutro lugar desta folha vai uma pequena nota elucidativa, compreendendo só o espaço decorrido desde 1869 a 1884. Por ela se verá que não declamámos, mas que justificámos as acusações.

Agora chegaram as cólicas; agora tudo é recriminar, erguer descompassada gritaria, increpar céus e terra, porque os franceses não emprestam, porque os ingleses não emprestam e porque, sendo preciso pagar, não há com que nem donde nos venha.

Como Mirabeau indignadamente injuriava os que à beira da bancarrota da França deliberavam, aos cidadãos portugueses inteligentes e honestos cumpre chamar para as efectivas responsabilidades os que, entre nós, nas vésperas duma catástrofe financeira sem par na história moderna, nem sequer deliberam, confusamente se agitam, conforme era de esperar de quem viveu sem ideias e prestes vai sucumbir sem dignidade.

Todavia, os erros, os desvarios, os crimes têm uma longa antecedência. Já em 1807 o publicista Lobo de Bulhões assegurava que os encargos da dívida pública consolidada representavam 33 %

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

da totalidade da despesa ordinária e um pouco mais de 40 % da receita também ordinária; e um dos grandes tratadistas modernos da ciência das finanças, Paul Leroy Beaulieu, estabeleceu num livro para as escolas que, quando num orçamento, o serviço da dívida percebe mais de 35 %, o Estado deve adscrever-se a uma grande prudência; quando esse serviço excede 45 %, a situação começa a ser inquietadora e quando se chega a 55 ou 60 %, fica-se à mercê do menor incidente.

Ora, com algarismos oficiais, um delegado do actual ministério explicou aos banqueiros de Anvers, em fevereiro de 1885, que o serviço da dívida portuguesa absorvia 53,06 % do orçamento total e fazia-lhes notar também que, em poucos anos, o encargo ultrapassaria 60 a 65 %.

Estamos em 1892 e a confiança que cá fora se deposita na solvabilidade da nossa renda é tal, que se nos exige a consignação dos rendimentos das nossas alfândegas, já se vê, com uma administração especial em Lisboa e Porto, visto como não há a certeza certa de que as contas que apresentássemos fossem exactas e de que sub-repticiamente não sonegássemos parte da cobrança, que distrairíamos a nosso uso e em prejuízo dos nossos credores.

Esta situação é, financeiramente, misérrima; mas, moralmente ela é repugnante. Nós não somos considerados, como simples negociantes falidos, por desgraças respeitáveis; mas como falidos de má-fé, bancarroteiros fraudulentos, escroques, gatunagem.

Seria inepto que a nossa indignação convergisse para contra os nossos credores cá de fora.

Eles desconfiam de nós. Não lhes teremos dado razões de sobra para isso?

Há um ano, que espectáculo lhes havemos oferecido, na administração do Estado, na mera gerência das grandes companhias particulares? Que mostras exibimos já à Europa de que a nação não é solidária com os tremendos sucessos cujo desfecho vulgarmente se desata, mesmo em casos e pessoas privilegiadas por prerrogativas de excepção na anónima promiscuidade das prisões do Limoeiro?

Em Portugal não se dá conta duma espécie de responsabilidade colectiva, odiosamente reconhecida no estrangeiro, qual a que procede da singular inconsciência com que aí se encara a situação. Discorre-se, ao que se infere do jornalismo oficioso, como se se tratasse duma destas dificuldades, useiras e vezeiras, que, com mais ou menos mentirolas, espalhadas, a preço de ouro,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

nas gazetas venais das grandes cidades da Europa, se resolvem, captando recursos da economia incauta do mundo. Quando a situação é última, definida; quando se está no fim.

Se nas camadas profundas da população não latejasse o protesto; se em tantos nobres espíritos não fremisse a ansiedade, Portugal, depois de assombrar os povos pelo génio no século XVI, destinar-se-ia a confundi-los, no século XIX, pela estupidez.

Paris. *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 154, 7 de maio de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Quadro da Dívida Externa só de 1869 a 1881

Em 1869, consolidação da dívida flutuante e resgate das ações do Caminho-de-ferro do Sueste, importe nominal, de 3 % perpétuo — 300 milhões de francos.

Em 1872, consolidação da dívida flutuante, 125 milhões de francos.

Em 1876, obras públicas a empreender nas colónias de África, 7 milhões, 660 mil francos.

Em 1877, consolidação da dívida flutuante, 162 milhões, 500 mil francos.

Em 1878, consolidação da dívida flutuante, 62 milhões, 500 mil francos.

Em 1879, obras públicas no continente e colónias, 37 milhões, 925 mil francos.

Em 1880, idem e, já se vê, a invariável consolidação da dívida flutuante, 217 milhões, 500 mil francos.

Em 1881, conversão das obrigações de 6 % dos Caminhos-de-ferro do Minho e Douro, 102 milhões, 961 mil francos.

Em 1884, para fazer face a diversas despesas, consolidação da dívida flutuante e provisão para os *deficits* previstos nos orçamentos correntes, 259 milhões, 65 mil francos.

Como se vê, estes empréstimos são principalmente, isto é para cobrir *deficits* anteriores. O resto foi para despesas, como se vê também, com raras excepções, irreproductivas. E houve ainda para não dizermos o quê, sob pretextos fantasmagóricos, obras públicas nas colónias, etc.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Antes de 1869 foi a mesma coisa. O que tudo, se ainda desgraçadamente é preciso à opinião pública, teremos ocasião de poder mostrar.

Paris. *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 154, 7 de maio de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Situação Financeira

Malogre do empréstimo de cem milhões — O Times *e a imprensa de Paris*

Há dias espalharam as agências telegráficas em Paris que os delegados portugueses haviam conseguido obter em Londres o empréstimo de cem milhões, malogrado na capital francesa. Na mesma ocasião em Londres as mesmas agências espalharam, por seu turno, que o empréstimo malogrado na capital inglesa se havia, enfim, negociado em Paris. Resultado: elevação efémera da cotação, liquidação precipitada, ganho de agiotas nesta alicantina da Bolsa.

O *Matin*, de 6, explica a intriga em termos, que, se não são agradáveis para os nossos melindres, são precisos e concludentes para as nossas apreciações.

São os seguintes:

> «Portugal faz-nos absolutamente o efeito destes filhos de família que buscam dinheiro seja sob que condições forem, ainda que hajam de preocupar-se mais tarde, o mais tarde possível, com os meios de pagar. Sabe-se que o governo português procura por toda a parte a módica soma de cem milhões. O *Times* anuncia que um grupo de casas financeiras de Londres se propôs lançar este empréstimo.
>
> A notícia, assim dada, não é inteiramente exacta: essas casas parece que se querem encarregar da emissão, *mas não tomaram firme a menor importante.*
>
> Quer a emissão se consiga quer aborte, pouco nos importa, *desde que nos não queiram atacar a bolsa.*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não será a primeira vez que os capitais ingleses se perderão; estão aí os títulos Argentinos, Bolivianos, Venezuelanos, Uruguaios e outros para o provar. Estamos quase em dizer que não será pela última vez».

Resta saber qual será o ricochete desta opinião da imprensa de Paris sobre as disposições da praça de Londres, se é que elas são conforme o que anunciam as oficiosas agências telegráficas.

O que tudo indica que devem ser mais do que duvidosas.

Depois de escritas as linhas acima encontradas na *Republique Française* , do mesmo dia 6, a confirmação das presunções pessimistas que deixamos apontadas.

Diz a crónica financeira daquele importante parisiense:

«O *Português*, que se havia elevado a 27, 60, na abertura da Bolsa, mercê do boato da conclusão do empréstimo de cem milhões em Londres, retrógrada, finalmente, a 27, 25, *por isso que a notícia se não confirmou*». *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 155, 9 de maio de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Portugal Desonrado

Nós e a caricatura — Um monte de papéis — Injúrias e galhofas — Toca a fechar as pratas!

O último número do *Comic-Finance*, de Paris, além da versalhada que hoje reproduzimos noutro ponto da folha, estampa uma caricatura, representando o mísero espectáculo do peditório humilde de Portugal perante a insolência dos ricaços da finança europeia.

Um velhote esfarrapado, carapuça na cabeça, às costas um gigo de trapeiro, carregado duma montanha de *valores portugueses*, papelada rota e suja, todo se curva a dois figurões que, de enorme lente em riste, o consideram com desdenhoso, desconfiado sarcasmo.

Da mão, Portugal solta, no topo dum barbante, um destes balões de hidrogénio com que se divertem as crianças e em cujo colorido bojo se lêem as grandes letras da única coisa que Portugal pode hoje oferecer ao desprezo do mundo: — *Promessas, promessas, promessas.*

*
* *

O referido *Comic-Finance*, inesgotável na sua sátira cruel a nosso respeito, comenta da maneira seguinte o decreto recente, nomeando comissários reais para a administração da companhia dos caminhos-de-ferro portugueses.

Diz:

> *Um telegrama de Lisboa anuncia que o* Diário do Governo *publica um decreto, pondo a companhia real dos caminhos-de-ferro portugueses fora do alcance das penhoras de que a amea-*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

çaram certos credores mais exigentes de que os outros. O decreto conserva em funções o «comité» da direcção, reforçando-o com dois comissários reais.

Comissários reais! Toca a fechar as pratas, que não é sem tempo! (*Des commissaires royaux! Alors, serrons l'argenterie, il n'est que temps).* *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 155, 9 de maio de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Pouco a Pouco

Graças à ignorância popular e mercê do egoísmo dirigente, a ruína portuguesa não é somente uma tremenda ruína económica e financeira, mas ainda uma ruína mental e moral.

Todos os espíritos esclarecidos o verificam com mágoa; convém, todavia, frisar as características do espantoso abatimento do espírito público, da incomensurável descida do nível sentimental no país.

A complexa vastidão do torturante problema que aí demanda uma solução instante, devora sucessivamente e rapidamente as aptidões proclamadas por uma famosa celebridade de longos anos. Os homens, considerados pela sua intelectualidade, retiram-se, depois de submetidos à prova, exaustos e desacreditados. Os cérebros tidos como ricos de ideias aparecem, com surpresa, como falhos de circunvoluções; os crânios mais aureolamente refulgentes estão despejados. Regista-se que a ciência era incompetente, que a erudição foi inútil; que uma custosa gestação se resolveu em abortos.

Da grande massa confusa não emerge uma ideia; não surgem os desconexos planos que na sua própria quimera indicam a persistência da vida, a perpetuação da esperança.

Não se repete o caso dos atribulados períodos de 1867-1869, quando da crise financeira e económica que fomentou o desvairamento das despesas irreproductivas do campo de manobras de Chalons na paródia do imperialismo melancólico de Tancos e que iniciou a série de sobrecargas tributárias com o odioso imposto de consumo, conservado, sob uma etiqueta especiosa, pela própria oposição que o combatera.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Então cada oficina tipográfica paria um opúsculo de projetos fazendeiros; não havia utopista que não imaginasse descobrir o elixir de longa vida orçamentária e que não declarasse a verdadeira pedra filosofal, capaz de converter até papel emitido em ouro amoedado. A bibliografia económica portuguesa dessa época é inacreditavelmente extensa, se não prima pela invenção e se se não distingue, geralmente, pelo bom senso.

Mas agora nada, nem uma linha, nem uma letra.

Este facto é muito sintomático. Ele significa, por certo, que a opinião se convenceu de que era girar num circuito vicioso à procura de soluções intermédias, compatíveis com simples reformas, sem uma remodelação absoluta de todo o corpo constitucional português.

Se isto indica um progresso satisfatório na cultura geral, o que representa, em contraste, uma decadência tremenda é o facto moral que coexiste com este facto crítico.

Referimo-nos à miserável facilidade com que o país aceita as situações mais ignominiosas e se resigna às indignidades mais humilhantes. Parece que se perdeu, quase por inteiro, a noção de brio coletivo.

Sempre na marcha duma das questões fundamentais de honra e de interesse nacional que nos vem preocupando há dois anos a esta parte, as vergonhas e os desastres são prudentemente anunciados como possíveis ameaças mas rejeitadas logo, com calorosa indignação. Indignação postiça, visto que se está com o ânimo feito a capitular. Prudência, cujo decoro é exagerado, atendendo que Portugal acaba por se submeter a tudo.

De modo que o triste resultado final é que, sobre a vergonha aceite, sobre o prejuízo recebido, se tem a acrescentar ainda o ridículo detestável das altissonantes declamações que se tragaram, sob os sarcasmos desprezadores do público europeu que contempla atentamente, entre magoado e enjoado, o nosso incomparável cinismo.

Lembremo-nos, para nossa confusão, do que se passou com o convénio inglês sobre os territórios de África. Pensemos como gradualmente nos foram acostumando à ideia de que abandonaríamos hoje somente isto, amanhã aquilo mas somente aquilo mais, finalmente tudo. Pensemos como o tratado de nos reapareceu, agravado, no acordo do seguinte maio. E escondamos os protestos que redigimos, as grandes palavras que agitámos, que ninguém as veja, que ninguém nos veja.

Agora, o processo na questão financeira é do mesmo teor maquiavélico. Aventou-se, como uma exigência indiscutível sequer,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a comissão internacional de fiscalização; falou-se, como numa imaginação absurda, da venda das colónias; proclamou-se, como uma calúnia, facciosa, a lembrança da consignação dos rendimentos aduaneiros.

E, não passados meses, eis que Portugal se habituou à sugestão da venda das colónias; eis que o delegado de Portugal negoceia em Londres, sob a base da adscrição dos rendimentos alfandegários; eis que em Paris se oferece a comissão internacional, se a França nos emprestar cem milhões de francos.

Os portugueses adaptam-se admiravelmente, ao que parece, a todas as vergonhas; com uma inqualificável preguiça moral, condescendem com todos os desastres.

Essa maleabilidade fundamenta as audácias mais criminais. Ao constatá-la, o patriota confrange-se, mas o especulador rejubila.

Ora, Portugal, até hoje, põe o seu empenho todo em não ser desagradável a seus amos e senhores.

Somente, ainda que não fosse senão por um princípio de bom gosto, deveria ver se arranjava uns tiranos mais decentes.

Paris. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2 .º ano, 2. ª série, n.º 158, 12 de maio de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Inutilidade do Empréstimo

Uma dessas observações morais que distinguiam o talento, psicológico e dramático, narrador e crítico, do historiógrafo inglês Macaulay foi a que ele extraiu da amarga surpresa que produz ao exilado o verificar, na crise que o proscreveu do país, a perpetuação dos erros de apreciação contra que combateu e que o determinaram a insurgir-se.

Tal surpresa atinge proporções que quase tornam para o exilado ininteligível já a sua pátria, quando as lições diárias, sucessivas da civilização superior que o acolheu lhe afeiçoaram o espírito, ajustando-o a raciocinar com simplicidade e ordem.

Então é um triste desconsolo tomar, como agora, dos jornais da remota pátria, tão afastada do cérebro que mal se solda ainda ao coração, ler os inconcebíveis juízos que lá se formam das coisas mais evidentes, medir a sombra que esparrinha sobre a superfície lisa dos assuntos mais, naturalmente, claros e compreensíveis.

Em Portugal, decididamente, sente-se falso e vê-se torto. Não é por acaso que preside aos destinos nacionais um divergente estrabismo. Está na condição portuguesa deformar os aspectos e transtorná-los sem plano e sem método.

Pois não estará provando o que, sem pedantarias ridículas antes com sincera mágoa deixámos escrito, não o estará provando cruelmente o odioso júbilo de certa imprensa portuguesa porque parece enfim que se conseguiu o esmolado empréstimo dos dezoito mil contos?

Que quer dizer esse júbilo? Em que se fundamenta ele? Porque é que estão contentes os senhores?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Estão contentes porque o governo obteve em Londres dezoito mil contos.

Mas daí? Pensam que resolveram assim o seu caso? Pensam que lhe mitigaram, ao menos, as agruras?

Vejamos.

Um sindicato inglês toma firme o empréstimo, porque, na hipótese de se limitar a abrir ao público a subscrição, é manifesto que nem um título sairá do ingénuo escritório que se abandone a tão idílico devaneio.

Tomado firme o empréstimo, ficarão retidos nas mãos dos banqueiros, e desde logo, nove mil contos, a fim de se garantir durante dois anos, o pagamento do coupon estrangeiro. Repare-se que argumentámos nas melhores — ou nas piores — disposições para o pensamento (?) governativo do ministério. Assim não queremos mesmo firmar pé na notícia, todavia plausível, que em Paris circula e segundo a qual a totalidade do empréstimo ficaria embargada, por completo, em Londres.

Suponhamos, porém, que se salva metade. Essa metade não vai toda também para Lisboa.

Uma parte considerável lhe é desfalcada, nas mesmas percentagens que fazem os processos da operação.

Só, de comissão, se somem perto de dois mil contos. Não será exagero supor a quantia arrecadada pelo tesouro reduzida a seis mil contos, números redondos.

Para que são estes seis mil contos?

Empregam-se, diz-se, em reforçar a reserva metálica do Banco de Portugal.

A palavra reforçar não nos parece aqui o vocábulo idóneo. Deveria dizer-se formar, constituir, visto como a penúria do Banco de Portugal é tão notória que, quando, há dias, o *Times* asseverou que ele tinha ainda trezentos e setenta contos em ouro, cá fora foi todo um incrédulo riso, perante a falaciosa farsa.

Mas, qualquer que seja a reserva preexistente, o facto da aplicação dos seis mil contos apurados no reforço desta reserva inabilita o governo a valer às dificuldades correntes do Estado, até às urgências imediatas. Aqueles dos jornais financeiros, de Londres e Paris, mais ou menos encapotadamente simpáticos ao empréstimo não se esqueceram de frisar que dele um real não acudiria aos compromissos da dívida flutuante. Cumpria que todos entendessem a lei em que ficariam vivendo, ou morrendo, à escolha.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Conclusão, com o empréstimo o Estado não melhorou a situação interior, dado que a não comprometesse mais, como o pensa o snr. Leroy-Beaulieu, que da matéria percebe, pelo menos, tanto como o snr. Dias Ferreira.

Dir-se-á que no interior as dificuldades se resolvem pelo curso forçado do papel-moeda? Isto é contraditório com o reconhecimento dos males advindos da emissão do papel circulante, males que exactamente se procura corrigir com o imaginado reforço da reserva metálica do Banco emissor.

Aceitemos, todavia, o paradoxo. Estamos em maré de concessões.

Como seis mil contos em ouro, mesmo integralmente lançados à circulação, não tem correspondência sensível com uma emissão de papel-moeda tão fabulosamente prodigiosa que, ultimamente, o *Diário* oficial autorizou o Banco de Portugal pela soma inverosímil de quarenta e oito mil contos, sucederá o quê? Sucederá o que tem sucedido, e vem a ser que a confiança não se restabelecerá e o numerário tesaurizado não desaferrolhará donde se conserva medrosamente escondido. Somente os seis mil contos desaparecerão também por seu turno, dado que não fiquem empatados nos cofres do Banco, inúteis e melancólicos, inúteis para o Estado que deles se não serviu, inúteis para o Banco cujo crédito foi insuficiente para robustecer, inúteis para o comércio, para a indústria, não prestando para pagar a soldados, não prestando para descontar a lojistas ou para ajudar lavradores e artífices.

Entretanto, o comércio e a indústria têm de pagar cá fora. Em ouro. Conforme ao que até hoje lhe tem passado, obterá esse ouro a câmbios despropositados. As transacções acabarão por se tornar irrealizáveis. As importações reduzir-se-ão ao mínimo. E o rendimento das alfândegas decrescerá sem cessar.

Mas desse rendimento mesmo o governo não poderá servir senão por uma porção mínima, porque ficará a maior parte afecta ao serviço não só deste empréstimo de agora, como ainda ao dos empréstimos anteriores.

Se o governo conseguisse, por absurdo, realizar o empréstimo actual independentemente do ónus da garantia hipotecária dos rendimentos aduaneiros, e só pelas simples forças do crédito nacional (!), nem por isso a situação melhorava. Tem de se reduzir de 50 % o juro da dívida externa. Para conseguir que os portadores da renda cá fora aceitem este convénio, o governo há de submeter-se às suas exigências. Não se prescinde da consignação dos rendimentos aduaneiros, únicos contáveis.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Logo, o prazo de dois anos que se pretende obter para dentro dele se aumentar a receita, só serviria, se pudesse ir até ao fim, para consumar o desastre.

Paris. *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 163, 18 de maio de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nós

O que há de mais terrível no espetáculo da miséria psicológica do Portugal contemporâneo não é já a incapacidade crítica de que se dá mostras a propósito de tudo, mas a perversão inconsciente dos sentimentos fundamentais, alterados por uma educação confusa, em que se reflete ainda o casuísmo jesuítico que nos envenenou gentes sucessivas.

Fora da natureza, expulsos da realidade, habituados aos sofismas, não fortalece o carácter nacional o sentimento exato, definido, a um tempo sóbrio e tenaz, que exige dos homens sãos o conhecimento, íntegro e perfeito, das situações, por angustiosas, em que porventura se encontrem. Amolece-nos um sentimentalismo delambido e retórico, que na arte gerou toda uma escola de falsos líricos, de romancistas convencionais e que na política fomentou o palavreado gongórico duma raça dispersiva de faladores vagos.

Todo um mundo foi separado assim das vivas correntes; a geração actual educou-se nesta sistematização da hipocrisia. De modo que, quando se professa um ensino franco, rasgado e nítido, quando se profere uma linguagem desassombrada e humana, corre-se o risco de que a sinceridade se tome à conta de brutalidade e de que as puras intenções se desvirtuem numa hermenêutica capciosa de bizantinismos grosseiros. Porque em Portugal, como em todos os países pouco cultos, há a mania de se ser esperto, de adivinhar os propósitos reservados, e uma pobre plebe ignara, que as reputa uma aristocracia literária, imagine-se destinada a ler em entrelinhas, a decifrar mistérios, a resolver enigmas.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Sugerem-se-nos espontaneamente estas reflexões, justamente desdenhosas, porque nos reconhecemos o direito de nos indignar, depois de havermos recebido os jornais do país, ultimamente altissonantes de cóleras contra nós. Derivam de que nos metemos à tarefa honrada de desfazer ilusões aí sobre o conceito que de nós se forma cá fora; brotam porque nos empenhamos na missão patriótica de esclarecer o juízo dos nossos concidadãos, fornecendo-lhes os elementos de apreciação que criminalmente aí se tem por político sonegar-lhes.

Para certa imprensa portuguesa esta função que entendemos de simples cumprimento de dever é, pelo contrário, a prova provada da obliteração dos nossos brios cívicos.

Para essa imprensa, contrariar o aspeto dos sucessos, os falsificar, mentir, informar errado ou não informar, conspirar pelo silêncio ou pela cumplicidade manifesta é no que reside o patriotismo. Dizer aos portugueses que em Paris e em Londres se considera a situação financeira de Portugal como excelente; dizer-lhes que o nome de Portugal em Paris e em Londres se cota entre os das nações respeitadas pelo trabalho, veneradas pelo civismo, esconder-lhes as injúrias com que nos afrontam no nosso mutismo perante todos os atropelos administrativos do interior, — isto, esta indigna, esta torpe, esta desastrosa mistificação seria o documento nobiliário do nosso lealismo nacional.

Mas incitar os brios abatidos dum povo, espoliado e tiranizado, pondo-lhe diante dos olhos a cruel sentença do estrangeiro que friamente nos discute; procurar que os nossos concidadãos aprendam na desgraça; tentar galvanizar esse agonizante; inflamar essas quase extintas cinzas; acordar esse dormente; pôr vergonha e remorso nessa estúpida, hedionda resignação; gritar a um irmão, que se esqueceu de si mesmo: — *Vê como te escarnecem! Olha como te julgam! Lê o que de ti escrevem! Salva-te da ruína! Salva-te do desprezo! Reconquista-te!* — fazer isto, esta coisa tão correcta que é banal, proceder deste modo tão instintivamente justo que não ocorre outro, eis o que não cabe na compreensão de escritores cujo ideal seria que o país ignorasse tudo, na mesma véspera de tudo perder.

No silêncio duma cumplicidade aterrada, com uma opinião desorientada e ignorante, é que cumpre que se consumem os expedientes pavorosos de que se sabe, todavia, que tem de resultar para a pátria a catástrofe final.

Resulte, em má hora. Mas que o povo português conheça a sua situação, que se não queixe depois que não sabia bem do que se tratava.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Há de sabê-lo.

Assim entendemos o dever.

Mentir-lhe, iludi-lo, mantê-lo na ignorância dos seus interesses, ludibriá-lo com a quimera de que o respeitam quando o desprezam, de que o supõem salvo, quando publicamente o declaram perdido, — não!

Com orgulho, reivindicamos a nossa conduta. A ignomínia às terríveis responsabilidades da consciência alheia. Porque não há consciência nos que são solidários com a bancarrota e com a invasão do estrangeiro.

Mas entregamo-nos a nós e a eles, à justiça dum povo que desejamos instruído do que se passa a fim de que se valha a si próprio, enquanto é tempo ainda.

Para que esse povo nos desaprovasse —, e, dado que o imaginássemos, não procederíamos doutra forma — seria preciso que todo ele estivesse varridamente doido.

Paris. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 164, 19 de maio de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Para a África!

Segundo as tristes notícias que nos chegam de Portugal, devem seguir amanhã para a África, a cumprir o degredo a que os condenou o conselho de guerra, onze dos presos políticos, até hoje conservados nas cadeias militares de Lisboa.

Não falaremos da monstruosa contradição entre os rigores havidos para com insurrectos, que os próprios julgadores reputaram patriotas briosos, e as benignidades servidas a falsários, cuja responsabilidade se agrava da cultura de que só souberam aproveitar para o crime, nos seus tipos mais odiosos e abjetos.

Não falaremos do impudor de situações governativas que se insinuaram na tolerância dos simples, anunciando-se como liberalmente tão generosos que se reivindicavam do critério revolucionário, com saudosa ênfase recordado como o orgulho e a consolação duma mocidade leal e ardente.

Não diremos que é feroz a conduta vingativa de quem podia deixar de ser solidário com rancores a que fugira a legitimidade do pânico do momento já passado. Não repetiremos que é odiosamente inacreditável que se castigue sem mercê nem quartel os que protestaram contra um regímen bancarroteiro e desatinado, à hora precisa em que os desatinos se resolveram na bancarrota consumada.

Estas responsabilidades estão apuradas; elas fixaram-se nas consciências mais refratárias; fazem hoje a carne da carne e o sangue do sangue de todo o corpo da nação.

O que cumpre frisar — pois que não somos cortesãos do povo, mas seus educadores e seus conselheiros, seus amigos sinceros

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

mas seus professores irritados — é a espantosa cumplicidade moral duma nacionalidade, acobardada até ao absurdo, com os violentos arbítrios dum poder, que sem medo correlativo torciona até ao desaforo.

A partida desses desgraçados homens, vítimas dum infame cálculo governativo, é uma desonra imensa para a nação. Trata-se, decerto, de promover entre os cidadãos portugueses uma crise de terror que facilite aos governantes o tornarem públicas as miseráveis conclusões em que se desatou a iniciativa ministerial, ocupada das dificuldades atualmente pendentes. Para se atingir esse alvo, não se hesita em sacrificar a saúde e a vida duns tantos soldados que não esqueceram, por seu mal, que eram ainda portugueses e cidadãos.

Aceitar esta situação; prestar-se emudecidamente a este maquiavelismo de antecâmara, importa abdicar, mais uma vez, da dignidade pública e confessar novamente que se não é merecedor dos direitos cívicos que se recebeu à laia de malbaratada herança.

Em certa medida, considerada a política como uma engrenagem de habilidades estranhas à moral, pode explicar-se o gabinete, que se defende, dir-se-á talvez.

Na mesma tabuleta da guilhotina, há quem reconheça a Troppmann o direito de morder a mão do funcionário socialmente encarregado de fazer justiça, cortando-lhe a cabeça.

Está bem, pois. Mas que o povo português aquiesça, estúpido e inerte, silencioso e espavorido, a este sem fim de protérvias, excede as mais mansas magnanimidades e revolta, até o enjoo, as mais céticas indiferenças.

Se o povo português fosse, a valer e de raiz, monárquico, se reputasse os revolucionários republicanos como díscolos interesseiros, merecedores da punição a que têm jus os que perturbam uma ordem em que se firma a liberdade e de onde deriva a prosperidade; se estivesse convencido de que era bem governado e de que lhe não era lícito sê-lo melhor; então esse povo podia ser antipático pela sua crueldade, mas era lógico e racional. Agora, pensar um povo como pensaram os condenados, sentir como eles, desejar mesmo proceder como eles, e assistir, gelado, inútil, ao seu assassinato, isto é, positiva, redondamente, repugnante.

Porque, note bem o povo português, que a sua solidariedade connosco não é implícita, no puro mas extreme imperativo dos seus deveres, dos seus mesmos interesses. Explicitamente a tomou, até, e tem de fazer honra, pois, à sua palavra empenhada.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Logo em seguida ao movimento de janeiro, num comício copiosamente concorrido, no Porto, rejeitou-se, com cólera, a ideia de se impetrar do poder moderador uma amnistia para os vencidos.

Os homens entendem-se pelas palavras.

A resolução desse comício, para não invocar já manifestações de ruas, plebiscitos de gazetas, e outras mais farfalharias indígenas, representa um compromisso espontaneamente tomado pela nação. Salvo se se deva compreender que se repeliu a amnistia, não porque fosse uma cortesã degradação solicitá-la, mas porque se desejava o sofrimento dos supostos delinquentes, o que seria friamente duro e duramente inepto. Salvo se se pretendeu pousar de altivez e heroísmo à custa alheia, o que seria soezmente grotesco.

Portanto, ou estamos a lidar com uma data de idiotas e de cínicos, ou esse compromisso está de pé. É uma letra aceite, que o credor tem compromisso em reformar, que se não pagou ainda, mas que se há de solver.

Com a pouca vergonha que amanhã se comete, ela fica apontada já.

Se, porém, rota e suja, tem de ir, afinal, para o protesto, depois de falir no ministério da fazenda, Portugal falirá, igualmente, na praça pública.

A monarquia portuguesa já fez a sua bancarrota financeira.

Resta saber agora se a nossa tremenda desgraça nos reserva, ainda por cima, a bancarrota moral do povo português.

Paris.*

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 165, 20 de maio de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Manifesto Progressista

Com a assinatura do chefe do partido progressista, acolitado de seus secretários, aparece nos jornais de Portugal um manifesto explicativo da atitude desse partido em face das questões que no país preocupam os entendimentos e solicitam as vontades.

Tem esse documento por fim fundamental demonstrar a vivacidade do agrupamento liberal dinástico, tanto quanto a comportam as circunstâncias e na medida do civismo consciente desse partido.

Assim, os chefes progressistas declaram que deixam ao atual governo a tarefa de resolver o problema financeiro, chegado ao mais agudo da sua crise, e acrescentam que se reservam para combater eleitoralmente o gabinete depois de ele haver simplificado, resolvendo a questão económica, as condições governativas portuguesas, devolvendo-as à sua normalidade constitucional. Este critério é cómodo para as oposições, mas, francamente, não ganha correlativamente em rasgado lealismo e em digna confiança nos próprios merecimentos. O governo que nos resgate de dificuldades, porque, depois, nós cá estamos salvadores e messiânicos.

Esta força justifica-se pelo apelo às reminiscências históricas do partido; fala-se em Sá da Bandeira, em Passos Manuel, no duque de Loulé e alia-se o liberalismo destes anacronismos com umas aplicações automáticas de fórmulas modernas, inspiradas dum espírito todo atual e reivindicando-se de ideias antinómicas com as regras que tradicionalmente têm dirigido o partido que as copia imitativamente.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

É curioso ver o snr. José Luciano de Castro ligar o seu partido à divisa sociológica da escola positivista francesa, da ordem no progresso e do progresso na ordem. Habituados, de longa data, à atrapalhada confusão mental do país, isto não nos causou, porém, surpresa de maior. No púlpito duma igreja católica, ouvimos já um membro do partido progressista, padre católico, fundamentar o seu sermão na lei dos três estados proclamados por Augusto Comte. No parlamento de Lisboa, um deputado regenerador combateu as liberdades públicas, desenvolvendo a teoria do jacobinismo republicano com que Proudhon reabilitava o seu passageiro socialismo de governo. E esta mexerufada, em que uma erudição de catálogo serve de explicação a uma pouca-vergonha constitucionalmente ingénita, atingiu mesmo as irrisórias proporções que lhe deu um palavroso, quando no referido parlamento, a propósito da dívida flutuante se deu o tom de modernismo extremo, comparando o *deficit* à nódoa escarlate do sangue derramado à porta de Nana por um dos amantes da gorda marafona.

Agora estavam desobstinados de todo os redatores do manifesto progressista. E é assim que depois de terem ferrageado pela França de Augusto Comte, de Karl Marx, enchendo os serenos céus lusitanos de gritos em prol da concórdia entre o capital e o trabalho. Isto num país onde não há indústria, onde os operários esmolam, onde as fábricas se fecham, onde se vive exclusivamente do comércio de importação. Como toda esta inconsciência, ao mesmo tempo fútil e pedante, nos dá uma pobre ideia da organização cerebral dos estadistas que governam os povos e dos povos que os aturam.

No fim, o snr. José Luciano declara que vai a eleições. Faz ele muito bem. É mesmo no que o partido progressista está bem, nessa chicana, nessa desmoralização sistemática duma plebe miserável para a qual votar é uma prática tão fetichista, se mais lucrativa, como para os pretos da Guiné. Votar, isto é, fazer feitiçaria de branco, na África; votar, isto é, no continente, pagar a renda da casa, solver o juro ao agiota, tirar a barriga de misérias com o clássico carneiro com batatas, esquecer por um dia as misérias do ano todo com uma boa carraspana, à antiga portuguesa, do de Amarante. Feitiçaria de branco, cuja consciência é mais negra do que o preto, na palavra cruel de alguém.

Eis o que tem a dizer ao país o partido progressista, que, de corrida, reclama pelas liberdades públicas, pelo brio nacional, pela economia na administração, ele mesmo depois de atirar o seu programa para o cesto dos papéis inúteis. Na câmara este partido

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

estabeleceu a doutrina de que o programa do partido progressista não era o programa do governo progressista.

Ele mesmo depois de ter aquiescido ao *ultimatum* do lord Salisbury; depois de ter assinado o tratado de 20 de Agosto, o convénio de Lunda.

Ele mesmo depois das obras do porto de Lisboa, depois dos empréstimos consecutivos que idoneamente se consumaram na entrega, de mão beijada, à Companhia falida dos Caminhos-de--ferro de cinco mil contos graciosos e benignos.

O partido do snr. Emídio Navarro! O partido do snr. Mariano de Carvalho!

Ele próprio, manifesta ao país.

E vai fazer eleições. E o país vai votar nele.

Se, assim, ele é bom, convenhamos que melhor do que ele ainda é esse país.

Corajoso e indómito, diz o manifesto.

Resignado, acrescenta.

Desgraçada coisa! Coisa nojenta!

Paris. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 171, 28 de maio de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Le Roi est Mort! Vive le Roi!

Era o pregão com que na França, alcunhada de legítima, se anunciava a sucessão do trono, que nem um instante poderia estar vago. Morreu o rei, viva o rei. Isto é, compreende-se a plebe que o fio da sua subalternização tirânica nunca poderia ser partido.

No nosso (?) país, a coisa é mais morosa, mas é mais pomposamente enfática. Das janelas do paço municipal, o alferes-mor, desdobrando esse farrapo que a retórica indígena continua a chamar o *glorioso pendão das quinas*, convoca as gentes absortas, à laia de palhaço de feira reclamando pela barraca, e grita-lhes, no pasmo alvar e boquiaberto: — *Real, real, real, por Fulano, e muito alto, o muito poderoso rei de Portugal.*

Assim, entra a governar, por direito de nascimento, um certo, que nasceu doutro, o qual, a seu turno, descende dum terceiro, nobilitado por um quarto, filho natural do coito danado dum quinto, procedente dos favores da barregã dum sexto, o que tudo constitui aquilo que se denomina a *estirpe*, a *linhagem*, cuidado de nobiliaristas e surpresa de arqueólogos.

Entretanto, o complexo progresso da cultura social trouxe à supuração particulares tumores do corpo coletivo e personalizou em individualidades simbólicas e opressivas as paixões do ganho e do domínio, que, dissimuladamente mas tenazmente, foram espreitando e afeiçoando as condições para se imporem em absoluto e tudo sujeitarem sem possível resistência.

É a história dos *maires* do palácio, substituindo-se aos antigos monarcas, a história dos procuradores de casas fidalgas, ociosas

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

e perdulárias, acabando por despedir os amos, cujos filhos virão mais tarde a ser os lacaios dos seus filhos.

Processo de desenvolvimento absolutamente correto, em pura justiça democrática, se se exercesse regularmente, sem dolo e sem perfídia; documento de inépcia e de desvergonha dos explorados, quando tudo marchou pela concomitância do desperdício de uns, cuidadosamente aproveitado pelo maquiavelismo dos outros.

Nestes termos, estúpidos mas indecorosos, indecorosos mas estúpidos, o Portugal monárquico dos nossos dias.

Arruinado, desacreditado, sem um pataco para mandar tocar a um cego os seus relassos fadinhos, cigarreados e ternos, sem respeitabilidade para poder negociar convenções honrosas, simples e humanas, ele deixa-se substituir por um agiota, feliz a pontos de que cá fora às propostas do governo se chamam as propostas Burnay e ao referido Burnay a imprensa europeia o decora com o título incontestado — incontestado e incontestável — de *o plenipotenciário português*.

Na orientação, particularistamente interesseira, imprimida por este usurário dos negócios pendentes, acaba de firmar-se, 34, rua de Provence, um acordo entre Portugal e os seus credores estrangeiros, segundo o qual os rendimentos públicos ficarão doravante, não somente adscritos ao serviço das dívidas no estrangeiro contraídas mas subordinados à cobrança e fiscalização que o referido cavalheiro se dignará exercer, sob o pseudónimo transparente da direção da Companhia dos Tabacos.

Republicanos, revolucionários, díscolos, ignóbeis, falsos patriotas, congratulando-nos com as desgraças nacionais (pois que nesta conta nos dizem ter inimigos, cinicamente trocistas, e amigos simploriamente ingénuos) — entendemos que está bem.

Esta monarquia, que vimos combatendo, encerra excelentemente o seu ciclo de desaforos. Ei-la reduzida à condição para que tem vindo, sobranceiramente, caminhando. Os seus ministros, empregados do snr. Burnay. O seu rei, e seu sultão, o seu kibediva, uma espécie de guarda-livros, de mordomo, ou coisa que o valha, do aludido Burnay, senhor.

Compreende-se bem que nos não doa em extremo o ânimo perante esta inqualificável degradação dos nossos inimigos, quer dizer dos inimigos da liberdade, da propriedade, da dignidade e do trabalho do povo português.

O rei Carlos morreu! Viva o rei Henrique!

Está bem. Entre Pedro, Sancho ou Martinho, venha o diabo e escolha.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas esse povo; mas esse exército; mas esses liberais dos Passos e Loulés; mas esses patriotas dos Albuquerques e Castros; mas esse pendão das quinas; mas essa descoberta da Índia; mas essa frondosa árvore, a cuja sombra, etc.: — o que diz, afinal, essa canalha toda?

Paris. *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 171, 28 de maio de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mens Sana in Corpore Sano

É a fórmula que orientava os cuidados dos antigos, na educação da mocidade, cujo empenho todo, igualmente, consistia em se tornar digna dos passados. A inteligência clara no corpo robusto: — para o conseguir é que Atenas somente fazia ensinar a geometria e a filosofia aos adolescentes depois de os haver submetido aos jogos e exercícios que os modernos pedagogos, como Herbert Spencer, procuram substituir à rude, bárbara metodologia da ginástica extreme.

Em Portugal, hoje, não se deveria tratar pelos sábios ensinamentos clássicos a simples juventude; toda a gente, homens feitos compreendidos, teriam de ser adscritos ao salutar regímen aludido. Tal o triste espetáculo de demência coletiva que a pátria vem oferecendo.

Não falaremos das irrisórias pretensões de mundanismo, janotismo, com que, sem uma moeda de oiro na circulação, se tenta dourar uma existência miserável, prolongada pelo favor receoso do crédito estrangeiro. É curioso como os portugueses são simultaneamente o povo com um maior medo do ridículo e o povo mais ridículo do mundo. Se ali se pudesse fazer uma ideia da desgostosa impressão que causam cá fora as notícias atoleimadas dos jornais consignando os espetáculos e as festarolas estúpidas com que toda essa gente se entontece, haveria talvez uma reação de discrição, de melindre em que o bom gosto público e a seriedade dos cidadãos teriam a ganhar tudo.

Aí gritar pelo bem comum, saudar o exército, desfraldar a bandeira, professar a fé no futuro, é ridículo. As manifestações

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

patrióticas, ridículo. A esperança, ridículo. O civismo, ridículo. Mas a paródia da existência faustosa das civilizações ricas, a pobre imitação duma sociedade que artificialmente se conhece pela idealizada deformação das comédias e romances, isso, esse imenso ridículo, esse grotesco enorme, isso é que está bem, isso é que não é ridículo, isso é que não é grotesco.

Fatal maneira de ver torto, de sentir arrevesado — a que nos caracteriza nesta crise de nacionalidade.

O que se passa na infinita farsa das farsoladas para a Geraldine, a Barenco e outras patacoadas da parvoíce nacional, logicamente deriva para a zona dos grandes interesses públicos.

Assim, lemos, com assombro não porque a tudo nos habituaram, mas com nojo, que em Lisboa se preparam espetaculosas receções de congratulação ao snr. António de Serpa, ao fim e ao cabo da triste figura que tal caquética senectude se fartou de andar representado por este mundo de Cristo.

Perguntámo-nos aqui, perdidos e aborrecidos, se toda essa gente endoideceu; e o tremendo é que não pode deixar de convir connosco mesmo que, com efeito, todo esse Portugal está doido.

Pois, essa gente está em plena bancarrota; pois essa gente não pode negociar senão com uma imunda papelada fiduciária, a que aqui chamam já os *rótulos de garrafa* que fundam a riqueza portuguesa; pois essa gente tem de pagar câmbios absurdos para comprar no estrangeiro, desde a roupa que veste até o pão que come (o trigo vem dos Estados Unidos, por ouro); pois essa gente alienou as rendas das suas alfândegas e entregou ao belga Burnay a cobrança fiscal das suas aduanas; pois essa gente fecha o seu orçamento anterior de exercício com um *deficit*, mitigado, diz-se, de dezanove mil contos: — e pensa em festejar, na pessoa do plenipotenciário nominal, a decisiva afirmação, categórica, final, iniludível, deste pavoroso desastre, tão vasto, tão desproporcionado que se lhe não encontra paralelo na história das derrotas financeiras e sociais de nenhum outro povo em nenhum outro tempo histórico, antigo ou moderno?!

Não; decididamente; nós não nos entendemos. Os senhores leem por outra cartilha. Os senhores raciocinam por diversas, desconhecidas categorias do entendimento.

Quem sabe? Talvez os senhores estejam destinados a assombrar o mundo com uma destas descobertas inopinadas,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

aparentemente absurdas, de aspeto de erro, maravilhosas de consequências.

Talvez os senhores acabem, praticamente, por provar que tudo o que até agora a economia política, a ciência das finanças, a história registaram como verdades palmares não passavam de asneiras redondas, quadradas, quadradas e redondas.

Talvez se verifique, pelo seu exemplo, que o ouro não é a medida dos valores; que se pode viver eternamente sem dinheiro e que o papel, de giro mais fácil, tem um valor de *per si*, sem garantia de riquezas em reserva. Talvez se prove que quem não paga encontra eternamente quem lhe empreste e que um Estado pode ter impunemente o seu orçamento de receita empenhado porque continuará, na mesma, como se nada fora, a pagar aos seus empregados. Talvez se prove que um comércio de importação pode cobrar dos fregueses esse papel de convenção recebendo do estrangeiro o género pelo mesmo papel, sem ágio crescente, de maneira a que os preços se não forcem, as rendas aduaneiras se mantenham e as transações cresçam mesmo. Talvez o que se deu em França com o papel de Law; talvez o que se deu na Argentina, no México, aqui e acolá, não prove, por graça especial, para essa terra dos Gastros que negociavam com os pelos da cara.

Talvez. Será novo, original; depois de descobrirmos as Índias, descobriremos a maneira de viver à tripa forra, à custa da barba longa, por esses séculos sem fim.

Assim, o Serpa não ficará na memória dos homens como um medíocre poetastro e como um estadista à altura do vate; mas como uma espécie de Newton reformador do corpo constitucional da ciência das riquezas, o teorista supremo do sistema do calote, última razão e culminante doutrina dos povos sem dinheiro e sem crédito, que nada lhes dá.

Talvez.

Mas se tudo isto for uma utopia besta, que miseráveis dias os que têm de vir.

E que antipática, odiosa desgraça, a do povo que sai da Géraldine, da Barenco, dos toiros da Serra e das equipagens da Avenida, de flor ao peito, charuto no boca, torto de critério e de andadura, para esbarrar, à porta da bambocha, com o beleguim francês, belga, alemão e holandês que o espera para a legítima penhora.

É extraordinário. Porque esses mesmos portugueses, de antes, quando ainda não estavam, como agora, doidos de todo, quando

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ainda tinham uns restos de comezinho juízo, costumavam dizer que quem o alheio veste na praça o despe.

Na praça: — isto é, 34, rua de Provence.

Paris. *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 174, 1 de junho de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nem Empréstimo Nem Convénio

Aplaudido pela Imprensa de quase todos os matizes, anuncia o snr. José Dias Ferreira, presidente do gabinete que negociou o convénio com os portadores estrangeiros dos nossos títulos, uma nova orientação da conduta política portuguesa, segundo a qual não se fará convénio com os referidos portadores.

Isto surpreenderia tanto mais que não consta que o snr. António de Serpa fosse desconfessado pelo ministério transato, antes aqui e em Lisboa se escreveu que o delegado português não tomara compromisso algum nem concluíra resolução de qualquer espécie sem a prévia e repetida consulta do seu gabinete. Mas esta surpresa acresceria de ponto, dado o caso quer em Portugal se pensasse com os corretos recursos do simples bom senso, se se observasse que a resistência, por brio patriótico, nem foi estabelecida de começo nem se pode fundamentar com quaisquer declamações especiosas.

É preciso que em Portugal se crie as ilusões mais inconcebíveis, se é certo que procura estabelecer *símile* entre o caso atual e o do tratado com a Inglaterra. Então, a razão e a justiça estavam ao nosso lado, nós éramos os espoliados e as simpatias da Europa não se manifestariam jamais, em hipóteses alguma, pela parte dos espoliadores.

Mas hoje é precisamente o contrário, o Portugal monárquico, gastador e estúpido, é que pretende esbulhar o estrangeiro; a razão e a justiça militam agora contra nós. Portanto, neste instante é que as nossas reclamações pelo nosso passado de glórias injuriadas e desagradecidas não passam de palavradas patrioteiras descabidas, inoportunas, ridículas, odiosas.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nestes termos, afigura-se-nos que o snr. José Dias Ferreira se propõe brincar com fogo; na inconsciência fatal da situação melindrosa do presente, que lhe procede da sua educação incompetente de metafísico rábula chicaneiro.

A questão é clara; nós temos, por pagar cá fora parte do *coupon* de janeiro, todo o *coupon* de maio e temos à porta o vencimento do de julho. Que tencionámos fazer?

Pagar?

Há recursos para isso? Então para que se andou a prejudicar o crédito do país, declarando-nos no estrangeiro de tal modo insolventes que só reduzindo o juro de 50 % e ainda obtendo um empréstimo liquidatário é que poderíamos esquivar-nos à bancarrota iminente?

Não pagar? Não pagar, pelo menos, os cinquenta por cento, forçando-o estrangeiro, por decreto, a essa situação?

O estrangeiro acomoda-se a isto? Tolerará isto sem protesto? Não substituirá a ação diplomática à ação dos comités?

Aceitemo-lo. Acredite-se que tudo se passa assim; e não readitemos que julgando-se assim, foi detestável aduzir a ideia dum convénio e encenar as negociações para ele. Não se explica até que, nesse plano, tal ocorresse.

Mas, senhores, onde tem hoje Portugal o montante em ouro necessário para o pagamento cá fora dos 50 % reduzidos?

Compra-se pelo nosso papel o ouro cá fora? Mas, em semelhantes condições financeiras, correlativas das economias gerais, a que altura subirá o câmbio, enquanto a operação for possível, mesmo? A 40, a 50, a 60 por cento. É isto possível? Pode viver-se assim? Como há de o comércio, a indústria nacional aguentar-se com tais ágios? Como há de o tesouro sujeitar-se a tal regímen?

O snr. José Dias Ferreira decretará, à maneira de Rui Barbosa no Brasil, o pagamento forçado em ouro nas alfândegas, em geral, o pagamento em numerário dos impostos diretos?

Mas estamos na mesma. A que preço obterá esse ouro o contribuinte?

Não; isto é absurdo, disparatado, fabuloso.

Todavia, deve ter uma explicação.

É fácil de encontrar. A explicação está em que o snr. Oliveira Martins não conseguiu obter o empréstimo dos cem milhões de francos, que se considerou necessário para prolongar dois anos esta hedionda agonia. O snr. Dias Ferreira não o conseguiu obter, também, por seu lado. Eis aí, porque há duas semanas não se fala em Paris e em Londres de semelhante empréstimo, anunciado

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

como já ultimado e pronto. Eis aí como desaparece à última hora o nome do snr. Burnay da circulação e o referido snr. Burnay se some inopinadamente, como por um buraco do palco um diabo de mágica.

Não se tendo podido obter o empréstimo, para que serve ao governo o convénio sem empréstimo?

Serve ao snr. Burnay, que arrecadaria os rendimentos das alfândegas e mandaria, supremamente nos que aí mandam. Serve aos portadores que ficariam garantidos.

Mas ao governo, sem dinheiro, arranjado em Londres ou em Paris; ao governo, que tem de satisfazer um orçamento de exercício com dezanove mil contos de *deficit* anual; ao governo, que ficaria sem o melhor dos rendimentos aduaneiros; ao governo, esbarrado na parede, com as facas aos peitos, para quê o convénio?

Portanto, mudou-se de tácticatática. Dá-se a Deus o que o diabo já não quis. Reproduz-se a fábula da raposa e das uvas: — *Empréstimo?! Quem fala aqui em empréstimo? Nós não precisamos de empréstimo nenhum. Toda a Europa sabe que estamos a nadar sem riquezas. Se pedincharmos, foi graça.*

Desgraçados! Desgraçados deles! Desgraçados de vós! Desgraçados de nós todos!

Assim, grita-se que nem empréstimo nem convénio.

Nem convénio!

Mas então?

E depois?

Isto é, já?

Então, depois, já, resiste-se. Meta-se as mãos nos bolsos, fita-se cinicamente o credor, exclama-se-lhe na bochecha: — *Não há com quê. Não se lhe paga.*

As exigências dos credores dar-se-ão como insolências do estrangeiro; apelar-se-á para o civismo das multidões; desfraldar-se-á a bandeira; e a monarquia, liberticida, traidora, bancarroteira, representará a trágica comédia do grande patriotismo. Declarará que prefere morrer com a pátria a ceder uma linha da honra nacional.

É esta mistificação despropositada, assombrosa, inaudita, única, o que se prepara. É este crime em relevo, esta infâmia em imenso que se urde.

E todavia, não é novo ainda assim.

O Khediva fartou-se de extravaganciar, pela exposição de 1867, em Paris, com as *chcottes*. Construiu, no Cairo, um teatro em que milhões pagaram as primícias da *Aida*.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Quando ao Egito chegou, como agora a Portugal, o quarto de hora das contas, também os ladrões, os delapidadores, os tiranos duma plebe faminta desempenam os respetivos papéis da ignóbil farsa.

Mas Alexandria, ardeu pelos quatro cantos.

Depois de o *truc* haver servido, vêm logicamente as palavras de conciliação, as humanas palavras de piedade: — *Basta de sangue! Basta de desgraças! Já agora que lhe havemos de fazer? Contra a força não há resistência. E, ao menos, a honra nacional salvou-se.*

Foi neste momento que o Khediva, tendo resistido, depois de, consubstanciado com o seu povo lhe haver salvo a honra e derramado o sangue , se dirigiu aos escritórios do *controle* estrangeiro, recém-desembarcado dos couraçados fumegantes.

Aí passou a cobrar a sua lista civil.

Que lá está continuando a receber.

Sem empréstimo, sem convénio.

Com a honra nacional salva.

É uma boa *partida,* não lhes parece?

Paris. *

---

* In *A... Portuguesa,* Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 178, 6 de junho de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Julho

A quantos estamos nós do mês? A 3, a 4? Que penúria de dias nos falta para que nos caia em cima o vencimento do grande *coupon* semestral? E, pelo ministério da fazenda, em que termos vamos, de ouro acumulado, para satisfazer o iminente compromisso?

Se não se ratificou o convénio; se, mesmo, ele não deve ser aprovado em alto lugar, o pagamento far-se-á na sua integralidade? Encontramo-nos habilitados? Ou daremos tão-somente 50 % em numerário de contado? Aceitam os estrangeiros a redução forçada? Se não aceitam, por que processos nos propomos resistir-lhes? Como fundamentaremos efetivamente a nossa conduta? Com que elementos pensamos robustecer-nos a fim de nos não fazerem mal as consequências, interiores e exteriores, diretas ou indiretas, da norma a que, submetendo-nos, associadamente tentamos submeter os demais?

Parece que não se gasta o fósforo indígena na ponderação destes problemas; e a novidade com que, pelas gazetas de Paris, nos instruímos sobre os destinos da pátria é que em data de 17 de julho são as eleições gerais. Em 17 as eleições. Muito bem. Mas em 31, o *coupon*. Que há a este respeito?

Pela humilde parte que nos toca, pessoalmente, começamos a sentir-nos enfastiados connosco mesmo, pelo aspeto caturra, rezingueiro, envelhecido e obstinado que, relida no impresso, a nossa prosa, improvisada na diversidade flutuante e sucessiva, lastimosamente nos oferece, perante a serena confiança que a opinião aí nos testemunha pelos jornais, seus órgãos, como se diz que são. Acreditávamos, na alteração da distância, que os ânimos deveriam

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

estar sobressaltados, os espíritos inquietos e que, em face duma situação crítica sem precedentes, a atonia mental portuguesa seria enfim revolvida por uma ansiosa, dolorosa febre. Com verdadeiro assombro constatamos que laborávamos num erro ingénuo, numa ilusão pueril e extrema. E novamente — como sempre — chegamos à conclusão de que entre nós e os portugueses um único vínculo nos prende, o do mesmo dialeto feito língua, o do comum galego literário que ainda falamos, todos.

Dizíamos nós: — É impossível que aquela pobre, inculta, rotineira e vaidosa gente, insensível aos grandes estímulos, abstratos e puros, do patriotismo e da liberdade não se alarme, afinal, no perigo naturalista, animalista dos seus interesses concretos, do seu dinheiro perdido, do seu pão em risco.

É impossível que esqueça que o seu ouro tem sido, há um ano a esta banda, remetido semanalmente para Londres, em proporções radicais, conforme o vai acusando o balancete do Banco de Inglaterra, que diariamente regista a receção de três, cinco, dez, vinte mil libras retiradas do giro em Portugal. É impossível que não veja que a bancarrota é agora, para ela, não já uma questão de meses, mas de dias, de horas quase. E, portanto, é impossível que se não resolva e não liquide.

Enganámo-nos. Errámos. Penitenciámo-nos, honestamente.

Mas também, necessariamente, corre-nos o dever, na conjuntura, de exarar que nos não envergonhámos do generoso ludíbrio. Escrevendo, mais nosso empenho consiste, egoistamente, em ressalvar, na história, a nossa responsabilidade.

Aconselhando e advertindo, possui-nos o orgulho, nobre, de que, a todo o tempo, nos não confundam. Tentámos, desesperadamente, na hora final ainda, abrir os olhos a esses endurecidos dorminhocos; tentámos chamá-los à própria salvação. Não quiseram; não querem. Mais tarde, de nós é que se não podem queixar.

Sabemos bem que se riem aí do que escrevemos; que o tomam à conta de propositais exageros de quem se supõe carece de levar a sua por diante; sabemos bem que acabaremos por nos tornar odiosos; mas não importa. Não diremos que o futuro nos há de dar razão, porque seria ridículo enfumar da névoa da vaga palavra do futuro a fatalidade próxima do fim do mês.

Note-se até, se a cética cárie nacional o exige, que não estamos a pousar de altruísmo desinteressado e irreflexivo, visto como a heroicidade seja a substituição do génio ao senso comum, ausente.

Em Portugal é-se egoísta, como ocorre a todas as sociedades ou no fim irremediável ou nas vésperas duma salutar remodelação.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas é-se egoísta com finorice, isto é com a crassa estupidez, que, numa ignorância colossal, torna passivo o cérebro, atrofiado por falta de exercício.

Não se quer saber de política. O critério da gente sensata é que se ocupa cada um da sua vida. Orientação excelente na prática, se se tratasse dum povo próspero e livre. Para se não incomodar, preferiria cercear, no imposto, os lucros legítimos do seu trabalho à perda de tempo que, mais prejudicialmente, lhe tomasse e transtornasse a independência de espírito necessária ao meneio, reprodutivamente compensador, de seus negócios privados. Este é o caso da burguesia inglesa, dos agricultores de certos estados da União americana. Aí, ainda se concebe que se proclame o princípio anarquista do indiferentismo político.

Mas em Portugal, onde tudo depende do Estado; onde, se o Estado falir, falirá tudo: onde tudo é a inversão da economia particular, do capital dos estabelecimentos de crédito na renda pública; onde, por cem motivos e mais alguns, se pode sustentar, sem paradoxo, que a fixidez de orçamento nacional é a condição de orçamento limitado de cada família, não se ocupar um país destes de política é não se ocupar de si próprio; é desconhecer cada cidadão, de *per si*, o estado mesmo dos seus negócios; é malbaratar os seus interesses os mais rudimentares; é correrem todos à sua perda como grosseiras redezinhas, sem consciência, das quais, demonstrando, elas, que não descortinam senão para miopemente perto, se pode dizer, sem injúria mas com tristeza, que não veem dois palmos adiante do nariz.

Talvez seja esta a necessidade histórica. Na incurável ilusão do livre-arbítrio, e não havendo ainda a sociologia conquistado a exata, concordante conformidade das restantes ciências hierárquicas (se é que a conquistará jamais), os homens, que não podem prever, empecham-se em afeiçoar os acontecimentos ao grado dos seus desejos e das suas aspirações. Nobres, quando essas aspirações são altruístas. É o nosso caso. Vis, quando elas são egoístas. É o caso dos outros.

No fim, nós republicanos, que queríamos? Refazer Portugal; reabilitá-lo; engrandecê-lo; nobilitá-lo; restituí-lo à civilização progressiva; porventura, no tempo, fazer-lhe adquirir tal qual hegemonia, neste ou naquele sentido, na península, depois, consequentemente, na humanidade.

Ora, não seria isto uma quimera cómica?

Pela sua posição geográfica detestável, aí é tradicional reputá-la ótima; pela insignificância da densidade da sua população; pela

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

pobreza do seu solo, que aí se continua a supor rico; pela incapacidade mental e pela mediocridade moral dos seus habitantes, o nosso país terá função no mundo civilizado? Parasitando dos outros até a sustentação provisória dos seus empregados, pelo empréstimo da usura cosmopolita, que está isso aí a fazer? Para que serve? Que representa?

Assim, não seríamos nós criminosos de lesa civilização geral, empenhando-nos na tarefa restrita de melhorar, mais ou menos, e que é imelhorável, de endireitar o que, de nascença, é torto?

E não estará prestando a monarquia inconscientemente um grande serviço humano, desfazendo, a pouco e pouco, destruindo, instante por instante, uma nacionalidade que não tem mais razão de existir?

É possível. Mesmo esta suspeita comporta desenvolvimentos largos e de carácter especial que não pertencem aos domínios dum artigalho fugitivo de efémera gazeta.

Por isso, limitamo-nos, agora, a repetir que é possível. O que não inclui que não insistamos na nossa teima.

A história, que a todos estuda, há de nos considerar, no nosso erro, com bondoso respeito. E para vós, na vossa verdade, será infinito o seu desprezo.

Valha-nos, ao menos, a tardia compensação neste atroz perdimento duma vida inteira.

Paris. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 179, 7 de junho de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na Véspera

É amanhã que termina o prazo *in extreminis* solicitado pelo governo de Lisboa ao governo da rua de Provence com objeto do convénio misteriosamente negociado aqui pelo belga Henry Burnay, oficioso plenipotenciário, sarcasticamente fazendo-se acompanhar do seu mordomo, o português Serpa, plenipotenciário oficial.

Amanhã tem de se resolver a indecisão trágica, ou por uma aquiescência desastrosa ou por uma recusa, opulenta de desgraças. Porque a monarquia bragantina (de bragantes) ou brigantina (*de brigands*, salteadores) conduziu o país que tem explorado à situação, grotesca e horrenda, de o incluir dentro dum dilema, do qual cada lado do ângulo aponta para uma idêntica catástrofe. É curioso observar como o que seria geometricamente um paradoxo é historicamente uma tristíssima verdade.

Se se aceita o convénio, a vida interior do Estado torna-se impossível, visto como os rendimentos principais se esterilizam, desaproveitáveis para os orçamentos de exercício, na adscrição especialista dos créditos estrangeiros. A evasiva efémera dos dois anos que se ganhariam pela simultaneidade do detestável convénio com um não menos detestável empréstimo, essa própria evasiva não se colhe, pois que o empréstimo não se conseguiu fazer, nem racionavelmente jamais se conseguirá.

Se não se aceita o convénio, Portugal verá substituída à ação dos comités a ação diplomática dos governos cá de fora e os corolários da lamentável intervenção dos gabinetes não poderão deixar de ser apavoradores.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Jogar o grande jogo audacioso de Salavérria na primeira fase da restauração bourbónica em Espanha é, para nós, insensato. Em primeiro lugar, porque Portugal, pela sua minúscula proporção geográfica, pela pobreza de densidade da sua população, pelo seu descrédito económico e sobretudo moral, pela sua subalternidade militar, sem esquadra, sem fortificações, sem artilharia de alcance, sem espingardas e sem pólvora, não pode tentar sequer um arremedo de resistência séria.

A Espanha não seria obrigada, pela força, ao pagamento brutal; Portugal sê-lo-á, mais do que provavelmente.

Depois, Salaverria podia afrontar impunemente os seus credores. Eram quase todos portugueses. O exterior madrileno estava quase todo entre nós. Que podia o miserável Portugal opor contra o plano cínico do ministro de Afonso XII? Fazer o que fez; resignar-se; aguentar-se; falir. Aguentou-se, faliu, principalmente no Porto, onde se especulara com fúria sobre o título espanhol. Rebentaram os banqueiros Carmo, Matos, Guimarães, o célebre Roriz.

Foi a história melancólica da crise de 1875 a 1876.

Mas Portugal agora possui o seu balancete de dívida em Bruxelas, em Amesterdão, em Berlim, em Londres, em Paris. É possível repetir o processo? Pode, impunemente também, ser o snr. Dias Ferreira o Salaverria de Paris e Londres e Berlim como Salaverria foi o Dias Ferreira do nosso amado burgo do Porto?

Dolorosamente o duvidamos, já que aceitássemos, de coração ligeiro, o papel nefando de caloteiros internacionalistas, papel imundo duplamente, porque continuássemos a tolerar aquelas instituições, com aqueles seus serventuários, que vieram a obrigar-nos a tão degradante humilhação.

Portanto, é urgente que esse entorpecido país se resigne à certeza de que chegou ao momento irremediável de acabar com a sua resignação, é urgente que pense em vida nova e que termine por se convencer de que a única probabilidade que lhe resta de se salvar reside num esforço desesperado para se precipitar afora do sulco em que segue passivamente a enxada do coveiro que lho vai rasgando numa leiva de cemitério.

Portugal já pensou no efeito imenso que teria na Europa a inopinada, salutar notícia que o telégrafo para estas bandas trouxesse, de que esse povo, roubado e escarnecido, arruinado e tiranizado, acabara por se insurgir, por se libertar dos trapalhões egoístas e estúpidos que o arrastaram, manietado e inepto, desonrado e tagarela, à bancarrota?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Portugal já pensou nesta rudimentar consideração de que esse proceder lhe retrairia as simpatias perdidas, lhe restituiria o crédito moral fugido, condição primeira e fundada do crédito financeiro?

Portugal já acreditou, a valer, no odioso facto de que é desprezado cá fora, precisamente pela sua tolerante, desavergonhada resignação, que o demonstra a esta gente briosa e suscetível como uma massa incapaz, ignara, que nem sequer sabe ser egoísta com uma inteligência nítida dos seus interesses privados?

Ou imaginarão daí que o que vimos escrevendo, depois dum propositado silêncio de mais de ano concluído, se inspira duma pataratice de lusitano estonteado pelas graças do *boulevard*, cioso de *épater*, como se diz aqui, por uma *ordinerie* dum mau gosto insolente a basbaquice nacional?

Informam-nos amigos leais que parece que assim sucede, pelo menos, em certo público, menos crítico.

Não importa. A sanção da nossa consciência abasta-nos. Não estranhamos mesmo o bestial aleide. Não é novo.

Logo nos primeiros tempos da emigração, um papel pseudos-socialista português nos increpou, aos que estávamos em Paris, porque em Paris estávamos. — *Oh! O exílio em Paris, na terra clássica do prazer, que farsa!* — Teve o escriba a coragem de escrever.

Vítor Hugo disse, porém, que o exílio era ímpio; o mesmo segundo Bonaparte foi fiel, no governo, ele, o traidor supremo, ao anátema que, exilado, lançara sobre os perseguidores.

No exílio — em Paris, na terra clássica dos prazeres — aprenda o foliculário, estipendiado ou não, que por vezes ao emigrado sua boca sabe-lhe a terra, ensopada de sangue. A terra da pátria remota! O sangue das lágrimas longe!

Na amargura pessoal, na indignação pela ignomínia coletiva, não é, assim, em tinta azul que haja de espanejar-se a pena proscrita.

Paris. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 181, 9 de junho de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os Credores Estrangeiros

Se fosse legítimo tomar vaidade de previsões pessimistas que implicam com o futuro da pátria — da pátria, apesar de tudo —, teríamos nós de as tomar, na nossa atitude divergente pelo que respeita às consequências da rejeição do convénio negociado pelo snr. Dias Ferreira e pelo mesmo snr. Dias Ferreira repudiado.

A *Agência Havas*, comunicando aos jornais de Paris e Londres a intervenção oficial do embaixador da Alemanha em Lisboa a favor dos credores de Frankfurt, de Hamburgo e de Berlim, encarrega-se de provar aos obcecados portugueses, vivendo e pensando fora da realidade simplista das coisas, que as nossas conjeturas se não inspiravam duma azeda má vontade sistemática, antes procediam da inteligência, nítida mas fácil, da estúpida situação em cujo fundo os desvarios governativos de meio século de absurda bambocha acabaram por nos submergir.

A *Agência Havas*, ela, explica a essa teimosa gente daí que nós é que não devaneávamos, que nós é que não nos embalávamos de quimeras. Mas, demonstrando o carácter positivo, histórico, prático dos nossos alarmes, a *Agência* não frisa, naturalmente, o aspeto da justiça, reta e severa, que revestiam também os nossos reparos.

Dissemos que a rejeição do convénio seria desastrosa para nós, como igualmente o seria a aprovação do convénio.

Esta antítese, insolúvel na monarquia, só poderia liquidar-se, pela adoção duma conduta radical, que, libertando-nos da monarquia, nos eximisse da responsabilidade dos seus convénios, de qualquer natureza que fossem. Na imagem que fantasiámos, do

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ângulo hostil em que nos encerraram, não nos sendo lícito esquivar-nos por nenhum dos seus lados, só nos salvaríamos, cortando a dificuldade a meio e saindo, consequentemente, por sua bissetriz.

Aí não se quer acreditar nisto; e é triste o sintoma da unanimidade da opinião em aprovar a tola audácia da rejeição pedante do acordo, *in limine*, sem contemplações e com uma fanfarronada que nos há de resultar caríssima.

É triste, porque essa adesão ao procedimento do snr. Dias Ferreira, inqualificável a todos os títulos, significa, mais uma vez, a profunda depravação moral da gente portuguesa, corrompida até à medula pela escola governativa constitucional. Os portugueses perderam o brio; eles já não têm sequer a consciência do quanto lhes fica atrozmente mal proclamarem-se impudentemente insolváveis perante a Europa que lhes emprestou o seu dinheiro e que nenhuma culpa tem em que a administração lusitana o malbaratasse prodigamente.

Alega-se aí que começámos, no interior, a fazer sacrifícios e que os credores estrangeiros devem ser equiparados aos nacionais.

Não devem tal.

Não devem tal, porque os credores interiores são simultaneamente credores portugueses mas também cidadãos portugueses. Como cidadãos portugueses, eles são *in solidum* responsáveis em face do credor estrangeiro, visto como Portugal é, pela lei fundamental do país, um Estado constitucional, regido por um governo representativo, que emana do voto nacional nas eleições. Enquanto o credor europeu não passa dum estranho que não goza dos direitos políticos em Portugal, que não pode interferir nem direta nem indiretamente na nossa administração, e ao qual os nossos governos — isto é, nós todos, representados nesses governos — solicitaram auxílio, garantindo-lhes livremente estas ou aquelas vantagens em troca do numerário que puseram, fiados na nossa boa-fé, à nossa disposição.

Quer dizer, o credor estrangeiro encontra-se, na presença do credor interno, exatamente na mesma posição em que se encontra o depositante dum Banco para com o acionista desse Banco. Um e outro entraram com dinheiro para o estabelecimento, mas um é responsável pela sua gerência, pois que escolhe a direção e, por intervenção dela, administra, e o outro nada tem que ver com essa gerência.

Isto é tão corrente que o direito comercial, as leis especiais que regulam as sociedades anónimas de crédito consignam a preferência dos credores de fora aos de dentro, no caso de falência

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

bancária. O acionista só receberá o *pro-rata* que lhe toque, depois de satisfeito o depositante, o que possui promissórias, etc.

Para os Estados, o caso é o mesmo; de modo que a frase injustificável da equiparação do credor estrangeiro ao nacional não passa duma indecente desculpa de mau pagador.

Quanto aos efeitos positivos da medida do snr. Dias Ferreira, eles não poderão deixar de ser funestíssimos.

Ainda mesmo que os governos estrangeiros abandonem à sua desdita os nossos credores, estes é que não se contentarão a semelhante, irrisório preço. Mover-nos-ão a pior das guerras, a guerra económica. Os mercados financeiros ficar-nos-ão, de vez, fechados. Os nossos títulos descerão a preços ridículos e acabarão por ser riscados das cotações. Como não temos ouro dentro do país, elevar-se-á o câmbio a proporções (deve chegar a 50 muito breve), a proporções tais que o movimento do comércio e da indústria tornar-se-á impossível. Há um *deficit* permanente anual. Não se cobrirá; no interior, satisfar-se-á com papel, mas esse papel não poderá ser aceite, para a compra no comércio, porque o comércio (que é de importação) não topará maneira de o converter cá fora em ouro, isto é, em géneros. Enfim, é uma calamidade sem nome que vai começar.

Tantas vezes temos, infelizmente, acertado que não será pretensão nossa supor que acertaremos desta vez ainda.

O próprio snr. Dias Ferreira teve a suspeita deste lamentável futuro e procurou atenuar o efeito da sua absurda resolução, declarando que a sua medida era provisória, limitada aos *coupons* já vencidos e que para os futuros ia encetar negociações para novo convénio.

Não se repara aí nestas palavras da decisão ministerial? Parece, porém, que elas nos dão razão e que deveriam mitigar as alegrias pela rejeição dum convénio que o próprio governo não apresenta senão como transitória.

É curioso como se argumenta nesse país. Aprova a opinião o repúdio do convénio, visto que ele implicava um empréstimo, que se considera desastroso, desastroso agora que não foi possível obtê-lo. Nós calculámos exatamente o contrário: isto é, que a rejeição do convénio só se explicava por se não ter podido alcançar o empréstimo. Porque é preciso que esse Portugal compreenda duma vez a sua situação. Ela define-se, dizendo que hoje Portugal é incapaz de obter, seja em que condições for de normalidade tal qual, um franco. Ninguém lhe empresta nada.

Portanto, a opinião aí que se não iluda. Se o convénio se rejeitou, foi porque o empréstimo se não pode fazer.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Quem é que o diz?

São os nossos próprios credores.

Notem bem os portugueses que o comité da rua de Provence fecha o seu protesto contra a decisão do snr. Dias Ferreira, declarando que nada tinha que ver com o empréstimo português, que nunca decidirá emprestar coisa alguma a Portugal e que, se consignara no texto do projeto do convénio, aqui aprovado pelo snr. Serpa, alusões e referências ao empréstimo, foi unicamente para satisfazer os desejos do governo de Portugal, que exigiu essas alusões e referências como condição *sine qua non* para aceitar o convénio.

Isto é, o governo pediu aos credores que pusessem no texto do convénio essas alusões; para quê? Evidentemente, para enganar aí a opinião, para a ludibriar, para lhe fazer crer ainda na possibilidade dum empréstimo, suposto salvador, mas impossível de realizar. Tornou os credores estrangeiros cúmplices dessa mistificação no interior. A eles, isso nada se lhes dava. Nada ganhavam nem perdiam com isso; era palavreado que não custava dinheiro. Pôs-se. Fez-se a vontade à gente de Lisboa.

Mas lá é que continua a comédia.

Insiste-se em que se rejeitou o convénio, porque não convinha o empréstimo. Quando se rejeitou o convénio, porque não houve modo de arranjar o empréstimo. Eis aqui.

Tudo, porém, está consumado.

Vai-se pagar um terço só do que se deve cá fora. Mas em ouro.

Há ouro mesmo para isto?

Compra-se no mercado?

A que preço o irá, em seguida, para seu uso, buscar o comércio nacional?

Para o *coupon* que vem, ainda restará uma triste libra?

Far-se-á então a bancarrota completa?

E a Europa perderá o seu dinheiro, tranquila e paciente, sem tugir nem mugir?

E, dentro do país, com o câmbio a 50, a 60, a 70, talvez a 100 %, conforme no Brasil, como é que se arranjarão?

Oh Portugal! Pobre gente!

Paris. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 191, 22 de junho de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Dos Parentes e Amigos de Saxe-Coburgo-Gotha

Não é teimosa caturrice insistir no carácter, pesarosamente sintomático, da inconcebível unanimidade de opinião, aí aderindo e conclamando a iniciativa tomada pelo gabinete Dias Ferreira, pelo que respeita ao repúdio do convénio negociado pelo snr. Serpa Pimentel com o *comité* que na rua de Provence representava uma grandíssima parte dos interesses dos nossos credores no exterior.

Nunca esse aço de força, temerário e imoral, deveria implicar a cumplicidade do país, que se torna responsável nos seus desastrosos efeitos, desde que com ele se fez solidário, ratificando-o pelo aplauso duma patriotice declamatória e inconsciente.

A mais rudimentar prudência crítica ensinaria aos portugueses que era inqualificável que o mesmo presidente duma situação que negociara o convénio fosse, com dias de intervalo, precisamente quem o repelisse. Esta contradição envolve o reconhecimento pela Europa de que a conduta dos nossos estadistas não obedece a um plano preconcebido, antes flutua na indecisão dos sucessos de dia a dia, sem lógica e sem racionalidade.

Depois, quando se apurasse que uma deliberação tão grave qual a adotada não fora precedida sequer de tentativas de reconhecimento junto aos governos europeus sobre a maneira como eles receberiam semelhantes procedimentos, a opimão aí, longe de motivos de aplauso, encontraria, se em Portugal se soubesse pensar, margem para justificados alarmes e inquietas increpações.

Tardiamente começam a chegar os sustos, agora que a despeito das interessadas, trapalhonas negativas, se saiba já no país da intervenção do governo da Alemanha a bem dos credores alemães

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

lesados. A *Agência Havas* comunicou de Lisboa para Paris o teor dessa influência nos termos cortesmente ameaçadores que se podem ver da nota da referida *Agência*, nota publicada em jornais franceses vulgares em Portugal, como o *Temps*, por exemplo.

Por pouco tempo se pode, pois, prolongar a mistificação que procede da fácil negativa da intervenção diplomática alemã, e é assim que na imprensa portuguesa começam já a aparecer críticas estéreis acerca da legitimidade ou ilegalidade da conduta da chancelaria de Berlim.

Afirma-se que a Alemanha não tem o direito de intervir em questões da nossa administração interna.

Este debate é absolutamente ocioso. Que nos importa, com efeito, averiguar se a Alemanha tem ou não, à luz do direito estrito, capacidade jurídica para nos coagir à solvência dos encargos que livremente contraímos, isto é ao mero cumprimento dos nossos deveres?

Que importa? O facto é que ela encetou essa coação; o facto é que nós não lhe podemos resistir, o facto é que o procedimento do gabinete de Lisboa nos tem de conduzir a uma humilhação de reconsiderada aquiescência próxima a suas exigências ou a um desastre material, se nos permitirmos ridículas filáucias. Portanto, para que serve estar a discutir quimeras de direito internacional, nós que cedemos já à França, quando do caso *Charles et Georges*, onde tínhamos razão, nós que cedemos já à Inglaterra, quando do *ultimatum* de lord Salisbury, onde igualmente tínhamos razão, nós que cederemos inevitavelmente à Alemanha, nesta porca contenda de calotice, em que não temos razão nenhuma?

Nenhuma, nenhuma, nenhuma.

Diz-se que pagarmos ou deixarmos de pagar à Europa, à qual devemos e não podemos solver, é uma questão de administração interior.

É prodigioso que se escrevam estas coisas.

Pois são de administração (administração) interior as obrigações contraídas no estrangeiro, levantando empréstimos, para conseguir os quais a legislação dos Estados obriga o contratante à escolha de domicílio por parte dos representantes dos governos que recorrem ao crédito?

Isto é triste ter de o discutir. É tristíssimo ter de ensinar lugares comuns a toda essa sabedoria de Portugal, terra de espertalhões.

Parece ignorar-se aí que os Estados têm o direito de velar pelos interesses dos particulares, seus cidadãos, quando defraudados pela

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

má-fé ou pela incapacidade de gerência dos governos estranhos a que confiaram as suas economias, em troco dum papel que chegou a nada representar.

Todavia, esta doutrina é tão corrente que se inscreve nos mesmos regulamentos das Bolsas, de modo tal que até pelo que se refere, às empresas *particulares* dos estrangeiros no estrangeiro o decreto presidencial de Grevy, em data de 6 de fevereiro de 1880, confere aos bolsistas direitos de contencioso.

Para a cotação do curso dos valores, o regulamento da Companhia dos Agentes de câmbio de Paris, permitem-lhes estabelecer, no artigo 155.º, que possam conceder, recusar, suspender ou proibir as negociações dos títulos dos Estados que hajam prevaricado ou desmerecido.

Que há, pois, de extravagante que esta invasão de soberania se estenda e torne vasta, absoluta nos casos excecionais como este agora do nosso desgraçado país!

Em Portugal ignorar-se-á a intervenção financeira da Europa no Egito e na Turquia mau grado as resistências ostensivas ou ocultas que no Egito assumiram as proporções tremendas que lhes deu o pronunciamento dos coronéis, a formação do partido nacional, as audácias, misteriosamente abortadas, do pachá Árabi? Em Portugal ignorar-se-á a intervenção, aceite e capciosamente tramada pelo próprio presidente Porfírio Dias, no México?

Este é o aspeto terrível do terrível problema, mas aí pensa-se geralmente que se não trata mais do que dum incidente sem consequências, quando monarquia e república, ministério e povo, instituições, seus amigos e seus adversários chegaram, sem se render conta. Enfim ao fim.

Gasta-se o tempo numa difusa tagarelice, que não leva a nada: que os de fora não se podem irritar porque os sacrifícios começaram pelos de dentro, que os de fora não passam duma multidão de agiotas ricos que podem facilmente perder.

Se isto fosse verdade, isto não nos salvaria das violências que tais hostilidades estão em via de exercer sobre nós.

Mas isto mesmo não é ainda verdade.

Os sacrifícios não começaram pelos de dentro. Anda-se em festas; em grossas pândegas. Com a Roda de Ouro vão-se gastar dezenas de contos. E nesta mesma semana. E os sacrifícios importaram, no seu total, a tanto ou a tão pouco, que o orçamento do Estado apresenta no simples exercício de um ano a bagatela de dezanove mil contos de excedentes de despesa. Não está mau o sacrifício, portanto.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os credores estrangeiros não são tal uma turba odiosa de fartos capitalistas. Pelo contrário, o nosso papel fracionou-se só em França, de modo que há milhares, dezenas de milhares, de medíocres famílias, da pequena burguesia, que investiram as suas economias em renda portuguesa e que ficarão reduzidas à miséria, se Portugal fizer, de vez, bancarrota. Em Lyon, por exemplo, é uma calamidade; por isso, Lyon se fez representar na rua de Provence especialmente por um delegado regional, o snr. Courtois.

Vamos, portugueses. Tende vergonha. Fazei o impossível por pagar a quem deveis. Se for, para isso preciso vender a própria camisa do corpo, vendei-a, vós que comprais camarotes para a Geraldine a cinquenta libras, de contado.

Considerai que só assim começareis a expiar as vossas culpas, pelo consentimento que tendes dado nas eleições, que ireis proximamente dar de novo, às variadas quadrilhas políticas que vos conduziram a esta trágica situação.

Considerai que, se o não fizerdes espontaneamente, vo-lo farão fazer à força. Livrai-vos, ao menos, dessa vergonha e desse horror.

Aí citou-se, como da imprensa séria de Paris, o *Jornal dos Debates*, donde se extraiu um trecho suposto favorável ao governo Dias Ferreira.

Não recusarão os nossos adversários, portanto, esta folha parisiense.

Ora, sabeis no que o *Jornal dos Debates* falava, um destes dias últimos, a propósito da atroz crise financeira em que nos debatemos?

Falava no *troar do canhão em Lisboa.*

Seria hediondo que nós, que nos não soubemos bater quando nos roubaram, o tentássemos agora que, roubando-nos, as instituições tentam roubar, impunes, os outros.

Como é hediondo esta espécie de solidariedade que se busca firmar entre o patriotismo, o legítimo orgulho nacional, a um sistema político que nos arruinou, nos envileceu, nos perdeu irremediavelmente.

Sejamos desgraçados, vá, mas não sejamos ludibriados. Vítimas; mas, ao menos, *dupes*, parvos, comidos por tolos — não!

Paris. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 193, 25 de junho de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Empréstimo — Os Empréstimos

Se se pretende que isto vá de birra, seguiremos insistindo interminavelmente, visto que nós também pertencemos a essa gente caturra de portugueses, que costumaram sempre gabar-se de que em teimas ninguém os vencia.

Repetem aí até à saciedade que foi bom que o governo rejeitasse o convénio para se não ver obrigado a aceita conjuntamente um empréstimo, detestando por péssimo. Repeliremos daqui até à saciedade que o convénio foi rejeitado por isso que o governo, apesar dos mais desesperados esforços, não conseguiu obter um empréstimo que era com efeito péssimo, mas que, péssimo ou excelente, ninguém lhe quis conceder.

É tal, porém, a inconsciência portuguesa, com respeito à catástrofe financeira nacional, que continua aí a pensar-se que não há nada mais fácil a Portugal do que levantar, quando queira, dinheiro nas praças europeias, contraindo os empréstimos que muito bem lhe apraza por na gana. Assim, com o hábito indígena do mexerico invencionista, falam os jornais na constituição de sindicatos, na organização de grupos de capitalistas e banqueiros em Lisboa, a fim de se repartirem os lucros inconfessáveis, os *pots-de-vin*, as luvas de próximas negociatas, urdidas à sombra e com detrimento do Tesouro público.

Tudo isto são quimeras infantis, pela razão, simples e corrente, de que hoje Portugal não tem crédito para que lhe emprestem cá fora um Luiz de ouro, um franco de prata, vinte cêntimos em cobre.

De resto, não é preciso queimar arráteis de fósforo cerebral para concluir que um país, obrigado a declarar aos seus credores

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

que não pode satisfazer integralmente os seus anteriores compromissos já estabelecidos, não deve encontrar-se nas condições favoráveis propícias a habilitarem-no para que novamente se dirija aos capitalistas estranhos a pedir-lhes mais. Não é evidente? É em toda a parte do mundo. Em Portugal não é. Somos originais ao menos.

O empréstimo que se tinha em vista apurar no começo das negociações ou seria tomado firme, por qualquer financeiro ou quaisquer banqueiros associados, ou seria oferecido ao público europeu, em subscrição aberta.

Quem é hoje, no grande público (que cá fora não é como aí, onde se não sabe ler), quem é hoje, no grande público, informado dos nossos desastres pelo jornalismo político, pela imprensa financeira, que iria arriscar-se a colocar as suas economias no papel dum Estado que começou por não pagar o juro a que se obrigou para com os prestamistas precedentes?

A ideia duma subscrição pública é tão absurda que, quando se andou com a intrujice de empréstimo, o qual se negociaria primeiro em Paris, depois em Londres, depois em Frankfurt, não se teve a audácia de a aventar sequer. Disse-se que a operação seria feita com um grupo de banqueiros amigos, que tomariam firme o empréstimo.

Mas — com mil diabos — esses banqueiros generosos, excecionais usurários, haveriam de ficar eternamente com o papel que tomassem na carteira?

Não teriam de o pôr no mercado? E voltávamos à mesma. Quem é que lhe pagaria? Que estúpido negócio seria, consequentemente, o desses pedaços de asnos!

Não; desenganem-se. Portugal hoje não pode levantar empréstimos. Tirem daí o sentido.

Pensem que o descrédito de Portugal é tão grande que já se reflete perigosamente sobre aqueles estabelecimentos europeus, aliás importantíssimos, que tiveram o mau sestro de entabular um tempo relações com o nosso país.

É assim que o *Noveau Comptoir National d'Escompte* se ressente ainda agora da sua operação sobre os tabacos portugueses. Conserva em carteira, inútil, a apodrecer, a grande massa desses títulos.

Quando, há meses, se falou que a casa da rua Bergére ia fazer um empréstimo a Portugal, imediatamente as suas obrigações desceram, num dia, dúzias de francos, nos bolsins. De modo que, havendo esta semana corrido em Paris o boato de que, por intermédio do Banco *Lisboa & Açores*, o *Comptoir* se resolvera a fornecer

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ao governo português os fundos necessários para o pagamento do terço do *coupon*, logo, logo, logo, oficiosamente, a imprensa daqui tratou de serenar a opinião, desmentindo o boato aludido, restabelecendo o crédito já abalado do banco francês.

É preciso que se note que o *Comptoir*, há dois anos, esteve seriamente ameaçado pelo *crack* dos cobres, em que demasiadamente se envolvera. Foi preciso que urgentemente, por via dos grandes estabelecimentos nacionais de crédito, o Estado lhe acudisse.

Pois bem. Dessa crise terrível o *Comptoir* saiu, vitoriosamente, com o apoio da opinião. E agora a opinião falha-lhe, desde que se trata de negócios com Portugal, negócios aliás relativamente mesquinhos, de curto alcance, desmandando o empate de quantias, imensas para nós, quase insignificantes para esta gente daqui, habituada a contar por milhões de milhões.

Tal o lindo, asseado gosto em que esses grandes melros da governança acabaram por nos colocar a todos.

*
* *

Por outro lado, a administração portuguesa não pode prescindir de empréstimos, desde que lhe é inexequível efetuar economias, mas economias que realizem o impossível, de equilibrar a receita com a despesa nos orçamentos correntes. Toda a vida tem vivido de empréstimos e não se concebe maneira de, com o que está, poder deixar de viver com eles.

Aí resolveram o problema, que não tem solução, porque está formulado em condições absurdas; resolveram-no. Coisa fácil: — pregar um letreiro à porta do ministério da fazenda, conclamando que lá nem se empresta nem se pede emprestado. Que mágicos!

Mas, um momento.

Que não se empreste, vamos. Mal chega o que existe. Mas não pedir emprestado?

É bom de dizer; mas depois?

Pois eu tenho de rendimento para minha casa quatro e gasto sete; como hei de arranjar a vida, se não me emprestarem os três que me faltam?

Trabalhar para adquirir esses três?

Mas o Estado não trabalha, despende.

Reduzir a despesa?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas o Estado aumenta-a todos os dias.

E enquanto a aumenta, os seus rendimentos, esses, é que vão diminuindo tanto e tão rapidamente que acabam aí de... nomear uma comissão para estudar as causas deste decréscimo ameaçador. (!)

Aumentar os impostos?

Os diretos é impossível; o contribuinte não pagará, porque não tem. Os indiretos, também não. Quando o género se agrava demasiado, a venda cessa, a alfândega não cobra. É o que aí está sucedendo.

Depois, para mais, hoje não há aí numerário. Paga-se em papel e, com o câmbio, o Estado que recebeu em papel e que tem de satisfazer cá fora em ouro, perde no ágio para além do que imaginara conquistar com o excedente das taxas tributárias.

Vender as colónias?

Ninguém as quer por dinheiro. Hão de ficar com elas de graça. De graça bem, não. Para se garantirem do que já até agora lhes devemos.

Não pagar aos de fora?

Também não pode ser, porque eles não estão pelos autos.

Então?

Então — sair, fugir desse beco tapado. Mudar de rumo. Navegar noutras águas.

Não querem fazer a experiência?

É possível que não queiram ou que, quando, afinal, o queiram, já seja tarde.

Mas isso é com os senhores. Nós, entretanto, vamos cumprindo o nosso dever.

Paris. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 196, 30 de junho de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os Pseudocredores

Erro grande e grandíssima injustiça (de resto, estamos, infelizmente, há tanto, habituados a tantas!), erro grande e grandíssima injustiça seria deduzir das palavras amargas que a inconsciência do país na sua desgraça nos vem provocando ultimamente deduzir pedantes impertinências ou malévolos desejos que a nossa conduta, queremos acreditá-lo, não autoriza ninguém a supor da nossa parte.

Mas o facto é que todos os dias a opinião portuguesa nos fornece margem para que nos assombremos dos processos de intolerável leviandade com que aí se consideram e discutem ainda os assuntos que, momentosamente, deveriam ser versados com cuidado e melindroso escrúpulo. Eles, com efeito, afetam os nossos interesses e implicam com a seriedade que nos cabe empenhar-nos em manter perante o mundo, hoje, por nosso mal, preocupado não só com o que no país se faz mas, naturalmente, até com o que lá se diz.

Ora, é deplorável que franceses, ingleses, alemães holandeses, belgas, toda a Europa, concitada e voltada contra nós, possa legitimamente constatar que, a propósito da tremenda crise financeira que atravessámos e de cuja solução depende todo o nosso futuro, a opinião nacional imagina como verdades indubitáveis, axiomas correntes nada menos do que os disparates mais extravagantes, que parece incrível se alojem mesmo em toutiços rudimentares.

Assim, uma coisa está aí estabelecida, indiscutida, circulante, fácil. Vem a ser que os *comités* estrangeiros não são autênticos e que os portadores que se reúnem na rua de Provence não

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

passam duma comparsaria, adrede arranjada, vestida e ensaiada para representar, a tanto por cabeça, um papel convencional de comédia interesseira. Não se acredita que se acredite nisto. Pois acredita-se, escreve-se, proclama-se como um destes lugares comuns que basta enunciar, que não carecem do arremedo sequer duma demonstração. É espantoso.

Calcula-se aí isto possível, na França, em Paris, a dois passos da Bolsa, com a cumplicidade do governo francês, no silêncio venal da Prefeitura da polícia! É fenomenal, único.

Visto que no nosso país todos temos as culpas e a nossa incomparável vaidade, que nada aliás justifica, não se compadece com a modéstia honrada duma comissão, ainda que tardia, busca-se agora, no teor de sempre, um bode expiatório. No caso sujeito, é o belga Burnay. Este é que compra os jornais de Paris, as revistas financeiras da França, da Inglaterra, da Alemanha, da Holanda e da Bélgica, para que nos vibrem injúrias e arrastem o nosso crédito pela lama das praças estrangeiras, segundo se diz na oca retórica empolada, peculiar do estilo, da maneira literária da nossa terra. Como se o belga tivesse a lucrar algo com isso; como se o aludido personagem pudesse dispor das somas necessárias para o conseguir, como se os credores estrangeiros, defraudados no juro dos seus empréstimos e receosos do seu capital, devessem estar inclinados neste momento, a cantar-nos loas e a extasiar-se de reconhecido júbilo pela nossa administração! Francamente, é novo isto.

Mas, novo ou velho, é como é *C'est èpatant, mais c'est comme çá*, diz a canção. E os franceses confundidos, não logrando estender-nos, logo que discorrem acerca dos nossos negócios, que nós acabámos por arranjar modo de que sejam agora também os deles, concluem sempre, desanimados, irritados, mas sorridentes, conforme da sua raça, concluem, sempre, por trautear a cópia da opereta que explica tudo:

Les portugais sont toujours gais.

Eis aí. É o que nós somos: uns pândegos, uns excelentes pândegos, uns pândegos maiores da marca.

O snr. Eduardo Garrido, quando trasladou para a nossa linguagem a *Noite e Dia*, cioso, talvez, de não melindrar as susceti-bilidades nacionais, transferiu a ação do libreto de Lecocq para a vizinha Espanha; ao vizinho espanhol, grave e solene, é que o fez cantar como homem fol..., como um grande folgazão.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Enganou-se. O parisiense é que tinha acertado. Os folgazões, tristemente, somos nós.

Folgazões e terminantes, lógicos. Decidimos que os credores da rua de Provence eram manequins de pasta: Chamamos-lhes os *pseudocredores*. Pseudocredores, tal qual. É frase hoje lídima na gíria da nossa politiquice.

Porque estas mistificações têm-se visto. Não apareceu já em Londres um carniceiro da Austrália a dar-se como o desaparecido lord Tichborne, a reclamar a herança da defunta mamã do Tichborne verdadeiro?

Os da rua de Provence, os de Amesterdão, os de Bruxelas, os de Frankfurt, são todos um regimento, completo, de apócrifos Tichbornes, de que o capitão é o belga Burnay e o sargento instrutor *esse tal Mèzières*.

Os franceses não podem, se vamos a isso, alegar ignorância sobre estes casos misteriosos. Os snrs. Ponson de Terrail, Émile Richebourg, Fortuné du Boisgobey não serão, eles, franceses e não têm, eles, escrito verídicas histórias destes sucessos? Quem lha aí que se não recorde do famoso *Rocambole*, para não ir mais longe?

Pelo contrário. O facto é tão corrente, vulgar, comum, quotidiano, que se fixou em provérbio, que fredonnam os rapazitos pelas ruas, quando alegremente, em ranchos, recolhendo do trabalho da oficina, vão entoando o *ritornello:*

Il y a des gens qui se disent Espagnols
Et qui ne sont pás du tout Espagnols.

*
* *

É certo que a honorabilidade, acima de toda a suspeição, do presidente do *comité* deveria insinuar-nos que a nossa ideia talvez não fosse inteiramente exata. Mas que nos importa, a nós, esse snr. Mèzières, que nós, afinal, nunca vimos mais gordo?

Assim, chamamos-lhe *um tal Mèzières*, esse tal, um certo, um inominado. Tratámo-lo, como quem é e como merece, como um lagalhé, sem consequência.

Somente, este homem é deputado. Que tem isso? Nós também temos deputados e sabe Deus!

Este homem é vice-presidente da Academia francesa. Mas nós possuímos também uma Academia e, apesar de tudo, a nossa

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

trova atribui, em tempos, um simbolismo de bizarras significações à surpresa de lhe haver nos baixos morrido um burro queimado.

O snr. Mèzières é oficial da Legião de Honra, professor da Sorbonne; representou a Universidade de França no jubileu de Shakespeare em Inglaterra, no de Dante em Itália. Representou a Academia francesa no 5.º centenário da morte de Petrarca em Avignon. Foi ele o encarregado de responder ao discurso de receção doutro lagalhé, um tal Ernesto Rénan; e ainda ultimamente o Paris artístico saboreou a maliciosa, fina ironia da sua resposta às indiscrições juvenis do romancista Loti insofrido, se bem que não deslocado, sob a reserva do circunspecto zimbório.

Deste erudito, que o lexicógrafo Larousse reputa um literato de gesto e talento, os livros acerca de Shakespeare, seus predecessores, contemporâneos e sucessores, são notáveis a todos os títulos. Do volume que consagrou a Petrarca, o sábio italiano Ângelo de Gubernatis, que considera o snr. Mèzières como um escritor elegante e diligentíssimo, afirma que *è ancora sempre il più bello abbiamo sull 'argomento.*

Todo o respeito de que o nome do snr. Mèzières é cercado cá fora, a nós, é que nos não rala, que de sábios estamos fartos e na mais crassa ignorância temos vivido e medrado, com geral gáudio e público aprazimento.

Pois era, todavia, tão fácil não cometer destas *béones* imperdoáveis.

Dar-se-á caso que já não haja na Biblioteca Nacional de Lisboa, na municipal do Porto, ao menos, um triste Larousse? Ficará definitivamente a especialidade de o citar ao snr. Floquet, do Palácio — Bourbon?

Não se encontrará por aí, à mão de semear, um mísero *Dicionário dos contemporâneos*, do outrora, aí mesmo, tão folheado, sempre serviçal Naporeau?

Nas lojas de livros, para seu negócio, os mercadores de papel brochado já não usam do Catálogo Lorenz?

Esse catálogo bastava. Traz para cada autor umas pequenas linhas elucidativas, de biografia. Era o suficiente.

E, com simples dois minutos, escusava-se bem de, a todo o propósito, estarmos a dar aos estrangeiros o lastimável espetáculo da nossa ignorância, agravada duma suficiência irritante.

O patriotismo não consiste, todavia em berratas absurdas. Afirma-se até em pontos íntimos.

Por exemplo, nesta insignificância de se falar das coisas, com prévio conhecimento de causa. Se queremos que nos respeitem,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

que atendam aos nossos argumentos, comecemos por mostrar que não discorremos à toa, mas na plena, integral consciência do que alegamos.

O resto não são escritos políticos. São aranzéis.

E — santo Deus! — Lembrem-se de que nem só aí hoje são lidos e comentados.

Lembrem-se de que hoje em Paris, em Londres, em Amesterdão, em Bruxelas, em Berlim, nos mais ardentes focos da civilização, são lidos e comentados... esses aranzéis.

Paris. *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 197, 1 de julho de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na Melhor Hipótese

Suponhamos as melhores hipóteses para o governo português.

Suponhamos que os gabinetes europeus desprezam as sugestões dos seus respetivos nacionais, credores de Portugal, e que, por quaisquer motivos, se deliberam definitivamente a não intervir.

Suponhamos que preocupada com interesses mais graves, a Alemanha se satisfaz com a resposta lamurienta que de Lisboa se opôs à primitiva nota de minaz reclamação.

Suponhamos que, desanimados e cansados, os credores estranhos acabam por se resignar à sua situação e aceitam, sem novos protestos, sem novas resistências, a redução do juro do seu papel.

Suponhamos que as bolsas do continente, vencidas pelo exemplo do *Stock-Exchange*, só determinado pelo furor britânico da originalidade na independência de procedimentos terminam por se não importar com a estampilhagem dos títulos, e volvem a admitir à negociação oficial o *papel* português, em que, todavia, se cortaram já os *coupons* diminuídos.

Nesta série de suposições amáveis, a que se acrescentarão se quiserem, ainda as que mais se quiserem, ficam resolvidas as dificuldades, estará liquidado o problema?

Não.

Porquê?

Porque o exercício ordinário continua, como sempre, a acusar o *defficit*. No orçamento deste ano publicado no *Diário*, ao que transmitem os telegramas de Lisboa para Paris, é de cinco mil

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

quinhentos e vinte e dois contos. No fim do exercício, apurado o orçamento retificado, esse *defficit* deve montar, pelo menos, ao triplo. Aí temos quinze mil contos de dívida flutuante.

Mas aceitemos que se acabou com a mistificação triste dos excedentes do chamado orçamento extraordinário. Aceitemos que, como do tradicional costume, se não mentiu mais uma vez, quando em cortes absurdamente isto se prometeu, no momento em que se expuseram as medidas pretensiosamente aí alcunhadas de leis de salvação pública. Aceitemos que a opinião europeia não foi então novamente ludibriada e que as alegrias a este respeito exaradas no recente anuário político dirigido pelo snr. Lavisse não sejam, perante subsequentes factos em contrário, desconfessadas por uma despeitada deceção. Fiquemos nos atuais cinco mil contos, número redondo, para menos.

Temos, pois, deste ano, em letra do tesouro, sucessivamente reformadas, cinco mil contos.

Mas, do ano que findou, herdámos para consolidar, igualmente por semelhante via, dezanove mil contos.

Aqui estão, portanto, vinte e quatro mil contos, para menos.

Como nos veremos livres deles?

Convertendo em dívida consolidada? Como, se reduzimos os juros desta?

Consolidando por um empréstimo? Como, se nos é absolutamente impossível levantar hoje empréstimos?

Depois, permanecendo, ao cabo das economias que a monarquia logrou realizar, permanecendo, ainda assim, um «defficit» importante, pelo teor das atuais revelações do «Diário», no ano que vem, que destino daremos ao povo excedente de despesa, tomado do crédito interior, abusando das facilidades nacionais? E no outro? E no outro?

Vê-se que a situação é insolúvel. Pode talvez arrastar-se. Mas para que? Para um desastre mais terrível.

Todavia, a culpa, o erro, o crime antipatriótico hoje já não é da monarquia, que não pode fazer outra coisa.

A culpa, o erro, o crime antipatriótico é de quem lhe deixa, a ela, margem para assim ir indo comprometendo, perdendo a nação.

Mas a nação, ela mesma, tolera, mais do que tolera, aplaude. Tanto aplaude que, nas próximas eleições, sancionará a administração com um verdadeiro plebiscito, duma maioria esmagadora a favor dos candidatos monárquicos. O ponto está em que haja ainda com que se compre as pipas de vinho necessárias para

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

regalar, com uma coletiva bebedeira patusca, o respeitável corpo eleitoral.

Portanto, como quem corre por gosto não cansa, sua alma sua palma.

Paris. *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 201, 6 de julho de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Oh Pais e Mães da Caridade!

Logo que de Paris se recambiou para Portugal a notícia enviada de Portugal para Paris pela *Agência Havas,* informando solicitamente a França de que a Alemanha havia reclamado já contra a decisão do gabinete de Lisboa, reduzindo o juro do coupon exterior, a nossa prezadíssima imprensa oficiosa apressou-se em desmentir, categórica e indignamente, o aleive calunioso propalado pelos emigrados lusitanos, novos Miguéis de Vasconcelos, pois tão acertadamente nos tempos passados o consignou o poeta quando disse que:

> ..... *também dos portugueses*
> *Alguns traidores houve algumas vezes.*

Mas, depois, como lhe estalasse a castanha na boca e não houvesse outro remédio senão confessar que a intervenção alemã era, com efeito, um acontecimento consumado, a mesma imprensa, com um dia de intervalo, para fugir com as mãos à palmatória, que justamente merecera, desatou a gritar que era verdade, que a caluniadora, a trapalhona era ela, mas que até fora excelente, porque isso dera ensejo a que o governo português pusesse as coisas no seu lugar, chamando a Alemanha ao decoro, levantando bem alto os direitos, o brio e a dignidade de Portugal.

O jornalismo oficioso não se pejou, em maneira nenhuma, desta indecente retratação, que está aí nos costumes, nos lindos costumes políticos desse país. Ficou com a mesma cara, com tanto

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

amor de si como antes, com a mesma esperança nos próprios merecimentos, tão certo é igualmente o prolóquio que aí estabelece que quem não tem vergonha todo o mundo é seu.

O facto é que, de lés a lés, estrugiu no país um coro de patrióticas exclamações. Bravo! Bravo! Bravo! Finalmente, tínhamos um governo enérgico, à altura da gravidade da situação. Capaz de reatar as tradições dos Castros, Albuquerques, Gamas, Pachecos e outros retumbantes apelidos. Falando direito, solene e claro. Viesse a Alemanha para cá com notas. Caprivi que se não fizesse fino, que as ouviria, francas e duras. Ao chanceler pretensioso é que lhas ia cantar na nota que imediatamente lhe enviaria, em terminante resposta, o Zé Dias.

Foi já publicada na Alemanha essa famosa nota. Apareceu no *Monitor do Império.* De Berlim telegrafam para Paris o seu teor.

> É este: «*A decisão do gabinete de Lisboa em data de 13 de junho não foi tomada pelo governo português, senão com grandíssimo sentimento seu, e o governo português não procedeu como procedeu senão sob a pressão das mais lamentáveis circunstâncias*».

Tende, pois, piedade de nós, oh grandes da terra. Não abuseis impiamente da nossa fortuna, da nossa catástrofe. Compadecei-vos do antigo Portugal, o esquelético velhinho, esfomeado e estropeado, barba imensa, hirsuta e branca, ossadura rompendo uma sombra de pele pergaminhada, conforme a arte nacional usa representá-lo. Não o forceis a dar-vos o que não possui; enternecei-vos da sua degradada decadência, lembrai-vos de que já foi grande e ilustre e que hoje está, como o simbólico usurário, refeito pela legenda popular, como esse Pedro Sem do melodrama, que

> *Já teve e agora não tem.*

*
* *

Com grandíssimo sentimento seu!
Sob a pressão das mais lamentáveis circunstâncias!
Oh pais e mães da caridade!

Estais vendo, debaixo do incêndio do sol africano das nossas terras, a longa fila ululante que tolda o céu das pagãs romarias

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

com o clamor da sua miséria, que empesta o ar turvo do fedor revoltado dos seus aleijões?

Oh pais e mães da caridade!

Com grandíssimo sentimento seu!

Sob a pressão das mais lamentáveis circunstâncias!

Paris. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 205, 11 de julho de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Amanhã

A intervenção fiscal, que é o tremendo desfecho desta triste comédia financeira que os nossos governantes vêm representando perante a Europa, continua a seguir desenvolvidamente os seus trâmites, morosos mas lógicos e convergentes.

É assim que depois das reclamações, isoladas e coletivas dos portadores da dívida exterior, começou por surgir o protesto oficial da Alemanha. Acompanhou logo esse protesto da Alemanha o da Holanda. Tardou o da França, mas finalmente produziu-se; e os jornais de oposição ministerial em Paris, como a *Lanterne,* increparam mesmo o snr. Ribot de haver gasto perto de três semanas a decidir-se. Agora o ministro das finanças da Bélgica assegura os credores, depois de estes em Bruxelas lhe entregarem um volumoso *dossier* contra Portugal, o que mostra que o pequeno país Wallon-flamengo também, por seu turno, nos vai fazer cominações.

Resta a Inglaterra, que ainda se não pronunciou. É a ela que vai competir o golpe último, decisivo. Já os portadores ingleses, um destes dias, lavraram em Londres, sob a direção do famoso naturalista Lubbock, o seu protesto à margem do decreto de 13 de junho, resolvendo insolentemente manter a resolução arbitrária que haviam tomado com respeito à emissão dos certificados pelos dois terços diferidos do *coupon* vencido, isto apesar dos protestos do gabinete de Lisboa.

São, manifestamente, os preparativos da guerra, em que capitularemos, vencidos e humilhados, sob a condição da gerência internacional europeia.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não será, pois, inoportuno que comecemos a pensar no que venha a ser a nossa vida interna, económica e política, sob esse regímen, próximo, da administração estrangeira.

Politicamente, a nossa independência, que hoje é nominal no sentido moralista de que não poderíamos garanti-la, quando atacada, passa a sê-lo histórica e efetivamente.

É claro que seria grotesco pensar que os estrangeiros permitam que lhes diminuamos os rendimentos alfandegários, que são a sua garantia, ou diretamente pela liberdade que nos reservemos sobre a organização da pauta, no sentido de proteger a nossa produção, ou indiretamente agravando o trabalho com impostos diretos, o que exageraria os preços de venda, embaraçaria as transações, reduziria o comércio e, assim, limitando as importações, lhes faria recear por esses rendimentos aduaneiros, consignados a eles. Já agora se sobressaltam com as tabelas aí publicadas que acusam um decréscimo crescente pela comparação de semestre de este ano com os do anterior.

Portanto, a breve trecho, a comissão estrangeira há de interferir nas atribuições legislativas do governo e do parlamento, isto é, do governo, visto que o parlamento aí é, como se sabe, mera chancela do ministério. Assim, a soberania do Estado português será como a do Khediva, inteiramente uma fórmula.

Os estrangeiros despedirão das alfândegas a grande massa dos empregados, que são de mais, como se sabe também, e farão substituir os que tenham de ficar por seus nacionais, belgas, ingleses, franceses. Esta foi a grande causa próxima da insurreição nacional do Egito; e os escritórios do *controle* serão povoados de estrangeiros, pagos, já se vê, à nossa custa.

Só nos escritórios da administração estrangeira no Egito, à data do movimento dos coronéis, havia 355 empregados, de todas as nacionalidades, com os quais se gastava por ano 103 mil libras esterlinas aproximadamente.

Esta é a informação que nos fornece o snr. Scotidis, que tinha razões especiais de má vontade ao Egito; mas já o snr. Anatole Leroy-Beaulieu, irmão do economista célebre que se encarregou em Paris de revelar à Europa a nossa falência, nos diz o número redondo de 500 empregados, sendo 174 ingleses e 326 franceses, e calcula os seus honorários não pela libra esterlina, mas pela libra egípcia, que vale cerca de 26 francos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os chefes dos serviços da administração estrangeira eram os dois administradores, um francês e um inglês, com os direitos seguintes, segundo o decreto de 15 de novembro de 1879:

1.º Lugar e assento no conselho de ministros, com voto consultivo (art. 4);
2.º Poderes de investigação os mais amplos sobre todos os serviços públicos (art. 1);
3.º Comunicação quer ao Khediva quer aos seus ministros das observações oriundas dessa investigação.

A prestação de contas dos seus trabalhos ao Khediva, no fim de cada ano (art. 5), foi o único dever que, naturalmente, houveram de tomar para com o miserável Egito sobre que procediam.

Numa palavra, aos administradores coube o direito de assistir e de intervir, a título de conselheiros, nos atos do governo egípcio, sem participação direta na administração, mas com a faculdade de apelar para o Khediva, com respeito a todos os atos ou a todas as medidas administrativas. O que, *mutatis mutandis*, é a mesma coisa, salvo pior juízo.

Como este é o dia de amanhã para os portugueses (pois que, inertes, estão à espera de quando já lhe não possam valer) não será mau que vão sabendo de que cor será esse dia.

Paris. *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 211, 18 de julho de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Notas do exílio

I

Renan

Meu caro Heliodoro Salgado:

Escreve-me o meu querido amigo a que reate a interrompida colaboração, n'*A Portuguesa*; e entristece-me, entre tantos, tantos motivos amargos, o confessar-lhe que não mo solicita a humilde atividade cerebral, na funda persuasão de que todos os esforços são inúteis perante a comatosa quietude moral desse infeliz povo, destinado, pela vingança das grandes correntes históricas, a expiar na geração atual os desvarios, erros e crimes da nossa época chamada de glórias.

Não se pode Heliodoro, apesar do muito em que reputo o seu espírito de justiça, fazer-se uma ideia do efeito de indignação e desdém que a indiferença do nosso público em face das políticas indignidades recentes, avultando ao longe e ao longe adquirindo o mesmo destaque de evidência das suas exatas proporções morais, nos promove, na terra estranha, amortecendo-nos a iniciativa, gelando-nos na boca as palavras confusas com que tentamos explicar e atentar as responsabilidades dos nossos, quando nos perguntam, quando se dirigem à nossa alarmada consciência para que lhes digamos as razões, para que lhes interpretemos os sucessos.

É tão desgarrador semelhante estado sentimental, tão envergonhante nos ruboriza a noção da impotência que uma cólera insensata nos torciona e nos revolve desde que voltamos a pensar no emprego de palavras para surdos, no brioso estímulo do coração de moribundos, estendidos na treva e na sanice, gostosos, perdendo, gota a gota, os restos de sangue puro, vertido para um

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

charco, de onde se não erguem, depravados os sentidos, vicioso o ânimo.

Assim a sua carta me encontrou; e com ela me surpreendeu como uma voz de combate que emergisse das profundezas de um cenotáfio e me deixou inquieto e hesitante, na carência de uma resposta adequada, como quando ouvimos divagar a própria imaginação na penumbra lúcida da tortuosa madrugada de uma noite de febre.

Ocorreu-me então conversar consigo esterilmente, como convém a dois incorrigíveis metafísicos que a realidade mesquinha prostra e abate, recorrendo caminhos trilhados, evocando reminiscências fugidas e esquecendo melancólicas, sempre presentes.

Se, em vez do voto, falássemos do ideal? Se, quando ainda se discutem projetos liberticidas, tagarelássemos sobre as realizações do espírito! Não seria excelente que cortássemos a atenção destinada aos candidatos governamentais e nos ocupássemos um instante de quem quer que fosse, contanto que não seja um deputado de uma maioria de granadeiros ou um ministro de um Estado em bancarrota?

Porquê, eternamente, sujar a alma instalando-lhe a constante preocupação de vulgares sofistas e de intrigantes vulgaríssimos?

Eis aqui que há uma semana sucumbia em Paris um trabalhador ilustre, um crítico eminente, um incomparável mestre do idioma de que a cega fortuna o habilitou a servir-se como do veículo universal de suas ideias. A sua vida, de infatigável atividade, a sua morte, de lealdade incorruptível, mergulhavam-me, quando me chegou a sua carta, nesse doce, indistinto cismar em que, fixos, redondos e abertos, os olhos buscam, no remoto do ar imenso e virginal, o mistério da sanção para os esforços desinteressados, para as incoercíveis tentações do entendimento, violentando a esquiva, impenetranda verdade.

Acudia-me à mente a lembrança do inefável delíquio moral, quando menino e moço as minhas mãos, trémulas do escrúpulo da impiedade, abriram, pela primeira vez, rasgando a casca do fruto proibido, o volume da *Vida de Jesus* e eu li essa página, maravilhosa de contida emoção, da dedicatória à *alma pura de minha irmã Henriqueta, morta em Biblos*. É belo, não é verdade? Curta, tocante, com subtil artifício na sua epiderme simplista, essa página, decerto involuntária, mas habilmente, no fim, concilia com o autor os melindres assustados das almas religiosas e tímidas, ainda frementes do tumulto das imprecações conclamadas contra o irreverente, apóstata, maldito.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Natureza delicada, nevroticamente feminina, Renan ama amparar-se dos fracos; e, escrevendo de memória, sem livros, no fundo de uma aldeia pobre, é-me vedado recordar-lhe agora esse outro precioso encanto de dedicatória também, não me ocorre se de *S. Paulo*, se do *Anti-Cristo*, a M.me Scheffer, porventura a filha do pintor romântico, esposa do filósofo. São seis, oito linhas, sonhadas e tristes, de onde se sente que exala um vapor meigo de violetas.

Ignoro se em Portugal, de onde me faltam os periódicos, se frisou, agora que de Renan se haviam de ocupar, como do sucesso de ocasião, este carácter, lírico, enternecidamente musical, do estilo do grande prosador. A sua graça provém-lhe da sua sinceridade; é na maneira o reflexo espontâneo do condicionalismo étnico do artista, bretão de nascimento, oriundo do departamento das Côtes-du-Nord de França, vindo, pois, à tormenta cosmopolita de Paris com o coração ingenitamente ferido da poesia da sua gente céltica.

Melhor do que a nenhum outro francês lhe era dado tornar conhecida, fazer sentida, o que é bem mais e bem melhor, essa ingénua, severa e pura poesia; e o estudo que lhe consagrou, a propósito da coleção recolhida e publicada por lady Morgun, revela-nos a estrutura moral dos vates, a condição psíquica de uma raça, que se nos evade da inventorisação analítica, sabiamente crítica mas fria e inerte de erudito tal como d´Arbois de Jubainville. A violência, a voluntariedade, a candura dos temperamentos antolha-se-nos manifesta e prescindimos de nos submeter à fadiga das repetições, traço da primitiva poesia, ainda quando mitigadas, adaptadas nos álbuns literários de um Villemarqué.

Com a idade e o desilusionante espectáculo da vida, a poesia de Renan, abrumando-se, toldou-se de uma caligem pessimista; com o saber, sistematizou-se em filosofia, volveu-se numa ética doutrinal; com a permanência em Paris, perdeu a simplicidade bárbara e agreste, degradou-se pela regra, pelo gosto, pela cultura da proporção, peculiares do génio francês, cuja especialidade estética o faz regressar sempre ao hieratismo clássico, imitação de imitação, renascença da Renascença.

Os seus dramas de fim de existência, os seus diálogos, serpeados por uma ironia de deceção, são o efeito funesto desse condicionalismo intrínseco, em que se exageraram as características negativas, dissolvendo ou, pelo menos, embaciando o conjunto. Mas, quando as qualidades permanecem limitadas na sua relatividade e Renan compreende que de poeta, de construtor orgânico

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

não possui mais do que o quanto baste a fim de compreender e desenvolver, para os outros, as situações morais, sem que lhe seja permitido conceber de próprio, ele é então seguro e perfeito. Essa poesia habilita-o a quase popularizar os áridos estudos da exegética, a preocupar o grande público com as argúcias da hermenêutica, tranquilizando o leitor pelo debuxo de painéis históricos, em que a curiosidade se refaça de forças, pitorescamente descansando, entretida e satisfeita. Recorda-se, no *Anti-Cristo*, desse quadro, escorrente de cor, retumbando de selvagens ruídos, da entrada de Nero no anfiteatro, entre os gritos da agonia dos gladiadores e os roucos bramidos das feras que aguardam a sua ceia, monstruosa e consuetudinária, de crentes e fanáticos?

Vê-a, ainda, a formidável besta apocalíptica, o leviano gomoso flagelado por Petrónio, no seu recanto de apoteose, estonteado e míope, ajustando a esmeralda que lhe aproxime os detalhes da carnificina? Não o perturba já o perplexo confronto do pobre Marco Aurélio, de espaldas voltadas à hecatombe, indeciso, ineficaz, atraído pela vertigem do abismo interior, alma em que, sem esperança, naufraga um mundo?

Esta pujança evocatriz tornava Renan eminentemente próprio para compreender as mais divergentes modalidades do espírito nas fases passadas da evolução humana. Ela lhe consentia o intercalar-se nos sucessos esvaídos, como espectador crítico e comentador, em cuja alma vão perpassando ideias e sentimentos que ininteligíveis nos aparecem, visto numa larga curva de desvio se separarem da linha em que, tradicionalmente, continuamos seguindo, mais ou menos inconscientes. Mas também o prejudicava para apreciar, com exatidão, certos aspetos, estritamente racionalistas, da mentalidade crítica moderna, talvez secos e duros, necessários como elementos integrantes de um sistema de ideação, de que ainda não possuímos, se as possuímos até assim, outras do que as vastas linhas gerais.

Patentear-se-lhe-á o pensamento das palavras acima quando se lembre do acre exemplo, entre outros, da injustiça com que Renan tratou o mais notável representante da extrema-esquerda hegeliana, esse Feuerbach, cujo critério humanista da divindade havia de conduzir Max Striner a uma verdadeira antropolatria, a qual, por modo algum, se contém no processo subjetivo, que constituiu as grandes ideias religiosas que Feuerbach revelou.

Usando do método dialético do mestre, o discípulo pôs em evidência a contradição entre a essência humana e a essência teológica do cristianismo. Passando da antinomia, manifestada

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

por todo o movimento racionalista, desde Bolingbroke, desde Voltaire, desde Reimarus, entre a fé e a razão, Feuerbach derivou, do exame da batalha travada pelo dogma contra a ciência, para o entendimento intrínseco desse conflito. Abandonou o lado concreto da polémica; invadiu o âmago psicológico do problema, desvendando a antinomia estrutural da fé e do amor, exteriorizada esteticamente nos antagonismos da revelação e da arte. Esta é a grande originalidade de Feuerbach, que escapou inteiramente a Renan, o qual não viu, mal impressionado, senão as rudezas da forma, irrespeitosa e brutal, do hegeliano.

Todavia, a atenção dever-se-ia despertar, ao ilustre francês, em face das tentativas de explicação humana por Feuerbach iniciadas seriamente, se bem que com carácter, decerto, demasiado abstrato. Cumpria ver a explicação da dogmática e da liturgia cristã, graças à simbólica, engenhosamente transportada do histórico pela mítica ao psicológico e ao ontológico pela dialética.

O entendimento do sentido realista dos dogmas, a decifração humana dos sacramentos, entre cujos esboços analíticos destaca a admirável interpretação do batismo, haveriam de fazer considerar a *Essência do cristianismo* de Feuerbach com um cuidado cuja falta nos parece duas vezes estranha em volume onde se dedica um capítulo à explanação da simbólica de Creuzer e outro, principalmente, ao sentido da mítica dos de Tubingue, à exposição do método aplicado à vida de Jesus pelo famoso Strauss.

Circunscreveu-se Renan no perímetro, meramente estético, da crítica de hegeliano, e digo meramente porque o não considerou como um corolário do estudado conflito entre a fé e o amor. A vitória que Renan se tomou sobre Feuerbach, eloquentemente resenhando os produtos sublimes da arte cristã, é indigna do grande francês. Por vezes, este não sai de uma fácil declamação, que justamente indignou a Joseph Roy, depois de Ewerbeck, condescendente vulgarizador da ciência e da filosofia alemã em França, o segundo tradutor de Feuerbach.

Não bastava consignar os produtos da arte cristã; era urgente deduzir que essas maravilhas procediam, sem ilogismo, do processo subjetivo que elaborara a religião; que elas, essas grandes obras, não desmentiam o supranaturalismo, o antinaturalismo e o anti-humanismo da fé. Enquanto isto não se fizesse a crítica de Feuerbach não fora sequer atacada, porque os produtos da arte poderiam ser não pelo cristianismo mas apesar dele, inspirando-se de uma revindicação, antiteológica e crescente, do humanismo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O próprio Renan, por uma contradição implícita, fornecera armas contra si próprio quando, seguidamente, observando-a, censurava a revertência da arte cristã à arte profana, desde que fora procurar os tipos da Madona a Albano ou ao Ttranstevero. Sem refletir que essa revertência não passava de um acréscimo de humanidade, virtualmente contida, desde o início, no mesmo processo estético, naturalistamente imitativo, consequentemente, tecnicamente progressivo.

A onda de ingénita, melancólica poesia, espumosa e refluente, mercê da primeira educação clerical de Renan, pois que, conforme a exata palavra de Vítor Hugo, quem foi, mais ou menos, padre, fica-o sempre sendo, arrastava frequentemente o heterodoxo para a margem escabrosa, de onde, abandonando-a, entristecido, se embarcara.

A palavra de Hugo foi dita num sentido respeitoso, com motivo da épica figura de Cimourdain; no mesmo sentido a reproduzo.

Ser padre, isto é compreender que a estrita realidade não abasta; confugir para o quimérico ideal; amorosamente cortejar a utopia da santidade: esta superior condição moral inabilita o homem para todo o exame que ou choque os melindres veneráveis das tradições na essência da nossa piedade herdada ou incida, particularistamente, sobre os casos concretos da atividade política e social.

Sensível até o absurdo, se, assim, a nossa natureza refina, se quintessencia, se aristocratiza, o alheamento das ásperas realidades torna-nos insuscetíveis de distinguir os fenómenos imediatos que caem diretamente sob a nossa inspeção.

É curioso, neste tema, observar como os grandes historiógrafos são, por via de regra, detestáveis observadores do presente e como, ao par das mais belas reconstruções do passado, nada apercebem do futuro próximo. Habituados à serenidade das bibliotecas, o tumulto mundano perturba-os; a grosseria das individualidades do momento obriga-os a retrogradar as miradas para os extintos personagens, esfumados e solenes no esmo nimbo. Dentro do fragor de uma peleja em que se não entendem, esquecem-se de que, eles mesmos, são, no seu campo, os portadores da voz do dragão múltiplo da Revolução. Este singular contraste moral acentua-se quando a tarefa do sábio é, pela própria dificuldade, menos acessível, quando menos interessa as grandes massas. Agrava-se se o pensador não possui essa maleabilidade de espírito que faz acompanhar, dia a dia, as antagónicas divergências de uma mentalidade complexa, sempre em marcha.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Absorvido na erudição especial, onde as modificações de critério, pela diminuta atividade dos poucos iniciados, são menos sensíveis, Renan não possuía, infelizmente, essa força propulsora que conduzia um Edgar Quinet desde as vagas alegorias de Hegel até às cautelas observações de Darwin, e um David Strauss desde as tímidas restrições da primeira edição da *Vida de Jesus* até às temerárias conjeturas da *Antiga e nova fé*.

Isolado, convivendo num círculo requintado de grandes damas, literatos e artistas, mundo reservado, onde a hipocrisia se desforra na maledicência, tal como o vemos nesse antipático rosário de mexericos, de que os dois Goncourt fizeram o seu *Diário*, Renan não podia compreender a democracia, que se lhe antolhava uma irrupção de bárbaros modernos, de americanos sem tradição, sem gosto, doutrinários, duros, pedantes e impertinentes. Este fenómeno de atavismo político apresenta-o também o amigo e companheiro do exegeta, o grande crítico Taine. Mas Renan não chegou aos extremos deste; pôde resistir ao desvairamento com que os federados da Comuna vitimaram, decapitando-o, aquele que veio a considerar a Revolução como o deus egípcio de que conta S. Clemente de Alexandria ser nada menos do que um hediondo crocodilo que, escondido por detrás de toda uma sinfonia de sedas e púrpuras, se empregava em devorar os oradores entusiastas que eram bastante ousados a, afastando as pregas do sagrado velário, penetrarem no santo dos santos.

Não se deu a reconstruir uma crónica da grande época sobre os relatos, cem vezes desmentidos, dos reacionários. Não se gastou a repetir a crapulagem de Saint-Just, anedota baseada no poema anódino, exposto pelo, sem embargo, fanático robespierrista Ernest Hamel. Não se cansou em somar as fantasmagóricas delapidações de Danton, reduzidas a zero pelos cálculos conspícuos do positivista Robinet.

Afastou-se; afastou-se, quiçá pesaroso dos erróneos prognósticos a que, nos últimos dias do império, se abalançara, redigindo o seu opúsculo sobre a *Monarquia constitucional em França*.

Recordado das perseguições que lhe retiraram a cátedra em que professava público ensino, Renan não renega aí, como nunca renegou (e essa é a sua grande honra cívica) do nobre culto da liberdade. Dela se revindica; para a liberdade apela. Mas supõe-na possível com a monarquia. As suas cataratas são tão densas que a imagina compatível com o mesmo bonapartismo, pois que diz que não seja razão que a herança de Napoleão I se mantenha intacta, em mãos do segundo César. Era, por então, a crise tardia,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

mas reparadora, do crime do 2 de dezembro; e o desgraçado imprudente de Émile Olivier preparava-se ao que se chamava a coroação do edifício.

Não supunha Renan racional a guerra; não acreditava na unidade alemã; de um plebiscito derivava a paz e a liberdade; declarava Paris incapaz de impor a revolução e afirmava que a república não passaria jamais em França da aspiração de um partido, contumaz e revivendo, é certo, das suas derrotas, mas cujo carácter consistia em permanecer sempre uma minoria.

O plebiscito, aos poucos meses, sofisticou-se, fazendo-se-lhe dizer o que não significava; o rei da Rússia era coroado imperador da Alemanha na galeria dos espelhos e Versalhes; e, pelo sufrágio depois da revolução, o escritor morria em pleno triunfo da república, que reputara impossível.

Se, nas suas conjeturas políticas, se enganara Renan, o seu amor da liberdade, esse, não se desmentia, como não o seu independente afã da pura e extreme verdade. Assim, ele nos pertence, ele pertence à Revolução, cuja obra lhe foi confiada em domínios particulares e exclusivos, mas onde a prosseguiu com elevação e com honra. Apesar das suas inconscientes contradições, amigos e inimigos da Revolução destarte o julgam; e, enquanto o Estado republicano lhe tributa em França honras oficiais e a democracia se descobre, respeitosa, perante o seu cadáver, sobre o seu ataúde caem as amargas palavras dos reacionários, ou graves, dos lábios de Cornély ou frenéticas, dos dentes de Cassagnac.

Apesar do aristocracismo da cultura e do convívio, salvara-o o seu bonhómico plebismo de origem. Ele lhe dava esse desleixado aspeto, promotor da simpatia dos populares que o olhavam em cera, coberto do seu casacão negro, flutuante e comum, no museu Grévin; ou sorriam, apontando-lhe as unhas, enlutadas, no retrato realista que, apresentado no último salão dos Campos Elísios, fez dizer à *Vie Parisienne* que, por ele, o grande pintor Bonnat demonstrara a utilidade dos manicuros.

O amor da verdade poucos o possuíram em tão extreme grau como Renan; pela verdade combateu e se sacrificou.

Ela o levou a desdenhar a sua amada tranquilidade, a sofrer, resignado, os doestos, as injúrias e as calúnias.

Podia ficar-se na glória quieta das suas missões científicas e desses seus trabalhos linguísticos com que honrou a ciência moderna, abrindo para a história e gramática das línguas semíticas o paralelo monumental da monumental obra correspondente de Bopp para as línguas indo-germânicas, teorema de que a conclusão,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

na gramática das línguas românicas, de Diez, nos interessa, pela parte que aí compete ao nosso idioma. Era-lhe fácil mesmo, como a tantos, contemporizar, quedando-se nas meias linhas, nas reticências saboreadas pelos epicuristas, que gostam de duvidar mas não querem que o povo discrepe, porque parta um bridão, necessário às suas prerrogativas. E assim ele podia limitar-se às esotéricas heterodoxias, fatais em estudos como o sobre Averróis, mas que se confinam em livros inacessíveis.

A probidade do seu espírito não lho permitiu; da *Vida de Jesus* chegou a fazer uma redução popular, então que a imperatriz Eugénia, plagiato de Maria Antonieta, atascava o bonapartismo, rezingueiro e cético, como cumpre a uma tarimbeirice combatente, num misticismo espanhol, intolerante e sensual.

Este alto amor da verdade teve o seu prémio em descobertas admiráveis que lhe foi permitido arrancar de consecutivos labores sobre ingrato tereno. Não as que mais o envaideceram. Não as em que não lhe coube senão separar o trigo do joio, como no caso da decifração do fatídico número 666 que aferrolha o enigma do nome do Anti-Cristo e que lhe foi dado extrair do contraditório labirinto, onde se encontrava, do teólogo Malvenda. Mas outras muitas, grandes e valiosas.

Aqui chegados, recapitulando, não passaríamos assim melhor o tempo, meu querido Heliodoro, discorrendo, de fugida, acerca deste homem, por tantos títulos ilustre?

Para si, filho e neto de literatos, o caso deve agradar-lhe tanto mais que foi a seu pai que o público portuense deveu a versão da *Vida de Jesus*, dessa obra áspera que, menino e moço, tanto me comoveu quando, receoso e trémulo da impiedade de que me ia tornar réu, lhe li, pela primeira vez, a inspirada dedicatória *à alma pura de minha irmã Henriqueta, morta em Biblos.*

Abraça-o, na Revolução, o seu amigo

BRUNO. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª Série, n.º 287, 15 de outubro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

II

Zola

Meu caro Heliodoro Salgado:

Ah bandido! Desleal! Pérfido! Então, francamente, isso faz-se?

Respondendo-lhe, escrevo, divagando, no confiante abandono da intimidade, a propósito de um homem ilustre. E vai o Heliodoro perversamente estampa-me a carta nas colunas do jornal.

Supondo-o, porventura, pouco, leva a felonia longe. Sobrepõe à minha pobre missiva um título geral; mais, faz-me numerá-la, como se se tratara de iniciar uma pretensiosa série.

Pois olhe. Quero ser mais refalsado do que o Heliodoro. Aterre-se pelos seus leitores. Vou, salvo ulterior, melhor juízo, preencher essa série anunciada, conversando consigo perante todo um público. As abominações, que do Heliodoro, passarei, a desvendar, a desvendar *coram populo!* Eis o seu castigo.

E, depois, talvez seja bem. É tão grande a ignorância do geral das gentes aí que eu mesmo arrisco-me a dar novidades; pode que até eu ensine, destarte, alguém. Os que sabem mais do que eu (e não é preciso, ai de mim!, muito para isso), saltarão o espaço. Se um me restar, já é excelente, já haverei prestado, ao menos, a esse, um serviço. Quase que me decido a aplaudir o seu procedimento. No fim, o Heliodoro tem a regra na sua mão; logo que o entenda, rasgue, ponha ponto. É caso estabelecido, condição assente. Porque da sua indulgência quando me limite a tagarelar consigo estava eu certo. Assim, adiante.

Falava-lhe, de Renan na minha carta passada e, ainda a propósito do grande prosador, leio, em gazetas de Madrid, que se reserva a cadeira ocupada na Academia francesa pelo autor da história

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

das origens do cristianismo ao autor da história da família dos Rougon-Macquart. Acrescenta mesmo o correspondente de Paris para a folha da *villa coronada* que dos imortais os bonapartistas e os orleanistas voltarão, cerradamente, em Zola.

Por muito que parafuse e cogite, reparafuse e recogite, convenho em que nem atino nem acerto com o misterioso significado desta conjura de reacionários, ao que soe depreender-se do telegrama, conluiados numa espécie de manifestação política, sob pretexto literário, em torno do nome de Zola...

Zola, porém, é republicano; e os seus azedumes contra umas tantas personalidades eminentes do partido democrático em França estão hoje para ele tão esquecidos como para o público culto os ásperos artigos em que, nas colunas do *Figaro*, há uma boa dezena de anos, o mestre deu largas à sua má vontade aziomada. Zola, de tempos a esta parte, açucarou.

Quem se recorda, assim, desses malévolos libelos, corrosivos como qualquer inveja, inconsciente decerto, das posições sociais conquistadas por antigos companheiros da boémia literária da margem esquerda? Quem pensa ainda no facciosismo, espirituoso mas pesado, com que Zola se atacava a certas individualidades salientes do revolucionarismo francês, tentando amostrar, segundo uma crítica, fácil e desleal, dos pontos fracos, que Vítor Hugo era um poeta medíocre e que Gambetta não possuía talentos de homem de Estado?

Vagamente deve o Heliodoro ter presente, talvez, as lamentações, tão características da idiossincrasia de literato, com que Zola enchia a parda bruma, do *boulevard*, acerca do prejuízo que se fizera a si próprio Rochefort não se refugiando no exclusivo dos domínios da novela, para que nascera excecionalmente dotado. Testemunhava o crítico com o *Palafreneiro* e não fazia nota desses sarcásticos volumezinhos dos *Depravados*, que, na literatura otimista e hipócrita onde a virtude se acostumou a triunfar, rasgava uma exceção, tipicamente assinalada pelo travo persistente dos conceitos, não desfigurando, contudo, *à priori* o carácter da naturalista verosimilhança dos sucessos.

Recordo, por mim, a fúria das reclamações com que Zola exigia que lhe pusessem para ali esse homem forte que os camaradas lhe vinham anunciando na pessoa do snr. Ranc, desde os combates de 1869. E penso na estreiteza de critério que lhe não permitia ver a valente personalidade panfletária das três séries da *Lanterna*, que lhe obscurecia as faculdades de dialética do jornalismo político exibidos pelo senador radical.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Por esse tempo, a guerra encarniçada, de que fora alvo obscura de tal modo o grande lutador que é inconcebível como se deixara arrastar à quimérica empresa de destronar Hugo do seu sólio lírico, remetendo contra o velho vate flechas tão frágeis de tão frouxo alcance, que logo se faziam hastilhas.

É curioso e gráfico o exemplo seguinte: — Na segunda série da *Lenda dos Séculos*, todos se extasiaram da versificação dessa maravilhosa lenda alegórica que tem por título *A Águia do capacete*. Um senhor feudal, batalhador e implacável, persegue, da rijeza diamantina do seu ódio uma família, rival da sua casa, e persegue-a nas pessoas de ascendentes e descendentes, de diretos e fins, de parentes e aderentes. Vai, sem descanso de provocações em pelejas, de pelejas em sangrentas vitórias. Tudo sucumbe diante do seu valor frenético, da sua pujança ardida e incomparável. Não resta mais do que uma criança que vaga, descuidosa, pelo solariego jardim, à cata das borboletas e dos ninhos. O temível barão aguarda a adolescência do odiado menino e é com um júbilo infernal que vê ser-lhe dado, no ocaso da sua carreira formidanda, reptar ainda o tenro rebento de uma árvore fatal. Saem a campo os dois o jovem, mal ingreisando na existência, o seu inimigo que dela não quer sair antes dele. Mas, apavorado, aos primeiros passos de armas, sentindo-se perdido, o moço dá volta ao seu cavalo, lança-se na vertigem de uma fuga de assombros. O seu adversário não lhe perdoa, e abala-se em pós dele. Correm, voam, salvam precipícios, desfilam, enovelam-se, turbilhonam num poeirento redemoinho. Às portas dos casais vêm assomando os aldeões, acudindo ao tropel, e gritam, no revoltante conspecto, piedade para o fraco fugitivo. Ao rebate das suas entranhas, a suplicam as mães; na indignação da sua fé, a exigem os santos ermitas. Nem rogos nem imprecações comovem a feroz vindicta do velho burgrave, que logra atingir enfim a exausta vítima, abandonada de Deus e dos homens, e, na indiferença hínica da natureza, cantante de luz, alegremente a trespassa.

Mas então ouve-se um rugido rouco e profundo; a águia de bronze arranca-se, em fúria, do capacete sobre cuja tampa a soldaram, precipita-se para cima do seu senhor, rasga-lhe a face, arranca-lhe a língua, devora-lhe os olhos. E, quando não resta mais sob a tenaz das suas garras justiceiras do que uma massa informe, empastada de sangue, desdobrando as orgulhosas asas, toma o voo imenso, despede-se para o sol, paira, perdendo-se, no azul infinito.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Que reparos opõe Zola a esta bela simbólica da justiça, irremediavelmente imanente e surgindo no agudo das crises morais? A material impossibilidade de que uma águia *de bronze,* etc. Concebe-se nada que em ingenuidade exceda a simplicidade do maravilhoso das legendas?

Interprete-se conforme se queira, o certo é que este, como outros artigos, simpáticos aos reacionários pelo que de agressivo continham para com os espíritos lealmente postos ao serviço da grande causa da Revolução, estão hoje sepultados naqueles dos oitavos charpentier que ninguém compra.

Enfim, numa palavra, não me ocorre o a-propósito em volta de Zola desse juramento dos punhais dos obscurantistas. Porque a obra novelesca de Zola seja, mau grado a impersonalidade sistemática do artista, a condenação do velho mundo, militarista e burguês, capitalista e supersticioso, não penso como bonapartistas encontrem ensejo de sancionar o anátema, implícito na *Fortuna dos Rougons,* sobre as violências inacreditáveis do golpe de estado nos departamentos, não concluo como orleanistas, hoje fieis servidores do ultramontanismo, se liguem na apoteose daquele que, na *Faute de l'ábbé Mouret* revindicou os direitos da natureza, rebelada contra as exigências místicas do celibato.

Ainda ao que toca pelos bonapartistas, o estranho caso poderia entender-se, atendendo à cor simpática que o romancista calcou para a figura pálida de Napoleão III na absurda carniceria de Sédan. Mas bastará? E não repararão no carácter animal da piedade entornada sobre o enfermo, desesperado das dores lancinantes que o pungem, trôpego, sonâmbulo e insónico, arrastado, num atordoamento de castigo, daqui para acolá, com menos do que reapareça nessa Paris, enlouquecido de vergonha e dor?

A mesma Nemesis, inspiradora de Hugo, quase que chegou a comover-se; mas ela, na compaixão pelo simples homem desorientado e morto, não lhe pôde olvidar as tremendas responsabilidades anteriores, de modo que, quando febril o César vencido pede o refrigério da água, lhe imagina a eructação do sangue do *boulevard* Montmartre. Consigna, portanto, que justamente é a Prússia quem deveria oferecer o copo que extinguisse essa sede trágica.

Na *Dêbâde* o desfecho da quimera imperialista não reveste o carácter francamente metafísico do último capítulo da *História de um crime.* Mas repare-se na ideia preconcebida do atual escritor em não interferir ele, com reflexões éticas que fossem sublinhando a narrativa. Partindo-se daí, pense-se no próprio sentido do título do volume. Deduz-se das considerações que necessariamente hão

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de brotar no espírito do leitor em face do miserando panorama da desordem na administração, da anarquia no comando, do egoísmo na suprema direção política de todo um país levado ao matadouro. Reflexione-se acerca desses regimentos a que se ordena marchar e contramarchar sem destino; acerca dessa gabada artilharia, que não consegue, em horas, retificar o seu tiro; acerca desse estado-maior, que ignora os caminhos na própria terra da sua pátria; acerca desses generais que estendem sobre o arção da sela, as cartas às avessas. Respire-se semelhante ar de desânimo; entre-se em fogo com a consciência da inevitável derrota; deixem-se também cair os braços na morna resignação dos que se reconhecem, de carniço, condenados. E pasme um de que bonapartistas manifestem em lances tais.

A conflagração das ideias moralistas, guardadas no desastre, flameja com tão visível intensidade que à mesma frialdade doutrinal de Zola se comunicou o incêndio. Outro sentido crítico não pode ter o simbolismo do final do romance, onde o leitor assiste à transfiguração dos personagens de carne e osso em abstratas figuras alegóricas de um mundo que acaba e de outro que principia. Por isto foram as censuras do visconde de Voguë, não atentando este em que aí residia mais um documento, e flagrante, para a sua tese cuja novidade tanto espantou Paris, do íntimo parentesco entre o talento de Zola e o génio de Vítor Hugo. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 289, 18 de outubro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Zola

(Conclusão)

De há quantos anos, nas conversações com que me honra, o nosso grande poeta Junqueiro me notou essa homologia mental. Agora, encontrada, a seu turno, em França, provoca a surpresa do público culto, vexado de não haver reunido temperamentos literários que, pela própria similitude, se repudiavam, segundo aquela lei biológica de que as espécies próximas são as que mais se combatem.

Pela representação simbolista, pela crítica direta, o desastre de Sédan destaca com um tal relevo moralista que a simples crónica é insuficiente. Perante ele ou nunca, urge sacar uma dessas raras comprovações históricas em que a necessidade da justiça, inextirpável nos nossos corações, se congratula no próprio mal, pois que este seja a reparação do passado, o corretivo do presente e o anúncio, turvo mas fecundo em esperanças, de um melhor futuro.

Sim. Ali acabara um mundo, esse mundo, tão curiosamente irregular, de uma democracia falsificada e pervertida, dominada por um ditador e crendo-se soberana na periodicidade dos sofismas plebiscitários. Ali findara essa revivescência do cesarismo romano, mesclado de ortodoxia católica e de jacobinismo robespierrista, que, sob a etiqueta do que a si próprio se decorou com a chancela teorética de um sistema de ideias, as ideias napoleónicas, constitui, por certo, um dos fenómenos, de degenerescência mental e social, mais interessantes na história do século. Ali se afundara a legenda que organizara um corpo constitucional de instituições desconexas. Chegara mesmo a criar um tipo humano, tão recortado e especial que se formara todo um casulo de habitação para os

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

sentimentos e para o vestuário, para o gosto e para os costumes. Assim: — Belmontet; a canção *En partant pour la Syrie*; o ramo de violetas; as pantalonas largas; a bigodeira encerada e retorcida; o cacete sob o braço; e na cabeça o princípio fundamental de que, por Waterloo, urge educar as crianças no ódio dos ingleses, dos austríacos, dos alemães, dos espanhóis, dos italianos, dos russos, dos suíços, dos belgas, dos holandeses, dos suecos, dos turcos, dos mexicanos, dos chineses, dos americanos, etc. A homérica resenha é de Ângelo de Sorr (pseudónimo?) no chistoso folheto *Manual do perfeito bonapartista*; mas o insensato ódio, caricaturado naquela enumeração, fez intervir as Tulherias nos negócios da Espanha e acabou por intimar mandado de despejo ao indevido inquilino da sumptuosa vivenda.

Terminara ali, em Sédan essa vasta farsa onde o ridículo se costura com o lúgubre; ali e não já no caos da Comuna, como o supõe Zola nas apressadas páginas últimas do seu volume. Ali onde Luís Bonaparte fora expiar o perjúrio, a traição, as mortandades desse medonho dia do 4 de Dezembro de 1851, cuja premeditação é, para a sua memória, bem de temer que, de parceria com o seu irmão adulterino Morny, lhe assentem em atribuir as investigações minuciosas da análise histórica. A mão dos bonapartistas nos incêndios da Comuna é hoje reconhecida por todos os que meditam no prudente aforismo jurídico de quem aproveitava uns semelhantes atos.

Por este aspeto, se por ele considerasse o caso, teria Zola razão em olhar o fim de um mundo à luz vermelha das lavaredas do petróleo consumidor dos documentos escondidos a dentro do palácio imperial, do ministério das finanças, da casa da câmara. Dessa papelada denunciadora, muito, deveria ter, porém, escapado à fúria de raspar as pegadas criminais. Com os curtos elementos públicos das memórias do gastrónomo Véron das apologias de Manduit, de Belonino e de Meyer; com o simples acidente da correspondência, enviada para o *Times* por um oficial do exército inglês, William Jesse, que se encontrava em França por ocasião do golpe de estado, pôde já em 1868 Eugéne Ténot, no volume acerca de *Paris em Dezembro de 1851*, vibrar uma machadada tremenda sobre o prestígio moral do imperador. Relendo essa acusação, terrível na sua propositada imparcialidade, sentimos que a piedade, que se apodera do nosso ânimo ao folhear as páginas que ao vencido dedica Zola no derradeiro romance, nos pesa como um remorso. O estridor da artilharia de Moltke, que tanto aflige o ex-generalíssimo, pelos míseros soldados espostejados, não

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

vinga sobrepujar a fuzilaria da divisão Canrobert, ao longo dos *boulevards*, desfechando, sem provocação mas com vinho, à toa, numa epilepsia, sobre a gente, indefesa e desprevenida, abancada às mesas dos cafés ou dependurando-se, para ver o que ocorria, das janelas dos restaurantes.

Uma parte da mocidade letrada e remediada, pertencendo quer à imprensa quer ao comércio parisiense, confessa o furibundo Granier de Cassagnac que era a que assim foi trucidada, para que o presidente da república pudesse, despedaçando o seu juramento, fazer-se imperador. Classificou, todavia, esta tragédia o pai do Cassagnac atual (Paulo) como um incidente sem importância, uma lição dada pela tropa ao boulevard elegante, o castigo da palavrosa revolta das *luvas amarelas*.

Os operários, em 1851, estavam pelo ditador, com efeito, triste é para eles ter que escrever-se.

Quanto ao romance, como romance, que dizer-lhe, meu querido Heliodoro?

No meu humílimo juízo, e sem embargo do clamoroso entusiasmo que provocou em França quando o volume apareceu nas livrarias, cheiroso da tinta ainda húmida, fresco no cetim do papel, como um recém-nascido na alvura do linho, não o considero das obras que surtissem melhor ao engenho do autor. Poderosa, sim, é prolixa, embaraçada de incidentes; arrasta. Nenhuma grande figura destaca do tumulto dos sucessos e acontece-lhe como aos demais trabalhos de Zola: depois de uma primeira impressão de fadigoso deslumbramento, o efeito dissolve-se, confundem-se as tintas da reminiscência, os quadros esbatem-se, o todo esquece. É certo que parte do desastre provém do critério geral a que se subordina este generoso de novelas, chamadas naturalistas. Ocupadas do comum, elas são menos a epopeia de individuados heróis do que a crónica do anonimato, amorfas e nevoentas, ásperas e indistintas como a multidão. Mas deve também acrescentar-se que parte procede igualmente das forças mesmas do espírito de Zola, que é mais do que um talento mas que não chega a ser um génio. Sobrado de méritos técnicos mas falho do *quid divinum*, Zola estaca nessa linha intermediária entre os géneros proximamente definidos; e os produtos da sua fantasia não nos preenchem e satisfazem, como a um naturalista o não satisfaz um zoófito.

Nesta obra abusa até dos efeitos, peculiares da moderna arte, pessimista, gulosa das situações dilacerantes pela crueldade da sua insolubilidade. Assim, reproduz, logo de abertura, num episódio complementar, a crise que numa variante, mais sentimentalmente

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

verosímil, desenvolvera no admirável conto do *Ataque do moinho*, que rompe a série das *Soirés de Médan*. Enquanto, porém, a loucura da moleira diante dos cadáveres do amante e do pai é um desfecho humano, a fuga da esposa do fuzilado de Bezeilles afigura-se-nos, mesmo pelo que segue, como uma interrupção de expediente. Não falarei já da bárbara sarrabulhada do espião prussiano, estendido sobre uma mesa e sangrado como um cerdo. Zola reverte aí aos processos de romance-folhetim das suas obras de mocidade e compreendemos de novo a infantil simpatia que o mestre mostrou sempre por Ponson du Terrail. Sem invenção quase, pois que o efeito se extraia da manifesta reminiscência do hediondo modo — do assassinato histórico do magistrado Fualdés, em Rodez, em 1817.

O que no último livro de Zola é, sobretudo, admirando é a exata correspondência entre o critério da novela naturalista e este exemplo de realização. O herói é, na verdade, a onda obscura de toda a gente; e as fortes mãos do artista, ainda negras e tisnadas, envoltas ainda do sadio vapor dos campos revolvidos, agitam com singular facilidade as grandes massas da plebe armada, torrões que dos hirsutos dedos, quando o quer, se lhe desprendem, resvalam, rolam. Não é a batalha de Shenobal, episódica e histórica; não é a batalha de Hugo, gloriosa e estratégica. É, como em Tolstoi, a batalha rudimentarmente psicológica, onde do condicionalismo, das disposições morais da multidão combatente depende e êxito, mais do que dos planos racionalistas dos foros dirigentes. E, se no russo, a vitória procede da confiança patriótica dos exércitos, no francês a derrota vê-se emergir, antes de se disparar a primeira espingarda, lúgubre e inflexível, do alarme animal, que não corrige mas exacerba o desconfiado desfalecimento da vontade.

Era o mal a cética desmoralização de uma turba fardada que, inconscientemente dando-se fé de que nada representa de vivaz e progressivo, estertoriza no caquético arranque de um modo de ser social incompatível com as urgências progressivas da civilização.

Exército de pretorianos, destinado a abafar a liberdade no interior, as tropas de Napoleão III tinham de ser eliminadas no conflito histórico, a cujo desdobrar eram um estorvo, cesaristas e ultramontanas, violentas e cínicas. De modo que o triste espetáculo do terror pânico que, no livro de Zola, circula por entre as fileiras francesas é o escólio literário da análise filosófica de Quinet, quando este se empregou a demonstrar que, em 1870, ainda que usasse de outra artilharia e a guiassem diversos generais, a França,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

reacionária e jesuítica, haveria de sucumbir, fatalmente, em face da Alemanha, educada na religiosa liberdade do exame, unida na fé dos seus destinos.

Adeus, meu caro. Perdoe a longa, fastidiosa importunidade ao Seu amigo na Revolução,

BRUNO. *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 290, 19 de outubro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

III

Galdós

Meu caro Heliodoro Salgado:

Por seu intermédio, camarada, eis-nos na terceira aos coríntios, quer dizer aos nossos queridos *tripeiros.*

E, se *non licet omnibus adire Corinthum;* se, entre outros, a mim me não é dado passear-me, pelas tardes, na frente fragrante da *Cascata* e, pelas noites, volver aos livres colóquios, tão gratos, *interpocula,* com verdadeiros amigos, quando, esvoaçante, a fantasia, à compita, zumbe com as moscas, portas a dentro, e, intelectivo, o *Manhoso,* todo ele, fosforeia, façamos de conta, acendamos o cigarro, filosoficamente divaguemos um pouco, o Heliodoro, aí, na pressa da prova que o aprendiz foi buscar, correndo, à tipografia, aqui, eu, na pausa nostálgica da noite inocupada e chuvosa, aos seus ouvidos chegando, afastado, o estrépito dos prelos, aos meus acudindo, próxima, a toada que, na quadra castelhana, orquestra o descasque da amêndoa.

Mas com regra, peso a medida, com ordem e método, como cabe a doutrinários da nossa estofa, sisudos e compenetrados no anfiteatro da classe.

Assim, havendo falado de Zola, seria demais inquirir-se, para estas terras de Espanha, a escola naturalista de que o autor do *Assomoir* é o chefe, hoje um tanto abandonado de discípulos, após o famoso manifesto dos cinco, atirou sementes? Demais seria indagar-se, projetadas, elas germinaram, ganharam raízes, deram árvore, deitaram fruto?

Pois nada menos de cinco escritores aqui tem o Heliodoro que, sem argúcias de sectarista, pode revindicar para o novo critério

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

literário. Do bando, uma senhora, e galega, D. Emília Pardo Bazan; um janota madrileno, Armando Palacio Valdés. Os restantes são três asturianos, Benito Perez Galdós, José Maria de Pereda e o padre Coloma.

Tão original é esta original Espanha! O padre Coloma, jesuíta, catedrático nos sagrados cânones em um seminário de Santander e novelista da escola de Zola, por cima de cotação, por fora em preço, de regalo. Quão longe fica o nosso snr. Júlio Lourenço Pinto, segundo da capa dos seus aliás valiosos volumes, romancista naturalista do Conselho de Sua Majestade?

São cinco que permanecem acá da cordilheira pelos cinco que se foram alá. E com ganho para o mestre, que, para aqui que ninguém nos ouve, não perdeu grande coisa com os filhos pródigos que se lhe escapuliram de casa.

É certo que o indomável orgulho cispirenaico lhes proíbe confessarem a homologia literária. Um deles, Pereda, não se contenta com um reprovativo silêncio; em altas vozes, se insurge contra a crítica, aqui, como em toda a parte, por seu idóneo carácter e feição íntima, mais cosmopolita. Irado, protesta contra que o incluam numa categoria que rejeita, ainda que, a título de elogios, nela o pretendam encerrar.

Verdade que não deixam os castelhanos de ter motivos pelo que deva ao chauvinismo nacional essa sua repulsão literária.

Nós outros, separados politicamente da Espanha e quase moralmente esquecidos dela, de tal sorte nos embebemos de livros parisienses que, frequentemente, pelos navios do Havre e Bordéus, nos caixotes de remessa para as nossas bibliotecas, recebemos, em recâmbio, ideias cuja iniciativa seríamos menos expeditos em, exclusivamente, atribuir à atividade mental francesa, se nos déssemos ao trabalho de reatar previamente o conhecimento com o vizinho da esquerda, com quem vimos amuados há perto de três séculos.

Apesar da aproximação para a Inglaterra, definitivamente determinada pela casa reinante de Bragança, se bem que, um pouco, pela diplomacia, ameaçadoramente envolvente, de Luís XIV também; sem embargo das relações comerciais consecutivas, o facto é que nunca a Inglaterra nos influenciou no condicionalismo do espírito, exceto certos casos individuais. Como modernamente com Júlio Dinis, em cuja obra perpassa o influxo, mais particularmente, sugestivo de Bulwer-Lytton, no seu memorial dos Caxton, casos são esses tão personalisticamente apertados que não logram afinar o diapasão comum a toda uma literatura.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A França domina-nos sem impedimentos e tanto mais gostosa, facilmente a seguimos, no seu glacial academismo, pseudo-classicista, do século XVIII que, sendo nós pobríssimos de imaginação inventiva, como no-lo indicam a falta de teatro, a só moderna tentativa do romance e o carácter repetidamente lírico, descritivo ou moralista da nossa poesia, onde se transfere de mão em mão um pecúlio mesquinho de imagens, monótonas, sempre as mesmas, a arte francesa, empenhada no apuramento verbal, no polimento exclusivo da linguagem, convinha ao nosso temperamento pedante de retóricos e gramáticos.

Quando rebentou a explosão romântica em Paris, demo-nos a uma ânsia de cópia e estonteámos da saliência pictoral dos ilustres coloristas de 1830. Imaginámos que ali reaparecia, fulgurante, o espírito genuíno da França, de forma que os próprios assuntos espanhóis das composições parisienses não nos atraíram as miradas para a pátria do *Romancero*, para a fecunda terra em que, ao menos, a arte ficara livre, na geral opressão. Não reparámos, por então, nos tesouros desse teatro incomparável, que não se imobilizara na preocupação, falsamente aristotélica, das três unidades, mas pintara a vida, com a contradição e os seus sobressaltos.

Não sabíamos a procedência germânica do romantismo e ignorávamos que ele era, na sua essência, o complemento da resistência política da Alemanha, a reação literária das nacionalidades contra a influência francesa, na Prússia encarregada pelo grande Frederico de requintar o gosto do seu grosseiro e duro Potsdam. Quem nos falaria na influência fundamental do teatro espanhol em Alemanha, e nos diria os assombros da crítica de um Schlegel?

Coisa curiosa, o romantismo em França é que era de importação, e tão fora da idiossincrasia nacional que, a breve trecho, a literatura reverte ao seu amado grande século, ao seu imprescindível neo-helenismo. Mussuet apóstata; Gautier confina-se na luxuriante abundância dos seus jogos de rimas; e o mestre de todos, Hugo, acaba por ser ininteligível à maioria dos gauleses cultos, tão pouco étnico é o seu génio, verboso e hiperbólico, fanfarrão e declamatório, vago e sublime, simbólico e profundo, ingénuo e primitivo.

Destituído de *espírito*, a ironia aguça-se-lhe em sátira e a exposição transforma-se-lhe em ode. Sempre atravessando ora o Bidasoa, ora o Reno, ele é, enfim, o que há de mais nativamente antifrancês.

Mas os espanhóis, esses, apesar de vencidos pelo prestígio das realizações emanadas de Paris, não se iludiram todavia, tanto

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

como nós outros. Reconheciam-se; como se reconhecem agora nos produtos da arte naturalista do fim do século.

No atual romance de costumes apercebem eles a derivação, progressiva, sim, mas, em todo o caso, a derivação lógica da sua historieta sarcástica de há duzentos anos; e recordam-se da sua novela picaresca quando folheiam os estranhos livros recentes. Assim, arrastados na corrente do dia, melhorando a forma, subtilizando a psicologia dos personagens, simplificando a ação dos sucessos, dissimulando a intenção ética, nem por isso deixam de se dar conta de que, para eles, existe uma tradição homóloga e de que, portanto, do *boulevard* não lhes faltam inteiras novidades.

Como o Corregio bradando que também era pintor, pensam que, das páginas do *Lazarillo*, Hurtado de Mendosa; ou, das de *Obregon*, Espinel; ou, sobretudo, das da espantosa odisseia do *Guzman* de *Alfarache*, Matéo Alemán poderiam telegrafar para Médan que também eram realistas.

Sentença temerosa de uma sociedade esfomeada, essa literatura será, na desprezadora palavra de Michelet, uma literatura de mendigos e ladrões; mas, em lídima verdade, os escritores atuais da Espanha justificam-se, com esses documentos humanos sobre a mesa, da presunção de vaidade, quando assinem que não precisavam de ir buscar fora o que só lhes restava aperfeiçoar do próprio fundo.

Como quer que se entenda, hoje são nada menos de cinco, além de infinidade de imitadores sem alcance ou de principiantes de porvir, os romancistas naturalistas espanhóis.

Entre eles, um escritor castiço, vernaculamente clássico, literariamente consumado, Pereda; e uma grande natureza, imaginativa a artística, Galdós. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2 .ª série, n.º 300, 31 de outubro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Meu caro Heliodoro Salgado:

Galdós começou por uma vasta celebridade, simpática ao amor-próprio popular.

Reparara num singular facto, posto, perante o público, em evidência pelo seu editor, que parece que é ele mesmo, qual o da carência, do romance histórico nas opulências da literatura contemporânea.

A observação era exata, com efeito, pois que não aproveitemos as grandes máquinas de aventuras, de degenerescência da maravilhosa aptidão contadora robustecida por uma enorme erudição, de que Walter Scott fornecera os modelos eternos.

Como em França se verificava a queda das aventuras dos mosqueteiros iluminados por Alexandre Dumas, aos imbróglios dos noturnos camaradas, encarvoados pelo visconde Terrail, em Espanha a degradação de tintas e luz descia, melancolicamente o escadório torcido que rapidamente vai de Fernandez y Gonzalez a Tarrago y Mateus.

Assim, Galdós empregou-se na tarefa de dotar o seu país com uma espécie bibliográfica quase desconhecida, dos seus compatriotas: e uma fina intuição artística removeu-o da árdua reconstrução de longínquas fases históricas, inacessíveis já hoje ao interesse das grandes massas.

Procurou ser educativamente útil. Aproximando a época, escolheu o período, sempre vivo nas doridas lembranças, da aleivosa investida da águia imperial. E, destarte, traçou o largo plano da sequência, tão ensinativamente pitoresca, dos seus *Episódios nacionais*.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A acidentada biografia de um personagem central, David Aracelli, os liga e prende; e um mesmo sopro de indignado patriotismo os anima e vivifica.

Não basta dizer indiferentemente, como, sobre a *terrasse* do café François Premier, ao poeta crítico Charles Morice e ao crítico lírico Julien Leclercq, informou, replicando-me, o talentoso autor da *Noche*, Ricardo Sawa, que Galdós não passa aí de um imitador dos hoje desdenhados Erckmann-Chatrian. Conviria, concomitantemente, advertir-se e o santanderino consegue, mais do que os de Phalsburgo e Soldathental, libertar-se de preocupações, divergentes e alheias à missão da arte extreme. Cumpria saber se, como aqueles, doutrinal, forçava os caracteres, substituía a natureza e organizava, de pé atrás, sentimentos e ideias.

Ora, esse não é o caso; e quem reler atentamente os quadros dos sítios de *Gerona* e *Zaragoza* não pode, nem muito menos, deixar de convir em que se encontra na presença de situações, não só fidedignas, dada a reprodução da verdade histórica, como ainda exatas, pela flagrância psicológica dos personagens gestionados, atuais e eternos no seu simplismo moral.

Entre nós, existe, para a mesma época, um livro forte, de literato demasiado esquecido, o *Sargento-mor de Vilar*, por Arnaldo Gama morosamente conduzido, pesadamente escrito, mas dramático e poderoso. De sua trama segura, se menos delicadamente entretecida do que as de Galdós, destaca a figura elevada do louco *De Profundis*, tão tragicamente humana que, a seu lado, a do doido Yegoff, dos siameses alsacianos, se retira e eclipsa, em que pese ao antigo entusiasmo do antigo Dépret.

Os *Episódios nacionais* inspiram-se, como os *Romances nacionais*, no ódio vingativo dessa duvidosa figura lúgubre do ambicioso corso, chegado à crise do desvario, necessário à sua eliminação, visto como havia completado o seu papel histórico, de utilidade geral. Na obra dos franceses, o patriotismo, dominando, a espaços, a categoria transcendente da justiça, enevoa de viril tristeza as narrações; nos panoramas do espanhol, esse próprio cívico conceito as estimula. Ficam assim como anverso e reverso de uma mesma medalha.

Quem nas conversações de espanhóis tenha apercebido como ainda sangra a ferida de 1808; quem haja apreendido, na passagem, os coléricos comentários dos castelhanos que à entrada da grande galeria do Prado, se quedam a examinar as telas terríveis onde o pincel, comummente sombrio, de Goya fixou a artística punição das carnificinas de mamelucos e polacos pelas ruas de

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Madrid, ou a hedionda felonia dos fuzilamentos, perjurantemente ordenados por Murat; quem assistisse uma vez à recolhida gravidade com que, anualmente se consuma a celebração fúnebre da lutuosa data do 2 de Maio, esse compreenderá, sem esforço, o efeito imenso que estas obras de Galdós alcançariam, de lés a lés, na rancorosa Espanha.

A nós mesmos, portugueses, prontos em esquecer, fracos e degradados, chega a ser comunicável a veemência bárbara deste patriotismo, que não é, como o nosso, uma enfática oratória, o fogacho, estridente e curto, de uma meda de incendiada palha, que breve se vai a extinguir, esfumando de um desenlace de triste comédia o pomposo anúncio de um drama severo. E, todavia, o belo espetáculo do levantamento unânime da península após a traição medieval dos tratos de Baiona deveria temperar-se na nossa admiração. O pérfido procedimento napoleónico haveríamos de o considerar como o castigo dessa quimérica nova partilha da Polónia, ajustada, com respeito a Portugal, em Fontainbleau. A 27 de outubro de 1807 aí a firmaram o general Miguel Durve, pela França, e o conselheiro honorário Eugénio Izquierdo, pela Espanha, irritada depois, quando para ela leram pela mesma cartilha por que não escrapulisara de rezar para os outros.

Começado o convénio a pôr-se em efeito pelas forças combinadas das duas potências, sob o mando supremo de Junot, não se diferençaram, ao menos, por uma conduta correta, na torpe violência parte das tropas espanholas. Ao contrário, aprenderam e louvaram-se na cruel lição dos militares franceses, os quais, sob a desculpa da necessidade e da fome, cometeram toda a casta de excessos contra os míseros aldeãos lusitanos, de largo tempo, desacostumados das calamidades da guerra.

Desgraciadamente los españoles que iban en su compañia imitaron el mal ejemplo de sus aliados: tais são as reduzidas, mas significativas, palavras do patriótico autor da *Historia del levantamiento, guerra y revolucion de España*. Assim se vê forçado a expressar-se esse vaidoso conde de Toreno, tão eminente historiógrafo como medíocre estadista, a quem a musa acre de Espronceda capitulou de

Flor de la historia y de la hacienda espuma.

Deixando a digressão e revertendo a Galgós, dir-lhe-ei que o não satisfez a notoriedade dos seus *Episódios nacionais*. Aspirou o ilustre asturiano a mais independentes êxitos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Logo concluída a série dos seus quadros históricos, encetou outra de romances de atualidade, *Novelas españolas contemporaneas*, sua paralela e complementar.

Preceder a exposição de impressões analíticas pelo relato descarnado da trama de uma obra de arte, é querer que julguem do ser vivo pelo esqueleto montado, pregado e etiquetado no interior de um mostruário. Fazer crítica como Michelet fazia história, pressupondo o preliminar conhecimento dos factos, quer dizer dos livros, é, o mais das vezes, no engano do postulado, pôr-se um a falar uma língua morta, como no caso do viajante que nos discutisse os pormenores de desenho de uma cidade exótica, de que, em região de topografia desconhecida, nos faltasse sequer o plano geral.

E, depois, o que importa ao público não é precisamente apurar as qualidades de engenho que exornam tal ou tal escritor, os defeitos que o maculam. Muito principalmente se esse escritor o é de um país estranho.

Que lucra, com efeito, a Praça Nova em saber que os livros de Pereda, mercê do carácter localista da zona montanhesa a que amorosamente se restringem, perdem, afora daí, grande parte da sua compreensibilidade? Que ganha em acordar comigo que o Pereda referido é magistral quando se trata de superar a magna dificuldade da naturalidade no diálogo?

É porventura, da conta das Congostas que o jovem Palacio se distinga ou deixe de se distinguir, crescentemente, nas graças de um estilo, o qual, dia a dia, recupere na consciência da própria vitalidade? Que faz à Ribeira que Galdós, de um talento dramático que com frequência, raia na solenidade hierática do grande género, precipite os desenlaces trágicos, como em *Doña Perfecta* ou na primeira parte da *Gloria?* Consentir-se-á, em boa razão, que, jucunda porque saiba que, só, o padre Coloma conseguisse, no ruidoso romance de *Pequeñeces*, reproduzir com verdade o carácter da vida da alta sociedade espanhola, se meta de fina a Viela dos Gatos?

Esses são casos que interessam o mundo contencioso dos vates; não passam de detalhes técnicos, cujo exame gratifica com o tom fastidioso seu peculiar os volumes de crítica.*

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 301, 2 de novembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

(Conclusão)

Compreende-se, visto o prolífico egoísmo literário, a cólera de Flaubert nas suas cartas a George Sand, queixando-se da crítica francesa e exigindo da censura artística da sua terra que se circunscrevera a decidir da arte pura, não amplificando, não divagando por fora do compêndio, não tratando, como costuma, a propósito e a despropósito, de história, de política, de religião. De filosofia.

Mas o que Flaubert não vira é que são precisamente essas divagações que nutrem a crítica e que nelas assenta o interesse das obras de arte como representações da feição moral dos povos de que emergem.

Não suponho que tanto se deva proclamar semelhante conceito que se acabe, como Taine, por não considerar o artista senão segundo tal aspeto. Antes dos reparos do malogrado Hennequin, a individualidade crítica assinalável na França dos nossos dias, era de presumir a falsidade geral da teoria de Taine, dado que num mesmo período histórico um mesmo meio social produz artistas de carácter diametralmente oposto.

Mas o exame direto da obra de arte ou a indireta indução, derivada dele, para o condicionalismo mental e sensorial do artista não esgotam a tarefa. A segunda maneira de proceder está frisantemente às vistas na aplicação esquemática feita a Vítor Hugo pelo próprio Hennequin. E é de considerar como um sistema, tão auspiciosamente vasto, natural e humano, se acanha e contradiz no exemplo prático.

De toda a laboriosa investigação do crítico parisiense resulta, se é certa, como parece indubitável, a localização do inglês Ferrier,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

do francês Broca, que Vítor Hugo tinha extraordinariamente desenvolvida a terceira circunvolução frontal esquerda. Mais seguramente o apuraria um exame direto à massa encefálica do poeta, falecido e, portanto, em condições. Não merecia a pena tanto trabalho para se chegar a efeito tão chilro, francamente.

O caso é que o duplo processo analítico, agora desenvolvido e esmiuçado em Madrid, pelo único espírito largamente notável de que a Espanha se orgulhe nos domínios da crítica, F. Balart, não educa superiormente nem conclui, porque não generaliza.

Tomando os livros de Galdós, de Pereda, de Valdés, de Coloma e da Pardo Bazan, reputo muito mais séria, do que a de resenhar-lhes os méritos, a empresa de destrinçar o que, a inconsciente de seus autores, eles contém, considerando-os como depoimentos de uma raça antes do que como temas de colegiais. O estrangeiro é até e só que pode entregar-se a isto; e creio que a nenhum bretão seria lícito realizar essa maravilhosa interpretação crítica de todo um povo e de uma inteira crónica sucessiva como a levou a cabo Taine para a Inglaterra, na sua história da literatura daquele país.

Assim, nada mais sugestivo do que, neste ponto de vista, o estudo das obras recentes da arte espanhola. Logo se verificará a persistência das teimosas qualidades e dos acirrados defeitos desta vivaz gente castelhana, tão homogénea, quase invariável.

Aqui há de ver o Heliodoro, mais uma vez, as irreprimíveis afinidades, sociais e morais, que nos ligam ao resto da península, conforme dessa idealidade vaga que torna suspeitoso o trabalho. O tipo do brasileiro dos romances do nosso grande e inolvidável Camilo Castelo Branco reaparece-nos, assim, sob a forma do indiano, caricaturado, com impiedosa injustiça por Pereda no seu simbólico *Don Gonzalo Gonzales de la Gonzalera.*

E, na técnica, como é ensinativo o tom baço, apagado, confuso, em todos eles, os atuais novelistas, das descrições da natureza!

Feitas com escrúpulo, não são feitas com amor, sente-se que estão por demais, por irremediável complacência à necessidade profissional. Extrema-se nisto favoravelmente a galega, isto é a eslava, Pardo Bazan; mas, na frescura das tintas do *Cisne de Vila-morta*, a aptidão resulta etnicamente regional. Afastada, quase ofensiva para os restantes espanhóis, graças a modalidade especial de uma zona ridicularizada, por estruturalmente diversa, essa exceção confirma a regra.

Dramático, ao génio espanhol competem o homem e as suas paixões; a natureza para ele é a moldura em que convém se não

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

demore a atenção. E, assim, os últimos produtos literários reavivam a surpresa que nos deixa a grande época da pintura em Espanha, rica de todo o género de pintores, menos de paisagistas.

Para eles, o fundo dos seus quadros de movimento é cenográfico sempre; e Viardot deveria estender aos outros a observação que produziu com respeito a Velasquez. Quando notou como a natureza, a que erroneamente chama morta, a natureza que se não compõe senão de terra, de verdura e de céu, lhe não abastava, necessitando de animá-la, de sorte que não fosse senão *um teatro para as cenas que aí dispõe a sua imaginação.* Naquele mesmo dos artistas plásticos que mais determinadamente trabalhou a natureza, nesse inequitativamente esquecido Collantes, de cujas paisagens, segundo o informe de Ch. Gueulette, era Lebrun particularmente amador, a ação sobreleva, quer na *Visão de Ezechiel*, de Madrid, quer na *Sarça ardente*, do Louvre.

Penetrando depois no interior dos personagens destes novos romances naturalistas, é então altamente instrutivo o encontrar, como o apontamos, através do modernismo dos processos literários, ressaltante, o velho subsolo refratário da alma espanhola, intolerante, fanática, torturada da doença dos escrúpulos, desconfiada, hiper-humana, normalmente psiquiátrica.

Para corroborar o asserto, bastará que lhe diga que dois dos vivos naturalistas (Pereda e a Pardo Bazan) se servem dos métodos atuais para a prédica do obscurantismo, tal qual como os mortos idealistas Trueba e a Fernan Caballero.

Mas congratulemo-nos, amigo.

Sem perder um momento na sua tarefa santa, vai a Revolução socavando e delindo os sedimentos seculares do formidável edifício; de maneira que as obras mais belas da moderna literatura espanhola são as mais sintomáticas, são precisamente aquelas que constatam a existência do problema, já planteado em termos que, como o da esfinge, ou a nacionalidade o resolverá ou será devorada.

Que valem os sarcasmos, derramados sobre a inocente cigarreira tribunícia, pela Pardo Bazan, condessa pontifical? Que opõe a resistência bárbara da alucinada Águeda, sacrificando o coração próprio e a alheia vida em aras do ciumento Deus de Pereda?

Pressentindo e pressagiando o futuro, já nas páginas enternecidas de Galdós é para Gloria, para a doce criatura, sentenciada no seu temperamento de transição, que corre, darwinistamente, a necessidade de sucumbir.

Já aí o protesto da consciência se revolta contra Dona Serafina, horrorosa na sua candura pietista. Representa, com efeito, a

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

boa senhora, esse misticismo tradicional, absorvente e incônscio dos males que dissemina em roda; puro na intenção, corrupto na essência; votando no amor ao divino as ardências concupiscentes da carne; idolatrando o Cristo com os frémitos de uma paixão sensual, sim, sensual; aberrativamente hermafrodita e espasmódico; perseguindo a santidade com fúrias ninfomaníacas; encapotando sob a passageira resignação da afronta os pacientes rancores da eterna vingança póstuma.

E, todavia, Dona Serafina, figura, pela conceção e pela realização, pelo objetivo anatómico e pelo subjetivo verbal, pelo tipo e pelo discurso, maravilhosa em qualquer literatura, proxeneta do paraíso, *Mefistófeles do céu*, como a qualidade num ímpeto consciente de legítima bazófia, o autor, pertence à pena sóbria e cautelosa, amando deslisar, preferindo insinuar a dizer, do liberal moderado Galdós. Moderado? Radicalmente moderadíssimo.

Antinómica e simétrica da colossal criação de Goethe sobre este felicíssimo achado de Dona Serafina, tipo audacioso como poucos modernamente e como poucos profundo, deveriam incidir os cuidados que, fazendo-o o núcleo, e não o acessório de uma obra de arte, em Espanha ou fora, se seduzissem por um projeto, cuja própria grandiosidade o cumula de perigos.

Tratar-se-ia, nada menos, do que de levantar, de todas peças, uma alegoria viva de uma espécie de tenebroso anjo da guarda, solicitando demoniacamente a alma, inquieta de maternidade de Margarida simbólica. Sacudindo-a da tentação da supranaturalista virgindade, seu afan insistiria em fazê-la despenhar-se no virtuoso vórtice da egoísta indiferença à humana miséria.

Na Espanha, ela, essa figura, fantasticamente desproporcionada, seria mais do que o complemento, ia a dizer que seria a quase justificação, na sua bestialidade, ao menos alegre e porventura geradora, das hilares alcoviteiras clássicas.

Não pouco, antes, caracteristicamente, imenso coscuvilham estas pelas laudas dos livros, nos grandes períodos castelhanos. Pense-se na turba fabulosa de semelhante ralé, com cujas aldrabices entretinham os ócios os soldados regressando das Flandres e os marítimos aportando das Índias ocidentaisLembremo-nos do auto da *Celestina*, de Rojas; lembremo-nos do volume da *Lozana andaluza*, de Delgado, agora em perdido exemplar, reacordada pela erudição, satiriasicamente vasculhadora, de Alcides Bonneau, a expensas da ganância, pouco escrupulosa, do editor especial, Liseux, e a sabor de uma vasta fermentação cosmopolita de frascários, velhos e moços, ricos e sem vintém.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Medite-se curto trecho e diga-se em seguida, se não chegaria para a arte espanhola o audacioso momento de uma desforra, mentalmente nobre, moralmente elevada.

Adeus, meu caro Heliodoro. Abraça-o, na Revolução, o

Seu amigo,

BRUNO. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 302, 3 de novembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

IV

Roterdão

Meu caro Heliodoro Salgado:

Alegro moderato. Três por oito.

Sobre o Grande Mercado, que não passa, na sua mor parte, de uma ponte cobrindo um canal, encontra-se, segundo o modelo de Hendrik de Keyser, a estátua de Erasmo. Ei-lo ali, aquele a cuja pena mordente a rotina do homem, relapso ao perigoso ensino para seu bem, ditou o desespero do *Elogio da loucura.*

Parei contemplando-o, tanto quanto o permitia o gás hesitante. Procurávamos adivinhá-lo, ao cruo humanista, chamado, por isso que escreveu na língua de Juvenal, o Voltaire latino.

Veste a beca catedrática; tem a borla professoral na cabeça; e os olhos refugia-os na leitura do grande livro que sustenta em mãos.

Era noite, húmida, nervosa; e o verde-pardo das coisas, nessa cidade triste, aflorante à tona da água suja, roía-me também de uma oculta ferrugem a alma.

Logo, castigando o tijolo, me empreguei a passear a acre meditação. Marcava o compasso do silogismo mudo, com extrair copiosas fumaradas do comprido cachimbo de barro. Vendera-mo, o mais barato do mundo, em Kalver-Straat, de Amesterdão, um judeusito, de mandíbula torcida, carinha sombreada de cereja bichosa, clorótico e mimoso nos seus grandes olhos meigos de português.

Sem que o comunicássemos, percebíamos, um e outro, que nos chovia dentro a inexorável ausência do país remoto.

Na manhã, quantas vezes, no topo dos mastros, procurara a bandeirola da pátria.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas, dos navios em busca de queijos, não havia um confiando ao vento o trapo bendito.

E, agora, pelo céu sem estrelas, na praça deserta, só, o antigo Erasmo mal fazia companhia, absorto, como sempre, no seu cartapácio de bronze.

Que leria ele? Que teria ele ainda para ler, o doutor?

*

* *

Ora, como se acordasse, interpelou-me, a escuras, ao de dentro, o meu companheiro. E a sua voz quase a desconheci, tão desfalecida, como o vago sopro, subsistindo, escasso, ao cabo de uma trabalhosa viagem.

— Olha lá, me disse. O homem a tudo se resigna, é certo, e a providência nunca se patenteia como quando nos favorece da esmola rara do salutar esquecimento. Mas o primeiro instante convém em que é terrível. Assim devia passar-te quando pisaste os metros limítrofes da terra estranha. Não é isto verdade?

Então, num salto, invadiu-me uma imensa vontade de rir.

Era bem para mim que batia as pálpebras, piscando, maligna, a musa perversa?

Mas não me amostrava ela, desenrolando sem acabar, um panorama frenético, de rubim e ouro, correndo e atropelando-se, vário e confuso?

O facto é que, de chofre, não sabia responder. Tanto a comédia polvilha os incidentes da existência, dramáticos para a psicologia de um! Assim, critica, sabedora, a natureza sarcástica ridiculizaria a candura da angústia ingénua, e ao órfão lhe dispõe um dia de rosas para o enterro de seu pai.

Reduzi-me a um cascalhar sardónico, mas abafado, em vergonha e em aflição.

Entretanto, romântico, o *outro*, já levado da sua ideia, nem sequer distinguiu o meu rictus ímpio.

Divagava, sonhava. É o seu costume, o pobre! Quantas vezes lhe tenho dito que se corrija, que vai a acabar mal! Mas não ouve, esquecido na onda.

Pus-me de escuta, como um espia vil por detrás de uma porta, ávido de deitar mão ao filete de luz que, através dos mal colados interstícios, traz ainda uma réstia quente da vibração do verbo divino.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Sonhava, divagava: — Ah! A hora primeira! Quando, com assombro, se descobre que não há margem de dúvidas! Quando se chega a donde se não pode voltar! O que se encontra, meu Deus?!

Insistia. Eu creio que não ia bem por então. Repetia-se; e, repetindo-se, voltava a interrogar-me:

— O que se encontra, meu Deus?! O que é que tu encontraste?

Manso, lhe respondi:

«— O que se encontra? O que é que encontrei? Eu, por mim, encontrei Gutiérrez&Gutiérrez, de Cuenca.

*

* *

No seu pasmo — direi na sua indignação? — lhe referi o sucesso trivial:

«— Sim, Gutiérrez&Gutiérrez, deves ter ouvido, de Cuenca. Que mais tem que não proceda de Oviedo? E que ser és tu que não reconheces de pronto as místicas afinidades? Como supões que poderia Gutiérrez&Gutiérrez deixar de pertencer a Cuenca?

«Não te impacientes. Sossega.

«Lembras-te do minuto em que chegamos quase à beira do rio e como, de repente, te despediste de mim, bruscamente abalaste dir-se-ia que te dissolveras no vapor matinal?

«Onde foste? Que fizeste por *lá?* Que viste? Deve ser espantoso, que ainda tremes e calas.

«Mas eu segui, como sabes, e era alegre, no fim. Riam, bebiam, cantavam na vila. Só então recordei de que estava princípio ou desfecho, não me ocorre, de carnaval e de que não é justo que se não divirta o povo. Para morrer por ele, ficavam os da rua de Santo António. Já bastaria.

*

* *

«A meio da corrente, um dos velhos barqueiros (o que eu queria que tu estivesses, para o ouvir!) pousou o remo e, como um cicerone que aponta vistas, discorreu, filosofou para mim, falando ao camarada:

— Estas são as águas de Espanha! Lá estão os carabineiros. Ali, o casarão grande, é o convento dos jesuítas. Rica obra. E o guardião don Sebastián, mostra as salas todas. Sacerdote de muito respeito. Don Sebastián, homem listo, se os há. Mas, bem estudados os autos, isto, de espanhóis e portugueses, é tudo a mesma

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

canalha. Tolo, digo eu, tolo é quem se deita a perder por causa deles. Como agora esses do Porto. Que cavillas tu, oh Manuel?

«Abicamos, não sem tempo. Nos intencionados comentários daquele toco malicioso, começava a estontear-me o aparente, o amargo cinismo. Flor maldita, luxuriante e rutila, brota da desilusão radical da miséria; da leiva negra come a vida, suga as tintas metálicas; mancha, desde a infância, a lisura da primeira inocência; ocupa e alarga. Qual, na microscópica miríade de suas facetas flamejantes, a nódoa mortal, a bonita nódoa amarela, grumerulosa e intensa, com que ao espelhado da porcelana o denunciador Marsh manda que o turve o crime do arsénico.

*
* *

«Mas não me abandonou. Quis apresentar-me a don Sebastián.

«Cedi. Por fraqueza? Por alheamento? Possuir-me-ia? Terminei por visitar o colégio jesuítico.

«Arejado, limpo, com as suas esferas armilares reluzentes do desuso, com as suas Madonas santificando todos os cantos, deixa a impressão, inquietadora, de uma falsidade escarolada, de uma hipocrisia amável; agrada e repugna, como o lavado da potassa, como o desinfetado pela alfazema.

*
* *

«Finalmente, don Sebastián deixou-me também. O que a obsequiosidade atormenta! A horrível coisa de ser polido quando tudo se nos despedaça! Não achas trágico que, na boca que nos sabe a sangue, deitemos, por um conta-gotas, o mel graduado dos hierárquicos cumprimentos?

«Pois vê tu! A essa hora, quantas lágrimas choradas, quantos lares desertos, quanta vingança martelando ferros, os adeus furtivos dos que se vão, perdidos, no mundo! Feliz aquele que, na terra, para lhe dar novas dos de cima, rebusca, comovida, a raiz do cipreste!

*
* *

«Não soluces. Parece mal. Passam. Podem ver.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

«A tua companhia é funesta; e começo a notar que me pegas a tua lepra, sentimental e idealista.

«Por piedade!, repara, por um instante, repara como voa a doida traquitana!

«Na planturosa paisagem, o que distrai um carro à desfilada!

«Tilintam os chocalhos, entretecidos a toda volta das esparvonadas alimárias, tão magras que se imagina que, sem as enriquecer, vão legar a carcaça às primeiras das inúmeras poças que matizam o chão.

«O automedonte clama, injuria, suplica o cavalo do tronco: — *Conselheiro!* Bribão! Cuidas que me enganas? Eu já te ensino a fingir, condenado!

«Tilintam os chocalhos; a traquitana range, saltando de lado a lado, a menear a cabeça, a dizer que não quer, que está velhinha, que não serve já para folias, que não vai mais, que tem medo. Mas o chicote estala, os cavalos fumegam, as imprecações cedem o lugar às boas palavras:

— *Conselheiro!* Amigo! Agora bem!

Conselheiro! Que chegamos! Que estamos chegados!

Na paisagem planturosa, orlando as estradas, rindo-lhe nos olhos, ao fugitivo embalando-o da música das cores, beijando-o da cariciosa volúpia dos perfumes, oh como é bem ir num carro à desfilada!

*

* *

«Abancados na *fonda*, pela tarde, volvi a ver o único companheiro da carruagem. Continuamos a estar sós os dois.

«Era ele um homem alto, encorpado, loiro, imberbe quase, sorridente sempre.

«Fosse da minha aborrecida preocupação do momento duro que atravessava, o seu estereotipado sorriso pareceu-me mesmo enigmático, irónico, irritante.

«Farto, talvez, de esperar por que eu encetasse a conversa, do que, indisposto, me guardei, o meu comensal, ao postres, ergueu-se, abriu a maleta que trouxera do quarto e pousara sobre uma cadeira, retirou uma garrafa, ordenou que lhe servissem dois cálices:

«— O senhor há de me fazer a fineza de beber comigo um dedal de anis, disse para mim.

O anis, prosseguiu, o anis é a esotérica ambriosa de que cantam os poetas. Sem um trago de anis sobre o jantar, a vida é absurda.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Quando digo um, poderia dizer, com melhor propriedade, dois. Não lhe parece?

«Reencheu as copitas e tornou:

«— O senhor é português? Manifestamente, redarguiu por mim, o senhor é português. Os portugueses conhecem-se logo; eu, pelo menos, conheço-os todos. Que é certo que já estive, de passagem, em Portugal. Não é má sociedade, essa de Portugal. Bom vinho tem. Bom vinho! Mas péssimo chocolate! Se bebêssemos terceiro cálice!

«Encheu e corroborou:

«— Péssimo chocolate! E, sem anis pela tarde e sem chocolate pela manhã, não será a existência um atroz suplício, diga-mo, senhor?

«Aqui foi o meu desastre. Porque entendi dever falar:

«— Pelo anis, divergi, ignoro-o; mas, pelo chocolate, concordei, estão os senhores, os espanhóis, excelentemente. O Matias Lopez...*

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 303, 4 de novembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

(Conclusão)

O meu até então plácido interlocutor não me permitiu concluir, escavacou, de punhada valente, a dobra da mesa; e, medindo-me com uma raiva medonha:

«— Eis aí. Gemeu. Eis aí o que eu não posso ouvir. Mas é a minha sorte! O meu lúgubre fado! Até nesta terra deixada! Dos lábios de um forasteiro!

«Mirava-o, interdito. Resfolegou, encarniçou-se:

«— Esse eterno tema! Esse tema odioso! O Matias Lopez! Sempre o Matias Lopez! Na verdade, acredita o senhor que a noite para a lua, só para o Matias Lopez? Crê acaso também que foi o Matias Lopez quem tomou de empreitada os céus e a terra?

«Enfurecia-se; estava violando a escala do conveniente e tu sabes como é necessária a pragmática para a marcha moral.

«Se bem que o conhecesse de momentos, entristecia-me por ele. Que pena! Uma pessoa que parecia tão bem educada!

«Mas acalmou-se e honrou-me, dignando-se explicar-me a sua ira. Consequentemente, comigo estabeleci que ela não era senão lógica e fundada.

«Resumiu, com um desdém supremo, em soberania:

«— O senhor não conhece. Não pode conhecer. De resto, tantos serão os que estejam em condições?! Mas é que esse que o senhor citou (como se chama ele? Ah! Sim. Matias Lopez), esse infeliz, verdadeiro infeliz!, não passa de um ignaro. De um absoluto ignaro nos segredos da legítima manipulação do chocolate. Não chegou ao alfa. Como atingirá o ómega?

«E, depois de uma pausa inquiridora, no silêncio, triunfou.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

«Explodiu, mas com majestade:

«— Enquanto que eu, senhor, (para que aproveite a sua vinda a Espanha, sabendo com quem está falando), eu, sim, eu é que sou o alfa e o ómega do chocolate. Tudo lhe direi, dizendo-lhe que tem na sua presença Gutiérrez&Gutiérrez, de Cuenca, o primeiro, o único, o verdadeiro, o real e genuíno chocolate de toda Espanha e toda Cuba!

*
* *

Ralentando.

A névoa somava-se, e era curioso, por entre a sua capa, mais e mais densa, o tremeluzir dos farolins vermelhos, ardendo no alto e no fim das ruas distantes, que ali arborescem de mastreações.

O meu cachimbo apagou-se; não o podia ir acender ao cordoame dos navios; e — pense-o! — isto, naquele momento, um tanto febril, era-me de uma grave contrariedade.

Entrementes, reouvi a voz do meu companheiro.

Com assobiante desprezo, gritava-me a narrativa:

— Que banalidade! Que deplorável banalidade! E, ao menos, não tornaste a ver Gutiérrez&Gutiérrez?

«— Escuta, querido, redargui-lhe, com súbito azedume. Não te interessará jamais a banalidade, que é a vida?

«Desequilibrado, regala-te com as mezinhas de uma terapêutica caseira. Volve a orbitar numa parranice sadia. Acomoda a tua imaginação pretensiosa a que monte, sequer uma vez, sobre o tolerante espinhaço de um jumentinho pacífico que retouce, modesto, as ervagens, ainda frescas do orvalho e já *ensolelhadas* que é maravilha.

«Calculo; e, previdentemente, saio-te, antecipado, à cólera da réplica. Preferirias que ou, na catadupa furiosa, rolasse a imprecação dos ululantes remorsos ou, na olímpica apoteose, rebentasse estridente, festivo retinisse o clarim. Não amas mais que a pompa das odes sinfónicas, bem sei.

«Mas se esvoaças! Se tu não pairas ao de sobre o turbilhão pardo e anónimo; e se só aos grandes, aos últimos, aos excecionais, é lícito exibir poderosos e castos, a alma a nu! Tens a epilepsia fruste, gozas ainda de uma burguesa saúde. Se a águia é simples, melros são trocistas; e perante os possíveis estranhos, o comum está obrigado às discretas, às pudibundas reservas.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

«Pois considera que, quanto a Gutiérrez&Gutiérrez, de Cuenca, se o não tornei a ver, soube dele, ao diante. É mesmo o fim do episódio.

*
* *

Vivace.

«No seguinte dia ao da revelação do seu nome prestigioso, parti, pela madrugada. Na primeira estação colhi o trem para a cidade.

«Advertira-me o *alfa e o omegado chocolate* de que, se um dia fosse à capital, não tocasse a outro ferrolho do que o de *la Sylva*, pouco módico e honesto.

«Escusado será dizer-te que me dei pressa em orientar-me para a estalagem indicada.

«Aconselho-ta. Fica num beco, cujo dístico se me esquivou, mas que dá para aquela conhecida travessa, notável por este nome, misto e estranho: *Calle de la Rua.*

«Nas escadas surpreendeu-me o tumulto de uma festa. Batiam as pandeiretas; estridulavam as castanholas; o soalho, todo, tremia do sapateado entusiasta das danças.

«Penetrando na sala de jantar, saiu a receber-me o hospedeiro, vestido de monarca sarraceno. Logo, Sua Alteza muçulmana me pediu desculpa de não tirar a coroa, porque estava pouco segura e mal lhe bulisse, dizia poder estragar-se. Um tanto suado também, acrescentou o imperante que receava constipar-se.

«Apresentou-me, seguidamente, sua esposa, que, arrastando o manto clássico de arminhos, me perguntou se queria cear:

«— Certamente.

«Fervia, à roda, uma multidão fuzilante de negrinhos, de toureiros e gitanas.

«Eu justifiquei:

«— Este *paredero* foi-me recomendado por um cavalheiro que é hóspede aqui habitual, ao que me disse, e muito conhecido da casa.

«Calou-se um longo espaço de palpitante curiosidade. E, no solene de expectativa, o rei mouro atreveu-se:

«— Talvez, talvez Dom Nicomedes, um senhor que anda pelas camisolas, de Barcelona, barba toda, negra...

«— Respeitoso, retifiquei:

«— Pesa-me dizer que se engana Vossa Alteza. O cavalheiro de que falo é quase imberbe e tem o cabelo louro. Viaja pelos chocolates.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

«Não te calculas, ao reconhecimento, o grande grito de júbilo.

«O rei mouro revirou, em extasis, os olhinhos; ganiu, baboso, para sua madama:

«— É Abelardo!

«— É Abelardo!, assentia, em coro, a variegada assistência, enquanto a rainha, saindo precipitadamente, precipitadamente voltava, com o braço estendido para mim; agitando na mão um trambolho imenso; convicta, bradando-me:

— Para ele, senhor! Veja, senhor! Quando o mar dá, onde quer que esteja, lhe mando uma. Esta segue amanhã.

«Era uma lagosta cozida, rubra, enorme.

*
* *

«Nessa noite reconciliei-me com certo teatro francês. Percebi que também ele fixara as situações verdadeiras, o cómico flagrante da vida.

«Desde o berro do patrão até ao crustáceo da patroa, achas tu, com efeito, nada mais Scribe?»

*
* *

Mas, molhado, o meu cachimbo não se deliberava a consentir que o emprestássemos. Os fósforos, rejeitando-se, protestavam, de sua banda, contra a teima impiedosa em os não reintegrar, comigo, no tépido da casa. E a névoa era já agora insuportável.

Nisto, do côncavo do sino grande da torre de S. Lourenço começaram de pingar, reboantes, pacatas e profundas, as doze pancadas misteriosas.

— É a hora de Erasmo voltar a página, disse-me o companheiro, reportando-se à superstição popular.

E, de escape, ciciou-me, subtil, a lenda da *boa gente de Roterdão*.

«— Boa gente, resignei eu, boa gente, quanto queiras. Mas nada bonita. Estes holandeses, feios bichos!

Já me não mais atendia, porém. Evidentemente recaíra. Em que estaria cismando? Na dupla consciência? Na identidade da substância?

Como o mais, a filosofia hoje democratizou. Tudo, portanto, podia ser.

Mas, fosse no que fosse, temi perturbá-lo. A contar de certa data, está morbidamente suscetível.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A humana maldade é corrosiva; dilacera como o vitríolo; queima como o ferro em brasa. Com o tempo, no coração ferido, esbranquiçada, lívida, fétida, subjacentemente purulenta, repulsiva, requina uma empola, da escaldadura. Quando uma alma chega a tanta desgraça, nem com uma pluma se lhe há de roçar, que tem o brio em carne viva.

Consolei-me, pois, com chocarrear, contrafeito e canhestro, como um prisioneiro jocoso.

«— O doutor vira a folha. Vamos nós virar a coberta».

Senti que acedia. Eu, mesmo, começava a achar-me domado do sono.

Recolhi o queima-guelas. *Eximus.*

*
* *

Quer crê-lo?

À porta do hotel, como um ápice me distraísse a reparar não sei para quê, encontrei-me só.

Seria o envenenamento do sono? Sonharia já, acordado ainda?

Mas afigurou-se-me — coisa irrisória, quadro grotesco — afigurou-se-me que o meu incrível sócio marinhara, num ímpeto, impulsivo, pela trama do vasto viaduto do caminho-de-ferro e que, num relance, logo encarrapitando no cucuruto do capitel de um dos seus nove pilares, cabriolava, com a simiesca felicidade de um sátiro, sobranceiro ao rumor de Noorder Eiland, indiferente ao risco de fazer-se pedaços.

Ilusão malévola seria, irritado da abrupta ausência.

De sua conta, não me sobressaltei, de resto, grandemente, habituado às suas bizarras extravagâncias, cujo êxito acabou por me dotar, a tal respeito, de uma estragada confiança.

Contentei-me, assim, em, para o longe, para o longe, admoestá-lo de cá: — *Cuidado, maluco!*

Entrei. O mordomo entregou-me, com mesuras hieráticas, a chave. Dormi, com santa, condigna beatitude.

E, agora, que também me reputo desacompanhado (neste indivisível, o quimérico! por onde se perderá *ele?*) aproveito a curta liberdade.

Constatei-me a coberto das suas importunas repreensões. Baixei logo um quebra-luz na emoção; e, à sua claridade láctea, riscada a pauta, deu-me rebate de contrapor-lhe o efémero relâmpago de um sorriso melancólico. Interessada, esfarelou-se-lhe, ao de cima e

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

à roda, a bruma doce da região. Satisfez-me o desconexo fastídio nos tempos que correm de simbolismo e de nuvem.

Pronto, escrevi, portanto, com um bemol na clave. Leia trilhando o pedal da esquerda. Mas, não o induza esse erro a inveja dos que murmurem que não vale gastar tempo com as frivolidades incaracterísticas de uma página sem invenção. Oferece o tipo exarmónico, porque um semitom seria já atardar-se, não seria? É um scherzo em menor, e exato?

Atenda onde a melodia interrompe. Penetre, decifre-lhe o sentido. Ou, antes, rompendo, avalie, mesmo, se o suspeita, a composição toda como um ardiloso pretexto.

Eis aí. Confesso-o. Motivo mais sério a determinou na verdade.

Foi o de inquirir, de si, confrade, se não será ensejo de apurar um ponto melindroso.

À despedida, a mim, ingrato esquecido! que lhe sorvi o anis e até hoje lhe não tratei da questão, pediu-me, com extremo interesse, que lho soubesse Gutiérrez&Gutiérrez, de Cuenca.

É o caso: — Não se poderia combater, enfim, a influência nefasta do Matias em Portugal?

Averigue-o e diga-o, para que o transmita onde de justiça, ao

Seu amigo

BRUNO. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 304, 5 de novembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

V

Deibler

Meu caro Heliodoro Salgado:

Monsieur de Paris é um sujeito atarracado mas espadaúdo, com as maçãs do rosto salientes e sanguinosas, do vermelho lívido que lhe condiz com o destino, os olhos sumidos sob a proteção de sobrancelhas arqueadas e fartas, a barba preta e curta, brotando, ao acaso, no intervalo de falhas sucessivas. A princípio, este personagem pode desperceber-se na vaga humana; nada de particularmente impressionante destaca na sua máscara, que só se notará pela torta compleição do conjunto, pelo dissimétrico e irregular das feições; mas essa fealdade é a banalidade, em França comum. Quando, porém, se sabe que aquele antipático mas trivial cavalheiro é o funcionário que a civilização incumbe da ordem na sociedade, dispensando do uso da cabeça, pois que esteja regulado o porte de armas proibidas, a alguns dos seus contemporâneos, não há menos do que reflexionar, de chofre, no seu inamável exterior e concluir que ele tem, como nenhum, o tipo do ofício.

O snr. Deibler não é o verdugo romanesco que a glaciez do fado ou a inexorabilidade da lei obrigou a uma ocupação desagradável e que, lavadas as mãos, gasta em tinta, para o chorar, a setenta e cinco cêntimos por página de original, o sangue que derramou sobre o cadafalso. Não seria o snr. Deibler quem estampasse as reminiscências de sua família nos seis grossos volumes em que Charles Sanson aproveitou as notas, mais ou menos apócrifas, de seu papá, do avozinho, até o tetravô, contando-nos, nas *Memórias de um carrasco*, a embaraçada crónica de três, quatro gerações de executores da justiça chamada alta, para a diferençar da outra, que é a mesma.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não que lhe escasseiem os talentos literários, mas porque lhe sobra a consciência da dignidade da sua missão, incompatível com ideologias e papeladas.

Sente-se e reconhece-se um funcionário; respeita-se; não há senão por que aplaudi-lo. Sabe que não deve o lugar ao favoritismo mas a méritos reais e sérios, escolhido, sem empenhos de qualquer sorte, entre nada menos de quinhentos competidores no difícil curso.

Assim, de chapéu alto sobre a testa, o sobretudo gentilhomescamente desabotoado, é de ver a gravidade com que assegura a mão, a premer a mola detentora do cutelo, vigiando se o ajudante desvia, como convém, da meia-lua a cabeça do paciente, o qual se lembra às vezes de querer refugir, indiscreta inconveniência que se corrige, puxando-o pela gaforina, quando não é calvo, porque então se lhe agarra pelas orelhas.

Não exagera o tom, todavia; é modesto e distingue-o um bom gosto profissional, primoroso e apuradíssimo.

Para se militarizar, não se espartilha, como o seu inventivo antecessor; e, não sei, mas creio que julga com o menospreço o luxo mundano (aliás inocente) com que, no desempenho do seu cargo, o ilustre Hendereich abandonava, pendendo de uma elegante fita de seda escura, o monóculo.

A Hendereich chamei-lhe inventivo e ilustre; não suspeite; não suspeite que o fiz, sob o dissimulado aleive de qualquer ironia. Inventivo entre os que o são e ilustre na plana dos que, por seus feitos, o merecem, extremou-se, na verdade, o indivíduo, cujo nome, injustamente um tanto esquecido, me permiti recordar. A ele, não a outro, deve a humanidade sofredora, sofredora da rubra febre do crime, a incontestável melhoria do instrumento cirúrgico, encarregado de a curar de vez e a preceito, cortando o mal pela raiz... dos cabelos.

Dantes era guilhotina uma máquina grosseira, enorme, espetaculosa, nos seus dois postes, tingidos de escarlate e acavalados sobre uma despropositada plataforma, para subir para a qual havia que vencer uma dúzia de degraus. O machado também deixava a desejar. Reluzente e provisoriamente limpo, faiscava para o longe.

Ao descer, com a pressa, o sol nascente soía arrancar-lhe reverberações, bruscas e cruas, que lesavam as miradas dos assistentes, os quais, no fim da noite passada em claro, eram forçados por isso, a cerrar, num incómodo automatismo, as pálpebras. Assim se estragavam trabalhos e canseiras; assim se malbaratava o custo

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

das janelas e bancos, alugados caro; assim se perdia o melhor da festa. Decerto havia excesso, mas falava-se até em optalmias, ganhas destarte. Numa palavra, era um desgosto.

Mas agora não. Agora, graças aos meditados esforços do snr. Hendereich, a mor parte dos antigos inconvenientes resolveu-se.

A natural lei das compensações apresentou aqui um efeito inesperado, que motiva dissabores de outro género. Com o tempo, porém, tudo se remediará; e quem pode dizer que não seja o atual mecânico quem está escolhido para completar a tarefa, brilhantemente iniciada pelo seu finado e prezado colega?

Não procuremos, contudo, devassar o futuro e contente-se o público da Grande Roquette com o que já tem. Roma não se fez num dia.

O que há já é uma máquina, sólida sem fanfarronices, perfeita. Quase catita, por tão pequena, que é um brinco. Ao snr. Deibler dão-lhe ganas de a trazer, de berloque, na corrente. Toda de ferro, numerada nas suas peças, instala-se num relâmpago.

O furgão chega; aparafusam-se os braços nas famosas cinco pedras que ornam a entrada da prisão; uma martelada aqui, uma martelada acolá; o cutelo, sarrafuscado de negro, monta-se no topo; experimenta-se-lhe o gume numa meda de palha; e pronto! — Vamos a isto, que o almoço arrefece!

*
* *

O snr. Deibler é bem pago. Com o ordenado e as gratificações de exercício, separa, na roda do ano, a soma de algumas dezenas de milhares de francos.

Mas não pode dizer-se que o emprego lhe seja uma sinecura. Longe disso. Sem falar já dos departamentos, só na capital o seu trabalho é quase contínuo.

Quando cheguei a Paris, como na fonte, havia gente à espera de vez. As células estavam repletas e dizia-se que seriam os da Villette os que passariam primeiro. Eram uns rapazolas, desabituados, de largo espaço, do trabalho, dois desses sinistros vadios, cuja *facies*, característica, é inconfundível. O seu caso nada possuía de especial; haviam trucidado um pobre infeliz, para lhe extraírem do bolso umas moedas de cobre. O jornalista Montorgueil provou, por um balancete das últimas causas célebres, que o assassinato é um modo de vida que rende pouco.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas o que existia de atroz, neste facto, corrente nos focos da atual civilização humana, era o que derivou do conceito de que os dois bandidos, de uma boçalidade que raiava com a idiotia, se supuseram incapazes para, de per si, organizar o plano, relativamente complexo, de atentado.

Averiguou-se; instaram com eles; entalaram-nos nas roscas desse potro moral dos modernos interrogatórios, que duram, frequentemente, dias seguidos; um soçobrou; acabou por convir em revelar o cúmplice-mandante. Era sua mãe! *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 314, 17 de novembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Meu caro Heliodoro Salgado:

Os dois e a mulher foram condenados à morte. Dizia-se que esta não seria guilhotinada, porque, de certa época para cá, se estabeleceu a praxe de poupar a vida às mulheres. Daí concluía-se que os homens menos expiariam com o sangue a sua culpa, visto serem simples executantes, não participantes na premeditação do projeto criminal.

Mas não ocorreu assim; a pena da mulher foi comutada, com efeito; mantida, porém, a de seu filho e do camarada deste.

Conhecida semelhante decisão, ofereceu-se o nauseabundo frenesi que procura saber, a todo o transe, *para quando é.*

Os inúmeros jornais da tarde arrastavam por cima das mesas dos cafés, emporcalhadas de tantas mãos que tentaram quitar-lhes a importante notícia, amarrotados, rasgados da fúria da curiosidade ludibriada, melancólicos farrapos ao fio da guarda de madeira, como pendões derrotados numa refrega inglória. As duas folhas da noite, as únicas apregoadas, arrancam-se dos dedos rapaces, suspeitosos, dos cominativos vendedores.

No minúsculo corredor, que o *Figaro* intitula pomposamente a sua sala de telegramas, a toda a hora se apinha uma mesclada turba, faminta de lobrigar os retratos dos sentenciados, presos à parede com percevejos de desenho que lhes fixam os rebordos. Os jornalistas conhecidos interpelam-se na passagem: — *É esta madrugada?*

E bocas de esbeltas raparigas, perfumosas e frescas, como morangos de primavera, amuam de despeito, cantilenam com exasperação: — *Que aborrecimento! Ainda não é esta madrugada!*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Duas, três noites de expectativa, de notícias falsas, de boatos desencontrados, de desmentidos, quando se soube *com certeza*. E na sala do *Petit Parisien*, despontou, às dez, colado, um cartão verdinhento, que, em ótima caligrafia, anunciava o tardio desenlace. Finalmente. Respirava-se.

Logo no Todo-Paris se produziu uma ânsia de previdentes cautelas. Ao carrasco faria cavalheirosamente as honras da casa Paris, se Paris fosse, na amarela palavra do satírico londrino Blanchard Jerrold, da dinastia dos Jerrold, da Madalena à Bastilha. Está-lhe no sangue. Vem de família. Já seu ilustre progenitor, Douglas Jerrold, era assim também. Não há por que estranhar. Existe mesmo quem vá mais longe, reduzindo o trajeto (e de um lado do passeio) desde o Ginásio às Montanhas russas. O nosso espirituoso patrício Eduardo Garrido, quando atinge Brébant, diz que não segue, que para diante é aldeia.

Mas, nesse pedaço cosmopolita e incomparável, que bela agitação!

Oh! A magnífica intensidade de vida, o prólogo amável da morte!

Jamais imaginara tão doce cerimonial, tantas galas de etiqueta para o recebimento da visita lúgubre!

Fretavam-se carruagens. Polegada a polegada, o preço conquistava-se à argúcia dos cocheiros remissos, que, para segurarem a posição, batiam as mil evasivas, idóneas a esquivá-los das violências da tabela. Faziam-se farnéis para o tempo de espera, qual de tabaco nos estanques, qual de queijo nas mercearias. No comprido das ruas impacientava-se. De conversações quentes, de gargalhadas benévolas, de palavras altas fremia uma animação, até mesmo ali desusada.

Nunca o *boulevard* me pareceu tão risonho, tão feliz. Fascinava o rumor, tão feliz. Fascinava o rumor, contente e ordeiro, bonhómico e álacre, das multidões satisfeitas.

Bebia-se um ar de festa.

Ao empalidecer das lâmpadas elétricas, partiu-se, em magotes.

As mulheres às braçadas, patinhando na lama, as opulentas aconchegando-se no calafetado das equipagens. Embaciando os cristais com o vapor da arquejante, precipite respiração, no ímpeto do júbilo próximo, procuram ver e ser vistas; mas furtam assim, sem que o queiram, o mimo de suas faces aos pedestres pressurosos. Acabava por se lhes não distinguir mais que o inquieto dos olhos, afogando-se e reacendendo-se, como negros vidrilhos, mareados na água.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Pelos arredores da praça, a vasta distância, não se pode já romper, e então se vê a propriedade da expressão francesa que chama a uma mole compacta um mundo doido. Parece-o.

Na rua Servan um alfinete que a lua descuidasse do avental não cairia sobre ladrilho enxuto; e das bandas remotas de Pére-Lachaise acodem as baforadas espessas de uma multidão acuculada.

Canta todo o tempo e, das canções da ocasião, escolhe invariavelmente as obscenas; grita, mia, ladra, uiva.

Por entre as filas, garotitos sardentos logram zizaguear em bicha, à custa de murros dados, de pontapés recebidos. Os belfurinheiros reclamam, nos espaços relativamente livres, ao largo. De onde a onde, nos instantâneos silêncios, que são como paragens súbitas da pulsação ofegante do leviathan coletivo, rasga o céu o agudo latido das crianças. — *Ohé! Ohé! Ohé Gouffé! Ohé Gamahut!* As matronas conversam dos amanhos da casa. E os graciosos arremedam, oferecem cadeiras de orquestra, anunciam que o pano está a subir.

Semeados no público, cinco, dez, vinte mil desses estimáveis cidadãos que usufruem da catástrofe feminina e que a gíria lusitana, equitativamente, designa com uma alcunha gordurosa. Segundo os cálculos de um recenseador especial, o snr. Lecour, vive em Paris a conta redonda de oitenta mil.

Enquanto aguardam, se o condenado é dos seus, o que sucede quase sempre, distraem os ócios da demora, entoando, em coro, uma espécie de responsório cínico, na maneira atual, inaugurada, com mal-empregado, mas com verdadeiro, mesmo grande talento, pelo cançonetista Bruant.

Sua originalidade reside no efeito obtido pela inesperada e hábil ao desenho de um tema ligeiro, de uma ou duas frases no módulo gregoriano, fazendo desfechar uma música de opereta na mortuária solenidade de um cantochão de igreja.

Os versos recomendam ao paciente coragem; os que os solfejam confiam em que não dará gosto à canalha honrada fraquejando; prometem-lhe que breve lhe virão fazer companhia ao cemitério dos guilhotinados, mas só depois de bem cumprirem o seu dever de revolta, depois de bem haverem pandegueado.

Chama-se a isto o *cantar das matinas dos «souteneurs»*.*

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 316, 19 de novembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Meu caro Heliodoro Salgado:

Entretanto, acordam o miserável que vai morrer. É no interior da prisão que se representa a parte interessante e educativa desta tragédia. O que o público, o respeitável público (dobre a língua, se faz favor) vê na praça pouco vale, com efeito. A bem dizer, hoje mesmo o público não vê nada. Eis aqui o defeito dos aperfeiçoamentos introduzidos pelo snr. Hendereich.

Antigamente, com o estrado quase à altura de um primeiro andar, com os desmedidos varais e o cutelo claro, vamos que vamos. Mas agora, com a parda engenhoca mesquinha a que se reduziu o aparelho, é uma desgraça.

Ao rés-do-chão, baixita de si, estreita, mal permitindo passar a gosto o corpo do seu homem, a *viúva* desaparece entre as árvores, na praça acanhada. As paredes da pequena Roquette fazem sombra. É um asilo correcional de infância desvalida. Ficou o juízo a arder a quem escolheu para tal instituição tal casa em tal sítio. Que, de resto, quem sabe?, talvez se obedecesse a previsoras conjeturas. A grande porção dos que, pela noite, recolhem a esse edifício vêm, com o tempo, a sair, pela manhãzinha, do prédio fronteiro. Assim não se podem chamar à ignorância, ficam conhecendo os locais.

Depois, as ancas pujantes da cavalaria obstruente mais escurecem. De modo que se vai, por Maria-vai-com-as-outras, por se cumprir uma obrigação, por se passar um bocado agradavelmente em boa companhia; mas do que é ver, ver, nada feito.

Sim que se ouve. Quando corre o batente do portão e, ao comando seco dos oficiais, ordenando o desembainhar os sabres,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

o paciente assoma, entre o capelão e o verdugo, retumba, altissonante, um clamor imenso. Sucede-lhe um silêncio que, sem frase, se pode chamar sepulcral. O sacerdote procura esconder o conspecto da guilhotina ao que a busca avidamente, num deslumbramento hipnótico. Pela última vez lhe fala da outra existência, lhe oferece a imagem do crucificado aos beiços empedernidos. O snr. Deibler ativa-se, empurra o condenado que vacila. Movida pelo ajudante, gira a tabueta, ouve-se uma pancada surda, um jato vermelho esparrinha. E é tudo.

Cabisbaixa, soturna, a turba, mais ou menos, criminal, dá meia-volta e retira. Troca o alarido do começo por um murmúrio ruminado. Sufocante, o ódio não declama; prefere mastigar, com pausa obscura.

Dentro, extinguiu-se um trecho considerável na derradeira *toilette,* assim classificada. As gavetas de catacumba, em que se acomodam, de estação, os moribundos, são três, as primeiras: n.º 1, n.º 2, n.º 3. Quando se suspeita de que algum dos inquilinos tenta burlar a justiça geral, executando-se pelas próprias mãos, a sociedade, caridosa, protege-o contra ele mesmo, vestindo-lhe a camisola de força. Mas é raro. Por via de regra, apesar de lavrado pela sugestão íntima do suicídio, o assassino não se mata. Antes quer operar nos demais. Não é egoísta.

Mas que pavorosa agonia a desse ínfimo! Desde que escurece, pergunta-se todas as tardes se baixará para ele ainda outra noite ou se aquela será a última, se não o acolherá mais do que a noite sem fim. Este paroxismo prolonga-se dias, semanas, meses, primeiro que a sua sorte se decida. Em França guarda-se-lhe reserva sobre a data. Os americanos são mais desempenados. Não ocultam ao sentenciado o dia e hora de sua execução. Ao assassino do presidente Garfield, a Guiteau, evidentemente alienado, soltaram-lhe, para o esvoaçar da loucura mística, seis meses. Nação comercial, o juiz é ali um sacador. Leva ao aceite, na prisão, a letra a tantos de prazo. Cobra-se sempre. O criminoso paga à vista... do carrasco.

Lembraram-se, práticos, ultimamente mesmo, de espremer lucros ao devedor. Um industrial, lido na biografia de Luís XI, propôs uns milhares de dólares, para que se lhe facultasse o exibir, no semestre, o referido Guiteau, dentro de uma gaiola de ferro, através de toda a União.

Dava fiador de que o restituiria íntegro.

É neste lapso — tão amplo e tão breve — que borda a sua teia gotejante a aranha, viscosa e felpuda, da loucura. Aqui o horror infinito da pena de morte; aqui o fracasso dos singulares

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

filantropos que julgam haver resolvido tudo por abreviarem o sofrimento material da execução em si, que nada é, ainda quando, como nas épocas selváticas, complicada e morosa. *

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 317, 21 de novembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Meu caro Heliodoro Salgado:

Pensando nisto, o coração do pensador estremece, o cérebro tolda-se-lhe.

Mas há que ver, há que ver. Nos livros não se aprende nada.

Hoje creio na seriedade da saída de Vallés, regougando que, com queimarem-se as bibliotecas, não haveria senão ganho, libertando-nos de tanta asneira autorizada. Só, a vida aproveita; só, o drama real educa. Contra ele, os sofismas esboroam-se.

Perante um cadafalso, a piedade animal, essa piedade, que se aloja nas mesmas entranhas, rebela-se, exacerba-se; pula.

Insensata de dor, desorbitada, não atende razões; ela é, na palavra psicológica de Michelet, a que estaria pronta a sacrificar uma nação inteira para salvar a vida de uma criança. Menos do que de uma larva inocente; de um monstro, como os que sucumbem no largo da Roquette.

Em face do cadafalso, esse formidável Hugo, que hoje é moda desconhecer, escreveu que ninguém podia ficar indiferente. Uns extasiam-se, como José de Maistre; outros indignam-se como ele próprio, o Hugo dito. Mas indiferente ninguém. Ninguém. E eu compreendo o desespero de Dostoievsky, torcendo-lhe a boca na fúria das imprecações, entornando a eloquência, a flux, na palavra tranquila do seu príncipe idiota (idiota!). Compreendo os remorsos do conde Tolstoi, increpando-se vinte anos passados, porque, em lance tal, não gritou, em Paris, a todo esse mundo da lei: *Assassinos! Assassinos!*

Mas, dentro da prisão, o diretor abre a porta da célula, adianta-se; quase sempre encontra o condenado já a pé, farejando

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

o ar, apurando o ouvido, à laia de corça, perseguida, mordida da matilha. Como dormirá? Se o virão despertar? A maioria só pelas seis da manhã consegue cerrar os olhos.

São vinte e quatro horas salvas.

Não se concebe angústia assim profunda, não se pode crer que haja nada tão esmagante nem se calcula que, debaixo da clemência dos céus, exista coisa mais implacável do que esse implacável despertar de um condenado à pena capital.

O de Marchandon foi temível. Ao entrarem-lhe na célula, soergueu-se no leito, deixou-se recair, tomado de um tremor nervoso.

Quando vieram buscar o padre fanático que assassinara esse arcebispo Sibour, cruelmente fustigado, antes, nos *Castigos*, pelo *Te-Deum* cantado em honra de Luís Bonaparte, o infeliz pôs-se a gracejar. Não acreditava. Supunha uma facécia. Imaginava que o imperador lhe perdoasse. Toda a gente estava consternada. A hora, entretanto, corria e não sabiam o que se deveria fazer. O ar descuidoso de Verger, as suas fanfarronadas paralisavam a todos. De repente, ou porque compreendesse, ou porque o cegasse um súbito clarão de loucura, desatou em gritos, agarrou-se, aos soluços, às margens da cama. Os agentes atiraram-se a ele, travou-se uma luta abominável.

Campi, esse, fez-se lívido, num golpe, ocupou-lhe a face uma camada de verdete. Circunvagou a vista desvairada vista sobre as pessoas presentes, sem fixar nenhuma. Parecia fazer esforço para reunir as ideias; ajeitou as cobertas. Um estremecimento contínuo sacudia-lhe os membros, como se um fluido elétrico os atravessasse. A respiração era ruidosa, estertoral; um suor abundante inundava-lhe o rosto. Fincando os dentes, para impedir que batessem uns de encontro aos outros, passou a mão pela fronte. E — pormenor medonho! — fez muitas vezes o gesto do agonizante que *apanha a roupa*.

Bem como mal, amparado, ajudado assistido, o criminoso consegue enfarpelar o fato. Trazem-lhe o próprio, que se entrouxara, retido, na rouparia da prisão. O uniforme do calabouço reserva-se para o seguinte. Lá dizia o outro que a economia é o pai e a mãe de todos os vícios.

Conduzem-no procissionalmente, ao quarto onde lhe hão de fazer a *toilette*. A guilhotina é formalista, exige. Demanda que lhe apareçam convenientemente. Agora suprimiram a tosquia, porque a essa operação se procede, com vagar, à entrada da cadeia. Não se sabe o que pode acontecer; e, segundo Franklin, o tempo é dinheiro. Assim está-se sempre aviado.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nestas idas e vindas, a galante polidez parisiense não olvida de que, desde Luís XIV, é a mais antiga no mundo. Comove a delicadeza à volta do condenado:

— Um copo de vinho ou um cálice de conhaque?

— Nada de cerimónias. Para amigos, mãos rotas. O cavalheiro fuma? Deseja um cigarro?

Entrementes, vão-lhe sujeitando as mãos no dorso. O carrasco torce-lhe mesmo os braços de modo que o tórax avance, a cabeça se projete, não possa retirar-se para trás, o pescoço distenda, quase cresça, dê jeito. E começa a passar-lhe um barbante sólido desde os pés, pelas pernas acima, até os punhos, já garrotados. Por semelhante maneira, medem-se-lhe, graduam-se-lhe as passadas; contam-se. Assim amarrado, afusado, todo o corpo do paciente oferece o aspeto de uma espécie de cilindro-cone. Perde o ar humano. A não ser pela marcha, rígida, inteiriça, de uma peça só, a única possível, não se imaginaria mesmo um ser vivo. Grotesco e horrível, é um salpicão ambulante, a que o algoz vai, breve, trinchar uma calote esférica, estonar a rodela do alto.

Um último *crugir* de tesoura no colarinho da camisa, um definitivo exame e tudo nas condições:

— Veja se a corda o magoa? Alarga-se um pouco. Não? Obrigado. Então, agora, marche lá para diante.

Quando atingem o passo final da infame via-sacra, pode dizer-se que vão expirantes. Se os não contivessem, se os não alevantassem, cairiam, redondos, no chão. A Welker houveram de o arrastar, literalmente, ao cadafalso. Quando o estenderam na tabueta, estava já morto de susto. Um dos guardas presentes à execução asseverou que, se, no limiar do patíbulo, lhe concedessem graça, Welker haveria sido incapaz de a aproveitar.

Foi um cadáver que o executor guilhotinou, como Furet, em Saintes, há pouco tempo.

Dos que logram aparentar energia, uma parte deve o aprumo à crise de uma loucura, resultante do terror que lhes inflama as meninges, como o indica a declamação final da república pelo anarquista Ravachol, nervos de aço, todavia.

A marcha de Gervais para o cadafalso assinalou-se por um penoso incidente.

Quando lhe abriram, a escâncaras, a porta, como a um touro no curro, ele teve um sorriso diabólico. Muitas pessoas julgaram um requinte de cinismo e elevou-se um honrado murmúrio. Acreditava-se que era uma última provocação, um desafio *in extreminis*.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O sorriso, que surge algumas vezes, é, porém, puramente nervoso. Darwin descreveu tal *rictus*, causado pela contração dos músculos da pele da face de que o principal é o músculo chamado *risorius*, de Santini, o qual atrai para trás e em cheio a orbicular dos lábios. Daí essa horrível ilusão do sorriso.

Não. Diante da morte só sorriem os santos; só riem os heróis.

Terminada a operação, o barbante desaperta-se, guarda-se e serve para outra vez. Acaba por ser uma série de atilhos, um rosário de nós. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 318, 22 de novembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nessa noite terrível, foi-me vedado conciliar o sono. Que inquietação! Espiava no relógio a marcha do sinistro ponteiro. Espreitava pela janela o alvorecer, cuja candidez carminava, criminal. Pela leitura, conhecia os incidentes daqueles morticínios; suputava: — *Estão levantando o aparelho! Lá vão chamar os hominhos!* Que inquietação!

Só com dia claro, quando devia ter concluído, no irremediável, a ansiedade esbateu. — *Que os leve o diabo a todos. Durmamos.*

Se fora possível? A estupidez das execuções procede de que, por elas, a sociedade caminha absolutamente contra o seu fim, que é provavelmente o de mostrar as consequências de um delito, fazendo odiar o facinoroso. Mas «quando se vê esse homem que se leva para o matadouro, ele torna-se, escreveu Rochefort, ainda que não seja senão por um quarto de hora, interessante».

Consequência detestável da pena de morte, ela chega a fazer-nos odiosa a vítima, causa indireta e direta do assassinato do assassino. Essa, ao menos, foi apanhada de surpresa; ferida de improviso; fulminada. A sua agonia moral e até psíquica foi tão curta que a própria lei de talião, de olho por olho e dente por dente, resulta agiotamente defraudada. A virtude é usurária; e o sangue vertido paga-se, mas com juros.

E, se o legislador supõe que produziu um terror salutar, ilude-se.

Nada mais falso do que a frase desse reacionário barão de Platel, que, sob o pseudónimo de *Ignotus*, nas páginas do *Figaro*, fez a corte à técnica de Hugo, manejando um estilo imaginoso,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

antitético e fermentado, em que ferve a ácida espuma da locução popular.

Ele prometeu um escritor forte, moldado e batido, como uma boa medalha, nos grandes cunhos; mas faltou.

A guilhotina não poupa, tal, mais cabeças do que as que decepa. Os assassinos, se de ocasião, ficarão, em qualquer hipótese, à mercê dessa eventualidade; se criminosos natos, à graça do seu infernal destino.

O pobre Guy de Maupassant estabeleceu um dia que a França era o país do mundo que mais se deixava guiar pelo prestígio das frases; organizou mesmo uma pitoresca resenha, desde *O Estado sou eu*, fundando o absolutismo, até *submeter-se ou demitir-se*, radicando a democracia. É a soberania das sínteses críticas exteriorizadas nas fórmulas incisivas.

Nos domínios da lei penal, dos costumes jurídicos, pode dizer-se que nada prejudicou a abolição da pena de morte, de há tanto tempo requerida por todos os bons espíritos de Paris, como o repente de Alphonse Karl: — *Pois sim. Mas que os senhores assassinos comecem.*

Como se, quando se tratou de suprimir o tráfico, se objetasse que para os plantadores deixarem de comprar escravos, seria preciso aguardar que os sobas principiassem, eles, por deixar de os vender.

Não quero refugiar-me do negrume dos factos no azul das utopias, isto é do desprezível presente, no futuro, que há de ser para outrem. Não negarei, por enquanto, ao homem o direito de julgar o seu semelhante; se bem que não perceba em que fundamento moral, em que nitidez psicológica se estriba essa faculdade forense. Antes de que a livraria francesa vulgarizasse as ideias de Tolstoi neste ponto, ignorando-as como toda a gente, sustentei aí, nas folhas de uma revista filosófica, dirigida pelo nosso distinto amigo Xavier Esteves, o paradoxo, se o julgam, de que a alma de Sócrates não tem alçada sobre a alma de Troppmann. São diferentes, é o que pode dizer uma da outra. Pode o mais conhecer o menos; mas como pode increpá-la porque essa outra é assim? Foi ela que fez? Inadequadas, a própria dissemelhança as torna reciprocamente ininteligendas, inacessíveis.

Concretando, a sociedade deve defender-se, não deve punir. Se excede o limite da defesa legítima, abusa. Assim, livre um país, pela fuga, do celerado, que é que fundamenta a extradição. Compreende-se que, solidários, os Estados civilizados se previnam da permanência, em seu território de seres nocivos e perigosos,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

para que tomem as providências que entendam, até à expulsão. Mas, que, à custa de gastos, se esquadrinhe o mundo a fim de lhe ir catar nos confins uma criatura, reconduzindo-a ao cadafalso, é o que desentendo. Não se repute a doutrina pretensiosa no absurdo; ela é simplesmente lógica, ela não passa do corolário contido na prescrição, sentimental e empírica, que manda, por exemplo, para com Portugal, que se não possa aplicar a pena de morte a um criminoso extraditado pelo nosso país.

Se a sociedade aprecia e julga, é temerária e usurpadora. Que sabe um magistrado, educado metafisicamente, em alfarrábios de práticas consuetudinárias, que se disfarçam de *o direito?* Que sabe um júri de arrozeiros?

A garantia material, restritamente material, da vida e dos interesses dos cidadãos pertence ao Estado. Mas o julgamento dos homens só cabe a Deus.

Quanto ao exemplo que se imagina extrair do espetáculo do cadafalso, provou-se que não colhia; e é raro guilhotinar-se um homem que não haja assistido, ele, já, a umas poucas de execuções.

Assim, a agonia moral, oriunda dessas torpes chacinas, não acomete os milhares de venenosos zangões que borboleteiam pelos arredores da grande Roquette. Com insigne maldade, faz seleção. Escolhe a alma do homem bondoso, da mulher sensível. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 319, 23 de novembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Um argumento escapou a Schopenhauer e aos pessimistas, seus modernos seguidores, hierarquicamente heterodoxos. Emana mesmo das profundezas do nosso tecido moral e desvenda uma perversidade tão profunda no plano cósmico que ignoro como o comum dos partidários das causas finais se tirará da dificuldade. Ela basta a parecer pôr em cheque todo o edifício teleológico, tão maravilhosamente construído por Kant, na *Crítica da razão prática.*

Consiste em que só o homem honesto tem remorsos. A consciência ética só fala à alma pura. Uma falta de momento, um erro de educação, um crime de mocidade, um movimento de cólera, um delito passional, o declive de um arrastamento, a inércia de maus hábitos, não fiscalizados, em que, até certo ponto, se não reparou, com atento escrúpulo — e, tarde ou cedo, um dobre funéreo no coração, o aluir de um desaterro interior.

De sua parte, porém, o mariola — regaladamente. A ciência italiana corroborou recentemente estas induções, constatando que o bandido de nascença, aquele que não cora com quanto nitrito de amilo lhe façam ingerir, aquele que é disvulnerável e analgésico, não conheceu, não conhece, não conhecerá o remorso. Se acaba no catre vai-se com a paz de um justo. Invejável canalha!

Aqui ou nunca Proudhon, triunfando no seu antiteísmo, concluiria pela blasfémia célebre: *Deus é o mal.* Como no jardim há as víboras, na filosofia rastejam os paralogismos, sofismas de boa-fé. O lema excede as premissas; o raciocínio tem um vício estrutural. Mas, como estas linhas são, particularmente, narrativas, e ele é quase aparente, reverterei a ensinante relação.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

De volta da praça da Roquette, aqueles dos espectadores que hão de vir, com o tempo, a alternar em atores no tremendo teatro, vão meditar a lição do exemplo nas tabernas e nos lupanares, e, em compensação quanto escritor que a urgência do mister ou uma imperiosa esquisitice do espírito mandou presenciar a carnificina fica doente, para espaço, conforme passou a Turguenev, após a execução de Troppmann! Como, exaustos longos anos, as páginas, em que rememoram o quadro entrevisto, arrepiam ainda do horror!

No meu anonimato, durante dias, ao acostar-me, tomava-me um pesadelo estranho. Do damasquinado do dossel deslizava, não a espada de Dâmocles, não o pêndulo de Poe, mas o cutelo sobrepujado pelo bloco de ferro que lhe dá o peso preciso. Esta aflitiva visão cambiava, súbito por uma maneira extravagante, porém. O machado entrava de adelgaçar-se, adelgaçar-se, adelgaçar-se, até que se reduzia à placa de ouro, afinada ao laminador. Mas logo, seguia enrolando-se, devagar primeiro, com fúria depois, arfava, silvava e era uma serpente balouçando-se em feroz indolência. Com a cauda enrodilhada nos cortinados, todo o meu empenho estava na angústia de saber se se seguraria. Via-lhe o medo, hesitava. — Cairás? Não cairás, demónio? Caía, mas com vagar, ressubia, despenhava-se, mergulhava entre os lenços, eu tiritava do gelo da sua pele mosqueada. Com um grito, acordava.

Durante meses, procurei decifrar este desconchavo, com uma insistência que honraria Alfred Maury, o sábio explicador-experimentador do sono e dos sonhos.

Encontrei-a, afinal, num momento afastado da minha existência, de que quase me havia esquecido por completo.

Em qualquer género, o *eu* enfastia. Mas isto é uma carta e, em missivas o que ocorre senão falarmos de nós?

Ora, há de saber, meu caro Heliodoro, que, em tempos, há bons doze ou catorze anos, eu corri perigo de ser atacado por um desses grandes ofídios sem peçonha que enlaçam, dizem, um búfalo na carreira, o trituram e o devoram com a singeleza com que uma cobra dos campos digere um pardal. Onde isto? É a melhor curiosidade. Aí, no Porto, freguesia do Bonfim.

Ser um homem estrangulado por uma boa-constritora no Poço das Patas convenha em que é fabuloso. Pois aqui tem Você um homem que, sem alheia intervenção, poderia, muito bem, haver sido estrangulado por uma boa-constritora no Poço das Patas.

O caso mais simples da história.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Quer que comece como um romance: Descia o sol...? Descia, com efeito, o sol, ou, mais prosaicamente, já havia descido alguma hora larga. Não encontrara amigos essa tarde e passeei à aventura. Aí não há longes, como sabe; a poucos passos, está-se nas barreiras. Eu estava na feira de S. Lázaro, embasbacado para a barraca do snr. José Dallot, o *teatro Popular*. Fronteiriço e minaz, o *teatro Infantil*, de seu irmão Carlos.

Aos irmãos Dallot, como aos irmãos Chénier, inimizou-os e estímulo da arte.

O amigo, tenho a certeza, pela-se, como eu, pelos espetáculos de rua, uma das poucas alegrias que consolam a terra. Tanto quanto irrita o pedantismo dos *grandes artistas*, assim é simpática, romanesca a penúria do tablado. Proclamava-se a primeira função da noite. Os espectadores escasseavam ainda. No exterior a companhia formava. É o melhor. Dentro, às vezes, não presta. Inovam. Fora, é o grande género, o sempre novo, o eterno, o clássico. Sendo a mesma coisa, é sempre interessante, excelente sempre.

Um cornetim soprava; o snr. Dallot tangia a campainha; o *Confeiteiro*, narrado por Júlio César Machado, mísero, cansado e velho, economizava os bofes, para rouquejar, estropiado, os prolegómenos conhecidos: — *Vai principiar. Vai principiar! Um pataco por cabeça! Quem não tem cabeça não paga nada!*

Próximo, era uma delícia o frigir da pescada; e as mulheres, dos cestos, pousados numas meras andas: — *Oh freguesinho, oh rico, vai o docinho de Paranhos?* *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 320, 24 de novembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

De entre os fogachos do cebo que se derrete nos lampiões, circulam, passam e repassam, cintilando de ouropeis, cingidos na malha transparente, os meninos friorentos, como pintainhos sob a asa meiga, três, quatro, achegando pelas pontas o xaile materno. *Oh! nos pauvres saltimbanques!*, exclama Banville.

Mas a curiosidade espertou-se quando, acudindo a banda toda, da varandeta se abeirou, com modéstia exemplar, a gentil Serafina e, no afanoso aplauso do bombo, que acompanhava, monárquica, das augustas tradições da nossa terra, melodiou:

Na presença do público ilustrado
Desta nobre e invicta cidade,
Pedro Quarto, esse rei tão chorado,
Lhe doou Carta e liberdade!

Logo, o coro, com brio:

Nós também, que somos portugueses,
Todos filhos da mesma nação,
Aliados espanhóis e franceses,
Vimos, todos, pedir proteção.

Afugentados os temores dos artistas lisboetas e estrangeiros, deu-se, com geral gáudio e público aprazimento, começo às danças. Mas eu não entrei e foi o meu castigo, porque, a rápida distância, descobri um cortiço, a cujos penetrais cachimbavam

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

o diretor, italiano, e uma espécie de criado, ademanes duros de auvernhez, o crânio deprimido, os ombros atléticos, cão de fila para companhia e guarda.

Um grande painel sarapintava as proezas do interior. Na floresta de uma África de fantasia, prognatas, de argolas nas orelhas, retesavam o arco; periquitos, de bico recurvo, espanejavam-se na folhagem, e, para que nada se eximisse da cor local, gaúchos, de calça de boca-de-sino, jaleco de *passamenteria* e chapéu alguidar, galopavam de encontro a bisões, que vingam escapulir-se-lhes à sanha, da lona para o tabique pegado. O cartaz protestava que ali se haveria de pasmar, afora o resto, com dois crocodilos autênticos do Níger e que, para mais, o proprietário lhes meteria impunemente os braços pelas goelas abaixo.

Adaptado, pela prática, à curiosidade dos povos; o homem do cachimbo percebeu-me tentado, mas indeciso. Deliberou-se a determinar-me.

Fez-me passo; cortês, convidou-me:

— *Veuillez bien enrter, Mr. on commencerà à l'instant.*

Como resistir? Contribuí, entrei. Não havia mais que um cavalheiro, negociante conhecido aí, muito espalhado no mundo. Esperando, examinava na Zebra o descendente autonomista desse tipo ancestral comum com o cavalo doméstico, parentesco cuja certidão Darwin foi buscar aos rudimentos de listras que se dão a macular-lhe as joelheiras.

Iniciei-me pela gaiola da macacaria. Ao ingressar, mal notara, em face, no assento de um mocho, um desses frágeis caixotes intermédios, nem grandes nem pequenos, que de Cantão nos conduzem o chá. Sobre a capa, quadriculado, um cobertor de lã comum.

Entretinham-se as gaifonas dos símios, furando arcos, dependurando-se de trapézios; e, para melhor os aperceber, afastava-me, costas para a caixa, tanto mais que seu paço residencial não olia precisamente a água de rosas. Quando aqueles primos manifestaram um desassossego receoso, um sobressalto extremo, despregando-se em incivil alarido, os mais idosos que até ali, no soalho, haviam ficado tranquilos, sisudos, desiludidos, indiferentes às folias da mocidade incauta, trepando agora, por seu turno, com rapidez vertiginosa, refugiando-se numa ensurdecedora chiadeira, pelos cantos superiores da jaula larga. Era curioso; e, sem vislumbrar sequer o inquirir da razão do sucesso, gozava dele, atribuindo-o, inconscientemente quiçá, a inopinada, desconhecida evolução do jogo em que camballiotavam.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Recuei mais, a fim de apanhar o concacho longínquo. Inda mal firmando-me de novo, um encontrão brutal me precipitou para as paragens da zebra e, interdito, o nosso conterrâneo cumulava a minha surpresa, ao tomar-me fortemente do braço, ao arrastar-me para ele com violência:

— Olhe, explicou-me.

Olhei, e vi, emergindo da boceta verde, cuja tampa, tombada, já se envolvia no chão com a manta, três, quatro metros de um rolo, grosso como um cabo marítimo. Espantosamente, o terminava uma cabecita ágil, de que, na fixidez repulsiva que dá a ausência de pálpebras, não se apuravam mais que dois globos estalados, uma linda lingueta bifarposa, que, sedenta, momento a momento, fulgia, recolhia, como a tira das fauces de Polichinello.

Liquidava-se o tumulto da sociedade catarrinia. Ela fora a primeira a advertir a importuna interferência. A seus clamos impetrando-lhes a atenção; o italiano e seu sócio voltaram-se; e, descortinando o que ocorria, arremessaram-se para quem sobre cujos ombros palpitava a ameaça repugnante; sem discursos inoportunos, despediram-me para o longe.

Posso dizer que a Simão devi então a vida.

É certo que o animal, duas vezes hibernando, no rigor dos nossos climas e na destruição opiácea a que os submetem, não poderia, decerto, causar-me grande dano; mas, logo que, consumido do esforço, se deixasse prostrar e bruscamente o sentisse abater-se, imprevistamente pelo casaco me surpreendesse com aquela prenda, ainda hoje me enfrio da impressão adoidante, do abalo álgido em que, adoentado e nevrótico, todo, me revolveria o singular incidente.

Como o esqueci? Como, mesmo, na ocasião, não lhe prestei sentido, não lhe medi o alcance? O cérebro, porém, bizarro tesaurizador, que perde facilmente o trigo e aferrolha com avareza, o joio, conservou, sem dar rumor de si, a memória do disparate. Entendeu chegada a ocasião de a elaborar, quando, bastos períodos queimados, lhe conjugou a ideia do resvale de uma fouce de patíbulo numa praça de Paris. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 325, 30 de novembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Outra das nefastas consequências das execuções é a invasão, mercê delas, do cinismo da plebe criminal nas classes cultas.

Mais do que a virtude, o vício é proselítico e couraça-o um convincente poder de propaganda. Com presteza se entende desde que se possua a teoria da descendência. Partindo do mal e melhorando-nos na sequência das gerações, os sentimentos nobres são aquisições recentes. De modo que facilmente se obliteram a um choque que faça sobrenadar o fundo mais amplo e resistente pela duração. Assim nas mulheres alienadas se observa que o melindre que depressa desaparece é o do pudor. Como desde que se espanca a epiderme branca da água imóvel, a vasa se espalha e dissolve pelo corpo da massa líquida.

Há depois que reprincipiar, dando tempo a que as escórias volvam a depositar-se.

Na mesma gente limpa que habita uma cidade onde se executa verifica-se um afloramento de péssimas paixões, de atávicos instintos. A revivescência da perversidade ingénita pode afirmar-se que é coletiva. Felizmente efémera, corrige-a, tempera-a, ao dia seguinte, o regresso à civilização, pela disciplina das ocupações quotidianas. Mas quem pode assegurar que este periódico despertamento da humana animalidade ceda sem deixar traço, se esvaia sem riscar vinco? Na psicologia, como na química, se nada se cria, nada se perde também; e Herbert Spencer arrumou o especialismo dos factos sociológicos pela particularidade de que uma causa única produz um sem número de complexos efeitos. Não entenderá, pois, em parte, a pena de morte com o carácter de lamentável

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ferocidade que, ainda hoje, apresentam as lutas civis em França? Ontem essa hedionda repressão, por Thiers dirigida, com respeito à Comuna, na semana de Maio, chamada a semana do sangue.

Os evolucionistas modernos combatem a guerra, menos pelas calamidades materiais que são o seu apanágio do que pela revertência que, na alma da humanidade, ela promove a estádios de crítica e sentimento desagregadores dos progressos superficialmente ultimados.

Não ensinará o espetáculo do paralelismo moral das ilustrações honradas com as abjeções ignaras? A necessidade de detalhes bárbaros que a imprensa diária se vê compelida a fornecer a centenas de milhares de leitores que os exigem, refletindo uma normalidade anómala, será, porventura, sadia, proveitosa?

Um exemplo basta, penso, a avolumar graficamente o que apontei:

Quando da execução de Troppmann, a excecional qualidade do interesse pelo excecional criminoso abortou num desastre excecionalíssimo.

A curiosidade era veemente, enorme; a assistência triplicou; houve que reforçar a guarda do cadafalso com regimentos inteiros. Para repelir a turba, sucediam-se as cargas de cavalaria.

Os protegidos conseguiram, a duras penas, que os mimoseassem com as tarjetas que lhes permitiam cortar os renques da polícia, acolher-se ao recinto como no campo das corridas. Mexeu-se todo Paris para alcançar destes bilhetes de favor; mexericou-se; intrigou-se; o notável barítono Capoul, patrício do venerando Crozes, então de serviço na Grande Roquette, escreveu-lhe uma carta em que lhe dizia que lhe ficaria mil vezes obrigado, se lhe obtivesse, em seu nome, pelo menos, *duas entradas*. O itálico é do próprio Capoul.

O cronista Alberto Wolff, parisiense de Colónia, e o dramaturgo Victorien Sardou, dialogador de cerzidos plagiatos, encontraram-se, a convite de Pietri, prefeito de polícia, e do célebre Claude, chefe do serviço de segurança, diante da estátua do príncipe Eugénio, hoje deslocada pela de Voltaire. Haviam trazido algumas provisões: pão, presunto de fiambre, duas garrafas de Bordéus, charutos. Claude observou-lhes que fora uma precaução inútil, porque, para o que desse e viesse, mandara, para casa do farmacêutico da prisão, um pato acondicionado de túberas.

Ali chegados, depararam com umas quinze pessoas; os copos tilintavam; rilhavam os garfos na porcelana; os convivas achavam-se em jovial disposição e Claude pôs-se a contar anedotas.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas nas saletas do diretor, de la Roche d'Olzy, a receção, mais *chic*, rutilava. Velas nos lustres; todos os candelabros acesos sobre o mármore do fogão. Escorrendo luz, um bufete armado, com tudo o que é preciso: *sandwichs*, galinha fria, pastéis. Os criados circulavam as bandejas com chá, *punch*, vinho. Para guarnecer as suas salas, o carcereiro convidara os oficiais da escola a subir. No pátio servia-se café aos soldados.

Um periodista, Eduardo B..., afundara-se num sofá, bêbado a cair, tão bêbado, tão bêbado que não pode acompanhar os seus colegas à célula de Tropmann e à execução. Ficou a cosê-la na alcova do diretor e não acordou senão às oito.

Quando a máquina esteve erguida, vários subiram ao estrado e o carrasco Heideurech forneceu-lhes esclarecimentos.

Alberto Wolff refere, ele mesmo, assim o episódio.

«Fazia um luar soberbo. Vendo-nas emergir sobre a plataforma, os amadores dos lados do Père-Lachaise soltaram rugidos atrozes; pensavam, sem dúvida, que se guilhotinava de noite; exasperavam-se por que lhes roubassem, dessa forma, o espetáculo que aguardavam; fez-se, ao longe, um movimento assustador. Do cimo do cadafalso, eu via as massas agitarem-se, avançando sempre, e sempre recalcadas pela cavalaria; foi, durante um instante, como que o começo de uma revolução. Ouvia-se o estrépito dos cavalos na calçada e o ruído das espadas, saltando nas bainhas.

Depois, sem dúvida, mercê de explicações fornecidas pelos chefes de esquadra, a ordem restabeleceu-se.

«O snr. Heindereich, com perfeita obsequiosidade, fez-nos as honras da guilhotina; assistia-o o seu primeiro ajudante, que teve a fineza de se colocar diante da prancheta e de oscilar como um condenado. Um velhito, o cabeleireiro da súcia, que, mais tarde, devia cortar o cabelo a Troppmann apoiou as duas mãos nos rins do condenado a fingir, estirado na prancheta, e disse, com um tom desprendido, estas palavras cínicas, que me fizeram frio na espinha: — Agarro-lhes assim para que não *saracoteiem!*

«Sardon, que é, todavia, um temperamento forte, não estava satisfeito, ele também. — Desçamos, disse-me». *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 326, 1 de dezembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Sem dúvida que este é um quadro já esplêndido. Mas fica sublime quando se saiba que Wolff desfigurou a verdade completa, alterou, prejudicou a fisionomia exata da cena.

Roubou ao seu talentoso amigo as glórias espirituais de uma patológica coragem. Pois quem fingiu de condenado, quem se estendeu na fatal tabueta não foi o anónimo auxiliar do verdugo Hendereich. Foi o ilustre Sardon em pessoa.

Informa-nos, mais, desta inverosímil, odiosa loucura o abade Georges Moreau, ex-capelão da Grande Roquette, hoje vigário geral em Langres.

Escreve, textuais palavras: «Quando a guilhotina se inventou, muitas pessoas subiram sobre a plataforma e Hendereich deu-lhes explicações. A um momento, mesmo, Sardon deixou-se deitar sobre a prancheta pelos ajudantes do carrasco e fizeram o simulacro de o guilhotinarem. À sua cabeça haviam substituído um molho de palha. Restou quite por uma curvatura, que durou, parece, bastantes dias».

Enfim, foi uma patuscada inominável; uma prodigiosa orgia fúnebre; um ominoso escândalo; uma vergonha. As inqualificáveis jocosidades desses senhores durante essa noite originaram, de resto, tal barulho que o deputado Steenackers (quase nosso compatriota, porque nasceu em Lisboa, sabe o português, traduziu, mesmo, um livro do snr. Ramalho Ortigão, participou, com um folheto anónimo, escrito em nossa linguagem, na polémica Rattazi-Castelo Branco) o deputado Steenackers interpelou vivamente o ministro, Chevandier de Valdrôme, no corpo legislativo. Afirmava,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

entre outras coisas, que um dos redatores do *Petit-Journal* havia desempenhado as funções de ajudante do carrasco.

Não ignoro que se trata de fugir aos repetidos desaforos. Conheço a proposta Bardoux. Bem sei que se pensa em relegar o cadafalso para o interior das prisões, em matar gente à cancela fechada. Já assim é na Inglaterra. Mas então o exemplo? A lição? O efeito do terror?

O que me custa, confesso-o, realmente a compreender é como três, quatro personagens decentes, magistrados, funcionários, se encerrem com um homem num quarto e ali tranquilamente o degolem, com a consciência serena e tão lilial que se quedem admirados de que se admire um. Ao menos, na praça, a cumplicidade do público como que justifica, a responsabilidade dispersa-se e ao algoz protege-o o anónimo da fatalidade social.

Mas a semelhante meia dúzia, na familiaridade de um aposento, assombra-me que lhes não passe pelo espírito que estiveram perpetrando uma patifaria. Confunde-me que não deem fé de que, pelo menos, se encarregaram de certificar, de si próprios, que eram cruéis e insensíveis. Portanto duvidosos, visto como a piedade moral nasce da sensibilidade física e a virtude não é mais do que bondade condensada.

Porque conserva a França, essa bela, nobre e grande França, flor da civilização, cultura das culturas, este indigno vestígio das antigas barbáries? Porque não sentem os franceses intrépidos e briosos, dos europeus eternamente os mais inteligentes, hoje os mais ilustrados, com frequência os mais generosos, que este tradicionalismo os enxovalha e conspurca? Porque essa gloriosa democracia gaulesa, que engrinaldou o puritanismo, severo da doutrina com as graças do cavalheirismo da raça, não apercebe que isto a diminui e descredita?

É a rotina, a teimosia rotina do movimento adquirido.

Altivo e petulante, como a insciência, *Ignotus* assertou que as execuções não podiam proscrever-se senão em povos cujo máximo de densidade não ultrapasse, em todo o país, quinhentas a seiscentas mil almas. Aqui estamos nós, portugueses, que continuaremos a ser três a quatro milhões. De facto, essa atrocidade extirpou-se na Bélgica e na Holanda, que, somadas, botarão perto de vinte milhões.

Pugnar pela abolição da pena de morte não é fazer causa comum com Troppmann mas com Beccaria.

Como, de si não merece a pena, nada vale, não é tanto a cabeça do assassino que importa, mas a par da vítima, o crédito do julgador, o decoro de uma sociedade inteira.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mesmo aí não estou a discutir truísmos, a discursar a convencidos, pois que a pena última marque de um estigma o código militar. Não se aplica? Mas quem nos afiança que, num momento de irreflexiva cólera comum, à surpresa de qualquer atentado indignador, se não volva a usar e que, de consequência, o antecedente não frutifique, seguidos, em pomos de maldição; não generalize; não roa o mundo civil; não alastre?

A volubilidade não é o nosso defeito, antes pecamos por tardios de entendimento, morosos de ação; mas nunca é mau, nunca se inutiliza almaço em confirmar as verdades adquiridas, em garantir as etapas morais caminhadas, em evitar as retrogradações, em prevenir os acidentes do espírito. O triste exemplo de liberdades perdidas, de um dia para o outro, pelo exclusivo expediente de um estadista transitório, é de molde a arregalar os olhos dos mais sonolentos. Somos uma cera amorfa, à mercê dos caprichos dos que a manipulam, caçoam com ela.

Assim se deve considerar, pois, a constante ameaça aludida, para que não persiste. Essa permanência é vexante.

E disse vexante porque, faça-se o que se fizer, perore-se como se queira, argumente-se como se imagine, o facto é que, ao fim e ao cabo, o castigo desvaria e diverge, a infâmia engana-se de porta e a semilua, da guilhotina, se, serve o sangue do criminoso, é, só, a fim de, gargarejado, o cuspir para a cara dos homens de bem.

Adeus, meu caro Heliodoro.

Escreva ao

Seu amigo,

BRUNO. *

---

* In *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 327, 2 de dezembro de 1892.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

[O Alferes Malheiro]

O entusiasmo que no país se produziu comotivo da intrepidez do jovem Alferes Malheiro, na funesta jornada donde poderia emergir a salvação, é um dos raros sintomas atuais de que, entre nós, se não obliteraram irremissivelmente nem os sentimentos da justiça nem as aspirações da liberdade.

A tal título, este fenómeno moral reabilita de muitos desfalecimentos a consciência pública; e bem procedem aqueles que, promovendo ao simpático proscrito manifestações de recordação amiga, inspiram desse modo, à alma nacional, com a pungente memória dos sacrifícios, a estimulante confiança das esperanças.

Mais que as doutrinas, educam os exemplos; e a solidariedade dos homens estreita-se pela amarga comunhão espiritual do sofrimento.

Filho dum amigo de seu pai, velho amigo de seu irmão, seu camarada de exílio, um melindre, compreensível e respeitável, tolhe-me o dizer eu, o quanto são credoras de apreço as belas qualidades, do espírito e do coração, do Alferes Malheiro.

Outrem o fará, sem suspeição, mais e melhor do que me seria lícito. Mas, a mim, corria-me o dever de associar-me à comemoração que nestas páginas se realiza.

Cumpro-o com bem pálidas linhas. Singelas na expressão que revestem, elas volvem-se, contudo, veementes pelo espírito que as dita. *

---

* In *O Alferes Malheiro*, Porto, número único, 1893.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Resumindo:

Até períodos relativamente avançados da evolução humana os acontecimentos que se foram, uns após outros, sucedendo não puderam ser considerados senão pelo seu matiz episódico, e sobre eles não era lícito exercer mais do que as aptidões rudimentarmente estéticas da faculdade narrativa, própria e reencontrável ainda nos povos dum desenvolvimento psíquico primordial.

Assim é que a erudição vai registando os esboços, cada vez menos imperfeitos, da história narrativa que se complicou em crónicas. Façanhas dos guerreiros, graciosidades da corte, a petulância do sangue fresco, enrubescendo em combates ou acrisolando-se nas galanterias duma linguagem, concomitantemente ingénua e pretensiosa, todo o relato do drama humano por aí se fica e aí não pensa ultrapassar. Só mais tarde, quando a sequência duma tradição se fundamenta no tempo, é que surge a presunção de que, nas suas linhas gerais, por certa maneira, a ação social se repercute similarmente; e então desponta nos cérebros inovadores a temerária suspeita de que pode bem ser que a narrativa dos sucessos passados contenha mais do que as fúteis vantagens dum entretenimento ocioso e romanesco.

Eis aí o primeiro passo dado para a constituição ulterior da filosofia da história, isto é, daquele corpo de doutrina que nos adverte, pelo que se ultimou já, da provável tendência do que ainda está por acontecer, fornecendo-nos, destarte, não só avisos salutares como admoestações fecundas, se nos for permitido o aproveitá-las.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Semelhantes especulações do espírito seriam inteiramente inúteis, com respeito aos vastos interesses concretos, se da sua pureza teórica não derivassem logicamente conclusões a que, tarde ou cedo, cumpre imprimam à conduta cívica, e mesmo à orientação particular de cada um, seu movimento peculiar, cuja trajetória haja de ser estritamente definida e cujo objectivo se determine prefixo, com uma incontestável nitidez.

Equivale isto a dizer que momentos destacam na marcha das nações em que a não importa quem se impõe a necessidade de recapitular o passado político do agregado coletivo a que pertence, a fim de (cada qual na medida das suas forças) propelir a massa comum no sentido que, não sendo seguido, se substituirá por outro a cujo termo não se avista conscientemente senão a ruína comum.

Em palavras, porventura, mais acessíveis, ocorre que certas gerações são, mercê duma fatalidade que se não definiu ainda, chamadas a resolver destinos complexos que escaparam à atenção de outras, se bem que melhor dotadas pelos privilégios do talento ou pelas heroicidades da vontade.

É o que passa hoje em Portugal.

Sob pena de inépcia ou de hipocrisia, é iniludível confessar-se que todos, mais ou menos rigorosamente, sentem que *isto* não pode continuar; que se entrou, de vez, para dentro das grandes responsabilidades e que está na nossa mão, com a cruel inexorabilidade dos momentos únicos, ou interromper, entravando-a, a desmoronada do conjunto ou assistirmos todos, inertes, ao desfecho irremissível da anulação de mais uma nacionalidade continental.

Nestes termos — que ninguém de boa-fé contesta — *a política* deixou de ser a ocupação especiosa de classes limitadas, referindo a sua existência às rabulices de expedientes transitórios; não é mesmo mais nem o vício de lunáticos, esquecidos de si para esterilmente se ocuparem dos alheios interesses, nem a explosão intermitente de paixões nobres e de ideais doutrinários.

Reduziu-se; mas, reduzindo-se, penetrou-nos a todos, a todos nos envenenou; nada lhe foge ao influxo, humanizou-se, volveu-se na carne da nossa carne e no sangue do nosso sangue.

Sabemos hoje que, tratando do orçamento do Estado, é do orçamento da nossa modesta casa que tratámos; sabemos que, se o governo fizer definitiva falência, somos nós que haveremos de entregar os nossos bens próprios à penhora cosmopolita; e não podemos ignorar já que, se os poderes públicos houverem de perder a sua independência internacional, na subalternização

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de estranhas fiscalizações, os que hão de sofrer os agravos e os vexames são os contribuintes, isto é, somos nós.

Assim, tratar da vida pública é agora tratar da nossa vida; e o patriotismo chegámos a ponto que não é hoje mais do que egoísmo.

Esta pobre gente portuguesa tem tolerado sucessivamente tudo: a alienação dos seus bens distantes, que não conhece; o extermínio das suas liberdades próximas, que não preza. Se consentisse, ao menos sem protesto, no restante, ela ofereceria o espetáculo original de não se doer sequer naquelas fibras extremes em cujas radículas embebe o instinto da conservação, motivo e garantia da simples animalidade.

Não é de crer; repugna racionalmente concebê-lo. Pensamos que o defeito procede menos das vontades do que das compreensões. Educados na atmosfera viciada dum sem número de preconceitos; sobre tudo vibrantes sempre, desde a mocidade, nossos ouvidos com os clangores da fanfarra marcial do século XVI, uma certa indolência nativa predispõe-nos a não acreditar facilmente nos terrores pessimistas dos raros que, de longa data, nos têm vindo advertindo da proximidade da ruína e da emergência da catástrofe.

Todavia, o momento parece atingido em que, pese o que pese, custe o que custe, força nos é considerar que estamos quase perdidos. Se, por felicidade, a nação se possuir a tempo deste sobressalto, que, infelizmente, tudo justifica, um esforço de revivescência não só se torna previsível como é mesmo a única força que legitimamente se deve esperar.

Povo de densidade insuficiente para o relativamente largo traço da zona geográfica ocupada, os hábitos militantes a que a divergência, étnica e religiosa, nos afeiçoou nos primeiros estádios da nossa autonomia revestiu-nos dum carácter impróprio para as benéficas lides do trabalho tranquilo; de maneira que, logo nos ciclos iniciais da nossa independência, se constata tenaz repulsa pelo mister agrícola, repulsa que forçou os primeiros reinantes a disposições coercitivas, duma severidade que se quedou na letra dos decretos. Este é o jeito por que tem de ser interpretada a famosa lei das *Sesmarias*, nos seus capítulos especialmente referentes aos camponeses. Executada com precisão, exacerbada, naturalmente, no decorrer dos tempos, graças às rebeliões dos oprimidos e aos interesses dos privilegiados, essa lei, integralmente aplicada, terminaria por constituir para os trabalhadores rurais uma servidão de gleba. Tal qual como as disposições inglesas sobre o domicílio legal

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

(*laws of settlement*), que faziam deles uma pertença da paróquia, concordes no espírito (conforme o viu a perspicácia histórica do socialista Marx) ao famoso édito do tártaro Boris Godunov na Rússia.

Este primeiro tentâmen de fomento agrícola, enquistando o homem na terra, prejudicou-se pela sucessiva expansão afora das fronteiras e no longe dos mares. Abriu-se o capítulo das aventuras; a raça — se raça se deva chamar — transformou-se de agrariamente submissa em comercialmente permutadora. Ganhou, de seguro, em liberdade pessoal, vantagem incomparável; mas perdeu, ao mesmo tempo, em condições reais de estabilidade. Nada gerava; não possuía indústrias; não criara agricultura. Vivia da troca, usurária, de produtos naturais exóticos pelos artefactos que tinha de ir buscar ao centro civilizado da Europa. Viveria, se não se lhe defrontassem concorrentes.

Não os teve por certo espaço, enquanto, por um lado, o ocidente se digladiava em prélios intestinos, enquanto, por outro, a homogeneidade da obediência não se fragmentou com a dilaceração da unidade da fé. Sancionada, pela suprema autoridade pontifícia, a divisão dos mundos descobertos, entre nós e a Espanha, restava a nossa ociosidade largamente satisfeita.

Desde, porém, que o constrangido acordo de meridionais e setentrionais se fez pedaços, a recuperação dos mares usurpados por nós, em nosso exclusivo proveito, havia de ser uma das consequências da rutura com Roma. É assim que a antipatia peninsular em contra a Reforma, além de outros, mais nobres, se fundamenta em motivos de necessário egoísmo. Ingenuamente se podem ver desdobrados no nosso canonista Freitas, logo que se esfarrapa nas arestas da lógica de Grócio, defendendo a liberdade das águas. O paroxismo da dominação castelhana, no acesso da pugna com os Estados-gerais, não tem valor essencial; é um tema superfetado, pois que o que se deu então, sob esse pretexto, se daria logo depois, sob outro qualquer.

O que se apura, com justeza, é que, aurindo parasitariamente as próprias energias da alheia vida, deveríamos liquidar então. Os derradeiros anos do reinado de D. Pedro II deveriam ser os nossos derradeiros anos. Não sucedeu, porém, assim, mercê dum acidente inopinado: a descoberta das minas do Brasil. Ulteriormente, graças a semelhante episódio, mercê da formação dum núcleo extra continental, nas terras de Santa Cruz, de fabricadores dos géneros que se apelidaram coloniais, a açúcar, de preferência.

Deixámos de viver da Índia; passámos a viver do Brasil; mas não aprendemos a viver de Portugal.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Tudo isto era instável, frágil, efémero. De prever se tornava que, densificando, a grande colónia não nos poderia nem nos quereria aturar; mas a nossa consuetudinária apatia ia-se congratulando na rotina da solução quotidiana, como o jogador que não cura do dia imediato. O desenlace precipitou-se mesmo, com o episódio da cautelosa retirada da família reinante, atónita diante do erigir das águias napoleónicas. Um tratado de comércio, indeclinável, abriu os portos que ciosamente cerrámos até ali; e, quando o civismo inexperiente de 1820 tentou reagir contra a oportunidade histórica, a separação encarregou-se de confirmar as necessidades triunfantes.

Então apelámos desesperadamente para o pecúlio recolhido; a cobiça do Estado em crise lançou as miradas para a *acumulação primitiva,* cristalizada no misticismo improdutivo das grandes fábricas religiosas, esteriotipantes do génio melancólico da raça. Saquearam-se as igrejas; desbarataram-se os conventos; o ouro apareceu, circulou. E — consequência muito mais maravilhosa, por isso que duradoira — surgiu-nos o *crédito.*

Sofregamente, corremos a abeberar-nos nesse manancial moderno; dele usámos, dele abusámos; sorvemos a inauditos haustos.

Deste sistema falso da vida económica recente do Portugal contemporâneo, derivou um corolário, entre outros, nefasto, aquilo que impropriamente se chama a *empregomania,* como se onde abastam os processos naturais da ocupação da atividade, pela indústria, pelo comércio, pela terra e pelo capital, onde eles abastam ao aumento e à cultura crescente da população, se pudesse originar uma exclusiva escolha por fainas oficiais, na regra mal retribuídas, de subida difícil e de futuro confinado nos benefícios, vexantes e quiméricos, das pensões e montepios.

Ora, por nossa desgraça — por nossa desgraça? — ocorre que o expediente aludido do empréstimo, cobrado pelo Estado e por ele redistribuído na nação, esse mesmo, em virtude da própria lógica das coisas que não tolera indefinidamente situações absurdas, esse mesmo se esgotou.

Brutalmente, sacodem-nos do nosso letargo secular, risonho e manso; intimam-nos não só a que vivamos de nós mas a que de nós retiremos o que falha para progressivamente satisfazer os enormes encargos dos compromissos que as gerações passadas sacaram a descoberto sobre o nosso trabalho, sobre o nosso decoro, sobre a nossa liberdade interior e sobre a nossa independência internacional.

Havemos de saldar a conta da festa, solver a prodigalidade dos que nos precederam e pôr em nossos ombros a cruz que

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

esses bons homens tiveram a amabilidade de largar a meio do caminho.

Não nos valerão evasivas, desculpas de maus pagadores, argúcias de discípulos de jesuítas e feros de netos de heróis.

Ao contrário: cumpre que encaremos, com mágoa mas com firmeza, a terrível situação em que nos encontramos e que, na sinceridade das nossas reflexões, topemos com um método, claro e exato, preciso e uniforme, que nos desembarace do meandro que, dia a dia, nos constringe e ilaqueia.

Neste sentido, a primeira pergunta que espontaneamente brota no nosso espírito é se os vícios e os erros que nos trouxeram a semelhante confusão são daqueles que, não interessando essencialmente os grandes tipos orgânicos de que depende a vida funcional do Estado, se corrigem ao de leve com alterações superficiais e se curam com mezinhas epidérmicas. Ou, se, pelo contrário, existem indevidamente, oprimindo as energias reativas e salutares da nação, sobrepostas a abusivas, estratificações institucionais que só conseguem prolongar a existência sacrificando a do país mesmo e proibindo-lhe a modelar reconstituição nas categorias sociais compatíveis com as urgências do momento e com as necessidades da civilização geral.

Se *isto* não pode continuar, será *isto* suscetível de uma correção parcelar, ou o problema só será resolúvel com a cláusula, necessária e suficiente, mas imprescindível, duma remodelação integral?

Desta última maneira pensámos de há muito; e, como na angústia os minutos valem por horas inteiras, obriga-nos o imperativo de que aos mesmos humildes volta o dever de advertir e aconselhar.

Por isso escrevemos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, 5.º ano, n.º 1210, 24 de março de 1894.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Um Exemplo

Na Leitura das vidas que Plutarco relatou diversamente embelecidas, dos grandes cidadãos da antiguidade se formaram e constituíram ao ânimos diamantinos que, ao alvorecer deste século, pelo sacrifício e pela fé, não só lograram salvar a França, sua pátria, das frenéticas investidas da Europa bárbara como ainda conseguiram impor, ao mesmo inimigo desbaratado as ideias políticas, o sistema de governo, os princípios de liberdade e igualdade humanas que lhes armaram as mãos e os audaciaram a desdenhar da morte.

Na meditação das lições e exemplos daqueles que, mesmo nesta geral crise hodierna de mercantis egoísmos, conservam, em seus corações, acesa a chama sagrada do patriotismo é que para os povos, abatidos e de si próprios desconfiados, consoante infelizmente o nosso povo português, é que para esses convém firmar a esperança de que nobres estímulos consigam, afinal, sobrepor-se às dúvidas e aos desânimos, que, não resolvendo as situações aflitivas, as procrastinam, as agravam e as embaraçam.

As gazetas lá de fora trazem-nos neste momento os pormenores comoventes das manifestações académicas de Pesth em honra de Luís Kossuth e o telégrafo vem-nos informando das sucessivas concessões que os poderes constituídos vão ali pagando à memória gloriosa de quem soube cumprir sob tão alto desinteresse e nas horas cruciantes da derrota, para com uma pátria, amada com paixão e servida com ímpeto.

A Hungria está longe e Kossuth é quase um desconhecido. Poucos, entre nós, aprenderam, nas biografias e nas histórias gerais,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a complexa odisseia deste ditador, reduzido a viver no exílio, ao cabo do largo trecho do apossamento em que as circunstâncias lhe entregaram todos os recursos do Estado, reduzido a viver de folhetos de propaganda e de pensões amigas. Poucos restarão até, e até talvez esquecidos das ilusões juvenis, dentre aqueles que, em sua passagem por Lisboa, se honraram, indo saudar, com Lopes de Mendonça à frente, o abandonado e o proscrito.

Mas o que se conhece um tanto e o que a oficiosidade da reportagem cosmopolita aviva nos entendimentos é que o homem morto um destes dias em Turim pertenceu, em vida, à espécie rara daqueles homens que, acreditando com fervor nos destinos do seu país, se empenharam ininterruptamente na tarefa, copiosa de abnegações, de comunicar essa crença fecunda aos seus concidadãos, alevantando-os da apatia em que se davam a vegetar e incitando-os a cometimentos que redundariam no proveito comum.

Este caso pessoal não deveria, entre nós, interessar mais do que aos doutos e aos curiosos de cultura, se não atravessemos um período amargo em que aos melhores predispostos os braços caiem e em que das bocas, melhor intencionadas, não brotam senão palavras de deceção.

Ele — esse grande extinto — encontrou-se com uma pátria invadida pelo tirano secular, a Áustria, e à ajuda, pela sanguinolenta ciosa de todas as liberdades, a Rússia autocrática. Houve, mesmo, em certo instante, de reconhecer a impossibilidade da luta formal, quando ao caudilho Bem teve de declarar que não fazia a guerra pela guerra.

Tudo então parecia perdido e a inconsciência dos croatas, vítimas dos maquiavelismos de Viena, entornou na agonia uma gota mais corrosiva. Nada, porém, conseguiu vencer o varão forte; a sua alma republicana poderia reproduzir o conceito severo daquele convencional para quem a Revolução era a lâmpada que arde no fundo dos túmulos.

A sua imensa fé transfundiu-se no espírito coletivo; e a Hungria topou, no extremo dos infortúnios, com a vereda que a haveria de encaminhar a destinos consentâneos com a dignidade e os legítimos interesses dos povos que se não deixam covardemente envilecer.

Exemplo imenso, a que, ao menos de relance, convém que enderecemos as vistas. Exemplo que, como que providencialmente, nos surgem em face na hora da derrocada e da vergonha.

Não é com as normas esfumadas de ciclos obsoletos que se reconstituem as energias de gentes que os desenganos amoleceram e que os infortúnios entibiaram.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não é perorando aos portugueses de hoje sobre as grandiosidades militares dos seus passados de há quatro séculos que se espancará a nebulosa tristeza que nos torna incapazes.

Um secreto instinto a todos nos adverte que tais foram factos que não têm paridade com a nossa situação, que se não podem reproduzir, cujo entusiasmo é fútil, cuja evocação é indiscreta, cuja estima é estéril.

O que importa que se ensine a todos os que de vez o desespero não amortalhou ainda é que nobres e generosos povos, em nossos dias, há meia dúzia de anos, por assim dizer, se viram em crises, não só financeiras e políticas, como sociais e orgânicas, se debateram em dificuldades, já não somente internas, mas ainda internacionais, de carácter, significação e consequências que não parece abuso considerar-se que o problema, se não era mais intensamente grave, constituía para eles responsabilidades paralelas às nossas de hoje.

Esses povos salvaram-se; pela fé dos cidadãos, pelo seu patriotismo, pela abnegação dos seus grandes homens e pelos sacrifícios dos mais humildes.

Assim, conforme Kossuth gastou a existência a demonstrá-lo, não são as situações, por mais difíceis, o que proíbe melhoria; quem a tolhe é a mortal, a [g...] da frieza da gente que ata as mãos na fúria da desdita e que, aguardando o remédio de não se sabe que presunções fatalistas de facto não coopera, por uma linha, que já, nos tentâmenes que lhe apontam mas, lhe não quebram a irremissibilidade da inércia.

Não é dos seus inimigos que as nações, como os indivíduos, devem sentir medo; e de si próprios. Basta que se possuam da crítica subjetiva de que hão de vencer, que vencerão; basta que queiram ser livres, respeitadas e prósperas, que o serão. O triunfo depende de nós e em tão alto grau que o paroxismo revolucionário pode, sem ridículo, ordenar vitórias, por decreto, visto que as cidades se rendiam, as fortalezas se desmantelavam e os exércitos mais aguerridos fugiam, debandando, no conspecto de efanáticos, com os pés descalços e o verbo divino nas almas.

Quando, porém, como hoje entre nós, é um povo inteiro que desvia com tédio os próprios lábios das fontes puras da vida; quando nada o faz estremecer já; quando só acerta nos tartamudeios duma aflição que não distingue entre uns e outros: — ou semelhante tremenda deliquescência moral aquece, subjacentemente, frémitos próximos e vingadores, ou o estertor terminal terá de pôr lúgubre fecho a uma agonia que não pode, naturalmente, ser eterna.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas, se tal não é; se ainda há quem preze o nome português e o desejo perpetuado, iludem-nos negras aparências. Alguém alguma hora proclamará de novo o nome ilustre, o querido nome.

Ora, como esse alguém, nos nossos tempos democráticos, é legião, cuidamos que não é desservi-la, convidando a multidão a deter-se um momento, recolhidamente, perante o ataúde dos que na pátria depositaram fé e esperança a dentro das horas trágicas do luto e da ignomínia. Isto como lição e lembrança, estímulo e exemplo.

E o espírito amplo e o coração heroico de Luiz Kossuth, sua espada límpida, sua pena pura merecem largamente estas homenagens esparsas, vagas, anónimas, que, depois de tudo, são as supremas e as definitivas. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, 5.º ano, n.º 1212, 27 de março de 1894.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Batuque

Por acaso não foi na costa de África que, conhecido de fantasiosas narrativas, vi um; a dois passos, a meio das ruínas de florescente proto-renascença, na capital presada dos reis católicos, em Medina del Campo.

Uma praça vasta e, à velha moda, fechada. No fundo a pompa pobre da casa consistorial; a meio o coreto atual de ripas, poderes como tudo. Uma charanga estrugindo. Uma espessidão de poeira acre envenenando. Criançada esparsa em folias bárbaras. Uivos, o estalido de chicotes. Mocetonas negroides num bailarico intermitente.

De repente, fura a ardência do ar inflamado dum sol mauritano o grito da trombeta. Entre nuvens de terra escarvada, uma vaca brava rebenta, magnífica de orgulho ofendido, por de sob uma saudação retumbante de animalidade quase inteligente que a esperava. Desafia e arremete. Tudo foge em debandada protegida. Protegida pelo sistema de traves que um carpinteiro prudente montou em torno do largo e por cujos interstícios a multidão escoa a sua covardia. Donde se assanha, garantida, a sua ferocidade.

Abominável lição da inferioridade humana. Este batuque hediondo é o primeiro ano do curso longo do *espetáculo nacional*.

Lembrou-me esta triste coisa quando li nos jornais o caso dum miserável chamado Espartero que fez modo de vida da proporcionação fria da dor e que o destino, isto é a Providência dos que não agonizaram ainda, sob a temperatura esquemática e com o sangue regulado na normalidade do termómetro, mandou acabar nas hastes dum boi cheio de motivos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ocorreu-me então a palavra terrível do mestre da história moderna na Alemanha, o ilustre Ranke, quando se pergunta, com indignado assombro, como é que a Espanha tauromáquica pretendia dominar a especialidade das Flandres cujo *espetáculo nacional* não consistia em espetar grosseiros ferros no lombo de animalejos inofensivos e aproveitáveis, mas cujos torneios se resolviam na espiritualidade da metafísica literária dos jogos florais.

Isto me passou pela cabeça e uma melancolia de minhoto, celta, eslavo, me mordeu o coração, frisando o estúpido avance do hábito das corridas de touros, invadindo do sul semita a bonomia ária do norte.

Aqui também se construem a preço de oiro anfiteatros luxuosos, quando as salas dos teatros são em geral pardieiros ignóbeis.

Tudo é correlativo e concordante.

No momento em que o déspota Fernando VII fazia fechar as aulas de matemática, ordenava a inauguração duma academia técnica. Há escolas; a de Sevilha, outra não sei donde.

Espanha! Portugal!

Poor, paltry slaves — condensa o orgulho desprezador do poeta.

Quando conformemente — isto é por atos — lhe responderemos? Quando? *

---

* In *O Indispensável*, Publicação Mensal. 1.º ano, volume 1.º, n.º 1, julho de 1894.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

J. Chrispiniano da Fonseca

Este moço, de cujos começos literários se encontra já notícia no suplemento à vasta bibliografia de Inocêncio Francisco da Silva, tinha incontestavelmente diante de si um amplo futuro, pois que possuiu, sobre uma ilustração complexa, filosófica e técnica, notáveis aptidões repositivas, evidenciadas num estilo preciso e nítido, lógico e elegante.

Colaborou ativamente no *Diário Nacional*, do Porto, na *Pátria*, de Lisboa, no *País*, do Rio de Janeiro. Fundou uma revista científica, para cujas páginas se não dedignaram de concorrer ilustrações estrangeiras, de renome universal.

Ainda preparando-se no curso de engenharia, que concluiu com distinção, realizou conferências públicas sobro temas de crítica estética, de propaganda política e de doutrinamento científico.

Dotado de pouco comum energia, quando as deceções da decadência da nacionalidade lhe anuviaram o ânimo patriótico, não se insensibilizou na apatia dum pessimismo estéril. Confiou na virtude do trabalho e foi entregar-se-lhe no longe remoto.

Esperava-o a glória, decerto.

No início do nobre tentâmen, mas já quando o seu progressivo talento começava a adquirir a sanção do édito, sofremos todos os que o prezámos o cruel desgosto da brusca notícia de sua morte.

É-nos grato, tanto quanto a tristeza do caso o permite, nestas linhas consignar humilde preito à memória saudosa dum velho amigo.*

---

* In *A Geração Nova, Jornal de Arte*, Porto, 1.º ano, n.º 6, 21 de agosto de 1894.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Antero de Quental

1891-1894

A Antero de Quental, se outra função não representasse na evolução literária nossa contemporânea, caber-lhe-ia indisputavelmente o título de iniciador, menos metódico do que impressivo e mais obstinado provisoriamente do que com lógica sistemático. Pertence-lhe a revindicação literária, pelo primeiro impulso de protesto definido contra a subordinação estética que sucedeu à libertação romântica. Pertencem-lhe a lembrança republicana num país desmoralizado pelo conservantismo político e o idealizante tentâmen socialista dentro dum tipo industrial criado pelo artifício das pautas.

Com a Carta sobre a Encíclica soube, o primeiro, pôr a nu entre nós, nos tempos modernos, as aberrativas incongruências dum liberalismo sentimental, que convergia para uma síntese impossível, pela concórdia de antinomias fundamentais e irresolúveis, a disciplina e a liberdade, a fé e a arte, o dogma e a razão.

Ainda quando os desgostos pessoais e as desilusões universalistas lhe anuviaram o espírito, tristemente lhe cabe a iniciativa da expressão cultural do pessimismo diabético e transcendente, exteriorizado e patente, consciente e concreto — que decorre da insensibilidade providencialista da natureza e da insatisfação ética da consciência.

Todos os novos se reconhecem, assim, na múltipla, complexa, contraditória atividade deste homem, superior e imperfeito. Há sempre motivos por que apelar, a seu prol, para a autoridade deste antigo.

O seu mesmo suicídio o aproxima. Pois que, se semelhante violência contra o desconhecido, consoante a definição do poeta

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

cíclico, é, na verdade, a única prova da liberdade subjetiva, segundo o critério dos que não creem, aliás, na independência filiativa da psicologia, Antero de Quental, terminando d'ess'arte, encerrou com altiva piedade o esquema da sua elaboração interior, engrenando o protesto supremo na longa, dolorosa fieira das suas sucessivas revoltas. *

* In *Geração Nova, Jornal de Arte*, Porto, 1.º ano, n.º 7, 11 de setembro de 1894.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Reivindicações

Pois que breve se disponha o retórico patriotismo português a, quando da próxima comemoração centenária da descoberta do caminho marítimo das Índias orientais, fixar dum modo indisputável qualquer espécie de prioridade nacional em matéria de empreendimentos coletivos, parece-me que não seria descabida, antes integrante, a investigação, demonstrada, das iniciativas particularistas no sentido da decifração do enigma linguístico, etnológico e religioso dos povos com os quais o messianismo católico da nossa gente encontrou, mais ou menos, fortuitamente o ensejo de se ver em contacto.

Eis aqui um tema que se me afigura mais original do que a rítmica repetição de glórias tradicionalistamente aceites. Ele é mesmo, para o grande público da cultura ocidental, imprevisto.

Quando Voltaire, na desordenada réplica ao *Discurso* hebraísta de Bossuet, prematuramente apelou para as antiguidades indianas, a semi-ilustração do século XVIII considerou, no célebre *Ensaio* do cético, os informes que ele tomara do tomosito de Sainte Croix, sobre o que chamava o *Ezour-Védam*, como uma mistificação, relativamente apócrifa. Todavia, nem Voltaire nem os seus críticos sabiam que, pela voz de Diogo do Couto, no complemento das *Décadas* a ciência europeia não possuía já justificação para ignorar a existência dos quatro livros religiosos e culturais cuja sistematização só tarde começou a ser compreendida, depois da iniciativa tardia do frade italiano que os descobriu subsequentemente.

O tradutor do *Lalita-Vistara*, o eminente Foucaux, modernamente reivindicou a prioridade do lusitano Couto; à sua nobre

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

isenção é lícito compulsá-lo no erudito, curto prefácio que, amavelmente, antepôs ao resumo dos milagres do Buda, entretecido por M.me Mary Summer. Mas, visto que do Çakya-Muni se tratava, o que Foucaux não disse foi o que lhe seria lícito asseverar concernentemente à lenda da pegada do Cristo primevo, no pico de Ceilão, consoante com o que toparia nas laudas do precedente a Couto, aquele Barros cujo estilo é o elemento único que entre nós se considera.

Restritamente no ponto de vista do entendimento dos idiomas resultantes da mixtão da pureza ária com a proética confusão dravídica, oportuno destaca qualquer trabalho de diferenciação que, aliás, seria fácil, desde que se não perca o nobre esforço tentado no preâmbulo erudito da reedição da gramática jesuítica levada a efeito pelo labor do indefeso Cunha Rivara.

Esqueceu-se o nome deste propugnador de nossos beneméritos serviços? Seria lástima, quando ainda, do seu primeiro volume do *Catálogo* dos mss. do arquivo de Évora, se não ignora que se iria ali encontrar versão do texto ético por cuja explicação dos Burnouf o menos proveitoso se intercalou na alta erudição contemporânea.

Condensando, penso, novamente, que tal seria tarefa para tentar as aptidões, conscienciosas e puras, da geração mais aplicada que ilustra os nossos tempos.

Permita-se que a um velho romântico, vítima do seu coevo diletantismo, seja lícito, ao menos, em periódico de novos, apontar escopo de atividade, que melhor irá do que a repetição da preeminência exclusiva e meramente geográfica que, desde o visconde de Santarém, é velharia de que mais se não deve falar.*

---

* In *O Ideal, Revista Literária de Publicação Quinzenal*, Porto, n.º 5, 21 de outubro de 1894.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

João Deus

Se, pelo seu poder de representação da aparentemente incoercenda subjetividade, o poeta lírico se torna acessivelmente inteligível a todos os atores-espectadores do drama humano, pelo mesmo carácter sintético da emoção objetivada, ele é o desespero dos frios temperamentos analíticos, os quais não logram definir as personalidades literárias que se dão a examinar senão pelo somatório de diferenciais, penosamente hierarquizadas. Quando o artista é, como João de Deus, simultaneamente simples pela ideação e pela expressão, o esforço crítico aborta na importância de irresoluções fundamentais.

Aferida a espontaneidade do escritor na pronta transmissibilidade da sua obra, o mesmo simplismo que o personaliza o torna refratário aos minuciosos reparos e ao processo pedante das esquemáticas correlacionações.

Não nos encontrámos aqui com uma destas fisionomias estéticas em que se entrecruza a influência das várias correntes históricas da evolução literária geral. Consoante nos românticos franceses, não é caso de buscar no protorromantismo espanhol, que Schlegel considerava como a causa primária do próprio romantismo germânico, não é caso de aí ir pacientemente procurar o motivo próximo, determinativo dum condicionalismo poético, que resulta o lógico corolário duma individuação naturalmente definida. Não é ensejo, como na, aliás destacada, figura de Alfred de Musset, de cotejar as singelezas factícias dos poemetos frívolos com os modelares substratos do incomparável Byron. Para Baudelaire, quem não pensa em Poe, quem não pensa em Quincey?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Com o ataxarico Leconte de Lisle, não surge, apesar de tudo, o confronto-contraste que, em seu separatismo aproxima os ciclos confundidos da *Lenda dos séculos* com os períodos sistematizados dos *Poemas bárbaros*, dos *Poemas antigos*, dos *Poemas trágicos?*

Aqui, no sublime exemplar português, nenhuma interdependência, tão inconfundível é a condição subjetiva do artista que, mesmo querendo-a reproduzir, ele transforma, incorporando-a, a alheia imaginação, das suas mãos benditas caindo em pérolas vivas a morta greda que se dignou animar, conforme no caso típico da comediazita do sensabórico ecletismo de Ponsard.

Entre nós, o aparecimento literário de João de Deus marca a época da revertência à franca realidade, brotando ingénua e pura do transporte interior que deu plasticidade estética à emoção psicológica. Desvairados pelo ultrarromantismo, imobilizados no neoclassicismo, ou desmoralizados pelo misticismo mundano, a poesia de João de Deus foi um abrupto, inconsciente protesto da simples natureza, eterna e cândida.

É assim que, melhormente do que com os primeiros versos de Daudet e de Maupassant pretendeu Zola, a crítica portuguesa pode reivindicar para o naturalismo tal lirismo, fundindo à realidade concreta um tão amplo rapto no destino do supremo, transcendente ideal. *

---

* In *O Ideal*, Porto, n.º 7, 27 de dezembro de 1894.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Prémio

Às vezes falha até mesmo o poder universal e cosmopolita do ouro.

Como somos todos do Porto, lembremos um caso.

Terminado o homérico cerco em que, mistificado, correu o sangue generoso, as cabeças inteligentes do tempo sentiram criticamente a necessidade dessa consagração suprema que aos heroísmos, múltiplos, única, a arte pode ofertar.

É, pois, uma sociedade erudita e ingénua propôs um prémio para aquele que lograsse enfeixar num poema a épica memória de tantos sacrifícios.

Mas, infelizmente, estes livros são dos que se não põem a prémio; eles irrompem, íntegros, duma desprezada mansarda, ou, sobre o arção da sela, aponta-os um hussardo da escolta dos generais.

Assim, o perrexil pecuniário não provou. A benemérita, inocente associação não teve de coroar a fronte altiva do génio. E o príncipe vitorioso, por um perverso gracejo do demónio que se ocupa dos destinos, não provocou, a saudá-lo, em líricos transportes, mais do que um alucinado do tipo literário daqueles de cujo desenho, pela curiosa catalogação de suas obras, se encarregou o bibliógrafo Gustavo Brunet.

A nossa composição chama-se *Pedreida*; e não vem nessa lista, seguramente.

Aos excêntricos de Champfleury fornecêramos o sábio Gama Machado. Aos grotescos de Gautier remetemos esse pobre Martins Ruas.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não o recebeu, decerto, porque se vê que o não conhecia. E talvez o soubesse avaliar melhor do que conseguiu interpretar as extravagâncias congéneres da *Viagem à lua*, do narigudo Cyrano de Bergerac, astrólogo e mágico, que, ao invés da maioria da humanidade, eu, que te escrevo, e tu, que me lês, compreendidos, não era tão tolo como parecia. *

---

* In *O Indispensável*, Porto, 1.º ano, n.º 3, 1894.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Guerra Junqueiro

. . . . . .

A característica profunda da obra poética de Guerra Junqueiro é o ser, na sua textura conectiva, estruturalmente religiosa. Tal seja a superficialidade da crítica comum que se afigurará, porventura, um paradoxo o que, aliás, não passa duma observação evidente e flagrante.

Na mesma feição satírica, em certa maneira dominante no temperamento do maravilhoso artista, será testemunho de pouca penetração o desconhecimento de que o sarcasmo não é ali senão a reação da subjetividade lírica contra as injuriosas ofensas da consciência objetiva, hoje materialistamente positiva.

É o caso que a constante disciplina estética, dando a preferência à ironia, vela por que no trecho a indignação ética não derrogue, derivando para a ênfase declamatória.

Sendo Guerra Junqueiro um poeta essencialmente religioso, a sua plasticidade representativa resulta, todavia, imensa, desmentindo assim, pelo exemplo, a doutrina de Hegel, quando o grande mestre da estética transcendente professa que a conclusão fatal da religiosidade na arte tende à final, irredutível inexpressividade.

A explicação desta brilhante, por fecunda, antinomia será epidérmico procurá-la na simples abundância dos recursos imaginativos, decerto assombrosos, do escritor.

Dissimulada, reside mais longe, isto é na modalidade mesma do religiosismo do poeta.

Não se destaca do universo, nele se integra, é como que a respiração ontológica da substância. Adverte na correlatividade

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

e interdependência natural, sentindo que, se nada é nada, tudo é tudo.

Assim, não corre o autor o risco mental de tomar a objetividade como meras flutuações subjetivas da eterna ilusão, à moda dum Schopenhauer, e foge do perigo ético do lógico pessimismo, inerte ou vago, à maneira dum Tolstoi.

A piedade reveste, pois, o arnês ativo, combatente, humano; a resignação funde-se na revindicação; a misericórdia entrelaça-se com o protesto; a caridade cristã, amalgamando-se com a estoica virtude, corolaria-se conceito revolucionário da Justiça

Representativamente, esta compreensão superior rasga súbitos, deslumbrantes horizontes. A teoria, cosmológica, geológica, biológica, da evolução, sistematizada filosoficamente pelo que os alemães da escola de Haeckel chamam o monismo, encontra, enfim, a sua expressão estética.

De forma que, por Guerra Junqueiro, este canto ocidental, divorciado, desde o fim do século XVI, do mundo progressivo, reentra na solidariedade da iniciativa cultural. Estamos convencidos de que ao nosso eminente amigo é cabida e está reservada a glória do poema típico do tempo, cuja necessidade todos têm tateado mas de cuja efetuação (mau grado os efémeros fulgores de M.me Ackermann) os tem arredado; sobre a mediocridade concecional, o exagero da concreta erudição do pormenor especialista.

Tem-se feito didatismo, reproduzindo-se, para turgido, Pope ou Delille, quando se busca, pelo contrário, a significação lírica do imanente. Só a uma espiritualidade nada antitética, abrupta, isolada, mas homóloga e concordante, será dado, percebendo a afinidade última da ciência e da religião (cujo parentesco é a honra de Emillo Burnouf haver demonstrado), só a essa espiritualidade, despida do ímpio orgulho, será dado, repelimos, resolver o problema.

De convicção raciocinada, é nossa fé que Guerra Junqueiro, para lustre português, o liquidará.*

. . . . . .

---

* In *O Ideal, Revista Literária e Artística*, Porto, 2.ª série, n.º 9, 3 de março de 1895.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assis Brasil

Pelos informes telegráficos dos correspondentes em Lisboa dos jornais do Porto; pelas notícias desenvolvidas que os periódicos da capital nos têm vindo trazendo — sabe-se do carácter comoventemente efusivo que significou a manifestação promovida para a chegada do atual ministro do Brasil. Encontra-se ele já no centro governativo destas terras portuguesas, tão favorecidas da prodigalidade de uma natureza divina quão associados pelo egoísmo de uma humanidade, infernal (como lhe chamaria o apocalíptico mau gosto literário da nevrose evocativa de Carlyle), ou, quando menos, na verdade, perversa e abominável.

A receção feita ao embaixador da grande e ilustre república sul-americana não nos deve impressionar só pelo aspeto estético, sentimental e moralista que imprime a feição ostensiva e lhe cava um cunho, de facto, profundo e indelével. Cumpre refletir no sentido crítico que contém o acontecimento, cujo alcance, por óbvio, ocioso quase seria pôr em relevo.

Não cairíamos mesmo no truísmo ingénuo de demonstrar axiomas, se uma lição de justiça social se não contivesse no que vem ocorrendo, como ensinamento que cumpre frisar. Isto para que, não só as responsabilidades do passado não excedam o âmbito que legitimamente as compreende e determina, como para que os erros do presente se não reproduzam nem repercutam sequer no futuro.

Graças à acolhida entusiástica que o aguardou, o plenipotenciário do Brasil teve ensejo de verificar, por seus próprios olhos e por seus próprios ouvidos, quão arredia a população portuguesa,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

séria e morigerada, prolífica de atos úteis, andava da insensatez de quaisquer que, levianamente, direta ou indiretamente, por tramoias ocultas ou por palavras indiscretas, arriscaram e contribuíram a pôr em sobressalto as relações tradicionais entre povos que transportam, dum para o outro, as ideias e as afeições na mesma onda marulhosa do sangue.

Em puras palavras, trespassadas da nobre eloquência peculiar à verdade simples, o ministro do Brasil faz compreender o quanto de naturalmente passageiro teriam de ser sempre os ímpios desgostos entre irmãos. A nós, portugueses, cumpre-nos completar um pensamento que o melindre das escrupulosas reservas do lugar e da situação proibiam a Extrema cortesia do novo representante em Lisboa.

Fazemo-lo tanto mais espontaneamente quão espontânea e jubilosa é a saudação que nos merece, pessoalmente, por sua tradição política, o dr. Assis Brasil, cuja escolha revela mais uma vez o tino perspicaz, arguto e subtil, que capitula distintivamente, como verdadeiros homens de Estado e de governo, os políticos da jovem República.

É-nos bem grato o encargo de, na personalidade do dr. Assis Brasil, saudar com fervor a nação gloriosa e promotora, cuja ação civilizante no sul da América garantirá, com a permanência da língua, o influxo messiânico da nossa raça e do nosso espírito.

Democrata histórico, Assis Brasil, a dentro do mundo áspero da literatura política, debutou por onde acabam os mestres, isto é, pela exposição, integrada, de todo um corpo sistemático de instituições.

O belo livro que estamos referindo intitula-se *A República Federal;* e, a expensas dos insignes patriotas paulistas, foi impresso numa tiragem exorbitante e profusamente distribuído pelo país inteiro.

Se o efeito desta obra marca época na evolução histórica da sociedade brasileira, ela é também contável pelo que toca à cerebração moderna da mesma, tão distante, juventude portuguesa.

Alguns exemplares atravessaram para cá; e do contexto do volume traçou, nas colunas respeitadas do «Positivismo», um lúcido exame e uma elogiativa, justa, exposição a pena, elegante, compreensível, clara e sóbria do dr. Júlio de Matos.

Também na atividade, dispersiva e cruel, do proselitismo jornalístico, se assinalou o camarada ilustre, quando na «Federação», no Rio Grande do Sul, se encontrara com camaradas tais como Venâncio Ayres, Ramyro Barcellos e Júlio de Castilhos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Sobre *A República* no Brasil, elaborando o seu curioso «compêndio de teorias e apreciações políticas», destinado à propaganda, alguém que sabia bem como elas são, declara ter o periódico citado «combatido valentemente pela sua causa». Foi esse intemerato, simpático, infeliz Silva Jardim, rejeitado pela glacial ingratidão da urna, reclamado pela cratera dum vulcão, menos crepitando de imaculada chama que sua acesa alma.

Compreende-se, pois, com que alto orgulho saúdo o dr. Assis Brasil e nele a sua nobre pátria brasileira. *

---

* In *A República Portuguesa*, Rio de Janeiro, ano I, n.º 2, 8 de junho de 1895.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Obras Poéticas Completas

Em quatro belos volumes, no cómodo formato 8.º Charpantier, nitidamente impressos em excelente papel, acaba de realizar a importantíssima casa editora Lello & Irmão, desta cidade, uma empresa rara e surpreendente no nosso acanhado meio de venda, de par e passo que prestou um serviço excecional ao renome literário, científico e filosófico da nossa terra portuguesa.

Trata-se da obra poética de Teófilo Braga, *Visão dos Tempos*, «epopeia da humanidade», em edição integral, que compreende nos seus quatro volumes, conforme o exara a advertência dos editores, todas as obras poéticas publicadas pelo autor, desde 1864 a 1894, tais como *Bachante* (1.ª ed. da *Visão*), *Tempestades sonoras, Ondina do Lago, Torrentes, Miragens seculares*, livros que já de há muito se achavam esgotados; e contém mais cento e vinte e sete poemas e poemetos inéditos, material que excede o desses cinco volumes, agora incorporados sob o título de *Obras poéticas completas*.

O poema é dedicado aos estremecidos filhos do autor, Teófilo e Maria da Graça, bem como aos poetas amigos da piedosa homenagem que se intitula *A maior dor humana*.

Além dum preliminar, a Visão dos tempos contém treze cantos, por cujo percurso desdobra o autor os episódios com que caracteriza os diversos ciclos em que dividiu a evolução humana, o da fatalidade, o da luta e o da liberdade. Cada um destes cantos é precedido dum elenco filosófico, e a explicação sintética da conceção inteira realizada faz a substância do proémio que a preludia e prepara.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Discutir este colossal trabalho, ou seja no seu plano geral ou seja na pormenorização da sua realização; avaliar do mérito e alcance da ideia que presidiu à sua feitura, tarefa seria esta que não nos permite o tempo nem quadra na modesta índole da secção a que estas linhas são destinadas.

Somente, frisaremos, neste lance e a semelhante propósito, que a obra de Teófilo Braga vence a dificuldade em que soçobraram, nas suas tentativas congéneres, tão altos espíritos como Vítor Hugo e Leconte de Lisle, isto é, a fragmentação desconexa dos quadros, que se sucedem mas não se filiem.

Deve-se esta vitória à filosofia que o autor eximiamente professa.

Na verdade, o grande espírito de Augusto Comte, consoante o estabelece, com indesmentida probidade superior, Teófilo Braga, formulou os contornos psicológicos, ou o fio subjetivo, que deve ligar, através dos séculos e das lutas dos povos, o drama objetivo da História. Sem este nexo subjetivo, implícito nos conflitos da História, esses quadros, por mais perfeitos e comoventes, ficariam sempre fragmentários e artificialmente justapostos.

É no t. IV, p. 482, do seu Sistema de política positiva, que Augusto Comte traça a estrutura da Epopeia humana enquanto ao seu encadeamento psicológico. Aberto, assim, pelo filósofo o caminho, aos vates, declara Teófilo Braga haver procurado dar a essa conceção o relevo poético.

Raramente, em toda a Europa culta, se encontraria um homem nas condições mentais de Teófilo Braga, para se abalançar à ingente faina, pois que possui uma imaginação poética excecional e uma erudição positiva prodigiosa.

Assim, a sua obra não é só um título para o seu autor, é uma honra imensa para o país onde se depara com quem verse por tal modo e a semelhante altura os problemas e as curiosidades, as teorias e as hipóteses, as ideias e os factos peculiares e próprios da cerebração contemporânea, em sua extrema transcendência.

Sem vaidade nacional nem lisonja para o nosso amigo, não vemos mesmo hoje lá fora quem dos poetas possua a massa variada de conhecimentos e sua interpretativa sistematização, sobretudo, que assinalam o saber incalculável e o engenho percuciente de Teófilo Braga. André Léfèvre ou Sully Prudhomme decerto se lhe não podem comparar.

Por isso, consoante aventemos, na Europa atual, dos conhecidos, só Teófilo Braga poderia ser o poeta que realizasse o projeto consentâneo com a fase da Arte, que o escritor declara

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ser a definitiva, correlativa à transformação da Filosofia no fim do século XIX.

Na sequência da obra, não poderia Portugal deixar de ter representação; na série *Tentanda via est*, Teófilo Braga lhe consagra quatro composições: *À sagração da Epopeia, Vaticínio do adamastor, O poema de Camões, Desalento de Tasra*; como, no anterior esquema das *Auroras do Ocidente*, lhe votara o poemeto «O mar tenebroso», que tem por argumento a queda de Constantinopla e a invasão dos Turcos na Europa, deslocando-se a antiga navegação do Mediterrâneo para o Atlântico. Pondera Teófilo Braga que se estabeleceu aqui a luta contra as forças da Natureza, esboçando-se, na verdade, pela descoberta do caminho da Índia, a concórdia, pela primeira vez, entre o Ocidente e o Oriente; e, pela circundução do globo por Magalhães, estabelecendo-se uma nova conceção do universo. «Portugal, exclama, com cioso entusiasmo, o poeta, cuja benemerência cívica uma propaganda assídua culminantemente nobilitou, Portugal influi na marcha da Humanidade por estes feitos, que são o elemento sobre que se funda a Epopeia pacífica, iniciada por um pequeno povo».

Analisar, agora, sobre si, as composições que constituem o livro, eis tentação a que não nos cumpre outro remédio do que o de resistir-lhe.

Como já notámos, não é este o lugar para estudos que ou, tanto quanto nas forças de quem os tenta, têm de ser completos ou melhor é não tentá-los.

Ridículo seria que a tal obra, como a da imponente magnitude da de Teófilo Braga, dedicássemos furtivas linhas, forçadamente escassas.

À espera de mais próprio ensejo, em que o pensamento possa então manifestar-se íntegro, em sua relativa perfeição, limitámo-nos a consignar, para os homens cultos, o aparecimento desta obra, que marca época na história literária portuguesa.

Aos editores agradecemos a fineza da oferta.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, 6.º ano, n.º 1703, 23 de outubro de 1895.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Eça de Queiroz

Honrado com o pedido da direção desta revista para que acompanhe de algumas linhas desautorizadas o retrato do eminente romancista português contemporâneo, do difícil encargo me arrependo de haver levianamente tomado o compromisso, não porque havendo procurado, em tempos, frisar os traços fundamentais desta fisionomia literária corra o risco de me repetir, pois tão complexa é a sua imaginação psicológica como limitada e morosa a minha interpretação crítica, mas porque nem o tempo me abunda nem a libertária despreocupação do espírito me autoriza e habilita.

Assim da múltipla variedade reduzo-me a destacar um lineamento, que, ainda que curioso em sua subtilidade, não toma proporções típicas, pois que foi abafado na confusão poderosa das disposições mais vastas e compreensivas a que o escritor se empenhou subsequentemente em dar o pitoresco da forma e o relevo da expressão. Faço-o porque, no humilde estudo a que me referi, este ponto, como infinidade de outros, me escapou.

No cotejo do nosso literato com os congéneres que assinalam o movimento estético contemporâneo, não se tem esquecido as mais desconexas figuras, umas vezes por simples alarde de erudição, outras até com um maligno propósito reservado. Pretendeu-se mesmo — e seria trabalho benemerente para uma crítica positiva — que se tentasse qualquer coisa do análogo ao que se fez para a obra de Balzac, isto é se fizesse a compendiação cronologicamente seriada dos esboços sucessivos por cujos tateamentos se define uma ideação exigente de rigor e escrupulosa de flagrância. Atendeu-se ao contraste estrutural duma observação

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

independente e impessoal com um fundo de idealidade mística, persistente no sonho e incorrigível de irisadas quimeras. Houve quem notasse a morbidez dos personagens e houve quem reparasse na antinomia dos processos do espírito, que insensivelmente desliza do riso às lágrimas, faculdade delicada a que os ingleses chamam *humour* e que faz a graça enternecida, o incomparável encanto de Carlos Dickens.

As suas grandes máquinas, difusas, como *Os Maias*, assombraram pelas meras habilidades técnicas, de montagem de arcabouços vastos e fortes; mas precisamente uma melindrosa disposição para o afeiçoamento do drama simples, da epopeia humilde, para o quer que seja de romantização, vagamente alegórica, do rasteiro e comum passou despercebida.

É certo que só muito modernamente este género foi apercebido, desde que, em sua aparente simplicidade, as literaturas eslavas começaram a ser conhecidas e estudadas no ocidente civilizado; e ao eminente crítico, visconde de Voguë, cabe a honra de haver destacado essa feição na túrgida personalidade de Dostoievsky. O publicista parisiense notou essa preciosa coleção da *Pobre gente*, mas esqueceu precisamente o modelo lapidar, *As Noites brancas*, que é a mais pungente dilaceração no insensato que pode sofrer uma alma traída, sob a carícia enferma do luar.

Ultimamente, relendo essas maravilhosas páginas, embebidas de sonhadas lágrimas, acudiu-me à lembrança o pequeno conto de Eça de Queiroz, intitulado *Singularidades duma rapariga loura*; e jamais a atrocidade subtil daquela catástrofe trivial se me afigurou tão penetrada da amarga, sarcástica realidade da vida psíquica. Dei-me a confrontos com os espécimes do mesmo Dostoievsky, de Gogol, no *Capote*, dos mesmos românticos russos, Lermontov e Shollohoub nos ensaios que iniciaram; mas nada se me antolhou tão sincera e irremediavelmente perfeito.

Quero crer que, no panegírico do género, o visconde de Voguë folgaria de entrelaçar, se o conhecesse, ao do autor da *Pobre gente* o nome do magistral inventor desse caso em cujo terrível transcurso, Alexandre Herculano, não viu mais que um erro de corografia. *

---

* In *A Arte, Órgão do Movimento intelectivo internacional*, Porto, 1.º ano, n.º 4, [1895].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Prefácio a *O Bispo* de Guilherme Braga

Antes de ler

Propõe-se um editor novel, mas que benemerentemente para as letras pátrias inicia a sua carreira, salvar do esquecimento, a que a raridade dos exemplares duma edição limitada parecia indefetivelmente votá-lo, o panfleto poético a que estas linhas servem de preâmbulo explicativo.

As aparentemente pretensiosas palavras últimas foram muito de caso pensado escritas; e em curtos dizeres elas poderão ser interpretadas segundo a modéstia real das suas proporções.

É claro que, no restrito acanhamento das algumas páginas que, mercê do plano próprio da pouco custosa publicação, lhe são concedidas, o redator destas linhas, ainda que lhe sobrasse em méritos o que em competência lhe escasseia, não poderia abalançar-se à crítica duma individualidade literária tão viva, espontaneamente acentuada como a de Guilherme Braga, autor do opúsculo em reimpressão.

Repetir, pela centésima vez, que o vate portuense pertence, nas suas mais altas culminâncias, à categoria estética que o crítico parisiense Laurent-Pichat marcou e definiu para os, por ele, primeiro, chamados *Poetas de combate* — ociosa banalidade seria, que não primava sequer pelo exato rigor do asserto, visto como Guilherme Braga foi simultaneamente um poeta lírico notabilíssimo, duma sincera emotividade, admirável nessa sublime elegia, *Cadáveres*, que é uma das raras páginas supremas, definitivas, em nossa moderna literatura.

Bosquejar uma resenha biográfica do prematuro morto, também não parece tentâmen, aí, onde choram as pessoais recordações de

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Pedro Lima, melancolicamente penetrantes pela saudade amiga que as embebe, trespassa de lágrimas. E, se crónica crítica se deseja, destacam abundantes de factos, acertadamente dispostos, e opulentas de sisudas apreciações as laudas que à glória de Guilherme Braga consagrou o dr. Rodrigues Cordeiro.

Assim, entendeu-se que melhor caberia, e, em certa maneira, seria até cumprimento de quase obliterado dever, o explanar aqui um rápido histórico da composição que reaparece perante um público novo, diferente na moral idiossincrasia daquele que se agitava ao tempo da elaboração poética.

Na verdade, o *Bispo*, de Guilherme Braga, sem que o precedam, em sua leitura, algumas notas que o reintegrem nas condições peculiares da sua primitiva produção, poderá talvez, a espíritos prevenidos ou céticos (pois que os extremos se toquem), poderá a esses espíritos, indiferentes ou hostis, parecer a aberração duma fantasia, forte e alta, mas desproporcional, e aflitivamente torcionada pela perseguição dum delírio.

É, pois, de saber o que determinou esta obra; e a busca das suas origens torna-se indispensável desde que a atual geração está já bem longe da fragrância dos episódios que ocorreram e também, infelizmente, da vivacidade sentimental que eles despertavam em gentes menos adictas ao áspero egoísmo que hoje é norma e critério, lema e regra, princípio e conclusão, alfa e ómega de todas as coisas e sentimento resolutivo de quaisquer crises subjetivas.

Isto, já se vê, pela rama e deslizando sobre a superfície duma evolução que vinha de longe, pois que, completa, tarefa esta seria para um estudo amplo que, com a paciência do leitor, largo levava. Visto como tudo se prende na vida coletiva, e os factos, que mais locais, mesmo pessoais, se prefiguram, derivam, aliás, de motivos genéricos, remotos, múltiplos e complexos.

Quando Guilherme Braga, erguendo os olhos de sobre o frenesi apocalíptico do génio de Victor Hugo, por então em vulcânicas erupções consecutivas, atropelantes, os circumandou em torno do seu país, desta viagem moral eles regressaram desmoralizados, desfolhados, da desesperadora desilusão, tão deprimente se lhes antolhara o espetáculo observado.

Com efeito, entre nós, como, de resto, em todos os povos continentais, o constitucionalismo gorara. Os seus teoristas ou tinham morrido, anonimamente, como Mouzinho da Silveira; ou, consoante Herculano, haviam mergulhado na atonia dum desespero quieto o morno. Os que quedaram na brecha, aos poucos, foram sendo envolvidos na vaga da corrupção política dimanada

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

das altas regiões; ou, ainda, cansados de tantos, tantos anos de batalhas, incapazes, de resto, de grandes ideias de conjunto, almejavam pelo repouso nos episódios de detalhe, como José Estêvão com os interesses da sua terra natal, como Sá da Bandeira, nobre, ingenuamente ocupado com o problema da cívica honra coletiva, no caso da escravidão colonial.

A convenção de Gramido assinara o reconhecimento da transitória impotência. Capitulara-se incondicionalmente, sem as honras da campanha, à fé e mercê do fácil, incombatido vencedor. Tanto amoleceram as consciências que a causa próxima da vasta catástrofe pública, Costa Cabral, veio a ter de se afastar da política e do país, menos pelo irrisório conluio da Regeneração do que por isso que, doutrinário fiel aos seus quiméricos princípios de criar uma nacionalidade, progressiva e forte, pelo influxo descendente do fator da autoridade, ele já não tinha presa sobre a nação. Não havia mais nem amigos firmes nem inimigos estimulantes.

A era dos homens de convicção, lógicos num concebido plano renovante, sobranceiros às misérias do dia e, nas tortuosidades e nas brutalidades do concreto momento sucessivo, ideólogos, como os sinceros liberais, visando a um estádio moralistamente caracterizado, passara.

A hora batera para a comédia dos interesses cínicos, para as contemporizações, para os sofismas grossos, para as comuns, as triviais patuscadas, para as oposições fingidas, para os votos comprados.

Um duro, um sectário, um fanático, um convicto, um tirano, exaltado e nobre, sombrio, franco, triste, brutal, violento, sincero, como Costa Cabral, era uma figura demasiado pesada sobre uma esboroante terra de chatins, escravos ventrudos e satisfeitos. Não luziam já as estrelas, claras e ardentes, para os grandes felinos; nas meias sombras dum céu pardo, era o instante dos chacais, das hienas, dos lobos, das raposas. Logicamente, entrou em cena Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Tudo mudou; o ouro correu; a imprensa, por suas mesmas mãos, pôs a mordaça das conveniências; a tribuna papagueou o taramelar radotante das argúcias que amam conservar o embuste do tom independente; cada cidadão encelulou-se no seu personalismo, absolvendo-se pela sentença, volvida regra da conduta, de que *tão bons são uns como os outros*; o país negociou, tripotou, enriqueceu-se, empobreceu-se, estonteado pela febre dos melhoramentos matérias, ávido de lucros, sem a educação dos negócios, cabeceando de crise agrícola em crise bancária, mineira, fabril;

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

enfim, as amplas reclamações doutrinais cessaram, e o silêncio, o bem-amado, o suspirado silêncio fez-se.

Entretanto (eis aqui o módulo transcendente, pois que a França seja a promotora), entretanto, por assim dizer, de parceria, um terrível sucesso consagra-se definitivamente na Europa.

A 2 de Dezembro, de 1851, o ex-prisioneiro de Ham resolveu-se, enfim, a romper do moroso torpor onde ruminara Maquiavel. Seu adulterino irmão, o duque de Morny, pudera assegurar, alegremente, à curiosa dama que o interrogava, na Ópera, sobre a plausibilidade do golpe de Estado, que, em qualquer hipótese, *dado que vassourada houvesse, ele se poria do lado do cabo da vassoura.*

Um ingurgitante refluxo de retrogradação se produziu nos destinos da humanidade, e uma reação teocrática, cinicamente mística da banda de antigos carbonários, voltairianos e livres-pensadores, havia, natural e logicamente, de tatear o desfecho nos medos supersticiosos, *ad usum Delphini* procurados na propaganda jesuítica.

Este movimento espontâneo foi acelerado ainda pelo idílico casamento do imperador com uma espanhola fanática. Assim, sobre a expedição de Roma, as ulteriores violências contra os patriotas garibaldinos, esmagados em Mentana, onde os *chassepots fizeram maravilhas,* não revestiram um carácter esporádico. Tudo é concordante no mundo; elas representaram o estado moral de todo o conjunto das instituições a de lá dos Pirenéus.

Solidariamente, repercutiva, messianicamente, a de lá e a de cá.

A influência do recente condicionalismo beato da cultura francesa fez-se sentir entre nós, logo desde o primeiro instante; e seria curioso, neste ponto de vista, explicar a veemência argumentativa com que a incredulidade lunática de Pedro Amorim Viana, matemático e idealista, procurava dissipar os ecos lusitanos das retumbosas conferências do padre Ventura de Raulica em Notre-Dame.

Subira ao trono português um príncipe inteligente, honesto, erudito, povoado de boas, vagas intenções, convergindo a realizar entre nós o tipo desses reis filósofos, a uma final degenerescência, pelo veneno do vírus dinástico, indeclinavelmente propelidos, conforme o amostrou a investigação, histórica e fria, do enfático Pelletan.

Naturalmente melancólico, impulsivo mas retraído, não pondo ao serviço das suas aspirações mais do que a mediania dum talento inconsciente, D. Pedro V pertencia à espécie corrente desses incompreendidos romanescos que, como José II, da Áustria,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

flutuam entre os indistintos desejos de renovamentos, parcelarmente entrevistos, e as reticências e as revertências finais a uma ordem consuetudinária que lhes acalma o desastre de faculdades sobressaltadas mas fundamentalmente improlíferas.

De volta da costumada viagem de educação empreendida pelos herdeiros ao estrangeiro, o novo rei trouxera para o país o deslumbramento das factícias pompas com que despontara o 2.º império; e o seu anelo de imitação dum modelo, levianamente reputado perfeito, descera mesmo aos insignificantes pormenores, como na introdução do uso do *képi*.

Débil, ativo e impressionável, o jovem monarca ferira as nossas imaginações prontas, pelo interesse proclamado pela causa pública, pela irritada tristeza que lhe causavam os abusos, pela altiva, inconstitucional proteção votada aos humildes, para cujo serviço instituíra, na famosa *caixa verde*, um meio, fácil e seguro, de sempre comunicarem com as altas regiões. A afeição com que vestia as suas relações pessoais, buscando ocultar sob doces familiaridades a supremacia da sua situação excecional, como no baile célebre da Sala do Risco para com o duque de Loulé, abria-lhe uma imensa zona de simpatias. Na verdade, tal é a monstruosa educação secular do preconceito da realeza que, dentre os próprios homens cultos, nem mesmo os inimigos, pelas franquias parlamentares dispondo das condições políticas idóneas à extirpação das dinastias, se furtam a este efeito, atávico, segundo o qual um rei se afigura um ser inteira e transcendentemente fora da humanidade.

A lenidade, a doçura do temperamento, a candidez de coração sucedera ao irritável e irritante carácter, ciumento das suas prerrogativas, intratando no seu orgulho, espessa e epileticamente incivil, da rainha impopularizável, a favor de quem a hábil espada liberal fizera desalojar o bruto tio, toureiro e forçudo, tão simpático à plebe pelo seu bestial feitio genuinamente português.

Compreende-se, pois, a facilidade com que explodiu o entusiasmo em torno do moço monarca e como este, no esfumado dos seus vastos sonhos, se encontrou, sem atritos contáveis, nos termos de poder levar a efeito quaisquer ideias positivas, se porventura ele pudesse emergir da névoa dos semipensamentos, em que se esfarrapava, dissolvia a sua alma quimérica.

O monarca herdara dos talentos ancestrais; recebera, do finado imperador, com o tipo físico, a semelhança mental. De sorte que a utopia que latejara no cérebro do avô revivia a dentro do crânio do neto: ideólogos, um e outro, as mesmas formas da quimera, como no sonho ibérico, reproduziam-se, por descendência.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Era-lhes análoga a feição moral; igualmente possessos dum idêntico, insaciável desejo de saber, de ver tudo, de conhecer tudo, de alterar tudo, de remexer em tudo, o modo moralista, peculiar da sua função de reformadores, a um e a outro, os dispunha a desdenhar dos problemas concretos da vida progressiva dos povos, a pôr todo o empenho nos remodelamentos das conceções abstratas que regulam a existência moral das nações.

Assim, o neto do príncipe que, primeiro, ousou, na letra da constituição do seu país, introduzir a nova noção da realeza, referida ao poder moderador por Benjamim Constant, assinalava-se, aos olhos do embaixador espanhol Pastor Diaz, por uma espécie de monomania metafísica, que lhe tomava as atenções para os mais abstrusos, estéreis pontos da filosofia transcendental. Neste pendor, não é de estranhar a pretensão, que começou a patentear-se no monarca, a reaver um mando, supremo e incondicional, nem será absurdo o supor que o pobre idealista coroado pensasse, sob a meia sombra duma consciência silenciosa, em modificar por completo um reino arruinado. O modo particular das naturezas morais como a de El-Rei é, com efeito, o da inovação, da intervenção, da substituição, o afã em refazer um povo por meio de decretos. O que longos anos dum desenvolvimento contínuo e previdente mal bastariam a consumar terminá-lo num reinado, e substituir-se a imediata vontade autocrática à vontade tardia da história; utilizar aos homens, mas como se crianças fossem, incapazes de formular racionalmente um voto para a melhoria das suas condições, gente a servir, como Louis Blanc o discriminou nos acidentes do abortado austríaco, sem que se receie, sem que se ame, tratando-se como cartas adscritas às combinações do jogador.

Que ideias governativas, de conjunto ou de detalhe, possuía, porém, o rei? Que planos amadurecera pela reflexão e pelo estudo? A que alvo visavam os seus esforços?

Tudo nos indica hoje que nenhuma ideia, nítida, clara, precisa, o monarca se formava da sua situação e da do país, e que lhe seria impossível redigir num programa de doutrina ou num projeto de atos as aparências de pensamento que eram a miragem do seu coração, enganado de si mesmo.

D. Pedro V havia nascido com uma alma bem superior ao seu génio. O seu poder foi grande; pois que, nas afeições criadas, o entusiasmo meridional, excessivo nos louvores como indiscreto nas invetivas, não conheceu limites ao seu ímpeto. Assim, os homens de entendimento que com ele conviveram, que acenderam no seu o cigarro desses devaneios filosofantes, os quais, no propício

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

silêncio da noite, se lançam, a todo o vapor, no fantasmagórico mundo das previsões do futuro, acabaram por se gerarem uma espécie de fanatismo pelo monarca, fanatismo tanto mais perigoso quanto ele se não isolava do sentimento público, que manifestara a sua fé nas virtudes reais por meio desses inacreditáveis cartazes pregados nas esquinas das ruas das cidades, bradando: *Viva D. Pedro V, rei absoluto.* Teófilo Braga ainda os viu, amarelecidos das chuvas, nas paredes de Coimbra.

Que importou isso? Esse poder era pequeno para uma vontade, nula no vazio onde se agitava. Desorientado, o espírito real contentava-se com fraseologias simbólicas, como as lançadas à mocidade universitária que o saudava: — *Tanto vale a alma quanto a inteligência,* profissão de fé dos egoísmos intelectivamente orgulhosos. E não se humilhava de fazer pública confissão de ignorância nos pontos mais triviais do ensino positivo, consoante nas curtas inquirições, ao engenheiro Mouzinho de Albuquerque propostas no Porto. O rei era um metafísico, um doutrinário retardado, e assim se explica o seu desdém pelo problema das grandes linhas férreas, esteado nos pobres aforismos duma economia infantil.

A glória, fogo-fátuo que ilude tantas naturezas, aliás, a certos aspetos, curiosamente dotadas, não cessou, atraindo-o, de o ludibriar. Esse foi o triste destino do lastimoso rapaz, que, no seu ardor em se criar uma fé, não encontrou em torno de si senão o desânimo que, na boca do que escolhera para mentor, Herculano, se penitencia por se encontrar maior do que o do rei.

Abandonado a si próprio, desamparado até nas suas acanhadas iniciativas, oriundas duma primeira educação, humanista e literária, como lhe sucedeu no tentâmen do *Curso superior de letras,* o monarca acabou por derivar no plano inclinado que leva à traição da liberdade. As suas usurpações constitucionais foram sucessivamente acumulando os agravos, ao ponto de prenunciarem vindouras e mais cruéis hostilidades dos serventuários do princípio dinástico.

Demonstram-no as primeiras arremetidas da prolongada alegoria do *Rei Sião.*

Arquejando no difícil caminho dos bons propósitos, a sua violência para um confuso porvir foi de molde a correr o risco de se lhe escapar o presente. Tudo o que pretendia tentar para o bem dos seus súbditos tão atrofiadas raízes embebia no resistente terreno da dura razão que, célebre pela filantropia, às escondidas assinava ignoradas sentenças de morte, para os longos coloniais, como a do rebelde indiano. De modo que, quando a vida se lhe

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

extinguiu, cheio de aspirações cerce amputadas, inconsolável do seu sonho esparso, dissoluto; quando, acabrunhado, partido, não tendo havido nele de sublime senão o desejo, finalmente fechou os olhos, poderia reputar-se no único momento feliz do seu transcurso terrestre. A sua duração mais larga assinalar-se-ia, porventura, de terríveis catástrofes, visto como a ignorância pública, que o idealizara, tendia a opô-lo, símbolo de reação, aos restos da iniciativa cívica das classes liberais e cultas.

Com efeito, no desalento coletivo, no abortamento dos partidos, da resignada quietação dos grupos intermédios que, junto aos poderes públicos, servem a multidão, o povo começava a formar, em volta do nome do seu rei, a legenda piedosa que fundamenta e alicerça os despotismos.

A história inicia-nos na psicologia das multidões; nada é menos democrata, no fundo, do que a massa inculta. O rudimento das suas ideias condu-la sempre à autoridade dum só, facto moral naturalíssimo desde que se pense em que, apontando-lhe o seu bom senso a sua ignorância, a tendência será para se entregar nas mãos da competência, tanto mais compreensível e tanto mais responsável quanto mais centralizadamente reduzida. Ora, no país, tradicionalmente monárquico e católico, a solução estava encontrada desde que o seu rei se inspirasse, representativamente, dos sentimentos da população, trabalhada no momento por uma recrudescência espantosa do religiosismo missionário. O monarca chegara à crise e, pela tremenda peste que assolou Lisboa, o espírito sofrera, com a morte prematura duma esposa adorada, esse golpe em que Buckle buscou o coeficiente da exaltação mística dos povos peninsulares.

Voltou-se para Deus; procurou nos hospitais dos coléricos o repouso, pela abnegação; decididamente, acompanhou o movimento do retrogradamento francês, pela introdução dos lazaristas, das irmãs de caridade no reino; mergulhou nas leituras sintomáticas, como as que lhe deu o conhecimento do Dante, conforme se revela da sua bela carta póstuma ao conselheiro Viale.

A influência sentimental do bondoso do imperante havia ido, porém, tão longe que nem os alarmes que sobre os progressos do ultramontanismo procurou, num coletivo manifesto eloquente, comunicar ao país Alexandre Herculano, nem a rude, a furiosa campanha de José Estêvão, que, leão dormente, um instante restituiu ao parlamento essa interessada veemência que tanto surpreendera o príncipe de Lichonowsky, conseguiram abrir os olhos da ignara multidão. Tão certo é o erro dos que não querem reconhecer que

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a monarquia é o produto, direto e quase infalível, da espontaneidade popular. Educadora das massas, degeneram estas logo em suas escravas.

Assim, melancolicamente, as gentes se retiraram, recolhidas, a prantear o seu rei. Os homens sinistros, que queriam governar em seu lugar, como ele se não conformasse a acompanhá-los nos seus cruéis desatinos, haviam-no envenenado, ao mísero!

O novo reinado começou, pois, desconsoladamente; a lembrança do bem-amado estava próxima, tarjada de negro, regada da inefável água dos olhos humanos. O príncipe sucessor feria pelos modos bruscos de homem do mar, repentinamente avocado a um meio que, por completo, desconhecia. Se, em sua estupidez, as caluniosas suspeitas logo se desfaziam a um último sopro de reto bom senso, envergonhado da infame torpeza, o certo é que as tristes apreensões ficavam, escórias no fundo do cadinho. O que seria? O que viria?

E o certo era que as maneiras altivas do dinasta, tão em contraste com a docerosa cortesia que se esvaíra, chocavam, arrefeciam os frémitos, como nessa primeira, gelada receção da segunda cidade do país. Os políticos temiam pelo futuro; os cortesãos debalde explicavam a conduta de seu amo; e os poetas, inconscientes intérpretes do sentimento popular, através os subservientes protestos hipócritas duma burguesia respeitadora das conveniências, ousavam, como o snr. Diogo Souto, debruçar-se da beira dourada dos camarotes dos teatros, a apontar ao príncipe, pálido da audácia, o espectro arsenicado de seu irmão, gritando-lhe num terror

Imita-o, imita-o bem!

Mumificada no espasmo místico, a consciência pública, catalepticamente coleando, seguiu de rastos, ao cantochão ultramontano, até à beira do campo-santo jesuítico. Insistentes na sua obra lutulenta, os homens de Roma apoderaram-se da escola, e uma funerária ironia tomou para zona da sua revista de forças, para terreno das insolentes paradas o mesmo palácio de civilização que, na frontaria, humanamente orgulhosa, do espírito que o fundou diz: *Progredior*, eu avanço.

Então, sacudindo a sua merovíngia cabeleira romântica, um belo adolescente, Guilherme Braga, um boémio, um doido, como lhe chamava a mercearia contemporânea, ergueu, ele só, um formidável grito, de dor, de cólera, de protesto: *Os falsos apóstolos*, por nome.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A reação alarmou-se; o ímpio foi excomungado, em sua mocidade, intrépida como a daquele outro efebo sublime de quem é a única apoteose um derradeiro, simples, musical, maravilhoso verso do velho Hugo:

La gloire au front te baise, oh toi si jeune encore!

Na sua faina concordante, o bispo do Pará (contra cuja obra nefasta começava a reagir vitoriosamente a eloquência do advogado Saldanha Marinho, recém-falecido) não conheceu medidas. Propôs-se o enxovalho público do jovem poeta, que lhe replicou com o incendiado panfleto que vê agora as honras, tardias, da reimpressão.

Eis, sucintamente, as causais do magistral opúsculo. Eis porque, nesta hora triste, de nova reação jesuítica, o seu atual editor, sobre se fazer benemérito das nossas boas letras, se torna ainda meritente da respeitosa simpatia dos verdadeiros amigos da liberdade de consciência. *

---

* In Prefácio — *O Bispo*, de Guilherme Braga, Porto, Livraria Camões de Fernandes Possas, 1895.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Pelas Vítimas

O mês de maio de 1871 assinalou-se lugubremente por uma das mais pavorosas hecatombes de que resta memória nos dolorosos fastos do enfebrecido drama humano.

Paris foi o teatro dum morticínio sistemático, à maneira tártara, tal que na tradição das grandes perversidades da crónica europeia dificilmente se lhe pode encontrar paralelo comparável, incluindo e excetuando o prodigioso saqueio de Magdburgo pelas hostes fanáticas do marechal de Tilly.

Graças a uma traição ainda pouco inteligível, mesmo depois do libelo do rancoroso Vésinier o comandante supremo dos batalhões federados da Comuna, o equívoco polaco Dombrowski, fizera abandonar uma secção das muralhas da grande cidade, compreendendo uma porta, com sua ponte levadiça, e refluíra, primeiro, até o Arco-de-Triunfo; depois, descera lentamente a Avenida dos Campos Elísios e concentrara-se na Praça da Concórdia. Aí pouco se demorara e, dando a ilharga à grande barricada que obstruía a embocadura da rua do Rivoli atravessara, pela ponte em face do Palácio-Bourbon, para a margem esquerda, em cujos meandros se internou e desapareceu.

Entretanto, cautelosamente avançavam as tropas de Versailles, chamadas pelo branco aceno do lenço de um tal Ducatel, que topando deserta uma das entradas da linha de defesa, trepara sobre um talude, a dar o sinal da felonia.

A breve trecho, principiou a batalha das ruas, pelejando os insurrectos com a coragem mais indomável, atingindo, na guarda do terreno a conquistar, os altos píncaros de sacrifício absoluto e

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

da transcendente heroicidade. Mas o desfecho estava previsto, e a vitória tinha de pertencer, enfim, aos velhos pretorianos do Império, que regressaram, das casamatas da Prússia, enfurecidos, até o frenesi, do desdoiro das derrotas, de cuja culpa não era aliás outra a responsabilidade do que a política inépcia dos seus chefes.

Logo se deu começo à matança dos prisioneiros, e a repressão tocou tais extremos de metódica ferocidade que, dois anos passados sobre os acontecimentos, ainda os conselhos de guerra condenavam à morte por contumácia, indivíduos que, como o jornalista Rauc, se haviam retirado oportunamente dos conselhos da Comuna e protestado contra as suas últimas resoluções, deliberadas sob a coação moral do desespero. Rochefort, que nem membro fora da assembleia do Hotel-de-Ville, e se limitara, na sua folha, a censurar a intransigência cruel da câmara reacionária de Versailles, que repelia todas as propostas de conciliação, era aprisionado em Sceaux pelas tropas *prussianas* e entregue às autoridades intituladas legais, que o sentenciaram ao degredo nas mortíferas paragens da Nova Caledónia, entre outros motivos fabulosos por haver escrito o panfleto célebre da *Lanterna* o que determinava ao cáustico periodista a amarga frase de que, condenado pela república por haver redigido a *Lanterna* contra o império, só lhe restava outra surpresa mais fulminante, a de vir a ser amnistiado pelo império, por haver redigido a *Lanterna* a favor da república.

Não se perdoava ao mérito. O geógrafo Reclus deveu a sua salvação à nobre carta que, em seu prol, foi endereçada, de Inglaterra, pondo em relevo a inaudita vergonha da França. O primeiro dos signatários era nada menos que Carlos Darwin.

Não se perdoava à virtude; nem à fragilidade do sexo; nem à melindrosa inconsciência da idade. Aquele efebo sublime que, pedindo ao comandante licença para ir, num pulo, a casa, ali logo entregar à sua mísera avó o relógio de ouro de seu pai, voltou instantes depois a ocupar o seu posto na fila em frente do pelotão de execução, mereceu a honra vingadora dos versos, embebidos de lágrimas e trespassados de sol, em que Victor Hugo o apontou à apoteose enternecida do futuro:

La gloire au front de baise, oh toi, si Jeune encore!

Foi uma catástrofe sem nome, uma hedionda e infernal agonia. Quem regista estes fugitivos traços recorda-se ainda do desvairado olhar da pobre mulher que, em Paris, lhe referia de como, durante semanas, no seu catre de mansarda, o seu febril pesadelo de todas

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

as manhãs era interrompido, pelo estralejar seco do rodízio das metralhadoras, que no parque fronteiro, na bruma precursora do dia, continuamente executavam, para rapidez da tarefa, sobre os magotes sucessivos, os fuzilamentos em massa.

Parecia que nunca acabaria; e, se acabou, foi porque o gabinete de Londres terminou por se decidir a intervir, remetendo lord Clarendon uma nota cominativa.

Sós, os jornais ingleses consignaram as notícias exatas da matança; a opinião continental estava falsificada pelos telegramas facciosos da Agência Havas, que pejava o mundo de protervas calúnias, as quais não hesitavam perante o mais abominável ridículo.

Ab uno disce omnes. Tal assegurava, entre os horrores atribuídos às personalidades marcantes da Comuna, que Rochefort fora preso, p. ex., com os bolsos ainda cheios dos relógios que fruto eram de seus latrocínios; e esta monstruosidade, eis aqui a cegueira da paixão política, foi aceite geralmente e recolhida piedosamente no deplorável livro que à história da Comuna dedicou um nosso talentoso polígrafo extinto.

Este facciosismo prolongou-se por vasto espaço e tomou forma regular e didáctica exposição nas histórias numerosas e parcialíssimas que, subsequentemente, foram sendo estampadas acerca da Comuna, dos seus atos e dos seus homens, Não lembraremos senão, pela graça fácil do seu estilo, a mais vulgarizada, de Jules Claretie.

Estava-se longe ainda das restituições de Arthur Arnould, de Lissagaray, de Ramos de Cala, de Pedro Lavrov. Longe se estava da indignada eloquência com que, no opúsculo consagrado à *Semane de sangue*, Camilo Pelletan havia de flagelar a cínica tranquilidade de bestas-feras, como o general de cavalaria, Gallifet, que se ia refazer, com um suculento almoço no Grand-Hotel, para volver à chacina intervalada e a que desejava sempre presidir.

Não se ouvia uma voz de compaixão; o céu retumbava dos clamores do ódio.

Foi nessa crise psicológica, no âmago desse instante atroz e indefinível que, enfim, na flagrância do tremendo triunfo, uma palavra humana, de piedade e de cólera, de revolta e de dor, rebentou à flor de lábios puros e nobres, como uma germinação do ideal. Dentro do silêncio tumular e afora do estridor lutulento, houve alguém que teve a independência cívica e a rara coragem moral de protestar pelos direitos da consciência e de reclamar pela honra das vítimas.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Deste canto esquecido do mundo se ergueu essa palavra santa: a nós outros nos deu a iniciativa dessa honra o grande cidadão cujo trespasso hoje comemoramos.

Só, isolado, sentindo-se repudiado, intemerato, ele exclamou com o acento profundo e imprecativo dos profetas, ululando sobre as execráveis abominações de Babilónia:

«Nesta hora grande e sinistra, em que a maldição dos vencedores se junta ao sangue dos vencidos, e a cólera implacável dos "Senhores" triunfantes se segue até à memória daqueles de quem só restam os cadáveres mutilados pela metralha; nesta hora, única nos anais das catástrofes humanas, que se ouça ao menos uma voz pedindo respeito para os mortos, maldição para os verdugos, e o pelourinho da consciência humana indignada contra os canibais que, na embriaguez da sua selvajaria, nem às mulheres deram quartel.»

Logo, sobre as frontes prostradas, enxovalhadas pela lama das ruas, menos imunda que o fel dos opróbrios, aureoladas pelo diadema generoso do sangue vertido, logo esparge as bênçãos e tece as grinaldas:

«O morticínio foi longo, cruel, selvagem, infame!

Primeiro, Duval.

Quem se não lembra da morte heroica daquela nobre vítima? Duval apresenta-se como parlamentário diante do general inimigo. Perguntado quem é, e o que quer, responde que é Duval, general da Comuna, e que pretende... — Que fuzilem o "general" Duval, responde o feroz Vinoy. E ele, o herói de vinte anos, só pede para dar a voz de — fogo — ao pelotão que o vai fuzilar! Caiu como herói, dando um viva à república! Marechais de França, que não soubestes vencer nem morrer, vede como morre um "chefe de claque", um republicano.

E tu, nobre Flourens, rico, sábio, afável, estimado, foste cruelmente assassinado, quando, depois de vencido e prisioneiro acordavas do desmaio em que te tinham lançado dois dias de combate, exausto de sede e de fome.

E como vós, centos e centos fuzilados sem misericórdia, depois de vencidos e desarmados».

Mas então, com a lógica natural dos impulsos do coração, um travo de justa raiva possui e abala esta alma sincera, comovida nas suas raízes subjacentes pela insolente maldade dos vencedores. Para eles se volta; sobre eles, das mãos trémulas, despede os raios punidores:

«Não sei o que mais espanta: se o vosso cinismo, se a vossa cobardia, se a vossa ferocidade. Vossa, e de vossa corte, que vos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

aplaude em Versailles. Onde há aí coração de bronze, que não sentisse a febre da indignação, ao ver os aplausos dessa horda chamada Assembleia Nacional, quando Thiers descrevia os horrores da carnificina, da guarda nacional? Thiers, pequeno monstro, tu parecias Satanás subido ao monte da transfiguração, possuído do espírito de Ezequiel, de Dante e Miguel Ângelo, ao descreveres os assombros daquele *"dies irae"*, os horrores daquele "inferno": jorros de sangue alagam as ruas arrastando os cadáveres mutilados dos rebeldes (aplausos). Membros, palpitantes ainda, se agitam como a testemunhar a última agonia da insurreição. (Redobram os aplausos). Cadáveres de mulheres, mutilados pelas baionetas dos nossos heroicos soldados, abraçados ainda aos restos inanimados dos vencidos (aclamações delirantes em todos os bancos; e Thiers, com o valoroso exército e o "invicto" Mac Mahon, são declarados beneméritos da pátria!) Horror!...».

Não que o belo opúsculo *A Comuna de Paris e o governo de Versailles* seja, exclusivamente, a apóstrofe vibrante duma alma ingenitamente poética e resulte o produto, espontaneamente estético, duma emoção sincera e profunda.

O seu autor é um espírito eminentemente reflexivo. Habituado à disciplina das especulações científicas, subordinando-se no rigor integral nas mais perfeitas deduções, ele busca — e encontra — as causas genéricas do formidável movimento, com aplauso unânime, conforme se constata do diário impressionista do mundano Catulle Mendès, inaugurado a 18 de março de 1871.

Formula-as:

«Feito este rápido esboço, examinemos os motivos que provocaram a insurreição de 18 de Março.

A França, mutilada pela metralha prussiana; humilhada no sangue do seu sangue — a sua vaidade guerreira; com os seus exércitos vencidos, destroçados e prisioneiros; com as suas águias esmagadas sob as patas dos esquadrões germânicos; a França, exausta e quase agonizante, na perturbação mental da sua agonia, nomeou uma Assembleia com o fim exclusivo de fazer a paz. A este motivo que a conduziu à urna só associou um outro sentimento — um rancor cheio de indignação contra todos os que, de longe ou de perto, serviram a bacanal napoleónica.

No entanto, Paris, pálida de fome, de miséria e de heroísmo, impunha respeito ao mundo. Paris a grande. A Paris do trabalho, do pensamento e da "Revolução". Não a Paris da moda, do baile, do melodrama, dos Césares e dos pretorianos.

Porque na grande cidade havia duas cidades.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

De um lado, a canalha, a espuma social, a protérvia, a desmoralização e o deboche.

Do outro, o trabalho, a miséria, a escravidão, a família, e a consciência da dignidade humana ultrajada.

Sim, dissemos o "deboche". Quem viu a descrição dum baile das Tulherias que não sentisse o pudor humano infamemente ultrajado? As mulheres, decotadas ate à cinta, em trajes que só podiam ser inventados pelo demónio da luxúria, eram as bacantes de uma orgia infame, que afastavam do seio os próprios filhos, para melhor avassalarem os "conquistadores"!

Ao lado da Paris oficial havia a Paris oficiosa. Esta era o "caravanserralho" de todos os vadios do universo. Era a Paris dos perfumes do melodrama pútrido, da quinquilharia, do romance de deletério, do caneã e da "dama das Camélias". É por esta Paris afrodisíaca que hoje chora o sentimentalismo europeu. A Babilónia faz falta aos sátrapas do deboche.

A outra Paris, essa, ninguém a vê, senão para a amaldiçoar! Restos mutilados, dispersos, carbonizados, do povo vencido e assassinado, recebei as lágrimas da minha piedade. Irmãos, deixe-me chorar com as vossas esposas votadas à miséria e com as vossas filhas destinadas!... talvez a serem prostituídas pelos vossos vencedores!...

Com a serenidade compatível com a nossa consternação, examinemos os poderosos motivos que provocaram a insurreição.

A assembleia de Bordéus, logo no princípio, mostrou os mais inequívocos intuitos de acabar com a República. O modo grosseiro e infame como tratou Garibaldi, que generosamente oferece a já França, abandonada de todos, o seu sangue e de seus filhos, seria bastante para julgar sem apelação do espírito daquela Assembleia. Mas muitos outros factos positivos vieram mostrar até à última evidência aquilo que ninguém hoje contesta — que a Assembleia só esperava ocasião para chamar um Rei.

Mas como impor à França republicana, e republicana socialista nas grandes cidades, um governo monárquico? Só havia um meio — a força. Mas a força só podia ser bem-sucedida, quebrando as armas nas mãos de duzentos mil guardas nacionais que havia em Paris; e, como isso não era possível, recorreram à astúcia.

O plano era simples: tirar à guarda nacional o direito de eleger os seus chefes, e portanto paralisar-lhe toda ação, desarmando-a depois. Viney, sendo napoleónico, um dos execrados pretorianos do golpe de estado, foi o escolhido para ser o executor de alta justiça.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O janízaro começou por suprimir diversos jornais, por declarar Paris em estado de sítio, e finalmente, por ver se insidiosamente se apoderava da artilharia da guarda nacional. Além disto, Thiers a Assembleia de Bordéus juntaram o insulto à traição. A Paris, que salvou a honrada França resistindo aos prussianos, enquanto lhe restou um bocado de pão negro para enganar a fome; à Paris que suportou vinte anos o jugo do império, fora da lei e do direito comum, e que há perto de vinte anos condenava no escrutínio a torpe tirania, imperial; à Paris que nunca vendeu a consciência às efémeras glórias napoleónicas; negam-lhe o direito de capital, consagrado por três dinastias e por três revoluções!

E a guarda nacional devia entregar os pulsos às algemas da tirania, e quebrar as armas aos pés dos seus eternos inimigos?! Oh! que não; mil vezes não».

À nova geração entendemos dever, neste dia, patentear-lhe este admirável documento de sagacidade analítica e de elevação sentimental. Ele representou como referimos, na hora da sua publicidade, um notável ato de coragem. O seu autor esteve mesmo ameaçado de ser expulso da sua cátedra, e o diretor das oficinas tipográficas foi oficialmente censurado por haver admitido em seus prelos aquele trabalho.

Não prosseguiram as violências, em parte pela intervenção sarcástica das *Farpas*, então no apogeu da sua celebridade e da sua acção orientadora. Num artigo afeto ao caso, o humorismo do snr. Eça de Queiroz foi o intérprete da justiça, como esses gargalhadores, interiormente atados pelo noturno génio da tristeza, que a visão de Michelet assemelha ao escravo que ganhava a vida atravessando indemne com a doce oferenda de um simples ovo ao altar da pátria, por entre os monstros cansados e fartos, digerindo e hiantes.

Hoje, aos ânimos repousaram; uma claridade crítica luziu nos entendimentos obcecados; e as próprias ocorrências condenáveis lograram ser cotejadas e discutidas.

Concordou-se em que o apeamento da coluna foi um ato inoportuno; mas respeitou-se o princípio de cosmopolita fraternidade que o ditou e conveio-se, com Coubert, que o monumento era artisticamente um plagiado horror.

A lei dos reféns foi um erro; e a sua execução um crime; mas que responsabilidade cabe a uma assembleia dispersa de que dois agitados tornassem efetiva uma mera ameaça?

Quanto aos incêndios, é pleito por dirimir: mas a mão dos bonapartistas, únicos a quem aproveitava a destruição de documentos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

definitivamente comprometedores, apontou-a, na comissão de inquérito, o almirante Saisset.

Todos estes objetos não vêm, porém, ao lance.

O que cumpria era destacar, para a admiração e para o aplauso, o protesto de José Falcão.

Essa a parte da tarefa comum que neste dia nos impusemos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1784, 26 de janeiro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Pátria — Continuando

Como se sabe, escrita no tipo das peças de teatro, o poema de Guerra Junqueiro cinde-se em dois módulos antitéticos, perfeitamente caracterizados.

A primeira parte é uma comédia, dramática na subjacência profunda da intenção satirizante; a segunda, uma tragédia, integral.

Comédia de caracteres, é do melhor Moliére; tragédia psicológica, pairamos nas regiões transcendentemente devastadas pelo terror, como nas páginas formidáveis de Shakespeare.

Cumpre neste lance, admirar a magistral exceção do artista, que não derroga um só momento na linguagem posta na boca dos vários interlocutores. O tom dominante em todos eles é o do egoísmo cínico, mas a qualidade divergente de cada um imprime-lhe, em subtis matizes, carácter próprio e fisionomia particular, de modo a torná-los diversos, na unidade fundamental. Assim, são criaturas vivas e não raridades dum modelo preconcebido.

Por exemplo. Magnus, estereiotipação do falso beatério, e completo, na pertinência da banalidade pomposa dos conceitos, concretizados em forma adequada. Não pode haver maior maravilha, na plasticidade estética dum artista, do que esta de impor relevo à mediocridade, conservando-a, todavia, inferior, sem degenerar, contudo, em rasteira.

Na parte trágica, idêntica conformidade se observa e, aí, por mais íntima, e consequentemente, menos apreciável, convém frisar algumas das espantosas intuições do extraordinário poeta.

Seguindo com atento reparo a evolução da obra, verifica-se que, no desfile espetral dos monarcas, o doido desvaira mais

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

intensamente em dois momentos fulminantes. Quando do aparecimento de D. João IV e logo que se debate na insânie do seu desespero D. Maria I.

Compreende-se o motivo e explica-se a razão.

Com D. João IV é que se determina a crise da mentalidade nacional. É aí que se parte a homogeneidade da tradição coletiva.

O Portugal restaurado emerge, da cabala diplomática de Richelieu, com os desastrosos laivos de depravação sistemática a que o ensino jesuítico sujeitou a nacionalidade.

É coisa nova e podre, que envenenada protesta, à sua maneira, contra o influxo da dinastia de Borgonha, agrícola e interior, e contra a dos vários ramos da gente de Aviz, guerreira e expansiva.

Podem produzir-se objeções perante o critério histórico que orienta o artista; e procurar-se um processo filiativo, menos interrompido por abruptos cortes, antes mais sucessivos na derivação dos acontecimentos e na continuação das personalidades sucedâneas.

Mas o que se não pode é contestar a bela e exata correlatividade entre a conceção filosófica da obra e a sua exteriorização plástica. Eis um dos traços que garantem a este livro a legitimidade dos seus títulos à respeitosa admiração da crítica.

Outro lance, como dissemos, em que incisivamente se acentua o desequilíbrio da figura sintética que representa a pátria, é o do encontro com a pobre criatura que parecia destinada à função terminal que para a casa de Áustria, em Espanha, pertenceu a Carlos II, o *Enfeitiçado.*

Se, no primeiro instante, o motivo é de ordem histórica e social, aqui ele reporta-se da mesma subjetividade, peculiar da psiquiatria.

A loucura é contagiosa, conforme se observa nos manicómios, onde os internados propagam o seu mal a enfermeiros e serventes, que fornecem crescente percentagem à população hospitalar. É até pelo contágio da loucura que certos alienistas filósofos, consoante ainda há pouco o dr. Bombarda, entre nós, explicam o proselitismo de determinados fanáticos, fundadores de religiões, como Maomé, e a fascinação hepática de desalmados homicidas guerreiros, como Bonaparte.

Posto isto, entende-se a exacerbação, no conflito e ao conspecto de idêntica desgraça. O poeta conformou-se com os dados da experiência e encontrou na fórmula das adivinhas e dos enigmas populares o saber indígena, que dá os toques da mais pitoresca realidade, natural e ainda social.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Outra perfeição de exceção que tem sido desconhecida reside na inconsciente indiferença com que os monarcas perpassam pelo doido, sem darem fé dele, sem o verem, sem o ouvirem.

Eis um modo simbólico de representar o desinteresse dos detentores do supremo poder pela massa governada; a separação moral dos dois elementos; a repulsa instintiva dos elos duma cadeia que antipatizassem entre si e que, na subordinação mórbida dum, acabassem por se desconhecer, tão diferentes e antinómicos que, conjugados, reciprocamente se esquecessem.

Um único dos espetros evocados ouve, um único vê; é D. Afonso VI, por uma lógica homóloga da que se reflete no caso de D. Maria I. Doido também, a lucidez visionária adverte-se, o erro pessoal indu-lo a supor a causa de análogo infortúnio.

Se no pormenor o poema de Guerra Junqueiro exibe estes soberbos dotes estruturais, no seu conjunto é então um destes livros que marcam época no desenvolvimento literário dum povo.

Reservado a determinação do seu sentido especial e da sua significação estética, e circunscrevendo-nos, ainda, por hoje, ao exame da sua efetivação, notaremos que não existem em literatura alguma paralelo que se lhe compare, quanto menos que se lhe avantaje.

As composições satíricas em verso, ainda as superiores, como as de Juvenal, são mesquinhas na sua compreensividade, porque abarcam momentos históricos limitados ou vibram os seus golpes tão só ao reduzido corpo de personalidades, odiosas mas destacadas, e, por isso, irrepresentativas. Depois, tarefa de raciocínio a sua valia moral não é exalçada pelos engenhos da imaginação. São invetivas rimadas, sem a cor dos quadros e sem o interesse do movimento. Pode mesmo degradar-se o género até a mecânica profissional, como quando os improvisadores Bartholemy e Miry criaram a *Nizm*, panfletos semanais, verdadeira gazeta rítmica.

Bem sabemos que é fácil opor ao asserto os *Chatiments* de Hugo; mas nesse lapidar monumento, o defeito apontado encontra-se no próprio carácter fragmentário da obra. E os trechos desconexos completam a demonstração do restrito âmbito do trabalho, confiado num desenvolvimento íntegro e perfeito, a uma catástrofe intercalar, como foi o golpe de estado de 51, com a perda fisionómica do segundo Napoleão. O reparo corrobora-se exatamente com aquelas peças, pouco numerosas, como *Saint-Arneude L'expiation*, que inspira, de preferência à lírica, a musa épica.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas aqui trata-se nada menos do que de todo um povo, na sua evolução histórica, desde os primórdios; e o vasto horizonte é incendiado pelos fulgores duma imaginação prodigiosa.

Em nossas letras, a Pátria é como que os Lusíadas da decadência; e, em amplitude de ideação, não exageraremos, se não deparamos com exemplo similar senão nos dois primeiros poemas da *Divina Comédia.*

Continuaremos.*

---

* In *A Voz Pública,* Porto, 7.º ano, n.º 1859, 1 de abril de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Pátria

Deixámos imenso por exarar, e o melhor, pois que, se na observação do adocicado Daudet infinidade de ideias e imagens se perdem na efémera viagem das frágeis túnicas do cérebro para os ásperos bicos da pena, o mais interessante da obra do escritor é o que ele não logra dizer. Sucede como na ilusionante embriaguez pelo absinto. Uma surpreendente lucidez interior é punida pela impossibilidade de exteriorizar verbal ou graficamente o mundo de sugestões e de explicações que bailam na subjetividade e que, como o cântico pérfido da sereia, rebocam o seduzido para o abismo. Mercê da força das circunstâncias provisoriamente remeta-se, pois.

O alcance histórico e social do poema de Guerra Junqueiro fica determinado quando se apure, através das paixões do momento, que este livro afirma pelas características intrínsecas corroboradas pelo efeito exterior, correspondente, do seu êxito de venda o momento culminante do progressivo, ainda que moroso, processo de desagregação da alma coletiva, desprendendo-se dos sentimentos tradicionais, e abandonando, enfim, as suas velhas crenças por outras novas, mais retributivas e salutares.

A ação da obra sobre a consciência pública é, assim, das mais vastas e profundas, o seu influxo ético a sua permanência orientadora, um dos fenómenos críticos mais notáveis da nossa cultura hodierna. Senão mesmo o mais notável, pois que, na ordem espiritual, nada existe que lhe seja assemelhável, e só no domínio dos factos concretos qualquer coisa se lhe pode aditar, no mesmo sentido de convergência e com análoga fragância de resultados sucessivos. É o movimento do 31 de janeiro de 1891.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Estes dois fatores revolucionários são capitais e decisivos; e, cotejando-os, na sua recíproca completação, não concluímos qual deles seja definitivamente determinante.

Do primeiro, a quem estas linhas apressadamente improvisa na lufa-lufa tipográfica, que não tolera a momentânea paragem das revisões e emendas, antes, não relida sequer, inexoravelmente demanda a tira mal acabada de escrever, para logo a projetar às fauces, sebentas de dedadas de tinta do Minotauro dos caixotins. Do primeiro, aconselhava-lhe, com a sua perspicacíssima intuição histórica. Teófilo Braga que o escolheu para fecho, lógico e legítimo, da continuação prometida da larga crónica de Schaefer.

Da segunda, pode-se assegurar que ele foi o golpe de misericórdia num conjunto institucional, abalado pela repetida insistência de ataques fundados e de que a morte moral tem de preceder a ruína afetiva na sua clara ostensividade.

A superioridade das conceções estéticas sobre as realizações críticas assinala-se aqui mais uma vez. Volvidos anos sobre esta crise tremenda de toda uma nacionalidade, quando a sinergia própria dos corpos coletivos houver reparado as destruições do tecido conectivo que liga as malhas da trama social; quando os órgãos profundos inquinados se tiverem restabelecido; e uma saúde próspera tonificar o alquebrado, velho enfermo, então, na nova esperança, na confiante recuperação das forças ora abatidas, que seja como um raio germinante, então quem consultará afora poeirentos eruditos, toda a forragem de livros, folhetos e gazetas que homologam os autos da sentença trágica que, no paroxismo, nos condena, a todos nós, os destas gerações últimas aviladas pela covardia de condescendências e consequentes subserviências?

Um só livro bastará no viso de recompor um ciclo histórico; ele servirá, em exclusivo, para o entendimento duma crise, que menos assombrará pelo agudo do mal pela inverosímil paciência em o sofrer, interminavelmente. O primor da realização plástica vencerá o tédio, episódico e anedótico, de ocorrências já longínquas e apenas estremecendo no esfumeamento vago das tardas recordações, das reminiscências duma tradição alterada e intermitente.

Como obra de arte considerada, o poema de Guerra Junqueiro demarca também um instante fundamental na evolução morfológica do intelecto português.

A opulência desta obra nos efeitos criadores duma imaginação concecional e, duas vezes, surpreendente. Quando se coteja com os produtos da poesia contemporânea em todas as gentes cultas; sobretudo, quando se confronta com as lições da literatura indígena.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Há ali, com efeito, por exemplo, nas indicações em prosa que entremeiam os versos, matéria para as amplificações de inúmeros poemetos; e a abundância inextinguível do autor como que se junta no desperdício duma prodigalidade, soberbamente confiante no incomparável tesouro dos recursos subjetivos.

Ora, isto é raro e quase único na sequência da ideação artística portuguesa. Só nos nossos recentes dias este fenómeno psíquico, que é dos mais decisivos para o juízo das modificações profundas, orgânicas do cérebro lusitano, e que tem passado sem conveniente reparo, é que aparece, como revelação fulgurante dum trabalho subjacente de modelamento e aperfeiçoamento, correlação e integração, que nos aproxima e mesmo nos fornece lugar extremado na categoria das faculdades peculiares do génio das grandes raças árias que honram e nobilitam a espécie.

Doutro exemplo não damos conta, por agora, além das maravilhosas rubricas de esse bárbaro *Anti-Cristo*, produto mórbido duma natureza emotivamente lírica, sensível, na subtilidade, até o infinito, mas desigual e incoerente. Todavia, a descuidada imperfeição técnica, o preconcebido de teorias negativistas estreitas e o mau gosto; romanticamente jacobino, prejudicam os primitivos dotes originalíssimos, dum segundo, pessoal e eminente.

Não se apreende este conceito imaginativo em nossa poesia histórica, que é autolátrica, na expressão amorosa, e duma milionária indigência, quer na invenção alegórica quer na simples correlacionação do drama interior com a panteização naturalista que o circunda e comenta. Assim, a nossa poesia ou é quase exclusivamente gnómica e os mesmos místicos declamam em banalidades éticas, de que o soporífero-tipo nos oferece Sá de Miranda, ou quando se abalança às objetividades descritivas, é fria, inerte, não sente a alma das coisas, redunda em imitação culteranista, de segunda mão, à face de modelares diplomas literários, como acontece com esse insuportável Costa e Silva, passando do mais ou menos, do alto ao ínfimo, mas, por igual, criticamente documentares.

O polígrafo Oliveira Martins, num dos seus frequentes raptos intuitivos, foi impressionado por esta penúria terrível; explicou o facto pela preeminência, no nosso intelecto, comparado com o do vizinho espanhol, da nota épica. Isto não chega a ser uma desculpa de mau pagador, porque importa expor a questão por outras palavras, exibindo-lhes aspeto concreto e especial, quando o caso deve ser considerado em toda a generalidade.

Em boa razão a mesma referida tendência épica, que não derroga dos moldes clássicos do ensino heleno-romano, ainda nos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

seus detalhes, não resulta mais do que o corolário da defeituosa carência, funcional ou estrutural, cujas origens e remédios cumpriria inquirir e prognosticar.

Se, com o máximo respeito devido a tal colosso, nos reportarmos à lição de Camões, aí mesmo defrontaremos com a lacuna frisada.

Não falamos já da prosaica, *transchons le mot*, da charra escrituração, por partidas dobradas, livro-caixa, razão e canhenhos auxiliares, que, em oitava rima, regista o deve e haver das operações, bem combinadas, sobre a pimenta, pelo herói postas em jogo.

Não repetiremos que a bela narrativa do desdobramento político nacional, no fundo, concecionalmente, não transgride as posturas dum cronicão rítmico.

Somente, quando o vate inventa, cria, põe de sua casa, não é bem de sua casa que põe. Os leitores da *Odisseia* tiraram o chapéu à Ilha dos Amores, como a trechos conhecidos fazia Voltaire, dentro das praxes, segundo ele, dos cavalheiros bem-educados que cortejam as pessoas das suas relações. E, se o símile virgiliano de Polifemo não colhe, como querem alguns, para a Adamastor, poupado pela estúpida malevolência do padre Macedo, é caso que tenha esquecido, para faina das investigações estudiosas, o lance do insonte Faria e Sousa, na Ásia Portuguesa, quando o filia diretamente em quimérica figura da desatremada fantasia indiana.

Porque se não tem buscado a confirmação ou a refutação do aleive, ou do acerto, hoje principalmente que o labor relativamente fácil, quando abundam as *raccolta* de mitos e tradições como esse curiosíssimo apanhado que de cem lendas búdicas acaba de fazer Léon Feer?

Seja o que for. Ponto está em que, na poesia, como em tudo, a imaginação portuguesa foi pobre. Na poesia, como em tudo. Na arte literária que mais exige a prova é fulminante, então. Não tivemos teatro, e o mesmo Camões, com os seus informes esboços, testemunha da nossa antiga radical impotência.

Não tivemos música sacre, não tivemos pintura religiosa, não soubemos engendrar romances de aventuras ou de caracteres, isto quando, ao pé da cozinha, na porta de baixo, a novela picaresca fervilhava num formigueiro miriforme.

Seria doença constitucional, suspensão de desenvolvimento, inacabada, antropológica e étnica, de estruturas? Mas o exemplo de personalidades que se arredaram do meio social e que se tornaram culminantes, pela plasticidade do seu engenho e pela perfeição da sua técnica, como o pintor, de apelido espanholizado, Coello, induz ao contrário.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A mediocridade do génio inventivo científico português também não parece fundamental, pois que o mundo moderno seja criação nossa, concretamente, graças à substituição amplificante dos mares interiores pela vastidão dos grandes oceanos, integradora da humanidade inteira na civilização, ocidental e geralmente europeia.

Concretamente, assim, pela deduzida, racional, sistemática procura que termina com Vasco da Gama, tem em contraste com o sonho místico de Colombo, que encontra o que não espera e que acerta diríamos por acaso, se a Providência não existisse e a graça não fosse um inefável mistério, posto em destaque na evidência do drama humano, pessoal e social.

Abstratamente, no mundo do espírito pelos seus derivados lógicos, próximos e ulteriores, quem cooperou mais do que nós, graças à circundação do globo? Ela obriga o americano Draper a gritar, num fervor de entusiasmo solene e imperioso, que o portuense Magalhães foi o homem mais sublimemente corajoso que têm parido as entranhas da terra.

Todavia, estes casos excecionais, por imensos em seu alcance, são historicamente, no conjunto do desenvolvimento e no aspeto geral da superfície colectiva, esporádicos. Mais, os dum Pedro Nunes, com a precedência a Vernier do módulo de gradação e a precedência a um dos Bernouilli na determinação do dia de menor crepúsculo.

Não cairemos na insuficiência da imaginação mecânica lusitana, nem ao egoísmo tumular do ergástulo da Junqueira conseguirá a melhor piedade enternecida arrancar o segredo das magicações de Bento de Moura.

Perante a prodigiosa demonstração da capacidade concecional da imaginação estética portuguesa, fornecida por Guerra Junqueiro no seu recente poema, obra igual, equilibrada, proporcionada e, todavia, que se alimenta do fogo sagrado. A conclusão a retirar de todo o fugitivo exame intentado é, indiscutivelmente, consolara. Ele, esse livro genial, eis o fecho esplendoroso de todo um processo reconstitutivo, que, nas regiões cerebrais, se iniciou com os fundadores do romantismo entre nós.

Esta observação de filosofia de história assegura-nos, felizmente, que o mal provinha de causas exteriores. Profundíssima intuição, pois, a do vate, no seu símbolo do enlouquecimento coletivo, pelo veneno pútrido duma hóstia falsa e maldita, ingerida em sabbat ímpio, burlesco, caricatural e entontecedoramente fedendo a podridões do sepulcro.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Rejeitemos as abomináveis ptomaínas que nos queimam o sangue. Que a obra do romantismo, singelo, ingénuo, ludibriado, se complete com nitidez e sem contemporizações, deprimentes ou inutilizadoras que o voto final do poema elabora uma consciente, condigna sanção. O montante puro luza, espada de glória, nas pelejas da justiça; rasgue, relha de arado, as leivas santificadas pelo humano suor. Inteiremo-nos contra o mal, orgulhoso, que ele acabará por dobrar a cerviz demoníaca.

No *débacle* dum império entre os escombros, no sangue e no fumo duma luta fratricida, um romancista deparou, contando-a, com a palavra precursora messiânico dum mundo novo, de vitória e moral reivindica, hoje consumada pela flagrância da realidade. Do chão soerguendo-se, um simples, obscuro soldado ferido, cobra alentos, como o Anteu da fábula simbólica. — Vamos trabalhar! exclama.

Repitamos nós, não só com os lábios mas do nódulo do coração, o mote reorganizador.

Na derrocada de todo um desenvolvimento histórico pervertido, sim, vamos trabalhar, isto é, vamos combater! *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1840, 2 de abril de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Epilepsia e as Pseudo-Epilepsias

O dr. Miguel Bombarda, lente da Escola Médica de Lisboa e diretor do hospital de Rilhafoles, acaba de reunir em um volume, editado pelo prestimoso livreiro, snr. António Maria Pereira, as lições, professadas em curso especial, que tão justo ruído provocaram quando foram feitas.

A obra é consagrada aos grandes mestres da psiquiatria moderna, Krafft-Ebing, Schule e Magnan, e desenvolve-se por perto de 500 páginas, de composição cerrada.

É um trabalho que, honrando o seu autor, nobilita a cerebração portuguesa, ainda aqui há pouco tão arredada da cultura geral europeia e hoje concorrendo com a elaboração mental, mais profunda e elevada, do estrangeiro superiormente civilizado.

O autor demonstra uma erudição imensa, e testemunha de relevantes dotes de observação direta, adquiridos e estimulados por uma conscienciosa e indefesa prática profissional.

Destarte, a obra do snr. Bombarda implica uma gloriosa contradição, refutando por exemplo pessoal o asserto do escritor quando, discorrendo sobre a decadência da raça latina, apresenta a gente portuguesa como tendo a triste primazia nos momentos sucessivos da curva descensional, cujo limite se assegura haver atingido.

Ao contrário; os produtos da intelectualidade lusitana cada vez destacam mais por um poder crescente de compreensividade e de realização, quer na arte quer na ciência. De maneira que, se não socialmente, espiritualmente pelo menos, não há, na verdade, fortes razões para taxar de paradoxo o conceito patriótico do snr. Horácio Ferrari, quando atribui a Portugal, na província ibérica,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a ulterior função hegemónica que, politicamente, na Itália coube ao Piemonte, e à Prússia pertenceu na confederação alemã.

A trama estrutural da obra do snr. Bombarda rola sobre a conceção, de intuição genial, que faz a verdade rira e sólida originalidade do desigualíssimo Lombroso, isto é sobre o estranho parentesco da epilepsia e dos módulos epiletoides com os tipos diferenciados do crime da imbecilidade moral, do talento e da virtude, da santidade e do génio.

Eis o que imprime ao livro que noticiámos um vasto sentido filosófico e lhe dá um carácter intenso e uma fisionomia primordial. Nesta alta categoria integrado, o volume distingue-se pela prudência do raciocínio e pelo encanto da limpidrofama literária que o reveste. Assim, o seu interesse excede os limites dos especialistas e invade as camadas do grande público inteligente e ilustrado.

O merecido elogio que se deve a este belo trabalho não importa uma aquiescência plena a todas as afirmativas compendiadas em suas páginas.

Assim, quanto à coartada audaciosa de que a mulher é uma degenerada. O próprio sábio a qualifica de paradoxal na forma; mas não o será igualmente na essência?

A falta de altos exemplos femininos no panteão estético não será, antes, um efeito social de insuficiência, de seleção progressiva e de consequente acumulação hereditária, próprias a criar as condições em que desabrocha o génio? A escravização doméstica secular não será elemento de apreciação, em domínios em que modernamente, conquistada tal qual equiparação civil, principiam de aparecer casos como os das romancistas inglesas, culminantes na literatura indígena ao lado perfeito dos seus colegas masculinos? Não recordou o snr. Bombarda o nome de George Sand? De M.me Ackermano? Na ciência, o de Clemence Royer?

E, sobretudo, não o feriu o contraste, nas famílias predispostas pelo privilégio, da copiosidade de aptidões polípticas e governativas na gente feminina, que orienta Estados e dá o dom específico de momentos decisivos da civilização humana? Não se lembrou de Catarina de Médicis, não se lembrou dessa formidável Isabel de Inglaterra?

Todavia, o argumento retirado da suspensão de desenvolvimento afigura-se-nos credor de reparo. O rigor lógico deveria conduzir o snr. Bombarda a estendê-lo, para todas as espécies vivas, considerando, pois, degenerescentes todas as formas fêmeas, o que será um pouco surpreendente, pelo menos.

Como o ilustre professor sabe incomparavelmente melhor do que nós e nos pode ensinar com definitiva autoridade, a embriologia

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

é ciência melindrosa e pouco desenvolvida. O seu estudo é dificílimo e, desde Wolff até Baer, desde este mestre supremo até os nossos dias, os avances têm sido curtos.

Darwin alargou o campo da ontogenia e o temerário Haeckel efetuou uma das suas mais originais e tentadoras sistematizações, correlacionando a explicação filogenética.

Ora, foi precisamente na evolução de que o snr. Bombarda deriva o seu conceito da suposta degenerescência feminina, pela suspensão de desenvolvimento, que o professor da Universidade de Iena viu desenhados mais fielmente, na antropogénese, os traços principais da filogenia do homem.

Asseverou, consequentemente, que podemos seguir, passo a passo, no embrião humano, pelo que se refere à especialização orgânica observada, o mesmo desenvolvimento que nos mostra a série dos acrânios, dos ciclóstomos, dos peixes, dos anfíbios; depois, nos mamíferos, dos animais coloânicos, dos marsupiais e dos diversos placentalianos.

Deveríamos alargar, portanto, como dissemos, o conceito da degenerescência; mas a que extremos chegaríamos então no imperativo dialético?

Também desejávamos opor alguns embargos à doutrina que da epilepsia do homem-de-génio, no tipo social a compreensão da maneira das determinadas fases históricas da vida, individuada ou de relação, das populações de cujo seio emergiram esses representativos.

Reflexões seriam essas que viriam ao lance do juízo feito acerca de Napoleão e de Maomé, os quais dominam não porque sejam epiléticos mas apesar de o serem. A epilepsia é-lhes talvez a condição necessária para a produção do génio; mas o que os torna fecundos e orientadores é o messianismo revolucionário a um messianismo monoteisador ía outro. E a este nos termos medíocres de especulação intelectual compatíveis com a plasticidade rudimentar das raças inferiores, semitas e negras, sobre que tem de exercer ação.

Mas, no terror do relativamente largo espaço já ocupado, somos obrigados a pôr ponto.

Fazemo-lo, endereçando desautorizados mas calorosos parabéns ao eminente homem de ciência, que tanto honra este país. *

---

* In *Branco e Negro, Semanário Ilustrado*, Lisboa, t. I, n.º 1, 5 de abril de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os Portugueses na Abissínia

I

Têm sido cruéis as derrotas sofridas pelas tropas italianas, vítimas das pretensões duma política colonial, que se não coaduna com a tradição e parece contrariar a capacidade específica dum povo, caracterizado por qualidades diversas das que se exigem para empresas do género da que tão desastrosos resultados tem colhido.

O dramático interesse promovido pelos episódios desta nova aventura governativa, que mais parece um expediente para contrastar oposições interiores do que o processo natural dum plano, independente, alto, largo, sistematicamente concebido. Assim, as atenções do público culto convergiram recentemente para a região em que tais catástrofes se desenrolaram e a Abissínia voltou a ser o motivo da curiosidade europeia.

Neste lance, e em semelhantes termos postas as coisas, entendemos que seria um serviço nacional e uma justa homenagem prestada aos esforços de tantos beneméritos concidadãos extintos, o rememorar a parte que cabe a nós outros portugueses no conhecimento do país que, ao presente, por modo indireto, pode exercer uma singular influência, porventura decisiva, nos destinos da civilização ocidental.

Com respeito à Abissínia, sucede como para todas as gentes, bárbaras ou semicultas, que sucessivamente a intrepidez da vontade e a perspicácia da inteligência têm revelado. Pertence-nos a nós outros, tão fáceis no desdém pelas próprias glórias, a primazia da iniciação moderna dos eruditos, dos políticos, dos comerciantes e dos sacerdotes na ciência das longínquas paragens que ainda aos atuais insuficientemente entregou os seus segredos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Por nós — e para nossa vergonha — está isto esquecido quase geralmente; e, pois que os estranhos, por inópia de informação ou por abundância de perfídia, se finjam ou andem sinceramente desentendidos, de idóneo ensejo e excelente ponto concluímos estar de posse, para proceder a reivindicações, despir gralhas usurpadoramente enfeitadas e lançar esparsas palmas a serviços culminantes e ingratamente olvidados.

Cumpriu essa tarefa, de revelação da Abissínia à Europa, o padre Francisco Álvares, presbítero secular, natural de Coimbra, mandado por el-rei D. Manuel como companheiro de Duarte Galvão, na embaixada que dirigiu ao imperador da Etiópia em retribuição da que deste recebera.

Partiu o padre Álvares de Lisboa a 7 de abril de 1515; porém, tendo falecido Duarte Galvão antes de chegar ao seu destino, e sendo nomeado para o substituir D. Rodrigo de Lima, a este acompanhou o sacerdote, chegando ambos à corte da Abissínia em abril de 1520.

Depois da residência de alguns anos naquele império, voltou a Portugal com o embaixador, desembarcando ambos em Lisboa a 24 de julho de 1527.

Fez depois a jornada de Roma, acompanhando a embaixada de obediência que o autocrata da Etiópia enviara ao sumo pontífice, reconhecendo-o como chefe da igreja universal.

Concluída esta comissão, veio o padre Álvares novamente para Lisboa e ali publicou a narração da sua viagem e do que observara em sua demorada residência na Abissínia.

Esta obra, cronologicamente fundamental, saiu com o seguinte título: *Verdadeira informaçam das terras do Preste Ioam, segundo vio e escreueo ho padre Francisco Alvares, capellã del Rey nosso senhor. Agora nouamëte impresso por mandado do dito senhor em casa de Luis Rodriguez liureiro de sua alteza.*

No fim tem: *A honra de deos e da gloriosa virgem nossa sñra se acabou ho liuro do Preste Ioã das indias em se conta todos hos sítios das terras, e dos tratos e comércios delas, e do que passara na viaje de dom Rodrigo de lima que foy por mandado de Diogo Lopez de Sequeira que entam era governador na india; e assi das cartas e presentes que ho Preste Ioã mandou a el Rey nosso Senhor, cõ outras cousas notaueis que há na terra. Ho qual vio e escreueo o padre Frãcisco aluarez capella del Rey nosso senhor com muita diligencia e verdade. Acabouse anno da encarnação de nosso sñor Iesu christo a hos vinte dous dias de Outubro de mil e quinhentos e quarenta annos.*

É fólio gótico, com a aparência de 136 folhas, numeradas por uma só face, sem contar com as do rosto, prólogo e índice.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Traz, na folha do rosto, por cima do título, uma estampa, aberta em madeira, que durante muito tempo se supôs representar a entrada do embaixador na corte da Abissínia; e no fim tem outra, em folha separada, com a divisa do impressor.

Na verdade, a folha do rosto, isto é, a gravura nela contida, não pode representar a entrada do embaixador na corte da Abissínia, como julgaram os que a viram menos atentamente; mas sim uma saída pública do rei de Portugal, na cidade de Lisboa. É provável que na pessoa do monarca se pretendesse representar D. Manuel, pois assim o persuade levar bordada no teliz do cavalo a esfera, que era a sua divisa; mas bem pode ser também que, em lugar daquele, quisessem figurar um filho de D. João III.

Para levar à evidência ser este e não outro o assunto da gravura, bastará reflectir, além da prova que resulta da bordadura, em que, sendo a gravura colorida, se não divise nela um único preto, e que tudo o que se vê é gente branca. Há, ainda, sobre a porta do principal edifício, que forma o fundo do quadro, representadas as armas de Lisboa, que são, como é sabido, um navio à vela.

Parece que razões tão convincentes não permitem margem de dúvida sobre esta interpretação, dada à referida gravura.

Não se gloria, contudo, o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva de tal descoberta, que lhe foi comunicada, aliás, pelo bibliófilo visconde de Azevedo.

Cumpre notar, igualmente, que o livro tem, de facto, 136 folhas; porém, como há salto na numeração, passando de folhas 14 a 27, e seguindo depois diretamente, até o fim, vê-se que realmente as folhas numeradas não passam de 128.

Esta obra é raríssima; mas, nos nossos dias, sob os escrupulosos cuidados do snr. Venâncio Deslandes, diretor da Imprensa Nacional, fez-se dela uma excelente reedição imitativa.

Do seu efeito e influência no mundo civilizado, diremos no subsequente artigo. *

II

Para conhecer qual foi a aceitação que a obra de Francisco Álvares obteve em toda a Europa, na ocasião do seu aparecimento, basta atentar nas muitas traduções que dela se fizeram, as

---

* In *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal,* Porto, n.º 2, 12 de abril de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

quais, pela maior parte, são hoje quase tão raras como o original. O eminente bibliógrafo, a cuja lição nestes prolegómenos nos vimos encostando, rememora as seguintes:

Em espanhol: saiu com o título *Historia de las cosas de Etyopia, en la qual se cuentamuy copiosamente el estado y potencia del Emperador della...com otras infinitas particularidades, etc., etc.*, por Fr. Thomás de Padilha, Anvers, por Juan Steelsio, 1557, 8.º — A mesma, ou diversa tradução, com o nome de Miguel de Selves, de que aparecem edições com as datas de Çaragoça, 1561, fol., e Toledo, por Pedro Rodrigues, 1588, 8.º (Segundo a observação de Brunet, no seu famoso *Manual da livraria*, equivocando-se aliás o bibliófilo, dando a edição original da obra impressa em Lisboa em 1540, como se fosse de Coimbra, estas duas edições espanholas são ambas da versão de fr. Thomás de Padilha; e Miguel Selves era apenas o livreiro que vendia a obra.) — Inocêncio Francisco da Silva achava ainda na mesma língua memória de outra tradução, ao parecer diferente, da qual teve um exemplar Francisco José Maria de Brito. Intitula-se *Historia delimperio de la Ethiopia, monarchiadel Preste Juan, traducida y anadida por el P. Fr. Luis de Urreta*, Valença, 1609, 4.º. Todas estas, e congéneres, espécies, dar-nos-emos à oportuna tarefa de as esmiuçar.

Em alemão: *Geschichte v. Ethiopen*, Eisleben, 1566, fol. — E outra, impressa em Frankfort, no ano de 1567, 2 tomos em fólio, adicionada com mais outras notícias.

Em francês: *Historialedescription de l´Ethiopie, contenantvrairealationdes terres etpaysdugrandroietempereurPrête Jean etc. — écriteenespagnol par F. Alvarez ettraduiteenfrançois*. Anvers, por ChristoflePlantin, 1558, 8.º — Outra, ou a mesma, reimpressa, com o título seguinte: *HistoiregénéraleduRoyaume de l´Ethiopie*, Paris, chez Cramoisy, 1674, fol. Além destas duas, recorda o mesmo Inocêncio que vê mencionada na *Bibl. Asiatique*, de Ternaux — Compaus, uma terceira, com o título *Historialedescription de l´Ethiopie, traduiteduportuguois, plus une lettre de A. Corsal, écrite de CochinauxIndes, en 1515*, Anvers, 1588, 12.º.

Em italiano: saiu no tomo I da *Raccolta de navigazione e viaggi*, de João Baptista Bamuzio, impressa em Veneza, pela primeira vez, em 1550; donde passou para o francês na compilação, feita, em parte, sobre esta, de Ramuzio, e publicada com título: *De l'Afrique, contenant la Description de ce Pays par Leon l'Africain, et la Navigation des anciens Capitaines Portugais aux Indes orientales et occidentales. Traduction de Jean Temporal.* Desta há, pelo menos, três edições, conhecidas de Inocêncio: a primeira, de Lion, 1556, 2 tomos de folio; a segunda

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de Anvers, no mesmo ano, em 8.º; a terceira de Paris, *imprimée aux frais du Gouvernement pour procurer du traivail aux ouvriers typographes*, Août, 1830, 4 tomos de 8.º gr., na qual se encontra a tradução da viagem do P. Francisco Álvares no tomo IV.

Pelo que toca à coleção de Ramuzio, que é, no lance, o que maior interesse de curiosidade nos provoca, lembraremos que a versão incluída no tomo I da sua obra é, mais particularmente, um arranjo, e, por isso mesmo, de maior nota deve ser atendida.

Com efeito, no preâmbulo da sua versão, declara Ramuzio que a cópia manuscrita que do livro de Álvares lhe remeteu Damião de Góis não confere com a edição publicada. Mercê de semelhante contrariedade, esforçou-se o coletor em, dos dois mutilados e imperfeitos, fazer um texto inteiro.

Entende que era dever seu o falar largamente de semelhante obra, pois que, até à data, esses eram os *termos chedelpaese dell 'Ethiopia, nè da greci, né da Latini, nè da alcun `alira sorte discrittori, si legga, infino al presente, cosa alcuna digna de consideratione.*

Consequentemente, para Ramuzio, a matéria deste livro de Álvares é tão útil, digna e admirável, a benefício da cristandade, isto é da felicidade que se poderia conseguir do comércio com semelhante príncipe (o Prestes João), e por quantas vias ali se poderia penetrar e do proveito que de tudo isto se tiraria, que o erudito declara atrever-se *didireche non sariaforse, minore diquello, cheapportò al Mondo ildiscoprirefallo per ilsignore Don Christoforo Comombo.*

Mas a tarefa aterra-o e deixa o encargo para outros, mais desafrontados. Somente, limita-se a frisar a utilidade da vulgarização do livro de Álvares, pois que prevê que bem pode acontecer que, induzido pela lição de tais textos, *algum grande príncipe de Itália* se proponha um dia mandar inquirir das fontes do Nilo e das suas cataratas, etc.

Se não para apurar o já descoberto, após as ilusões, em repetição, do escocês Bruce, pelos audaciosos e felizes ingleses Baker e seu companheiro, o famoso príncipe italiano, prognosticado nas páginas de Ramuzio, surgiu nos nossos incongruentes dias, possuídos do *dada* do domínio colonial. A presunção do sábio do grande século XVI haveria de, malogradamente, ao recente parecer, corroborar-se no enorme século XIX. Isto é tópico, pelo menos, curioso.

Pela nossa parte humílima, prosseguiremos na bibliografia crítica portuguesa concernente à Abissínia. Depois do que, decididamente entraremos no âmago da questão, suas origens, de causal científica, e suas consequências, de motivo fanático.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Esse será o fecho, legítimo e lógico, deste rápido esboço.*

III

É lamentável a incúria tradicional da nossa gente portuguesa por todos os documentos que atestam a iniciativa honrosa que nos distinguiu em épocas em que a fé nos destinos da nacionalidade nuns ou o proselitismo religioso na maioria nos abalançava a cometimentos que causam o assombro dos nossos dias, enfezados e raquíticos.

Sucede assim que relações de viagem importantíssimas para orientar ulteriores investigações caíram no abandono, passando, de mão para mão, com inconsciente e desleixada indiferença, até que só a atividade de estranhos restituiu a benefício da cultura geral diplomas que, de todo, se perderiam, se dependessem tão-somente do escrupuloso timbre do amor que devemos aos nossos maiores.

Assim, na bibliografia portuguesa acerca da Abissínia, destaca o *Itinerario das viagens*, do padre Jeronymo Lobo, jesuíta, cujo instituto professou aos 14 anos de idade, no de 1609.

Este sacerdote fez três viagens às Índias orientais, e nelas padeceu por vezes tormentas e naufrágios, não sendo menores os perigos e trabalhos que experimentou em suas extensas peregrinações, empreendidas no longo período de bons quarenta anos, em que andou, por mar e terra, mais de trinta e oito mil léguas, como diz Barbosa e repete o seu émulo, tudo para servir a Deus, e dilatar pelo mundo a fé católica!

A obra do padre Jeronymo Lobo nunca se imprimiu em português, e o seu autógrafo foi oferecido, em 1829, à Academia Real das Ciências, pelo sócio Manuel José Maria da Costa e Sá, acompanhado de várias *Reflexões* suas, como se vê nas *Memórias*, da mesma Academia, tomo x, parte 2.ª, p. xiv.

Inocêncio Francisco da Silva declara não ter tido, até à data da publicação do volume do seu dicionário que compreende a resenha da atividade mental do famoso jesuíta, oportunidade para verificar se esse importante manuscrito existia ainda na respetiva livraria, ou se dali desapareceu, como tantos outros de que infelizmente se lamenta hoje o extravio e perda total.

---

* In *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 3, 19 de abril de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Parte, porém, dessas viagens do padre Lobo foram traduzidas e publicadas em diversas línguas; a saber: em inglês, com o título *A short relation of the river Nilo*, etc. London, 1673, 8 .º — Em francês: *Relation historique d´Abissinie*, etc. Paris, 1728, 4.º — Em italiano: *Relazione varie cavatedi una traduzione inglesa*, etc. Florença, 1693, 4.ª

Na livraria de Jesus viu Inocêncio Francisco da Silva um exemplar de uma tradução inglesa, que, pela ideia que dela conservava, mais tarde, quando do aparecimento do seu tomo terceiro, se lhe afigurava diversa da que hoje designamos.

Também o mesmo meticuloso bibliógrafo teve de retificar o engano em que incorreu Ternaux-Compaus, quando, na sua *Biblioteque Asiatique*, n.º 1885, atribuiu a este padre Jeronymo Lobo a *Historia da Ethiopia*, escrita pelo padre Manuel de Almeida, e publicada (não em 1659, como ele diz, mas em 1660) pelo padre Balthazar Telles.

Quanto à versão francesa, ela tornou-se célebre pelas sábias dissertações que o tradutor, abade Legrang, aditou ao texto da versão. Essas dissertações compreendem os temas dum mais curioso interesse para o debate das origens do conhecimento que na Europa se foi formando acerca da Etiópia, sua história, seus costumes e religião.

Thevenot julgava haver dado das digressões do padre Lobo uma parte; mas o que se encontra na sua grande coleção de viagens é somente o fruto de algumas conversas que o célebre Southwell, enviado de Inglaterra em Portugal, e o snr. Toinard tiveram com o sacerdote nos anos de 1666 e 1667. Nem uns nem outros viram o manuscrito, segundo assevera, em seu prolegómeno, o abade Legrand, que reivindica a primazia da versão.

No capítulo dos tradutores de obras portuguesas, Manuel Bernardes Branco, na sua compilação *Portugal e os estrangeiros*, inscreve, sob os n.os 372 e 373, as seguintes diversas versões, a saber: — Em francês, com o título de *Relation de l´empiredes Abyssins et des souces du Nil avec des remarques. Composée en Portugais*, Paris, 1674; em inglês, com o de *Voyage to Abyssinia*. London, 1809.

O manuscrito de que se serviu o abade Legrand foi-lhe confiado pelos ilustrados condes da Ericeira, quando da residência do esmerilhador francês em Lisboa; e, nas várias dissertações a que já aludimos e que completam o seu valioso volume, recolheu Legrand notícias diversas acerca do jesuíta lusitano, compendiando aqueles informes que, procedentes de outros estudiosos, acabam a fisionomia moral e crítica do dedicado apóstolo da fé romana em paragens tão remotas e inóspitas.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assim, recorda que Thevenot nos dá a entender que o padre Jeronymo Lobo julgava que esse célebre e sugestivo nome de Preste João fora dado ao imperador da Etiópia pelos franceses que haviam estado em Jerusalém.

Mas não adiantemos no esquema dos nossos programatizados propósitos. Completemos esta sucinta rememoração bibliográfica, para só então apurarmos como é que os nossos antigos se encaminharam para a Abissínia, o que foi que ali os levou e que contas deram de si durante a sua demora nessas regiões, onde ainda ao presente se conserva, viva, a tradição da sua passagem. *

IV

Remataremos hoje esta sucinta notícia bibliográfica, como prévia introdução que entendemos necessária ao rápido estudo que nos propusemos. A indicação de algumas fontes nacionais afigura-se-nos subsídio útil a todo aquele que tentar desenvolver um tema de que por agora unicamente bosquejamos os lineamentos gerais.

Assim, limitar-nos-emos, na relativamente vasta resenha das nossas obras clássicas acerca das coisas da Abissínia, a consignar o tratado de Damião de Góis, *Fides religio moresque dethiopum*, endereçado ao pontífice Paulo III e que facilmente se encontra na reedição dos opúsculos, contidos na *Hispania illustrata*, que em Coimbra, nos prelos universitários, se realizou em 1791.

Frisaremos, também, de passagem o livro de fr. João dos Santos, dominicano, cujo instituto professou a 5 de Novembro de 1584 e que foi durante muitos anos missionário na Índia. O volume intitula-se *Ethiopia oriental, e varia historia de cousas notáveis do Oriente.* É dirigido ao ex.^{mo} snr. D. Duarte, marquês de Frechilla e Malzon. A obra foi vertida abreviadamente em francês por Gaetan Charpy, clérigo teatino, com o título de *Histoire de l'Ethiopie Orientale, traduite du portugais de Jean dos Santos.* Publicou-se em 12.º, em Paris, em 1684; a aí se reproduziu, no mesmo formato, em data de 1688.

O trabalho, porém, que compendia todos os informes anteriores e que sistematiza o corpo dos conhecimentos adquiridos por nossos maiores no tocante a religião, história e costumes da gente abexim é, incontestavelmente, a obra estampada pelo padre Balthazar Telles.

---

* In *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 4, 26 de abril de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Chama-se *Historia geral da Ethiopia a Alta, ou Preste João, e do que n'ella obraram os Padres da Companhia de Jesus, composta na mesma Ethiopia pelo P. Manuel de Almeida, natural de Vizeu*, etc.

Foi impressa em Coimbra, por Manuel Dias, em 1650, e constitui um fólio, com frontispício gravado e uma carta topográfica.

Este livro, para achar-se completo e perfeito nos seus exemplares, deve conter XXXVIII (inumeradas) — 736 pág., frontispício de gravura, além do rosto impresso, e a carta geográfica do império abexim.

No aparato ou páginas preliminares compreendem-se a dedicatória a S. Francisco Xavier, prólogo ao leitor, dedicatória ao geral da Ordem, *Antidorum* de D. Francisco Manuel, carta do patriarca D. Afonso Mendes, licenças para a impressão e errata.

Conforme o testemunho de Barbosa, esta obra saiu traduzida em francês por Melchisedech Thevenot, e foi impressa em Paris, por André Cramoisy, em 1674.

Apesar de vulgarizado o seu conhecimento lá fora, servindo o seu texto de precioso recurso ao afamado Ludolf, a figura fundamental nos estudos a propósito da Abissínia, sua religião e sua língua, o bibliógrafo Ternaux-Compan, padeceu, todavia, consoante o relembra o nosso Inocêncio, notável equivocação, atribuindo, na sua *Bibl. Asiatique*, n.º 1885, esta história ao P. Jeronymo Lobo, que nela figura apenas como *Censor pela Ordem*; errando, além disso, a data da edição, que coloca no ano de 1659. Estes erros são tanto mais estranháveis quanto, logo, na página imediata, sob o n.º 1897, ele próprio apresenta a obra com o seu título verdadeiro e integral, indicando a data exata da sua impressão.

Apontados nas linhas que até aqui traçamos alguns dos trabalhos literários mais valiosos que em nossa linguagem se encontram acerca das terras e gentes do Preste João, entendemos ser tempo de entrar no âmago do assunto.

Cumpre-nos, pois, inquirir agora porque é que os portugueses foram levados na demanda da Abissínia, como se houveram para lá chegar e, uma vez ali, que contas deram da sua aventura.

A primeira curiosidade que naturalmente desperta é esta; — o que vinha a ser isso do Preste João? Que personagem, real ou lendário, se encobre sob esse nome romanesco? Que gentes governava? Que religião constituía a sua fé? *

---

* In *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 12, 21 de junho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

V

Sobre a lenda do Prestes João das Índias, as indicações da bibliografia crítica são extensas; compreendendo Pauthier, no seu volume recente tendo por tema as *Lendas christãs*, o snr. Teófilo Braga aponta, numa nota do seu substancioso trabalho, as mais importantes.

Todavia, a tarefa de busca está hoje simplificada, mercê do opúsculo compendiativo do bibliógrafo e crítico Gustavo Brunet, em cujas laudas soberanamente se exibe a prodigiosa erudição do investigador francês.

Além das obras gerais de historiografia, das grandes crónicas universais, que perdem na acuidade da minúcia o que debalde procuram adquirir na vastidão do plano, como essas poligrafias, tumultuosas ou de atrasado critério, quais as de um Weber ou de um Cantu, — cumpre destacar, pelo cuidado elegante duma exposição metódica, o estudo do padre Huc, antigo missionário apostólico na China, sobre a difusão do cristianismo naquele império, nas Tartária e no Tibete. Note-se ainda, apesar das suas incorreções de detalhe, a crónica dos descobrimentos geográficos, antigos e modernos, pelo dr. Sophus Ruge, é certo que fazendo parte, igualmente, da coleção confusa de excelentes monografias, subordinadas ao plano e critério do diretor Oncken.

Não é pela escassez dos materiais que o assunto se dificulta, antes mercê da própria abundância deles.

Procuraremos organizar um resumo claro.

Pelos começos do século XI da nossa era, nenhuma notícia corria com mais vivo interesse e palpitante curiosidade na Europa, na Ásia e na África do que a da conversão recente ao cristianismo dum príncipe famoso que se designava pelo nome de *Prestes João.*

A nomeada deste monarca extraordinário foi sempre crescendo nos séculos XII e XIII; porque essa personificação, simultaneamente real e fantástica, não perecia: o tipo conservava-se sempre, enfeitando-se com novos e preciosos lavores.

Todos estavam de acordo em que semelhante príncipe, revestido do carácter sacerdotal, excedia em poderio e em riquezas todos os potentados da terra; neste ponto.

Mas onde as divergências principiavam era em saber a residência desse Cresus sacerdote, desse pontífice máximo, do par e passo que rei.

Ninguém o havia visto; ninguém penetrara até à região onde ele habitava.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Convinha-se em que o seu incomparável reino estava situado na Ásia, e designava-se-lhe para pouso ora as Índias, ora a Tartária e algumas vezes, raras, o Tibete.

O mesmo vago contido nesta demarcação latitudinária de *Índias* dispunha à confusão.

Tanto a pátria como o título e a religião desse misterioso potentado, aos eruditos e, sobretudo, aos inventores de contos para entreter a época, forneciam matéria vasta para dissertações e amplificações sem fim, em cuja trama se precipitavam, acumulando-se, as fábulas e as contradições.

Em verdade, tanto e tanto se escreveu, na Idade Média, a propósito de despropósito do Prestes João que é hoje bem difícil desembrulhar o que porventura haja de certo nessas mil notícias, que não têm entre si concordância alguma.

A primeira notícia que nos aparece do famigerado Prestes João é nas laudas do cronista Otão de Freising.

Pensou, no lance, o professor Brunn que os acontecimentos relatados por este analista se referem a João Orbelian (Ivané Orpel), grande dignitário e general invicto do rei David da Geórgia, que, em 1123 ou 1124, tomou aos turcos a cidade de Assi na Arménia.

Opina Sophus Ruge, porém, que esta explicação não satisfaz, porque, ainda que a família deste personagem gozava de franquias e privilégios extraordinários, que quase equivalem ao poder real (e, especialmente, João Orbelian era o orgulho dos georgianos), não foram, contudo, suas façanhas tão famosas nem era a sua posição bastante independente para fazer dele o rei-sacerdote da legenda.

Além do cronista citado, todos os viajantes e os escritores desse período se ocuparam do Prestes João. Assim, Albéric des Trois Fontaines Guilherme de Tripoli, Vicente de Beauvais, Jacques de Vitry, Marco Polo, Plan-Carpin, Rubruk, Jordan de Séverac, Mandeville contaram, do monarca oculto e do seu império encoberto, as coisas mais singulares e mais extravagantes.

Ultimamente, editada por uma das livrarias parisienses que se consagram às publicações de carácter e tendências orientalistas, apareceu uma coleção de manuscritos encontrados na Biblioteca Nacional, da capital da França, e dados à estampa por Luiz de Backer. Ali se encontram diversas outras relações, mais, das prestigiosas maravilhosas fantasiadas pela imaginativa medieval, opulenta em supor quimeras ao apetecido governo do imperador-pontífice.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na narrativa, ainda do género das *mirabilia*, atribuída a Gomes de Santo-Estevam, um dos companheiros do príncipe português D. Pedro, que correu as sete partidas do mundo, topa-se também com feéricas descrições da casa e costumes do Prestes João.

Mas nada é comparável ao que esse estranho personagem diz de si próprio, em uma carta duvidosa com que o enriquece a alheia penúria de probidade. Dirige-se essa carta ao imperador de Constantinopla, e a candura do padre Huc (que acredita ainda na autenticidade da inscrição chinesa de Singan-iu) exara que é provável que a carta em questão fosse endereçada ao imperador Aleixo Comnèno, que morreu em 1118.

Moshein, que a reproduziu da conformidade de Assémani, considera-a como apócrifa; todavia, há críticos, se tal nome merecem, mas, entre outros, Marsden, que se mostram dispostos a admitir-lhe a autenticidade.

Prosseguiremos. *

VI

Apesar da falta de autenticidade desse documento, é ele tão curioso e tão eminentemente próprio para fazer conhecer o espírito do tempo que o padre Huc não hesita em o traduzir quase por completo.

De resto, é um conjunto de faustuosas extravagâncias a epístola que se atribui ao Prestes João como havendo-a dirigido ao imperador Comneno.

Muitas missivas do mesmo género foram enviadas, em diversas épocas, aos imperadores do Oriente e do Ocidente, ao papa, ao rei de França, e até, dizem, ao rei de Portugal. Àquele *até* e este *dizem* pertencem à ingenuidade do padre Huc, que se funda no *Chronicon* de Albéric.

Tais curiosíssimos documentos continham, como o que o padre Huc reproduziu, um pomposo estendal do poder fabuloso desse rei-pontífice; mas o com que nelas se não topava era precisamente aquilo que conviria que ali se encontrasse, isto é, indicações suficientes para bem precisar o sítio em que residia esse personagem extraordinário.

---

* In *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 26, 27 de setembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Todavia, estava toda a gente convencida da sua existência; as longas, desejosas palestras versavam sobre as maravilhosas maravalhas do seu império, que a imaginação dos povos timbrava em a si-mesma representar como um El-Dorado dessa época.

Esta recordação conservou-se até os nossos dias nas locuções proverbiais de certos países. Assim, os alemães dizem ainda hoje: Ele vive feliz como se estivesse no reino do Prestes João. *Er meinetersey in des Priester Johannes Lande, er lebet so vergnügl als wär er in des Priester Johannes Lande,* dado na transcrição o emprego do tempo do historiador da difusão do cristianismo pelas regiões asiáticas.

Compreende-se a ambiciosa sedução, desde que façamos nótula das quimeras impressivas que arquivou, para os nossos fregueses da literatura de cordel, o autor desconhecido que se substituiu a Gomes de Santo Estêvão, um dos doze que foram na companhia do infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo e de quem se escreve a verdadeira história.

Aí se consigna de como os treze viajantes, após terem ido à terra das Amazonas da cidade de Souterra, foram a uma província de judeus que são sujeitos ao Prestes João. Seguidamente, em nova alínea, refere-se o processo como elegem o Prestes João das Índias. E depois inclui-se a carta que mandou o Prestes João das Índias em que conta coisas daquela terra. Finalmente, relata-se como o infante se despediu do Prestes João e se tornou para Espanha.

Não havia modo, pelos pesadelos dos exageros mais febricitantes, de dissipar ou diminuir a credulidade, renitente em tal objeto.

Até tarde, quando os conhecimentos positivos começam a sistematizar-se e os progressos científicos se avolumam já consideravelmente, nem por isso a quimera deixa de subsistir. Aproveita-se mesmo dos recursos conquistados para se fixar mais incisivamente.

Considerem-se os trabalhos do cartógrafo desenhador do mapa-múndi da Biblioteca real de Turim e do autor do mapa-múndi do museu Bórgia. Aí legendas várias colocam na Índia o mito nestoriano do famoso prestes João, enquanto que outros cartógrafos do século XV transportam o império desse personagem para a Abissínia e o representam sentado sobre o seu trono, com a mitra própria na cabeça.

No mapa-múndi de Fillastro vê-se que este cosmógrafo se aproveitou para a Abissínia das nações que possuía acerca do famigerado sacerdote-monarca, visto como adaptou a essa parte da África a legenda: *India Presbiteri Joannis.*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assistindo no estudo dos mapas-múndi do século XIV, a prodigiosa erudição do indefeso visconde de Santarém abre o terceiro tomo do seu, ainda que incompleto, monumental, *Essai sur l'histoi de la géographiei et de la cosmographie pendant le moyen age* pela análise do mapa-múndi contido num manuscrito do Polychronicon de Ranulpho Hygden, no Museu britânico.

Nesse mapa, que é de forma oblonga, na extremidade oriental da Europa, e junto do mar boreal, está posta a legenda que, vertida do latim, diz que «a Scythia inferior, numa parte, é uma colónia das nações bárbaras; do lado do aguilão habitam os Tártaros, cujos foi rei o Prestes João».

Ao conceito do visconde de Santarém, semelhante legenda exibe alguma confusão geográfica. Pensa ele que o cartógrafo entendia por Scythia inferior a *Indo-Scythia*, a região da Índia que assim cognominou Arriano.

Os autores da Idade Média, na sua divisão das três Índias, colocavam o império do Prestes João na Índia Maior (*India Magna. India inferior Johannis presbyterii*). Outros remetiam o império desse personagem para a *Terceira Índia*, isto é para lá do Ganges. Jourdain de Severac e Sanuto, por exemplo, eram dos que assim procediam.

O cartógrafo de que nos ocupamos, assinalando os Tártaros como havendo pertencido ao império do Prestes João, faria pensar que essa parte da divisa fora bebida em relações respeitantes aos nestorianos, entre os quais o famoso Prestes João é uma espécie de mito que erroneamente o visconde de Santarém supõe que os escritores da Idade Média confundiram com o *Gran Lama* do Tibete.

Nada vale, de resto, a ponderação corroborante, aditada pelo nosso doutíssimo geógrafo, quando nota que o nome de Tartária, conforme o observa d'Anville, não apareceu senão pelos fins do século XII. É certo que Simão de Saint-Quantin, nas informações orais que havia recolhido, anuncia que o Prestes João era outrora rei da Índia e *suserano dos Tártaros*, os quais se tinham revoltado contra David, seu filho. Estas noções topam-se de acordo com a legenda discutida.

E, porém, estranho que, a propósito do Prestes João, se reporte o visconde de Santarém da abundante monografia do analisável d'Avezac, quando se embaraça ainda nessa conjetura do Gran-Lama, que tanto irrita o erudito sarcasmo de Pauthier.

Desde o século XV que nova, poderosa, influência se começara a manifestar nas cartas, qual a das relações de Marco Polo,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

principiando também por essa época a mescla dos nomes da geografia greco-latina e dos nomes modernos, como Angers, Orléans, Avignon. No mapa-múndi do Chronicon de 1320, encontramos *Romandiola* (a Romanha), Albano, Gazaria, Lara, Geórgia, Mar de Tana, reino do Katay, residência do Grão-khan, *a Índia superior, residência do Prestes João*, etc.

Revertendo ao ponto ou insistindo nele e desenrolando-o, o visconde de Santarém estuda no último dos seus volumes as legendas sobre este personagem no falado mapa-múndi de Ranulpho, do século XIV; no de Sanuto, onde seu império se coloca ao sul de *Séres*; no mapa-múndi Bórgia; no do *Rudimentuum nontiorum*; no de Bianco; no de Leardo; enfim, no de 1417.

Estabelecida esta concordância entre os cartógrafos, vê-se que ela frisa, em seus estenciais passos, como não podia, naturalmente, deixar de ser, com a unanimidade dos escritores. *

VII

Por motivo da grande nomeada do Prestes João foi que o papa Alexandre III lhe escreveu em 1177.

Designa-o pelo título «rei das Índias, o mais santo dos padres» — *Indorum regi, sacerdotum sanctissimo.*

Depois de haver estabelecido, no começo da sua carta, a supremacia do sucessor de S. Pedro, e a sua autoridade para regular os negócios da Igreja e os pontos de doutrina, fala de mestre Filipe, médico e serviçal do santo-padre; o qual Filipe havia recebido no Oriente, de pessoas poderosas e distintas, comunicações relativas ao desejo que tinha o Prestes João de se instruir nas doutrinas da Igreja romana.

Alexandre III esforça-se por demonstrar quanto é importante para aqueles que se dizem cristãos o possuírem uma fé conforme à crença católica. «Não se pode ter esperança, diz ele, em encontrar a salvação na profissão do cristianismo, a menos de se conformarem os atos e palavras com a fé católica». Exorta-o, em seguida, a renunciar aos seus erros e a dar toda a sua confiança a mestre Filipe, seu médico e seu servo, que lhe exporá, da sua parte, os verdadeiros princípios da fé cristã.

---

* In *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 27, 4 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O breve do papa Alexandre III dá a entender que o Prestes João e os cristãos do seu vasto império não professavam crenças muito nitidamente ortodoxas. As crónicas do tempo são, com efeito, unânimes em representá-los como infetados da heresia nestoriana.

Já, em 1145, o bispo de Gabala, legado da Igreja da Arménia, endereçava ao papa Eugénio III o relato seguinte: «Alguns anos atrás, dizia o prelado, um príncipe chamado João, que habitava para lá da Pérsia e da Arménia, na extremidade do Oriente, professando, assim como o seu povo, o nestorianismo, e reunindo em suas mãos o império e o sacerdócio, viera conduzir a guerra à Média e à Pérsia, apoderara-se de Ecbatana e fizera hastilhas os exércitos inimigos...»

Jacques de Vitry exprime-se assim: «Os nestorianos infetaram mortalmente da sua doutrina perversa a maior parte do Oriente, aqueles, sobretudo, que assistem no império do muito poderoso príncipe, vulgarmente chamado Prestes João».

Finalmente, Matheus Paris reporta-nos a uma carta recebida em 1237 de frei Filipe, prior dos dominicanos na Palestina, a qual mostra o nestorianismo dominando na Índia maior, no *reino do Prestes João,* e em outros Estados mais remotos ao Oriente.

De todos estes documentos o que resulta? Evidentemente que o Prestes João era um personagem real que em demasia preocupava a cristandade. Era um poderoso príncipe da alta Ásia, professando, com o seu povo, o nestorianismo que, de longa data, exercia nestas regiões uma ativa propaganda.

Todos estes factos estão postos fora de dúvida pelo testemunho da história e pelas narrativas as mais autênticas dos viajantes.

A crítica moderna chegou a idênticos corolários. Todavia, resistências surgem que tendem ou a relegar a personalidade do rei-sacerdote para a pura categoria simbólica dos mitos ou lhe dispersam a existência pela trama de coletividades inteiras.

Assim, o erudito Ludolph, autoridade fundamental em coisas etiópicas, estudando a etimologia desse nome esotérico e místico do *Prestes João,* encontra-a nas vozes persas *Prester-chan,* que significam «optimorum principem» segundo Golio. Feito assim um apelativo (porque teremos de ver que há empeno neste lance, bem como descortinaremos a maneira de conciliar a alegoria mítica com a realidade histórica), o nome do Prestes João pode até ser interpretado como independente consequência de um proselitismo triunfante.

É a doutrina exposta no artigo *Nestorianismo,* do *Dictionnaire des héresies,* que se intercala numa das séries da copiosa teologia da

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Enciclopédia Migne. Esse dicionário foi primitivamente elaborado por Pluquet e completou-o Claris.

Fundando-se em Assémani, o artigo especial principia por estabelecer que, no meado do século sétimo da nossa era, o nestorianismo se havia espalhado na Arábia, no Egito, na Média, na Bactriana, na Hircania, na Índia, etc.

Os nestorianos estabeleceram igrejas em todas estas regiões, e enviaram bispos, missionários, para toda a Tartária e para o Cathay, penetraram até à China e estenderam-se em toda a costa do Malabar.

Ora, por um concílio realizado sob Babeo, leigo casado, entrando no episcopado, na sé de Selêucia, os bispos nestorianos podiam matrimoniar-se. Daqui presume o autor, ou autores, do trecho aludido, que talvez um príncipe nestoriano quisesse unir o sacerdócio e o império; sendo, por ventura, essa a origem do império do Prestes João.

Vê-se como estamos longe da certeza determinativa dum Pauthier, por exemplo, e como as considerações preliminares sobre a faculdade de se casarem, peculiar ao episcopado nestoriano prejudicam a clareza do debate, introduzindo-lhe a superfetação dum elemento crítico alheio e escusado.

Ora, o facto restrito consiste em que, pela época em que o Ocidente começou a ouvir falar pela primeira vez deste rei-pontífice, é certo que, como se assinalou poucas linhas supra, a alta Ásia era o teatro de numerosas conversões ao cristianismo.

Havia para o noroeste da grande muralha chinesa, para ao de lá do deserto de Gobi, uma tribo considerável de tártaros, chamados keraitas.

No primeiro ano do século XI, o seu príncipe recebia as águas lustrais do batismo, com nada menos de duzentos mil dos seus súbditos.

Temos registadas, segundo Marès, autor siríaco, as circunstâncias em que se deu este importante acontecimento. É na vida de Bar-Tobi, patriarca nestoriano, que morreu em 999.

Os factos, porém, referidos por Marès estão igualmente consignados em diversos outros escritos da mesma época. Assim, o padre Huc, a este respeito, apela para a concordância do testemunho por Abulfaradji deixada (*Chron. Sy*) na crónica das dinastias orientais.

De resto, consoante na sua história dos monges o marcou de`Ohsson, os escritores orientais são unânimes neste ponto, de que a nação dos keraitas foi convertida ao cristianismo, como referimos, desde o primeiro ano do século onze.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os nestorianos, conforme, fastidiosamente quiçá observámos já por mais de uma vez, haviam nos séculos precedentes propagado a fé cristã entre as tribos da Tartária. Mas a retumbante conversão dum poderoso soberano, que recebeu solenemente o batismo, com duzentos mil dos seus vassalos, eis aí, de seguro, um sucesso que, sem dúvida alguma, devia haver produzido eco maravilhoso no mundo cristão.

Os nestorianos não olvidaram de fazer publicar em toda a Ásia estas grandes conversões, exagerando-lhe muito a importância, no intuito de favorecer o êxito do seu proselitismo.

Os viajantes acolheram tais relatos, acrescentaram-lhes mil maravilhas e belfurinharam-nas por toda a parte nas suas longas peregrinações.

Até tarde vibrou a onda deste movimento. É assim que G. Pauthier, no seu *Commentario sobre o Livro* de Marco Polo (cap. 74), arquivou muitos testemunhos de historiadores chineses que confirmam a exatidão dos informes, dados pelo célebre viajante veneziano acerca da existência da tribo keraita professando o nestorianismo, e da qual um grande número dos membros eram empregados em altas funções na corte e no governo dos soberanos mongóis, senhores da China.

Eis aí, segundo todas as verosimilhanças, a origem da história do Prestes João e desse império cristão com que os povos do Oriente e do Ocidente se inquietaram tanto durante mais de três séculos.

Vejamos, pois, como os factos se nos diz que passaram. *

VIII

O soberano dessas numerosas hordas *keraitas* andava, um belo dia, à caça.

À força de por longo espaço de tempo perseguir as ovelhas amarelas e os *yaques* selváticos por entre as montanhas escarpadas e cobertas de neve, perdeu-se. Baldados lhe foram os esforços para reencontrar seu caminho.

Ao cabo de haver penosamente errado em meio dessas solidões, onde não encontrava vestígio algum humano, parou desalentado e com o coração cheio dum vago terror.

---

* In *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Annis Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 28, 11 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas eis que, subitamente, um personagem misterioso lhe aparece e lhe faz ouvir estas palavras: «Se tu queres crer em Jesus-Cristo, eu tirar-te-ei deste perigo, mostrando-te o caminho».

O rei dos *keraitas*, vivamente ferido desta transcendente aparição, prometeu abraçar o cristianismo, que contava já com numerosos partidários em seus Estados: feita a promessa, o personagem misterioso serviu-lhe de guia e, depois de o haver reconduzido à boa estrada, a visão desmaiou, dissolveu-se de repente.

De volta a seu acampamento, o príncipe dos *keraitas* deu-se pressa em narrar aos seus cortesãos o que acontecido lhe havia durante a caça, exprimindo-lhes a sua determinação de consumar o voto que aí formara.

Havia por então nas redondezas muitos mercadores cristãos vindos do Ocidente; mandaram-nos chamar e pediram-lhes esclarecimentos acerca da religião de Jesus-Cristo. O soberano tártaro estudou a doutrina cristã e recebeu o batismo, com duzentos mil dos seus súbditos. Marès adita em sua crónica: «Fez construir um altar, onde colocou uma cruz e um evangelho, e dedicou-o a S. Sérgio. Aprendeu o *Pater Noster*, o Trisagion, e uma oração que começa assim: A vós, Senhor, dono de todas as coisas». É a reza Tibi, *Domine universorum*, que fora composta por S. Simeão, arcebispo de Selêucia e mártir. Não descura Assemani de nos certificar de que ela é lida ainda hoje no ofício caldaico.

Na concordante passagem aludida, Abulfaragio, falando do patriarca nestoriano João, que ocupou de 1001 a 1012 a cátedra pontifical estabelecida em Bagdad, diz que ele «recebeu de Ebed Jesu, metropolitano de Maru, cidade do Khorassan, uma missiva concebida nestes termos: O rei do povo chamado *keraitas*, que habita o interior da Turquia, para o nordeste, andando à caça um dia em certas montanhas do seu país, cobertas então de neve, perdeu-se».

Após haver referido a conversão miraculosa do príncipe tártaro, o metropolitano de Maru prossegue assim: «O rei dos *keraitas* acaba de me fazer convidar a ir ter com sua pessoa, ou a enviar-lhe um padre que lhe possa dar o batismo. Interrogou-me sobre o jejum, dizendo: — Nós não temos outro alimento mais do que carne e leite; de que forma jejuaremos então? Acrescentou que duzentos mil indivíduos estavam prontos a seguir o seu exemplo... O mandamento do patriarca João em resposta ao metropolitano de Maru foi que enviasse ao dito rei dois padres e dois diáconos, munidos de vasos sagrados para batizar todos aqueles que se quisessem converter, e ensinar-lhes o rito dos cristãos; que deviam

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

prescrever-lhes a abstinência da carne na quaresma, mas permitir-lhes o uso do leite, visto como eles diziam não ter, no seu país, alimentos para o jejum».

A conclusão racional de todas estas, aliás homólogas, tradições está em que se não pode à justa demarcar as causas que trouxeram ao conhecimento do Evangelho essas numerosas populações da alta ásia. Mas o que é certo também é que a nação dos *keraitas* conservou por muito tempo, com efeito, o depósito da fé cristã. O seu poderio aumentou duma maneira prodigiosa, e o papel importante que representou nas revoluções profundas que agitaram a Ásia parece ao padre Huc justificar dalguma maneira a brilhante nomeada do reino do Prestes João.

Em 1046, quarenta e cinco anos depois da conversão do rei dos *keraitas*, um dos seus sucessores subjugou muitas tribos vizinhas dos seus Estados e conduziu até Khakhgar os seus exércitos vitoriosos. O nome tártaro principiou desde então a revelar-se às nações asiáticas e a imprimir-lhes um secreto terror. O bispo metropolitano de Samarkand, encontrando-se pouco afastado do teatro da guerra, expedira uma mensagem ao católico nestoriano, a fim de o informar da marcha invasora dos tártaros *keraitas*. A sua carta foi lida mesmo no paço do califa de Bagdad, na presença dos chefes árabes.

Esses progressos dos tártaros *keraitas*, para as regiões ocidentais da Ásia, não passaram do prelúdio das suas vastas conquistas e do seu futuro engrandecimento.

O elemento cristão que penetrava, cada vez mais, essa áspera e enérgica raça, parecia comunicar-lhe uma força de expansão à qual nada podia resistir, nem mesmo o ardor entusiástico do Islão.

Este o conceito do padre Huc, esquecido, no momento, de Gengis Kan e de Tamerlão; mas, não reparando, consignemos, tão só, que, em meio do século XII, um desses reis *keraitas*, que se continuava sempre a designar pela etiqueta de prestes João, depois de haver perseguido com encarniçada guerra os soberanos da Pérsia e da Média, e levado de assalto Ecbatana, capital dos dois impérios, continuou, como uma torrente, a sua marcha invasora, e veio enfim cravar suas tendas até nas ribas do Tigre.

Preparava-se para fazer atravessar o rio aos seus batalhões vitoriosos e infatigáveis, a fim de levar socorro aos cristãos da Síria e da Palestina, quando, detido de repente por não se sabe que obstáculo, que misterioso impedimento, foi constrangido a reconduzir o seu potente exército para os *steppes* áridos e areentos da

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

tartária. Quem pouco reflete atribui, em geral, a este príncipe *keraita* as pomposas cartas que foram endereçadas ao papa Alexandre III, ao rei da França e aos imperadores do Oriente e do Ocidente.

Ung-Khan foi o último soberano que governou a nação dos *keraitas*. Depois de haver engrandecido ainda e fortificado o poder que lhe legaram seus predecessores, exerceu uma preponderância incontestada sobre as numerosas tribos da Tartária.

Foi então que se encontrou em presença dum chefe temeroso, chamado Femutchin.

Ung-Khan e Femutchin, compreendendo que a sua rivalidade não podia deixar de ser fatal a um e a outro, fizeram pacto de aliança, esvaziando, emborcada, uma taça em que os dois chefes haviam misturado o seu sangue com leite de égua fermentado. Por assaz tempo pelejaram de concerto e submeteram à sua dominação as hordas nómadas da tartária.

Contudo, a sua aliança não foi eterna, como reciprocamente se haviam prometido um ao outro, e cessaram de partilhar juntos o *doce e o amargo*, segundo o pitoresco da bela expressão tártara.

Rompeu entre eles luta comprida e assanhada; finalmente, prepararam-se para uma grande batalha.

Os dois exércitos estavam em presença e a ponto de vir às mãos, quando Femutchin convocou os adivinhos que o acompanhavam em suas guerras, e lhes perguntou qual seria o resultado desta luta decisiva.

Os feiticeiros tomaram então de um bambu, fenderam-no em dois, escreveram o nome de Femutchin numa metade e o de Ung-Khan em outra; depois atiraram-nos para o meio da assembleia. Seguidamente, recitaram em coro as preces mágicas, e logo os dois fragmentos de bambu, de *per si* pondo-se em movimento, se encresparam um contra o outro, à laia de combate, de que os chefes tártaros seguiam com ansiedade as peripécias.

O bambu de Femutchin conseguiu, finalmente, colocar-se através do de Ung-Khan, paralisando-lhe os movimentos.

Esta prática supersticiosa, narrada por Marco Polo, foi de bom agoiro para as tropas de Femutchin, que avançaram cheias de coragem e confiança contra os *keraitas*. Ung-Khan quedou destroçado e um oficial de Femutchin decepou-lhe a cabeça.

Assim desapareceram, em 1203, o reino do prestes João e o poder dos *keraitas*. Sabe-se que os principais chefes das tribos tártaras usaram sempre e usam ainda o título de Khakan, ou simplesmente, Khan, por contração. Sendo esta palavra pouco acomodada à pronúncia, por causa do esforço gutural que exige,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

julgam críticos provável que, quando os viajantes ocidentais quiseram falar, nas suas relações, do Khan dos *keraitas*, lhes foi bem difícil reproduzir o som, rude e aspirado, da pronúncia tártara. «Escreveram, pois, alternativamente, Chan, Caan, Ghan, Gehan e finalmente Jean», professa o padre Huc. Julgando por si, entende que foi esta última pronunciação a que agradou mais, porque era muito natural, diz ele, na Idade Média, designar por um nome de apóstolo um soberano novamente convertido ao Cristianismo.

Exararemos as conclusões que daqui retira o douto sacerdote. *

---

* In *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, n.º 39, 27 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assistência Pública

Não está em Portugal organizado sistematicamente o serviço da assistência pública, pois que as verbas arbitradas aos governos civis para assistirem aos necessitados são simplesmente irrisórias no seu diminuto quantitativo e nem a repartições especiais se encontra determinada a tarefa que deveria ser orientada por uma lei geral, que, todavia, não existe ainda.

O socorro em domicílio não pode exercer-se, consequentemente, e as casas hospitalares são exíguas nas suas instalações respetivas e até nos seus orçamentos próprios, de modo a não poderem facilmente recolher a inúmera legião de indivíduos que as exigências da vida quotidiana vão crescentemente lançando na miséria e no abandono.

Tais são as condições contemporâneas da nossa sociedade civil e económica que, sempre que surge um espetáculo deprimente, para o brio coletivo e a vaidade das classes opulentas, que não gostam de ser perturbadas no gozo das suas egoístas felicidades pelos clamores suplicantes da turba faminta, qual o da mendicidade que enxameia pelas ruas das cidades, sucede que os poderes constituídos não encontram margens para se esquivarem às impertinentes dificuldades do momento do que o lançarem mão dos expedientes dum empirismo, mentalmente grosseiro e sentimentalmente antipático.

Decretam-se ordens de repressão mas não se pensa nas consequências efetivas desse ato de força, que, não resolvendo a situação, pelo contrário, a agrava e exacerba.

Ordenou-se a prisão dos mendigos encontrados sob a via pública, estendendo a escudela à caridade, mas não se cuidou

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

em que esses desgraçados eram, por via de regra, chefes de família e que a sua enclausuração importava nela menos do que no desleixo de prole infortunada a que oficialmente se não atenta e que vitima fora da morte pela fome se a bondade ingénita do coração das gentes portuguesas lhe não valesse, de *motu proprio* e espontânea iniciativa.

Por outro lado, o regímen dos asilos, decerto necessário para a disciplina dos internados e a ordem da instituição, envolve uma alienação da liberdade, que é um bem; aliás tão precioso que por ele, de bom grado, se trocam todas as anafadas seguranças duma servitude mesmo dourada.

A sujeição a um fardamento obrigatório, espécie de infamante libré da miséria, ofende a dignidade humana, consoante esses vestuários que, na idade média, humilharam distinguindo-as para as saias duma plebe fanatizada e ignara os que a fatalidade do nascimento, como judeus e mouros apartara, por preconceitos de sangue, no convívio das restantes classes formadoras do conjunto nacional. Essa vergonha do timbre pessoal mais se exagera para relumbramento duma chapa metálica que sobre o coração que bate sob a fardeta, a todo o instante, indica, aos transeuntes, que ali vai alguém que vegeta à custa alheia, o que tanto pode derivar da impiedade fatalista da sorte, como da incúria, da preguiça ou da prodigalidade. Isto estabelece uma confusão, se desproporcionaliza, no conceito dos seus méritos, os diferentes homens, os afere todos pela mesma bitola e injustamente lhes mede a passada atividade pela mesma rasa.

Entretanto, o Estado prejudica, pelas exigências progressivas do seu fisco, as circunstâncias da existência individual. Aos encargos da habitação e do alimento, tornados piores pelas taxas tributárias, que vão avolumando de ano para ano, mercê do aumento das contribuições predial e de renda de casas e dos impostos indiretos do comércio, não corresponde naturalmente, uma alta paralela de salários.

Assim, a crise económica reflete-se na crise financeira, e, a seu turno, as dificuldades do tesouro repercutem no orçamento das famílias.

Um recurso resta, por enquanto, à indigência válida; é o da emigração para países que, mortíferos pelo clima e pela concorrência, contudo, apresentam, pelo menos às esperanças, campo de ação mais vasto e remunerador. Esta mesma tábua de salvação, última no náufrago da pátria, parece retirar-se aos pobres afogados, graças às restrições impeditivas de preços de passaportes

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

e outras iniciativas argúcias, como que se pretende impedir um escoamento estimulado pela impreteribilidade de condições de existência intoleráveis.

Vê-se que nem uma desorientação completa ataca a mentalidade dos dirigentes, pois que contra a sua própria estabilidade, inconscientemente, mourejam, criando, por processos indirectos, focos de desesperado, cada dia mais densos em sua população, onde, se não se afiam as armas da rebeldia, porque a miséria degrada e abate os ânimos, todavia se promovem as condições de uma inquietação perniciosa, pelo seu carácter de permanência.

Nestes termos, o empirismo das medidas adotadas para reprimir a mendicidade desgosta-nos como documento de insuficiência crítica e de desapego moral, que é péssimo como elemento de sociabilidade, pois que na piedosa confraternidade humana é que reside o essencial fator do desenvolvimento ético coletivo.

Urge, portanto, pensar a sério na questão da assistência pública, organizando-a de modo a não ferir as legítimas suscetibilidades dos infortunados e, sobretudo, a não desagregar o núcleo familial, e exercendo-a com cuidadoso escrúpulo que não consista, à sombra do esforço comum, o parasitismo da indolência e das cínicas explorações.

A tarefa é complexa e difícil, bem o sabemos, mas os exemplos modelares não escasseiam.

Neste eixo, como em todos os mais, o legislador português, atenta a evolução regressiva duma sociedade que se deixou atrasar com respeito à marcha de cultura europeia, não tem de queimar vasta massa de fósforo cerebral.

Compulse, no vocábulo idóneo, a tabela analítica do dicionário da livraria francesa por Lareny organizado periodicamente; manda vir pelo correio, os opúsculos em que se compendia a legislação especial dos diversos países civilizados; cirsa; copiar; cotejar; adapte às nossas tradições e às circunstâncias, históricas e presentes, deste país; não afronte os costumes e condene a iniciativa com a rotina. O seu trabalho será simples, comezinho, mas útil e fecundo; e o porvir não terá senão que agradecer-lhe.

O resto são expedientes deploráveis, duas vezes. Deploráveis, pelo mal que fazem no instante da sua aplicação; deploráveis, pelo descrédito que infligem ao princípio da autoridade, visto como, logo começados a executar, os dirigentes se encontram forçados a abandoná-los, por contraproducentes e insustentáveis.

A opinião reclama e a autoridade reconhece tarde que longe de se desembaraçar das dificuldades incómodas, se baralhou em

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

complicações novas e imprevistos. Assim a breve trecho, volta à rotina, finge não ver, ordena, por baixo da mão, aos seus agentes que fechem os olhos e o problema conserva-se no mesmo pé.

Ora, na verdade, convém resolvê-lo, mas não pelo modo rudimentar como ele acaba de ser abordado. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1855, 21 de abril de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Teatro Príncipe Real

Ontem o *Rei Lear*.

Na questiúncula travada em França a propósito dos merecimentos de Shakespeare, graças ao aparecimento das traduções de Letourneur, escudado por Diderot, Grimm, Sédaine e Mercier, o partido de Palissot e todos os cortesãos subalternos de Ferney viu perder a pouco e pouco o terreno desde que, apesar da hostilidade de Lekain, negando-se a exibir-se em cena no reportório do inglês, mercê da pressão em seu ânimo exercido pelo comentador de Corneille, o Teatro-Francês começou a povoar a sua cena das criações do autor de além-Mancha, nas adaptações de Ducis. Por mais pálidas que estas fossem, elas de quando em quando eram iluminadas dum fugitivo clarão da grande luz do original, de forma que força foi vergar-se o preconceito ao poder soberano do génio.

Em janeiro de 1783, apareceu o rei Lear, os nomes dos personagens mudados, o desenlace modificado de forma a, menorando-lhe o quanto tem de dolorosamente trágico, o acomodar mais à tradição de onde o entrecho da tragédia foi extraído, a dualidade da ação posta de lado e do escolho da loucura do rei, coisa inaudita na cena francesa, habilmente escapando-se o poeta de Paris.

O êxito foi imenso e tal que o timorato Ducis se sentiu assaz fortalecido no público para poder exprimir a sua opinião toda sobre Shakespeare, declarando-o «o mais vigoroso e mais espantoso poeta trágico que, porventura, jamais existiu; génio singularmente fecundo, original, extraordinário, que a natureza parece ter adrede criado, ora para a pintar com todos os seus encantos, ora para a fazer gemer sob os atentados ou os remorsos do crime».

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

No entretanto, Diderot lançava, nos seus ensaios admiráveis, as bases, no teatro francês, do drama romântico, e o mesmo Voltaire acabava por sucumbir realmente, quer o confesse quer não, com as concessões, ao seu hierático formalismo arrancadas no *Enfant prodigue* e noutras peças, como esta, o mais medíocres possível. O *Rei Lear* foi composto em 1604 e representado em 1606, pela festa do Natal. A primeira edição é in – 4.º, de 1608, e tem este título *Verdadeira crónica e história da vida e da morte do rei Lear e das suas três filhas* com a *Vida desafortunada de Edgardo, filho e herdeiro do conde de Glocester e seu disfarce sob o nome de Tom de Bedlain.* É uma das peças que se encontram na coleção, sete anos depois da morte do seu autor, dada à estampa pelos seus camaradas de teatro, John Heminge e Henry Condell, donde, com a simples inclusão das peças apócrifas, saíram as edições ulteriores, e que têm por título *M. William Shakespeare's comedies histories and tragedies, published according to the true original copies* (Londres, 1623, in-fol.).

Servem de esqueleto à tragédia antigas crónicas e baladas, condenadas numa anónima *Verdadeira crónica do rei Leir,* de que alguém tirou uma velha peça, em Inglaterra representada por 1590. Estudando a influência armoricana, ou galo-bretã, também, entre nós, o nosso douto amigo Teófilo Braga relembrou que as ficções bretãs entraram em Portugal nesse período de sincretismo em que as Gestas se convertiam em crónicas históricas; é por isso que no *Nobiliário* do conde D. Pedro vem a genealogia do rei Artur, segundo os poemas da *Távola Redonda,* e se fala em *Lançarote do Lago,* em *Gaivana* (Gauvain), *Isla-Avalon,* Ilha de Aralon); seguindo o *Roman de Brut,* descreve as aventuras trágicas do *Rei Leyr* (Lear) e de *Merlim.* (*Port. Mon. Hist.*, Scriptores, p. 238.).

Depois do aparecimento do opúsculo londrino, primeiro publicado e contendo a tragédia; como se extraviassem passagens, Nahum Tate pediu e obteve o completar o original do mestre, o que fez, mutilando-o, deturpando-lhe a ação, com lhe suprimir também a dualidade, pelo que o aplauso de Duport, e falsificando-lhe os caracteres, num esboço informe, o só, sobre o tema, que Garrick desempenhava em Drury Lane, fiel ao seu propósito de corrigir a primeira barbárie, ensejo a que lhe teça os maiores encómios o insípido Marmentel.

Como Hamlet, como *Macbeth* e como *Otelo,* o *Rei Lear* pertence à segunda época de composição de Shakespeare, em que o escritor, chegado pelo seu contínuo trabalho à mediania, possuidor duma parte da propriedade no novo teatro do Globo e no velho de Blackfriars, dá, no entanto, mostras de se lhe escurecer a

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

bonomia primeira, se azeda na amargura e, como registra Hallam, se denuncia a mal com o mundo ou com a própria consciência.

Neste período, a sua comédia já não tem a alegria enorme do colossal Falstaff, o seu drama não o suaviza o simples amor ingénuo de Romeu e de Julieta. Não mais a alada fantasia, puríssima, do *Sonho de uma noite de verão.*

Agora, lugar aos tristes cuidados, ao oscilar do espírito, desmantelado pela dúvida, aos rugidos de vingança, ao ranger de dentes do remorso. Lugar às baixas paixões humanas, lugar à torpeza sem fim, da nossa alma, ao egoísmo, à inveja, ao ódio, à ingratidão.

Falar nesta última lepra moral é dizer o *Rei Lear.* Nunca Shakespeare se mostrou tão desdenhoso do formalismo da arte clássica na composição da tragédia. Na sua obra, a ação é dupla, o desfecho atroz. O horror amontoa-se, e Schlegel aplaude-o, como a condição indispensável para que o episódio assuma o carácter moral dum genérico ensinamento. Neste ponto o próprio Aristóteles conviria com o bretão, pois no mesmo cap. XIII da sua *Poética,* em que diz que uma fábula bem composta deve ser simples e não dupla, ele conclui que a tragédia há de terminar pela desgraça dos principais personagens, desde que eles sejam bons ou, quando menos, mais bons do que maus.

Mas, aqui, a violência é tal que não admira que ela choque Voltaire, na *Carta à Academia francesa* dirigida em 1776, onde aponta, assombrado, a exposição da obra no diálogo do conde de Kent e do de Glocester; hoje mesmo, Taine, em face da cena terrível em que o duque de Cornouailles arranca os olhos a Glocester, deduz a feroz brutalidade dos costumes do teatro e do tempo em que a peça foi composta.

O que há, realmente, de mais irregular do que este rei Lear, inoculado de infortúnio, uivando imprecações, ora sacudido da loucura em frenesi, logo esmagado da mansa idiotia dormente, criação extraordinária, exemplo da imaginação em delírio, tão poderoso como *Timon* e como *Hotspur?*

Através do nefando espetáculo do abandono do pai amoroso pelos filhos ingratos, um filete de luz macia se escoa. Ofélia revive em Cordélia, mais infeliz do que a suave criatura que a água compassiva foi embolando.

Tímida e casta, é ela quem ampara a trémula cabeça grisalha do desolado monarca, e sabe ferir, deliciosa aparição, no mais recôndito do seu seio amantíssimo as cordas de oiro de que se evola a harmonia transcendente da consolação.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Schlegel só lhe encontra de comparável Antígona. Mas, em Sófocles, esta nobre figura não possui o carácter humano da criação de Shakespeare. Existe em verdade um erro grave no estabelecer de arbitrário que, tendo de comum o sentimento primário que exprimem, logo divergem pela mesma complexa ordem de razões por que se extrema a civilização de Atenas da de Londres do século XVI.

Assim, uma coisa é Oedipo em Colono, outra o Rei Lear. O herói de Sófocles, na trilogia admirável que Corneille não compreendeu, não tem como alvo, diz judiciosamente Otfried Muller, mais do que mostrar como o velho Oedipo, cego, amaldiçoado, ultrajado, proscrito e pobre se encontra naturalmente envolto de uma dignidade e de uma majestade tal que o põem muito acima dos homens violentos que outrora o trataram tão indignamente.

No Rei Lear, o efeito é outro. O mais infeliz dos homens, vítima de inauditas traições, escarnecido por os seus filhos, os que mais amou no mundo, fraco e impotente, dissolve-se no combate das diversas paixões.

Ele não é um simples sentimento personalizado; cumpre o segundo dos preceitos impostos por Hegel aos poetas trágicos; é um carácter individuado, que segue a lógica, pela sua própria natureza ditada.

A comparação dos heróis da tragédia antiga com os da moderna, de *Hamlet* com *Orestes*, de *Cordelia* com *Antígona*, do *Rei Lear* com *Oedipo*, mostra-nos claramente a distinção das suas formas poéticas.

Enquanto, e por mais que Sófocles dê a liberdade física, os primeiros destes tipos os vinca esse incoercível poder absoluto que destrói os projetos humanos, no desenlace da peça afirmado, por uma forma ou outra, com a harmonia das partes opostas, nos segundos um temperamento, uma educação, um vício herdado, tudo enfim o que constitui o homem real, leva à definição dum carácter independente dum simbolismo qualquer, e no desfecho essa ideia moral parte, só, da catástrofe mesma, pelo predomínio exclusivo e destruidor da paixão dominante. A morte de *Hamlet*, a loucura do *Rei Lear* aparecem, pois, não esporadicamente, mas moralmente necessárias; e desta forma tais sucessos foram interpretados por Hegel.

É este novo feitio, a que Wronski chamou cognitivo, da poesia na interpretação do drama humano, que vamos encontrar, passado ao romance, sobre o mesmo tema do *Rei Lear*, no *Pére Goriot*, de Balzac. Qual será o motivo que determina que a nós outros,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

homens deste tempo, nos comove tão profundamente o teatro de Shakespeare?

Porque, enfim, nós bem sabemos as inverosimilhanças de que essa obra está cheia, os seus anacronismos, a sua atrocidade, a sua *éraflure* retórica.

Os nossos ouvidos arrepiam-se, como os da corte de Luís XIV, a passagens selváticas, duma brutalidade sem termos.

Então, do que é que se sai que ninguém, como Shakespeare, nos arranca as lágrimas e nos enche de terror?

Será um pedantismo de eruditos? O snr. Emílio Zola julga que sim; e algures pergunta ingenuamente porque é que Hamlet é mais interessante do que o seu *Coupeau*.

Hegel responder-lhe-ia no primeiro dos preceitos já indicados no correr destas linhas dispersas. Porque, ao abrigo da diversidade dos costumes e das épocas, é tanto mais durável a criação literária quanto ela contém o maior número de caracteres comuns a toda a humanidade, que, independentemente do tempo e do espaço, possam oferecer um interesse geral.

Ora, cada um dos personagens de Shakespeare aponta-nos um modo de ser espiritual, um sentimento, uma situação moral que se reproduz na modalidade vária das nações e das idades. O amor paterno, a ingratidão dos filhos, o ciúme, a avareza, a ambição política, são outros tantos aspetos eternos do homem; e, pois, em Shakespeare nós assistimos, frementes como numa vivissecção, ao desfibrar da nossa alma.

Hamlet interessa-nos por isto: porque nós também perguntamos o que irá além do campo e nos sentimos indecisos no conflito da nossa existência peculiar. Quanto ao snr. *Coupeau*, operário relasso de *boulevard*, que gosta de beber a sua pinga, que nos importa o snr. *Coupeau*; porque nos há de ele preocupar?

E neste ponto a contrariedade duma aparente contradição que se poderia formular não deve chegar sequer a produzir-se. Porque, ao mesmo tempo que em Shakespeare se encontra este carácter de generalidade humana, há também (e aqui é que está a grandiosidade suprema daquele génio sem par) a especialização real do sentimento genérico no personagem que o exibe. Ele não é, como no teatro clássico francês, um sentimento abstrato, que declama versos heroicos. Não. É *um homem vivo*, com as suas paixões e a sua razão, os seus vícios e as suas virtudes, com o sujo de lodo e o prateado da pérola.

Desta fusão do ideal e do real, do sentimento moral e da vida, desta representação da Humanidade pelo Homem — procede toda

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a série de obras-primas que, sem lhe falar mesmo das maravilhosas belezas, única e simplesmente, de forma, fazem de Shakespeare o intérprete da nossa alma e o porta-voz reforçante do íntimo murmúrio que nos fermenta dentro do crânio.

Nesse emocionante drama de loucura, o *Rei Lear* estreou-se ontem, no teatro Príncipe Real, o trágico Emmanuel, um artista cuja reputação vem precedida de fama universal.

Ouvido a princípio com certa reserva, aplaudido no segundo ato como por mero cumprimento, daí em diante, obteve a consagração de todos os espectadores, que não fizeram mais que confirmar a pujança de talento que é dom do ilustre artista.

Pela exibição de ontem, pode desde já afirmar-se que na tragédia não tem competidor que o subjugue e que é, no teatro shakespeariano, um dos seus mais legítimos intérpretes.

No ato da tempestade, no da loucura, no do reconhecimento de Cordelia e na cena da morte, foi portentoso de naturalidade, de verdade.

O público cobriu-o de ovações.

O resto da companhia, se excetuarmos a snrt.ª Montagna e um ou outro artista, pouco vale, e então inferior a valer é a decoração e a mise-en-scène. Não poderia haver um pouco mais de cuidado e de aparato?

Hoje descansa o ilustre artista, para ceder a vez ao seu colega Cesar Rossi, que se estreia na bela comédia de Erckmann Chatrian, *Os Rantzau*, magistralmente desempenhada aí, em tempos, pela nossa companhia de D. Maria. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1871, 8 de maio de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ontem, os *Rantzau*.

É uma peça, pelos próprios autores, Erekmarn-Chratrian, extraída do romance Les deux freres, que o público desta cidade conhece já, da versão em tempos estampado nos folhetins do nosso ilustrado colega do *Comércio do Porto*.

Os dois alsacianos, mau grado os reparos, por vezes seguros, duma crítica mais meticulosamente literária, notabilizaram-se em géneros, diversos, de composição.

Adquiriram a celebridade, começando pela série de romances nacionais, como o *Recruta de 1813* e *Waterloo*, que reagiam contra o feroz chauvinismo da lenda napoleónica e amostravam o sofrimento das camadas populares, latejando sob a pompa dos ouropris da glória militar. Nesta maneira primordial, destaca, com um poderoso relevo, a obra intitulada *A invasão*, ora *O Doide Yegoff*, acerca da qual o crítico Louis Dépret resumiu o conceito apreciativo na simples fórmula, terminante, de que era um bom livro.

Logo, derivaram para os exageros fantásticos, desorbitados e truculentos, de que os mais acabados modelos exibiram nas páginas de *Hugo-o-lobo* e, sobretudo, da *Cara florestal*, cujo intróito maravilha pelo contraste da sua suave, cantante frescura.

Após a dor dos desastres de 1870, reverteram ao seu módulo inicial, mas, legitimamente, reforçando a nota patriótica, sem que, todavia, se lhes obliterasse a consciência da causal das desgraças coletivas, cujas tremendas responsabilidades se dão a frisar, por exemplo, na *História de plebiscita*.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O efeito obtido por estas composições demonstrou-se pela lição de imitações que surgiram em divergentes literaturas.

As mais valiosas honram a vizinha Espanha e pertencem à pena acurada de Perez Galdós, na sequência panorâmica dos *Episódios nacionais*. Pelo que a lusitanos toca, podemos reivindicar até, sobre os alsacianos, a primazia da iniciativa, quando recordemos os trabalhos novelescos do portuense Arnaldo Gama, no *Sargento-mor de Vilar*, principalmente.

Entretanto, através desta complicada ideação, serpea, na obra dos franceses, um claro fio de água, rumorejante e manso. Queremos aludir a certa ordem de livros, ingénuos e castos, que deslizam fragrantemente desde o esboço chamado o *Cântico da pipa*. Encontra-se na coleção dos *Contos das margens do Reno*, à latere, aliás, de inventivas túrgidas, consoante a que fornece o tema da narrativa da *Ladra de crianças*. É, depois do pesadelo ansioso, um sonho leve, deliciado, como o devaneio diáfano dum Hoffmann em minuto bem-humorado.

A perfeição no género atingiram-na os populares escritores quando encastoaram, em desatavinda moldura, o encantador desenho do *Amigo Fritz*.

Transportada para translúcida prosa portuguesa, pela sensibilidade estética, penetrante e fina, de Jaime de Séguier, a nossa plateia aplaudiu já a comédia-dramática que, de lavra também dos romancistas, reproduziu no teatro a graciosidade infinita das situações, risonhamente cândidas, da novela primitiva.

É, no fim, do mesmo género a obra dos *Rantzau*, pois que ao de sobre o nódulo dramático, íntimo e basilar, caprichosamente divagam as florituras ténues dum meigo idílico, germinal, primaveril, divino.

Não prima, contudo, pela novidade o pretexto do entrecho; é o eterno conflito de ódio dos pais com o amor dos filhos, assunto que atingiu a sublimidade no aproveitamento, por Shakespeare, da historieta italiana que revelou as desgraças de Romeu e Julieta.

Mas, na conceção dos alsacianos, houve uma intuição de verdadeiro génio; foi a de fazer irmãos os dois rancorosos. Este achado profundo introduz o fator trágico na inventiva estrutural de Erckmaun-Chatrian. É, por todas as razões, de resto, uma pequena obra-prima o belo drama ontem representado.

E, o seu desempenho correspondeu. Foi condigno.

Com efeito, o ator Rossi, que ontem se estreava entre nós, foi magistralmente inexcedível; na personalização do tipo ingénuo de Florêncio. A cena do 2.º acto com Emanuel resultou uma soberba magnificência, que profundamente comoveu o auditório.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A situação imediata, que impõe o casamento forçado a Luísa, resolveu-se, igualmente, numa perfeição seletíssima.

O drama ontem exibido é uma composição nobre; todavia, não redunda insípido. Esse, o seu carácter superior.

Seria bem que se repetisse.

Hoje, o *Casamento do Fígaro*, de Beaumarchais.

O *Casamento de Fígaro* está assim distribuído:

Fígaro, Emanuel, *Bridoison*, Rossi; *Conte d'Almaviva*, Gray; *Don. Bartholo*, Valenti; *Don. Basilio*, Majone (Diaz); *Antonio*, Prosdocimi; *Pedrillo*, Bianchi; *Coucelliere*, Buffi; *Uscière*, Bolaffi; *Girasole*, Zucchi; *Cherubino, pagem*; N. Montagna; *Susana*, E. Varini; *Marcellina*, A. Cazilini; *La Contessa*, M. Buccellatti, *Lolita*, O. Varini.

— Várias pessoas que não puderam assistir à estreia do ilustre artista Emanuel têm-se-nos dirigido, pedindo para interferirmos a fim de ser dado, ao menos, mais uma vez *O Rei Lear*, a peça em que o desempenho do portentoso ator tão surpreendente é.

Aí deixamos o pedido ao exímio artista, certos de que a sua muita gentileza o deferirá. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1871, 9 de maio de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ontem, o *Hamlet*.

Muito tempo depois da morte de Shakespeare o seu nome conservou-se ignorado desta Europa continental que mais tarde o génio enorme do inglês havia de povoar de assombro. Unicamente na terra que lhe dera o berço e o recebera no túmulo a glória da sua obra se perpetuava nas imitações dos sucessores do mestre.

Como Beaumont Fefletcher e como esse melancólico Massinger, cujo talento de tragédia Hallam reputa abaixo do só de Shakespeare, eles, todavia, pela inferioridade do que produziam, mais acordavam a saudade do que se extinguira.

Mas fora da ilha, onde tantas obras-primas foram geradas na tortura da procriação intelectual, longo espaço se não soube da existência da formidável lição.

Quando, mais ou menos, ela foi conhecida, como estudantes medíocres que professor emérito não consegue corrigir, não houve olhos para ver, nem o entendimento se abriu à compreensão do luminoso ensinamento.

Na Itália, nessa mesma Itália que soube reatar a tradição da arte antiga e, pelo que se chama a Renascença, tão maravilhosamente vazar o sentimento cristão nos moldes da impecável fastura grega, por isso mesmo, decerto, os elogios entusiastas de Baretti não despertaram a curiosidade. E, quando Alfieri voltou da Inglaterra, ele não trouxe da mal aproveitada viagem a menor ideia daquele génio humano, que o chamaria dos formalismos duma arte de convenção à viva realidade dos sentimentos espontâneos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Entre nós, não é caso de falar. A inteligência portuguesa, deprimida sistematicamente pelo ensino jesuítico, não se alimentava mais do que de quimeras e de visões.

Orientada por gramáticos e retóricos ignorantíssimos, ela não passava da admiração banal dos modelos latinos, falseados e incompreendidos. É assim que nos nossos eruditos, até à renovação romântica, mesmo nesse estranho padre Macedo, cérebro desorganizado onde tumultua toda uma confusão de factos sem nexo, não deparamos com segura referência ao trágico bretão. Contudo, da literatura inglesa o polígrafo lusitano possuía um tal ou qual conhecimento, pela porta de Addison, de Pope, de Dryden e mesmo de Milton.

Só nos nossos dias, o visconde de Castilho empreendeu a versão duma das produções do vasto reportório de Shakespeare, abrindo assim o exemplo, ao depois seguido por o finado reinante, por o snr. Bulhão Pato e por o snr. J. A. de Freitas.

Imperfeitos serão estes trabalhos, como são realmente. Muito seria, porém, para desejar que os, vivos, que se aventuraram na perigosa vereda não desanimassem a meio de seu tentâmen. Coisa lastimável seja que a nossa literatura não possua ainda hoje uma versão integral da obra de Shakespeare, como a França a tem com F. Victor Hugo e Mentégut, para não ir além dos nossos dias, a Itália com Michele Leoni, a Alemanha com Eschenburg, e a Espanha com o marquês de la Germana. Dessa versão, que deveria ser o mais fiel possível, os autores dramáticos extrairiam as acomodações, em prosa e melhormente em verso, compatíveis com as exigências da cena moderna. O nosso público seria educado em primores, antes do que corrompido seu gosto com os melodramas idiotas de certo, do mau reportório francês, que hoje ocupam quase exclusivamente o palco lusitano. Neste sentido, os esforços, pouco críticos, de Brazão e da companhia de D. Maria II, arcando, insucedidamente com as responsabilidades de *Hamlet* e *Otelo*, são dignos de rasgado elogio.

Em França, Shakespeare não foi conhecido de nenhum dos autores seus contemporâneos, e Boileau, que se não dedignou de falar com desprezo de Lope de Vega e de Calderon, ignora até o nome do poeta inglês.

Mais tarde, Voltaire, de regresso da Inglaterra, onde teve ensejo de ouvir algumas das peças do trágico, de que forrageou o que há de suportável na sua insofrível *Zaira*, não pôde esconder o assombre que lhe causara o gigante.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Em 1734, no XVIII das suas *Lettres philosophiques*, o mestre da ironia aclama Shakespeare «como o criador do teatro inglês, como um génio cheio de força e fecundidade, de natural e sublime». Para dar ao leitor gaulês ideia do poeta, apresenta uma versão do monólogo de *Hamlet*, verdadeira acomodação ao gosto de Paris, diluída a grandiosidade do original num amaneiramento precioso.

A imensa originalidade de Shakespeare, o seu desprendimento das fórmulas aristotélicas das três unidades, a irrupção dos sentimentos humanos na sua brutal simplicidade, a energia da linguagem dos seus personagens, sem respeito pelas *bienséances* que o francês acata, sob propósito ou pretexto de ser o povo mais polido da terra, aturdem e confundem o culto cortesão. E no seu admirável *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações* (cap. CXXI) o filósofo vai dizendo que há mais barbárie ainda do que génio nas obras de Shakespeare. Isto o não impede de logo se contradizer no cap. CLXXIX, onde afirma que a Shakespeare e depois dele a Ben Johnson se deve o depurar-se o teatro bárbaro da nação inglesa. Assim como, havendo, também, dito no primeiro capítulo citado que o nome do autor de *Hamlet* não ultrapassara, mercê da grosseria da sua obra, os limites da sua pátria, seguidamente, no cap. CLXVI, o liga ao de Spencer como os de cuja fama as demais nações receberam devida nota.

Mas, mais tarde, em 1761, foi ferido por o paralelo absurdo de duas brochuras inglesas, traduzidas pelo *Journal encyclopedico* (15 de Outubro e 1 de Novembro de 1760), em que se dá a primazia a Shakespeare sobre Corneille. Esquecido já dos deploráveis comentários que fizera, em sua edição, ao autor do *Cinna*, Voltaire dirige o seu *Apelo a todas as nações da Europa*. Nestas laudas, analisando complacentemente o entrecho de Hamlet, ele conclui que algumas belezas de detalhe forçaram a admiração para o conjunto da peça.

Apareceu entrementes a tradução francesa de Letourneur (o conde de Catuelan e Fontaine Malberbe, revista e completada mais tarde por Guizot e Pichot, com uma introdução do primeiro). A cólera de demolidor não conhece mais limites alguns.

Então, ele dirige uma campanha em forma contra a invasão no teatro parisiense do génio de além-Mancha. Tudo lhe serve, desde o panfleto até à intriga. É assim que verte os primeiros três atos do *Júlio César*. Mas criva-os de epigramas, em notas pérfidas, condensadas no Discurso sobre a tragédia, a lord Bolingbroke oferecido. Precede o seu *Brutus*, que os editores de Kehl (Decroix

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

e Condorcet) apresentam, em confronto da obra de Shakespeare, como o exemplo dos progressos da tragédia.

E, quando d'Alembert lhe escreve, a participar-lhe (8 de setembro de 1762) que a academia francesa ouviu com muito agrado a sua versão de *Júlio César*, reportando-se, quanto à fidelidade da versão, ao tradutor, *por não ter à mão o original*, como o matemático, depois de estranhar que *uma nação que não é bárbara possa aplaudir rapsódias tão grosseiras*, se permita umas tímidas reflexões sobre a certeza do traslado, em 15 do mesmo mês Voltaire manda-lhe, de Feraey, uma desdenhosa resposta, confirmando a pretendida incapacidade do original.

Nas *Questões sobre a Encyclopedia*, de que se fez o *Diccionario philosophico*, no art. *Arte* dramática, Arouet insiste na exposição das singularidades dos entrechos de *Otelo*, *Hamlet*, *Júlio César* e *Cleópatra*. Acaba por se interrogar por que é que se fala ainda de seu autor, depois do *Catão* de Addison, talento igual, decerto, amplo e nobre, sem inverosimilhanças e sem atrocidades, mas, na sua urbanidade clássica, não se apercebendo dessas íntimas escavações pelas quais Shakespeare entra no coração do homem, para aí desvendar o animal e o Deus. A este respeito, é opulento o confronto redigido por Taine.

Enfim, resumindo, sabem o que para Voltaire, o qual não poupa os sarcasmos dos filetes tipográficos com que Pope e Warburton chamam a atenção a passagens diversas de Shakespeare, o que é para Voltaire a tragédia de *Hamlet?*

Ele o diz na *Dissertação sobre a tragédia*, que antecede *Semiramis* (ed. Benchot, t. 5, pág. 488). «É uma peça grosseira e bárbara, que não seria tolerada pela mais vil populaça da França e da Itália».

Perante esta má vontade do diretor espiritual do século XVIII, não é para admirar que o seu modo de ver fizesse fé. Nada valeram os esforços tão dignos de encómio, de Ducis, fazendo representar Shakespeare na sua baça acomodação das versões já tão mutiladas, de Letour. O poeta francês não conhecia a língua do original e encontrava-se isolado, em sua temerária coragem. Excetua-se o decidido apoio, onde mais uma vez o génio extraordinário do prodigioso Diderot se revela. A opinião de Voltaire assegurou-se, de resto, pela propaganda dos seus discípulos. Assim, Condorcet, na *Vida de Voltaire*, escreve que as cenas de Shakespeare são *telas carregadas de composições absurdas e de caricaturas nojosas e grosseiras*. No seu imortal *Esboço dum quadro histórico dos progressos do espírito humano*, na 9.ª época do desenvolvimento mental da sociedade, consigna como atingindo a perfeição máxima, até esse momento, na arte trágica, só a Corneille, Racine e Voltaire.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na mesma Inglaterra, a absurda condenação voltairiana produziu eco. Entre outros, milord Maréchal continua o gargalhar, de Ferney oriundo. Johnson confessa a ignorância e a vulgaridade de Shakespeare. Da Alemanha, Frederico II, a propósito de *Júlio César*, escreve a Voltaire, congratulando-se por ver refeita, *segundo os princípios, a peça informe do inglês.*

Mas estava destinado a esta mesma Alemanha o anular a estúpida sentença. Foi Schlegel o primeiro que se indignou contra a pretensão francesa de julgar *que se deixou de ser antropófago na Europa depois do aparecimento de Luís XIV.* Ele chamou ao decoro os ingleses, que desdenhavam da sua mais alevantada glória poética. De então para cá, o remodelar da opinião completou-se, desde a confissão hesitante de Chataubriand, passando pelo estudo científico de Taine, até à apoteose de Victor Hugo nesse volume, *William Shakespeare* chamado e, singularmente, aparecendo anónimo. Ali o génio recebe a consagração dum hino de glória numa prosa inspirada e suprema.

Ora, foi do nobre mestre que a companhia Emanuel nos dotou a noite de ontem com a incomparável tragédia de *Hamlet.*

O entrecho de *Hamlet* vem duma lenda dinamarquesa, conservada, por Saxo Gramaticus, na sua *Danorum regum heroumque historiae stylo eleganti,* coleção curiosíssima.

No livro se topa com as aventuras de Guilherme Tell, contadas sob outros nomes e aplicadas à história da Dinamarca. Isto dá, como se vê, origem a um pleito histórico interessante, a fim de se apurar a veracidade da tradição suíça. Mas não se divague; basta que se relembre que dali tirou o episódio de *Hamlet* o compilador francês François de Belleforest, nas suas *Histoires prodigieuses extraites de plusieurs fameux auteurs.* Sobre estes informes, gisou Thomaz Kyd a *Tragédia espanhola,* mais tarde correta por Ben Johnson.

A tradição dinamarquesa é inteiramente considerada como fabulosa pelos historiadores modernos daquele país, Holberg, Baden, Peterson e, só, Muller julga que toda essa narrativa repousa sobre factos reais que os contistas amplificaram.

Como quer que seja, foi sobre o fundo de Saxo Grammaticus que Belleforest fez a sua compilação. Completa-se a lenda pela *Saga d'Hamlet,* velho poema escandinavo composto em data indeterminada e que, com as demais, se encontra na riquíssima *Biblioteca das sagas,* publicada em Copenhaga, de 1817 a 1820.

Sobre este episódio Shakespeare que, longe de ser um ignorante, como tantas vezes se tem dito, possuía, confusa, desordenadamente, a amplitude dos conhecimentos do seu tempo, esboçou

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

em 1589 e em 1590 a tragédia. Deu-lhe com a imperecível forma final em 1597, isso a fazer obra pelas indicações de Nathan Drake, retificadas por F. V. Hugo.

Da indagação sobre a origem do trabalho de Shakespeare, que o sagaz crítico Malone levou tão longe, vê-se que o assunto ele o vai frequentemente buscar a todas as literaturas. Até mesmo à nossa, pois que os seus *Two gentlemen of Verona* se baseiem na *Diana* de Jorge de Montemor, obra compreendida, segundo a lembrança de Inocêncio Francisco da Silva, no *índice dos livros proibidos* mandado publicar em 1581 pelo inquisidor geral D. Jorge de Almeida. Deduzir disto a falta de originalidade do mestre inglês seria, porém, aberração, pois se saiba que a obra dramática que atingiu a perfeição tem procedido sempre, como a epopeia, dum fundo, mais ou menos anónimo e informe de ideação coletiva. Para o nosso glorioso drama romântico de *Frei Luís de Sousa*, o frisou, na *História do romantismo*, o snr. Teófilo Braga, recordando a sugestão de Garrett numa pantomima de feira, vista na Póvoa de Varzim.

Shakespeare tomou o esboço de Belleforest, e transformou o personagem dinamarquês numa representação típica do homem genérico. E nisto foi de acordo com o espírito mesmo das sagas, que não refletem exclusivamente a cor local. Assim, mal se compreende a censura de Oehlenschläger, que, refazendo a tragédia, se quis conformar mais de perto com o que supôs a tradição do seu país. Foi o aborto dum nobre espírito, que Antero de Quental, com razão, no ensaio crítico que segue a *Alma nova* de Guilherme de Azevedo, coloca a par dos grandes poetas românticos do século.

O que é, pois, *Hamlet?*

Para Chateaubriand, é a *tragédia dos alienados*. Para Guizot, *o estado íntimo de uma alma grande.* Em *Wilhelm Meister*, Goethe perscruta-o com uma sagacidade de sábio.

Victor Hugo consagra-lhe uma página de assombros. Taine supõe-no o mesmo Shakespeare; o George Sand o símbolo do «soluço da terra que se perde no eterno silêncio da terra que se perde no eterno silêncio dos céus».

O eminente pintor romântico Delacroix, pouco cuidado, pouco puro, mas imaginativo e colorista, enfebrecido, traça, em quadros diversos a múltipla complexidade daquela alma vaga e inquieta. Lehmann procura fixar-lha a fisionomia na independência da ação dramática. E Ambroise Thomas, finalmente, forceja em a representação pela mais incoercível das artes do mais incoercível dos personagens humanos, escopo gravíssimo que se deveria cometer ao génio sonhador, mas profundo, de Beethoven.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os críticos modernos convocam todas as ciências à solução do problema. Desde Alexandre Buchner, colocado no ponto de vista especialmente literário, até às monografias dos médicos alienistas, para as quais o alucinado príncipe é um caso patológico diferenciado, mas a definir.

O historiador César Cantu, com seu imenso saber e sua leal probidade, medíocre e falso, por acanhado de voo, parece-nos, desta vez, à cata da característica, menos transviado em desvairo, quando explica *Hamlet como a chaga dos nossos séculos modernos, esta mania de analisar e querer conhecer tudo, levado ao ponto paralisar a ação.*

É isto? Deve ser isto? Na verdade, semelhante carácter, definido e diferencial, parece o produto da invasão da análise na alma ingénua primitiva. Assim, só poderia aparecer com o protestantismo e o livre-exame. Adeus a antiga sinceridade!

O homem não é já um ator inconsciente, que o *fatum*, superior mesmo aos deuses, precipita no abismo. E aqui se vê o ridículo da acusação de Voltaire, quando assimila *Hamlet* a *Electra*. Em Ésquilo, em Eurípides, no mesmo Sófocles, a fatalidade, acima das paixões humanas, tudo dirige, tudo desenlaça. Em Shakespeare, o carácter destrói-se pelo simples jogo das energias imanentes.

Hamlet pode, com efeito, ser o representativo estético do homem dos nossos dias; o que, em sua plástica objetivação, nos perturba é que, como ele o diz dos comediantes que choram Heeuba, nada tem connosco o assassinato de seu pai; mas a doença moral que nos rói, a mesma, como a ele. E qual? Esta falta de confiança, irremediável; esta espionagem em que a alma faz a si própria; esta análise implacanda que, desfibrando o sentimento, nos deixa o vazio dentro do peito; esta crítica da ilusão, depois de que, naturalmente, não há senão a morrer.

O *Rolla* de Alfred De Musset, o Estrangeiro de Baudelaire, o moribundo Leopardi continuam, a seu modo, em sua relatividade vária, a ampla, alta tradição de *Hamlet*. Finalmente, o que é poesia divina em Shakespeare assume, com Hartmann, o carácter de sistematização doutrinal.

Disto procede o carácter delimitativo do trágico inglês, considerado como o génio humano por excelência, na categoria dos *iguais* de Hugo. Dentro desse esquema poético se funde a representação do homem nos tipos superiores, segundo Emerson e Carlyle.

Mas, a humanidade não pode morrer; e, em verdade, o vidente tem razão. Falta ainda um génio que complete Shakespeare, porque, depois do desesperado *Hamlet*, conviesse que surgisse

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

uma gloriosa figura, símbolo do varão invencível. Conviria, bem, que, a ser racionalmente possível, conforme a parda nuvem que traz à terra a chuva prolífica, assim a sombra da dúvida, que o coração escurece, se resolvesse no orvalho vivificante duma fé reanimadora.

Entretanto, a realização artística permanece, em sua sublimidade inatingida e inatacável.

Foi ontem, idoneamente, interpretada.

No lance, falar agora de Emanuel antolha-se temerário a um pobre cronista, que o grande ator deixou confuso e perplexo.

Perguntar se *Hamlet* é o que nos exibiu o italiano, descabido se nos afigura. Outros o fizeram lá fora, quando se estabeleceram irritantes confrontos entre Rossi e Salvini, seu rival. Rossi prelecionou o público, em conferências sucessivas, ao depois impressas e mais tarde vertidas nas colunas do *Economista*, para nossa linguagem.

Não queremos saber de debates de tal género, porque, no amargo do âmago, no fim do fim, no nódulo subjetivo da questão, pode dizer-se, *Hamlet* é aquilo e não é aquilo. Cada homem tem dentro de si o seu *Hamlet* peculiar. E o artista que conseguir, num sábio feixe, prender o maior número de características esparsas, eis o artista consumado.

Isso fez Emanuel ontem e tão magistralmente que os vocábulos esquivam-se do papel, pálidos, vergonhosos de se verem tão banalmente inexpressivos. Assim, a tarefa reduz-se; constata-se o triunfo e vai-se seguindo.

— Hoje, a *Pátria*, de Sardou. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1874, 13 de maio de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

De Sobre-Aviso

A chegada, a Lisboa, de uma poderosa esquadra inglesa, após a longa interrupção das tradicionais visitas, suspendidas pela ameaça do *ultimatum* de 11 de janeiro de 1890, sugere, em todos os ânimos patrióticos, sobressaltadas ponderações que convém ir sucessivamente fixando.

Longe de nós o estéril propósito de aviventar recriminações, cuja consequência ao homem político não agrada, pois que foi preceito de todos os tempos e de todas as escolas que o inimigo ou se fere certeiro e fundo, ou não se irrita com estrépitos e atoardas que, pelo momento, não colhem a prol do ofendido. Nenhum audacioso que se embrenha à caça do leopardo se entretém a molestá-lo com assobios e vaias, nem o mais medíocre Jules Gérard, ainda mesmo que oriundo de Tarascon, frecha com setas de madeira pontiagudas a fera formidável que se abalança a acometer.

Mas, se uma reserva, discreta, magoada e indignada, sóbria porém solene, como protesto, nos é imposta pela própria urgência das deploráveis condições históricas em que nos debatemos, cumpre, concomitantemente, que a aproveitemos o lance para, com a circunspecta sisudez das nações que atingiram a idade adulta, recordando a injúria, cujo travo não passará nunca, meditemos na parte que aquele povo que a lisonja consagrou como a nossa *fiel aliada* pertence na série vasto das complexas causas que determinaram ou apressaram a nossa ruína. Isto não para o propósito mesquinho, fútil e quase pueril de declamar invetivas contra quem se mostrou, na sequência histórica, mais voluntarioso

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

e atilado do que nós, mas com o objetivo, útil, humano e prático, de nos afastarmos da repetição dos erros cujo desconhecimento, como causa e efeito, não é lícito perdoar-se hoje a quem quer que de mediana cultura se jacte.

As relações de Portugal com a Inglaterra procederam de longa data, e por semelhante repercussão ancestral se entenda um enfeudamento, que se enquistou até nas mais íntimas manifestações da subjetividade nacional. Assim, para não citar Maios do que um efémero aspeto desta subalternização, ainda ontem as forças do nosso exército, na capital e no Porto, fizeram uma luzidia guarda de honra ao santo patrono de Portugal. E ninguém recorda que o inglês S. Jorge substitui o peninsular S. Tiago, como transcendente anel de aliança entre as duas nações, tão remotas pela origem, pela distância, pelos costumes e pelos interesses.

Foi desde o tempo calamitoso das brigas contínuas e insensatas de D. Fernando que principiaram as incursões sistemáticas de bretões no país; e a D. João I se deve o funesto dom dessa aliança inglesa que nos conduziu a uma situação de miséria, económica e moral, que dois séculos de intermitentes esforços mal têm logrado atenuar e diminuir.

O mestre *cortezanesco* Fernão Lopes, cuja maravilhosa frescura de palavra, jorrando, ingénua, das fontes naturais da inspiração, não consegue dissimular o artificioso da narrativa, confessa as depredações espantosas de que esses pretensos auxiliares se tornaram réus para com as populações lusitanas, a cuja guarda e defensa declaravam vir.

E, em suas investigações histórico-sociais, acerca de *D. João I e a aliança inglesa*, o erudito snr. Conde de Vila Franca publicou, há poucos anos a esta banda, uma preciosa monografia que rasga todos os véus e dissipa todas as ilusões.

Interrompido este trato assíduo, mercê da imensa expansão ultramarina que marca o carácter do nosso ciclo glorioso, ainda aqui favorecida pelas diferenças, para nós inconciliáveis, da fé, é curioso estudo examinar como ele se reata, curto lapso volvido sobre a crise reorganizadora da restauração.

Como se oblitera a influência da França dos *Richelieu, dos Turenne, dos Schomberg*, e dos Condê; como a doble malignidade de Mazarino vai afeiçoando o terreno; como as estultas imaginações da casa de Bourbon alarmam a nossa corte e a lançam nos braços, outra vez e agora de vez, do tradicional, ambicioso inimigo — eis um dos capítulos menos observados da nossa história, e todavia, decerto o mais desastrosamente opulento de terríveis ensinamentos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nunca leram aquela obrazita, em dois *tomos bojudos, à laia dos modernos Manuaes-Roret*, que se intitula: *Relação da corte de Portugal*? Pois pode assegurar-se-lhes que não perderão o tempo que gastarem em a folhear.

Se tal é a marcha histórica da nossa progressiva subalternização, o sistema orgânico de que a Inglaterra se serviu para nos esbulhar, até o mais extreme depauperamento, não é já agora, também, segredo algum, por sua parte.

Esse sistema não foi exclusivo para *nós; integra-se num hábil plano geral*, executado a frio e metodicamente não somente a nosso respeito, mas ainda nas relações com outros desgraçados povos, deprimidos como nós e como nós ignorantes.

Encontra-se desfiado, em todos os seus pormenores e nas mais subtis das suas minúcias, por um analista poderoso, cujos preconceitos teoréticos de escola, condenados e falsos, não derem impedir que atentamente nas suas qualidades reais, *profundas e sólidas*.

Por muita vez o temos citado e não nos cansaremos de nos repetir, ainda que críticos meticulosos nos taxem enfadonhos e miúdos.

Supomos que seria tarefa eminentemente patriótica a versão para nossa linguagem, liberalizada, se não gratuitamente, ao menos, a preço de custo, dos importantíssimos capítulos consagrados por Carey a demonstrar, na sua obra típica, o processo da destruição económica de *Portugal pela Inglaterra*.

Rememorando todos estes tremendos factos e todas estas tremendíssimas lições, confessamos que nos inquieta, não claramente pelo momento, mas à vista de presunções futuras, a atual entrada dos navios britânicos nas águas do Tejo. Ela pode ser o primeiro avance para uma intimidade de relações, que o exemplo do passado nos mostra nunca foi cordial, antes fautora de prejudicialíssimos corolários.

De sobre-aviso devemos permanecer todos, desde os mais grados até os mais ínfimos, e nos altos conselhos uma vez, pelo menos tem de aconselhar discrição e prudência, a do snr. Ministro da guerra. Ele tem de manter lógica coerência com o protesto da Sociedade de Geografia de Lisboa, de que, honrosamente para ele, foi um dos signatários.

Às nações, como aos indivíduos, corre a obrigação moral de zelar a sua honra, de não esquecer as afrontas recebidas e de aprender nas humilhações passadas, pois que lá diz, assizada e rimadamente, lídimo provérbio nosso, que quem se não sente não é filho de boa gente.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não reeditemos panegíricos, a que aliás possuímos jus, visto como esteja aceite e seja corrente que elogio, em boca própria, é vitupério. Mas também não nos *reconciliemos com tudo, não nos resignemos a tudo,* sob pena de que nos desdenhem, então com equidade, como gente sem timbre e alheia aos nobres estímulos da vergonha.

Demasiado, na fase terrena do nosso passado histórico, nos rojamos e abstemos; demasiado, confessamos, sem razão, a nossa inópia e insuficiência; fáceis fomos em estender os pulsos e em oferecer as faces.

Nem por isso nos foi poupado um golo só do ominoso cálice da nossa paixão coletiva.

E o maior poeta que, na obnubilação do século, a Inglaterra produziu, lord Byron, castigou-nos a abjeta subserviência, declarando-nos, em versos que durarão quanto durar o conhecimento da língua inglesa, os mais miseráveis e desprezíveis dos escravos.

As gerações sucedem-se, substituem-se, mas renovam-se, aumentando, mental, moral, esteticamente. Um mais penetrante sentimento da dignidade comum vai alastrado pelas sobrepostas camadas sociais. Não nos seja dada a palma duma aviltante exceção.

Conta-se que, quando o rei de Inglaterra, Carlos I, atravessou pela chanfradura duma janela que, para o efeito, fora desmantelada, a fim de ir pousar a cabeça no cepo do algoz, ele bradara para o bispo Juxton, que assistia na tragédia, uma palavra, de aplicação misteriosa: *Remember!*

À nossa gente, tão generosamente pronta em esquecer, é hoje caso de repetir o lema solene. Sim. *Remember!* Lembra-te! Lembra-te! *

---

* In *A Voz Pública,* Porto, ano 7.º, n.º 1895, 5 de junho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Data

Marquemos data.

Tempo parece ser já, de erguermos, todos, os olhos da pequena política dos interesses monárquicos que há meio século explora em proveito próprio as energias vivas da nação a de os fazermos convergir numa direção nova, para o que a ciência política e a história de todas as nações nos amostra morto a única salvação dos povos, como o ideal resplendente em que todas as dificuldades encontram o seu remédio, em que aos problemas mais temerosos espera enfim, à pacificação das soluções definitivas.

O partido republicano português não nasceu, como os partidos monárquicos seus antagonistas, das desinteligências entre homens que nenhuma diferença de doutrina separa, mas que a insofrida ambição leva, donde a onde, a combater-se com encarniçamento áspero; ele procede do alargamento, pela ciência, do critério intelectual e recruta os seus adeptos em todos os homens honestos que a marcha deplorável dos negócios públicos leva à convicção desolante de que nada há a esperar dos sucessivos partidos que querem fazer vista dentro da órbita constitucional e que, logo que se encontram governo, desmentem com os seus erros continuados todos os protestos com que em oposição conciliaram as gerais simpatias.

Ou deveremos continuar interminavelmente na rotina?

Parece em boa consciência que devemos continuar a viver com uma justiça para que só pode apelar o rico; com uma instrução em que se gasta a metade do que se despendeu duma vez em reparos nas cavalariças da Ajuda; com um sistema penal em que

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

se afigura ter-se em vista só a progressiva demonstração do preso; com o abandono das nossas riquezas ultramarinas, que se acaba por ceder ao estrangeiro? Está-se de acordo em que é bom não possuirmos liberdade de imprensa, sujeita ainda ao arbítrio prepotente da censura policial; não possuirmos liberdade de reunião, pois a autoridade administrativa dissolve a seu bel-prazer, dentro da lei, todas às que lhe não agradam; não possuirmos liberdade de associação, pois nenhuma funciona sem a aprovação prévia de seus estatutos pelo governo? É-nos indiferente que os municípios, a grande força das franquias populares, não tenham autonomia e que as localidades estejam à mercê dos delegados do poder central, por ele nomeados? Aplaude-se esta pavorosa centralização que faz trabalhar um país inteiro em prol dum núcleo, onde se acouta todo um mundo que vive do Estado, isto é, que vive à custa de público?

O erro tem sido nosso. Consiste em querer conciliar antinomias irredutíveis. E, quando os fatais atritos surgem, pensou-se em resolver a dificuldade com o engano que Teófilo Braga definiu numa das imagens populares que fazem o encanto pitoresco do seu estilo.

Ele comparou a nação, perseguindo ministérios, ao cão ingénuo que morde o pau que lhe bate e poupa a mão que o brande.

Tire-se desta imagem a salutar lição que ela encerra.

E, por outro lado, atente-se nisto. Donde é que vêm as lições ao mundo. Não será precisamente dos países que se regem a si próprios, sob o influxo maravilhoso do princípio republicano? Não se repara nessa Suíça, que nunca se admirará bastante, onde não há dívida pública, nada não há privilégios, mas onde uma população laboriosa e instruída não sabe há séculos o que é a tirania, o que é a ignorância nem o que é a miséria? Olhe-se para esse grande povo americano, onde a população duplica cada vinte anos, onde a riqueza duplica cada doze meses, respeitado e temido por todos os déspotas e que a um aceno faz bater em retirada humilhante as águias napoleónicas do México, onde iam à busca de rapinas. Estude-se nessa França que a monarquia levou ao empobrecimento, à ruína e à invasão e que em vinte anos a república reconstitui, reorganiza, remodela, onde por ano cresce a receita de milhões e, todavia, os impostos se diminuem por milhões também.

Quem não vê estas verdades é cego dos olhos da alma, como é cego dos olhos do corpo aquele que não vê o sol.

Mas, nós, pelo contrário, insistiremos em manter a tradição?

Aceita-se definitivamente conservar o que existe? Do que existe o que é, porém, que mereça conservar-se?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O regímen financeiro? Mas esse não passava da estupenda alternativa de levantar nas praças estrangeiras com encargos fabulosamente onerosos um capital que se ia despender irreproductivamente e de garantir aos credores da nação o seu empréstimo por meio de impostos sucessivos; de maneira que, como a faculdade tributária da nação não era indefinida e o imposto é uma arma de dois gumes que retira da riqueza pública uma parte para o Estado e por outro lado a fere por esse mesmo golpe, havia de chegar, e breve, como chegou, o momento em que nem houvesse quem emprestasse nem quem pudesse satisfazer os já contraídos encargos do tesouro.

O exército, tal qual ele se encontra? Mas, apesar da valentia dos nossos soldados e da inteligência da nossa briosa oficialidade, a sua organização merece os mais acerbos reparos dos profissionais e os estadistas parece não o considerarem senão para, à sua sombra, justificarem o dispêndio da quarta parte da receita anual do Estado.

A diplomacia? Mas de que serve esse corpo diplomático, tão dispendiosamente estéril, tão extraordinariamente nulo que ainda não há dúzia de anos deixou em Espanha fuzilar um pobre doido, português, alegando ao depois que de nada tivera conhecimento?

Atingindo a derrocada o grau de intensidade a que chegou, nos nossos tristes dias, o processo da decadência coletiva, cumpre que pensemos a sério em iniciar, nas nossas meditações, uma nova ordem de pensamentos.

Tentanda est via.

Todos sentem a emergência da oportunidade, amigos e inimigos.

É por isso que os interessados em conservar o existente não se atrevem a vir à clara das discussões francas rebater os princípios democráticos, antes escondem-se por detrás da ignorância pública, pois o erro só vive das trevas, para pretender informar com calúnias grotescas os homens do partido democrático que lhes sabem há de acabar por os expulsar das suas sinecuras. Chamaram-lhes petroleiros, mas, como esse vitupério não provoca hoje senão o riso, ensaiaram então a acusação de ibéricos. E, todavia, a qualquer indivíduo de bom senso basta meditar um instante para concluir que o iberismo não pode ser o ideal de republicanos, mas só o sonho ambicioso duma testa coroada. Confundiram acintosamente o iberismo, que seria a fusão brutal de duas nacionalidades em proveito de reis e cortesãos, com o federalismo peninsular, que, aceite ou rejeitado (isso é outra questão), não é senão a doutrina

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

pura da autonomia do indivíduo na família, da família na paróquia civil, desta na comuna ou município, deste no Estado, do Estado na confederação e desta enfim na aliança geral da humanidade. Confundiram de má-fé o sonho criminoso de tantos dos seus estadistas com o sistema, utópico ou não, mas teoricamente civilizador da aliança económica das nações, da aproximação livre, espontânea, espontânea, note-se bem, dos povos que os reis arremessam às carnificinas das guerras e que os democratas querem lançar nos braços uns dos outros, extinguindo nos corações os ódios, pois os que trabalham e os que sofrem são todos irmãos e não há razão, portanto, para que se não amem reciprocamente.

É assim que o federalismo, realizável ou quimérico, não é senão o contrato fiel e independente entre grupos sociais harmónicos e nunca a perda da autonomia, que ele exatamente procura garantir contra as contingências fortuitas das veleidades de conquista a que a todo o instante um povo débil está sujeito com a vizinhança perigosíssima dum rei poderoso.

Nada valerão, porém, nem sofismas nem injúrias.

Que elas, mesmo, nos não mortifiquem.

E, entretanto, sob a insoante saraivada, nestes últimos dias agravando-se, fixemos ideias.

Marquemos data. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1898, 9 de junho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Nova Geração

Pelo desenvolvimento progressivo das civilizações, pelo, dia a dia crescente, fomento de novos arranjos e coordenações nos diversos capítulos por que se exerce a atividade, as instituições, quer dizer os factos sociais que ajudaram e protegeram a felicidade humana em certos momentos da história, passam a ser estorvos, embaraços e perigos, deste que pretendem perpetuar-se para fora e para além da sua razão lógica de existência.

É assim que o feudalismo, a monarquia absoluta, a tortura, a escravatura, odiosas tiranias contra os direitos da razão, exerceram já um papel civilizador, prestaram já, e inconscientemente, serviços na evolução geral da humanidade, serviços que ao depois se transformaram em funestíssimos impedimentos.

É assim que a monarquia constitucional no nosso país realizou este grande passo da transição necessária do governo despótico do povo, considerado um rebanho de escravos exploráveis por o príncipe e os seus aliados naturais, a aristocracia, civil e eclesiástica, para um estado social em que o mesmo povo escolhesse, pela via eleitoral, os corpos dirigentes do Estado e em que os direitos humanos passassem a ser garantidos pela lei.

Aqui termina, porém, o papel benéfico da monarquia constitucional. Depois disto, depois desta transigência da antiga realeza para com os seus escravos doutrora, nada mais se podia esperar duma instituição que, pelo ser carácter essencialmente transitório, havia de, tarde ou cedo, recair nos mesmos erros, nas mesmas faltas e, porventura, nos mesmos crimes da forma política que viera substituir.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Com efeito, se lançarmos os olhos pela história do constitucionalismo entre nós, o que vemos? Encontramos uma série ininterrompida de mentiras, embustes e traições; o povo reagindo contra as prepotências do alto e abandonado daqueles em cuja palavra confiara, quando a esses miseráveis o paço acenava com as prebendas e colocações rendosas e amordaçantes. Essa foi a vergonhosa história do reinado de D. Maria II, uma das páginas mais tristes da decadência nacional. Esse reinado constitui o desengano dos que alguma fé haviam posto no constitucionalismo, que, quando se viu em risco de soçobrar, mercê dos seus erros, não hesitam em se tornar réu de alta traição, de lesa nacionalidade, chamando os espanhóis de Concha para que viessem firmar, contra a vontade da nação, um sólio vacilante.

Dessa ominosíssima data para cá, o que é que tem sido o constitucionalismo? Por que é que ele se tem resolvido? A que estado nos tem levado?

Estamos em 1896, ao encerrar dum ciclo: tivemos a honra de pertencer a este glorioso século XIX, que determina a criação de novas ciências, que resolve os problemas postos em equação pelas idades que nos precederam, que assiste, sereno, à penetração das consciências por um sopro de reflexão e exame. Assistimos ao rejuvenescimento da nobre França, exemplo de nações, ressurgindo vitoriosa da derrota, graças à sublime eficácia do processo político que adotou para a sua reconstituição, só por ele possível; e achamo-nos a braços com uma dívida pavorosa, encargos orçamentais prodigiosos, dificuldades económicas de escura resolução, sem fé no que existe, sem coragem para o que há de vir, irresolutos, indecisos como um homem que mal começa a sair dum prolongado torpor...

Pois bem! Parece ser tempo de sair desta anarquia; sente-se que soa a hora de repelir este pesadelo; chega, talvez, o momento de salvar a pátria comprometida.

A nós outros, homens que começamos a dobrar a crista da montanha de sacrifícios e desilusões, é-nos já permitido contemplar, num relance de esperança, a nova geração, que terá de continuar e concluir a nossa obra.

Com sinceridade, declaramos que depositamos fé no seu critério mental e na sua cívica virtude.

É certo que, pelos processos maquiavélicos da instrução oficial, o Estado se não tem esquecido na faina ímpia de corromper a inteligência da mocidade.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Basta atentar na funesta tendência que se apercebe claramente nos sucessivos legisladores de programas escolares. Todos convergem no propósito de centralizar o ensino.

Isto traz como corolários a rotina nos métodos, a imposição nas doutrinas, a subserviência nos caracteres, a depressão no raciocínio, a esterilização dos espíritos.

Seria, ao contrário, preciso habilitar o estudante a exercer as suas faculdades de comparação e escolha, dar-lhe pela liberdade a independência da opinião, robustecer-lhe a faculdade crítica no processo de aquisição dos conhecimentos, na metodização deles; nunca conviria fomentar-lhe à preguiça cerebral, fornecendo-lhe um plano feito, fora do qual lhe não seja lícito saber.

Assim procediam os jesuítas no seu humanismo beatificante, e os que declamam contra o jesuitismo e apregoam as excelências dum modo de ser social, dentro de cuja órbita entenderam que a humanidade deve ficar sem progresso, estão-lhes imitando servilmente os processos, como deles receberam a mania do domínio integral.

Atendam todos os que, frequente e inconscientemente, a saúdam, nesta constante negativa da liberdade, precisamente no domínio onde ela tem de exercer o mais benefício influxo. Não basta gritar saudações; é preciso possuir no coração o que os lábios não dizem; é necessário, sobretudo, aprender que num povo livre deve ser mais pronta a crítica do que a apoteose.

E, assim, quando nos lembramos da obra... que terrivelmente vão fazendo, pela corrupção das inteligências desabrochantes, os que ainda sonham com a revivescência do regímen católico-feudal, e vendo como se calcam aos pés os decretos, discutíveis, aliás, do marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar, impudentemente, porém, fixando-se e desenvolvendo-se nesta terra a negra milícia de Loiola, por todo o país, o nosso espírito e confrange-se e quer-nos bem parecer que a todo o patriota convicto, a toda a alma liberal sincera, não é a alegria das manifestações irrefletidas que acode, mas o amargo desconsolo dos que se sentem ludibriados.

Tem sido na irreflexão e no fácil entusiasmo que as tiranias se estabelecem e a irreflexão coletiva ativamente o obscurantismo a fomenta, em todos os períodos históricos do seu viver.

Entendemos oportuno relembrar o efeito funesto destas apoteoses, apócrifas, que nos últimos tempos se têm repetido com uma insistência maligna.

Com efeito, se é realmente nobre o entusiasmo com que o cidadão livre saúda ou a memória dos verdadeiros grandes homens,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

representantes da benemerência coletiva, ou as instituições que se destacaram do seu esforço, como o sangue do seu sangue, não há também nada mais triste do que o arremedo dum calor, que se extinguiu, ou a agitação, frenética, na sua impotência final, dos que não têm intuito, por não possuírem a compreensão do seu tempo e imaginarem, na vacuidade do seu pobre entendimento, que uma sociedade se não altera, a cada instante, mas fica interminavelmente na mesma ordem de ideias e de sentimentos, experimentando as mesmas necessidades, satisfazendo-se com idênticas aspirações.

Quando tal provisoriamente sucede, ao que se assiste e ao desagregar da consciência coletiva, à perda do interesse comum, à indiferença recíproca, e a pátria acaba por não passar duma vã palavra que estranhos insultam, sem que por isso os mesmos que a dirigem se sintam englobados no aleive, antes não chegando a compreender o sentimento que dita o protesto, como ainda há poucos anos se viu no triste exemplo da censura pelo nosso governo infligida ao major Quillinan, quando se tratou do incidente Bright na câmara dos comuns em Londres.

A mocidade meditou, por certo, e aprendeu largamente nos terríveis ensinamentos da contemporaneidade histórica da pátria a que pertence.

Assim, temos por certo que, se logicamente a nova geração respeita a obra de seus maiores, não se imobiliza, todavia, nela, pois os seus olhos não pairam tristemente em brumas longínquas, antes ilumina-os o clarão do sol que vem nascendo. Se os pais representam o passado, os filhos não só anunciam como garantem o futuro, e a mocidade, se sabe venerar a memória honrada dos que lidaram na sua fé, não ignora também que a ciência, que, apesar de todos os sofismas deletérios lhe fazem adquirir, lhe impõe o dever de se não nutrir de ilusões e quimeras. Com orgulho, ela as rejeita.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1899, 10 de junho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Dever

Por motivos cuja resenha não carecemos de desenrolar, pois estão, decerto, na mente de todos, publicamos hoje o nosso periódico com o coração enevoado de tristeza.

É tal e tão revoltante o estado dos negócios públicos, tão insolente o triunfo da mediocridade, tão profunda a doentia desconfiança do povo de todos os que dele se acercam num propósito de doutrinação, é enfim tão vasta a miséria nacional que, por vezes, ao homem sincero que, sem frases, ama o seu país, um desânimo escuro invade-o, um tédio inarrável apreende-o e o que lembra naturalmente é a reclusão numa indiferença altiva.

Ao cabo de meio século de parlamentarismo, imbecilmente macaqueado da Inglaterra, o povo português, sem confiança nos seus eleitos, abandona a urna e, nas ocasiões angustiosas que suscita a cupidez monárquica, sem dignidade e sem senso comum, roja-se em frente dos seus tiranos em súplicas abjetas.

Os partidos que se disputam o poder, não dissemelhantes na doutrina, que nenhum possui, arrastam uma vida miserável de difamação recíproca, sujos de escândalo, retratações, permanentes mentiras.

A instrução nacional é alguma coisa de tão extraordinariamente estéril que difícil seria encontrar uma fórmula suficientemente precisa a defini-la e caracterizá-la. Sem plano e sem ideal, ela contenta-se em ministrar aos cérebros que pretende fortalecer para a áspera luta da vida moderna um palavreado oco, vago, balofo na sua importância proudhomesca, que faz, torcido e retorcido pelos retóricos do professorado, do jornalismo e do parlamento,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

o encanto de todo um mundo de cretinos. A mocidade que sai das escolas, depravada pela gíria metafísica, com que as dificuldades se iludem e as incógnitas se suprimem, vem a constituir esse Estado no Estado da bacharelice pedinte de que se extraem os grandes homens do constitucionalismo.

A legislação é um caos, de disposições contraditórias, copiadas daqui e dali, em que a perceção mais lúcida nunca consegue ver claro.

As despesas orçamentais sobem a um *quantum* desastroso, durante anos de insânia agravado pelos juros dos sucessivos empréstimos com que as administrações ininteligentes conseguiram fazer face às dificuldades do momento.

No comércio, na indústria, nos salários, vexados do fisco, cada dia veem os trabalhadores uma maior parte dos seus esforços desviada pelo aparelho governativo em proveito não se sabe de quem, não se sabe para quê.

O regímen aduaneiro, flutuando entre o protecionismo e o livre-câmbio, representa primeiro que tudo um processo tributante, sem outra mira quase mais de que a de obter da riqueza pública, para fins misteriosos, o que diretamente a contribuição industrial e suas congéneres arrecadam, por seu lado.

E, na indiferença pública, tratados ruinosos vão alienando a melhoria da vastidão dos poucos domínios ultramarinos, garantia da propagação da raça cada vez mais insontemente comprometida.

O jornalismo conservantista, quando se não emprega a injuriar os democratas, esgota-se na discussão do indiscutível, se o grande homem *um* tal é ou não um Cícero, se este tem o verbo fecundo de Demóstenes, se àquele traz ou não na dextra *o facho reluzente da civilização iluminando as estradas do Porvir.*

Mas, sintoma consolador, por debaixo de tudo isto, sente-se o surdo fermentar da indignação e, de onde a onde, o protesto irrompe, dentre a comédia funambulesca que se desenrola. A palavra generosa e convencida dalgumas naturezas superiores que se não deixaram corromper acudiram de todos os lados do país adesões, entusiastas. Um novo espírito de reforma começou enfim a circular. Aos poucos, o povo adormecido vai, pois, despertando. E a ficção, a odiosa ficção que, há meio século, nos escraviza, envolvendo-nos, principia o soro da realidade a desfazê-la. Vai-se compreendendo, afinal, que o regímen existente é incompatível com o direito e com as mais próximas necessidades sociais. Observe-se que é absurdo persistir na adoração de fórmulas que se esgotaram dentro do lapso, relativamente medíocre, de cinquenta anos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

E sente-se que alguma coisa existe, definida, racionalmente deduzida, nos livros dos publicistas e de que a parte mínima, até há pouco passada à concreta realidade do facto social recebera da experiência a consagração única que legitima as teorias.

Neste momento de crise, perante a intolerância da perseguição, recapitulemos conduta e fixemos proceder.

Dado que a atual ordem de coisas entrou na sua fase negativa, estabelecido que as instituições, os factos regulamentadores da atividade social, se acham em pleno trabalho de íntima dissolução, compreendido que o existente se dissocia espontaneamente, sob o efeito das causas de salutar decomposição que o trabalham, cumpre ir desde já precisando o critério que tem de vir a presidir na obra de recomposição que se há de suceder naturalmente, a esta desorganização, já tão adiantada.

Os princípios que serviram ao artificial agenciamento deste moribundo corpo político devem ser submetidos a uma apreciação severa, de maneira a uma refutação de erro corresponder e determinar a determinação de exatos teoremas opostos.

Estes não escasseiam e se o doutrinarismo do princípio do século, reação metafísica contra a filosofia experimental do século passado, produziu os constitucionalismos hoje agonizantes, o critério positivo, triunfante afinal, apesar de todos os esforços em contrário, ser-nos-á guia seguro para a eliminação e substituição de anacronismos que o espírito do nosso tempo repele e repudia.

Os redatores desta folha não desconhecem a pesada responsabilidade que a si mesmo se impuseram.

Sabem que os seus talentos pessoais não estão à altura da vastidão do problema pendente. Que importa, se o que os move não é a preocupação egoísta do interesse pessoal?

De resto, o que faz a força dos homens não reside numa suposta aptidão divina, graça privilegiada de certos, mas deriva das verdades, que cada um pode ir colhendo da reflexão e do exame. E, se a série de *grandes homens*, que se tem disputado a posse desta infeliz terra, se extinguiu, sem deixar de si nada de proveitoso, sem firmar coisa alguma de fecundo; se o génio apregoado destes e daqueles se perdeu nos baixos expedientes de quem não possui ideias; se a obra dos enormes talentos, das capacidades assombrosas que a rotina se esforçou por manter numa admiração inconsciente se resolveu pela *bancarrota*, fim final pavoroso de tudo o que criaram, força é a emancipação da tutela dessas supostas superioridades, o estudo, por cada um feito, dos fenómenos entregues a umas crassas minorias dirigentes, na

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

certeza de que o erro é menos a temer quando os que procuram a verdade crescem de número.

Por consequência, a todo o que conhecer um facto, a todo o que encontrar uma relação, a todo o que descobrir uma lei, a todo o que tiver formulado um princípio em qualquer departamento do espírito corre o dever de, pela publicidade desse seu esforço, por mínimo, concorrer para disciplinar as opiniões, unifazer o critério, solver as antinomias, dissipar os preconceitos, de classe, de partido, de grupo, a fim de que se constitua um corpo de doutrina, tão homogénea no seu todo como desenvolvido e completo nos seus pormenores.

Exercem, pois, os redatores desta folha um direito iniludível, ou antes cumprem um dever inadiável.

Posto isto, eles, hoje como no primeiro número do jornal, poderiam à frente do seu trabalho inscrever, consoante a expressão do seu intento, a nobre divisa francesa: — *Faisce que dois, advienne que pourra.* *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1901, 12 de junho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Conduta

O partido republicano português não é uma agremiação de doutrinários, vivendo no abstrato das teorias e desconhecendo as condições reais de existência do povo ao qual pretendem adaptar os princípios. Ele se recruta de homens práticos, prudentes e avisados que se têm preparado de longa data para que, um momento chamados à governação, procedam sem flutuações a verdade especulativa e sem hesitações no método, à sua árdua tarefa imposto de reorganizar, em bases duradoiras uma sociedade política abalada e confusa.

Procedem de idêntica maneira a que seguiram os seus correligionários lá de fora; de análoga forma conduzirão os seus trabalhos.

A democracia francesa, por exemplo, deve o êxito da sua terceira tentativa à adoção dos processos positivos de doutrina, e, ao período laborioso da sua organização como governo, conduziu a percussão a todos os espíritos, servindo-se da difusão dos princípios por catecismos duma compreensão fácil, como esse magistral opúsculo de que Gambetta encarregou Júlio Barni.

Ora, para o plano da conduta ulterior dum partido é preciso antes de tudo estabelecer o espírito em que ele tem de ser concebido e executado.

Evidentemente a democracia de nossos dias não é a velha democracia jacobina que, partindo do absoluto metafísico da razão pura, inscrevia como princípios inabaláveis os corolários que o método dedutivo ia, com um rigor lógico, por vezes funesto, extraindo de axiomas fundamentais.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na política como na filosofia, o absoluto cedeu o passo ao relativismo, hoje condição primordial de toda a conceção sadia. De forma que, assim como se se quisesse formular um programa de física ou um programa de química, ele traria o carácter relativo nas suas complexidades maiores de *hipóteses mais prováveis*, assim num propósito político as afirmações mais concretas deverão aceitar-se como *resoluções mais práticas.*

Mas, quer na física quer na química, quer em qualquer das ciências elementares na sua hierarquia crescente, para que essas ciências se constituíssem com o feitio positivo a que chegaram, necessário foi que se tivessem encontrado verdades primárias irredutíveis e inatacáveis, que representam, por assim dizer, o absoluto no relativo; e essas se inscreveriam num elenco das respetivas ciências como categorias fundamentais; assim na política, que não é mais do que a arte de que a sociologia é a ciência mãe, visto que esta se encontra em via de definitiva constituição, deverão existir, e existem com efeito, princípios primitivos que correspondem aqueles das ciências elementares e que serão inscritos no plano político como temas sem contestação.

Todavia, sabe-se que o método dedutivo é cada vez menos aplicável à medida que a ciência se vai compilando na escala; assim, em matemática ele é o único, na física deduz-se menos, menos na química, menos na biologia e na espantosa complexidade sociológica a dedução é, por assim nos expressarmos, quase nula. Portanto, num ideado projeto político, como numa ação governativa, sua imediata, o processo a seguir não tem de ser aquele de tentar de um princípio estabelecido exteriorizar-lhe as consequências lógicas; mas sim, o método a usar será o inverso. Quer dizer, a observação dos factos sociais, na sua evolução contínua, levou-nos a induzir que, a respeito dum fenómeno específico qualquer, a sociedade evolui num sentido dado para um término previsto. Consigna-se esse término, para que favoreçamos convenientemente o desenvolvimento no sentido em que ele se produz, como o intuito de, próxima e finalmente, poder atingir esse limite para onde se encaminha.

Empiricamente, os legistas chegaram, mais ou menos, a esta compreensão, que não é outra coisa do que um dos resultados da maravilhosa renovação filosófica do século, a cuja sistematização se ligou principalmente o génio assombroso de Augusto Comte. Assim, nos códigos, eles estabelecem uns princípios, que foram levados a considerar fundamentais, e logo partem a coordenar a legislação concreta num sentido de harmonia com esses lemas

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

primários. Desta forma, no título I, capítulos I, II e III do *Código penal português* e no título I do livro I da parte II do nosso *Código civil.*

Mas, como uma sociedade possui um feitio tradicional, uma compreensão *sui generis* do direito, um sistema de opiniões e sentimentos avigorado pela rotina, é frequente encontrar na letra ulterior dos códigos disposições que, mais ou menos, dificilmente se coadunam com esses princípios primários registados.

Na ação política da democracia, é claro que contradições destas se não podem dar, por isso que a democracia é um sistema definido de instituições que, estabelecidas, se abastam na sua especialização e se completam num regular todo comum. Mas o que queremos dizer é que, independentemente da linha geral do modo de ser democrático, particularizações do critério existem que exigem adequadas referências.

Numa palavra, a questão que vamos indicando é a questão do método, em que ocorrem confusões que cumpre ir esbatendo.

Com efeito, o que afasta irresistivelmente os homens não é a doutrina, desde que há acordo entre eles no método. Este é o ponto essencial. É assim que não pode haver conciliação entre um que parta do absoluto e outro que assenta do relativo, entre um orgulhoso possuidor da revelada verdade inteira nos domínios da organização social e um duvidoso experimentador que sabe que, laboriosamente, os princípios políticos os vai extraindo da observação insistente das sociedades humanas.

Mas entre democratas leais e sinceros e que não pode nunca existir contradição radical, por isso que hoje todos concordam em que as sociedades políticas obedecem a leis de desenvolvimento duma marcha teoricamente regular.

A opinião republicana em Portugal provém precisamente da doutrina, que comprovamos, de que o nosso país se aproxima do momento oportuno para que uma alteração política se opere.

Há meio século que o constitucionalismo se estabeleceu nesta terra e, depois de ter realizado os progressos de que era capaz, como a introdução da liberdade civil, se bem que cerceada, a remodelação da propriedade, pela extinção dos morgadios, e a secularização da sociedade portuguesa, pela discutida supressão claustral, ele esgotou o seu papel. Entrou na fase da decomposição, não tem plano, não sabe em que fingir que serve para o que quer que seja.

Ora, um sistema político existe só racionalmente o tempo em que tem a cumprir um papel orgânico na sociedade que domina. O constitucionalismo cumpriu-o já, se bem se mal — à história é

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

que cumpre dizer. Agora, como os progressos de ordem política que realizasse lhe ameaçariam, para mais ou menos cedo, a sua existência, e ele bem o sabe, encerra-se numa esterilidade egoísta no tocante à cultura progressiva, e, pelo contrário, precipita-se na ladeira duma obstinada retrogradação, porque não está seguro do dia seguinte.

Ora, para este momento futuro é que a democracia portuguesa está percebida, com um plano de doutrina estabelecida, em volta do qual a opinião do país se congregou.

Então, não haverá, naturalmente, indecisões da parte dos governantes, nem se produzirão resistências do lado dos governados.

Sabe-se o que se quer, para onde se vai e por que forma; e as resoluções que se tomarem virão chanceladas da grande força das adesões gerais.

E aqui mais uma vez se vê a fertilidade extraordinária do princípio democrático. Isto que sucede ao partido republicano não pode dar-se com grupo político mais algum.

Porque, no sistema híbrido que nos rege, ainda que um partido liberal mas monárquico consigne, na sua carta de apresentação ao povo, um certo número de princípios justos e sensatos e que, pela força impulsiva da simpatia pública, ele chegue aos conselhos da coroa, fatalmente lhe embaraçará os passos uma resistência surda, procedendo de complexos interesses políticos, diferentes dos da nação, e que lhe minará qualquer propósito inovador com que tomasse conta das pastas.

Então, de duas uma: ou (o que, mercê da ambição de mando, até da simples vaidade, não acontece) o governo persiste, e entre os altos poderes do Estado um conflito se estabelece, que logicamente acabaria pela demissão do ministério e pela insurreição popular, ou (que tem sempre sucedido) o governo abdica e rasga humildemente o seu programa. Em ambos os casos, o povo foi burlado e a nação é quem sofre de toda esta comédia, mais ou menos risonha.

O reinado de D. Maria II e a história dos nossos dias encarregam-se de dizer se, sim ou não, estamos aventurando teorias no ar.

Mas demos ainda que nada disto suceda, isto é que dentro da monarquia as realize um certo *quantum* de reformas salutares, pela inconsciência de quem se não soube defender, por não discriminar o alcance longínquo das medidas do momento.

Ou essas reformas se sofisticarão, consoante todas as tentadas até hoje, e a situação voltará a ser a mesma, contendo o gérmen de indisposições populares, que, como sempre, progressivamente

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

vão mais longe, ou entrar-se-á num período leal de inteira subalternização do chefe nominal do Estado.

Neste caso, a sua situação política será tão mesquinha que, ou, de seu *motu proprio*, vendo-se atacada na sua autoridade e diminuído na sua iniciativa, se é um homem brioso, ele repetirá o exemplo de Amadeu de Saboia, ou, se o não fizer, a menor veleidade de reassumir a mais pequena parcela da sua antiga independência perdida se tornará, teoricamente, o ensejo de reprodução da crise anterior, só procrastinada.

Por conseguinte, a república é, finalmente, o limite a que as considerações mais separadas nos levam todas.

As coisas não se passarão, todavia, assim.

A monarquia não há de ceder a sério, nem o pode, sob pena de ser idiota, pelo absurdo de um organismo se ferir e combater conscientemente a si próprio.

Tem de resistir a inovações para ela perigosas, de forma que ou as lições da história resultam aceites falsidades, ou a democracia corre o risco de, quando menos o cuide, ser chamada a cumprir a sua missão.

Para que lhe seja fácil o fazê-lo, é que lhe era preciso fixar a si mesma as ideias orientadoras.

Nisso trabalhou e trabalha. Quanto a quem estas linhas escreve, o seu critério deve ser o radicalismo no sistema dos princípios fundamentais, o relativismo positivo no método de os realizar. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1903, 16 de junho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Hipótese

A imprensa oficiosa, particularmente a de Lisboa, tratando de defender as medidas coercitivas pelo governo tomadas contra parte do jornalismo livre, sujeito arbitrariamente, sem precedência de lei alguma, à censura prévia, vem, estes dias, reeditando contra os republicanos acusações cem vezes rebatidas.

Assim, o conjunto da teoria democrática tem sido por esse periodismo capitulado de uma quimera impossível.

Isto cai já agora, porém, no domínio da pura banalidade.

Com efeito, todos têm ouvido a estas criaturas incaracterísticas a quem a consciência da própria mediocridade faz supor nos outros inferioridade análoga, franzindo a testa como de uso aos que se entregam às severas cogitações, as palavras sacramentais com que respondem às sugestões mais fundamentadas: — Isso são utopias, sonhos generosos da mocidade, quimeras dos vinte anos.

A palavra entrou assim na corrente vulgar das opiniões e tomou o sentido pejorativo de construção ideal dum carácter arbitrário, fora das condições mesmas da vida no agregado humano. Os visionários dos mais extravagantes sistemas deram, de resto, eles mesmos, ao plano de suas aspirações, como Morue, o nome genérico de utopia, e o vocábulo designa ainda hoje para tal maioria da gente por aí o que de mais irreal pode conceber um cérebro enfermiço.

Estava reservado ao génio de Augusto Comte o reconstruir o sentido da dicção, destacando-lhe o que confusamente de fecundo ela compreendia. E, assim, o nome de *utopia* deve aceitar-se agora no sentido a que corresponde a palavra hipótese no campo das

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ciências experimentais. A utopia é a hipótese sociológica, como a hipótese é a utopia científica.

Precisemos. As ciências constituem-se pela observação dos fenómenos duma categoria determinada. Os sentidos (afora o resíduo, mais ou menos consciente, legado pela hereditariedade), único veículo das ideias, ministram-nos ao cérebro impressões de tal e tal natureza que este coordena em noções abstratas de modo a formularem-se estas nitidamente sem que a impressão de que procederam se repita.

Admitido se estabelece que os sentidos, retificada a impressão, nos não enganem e que, com efeito, as coisas se passam realmente como elas se nos afiguram. Afastamos como infecundo o idealismo de Berkeley e o mesmo lema fundamental da crítica da razão pura, fixada por Kant. Aceitamos o postulado, indemonstrável decerto mas sem o qual não há conhecimento possível. Observa-se logo que os fenómenos naturais se grupam em classes e se comportam segundo formas definidas e invariáveis, a que damos o nome de leis, expressas todas pelo princípio newtoniano de que um antecedente em condições iguais tem um consequente igual. Esta agrupação dos fenómenos em categorias é o que permite a ciência, pois compreende-se que, se estes fossem tão independentes um dos outros como são numerosos, a exiguidade de nossas forças cerebrais nos não permitiria reter a infinita variedade das modalidades naturais, que nós abrangemos nas suas reduzidas categorias de factos físicos, químicos, biológicos e outros.

Ora, dentro duma categoria determinada, esta decompõe-se ainda em subespécies, onde, dado o critério geral do fenómeno, nós o apreciamos na sua modalidade respetiva. Assim, p. ex., sabido o que se deva entender pela categoria dos fenómenos físicos, nós vamos diferenciá-los em factos luminosos, caloríficos, acústicos, elétricos, etc.

Tomado agora um desses departamentos, seja o luminoso, vemos que lhe pertence uma variedade vastíssima de aspetos, por que eles se nos oferecem ao exame, fenómenos de reflexão cujas leis a observação nos dá, fenómenos de polarização e de interferência, etc.

Conhecidas na relacionação de antecedentes a consequentes, chamada lei, o homem que especialmente se ocupa dessas modalidades, conduzido pela necessidade cerebral de tipificar os fenómenos, reduzindo-os à subordinação a um critério geral, e fundamentado no êxito de tal tentativa em casos análogos doutras zonas do conhecimento, constrói o que se chama uma hipótese.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Deduz dos caracteres similares de fenómenos da mesma natureza uma norma geral a que os submete e, assim, diz no caso sujeito: — Os fenómenos de natureza luminosa explicam-se pelo facto comum de que certos corpos despendem de si uma matéria tenuíssima, a que chamamos luz, e que em condições verificáveis, tais ou tais, assim nos apresenta a modalidade tal ou tal.

A vantagem destas hipóteses é manifesta; elas servem o cérebro, libertando-o da fadiga que a simples acumulação desordenada dos fenómenos lhe produziria; elas conduzem à interpretação de fenómenos novos da mesma espécie e duram só enquanto factos observados se não manifestam em contradição com essa generalização, que, assim, é substituída por outra mais perfeita, compreendendo esses factos antinómicos com a primeira e cuja explicação a recente formula. Por isso, a hipótese das emissões que bosquejamos, desde que Fresnel demonstrou ser incompatível, entre outros, com os factos luminosos da difração e da interferência, cedeu definitivamente o passo das ondulações, que ainda subsiste.

Ora, a utopia representa em sociologia este papel da hipótese nas restantes ciências. Avaliada a variedade dos fenómenos sociais, o homem sentiu a necessidade de os grupar em classes definidas e destes nestas desmembrar hipóteses, que lhe servissem de guia em sua apreciação.

Assim, dado o facto natural da família, ele formulou a utopia da subordinação integral do grupo familial ao poder do pai. Esta hipótese sociológica explicou durante longo tempo todos os fenómenos daquela natureza; até que, manifestando-se novas energias, como a dignidade dos filhos, a necessidade de cidadãos altivos, a consideração da mulher como mais de simples fêmea, a hipótese primeira, não se conciliando com estes factos, teve de sucumbir diante duma utopia, mais vasta, a da simples tutória dos pais e da igualdade civil dos esposos.

É pela mesma ordem de ideias que, no facto político, nós, que defendemos a doutrina democrática, possuindo no espírito a ideia orgânica a que os nossos adversários clamam, desdenhosamente, a utopia da república, não fazemos mais de que dar a fórmula teórica que compreenda todos os fenómenos de ordem política hoje verificáveis pela observação.

Os que constituíram as monarquias constitucionais não procederam doutro modo. Eles chegaram à conceção duma hipótese que abrangia todas as energias sociais num certo momento da evolução da civilização humana, como a inviolabilidade da consciência,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a autonomia da opinião, a publicidade das contas do Estado, a liberdade do contrato, o sigilo da correspondência, etc.

Por consequência, enquanto se não manifestasse no agregado social um fenómeno novo, a hipótese ou utopia constitucional era a mais perfeita e completa; mas, desde que essa nova energia aparecesse sem poder ser compreendida dentro dessa hipótese, como tal facto não se aniquilaria, a hipótese é que teria de ser substituída por outra, abrangendo todos os fenómenos da antecedente — mais esse novo.

Ora, o fenómeno a que nos referimos manifestou-se, e é o da antinomia entre a soberania do fator político, o cidadão, e a existência de poderes sociais não emanados organicamente dele. E, como a hipótese republicana resolve esse fenómeno, explicando-o, ela tem de se substituir, fatalmente, à anterior, que o não comporta.

Por consequência, toda a questão é sempre entre utopia e utopia, isto é, entre hipótese e hipótese.

A imprensa oficiosa lisbonense não nos parece, pois, e resumindo a conclusão, muito bem inspirada.

Reputávamos mais acertado, da sua parte, ou a refutação, no abstrato das teorias, dos princípios fundamentais do nosso credo, ou a demonstração positiva de que ele era, histórica ou etnicamente, entre nós inaplicável.

A simples exposição de lugares comuns não satisfaz. Mas, como podem confundir espíritos incautos ou pouco prevenidos, supusemos vir a lance esclarecer uma questão, que donde a onde, como agora, reaparece, com uma insistência digna de melhor causa.

Quer dizer, que não representam as linhas acima, o simples devaneio duma disposição dialética, antes significam uma utilidade prática.

Por isso é que não hesitamos em as escrever.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1905, 17 de junho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os Mortos

Sucumbiu um destes dias últimos um homem notável pela pujança da sua intelectualidade, e claro que as linhas que vão seguir não derivam dos encómios, justos na verdade, publicados a seu respeito.

Mas o seu caso sugeriu-nos reflexões a propósito de outros, que lhe não são afins aliás.

Todavia, afigura-se-nos vir a lance.

É, com efeito, notavelmente digno de reparo a contradição que se observa na nossa imprensa, tão flutuante, de resto, nas opiniões acerca dum homem público enquanto vivo e depois de morto.

O que ontem foi taxado das culpas mais negras, o que se demonstrou, com todo um rigor cruel, que era um inútil, um impudente, um renegado e um bandido passa a ser no dia seguinte ao do seu trespasso o mais ínclito dos varões ilustres. Fazem-se desfilar processionalmente as suas qualidades domésticas, avoluma-se-lhe um ou outro serviço cívico e acaba-se reclamando o Panteon para o finado.

Sabe-se, no fim de tudo, o que esta contradição demonstra uma vez mais? É que o nível moral do nosso país continua descendo duma forma assustadora. Estamos em pleno regímen de mentira.

O mais ilustre membro da esquerda hegeliana, Luís Feuerbach disse algures que a fórmula que explicava o mundo moderno era a hipocrisia. E, com efeito, sem sair do microscópico mundo português para fora, nós observamos que, de cima a baixo, a hipocrisia domina, soberana. Uma burguesia cética afeta uma fé viva; a família, desorganizada e hostil, aparenta de harmónica; nos costumes, uma ostentação fátua encobre a penúria do interior; na educação,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

uma polidez refinada é o verniz... que se abriga um egoísmo selvagem; na instrução, é o palavreado retórico que finge de ciência.

Hipocrisia o parlamentarismo, hipocrisia a liberdade, impostura a diplomacia e impostura a riqueza pública. Uma corrupção profunda invade tudo e, quando dos aspetos verdadeiros da vida a arte na sua irreverente feição realista, começa a levantar as máscaras, toda uma multidão de sobressaltos apressa-se a protestar a título duma última hipocrisia, o decoro. Este conceito sintético retira toda a originalidade à prolixa difusão das *Mentiras convencionais*, recém-desenvolvidas pelo *blagueur* científico que se chama Max Nordau.

É assim que, desde que um homem público morre, ninguém se atreve a dizer bem alto o que ele realmente foi durante a sua vida. Acostumou-se esta gente a acreditar que há alguma coisa superior à verdade e que seria uma infâmia sem nome apontar um cadáver à indignação das consciências retas.

Nós compreendemos que, quando uma carruagem funerária passa para o cemitério e que uma família se desola, o silêncio é um dever humano. Mas nada mais; porque sair desse silêncio para se dizer do morto exatamente o contrário de que se dissera na véspera, de duas uma, ou é confessar calúnias ou é escrever mentiras.

Se nos repugna o espetáculo de Paul de Cassagne vomitando injúrias sobre o caixão de Thiers, não nos repugna menos esta falsificação do juízo público acerca dos que desaparecem, por intermédio de panegíricos pondo um bizarro ponto final nas diatribes.

Mas, logo fechado esse parêntesis lutuoso, a crítica retoma os seus direitos e formula a respeito do que morreu a apreciação exata.

Então, em todo o espírito esclarecido, deve acentuar-se a justeza, incontraditável, da máxima do lúcido, ainda que, geralmente, estreito Voltaire: — *On doit dês regards aux vivants, mais aux morts on ne doit que la verité.*

Desta compreensão da justiça é que resultam os corolários proveitosos. Ela é a punição suprema dos vis, é ela que tem de suster, pelo receio dos julgamentos severos as solenidades dos túmulos, aqueles que as tentações fazem vacilar, ela é a grande escola em que se há de formar a mocidade e a água lustral de que à consciência da nação cumpre sair retemperada e pura.

Agora, se nada disto se diz, se um falso pudor nos proíbe a justiça; se nada importa tecer uma vida de embustes, de vilanias e de traições que, sejais o que sejais, a apoteose se vos decretará por igual, que consagração merece a honra e que prémio se oferece à virtude?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Bem sabemos que ao justo nada o aflige o desconhecimento de suas qualidades, nem a alma reta segue a áspera linha que se traçou para ter direito às públicas ovações; mas o facto é que se não cumpre um dever, o facto é que se encaminha a juventude, que entra na vida, pelas veredas tortuosas e pelos desvios de que se sai coberto de opróbrio.

Guardem-se as lágrimas para os que morrem na brecha, tendo votado a sua vida à defesa da verdade, tendo, no absoluto desinteresse, feito sua a causa dos oprimidos, dos deserdados e dos infelizes. Para esses é que as saudações se reservam; para os mártires obscuros, para os despremiados apóstolos.

Seja diante da memória desses ignorados que nos sintamos comovidos, e no desfiar modesto dos que acompanham os seus féretros seja que nos queiramos incorporar.

Aos vitoriosos não se erga, em aclamações, a nossa vez humilde; mas aos vencidos ela renda preito e homenagem.

Consoante, escusadamente, frisamos, não se trata aqui dessa poderosa figura e Casal Ribeiro, que o nosso colega Silva Pinto qualificou numa nervosa palavra, chamando-lhe *um homem*, e que outro nosso também eminente colega José Caldas, definiu, com rigor, pelas oscilações *românticas* do seu temperamento.

Mas o passo aviva-nos a recordação pungente de inconscientes ou interessadas apoteoses, que atingem o cinismo, quando se endereçam a personalidades francamente antipáticas, por liberticidas, como Lopo Vaz.

Ah! Realmente, nós vivemos num tempo singular; fomos chamados a assistir à agonia dum velho mundo, de injustiça e de opressão, que resiste e, desesperado, procura prolongar uma existência que nos pesa.

Desta diferença, entre o que a nossa consciência nos indica, como a verdade e a justiça, e o que encontramos realizado na sociedade de que fazemos parte, produz-se espontaneamente uma prostração moral, que corrompe até o mais íntimo a maioria das vontades e das inteligências.

Não se tem fé no que existe e não se confia nos homens que sustentam este *statu quo*, mas diz-se que não virá talvez melhor, e o receio do desconhecido imobiliza-nos no erro e no mal.

E aqui se vê o quanto a morte exerce um papel benéfico na marcha geral da humanidade. Chega um momento em que os mais audazes e os mais perspicazes, vendo a obra do seu ideal constituída, adormecem no facto consumado, e, se sabem dessa modorra de consolação beatífica em que os deixou o ultimarem a

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

sua tarefa, é para reagir contra os que, recém-chegados e abrangendo um mais amplo horizonte, pedem para se marchar para diante.

Ora, como esses homens tornados rotineiros dispõem da grande força de orientar a opinião, pelo seu prestígio, pelo renome de seus passados serviços e, principalmente, por darem a expressão política, literária e científica às ideias atrasadas e confusas da maioria da gente educada por eles, sucede que a minoria, que representa o porvir, não os combate com armas iguais. Que importa que essa minoria lhes sobreleve, quer, com lucro pessoal, nos merecimentos propícios quer, independente das qualidades intrínsecas, no simples ideal antagónico? A rotina é surda, e todo um mundo de medíocres obscuros aplaude o medíocre triunfante ou, demos, o valioso em vitória.

Mas é aqui que a grande lei do progresso se afirma, pela seleção dos organismos melhores e extinção irrevogável dos menos perfeitos, ou atrasados, ou esgotados. A morte encarrega-se de eliminar, da concorrência das ideias, estorvos funestos. Aos poucos, os homens que representam o passado, Rodrigues Sampaio, Pinheiro Chagas, Lobo de Ávila, Marçal Pacheco, desaparecem; e as instituições que eles amparavam de suas obstinadas energias encontram-se isoladas e fracas diante de adversários, que caminham resolutos.

A morte desses personagens não é, pois, em regra, por maiores que sejam seus talentos individuais, caso para lástimas e choros. Longe disso. Como Oliveira Martins, quando do falecimento de Fontes, *tranchons le mot*; pronunciemos o vocábulo; desmascaremos a ideia; sejamos sinceros, ainda sob pena, quiçá, de sermos brutais: ela deve rejubilar todos os que, colocando acima dos homens as ideias, servem a causa do futuro.

Assim como no organismo animal não há senão motivo para contentamento com a atrofia de órgãos definhados e doentes, substituídos logo por outros na integridade fisiológica, assim no organismo social nos não deve penalizar a eliminação daqueles que não representem, para a cultura geral, senão a permanência nociva de caracteres inferiores.

Não é por outra forma que se opera o progresso das civilizações; nem, desde a célula até à sociedade, a vida, com o seu carácter perfetível, se perpetua senão pela morte. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1907, 19 de junho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os Desmandos Jornalísticos

Restabeleceu-se a censura prévia, sem que os poderes públicos que se arbitraram uma tão grande responsabilidade tivessem a justificá-los legalistamente, que doutra forma, mais elevada e pura, não poderia ser, a sanção de decreto algum, estabelecido normalmente, segundo as praxes e mediante as prescrições que se exigem nas sociedades cultas para a constituição regular do corpo do direito público.

Falar em lei, com efeito, no Portugal contemporâneo equivale a uma irrisão; na verdade, nenhuma das condições requeridas para a lídima confeção das disposições legislativas é mantida e acatada.

Regularmente, as leis agora entre nós derivam da iniciativa autocrática do poder executivo, que se conserva em intermitente ditadura. Donde a onde, afeta as fórmulas constitucionais e convoca o povo aos comícios eleitorais. Mas isto é uma burla, pois que, pela pressão administrativa, pela falsificação dos recenseamentos e pelas fraudes e violências no mesmo ato eleitoral, os deputados não são, na realidade, eleitos pela nação, mas sim nomeados indiretamente pelo ministério do reino.

Consequentemente, a chancela parlamentar, pelos *bills* de indemnidade, não significa mais do que a aquiescência de criados de servir aos caprichos, indiscutidos e indiscutíveis, de seus amos e patrões. Proibido aos comitentes, o mandato imperativo existe no país, pela forma, nova e singular, não prevista pelos tratadistas, de procuração emanada das antecâmaras do gabinete. A conclusão é que as leis não têm autoridade moral; representam a boa ou

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

má vontade dum poder independente, absoluto e até único, pela natureza das coisas.

Ainda assim, e como se esta monstruosidade não bastasse, essas mesmas mesquinhas garantias não são garantidas; e inventa-se o magistrado policial de franquias extensas, omnímodas e obsoletas.

Restabelece-se a censura prévia; volta-se ao tempo das permissões preliminares da mesa do desembargo do paço. Na última página dos jornais, deveria, logicamente, aparecer a rubrica do *bonvieuxtemps.*

Ali cumpriria ler, como dantes se lia no rosto dos livros; *Com licença.* A galhofa nacional teria de repetir, com o sorriso amarelo dos escravos receosos, a chalaça clássica: *Pode subir,* que era de uso inscreverem por debaixo da legenda, com pena de pato, em letra idoneamente tremida, os *espíritos-fortes.*

Nesta vergonhosa aprendizagem da tirania a que vimos sendo submetidos desde o *ultimatum* de janeiro de 1890, os sucessivos gabinetes, inspirados todos num homogéneo critério de repressão, têm caminhado habilmente. Não avançaram um passo sem primeiro se certificarem da solidez (aparente?) do terreno anterior onde tinham pousado os pés. Como, porém, verificaram as resistências frouxas e lhes pareceu que estavam, eles, sólidos, foram adiantando a marcha. Como sentiram mole, carregaram. Até agora, não se iludiram. De modo que não será exagero conjeturar que, nesta pavorosa retrogradação, ainda nos esperam mais e mais bonitos futuros, em idêntico sentido delineados.

Esperamos ainda ver restabelecida, em matéria de expansão do pensamento, pela palavra escrita e publicada, a autoridade solene, estrangeira e ultramontana, do Ordinário, e contamos vestir os fatos domingueiros para assistir, simultaneamente compungidos e gloriados, aos autos de fé em que sejam feitos sem torresmos os snrs. Alves Correia, Faustino da Fonseca e outros *da nação,* diminutos relapsos, contumazes e profitentes da herética perfídia e pravidade de convicta democracia.

Não se pense que nos entretemos em exposições quiméricas, só expostas e desenvolvidas por um estímulo de ironia, de duvidoso gosto. Pelo contrário; as lições da história estão patentes para nos orientarem nas presunções que são compatíveis com a audácia odiosa dos governantes e com a desprezível abjeção dos governados.

Doutra maneira não seguiram os sucessos nessa Inglaterra, indiscutível, inviolável e sagrada, que nos tem de enviar, num

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

dos próximos paquetes, um moderno Beresford, procônsul, generalíssimo, habilitado *utroque jure*, com poderes excecionais, superintendendo na administração e no governo, dispondo do tesouro e da justiça, mandando nos escrivães de fazenda e nos desembargadores da alçada e acabando para exemplo, por fazer enforcar, na esplanada do castelo de S. Julião da Barra o tenente Coelho.

Aí também, nessa ilha sublime, que um poeta abominando e execrável, e judeu Henrique Heine, disse que o mar não engolira ainda com nojo de a ter de vomitar depois — (o insolente era alemão; a lei de imprensa esqueceu, nas suas restritivas proibições, a citação de textos exóticos e de defuntos, de mais a mais; e a nossa intenção é excelente, porque não temos em mira mais do que de apontar à condenação pública aforismos dignos, na verdade, de toda a indignação dos caracteres nobres e das almas patrióticas; por isso nos atrevemos julgando não incorrer, por infração, nas iras legítimas e santas dos nossos bons senhores); — aí, também, nessa ilha sublime, dizíamos, houve uma conjetura parecida.

Foi quando do segundo dos Stuart, após a gloriosa restauração intentada com magnífico êxito pelo divino Monk, cujo prestígio debalde tentaram ofuscar, na admiração da história e na gratidão dos povos reconhecidos, em nossos medíocres dias, um Saint-Arnaud em França e um Martinez Campos em Espanha, ambos estes, por suas virtudes de lealdade e abnegação, dignos, aliás de todas as homenagens.

Na Inglaterra também se suprimiu a liberdade de imprensa; ali também os díscolos foram perseguidos e sujeitos a justos castigos.

Ali igualmente se caminhou passo a passo.

Forte com a passividade nacional, acabou o governo salvador por esquartejar os adversários, pregando-lhes os pedaços em altos postes, erguidos pelas estradas afora, moralizador espetáculo cuja notícia se pode colher, com romanesco interesse, recorrendo por exemplo às páginas pitorescas do estilista Macaulay.

É certo que o epílogo foi desagradável; mas a excecional brandura dos nossos costumes e a excelente índole pacífica do nosso povo nos sossegam a tal respeito, felizmente. Assim, o princípio da autoridade será respeitado como convém; e os seus salutares propósitos lograrão, sem menoscabo, o fecundo resultado de cretinização coletiva a que visam. Cremos bem que será servido com inteligência e zelo pelos seus agentes subalternos; e pelos seus honrosos antecedentes, entendemos render justiça aos provados

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

méritos do snr. Corregedor Veiga supondo-o da massa de que se fazem os Jeffreys.

Na verdade, a atitude da imprensa estava excedendo os limites e dando margem a acerbas censuras, incutindo nos espíritos incautos ideias não só subversivas como aviltantes.

Não era, com efeito, digamos a palavra, não era nojento que o jornalismo aconselhasse o povo a que não festejasse os marujos ingleses, e isto sob o pretexto capcioso e ridículo de que parecia mal que o esbofeteado apertasse, cumprimenteiro, a mão que o esbofeteara? Era, evidentemente.

Por isso, o governo, reprimindo tão repreensivos excessos. Não fez mais do que cumprir com a hombridade o seu dever, de velar pela dignidade e bom senso da briosa nação que representa. Honra lhe seja!

Alegam alguns retardatários que a opinião deve preocupar-se com a independência do jornalismo, porque a causa deste é a causa sua própria, dizem. Acrescentam que um periódico não é uma casa de negócio, que consubstancia, tão-somente, os interesses do seu ou dos seus proprietários. Uma folha representa, declamam esses importunos, o pensamento de todo um grupo de cidadãos, os seus assinantes e leitores.

Atacar a liberdade de pensamento do *Século*, por exemplo, equivale a oprimir não somente o snr. Magalhães Lima mas nada menos de cinquenta mil portugueses, massa enorme de usufruidores dos direitos constitucionais, por entre quem se distribui aquela folha.

Dizem ainda esses tais que uma nação sem liberdade de imprensa resulta uma indecorosa lástima, que hoje na Europa só se observa na Rússia, que é um horror analfabeto, e na Turquia, que não é gente da nossa raça, mas um acampamento asiático, à espera de mandado de despejo.

Todos esses, porém, não merecem um minuto de atenção; e a censura prévia será sempre o documento mais brilhante da crónica do gabinete de que faz parte o antigo republicano Azevedo Castelo-Branco e a que preside Hintze Ribeiro, patriota de todos os tempos e de todos os costados. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1910, 23 de junho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Dialética

A propósito das reclamações do jornalismo republicano contra as prepotências cometidas em detrimento da liberdade de imprensa, voltam a reeditar-se, em certas folhas monárquicas, antigas e cansadas protérvias contra as personalidades culminantes do partido democrático. Todavia, se a esses jornalistas monárquicos os movesse o puro estímulo das ideias, eles, chegada para o partido republicano, pela sua importância *crescente*, a hora da discussão sucedendo à longa conspiração do silêncio, tão vil quanto hoje ineficaz, não se esgotariam a discutir as individualidades eminentes do nosso partido; nem em assuntos gravíssimos, que prendem com o futuro mesmo da pátria, a desvirtuar intentos, a sofismar doutrinas e a bordar ironias de péssimo quilate. A questão para eles, se fossem sinceros, não seria se o snr. Magalhães Lima declama ou se o snr. Teófilo Braga divaga, consoante os acusam.

O que faz a importância moral do partido republicano não é, como para as *coteries* monárquicas, a posição social de seus chefes e adeptos, por elevada que seja em muitos, mas, sim, o ser um partido de ideias, nitidamente definidas.

Posto isto, adversários sérios não se entreteriam a melindrar com doestos grosseiros as suscetibilidades dos membros do partido republicano, mas passariam em revista os princípios de credo democrático e refutá-los-iam, um por um, com os processos duma análise rigorosa.

E, se fosse certo que tais princípios no abstrato da ciência não permitem contestações e se fosse exceto, por outro lado, que se demonstrara a necessidade de trasladar já esses princípios ao

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

concreto dos factos sociais, que teriam a fazer os monárquicos, se os animasse a ideia da felicidade da sua pátria e não o sujo desejo das vantagens pessoais a extrair da podridão em que se acha atolado o país?

Dizer nobremente à Nação: — Os princípios republicanos são, com efeito, indiscutíveis; eles são justos e salutares. Agora, os homens que até este instante os têm defendido é que não devem merecer a vossa confiança, atentas Atenas estas e aquelas razões. Mas, como não são os homens que destroem a legitimidade dos princípios, nós outros, com a ciência e o tino prático que a esses homens faltam, nos encarregamos de inscrever em nossas bandeiras tais princípios, que aplicaremos logo que nos deis o vosso apoio. Para o conseguir, constituiremos o partido republicano a que chamemos moderado, conservador e que terá a honra de, na ocasião oportuna, solicitar os vossos sufrágios.

Este proceder, correto na sua pedanteria, não são, porém, homens consumidos que o terão jamais. Eles, gastos por anos de polémicas, estéreis, desmoralizadoras nas práticas deprimentes dum falsificado constitucionalismo, indiferentes à miséria pública, cínicos, não ouvem senão a voz do seu egoísmo desolante. E é assim que, por falta, na hora própria, já passada há muito, por falta de partidos intermédios honestos entre o existente precário e o futuro inevitável, o que poderá não passar de uma gradual transformação pacífica houve de ser forçosamente a temerosa catástrofe revolucionária que, tragicamente, a indução histórica descortina no desfecho desta lúgubre comédia do momento.

Com efeito, com um impudor revoltante, por fiados na antiga ignorância pública, volvem a perguntar esses senhores: — Mas o que querem os republicanos? Digam-nos os seus princípios, que não sabemos o que sejam.

Eles bem conhecem que a opinião republicana não é nenhum artifício da última hora, eles não ignoram que ela se encontra, no seu desenvolvimento gradual e lógico, desde o *Espírito das leis* de Montesquieu e o *Contrato social* de Rousseau, a não querer ir mais longe, até à *Democracia na América* de Tocqueville; eles decerto relancearam a Declaração dos direitos e folhearam a Constituição de 92; não lhes é estranho que lá fora abundam os manuais de exposição de doutrina democrática, como os de Barni na França, de Garrido na Espanha. Recordam-se ainda, nem tão longe vai, que todos os dias o jornal lisbonense, a *Democracia*, publicava como subtítulo uma resenha de alguns princípios de ordem republicanas; sabem que o snr. Teófilo Braga, o grande promotor

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

das iniciativas da juventude da ideia nova, não fez outra coisa, nos seus numerosos artigos e livros de anos sucessivos, do que expor os princípios do credo democrático, que condensou nos seus manifestos aos eleitores do círculo por que, ao tempo, se propunha. Circulou profundamente no país o silêncio do programa do diretório nomeado em 1890.

Todavia, os nossos antagonistas, irritados pela oposição, mais ativa ultimamente, às suas leis liberticidas, tornam, com fingida ingenuidade, a perguntar, pela voz de algumas folhas de Lisboa, o que é que nós queremos?

Depois, se, indignados com tanta hipocrisia, desdenhosamente lhes não respondemos, entoarão aos gritos de alegria dos triunfos fáceis, declarando que fugimos à discussão, porque não temos que dizer e porque nos apavora o receio das derrotas vergonhosas.

Que, realmente, quase o confessamos, esse receio atormenta-nos. Com efeito, quem tem pelo seu lado todo o pensamento moderno, quem tem a sugerir-lhe ideias e réplicas desde Augusto Comte até Herbert Spencer; quem pode ir socorrer-se de pontos de vista a medíocres como Proudhon, Louis Blanc, Naquet, Margall, Littré; quem se acha na companhia de idiotas como toda a elite da humanidade pensante; quem é republicano como Kant e toda a esquerda hegeliana, desde Feuerbach até à dissolução desta no materialismo contemporâneo de Vogt e Buchner, decerto sente-se mesquinho e miserável diante das argúcias retóricas de uns e das ironias requentadas de outros.

Entre nós mesmo, os mais altos representantes do trabalho intelectivo e os moços que gastam no estudo o tempo, que os jornalistas monárquicos despendem na maledicência recíproca, são todos republicanos, quaisquer que resultem as divergências de detalhes duns para os outros, aqui e ali.

Todos os que, sem fé mas com talento, defendem hoje o *stato quo* foram nos períodos sinceros, quando as torpes ambições não os possuíam, republicanos.

Republicanos foram Lopes Mendonça, dos da geração de 48 o que possui o *quiddirinum* e Vieira de Castro, tão cedo roubado à glória. Mas a facciosa imprensa oficiosa ou o panfletarismo mínimos continua gritando que somos criaturas nulas, porque não vendemos o nosso brio de *seres* pensantes no primeiro intriguista político que nos mande fazer o panegírico de toda e qualquer falcatrua que porventura hoje imaginado.

Na verdade, é preciso que estes senhores da imprensa monárquica possuam uma dose de vaidade, só comparável à sua

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

inconsciência, para que ousem bazofiar de que lhes não respondemos por carência de doutrina, não vendo o motivo real do nosso silêncio.

Em verdade, se querem discutir ideias, por que é que não as vão procurar às origens que citamos e às outras muitas que devem conhecer, sob pena da ignorância mais crassa? Ou, pensam que conseguirão, com os seus ardis tão velhacos quanto grosseiros, desviar para questiúnculas imbecis, como aquela famosa a que nos quiseram arrastar, quando exibiram o espantalho ridículo da união ibérica, a atividade que reservamos integralmente para elucidar o povo acerca do modo como o constitucionalismo lhe tem gerido os interesses?

Não! Os homens que debatem ideias não têm que discutir com os que mentem por especialidade de situação ou dever de ofício; e é para admirar que, sendo tão perspicazes, não conseguissem ainda distinguir o silêncio que gera o medo do que provém do seu tédio.

Extremados deste modo os campos, prossiga cada um pela vereda que escolheu, que o futuro fará justiça a todos. E, assim, enquanto serenamente nós faremos circular o nosso critério, continuem suas ex.as na tarefa de demolir, pelo seu lado, aquilo que querem conservar, mercê destas fatalidades que os providencialistas da História, Herder por exemplo, explicam pela intervenção da justiça duma entidade transcendente e que outras têm, empiricamente, à conta dos corolários inevitáveis das primitivas falsas posições ocupadas.

Desta forma, enxovalhem-se, uns aos outros, mais do que o estão já; chamem-se ladrões e provem-no; ponham-se etiquetas irrisórias, como aquelas de outrora, de *granjolas* e *baldemeras.*

Repitam o passado. Voltem a discutir a gravíssima questão de saber se o snr. José Luciano sonegou ou não aos direitos uns chouriços célebres; indaguem, de novo, se Fontes tocava cavaquinho na perfeição ou se medianamente ele não conseguira passar além da escola.

Vamos! Isso sim! Agora, discutir connosco?! Para que? Pois não conhecem que, habituados, pelo geral, a não pensar, não poderiam suportar o debate de opiniões e que, por preguiça de cérebro, o mais a que iriam era a mexericar se o snr. Salmeron veio, ou não, reproduzir o papel de Cristóvão de Moura no jantar de Badajoz; e se nesse jantar, no fim do *desert*, entre o café e o conhaque, no meio da fumarada dos havanos, os renegados, que a nutrem, mais em verdade, marcaram como a gente convicta de vendilhona do

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

terreno africano da pátria à Inglaterra, não foram fazer entrega do glorioso *pendão das quinas ao esfaimado leão de Castela?*

Ora, não é para acompanhar em semelhantes *can-cans* que tomamos da pena nem é para estas intrigas políticas que subimos a escadas da tribuna da imprensa, que compreendemos dum feitio muito diverso do peculiar do jornalismo adicto ao existente.

Posto isto, isolados na nossa altivez, isolados no nosso orgulho, não esperem de nós nem uma linha, e o povo que se encarregue de verificar quais de todos lhe falam a verdade, quais lhe sustentam desinteressadamente a sua questão, quais fizeram voto da sua energia, das suas aptidões, pequenas ou grandes, pouco importa, nada importa, à causa sagrada da liberdade e da justiça.

E, se um dia virem que podemos prejudicá-los seriamente, Senhores da política monárquica, agreguem todos os seus esforços à recente propaganda de perseguição, sustentada por folhas que deixam a perder de vista os libelos de José Agostinho de Macedo e de rei Fortunato de S. Boaventura.

Estamos fora da lei, dizem. Então sejam lógicos. Vão mais longe. Suprimam os jornais republicanos, sem mais satisfações. Peçam ao governo que exile do território os que protestam.

Expulsem das suas cadeiras, como em tempo o pediu um dos órgãos do *high-life* lisbonense, os professores que animam o espírito novo. E, no silêncio que assim tiveram conseguido, completem a sua obra simultânea de entenebrecimento de consciências e de exploração do contribuinte lorpa.

Mas, enquanto o não fizerem integralmente, a nossa voz persegui-los-á como um remorso vivo e, antes que o tenham alcançado, se este povo não está morto de vez para os cometimentos fecundos, a nefasta obra de retrogradação cessar. Talvez que da noite que sobre este território pesa se desprezada o clarão imaculado de um novo dia, tão carinhoso para os que sofrem como implacável para todos os abusos e para todos os crimes.

Quem sabe? Quem adivinha o futuro? Quem sabe? Pode ainda luzir uma cintila de esperança em prol da liberdade. Quem sabe? *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1913, 27 de junho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Discussão

Para concluir, insistamos ainda num dos aspetos complexos de questão que, nela se fundindo todas, convém, ao parecer, frisar idoneamente.

Se os jornalistas monárquicos desejam mostrar que amam o seu país e que entram em discussão com os partidos avançados nas intenções leais e puras, não devem cansar-se a demonstrar que os republicanos portugueses são ineptos e infames, porque todo o homem de bom senso compreende, sob pena duma má-fé indecorosa, que injuriar não é responder a calúnias não é discutir; mas sim cumpre-lhes tornar bem claro que a forma de governo, monárquico-constitucional, é superior na teoria e na sua realização prática ao princípio democrático e republicano que nós lhe opomos.

Façam isso; gastem a sua pólvora nessa guerra franca e nobre, e não se escondam pelas encruzilhadas da ignorância pública, num tiroteio reles de guerrilheiros sem coragem que não se atrevem a apresentar-se frente a frente dos adversários.

Se os partidos monárquicos se acham dispostos a eliminar da arena política os republicanos que os vão incomodando, por perturbarem, pela crítica, a paz podre em que, pela sua suja teoria da rotação dos partidos, alternativamente se encontram há tanto, desviando para si e para os seus as energias vivas da nação, não é com declamações estéreis que o conseguirão.

O processo tem de ser outro.

Moralizem-se; aprendam a ter vergonha; demonstrem bem alto que as acusações de ladrões com que reciprocamente se

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

têm enfunado eram de todo o ponto destituídas de fundamento; explique-o como arranjaram para o país uma dívida de mais de quatrocentos mil contos; paguem-na; reorganizem os serviços públicos; abandonem o seu processo permanente de corrupção; realizem reformas políticas e sociais; levantem o crédito; restabeleçam o equilíbrio orçamental; sigam, numa palavra, as pisadas dos monarquistas da Bélgica, da Dinamarca, da Holanda, que conseguirão assim afrouxar o movimento revolucionário que agora os atemoriza e afastar para mais longe a inevitável transformação republicana, que sabem muito bem há de ser uma realidade para todo o mundo, mais tarde mais cedo, conforme os seus erros se agravarem, conforme a sua honestidade periclitar.

Não conseguirão nem por essa forma chamar a si as consciências altas que, partindo da pura noção do Direito, não poderão nunca reconhecer em famílias determinados privilégios irracionais; por consequência, deixarão a germinar a fecunda semente republicana. Mas, como as populações não atingiram ainda, de todo, a maturidade da reflexão, antes não chegam senão a passos lentos a esta depuração do sentimento da dignidade cívica que se não coaduna com a existência de poderes sociais não emanados organizadamente da nação, conseguirão suster por um pouco aquela inevitável de que e, por natureza, transitória. Seguir esta estrada seria dar prova de dedicação, de seriedade e de patriotismo, desde o momento em que se achassem convencidos de que a hora da república não devia chegar ainda. Agora amontoar prosa em ironias de baixo gosto e em sarcasmos insolentes importa, mais uma vez, testificar que estão gastos, desorganizados, sem plano e, se cheios de ambições, falhos completamente de ideias.

Empenharem-se tão só no propósito de servir a tendência da sociedade portuguesa para o *statu quo* que nos tem desgraçado a condição de escárnio do mundo civilizado, do mesmo passo que se afirma com grandes frases ocas o amor da pátria, será tudo o que quiserem; manifestar habilidade de sectário, rabutice de intriguista, mas, aos olhos da moral, é sempre dar testemunho do facciosismo mais estreito e mais mesquinho.

A república afirma-se, primeiro que tudo, como a única organização política compatível com a qualidade, reconquistada pelo cidadão, de árbitro do seu destino e não de súbdito, vassalo, escravo ou coisa pertencente a um certo por direito de herança e sagração duma entidade transcendente habitando o fundo do incognoscível o interferido, por delegação a quem revelou os seus desígnios, na atividade humana. Depois, acrescenta-se que a república resolverá

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a crise terrível em que os desvarios do princípio antagónico e dos seus satélites nos colocaram e que ameaça levar-nos à mais desastrosa catástrofe.

Provem que isto não é exato; demonstrem que, no abstrato teórico, nada há mais digno para um país do que o ser dirigido por um que pode acontecer seja inferior, mental e etnicamente, mas que é o senhor, por graça especial.

Afirmem, se têm ousadia para tanto, que o país se encontra num estado encantador e que deve nele manter-se sem a mínima veleidade de modificação; ou que, dada uma situação miserável, resultado na administração monárquica, sem atritos e sem dificuldades, convém, todavia, persistir na aplicação dum processo governativo, que tão deploráveis resultados há produzido.

Contudo, porém, isto não pode ser feito, como é certo que o princípio que se pretende salvar é, de sua natureza, alguma coisa que tão fundamentalmente absurdo que todo o homem de talento hesita em prejudicar o seu renome na defesa clara e franca desse princípio e como, por outro lado, o interesse egoísta de colocações, de empregos, de pré-vendas e benesses obriga a desejar a conservação do existente, o caminho a seguir tinha de ser naturalmente o da difamação consciente dos intentos honestos do partido que ameaça comprometer as probabilidades de lucro de toda uma vida de intriga em que se faz a aprendizagem das altas situações rendosas.

Essa difamação era fatal, portanto. Mas que importa?

O que é certo é que criaram, eles mesmos, uma situação sem saída; o que é certo é que, julgados em última instância pelo povo que os qualifica de tão bons uns como outros, sem coragem para impor ao conjunto institucional que, pela fatalidade do próprio interesse, têm sempre de resistir, todo um plano racional de reformas; impotentes a impedir a progressiva desorganização do aparelho governativo; incapazes de chamar a si o apoio sincero do país, que os olha com a desconfiança suscitada pelas suas apostasias, mentiras e desaforos, eles encontram-se nesta posição inquieta que, sem meios de resolver a crise que provocaram a sua incúria e a sua inépcia, se confina nas alicantinas de forçadas evasivas.

Se se lembram de recorrer à eficácia dos princípios democráticos, tentando cercar à laia de Lafayette, a monarquia de instituições republicanas, logo um veto imperioso, só chamados aos supremos conselhos com a condição prévia de não realizarem nenhuma das reformas prometidas, consoante sucedeu com os progressistas, cá

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

obriga a abandonar, como uma farragem comprometedora, todas as aspirações alevantadas, todos os projetos honestos.

Ora, o país, assistindo a esta ignóbil comédia, começa a dar mostras de querer patear. Debalde protestam, donde a onde, que daquela vez é que vale; que agora sim, agora vão começar vida nova. Confessam, assim, que têm sido uns cínicos e uns ignorantes, mas não importa; vão-se emendar. Logo, porém, à deceção sucede a deceção, os homens mudam mas os erros persistem, as dificuldades agravam-se e, sentindo-se perdidos, ora iniciam perseguições, que, contraproducentes, não surtem efeito, ora ensaiam o esgar da ironia, sacudidos realmente pelo terror.

Sosseguem, todavia.

A hora está próxima, mas não chega infelizmente tão breve quanto o temem. O tempo, na vida das nações, conta-se longamente. Não se apavorem, portanto. Não percam a cabeça.

Repitam-se o conselho irónico de Paulo Luiz Courier: *Senhores da terra, ganhais juízo, se podeis.*

Mas talvez não possam. O poeta latino definiu esta impossibilidade subjectiva, misteriosa e vingadora, num verso célebre: *Quos Deus vult perdere dementat prius:* aqueles a quem Deus quer perder tira-lhes o juízo, primeiro.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1914, 30 de junho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Dinheiro

Enquanto a imprensa oficiosa se encerra num silêncio inqualificável perante as gravíssimas acusações feitas pelo jornalismo independente ao governo, concernentemente aos assassinatos da Índia e às delações do *Semaine* de Pretória, encontrámos numa folha afeta à situação umas linhas que nos causaram assombro, mesmo nesta hora tarda, pouco própria já para espantos.

É o caso que, alarmado pelas contas do tesouro recém-publicadas, um escritor ministerialíssimo pede uma estrita observância na cobrança dos impostos e uma rigorosa severidade nas execuções fiscais. Mas não se contenta com isto. Reclama novos impostos.

Novos impostos!

É o que importa a esta gente; saber como, quando e em quanto se encontrará o tesouro cheio de numerário a despender alegremente nas sinecuras rendosas.

Não curam de saber se o contribuinte tem a sua faculdade de solvência de taxa tributária a esgotar-se; não se lhes dá que a arma de dois gumes do imposto vá ferir de morte indústrias incipientes, fazer correr suas transações a comerciantes que começam; é-lhes indiferente que, pelo fenómeno económico da repercussão, o imposto que pareça afetar só as classes abastadas vá diminuir os salários e, pelo levantamento do preço dos produtos com que o contribuinte responde às exigências do Estado, tornar a vida custosa exatamente à parte da população, que menos poder de resistência possui. Nada! Tudo isto são quimeras, generosos devaneios de republicanos na flor dos anos, cheios de ilusões cândidas. Estes

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

senhores sabem perfeitamente o que têm a fazer. O povo pode e deve pagar mais, é o critério financeiro dessa gente, enunciado por um, assente por todos. Decididamente, Jacques Bonhomme há de ficar sem camisa. A grande habilidade está em encontrar os processos lhes sacar do corpo, não brutalmente como no antigo regímen, mas *tout doucement*, como convém a um período histórico de elegância e de requinte.

E assim que raciocina o jornalista aludido e com ele os seus correligionários. Estes senhores não dizem: — reduzamos as despesas públicas, eliminemos do orçamento do Estado tudo o que possa ser suprimido, procedamos nobremente a uma revisão geral dos serviços, de forma a que o país não se veja obrigado a despender mais do que o que uma sábia administração lhe exigiria, a fim da realização das energias coletivas, para que os cidadãos, pelo facto de o serem, têm de concorrer. — Não! Isto para eles todos, progressistas, regeneradores, constituintes barjonaceos, hintzeanos e outras de análogas denominações grotescas, é nada. A questão toda está aqui: — onde há dinheiro? Como se poderá pedir à nação mais ouro?

E, todavia, a ação deve saber, de há muito, que tanto faz que ela pague mais a contribuição A sobre as B, C, D que já pagava, como coisa nenhuma. Nem por isso o desequilíbrio orçamental deixará de ser uma realidade desolante ao fim de um, de dois, de três anos de exercício da nova taxa tributária criada, apesar de todas as dissimulações de diplomas arranjados e de escriturações falsificadas.

E, como as responsabilidades financeiras, pelos juros constantes sobre os antigos desvarios e por novos e ininterruptos desatinos, durante esses dois, três anos acresceram, o resultado é que se virá a exigir do pobre povo mais as contribuições E, F, e assim sucessivamente, até que à impossibilidade de solvência do contribuinte responda, sobre a parcial, já declarada, a bancarrota definitiva do Estado e a essa a miséria geral de toda a nação portuguesa, infamemente ludibriada, explorada, traída.

Diz, porém, o articulista em questão — O povo português ainda pode pagar, sem perigo, o duplo, o triplo, o quádruplo do que paga atualmente como se fosse certo que a faculdade contributiva dum país esteja no *quantum* de riqueza por esse país possuído e não nos serviços que do Estado este país recebe.

Todo o mundo sabe que o imposto é, como o define Proudhon, uma troca. O indivíduo dá ao Estado uma parte do seu trabalho representada no metal circulante e tem a receber, sob a forma de

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

serviços, do Estado, integralmente tudo o que lhe entregou sob a forma de moeda. Em tudo, pois, o que o Estado, com este pretexto ou aquele, receber do indivíduo que lhe não restitua em matéria de segurança, vias de comunicação, faróis, ensino, etc. o Estado faz esta simples coisa ao cidadão que pague: — rouba-o.

Rouba-o, é o termo cruel mas o termo exato.

Quem dirá que o Estado proporcione em serviços, ao contribuinte entre nós, a soma do numerário que do mesmo recebe? Evidentemente, ninguém. Tudo, pois, o que o Estado cobra em Portugal a mais dos serviços que presta é um ignóbil esbulho feito ao trabalho nacional.

E feito a favor de quem? A favor de uma minoria, enorme parasita que vive de tal forma à custa do trabalho público que ameaça estancá-lo de vez.

Esta é, de resto, a fatal condenação de todo o parasitismo. À força de desviar em seu proveito as energias ao organismo que suga, acaba por se oprimir, por isso que termina por fazer morrer aquele que o alimentava, se antes disso este não teve forças bastantes para o expelir de si mesmo.

Tal é a história de todas as monarquias. Como as necessidades insaciáveis das mesmas não permitem um instante de folga de noções que as sustentam, por isso que, mal começada a cobrança dum imposto, logo se está imaginando um novo a acrescentar a esse, as coisas concluem sempre por, esgotada a paciência pública, a nação passar a suprimir a instituição que a explora sem considerações.

É o que está para acontecer entre nós. O povo há de pagar os tributos que conjetura o periodista; há de pagar os que hão de vir a conceber todos aqueles que, *à tour de rôle*, se apresentarão a exigir do país novos e novos sacrifícios. Mas, ao cabo de tudo, há de terminar por não pagar coisa nenhuma, e então a *degringelade* começará.

E tem de ser um espetáculo curioso o ver desmoronar-se todo este edifício de embustes e de esbanjamento que cinquenta anos de constitucionalismo, pedra a pedra hão levantado.

Isto não pode deixar de ser, está na lógica inflexível das coisas, de modo que, se fosse fácil computar a riqueza do pais e as necessidades crescentes do tesouro, aritmeticamente poderia por um balanço ficar-se o dia da liquidação.

Mas, realmente, é extraordinário! Como chegaram a isto!

As receitas públicas cresciam de ano para ano, mercê da atividade do trabalho que busca novos recursos, que se multiplica a todo o instante.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Todos os melhoramentos que desmandam grande dispêndio de capital, como sejam caminhos-de-ferro, etc., foram realizados à custa de emissões de ações que a riqueza pública se encarregava de tomar e cujos encargos os réditos desses melhoramentos eram suficientes a solver.

Todos os serviços, de postas, de telégrafos, de ensino, são pagos à parte, nas tabelas especiais que os regulam, por quem os demanda. Assim, quem quer o envio de uma carta, de um telegrama, quem deseja fazer um exame, quem solicita o trabalho dum amanuense de secretaria, paga-o na ocasião, afora o que dá para o Estado em contribuições, diretas e indiretas. A polícia das cidades, a iluminação, a justiça são pagas independentemente das taxas tributárias que se satisfazem.

Então em que se gasta o dinheiro que os recebedores de fazenda arrecadam? Para que serve ele? Que lucra o contribuinte com o pagar ao Estado? Que faz o Estado enfim?

Porque, de duas, uma. Ou nós vivemos num regímen livre, igualitário e democrático, em que o cidadão só reconhece o Estado como o administrador dos serviços que ele tem a prestar à coletividade que trabalha; e nesse caso o Estado é responsável por cada real que recebe. Ou enfim isto ainda é feudo duma aristocracia dirigente, que não tem a dar satisfações a ninguém, e nós todos, homens de trabalho, não somos mais do que uns animais *tallables et corréables*, ao grado e mercê dos nobres senhores que vivem à nossa custa.

Porque o facto é que, entre dívida consolidada e dívida flutuante, somente todo o passivo da nação, seja quais forem as etiquetas que os financeiros da monarquia ponham ao que devemos, se amanhã nós quiséssemos proceder ao balanço geral do país, para se entrar em vida nova, nós teríamos de pagar para cima de quatrocentos mil contos.

É uma bonita conta, realmente. Foi para se chegar a este lindo estado que nossos pais, os ingénuos, se andaram a chacinar do Porto a Asseiceira, e é para que nos conservemos a patinhar neste charco que os senhores da imprensa monárquica clamam, voz em grita, que vivemos no melhor dos mundos possíveis e somos uns díscolos.

Ora, convém que o saibamos. Em que os gastastes, gentes? Aonde arremessastes, grandes homens, esta fabulosa quantia?

Ah! sim. Nós bem o sabemos. De onde a onde, dantes, quando o inimigo comum não vos havia ainda obrigado a cerrar fileiras, não estáveis com hipocrisias.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Faláveis português: e levantáveis, quando vos irritáveis uns com os outros, a ponta do véu. Então, era consolador o espetáculo que dáveis, para lição de gerações vindouras.

— Ladrões!, gritáveis, dum lado. — Ladrões!, respondiam-vos, do outro. E era um nunca acabar. O snr. Mariano de Carvalho falava em Tancos, na penitenciária, na secretaria de guerra, nisto, naquilo. O finado Sampaio redarguia com os contratos Youle, Contratos Brunay, tratadas de Torres, tratadas de variadas formas e feitios.

Nós republicanos, que havemos de vir exatamente nas condições de dispor duma soma de poder, outorgado pela gravidade das circunstâncias, tal que nós mesmos prevemos desde já o enorme peso da responsabilidade terrível a que teremos de estar sujeitos, nós, é que averiguaremos, pelo miúdo, em sindicâncias sérias, o que havia de verdade naquelas e outras, passadas e subsequentes, recíprocas acusações. Nós é que procederemos aos exames severos. E, em nome do país, ao final ajuste de contas. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1917, 3 de julho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na Índia

Os deploráveis acontecimentos da Índia não se justificarão, por mais que a imprensa oficiosa busque atenuá-los, pela explicação de que eles foram determinados por depredações e saques cometidos pelos rebeldes.

Adiar a indignada censura da portaria draconiana do snr. Neves Ferreira, esperado que chegue, com a mala, o relatório daquele funcionário é uma evasiva que se não deve admitir, porque convém que se tomem providências prontas, no sentido de impedir a repetição de factos que causam horror aos sentimentos de benignidade da nossa população e de que derivarão, além disso, consequências funestas para a efetividade e normalidade do nosso domínio em nossas colónias asiáticas.

Os nossos governados da Índia têm de longa data sido excluídos da tolerância dos nossos processos administrativos, desordenados e incoerentes, mas por via de regra, temperados e clementes. Pelo contrário, é de uso tratá-los com extremo rigor.

O próprio rei D. Pedro V, que suprimiu, de facto, a pena de morte em Portugal, recusando-se sistematicamente a assinar sentenças capitais, não teve escrúpulo em desmentir essa sua nobre conduta, autorizando a execução, na Índia, dum chefe rebelde.

Os corolários destas severidades não se têm deixado logicamente de manifestar. E assim as rebeliões sucedem-se. Umas vezes são cómicas, do tipo ridículo que Eça de Queiroz caricaturou, com felicidade, num dos números da primeira série das *Farpas*. Outras vezes são trágicas, como esta de agora que vem assolada

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

em sua devastadora passagem e que tantos prejuízos, materiais e pessoais, tem provocado.

Antes de o infante D. Afonso ter partido a pacificar a Índia, outro príncipe da dinastia para ali foi, também, o falecido infante D. Augusto, com o mesmo intuito e com o mesmo insucesso.

Estas recordações históricas mostram claramente a existência duma crise profunda, de carácter permanente.

Não é com bárbaras execuções que se debelam as causas dessa crise, e não é com a falta de lealdade dos compromissos tomados que se há de captar a simpatia das populações indígenas.

Porque cumpre não esquecer que a portaria do snr. Neves Ferreira, revogando a amnistia concedida pelo infante D. Afonso, é uma quebra de fé, que deve irritar consideravelmente todas as animadversões que já existem contra o nosso governo ali.

Estamos criando uma questão nativista, que não pode senão atrair-nos desgraças; e o exemplo vizinho devia pôr-nos de sobreaviso e aconselhar-nos moderação e prudência.

A proximidade das colónias inglesas e o contraste da sua administração tenderão a favorecer as cobiçosas ambições dos nossos eternos inimigos, esteadas nas simpatias e nas esperanças de auxílio e melhoria de atuação por parte do elemento indígena, quando se encontre sob um domínio que repute mais suave e favorável.

Parece que nos empenhamos em nos desapossarmos da Índia, cuja aquisição vamos, todavia, celebrar em festas que se anunciam pomposas.

Continuamos a insistir nos lamentáveis precedentes, acumulando os mesmos motivos de desgosto e idêntica causa de erro.

Se um propósito oculto existe de nos aliviarmos duma carga em que reconhecemos não poder, seja-se mais franco e volte-se à escola diplomática de João de Andrade Corvo.

Este estadista negociou e concluiu com a Inglaterra, por intermédio do famoso e funesto Morier, um tratado inqualificável, por cujo teor alienou a quase integralidade da nossa soberania ali.

Se esta é a obra nefasta que se pretende intimar, não se esteja com tanta dilação.

Poupou-se vidas, não se faz sacrifício de outro nem desperdício de sangue.

Uma atroz fatalidade nos persegue, e as violências que, a bem da tranquilidade, hajamos de cometer confinar-se-ão a provocar o perigo supremo de intervenções interessadas, que surjam a título de humanidade de insuficiência dos nossos elementos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

para restabelecermos de pronto a ordem alterada e a segurança comprometida.

Não se deve esquecer que, quando começou a rebelião o governo local inglês, primeiro, e o ministério londrino, depois, nos ofereceram tropas para nos ajudarem a sufocar a revolta.

Essas tropas podem aparecer de seu alvedrio próprio e sem prévia consulta, porque se sabe como a Inglaterra preza os princípios de direito internacional.

Uma vez entradas, não sairão mais, e o tratado de Andrade Corvo receberá a sua sanção final. Será condigno coroamento de tão graciosa obra.

Concluindo por hoje, não aceitamos as indicações da imprensa oficiosa, que nos aconselha que aguardemos a chegada do relatório do snr. Neves Ferreira.

Pelo contrário, desde já reprovamos a conduta deste funcionário, não só como inumana mas como impolítica, não só como bárbara mas como inepta. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1920, 7 de julho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Réplica

Contestando algumas das afirmativas contidas na pequena série de artigos doutrinários que ultimamente temos estampado nesta folha, recebemos, pelo correio, uma carta assinada: *Um monárquico por convicção.*

Sob estas máscaras nutrimos razões para distinguir a viva fisionomia dum conhecido cavalheiro, inteligente, ilustrado e honesto.

Como quer que seja, a forma da carta recebida é cortês e elegante. A argumentação, largamente desenvolvida, confia-se toda, aliás, no conceito seguinte: De que repúblicas existem onde o cidadão goza duma menor soma de liberdade do que a que se usufrui em monarquias temperadas, tais como a Dinamarca, a Bélgica, a Suécia, a Noruega, a Holanda, e que ainda há pouco era, assegura-se, timbre da monarquia constitucional representativa portuguesa.

Dando de barato que tais factos sucedam, na sinceridade ingénua com que são apresentados, cumpriria reparar que a argumentação é ainda assim, singularmente, extraordinária. Porque, da existência de certas liberdades dentro das monarquias constitucionais, liberdades, de resto, restritas e a todo o instante sofismado, não se segue, por motivo algum, que elas procedam da forma de governo sob que vivem em que essa forma de governo seja justa e racional. A questão é outra; tem de ser da análise mesma do tipo governamental que é discutido, de maneira que divagar, não entrando nessa análise, sobre as garantias individuais que conseguiram a custo coexistir com tal processo administrativo é dar testemunho de que este não suporta o exame.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

É incontestavelmente em indeterminadas monarquias constitucionais se encontram, mais ou menos, respeitados os direitos, civis e políticos, dos cidadãos; mas, pergunta-se, esse facto é o corolário natural da instituição monárquica?

Evidentemente que não; sem recorrer à história, bastará reparar na estrutura da monarquia para se concluir que, representando esta o governo de todos por um, é necessário, para que ele seja efectivo, que esses todos abdiquem das suas liberdades, tanto quanto o exija a amplitude de poder desse um que as demais dirige.

Depois, a comprovação histórica encarrega-se de legitimar esta indução naturalíssima. Com efeito, todos sabem que os reis absolutos, para não perderem tudo, consentiram em ceder da sua omnipotência uma quota-parte, contanto que os seus súbditos não reivindicassem por completo os seus direitos usurpados.

Desta transação, necessária no momento histórico em que se efectuou mas que hoje não é já senão um desastre, entre o direito humano e um suposto direito divino, que nada mais era do que a perpetuação de primitivas usurpações, é que nasceram os constitucionalismos, que em teoria política não são coisa alguma e só se explicam como compromissos de ocasião, que é de bom senso encurtar o mais que ser possa.

Não há, com efeito, em doutrina científica da organização social, senão dois pontos de vista; ou a Monarquia absoluta, quer dizer o predomínio irrestrito do princípio da Autoridade, ou a República democrática, isto é a realização do princípio antinómico do primeiro, a Liberdade.

Posta de lado a primeira solução, os homens que criaram os constitucionalismos, não se sentindo nem sentindo os seus países respectivos com as energias necessárias a romper a tradição, trataram de extrair do credo democrático uma tal ou qual parte a realizar conjuntamente com a permanência da instituição da realeza que por então se não podia logo suprimir.

Ora, é a existência dentro das constituições, assim criadas no começo do século dalguns dos princípios da doutrina democrática que torna, em certos países livres, hoje menos odiosa a justificação irracional da realeza. Isto, porém, longe de a justificar, demonstra precisamente que o que a faz actualmente algures ainda tolerável é o plagiato, põe ela levado a cabo, de lemas que lhe são, de resto, essencialmente antagónicos.

Lafayette deu a explicação teorética dos constitucionalismos, quando, julgando ingenuamente elogiá-los, disse que eles não tinham em vista mais do que o cercar a Monarquia de instituições

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

republicanas. Ninguém ignora, decerto, que a liberdade de associação, de reunião, de expressão do pensamento pela palavra, falada ou escrita, o município autónomo, o júri, etc., são princípios de origem democrática, com que a autoridade dum só, pelos delegados que escolhe, não se coaduna senão dificilmente.

Fazendo, pois, o nosso misterioso e amável antagonista o elogio destes princípios, na simples letra, consignados na nossa constituição, ele não tem por isso provado que a Monarquia seja uma forma de governo superior à República, mas sim exactamente que, querendo defender se a Monarquia, só se consegue fazê-lo, apontando os princípios republicanos que se achem realizados concomitantemente com uma monarquia determinada qualquer.

O facto agora de existirem repúblicas, aonde os direitos naturais dos cidadãos não encontram nas leis as garantias que lhe são devidas, não prova, por forma alguma, contra a coordenação política chamada republicanas, que essa é inatacável, mas explica-se por causas acidentais, como sejam uma longa tradição autoritarista, perigos do exterior que fundamentam centralizações, o predomínio de homens vindos da Monarquia, consoante tem sucedido em França, por exemplo. Mas estas contradições são meramente históricas; não comprometem a essência mesmo do princípio do governo.

Com a Monarquia não sucede, porém, outro tanto. Esta é o absurdo, de sua natureza. Pode ser um facto consumado, que se perpetua pela inércia social, mas não é nunca, no domínio abstracto da ciência política, mais do que um disparate, que há-de continuar na história a vergonha dos tempos que o foram tolerando, por espírito de subserviência e de rotina.

Com efeito, sendo hoje evidente que os indivíduos que fazem parte de um agregado social são, por direito de existência, livres, independentes, absolutos senhores de si mesmos, inteiramente árbitros do próprio destino e não coisas pertencentes a uma determinada família, que tal é a essência do direito (?) monárquico (explanando, entre outros, integralmente, em sua odiosa contextura, por Bossuet nas *Instruções para delphim de França)* claro é que esses cidadãos autónomos não devem, por forma alguma, tolerar que os regulamente, os dirija, os puna, ou os premeie qualquer poder que não emane directamente da sua escolha e determinação.

Ora, provindo o poder real do facto arbitrário, por causal, da herança, em virtude do nascimento de progénitos congéneres, e impondo-se ao país sobre que se exerce sem ele receber mandato ou autorização, ele não é mais do que uma usurpação tradicional

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

dos legítimos direitos da população desse país. E, ainda mesmo que, no momento A qualquer, um país estivesse unicamente acorde em se dar a um homem, investido por isso do poder supremo, ele não tinha o direito de o fazer, pois que, como muito bem o observa Naquet, as gerações sucedem-se e, estando a monarquia acima dessa sucessão pelo facto da transmissão hereditária, a geração A não poderia, em direito, ligar a vontade das que se lhe tinham a seguir.

Foi talvez por uma vaga intuição da violência que as épocas monárquicas poderiam fazer a período subsequentes não-monárquicos, ou mesmo monárquicos mas fora duma sucessão dinástica determinada, que na antiga Polónia os reis eram de eleição vitalícia. Isto constitui já um passo dado para a verdadeira doutrina, que é a de que toda a função social seja exercida por mandatários do povo, não vitalícios, responsáveis e revogáveis, pela forma estabelecida na lei.

Fique, pois, assente que não combatemos a Monarquia por ela entre nós não ter à sua conta senão misérias, erros e crimes. Podia o país ser o mais rico, o mais sabiamente administrado, podiam os direitos dos cidadãos achar-se o mais profundamente acatados, que nem por isso nós deixaríamos de combater a existência dum poder político provindo absurdamente das contingências do nascimento.

Nós agredimos a Monarquia em puro princípio; e isso porque lhe não reconhecemos o direito de existir, visto que ninguém poderá, em boa razão, aceitar esta monstruosidade de que será o chefe duma nacionalidade, o seu símbolo vivo, o representante da sua tradição histórica, o guarda vigilante das suas liberdades conquistadas, não o mais inteligente nem o mais honesto dos cidadãos, escolhido pelo voto popular mas sim um certo que não tem a justificar-lhe as pretensões senão a razão (como se isto fosse razão!) de ter nascido doutro nas mesmas incongruentes condições.

De resto, entre nós a felicidade social, que o nosso correspondente diz haver provindo, em melhores tempos, da Monarquia e que nós sustentamos, pelo contrário, que, a ter existido, nada houve a ver com tal coisa, pode o país, mesmo até então, bem com ela, sem se afligir.

E, quanto às liberdades que a monarquia não exclui, segundo afirma, não são elas tão grandes que se não pudesse ver distintamente como a monarquia as sofismava e como corrompia todas as aspirações dignas que ingénuos quiseram ver se com ela se conciliavam.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assim, nessa idade áurea, possuímos nós liberdade de imprensa, a valer? Possuímos uma certa franqueza de expressão, que não estava consignada na lei e que a monarquia permitiu por ter, então, medo de a contrariar; mas que, repetimos, para evitar falsas apreciações, não se encontrava consignada na lei, que era o mais vexante e o mais facilmente acessível a sofisticações, quando se queria impedir a publicação dum periódico qualquer.

Como era da forma que dizemos se viu nos processos por que se exterminou o *Rebate,* com sucessivas querelas do M. P., empenhado em fazer calar aquela nota discordante.

Tivemos liberdade de associação? Quem o dirá, quando se sabe que já então, como agora, nenhuma associação podia funcionar sem que o plano dos seus estatutos fosse aprovado pelo ministério do reino, que, aliás, por intermédio dos seus delegados, autorizados a fiscalizar, vigiar, examinar a conduta de toda e qualquer associação, as conservava, a todas, na mais completa dependência?

Tivemos o direto de reunião? Que o digam os cidadãos de Almada que ainda se recordam de quando foram expulsos das salas onde se tinham aglomerado, por ordem e mando do feroz Arrobas, tigre e setubalense extinto.

O direito de ensino? Mas a lei de instrução secundária, aprovada pelos liberalíssimos progressistas, proibida a todo e qualquer o abrir aula sem autorização do reitor do liceu, nomeado pelo poder central.

O direito de coalização? Mas os operários em *greve* eram corridos a pranchadas.

O humilde direito de petição? Mas, Tom Pouce lusitano, o general Macedo, mavórtico berloque, dizia: — *Veremos.*

Então onde paravam essas liberdades, hoje evocadas com saudade? Faça o favor o nosso correspondente de dizer por onde as vira. Queira informar-nos, ou confundir-nos quando declararmos, como o fazemos, alto e bom som, que o país vivia já no mais degradante dos servilismos, na subserviência mais indigna, na abjecção mais sórdida.

Sem independência, o município achava-se na tutela das juntas de distrito, que recebiam o santo e senha do snr. Governador civil, delegado do poder central, para que tudo as conservasse, como agora, na obediência; e deste modo a abnegação dos direitos do cidadão, prolongando-se nas instituições de carácter popular, nas únicas capazes de salvaguardar os cidadãos contra as exigências crescentes da autoridade centralista e monárquica, tornava-se já cada vez mais larga, mais desolantemente vasta.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Sem respeito pela soberania política da nação, era a monarquia quem dispunha, numa câmara escolhida pelo rei, da sorte das leis; era o rei quem era o chefe efectivo e não normalmente, como no-lo querem fazer *crer*, de todos os poderes consignados na Constituição.

De então para cá nem será bom dizer. Respeite-se aquele provérbio de que se não fala em corda em casa de enforcado.

Mas, em boa justiça, havemos de nos conservar normalmente, por uma eternidade, nesta situação?

Havemos de ser insensíveis ao estímulo do progresso, imobilizando-nos na adoração de fórmulas que, mesmo puras e nobremente praticadas, nada representam, nada significam?

Será pois, certo que, como alguns senhores pensadores propensos ao desânimo o têm afirmado o nosso país não possui já missão a cumprir, que a miséria intelectual e moral, a apatia, a indiferença, a preguiça, a sabujice e a falta de carácter não são corolários de instituições que nos tenham depravado mas sim provém da estrutura mesma da raça que, gasta e corrupta, há-de desaparecer diante de outra, mais sadia, mais forte, representando um valor específico mais alto?

Não cremos; e, porque o não acreditamos, é que nutrimos fé em que, acordado, ainda que tarde, do seu letargo funestíssimo, este povo, na actual ou na futura geração, teoricamente pouco importa, se reorganize e se regenere na República. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1921, 8 de julho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Festa Cínica

Ontem, por torça, festejos em honra da liberdade.

Mais um capítulo na longa burla que principiou logo depois da campanha.

Com efeito, após o período de luta, os soldados do duque de Bragança encontraram-se ludibriados, pois que o que se lhes dava, não como uma restituição de dever, mas como um favor de tirano em suas horas de magnanimidade, era uma farsa. Haviam arriscado a sua vida e desprezado os seus bens, e não tinham sequer conquistado o código dos seus direitos. Alguém lho dava por um especial obséquio, que em tempo conveniente podia rasgar. De modo tal que a carta de alforria por que se tinham batido era uma graça, incompleta, como toda a graça.

A Revolução feita deixou de ser uma vitória do povo para se transformar numa apropriação de classes que desejavam substituir classes. Passava a ser uma vitória da burguesia enriquecida sobre a velha rocha aristocrática, um movimento burguês, parlamentar, autoritário, em que as massas haviam colaborado tão-somente pelo derramamento do seu sangue generoso, em que o povo tomara nível no lugar das trincheiras, mas fora expulso dos gabinetes do conselho.

É certo que se haviam aproveitado os princípios do quadro dos direitos do homem, protetores da burguesia e das suas aspirações contra o malquerer da classe que ela pretendia eclipsar; mas, para que o povo não pudesse, a seu turno, definitivamente substituir-se a classes e a partidos, tinham vindo logo as fatais restrições que não podiam deixar de vir.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

De revolução democrática, popular, que fora a memorável Revolução de 20, o movimento de 32 como que não passava de uma questão de palácio decidida pelas armas, de maneira que o dogma da soberania popular era repelido e a snr.ª D. Maria II recorreria, nos manifestos dos seus partidários para a legitimidade dos seus direitos, aos velhos subterfúgios de direito divino de Bulamaqui e nunca às humanas verdades de Montesquieu e Rousseau.

Era o advento do liberalismo, essa paródia indigna da democracia, que aproveita os princípios enunciados pela Revolução e os abastarda, amalgamando-lhes, como pode, os abusos condenados por esses mesmos princípios, e nunca toma as coisas completas e lealmente.

O liberalismo, que Luís XVIII, que na volta da emigração, criara com a Carta outorgada em Saint-Ouen, fatalmente arrancada pelas exigências da situação, que de Robespierre não podia certamente voltar a Luís XIV, não é, como se queria fazer crer, o parlamentarismo inglês que Montesquieu prefere no *Espírito das Leis*, porque nunca foi um sistema de governo, mas um subterfúgio de interesses ilegítimos. Não passa de uma arte de explorar os acontecimentos, de maneira a lançar-se de lado na primeira ocasião propícia.

Carlos X pensou encontrar o momento preciso de se desmascarar, mas o que julgava a realização de uma ambição criminosa era simplesmente o seu desastre, a fuga e o exílio.

O movimento de 1830, em França, foi ainda uma espoliação da revolução por um liberalismo mais cínico que, perdida a esperança de restabelecimentos impossíveis, tratava, ao menos, de retardar a ascensão dum povo para a liberdade e de se aproveitar dos interesses materiais do intervalo.

Prometeu-se ao povo tudo o que ele queria, disse-se-lhe que a monarquia, tal qual era concebida pelos homens do governo, era uma monarquia cercada de instituições republicanas, o júri, a liberdade de imprensa, a responsabilidade ministerial, o sufrágio universal, etc. E, logo que o povo recolheu às suas oficinas e se deixou desarmar, faltou-se-lhe descaradamente com o que se lhe prometera sob a honra.

É o que fez o liberalismo em Portugal, que em 1836 ainda processava um editor por ter publicado versos de José Anastácio da Cunha, acoimado de ateu; que copiava perfidamente da França a centralização administrativa, obra da organização sábia da monarquia absoluta, que, desde Richilieu até Colbert, destruiu o feudalismo germânico, uma das origens da liberdade moderna, obra útil mas realizada egoisticamente para fazer pesar sobre as

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

nações toda a pressão dum governo chamado livre; que até hoje não concedeu a liberdade de associação e reunião e o sufrágio universal; que, por um censo habilmente manejado, excluiu da urna todas as influências perigosas das camadas do país a temer; que confere ao chefe do Estado o direito de paz e guerra e o veto, e lhe deu a nomeação ilimitada dos membros da câmara alta para contrabalançar quaisquer veleidades da câmara popular, subordinada a essa; que faz da nomeação todas as autoridades locais, desde o governador civil até ao juiz ordinário; que subordina, enfim, todos os poderes do estado, judicial, administrativo, executivo e legislativo, a vontade sem estorvos do chefe do executivo e dos ministros de sua escolha.

Mas contra esta desaforada burla, que se teve o impudor de exagerar ainda, se é possível, sucederam-se os protestos e as revoltas que enchem o reinado de D. Maria II. Às aspirações populares respondeu-se com a metralha de Torres Novas, com a chamada dos estrangeiros, esse crime monstruoso de alta traição, igual aquele que fez rolar aos pés de Sansão, pelo aceno de Maximiliano de Robespierre, as cabeças dum Bourbon e duma arquiduquesa da Áustria, e que Edgar Quinet se encarregou, com *La France et la Sainte Aliance en Portugal*, de estigmatizar em traços de fogo. Agora que, depois de tantas deceções, de tantos desenganos pungentes, o país parece caído de vez neste estado mortal de desconfiança perpétua, de tédio, de ceticismo, de descrença sistemática de tudo e de todos, estas comemorações extemporâneas ofendem-nos, pelo cinismo ou pela estupidez.

Entretanto, não desanimemos; saibamos trabalhar.

Compor um povo ou compor um sal é, na unidade das forças da natureza uno na essência, e a sociologia ou ciência dos organismos sociais, conclusão necessária da biologia ou ciência da vida nos organismos tomados sobre si, não sofre emendas de quaisquer interesses particulares ou de quaisquer aspirações individuais.

Para nós, arianos, o progresso é uma lei até hoje não desmentida, e ante esta lei do progresso indefinido não valem restrições nem oposições. Na seleção dos caracteres dum animal, assim como dum povo e de uma raça, a luta pela vida separa brutalmente todos os estorvos, e o ente progride ou sucumbe contra outros mais fortes.

Tenhamos nós fé em que o nosso país siga a primeira das vias, e empenhemo-nos neste resultado, para que não seja subordinado, como o indica a lei de Spencer, conclusão da de Newton, a uma massa moral predominante.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Seja o nosso grito; Reforma! Reforma! — geral, completa, reforma em todas as esferas, reconstituição dum Estado, substituição de um mundo velho por um mundo novo, passagem de uma fase da evolução social para a fase imediata.*

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1923, 10 de julho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Combate

Enquanto se despregam os tabuados erguidos provisoriamente na Praça Nova para festejar a data constitucionalista, são postos em hasta pública os móveis da Associação Liberal.

É típica esta coincidência de liquidação.

Entretanto, porque a propósito venha, bosquejarmos a linha geral dos acontecimentos comemorados.

Em 1832, a 8 de julho desse ano que tantos consideram como o mais afortunado na moderna história portuguesa, aproam em Labruge, não no Mindelo, algumas embarcações em que se alojara principalmente uma multidão expatriada, mercê de anteriores acontecimentos.

Eram 7.500 os audaciosos que vinham a formal peleja desafiar o governo constituído, e nem todos portugueses.

Em grande parte, haviam sido recrutados dessa plebe que ao tempo enxameava pelas grandes cidades lá de fora e que, fechada a era das temerárias empresas que iniciara o império cesarista do primeiro Bonaparte, penosamente arrastavam uma vida de inconfessadas *escroqueries*, verdadeiros *condottieri*, prontos ao primeiro que lhes alugasse a venal coragem.

Com eles vinha uma pobre gente que se insurrecionara no Porto a 16 de maio de 1828, aos gritos que, aclamando uma rapariga menor, brasileira, desconhecida, saudavam a liberdade dada em oferta numa Carta idealizada pela esperança.

O movimento abortara miseravelmente; vários magnates vieram, em 26 de junho, do estrangeiro, a dirigi-lo, cómoda, principescamente instalados no *Belfast*. Mas, quando a hora do desastre

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

chegou, esses tais, um Palmela, um Saldanha, fizeram acender as caldeiras do navio, em demanda de paragens menos tempestuosas, indiferentes à sorte dos seus companheiros obscuros, surdos aos seus clamores de desespero.

Os soldados evadiram-se a caminho da Galiza, rotos, famintos, deixando ficar a artilharia na marcha, prestando, na ansiedade dos grandes infortúnios, o ouvido ao rumor longínquo da divisão que os ia perseguindo.

Sem chefes, levavam entre si, sós, essa nobre figura de Sá da Bandeira, cavalheiresca e heroica, e o brigadeiro Pizarro, tão inquebrantável na sua altivez. Estes haviam preferido o azar da fuga com eles à vergonha do seu abandono em seu descalabro.

Ao cabo de inúmeras calamidades, atiraram-nos, na nevoenta Inglaterra, para dentro de uns barracões infetos, os que não dispensaram no seu tristíssimo êxodo, os que não foram levar a nova da catástrofe da ingénua nacionalidade portuguesa por cada canto da civilizada e cética Europa.

Então, começou entre os desterrados uma existência amargurada, duma miséria sem dignidade, lamentavelmente, batendo a portas que se lhes bem aferrolhavam, implorando duros corações de estranhos hostis; entre si, dilacerando-se em questiúnculas de personalidades, escrevinhando folhetos políticos, conspirando a escâncaras, pedindo esmola.

Tal era a gente chegada agora a praias lusitanas e proclamando vir salvar a pátria da tirania odiosa que pesava sobre este misérrimo solo natal.

Sendo-lhes facultado o caminho do Porto, por um inexplicável desaparecimento da parte das forças com que o governo estabelecido guardava as costas, na inacção da esquadra miguelista de que se não via uma vela no horizonte, prelúdio de não menos estranhos sucessos ulteriores, no dia imediato eles entravam nesta cidade, que a guarnição abandonara também, não se sabe ainda por que motivo, fundada em que razão.

E, todavia, nada menos triunfal do que esta vitória. As tropas fatigadas desfilavam, num morno silêncio, ao longo de ruas onde tripudiava uma populaça isolada, no luto das habitações hermeticamente fechadas. Para os raros vivas que se lançavam, a ensaio, frouxo era o eco, e o verdadeiro povo, a parte sã da população que se tratava de salvar não acorria, fremente de entusiasmo, ao encontro dos seus libertadores.

O que queria esta gente? Que vinha ela aqui fazer? Que princípios sustentava? Que bandeira erguia em suas mãos nervosas?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Comandava-a um príncipe afamado do escândalo da rebelião contra o seu soberano, um filho que reptara a combate seu pai, um português que se atrevera a erguer a mão contra a sua pátria.

Compunha-se um refugo de aventureiros nómadas e de nacionais desgraçados e perdidos.

Estes, exceção feita da quase totalidade dos proeminentes entre eles, eram leais corações, nobres almas em que a liberdade santa acendera essa chama que dissolve a treva interior, que lentamente devora, que ou se desata numa explosão de luz ou, sinistra, se afunde na agonia mesma do que a traz crepitante dentro do peito.

Mas, com este amor, que ignorância?

Tanta dedicação para um tão grande ludíbrio! Raça de gigantes simples, mistificada por pigmeus!

Assim, vindo implantar a liberdade, eles falam uma linguagem de escravos. Lavados da onda da metralha, reconhecem o que é sua obra como benefício outorgado dum senhor magnânimo. Ao código de garantias que conquistam dão o nome indecoroso, eterna vergonha!, ufanam-se por o apelidar uma *carta de alforria*.

E, apesar de tudo, eles são os filhos da Revolução francesa; leem os publicistas filantropos, exaltam-se com Filangieri, com Beccaria, com o abade Sieyès.

O seu doutrinário é Benjamim Constant e o seu filósofo Bentham. Alguns sobem até Rousseau e então umas dúvidas vagas assaltam-nos. Mas, vendo o Contrato social incarnado homem em Robespierre, uma vertigem deslumbra-os e recebem na adoração da sua Carta de 1826.

Entre as suas aspirações contraditórias nenhuma doutrina, a mínima coesão. Tudo se reduz à fórmula: A Liberdade. Mas, que liberdade e em que medida? O seu lema é salvar a nação, poucas vezes dizem o povo.

Há duas razões para isto. A primeira, porque são, na pura categoria dirigente, uma aristocracia, mesclada de burgueses; desembargadores, negociantes, generais, fidalgos muitos, plebeus quase nenhum.

A segunda, porque o povo os odeia. Aos poucos e sem seleção congregados, trazem de tudo consigo, desde o teorista que sonha legislar a sua abstração até o intrigante que procura fartar-se de despojos opimos. Bastantes dos que vêm empenhar-se numa assanhada porfia pela liberdade insultaram-na já; na Vilafrancada, arrancaram do coche do imundo rei D. João VI as alimárias a que se substituíram, conduzindo destarte o monarca à apoteose de uma reconsagração do absolutismo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Entretanto, vão-se batendo. As tropas que coroam as eminências do Porto portam-se, no desleixo e na inépcia de Gaspar Teixeira, de forma a que eles se acastelem na Serra, livremente se aprovisionem pela Foz, de que nenhum caso se fez, possam construir, a completo, trincheiras, revestir as suas linhas de defesa, povoá-las de canhões, fornecer armas e ensinar a disciplina ao povo da sua estação de asilo, que haviam levado à fileira.

Mais tarde, com novos reforços, aparece um visitante lúgubre, esse medonho cólera asiático que por esse tempo faz a sua primeira viagem de longo curso através da Europa espavorida. E é entre os horrores do flagelo que a luta mais e mais se enfurece.

Tudo nos surge extravagante nesta história; as coisas passam-se como nas mutações fantásticas duma mágica de teatro.

O princípio de causalidade afigura-se-nos que não tem aqui a sua aplicação. Um chefe constitucional é derrotado, como em Ponte Ferreira, como em Souto Redondo. O seu adversário não retira para si as consequências do fácil triunfo.

No Porto, tudo são pânicos na pobre população da cidade. Ameaçam-na com o saque, com o incêndio das habitações, com se passar os moradores a fio de espada, sem distinção de idades nem de sexo.

Parece que se teve assim em vista precisamente refinar a resistência, compelir ao encarniçamento na refrega, *pro aris et focis*, os indiferentes, os próprios inimigos dos recém-chegados, na fatal obediência a um trágico interesse comum.

A nulidade militar de D. Pedro torna-se manifesta e dela não se aproveitam os cabos de guerra que o desbaratam. As suas forças são, apesar de tudo, apoucadas, e os vastos exércitos que se lhes opõem não as esmagam de vez.

Acaba-se por se chamar Solignac, uma relíquia sem valor daquele tropel de homens de espada que Napoleão arrastou atrás de si, talando a Europa, atraindo sobre a França um odioso de que só tarde aquela gloriosa nação se viu depurada. Mas Solignac é um incapaz; ele não consegue mais do que comprometer uma defesa já precária.

Por isso, força é consentir Saldanha que o radicalismo das suas opiniões de momento, singularmente contrastando como o seu passado, tornara desafeto ao imperador, como ainda se chamava ao demissionário do Brasil.

Já então se podia sentir o sofisma encoberto na ideia que se tratava de fundar. O povo liberal, representado no exército que

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

amparava o Porto, punha toda a sua fé neste exilado, cujo talento militar o amostrava como o homem necessário da ocasião. Pois só muito tarde é que se conseguiu que fosse consentido, por isso que, contra a vontade do liberalismo em perigo, se impunha, despótica, a antipatia do príncipe.

Uma igual malquerença conseguiu privar a defesa do concurso de suas viris energias em oficiais dum mérito real, como Pizarro, particularmente odiado.

Mas afinal a agressão da parte de fora atingira a termos de ser espantosamente séria, e, na assistência de D. Miguel, do morro de S. Gens, o hábil Bourmont, que acabara de esconder sob os louros de Argel a ignomínia de Waterloo, é, apesar do ímpeto de assalto do dia seguinte àquele em que a capital se rendia sem combater, repelido, com glória dos sitiados.

A crise, todavia, ameaçava prolongar-se indefinidamente sem desfecho. Tentou-se a expedição ao Algarve; no seu êxito, Terceira cedeu às instâncias de Loureiro e Mouzinho de Albuquerque, convergindo sobre Lisboa, de que se houve posse, depois do simulacro do combate na Piedade, novamente vendo-se em grande o inverosímil caso de o defensor da legitimidade, o duque de Cadaval, abandonar, sem esforço, num inqualificável pânico, um terreno precioso.

E, para tudo ser inaudito nesta inaudita lenda, emerge do meio do complicado enredo um inglês excêntrico, Napier, que, de conta própria, mordido do seu *diabo azul*, se encarrega, ele, bifurcado em cima dum burro, irónico e prático, quase grotesco, de dizer: *basta* a tão prolongada contenda, fazendo render praças armadas; seguido de um batalhão de marujos bretões, conquistando o Alto-Minho, por seu puro alvedrio e risonha recreação.

É uma curiosa aventura. Derrota a mais fina sagacidade. Alarma o critério, como uma enfiada de recíprocos absurdos. Os críticos modernos interrogam-se, assombrados. O finado Oliveira Martins refere o extraordinário problema a um processo mórbido de que o organismo português vinha atacado da sua convulsionada existência histórica, a ponto de o dotar dum daninho tumor que chegou a supuração com o desmembrar da nacionalidade no conflito da primeira metade do século.

Enfim, não se compreende.

O senso popular falou, fala ainda em misteriosas traições, em compras pelo bom ouro cantante, toda uma ousada intuição, cuja certeza não deixa apurar talvez o cauteloso sigilo de arquivos cerrados ao exame dos historiadores.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Fosse como fosse, estava concluída a tarefa militante. O liberalismo ia entrar em obra. O que faria ele? Sabemo-lo hoje demais. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1924, 11 de julho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Moralidade Política

Há uma objeção que se costuma apresentar aos que defendem o credo republicano, cuja objetivação em lei escrita se afigura a todos nós que lidamos nesta tarefa, tão árdua, tão difícil, por vezes tão mal julgada por tão imperfeitamente compreendida, da propaganda democrática como o único processo capaz de reabilitar uma nação abatida, objeção que convém examinar e refutar duma vez para sempre, pois ela teria realmente seu valor, se o ponto de partida de que procede fosse com efeito exato, como felizmente não é.

Uma destas noites, o nosso amigo, o dr. L., formulou-a perante nós com uma grande nitidez. O dr. L. é um português antigo, leal nos seus propósitos, fiel à bandeira do liberalismo, hoje extenuado por longos anos de lutas estéreis e pela acção dissolvente de muitas desilusões.

Disse-nos ele: — Que importa, meu amigo, que V. e os seus correligionários preguem a mais sã doutrina, os mais puros princípios? Que importa que os seus esforços venham um dia a produzir o efeito desejado e todos vejam a república estabelecida no país? Como um rio generoso que um areal bebeu, as vossas aspirações nobres esvair-se-ão na desmoralização profunda de todas as classes sociais da nossa infeliz pátria. E há de vos acontecer o que a nós nos ocorreu, liberais sinceros. Crendo ter nas mãos a felicidade e o futuro da nação, não conseguireis mais do que abraçar a sombra duma quimera fugitiva.

Então, lembrou-nos o indiferentismo das classes ilustradas, a ignorância do povo, a insaciada, por insaciável, ambição dos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

políticos. Cruelmente, nos mostrou o quadro desolante duma mocidade culta que só sonha desde os bancos das aulas com uma candidatura, e duma burguesia absorvida no negócio, sem uma preocupação, por mínimo dos interesses gerais da pátria.

Mas, o que ele não viu e o que destrói pela base a sua argumentação, é o simples facto mesmo da existência do partido republicano português.

O que é, em verdade, que traz consigo a definição de republicanismo para o indivíduo que de tal opinião fez pública confissão? A que corresponde tal ato político?

À inutilização de toda e qualquer ambição pessoal; ao sacrifício completo do egoísmo; ao desinteresse máximo. O que se diz republicano sabe que fechou desde o momento em que o fez todas as portas, por onde poderia receber consideração social, benefícios, proteções, favores. Ora, se a tanto se atreveu, não representará o que realizou uma moralidade política de tal grandeza que ela justifica para o grupo de homens assim uma fé alta, uma confiança generosa nos princípios que proclama?

O constitucionalismo passou já por esta fase de pura abnegação doutrinal, e assim é que ele pode levar a efeito o que de proveitoso deixou consumado no seu ciclo de reformas, acompanhou o combate ora sucedendo a vitória de 1834. A grande figura de Mouzinho da Silveira, tão nobre e tão fecunda, é um exemplo glorioso do quanto é prolífica uma opinião sincera. Manuel Passos continua a tradição de inteireza e Sá da Bandeira e vários outros, homens eminentes da transição constitucional.

Depois, o regímen esterilizou-se, por ter findado o seu papel histórico; e então sucedeu um período de cínico desprendimento dos interesses nacionais, que é o que hoje chegou à agonia. Nesta fase histórica, a fé altruísta desaparece, o egoísmo prevalece e Rodrigo da Fonseca eleva a categoria de doutrina política o envilecimento dos homens. Mas esta desmoralização não tem nada de definitiva; ela é mesmo necessária, pois que uma fé radicada nas virtudes dum regímen, que não pode racionalmente durar, teria como consequência a imposta prolongação dum modo de ser político, desastroso e funesto.

É preciso que a moralidade política do constitucionalismo se oblitere, para que outra ideia moral mais pura nasça e se avigore.

Essa nova moralidade política é a condição da vitalidade das instituições futuras, e ela não poderia aparecer ou, pelo menor, detê-la-iam, no seu desenvolvimento, poderosos atritos, se correspondentemente não víssemos, enquanto, do porvir, uma energia

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

moral se levanta paralelamente, descer a sua antagónica, que sustenta o que está.

A este facto eminentemente significativo, assistimos.

A moral pública do constitucionalismo dissolve-se. E para a República surge, viver, uma moralidade política tão forte que ela resiste ao interesse de cada um e se exprime pelo sacrifício individual.

Eis o que nos garante o futuro. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1926, 14 de julho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Nova Polónia

Ontem, a comemoração da tomada da Bastilha.

Como, assim, oportuno fosse, demo-nos a pensar nas rancorosas ameaças à França, ultimamente reeditadas nos jornais ou da tríplice aliança ou, por espírito reacionário, à sua causa afetas.

Uma gazeta de caricaturas, italiana, adiantando-se a um futuro apetecido, chamava, há dias, desde já, à França a nova *Polónia.*

A nova Polónia!

Conhecem todos a lastimosa história daquela pobre nação que, encravada entre ambiciosos despotismos e vítima de mesquinhas lutas intestinas em que as forças do seu patriotismo, aos poucos, esterilmente se esgotaram, acabou por ser desmembrada em três retalhos, avidamente repartidos pelos inimigos, que esperavam a hora oportuna de levar a cabo a sua criminosa aspiração.

Sabe-se como a Rússia, Prússia e a Áustria prepararam as condições para proceder ulteriormente à odiosa partilha cobiçada.

Sabe-se como conseguiram semear a discórdia entre a gente polaca e como se aproveitaram da prerrogativa absurda do *liberum veto,* consignada na constituição da Polónia e que dava a cada membro da dieta o direito anárquico de suspender, pelo seu alvedrio pessoal, as decisões da assembleia soberana, para o fim de tornar quimérica toda a ideia de ordem e estabilidade nas instituições polacas, fazendo da eliminação desse privilégio injustificável o *casus belli,* imprescindível para o prosseguimento dos planos cavilosos duma política de conquista.

A divisão da Polónia é uma das maiores vergonhas da história moderna, e tudo parecia indicar que esse seria um facto sem

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

repetição na Europa até o momento em que aquela nacionalidade extinta se reconstituísse, ou pelas energias próprias ou secundada pelas grandes potências ocidentais para cujo concerto, desde que o direito dos povos se radique e reconheça, a sua existência é, como completamente o demonstrou Mierolawski, a condição primordial do justo equilíbrio dos ramos típicos da raça indo-europeia, o latino, o germano e o eslavo.

Pois hoje, monstruosa coisa!, mal disfarça a opinião reacionária o desejo de repetir para com a França a obra que dissolveu a Polónia!

Igualmente se concertam as potências hostis e, ao que se vê, se apercebem para tarefa semelhante.

Não bastam a Itália, a Áustria e a Alemanha. Apesar das brilhantes manifestações francófonas, recentemente efetuadas na Corunha e em Barcelona, até da Espanha se lembram. E já há alguém que diga: o Rossilhão para a Espanha. Nice e a Sabóia para a Itália, a Champanhe para a Alemanha; tais departamentos para o rei Humberto, estes para o eleitor de Brandeburgo, aqueles para o herdeiro do herói de Lacar.

Assiste-se a estas inacreditáveis combinações, ainda não um século volvido sobre a Assembleia Constituinte de 89 que assegurou os direitos do homem e do cidadão, ainda não cem anos pesando sobre a Convenção de 93 que consignou os direitos dos povos.

E o que mais é de lamentar é que existem espíritos mesquinhos, acanhadas almas que, dizendo-se liberais, professando sinceramente, queremos acreditá-lo, princípios liberais, aplaudem, todavia, o plano dos monarcas, não vendo nele mais do que a ruína de uma nação que lhes é indiferente, e a queda do sistema republicano que lhes é antipático, por isso que, pela irradiação messiânica sua peculiar, mina os constitucionalismos continentais, a cuja sombra esses tantos viveu e se locupletam.

Ora, se o caso fosse unicamente esse; se se tratasse tão-somente duma nova derrota da França, a nossa indignação e o nosso receio não atingiriam as proporções a que normalmente sobem.

Seria para nós, sempre, motivo de indignação o rompimento da paz europeia, por isso que as nações vão chegando à fase pacífica do industrialismo, que contém as soluções do futuro; e, portanto, todas as tentativas de revivescência do espírito guerreiro devem ser proscritas como outros tantos fatores de retrogradação, que urge dissipar, efetiva e definitivamente.

No caso especial duma luta com a França, o nosso coração de latino, os interesses da nossa raça, o espírito do nosso tempo, muito

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

e muito, se deveriam sobressaltar com a perspetiva duma derrota desse povo generoso e forte, que atinge o primaciado político com Henrique IV, conforme dos belos estudos do dr. Phillippson, e tem sido, apesar de tudo, desde a época de Luís XIV, o grande árbitro dos destinos da Europa.

Mas agora a situação carrega-se das tintas mais sombrias. A guerra que se urde nas trevas das chancelarias não se dirige contra uma potência cujo poderio seja necessário combater e reduzir.

Ao inverso do princípio, feito prevalecer por Merlin de Donai, a toda uma assembleia irritada, não se trata de ferir a guerra aos reis, oferecendo, do mesmo par e passo, a paz aos povos. A guerra trama-se contra os povos, na adesão de todos os reis. Menos do que batendo a França, alemães, austríacos, espanhóis e italianos fariam fogo sobre as próprias fileiras. A vitória é aqui um suicídio.

Como tal devem todos os homens liberais compreendê-lo, esse odioso triunfo com que os imperantes pretendem encobrir o seu intuito sinistro.

Derrotada a França de hoje, repartida entre os vencedores, ainda que na carta se designe Paris, aumentado com os seus arredores, pelo conservado glorioso nome genérico da pátria, aliás, morta, uma monarquia será imposta, a essa microscópica França de amanhã, pelos exércitos coligados.

Na Itália, na Espanha, uma era há de abrir-se, era de sistemática opressão. As constituições serão rasgadas. Um militarismo absorvente se imporá ao trabalho livre. Os preconceitos aristocráticos rejuvenescerão, com todo o seu odioso tradicional. A imprensa será amordaçada de vez, as conquistas da liberdade civil serão desfeitas e o direito político será simbolizado na omnipotência do monarca, com o seu cortejado de violências e de embustes, para que venha a propósito pela data, sobre o tema discorrer.

Meditem bem todos nisto, próprio dessa absorção integral e monstruosa. A sorte da França é o destino da Europa inteira. Não se julgue, com a frívola leviandade, fraqueza da nossa raça, que não passa o que escrito deixamos das declamações extemporâneas dum republicano triste.

Há alguns anos já que um dos mais lógicos pensadores ingleses, John Stuart Mill, dizia a um dos mais eloquentes historiadores da Revolução, Louis Blanc.

«— Deus queira, Deus queira que nunca a França morra, porque a morte da França seria o entenebrecimento do mundo!».

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Hoje, mais do que nunca, a severa exatidão destas palavras se nos oferece como um incontrastável axioma. No momento oportuno, a democracia latina deve tomá-lo consoante a idónea norma da conduta que a seguir lhe dite a gravidade da situação que para todos se está, talvez, e mais breve de que se cuide, preparando. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1927, 15 de julho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Jacobinismo

Repete-se na imprensa oficiosa e mesmo na da oposição chamada liberal, em tom de vaia difamatória, como se labéu fora, o epíteto de *jacobinismo* aplicado às afirmações democráticas recentemente produzidas na defensa do credo republicano.

Esta acusação já vem de longe.

Foi o finado Marçal Pacheco, deputado pelo Algarve, no público, regenerador, e conhecido nas conversações pelo exagerado do seu real indiferentismo político, quem disse um dia, na câmara, que em Portugal não havia republicanos, mas tão-somente jacobinos.

Por vezes, vemos, depois, produzir esta acusação de jacobinismo contra os democratas portugueses e mais geralmente contra a ideia republicana. Ela não sabe do vago de certas fórmulas literárias que, parecendo conter uma profunda significação filosófica e crítica, nada representam com efeito pois ou servem de disfarçar, pelo emprego de *clichés* inexaminados, a preguiça cerebral de ir ao íntimo das questões, analisando-as e resolvendo-as; ou, pior ainda, elas não passam de justificações teóricas de sentimentos inferiores.

O modo de ser político, económico, moral e religioso dos nossos dias é por tal forma incompatível com o grande desenvolvimento das ciências e das letras no nosso tempo, por tal maneira ofende o critério positivo que circula nos entendimentos hodiernos, de tal modo representa a fanática ignorância peculiar ao passado que perturba e irrita uma era erudita tal como a nossa.

Por consequência, certos espíritos cultos, em quem a independência do carácter não acompanhou a evolução mental, sentem-se

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

envergonhados de que os tomem por solidários e coniventes com o que está. Mas, como este pudor é exclusivamente intelectual, sucede que, longe de lhes retemperar a coragem para abertamente romper com o existente, ele não lhes sugere mais do que a ânsia de colorir com razões de ordem científica o que no fundo não passa do desastre da moralidade.

Não se lhes dá que os tomem por cínicos, pois do cinismo fazem gala, mas irrita-os que os tenham à conta de estúpidos. E então procuram demonstrar que, se não são republicanos, é porque o republicanismo está condenado pela ciência e eles têm diante dos olhos um horizonte muito mais vasto do que a simples eliminação duma realeza qualquer.

A perfídia destes entendimentos é, todavia, logo punida, porque, se se lhes pergunta o que é que querem então, nada de definido, de claro, de imediato e prático apresentam, refugiando-se no confuso tumulto de contraditórias aspirações, dum carácter socialista, mais ou menos indistinto.

Sabem donde vem esta categoria que se pretende aplicar à doutrina republicana, classificada de *jacobinismo*? Tem a sua origem histórica no célebre Clube dos jacobinos da primeira Revolução, o qual foi uma sociedade de patriotas constituída logo pouco depois da abertura dos Estados gerais e que se intitulou *Sociedade dos amigos da constituição.*

Acompanhando o rei, de Versalhes para Paris, o clube instalou-se primeiro numa vasta sala servindo de biblioteca, no convento dos frades dominicanos da rua de Santo Honorato, e depois na igreja mesma do convento, em seguida à destruição da ordem. Como os frades dominicanos eram mais geralmente chamados jacobinos, radicou-se o costume de assim apelidar os *amigos da constituição*, e eles mesmos não tardaram a decorar-se desta etiqueta.

Ora, como o clube veio a assinalar-se pelo ardor das suas convicções, pela intemerata intrepidez nas resoluções tomadas, pela sua fidelidade aos princípios revolucionários, a reação universal, possuída de pavor, fez sucessivamente da palavra de jacobinismo o anátema ao espírito novo.

Jacobino era o republicano, o livre-pensador, mas depois, na Restauração, mesmo o simples constitucionalista, até o mais baço liberal. Era um horror europeu, o espetro da consciência atribuída do velho mundo.

Até nós chegou a fama do nome execrado e sabe-se como a plebe fanatizada trucidava sem piedade, por *jacobinismo*, aquele cujo nível, intelectual e moral desgraçadamente não era já o da

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

turba ignara. Exemplo: o caso de Bernardim Freire de Andrade, assassinado, apesar dos esforços do barão de Eben, pelas ordenanças e populaça de Braga.

Mal se compreende como até os nossos dias chegou a ridícula ascensão e como é que em pleno parlamento a expendeu então um homem ilustrado e inteligente.

Não há republicanos, diz-se novamente, agora, há jacobinos. Mas, que exprimem estas palavras? Que representam? Que querem elas dizer?

É um enxovalho histórico, e destarte se pretende infamar a democracia deste tempo, ligando-a à tradição do clube vitimado pela reação termidoriana?

Mas, pondo de lado o que há de infantil em associar os republicanos portugueses a uma responsabilidade histórica da França, afigura-se aos nossos adversários que nos peja a antecedência dos jacobinos?

Note-se que, restritamente no lance, a ignorância insanável, e que já, com felicidade, se denominou enciclopédica, dos nossos antagonistas, mais uma vez, imanente se patenteia.

Com efeito, os realistas, na flagrância da Revolução, não era para os jacobinos que, de começo, reservavam os seus furores. As suas imprecações dirigiam-se de preferência para a Gironda.

É, exclama o vidente Michelet, o troféu dos girondinos, são a sua coroa e os seus lauréis.

Na verdade, eles mereciam bem semelhante honra. Foi a imprensa girondina que fundou a República. Os jacobinos cometiam o erro de acreditar, mesmo em 91, que a questão de monarquia e de república é uma questão de forma, acessória, exterior. Robespierre dizia ainda nessa época: «Eu não sou nem republicano nem monarquista.»

Todavia, aos nossos adversários de hoje, diremos que, pelo contrário, sem que nos envergonhemos dos jacobinos, não lhes aceitando o critério, como a esse, a tantos e tantos respeitos, não os repudiamos nem enjeitamos.

A sua tradição honra-nos.

Pois, realmente, e que fizeram eles, esses hediondos jacobinos?

Responderá um dos inimigos mais violentos da França revolucionária, Chateaubriand, que, então emigrado, escrevia em 1797 no seu *Essai sur les récolutions* que *esses monstros, evadidos do inferno, tinham todos os seus talentos*, pois força lhe era confessar «que foram eles que deram à França exércitos numerosos, bravos e disciplinados; que foram eles que acharam meio de os pagar, de

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

abastecer um país sem recursos e cercado de inimigos; que foram eles que criaram uma marinha como por milagre e conservaram, por intriga e dinheiro, a neutralidade de algumas potências; que foi sob o seu domínio que as grandes descobertas na história natural se fizeram e que os grandes generais se formaram; que, finalmente, haviam dado vigor a um corpo esgotado».

Se se está na suposição de que houve, ou há ainda, um corpo de ideias políticas conhecidas, no seu conjunto, pelo nome de jacobinismo, isto é um erro de tal amplitude que nos não deteremos um instante em sua consideração.

Os jacobinos não professaram nunca senão os princípios da revolução mesma; começaram por um constitucionalismo bem modesto e, se chegaram ao implacável doutrinarismo de Couthon e Lebas, foi essa a obra das circunstâncias históricas que do ministério Necker se vai desenrolando até à proscrição de Saint-Just e dos seus demais companheiros.

Se se entender por jacobinismo a intolerância das opiniões radicais, e exclusivismo do modo de ver, o desconhecimento das necessidades de momento e da fatalidade dos compromissos em política, pela só obediência a uma linha ideal traçada, a questão não é de doutrina, é de método; — e quem diz aos monarquistas lusitanos que o processo ulteriormente seguido pelos republicanos portugueses seja o que lhes estão censurando?

Imaginam, realmente, que iremos acordar a sombra de Fouquier-Tinville, para vir ler fúnebres libelos acusatórios? Que se decretará a guilhotina em permanência e que decapitaremos o snr. do Restelo? Como se ilude, julgando-nos tão sanguinários!

Mas, então, que é afinal esse *jacobinismo*, impróprio de poderosos espíritos, em que a ciência moderna destilou a sua mais rica essência?

Ah! sim. Bem sabemos. Vão-nos falar da monografia do jacobinismo, por Proudhon deixada numa das suas numerosas obras, em que a gente tem de tudo e para tudo, cérebro genial ferido de impotência pela fenda da contradição.

De modo que, na presença triste de nós outros, pobres republicanos sem critério, estreitos e atrasados, é com Proudhon que nos batem em brecha o sistema das nossas conceções políticas.

Mesquinha inteligência a nossa! Nós a supormos que Proudhon é, apesar da nossa grande veneração pelas suas qualidades formidáveis, um inconsciente metafísico, cujo socialismo humanitário e precipitado não pode dar coesão cerebral nem orientar um homem medianamente disciplinado pela sua matemática, pela sua física,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

pela sua biologia; e afinal é ainda Proudhon, com a sua tese e a sua antítese, com o seu Hegel e o seu crédito gratuito, que nos vem, encapotadamente, sair ao caminho!

Que nos quer ele, a nós, que partimos de Diderot, e que, por Augusto Comte, o maior colosso mental de século, chegamos à sistematização evolucionista de Spencer?

E então, fazendo-se os intérpretes da absurda sentença, aparecem-nos os periodistas monarcófilos a chamar-nos jacobinos, a nós, cuja representação do nosso método aplicado à política se personalizou na série admirável dos estadistas práticos e concretos que têm feito a força e a glória da terceira república francesa!

Não! Nós não somos jacobinos, no sentido que se quer dar à palavra. Não foi uma vaga sentimentalidade que nos fez republicanos, mas uma convicção de natureza inteiramente científica, exercendo-se pela persuasão e simbolizando uma necessidade social indeclinável.

Se o republicanismo no país não tivesse esta base positiva, como explicar o seu desenvolvimento crescente? Por uma criação *ex-nihilo*, da quimera dum prurido inovador, sem raízes na consciência pública?

E ex-republicano, sentimental e idealista, do *Trabalho* não chegou a esclarecer os democratas, positivistas e práticos, de quem motejou numa assembleia que, como as suas congéneres, anteriores e posteriores, tanto expressava, moral e politicamente, que toda a gente era conhecedora de que a grande maioria dos seus membros devera o diploma, que lhes dera entrada, à convergência salutar do sumo das uvas e do fumegante carneiro, lindamente ladeado de batatas.

Cremos que não o deixarão ficar mal, em sua memória, melhormente procedendo, os que continuam a sua polémica, nossos contraditores de hoje. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1935, 24 de julho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Rodrigues de Freitas

Sua Vida e Sua Obra

Pelo meio-dia de ontem, sucumbiu, aos estragos da cruel enfermidade que de longa data o vinha torturando, Rodrigues de Freitas.

Nos últimos tempos a democracia portuguesa tem sido asperamente apalpada pelos reveses; ela atravessa uma crise de prova, de que há de emergir retemperada e triunfante, se bem que dolorosamente compungida pela perda dos mais puros e intemeratos dos seus servidores.

Na resignação do tempo, que, alegrias e dores, tudo consome, mal começava a amortecer-se a saudade pelo trespasso de Latino Coelho, o copioso erudito cujo imenso saber se engalanava, popularizando-se, das graças dum estilo, simultaneamente clássico e loução, quando a notícia da morte de José Elias Garcia vinha abalar todos os corações, gratos à benemerência do insigne propagandista.

Recordavam-se os talentos expositivos do extinto e a sua perseverança estoica de organizador, que nenhuma contrariedade lograva desanimar, e eis que logo cabia, inopinadamente fulminado, José Falcão, a cuja iniciativa, poderosa e fecunda, devia o norte republicano serviços análogos e congéneres aos por Elias Garcia prestados no sul da país.

Logo em seguida acompanhava o lúgubre saimento Bernardino Pinheiro, indefeso trabalhador e romancista exímio. Companheiros da vida e na morte, acamaradavam-se na paz do campo santo Sousa Brandão, o interlocutor do princípio associativo nas classes trabalhadoras lusitanas; Oliveira Marreca, que promovera

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

na literatura histórica nacional o estudo dos fatores económicos; Augusto César, ingénua dedicação perdida nos ignorados longes provinciais.

Chegou agora a vez a Rodrigues de Freitas, cuja límpida reputação impôs, no vasto percurso da sua acidentada existência política, um poderoso silêncio e uma reserva respeitosa à maledicência a mais proterva e à calúnia, ainda a mais audaciosamente cínica.

A imaculabilidade deste carácter incorruptível lembrou, justamente, ao nosso prezado e ilustre camarada Silva Pinto, numa página nervosa e incisivamente escrita, o paralelo formidável de Robespierre.

E, com efeito, com a ternura do coração, que escasseava no jacobino, de Rodrigues de Freitas se pôde fazer o elogio supremo que de Robespierre em quatro palavras traçou o aliás hostil Michelet; ele foi um grande cidadão.

Numa época de decadência, em que o espetáculo das apostasias e das infâmias personalistas, da subserviência e da abjeção coletivas cria o desespero, a conduta deste homem público inspirava a confiança, alevantava os ânimos, indicava que não estava tudo definitivamente perdido para uma terra de que brotavam ainda tão grandes, altivas, antigas virtudes cívicas.

Era o seu nome incipiente como um farol em noite espessa; lembrá-lo equivalia a reacender o clarão bendito da esperança, sopitado sob as negras cinzas do desconforto.

Assim, Rodrigues de Freitas representava uma das grandes forças da nacionalidade portuguesa; a sua significação moral importava um elemento de cultura e progresso que não escapou à eminente perspicácia da intuição popular.

Para o povo era, com efeito, Rodrigues de Freitas um símbolo; naquele franzino corpo, ele sentia que palpitava a alma da pátria.

Elegante de porte, dum exterior insinuante, docemente toldado por uma melancolia pensativa, Rodrigues de Freitas, como Saint-Just, era dotado daquela varonil beleza que o povo exige nos seus preferidos e que, como aconteceu com Lassalle, na Alemanha, o atrai irresistivelmente.

Ele confirmava assim o asserto de Herbert Spencer quando o filósofo inglês estabelece, num seu ensaio célebre, que, na normalidade, sucessivamente afirmada no progresso das gerações, à beleza plástica, corresponde sempre a beleza moral, mental e estética.

Severamente lógico na estrita fidelidade aos seus princípios, a sua morte e disposições últimas testemunham, mais uma vez, a alta lealdade e a inconcussa probidade do seu espírito.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Alma nobremente religiosa, mas destacada de todas as manifestações exteriores dos cultos positivos, não desmentiu no tremendo passo da morte a serena crença duma existência inteira, de trabalho permanente e de sólidas e sérias meditações. Até aqueles que não participam das suas convicções em tão delicadas matérias devem possuir-se de respeito perante essa lição extrema e esse último exemplo.

Os mortos vão depressa, diz uma balada pessimista e falsa; é, pelo contrário, da existência transcendente dos mortos que se nutrem os vivos. É pela memória dos seus pensamentos e dos seus atos que se fortificam as novas gerações; na sua biografia, aprende a conduzir-se a mocidade que vem atingindo a plenitude das suas faculdades. E, longe de se obliterar a saudade, ela, dia a dia, aviva-se, no viso de nos tornar presente a imagem, que só desapareceu diante dos olhos para cintilar no mais acrisolado do nosso ser subjetivo.

Herdou Rodrigues de Freitas os dotes cívicos que em vida o distinguiram.

Filho dum antigo soldado das cândidas campanhas da liberdade, nasceu Rodrigues de Freitas nesta, digamos com orgulho, porque de tão, eminente representante tratemos, nesta nobre cidade do Porto, a 24 de Janeiro de 1840.

Depois de haver feito com distinção os necessários preparatórios, cursou o moço estudante com primoroso luzimento a Academia Politécnica desta mesma cidade, da qual saiu com a carta de engenheiro de pontes e estradas, recebendo prémio todos os anos.

Em dezembro de 1864 foi despachado para o lugar de lente substituto das cadeiras de comércio e economia política daquela academia, após magníficas provas de concurso.

Em maio de 1867 foi promovido a lente proprietário.

De bem cedo se entregou às tarefas do periodismo, para as quais o tornava eminentemente apto a sua imensa leitura, servida por uma memória prodigiosa.

Consultando um livro, Rodrigues de Freitas ia escoliando o texto com preciosas notas que, todas, lhe tomavam a margem.

Quem escreve estas linhas teve ensejo, compulsando a obra fundamental de Carey, *Princípios de ciência social*, cujo empréstimo devera à obsequidade do seu ilustre amigo, de conhecer esta grave seriedade de leitura.

De redação pronta e fácil, a sua exposição era segura, meticulosamente deduzida, e o seu estilo claro, preciso e elegante.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assim fez parte da redação do *Eco Popular*, folha democrática fundada por José Lourenço de Souza e em que se assinalaram, com o dele, os talentos, já amadurecidos, de Joaquim Marcelino de Matos, advogado insigne, pai do nosso correligionário e velho amigo dr. Júlio de Matos, de Custódio José Vieira e de outros.

Era aquele, ao tempo, o órgão da mocidade, possuída de ideias novas e intrépida na sua propaganda, dentro duma sociedade estagnada num conservantismo mercantilista e ignaro.

O espírito burguês debalde procurou ridicularizar essa esplêndida plêiade, pondo-lhe alcunhas grotescas, como a da *rapaziada fina do Eco*, que, já sem a memória da origem, por certo tempo, se perpetuou na tradição.

Desse núcleo procedeu, em opúsculo anónimo, após a já esquecida iniciativa de Henriques Nogueira em Lisboa, a primeira divulgação no norte do país da doutrina federalista, oposta à absorvente, impatriótica e vexante utopia do iberismo.

Colaborou também Rodrigues de Freitas no *Pedro V* e na *Previdente*, revista especial, fundada pela sociedade de seguros de vidas do mesmo título, constituída no Banco Aliança.

Entretanto para o quadro do *Comércio do Porto*, foi durante longos anos um dos colaboradores mais efetivos deste nosso prezado e importantíssimo colega. Ali escreveu, de preferência, acerca de assuntos económicos e de administração pública.

Nesta horrível dispersão do jornalismo, se Rodrigues de Freitas houvesse feito como Émile de Girardin e, com um título análogo ao das famosas *Questions de mon temps*, tivesse reunido, em volume, os seus artigos espalhados pela imprensa periódica, possuiria hoje uma obra literária, cuja cópia e variedade resultariam flagrantes e evidentes.

Foi também Rodrigues de Freitas correspondente do Porto para o *Jornal do Comércio*, de Lisboa, em cujas colunas sustentou, com briosa independência, a causa de Teófilo Braga, por então condenado ao ostracismo da chamada *conspiração do silêncio*.

Colaborador da *Correspondência de Portugal*, foi um dos mais eminentes e assíduos do *Século*.

Trabalhou também na *Discussão*, fundada por Alves da Veiga, e por vezes honrou com seus escritos as páginas da *Voz Pública*.

Deixou, outrossim, registada a sua passagem brilhante por publicações técnicas, revistas literárias e científicas, como a *Renascença*, de Joaquim de Araújo, *Museu Ilustrado*, de David de Castro, *Ensino*, de Teodoro Ferreira, etc.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na Revista de Portugal, dirigida por Eça de Queiroz, estampou também valiosos trabalhos da sua lavra; e na Revista Ocidental, orientada por Oliveira Martins, nos seus bons tempos de sinceridade, inseriu um estudo, extenso e completo, verdadeiramente magistral, equivalente aos similares dos mestres, como Puynode, sobre as *Crises Comerciais*. Na *Revista científica*, de Ricardo Jorge, deu à luz outro excelente, perfeito ensaio acerca da questão, difícil e controversa, do *Bimetalismo*.

Ainda quando começava o curso de inglês, estudantinho de simples catorze anos, realizou um extracto da obra *Hints to travellers in Portugal*, que ocupa 59 páginas do *Almanaque Comercial*, do Porto, para 1855. Era uma tentativa de adolescente que, em sua despretensão, não merece o azedume dos reparos do acre bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva.

Em volume, publicou os trabalhos seguintes: — *A igreja, Cavour e Portugal* (sem nome de autor); *Breves reflexões sobre a questão bancária; Discurso pronunciado na Academia Politécnica do Porto no dia 1 de outubro de 1867; Discursos parlamentares proferidos na câmara dos deputados em 1870-1871*, impressos em separado para serem distribuídos aos eleitores do Porto.

São muito notáveis os seus livros de crítica económica, a *Revolução social* e *Compêndio de economia política*.

O primeiro é, como o seu subtítulo indica, uma análise crítica das doutrinas da Associação internacional dos trabalhadores. Compreende a história da fundação e primeiros anos de existência da poderosa sociedade que tanto alarmou o mundo tradicionalista.

O seu critério dominante é, por vezes, atrasado, mas a lealdade democrática do publicista não pôde ser, por um instante, litigada em dúvida.

Por esse tempo, era Rodrigues de Freitas deputado e foi só dos seus puros lábios que se ergueu o protesto contra as prepotências do ministério do reino, perseguindo no Porto os grevistas da *Fraternidade Operária*. Só ele reivindicou os direitos das classes salariadas à coalizão, na defesa dos seus interesses, ameaçados ou prejudicados. O povo nunca esqueceu este desinteressado e espontâneo serviço do generoso e impoluto democrata.

Na extreme esfera das ideias, o livro da *Questão social* encerra um exame, percuciente e subtil, das quimeras mutualistas de Proudhon. Essas belas páginas conservam a frescura da primeira redação.

O *Compêndio de economia política* atesta os progressos da cultura económica, consumados pelo espírito, franco e reto, do autor.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A meio da vida, compreendera a necessidade de conhecer o alemão, e dera-se sem descanso à aquisição laboriosa desse idioma, sob a direção da ilustrada senhora que veio a ser sua segunda esposa, companheira dileta e dedicadíssima, a esta hora triste mergulhada na agonia duma dor dilacerante.

Em primeiras núpcias, ligara-se com uma inteligente menina, filha do velho liberal Lessa, uma das fisionomias mais sedutoramente impressivas do Porto de há vinte anos.

Pelo seu conhecimento direto da linguagem, manuseou, assim, nos originais, os documentos da profunda cerebração do germanismo contemporâneo. A obra monumental do socialista Karl Marx *Das Kapital* impressionou-o gravemente, como não pôde deixar de acontecer a todas as intelectualidades sugestionáveis.

No seu livro especial, essa forte influência exerce-se a dentro dos meandros da teoria do valor, que é, como se sabe, o *caput laborum* da dialética marxiana.

Eis mais um testemunho de lealdade do espírito de Rodrigues de Freitas, se deles carecesse uma existência tão magnanimamente escancarada em provas sucessivas de franqueza e isenção.

Sobre questões de pedagogia, é curioso o ensinativo opúsculo de Rodrigues de Freitas, explanador de *Froebel e Pestalozzi.* Ele constituiu uma revelação, útil e proveitosa num país atrasado de séculos e enquistado ainda nos métodos rotineiros, da mnemónica jesuítica como processo cognitivo e da férula sistemática, como meio disciplinar.

Em separata, corre também o amplo discurso que, sobre o estado da nossa instrução pública, pronunciou Rodrigues de Freitas na câmara dos deputados e que tanta e tão justa impressão causou, ao tempo.

Este discurso, além da sua valia didática, é um espelho moral. Cavalheirescamente, nele se vinga o orador de descabidos sofismas com que pretendeu ilaqueá-lo, em número remoto das *Farpas*, o snr. Ramalho Ortigão, encarreirado, como o seu ex-mestre Proudhon, pela musa da ironia e, como ele, por consequência facilmente abandonando-se às seduções pérfidas do paradoxo.

Esquecido, Rodrigues de Freitas não hesita em citar o artigo especialmente dedicado pelo snr. Ortigão aos cabos do nosso ensino secundário, e esta referência de tão sisudo espírito a uma publicação, considerada, nas classes dirigentes, como um mero libelo satírico, foi uma surpresa para o público mas para os graciosos folhetos revestira o carácter da sanção de um triunfo. Haviam, enfim, chegado; mas a tal altura não conseguiram, infelizmente, manter-se.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

De Rodrigues de Freitas, a *Notice sur le Portugal* é um relatório, ou ensaio acerca do estado administrativo, económico, industrial e comercial de Portugal, com mapas e tabelas estatísticas, etc.

Foi encarregado deste trabalho pelo ministério das obras públicas em 1866, mas só pôde concluí-lo em março de 1867, sendo para servir como de introdução ao catálogo dos produtos da indústria portuguesa na exposição com que Napoleão III, nessa data, sempre ideólogo, contraditório, fleumático e impulsivo, na essência vago, pretendeu tirar a desforra pacífica de Sadowa.

Quando foi do desastre bancário de 1876, a larga competência especial de Rodrigues de Freitas autenticou-se, mais uma vez, no livro *A crise monetária e política de 1876. Causas e remédios.*

A este propósito, saiu em Aveiro um opúsculo escrito pelo ilustrado negociante Agostinho Duarte Pinheiro e Silva (hoje falecido), então presidente da câmara municipal daquele concelho, em forma de carta, endereçada a Rodrigues de Freitas e, sobre o *Exclusivo da circulação fiduciária,* procurando rebater o liberalismo económico, bem característico do sistema de opiniões do nosso saudoso correligionário.

Respondeu Rodrigues de Freitas, em outro opúsculo, a Pinheiro e Silva, e deixou, vitoriosamente, o assunto liquidado.

Pouco depois, fez pública uma análise do *Portugal Contemporâneo,* de Oliveira Martins.

É esta uma apreciação minuciosa, em que corrige vários erros, de facto e de interpretação, desse eloquente e bizarro panfleto histórico. É, sobretudo, digna de nota, pela sentida nobreza que a dita, toda a parte referente à reivindicação da memória política dos dois Passos, de quem possuía cópias e correspondências autógrafas, as memórias dum diário impressionista.

Foi mesmo sob o bafejo estoico dum destes homens de Plutarco que se foi criando quem havia de vir a ser o primeiro representante, claro, franco, rasgado, patente e sem evasivas, da democracia portuguesa.

Foi, com efeito, em prémio supremo duma vida cívica, dada a Rodrigues de Freitas a honra de ser o primeiro deputado republicano português, eleito e com assento em cortes.

Rodrigues de Freitas entrara nesta selva, selvática, áspera e forte, da política militante, quando uma efémera aura de esperança perpassou pelas consciências, após os grandes sucessos de 1868 em Espanha, e se constituiu esse nobre partido reformista, que havia de ser o núcleo da primeira aspiração republicana.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Deputado eleito por Valença, e sucessivamente pelo Porto, a rigidez doutrinária de Rodrigues de Freitas afirmou-se pela votação contra princípios que doutrinariamente lhe eram caros, mas cujo processo de execução não podia, em forma alguma, aceitar, consoante a redução dos laudémios a quarentena, entre outros.

Delegado da soberania popular, parlamentarista intransigente, ele não tinha a aceitar, das mãos da primeira ditadura Dias Ferreira, dívidas que aconselhavam um funesto precedente.

E, quando a confiança, de todo, se esvaiu, à laia de rolos fumarentos dum fogo-fátuo, em pleno parlamento, Rodrigues de Freitas repudiou a monarquia como manifestamente inconciliável com os interesses do país, completando umas afirmações indecisas, provocadas num ímpeto de cólera, não mantida, ao ardente tribuno Santos Silva.

Foi este o lance de que as Farpas, conforme acima aludimos, inoportuna e indiscretamente riram, sob a aparência duma especiosa contradição do nosso ilustre amigo extinto.

Rodrigues de Freitas retirara-se, com altivez, à vida privada, num desses impulsos honrados de nobre mágoa, como a que o fez sair do parlamento, no período de sua última eleição e após uma cena revoltante da indignidade típica duma maioria servil.

Nem por isso o ensino cívico de Rodrigues de Freitas deixou de exercer-se, sempre que margem se lhe oferecia ou para indicar caminho prático ou para orientar a opinião transviada dos seus compatrícios.

Foi assim a sua interferência no gestionamento da Companhia Aurifícia, em cujas festas pronunciou, aconselhando os operários, valiosos discursos.

Foi assim que, havendo sido proposta em sessão da Associação Comercial uma medalha de honra à rainha D. Maria Pia, em homenagem à dedicação com que correra a acudir a seus filhos em risco de se afogarem, Rodrigues de Freitas se opôs. Com êxito, à lembrança do snr. Eduardo Moser, como equivalente a uma lisonja que ofendia, com a daquela dama, a piedade, modesta, de todos os corações de mãe, capazes de idêntico feito, ou antes aditas à simples prática de semelhante dever.

Entretanto, fundara-se o *Centro Republicano do Porto*, cuja circular de constituição redigira Rodrigues de Freitas.

É um diploma magistral, anunciando, pela primeira vez, entre nós, de corpos coletivos, uma conscientização integralista dos princípios e do método da política positiva.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Sempre desconexo, o snr. Ramalho Ortigão aplaudiu-a calorosamente por tais títulos, nas *Farpas*.

Pouco após, em público comício, presidido por Eduardo Falcão, severo na rutilância da sua farda de capitão de engenheiros, servindo de secretários Alves da Veiga e Lopes da Silva, fez Rodrigues de Freitas a sua profissão de fé aos eleitores.

Dias depois, por enorme maioria, saía eleito.

Dessa vez é que, sem gabarolice, sem automatismo de frase feita, mas com verdadeiro e legítimo orgulho, poderia de si mesmo o Porto dizer que, das cidades do pais, é a primeira nas iniciativas úteis e fecundas.

O sectarismo conservantista tentou atenuar o imenso efeito desta eleição, interpretando o facto como uma mera manifestação de simpatia de indivíduo.

Com o seu talento profissional, o jornalista Urbano Loureiro, *rallié* por fraterno melindre, encontrou a palavra própria para definir esta evasiva. Escreveu que o Porto não elegera o republicano snr. Rodrigues de Freitas, mas sim o Freitinhas.

Esse era o nome de meiguice por que o povo designava o grande homem, e este traço tão enternecedor, do carinho coletivo, basta a definir a simpatia imensa e inalterável que o hoje morto cativou, sem a buscar por adulações inconsentâneas com a independência do seu carácter.

Todavia, não era assim. Na carta-circular, aos eleitores dirigida pelo Centro e assinada por Alexandre Braga, O'Neil de Medeiros, Moreira de Souza e outros, frisava-se lealmente que aquela candidatura não era uma candidatura meramente pessoal, por maiores que fossem os méritos que concorriam na pessoa do candidato; antes implicava uma alta significação política de princípios.

Esta carta foi publicada, seguidamente à eleição, no *Partido do Povo*, de Coimbra e na *Bandeira Republicana*, de Lisboa.

No parlamento, Rodrigues de Freitas correspondeu à expectativa que em seus talentos e virtudes se depositava. Ele soube compreender que era um deputado republicano, que o povo queria como republicano, conforme o manifestou patentemente nas suas eleições subsequentes, de que a última constituiu, como se sabe, uma verdadeira e magnificente apoteose.

A sua atitude, como deputado, foi, simultaneamente, inquebrantável e duma cortês correção primorosa, conforme o atestam os seus discursos tratando do escabroso tema das dotações ilegais ao rei D. Fernando e ao infante D. Augusto, abusos que, com insistente pertinácia, procurou em vão extirpar.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A sua oratória era sóbria, mas a eloquência jorrava-lhe das mesmas entranhas da convicção; e atingia os grandes efeitos pelo insinuante mistério da persuasão.

Recordava os parlamentares ingleses, cujo modelo na nossa literatura política legou o múltiplo génio do visconde Garrett.

Eis o bosquejo rápido, em momento confuso de luto, que, tão só nos é permitido deste homem, ilustre pela inteligência e grande pelo carácter.

Paz à sua alma! Honra à sua memória! *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1938, 28 de julho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Conspicuidade Jornalística

O nosso país é incontestavelmente uma terra bem-aventurada para os nulos, para os impostores, para os foliões e para os cínicos. Aqui um homem começa a sua carreira literária por um regímen quinquenal de cabala e de empenho; lê ao depois meia dúzia de velhos alfarrábios sem significação mental; percorre com uma vista fatigada os artigos cediços, odiosamente rançosos, da *Revista* dos dois mundos; armazena na caixa craniana uns tantos factos sem ligação lógica; condensa em fórmulas ocas todas as banalidades consagradas pela rotina, santificadas pelo preconceito; afasta de si, com o horror de Hipócrates a clássica sedução do famoso Artaxerxes, todas as sugestões da justiça, todos os tentâmenes inovantes da inteligência que procura caminhos, outros, a percorrer — e, altivo na sua incapacidade, forte porque é medíocre, este homem tem um futuro diante de si. Feito deputado nas primeiras eleições, não leva dois anos a vê-lo ministro.

Portugal está assim sendo o paraíso dos tolos. Governado por verdadeiras incapacidades, salvas mínimas exceções, aqui o primeiro dever dum que queira ser alguém que se conte, que atinja àquela notoriedade de que falava Gustavo Pianche como havendo substituído a antiga glória, é não ter ideias, não ter estilo, não ter carácter e não ter gramática. Se é tão feliz que esqueceu a tabuada e começa a não distinguir bem as letras do alfabeto umas das outras, pode ter a certeza de que o mandam para a primeira embaixada vaga.

Isto vimos escrevendo, como comentário adequado aos artigos de certo periodista monárquico em réplica às afirmações doutrinárias na imprensa democrática expendidas.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Este oficioso defensor da monarquia começou a assinalar-se no público por veementes declamações, prosa e verso, em prol da República, pecadilhos de mocidade, de que ele não é o único a penitenciar-se.

Poderíamos pôr aqui a resenha de outros, igualmente vítimas do entusiasmo irrefletido de anos juvenis; mas a nossa generosidade esquecer-lhes-á os nomes até quando a audácia de suas apostasias triunfantes nos compila a perguntar-lhes porque é que os seus pensamentos de hoje não são já os de ontem.

Enquanto se é rapaz, alegremente se passeia por Coimbra, discutindo, *à tort et à travers*, de tudo e de todos, pode-se ser republicano, que o parasitismo da família não deixa margem às cruéis reflexões sobre a áspera realidade: Mas depois é preciso mudar de rumo, e então acode à mente que a monarquia é, no fim de tudo, um governo liberal e que podemos continuar muito bem neste *statu quo*, sem preocupações lamentáveis nem aspirações quiméricas.

Põe consequência, quando uma consciência que se não maculou, quando uma convicção que se não afundiu no bruxo lodo das conveniências e dos interesses particulares ergue a voz, a protestar contra a inferioridade ética das instituições que se superfetam ao nosso organismo social, torna-se de razão que os ex-democratas (pois nada há mais intolerante do que um renegado, é velha máxima) cubram de maldições declamatórias essa vez independente, posta ao serviço dum independente carácter; que eles procuram obscurecer a luz das verdades proclamadas, com as aleivosias sombras de sofismas espessos; que eles, enfim, amontoem as argúcias, rebusquem no seu arsenal de manhas, para, mais uma vez, iludir a consciência pública e escapar, de tal arte, à sua sentença condenatória.

O articulista é conhecido pela audácia das suas coartadas, como tirando a força da única sem-cerimónia com que exibe os mais inconcebíveis desplantes.

Na réplica atual o homem não desmentiu a sua tradição rabelaisiana. Começou por pedir que os republicanos se passassem para as fileiras da monarquia, porque seriam recebidos de braços abertos. Então sempre os republicanos não são aquela arraia ignóbil de que se falava com tédio ainda não há longos anos? Já sua companhia não deslustra uma cúria palatina tão brilhante de suas galas, tão finamente educada, tão primorosamente culta?

Muito nos conta o periodista; folgamos porque nas altas regiões, que s. ex.ª habita, nos não tomem já à conta de ferozes *sans culottes*, que só sonham sangue.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Também sabemos, como outro qualquer, meter uma gardénia na *boulouniers*, entalar a claque debaixo do braço, discretamente confidenciar preciosidades num salão afogado em luz. Porque resistimos então? Porque nos não deixamos seduzir pelo jornalista?

Bom Deus! Como seu olhar acariciante nos convida docemente a que o acompanhemos até à mansão retirada onde duma Monarquia nos espera! É fresco como o *Decameron*; mas o que se não sacrificará ao bem da pátria? *Salus populi*... Vá de pitada, por lei de compensações.

Mas, como resistimos, logo se irrita, arrecada o sorriso, turva-se-lhe o aspeto e vocifera que é ao constitucionalismo que devemos a liberdade, que é a monarquia que nos garante a paz e que não passamos dum bando torpe de vis ingratos, que a inveja vermina.

Objeta-se-lhe que repare que as conquistas da liberdade civil e políticas representadas pelos constitucionalismos continentais são a irradiação messiânica dos princípios republicanos da Revolução francesa.

Agora o ouvireis. A Revolução francesa! Quem é que falou aí em Revolução francesa? Os princípios de 1789! Quem foi que disse 1789? — Fiquem sabendo, grita o periodista, na sua glória, fiquem sabendo que 1789 não é a República, mas a aliança do Povo com o Rei para fazer a Carta Constitucional.

Santa *implícita!* Este homem não sabe que a constituição a que alude é precedida da imortal Declaração dos direitos do homem e do cidadão, definitivamente adotada pela assembleia, no dia 26 de agosto e que no seu artigo 3.º diz: «O princípio de toda a soberania reside essencialmente na nação. — Nenhuma corporação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente».

Este homem não sabe que no frontispício da constituição que chama em seu auxílio, como *aplicação destes princípios*, textualmente, se *estabelece que não haverá mais nobreza, nem pariato, nem distinções hereditárias... nem nenhum título que suponha distinção de nascimento... nem herança de nenhum cargo público.*

Este homem ignora que logo a seguir, nas *Disposições fundamentais garantidas pela constituição*, se preceitua como o 1.º direito natural e civil que *todos os cidadãos são admissíveis aos lugares e empregos sem outra distinção que seus talentos e virtudes.*

E, pois, formidando polemista não vê que é inteiramente justo deduzir a doutrina republicana moderna dos princípios de 1789, pois lá está toda ela contida e condenada em lemas esplendorosos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Se a constituinte foi ilógica; se, só, no parecer, parcial, de Louis Blanc, Robespierre previu então um 10 de agosto; se Camilo Desmoulins tinha razão para dizer mais tarde que, ao tempo, com ele não havia mais de seis republicanos em França, que inépcia monstruosa vem o liberalista projetar, da tribuna da imprensa portuguesa, sobre factos históricos que não conhece, sobre filiações teóricas que é incapaz de perceber?

Depois, fala em aliança do Rei com o Povo, para fazer a Carta Constitucional.

Bela aliança, não tem dúvida nenhuma! Que o digam toda a história da agitação de França em 89-90, esperanças ludibriadas do povo, as caminhadas para Versalhes, a buscar o rei, por fim, quando as ideias de conciliação se esvaíram, a petição do Campo-de-Março e o morticínio subsequente; quando a paciência popular se esgotou, as invasões das Tulherias, o enclausuramento no Templo.

A aliança do rei com o povo! Que o digam a fuga da família real, a declaração pelo rei deixada, as intenções do Bourbon, hediondo crime de alta traição de que a prisão de Varennes é o prólogo do castigo que a Convenção devia terminar mais tarde.

A República, exclama, num assomo, o jornalista, é 1793, é a guilhotina, é a praça de Gréve.

Aqui está o que se chama ciência, bom senso, lúcido critério. A república é a guilhotina. Está dito tudo. A república é a praça de Gréve, quer dizer o lugar onde se fazem as execuções capitais.

E é com parvoiçadas desta natureza que um diretor, pela pena, da opinião refuta o princípio democrático, que consome em meditações de existências inteiras cérebros como os de Tocqueville, Stuart Mill, Herbert Spencer, Augusto Comte.

Quando os dirigentes estão a esta altura, onde parará o povo? Felizmente que no povo o sentimento da justiça e a intuição do bom senso lhe forneceram um critério exato para apreciar as doutrinas e julgar os homens.

Quanto ao antagonista, basta! Ele é tão infeliz, tão miserrimamente desastrado que nem as frases de efeito, que na sua presa substituem a dialética, sabe escolher com discernimento.

Assim, disse: A República é a guilhotina.

E, todavia, a guilhotina encontrou e a república instalada pela Assembleia legislativa na Monarquia desde 20 de março de 1792. Assim, acrescentou: A República é a praça de Gréve.

E, todavia a praça de Gréve, antigo nome da praça do Hotel-de-Ville, de longa data a monarquia francesa a destinou ao lugar dos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

suplícios. Ali foi decapitado em 1475 Luís de Luxemburgo, conde de Saint-Pol, condestável de França. Ali aos regicidas Ravaillac e Damiens mandou a monarquia, dentro de 150 anos de intervalo, esquartejar, com refinamentos inauditos de crueldade. Ali acabaram Lally-Tollendal e a envenenadora Brinvilliers.

Pois bem! A Revolução transportou para longe do palácio municipal o cadafalso, que novamente a monarquia lhe ergueu em frente, para aí a Restauração supliciar os infelizes quatro sargentos da Rochella. E da praça de Gréve só desapareceu de vez a guilhotina com a nova vitória da Revolução em Julho de 1830.

Isto são detalhes que nada valem, puerilidades quase. Mas nisto mesmo, nestas insignificantíssimas coisas se mostra como o constitucionalismo não está hoje cercado senão de *fruits secs* literários, da gente mais inepta, mais ignorante e mais ininteligente que a pascacice indígena é capaz de fornecer. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1939, 29 de julho de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Rematando

Encerremos um debate estéril; mas, pois que hoje o espaço nos escasseia quase por completo, duas, sós, linhas finais.

Remontando, orgulhosamente, às origens doutrinárias, o dialético que se sacrifica até ao martírio pela causa conservantista, dá-se agora a rebater o princípio mesmo da soberania popular.

Desde que a ideia da graça divina, desperdiçada por indignos pseudofavoritos, se desenvolvem nos espíritos, desde que foi, mais, impossível acreditar que os que historicamente se encontram à frente dos estados receberam da transcendente região do sobrenatural a incumbência de reger as nações, toda a base racionalmente possível da constituição dum governo social teve de ser, por simples exclusão de partes, a soberania do povo.

Se hoje é preciso ser doido para se crer que a soberania procede por intervenção, indicativa, da divindade nos negócios terrenos, que outro ponto de partida nos resta para filiarmos o governo, a não ser fazendo-o emergir das entranhas mesmas da sociedade?

Mas o polemista não o julga assim; ele ainda é pela graça de Deus e entende que a soberania popular não passa dum absurdo.

Isto atesta a sinceridade dos que disseram, em tempos de boa-fé coletiva, que o constitucionalismo se devia aceitar como um imprescindível facto de mera transição.

Seguidamente o periodista cita muitos factos históricos para demonstrar a supremacia da monarquia hereditária.

Ora eis aqui um critério famoso, e tanto que ele, só, basta a traçar a linha dum entendimento.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Consiste em supor a imutabilidade das condições sociais e, por consequência, por que a monarquia hereditária prestou este serviço, produziu um efeito salutar em tais e tais meios históricos concluir que ela continuará a sua missão útil, apesar de se ter transformado o meio sobre que a sua disciplina se exercera.

Por esta forma, defende-se tudo o que se queira. Da tortura procedeu a regularização da justiça; a inquisição contribuiu para extirpar superstições inferiores ao dogma católico; as cruzadas salvaram da poligamia semita a Europa árica; e o absolutismo acabou com a dispersão feudal. Portanto, o jornalista mandará despedaçar no cavalete o *faia* de Alfama; reacenderá as fogueiras do Rossio; e, depois de ter regressado da Palestina, de combater os infiéis, depondo a reluzente armadura épica, coberto de seda, empoado e discreto, recomeçará de correr as aventuras galantes do duque de Orleães.

Ou ele não é correto na sua teoria histórica ou ele lhe há de retirar as consequências contidas, salvo se arbitrariamente se detém no ponto que pessoalmente lhe faz conta, contra o que a lógica protesta.

Coisa lamentável! Este homem, vê-se, é ignorante e medíocre.

Ele, do espantoso movimento filosófico e crítico do século, não conhece uma palavra. Ele discorre na folha como há meio século o fazia na sua baiuca o último dos barbeiros de Paris. E, todavia, é um diretor da nação.

Ao mesmo tempo, as inteligências elevadas, as altas ilustrações do país conservam-se isoladas na sua especialidade científica ou profissional, e, entretanto, os grandes interesses sociais estão confiados a nulidades intelectuais, de misérrima categoria.

Pode-se hoje, sem receio de se ser taxado de pessimismo, afirmar que, portanto, Portugal é dirigido pelos menos competentes, pois as exceções nada provam, visto como hoje uma inteligência que se aproxima do que está tem de transigir, é um entendimento que abdica e que se há de pôr a altura da craveira comum, se quer seguir.

Desta decadência mental, as funestas consequências políticas, que eram de prever.

Que miséria de país! *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1942, 1 de agosto de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Brasil

As participações telegráficas de Lisboa para o Porto anunciam que vai ser convidado para o cargo de nosso ministro plenipotenciário no Rio o snr. António Ennes. Acrescentam que, dado o caso de que este cavalheiro não aceite a honrosa incumbência, ela será então transferida para o snr. José de Azevedo Castelo Branco, cujo nome fora precedentemente já apontado pelas indiscrições da informação da imprensa periódica lisbonense.

Não queremos discutir nem os méritos dum dos indigitados, nem mesmo a notoriedade do outro.

Pouco nos importa que o drama liberal do primeiro seja uma declamação retórica de lugares comuns da tradicional propaganda antijesuítica. E, até menos nos interessa que nos cubículos do *Tarf* lisboeta se mexerique escandalosamente acerca das qualidades do segundo.

Nada disso transcende dos limites restritos da alicantina nacional, que não perdoa a individualidades, por eméritas, nem determina regra de opinião a grupos definidos, como sejam os partidos constituídos e regularizados, qual nos parece que seja, determinantemente o nosso.

Como cidadãos portugueses, amantes da sua pátria, no presente e no próximo porvir, o que nos ocupa é o caso simpático, de que Portugal não pode viver, em modo algum, sem o Brasil, e de que, consequentemente, urge que a nossa representação ali, na capital da grande república sul-americana, se imponha pelo prestigioso carácter da pessoa que, simbolicamente, expresse esta nacionalidade, de que todos, quer o queiram quer não, fazemos parte.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não é somente criminoso, no conspecto dos interesses gerais da nacionalidade, é ridículo que se não apure que o Brasil é indispensável à vida económica de Portugal. Quem não atender nisto constitui-se réu de mão cortada.

Repare-se que, nesta equação, política e económica, nós não representamos o coeficiente maiormente condicionado.

Num perfeito estudo, publicado nesta folha pelo nosso colega de redação snr. Cálem Júnior, ficou indistrutivelmente estabelecido que o Brasil, em 1893, levou-nos, pela *exportação nacional*, produtos na importância de 7.155 contos. Ora, considerava o nosso amigo, sendo o total daquela, em idêntico exercício, de 23.408 contos, seguia-se, logicamente, de que só aquele país contribuiu, com quase *um terço*, ou sejam 30.5 por cento, ao passo que apenas do Brasil recebemos *para consumo* 2.428 contos, ou sejam 6.30 da totalidade de importação.

Postos estes termos da balança comercial que nos diferencia com o Brasil, compreende-se a reserva que deve haver na escolha que tem de presidir concernentemente a pessoa que ali tem de pugnar pelos nossos legítimos interesses.

Demasiado nos cumpriria aprender com os precedentes lastimosos do snr. De Paços de Arcos e até com o poeta sentimental das *Vozes da alma*, snr. Tomás Ribeiro.

Urge que quem simbolize Portugal seja respeitado, transatlanticamente, pelo seu talento e pelo seu carácter.

Se este lance se conduz de leve, quem o virá a pagar será o próprio, desgraçado, país.

Recordemo-nos das questões pendentes, entre elas o tratado com o Chile, e consideremos a melindrosa situação em que se encontra a nossa exportação vinícola, atravancada por audaciosos concorrentes. E saibamos escolher. Se o soubermos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1945, 5 de agosto de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Respeito do Povo

Há dias que Lisboa está às escuras, em consequência da greve dos operários, da Companhia do Gás, os quais se têm conduzido com toda a correção durante esta crise que provocou a teimosia dum engenheiro francês, insensível e desatento.

Num artigo confuso, derivando do exemplo, que procede desta crise de trabalho, para considerações de ordem genérica, um periódico, como que insinuando que o povo ameaça afastar-se da linha reta da conduta, e aconselhando os meios de o chamar à ordem, desde que dela discrepe, escreve o seguinte:

> «Mas o povo, sobretudo o nosso, é tão fácil de guiar, que, sem lisonjas e, ao mesmo tempo, sem mentira e sem hipocrisia, sem violência e sem abalo, é possível levá-lo a retomar o bom caminho quando por acaso dele se desviasse. O que é necessário para isso é que se convença de que os que o guiam, acatando os sentimentos dele, estando dispostos a remediar os seus males na medida do possível, «não lhe consentem o mais leve assomo de desrespeito, nem transigem por temor com qualquer exigência insensata.»

De modo nenhum nós queremos fazer profissão de fé, de demagogia. Sabemos, como outro qualquer, a necessidade social da subordinação dos menos competentes aos que mais o são. Mas, entendamo-nos. O povo, se deve ter guias, não possui senhores, e esses guias têm por primeira e indeclinável obrigação, moral e

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

jurídica, o inspirarem-se dos sentimentos, das ideias, das aspirações da massa coletiva, para lhes darem sanção e legítimo cumprimento. Tais guias não são mandantes, mas mandatários; e, posto isto, o que lhes cumpre, desde que não mereçam a confiança popular, é retirarem-se, nunca impor o seu alvedrio pessoal à vontade pública. O contrário disto é defender um princípio de oligarquia, em que a multidão não passa do rebanho de escravos que uma tirania qualquer explora.

Mas ponha o povo os olhos nisto, atente com cuidado nestas espontâneas explosões do orgulho das classes dirigentes e diga-se, sim ou não, ele tem culpa, no fim de tudo. De tal modo, pela sua passiva obediência, pelo esquecimento dos seus direitos, pela imoralidade do seu proceder político, ele acostumou os que o ordenam a suporem-se doutra casta que, quando, timidamente, ele esboça um queixume, logo a cólera desnorteia *os de cima* e de tal forma que, pondo de parte as hipócritas blandícias normais, brutalmente lhe gritam que não estão dispostos a tolerar-lhe *o mais leve assomo de desrespeito.*

Os reis absolutos não falavam outra linguagem a seus humildes vassalos do que a empregada hoje por os serventuários do constitucionalismo.

Para estes parlamentaristas, o respeito parte naturalmente do povo para os seus representantes na governação, não destes para com aqueles.

É pasmoso!

Quanto à questão do momento, é simples e o seu aspeto, complicada e significativa na sua íntima essência.

Algumas centenas de operárias encontram-se em Lisboa sem trabalho, mercê de legítima reação contra obnóxias exigências. Os prejuízos advindos da cessação do trabalho são múltiplos e imensos; nas reuniões de classe, aventa-se a ideia do recurso ao Estado.

E o jornalismo conservantista exalta-se contra ela, em nome do rigor dos princípios duma economia obsoleta.

É certo que não é doutrina aceitável o recurso ao Estado, como o distribuidor da riqueza.

É, porém, ele o órgão da justiça e, se ao Estado não cumpre, no instante histórico em que estamos, ocorrer às crises transitórias na existência de qualquer das suas parcelas componentes, para que serve ele? Se o operário vê o Estado buscar-lhe do trabalho, quando o tem, pelo imposto sobre todos os géneros alimentícios e sobre as habitações, isto é sobre o ar que respira, uma parte da

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

sua féria, rudemente conquistada, porque não irá ele reclamar do Estado num momento aflitivo alguma coisa em troca?

Mas o Estado, não os esquece, a esses, seus amigos e apaniguados, com toda a sorte de proteções, por vezes escandalosíssimas.

Ah! O povo continua a ser a besta de carga antiga, de quem se exige o trabalho pelo tributo e a sua vida pelo recrutamento, mas a quem não se dá, em compensação, coisa alguma, a não ser injúrias ou ameaças, a quem se deixa vegetar moralmente sem educação, intelectualmente sem cultivo.

Quando chegará o dia em que o povo se compenetre dos seus direitos e, disciplinando-se pela compreensão paralela dos seus deveres, torne cientes os seus senhores de que não faz *exigências insensatas*. Mas simplesmente pretende ascender ao nível médio a que a civilização vai progressivamente chegando?

Quando intenderá que de instituições políticas, baseadas no privilégio e fortalecidas no fanatismo, na retina e na corrupção, nada pode racionalmente esperar? Quando verá que por fé em uma hora de justiça, para todos, no mesmo consiste que em definir a república, como a justificação das aspirações de liberdade, de independência, de exato equilíbrio, de colaboração comum para o bem geral?

Entretanto, é ouvir as insolentes palavras que, de mau humor irritado de seus amos e donos, os que governam, descem sobre desgraçada gente para a qual nesta alegre festança, não há caída.

Ouvir, mas calar; porque, *ao mais leve assomo de desrespeito*, ainda as espingardas, de cólera, sedenta de vingança, estremecem nas mãos, e os cavalos escarvam, impacientes, na ânsia de nova carga.

Jacques Bonhomme! Zé Povinho! Toma tento comigo, canalha! *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1947, 7 de agosto de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Competências

Um dos argumentos (?) com que a opinião conservantista pretende combater o desenvolvimento da propaganda republicana no país consiste na desaforada petulância, cem vezes alegada, de que, podendo ser o regímen republicano teoricamente útil e proveitoso à nação, não existem nas fileiras democráticas capacidades à altura de assumir a responsabilidade da gerência dos negócios públicos.

Poucos dias são volvidos depois do trespasso dum dos nossos chefes que, pelo talento, pelo saber e pela virtude, adquiriu um incontestado prestígio, que chegou a ultrapassar os limites da fronteira, criando o respeito e a simpatia dos estranhos inteligentes e doutos. Todavia, a estúpida acusação de incompetência, infligida aos nossos homens, continua a reproduzir-se com uma insistência que seria para nós vexatória, se a não prejudicasse irremediavelmente a absoluta falta de autoridade moral que exorna os nossos antagonistas.

A administração geral do país liquidou pela bancarrota financeira, pelo descrédito internacional, pela derrota diplomática, pelas humilhações de ameaças a que se não pode responder idoneamente, no isolamento que nos soubemos preparar e na indiferença cosmopolita de que parece fazemos gala, como se a nossa suficiência para tudo nos bastasse.

O quadro é lastimoso; nas suas linhas gerais, indigna; mas nos seus pormenores e minúcias chegaria a provocar o riso, se infelizmente à mediocridade dos estadistas lusitanos não andassem fatalmente ligadas as consequências desastrosas de causa da maior gravidade.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Veja-se o espetáculo que estivemos oferecendo com a questão do gás em Lisboa.

Uma situação intolerável, prenhe de perigos, prolongou-se indefinidamente, sem que da parte dos poderes constituídos derivasse a iniciativa duma resolução qualquer que tendesse a restabelecer a normalidade que fora exigida pelos mais vivos interesses da indústria e do comércio e cuja interrupção pôs em jogo até a tranquilidade pública e a mesma segurança pessoal dos cidadãos.

O ministério não inventou plano; não imaginou expedientes; confessou patentemente não formular ideias em semelhante respeito e a tal assunto atinentes.

Assim, um jornal oficioso informava, muito vangloriado deste testemunho de nulidade, que o snr. Hintze Ribeiro teve uma demoradíssima conferência com o procurador geral da coroa. Acrescentava que o governo ia consultar a referida procuradoria geral da coroa, acerca da atitude que devia tomar na questão do gás.

Este trespasse de responsabilidades, sempre que surgem questões difíceis, é da praxe tradicional dos nossos costumes políticos; mas ele implica uma confirmativa de carência de ideação própria, por tal forma flagrante que compreende e envolve uma final destituição. Importa lavrar o condenado a sentença por suas próprias mãos.

Entretanto, a crise de trabalho arrastou, conduzindo uma classe de operários ao desespero das incomportáveis misérias, e ameaçava generalizar-se, pela participação na greve de outros trabalhadores, ou solidários com os grevistas pela interdependência das tarefas de sua indústria ou atraídos à cooperação no movimento de resistência pela simpatia recíproca que os prende aos seus companheiros em dissídio.

Nós nunca folgamos com tumultos e inquietações, de que as massas populares, pela falta de disciplina e recursos, soem sair sempre mal feridas. Se fossemos uns díscolos, rejubilando perversamente no íntimo, seguiríamos uma política de calculada abstenção. Pelo contrário, demos, mais uma vez, plena prova de lealdade, advertindo dos perigos a que frivolamente se jactam os dirigentes de não ligar importância.

Previmos uma conjetura cruel e deprimente; a de que se aguardasse um instante de irrefletida cólera da banda do pobre povo escarnecido, para então se lhe cair em cima com toda a violência das repressões policiais. Presumimos a intervenção de agentes provocadores que, intrometidos entre os grevistas e os que lhes são

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

simpáticos, os excitassem propositadamente à prática de quaisquer desvarios. E isto foi-nos odioso, como verdadeiros democratas que nos prezamos de ser. Afigurou-se-nos tudo isto o presságio dum assalto súbito, à laia dos que caracterizam os animais de presa. Pareceu-nos uma emboscada, para não dizer uma traição, como, afinal, o é todo o ato que intencionalmente se dirige a perseguir as classes mais numerosas e mais pobres. Note-se que estas últimas noites havia estado de prevenção, nos seus aquartelamentos, toda a força policial disponível, em Lisboa.

Com a cidade às escuras, longe de se recolher e as tropas às suas casernas respetivas, parece que, se se andasse de boa-fé, deveriam, pelo contrário, essas tropas ser distribuídas em patrulhas pelas ruas, a fim de obviar às tropelias eventuais dos malfeitores de direito comum. Não era, pois, sobre estes que as iras dos governantes convergiam nem fora na prevenção dos atentados de delituosos, habituais ou ocasionais, que as precauções aludidas se adotaram.

Felizmente que, para honra e timbre da população da capital, o cadastro dos crimes praticados não aumentou nessas noites sucessivas de treva, aliás propícia; mas esta briosa réplica da mesma população malfazeja, pululando em todos os grandes centros, mais agrava as responsabilidades morais do gabinete e mais, ostensivamente, põe a descoberto a incapacidade de governantes que nem sonharam prevenir oportunamente nem sabiam agora sanar um mal que, contudo, reclamava pronto e eficaz remédio.

Na presença de tão repetidos insucessos e de tão obstinadas provas de nulidade, crítica e prática, é admirável o impudor com que os escribas seribas imprensa conservantista continuam a afirmar a incompetência dos republicanos.

Felizmente que a intervenção particular do conde de Burnay e da comissão instaladora da Associação dos Lojistas suavizou já as agruras duma situação impossível, aproximando a solução favorável de um conflito de prejuízo geral.

Se assim não fosse, quanto ela se demoraria ainda!

Mas, pelo que toca aos méritos dos nossos governantes, demonstraram-se por tão brilhante furor.

Rejeitámos a lição, e não nos servirá, louvado Deus! O exemplo. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1948, 8 de agosto de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Presentes Gregos

Nas relações internacionais, certos povos têm-se distinguido pela perfídia para com aquel'outros que sua má sorte, por contacto de vizinhança, de guerra ou de comércio, obrigava a ter com esses relações.

Agente de Tiro foi a primeira a correr na vergonhosa pista, e ficaram célebres as *mentiras fenícias.*

Sua colónia, Cartago, excedeu a metrópole, e a *fé púnica* serviu para designar a deslealdade. É certo que os historiadores filósofos asseguram que só o êxito da vitória é que sancionou a frase, que poderia, com igual verdade, ser a *fé romana.*

Dos gregos da antiguidade clássica pode dizer-se que foram dignos progenitores daqueles que vários etnólogos consideram doutro ramo antropológico, o eslavo, ou pior, um sincretismo confuso de procedências diversíssimas, albaneses, dálmatas, etc. Em França é injúria chamar-se a alguém *grèc,* como, entre nós, é tola desdouro o cognome de *galego,* já vitupério para Camões, galego, como a raça e a língua, de origem, ele também.

Injustiça como esta, porventura; mas a tradição do embuste famoso do cavalo de Tróia deu talvez ensejo ao pitoresco da nossa locução popular que designa o navio que conduz criminosos, degredados para a África como um *cavalinho de pau.*

Votado sacrilegamente à divindade, o cavalo de pau dos poemas cíclicos foi introduzindo, por absurda ingenuidade, na cidade sitiada; no seu bojo, guardava os guerreiros assolapados que haviam de pôr tudo a ferro e fogo.

Façanha, com miras menos cruentas, nestes dias plácidos, reproduzida pelos nossos amigos Verdial e Leitão, viajores em caixa,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de que o Homero, pelo facto, naturalmente mais maneirinho, foi o engraçado rapsodo Guedes de Oliveira.

No exemplo clássico, debalde uma troiana advertência procurou prevenir os concidadãos descautelosos. *Timeo Danas, et dona ferentes*, exclama o vate que narra o lance. «Eu receio dos gregos, mesmo quando aos deuses fazem seus donativos». Não se iludia na alarmada presunção.

Estamos, os portugueses, em caso idêntico.

Sabe-se a mistificação recente da parlapatice patrioteira do snr. De Soveral.

Aberto um conflito entre a Inglaterra e o Brasil, pela pirataria que a *nossa fiel aliada* se propunha exercer sobre a ilha da Trindade, incontestável domínio do Brasil, a Inglaterra houve de recuar perante a briosa atitude do povo transatlântico nosso irmão. Sentiu ao lado dele a formidável solidariedade de todo o continente americano, e buscou uma saída, aparentemente airosa.

Propôs o recurso pacífico da arbitragem e, com um calculado interesse, insinuou a de Portugal.

Assim, um telegrama da Havas, ontem publicado em nossa folha, prestimosamente informava, de Londres, em data de 13 do corrente, que, em sessão da câmara dos comuns, o snr. Curzon, secretário parlamentar do Forein Office, anunciara que, em consequência da declaração de Portugal de que a ilha da Trindade fora dada, por ele, Portugal, ao Brasil em 1825, a Inglaterra abandonara a sua pretensão aquela ilha.

Curiosa e apropositada ignorância diplomática a dos estadistas ingleses!

Eles, que passam por eruditíssimos em toda a matéria de direito internacional, ignoram a letra dos tratados e são-lhes nomes desconhecidos os de colectores e resumidores de semelhante diploma, desde um Rymer, um Wiequefort, um Dumont até os nossos pobres Santarém, Castro, Júdice Biker. Já se não lembravam da data de 1825 e ignoravam as condições da independência do Brasil. Pobre gente!

Agora diz-se que, em troca de serviços e amabilidades, a Inglaterra vai servir de nossa intermediária junto da Itália, a fim de fazer cessar o bem escusado, mas bem suportável, conflito diplomático, provocado pelas extemporâneas expansões de um fanatismo obsoleto.

O intuito dos nossos governantes, mancomunados com os dirigentes ingleses, é manifesto, desde a cordialidade da receção, oficial e oficiosa, da esquadra inglesa em visita ao Tejo, triste lapso indigno subserviência por nossa parte.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Trata-se de desvairar a opinião, fomentando as gratidões públicas para com a potência que, a justo título, consideramos como a inimiga. Promove-se uma impossível simpatia para com a Inglaterra.

Com que fim?

Quando nos ocorrem as dificuldades financeiras em cuja face nos vamos ver com a decisão, em nosso desfavor, do pleito Mac-Murdo; quando pensamos que teremos que pagar uma enorme multa em ouro; quando nos sobressaltam os boatos da próxima alienação de Lourenço Marques — trememos de o conjeturar. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1954, 15 de agosto de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

França e Rússia

I

Decerto, é lance de volver a passadas congeminações.

Reproduz-se o problema da Rússia.

Depois do episódio da Crimeia, quase que esqueceu.

Até o pavor do assassinato de Alexandre II.

A romanesca, sublime tragédia do terrorismo niilista foi, com efeito, quem, modernamente, primeiro atribui as miradas da cultura ocidental para o miriónimo enigma eslavo. Uma estupenda ansiedade defronta com ele hoje, em face da conjeturada aliança franco-russa. Agora, principalmente, ao minuto da festa gaulesa ao tártaro Nicolau.

Parece que assim tal ligação se firma e alicerça.

Qual a causa remota deste transcendente facto?

Na dura lição da experiência, a França terminou com readquirir a percuciente sagacidade analítica, que é a feição dominante do seu génio. Percebeu que o sentimento filantrópico duma democracia devaneadora, longe de a guiar por uma pieguice de rosas, a maltratara em senda de abrolhos. Reviu que a preponderância material era ainda, no estado inferior da humanidade, a condição indispensável para o exercício, intenso, da sua necessária e fecunda orientação superior da civilizada cultura. Sentiu que lhe não bastava ser potência de primeira ordem para as academias mas que cumpria o voltasse a ser também para as chancelarias. E imaginou que a uma preponderância, diminuída pelos desastres de 1870 e continuamente prejudicada pela ameaça, no sucessivo, oriunda da Alemanha, seria pueril procurar-lhe amparo e ajuda no concurso afim da raça latina.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Das nações desta variedade étnica, as únicas, por sua densidade e recursos, registáveis são, como se sabe, a Espanha e a Itália.

Ora, a Espanha não só se encontrava num abatimento, militar, e, sobretudo, monetário, tal que lhe não permite engachar para longas empresas, como, pelo separatismo dos seus interesses, perdida no canto do mundo; pelo carácter de reacionarismo e incapacidade dos seus dirigentes, liberais ou conservadores; pela timidez egoísta das suas altas classes e pela atonia moral do seu povo, não contava. Que dizer então hoje, com Cuba e as Filipinas? Restava, pois, a Itália. Mas a Itália é a inimiga natural da França.

Inimiga por certo voltairianismo caserneiro, que se alia, naturalmente, a uma grosseira superstição fetichista. Enquanto na França o elemento clerical é ainda uma força considerável, graças, na raça, à resistência da piedade céltica que, em especial no mundo feminino, a propaganda jesuítica exacerba e corrompe, a Itália é o país mais livre-pensador do mundo, ou antes o mais clerófobo.

Sob esta corrente de interpretação sociológica, há uma parcela de verdade nas brutais injunções de Crispi, quando acusa a França de clericalismo. Somente o que Crispi se guarda bem de dizer é que a popularização das ideias novas em França tem conquistado tal terreno que foi lícito a Ferry o seu golpe de estado escolar, que se habilitou Freycinet a comunicar o repúdio da Concordata e que pareceu forçar-se a si mesmo a mão o papa Leão XIII, com o recente, imprevisto desvio do catolicismo na direção da república.

Mas, se a França é republicana (mais para o tipo romano do que para o americano) e, em certa maneira, católica, a Itália é ateísta e monárquica. Anticlerical, pela urgente carência do civilismo em Roma. Sem esta por capital, a unidade da pátria, inconsistente, perde o seu centro de gravidade. Concorrentemente, o catolicismo não pode resignar-se a vê-la roubada ao património de S. Pedro. Monárquica, porque, só, o centralismo dinástico e provisoriamente compatível com a árdua agregação das parcelas dum todo, desconjuntado põe séculos de calamidades históricas e sobre cujo difícil soldamento não transcorreu ainda o tempo preciso para que desapareça o perigo de se fracionarem em nova dispersão.

Assim, o generoso republicanismo dum Cavalotti não pareceu revestir outro carácter do que o dum sintomático prenúncio do futuro. Afigurou-se não ser uma realista plausibilidade do presente. Impede-o de ser popular, em parte, mesmo, o, dalguma maneira, resultar, sem que o pense, impatriótico. As nações que não se dissociam, como talvez, se assim se continuar, Portugal, inspiram-se do sentido misterioso dos seus interesses, nunca do

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

teórico abandono altruísta, que, tarde ou cedo, bate na cabeça do magnânimo. Esta é a incomparável glória da França, mas quase só dela; o que, porventura, a torna exemplo único na história, legitimando a palavra de Vítor Hugo, de que todo o homem tem duas pátrias, a sua primeiro e a França depois. É certo que só, em Paris insurrecionado, o povo se arrisca às espadeiradas da polícia por motivo da Polónia.

Esta jacobina nobreza foi que levou à guerra da Áustria Napoleão III, sob os aplausos, pouco críticos, do liberalismo. Com a sua brutalidade de uso, um dos previsores do conflito superveniente, hoje tocando o hiperagudo, Proudhon, bradava, em 1861, que tal conduta provara *até que grau de imbecibilidade caíra a democracia francesa.*

A crise não se funda na impossibilidade em que a Itália se encontra de completar a incorporação nacional, ainda defeituosa, pela reivindicação da porção italiana ao disparatado sincretismo que se chama a Áustria.

Uma aliança com a França vitoriosa poderia permitir-lhe esta aspiração. Não corrói, até, o vírus da aquisição plebiscitária de Nice e da Saboia. Seria por isto correr um risco excessivo. Não valeria sofrer, como tem sucedido, a temível represália, financeira e comercial, emanada dos gabinetes de Paris. O desejo não compensa, antes alarma pelo êxito, porque vão debilitando tornando insuscetível da ação vindoura.

Portanto, o maquiavelismo, próprio do génio italiano, prático e ingrato, não basta a explicar-nos o fenómeno do rancor da Itália contra a França. Seria uma perfídia inepta. Esse ódio é demasiado intenso para não ser sincero, e ao pé da sua violência a tudesca é macia. O eminente gramático pela história, Braechet, encarregou-se de organizar, num folheto ruidoso e fundamental, a demonstração documentada desta fúria transalpina.

Cuidamos, porém, que o seu melindre francês, revoltado com justa razão, lhe obscureceu a causa, todavia mais alta e mesmo mais pura, deste lamentável sucesso de psicologia nacionalista. O rancor não obedece a cálculos políticos; emerge da inveja odiosa e, excedente, converge para uma ambição, aliás transcendental.

A Itália pretende voltar a exercer a hegemónica, perdida, no sistema, político e moral, da raça latina.

Desse escopo, as suas reorganizações militares; o dispêndio da sua miséria, em couraças de chavecos e em quintais de pólvora. Daí, as suas até agora infelizes aventuras coloniais; a sua febre fabril e comercial; o seu *surmenage* científico. Escancarando as portas das suas universidades às aptidões cosmopolitas. Seduzindo

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

professores, da Rússia, da Alemanha, um Herzen (filho), um Schiff, um Moleschott; diferenciando-se do espírito francês, educando-se nas doutrinas de além Reno, esforço antigo que flutua com as circunvoluções, os entortilhamentos do pensamento germânico, agora idealista, hegeliano, com Vera, logo positivista, monista com os atuais.

Vem da tendência irredutível para o primado, que, na sentença reveladora de Gioberti, *é il dogma dell'italianitá*, seja com Pio IX, seja com Cavour.

Na França o obstáculo. Logo, o misogalismo teria de ser, como é, a tradição mais constante da literatura italiana. Desde Maquiavel. Por Alfieri. Até Leopardi, invetivando

...la Francia scelerata e nera.

Esta imensa malevolência não exclui os indivíduos de sentimentos avançados, os mesmos radicais. Põe em holocausto os interesses, personalistas ou sectários, destes, daqueles. Em 1866, um homem escrevia: «Eu odeio a supremacia intelectual e moral que a França se arroga na Europa». Quem era este homem odiento? Mazzini.

O grande pensamento da vida de Gioberti foi a realização da unidade italiana, e, sob esse título, pode ele ser considerado, assevera, justamente, o polígrafo, como o percussor dos Mazzini e dos Cavour.

Desde os anos mais juvenis que a atividade intelectual do ardente sacerdote se não limitava aos estudos religiosos; aprofundava, ao mesmo tempo, a história, a literatura, a filosofia e as ciências, não desprezando nenhum dos elementos dessa forte alimentação que prepara o homem para as grandes lutas do espírito.

Em 1828, tendo ido à Lombardia, foi visitar Manzoni e ligou-se de amizade com Leopardi.

Bem depressa, por um pendor todo natural, adotou as ideias da *Joven-Italia*, tornou-se o colaborador de Mazzini, sob o pseudónimo, hoje adoptado em Espanha por Fernando Lozano, colega nas *Dominicales del libré pensamiento* (Dmophilo).

O governo teve conhecimento disto e mandou-o prender.

Gioberti quedou aferrolhado na cidadela de Turim; depois, foi expulso do Piemonte (1833), como suspeito de haver tomado parte em uma conspiração e como republicano filiado nas sociedades secretas, se bem que indício algum significativo se houvesse conseguido contra ele.

Refugiou-se, primeiro, em Paris, onde se ligou com muitos dos escritores que brilhavam entre as celebridades da época.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Cousin buscou, mesmo, convertê-lo ao ecletismo, pelo engodo duma cátedra pública de filosofia; mas todas as suas tentativas falharam.

Gioberti partiu, então, para Bruxelas, onde deu, para viver, lições de italiano e serviu de repetidor num colégio. Passou muitos anos nessa cidade, e foi aí que publicou as suas primeiras obras, dois livros de pura especulação metafísica: um *Tractado do sobrenatural* e uma *Introdução à história da filosofia,* obras escritas no sentido católico, mas onde já destacam as ideias políticas e os sentimentos italianos do autor.

Este, o ponto que ora nos cumpre.

O que naquelas páginas domina é o ódio ao espírito francês.

Assim, a seu juízo, Descartes é um filósofo demasiado mesquinho *(meschinisimo filosofo),* pueril, ridículo, que merece acoutes; a sua maneira de falar é digna dum cavalo *(il suo modo di parlare è degno d'un cavallo).* Adiante, chama a Lamennais o mais medíocre dos sofistas. Dirá de Pedro Leroux que a sua crítica e a sua erudição são as de um colegial; dos autores da *Encyclopédie nouvelle* que certos de seus artigos participam, simultaneamente, de cómico e de infernal, e que certos outros são inépcias assaz divertidas.

Enfim, da gente de França, em geral, proclama: «Receio mais os Franceses por amigos do que os Tudescos por inimigos».

Noutro lance, professa que: «Para se ter génio em França, é preciso ser cupido, vil, insolente, tagarela, mentiroso, traidor e, sobretudo, egoísta».

Mais tarde, nos primeiros dias de 1848, o abade Gioberti dizia, ainda, a um dos seus amigos florentinos, esta palavra que, esquecido da expedição de Roma, um biógrafo parisiense se inclina a crer apócrifa, de tal forma, pondera, passa de todas as marcas: «Eu desejaria que a república caísse entre os franceses, pelo mal que eles têm feito ao mundo».

Neste espírito foi educado a nova Itália.

Sistematizou-se a antipatia numa propaganda regular, constante, oficial pelo ensino. A indireto favor da excomungada monarquia de Humberto, os próprios clericais contribuem no proselitismo contra a cristianíssima França, contra a protetora, passada e suposta futura, do poder temporal do papado.

Brachet fotografa-nos a feição do ensino da ciência, ali falsificada, à maneira alemã, para o trainimo patriótico. Não só nas escolas oficiais italianas, civis e militares, mas ainda nas aulas papalinas.

Estando as coisas neste pé, e tornada irreparável a guerra pelo ominoso tratado de Frankfurt; no conspecto dos armamentos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

formidáveis da Alemanha e das alianças, não menos, formidáveis, abroqueladas contra a França, essa estaria perdida e, com ela, a civilização do mundo velho. Como a vide, a liberdade recusaria frutificar em terreno, de cansada, sáfaro. Salvo o arrancamento vingador de cepas podres e o replantio de transplantação americana.

Felizmente, teve a palavra a Rússia. Em 1874, pela ida de Alexandre II a Berlim, o atentado, então incólume, deixou de perpetrar-se. A Alemanha verificou que, apesar da sua fabulosa vitória, não era bastante para o intento colossal. Em 1892, pela ida de Alexandre III a Cronstadt, as mesmas alianças, penosamente ligadas, frustraram-se, de súbito. Neste instante, o advento à enseada de Cherbourg termina a fase inicial.

Importa, assim, pouco que o tratado de coalizão entre o Oriente e o Ocidente esteja lavrado, subscrito. Ou que não passe dum acordo de palavra. Podia mesmo que nem se falasse. Ele é implícito; está na natureza das coisas; no sentido dos interesses; na lógica da história, nas necessidades gerais da humanidade. A França é a aliada natural da Rússia, como a Rússia é a aliada natural da França.

As vantagens da Rússia resumem-se num grande projeto, relacionado com o fatal advento à cultura das raças superiores, suas componentes. Convém desbarbarizar a gente eslava; agrupar, na civilizada solidariedade, o nomadismo; cravar sedentariamente a caravana; transformar a cidade em acampamento. Os momentos, consumados, deste processo histórico operaram-se em torno e a favor do principado moscovita. Incontestada e incontestavelmente, hoje a Rússia é o núcleo deste imenso torvelinho, é o centro do sistema em cuja órbita gravitam, para cujo interior se projetam os fatores parcelares. Significativo fenómeno, em que, com claro juízo, martela Tikhomirov.

Apontamos esse traço característico de que o acréscimo do território da Rússia não depende, senão por muito pouco, do génio dos seus governantes. É uma ação espontânea, iniciada e ultimada anonimamente. Espaços consideráveis, a norte, a este e ao meio-dia, foram muitas vezes ocupados ou conquistados pelos povos, antes de que os governos, aos quais logo os retrocediam, penassem em fazê-los seus.

Aconteceu até que aqueles se recusassem a tomar sob sua proteção zonas adquiridas pelos cossacos.

Por isso, Tikhomirov está, com efeito, autorizado a grifar a lição típica de que o engrandecimento do *Estado* russo foi frequentemente precedido pelo engrandecimento do *território nacional.*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Neste homogéneo processus de integração, até há bem pouco, um único ponto negro manchava. Mas minaz. Era o da Polónia russa. Depois, porém, da vasta insurreição desordenada de 1863, o perigo esbateu. Ao cabo do já longo período do desenvolvimento orgânico, pôde hoje assegurar-se que a rebelião da Polónia, no mero intuito de se destacar da Rússia, é assaz improvável.

Para prender ao estado moscovita a grande massa da nação sujeita, uma medida governativa contribuiu poderosamente. Foi a reforma agrária de Miliutine, que da dos aldeãos separou a causa dos nobres polacos. Vibrou-se aí o golpe de morte numa aristocracia turbulenta, incorrigivelmente adscrita às suas vexantes prerrogativas. Ineducável, ela destruiu o Estado, pelos privilégios insensatos do *liberum veto*, segundo o qual um único deputado podia anular, pela rejeição, qualquer decreto da Dieta, e das *confederações*, modo de desenvolvimento geral da coletividade política, mas, peculiar, aqui um absurdo corolário, no absurdo, do absurdo *liberum veto*. Este autorizava os dissidentes das decisões legislativas a oporem-se-lhes pelas armas.

Normalizado o direito revolucionário, de nascença anómalo, em prática consuetudinário, a república monárquica da Polónia redundou na pura anarquia, como à forma daquele governo a classifica o velho cronista Rulhière.

Na experiência desgraçadíssima, terrível, quais os da Restauração, os fidalgos polacos nada aprenderam. E é triste ver, no exílio, um Ostrowsky resingar da incontraditável emancipação moscovita dos lavradores da sua terra. Debalde cita os esboços de momento, precipitados pela melhoria da nobreza, na hora incerta da insurreição. Debalde se serve do argumento *ad homines*, recriminante que, se volta os olhos para o Ocidente, não encontram onde possam estar os nobres que ousam elevar-se contra a antiga legislação polaca a respeito dos campesinos.

Sem querer recadar-lhe a atitude da aristocracia francesa, na noite de à de Agosto, o que permitiria as suspeições sobre os móveis da sua conduta então, o certo é que essas são justificações morais e históricas que não têm alcance político. De resto, o orgulho da casta transparece-lhe, apesar dos esforços para o abafar. A legenda a que o seu opúsculo se acolhe define-o. É a máxima, feudalmente encomiástica, de Burdett: «*the Poles, the first gentlemen of Europe*».

A objetividade histórica castiga todas as tardias erratas. E a iniciativa de Miliutine, reduzindo à impotência as veleidades dos separatistas da nobreza polaca, produziu um efeito salutar. Foi

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

o de que as atividades que não puderam mais consagrar-se à fermentação política voltaram-se para as artes da paz, para a literatura, para o comércio, para a indústria. Antes que lho desse, os polacos tomaram o conselho de trabalho que, como visão de esperança, lhes fornece Courrière no seu folheto, justo pela hermenêutica histórica, mas, pela expressão moral, facciosamente duro. Na tarefa ajudou-os a cobiça alemã, que trouxe à exploração capitais, braços, direção e ensino.

As coisas chegaram, nos nossos dias, a pontos de que hoje os polacos, que se desforraram, derrotando a indústria e o trabalho russo, são, porventura, afora as ponderações jurídicas e morais, aos quais, económica, financeira, materialistamente, menos convém a separação.

Os interesses mesquinhos dos fabricantes moscovitas parece mesmo a pique de cegarem, de todo, os olhos do governo. Exigem aqueles uma fronteira fiscal entre a Polónia e a Rússia. Na *Gazeta de Moscou*, o furibundo Kalkov, musa egéria dos czares, como todos os apóstatas, de demagógico áulico volvido em conselheiro palatino, ia mais longe. Propunha, simplesmente, ceder à Alemanha toda essa metade da Polónia, onde a indústria se desenvolveu, mercê, em parte, mas grande parte, dos enormes capitais alemães, do seu carácter empreendedor, da sua habilidade.

No fim, isto não passa de desabafos, qual brilham as miragens nacionalistas da Ucrânia. Como se passa com o regionalismo espanhol, confinam-se, também, por enquanto, aí, na tendência literária da revivescência dialetal. O ilustre poeta Chevtchenko é como o catalão Balaguer; e o crítico Dragomanov como o historiador galego Murguia.

O facto concreto, vasto, em globo, resulta a formação, a já quase consumação dum estado novo, completo, íntegro, povoado de gente outra, virgem na história. Terminada a sua vida vegetativa, nutrido e crescido, chega-lhe a hora de encetar a vida de relação. Isto é, de partir o casulo, quer dizer a fronteira. De avançar. De conquistar em grande. De irradiar, já não pela descoordenada autogénese dos pequenos grupos componentes, como os cossacos, mas pela propulsão, graduada e crítica, do coração central.

Qual pode ser sua direção? Quais podem ser os seus obstáculos, isto é os seus inimigos? Onde estão os interesses seus antagónicos?

A experiência do passado histórico responde-nos. O caminho percorrido traça-nos a flecha da marcha.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Sem discrepâncias, o testamento, apócrifo ou não, de Pedro I tem sido invariavelmente acatado.

A Rússia há de ir a Constantinopla, varrer da Europa a vermina turca. Há de ir à Índia, sustar na Ásia a destruição inglesa.

Mais ao pé da porta, tem de destacar, em geral, da Alemanha as populações eslavas. Particularmente, de amputar a monstruosidade crítica da Áustria, restituindo ao personalismo autónomo as gentes arrebanhadas por aquela potência, cujo artificial orgulho se compendia na série das vogais, A E I O U (*Austria est imperare orbi universo*).

Esta é a sua missão política, esotérica. Qual será a sua missão moral, exotérica?

Porque nos pertençam, pudemos, naturalmente, repetir estas linhas, mantendo a pergunta e insistindo na resposta que, ao diante, estamparemos. *

II

Falamos dos destinos da Rússia.

Como sejam?

O primeiro ato deste longo drama bole particularmente com a raça eslava e os seus adversários.

O segundo, toca com toda a civilização humana.

Que a Rússia tem, politicamente, o primado e lhe incumbe a orientação da gente eslava não merece dúvida. Longe vai o tempo da nobre revolta contra as atrocidades do governo de Petersburgo na russificação forçada da Polónia. Desorbitante, a cólera extremou sábios ocidentais que chegaram a contestar aos russos o carácter de eslavos. Assim, a dor patriótica de Quatrefages criou, na fase dos alemães, uma raça prussiana.

Então Michelet afivelava contra a Rússia um cordão sanitário. A Rússia seria a cólera. Ao nosso canto veio o movimento. Daqui, inouvido, o grande poeta Antero de Quental concitava os povos à cruzada, estimulava-os à guerra santa:

Contra a Rússia, a heresia das nações,
Um grande e forte apóstolo de ferro!

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1999, 7 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Guilherme Braga, cujo talento de combate dá parecenças com a musa moderna de Clovis Hugues, esponjava a fronte humedecida dos mártires polacos. E, no arrebatamento de altas indignações, Guerra Junqueiro cavava no bronze os tercetos dantescos da pujante alegoria do *Urso branco*, que

> *... é descomunal, titânico, felpudo;*
> *Anda sinistramente a farejar na terra*
> E causa-nos horror como um gigante mudo.

Nada mais natural. Nada mais legítimo. Cutello de Metternich, pela sua monstruosa aliança com a reação europeia, a Rússia, mal avultada pelas suas vitórias contra Napoleão, logo desceu aos olhos de todos os homens pensantes. Não faltava mais que a luta atroz da Polónia para, contra ela, levantar decididamente todas as nações. Quando os nobres e desgraçados restos da primeira revolução polaca, errando por toda a Europa, por aí espalharam a notícia das horríveis crueldades dos vencedores, elevou-se, de todos os lados, em todas as línguas europeias, um retumbante anátema sobre Moscovo. A cólera dos povos era justa. E, todavia, não parece equitativo acusar um povo inteiro e torná-lo, a ele, só, responsável do que obraram seus mandantes.

As almas generosas dos russos desabusados coravam da sua fraqueza e da sua impotência; compreendiam o que o seu governo acabava de executar por suas mãos, e os corações gotejavam de dor e os olhos enchiam-se de lágrimas amargas.

Na brochura estampada pela casa Jeffs, em Londres, Herzen reproduz que: «Cada vez que nós outros defrontávamos com um polaco, não tínhamos a coragem de levantar para ele a vista».

Através de tudo, é, todavia, o facto o que é. E os russos ficaram eslavos. Abandonaram-se, pois, as moralistas conjeturas de Viquesnel, Duchinski, Henri Martin, que os descolavam daquele grande ramo indo-germânico. Com o tempo, perdeu-se, mesmo, o medo à Rússia. Entendeu-se o povo moscovita, que, para o extremar, assim teima que se lhe chame Charlier de Steinbach, na sua integralidade, supondo-o, com repulsão, uma raça de turano-fínicos e de turano tártaros. Para a Europa, deixara de ser a espada de Dâmocles, receada pelo fantasioso etnógrafo.

Ora, que impedimenta tomam o passo à ação exterior da Rússia? Donde partem?

Partem da Áustria, justaposição de alemães, de magiares da Hungria, de checos da Boémia.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Áustria ministerial prevê que a sua parte alemã cedo ou tarde, sob qualquer forma e dentro de qualquer tipo, será absorvida no corpo nacionalista da restante Alemanha. A parte húngara é insuficiente à ambição e aos títulos dum grande Estado, duma potência de primeira ordem. E a parte da Boémia, isto é a percentagem eslava, tenderá a agrupar-se, só ou conexamente, com as demais frações afins, soltas. Sob o protetorado efetivo, ou, à maneira sérvia, simplesmente moral da hegemonia do grande representante étnico, a Rússia.

Para travar o desbarate, alimentam-se em Viena as mais cândidas presunções. Delas a menor seja a do transporte da capital para o Bósforo.

Não admira. As próprias fezes eslavas, esses, nessa parte, equívocos helenos de hoje, a gente mais anárquica do globo, que, pelo nome e pela, consideremos, alterada língua, iludiram as reminiscências clássicas da Europa, dão-se também a sonhos. De Atenas, cobiçam Constantinopla e ainda agora Castelar nesta fábula reputa a solução da questão oriental.

Partem os obstáculos da Inglaterra, empenhada em manter condicionalmente o absurdo otomano, como um *piz aller* fatal.

A ocupação do Egito é a consequência necessária da hábil aquisição das acções do khediva na propriedade do canal de Suez. Esta misteriosa negociata de Saint James, na sua inopinada revelação, foi um raio fulminando a incúria da Europa. Apesar das declamações de Gladstone na oposição, a ocupação continua; e, em qualquer eventualidade, o Egito quedará subordinado, pela interferência, aquiescente, mesmo, do Grão Turco. É o que importa. A política da Inglaterra não tem aqui nada de abtruso, abrupto, de intermitente. É lógica e sucessiva e já, há quanto! Petit de Baroncourt a frisara, no sentido que tinha a redução dos pruridos autonomistas de Mehemet-Ali. Não confunde labiríntico enredamento algum, conforme o que desvariava Biornstierna. É tudo claro como a água corrente.

Convém, na verdade, garantir a escala da Índia, segurar os pontos de referência e apoio.

Na nossa dominação, a única alta capacidade política que tivemos, Afonso de Albuquerque, foi o primeiro a invadir o âmago do problema. Não nos dando uma efetividade de posse a exiguidade dos nossos recursos, abalançara-se, para arruinar o país, ao cometimento formidável do desvio da corrente do Nilo, A simples apropriação indicara-a Leibnitz a Luís XIV, e Bonaparte

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

tentou baldadamente realizar as sólidas conceções do filósofo. Para quem, por via marítima, da Europa está na Ásia, o Egito é essencialíssimo.

A Índia acha-se arruinada industrialmente, graças, em parte, ao sistema explorador inglês, cujo segredo nos desvendou Carey. Ele no-lo mostra uniformemente apostado, em, destruindo nos demais povos o tipo tradicional da manufatura, os reduzir à troca extrativa, extenuante, dos meros produtos naturais, em bruto. Mas, tal como está, a Índia assegura o milionário envenenamento opiáceo da China, tarefa criminal onde a sórdida cobiça britânica, por linhas tortas, imagina prestar, talvez, um serviço à civilização europeia.

Como quer que seja, conforme Constantinopla, a Índia, mesma, encontra-se diretamente ameaçada pelo colosso russo. Na previsão de hipóteses, à mercê de acidentes, a Inglaterra recupera-se na África. À custa de Portugal, que, dentro em pouco, terá perdida toda a facha oriental e, mais tarde, toda a banda ocidental também. Se continuarmos a não ter juízo.

Para ir à Índia, o caminho está traçado à Rússia; e os choques com a Inglaterra começaram. Com Albion principiou o conflito comercial, que um dia há de ser militar.

Atravessando o mar Cáspio, encontram-se, em sua costa oriental, largos espaços onde o império russo transborda muito para além de suas fronteiras naturais. São os desertos e os oásis da Ásia central, ou Turquestão. Aí, ainda há bem poucos anos, havia toda uma série de Estados independentes, com as cidades de Kbokand, Samarkand, Tuchkente, Bukhara, Khiva, Merv. Mas, em 1865, tomada de Tuchkente; em 1868, tomada de Samarkand e Bukhara; em 1873, tomada de Khiva; em 1881, tomada de Merv.

Assim, toda a Ásia central pertence aos russos, de modo que os *lobos brancos* encontram-se hoje, face a face, com os ingleses a portas da Índia. Uns e outros, de olhos fixos em Hérat, disputam-se a preponderância no Afeganistão.

De resto, no Turquestão a concorrência da Inglaterra não foi ainda vencida; por vezes mesmo, expulsa as mercadorias russas dos mercados da Ásia central. Enfim, a conquista económica não acompanha necessariamente a conquista militar. Na realidade, esta é o resultado de uma ambição que o governo não tem a força nem o desejo de reprimir. Criou já, em muitos pontos da fronteira, uma situação extremamente tensa e perigosa. Não podendo ser duradoura, acumula os materiais da conflagração.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Caíram, pois, pelo solo em fora, as laboriosas conjeturas, enroladas a desconceito da direta possibilidades duma ameaça russa à potência inglesa no Indostão. Por trinta e tantos, as elaborara o general conde Biornstierna, enviado extraordinário da Suécia na corte de Londres.

Três caminhos dissentiu para um exército europeu, encaminhando-se para a Índia. O que, partindo das províncias de Fars e de Kerman, seguisse ao longo das margens orientais do golfo pérsico e fosse, pelo Beluchistin, a Sind, à embocadura do Indo; o caminho principal conduzindo, por Meched, Jeerbuk, Hérat, Kandahar, Ghuzni, Kabul e Peschawer, a Attock sobre o Indo; o caminho, finalmente, que segue o vale do Oxus, passa por Kandoos e cai, pelas montanhas do Hindokosen sobre Kabul.

Se bem que desse a preferência ao de Hérat por Kandahar, como a única vereda praticável para um exército europeu que quisesse ir à Índia, o certo é que amontoou, em qualquer hipótese, as dificuldades materiais, de demora de trajeto, de abastecimento, de péssimas condições naturais do terreno. Aglomerou-lhes os embaraços morais, religiosos e políticos. E descarta-se por concluir que era quimérica empresa.

Exemplificando quanto ao que toca às dificuldades pelo percurso do Oxus, Biornstierna calcula necessárias quatro campanhas preliminares, das quais, logo de começo, a para submeter Khiva, a para submeter Bukhara, cujos chefes, diz, votam à Rússia um ódio hereditário. Sabemos que estão submetidas.

A que se prendem as de abastecimentos e congéneres, pelo que toca às dificuldades materiais, charnecas, carência do menor vestígio de subsistência para peões, de forragens para a cavalaria, escarposas cordilheiras, amortalhadas estratificações de gelos eternos, dunas cujas areias atingem até dez metros de altura e a cujos montículos nenhuma artilharia poderia trepar, todas estas reais contrariedades as dissolveu uma iniciativa, prodigiosa de audácia. Foi a do engenheiro militar Anhenkov, de quem os russos se vangloriam como os franceses de Lessepes.

Com uma rapidez vertiginosa, conduziu a construção do incrível caminho-de-ferro que leva a Samarkand. O primeiro troço ultimado pelos russos fez-se em 1881, quando Skobelev tomou Sheok-Tepé. A inauguração da penúltima gare em Tchardghni foi uma surpresa; a de Samarkand uma festa. Eis o terrível golpe, certeiro, visando a potência inglesa na Índia. Annenkov plantou-lhe o punhal no pericárdio.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Quando daquilo a que nobremente se chamou o conflito de Portugal com a Inglaterra mas que, oficialmente, com a sendeirenta saída, pelo tratado, das entradas de leão, não extrabordou duma regateiral testilha, se houvesse nos conselhos da coroa lusitana homens de iniciativa inteligente e de prudente audácia, poderíamos, nós, os humildes, lançar o nosso tento na balança, mover uma pedra do xadrez internacional.

Quais lebres num vento ladrante, não acederíamos, logo, à injunção do *ultimatum.*

Como porcamente se fez, com um terror simbólico do assarapantamento nacional. Em certo, o ato governativo é perdoável aos estadistas, porque medíocres. Mas, se eles amassem pousar para a história, compreenderiam que a ameaça britânica era uma *chantage.* O desastre da diplomacia de Saint-James residia exatamente nos assomos de resistência do adversário, que deveria possuir na ponta da língua o seu direito internacional e de guerra, o seu praxismo diplomático. Não ignoraria, conseguintemente, que uma retirada de embaixador não implica o imediato rompimento de hostilidades. Para recuar, havia todo o ensejo. O essencial, na ocasião, era ganhar tempo, isto é garantir o apoio moral da Europa, ganhar aliados.

Dado que a Inglaterra forçasse a oposição moral da Europa e, o que é nada crível, progredisse na violência, poderia transigir-se, às últimas intimações, quando da entrada duma esquadra hostil no Tejo. Mais: só se deveria ceder depois de certo tempo de fogo, no exemplo, melhorado, do procedimento seguido pelos ministros de D. Miguel, o conde de Bastos e o visconde de Santarém, perante os navios do almirante Roussin.

Tomar-se-iam racionais providências. A fim de que as vidas não sofressem, far-se-ia retirar do campo provável de tiro as populações, em jeito que os estragos fossem só materiais. Arderia meia dúzia de casinholas; mas Lisboa por isso não ficava arruinada.

Reabilitando-nos, a intervenção, positiva, das chancelarias, estimuladas pelo sentimento europeu, distribuir-nos-ia, em galardão, condições honrosas de negociamento.

Ao pior, caia-se com limpeza, fazendo boa figura, decentemente. Note-se que não falamos nos grandes sacrifícios, na desesperada resistência *in extremis*, na morte gloriosa, à maneira cartaginesa, judaica, polaca, sob uma revoada de lava candente. Encerramo-nos nos tristes limites da mediocridade, da degenerescência contemporânea. Sabemos que o amolecimento do país

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

oficial não dava para tanto, que não suportaria sequer as morosas horas de bombardeiro de Alexandria. Mas minutos bastavam; e podia então parodiar-se, com tal qual plausibilidade de ludíbrio da opinião cosmopolita, que se perdera tudo menos a honra. Na falsificação do heroísmo estava então a habilidade.

Não seria, porém, necessário, porque, entrementes, a Inglaterra teria retrocedido.

Perante os protestos da Europa, indignada enfim, a valer, pelo conspecto de latrocínio franco, à mão armada, do brutal esbulho de inermes.

Aceitando, porém, o *ultimatum*, estes exautoraram-se, para principiar. Os seus oficiais protestos ulteriores perderam o carácter de independente patriotismo, perderam a dignidade. Por um lado, pareciam pretextos de oposição interior. Por outro, humilharam-se, tinham o ar de lamúrias. De resto, a aquiescência ao *ultimatum* implicava, mais ou menos, o reconhecimento dos direitos da potência que, ultrajada por sua violação, o vibrara. Compreendia assim o outro mal da aprovação subsequente dum tratado que contivesse disposições em conformidade com o espírito e letra desse *ultimatum*.

Se diferentemente se houvesse procedido, cumpria, enquanto os factos fossem seguindo os seus trâmites, fortalecer, com uma intervenção, direta, o apoio platónico da simpatia da Europa.

Como? Conjugando, com os nossos, interesses próximos igualmente antagónicos dos da Inglaterra. Só uma potência estava nas condições, para nós apetecíveis. Era a Rússia.

Para salvarmos a África, que valeria, para tudo, deveríamos negociar, com *crúnerie*, a Índia, que nos não serve para nada. Não nos serve para nada, primeiro, pela suplantação, nos mercados europeus, dos produtos asiáticos; segundo, pela exiguidade e mediocridade do nosso território ali; terceiro e principalmente, pela deletéria ação dos nefastos convénios, firmados por Andrade Corvo, os quais os deixaram um mínimo de soberania. Pois esse mínimo era trespassá-lo à Rússia; pôr os *lobos brancos* mesmo na Índia, já dentro, a dar a mão aos que estão à porta. Seria imprevisto; terrível. Toda a Inglaterra estremeceria; veríamos como Salisbury saltava; como o *Foreign* vinha às boas, iniciaria acordos.

É ocioso dizer que, provisoriamente nos colocamos, a bem do debate, no terreno da política nacionalistamente monárquica, ocioso aclarar que examinamos, sem juízo moral, o aspeto egoísta, prático, positivo, realista da questão. No critério republicano, a solução seria bem outra. E apontámo-la. Mas não parece que

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

os escrúpulos monárquicos se autorizem a increpar-nos de maquiavelismo. Mais à nossa diplomacia a podemos, os democratas, taxar de inepta.

Voltando aos obstáculos opostos à desenvolução russa, eles partem, por último, da Alemanha.

Vejamos porquê e como.

(Continua) *

III

Da Alemanha, cuja completação política não se perfumará sem a definitiva apropriação das províncias bálticas, deriva, logicamente, a intransigência. Janela para a Europa, rasgão na política integridade germânica, por aí se fundamentava, antes da reorganização recente, o conceito de Herzen, de que a Alemanha estava, voluntariamente, em respeito à Rússia na mesma relação em que se encontravam forçosamente a Moldávia e a Valáquia. Avançando os russos sempre, ora graças à casa de Habsburgo ora à de Hohenzollernn, governá-la-iam os encarregados de negócios de Petersburgo e *esse procônsul do czar, que usa o título de rei da Prússia*. Rompeu depois a humilhante tradição Bismarck, que foi o primeiro estadista germânico que, alto e bom som, declarou que se orgulhava de ser alemão e prussiano.

De resto, esta subalternização fora, de todo o tempo, não só passageiramente transitória como permanentemente exterior. Mais que tudo, demonstra-o a extirpação, pelos alemães, das duas camadas subjacentes da Estónia, da Livónia e da Curlândia. A previamente dominante russa, a inferior turano-fínica, obediente e, ao invés do que imagina Steinbach que seja ingenitamente esta variedade, simpática pela sedimentar bondade excedente, ruminada e anímica. Quem o duvide pode perscrutar-lhe a alma nas fulgurações incomparáveis da epopeia de *Kalevala*, de todas as anónimas definições de raça pelo isomerismopoético a mais inspiradamente bela. Duma tão intensa incorporação estética da natureza ambiente com o padecimento do homem que ela é não só rara, mas única.

Por este caso particular, pelo instinto coletivo da raça, os alemães sentem que o progresso da Rússia, a sua integração na

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2001, 9 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

cultura europeia, a sua remodelação no sentido de abandonarem o seu carácter tradicional de *khanato* asiático os ameaçam de diminuição no concerto europeu. Daí, um natural ódio inextinguível. Interrogado, há pouco, Bebel sobre a atitude dos socialistas tudescos na próxima guerra do seu país com a França, redarguiu que eles se meteriam com ardor na contenda, só se a Rússia cooperasse nela, pois que a Rússia seja a barbárie contra a qual o dever manda ser inflexível.

Estabelecida a equação com estes parantos, tudo nos indica que nós estamos ameaçados de assistir a um destes preliminarmente definitivos embaralhamentos das variedades humanas, em tal magnitude e de tal relevo que, envolvendo, em todo o centro da Europa, todos os povos europeus, quer os que pelejam quer os que, moralmente, venham a sofrer, no interior, o ricochete do resultado duma batalha suprema, não tem por assemelhável senão o grande motim caótico da invasão dos bárbaros e da queda do império romano do ocidente. O tumulto das raças vai ferver na caldeira do destino; a evolução humana entra numa das suas crises fundamentais; e a história recomeça.

Quando? A paz parece garantida, salvo factos intercorrentes, até ao jubileu da exposição universal. Mas depois de 1900?

Como quer que seja, o advento dos eslavos à civilização, a sua coparticipação na gerência dos interesses gerais, até aqui só confiados à latinidade, ao germanismo, à britânica latino-germanidade, é o maior sucesso histórico do ciclo; é a inauguração obscura do vindouro; é um agenese de mundos.

Um instinto invencível e a força dos factos ensinaram aos alemães que certos condicionalismos da sua idiossincrasia os tolhem de imitar jamais perfeitamente as duas grandes nações do ocidente. Sem ir tão longe como o alemão Leixner, quando, na corrente dos impatrióticos filósofos tudescos do século passado, um Schiller, um Goethe, assegura que a nacionalidade e o patriotismo alemão só existem na aparência, todos os que amam na Alemanha o seu génio científico e filosófico têm de convir que, por bastante, concorre a uma criação factícia a artificial disciplina do militarismo prussiano.

Ele deixa o todo constituído à mercê da aptidão dum general, dos azares dum combate, da desmoralização de soldados em derrota. Por baixo, está o desacordo, irresistente, das tendências separatistas da gente germânica, que, na história, firmaram o feudalismo, na política, o cantonalismo das monarquias microscópicas, na religião, o individualismo protestante.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Paralelamente, os espíritos superiores verificaram, por fora de preconceitos, que, à maneira romana, a raça eslava possuía em alto grau as fortes qualidades de centralização nacionalista. Acabaram por suspeitar que o futuro poderia pertencer a semelhante gente.

Esta ideia lúgubre, que a alguns faz supor um desmembramento final da agrupação alemã, encontra, de atrasado prazo, a sua expressão mais genuína na obra do alemão Bruno Bauer, a qual, com o título de *A Rússia e o germanismo*, se publicou, com data de 1853, em Charlottemburgo, cerca de Berlim. Por essa mesma época aparecem, atraindo as atenções do germanismo para as crescentes temeridades do eslavismo, um escrito sensacional, com o título de *A questão do Oriente, isto é a questão russa*. Nesta obra, o publicista alemão, seu autor, produziu efeito na Prússia e na Áustria; a Dinamarca e a Suécia traduziram-na para as suas línguas. Assinalando a ambição moscovita, que não poupa nenhum dos estados alemães, o escritor compara a ação futura da Rússia no seu país à passada invasão francesa. «As gestões hostis da Rússia, diz ele, não se limitam à Áustria; fazem-no sentir até à Alemanha, sim, a Rússia está em caminho de representar na Alemanha o imenso papel que a França aqui representou, para nossa desgraça e nossa vergonha».

Contudo, apesar das enormes energias condenadas na miríade russa, esta seria insuficiente, ainda assim, sem alheio auxílio, para preencher, cabal, seu destino. À alavanca faltava um ponto de apoio. Forneceu-o a França, ciosa de reaver a Alsácia-Lorena. Não tanto, materialistamente, pela Alsácia-Lorena, como para lavar seu estandarte da afronta de ter sido vencido.

A Rússia tinha, portanto, uma só coisa a fazer: esperar pela França. Agora ou logo, esta curaria os ferimentos recebidos. Mercê da sinergia imensa do organismo, a cicatrização foi quase instantânea.

Apressou-a o leviano erro de Bismarck. Não obrigou este a França em 1870 como Napoleão o fez à Prússia em Tilsit. Cumpria determinar-lhe que não pudesse ultrapassar o seu pé de guerra dum máximo prefixo. D'est arte a paz prolongava-se em vantagens contínuas para a Alemanha; o perigo de colisão futura removia-se, e os milhares de milhões, arrecadados em Spandau, não voariam irreprodutivamente em armamentos renováveis periodicamente, não consumiriam no estéril a indemnização. Aplicar-se-iam, frutificariam: no resgate fiduciário, no meneio mercantil.

É certo que o eminente ministro da guerra, prussiano, Scharnborst, sob as indicações patrióticas do grande estadista Stein,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

iludiu a precaução napoleónica, renovando, a curto trecho, nas armas os contingentes. O sistema de Scharnhorst pode resumir-se em duas palavras: abreviar a duração do serviço e fazer passar constantemente novos recrutas por quadros permanentes. Este plano prestou grandes serviços em 1813, permitindo reconstituir prontamente o exército prussiano. Foi definitivamente organizado pela lei de 3 de setembro de 1814; as modificações sucessivas incidiram, sobretudo, sobre a duração do serviço ativo o do serviço na reserva e sobre a quotidade do contingente chamado.

Mas, se Bismarck não fosse, apesar das suas eminentes capacidades, a aptidão *surfaite*, cujos êxitos gratuitamente lhe concedeu a felicidade de haver deparado em sua frente só com debilidades, como a dinamarquesa, com puras mediocridades, como um Beust, ou com nulidades, como um Rouher, à sua argúcia corria o inventar a maneira de desfazer tal sofisma.

Assim, a França recompôs-se, e a unanimidade sentimental, na dispersão autonomista do pensamento livre, reuniu-se em volta da ideia da desforra. Terminaram as resistências das oposições; fundou-se o serviço obrigatório; e não se repetiu o facciosismo sectarista que, contraditoriamente, levava, no império, por vezes, a agrupação democrática a recusar os subsídios militares, a entorpecer a marcha governativa.

O bonapartista Delafosse recolhe, no seu faccioso opúsculo que se dá como o *Processo de 4 de setembro*, as peças justificativas desta resistência. Havendo o *Monitor*, em 12 de dezembro de 1866, anunciado que a comissão encarregada de elaborar um projeto de reforma militar acabara os seus trabalhos, a oposição liberal contrapõe, e Thiers promulga, no Corpo legislativo, a seguinte extravagante sentença:

> «Apresentavam-vos, um destes dias, cifras de um milhão, duzentos mil, de um milhão, trezentos mil, de um milhão, quinhentos mil homens como sendo os que as diferentes potências podem pôr em armas... Pois bem, esses algarismos são perfeitamente quiméricos. A Prússia, segundo o snr. Ministro de Estado, apresentar-nos-ia um milhão, trezentos mil homens. Mas, pergunto eu, onde se viu essas forças formidáveis? A Prússia quantos homens levou à Boémia? Trezentos mil, pouco mais ou menos. É que, meus senhores, urge não se fiarem nessa fanstasmagoria de cifras; são fábulas que não têm nenhuma espécie de realidade».

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Em 1867, o livro de Jules Simon, consagrado a defender da exploração capitalista o operário de oito anos, rompe, no exame do projeto reorganizador, resultante das vitórias da Prússia, pela discussão da questão militar. Jules Simon combate-o acremente; e, três anos antes de Sedan, exclama: «Na verdade, se o Segundo Império vier declarar, ele próprio, que está ameaçado dum Waterloo, urge recusarmo-nos a acreditá-lo».

Nesta resistência da democracia francesa, convém, para se ser justo, destrinçar-lhe o motivo.

Em primeiro lugar, há de ver-se a ilusionante experiência histórica que, no passado para a Alemanha, no presente para a Áustria, para a Rússia, mostrava que a organização militar costumada abastara, que as forças empregadas foram suficientes.

Depois, cumpre lembrar a repugnância pela despersonalização da fileira, própria dum povo habituado a ser autónomo e revoltado pela notícia da *chlague* prussiana.

Depois ainda, as utopias correntes sobre o advento próximo da cosmopolita fraternidade. Era o tempo túmido dos congressos da paz, ainda não extintos pela próxima, imediata esterilidade; alegravam as enganantes reminiscências da irresistibilidade do levantamento em massa, na hora do perigo. Ainda uma crítica menos entusiasta não fizera notar o que, conforme Taine, para as vitórias da Revolução contribuíra a coexistência dos quadros regimentares da organização militar da velha monarquia.

Finalmente, tem de atender-se à *vontade* da história, ao providencialismo da evolução.

Corre, portanto, reconhecer o serviço inconsciente que, obstrucionando, a democracia francesa, desservindo proximamente a França, prestava realmente à mesma França e à civilização geral. A vitória da França imperialista de 1870 seria tão funesta à humanidade como o seria a derrota da França republicana de hoje.

Até, mesmo, na hipótese improvável, atenta a diferenciação moral e estética, dum cesarismo ulterior do chefe guerreiro que entre, vitorioso, em Berlim.

Com o César passado, ocultamente livre-pensador, mas desgastado pela cachexia, senil, esgotado, feito passivo pelos libertinos requintes, a dinastia firmava-se sob a prevalecente orientação da camarilha jesuítica, envolvendo a estrangeira Eugénia, que transportava para as Tulherias o fanatismo espanhol. Em simétrica antítese com o humanitarismo vago do socialismo internacionalista, rodava a época do paroxismo reacionário-católico. Funcionava o concílio de Roma; suas ecuménicas sessões trituravam a razão humana,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

decretando a infabilidade, abstruso desfecho, mas lógico, do repto inaudito do *syllabus*, rigoroso corolário.

Aureolada de louros, a condenação da democracia desvairaria, sob o prestígio das glórias militares. E treme-se só de pensar nas consequências morais da derrota da Prússia.

Por suas mãos, a França chumbaria as próprias cadeias; por seu pé, desceria ao túmulo, no estonteamento da vitória. Ao repossuir-se, seria tarde.

Por isso, não parecem ímpias as lágrimas de Naquet, pelo que refere o cinismo transcendente de Vallés, quando embandeirou o boulevard o falso boato da vitória de Wissemburgo.

A história é lógica; e tendo, como o amor *apud* Schopenauer, à conservação progressiva da espécie, não à dos indivíduos nem até à das nações. A bem da humanidade, os factos haveriam de passar-se como passaram. A França deveria ser batida até Sedan. E, para que o desastre fosse só material, para que lhe fosse a ela, no presente e no futuro, útil, para que se não desprestigiasse aos olhos dos outros, nem perdesse a confiança aos seus próprios, reabilitar-se, mesmo sem vencer, depois de Sédan.

Começada a campanha com as fanfarronadas de um Leboeuf, termina com os altos apelos dum Gambetta.

Depois, a França procura-se, aperta-se, sistematiza-se. Nas suas divagações de publicista, o formidável novelista psicólogo Dostoievsky, congratulando-se com o facto, sentimental, erroneamente se lastima pelo sentido implícito, a cruel noção da desforra, que abriria um circuito vicioso de alternativas simétricas, rítmicas, de derrotas e triunfos, se fosse permanente aqui e ali.

Escreve:

Constatei já que a nação genial (a França) quer viver; quer-lho com todas as suas forças, a despeito de tudo. Não pretendo examinar, neste momento, se este passo para a frente que acaba de executar a França é o que fica melhor a uma grande nação. Essa palavra de desforra, que acaba de retumbar dum extremo da França a outro, é bela em si mesma?

Essa "vida para a desforra" que a nação genial acaba de abraçar com tanta unidade e um tal espírito de sacrifício, no único fim de se vingar dum inimigo insolente, essa vida será também, ela, uma ilusão?

Sem querer responder a estas perguntas, não posso impedir-me de notar quão grande felicidade é que, nesse país, tão profundamente dividido sob o ponto de vista moral, em que o sentimento geral era o da conservação individual e onde a divisa "cada um

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

põe si" era a regra, surgisse, de repente, uma ideia que conciliou os elementos mais divergentes e obteve o concurso tácito de todos os partidos, de todas as inteligências e de todas as classes da sociedade».

Esta unanimidade era indispensável para a embriogenia do mistério histórico. Conforme era indispensável que o que há de artificioso no edifício construído pela convergência prussiana se desagregasse.

Eis como se explica o surgimento no trono de Berlim de um visionário desorganizante, dum imprudente modificativo das engrenagens supremas do sistema, de um reformador, ingrato para os fundadores e indiferente às tradições prosseguidas. Assim, quebrado o fio nas altas regiões, começa, pelo exemplo, a partir-se aqui e além. Que quer dizer a simétrica resistência das oposições, a que, por seu turno, chega a vez em Alemanha? Meses mal passaram sobre as significativas declarações, por Bebel produzidas, de que, erroneamente, aliás, calculava que o parlamento recusaria as então novas, gravosas exigências militares. Depois, o telégrafo anunciou-nos que, dependendo o voto da atitude dos ultramontanos, estes punham a cláusula prévia da readmissão dos jesuítas, da abolição perfeita das leis de mais. Isto é, a penitência de Canosa; a confissão, por banda dos lutadores contra as demasias ultramontanas, a negra confissão do desbarate dos civilizantes progressos regalistas do *culturkampf*. Mas o mais sério está em que da própria fileira do oficialato saiam clamores de protesto, contra o tempo de serviço, contra estas ou aquelas disposições. Com razão, o imperador o reputa como graves infracções disciplinares, que estava disposto, disse, a suster, a impedir que se repetissem, custasse o que custasse. É claro que o governo, como todos os governos, terminaria por vencer, consoante sucedeu, e que podíamos dispensar-nos mesmo de acompanhar, no sucessivo, as fases ulteriores desse episódio.

O que nos importava então e se corrobora hoje era a sua sintomatologia moral; como, no mesmo título, nos interessam, desconhecidos no estrangeiro, pela repressão das notícias, os rumores surdos das cidades livres; o impaciente mastigar do freio pela nobreza militar dos reinos federados; a inquietação resignada do Wurtemberg, da Baviera.

Concomitantemente, a fusão dos interesses franco-russos completa-se, pela hora que se eclipsa. Salva por de sobre os insucessos dos acidentais quotidianos. Em tempo a imprensa de Petersburgo adiantava-se a declarar que a aliança se faria, sem

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

embargo da péssima impressão da coeva trapalhada do Panamá, mixtifório avolumado pela intencional calúnia e até pelo desintencionado mexerico. Essa aliança não depende, com efeito, das simpatias dos homens mas da fatalidade das coisas.

Está-se vendo agora. Tudo vencerá, até os supersticiosos agoiros, impressivos na misticidade eslava, como o acidente há dias, em Paris, do tresmalhe dos cavalos da equipagem imperial.

Quer dizer que à França não falta a simpatia russa. Pelo contrário, o carácter desta aproximação consiste em que é orgânica, popular.

Os interesses políticos da Rússia, como Estado, a sua fúria de desforra pela humilhação e pelos prejuízos infligidos pela Alemanha, quando a conferência de Berlim lhe fez perder a vantagem, embrulhadas no sangue de Plewna, compelindo-a a engolir o tratado de São Stefano, não serão, porventura, inteligíveis à grande massa do mujique, opresso e ignaro. Mas nem por isso ele deixa de, incriticamente, sentir a necessidade da França. A natureza facilita o trabalho político, criando, para com a França, no vasto corpo nacional, um amor imenso, irrefletido, violento na medida da sem-razão direta. *

IV

Esta afeição dos eslavos pelos celtas leva o ingénuo Maseroz a explicá-la como a voz do sangue. Mas destaca em toda a literatura, dá razão do facto de que os escritores da perspetiva Nevsky o são também do boulevard Sebastopol, cujo título ofensivo o gabinete das margens do Neva, amavelmente, recomendando-o, não permitiu à edilidade do Sena substituísse. Se o querem, como Turguenev, pois que o francês, entre os moscovitas, seja a língua oficial, o idioma da palestra para a gente culta.

Tal galofilia é simultânea com uma germanofobia simétrica. A publicista russa que, redigindo em francês, usa o nome parisiense de Michel Delines, compendiou uma sebenta deste duplo sentimento coletivo, nos dois livros paralelos, *A França julgada pela Rússia; A Alemanha julgada pela Rússia.* Para eles devolvemos o leitor.

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2004, 13 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O amor à França resistiu a tudo. Resistiu à guerra da Crimeia; resistira à invasão napoleónica, e tão singularmente que o contradita o que assevera o misticismo do conde de Tolstoi, vibrando ainda da intensa comoção sob que escreveu as admiráveis páginas do seu romance da *Guerra e Paz.*

Tolstoi, no seu folheto acerca da visita da esquadra russa a Toulon, insiste no ressentimento histórico da invasão de Bonaparte. Está obliterado, como em Portugal motivo semelhante.

Ao contrário, na Rússia, Napoleão transformou-se, para certa seita de napoleonides, num Messias vindouro, sebástico, augusto, salvador e resgatador da miséria popular. Por outra, o ódio à Alemanha não se mitiga com o tempo; dia a dia, acrisola. Mas aqui estriba-se na triste realidade histórica.

Assim como a emigração para além-mar rouba a melhoria nacional, a mocidade ativa, assim a emigração no continente não se desfaz senão do rebotalho. O alemão russo é, geralmente, escória. A pátria lavou as nódoas, aproveitou a farinha, dispensou o cisco. A respeito do vizinho, o alemão tem sido detestável, o tirano, o vampiro chupador da pobre ignorância russa.

Despreza-a incondicionalmente, tanto quanto a inteligência alemã, a filosofia lhe recusa a nacionalidade.

Nas províncias bálticas, a exploração tudesca fez escorrer, pingar o copo. Criadas pela dominação cruel duma minoria, as instituições daí foram a desgraça exemplar.

Graças, sobretudo, à influência da nobreza dessas terras, a posição dos alemães na Rússia é, por assim dizer, privilegiada. Ocupam todos os bons lugares, monopolizam os lucrativos rendimentos. Pode-se quase repetir ainda hoje a sortida do célebre general Mitoradovitch a respeito dos alemães. O imperador Alexandre I perguntava-lhe que recompensa desejava pelos seus serviços. O general suplicou o imperador que o fizesse alemão.

Considerando-se como os sobranceiros *culturtragen* (educadores) dum país bárbaro, uma intolerável jactância levou-os a serem os principais organizadores do despotismo.

A Leibnitz deveu Pedro I a lembrança da asfixiante hierarquia burocrática. O despotismo era, aliás, a forma governativa possível para populações originárias, primevas. Mas, lucrando, no sucessivo, com a áspera disciplina, compreende-se que os russos não beijem o cilício. Os alemães acabaram por ter sobre si o uníssono das patrióticas maldições. Tikhomirov assegura que ali recordam a supremacia dos alemães como a dominação dos tártaros.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

À laia do que ocorre sempre, a parte sem educação crítica e sem generosidade sentimental exagerou os vícios dos seus compatriotas.

Escolhidos, pela sua instrução maior, para feitores das nobiliárquicas propriedades no tempo da sujeição à gleba, os alemães, cupidos e cruéis, vexavam, até o inenarrável, o campónio servo. Eram os esfoladores e os carrascos. No seu rudimentar juízo das responsabilidades, a pobre vítima não ascendia da tirania próxima do mandatário para a do mandante. Como o cão, mordia, só, no pau que lhe batia, O senhor era um santo. A culpa, única, vinha do alemão. Se o boiardo o soubesse! Mas estava longe, nas festas, na corte, em Moscovo. Ignorava o que se passava, ele, o *bathuco*, o pai bondoso! E, entretanto, impune, o alemão roubava, estuprava, knutava.

Assim, o ódio ao alemão envenenou a circulação russa. Inflamou de vingança as canções populares. Como um protesto, uma esperança, um remorso, incrustou-se onde se fixa a alma plebeia, onde se conglomeram as suas observações, onde racionam os seus pensamentos, no reportório da ciência caseira, nos provérbios.

Ocorre igualmente nas variedades da gente eslava, todas, mais ou menos, vítima, da rapina e da ferocidade alemãs. De que o espírito superior do germanismo é tão responsável como os portugueses das barbáries anatematizadas no *Primor e honra da vida soldadesca* ou os espanhóis das atrocidades dum Pizarro. Todavia, as nações pagam pelos desmandos dos indivíduos.

Comprovando, nos cantos heroicos dos eslavos da Boémia, a todo o momento, se depara com a desconfiança contra os alemães. Em *Ludicha e Lubor*, o rapsodo justifica os malvistos tórneos, professando que é prudente na paz preparar-se para a guerra, porque, acrescenta: «Por todos os lados, os alemães são nossos vizinhos». A azougada petulância ignorante do infantilismo eslavo desdenha da alta cultura incompreendida, inacessível do alemão. No *Julgamento de Libucha*, Ratibor, das montanhas dos gigantes, levanta-se e fala: «Seria vergonhoso para nós outros o ir procurar o direito a casa dos alemães». A fim de frisar a rapacidade tudesca, o vate de *Iaroslav* aproveita, segundo Luís Léger, um facto real, o assassinato duma princesa russa, que, fugindo, em 1240, diante dos tártaros, foi atacada e morta, na Silésia, pelos alemães, que a despojaram das suas riquezas. Atropela-se, pelos vastos caminhos, a filha de Kublai, *bela como a lua*. Vai «vestida de ouro; com o seio e o colo a descoberto: pedras preciosas, pérolas ornam-lhe a cabeça. Os alemães pasmam de tal esplendor; invejam aqueles tesouros,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

perseguem a princesa em sua rota, caiem sobre ela, em meio da floresta, matam-na e apoderam-se-lhe das riquezas».

Há uma canção popular típica, que recorda a nossa cegarrega: — *Senhor doutor:* — *Eu que o sou, etc.*

Aqui o conselho não o dá um rábula, mas a própria mãe do namorado. Dissuade-o de casar. Depois de deduzir que a noiva é regateira e bêbeda e ociosa, encerra as suas objeções na réplica irrefutável: «— Minha boa mãe, ela é bela como uma deusa, — Meu querido filho, é uma alemã!».

Postas assim as predisposições históricas e morais para esta aliança de franceses e russos, uma dificuldade havia ainda a romper, uma barreira a galgar. Custa a crer, talvez, a certos, mas estava da parte da França. A França resistiu longamente à tentação. Só o convencimento da irremissibilidade a decidiu.

O que determinava este procedimento de abstenção e reserva por banda dos franceses?

A nosso ver, três motivos os dirigiam neste sentido:

O primeiro deles, honrosamente legítimo para a lógica da tradição revolucionária, funda-se na reminiscência da indignação passada, pelas torturas da Polónia. Toda a França tremeu de santa cólera, quando o ministro Sébastiani teve o mau sestro de anunciar à câmara o esmagamento polaco pela banalidade da fórmula, estúpida e odiosa nas tremendas circunstâncias: *A ordem reina em Varsóvia*. Aos generosos privilégios da iniciação cosmopolita da democracia mal ficaria, assim, a aliança, híbrida aparentemente, da república do Sena com o autocratismo do Neva.

Parecia uma contradição, grosseiramente interessada, uma apostasia, uma derrogação, uma prevaricação.

Todavia, um psicólogo profundo, absolutista ele, sentiu, no romance dos *Chouans*, as secretas afinidades que associam a alma republicana à alma absolutista. Idealistas, uma e outra, o que as contraria e nega é o espírito, transitório, realista, de compromisso, de prosaísmo, de interesse, de charro ganho, do anarquismo individualista, que se contenta e altruistamente hostiliza. Historicamente, o acordo que o despotismo moscovita entretém com a liberdade francesa seria talvez impossível, em detrimento das duas nacionalidades, se na França coexistisse uma dinastia. Esta, com efeito, por quaisquer interesses pessoais da casta reinante ou por quaisquer abusões do espírito do monarca, poderia ser antagónica da Rússia.

Foi o que passou com Napoleão III, renegado da tradição de seu tio e cheio de uma inconcebível admiração subserviente

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

à Inglaterra. A tradição da guerra da Crimeia, viva nas mesmas designações da rua (o boulevard de Sebastopol, a ponte de Alma) fazia vacilar o Eliseu no abrupto corte de uma política desconexa, qual fora a das Tulherias. Sem embargo, este segundo dos motivos anunciados deveria propor-se, como se propôs, a considerações mais largas.

Contudo já em 1853 homens previsores propunham em França a aliança russa. Então prematura e inútil, ou mesmo desservindo o progresso geral, o diplomata publicista, francês, Léouzon-le-Duc repele-a indignadamente, no presente e no futuro. Reputa-a eternamente impossível. «Aqueles, exclama, que procuram empurrar-nos para os braços da Rússia são ignorantes ou traidores». Nesta corrente doutrinal, a França adubou os fossos de Malakov com os nobres cadáveres dos seus soldados *ad majorem Anglie gloriam.*

O terceiro dos motivos de hesitação era mais humano. Tratava-se de tolher o enorme derramamento de vidas., o prodigioso desbarato de fazenda. Ansiosamente se buscava uma evasiva que libertasse da pavorosa contingência. Jules Ferry (talvez não percebendo, mesmo, nitidamente de todo) esteve ameaçado de a encontrar, derivando e guerreiro ardor francês para os episódios coloniais. Procurando *donner le change* às preocupações cívicas, forneceria um prémio de consolação ao passado desdouro, sempre vertendo.

Mas a figura gaulesa não se deixou iludir. A política colonial foi sempre antipática ao temperamento francês, que, não amando exilar-se, estremecendo o *at home*, parece não possuir perfeitamente o génio da colonização, como o mostra a sua história, a Índia, o Canadá, a mesma Argélia. Será uma orgânica incapacitada adaptativa, conforme derivaria dos quadros demográficos de Bertillon, do estudo das endemias coloniais na sua acessibilidade étnica, consoante o realizou Bourdier? Agora, essa política tornou-se negregada. Foi-se suportando por espírito de pundonor nacional.

À receada notícia prevista do primeiro desastre, ao conhecimento dos sucessos de Bac-Nim, da morte do almirante Courbet, do falecimento de Paulo Bert, ao espetáculo do regresso, dizimado pela peste, dos acarinhados *piou-pious*, roídos de escorbuto, as cóleras contidas estalaram. Ferry houve de dissimular-se na animadversão pública.

Só a morte o reabilitaria, como sucede a todos os grandes homens incompreendidos.

Incriminavam-no de fazer o jogo de Bismarck. A apaixonada injustiça ecoou de Paris a Petersburgo. À própria frivolidade do

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

cronista Théo-Critt fez-se sensível, em tal lance, o segredo das palavras do conde de Ignatica, reproduzindo, a este propósito, uma conversa de Herbert de Bismarck. As paródias da espaventosa prole do ex-chanceler, se não atacam o patriotismo de Ferry, forçam-lhe as intenções, mais incônscias dos resultados do que assentes num lúcido maquiavelismo que, a grandes respeitos, seria odioso aos olhos nacionais, ainda que determinado por nobres estímulos e convicções puras.

Refere Cahu que lhe dissera Ignatiev:

> «— Aqui, em minha casa, encontrava-se, em 1883, o conde de Herbert Bismarck. Estava então de passagem em são Petersburgo (sic) e dizia-me: — O único homem, em França, tendo compreendido que era preciso traçar uma cruz sobre a Alsácia-Lorena é Jules Ferry. Eis quem nos convém à frente do governo francês. Como ele sabe perfeitamente que a França tem a natureza expansiva e que precisa dum derivativo, não podendo fazer-lhe esquecer a Alsácia-Lorena, lança-a em expedições longínquas e ocupa a sua atenção com lutas nas colónias».

Para impedir a tremenda guerra, ao pé da qual a de 1870, segundo a sinistra promessa de Bismarck (Otto), foi um inocente brinquedo de crianças, há mesmo, em França, quem, como foi o grande Lesseps, visando a contrastar o avanço do paneslavismo, insinue a aliança franco-alemã.

Com a rasgada franqueza duma audácia intelectiva, defendeu-a desempenadamente o coronel Stoffel.

Adido à embaixada de Berlim, prevenira, no tempo, o imperador acerca dos formidandos progressos militares da Prússia. Apesar das aludidas sinceras veleidades do marechal Niel, prematuramente morto, os seus conselhos não tiveram, ao fim, expediente. Consoante, por Delafosse, se viu, tarde pia contra a oposição democrática o bonapartismo derrotado. Como se o ministério não tivesse maioria! Como se o governo, *bonhomme de chat*, não pudesse arranhar, pela chiada do rato! Como se aos granadeiros os comandara a esquerda! Como se os quadros aprovados estivessem completos, eles! Como se os não houvesse cerceado o devorismo!

Se então os conselhos de Stoffel não foram atendidos, menos o seriam os acerca duma inteligência franco-alemã.

«Benevolamente, replicou-lhe o camarada Villot, feriu o patriotismo da maioria da nação». Assim foi.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Prosseguindo no delicado exame, Villot atribui, com acerto, dois inimigos irreconciliáveis à França, dois fatores da sua gloriosa derrota. A Inglaterra, aristocrática e feudal, protestante e mercantil, abominando a França, católica, democrática e guerreira. A Alemanha, que, com erro, supõe constantemente estipendiada pela Inglaterra, de que haja sido o instrumento cego e nefasto.

Como toda a gente hoje em dia em Paris, conclui que «a aliança russa, para a qual a nação francesa se sente arrastada por um instinto secreto e pelo pressentimento dos grandes perigos que a ameaçam, é a única aliança possível para a França no estado atual da Europa».

Um sublime ideal se antolhava, a muitos, como a maneira de suster a grande catástrofe. Todavia, pela prussiana Alemanha, imperialista, autocrática, a retrocessão da Alsácia-Lorena à França é uma conceção, certo, fora do possivelmente imaginável. Consideremos a hipótese republicana também como proximamente incrível. Restaria a neutralização daquela zona, sob o ceptro dum príncipe de qualquer casa, nem francesa nem alemã. Atribui-se, não se sabe com que verdade, tal ideia ao malogrado, romanesco Frederico III. Engenhosa e generosa, alta e hábil, não é de supor que, se vivesse, o kaiser ousasse, das ocultas utopias do cérebro, transportá-la à exação controvertível dos factos da história.

Portanto, ainda uma vez, parece que o canhão tenha de falar; a guerra haja de resolver.

Estabelecido nessa conformidade o teorema, vejamos quais resultam seus corolários. *

V

Reportamo-nos da hipótese, bem entendido, da vitória franco-russa. Deus lhe ponha, a virtude, a bem provisório de todos os ânimos civilizantes!

Não queremos falar das Consequências políticas, martelais. Por grandes que sejam, têm, para a humanidade, um interesse moral limitado.

A deslocação da Inglaterra, a permanência da Itália, que lucrará, vitoriosa, e, porventura, nada perderá, vencida, a dissolução da

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2006, 16 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Áustria; o engrandecimento russo, a reaquisição da Alsácia-Lorena. São, tudo, alegrias ou infortúnios de portas a dentro.

A desagregação alemã já nos interessa. Não no aspeto político, mas nas consequências sociais. Porque a derrota da Prússia será a Comuna em imenso. João de Leyde tornará, os aldeões vingar-se-ão; Storck e Munzer serão satisfeitos, o *bundshuch* repregará o seu brônzeo sapato; e os anabatistas rebatizá-la-ão, à *Germania-mater,* num Jordão de sangue. Ora, todo o caos implica um *fiat,* proclamou-o sibilinamente o velho Hugo. Vate, vidente.

Afirmamos a vantagem permanente da Itália, em qualquer hipótese.

Com efeito, vitoriosa, reivindicará a Sabóia, talvez a Córsega. Vencida, que lhe pode tomar a França? Expulsá-la de Roma, reintegrar no poder temporal o papa, é vedado à democracia.

Aliada com a França, vitoriosa, a Itália teria o Tirol. Mas, vencida, a Áustria, quiçá, lhe volveria a buscar o Veneto, talvez se lhe alargasse novamente pela Lombardia. Pérfida e ingrata, a política da Itália é arguta, nos cálculos humanos. Quiçá, mesmo vencida, encontre compensações. Cada derrota, como depois de Lissa, de Custozza, lhe redundou em proveito. O irónico Bienvenu (*Touchatou!*) definiu a Itália pelo tipo da barba de Vítor Manuel. A nação nunca arranjou nada senão à custa de alianças, como seu rei não conseguiu ter suíças senão à custa dos bigodes. E Bismarck increpou os italianos pela sátira famosa: — *Se os senhores não perderam ainda nenhuma batalha mais, como querem mais terreno?*

Pode até que, à última hora, a Itália modifique o seu plano de ação, volte as setas em grelhas. E assim, a seu lucro, a Áustria solverá a nota.

Mas o que, sobretudo, tem um alto, um vastíssimo sentido é a vitória da Rússia. E, com ela, a definitiva entrada dos eslavos na Europa moral.

Que é o que eles trazem? Que é o que eles vêm dizer?

Quando, olhando para a Rússia, se descortina esse império imenso, a, com mais ou menos brilho, produzir-se há dois séculos a esta parte, na cena do mundo; quando o vemos aceitar, sobre muitos pontos secundários, a civilização europeia e rejeitá-la, obstinadamente, sobre outros mais importantes, guardando, assim, uma originalidade que, por ser puramente negativa, não permaneceu menos imponente; — quando se descobre este grande *facto* histórico, pergunta-se, como Soloviev, cada um a si próprio: «Qual é, pois, o pensamento que nos esconde ou nos revela? Qual é o princípio *ideal* que anima este corpo poderoso? Que nova *palavra*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

este povo recém-vindo dirá, ele, à humanidade? Que quer ele *fazer* na história do mundo?».

Esta transcendente investigação importa, conforme muito bem o viu Vladimiro Soloviev, a questão sobre *a razão de ser da Rússia* na história universal.

Havendo planteado, com extremada lucidez, o problema, Soloviev, no seu debate, perde-se.

É o efeito da tenaz influência do hegelianismo no cérebro russo, de si, ingenitamente, pendendo ao misticismo. A opressão governativa fez aplicar, na prática, aos moscovitas o ímpio aforismo de Talleyrand, de que a palavra foi dada ao homem para encobrir o pensamento. Cumpre envolver as ideias num nimbo que, destransmontanando a incultura dos revisores, que, para não darem parte de fraco, deixam passar o que, aliás, não entendem, as torne inacessíveis à censura. Suspeitosos, borrando a esmo, cairão no ridículo de proscrever o anódino. Mas este influxo terrível, se promoveu ao pensamento russo um incomparável poder de dissimulado matiz subjetivo, corrompeu-o, nas capacidades menos resistentes, pela série das gerações, assim submetidas.

Soloviev, de resto amálgama das ações de relação que se não devem confundir: o que a Rússia *fará*; o que a Rússia *dirá*.

O que a Rússia fará percebe-se. Expulsará o turco. Africanizará o inglês. A expensas da Áustria e da Alemanha, avançará para a Europa. Ou em províncias aderentes; ou em Estados suseranos. Mas isto é pouco. Mesmo porque para a Europa a Rússia não avançará tanto como parece.

Ao dia seguinte da vitória coligada, o inimigo da Rússia, não ocasional, diplomático, governativo, mas nacional e real, será a própria França, encarregada, pela sua reassumida hegemonia, de garantir o Ocidente.

Os alarmes de Thiers não nos infelicitarão.

Vencida, fracionada, confederada, a Alemanha será sempre um dique, abalado, recuado, mas, em grande, inultrapassável.

Existe, mesmo, porém, uma nacionalidade esquecida, com que se não conta e que está destinada a tomar então um papel decisivo. É, na dissociação austríaca, o elemento que tem realidade, consistência verdadeira força, isto é, a Hungria.

Em volta da Hungria terminantemente independente, falando de *per si*, é muito provável que agrupou os eslavos vizinhos. Com tendências de autonomia, ciosos de alijar o germano, irmanados com o irmão russo, não gostarão que o irmão os absorva. Destes, primeiros, os próximos, os ligados já, os boémios. Mas, logo,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

outros. Sem embargo da relativa lealdade do império ao compromisso de Abo, a hegemonia turânica dos magiares terá mesmo, segundo os afins fínicos, a sua repercussão pelo grão-ducado da Finlândia, no corpo do sistema moscovita. O equilíbrio europeu, flutuante, retomará o seu centro de gravidade, que, perdido pela partilha, à Europa se fartou inutilmente de propor o general patriota Mierolawsky, aconselhando, no interesse ocidental, a reconstituição da Polónia.

Essa função de ponderação caberá à Hungria.

Na trincheira resguardadora serviram de piquete Sobieski e o albanês Scander-beg, cujos troféus, depois de invejados, no escandecente ensino, pelo nosso Dom Sebastião, se nos demoraram, a nós, sempre na retentiva, até que nacionalizássemos em *Castrioto lusitano* o brasileiro vencedor dos holandeses. Antemurando já os monges, os húngaros deterão os eslavos. Assim se satisfaçam, postumamente, os prognósticos de Barthomeu de Szmere, na memória dirigida a lord Palmerston, em data de 11 de junho de 1859.

Senão no interesse da questão do Oriente, porque à Hungria caiba o destino de transferir a Constantinopla a cultura ocidental, como a ambição patriótica o sugeriu a Szmere, no interesse, ao menos, do equilíbrio europeu.

Aparecendo a Hungria como o centro, o ponto de hipomochlion, qual lhe chama, do império austríaco, e, sendo, depois da nobre revolta de Kossuth, um facto consumado o reconciliamento de todos os habitantes do país, conforme a Cobden, com verdade, já na época o testemunhava Azmere, à Hungria vem o levantar a grande coluna final da marcha russa na flecha da Europa.

Essa a mais pura vingança da bruta cumplicidade do czar no estrangulamento da sua revolução.

Liquidado, pois, o problema concreto, resta o problema abstrato. O que, à Europa, vai dizer a Rússia?

Sem se explicarem, porque a aspiração é veemente mas as ideias são confusas, os russos supõem-se destinados, pelo messianismo de princípios reformadores, a regenerar o ocidente apodrecido. Quais sejam eles, esses fecundos princípios, não se apura, porém.

Mas as pretensões são tão vastas que tocam frequentemente as raias da demência.

O seu simples existir indica, todavia, não só confiante estímulo, mas a plausibilidade duma ação ulterior.

O polaco Wronski, semialemão, génio abortivo, anunciou-se, ele, como o precursor do messianismo eslavo. E, na indignação dos seus companheiros de exílio, sentindo a transferência da sua

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

nacionalidade para o segundo plano étnico, cometeu à Rússia o imenso labor.

Por si, propôs-se, nada menos, do que realizar a reforma absoluta do saber humano, como síndroma da ação reconstituinte da raça de que era membro. Um banqueiro de Paris, um tal Arsen, moveu-se de curiosidade. Aceitou lições, mas, ao quarto de hora de Rabelais, espantou-se.

Por cem mil francos, achou salgado o Absoluto. Litigou.

Hoje em dia, na mesma rua de Trévise, em Paris, mesmo achegado às folias pastorilmente chamadas, do bairro, Bergère, um mágico novo, o snr. Papus, reivindica o polaco para o ocultismo,

Ocultista ou não, mas obscuro, *quandméme*, ele encontrara a fórmula sintética do universo, que disse teleológica. Começava remodelando todas as matemáticas, e o facto é que, no matagal das suas ríspidas silvas, surgem, dizem, clareiras de doutrina ampla, genial, generalizante e filosófica.

Como garantia, ofereceu uma resolução algébrica da equação do grau *n*. Isto produziu um grande abalo no mundo científico. Infelizmente, este seu terceiro volume é ininteligível.

As ideias de Wronski espalharam-se, graças à aceleração de capítulos, na enciclopédia tentada pelo seu parente Montferrier.

No nosso canto, em parte complementar duma obra didática, as expôs o snr. Couceiro da Costa.

Mas a famosa resolução das equações conservou-se um mistério.

Como Euler, como Lagrange, como todos os verdadeiros matemáticos, com o caso se preocupou o norueguês Abel, uma das maiores capacidades científicas do século, desconhecido, farto de, com rapar seus tamancos pelas calçadas de Paris, no desdém universal, requerer, cliente da verdade, as audiências das sumidades, regressando, em desespero, à morte da miséria no selvatismo da pátria. Vascolejando o problema em todas as facetas, acabou pelo considerar insolúvel às simples forças do cálculo. Decidiu-se, pois, a demonstrar, pelo contrário, a impossibilidade da solução algébrica da equação geral. É certo que não remexeu o vaso senão para o quinto grau, concluindo daí para os demais, por indução lógica. Prometeu voltar ao estudo; não teve vida para o fazer.

Entre nós, independentemente de Abel, respondia-se, acertando a mesma impossibilidade, deduzida das investigações antecedentes dos analistas. À memória proposta pela academia de Lisboa sobre a pretendida descoberta de Wronski, assim contestavam os nossos matemáticos Torriani e Margiochi. Os seus trabalhos encontram-se nos volumes VI e VII da *História e Memórias* daquele corpo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

É patriótica a reivindicação desta nossa prioridade ou, pelo menos, independente concomitância. Porventura mesmo, os raciocínios de Torriani e Margiochi logram uma compreensibilidade maior do que a de Abel, apesar de espontado, desenvolvido em explícita vulgarização didática por Serret, parece ser quase tão ininteligível como o próprio Wronski.

Sem embargo, a teimosia insiste: é ver, no catálogo de Lorenz, as tentativas de resolução, só de 1848 para cá. Numa nota da grande obra de Rermitte, perturba o encontro do nome, que se varreu, de não sabemos que analista alemão que, em nossos dias, topou com o processo algébrico referente à equação do nono grau. E Comte filosofa que a insolubilidade do tipo *n* não é intrínseca do caso, mas só escarnece da cerebração humana, ainda impotente para as subtilezas analíticas que ele requer.

De resto, hoje ainda o método geral de Wronski não é rejeitado, como fantástico, *in limine*; antes atrai os cuidados de lúcidos, sãos espíritos, como o do nosso grande morto, José Falcão, procurando devassar-lhe os mistérios, limpá-lo das incongruências.

Em França há agora o rejuvenescimento da popularidade científica do polaco. Formou-se um comité. Publicam-se-lhe os inéditos.

Entre nós, no tempo metafísico, à parte filosófico do enigma do eslavo atacava-o o médico Vieira Meireles (António).

Na época, um exagero de transcendência ocupava os cérebros valiosos da mocidade universitária. Amavelmente rindo do abstruso, parodiou o esforço, em raridade bibliográfica, o erudito falecido Santos Valente, poeta de mais mérito que nomeada. Seria o extrato de perdido sistema dum lusitano, metafísico, ignorado, supino. De nome Fausto de Montevali.

Escapulemo-nos de seara alheia, que, porque viera a talho de foice, houvemos de atravessar com a cautelosa pressa de felino sobre brasas. Mas cumpria assinalar que, pelo menos (que aqui é pelo mais) manifestamente, aquela orgulhosa garantia da legitimidade do messianismo eslavo falhara.

Igualmente, as ideias morais, religiosas, sociais que se lhe seguiram não confirmaram, de todo, concreta, clara, definidamente, as pretensões.

Mesmo, em vasto, como absolutamente novo, do desenvolvimento espontâneo russo não aparece nada de constitucional.

Os eslavófilos reagem contra a adaptação do ocidentalismo. O seu espetro é o imitador Pedro, que, para europeizar o império, obrigava, por decreto, os seus súbditos a escanhoarem-se.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Amariam um desenrolamento orgânico; mas ignoram que as culturas passam, senão pelas mesmas alternativas, pelo menos, pelas mesmas fases fundamentais.

Para entender a civilização para julgar as religiões, para alumiar a pré-história, os sociólogos ingleses, um Sumner-Maine, um Spencer, um Lubbock, um Tylor vão ver como se comportam os tangados da Guiné, os tatuados da Polinésia. E Aquiles não é mais que um Gungunhana que fala uma língua de flexão.

Com os okases de Pedro, adiantou-se caminho; e Deus não esteve à espera da Moscóvia.

Mas, cristalizadas, assim, as ideias em instituições, aos carcomidos ocidentais, que nos oferecem os russos? *

VI

Perguntamos com que instituição nova nos seduzem os russos. Insistimos na curiosidade.

É com o *mir?*

Mas o *mir* não tem nada de peculiar. Que o fora, a sua aplicação, como solução social, é a aspiração de todo o comunismo clássico, forte das espartanas tradições. É a convergência de todas as *bagauderies*, de todas as *jacqueries*. É o ideal dos que o não conhecem, os novos Gracchos, os distribuidores agrários, Collins na Bélgica, Henry George nos Estados Unidos. É um capítulo intercalar no coletivismo geral de Marx. É um artigo de programa, ou governativo, como o dos congressos operários, ou personalista, como os projetos viajantes de Cabet, os sedentários falanstérios rurais de Fourier, o concreto familistério de Guise.

Mesmo como indículo histórico, estrutural, de engendramento anónimo, por isso desartificioso, não tem nada de particular. Bem o viu Wyroubov, em que magoe ao patriótico desejo de Tikbomirov, que o quereria especial, *sui generis*, de própria invenção da raça de ambos.

Não; os mesmos factos registrados nas atas do *zemstvo*, mostrando como ele vai cedendo, mau grado o costume, ao progresso da migração da propriedade, deveriam advertir Tikhomirov, que, a desprazer, diminuindo-lhes o alcance (fatal desde que começavam a produzir-se) todavia, por lealismo científico, os recolhe e cita.

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2008, 17 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não; ele é um momento originário da evolução agrícola. É o *allmend* tudesco encontra-se em Java; nos quatro pontos cardiais da terra. A primeira instituição da comuna agrária não pertence, mesmo, exclusivamente, de direito, aos árias védicos como o supos Chodzko. Os povos eslavos, ramos do tronco comum, conservaram, é certo, até os nossos dias o nome sânscrito de *vic* (aldeia), literariamente *o que pertence a muitos, comum* (em sânscrito, *vic*, aldeia, e *vaiçya*, aldeão). Mas o modo da produção e distribuição é primário em todas as variedades humanas. É uma forma das instituições primitivas, cujo quadro desenhou Sumner-Maine. No seu notável estudo sobre os tipos originários da propriedade, Laveleye ligou o *mir* aos processos congéneres, em regiões as mais desconexas, de desenvolvimento o mais autónomo, o menos prejudicado por acomodação de alheios planos, impostos por estranhos ou deles copiados. Entre nós, o *mir* existe também, revelado por Dom António da Costa, no píncaro maninho do Gerês. Temos também as comunidades de Goa.

Que outras instituições, que outras ideias trazem os russos? O cisma grego, esse empedernimento do catolicismo? A absorção pelo imperante do poder espiritual? Ó *tchin* enfurecimento mongólico do burocratismo? A autocracia para a liberdade política? O júri na liberdade civil? Mas tudo, o bom e o mau, são coisas nossas conhecidas, cancelos que passamos; residências onde habitamos.

Não trazendo, portanto, ao parecer, nem novas ideias nem novas instituições, parece que nos contradizemos, depois de havermos afirmado que o advento dos eslavos marcava uma nova era orgânica na vida da humanidade culta.

Mas é que as grandes remodelações humanas fazem-se como quando do cristianismo. Menos pelas ideias do que pelo carácter dos que as possuem, pelo, na alma destes, radicado afloramento sentimental. É corrigindo o infeto egoísmo das civilizações analíticas que vencem as religiões.

O holandês Tiele classificou-as segundo o seu carácter de universalismo. Para riba só ficaram três, o budismo, o islamismo, o cristianismo. Pelo seu comum tipo propagandístico, todas elas católicas, entendem-se, correspondem-se, qualquer que lhes dessem o futuro as aptidões das raças sobre que pesava seu influxo. No espírito, equivalem-se.

A humana miséria pode na Tibete corromper a genuína lição do divino Cakia. Na Inglaterra amoedar Jesus; Maomé, no Iémen, definir pelo alfange. Todavia, teoreticamente, essas religiões conservam-se intactas, superiores. Modificam o carácter dos seus

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

sectários; fazem-no proselítico, apesar de tudo; dispõem-no para a humanidade inteira; facilitam-lhe o advento da tolerância, isto é, com a compreensão, o amor. São associativas, assembleantes, integralistas. Servem o progresso.

O apóstolo dizia *Ubi libertas ibi pátria.* O fundador pressentia-o e, quando pronunciou a amarga palavra sarcástica de que ninguém é profeta na sua terra. O temerário que tentou, depois, uma tirania espiritualista, Gregório VII, houve de o confessar no leito de agonia. *Por amor, por querer a justiça,* exclamou o grande papa, *morro no exílio.* Acusação terrível cujas argoladas reboam no céu infinito.

O carácter universalista alia-se à simplicidade moral. Só os que sabem pouco se abalançam a muito. E a ciência, desconfiada de si mesma, esboroa-se no embate das audácias confiantes.

Por uma ignorância santa, rejeitando o saber pagão, foi que os cristãos conquistaram. Que importa a álgebra, se não existe a caridade?

Eis por que, misteriosamente, as raças novas, quase virginais, quase puras de industrialismo e mercantilismo, sociáveis, não, de todo, concorrentes, altruístas, são chamadas, de quando a quando, a salvar, em certos desesperados momentos, a civilização, que submerge nos crescentes particularismos.

A diferenciação é o objetivo visado. Nisto acertam os sociólogos darwinistas. Mas a integração há de ser concomitante com tal diferenciamento, conforme o viu o mesmo reacionário Spencer. É preciso não confundir a homogeneidade primitiva, de que saímos, com a concordante diversidade para que vamos. Diferentes, mas solidários. Cada um em sua casa, mas aparentados todos.

Para tal efeito, unicamente pode contribuir o carácter daqueles povos que são religiosos, que ligam os homens entre si, que os não disseminam no peneiramento de sementes sem entremeante nexo.

Ora, essa é a grande qualidade eslava, como, no federalismo, foi a grande qualidade céltica. Em sua barbárie, é aquela raça assinalada por uma bondade incomensurável, por uma sociabilidade imensa. É uma gente religiosa, não tanto no sentido dogmático, como no sentido humano.

Nesta flecha, Wronski preceitua que pertence à Rússia dirigir a humanidade para o fim final e supremo da sua existência.

Tal função derivaria de que seja a Rússia a mais eminente representante das nações da variedade étnica a que ela pertence, sendo, assim, o imperador moscovita, na data o feroz Nicolau,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

para o desvairado matemático, o protetor providencial das nações eslavas.

Quanto à prova do destino também providencial destas ditas gentes eslavas, consiste para o colossal orgulho ingénuo de Wronski em ter delas emanado a doutrina do Messianismo (é o sistema dele), que seu construtor assegura que oferece uma reforma geral do saber humano, garantida na reforma das matemáticas, como o protótipo da reforma geral das ciências.

Se em tal sentido seja a missão ulterior das nações eslavas, provisoriamente cumpre-lhes manter-se isoladas da corrupção ocidental.

Aquelas das nações eslavas que estão em contacto com o mundo chamado *civilizado* corromperam-se, e caem na *anarquia universal*. Se tentarem, pela revolta ou insurreição, destacar-se dos Estados de que dependem hoje em dia, Wronski ameaça-as, ao tempo, de que serão absorvidas pela Rússia, principal e poderosa nação eslava, cuja missão atual assevera o pensador que consistiria, à hora da sua especulação sociológica, provisoriamente em conservar, pelo consenso imediato de Deus, o fogo sagrado da *ordem moral* no mundo.

Mas isto é, conforme se frisou, provisoriamente e só enquanto não chega a formação definitiva da terceira e final associação dos homens em *União Absoluta*.

Sob semelhante critério, professa Wronski que à palavra ainda indeterminada de *Paneslavismo*, e, por consequência, à sua universal tendência ideal e ainda misteriosa devam as nações eslavas atribuir o significado real duma nova e imperativa associação moral para preservar a humanidade da sua ruína iminente e, sobretudo, para a dirigir e conduzir aos seus destinos finais sobre a terra.

Nós, os cultos, estamos incapacitados de fazer isto. Porque?

Porque a sociedade civilizada, à falta da conceção teleológica do universo, chegou a este grau de cultura intelectual em que já se não acredita que seja possível ao homem conceber a verdade absoluta. Daqui, segundo Wronski, a anarquia moral, por falta de destino na humanidade, e, como consequência, os horrores da anarquia política e económica em que as chamadas civilizações se debatem.

Wronski não nos explica, nas suas engrenagens estruturais, o que seja esta nova associação humana. Desconhecemos-lhe o estatuto. Mas, nas suas *Predicções científicas para o futuro político da Europa*, insiste em que a aparição das nações eslavas no mundo político anuncia para a humanidade uma nova época do seu

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

desenvolvimento, a saber uma terceira associação moral dos homens para descobrir enfim e atingir os seus destinos absolutos sobre a terra e para completar d'ess'arte as duas precedentes associações morais, o Estado e a Igreja, que, como o prova, com efeito, a experiência, não bastam a esta consumação final da humanidade.

Eis aqui uma das intuições geniais que deslumbram e assustam em Wronski.

Cai-se em estupefação quando se considera que, em 1815, ao dia imediato de Moskowa-Borodino, para que a humanidade penetre no estado definitivo de sociabilidade. Wronski prevê a irremissibilidade da aliança da França com a Rússia.

O volume primeiro das obras póstumas, publicado só em 1861, foi escrito naquela data referida. Intitula-se *Desenvolvimento progressivo e fim final da humanidade.*

Aí estabelece, quanto à Rússia, que ela não pode deixar de reconhecer que a sua força, adquirida, evidentemente, por uma combinação da finalidade do mundo e fundada anteriormente sobre o sentimento sublime de Deus, é um apelo expresso da Providência, para garantir a salvação ou a existência absoluta da humanidade.

A responsabilidade duma tão eminente vocação é terrível, decerto; assim, quaisquer que possam ser os objetivos terrestres e efémeros da Rússia, adverte Wronski que lhe urge sacrificá-los ao bem infinito e à eterna glória, que lhe são delegados.

Pelo que respeita à França, declara o místico que ousa esperar que essa ilustre nação, de resto tão generosa, não deixará fugir-lhe o ensejo de abjurar a sua culposa indiferença para com a verdade. Assim deverá proceder a França, pois que palpite, animada pelo nobre sentimento da honra, que consagrou na humanidade.

Os informes que deixamos registrados caracterizam a misticidade dos povos eslavos. Assim é para a da Rússia. *

VII (Conclusão)

Na ignorância, a religiosidade moscovita embaraça-se dos multiformes atritos do *raskol.* É a forma rudimentar do misticismo persistente que, pela influência de M.me de Krudener, conduzia a caridade de Alexandre I a buscas no absolutismo a paz. Nela, se estriba a étnica repugnância invencível pela pena de morte.

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2010, 20 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Desvairada no horror histórico, a perda da esperança intima-lhe um desfecho desorbitado, condenando, com a geração, a vida. Eis o sentido das bestiais amputações dos *sceptzki*. Toma em geral, os aspetos proteicos que registrou, em sua inteligência das seitas russas, Augusto de Haxthausen. Ilustrou-as, *d'après* este, Basílio Vareschaguine. Mas, no erro e na quimera, aria, invencível, o espírito de liberdade, o espírito de humanidade, assim pôde Herzen, cuja cultura, segundo Ostrowsky, profundamente os desprezava, procurar um ponto de apoio revolucionarista nos sectários. Eles detestavam o imperador, que, em Pedro, usurpou as regalias da Igreja, perpetrou o sacrilégio de monopolizar a supremacia espiritual.

A confraternidade humana é, sem embargo de todas as calamidades, refratária, com efeito, na raça. Fá-la desenvolver tipos de células sociais, ali autogenésicas, como o *artel*, que é a correspondência urbana do *mir*.

O carácter eslavo, dizia um dos modernos maiores estilistas, no sentido psicológico do tempo, o moscovita Herzen, que apresentava alguma coisa de feminino. No que novamente se aproxima do modelo céltico, cujo símbolo impoluto, indemne do morbidismo mulheril, segundo a audaz notificação do casto Michelet, foi já a criança de Orleães.

É que nele perpassa o sopro salutar do espírito de liberdade, do espírito de vida, do espírito de caridade, do espírito justiça, do espírito de verdade. Faltando à Igreja russa, debalde lho procura reintegrar o leal paneslavista Aksakov. Espalhou-se no povo; alastrou pela raça.

Ora, como sempre, ao choque das nações, elas se penetrarão reciprocamente das suas qualidades eminentes, se reformarão umas pelas outras.

À França caberá salvar o povo russo da sua tirania governativa. Esta, a grande função gaulesa; o que justifica a aliança franco-russa; o que responde, em *ultima ratio*, à objeção, oriunda do messianismo democrático da França incompatível, ao parecer superficial, com o acordo conforme com o autocratismo. Eis o grande efeito humanitário da sua iniciativa; eis a glória do seu triunfo; aqui a lógica da sua tradição. Ao lado disto, a reaposse da Alsácia-Lorena é episódica; o recuperamento das mesmas fronteiras de Luís XIV, de Napoleão I, fumo.

Graças ao trato dos exércitos, infiltrando, pelo exemplo, na espessura do mujique a consciência da dignidade do cidadão livre, a França obterá este prodigioso corolário de prolífico ensino, não pela aproximação dos oficiais mas pela camaradagem dos soldados.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Em verdade, nas classes cultas, no *tchin*, nos restos da nobreza empobrecida, na literatura, nas profissões liberais, a propaganda está feita. Para derribar o colosso, resta atacar as massas profundas da população, já dispostas pelo proselitismo, amorfo e contraditório, dos *raskolnik*.

Debalde o encetou, com resultados sempre contrariados pela espionagem, pela repressão policial, a generosidade doida da *inteliguentia*. Espalhando as proclamas pelos quartéis. *Descendo ao povo*. Invadindo, sob o disfarce do trabalho, os campos e as fábricas.

O efeito era limitado em tão largo percurso geográfico, em tal densidade de população. Excedia a tarefa as humanas forças do revolucionarismo. Característica da Rússia, a falta de uma sólida burguesia, de cujos existentes esboços o tráfico é primevo e o capitalismo, estrangeiro, é cambial, fabril, essa grande penúria atrasara o advento do parlamentarismo. E o povo só seria acessível, em conjunto, depois de um grande cataclismo que, rompendo o estagnamento sedentário, confundisse as fileiras; fizesse viajar; entrebatesse; dessa iniciativa e audácia; confiasse cada um a si próprio; libertasse da possível proteção, aquiescente e absorta, das instituições patriarcais. Esta a civilizante função da guerra.

Quanto, pois, diz a crítica dos resultados, à Rússia pertencem duas funções, igualmente culminantes; das quais a segunda é transcendente.

A primeira consiste em europeizar a Ásia. Poderia a Inglaterra havê-lo feito, se o individualismo protestante, contrariando as imitativas missões, se o seu feudal orgulho a não destacassem, estruturalmente, de seus colonos de raça diversa. Como na América, a Inglaterra faz Inglaterra; não respeita; não incita o particularismo das gentes a orientar. Ou extermina, como, no nosso tempo, extirpando a população de van Diemen, sem perdoar a velhos e a mulheres. Mas a Ásia não é a Tasmânia; e os seus progressos materialistas, na adaptação exterior, por armamentos, por organização, na iniciação formal da Europa culta, alarmam os pensadores; ameaçam duma irrupção, dum desborde. Como o de Gengis, de Tamerlão, dum entornamento, feroz e retrogradante, do império amarelo. Duma vitimação da civilização ao grão-mogol.

Na indústria, a China, pelo *coolie*, formigantemente prolífero, sóbrio até o absurdo, é o perigo da América. Na guerra, o Japão estava uma potência contável até à luta com o Celeste Império. Agora, a sua valia é formidanda. Na sua carta de réplica a Mazzini, em contra justificando a Internacional, Bakunine sobressaltava já pela eventualidade da catástrofe, que poderia ser mais próxima do que se antolha.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

À Rússia, pertence impedi-la, não pelo extirpamento, impossível, duma miríade, umas poucas de vezes superior à da Europa, mas pelo aplacamento da Ásia, mercê da ação sedentária, pacificante, assimilante, da cultura ocidental, ali transferida e fixada.

Não faz a Rússia mais, d´est arte, do que completar a sua obra resguardante, alargando para o resto, direta ou indiretamente, pela força ou pelo exemplo, pelo prestígio guerreiro ou pelo interesse económico as fronteiras asiáticas da sua soberania. A visita do atual imperador, quando ezarewiteb ao Japão era o progelomeno talvez inconsciente de um reconhecimento oficial do atentado do fanático que o atacou. O atentado do fanático que o atacou foi a prova da inconsciente reação.

Finalmente, a Rússia, mau grado o nosso orgulho, pertence ainda o regenerar-nos a todos, europeus, pelo seu misticismo humano, pelo seu evangelismo social.

Serão isto quimeras?

De modo algum. Factos comprovam as conjeturas.

Depois do encontro da Rússia com a França em Borodino, surgiu a temerária, magnífica tentativa dos dezembristas, rompeu a genial audácia condicionante do infeliz Pestel. Depois do reencontro da Rússia com a França em Inkermann, a abolição da servidão da gleba. Ao cabo da libertadora campanha da Bulgária, o ódio espartárquico dos escravos salvadores, — volta, vingando-se no interior, pela explosão do Palácio de Inverno, pelas bombas de Sofhia Perowskay, Corday de mais largo, intenso voo. Mas inoportuna, ao que parece, se a Constituição Loris Melikov estava para ser promulgada, como se diz.

Agora, pelo que fala com a ação paralela da Rússia sobre a Europa, o que é que, no fim, significa já o ebionita toldamento do tolstoismo, de cuja nuvem até nós, no belo livro do snr. Jaime Lima, experimentamos a quente sombra?

Por todos os aspetos, pois, por que se considere, a aproximação da Rússia para a França representa o sucesso político geral de mais alcance no século. É um dos fatores culminantes na história da civilização.

Deste nosso juízo, derivou o alongamento destas considerações, que hoje rematamos, deixando-as incompletas, ainda assim. Mas outros assuntos nos reclamam. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2011, 21 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Padre, a Mulher e a Família

Acaba a empresa do nosso prezado colega *O Correio Elvense* de publicar e pôr à venda a tradução portuguesa desta bela obra de combate publicada em França por Michelet, quando mais acesa ia a luta entre a universidade e os jesuítas, que, aproveitando a reação política que precedeu a tormenta revolucionária de 48, iam medrando e desenvolvendo-se, ameaçando esterilizar com a sua propaganda mefítica as conquistas da Revolução.

É uma obra apaixonada como são sempre as produções mentais dos espíritos crentes, e Michelet tinha a crença inabalável, entusiástica e ardente da Liberdade.

Alma profundamente religiosa, Michelet acreditava em Deus e na liberdade humana; o que não podia, por isso mesmo que reclamava para o seu espírito a plena liberdade de ação, era subordinar-se aos dogmas das religiões reveladas. E, como quer que, sob o pontificado do autor do *Syllabus*, o catolicismo esteve a pique de transformar a cruz divina de Jesus no pendão negro dum partido sanguinolento, e contra o clero católico, especialmente, que o impertérrito lutador brande a sua clara colossal.

A interferência do padre na família, sob pretexto de dirigir a consciência da mãe e da prole, eis o que ele combate considerando a confissão da esposa como um adultério espiritual, pois que no confessionário ela vai revelar a um estranho segredo do coração que ocultaria talvez a seu marido.

O ultramontanismo pretende apossar-se da criança; nesse intuito começa por se apoderar da mulher.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A mulher traz em si a mocidade do futuro, e é contra o futuro que o ultramontanismo associa as suas baterias.

O homem é forte. Evite a mulher o laço que o ultramontanismo lhe arma, ou procure sempre companheira capaz de o compreender, e de lhe respeitar as convicções do seu espírito, e de sentir as suas alegrias, quando ele, triunfante, volta dos centros onde mais se expande a sua atividade, aclamado, vitoriado.

Nada mais triste que acharmos o caloroso aplauso nos estranhos, quando a esposa, indiferente, nada pode compreender do nosso triunfo e por isso o não pode partilhar...

Eis, em pequeno e mal alinhado resumo, toda a obra de que *O Correio Elvense* nos proporcionou agora a tradução.*

---

* *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2006, 15 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Noites de Vigília

Apareceu o primeiro número desta revista, redigida pelo nosso eminente confrade Silva Pinto.

Que recordações na revivescência deste título!

Foi há vinte e dois anos. Brincando, há vinte e dois anos!

À noite, *chez* Silva Pinto, reuníamo-nos, então, todos os dias, em torno dum mestre, o espanhol Fernando Garrido, exilado e perseguido da polícia lusitana.

Poucos: os republicanos do Porto, de 1874. Vêm a ser: Silva Pinto; o cirurgião índio, Colasso; um noticiarista, Bettencourt Rodrigues, poeta distinto antes de se fazer médico notável. O snr. Snow Permite-se? Quem estas linhas escreve.

Numa atividade incessante, Silva Pinto, forte da sua resistente nervosidade, combatia a pugna diária. Fazia crítica de arte; trabalhava para o teatro. Cinzelava os seus contos fantásticos; formava-se uma larga ilustração, literária e histórica. Possuído de todo começo, cada momento firmava o peculiarismo, tão próprio e seguro, do seu estilo, preciso e móbil, que o recompensou com uma fisionomia literária inconfundível.

Bettencourt Rodrigues, cabeludo como um rei merovíngio, abismava-se na *Tentação de Santo Antão*; ou blasfemava, antes de Richepin:

Este mundo está velho e escalavrado,
E Deus nem já sabemos onde existe;
Está vazio o céu, desabitado;
E nessa alma é, de há muito, triste, triste.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O hindu, óculos pardos, tranquilo e bondoso, contemplativo, dizia, beatamente, da inefável serenidade de Brahma, consigo confidenciando no cálice do Lotus. E, minuto a minuto, partia a renovar a corda a sete caixas de música, que, uníssonas e fanhosas, choramingavam, abomináveis, os quatro compassos supremos de Bach, em que está todo o Gounod amoroso, todo o enlevo do seu arroubo místico. O snr. Snow, esse, reclamava, a guilhotina em permanência.

Cabeça dura e estreita, a este honesto moço ligava-o a comunhão do ideal político e social. Donde viera o snr. Snow? Quem conhecia o snr. Snow? O que era o snr. Snow?

Ignorava-se; mas respeitava-se o homem, lealmente votado, da alma e coração, ao desinteresse de uma ideia. Tão obscuro, tão obscuro que, na parentela do Porto, onde todos somos primos, ainda só se deparou com uma pessoa que, afora do extinto cenáculo, o houvesse conhecido. Um antigo vale, hoje adquirido pela administração. Dedicou-lhe uma peça do seu livro de mocidade.

Fanático, poderia, quiçá, mais útil que o matador de Kotzebue, haver sido um novo Sand.

Não é corrente ainda que o traiçoeiro golpe que se vibrou à república espanhola foi tramado, a coberto da fronteira portuguesa, na indiferença patusca da estação balnear, em Espinho, na Figueira, finalmente na Foz. O general Martinez Campos alojou-se no *Hotel de Frankfurt*, à rua D. Pedro. Aí atou os últimos cabos, em conferências com militares e civis que o vieram encontrar no Porto. O seu incógnito transpirou, todavia. Houve jornais que, informados, deram conta da estada do brigadeiro na nossa cidade. Alarmado, apressou-se o conspirador a, por segundas vias, explicar o facto. Era certo; estivera a banhos; viera visitar parentes, amigos; a encurtar caminho para o Norte; uma série de coisas entre si desconexas, mas, uma por uma, mais ou menos, críveis, confiantemente acreditadas, só bizarras, depois que os factos se consumaram.

Com a sua suspeição jacobina, com o seu lealismo, com a sua nobre dor, o snr. Snow foi o primeiro a compreender.

Mais tarde, com singela, terrível mágoa, declarava que nunca se perdoaria o ter tido na sua mão, e havê-lo deixado voar, ao ensejo, único talvez, de prevenir o atentado. Via, todos os dias, o general à varanda; com as janelas abertas, sob a canícula, andar, ir e vir, na alcova. Ele, escriturava os livros da firma comercial quase fronteira.

Se o imaginara? Se o pudesse supor?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

— Que faria?, perguntou-se-lhe.

Escancarou os olhos, confundido da pergunta. Replicou, sem farfalhice, baixando a voz, descendo as pálpebras, tristemente:

— Matava-o.

Não era um palavroso, um romanesco. Era um magro, soturno, lívido. Naquele pobre amanuense rutilava um lampejo dessas juvenis almas puritanas, crepitantes sob o gelo. Lógicas, no simplismo acerado dum critério absorvente, a sua íntegra reprodução na arte realizou-a Hugo com o tipo de Enjoiras. A sua mais formidável expressão no século foi Sanit-Just. Nunca encontramos, até, outro português nesta cristalização, morna e soberana.

Todos o sentimos, com um estremecimento profundo. Não; não era uma frase.

Matava-o, de seguro; matava-o, lealmente, porém em fúria e horror. Cumprindo um dever tremendo. Com um meigo, sereno, amargo sorriso, de mártir que se sacrifica, apela do juízo dos homens. Ele, piedoso e caritativo; ele, exemplo de filhos, mourejando, de sol a sol, para sustentar sua mãe e suas irmãs; ele, espelho de cidadãos e trabalhadores, a quem o sangue era odioso; ele, que não mataria uma mosca. Não fique nisto a menor dúvida. Matava-o. Não o deixava, sem se certificar do cadáver, sem o crivar de tiros, sem o encher de punhaladas; não o deixava, senão duas vezes morto.

Mas nem sempre o aposento vibrava das palavras severas, das duras sentenças, dos mortíferos apotegmas.

Era-se jovem; na pletora do seu arcabouço de atleta, D. Fernando o mais moço de todos.

Apesar de tudo, desgostos, aflições, doenças, hiperestesias, comas, ria-se; era ainda o tempo de rir. *Vivamus, dum licet esse.*

Ao de sobre a saleta, onde habitava Silva Pinto, largo a largo, corria um sótão. Abandonava-o a dona da pensão, mamam Vauquer, *sur la trentaine,* excelente senhora, uma gordura opulenta, em contraste com a adolescência melindrosa de sua filha, flor urbana, setínea e mórbida.

Para a buardilha, deserta, atiravam-se, donde a onde, os despojos da labuta de uma casa, cadeiras estrompadas, baús escancelados.

Raro se subia ali, naturalmente; mas sempre de vela na mão, ao pino do meio dia. A única janela, que dava para os campos, estava regada. Quando, uma noite, no forro se sentiu o esgadanhar dos passos cansados de alguém marchando com precaução. Outros, e outros. Depois, risadinhas finas, diabólicas. Logo, um estrondo cínico, de súcia, que, sem feição, se assenta à roda.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Recomeçava-se a falar de espiritismo, ao tempo; comentava-se Eliphas Levy; havia quem fizesse adejar a chama de círios bentos no busto de Allan Kardec. Depois do êxito do salão Herz, em Paris, os irmãos Davenport, no salão do Baquet, no Porto, toldavam as imaginações enfermas.

Era espantoso! Fechados num armário, peados de pernas e braços, atavam-se e desatavam-se. Pelo teto, fosforeavam na terra; mercê das inexplicáveis artes dos ominosos berliques e berloques, rufavam pandeiretas. Aos cantos, saburrava o Averno, em odores de enxofre.

Murmurava-se, ainda, que o infeliz, o esquelético cantor desse inspirado psalmo a *Beatrice*, em que o arrebatamento lírico vai até à sublimidade ideal, era ele mesmo, um *médium*, o ilustre poeta. Cochichava-se que assistia, com bruxas e duendes, às blasfematórias cerimónias da *missa negra*. Aduzia-se que sim, que ia aos nefandos *sabbats*, para onde se sabe pela chaminé, cavalgando cabos de vassoura, desvairados num pé-de-vento.

Tremia-se de saber que, não mais tarde do que na semana finda, lhe surgira, evocado, num fragor, resplandecente e majestoso, Luís XIV.

Todavia, por um resíduo, pardo, de voltairianismo, agitaram-se as fezes céticas. Duvidou-se. Com o castão duma bengala, bateu-se para cima: — Senhores defuntos, menos bulhas, s. v. p.

Sob o doce sussurro de vestidas sedas de ninfas em fuga, percebeu-se uma delicada evasão.

Sossegou-se; mas, pouco depois, voltavam, rumorando, cascalhando. E uma noite; e outra noite. Finalmente, desciam, quando (visto não haver, ao tempo, revivescido o funesto hábito céltico das noitadas), às dez, merenda feita, companhia desfeita. Merenda de palestra, pois que nem só de pão vive o homem.

Decadência! Vergonha do mundo dos espíritos! Fracasso! Charrice!

O que havia de ser?!

Era um bando de *rateros*, pequena gatunaria na aprendizagem lenta do grande crime.

Pelas nevadas das extensas noites, haviam lobrigado aquele pousio benigno. Saltavam um muro; trepavam pelo tronco descarnado da velha árvore que defrontava o postigo do desvão. Arrombado, ei-los instalados no quente, tiritando, fazendo contas, repartindo os lucros. Grossamente tilintava o cobre.

A hospedeira sobressaltou-se; prosaicamente, não compreendia a tolerância dos *senhores*; ameaçou prevenir a polícia. Mas proi-

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

biu-se-lhe; cominaram-lhe também a retirada coletiva. Houve que transigir, quando às boas, na sua caridade primeva, na bonomia portuguesa, tão acessível aos pobres de Cristo, se lhe argumentou a causa dos deserdados.

Somente, os protegidos entraram de abusar. E quem, sobretudo, sofria dos desmandos era Silva Pinto, cuja porta não usava chave.

De regresso da sua redação, pela madrugada, encontrava os só vestígios do tripúdio em torno da ceia modesta de homem de letras. Isto é, de proletário da arte.

Uma vez irritou-se; à tarde seguinte, saindo, deixou, sobre a mesa, numa tira, coléricas, umas linhas admoestadoras, nervosamente bebidas no grande tinteiro de cristal que era o luxo da escrivaninha.

Ponderava aos ilustríssimos seus forçosos vizinhos que o seu jus era o de tomadia, condenado por todos os legistas. Que não era justo nem sofrível que um rapaz honrado, vindo dignamente do seu trabalho, deparasse com o seu bife sumido, o seu queijo babujoso, o seu vinho escorropichado. Sobretudo, o que significava esse pueril escândalo, esse imitativo mimo de não perdoarem sequer ao chá e aos biscoitos?

Um literato, um nevrótico poderia, sem discrepância, permitir-se um gole verde; mas homem de ação esquecerem-se ao ponto de tomarem chá, suas senhorias, a esmo, a esmo rilharem biscoitos, realmente, era coisa intolerável. Se, ao menos, tivessem alguma consideração pelos direitos legitimamente adquiridos; se algum respeito mostrassem pelas sisudas prerrogativas da propriedade; se se lembrassem de quem, à hora em que eles roncavam a bêbeda, de papo para o ar, empalidecia ainda sobre a tarefa quotidiana; se, numa palavra, contassem com o ausente... Mas não. Tudo parecia pouco à voracidade de lobos semelhantes.

Palavra que disseste! Santa palavra!

Daquele dia em diante, a garrafa começou a apareceu meia; o bife cuidadosamente espostejado; o queijo dividido com limpeza; no bule uma chávena de chá; um terço dos biscoitos na salva. E falem, se o ousam, na incorrigibilidade das classes malfazejas!

Lendo, agora, o novo, admirável livro de Silva Pinto, que doces, que amargas recordações! Quantas, quantas! *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2010, 20 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

História da Literatura Portuguesa

A benemérita casa editora Livraria Chardron, Sucessores Lello & Irmão, começou a publicar as obras completas do nosso eminente correligionário dr. Teófilo Braga, por certo a figura mais proeminente da evolução mental portuguesa contemporânea.

Já aqui demos acanhada notícia do primeiro volume de *A Pátria portuguesa* e da reedição integral do poema cíclico da *Visão dos tempos*.

Agora, encetam os laboriosos editores a ingente tarefa da republicação de toda a *História da literatura portuguesa*.

Esta obra monumental constará de 32 tomos, cuja estampagem abrirá de preferência pelos volumes a refundir, e especialmente pelos que estão ainda inéditos.

Destes, versará um sobre *Os historiadores portugueses*. Outro tratará das *Novelas de cavalaria e pastoraes*. Estudará este *Os culteranistas*. Analisará aquele *Os épicos seiscentistas*. Teremos ainda um trabalho acerca de *A Arcádia de Lisboa*; outro a propósito de *Os dissidentes da Arcádia*; um concernente a *José Agostinho de Macedo*, outro relativamente a *João de Deus e o moderno lirismo*.

Enfim, aparecerá o complemento indispensável a uma tão vasta elaboração, isto é, o *Índice geral analítico*.

O primeiro volume que saiu à luz foi a *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*.

O autor, em uma nota bibliográfica que serve de apêndice ao seu estudo, diz com exação que quem confrontar o presente livro com o que foi publicado em 1870, com o título de *Introdução à história da literatura portuguesa* poucas páginas encontrará semelhantes.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

As modificações a que foi submetido o primeiro trabalho incidiram sobre os §§ respetivamente dedicados ao exame *Das raças e suas criações artísticas*; do *Génio dos moçárabes em Portugal*; das *Epopeias da Idade Média em Portugal*; das *Primeiras bibliotecas portuguesas*; da *Renascença*; e das *Academias literárias*, com as *Origens da poesia moderna*.

A terceira parte do tomo atual «Épocas históricas da literatura portuguesa», contém o volume publicado em 1872 e reproduzido em 1881 com o título *Teoria da história da literatura portuguesa*.

O presente trabalho, admiravelmente disposto, com uma clareza expositiva perfeita, ocupa-se dos *Elementos estáticos da literatura*, antes de tudo. Aí sucessivamente se discute a raça e o meio: a tradição e os costumes, a linguagem oral e escrita; a pátria e a nacionalidade.

Vêm depois, lógica e naturalmente, os *Elementos dinâmicos da literatura*. Destacam, nesta secção, por seu primoroso acabamento, todos os capítulos, aquele sobre a Idade Média (hegemonia da França); este sobre a Renascença (hegemonia da Itália); este outro sobre o Romantismo (hegemonia da Alemanha). Cumpre advertir que, no segundo período, o desenvolvimento assinala a hegemonia da Espanha, no culteranismo seiscentista, e a hegemonia da Inglaterra, no Arcadismo e na reação protorromântica.

A terceira parte desta obra, duma leitura essencial, e indispensável, consequentemente, consagra-se ao estudo das *Épocas históricas da literatura portuguesa*.

Três sejam; a primeira vai dos séculos XII a XV, onde se nota a preponderância dos elementos tradicionais e estéticos da Idade Média, e o começo da transição para o estudo da antiguidade clássica. A segunda época segue todo o percurso dos séculos XVI a XVIII, sob o predomínio da imitação da antiguidade clássica e abandono das tradições nacionais. Finalmente, a terceira época é a em que estamos, de este esplêndido e excecional século XIX. Literariamente, ele, aqui, se assinala pela revivescência das tradições nacionais, mercê da idealização da Idade Média, e pela compreensão do elemento clássico, graças ao conceito da solidariedade histórica.

A primeira época é repartida em dois períodos. No primeiro, entram os trovadores e os romances cavalheirescos, com o tipo soberbo do Amadis de Gaula. No segundo, cabem os poetas palacianos e os historiadores.

A segunda época contém três períodos. O primeiro é o dos *Quinhentistas* (século XVI): o segundo o dos *Culteranistas* (século XVII); o terceiro, o dos Árcades (século XVIII).

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

No primeiro destes, estudam-se, de começo, os *Poetas da medida velha*, Gil Vicente e as origens do teatro nacional; e, depois, o doutíssimo escritor ensina-nos pelo que toca a Sá de Miranda e à Plêiade portuguesa, a Camões e sua escola, lírica e épica, a comédia e a tragédia clássicas.

O volume, como se indicou, encerra-se pela apreciação dos chefes do romantismo e dos ultrarromânticos. Termina com o exame da dissolução do romantismo e o surgimento da escola de Coimbra.

São perto de quinhentas páginas de substanciosa doutrina, cuja recomendação se tornaria escusada, se a distração, pelos afazeres obrigatórios do público culto não o levasse, por vezes, a injustiças, oriundas do desconhecimento das coisas.

Assim, nos pusemos à tarefa desta notícia, que abandonamos com os elogios amplos que, por sua iniciativa, merecem os livreiros portuenses que se deram a cargo a reedição da história literária de Teófilo Braga.

A este amigo ilustre o envio dos nossos calorosos parabéns, maravilhados e sinceros. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2012, 22 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Por ordem de data, o segundo volume da série pelos livreiros Lello & Irmão iniciada, ao que toca à republicação, corrigida e aumentada, dos abundantes tomos da crónica estética lusitana, devida à pena prolífera de Teófilo Braga, tem por tema Sá de Miranda e a escola italiana.

Quando em 1871 estampou o insigne professor do curso superior de letras a *História dos Quinhentistas*, compreendia a *Vida de Sá de Miranda* apenas 132 páginas.

Contudo, então nada existia sobre o simpático poeta além de considerandos retóricos. Pela leitura do seu texto, é que Teófilo Braga fundou em bases definitivas o esboço biográfico, determinando os pontos de referência histórica que tinham esta alta individualidade.

É comovente o quadro das condições deploráveis, sob cujo influxo o mestre de toda a geração hora redigiu semelhante monografia.

Ele nos recorda a passagem análoga de Augusto Thierry, fazendo perpassar ante os olhos céticos a peleja moral concomitante da sua ideação crítica.

Apesar de quaisquer insuficiências de detalhe, cumpre consignar da tentativa primordial de Teófilo Braga uma influência direta e fecunda, em todos aqueles que só visaram aos resultados.

O carácter glorioso do intentado esforço resulta da carta da eminente romanista D. Carolina Michaëlis, acompanhando a oferta dum exemplar das Poesias de Sá de Miranda, na sua monumental e incomparável edição de 1885.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Qualifica com nitidez o nosso ilustre amigo de belas e justas aquelas palavras que lhe compensaram todas as amarguras.

Voltando ao seu trabalho, passados vinte e cinco anos, reconhece, modesta e nobremente, quanto se avançara e como ele mesmo, diz, ficara atrasado. Deu-lhe um íntimo prazer o ver outros irem mais adiante e mesmo muito longe. Sente, exclama, num dos pitorescos ímpetos da sua prosa, pessoal e ingénua, — supremo encanto da sua maneira —, sente não poder calçar as botas de sete léguas, dos contos de fadas, para retomar a sua dianteira de outrora.

Contudo, o público resolverá se marchou.

O tomo aparecido servirá de auto documental.

Pois que Sá de Miranda sintético o século XVI entre nós, começa o autor por estudar a vida do poeta na Universidade de Lisboa e nos serões do Paço, desde 1485 até 1521. No lance, se discriminam as fontes para a sua biografia, com o exame da respetiva genealogia. Aí, se mostra como Sá de Miranda usou a velha poesia do Cancioneiro, coligindo Garcia de Resende os seus versos no «Cancioneiro geral» e aproximando-se da poesia geral, o renovador, que conhece as origens provençais do moderno lirismo.

Com a sátira da corte faustosa de D. Manuel, desponta o peculiaríssimo representativo do poeta, cuja típica tristeza, já inicial, não é a depressão de uma personalista sensibilidade.

Verdadeiramente, redonda na expressão da consciência portuguesa, com o pressentimento do seu destino.

No ensejo, aparece a viajem do poeta à Itália, o que dá margem a que o crítico professo analise a atividade da Renascença.

Parte do escrito de Goethe a Seidel: «Aquele que uma vez viu a Itália, e sobretudo Roma, nunca se considerará completamente infeliz». Admirável referência, que mais aviva hoje a atrasada reflexão sobre as páginas toscas, grandes pelo contido psicologismo, do propositado Stendhal.

De sua residência na Itália, a comparação que, passados anos, fez Sá de Miranda de D. Leonor de Mascarenhas com a marquesa de Pescara, que em 1521 estava no esplendor dos seus trinta e um anos, absorta na mais enternecedora paixão por seu marido, ausente na campanha sangrenta entre espanhóis e franceses, leva Teófilo Braga a concluir que o poeta a conheceu pessoalmente, e que Vitória Colonua, pelo seu idealismo amoroso, influiria, de certo modo, na revelação do lirismo petrarquista.

No momento, demonstra o eruditismo crítico o seu maravilhoso sentido estético, pela apropositada transcrição tomada do *Primeiro*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Diálogo de Francisco de Holanda, concernente ao episódio do seu encontro com Vitória Colonua e Miguel Ângelo, passado mais tarde, mas que nos revela traços psicológicos da incomparável dama, que, ainda no tempo em que Sá de Miranda discorria na Itália, fez com que seu marido rejeitasse a coroa de Nápoles.

Se todas as citações e extratos deste Diálogos de Holanda têm sido feitos sobre a livre tradução francesa do conde de Raezinsky, Teófilo Braga serve-se da restitutiva edição crítica do nosso consciencioso amigo Joaquim de Vasconcelos, tão indefesso quão de escrúpulos plenos.

Com o regresso de Sá de Miranda a Portugal, eis o começo da Escola italiana (1526 a 1535).

Então, o poeta descreve a vida da Itália. Sá de Miranda conhecia, naturalmente, com efeito, a desenvoltura da vida italiana da Renascença, tal como se descreve na raridade bibliográfica do *Retrato de la Lozana andaluza*, no tipo das publicações recém-produzidas pelo bibliófilo Alcide Hoonneau. Ao esboçar a comédia dos Estrangeiros, Sá de Miranda servia-se deste pretexto para pintar os painéis que observara. Na carta a D. João III, o poeta alude ao que vira em Roma, o aparato da guerra que circundava o Papa; e na carta a António Pereira serve-se da sua reminiscência da estátua de *Paschino* para menoscabar o uso de meter no teatro os assuntos religiosos, conforme o estilo de Gil Vicente.

Na quarta secção do seu livro, Teófilo Braga, havendo precedentemente determinado as causas que motivaram a saída de Sá de Miranda da corte, analisa-lhe a vida na província, concomitantemente com a manifestação dos novos talentos, quer dizer desde 1524 até 1553.

Após o relato dos desastres que enlutam os últimos tempos de Sá de Miranda, surge o ciclo melancólico dos anos de desalento e morte (1553 a 1558). Esta derradeira fase levanta-se, corroborando-se, pelo exame da influência moral do poeta nos fins do século XVI.

Na desorientação com que termina esse século, lembra Teófilo Braga que as consciências procuram em torno de si um apoio moral; os que ainda não tinham apagado o sentimento da pátria voltaram-se para Camões, que começou então a ser estudado, e os que sentiam a necessidade de um protesto de justiça e de dignidade encontraram em Sá de Miranda, na sua linguagem e na sua vida, o asilo para as almas. Mais do que a crítica histórica, conclui o nosso sincero correligionário, a hora presente nos faz compreender como o seu estudo se torna em refúgio.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Restava falar da história externa do texto das poesias de Sá de Miranda. Não olvidou a obrigação o lente do Curso superior de letras, sua regra o seu luminar.

Assim, estabelece o plano de uma coordenação, com a necessidade de recorrer às fontes mss.

Corolariamente, ao cabo de haver discutido os códices manuscritos de Sá de Miranda, fontes das edições impressas, versa o tema dos textos estampados em tiragens parciais e completas. Declara-as redutíveis a três tipos, o primeiro de 1595, o segundo de 1614, enfim o último de 1885.

A obra fecha com um corretivo aditamento, explicando edições de 1559, 1560 e 1561, respetivamente das comédias dos *Estrangeiros* e dos *Vilhalpandos*, ignoradas e desconhecidas de todos os bibliógrafos e que se guardam na preciosa livraria do snr. Fernando Palha, homem curioso e ilustrado, que assinalou, de resto, seus merecimentos nos estudos, belamente conduzidos, acerca da intervenção do conde de Castelo-Melhor, Pombal prematuro e abortado, nas diferenças da feia infanta D. Catarina de Bragança, a de Tânger e Bombaim, com seu abominável esposo o 2.º Carlos Stuart, e a propósito da carta de marca do vingativo represálico João Ango, de Dieppe.

Nesse passe, se registra que a edição dos Estrangeiros de 1559 foi confundida por Barbosa Machado e Inocêncio da Silva com uma de 1569 que *nunca existiu*, consoante se afirma no catálogo da aludida biblioteca de Fernando Palha.

Almejaríamos que o volume agora prestes a sair do prelo fosse o 23, acerca de *José Agostinho de Macedo*, inédito.

Aqui está uma personalidade complexa, importantíssima de *per si* e como símbolo da época, incompreendida por ignorada, se bem que, consoante modernamente nenhuma, a *representative men*.

Teófilo Braga muito nos terá a fazer descortinar, no assunto, objecto incomparavelmente idóneo a uma inteligência tão prontamente intuitiva e sugestiva por forma a exclusivamente única.

Entretanto, e como quer que seja, os nossos agradecimentos pelo excelente brinde do trabalho a propósito de Sá de Miranda e sua vasta influência. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2014, 24 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Publicou-se mais um volume da bela reedição das *Obras completas* do snr. Teófilo Braga, iniciada pela importantíssima livraria Lello & Irmão, sucessores na propriedade atual da acreditada Casa Chardron.

É seu tema: *Bernardim Ribeiro e o bucolismo*. Obedece ao critério geral estabelecido, que manda que nesta reedição se continue, de preferência, pelos volumes a refundir, e especialmente pelos que estão ainda inéditos.

Na verdade, em preliminar, se consigna que o livro publicado em 1872 com o título *Bernardim Ribeiro e os bucolistas* foi agora fundamentalmente reescrito, abandonando o autor as hipóteses laboriosas com que se procurava desvendar a vida do poeta, para dar-lhe o colorido da realidade histórica, metendo em obra recentíssimas descobertas.

Esta sinceridade perfeita de Teófilo Braga é uma das maravilhas morais da sua admirável carreira. O exemplo sistemático da abnegação da sua conduta causou o assombro de Ramalho Ortigão, que o inscreveu nas páginas da biografia publicada pela *Renascença*. Despindo os arminhos do hyclianismo para se submeter ao cilício da disciplina severa da regra filosófica de Augusto Comte, Teófilo Braga não hesitou perante a incompreensão injusta do rezinguento público académico. Na sua sublime faina propagandística, o nosso ilustre correligionário logrou, de resto, ensejo de explicar a urgência da flutuante ideação no escritor leal, cuja elaboração constante é contínua produção. Rompe com lauda assim notável o exímio estudo acerca de Eça de Queirós.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Agora, seu critério se fundamenta com excelentes passagens corroborantes, destacadas dos *Estudos de história religiosa*, por Ernesto Renan.

O trabalho concernente ao nosso infortunado grande lírico abre logicamente com o exame das relações entre a crise social da ditadura monárquica e a poesia palaciana, analisando as causas que no século XVI destacam os grandes líricos.

Estudando a poesia da corte, como completando o quadro da formação do *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende, e dos poetas palacianos que a cultivavam no primeiro quartel do século XVI, Teófilo Braga declara que há um carácter novo, uma faísca que tudo anima e transforma — a inspiração do amor.

Registra que, conhecidas as causas sociais que tornaram memoráveis os serões da corte, e a influência que estes exerceram sobre os poetas fidalgos e sobre a formação dos cancionários quinhentistas, faltava relacionarmo-nos com esses sinceros apaixonados, que, enquanto os seus contemporâneos se afogavam com as riquezas da Índia e Brasil, cantavam com toda a verdade da sua alma, e se deixavam enlouquecer ou morrer de amor.

Este esplêndido rasgo da intuição crítica de Teófilo Braga, cuja plasticidade estética sobrenadou a prodigiosa erudição, quadra idoneamente ao feitio psicológico da gente portuguesa. Ela é, entre todas, assinalável pela sua imensa afetividade. Nos exemplares vivos ou nos modelos literários dos lusitanos é que o recente Gastão Danville deveria aprender para, em conhecimento de causa, redigir integral e perfeita *Psicologia do amor*.

Casos como o de Bernardim Ribeiro, exemplos como o de Cristóvão Falcão é que o habilitariam a versar melindrosos litígios, qual o que constitui a trama do seu capítulo VI sobre *O ponto de vista patológico* na interpretação do amor.

A teoria do amor, considerado como uma manifestação patológica, fundando-se, principalmente, sobre a analogia apresentada pelos caracteres da paixão amorosa com os das diversas ideias obsidiantes, já de longa data, desde os fascículos da *Revue philosophique*, que vem preocupando o distinto monografista parisiense.

Na categoria crítica, apoiando-se sobre a autoridade do grande alienista Mau Isley, por lance específico da sua *Patologia de espírito*, Teófilo Braga define magistralmente a situação, psicológica e moral, que impeliu Bernardim Ribeiro para a loucura e idiotia final. Assegura que ela é hoje cabalmente explicada pelos conhecimentos científicos da patologia cerebral.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Bernardim Ribeiro foi dotado de uma singular precocidade intelectual e emotiva, como se descreve na Écloga *Aleixo* (Era loucura pensar — coisas que *dum niño dezia*). Essa precocidade marca-a Teófilo Braga como devida à sensibilidade esquisita, desenvolvida pelo isolamento e pelos prolongados terrores da perseguição que dispersou a sua família, tendo vivido confinado desde a infância na Quinta dos Lobos, em Sintra. A proteção que encontrou entre os Zagalos, parentes de sua mãe; justificava-se pela fulguração do talento que revelava. Ora, essa extrema sensibilidade tomou o seu máximo relevo na época da puberdade, e o amor foi para ele uma fatalidade. Resultou, escreve o professor do Curso superior de letras, exarando conceito de molde às investigações de Danville, resultou para Bernardim Ribeiro o amor uma doença invencível, que o subjugou para sempre. Sua prima deixou-se abrasar nessa mesma chama, de sugestão dominativa. Enfim, os versos de Bernardim Ribeiro são, para o poderoso mestre, esta rápida aurora de felicidade, e o lamento pungentíssimo da desgraça da paixão contrariada. Pela sua leitura, exclama, resumindo, com nobre eloquência. Teófilo Braga, assiste-se à luta daquele espírito contra um desgosto que lhe devasta a existência, que o desvaira e o leva à loucura.

A segunda parte do volume, interessantíssima e mais que muito instrutiva, consagra-se a Cristóvão Falcão.

Três são os seus parágrafos construtivos. O primeiro trata dos amores de Crisfal e Maria; o segundo da influência literária de Cristóvão Falcão; o terceiro da história externa das obras do poeta.

Na secção intermediária, mostra-se como Camões estuda a écloga de *Crisfal* e como, na *Sylvia de Lisardo*, fr. Bernardo de Brito a imitou. Termina esta parte do valioso trabalho com a anotação da preciosa carta inédita, que, no tomo ora, se inclui, de José Agostinho de Macedo, recomendando a António Feliciano de Castilho o estudo do *Crisfal*. Essa missiva tem a data de 13 de Agosto de 1824 e foi escrita, em Lisboa, após a leitura, satisfeita e admirativa, das *Cartas d'Eco a Narciso*, soporífera obra neoclássica, que, para quem estas linhas desdobra, possui, aliás, um saudoso encanto de amargura. É recordação da infância embalada, em sua melopeia, pela, viva memória de sua pobre, inteligentíssima mãe, que, de menina e moça, por outiva duma fraterna leitura única, toda a vida, na sua sensibilidade tão fina e na sua bondade tão pura, de cor as conservara.

Organizando a bibliografia de Cristóvão Falcão, conta a curiosa, significativa história da edição de 1874. Aí declara que, enquanto

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

cada um vai servindo as suas emoções antipáticas, ele, pela sua parte, sacrificou sempre a atividade a um interesse ideal, movido por motivos puros. Modelar lição de abnegado civismo, com efeito, a vida proselítica deste homem singular, cujas virtudes de cidadão se apuram no obstinado empenho de ensino coletivo, na tarefa persistente de erguer o nível da cultura.

Com leal isenção, se confessam os erros da edição de 1874, mais que desculpáveis à face das circunstâncias extraordinárias em que foi feita esta 7.ª edição. Com idêntica lealdade, não se recusa Teófilo Braga a reconhecer os méritos da edição de 1893, onde julga como verdadeiramente apreciáveis as *variantes*, as quais, contudo, em seu entender, deveriam ser apresentadas em versos completos, para bem se aquilatarem.

A propósito, contra o doutíssimo lente Epifânio Dias, duma excecional ciência nas gramáticas, latina e românicas, discute Teófilo Braga o problema dos Cantos de Ledino, de que já tratara nas suas *Questões de literatura e arte portuguesas*.

Por todas as formas e de qualquer modo se vê a importância primacial do volume *Bernardim Ribeiro e o bucolismo*, entre as produções aparecidas, no ultimamente mais próximo, da livraria portuguesa.

O tomo que segue está já no prelo, é o acerca de *Gil Vicente*.

Ansiamos por que a lume surja dentro do mais breve lapso. E, sem nos metermos a taralhão nem que da pecha de intrometido nos culpem os leitores mais meticulosos, repetimos voto já neste jornal consignado. É que se não demore o inédito acerca de José Agostinho de Macedo. Não há ainda um estudo sério e completo tendo por objeto o representativo polígrafo. Contudo, raras personalidades tão sugestivas. Teófilo Braga, com as audácias inéditas da sua insigne perspicácia, deve, a propósito, realizar trabalho verdadeiramente substancioso, de valia conexa com o belo estudo, paralelo, que analogamente empreendeu, e com tanto êxito consumou, acerca de *Bocage, vida e época literária*.

Aos nossos prezados amigos e indefesos trabalhadores, Lello & Irmão, os nossos emboras, pela edição da obra aqui perfunctoriamente noticiada.

O anúncio, para que chamamos, a atenção do público, vai no lugar respetivo.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2115, 20 de fevereiro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ainda não há muito que noticiámos o aparecimento dessa magnífica brochura que tem por título — *Gil Vivente e as origens do Teatro Nacional* — firmada pelo nosso ilustre correligionário e talentoso lente do Curso Superior de Letras snr. Dr. Teófilo Braga e já hoje nos ocupámos dum outro não menos magnífico trabalho do mesmo eminente publicista — *Escola de Gil Vicente e desenvolvimento do teatro nacional* — também, editado como o primeiro referido, pelos infatigáveis livreiros editores portuenses, snr. Lello & Irmão, proprietários da livraria Chardron.

No mesmo plano de trabalho seguindo, isto é, continuando neste seu novo volume o mesmo processo de elaboração observado no *Gil Vicente e as Origens do Teatro Nacional*, o snr. Dr. Teófilo Braga começa pelas causas da estabilidade da obra do criador do teatro português, história das terras em que penetrou a sua influência e passa à exposição da persistência dela durante quatro séculos.

O § I, consagrado ao desenvolvimento do teatro nacional no século XVI, é, — o quase se dispensava a afirmação, como os seus seguintes, um trabalho de aturada investigação e de atilado critério. Há, nele, larga cópia de informações curiosíssimas e do mais elevado interesse para os que se ocupam das coisas nacionais.

Nos §§ II, III, IV e V, em que se faz menção da influência da Escola de Gil Vicente em Évora e em Lisboa, em Santarém e Coimbra, no Brasil, na Índia e na África, o espírito delicia-se com a leitura das páginas que o compõe. Afonso Álvares e António Ribeiro Chiado, Baltasar Dias e Luís de Camões, Gil Vicente de Almeida e Jorge Pinto, Anrique Lopes e Jerónimo Ribeiro Soares,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

António Prestes e Simão Machado, etc., todos eles são passados em revista com a sua obra, da qual aqui e além se transcrevem graciosos trechos, que mais amenizam a leitura e melhor ideia prestam da nossa literatura dramática de há séculos.

As últimas páginas do livro, que forma um grosso volume de perto de seiscentas páginas, ocupam-nas o estudo da Escola de Gil Vicente no século XIX, compreendendo a persistência do teatro popular e o romantismo e o teatro nacional.

Completa-se o trabalho, pois, com toda a minúcia que seria para desejar, e obra de tal fôlego ficará na nossa literatura contemporânea como um dos seus mais valiosos documentos de investigação histórica.

Os nossos cumprimentos, pois, no snr. Dr. Teófilo Braga pelo seu valiosíssimo livro, e os nossos agradecimentos aos editores pelo exemplar que tiveram a amabilidade de nos oferecer. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2654, 18 de novembro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Grande Roma

Dizia Goethe que quem viu uma vez Roma não se pode considerar inteiramente infeliz. Teve esta dita incomparável o rev. Padre Gonçalo Alves, sacerdote curioso de espírito e ilustrado, sabendo ver e sabendo registrar as impressões do que viu, num estilo claro, imaginoso e não raro eloquente.

Dos prelos da Imprensa Comercial-editora, do snr. José Lourenço Matias, acaba de sair à luz a obra em que, com o título de notícia, arquivou o snr. Gonçalo Alves as suas impressões de viajem. É o volumoso livro, de perto de 600 páginas, nitidamente impresso em excelente papel, dedicado ao Sumo Pontífice Leão XIII e encerra uma carta pelo autor ao mesmo dirigida e outra, justamente encomiástica, ao escritor enviada pelo snr. Bispo de Ilymeria.

Em seu trabalho compendia o autor as notas críticas, históricas, artísticas, impressionistas, sentimentais e religiosas que lhe sugeriu a sua curta digressão.

O viajante é, ao par que uma mente cultivada, uma alma fina e sensível. Quando se acerca da terra prometida ao seu cobiçoso sentido estético, com que frémito a contempla! Exclama: «Grande Itália! Terra ilustre e imortal que dominaste outrora o mundo, pela força das tuas espadas, das tuas leis, do teu direito e da tua religião; terra sagrada que recebeste em teu seio o sangue precioso de tantos milhões de mártires, guardas em teu coração os votos íntimos de tantos milhares de peregrinos e inspiras o gémio de tantos homens ilustres, grande Itália, eu te saúdo! Peregrino da arte e da religião, desbordante de entusiasmos ardentes e sublimes

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ideais, eu te saúdo frenético, ao pisar pela primeira vez o teu solo abençoado.»

São incontestavelmente belas estas palavras e elas nos dispõem favoravelmente à leitura.

Quaisquer que sejam os reparos, ou de crítica geral ou de detalho — mercê das divergências quer do critério orientador quer dos peculiarismos do gosto — é certo que o snr. Gonçalo Alves realizou tarefa, e sólida e nobre tarefa foi ela.

Preenchem, mesmo, espaço no quadro da nossa elaboração literária. Modernamente, enquanto se acumulam os livros pela Itália monumental e clássica motivados aos artistas e publicistas lá de fora, que aos seus compatrícios buscam pintar o magnificente deslumbramento desse estrangeiro eterno ao espírito, entre nós lapsos enormes decorrem em que um esquecimento, de crassa ignorância ou de desfalecida atonia, pouca escuramente sobre o país divino.

Sabemos que, em França, Taine analisou, penetrou a ciência do tema nas páginas perfeitas da sua *Voyage*; e que ali Amedéo Marteau se propôs amostrar aos olhos surpreendidos dos seus *paisanos* o despenhar, na queda, da maravilhosa, absurda e sublime cascata musical de Castelar, em seus *Recuerdos*.

Em nossas letras, um colega do autor atual, orador eminente, com o assunto se assinalou também. Mas, antes dele, havemos de recorrer a uma geração extinta para encontrar; número no escasso catálogo, quando tenhamos de infletir luz sobre a fisionomia tão significativamente entristecida, por inconsciente estímulo, tão simpática do fatal Lopes de Mendonça, no brio duma mocidade, ali confiante, improvisando, de regresso, as quentes páginas das suas *Recordações de Itália*.

O volume agora aparecido não desonra os seus antecessores. A muitos respeitos os iguala e a não poucos excede.

Assim, felicitamos o seu autor, recomendando ao público culto a sua obra, que é de um interesse insinuante, pois que educa e cativa.

Agradecemos o exemplar recebido. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2016, 27 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Fidalguia

Foram ultimamente feitos mais uns tantos titulares. Este facto, de nenhuma importância em si mesmo, é, todavia, típico como sintoma do grande desenvolvimento intelectual da população e deve servir-nos para constatar mais uma vez como o constitucionalismo as encarrega hoje de fazer a educação cívica do povo.

Como sintoma o consideraram prezados e eminentes colegas lisbonenses que, há poucos dias, se deram, a propósito, à tarefa de elaborar uma nota das qualidades das pessoas *elevadas*, por decreto, à fidalguia.

É espantoso!

Basta dizer que no edificante quadro se encontram feitas barões e viscondes daquelas honradas criaturas de cujas boas manhas se ocupa o Código Penal vigente, no artigo tantos do capítulo tal que trata dos castigos a aplicar àqueles que se verifiquem implicados no crime designado pelo vocábulo, propositadamente obscuro, de *lenocínio*, a fim de atender ao público decoro.

Contra esses tais *El-Rey Dom Affonso o Quarto de muito honrada e muito esclarecida memoria, em seu tempo fez Ley*, que se encontra recolhida no título XVI do livro V da Ordenação Afonsina. Aí mandou que *polla primeira vez sejam açoutados per toda a Villa com pregom, e sejam deitados della pêra sempre; e demaes percam os bens que ouverem, e sejam d´El-Rey; e polla segunda vez moirem porem.*

A esses tais chamam-se hoje, como vimos, barões ou viscondes; Dom Afonso o Quarto e Dom Afonso V designam-nos pela coeva palavra de alcayotes. No Brasil, a expressão é modernamente outra. Chamam-lhe *caften*.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Estamos, aparentemente, em contradição, zelando a honra de um convento, — que não é o nosso. Mas cumpre-nos frisar o cinismo de toda esta derrocada, que nem as suas próprias coisas estima e respeita.

Vê-se, pois, que, pelo momento, está longe de nós o propósito de encher estas tiras de papel branco com declamações jacobinas contra a aristocracia. Ao contrário.

Reconhecemos que, como todas as instituições sociais, ela teve o seu lógico momento de existência, e sabemos que não são poucos os serviços que a civilização humana lhe deve.

Ela foi a grande força coordenadora do primitivo agregado social e só a disciplina por ela introduzida, como o viu Proudhon e como a ciência histórica o demonstra, poderia opor-se às tendências dispersoras de grupos humanos procedentes de aglomerações forçadas. Mas, como a todas as instituições cujo carácter é o de, cristalizadas, se perpetuarem fora já do oportuno momento da sua existência, à aristocracia chegou a fase de não representar senão uma ação regressiva, funesta ao desenvolvimento humano, que até aí, mais ou menos conscientemente, servira. Foi esta quando, pela ação concorrente do comércio, da indústria e da ciência, as classes não aristocráticas, penetradas de ideias e sentindo-se solidárias, atingiram a um grau de cultura moral e mental em que a fidalguia não lhes era superior, vendo-se, ao mesmo tempo, despojadas dos direitos e franquias que aquela usufruía, exclusivamente.

Por esta forma colocado o problema, um conflito inevitável tinha de dar-se entre esses dois grupos de cidadãos. E deu-se, sendo desde logo de prever que a vitória caberia, as demais condições semelhantes, ao dos contendores que de maior força numérica dispusesse. Esse conflito ganha o seu momento de máxima intensidade com a abertura dos Estados-gerais de 1789, em França, originando-se logo, para principiar, a cisão entre os deputados da nobreza e do clero, dum lado, e os do terceiro estado, do outro.

Num opúsculo célebre, o abade Sieyès formulara a questão nas perguntas e respostas conhecidas:

— O que é a nobreza?

— Tudo.

— O que deve ser?

— Nada.

— O que é o terceiro estado?

— Nada.

— O que deve ser?

— Tudo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Foi, com efeito, tudo. Ele unificou na categoria homogénea de cidadãos franceses os representantes das diversas castas do antigo regímen.

Pela igualdade civil decretada, aboliu as classes, e, moralmente, afora o conceito económico, aboliu-as de vez; pela igualdade política, estabeleceu a solidariedade do Estado. Compreendendo que a grande força provisória de coesão nas sociedades e a individuação da propriedade, até que se chegue à fase superior da solidária socialização, com um tino histórico verdadeiramente genial, os revolucionários franceses aproveitaram-se da emigração da nobreza e do crime monstruoso, por ela praticado, em militar nos exércitos estrangeiros contra a mãe pátria. Dividiram, portanto, em lotes, a propriedade dessa traidora aristocracia rebelde; venderam-nos a baixo preço em hasta pública; e transformaram, destarte, os servos da gleba em proprietários, o que foi, como o notou Michelet, a grande causa da vitória da França isolada contra a Europa coalizada.

Ora, o feitio próprio da revolução francesa e o que lhe dá a sua importância culminante na história da humanidade foi o seu carácter de cosmopolitismo. Não se contentando em resolver as questões internas, pela analogia da situação de todas as nações continentais, similares na sua cultura, ela veio a exercer um papel eminentemente messiânico em todo o mundo.

Isto ainda não sucedera, nem com o movimento dos Países-Baixos, nem com a revolução da Inglaterra, localizada, não só pela situação insular do país que a produzira como, especialmente, pela complicação da pugna religiosa entre seitas protestantes, que a vicia e torna incompreensível para países católicos.

Foi assim que o mundo todo se sentiu abalado, nos seus fundamentos, com aquele rebate solene procedente da França; e, então, para a nossa velha Lusitânia, não houve privilégio que a excluísse desse forçoso remodelamento geral. A crise chegou até nós e, através das flutuações, das indecisões e das reações, ela resolveu-se, finalmente, com a vitória do princípio igualitário, que tornou os mesmos, perante a lei civil e política, os portugueses, num dos artigos da sua carta, em 1826 concedida, por um príncipe aventureiro e romanesco, a uma população que ansiava por melhorar as condições legais da sua existência.

A partir desse momento, a aristocracia desaparece; a sua função oblitera-se; e, apesar de uma última concessão, a ela feita, na organização de uma câmara de pares à maneira inglesa, pode assegurar-se que agoniza.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Agoniza, porque, pela tradicional ignorância dos seus membros entre nós, pela vaidade da classe que os leva a isolar-se das fontes da hegemonia positiva nas sociedades modernas (o trabalho intelectual e o industrial), ela não pode mais, ao desamparo dos privilégios que lhe davam a força, sustentar-se no conflito da concorrência dos adversários que lhe destaca o terceiro estado.

E extingue-se e morre definitivamente, quando o corolário natural da igualdade civil iniciada se vota nas câmaras; isto é, quando a lei que elimina os morgadios e estabelece a uniformidade de processo na distribuição da herança lhe retira a energia que dá a posse da grande propriedade territorial vinculada.

De então para diante, não há mais aristocracia. Sem privilégios e sem latifúndio inamovível, os seus títulos são meramente nominais. Então, mais uma vez, se vê comprovada a asserção luminosa de Tocqueville, de que sem a grande propriedade territorial a nobreza é uma palavra que não corresponde a realidade alguma.

Das considerações feitas, dois corolários procedem.

É o primeiro que uma câmara nobre não deve substituir, pois que não representa a preponderância da opinião de um fator do equilíbrio social. Assim, não passa de uma imoralíssima chancela, a mais, da vontade dos governos, que manobram com as *fornadas*, conforme aquela cuja enumeração vem sendo, há mês e pico, anunciada, revogada, emendada, acrescentada, diminuída e corrigida. Assim, a essa casa do parlamento, a enchem de plebeus ávidos e sem ciência nem seriedade.

É o segundo que o constitucionalismo, criando, pela força das coisas, uma nova unidade nacional, terminou o seu papel transitório de preparar a democracia e que, sem plano agora e sem intuito, ele não pode dar mais do que miséria e corrupção.

Nesta marcha de dissolução aristocrática, uma última coisa resta a fazer. É a supressão integral de todos os títulos e distinções nobiliárquicas.

Taxar-se-á de fútil esse propósito e alegar-se-á que a liberalização dos títulos constitui, para o tesouro, uma fonte de receita, que assim se vai estancar sem necessidade nem vantagem manifesta?

Mas é preciso ver as coisa de mais alto.

A existência de títulos cuja missão resulta representar distinções e apartar os cidadãos entre si é, por isso mesmo, uma imoralidade, que se torna de urgência eliminar.

São eles que mantêm nos costumes uma diferença odiosa que desapareceu das leis; eles habituam o povo a, na homogeneidade

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

étnica produzida, não romper definitivamente com a tradição torpe de diferenças de nascimento. São eles que criam as existências de aparato, insolentes no seu fausto. Afastam do trabalho útil uma porção importante de cidadãos, que julga impróprios de suas prosápias os misteres industriais e acaba, pela dissipação, em duas ou três gerações, por constituir a verdadeira plebe dos que mendigam empregos e sancionam o existente, para garantir-se sinecuras. São eles que corrompem o critério da juventude, fazendo prevalecer preconceitos provectos, como se vê duma literatura especial, que forneceu os modelos mais perfeitos nos tempos áureos do 2.º império, em França. Denunciando a anarquia das ideias e sentimentos, com os seus elogios e entusiásticas palinódias ao *alto mundo, ao viver dos salões, à fina sua sociedade, à elegância registrada do high-life*, as colunas dos jornais parisienses enchem-se de deploráveis documentos de inferioridade de pensar e de mediocridade de compreensão da dignidade humana.

Como se o *high-life*, a alta vida, fosse a da ostentação fátua e não a do trabalho produtivo; e se o tipo a definir, consoante o exemplar normal, estivesse no do vaidoso que exibe a sua embolia inútil do cimo de trens armoriado e não no do lutador obscuro, pelejando o áspero embate quotidiano necessário para ganhar o seu pão!

O argumento tirado dos seus réditos, ao Estado advindos, da liberalização dos títulos não tem, por sua parte, o mais somenos valor. Nenhum tributo sobre os vícios, os preconceitos, a grosseria humana pode ser admitido. O Estado não é uma simples máquina económica; e, na sua referência ao indivíduo, tem de pôr toda a probidade que o seu papal de moralizador das relações humanas lhe exige, desde que ele se compreende como o processo transitório de regularizar essas relações, submetendo-as a um critério de justiça sob que espontaneamente os homens hão de acabar por se disciplinar conscientemente.

Nesta ordem de ideias, o que é para almejar é que os factos se vão encaminhando, de maneira a que, progressivamente, os cidadãos se emancipem dos prejuízos que a tradição nos legou. O que conviria é que, nem na lei, já, nem nos costumes, ainda, eles se habituassem a considerar-se diferentemente do que são, isto é:

Uns, para com os outros, nem mais nem menos, mas, inteira e absolutamente, iguais.

Parece que tal deveria ser a lição e tal o ensino.

Diferentemente pensa o gabinete que nos administra e governa.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não se cansa de improvisar fidalgos, esquecido daquela palavra, orgulhosa de casta, do nobre que, altivamente, dizia ao monarca que ele poderia fazer titulares, mas fidalgos não.

E então escolhe-se bem. É uma perfeição.

Dentre os figurões, ultimamente feitos comendadores, há uma data de estrangeirada. De preferência, inglesa, naturalmente. Para amigos, mãos rotas.

Ora, apura-se que a maioria desses agraciados são... o quê? Degredados das colónias britânicas!

Tudo isto causa riso. Um riso lúgubre. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2017, 28 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Exegese de Piano

Agora que estamos em plena abertura de aulas e cursos; agora que, como sempre, temos mais uma ocasião de provar as nossas asserções com referência ao que nós chamamos a liberdade de pensar e de emitir, ou melhor, de transmitir ideias, pois que nunca nos convenceremos da profilaxia dos livros e cursos oficiais, que, em quanto a nós, não vieram senão entibiar, mais e mais, o nosso cultivo intelectual; agora, vimos dizendo, é ocasião oportuna de apresentarmos ao público a exposição que sobre — «A necessidade do método de estudo distribuído por um curso regular» — fez o snr. P. Botelho no seu livrinho intitulado *Exegese de um curso regular de piano.*

Tal exposição é, afinal, aplicável a qualquer curso regular, e em cujas entrelinhas se prova, com uma afirmação irrespondível, a nossa tese de há muito — qual é a de que, pelo sistema atual de protecionismo, que outro nome não tem, a umas dadas ideias oficiais (à semelhança do que se faz na Alemanha, assim se aventou, à falta de melhor argumento, e como, de resto, é uso velho entre nós), o nosso ensino cristalizará numa forma romboidinal; que não diremos digna de melhor sorte, pois que é sabido que a determinadas coisas não podem corresponder senão determinados efeitos.

O que é certo, em meio de tudo isto, é que — ai dos que têm filhos! E, ai destes!

E ao diante, a nacionalidade portuguesa não tem a esperar por um futuro muito lisonjeiro, visto que os que têm de dirigi-la se hão de, fatalmente, encontrar em más condições para semelhante

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

fim, e muito aquém do movimento de avanço com que lá fora, dia a dia, se afirma a mocidade esperançosa das escolas.

Mas, enfim, vamos à necessidade do método de estudo distribuído por um curso regular.

Por melhor que o Criador haja dotado de inteligência um indivíduo, não poderá este colher da mesma o devido proveito se não se cultivar com cuidado e esmero; da mesma forma que uma terra, ainda de superior qualidade, não produzirá senão ervas ruins e parasitas, se o lavrador a deixar em pousio ou ao abandono.

E não basta lançar a semente à terra; é necessário procurar a cultura apropriada à índole desta, a época precisa, as condições climatológicas do lugar etc., etc., a fim de se obter um resultado lisonjeiro e exato; isto é, calculado de antemão.

Pois, semelhantemente, com muita analogia mesmo, a nossa inteligência está, ainda, nas condições que acabamos de referir da mesma terra.

Primeiro, nem todos os espíritos se apropriam à mesma cultura intelectual. Como se sabe, há as tendências por este ou por aquele ramo de saber humano, por esta ou por aquela das belas artes. E neste último género, preferem uns a música, outros a pintura, outros a estatuária, etc.

Depois, apropriada, ou escolhida que seja, a inclinação do indivíduo, a matéria a que se há de dedicar, é preciso, tanto quanto possível, procurar qual o meio mais simples e, ao mesmo tempo, de maior resultado para imbuir, pouco a pouco, paulatinamente, o novel espírito na aludida matéria.

E aqui temos nós, desde já, explicada a necessidade de um método preciso, prático e seguro. Pois que é chegado, também, o momento de se saber que a função psicológica e mecânica de um órgão está sujeita a uma lei inata, que o homem pode, sim, apropriar e modificar mesmo, porém jamais contrariar essencialmente.

Todo o órgão está adstrito a uma determinada função limitada, muito limitada mesmo, e, como regra, se o relaxarmos a uma certa inércia, acaba, pouco a pouco, por perder a sua atividade, ou seja o seu funcionamento.

E assim se explica, mesmo, que um cérebro, sem ocupação, se entregue a pensamentos desordenados, à falta de uma determinada orientação, pela necessidade inata, que experimenta, de funcionamento, de vida, enfim.

A dinâmica da existência regula-se por uma lei fatal, intangível à mão do homem, e que tem de exercer-se, necessariamente; e,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

por isso, o cérebro humano há de trabalhar sobre o dado ponto, entregando-se, conforme a sua natureza, ou direção, ou ao misticismo contemplativo da religião, ou aos arrombamentos empolgantes da arte, ou ainda às lucubrações especulativas da ciência. E aquele que melhor estabelecer o justo equilíbrio desta tríade de funções será o mais bem dotado e, porventura, o mais feliz. Da mesma forma que, se submetermos o cérebro a um estudo demasiadamente aturado, em breve o veremos cansar e atrofiar, podendo, ali, dar-se uma rutura funesta para o seu modo de ser particular, e mesmo para o sistema geral de que ele faz parte.

Em resumo, não se pode pedir ao cérebro senão o que ele pode e deve dar. E, da mesma forma que se educa um músculo para o tornar mais forte, disciplinando-o de modo a produzir o maior esforço num dado sentido, assim o cérebro, pouco a pouco, pode chegar a adquirir um grau de potência, ou de desenvolvimento intelectual, muitíssimo grande. Como, também, com esforços mal apropriados e intempestivos, de ordinário o que se alcança — é a chamada *preguiça cerebral*, infelizmente tão comum ao nosso meio. De resto, permitam-nos a ideia: um método é uma alavanca aplicada à inteligência: e, quanto melhor uso se souber fazer daquele, tanto maior será o resultado obtido. De duas inteligências iguais, aquela que melhor disciplinada for pelo método, tanto mais se distanciará da outra, de futuro.

Assim, pois, se da apropriação da matéria, do gosto ou inclinação do indivíduo, se faz o primeiro desideratum da respetiva educação, não é menos evidente que o segundo reside, todo, na forma do cultivo — ou seja no método — que se adotou para o dito fim. Não é, — pois, uma questão anódina a escolha e ministração de um método de estudo; é, sim, antes, uma questão de altíssima transcendência, e imprescindível em vista de um tão grande progresso, como aquele que ora nos solicita.

Daqui em diante a doutrina particulariza-se sobre o assunto a que já nos referimos, e por isso terminamos.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2018, 29 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

As Minhas Opiniões

Com este título, que em melhor gosto, seria talvez bom não haver surgido a lembrança de encontrar, acaba de aparecer, em edição do nosso esclarecido colega do Dia, um volume de estudos psicológicos e sociais, devido à pena do nosso prezado amigo e eminente correlegionário dr. Teixeira de Queirós.

Não é um desconhecido para o público culto, antes, de há muito o preocupa, pois que, ainda sobressaltava os espíritos o efeito da revelação da fórmula nova do romance naturalista, introduzida em Portugal pelo snr. Eça de Queirós com *O Crime do Padre Amaro*, quando apareceu nas livrarias o primeiro volume da *Comédia do Campo*, rubricado pelo pseudónimo de Bento Moreno, que em revistas literárias, como o *Cenáculo*, começara a ser notado; ele encobria o dr. Teixeira de Queirós.

O livro era uma coleção de contos passados no campo, através da planturosa alegria do Minho; mas a influência do naturalismo surpreende-se pelo cuidado de uma análise cruel, que faz saltar a roda da fantasia para fora da *ornière* riscada por Júlio Dinis. A aldeia não aparece já nesse esfumado longe em que apetece colocar a cidade perfeita das utopias comunistas; os camponeses não são mais abstratas idealizações. Movem-se na ação simples com a nítida variedade das suas ideias acanhadas e dos seus sentimentos grosseiros.

Neste aspeto, o trabalho do escritor representa um incontestável progresso, integra-se na obra que se empenha por desenhar os traços fisionómicos da sociedade portuguesa.

Este livro trouxe à gama da moderna elaboração artística uma nota nova, porque a tendência do literato está, como o registrou a

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

crítica do snr. Silva Pinto, em revelar diretamente o seu personagem pela ação, determinando-lhe e estrutura moral mercê do impulso das influências ambientes que o propelem. Mas, neste ponto de vista, aos tipos do artista acanhou-os um particularismo levado a termos de o fazer em demasia transitórios; o campo de observação compreende momentos morais igualmente tão passageiros e tão pouco intensos que quase não permitem definir caracteres.

Com a educação científica que recebeu, pôde o literato vincular o seu nome à recente renovação do romance entre nós, pois que a completou na sua teoria geral, introduzindo no julgamento dos seres morais as ideias mesológica e de hereditariedade que, predispondo e afeiçoando o ânimo, adaptando-o ou destruindo-o no conflito, explicam racionalmente o que o simples exame psicológico não faz mais do que tornar claro, amostrando-o.

Contudo, por uma antinomia de espírito que tem um alevantado motivo, é neste dos escritores naturalistas portugueses que simultaneamente mais perturba a serena observação um preconceito mental hostil à indiferença crítica.

Assim, com uma audácia delatora, indo ao ponto de, no plano da Comédia humana, reaparecerem de livro a livro, ligadas, as mesmas figuras na final unidade representativa da nossa sociedade, o romancista alargou breve o quadro diminuto das suas criações e abordou o estudo das várias camadas e dos diversos episódios da vida burguesa no país. A sua obra neste sentido, até hoje publicada, contém três volumes, dois romances e uma comédia.

O autor é um médico e um político; não se amesquinhando nessa egoísta apatia dos artistas que deu a Goethe a sua olímpica serenidade, todos os princípios o trabalham, todos os interesses o despertam.

Por isso, acostumado a molhar os lábios no licor, amargo mas tónico, das mais altruístas aspirações, o literato, num propósito pedagógico, por vezes, desequilibrado pela paixão, perde a impossibilidade que urge à análise exata.

Colérico, a protérvia humana, a imbecilidade nacional indignam-no, azedando-se-lhe o amor em revolta. Como na *Feira das vaidades*, o absurdo dos tradicionais ensinos, a infâmia das almas perversas, os prejuízos aceites e estimados armam o escritor dum azorrague, que silva impiedoso.

No teatro, pelas condições especiais da cena, este critério conduz na realização, como, apesar de tudo, se vê no Mercadet, à degenerescência caricatural; assim, no Grande Homem, Maurício Pontino, o protagonista, nem é definidamente um monomaníaco

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

nem pode representar a mediocridade constitucional. Cumprindo que uma plateia espessa entenda o ridículo dos seus ídolos, chega-se à beira de os deformar, obrigando-os a ingerir grotesco em doses com que, eles mesmos, não aguentam.

No romance, isto força os caracteres, torna-os irreais. Depois, o riso não o despede a própria situação, vem da lógica do escritor, que cede ao prurido de pela técnica cristalizar sarcásticos comentários, como se vê na redução do discurso de *Salústio Nogueira*, nas pompas de S. Bento.

Mas aqui se fundamentam prestigiosas qualidades para o artista. Entristecendo-o da sociedade, este subjetivismo fez-lhe amar a natureza e por isso a sua paisagem se anima; apontando-lhe a treva que enegrece a intuição do momento dramático. Possui-a e objetiva-a com um talento dominante; ela lhe deu essa página movimentada do suicídio de Angélica; ela o habilitou a enriquecer-se desse comovente *António Fogueira*, que é uma peça magistral.

Da mesma origem correm dotes de satírico. Assim, nos *Noivos*, pelos hábitos imorais do namoro, resolvendo-se na perigosa leviandade dos casamentos no ar, um sarcasmo cruel grifa o desolante desfecho. No romance político, à retórica de uma caridade de convenção veste-lhe a epiderme uma lepra *espongiosa*.

Desta maneira, se estudaram organismos mais complexos, se cavaram acontecimentos, de começo tão inconsistentes que para eles embalde forcejariam ser desculpa as palavras de Balzac na *Modeste Mignon*. Por esta via se topou com seres impressivos, como os que destacam da turbamulta de *escroce* e cortesãs que orientam uma política vil; a análise ganhou latitude, tomou para si uma área maior, teve curiosidade por meticulosos fatores elementares, conforme o exemplificam as cenas da casa de hóspedes, por que um dia se reproduzirá essa típica modalidade do viver moderno, em que a mescla de diateses mutuamente formiga naquele comum desleixo que fornece a Balzac a pintura excecional do estabelecimento da snr.ª Vauquer. Por tal razão é esplendidamente sugestivo esse livro do *Amor Divino*, em que a catástrofe pelo alucinante impulso místico dispara num terror de tragédia.

Tecnicamente, o artista não é um dos *enfants gâtés* da espontânea facilidade. Apercebe-se que a uma bela inspiração oprimida, a vontade inteligente, culta e tenaz vai desbravando um terreno rebelde. Mas a ingrata teimosia da charneca é vencida com um êxito diário; o diálogo aperfeiçoa-se; há um maior relevo na cena, o corte das situações é mais decidido; as figuras desenham-se nitidamente, a ação já se não atropela, como nos primitivos esboços.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Finalmente, de volume a volume, o estilo forma-se, ameiga-se, viriliza-se, enriquece e ultima-se, dos limos primeiros sobrenadando nas águas claras, orgulhoso de se sentir desembaraçado, feliz de sorver os beijos da luz.

O livro atual apresenta-nos o escritor sob novo aspeto, a do crítico e publicista. É aí não menos notável o snr. Teixeira de Queirós, como o sabem todos os que, há anos já, leram as sugestivas páginas que, à biografia literária de Gonçalves Crespo, tomou o nosso amigo da magnífica revista *A Renascença*, dirigida pelo poeta Joaquim de Araújo.

Primitivamente com distinto a publicação periódica do Brasil (o ilustre confrade do *Paiz*), os artigos que respetivamente constituem os capítulos da obra presente foram reunidos, para, melhor ataviados, aparecerem de vez em público.

Exclui o autor deste volume matéria mais acentuadamente literária que noutro aparecerá. No prelo, sabe-se que se encontra também um novo romance, *Amores, Amores....* Pertencente à admirável coleção da *Comédia do Campo.*

Os ensaios compreendidos no tomo de agora versam os temas de *Oliveira Martins, José Falcão, Pinheiro Chagas, João de Deus, Honoré de Balzac, O Czar, Pasteur, A. Dumas, filho, Apostolado da Oração, Cortes Portuguesas, Outros Tempos, Centenário Antoniano, Congresso Católico e Socialismo.*

São primorosos alguns destes esboços; todos, belos pela intrépida sinceridade da convicção. Uma ironia, implacável mas fina, anima-os. A prosa enfestou-se, por vezes, das mais garridas galas. E a graça do estilo poderá, aos desatentos ou desprevenidos, fazer que não reparem na sólida erudição pelo autor mais que revelada, encoberta.

Eis, pois, trabalho, artístico e crítico, que deve ser lido. Há, em todo, que gozar esteticamente, mas há também repetido lance para filosoficamente meditar.

O depósito da obra encontra-se na livraria M. Gomes, ao Chiado, Lisboa, uma das modernas casas editoras que mais se tem empenhado na excelência das suas publicações.

Agradecemos, penhoradamente, a cativante amabilidade da dedicatória do exemplar recebido, fineza para nós preciosa.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2018, 29 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Jesuitismo e o Governo

Ontem, em *suelto* especial, referiu a nossa folha, longamente, ao abusivo favoritismo com que o atual ministro da fazenda, sempre presidente do conselho, serviu as pretensões inadmissíveis duma congregação jesuítica da fronteira vila de Gaia, em detrimento duma sociedade civil, cuja benemerência, à face evidente dos factos, não pode, em maneira alguma, ser contestada.

Eis aí um dos mais revoltantes escândalos que podem ajuntar-se, recentemente, aos inúmeros que vêm esmaltando a odiosa tradição dum gabinete dos mais funestos que entre nós se tem seguido nesta pavorosa derrocada de leis, garantias e costumes políticos, ainda com pena e risco da subversão, mais ou menos próxima, da mesma nacionalidade.

Da importante soma de cem contos alienou, de mão beijada, a posse ao Estado esse ministro maldito, cuja ação no interior se reduz a agravar periodicamente os impostos e cujo influxo no exterior se confina no propósito de entregar à cobiça da Inglaterra o nosso exausto domínio ultramarino.

O procedimento do snr. Hintze Ribeiro, no caso particular que nos ocupa, merece as mais ásperas censuras, não só pelo nepotismo que manifesta a favor de uma corporação acintosamente privilegiada, como porque seja um sintoma do quanto tem avançado, entre nós, a propaganda ultramontana, conquistando, nas altas regiões administrativas, uma posição e uma influência que, justamente, devem revoltar todos os ânimos liberais.

Mas, se o critério porque se orienta o snr. Presidente do conselho não pode senão granjear a animadversão dos espíritos retos,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

por desprendidos de atrasados preconceitos, havemos de convir em que a sua conduta é, como não podia deixar de ser, homóloga e concordante com a dos seus dignos colegas.

Senão, consideremos se dele divergem os outros membros do gabinete, entre os quais avulta a figura proeminente do snr. João Franco, titular da pasta do reino e ditador máximo, mercê da campanha de carteiras partidas em que assinalou a maestria dos seus punhos.

Por alguma forma, lhe competia, de resto, mostrar-se notável, visto como de suas capacidades intelectuais nenhuns indícios dera ainda, além de revelar, com geral surpresa, tais quais luzes da tábua de Pitágoras. Na sua passagem pelas dificuldades das míseras finanças públicas, o seu esforço crítico fora até ao ponto de decretar um adicional de 60 % sobre as taxas tributárias, ao tempo, existentes. Este golpe de força esgotara-o em matéria de inventiva e ideação, mas não comovera os seus antigos condiscípulos ou contemporâneos universitários, os quais, ao que se depreende das despeitadas inconfidências, do livro farfalhado do snr. Augusto Fuschini, formaram sempre da capacidade mental do referido snr. Franco um conceito prodigiosamente medíocre.

Na espontaneidade juvenil, ardente democrata; mesmo, mais tarde relativamente, fundador de um centro republicano, numa das cidades da Beira, o antigo modesto delegado volveu-se num perseguidor fanático, com essa intransigência e intolerância peculiares dos apóstatas.

O seu nome está ligado a todas as medidas de repressão, e o seu valimento depende da sua condescendência. Criatura funesta, a história há de julgá-lo severamente.

Que resta? Um janota de torna-viagem, George Brummel, de cujas filáucias não seria literato da estofa de Barbey de Aurevilly quem rezasse.

O demais é comparsaria, que não fornece margem à discussão.

Esta desgraçada e desengraçada sequela presta, todavia, um inconsciente mas útil serviço. Ele são tão necessários como Louis Blanc, republicano sem contestação, demonstrou que necessário fora Calonne, com os seus esbanjamentos, propícios ao advento dos sucessos que em França fecharam a fase tradicional e abriram, consequentemente, o ciclo moderno.

A sua substituição por outros é, inteiramente, prescindível.

Esses tais não viriam fazer senão o mesmo que estes fazem. E seriam mais antipáticos, porque fingem ser o que não são; liberais, quando são absolutistas; progressistas, quando são reacionários.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O seu passado adverte-nos; e o papel de mistificados é pior do que o de oprimidos.

Quem não é por nós, professou-o já o Evangelho. Nós preferimos as hostilidades bárbaras às traições jesuíticas. Morrer por morrer, antes apunhalados, do que abafados na perfídia dum falso abraço. O beijo de Judas é a maior infâmia da história.

Assim, o desavergonhado favoritismo aludido do snr. Hintze Ribeiro, que motivou este artigo, pequeno, pois que o espaço hoje nos não sobeje, em certo modo, agrada-nos.

É lógico. Sabemos, todos, civilistas, republicanos, democratas, com que casta de gente nos continuamos a haver.

Ora, ainda bem. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2020, 31 de outubro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os Milagres de Lourdes

Tão o título, tal o assunto escolhido pelo novo médico o snr. Alfredo de Magalhães para a sua tese. Não se trata, é claro, porque isso seria impróprio dum trabalho daquela ordem, de discutir a teoria do milagre, nem no sentido negativista dum voltaireanismo à século XVIII, nem no sentido apologético do ingénuo Lasserre, tão belamente traduzido pelo snr. Conde de Samodães. Se Deus pode ou não pode, quer ou não quer operar milagres, se a ordem da natureza, perturbada por um ato arbitrário das potências celestes acusa a sabedoria e poder divino, ou deve antes acusar a sua imprevidência, como sustentam certos metafísicos adversos a toda e qualquer religião positiva; tudo isso foi posto de parte pelo autor.

Factos! factos! A ciência moderna dispensa divagações; quer factos duma realidade palpável, e explicado o porquê desses factos, nada mais.

Nós já não podemos dizer, nesta altura do século XIX, como dizia Voltaire no século passado; que, se lhe viessem dizer que ao pé de si se passara um facto miraculoso, nem sequer voltaria a cabeça. Hoje há necessidade de tudo observar, de tudo analisar. Estudo nenhum pode resultar bem feito, se para ele levamos as opiniões antecipadas dum estreito sectarismo.

Aduzem-se, por parte de homens, sinceramente piedosos uns, e outros refinadamente hipócritas, factos por tal forma fora do comum, aliás certificados por homens de tão indiscutível autoridade e alguns, que a simples negação já não basta a satisfazer mesmo os espíritos mais hostis.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Relativamente a Lurdes, pois, o que haverá de verdade?

Eis a questão implicitamente posta pelo dr. Alfredo de Magalhães, e à que ele havia de responder no seu belo estudo de 130 páginas em oitavo grande, escrito num estilo fluente e elegante, com bom critério e boa soma de conhecimentos, quer especialistamente falando, quer mesmo sob o ponto de vista histórico.

É um belo livro; português de lei, e tonificante dos espíritos.

Admite o autor a *hipótese* do milagre, isto é, da intervenção, nos fenómenos naturais, duma força misteriosos, extranatural e superior à natureza, que se permite quebrar a lógica das coisas indo ao encontro a leis que a experiência nos diz imutáveis?...

Calude Bernard escreveu que só é extraordinário, isto é, *sobrenatural* para o homem, aquilo cujas causas determinantes não lhe são conhecidas. Evidentemente, em Lurdes, ocorre, neste sentido, para o vulgo, o que quer que seja de extraordinário.

Iremos por este facto asseverar, ingenuamente, que uma entidade divina não do seu sossego transcendente para vir à terra realizar esses factos?... Rabelais, em pleno século XVI, anteriormente no formidável protesto de Lutero na Alemanha, perseguia já com a sua implacável ironia os que ensinam ou creem que os eleitos de Deus nos mandam ou nos curam moléstias. Iremos nós hoje regressar aos frades ignorantes por ele satirizados?...

Por Deus, que não! As ciências positivas não têm progredido em vão. E longe estamos nós de renegar os progressos científicos acumulados por tantas gerações de austeros trabalhadores.

Todavia, para quê tomar dessa ingénua crença encantadora — encantadora enquanto a não deturpam pensamentos interesseiros de torpe mercancia —, para quê tomar dessa crença pretexto para áridas questões dum estreito teologismo intolerante, ou dum racionalismo não menos árido?

Dizia Tácito que os espíritos assaltados do terror caem facilmente em delírios, a cujas visualidades prestam depois fé. O que Tácito diz do terror tem igual aplicação ao amor. E o culto da Virgem, especialmente desde o século XII para cá, tem-se acrilosado por forma tal, que todos os corações crentes e sensíveis se sentem para ela atraídos, para a divina *mãe de misericórdia*, nu amor tão ardente, numa fé tão viva, que tem toda a exatidão aquela frase de Michelet citada pelo autor de quem nos vimos ocupando. *Parece que Deus mudou de sexo...*

Nesta corrente de afeto místico, que prende as criaturas à mãe do Criador, visões como a que teve a pobre histérica que dava pelo nome de Bernadette Soubirou, e que do seu histerismo

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

morreu afinal, nada têm de maravilhoso. À força de se pensar na meiga criatura por Deus escolhida para sacrário do Redentor, à força de se esperar ir vê-la no céu, dominando os tronos e as dominações, a visão querida acaba por surgir. Há uma doce ilusão de todos os sentidos. A vista e o ouvido tornam-se cúmplices do extraordinário sonho. Ai! Não vira também Joana d'Arc o arcanjo de S. Miguel e a piedosa Santa Catarina?... Não lhes haviam eles falado?... Não foi por sua ordem que ela se armou e partiu a combater os ingleses?...

Simplesmente, como Bernadette é uma rapariga inculta, tão inculta como o fora outrora a bela pastorinha de Donremy, tão impiedosamente ridicularizada pelo irreverente autor da *Pucelle*, desde que a ilusão auditiva se produz, as palavras que, por meio dessa ilusão, lhe martelam no cérebro, disparatadas, faltas de senso comum, bastariam a revelar a não supernaturalidade do caso a todos os espíritos não apaixonados do seu sectarismo religioso.

Em verdade, o que diz a Virgem à pobre pastora dos Pirenéus?... *Eu sou a imaculada Conceição!* — A um espírito culto nunca tais palavras poderiam soar aos ouvidos como sendo pronunciadas por lábios divinos, por isso que tais palavras são um não-senso.

Esmiucemos a frase.

Conceição é o ato de conceber. É uma função fisiológica da mulher, mas não é a mulher. E a crença na Imaculada Conceição da Virgem que, muito especialmente desde S. Bernardo e S. Domingos se fez caminho na Igreja, até que Pio IX dogmaticamente a definiu por um ato de ditadura que esteve a pique de produzir um cisma nessa mesma Igreja, essa crença, esse dogma, o que afirma? — Que Maria, para ser digna de conceber no seu seio o Salvador do Mundo, foi por Deus isenta da mácula original do pecado a todas as gerações transmitida desde o primitivo par edénico.

Sabido isto, como admitir, a não ser no cérebro enfermo da ingénua Bernadette, a autenticidade da frase atribuída à Virgem?...

Jesus!... e lá íamos nós arrastados pela pecha racionalista a profanar com a nossa análise implacável o encantado idílio passado entre a pastorinha dos Pirenéus e sua santa irmã, a Virgem mãe de Deus!...

O milagre, — e prová-lo é tudo quanto implicitamente se contém na bela produção do moço médico — é uma realidade toda subjetiva. Há milagres? — Por certo: no espírito de quem neles crê.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Pois não acreditavam os antigos saxões na miraculosa virtude de certas fontes, exatamente como hoje tanta gente acredita nos efeitos miraculosos das águas de Lourdes? E, apesar de convertidos já ao Cristianismo pelas armas ímpias de Carlos Magno, que os violentou a serem batizados no Weser, não permaneceram eles fieis a essas crenças ainda até ao século XIII?... Esta espécie de *idolatria*, estava por tal forma universalizada e arreigada, que foi dos restos da paganismo o que mais custou a estirpar. Assim de Luiturand condenam-no como sacrílega. E como se isto não bastara — ouçam os crentes! — essa idolatria, hoje renovada em Lourdes, é formalmente condenada pelo concílio de Arles no século V; pelo concílio de Tours no século seguinte; e pelo concílio de Septiens no século VII!

Muito depois dessas condenações, tão ingénuas como os próprios factos condenados, a idolatria subsiste com idêntica energia. É assim que, em o nosso país se produz a piedosa tenda de Nossa Senhora dos Mártires de Castro Marim, na qual um cristão aprisionado de mouros e pelo seu amo todas as noites encerrado num caixote, sobre o qual o perro infiel faz a sua cama e dorme, depois de ter grandemente blasfemado da Virgem e do seu bendito Filho. Em sua mísera condição se espanta o prisioneiro de que fique sem punição o diário desacato; até que numa noite, enquanto o mouro dormia o seu sono profundo, mão invisível impele para o mar o caixote, que vai vogando, vogando, até terra de cristãos, onde o mouro desperta, o arrependido, se converte e pede para ser batizado. Para logo a fonte santa irrompe do solo, e na sua linfa lava o mouro os seus pecados, e a Virgem dos Mártires, autora do milagre, nessa linfa se vê ainda hoje glorificada.

Poderemos esboçar o riso cruel dos enciclopedistas perante tão infantil credulidade?... Seja embora. Mas não duvidemos nunca da sinceridade da boa gente que tais *graças* experimenta. Pois não se gabavam os antigos germanos, segundo o depoimento de Tácito, de que *viam* os seus deuses, tão real e perfeitamente como Bernadette *viu* a Virgem, pela força da sua fé viva?... Não experimentavam eles a audição do ruído que, subterraneamente, fazia o sol, passando da orla extrema do ocidente onde desaparecera, para o oriente, onde, no dia seguinte, teria de ressurgir, triunfante em toda a sua glória?... Para ver e ouvir tais coisas basta crer nelas. *Felizes dos que creem!* Diz o Evangelho; porque para esses todas estas sublimes ilusões serão incontestáveis realidades.

Vamo-nos, porém, alongando em considerações demasiado extensas, e o leitor o que quer talvez é que lhe digamos o nosso

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

pensamento acerca do curioso trabalho do snr. Alfredo de Magalhães. Repousemos um pouco. Em número próximo diremos, concluindo, isso que o leitor espera de nós.*

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2021, 1 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Prosseguindo, para concluirmos, parece que o melhor que se possa fazer ao ocupar-se a Crítica (?) de obras deste quilate, é apresentar trabalho de reforço, para que na apreciação meramente literária ou científica nos não fiquemos apenas. Já dissemos que a tese do dr. Alfredo Magalhães está belamente escrita; já dissemos que pelo seu lado médico nos reputávamos incompetente para uma apreciação em forma. O que resta? — A parte histórica.

E, pois que o autor comunga à mesa eucarística dos nossos ideais, secundamos, alargando, o seu estudo histórico, concorrendo assim a corroborar tudo quanto no terreno dos factos possa contribuir à defesa da tese que o ilustrado médico se propôs fundamentar.

É grande, dizem, o número de milagres, acusados pela gratidão dos que, na gruta de Lourdes, experimentaram a ação benéfica da divina graça, em circunstâncias tais que a autossugestão não bastará a explicar, por grande que seja a força que queiram atribuir-lhe os adversários do milagre.

Então que curas extraordinárias são essas?... As de afeções que a medicina ordinária reputara incurável?... soldadura de ossos partidos?... extinção e cicatrização de chagas de mau carácter?...

Seja assim.

Em tudo isso o «milagre» opera sobre elementos materiais preexistentes, sobre organismos não destruídos. Não há casos de membros amputados e renascidos miraculosamente; não há casos de mortos ressuscitados.

Deixam por isso de ser extraordinárias tais curas?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não deixam, nem o autor o afirma. Simplesmente, o que devemos é reportarmo-nos a Claude Bernard, e lembrarmo-nos de que é extraordinário tudo o que não sabemos explicar; lembremo-nos, todavia, também que esses casos de Lourdes não têm absoluta novidade, e que não há motivo para se gritar *milagre!* hoje e negar idêntico *milagre* de ontem.

Nos templos de Esculápio em Epidauro viam-se também pendurados junto aos altares, como hoje se vê nas paredes da gruta de Lourdes os piedosos ex-votos, representantes da gratidão dos fiéis pelos milagrosos benefícios recebidos da parte da divindade. Meninos de prata, atestando curas infantis de moléstias graves; pernas e braços, atestando soldaduras de ossos, como muitas das que Lassarre menciona, etc.

Porque classificaremos de intrujices sacerdotais os *milagres* de Esculápio, atestados pela gratidão daqueles em quem eles se operaram e presenciados por testemunhas que neles creram, exatamente como com os de Lourdes acontece, e rendermo-nos incoerentemente ao sobrenaturalismo dos escritores católicos dos nossos dias?

O melhor é acreditar na boa-fé de todos; na dos antigos e na dos modernos. E, como os factos são congéneres, e o exclusivismo intolerante que está no espírito de todas as religiões dogmáticas nos não permite que admitamos uma igual intervenção divina, beneficiando ontem pagãos e católicos hoje, admitamos que, pois que os efeitos são idênticos, idênticas devem ser as causas; e, se estas nos não são conhecidas, procuremos descobri-las, sem nos deixarmos arrastar pelos delírios da nossa imaginação, laborando sob a pressão das tradições seculares e duma educação demasiado mística.

Cristo e os apóstolos curavam, só com o sinal da cruz, os casos de histeria conhecida entre o vulgo ignorante como resultantes duma posse diabólica. Os padres ignorantes das nossas aldeias ainda hoje põem em prática a sua terapêutica exorcista, julgando, com toda a sinceridade da sua ignorância, que são as suas rezas e as suas aspersões de água benta que realizam aquelas curas. E, todavia, os presumidos presentes do Diabo curam-se, momentaneamente, mas é pela influência moral da fé com que ao exorcismo se sujeitam mentalmente, enquanto o corpo se revolve numa grande indisciplina de nervos.

De casos de alucinação estão cheias as histórias antigas e modernas. E Constantino, o parricida, vendo no céu a cruz com a legenda que lhe prometia a vitória sobre Maxêncio, é para nós

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

mais admirável do que o caso da pobre Bernadette, esta era uma pobre criaturinha meiga, ingénua, boa, aquele era um bandido coroado. A Divindade ficaria desonrada pondo a sua ação ao serviço de semelhante biltre. E, todavia, cremos bem que, se a visão de Constantino não foi inventada depois, no tempo em que as *piedosas fraudes* estiveram em moda. Constantino teria visto tudo. E não nos custa mesmo crer, pela teoria das alucinações coletivas, que todo o exército comandado pelo aspirante ao Império tenha igualmente visto. Basta um ato de fé energicamente formulado *in mente* para que o fervor religioso então experimentado nos dê a alucinação de que somos participantes da graça de que um outro está gozando.

Também Licínio, apesar de não convertido ao Cristianismo, mas sugestionado pelo espírito cristão que já por toda a parte se afirmava, quando marchava contra Maximino, viu e ouviu um anjo que lhe ensinou uma oração, cujo poder foi bastante a dar-lhe a vitória almejada.

Quando a peste, sob o pontificado de Gregório Magno, assolou a cidade de Roma, produzindo grande número de vítimas, conta-se que o papa impetrara fervorosamente da Virgem a sua intercessão para a extinção do flagelo, e que nesta ocasião todos ouviram os anjos no céu, cantando o hino romano *O Regina coelilactare*... O que se não sabe é quem ensinou aos anjos latim e cantochão.

De dois frades se conta que, a 21 de março de 453, véspera do domingo da Paixão, tiveram, apesar da grande distância que os separava, simultaneamente, a *visão do caminho por onde subira ao céu* o patriarca S. Bento, fundador da sua ordem, então recentemente falecido.

Conta-se que Eucher, bispo de Lyon, estando em fervorosa prece, foi levado por um anjo ao inferno, onde lhe foi dado ver Carlos Martello ardendo nas chamas, em castigo, segundo lhe asseverou o mesmo anjo que lhe servira de guia, de ter espoliado igrejas em benefício dos seus leudas. Aberto o túmulo do rei, prossegue a lenda, viu-se que o fundo estava chamuscado, saltando de lá para fora uma serpente fumegante, com o cheiro sulfúreo que deve caracterizar as furnas infernais.

Herman S. Jooseph escuta as onze mil virgens que, em coro, lhe ensinam o hino que ele compôs, *O vernantes Christi rosae!* Ricardo de S. Victor escreve o hino *Ave Mater Salvatoris* sob influência duma visão celeste. Maomé estava convencido de que fora arrebatado do templo de Meca ao de Jerusalém, além numa das suas noites de piedosa meditação. S. Domingos, antes de partir

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

para a implacável guerra dos albigenses, vê a Virgem, que avança para ele, sorridente, e lhe chega aos lábios ressequidos pela febre do *extasis*, a celeste ambrósia dos seus peitos divinos.

Littré dá, como exemplo frisante da unidade nas alucinações coletivas, as alucinações dos feiticeiros que se reputavam levados pelo Diabo à infernal orgia do *sabbat*. E esta crença era tão pouco fingida que, no meio dos horrores da inquisição, eles não deixavam de confirmar o facto de cuja imputação iam ser vítimas...

Falámos, há pouco, de Lutero. Quando ele, católico ainda, subia de joelhos as escadas do Pretório, teve a alucinação auditiva que lhe segredou ao ouvido o texto bíblico: *O justo viverá pela fé!...* Esta alucinação não foi dos menores fatores da Reforma, em que a doutrina ímpia da inutilidade das boas obras para a salvação do que se justifica pela fé foi pomposamente proclamada.

Santa Teresa de Jesus, contemporânea de Lutero, e compatriota dos *alumbrados*, inconsequentemente perseguidos pela Inquisição, viu um serafim que lhe veio trespassar o coração com uma seta de fogo do amor divino do seu divino esposo. Reminiscências do Cupido da fábula?... Talvez. Mas Teresa viu o serafim e *sentiu* o coração trespassado...

No século XVII, em França, nas vésperas da Enciclopédia e da Revolução, os partidários de Jansenio saravam das suas enfermidades, quaisquer que elas fossem, só com tocar no corpo do seu ídolo. Havia quem sobre o túmulo do díscono Paris experimentou convulsões *sobrenaturais*.

Algumas mulheres tinham espasmos e profetizavam, como os pastorinhos das Ceyennas, nos tempos das perseguições religiosas promovidas por Luís XIV e aplaudidas por Bossuet...

Basta, porém.

Vê-se que Lourdes é a mera continuação do maravilhoso incompreendido que todas as religiões têm consagrado. O inexplicado pretende impor-se como sobrenatural. Ora, a tese do dr. Alfredo Magalhães é a confirmação, talentosamente feita, desta verdade, revelada na História.

Felicitámo-lo, e agradecemos-lhe os exemplares recebidos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2024, 5 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Espanha

A situação política geral da Espanha, a cada instante, se define em uma nitidez de molde a oferecer um dos raros casos em que a previsão sociológica se patenteia com uma quase evidência.

Apareceu há dias, como se sabe, nas colunas do *New-York Herald* um artigo importantíssimo, sob o título biblicamente ameaçador de Man..., The..., Pharès. Esse documento, duma valia altamente significativa, foi transcrito pela imprensa europeia e em suas páginas, por exemplo, se deu pressa de arquivá-lo o *Figaro*, de Paris.

Aí se assegura que Cuba está irremediavelmente perdida para a Espanha, porque a orientação superior dos Estados Unidos consiste, sem discrepância, na interferência em prol da causa dos patriotas cubanos.

Aberto o período eleitoral para a chefia da nação, é ponto comum nos programas dos dois candidatos competidores a independência de Cuba, que constitui um destes temas em que se consubstanciam unicamente a aspiração e a vontade, o pensamento e o querer de todo o povo norte-americano.

Posta a questão nestes gravíssimos termos, cumpre advertir nas dificuldades materiais com que luta o brio intemerato dos espanhóis, atormentados por uma crise económica, cujo embaraço mais se agravou com os atritos encontrados para a realização do fracassado grande empréstimo do milhar de milhões de pesetas, destinadas ao sacrifício da voragem insaciável da guerra.

A desconfiança e receios do capital disponível dos mercados das praças europeias indica, claramente de que género são as

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

suas suspeitas concernentemente ao carácter, não só ulterior como ainda próximo, que revestirão os acontecimentos a Cuba respeitantes. Não prevê esse capital a vitória da Espanha, pois que a Espanha não quer vir em auxílio e pressupõe a entrada em cena da formidável república transatlântica, o que não deixa dúvidas sobre o êxito final da campanha.

Como quer que seja, aos nossos vizinhos falta, até, o tempo necessário para que as condições políticas pudessem bruscamente alterar-se, como sucederia na hipótese dum esmagamento rápido da insurreição, antes que a eleição presidencial nos Estados Unidos se consumasse ou, mesmo já, antes que o candidato triunfante tomasse posse do seu cargo e principiasse a exercer o seu mandato, isto é, até Março futuro.

Dado que o vasto plano envolvente, à última hora concebido por Weyler e começado a executar, surtisse os efeitos desejados, com a fulminante rapidez peculiar das audácias dum Napoleão ou dos cálculos dum Mollke, nem por isso a situação melhoraria. As tropas de Maceo resultariam derrotadas, mas tais forças não são mais que a vanguarda da insurreição. Resta, sempre, o exército de Maximo Gomez, a cujo núcleo convergiriam os elementos do seu auxiliar, num lógico movimento de retirada. Ter-se-ia de prosseguir nas hostilidades, avançando a levar a guerra ao interior da ilha.

Nessa região e, sabidas as condições recíprocas dos beligerantes, as conjeturas mais otimistas imaginam a duração da campanha por um amplo período de mais de ano, pelo menos.

Ora, as coisas estão desenhadas em circunstâncias que exigem uma solução, pronta, eficaz e imediata. Fala-se em anos inteiros, quando mal se dispõem de escassos meses.

Ora, nas altas zonas governativas espanholas não se ignora a perplexa gravidade da situação.

Lançam-se, pois, os políticos às aventuras dos planos mais fantasiosos, no sentido de salvar o que, aliás, não tem salvação possível.

Assim, aparece agora um projeto verdadeiramente antipático, em cuja intriga anda envolvido o próprio Canovas del Castilho.

Tratar-se-ia de negociar o casamento do filho do pretendente, D. Jaime de Bourbon, com a Princesa das Astúrias. Fundir-se-iam, assim, os dois partidos monárquicos, dos afonsinos e dos carlistas, para oporem um dique às revindictas fatais da democracia.

Este projeto, a efetuar-se, mesmo; não nos deve alarmar, porém, porque se baseia na presunção, felizmente falsa, da força, imaginada importante, do carlismo militante.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Sucede, ao contrário, que a fisionomia moral das províncias bascas variou consideravelmente depois da última guerra. Alteraram-se as condições de existência daqueles povos. De agricultores passaram a exercer a indústria extrativa das minas. De carlistas mudaram-se em socialistas. São os jornais desta opinião os que ali copiosamente circulam e com atenção são lidos. Não deixa dúvidas a este respeito a carta de Bubau endereçada, por um seu amigo, ao nosso prezado colega das Dominicales del Labra Pensamiento, D. Fernando Lozano, uma das mais belas e nobres personalidades da democracia espanhola.

Assim, o último plano de Canovas não terá alcance prático, como por outras considerações a fazer se veria, de resto. Mas não deixa de ser, por odioso, sintomático. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2022, 3 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Clamor

São gerais os clamores que se levantam na presença da angustiosa situação pública, demonstrada pelo crescente agravamento canibal e testemunhada por mil documentos da atroz miséria de que sofrem as classes populares, sem remédio a seus males nem consolações sequer em suas angústias.

Entretanto, com uma inconsciência que toca as raias do cinismo mais alvar, pois que proceda e se firme numa estupidez fundamental, crassa pela ignorância e odiosa pela petulância, o governo prossegue em sua rota triunfal, como se marchasse, entre palmas e saudações, sobre a estrada... que conduz os vencedores às consagrações das apoteoses.

Investidos de todas as faculdades; despreocupados de quaisquer oposições; havendo rasgado, com uma solereia espantosa, o código essencial das medíocres liberdades constitucionais, a responsabilidade, moral, política e histórica, dos atuais ministros é prodigiosa. Eles substituíram-se a todos os restantes cidadãos portugueses, a fim de salvar a nacionalidade, resgatando a pátria de calamidades tremendas de que só eles se julgaram, a si mesmos, capazes de nos livrar. Tão grande confiança parece que depositaram em seus méritos que não toleraram a discussão das suas palavras nem permitiram o exame dos seus atos. Armaram-se de poderes draconianos; perseguiram, a torto e a direito, os seus adversários; alegaram, para justificar arbítrios e abusos, as necessidades implacáveis da gravíssima situação do país; e, afinal, o que fizeram em bem da pátria, ameaçada da ruína; que conta nos dão agora da audaciosa temeridade da sua permanente ditadura?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A resposta é triste para eles, pois que ateste a radical nulidade de seus merecimentos. Nenhuma grande medida procedeu da iniciativa dos atuais ministros, e aos conselhos do gabinete presidiu, com lastimosa insistência, a mais lamentável de todas as inópias críticas.

Assim, chegou-se ao ponto em que nos encontramos. Queixa-se a agricultura; lamenta-se o comércio; e geme a indústria. Mas as folhas afetas à deploranda situação ministerial ainda têm o desplante de atribuir as culpas ao país, acusando-o de assustadiço sem razão nem motivo, e de quimérico em suas pessimistas presunções, que por ventura nenhuma razão tenham de existir.

Todavia, a penúria atingiu os extremos pavorosos em que parece renovarem-se na Europa esses tremendos desastres periódicos das grandes fomes que assinalaram o sombrio período da Idade Média.

Parecia que só a Rússia ofereceria hoje no extremo oriente espetáculo tão tragicamente acusador da incapacidade dos governantes.

Mas, no extremo ocidente, as populações rurais de Portugal reivindicam essa abominável originalidade. Não é só o mujique russo que sucumbe de pura míngua na desolada estepe; aqui, também, o camponês alentejano disputa aos porcos, na morta charneca, os instantes breves que lhe afastem a extrema inanição.

Para que o país chegasse a apresentar este panorama de desespero, que acorda ímpetos de raiva nos corações mais tranquilos, é que o gabinete nos cerceou todas as liberdades; e este nefasto ministério pompeou na afronta gala de nos insultar com todas as violências, coletivas ou pessoais, dissolvendo associações, encarcerando publicistas, proibindo o que lhe apetecia e permitindo tão só o que muito bem lhe dava na gana, incoerente e bizarra.

Não só o governo não pensou em acudir com remédio idoseo à crise económica que, desde 1890, vem lavrando no país, como a agravou com os seus constantes absurdos financeiros e nepotismos políticos.

O ministro do reino distinguiu-se então pela sua faina. O empenho do snr. João Franco consistiu em corromper ainda mais estes já tão desmoralizados cidadãos (?) portugueses. Assim, desenvolveu prodigiosamente essa imunda praga da polícia secreta, isto em um regime, aliás, de paz podre, de tranquilidade absoluta e perene.

Criou destarte uma nova forma de anichar protegidos e alargou o favoritismo por um processo, senão novo, pelo menos, ainda não sistematicamente usado.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Do atual protervo gabinete, um dos males sociais, de sua obra e gestão, mais perniciosos é, por certo, este. Assim, se depravou ainda mais o carácter nacional, imprimindo pusilanimidade nuns e vilania noutros. Assim, se apartou o país em duas castas de gente, uma de medrosos, outra de espiões. E para esta desgraça, para se obter tão grande calamidade pública, não se olhou a gastos; despendeu-se e despende-se com largueza, opulência e prodigalidade.

Entretanto, os lavradores do Alentejo sustentam-se de bolotas. Mas uma infeta canalha, escória das escórias, cobra, às escondidas, pingues honorários, para cujo pagamento nunca o tesouro se considera em carência de recursos; ao contrário.

Ah! Quando bem se considera na degradação a que toda esta sociedade portuguesa chegou; sem riqueza, sem crédito e sem liberdade; quando se pensa que se vive, ou, antes, se vegeta, à mercê, na falta completa de garantias cívicas; quando se calcula não só quanto distamos dos cidadãos estrangeiros mas até quando descemos da posição, quer de relativa facilidade material quer de relativa dignidade moral, que, ainda assim, apesar de todos os pesares, ocupávamos, há, tão só coisa duma escassa dúzia de anos, se muito, antes de se iniciar este feroz movimento de reação, em cujo apogeu, porventura, nos encontramos hoje; quando tudo isto se pondera e se medita; uma onda do sangue da vergonha só não tingirá a face daquele que for, completa e radicalmente, estanhado!

Vão, talvez, acoimar-nos de exagerados nos conceitos de que derivamos.

Mas tristes provas estão patentes. E o facto é que o clamor de desgosto é intenso e geral! *

---

* In A Voz Pública, Porto, ano 7.º, n.º 2023, 4 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Data

Acontecimentos, na aparência, de relativa importância possuem intrinsecamente um valor excecional. Marcam época e fixam o carácter da história. Abrem período novo na evolução da humanidade.

Foi o caso com o recontro de Valmy, por exemplo, que, sem ser precisamente uma vitória para os franceses, e não passando, estrategicamente considerado, dum simples canóneo, teve, porém, toda a importância duma grande batalha ganha.

Aí acabavam de aparecer, com a face iluminada pelo clarão das peças, esses homens de ânimo indomável, de músculos de bronze, que iam ser vistos a percorrer a Europa, a passo de carga, varrendo adiante de si, como só fracos rebanhos fossem, os exércitos mais aguerridos do mundo.

No estado-maior prussiano, havia um oficial que era o maior poeta do tempo e foi... desses génios supremos com que... culminâncias raras, a gestação dos... [falta de texto no original].

À noite, aos que o interrogavam sobre os resultados da jornada, respondeu, numa intuição sublime do futuro: «Deste lugar e deste dia data uma nova era na história do mundo; e vós podereis dizer: *Aí estive eu.*»

Para nós outros, peninsulares, em suas múltiplas e transcendentes consequências, da mesma maneira cumpre que consideremos um facto ocorrido remotamente, que nenhuma influência parece exercer sobre os nossos destinos e cuja ação, todavia, resultará, para o módulo especial da existência política hispano-portuguesa, decisiva e fundamental.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Falamos da eleição presidencial dos Estados Unidos. Ela também marca data. Os seus corolários são dum alcance imenso, que procuraremos sucessivamente frisar.

Entretanto, e só como início, acentuemos a excecional energia de carácter de Mac-Kinley, o candidato eleito.

Desde a guerra da secessão que a sua intemerata intrepidez se manifestou. Pelejando nas fileiras dos antiesclavagistas, foi promovido, em curto trecho, ao posto do alto oficialato, que conquistou por distinção. O benementopresidente Lincoln, votado às fúrias fanáticas dum assassinato bárbaro, o premiou por sua própria mão.

A rudeza franca, a ampla sinceridade da sua conduta na vida civil manifestou-as Mac-Kinley com o belo exemplo, de probidade antiga, na liquidação da sua casa comercial, vítima da má fé dum associado incorreto. Milionário, da noite para o dia, Mac-Kinley se encontrou pobre, entregando, lealmente e com incorruptível fidelidade, todos os haveres a seus credores.

O seu competidor Bryan distinguira-se, em seus discursos, por certos ressaibos de socialismo, manifestado hoje em todas as nações do mundo, mas com intenso motivo, na norte-americana, onde, com, em Inglaterra, na Alemanha e todos os grandes centros fabris, as competências entre o capital e o trabalho afetam o quase paroxismo das crises essenciais.

Nobremente, Bryan procedeu ao chegar-lhe a notícia da eleição do seu rival. Expediu-lhe um telegrama caloroso de [...] felicitações [...] pelo seu triunfo e regozijando-se por uma vitória que, à sua alma pura, não a vinha manchar com a feia nódoa das torpes invejas. [as reticências correspondem à falta de texto no original].

Não há memória de uma tão grande votação como a que obteve Mac-Kinley; e nenhuma eleição presidencial nos Estados Unidos foi tão concorrida como esta agora.

As eleições atuais distinguem-se finalmente por uma característica de muito valor. Candidato Mac-Kinley do partido republicano, candidato Bryan do partido democrata, não se afervorou esta luta pelas antigas tendências de recíproca hostilidade entre os Estados do Norte e os do Sul. Não preponderou o velho critério. A votação foi homóloga de norte a sul, distribuindo-se analogamente, de modo a por exemplo, perder Bryan a eleição no seu Estado natal.

Não inscrevemos estes elementos de apreciação como simples informes de noticiário. Antes com um propósito deliberado, para que sobre eles medite o leitor.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Pela nossa parte, iremos, em sucessivo lance idóneo, formulando as conjeturas e considerações que surgem, a tal propósito, em várias mentes preocupadas.

Por isso, nos cumpria este preliminar, para futura inteligência. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2028, 10 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Monroe

Pelo que se refere à política exterior, os partidos, republicano e democrata, nos Estados Unidos, em nada se diferenciam. É certo que desde Monroe conservam a sua fórmula para as relações com toda a América e a sua invariável *plateforme* para as relações com a Europa. Mas um ou outro presidente caracteriza com mais ou menos relevo esta tendência geral. A mesma designação específica desse critério genérico o demonstra. Chama-se-lhe, do nome do seu definidor, o princípio de Monroe. Monroe foi um destes homens afortunados, por oportunos. Foi dos que têm a dita de encontrar a expressão própria para designar um conjunto de ideias e aspirações comuns. Dão, assim, corpo a um anelo indistinto e acabam por passarem por ter inventado aquilo a que deu origem, aliás, e ideação anónima da coletividade inteira. Por sua boca, deles, fala a alma da multidão e é por isso que a raça, a que este, Monroe, de nascimento, pertence, lhes chama, com razão, em sua peculiar linguagem: *a representative men*. Isto é, homens representativos, simbólicos e sintéticos, que recebem do destino o mandato de dar forma e imprimir consistentes aos pensamentos e aos desejos dos seus contemporâneos e concidadãos.

Quanto à doutrina célebre que deve o seu nome ao presidente dos Estados Unidos cujo apelido encabeça este artigo de elucidação, tornou-se a regra fundamental da política da grande república americana. Veio a ser a norma especial com respeito às potências estrangeiras que tivessem veleidade de se imiscuir, intervindo, nos negócios do continente transatlântico.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Produziu-se quando, em 1813, a Europa estava em plena reação absolutista. Então Ruth, ministro dos Estados Unidos em Londres, escreveu ao presidente Monroe para o informar de que a Santa Aliança pretendia estender os seus tentáculos, pseudo-moralizadores, por de sobre as águas do golfo, em demanda de povos, recemtiberios , que convinha submeter à disciplina duma sábia tirania. A opinião pública, nos Estados Unidos, comoveu-se profundamente com semelhante notícia.

Monroe apelou para um dos venerandos patriarcas da redenção, a solicitar-lhe o seu alvitre; e Jefferson, em réplica, remeteu-lhe uma longa carta, protestando que, enquanto o antigo continente trabalhava por se constituir no covil do despotismo, todos os esforços da nova civilização deveriam convergir para fazer do seu hemisfério a residência da liberdade.

Aí se resume toda a doutrina que Monroe formulou na sua célebre mensagem, endereçada ao congresso a 2 de dezembro de 1823. Logo, as repúblicas da América do Sul se encarregaram de lhe dar uma sanção, erigindo-a em laudo de direito público. No congresso convocado para Panamá, em 1826, os delegados dessas repúblicas afirmaram a doutrina de Monroe por meio de uma declaração solene.

Em 1853, semelhante doutrina recebeu, nos Estados Unidos, uma estrondosa consagração, no lance dos conflitos sobrevindos na América. Sob a apreensão duma guerra entre a América e a Inglaterra, o congresso de Washington alistou-se, por completo, nas fileiras da opinião de Seward, o qual proclamou, com rude arreganho, em toda a hostilidade, a fórmula discutida.

Foi, também, de novo, em nome da doutrina de Monroe que o presidente dos Estados Unidos protestou, de começo, contra o estabelecimento dum império, no México, pelo governo francês. Acabou ainda em seu nome, por obrigar o ministério de Napoleão III, com a ameaça duma declaração formal de guerra, a retirar as suas tropas, em 1867, abandonando o infeliz Maximiliano da Áustria à desventura da sua sorte. Obstinou-se, por ponto de honra, o romanesco príncipe; foi cruel, por sistema imposto pelo medo; vítima da traição dum favorito desleal, aguardava-o a escolta que o fuzilou no quadrilátero de Queretaro, entre os generais Thomas Mejia e Nicolas Miramon.

Eis, a traço larguíssimo, a procedência e a fisionomia do princípio político, cujos corolários, indiretamente, a nós, diretamente, a amigos nossos, interessam, no momento que foge.

Não foi o seu qualificador, Monroe, homem de uma inteligência e talento superiores. O vizinho Verneuill, que compõe na

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

presença de Ieving, Spencer, Oreeley, etc., limita-se e contenta-se com assegurar que possuía, em alto grau, a firmeza, a prudência, e mui bom juízo, se bem que pessoa lenta fosse, distinguindo-se, sobre tudo, por sua perseverança.

No nosso país, o veemente parlamentar e fogoso jornalista António da Cunha Pereira de Sotto Maior, que morreu embaixador de Portugal em Estocolmo, falou de James Monroe como de um estadista judicioso. É no 2.º volume do seu livro acerca de Os Estados Unidos, esboço histórico (consoante modestamente o etiqueta o autor), que compreende desde a descoberta da América até à presidência de Johnson, quer dizer desde 1492 até 1863.

Aí, lembra que a administração de Monroe foi uma das mais populares e consigna que os seus atos, pela maior parte, receberam a aprovação da turba.

Neste capítulo de aplauso, entra, primacialmente, à doutrina, sua chamada. Com efeito, ela consubstancia o pensar e o sentir, aqui, homogéneos em todos os americanos.

Ora, o ensejo destaca, conforme eminentemente próprio para registrar o que seja esse famoso princípio, tão falado agora.

De facto, tem sido, vem e será sendo, em certo modo, questão candente nos Estados Unidos o problema cubano. Ambos os partidos o apreciam da mesma maneira, na verdade, é inegável. Da mesma maneira Bryan ou Mac-Kinley julgariam a questão das Antilhas, de portas a dentro da Casa Branca. Não há dúvida.

Mas, nem por isso, a eleição do último deixa de revestir importância capital, visto que uma opinião pode ser defendida com maior ou menor calor, e visto que nem todos têm a temeridade de conduzir os princípios até às mais afastadas consequências lógicas.

Ora, da audácia de Mac Kinley formou-se juízo pela intrépida insistência que pôs em obter a adoção do seu *bill*. Resultava, contudo, na estratégia económica, uma como que paralela, de cerco, levantada em face da Europa. Ao seu pé, em confronto, o bloqueio continental, com que Napoleão I tentou sitiar a Grã-Bretanha, é, no seu formidável orgulho, plano acanhado e mesquinho, ainda embora.

Assim, cumpre, diretamente a uns, indiretamente a outros, estudar, até aos mesmos leves acidentes, este caso da eleição presidencial dos Estados Unidos.

Por isso, ajuntamos hoje mais um elemento para a sua análise. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2029, 11 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Situação e o Governo

Com os entremecimentos de justo pavor que percorrem o país, perante a gravidade da crise económica que ameaça tudo e todos, acentuam-se os boatos da próxima queda do atual gabinete e indigitam-se já vários nomes de políticos, infelizmente experimentados, para substituírem os deploráveis ministros que persistem em continuar na sua tarefa de imprevidências e inépcias.

Não esperamos a bem do país, por parte dos sucessores dos presentes governantes, nenhumas medidas de alcance nem confiamos na iniciativa de estadistas que já deram do acanhamento da sua competência a prova mais cabal e completa.

Mas nem por isso deixamos de convir em que as responsabilidades da situação Hintze-Franco são em tão grande medida largas e extensas que elas legitimam a queda dum conselho que se distinguiu pelo facciosismo, pela intolerância, pela corrupção e pela inabilidade.

Não lucra o país com que o ministério caia, visto que desgraçadamente ele não será substituído por capacidades patrióticas, por intenções puras e por prestimosas atividades. De resto, a questão agora não é já de homens; mas de sistemas de governo e de práticas de administração, de ideias, numa palavra.

É certo, porém, que o atual gabinete cumpre que seja, com uma ignominiosa despedida, castigado, pela sua inépcia e pela sua protérvia.

Quem se arrogou a permanência da ditadura, deveria justificar a sua audácia liberticida por um conjunto de medidas profícuas,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

visto que então explicaria a sua conduta pela máxima de que a salvação do povo é a suprema lei.

Há três anos, todavia, que os ministros governam, sem oposições nem atritos; e longe de melhorar a situação geral dum povo tão dócil e sofredor como este pobre povo português, eles acumularam os desatinos e, por sua imprevidência, prepararam, de longa data, esta crise, revelada no intolerável agravamento cambial que oprime de apreensões os ânimos mais despreocupados.

Assim, mentiram, com cinismo revoltante, esses anões que quiseram fazer de gigantes. Como a rã, da fábula, que estoirou de inchar-se para arremedar o boi, esses ministros nefastos devem rebentar da embolia, no estrelejamento das suas vaidades irrisórias, mas repugnantes porque implicam com os destinos nacionais.

Tendo surgido as dificuldades de câmbio que assoberbam o comércio e a indústria e também a impossibilitar, de todo, as transações, o ministério em face dum caso que a mais rudimentar lógica tornava, de todo o começo, previsto, encontrou-se perplexo, confuso, sem saber o que fazer e sem apurar a solução que deveria ser imediata, para resultar eficaz.

Assim, a queda do gabinete importa, pelo menos, uma satisfação de moralidade e representa uma reivindicação de justiça.

Não é bastante, porque quem levantou mão delituosa contra as liberdades públicas; quem, representante da legalidade, timbrou em afrontar todas as garantias constitucionais; quem se não pejou das violências as mais insolentes e até as mais mesquinhas, deveria ser mais rigorosamente punido. Não basta que a consciência pública instrua o processo destes relapsos criminosos e que, sem apelação nem agravo, os condene a sentença fulminante da opinião coletiva.

Cumpria que um tribunal positivo tomasse conta de tão antipáticos réus, os julgasse e os castigasse, consoante seus feitos reclamam e merecem.

Contudo, apesar de prometida desde 1826 na famosa e conspiradíssima Carta, nunca entre nós os partidos sucessivos, que se têm revezado no poder, fizeram uma lei de responsabilidade ministerial. De modo que se vive em pleno regímen de graça e arbítrio, à mercê dos caprichos de dissipadores ou de violentos. Esta vergonhosa condição de existência tornou-se um dos fatores do sistema, que não poderia, aliás, subsistir com a fiscalização duma vigilância, constante e desabusada.

O ministério atual, com um impudor que o julga, prometeu também, na declaração do seu presidente, uma lei de responsabi-

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

lidade. Constituía ela um dos pontos essenciais do seu programa. Faltou, no lance, à palavra dada, não honrando compromissos solenemente contraídos.

Não há, porém, que admirar. A mesma linha de traição seguiu para com outros, por igual, solenes compromissos também. Também prometeu a liberdade de imprensa; e, apesar de solicitado, pelas associações dos jornalistas, a cumprir a sua promessa, faltou, como um cão.

Tudo para quê? Para representar este papel ridículo de derrota e incompetência que as suas últimas medidas, concernentes à situação económica e financeira, mais puseram em relevo e destaque. Tudo para amontoar desastres sobre desastres, humilhações sobre humilhações e ruínas sobre ruínas.

Corre que vai, finalmente, sair. Não deixa saudades, mas deve levar remorsos, se, de todo, se lhe não obliterou o senso moral. À nação portuguesa, lega a vergonha de, por tanto tempo, o haver pacientemente aturado.

Boa hora seria a em que fosse, se este fadário coletivo estivesse esgotado e, após ele, viesse enfim a redenção. Mas não a conduzirá o gabinete que se lhe vai seguir. E é esta interminável rotação de incompetências e incivismos o que, sempre, nos afligiu e, hoje, nos aterra. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2031, 13 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Situação Económica

É lamentável o quadro que nos oferece a economia nacional, e a crise dos câmbios não é senão a revelação ostensiva de causas profundas.

Mercê de erros sucessivos de governantes e governados, aos poucos, se foram obliterando todos os fatores crematísticos nesta infeliz nacionalidade.

Todos, a começar pela faina agrária, costuma dizer-se que Portugal é um país essencialmente agrícola, mas quão longe o conceito referido dista da triste realidade!

Assim, para demonstrarmos a decadência a que chegou a nossa agricultura, bastará dizer que o país exportava, em 1848, 17 mil moios de cereais e que já desde o ano de 1839 produzia cereais bastantes para o seu consumo, cessando de os importar. A produção dos cereais foi, em 1848 de um milhão e cem mil moios; a do vinho andou por 848 900 pipas; a do azeite, 30 026 pipas, e a do arroz, 12 300 moios.

Tirámos estes dados do *Dicionário Geográfico abreviado de Portugal e suas Possessões Ultramarinas,* obra conscienciosamente escrita pelo erudito padre Francisco dos Prazeres Maranhão e publicada no Porto, a expensas de Constantino António do Vale Pereira Cabral, em 1832.

Hoje o país recebe de fora grande quantidade de cereais e muito arroz. Só de trigo calcula-se em alguns milhares de contos em ouro o que deve ser importado!

A população do continente, em 1848, computava-se em 3 444 000 habitantes. As receitas de Portugal em 1854 orçavam

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

por 12 mil contos e as despesas por 14 mil. A dívida do Estado andava por 25 mil.

Em 45 anos, pois, essa dívida subiu cerca de 675 mil contos, vivendo o país na melhor paz imaginável. Hoje estamos com essa dívida na altura dos 700 mil contos de reis e nada temos; nem agricultura, nem estradas bem traçadas e conservadas, nem uma rede de caminhos-de-ferro perfeita, nem portos completos, nem serviços de correios e telégrafos bem organizados. Dos 700 mil contos, que hoje devemos, o melhor foi-se em salsifrés políticos, em poucas-vergonhas que emporcalharam o país e corromperam a nobreza antiga do seu carácter. Tudo se perdeu, até a honra!

Hoje, estamos quase com fome e empenhados, a olhar com saudades para o tempo dos frades e do cacete realengo. Triste situação!

Todavia, ainda não julgam as classes dirigentes chegada a hora de atenderem com escrúpulo à gravidade duma situação económica que nos ameaça, a todos com os desastres imensos dum futuro aterrador.

E, contudo, esse futuro é já agora o dia de amanhã.

Vai-se o tempo em expedientes sem alcance, e não conseguem as meias-medidas adotadas senão adiar provisoriamente um desfecho que cumpria impedir aliás de raiz e por modo definitivo.

Acumulam-se as dificuldades e a frase cínica dum rei Luís XV, de França, *Aprés moi le déluye*, repete-a a inconsciência coletiva de toda uma geração sonâmbula. Quem vier atrás que feche a porta.

Ora, o tremendo para o povo atual é que esse porteiro fatídico, marcado pelo sistema do destino, tem de ser ele-mesmo.

Deve, pois, resolver-se a meditar num assunto de capital e supremo interesse o interesse máximo.

Cumpre-lhe decidir-se pelas iniciativas que tenham um carácter de final consumação. Pois que já não haja margem para evasivas e equívocos, só essas serão fecundas.

O resto é desesperar do remédio. O resto é deslizar na perdição. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2033, 17 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Mendicidade

Por vezes se tem ocupado esta folha das medidas incoerentes, em semelhante assunto melindrosíssimo tomadas pela administração portuguesa. Cumpre notar, sempre, que neste país não está estabelecida a assistência pública e que, pois, a repressão, para a simpatia da mendicidade importa é aqui condenar à morte pela fome aqueles para quem a caridade particular constitui o único recurso.

Em França existe organizada a assistência pública; despendem-se, nesse serviço social, somas colossais. Por isso, existe uma disposição que considera a mendicidade como um delito e, como um delito, a pune.

Apesar de tudo, essa lei é bárbara, e, para que nos convençamos do asserto, basta ler o art. 274 do Código Penal francês.

Com justa indignação, Louis Paulian, publicista de créditos de competência especial conquistados no livro *Paris qui mendie*, o qual fica de monstruoso.

Não definindo esse artigo o que se dera entender por mendicidade, é abusivamente e sem direito, na verdade, que ele vai ferir quem quer que solicita uma esmola.

Ora, a religião e a moral são acordes em ensinar-nos que nos cumpre auxiliar os que sofrem. Sustentar, pois, que uma pessoa que pede porque tem fome ou porque não tem alojamento pratica um crime é um absurdo, não só cruel mas até irrisório.

É certo que a 2.ª parte do referido art. 274 do Código francês parece introduzir um corretivo na dureza do texto, aludindo aos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

estabelecimentos públicos organizados para obviar à mendicidade, mas, infelizmente, o texto penal não indica onde esse estabelecimento deva encontrar-se.

Fazemos justiça à intenção do legislador. Compreende-se que o que ele tem em vista é impedir a falsa miséria, castigar os mendigos profissionais e proteger a caridade, que não vá a esmola desvairar no caminho, amparando a fraude, à custa da verdadeira penúria.

Mas, ainda assim, o caso permanece na mesma, porque o remédio idóneo não foi aplicado. E ele era bem simples, aliás. Consistiria em como, nestas perfunctórias linhas frisamos já, definir, de todo o começo, com exação e rigor, o delito da mendicidade.

O homem que é infeliz, o que, apesar dos seus esforços, se encontra sem trabalho, não comete delito algum pedindo esmola, visto como, segundo a palavra de Beccaria, *o delito não é punível senão sob condição de ser evitável.*

Por outro lado, estas ponderações não diminuem a necessidade de erguer obstáculos à exploração da caridade pública pelos pobres fingidos.

São de todos os tempos, porém; surgem em todos os momentos da civilização. Como sejam pitorescos e ponham uma nota impressiva nos costumes, deles se apoderou a arte, em busca de lhes fixar a idiossincrasia e o tipo.

No *Elogio da loucura,* nos aparece uma gravura de H. Holbein, curiosa e sugestiva, e são, no tema, famosas as águas-fortes de Cailo. Modernamente, não se esqueceram os desenhos de Charlet e de Moreau; e o assunto, se se ilustrou já com haver atraído o pincel divino de Murillo, recupera as honras de precedente com o quadro de Bastien-Lepage.

Ora, a atualidade do tema, que, como causa próxima, motiva estas linhas, reside em que a câmara dos deputados em França acaba de ser tomada pela questão, mercê de dois projetos de lei, apresentados um pelo snr. Georges Berry, o outro pelos snrs. Émile Rey e Lachièze.

A proposta do snr. Georges Berry é radical e draconiana. Tende, nada menos, do que à supressão da mendicidade. A dos snrs. Émile Rey e Lachièze é relativa *à assistência dos velhos e dos enfermos.* A estas duas propostas convém acrescentar a do snr. Maurice Faure, que tem por alvo *a criação de asilos para os inválidos do trabalho e de casas chamadas «de trabalho» para os trabalhadores válidos sem trabalho.*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A proposta de Berry é antipática no seu absolutismo. Cabe na categoria daquelas resoluções precipitadas de juristas que ignoram ou esquecem a complexidade dos problemas sociais.

Adota o proponente o sistema belga; mas o exemplo da Bélgica, por grado de razões especiais, não colhe para a França; menormente ainda, para Portugal.

O confisco lembrado por Paulian, do dinheiro extorquido aos verdadeiros necessitados pelos falsos solicitantes, parece-lhe lei eminentemente justa, ainda vibrando o polemista da cólera que lhe suscita a história famosa do père Antoine.

Mas dificuldades práticas o embaraçariam, quando pretendesse dar corpo à sua ideia, não querendo aventar, mesmo, considerações antitéticas de ordem teórica.

É estranho que Paulian não reparasse nessas objeções, naturalíssimas em sua espontaneidade, contudo. Foi, aliás, de aguda perspicácia no comento que aditou aos bem-intencionados, mas em certo modo, contraproducentes esforços do snr. Fleury Ravarin. Conforme talvez se saiba, este cavalheiro apresentou à comissão parlamentar um relatório muito notável, sobre a proposta, que já enumeramos, dos snrs. Lachièze e Rey. O snr. Ravarin viu longe; e preocupou-se com as acumulações de socorros, pois que a assistência pública se encontre a braços com indivíduos que comem a vários carrinhos, conforme vulgarmente se diz.

Paulian reconhece a insuficiência concreta das medidas apontadas pelo snr. Ravarin, para extirpar o abuso. Mas o meio radical que indica é inaceitável, no seu simples aspeto ético. Basta, para o repudiarmos, que consideremos que consiste em renunciar a um dos mais belos e puros ensinos evangélicos, qual aquele que diz que a mão esquerda não deve conhecer o que dá a mão direita.

Até a este respeito, é admirável a proposta, última, do snr. Maurice Faure.

Procurem-se, com efeito, todas as vantagens advindas, sucessiva e ulteriormente, de se criarem postos de trabalho, como funcionam, de resto, já na Alemanha. Aí, todo o infeliz poderá receber alimento e abrigo a troco de serviços.

O remédio melhor, mais seguro, mais eficaz não negamos que seja o que consiste em animar, por todas as maneiras, as sociedades de socorros mútuos.

Isto, porém, não alivia o Estado de outras obrigações, por igual urgente. Agora, da noite para o dia, sem nenhum estudo prévio e sem sombra de organização qualquer anterior, dar ordem

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

à polícia para prender os mendigos, cuidando, de tal arte, resolver o problema da mendicidade, isso só num país onde, se a maioria da população é analfabeta, a autoridade mal sabe ler e escrever.

Esse país já se vê que não é Portugal. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2034, 18 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Imprudências

Enquanto o povo espanhol acaba de testemunhar a prodigiosa vitalidade do seu patriotismo pelo êxito magnífico do seu empréstimo, o snr. Canovas del Castilho comete uma destas leviandades de linguagem que se estranham nas inconfidências dum *repórter* e que são, por completo, inadmissíveis na circunspecção dum estadista.

Na presunção duma guerra possível entre a Espanha e os Estados Unidos, o ministro madrileno declara que Cuba é para a Espanha o que para a França é a Alsácia-Lorena.

Estas indiscretas expressões foram logo estampadas nas colunas do *New-York-Herarl*, onde sai, a propósito, publicado um artigo que vem impressionando os nossos colegas da imprensa vizinha.

Aí, se proclama o princípio de que, se sobreviver uma guerra entre a monarquia borbónica e a grande república americana, estão os Estados Unidos dispostos a proceder de modo a que seja a Espanha quem a provoque, aceitando, assim, perante o mundo civilizado, a responsabilidade da contenda.

Vê-se pois, que o snr. Canovas del Castilho perdeu uma excelente ocasião de estar calado.

Como corolário daquela declaração gravíssima, anuncia ainda o *New-York-Herald* que o almirante Bunce organiza uma poderosa esquadra que os Estados Unidos enviarão, em breve, às águas de Cuba.

Neste lance, se demonstra, mais uma vez, a previsão dos governantes espanhóis, só comparável ao tino dos grandes homens portugueses. Há mais de ano e meio que o jornalismo independente de Espanha anunciou como muito provável este facto que está agora em vésperas de consumar-se.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Que fez o snr. Canovas na previsão de um conflito que um abalizado colega de Madrid capitula de mais que provável?

Nada; em compensação, desata-se, no instante mais melindroso da política exterior do seu país, em considerandos verbosos, inoportunos e absurdos.

Os militares dos Estados Unidos ensinaram, na campanha da sucessão, a estratégia nova à Alemanha. Se Moltke aprendeu com Grant, o snr. Canovas parece desejar que Cleveland ou Mac-Kinley leia pela cartilha de Bismarck, em troca. A táctica diplomática do chanceler de ferro consistiu sempre em afeiçoar as circunstâncias de maneira a ser sempre o provocado. No laço, habilmente urdido, caiu, como mosquito na teia, entre outros, o retórico Olivier. Mas Canovas não escarmentou com o terrível exemplo.

Na verdade, a referência que registrou, pressurosa, a gazeta de New-York não podia ser mais desgraçada.

Se Cuba é a Alsácia-Lorena de Espanha, claro está que os Estados Unidos são para a Espanha o que a Alemanha foi e é com respeito à França. E, seguindo o símile imprudente do snr. Canovas, terá, portanto, a Espanha de esperar um Sedan na ilha de Cuba. Para que a situação seja em tudo semelhante, pergunta, por fim, *La Justicia*, se a Espanha haverá de provocar os Estados Unidos?

As incoerências dos seus governos conduziram a nobre Espanha a estas falsas e perigosas situações, como os desconcertos dos ministérios portugueses levaram o altivo Portugal a passar pela humilhação do *ultimatum* de janeiro.

É certo que em tudo isto se devem ponderar as naturais exagerações dos instantes ardentes da polémica, porém, é grande e insuportável a imprudência dum chefe de gabinete que se atreve a produzir declarações tão graves, em momentos de dificuldades tão melindrosas e arriscadas como os presentes.

A responsabilidade que o snr. Canovas del Castilho vem assumindo para com a sua pátria é imensa.

Por isso, um confrade madrileno diz, com justa razão, que será ele com quem haja de ajustar contas o brioso povo espanhol.

Ao presidente do conselho chamam os seus admiradores, em licença, *el monstruo*.

Pelo que se vê, com a verdade se enganam os tolos e tais fanáticos, como na comédia, falam verdade a mentir. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2038, 21 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Jactâncias

O êxito do seu empréstimo interior é uma honra para a Espanha, já o dissemos; mas começa a ser uma vergonha para o ministério que a governa.

Todos os partidos se devem congratular com semelhante soberba manifestação; todos se congratularam, com efeito. Mas os conservadores, com dolosa habilidade, procuram converter em arma de política partidária acontecimento que cumpria permanecesse sobranceiro à intriga mesquinha e à torpe chicana.

Pretendem usurpar os louros da vitória e nesciamente querem fazer *crer* que a Espanha acaba de dar uma prova de confiança ao seu nefasto gabinete.

Como a sofisticação dos monarquistas é internacional, é possível que a nossa imprensa oficiosa reproduza as jactâncias da sua colega do país vizinho. Por isso, cumpre ir adiante, pondo desde já embargos à possível e escandalosa alicantina.

Ora, é, na verdade, de saber que, na Espanha, a corrente da opinião deriva em sentido completamente diverso.

E tão claramente caracterizado que um talentoso confrade vizinho julga inútil advertir, por exemplo, que o banquete de abundância com que regozijaram seus estômagos no Banco de Espanha ultimamente os snrs. Canovas del Castilho e Navarro Reverter produziu péssimo efeito no espírito público.

Anda, incontestavelmente, o presidente do conselho em maré de inconveniências.

O recente empréstimo não é nem ninguém o pode supor, a significação de uma festa nacional.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Esses alardes de luxo e fartura contrastam muito tristemente com outros alardes, estes tão respeitáveis quanto os primeiros são dignos de severa censura. São os nobres alardes, se assim podemos exprimir-nos, de abnegação e privações prodigalizadas pelos briosos soldados espanhóis em Cuba e nas Filipinas.

Quanto ao ato do banquete, demonstra uma jactância, uma satisfação interior tão desatinadamente importuna que já a estas horas boa parte do sincero entusiasmo provocado pelo êxito do empréstimo se contraiu e quase esfriou.

Nunca se distinguiram pela sua descrição os governantes dos nossos vizinhos nestes tempos. São como os nossos: seduzem-se as apoteoses; as galas e dissipações atraem-nos com força irresistível, e vão fatalmente no declive dos perdulários, como o vicioso ao vício que o recreia, o subjuga e o destrói.

Contudo, se o governo de Madrid imaginou que as várias classes sociais emprestaram o seu dinheiro ao tesouro pelos bonitos olhos dos snrs. Canovas e Navarro Reverter, é de consignar, sem perda de tempo, que se equivocam lastimosamente.

Determinaram esse movimento da opinião na Espanha várias circunstâncias; porém, entre os fundamentais, não figuram, por certo, a simpatia nem a confiança que ao país vizinho inspira o seu atual governo.

Melindre do amor-próprio nacional feridos pelas exigências dos banqueiros estrangeiros, aos quais debalde pediu a Espanha recursos; o desejo, tão veemente quanto ingénuo, de todas as classes sociais para se sair do estado crítico e aflitivo em que todos se encontram; excitações e estímulos do temperamento tão vivo e suscetível desta raça nossa peninsular, que soe crescer perante o perigo, desbordando em generosidades que a enaltecem, tudo isto, somado às vantajosas condições que se ofereceram e outorgaram aos capitalistas e aos que buscam colocação às suas economias, contribuiu para o êxito de empréstimo.

Mas uma condição indispensável se pôs a ele. Uma cláusula implícita e imperativa o acompanhou.

Foi a de exigir do governo a mais honrada e patriótica distribuição dos milhões emprestados, de tal modo que se veja refletida na ação de poder a firme vontade do país em procurar a terminação e resolução dos graves conflitos pendentes.

Ora, a Espanha sabe perfeitamente, e não o olvida, que o que a trouxe aos momentos presentes de angústia e perigo foi a gestão desgraçada dos negócios públicos por parte dos governos da restauração.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Sabe também a Espanha que é completo o desconcerto dos partidos dessa restauração; sabe que o mesmo ganha com Canovas como com Sagasta. Por isso, tão desprestigiado está um como o outro.

Jactâncias, portanto, como a última de Canovas, irritam e desgostam. Basta, exclama barcelonês confrade, basta de expansões prazenteiras e alegres.

Porque é sintomática a sua ameaçadora conclusão. Manda o governo trabalhar, com a fé e o afinco com que morrem os soldados em Cuba e nas Filipinas, preparando-se, no entretanto, para o grande dia das contas e das responsabilidades, porque só aos bons, declara, alcançarão as generosidades e as saudações da vitória.

No seu estilo ambíguo, claro-escuro, este asserto é precioso, por seu significado.

Cumpria-nos arquivá-lo. Para isso destinamos hoje este sucinto artigo.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2040, 24 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Contratos Dolosos

Donde a onde, cumpre aplicar o espaço reservado para esta secção obrigatória e indispensável das folhas quotidianas, aplicá-lo ao exame de casos e factos e à censura de práticas privadas que, se não cabem nos domínios especiais da política, nem por isso deixam de ter ação pública, mercê da influência que nas leis exercem os costumes.

A sociedade política é o reflexo da sociedade civil; e os estadistas devem empenhar-se em a conservar a esta pura e digna, sob pena de que a corrupção acabe por contaminar os serviços gerais e perverter e inquinar a administração coletiva.

Temos em mente, traçando estas linhas, os escandalosos abusos, infelizmente, demasiado frequentes neste mísero país, dos dolosos contratos de trespasse de direitos na acessão a heranças e legados deixados no estrangeiro, com especialidade, naturalmente, no Brasil, a nacionais incapazes, pela espontânea interdição que conferem a ignorância mais profunda e o analfabetismo mais completo.

Já, em *suetto* designado, fizemos, há poucos dias, nas colunas desta gazeta, referência às burlas torpíssimas de que são vítimas esses herdeiros acéfalos, mercê das habilidades manhas com que os enredam e laqueiam aqueles que pretendem servir-se da sua candura ou da sua boçalidade.

Acusamos os governos pela sua indiferença em face destes quadros semelhantemente repugnantes; e concluímos por solicitar a sua iniciativa, com medidas que ponham cobro a desaforos e refreemeie ambições ilegítimas.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Supomos nós que o Estado é órgão de justiça e que lhe cumpre proteger os incapazes, como natural tutor dos que não estão, de per si, habilitados a conduzir-se idoneamente. Para que assim aconteça, é que o contribuinte lhe paga; desde os mais opulentos até os mais miseráveis, todos contribuem, com a sua quota-parte para essas despesas comuns. Estes, pelo imposto direto; aqueles, pelo imposto indireto, nas alcavalas que pesam sobre os alimentos, pode assegurar-se que não há ninguém isento, nem o triste mendigo que soluça a sua penúria, à entrada do templo, perante a caridade, fraternalmente tardia, dos fiéis.

Ora, o Estado, em seus orçamentos de despesa, explica e justifica parte dos seus gastos com a sustentação de tribunais encarregados de julgar e punir os criminosos, com a sustentação de complicadas polícias, adscritas à função de arrastar ao laudo condenatório ou absolutório dos magistrados os suspeitos.

Mas é como se semelhantes tribunais não existissem e como se tais polícias se houvessem eclipsado! Os captadores de heranças jacentes prosseguem em sua lucrativa faina; e os esbulhados não chegam a dar conta, por via de regra, do alcance da espoliação que sofreram.

Pessoas doutas nos advertem de que, com os alvitres que indicamos ou deixamos, sugestiva e simplesmente, entrever, nós ameaçamos a liberdade das transmissões e pomos pelas à circulação das riquezas.

Tal não há; e uma mais prolongada meditação sobre nossa doutrina dissuadirá, logo, os nossos comentadores, mais melindrosos por uma lógica abstrativa do que o permite a embaraçada complexidade das coisas. Vivemos em sociedade; temos de contar com as paixões, os vícios, as tendências delituosas e egoístas dos nossos semelhantes, visto que, como o poeta latino, todos, podemos repetir o seu conceito de que somos homens e nada de humano a cada um alheio seja. Assim, o rigor dos princípios tem de ceder, o menos possível, é certo, mas de ceder sempre um tanto à miséria da nossa condição moral. Casos há em que a doutrina haja de contemporizar com a brutalidade oriunda da nossa insuficiência de desenvolvimento. Ninguém cuidará hoje em organizar em falanstérios autonomistas os botentotes e bosquimenes; como ninguém esperará ensinar cálculo a um sagui.

Mas o mais curioso é que, nos nossos reparos surpresos e indignadas censuras, pela incúria dos sucessivos ministros, no lance que estamos discutindo, nem sequer infligimos violência aos princípios teóricos da legislação vigente. Pelo contrário; nós não

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

queremos senão que se complete tarefa já começada; aclarando, desenvolvendo, imprimindo, enfim, praticabilidade às ideias já estabelecidas, na sua pureza concecional e primeira.

Com efeito, o nosso Código Civil define os preceitos que tornam nulos os contratos, por incapacidade de qualquer dos contraentes. Isto era necessário, claro está, para a fixação dos casos e cláusulas de rescisão de contratos, e o nosso Código distingue-se e assinala-se mesmo por certa justa severidade, conforme nesse artigo 692.º, sobre o contrato que tem por causa ou fim algum facto criminoso em que ambas as partes são coniventes, entre inúmeras outras disposições mais, por igual típicas e concludentes.

Se a lei civil é positiva e nítida entre nós a análogo respeito, não menos categorias se nos oferece também a lei penal portuguesa.

Na verdade, registra-se como idóneo aos conceitos que vimos desbravando o que se exara em vários dos artigos do novo Código Penal, aprovado por decreto de 16 de setembro de 1886, assinado pelo atual reinante, ainda como príncipe regente, numa das ausências, por festivas digressões, do monarca seu pai, e referendado pelos ministros José Luciano de Castro, Francisco António da Veiga Beirão, Mariano Cyrillo de Carvalho, Visconde de S. Januário, Henrique de Barros Gomes e Emídio Júlio Navarro.

Nas suas páginas se encontram preciosas passagens que podem perfeitamente transportar-se para estes contratos aleivosos de compra e venda de heranças. Os que se tornam réus dessas manivérsias têm por ali muitas carapuças para enfiar pelo toutiço abaixo; e é caso, lendo a esses tais, lances vários da secção III, por exemplo, que se ocupa de abusos de confiança, simulações e outras espécies de fraudes, é caso de lhes gritar a frase espanhola conhecida: *Se apliquem el cuenté!*

Pois não vem a talho a congénere feição, art. 455.º, daqueles que fazem contrato simulado, a prejuízo de terceira pessoa; pois não pertence à mesma categoria aquilo do art. Antecedente, 454.º, que castiga quem abusa da imperícia, necessidades ou paixões daquele que leva, assim, a subscrever transmissão de direitos?

Vê-se, pois, que increpando os nossos governos, não o fazemos aereamente, mas com sisudez e escrúpulo.

De resto, o caso recente e ainda não liquidado não nos preceptua nem interessa neste ensejo.

Aqui não é sítio idóneo para acusar ninguém. Mas, em compensação, é o lugar apropriado para reclamar dos poderes públicos providenciais que suprimem, de vez e de raiz, estas vergonhas que, no Brasil, nos desacreditam e diminuem no conceito geral.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Contratos de compra e venda de heranças são verdadeiras captações, forma de dolo conhecida de todos os tempos, prevista por todos os legisladores e punida em vária situação, por diversa maneira.

Nós não cansaremos nas exigências que vimos fazendo, destarte, aos nossos governantes, para que eles, também, procedam. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2041, 25 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mont'Alto

Preocupa justamente a opinião no Porto a análise em que se anda sobre a inquinação das águas do rio Sousa, mercê do seu aproveitamento nos trabalhos das minas de Mont'Alto.

Fomos os primeiros a tratar da questão. Dá-la-emos, pois, acompanhando nas suas fases ulteriores.

Ela é de importância suma, conforme todas as que versam sobre temas de pública higiene e salubridade comum.

Poucas, mesmo, dessas questões, até, possuem a importância desta da água. Da água, cumpre, com Arago, não esquecer o conceito: *Water, like Cezar´wife, should be above suspicion.* Quer dizer em, suponhamos, bom vernáculo: Da água, como da mulher de César, nem sequer se deve suspeitar.

Infelizmente, não favoreceu esta segurança, preliminar e radical, as águas que se têm sucedido no abastecimento da cidade.

Elas foram sempre suspeitas, ora na sua origem própria, ora nas suas consequentes linhas de transporte.

Basta dizer que se usava geralmente de encanamentos de chumbo e que só tarde começou a ser estudada a ação da água sobre semelhantes encanamentos. Até muito recente data ninguém atentou no perigo que correm as pessoas que se servem de água encanada por tubos de chumbo. E, contudo, essa questão estava longe de dar nova, pois já era sabido, havia muito tempo, que a água ataca o chumbo e que os sais deste metal são venenosos.

Tal erro de doméstica economia tornava-se tanto mais sensível e era duplamente deplorável, quanto e porque as águas do Porto, provenientes de fontes distantes do povoado, ou de poços

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

profundos, são puríssimas. Elas deixam, apenas, pela evaporação, alguns centigramas de resíduo lixo, composto, na quase totalidade, de cloreto de sódio (sal comum). Como tipo das primeiras, o inteligente e bondoso dr. António Luís Ferreira Girão, lente de química na Academia Politécnica e professor de mineralogia no Instituto Industrial, apontava, em 1874, à câmara municipal, a água da fonte do Monte Cativo, e das segundas o poço que as abrira no novo quartel da guarda municipal, situado em um terreno a nascente da rua 27 de janeiro.

Estas, e todas as outras águas nas mesmas circunstâncias, era de ver que marcassem apenas 3 ou 4 graus hidrotimétricos, não revelando quantidades apreciáveis de cal, de magnésio, ou de óxido de ferro.

A explicação encontrava-se em que os nossos terrenos, através dos quais se infiltra a água, que alimenta as fontes e os poços da cidade, sendo graníticos, não podem ceder à água senão substâncias acidentais, quer provenientes das camadas superficiais e cultivadas, quer dos despojos das habitações, ou dos resíduos das fábricas.

Mas este resguardo, que nos protegia nas águas de fontes e poços, não nos protege hoje, desde que usamos da levada da água do Sousa, diretamente atacada pelos detritos, provenientes da laboração dum minério que, dessa correnteza, para seu meneio, se aproveita e serve.

Com efeito, na margem esquerda do rio Sousa, e a uns treze quilómetros a E. do Porto, encontra-se a mina, de antimónio e ouro, de Mont´Alto.

O seu minério é constituído pelo sulfureto de antimónio, e as gangas são essencialmente o quartzo cristalizado ou o quartzo branco cristalino.

A lavra da mina começou em 1805 e tomou grande desenvolvimento. Em 1887, já os trabalhos da exploração se deparavam divididos em oito andares, ou pisos, guardando entre si uma distância de 20 m, e tendo, por consequência, o piso mais inferior atingido uma profundidade de 160 m.

Um poço vertical, o poço mestre, — eis a comunicação entre todos os pisos, por meio de galerias travessas, dele partindo até encontrar o filão. Seguindo este, aberta foi a galeria de avanço em cada andar, para um e outro lado. Isto observa-se até ao terceiro piso, a 60 m abaixo da superfície. Mas daí em diante, até ao oitavo piso, o poço continuou, não vertical, mas seguindo a inclinação do jazigo, de maneira que já no quarto, quinto, sexto,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

sétimo e oitavo pisos as galerias de avanço partem diretamente do poço sobre o filão.

Além do poço mestre, temos a considerar ainda outros poços interiores, destinados para a entrada e saída dos minérios, para a extração do minério (chaminés) e para estabelecer conveniente ventilação.

Quanto ao desmonte, faz-se pelo sistema de degraus invertidos.

Obtido o minério na estação respetiva, segue-se o seu transporte interior, que compreende todas as operações até chegar ao cais de extração no poço mestre.

O minério arrancado é transferido em cestos, à cabeça dos safreiros, até chegar à chaminé mais próxima, sendo logo erguido em baldes por meio de um sarilho.

Os baldes que servem para extração são transportados até ao poço mestre, donde se elevam pela parte inclinada, por um torno, montado no terceiro piso, e daí as conduzem, por uma galeria transversal, até ao fundo da parte vertical do poço mestre, para se alçarem até à superfície, empregando-se neste serviço o motor hidráulico de que, nesta mina de Mont´Alto, se dispõe tão facilmente.

Enganadora vantagem! Não com culposa premeditação, é claro, da empresa; bem inocentemente, pelo contrário; mas, no fim e ao resto, por desgraça de todos, em detrimento da saúde pública.

Um cabo de fios de aço, enrolando-se num tambor, que é posto em rotação pelo motor hidráulico, e utilizado na elevação dos baldes, os quais, chegados à superfície, são despejados em vagonetes, que conduzem o minério até aos aparelhos de lavagem.

Aqui principia a gravidade deste episódio da nossa crónica industrial. Aqui começa o interesse de semelhante história, para nós-outros, os consumidores das águas do rio Sousa.

Ali, com o fim de servir as duas operações, extração e esgoto, acha-se o poço mestre, dividido em dois compartimentos por meio de um diafragma de madeira, num dos quais estão estabelecidas as bombas, e pelo outro passam as cubas de extração.

O serviço de esgoto da mina é executado, como indicamos, por meio de motor hidráulico, com a força útil de 30 cavalos, tendo-se para esse fim aproveitado a água do rio Sousa, cuja energia se exerce sobre uma roda de cabos de 7 m, 8 de diâmetro.

A água chega até à roda por um canal, ou levada, de 5 quilómetros de extensão, que tanta era a distância necessária, segundo idóneos informes, para se ganhar um nível conveniente, a fim de o líquido do rio poder ser utilizado na mina.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O movimento obtido pela ação da água sobre a roda é transmitido às hastes das bombas, através de uma galeria de 12 metros de comprimento, por meio de barras de ferro, que se movem, com movimento de vaivém, sobre umas pequenas roldanas, montadas no solo da galeria.

O processo empregado, para a transmissão do movimento das bombas no poço mestre vertical para as bombas no poço mestre inclinado, é bastante engenhoso.

Mas menos nos importa conhecê-los do que saber que a água que provém do esgoto dos trabalhos subterrâneos vai lançar-se na levada, e ainda se ultima na extração ou separação das gangas, isto é, no estabelecimento da lavagem.

Quanto, especialmente pelo que toca à preparação mecânica do minério, está ela em Mont'Alto montada de forma que nada deixa a desejar, e asseguram abalizadas competências técnicas que pode considerar-se modelo.

Não espiaremos a marcha que segue o trabalho dessa preparação mecânica ou lavagem, nem nos dará cuidado o modo como o minério se comporta nos trommeles que o aguardam.

Para o nosso intuito, basta que, no lance, frisemos que em todos os aparelhos corre, naturalmente, com velocidade graduada, água, a qual como dissemos, é extraída do interior da mina.

Ora, todas as máquinas da lavagem são postas em movimento por meio de uma turbina, da força de 25 cavalos. Há também, uma máquina de vapor, com a força efetiva de 25 cavalos, destinada a auxiliar o serviço do esgoto durante a estiagem.

Para que o público possa formar juízo da situação, entendemos indispensável que apurasse estes noticiosos elementos.

Conhecer suficientemente os dados dum problema é meio caminho andado par o resolver.

E só assim é que a opinião as mostrará sisuda, séria e digna, compenetrada no assunto que discute e habilitada a, quem toca, exigir todas as responsabilidades em tão importante matéria.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2043, 27 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Antimónio

Não devemos, é certo, preajuizar dos resultados das análises a que, sobre as águas colhidas no rio Sousa, por ordem superior, se está procedendo nas estações competentes.

Todavia, não nos capitularão, também, de precipitados se nos incitarmos fortemente à presunção de que essas águas, em contacto com os metais captados pela indústria extrativa da empresa das minas de Mont'Alto, não estarão tão indemnes que as possamos proclamar como livres e puras.

Entram, pois, com o líquido fornecido em domicílio pela Companhia das Águas, no amanho da cozinha caseira, o antimónio e o ouro.

Isto parece incontestável. E, portanto, o que resta é satisfazer a duas perguntas. No lance, surgem, naturalmente, com o simplismo da curiosidade comum: O antimónio faz mal? O ouro, não como equivalente genérico de todas as mercadorias, mas como acepipa de banquete, fará bem, do mesmo modo?

Procedemos, se nos quisermos dar a inquirições de pública utilidade, procedamos com método. Sigamos a ordem da importância da laboração dos dois metais nas minas referidas. Isto por motivos, de resto, óbvios.

Ora, o antimónio ocupa ali a primazia.

Neste nosso distrito do Porto, a zona de Gondomar assinala-se pela abundância opulenta dos seus terrenos metalíferos. Conhecidas, só na freguesia do Covelo, a 8 quilómetros da cabeça do concelho, há as seguintes minas: Vale do Pinheiro, Carvalhal, Vale da Infesta, Moinho da Golela, Altinho das Lajes, Levada do Rego

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

do Penedo, Pirâmide do Labirinto, Ribeira, Tapada Escura e Fojo. E todas são de antimónio.

Se a França é um dos países que mais o produzem, já Jean Reynaud, na curta história que dos minerais usuais redigiu para uma biblioteca especial, e famosa na sua, quase constante, banalidade acessível, já Jean Reynaud conveio em que desse metal, outrossim, existem em terras de Espanha minas. E confessou, por sinal, que muito abundantes, mas que se encontram actualmente abandonadas. Este *actualmente é* 1867, data do opúsculo.

A companhia das minas de Mont´Alto possui, além destas, as concessões de antimónio da Levada do Rego do Penedo e Moinho da Golela, que não explora actualmente.

Os únicos trabalhos, até 1897, executados para a mina da Levada do Rego do Penedo constavam de uma galeria de esgoto aberta sobre o filão, encontrando-se a distância da boca desta galeria um poço, que vem abrir-se à superfície.

Na mina do Moinho da Golela existia apenas uma pequena pesquisa.

Fora, no citado ano de 1887, a exportação de 94.304 toneladas métricas de antimónio, com o teor de 50 por cento, para Inglaterra, no valor de 4765$625 reis, e 38 460 toneladas de quartzo aurífero para a Alemanha, com o valor de 1120$730 reis.

Posto destarte o caso, revertemos. Assim, condescendamos em revelar que não nos agrada consideravelmente a presença do antimónio, implícita, na lista dos restaurantes e hotéis. Sabe-se que os preparados antimónicos são notáveis, com efeito, pelas suas propriedades eméticas e purgativas; e a arte veterinária faz, ainda hoje, para obter estes efeitos, grande uso dos vários componentes desse metal.

Mas o bicho homem é que não se regala grandemente com tal droga. Sobretudo, as pessoas eclesiásticas têm, em consciência, contra ela, motivo de sobra para amargas queixas.

Na verdade, quem primeiro, do seu sulfureto, soube extrair o metal puro foi Basílio Valentim, alquimista e frade. Observando que uns tantos cevados que haviam comido o resíduo duma das suas operações sobre o antimónio, adquiriram extraordinários untos, julgou, prematuramente, que o abençoado metal poderia restabelecer a saúde dos monges do seu mosteiro, extenuados pelos jejuns e mortificações.

Mas, por desgraça, a aplicação do novo remédio foi fatal a esses bons religiosos, que, com discreto sorriso, o decano Girardin relata, sucumbiram em grande número.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Esta singular circunstância fora, até, por memória, quem dera o nome ao metal. Chamavam-lhe, em língua d'oc, *antimoine*. Como quem diz: *mata-frades*.

Semelhante tradição não é de molde para nos deixar sossegados, numa quieta segurança, perante o líquido antimonial com que nos brindam a Empresa de Mont'Alto e a Companhia das Águas.

É certo que, na edição, inteiramente refundida, do arcaico dicionário de medicina de Nyateu, se nega tão pícara etimologia. E, com a competência clínica dum Carlos Robin, colaborou ali o saber, histórico e linguístico, de um Emílio Littré. Declaram os dois sábios que é errónea a suposição de que o apelido desse metal provenha da acção enérgica e funesta que houvesse tido sobre *frades*, que lhe andavam estudando as propriedades.

Porém, no fim, esse, ou análogo, litígio pouco importa. Ele não interessa o âmago mesmo da questão.

E a questão é que o antimónio, em seu uso, promoveu sempre hesitações e determinou constantemente suspeitas. Aqui é que ela está.

Assim, o gasto dos preparados antimoniados deu lugar a longas e vivas disputas entre os médicos do século XVI. A Faculdade de Paris, por exemplo, opôs-se ao seu emprego, e o Parlamento proibiu-os, por sentença lavrada em data de 1566. A prevenção contra semelhantes remédios resultava tão forte que um hábil doutor, Paulmier era a sua graça, foi expulso da Escola, em 1609, por deles se ter servido.

Hoje há dois compostos cujo uso sobreviveu às diversas revoluções médicas. É o tartrato de potassa e antimónio, cujo título é bem vulgar; e é o kermes, ou combinação de óxido e sulfureto de antimónio.

Não esqueça a palavra honrada do protoclurueto, que, mercê do seu particular aspecto gorduroso, recebeu a designação por que é mais notório, de *manteiga de antimónio*. Atraindo totalmente a humidade do ar, sob o tipo e estado em que se resolve, emprega-se na cirurgia, como cáustico, no antrax maligno; nos lábios sarjados, das mordeduras de cão danado, se molda antes da cauterização do ferro em brasa, mas imediatamente, precedendo-a. Calcula-se. É um veneno corrosivo violento.

Antes de a gente do Porto, por força, os tomar na água de seu consumo, o antimónio metálico, o sulfureto de antimónio empregava-se, frequentemente, como contra-estimulantes, em pó, ou em poções. O antimónio metálico possui, com efeito, as

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

mesmas propriedades sedativas eméticas e irritantes dos outros antomoniais. A propósito do primeiro, do antimónio metálico, o anónimo camarada sob a direcção do colega Dapiney lembra os gromerulos que, dantes, se fabricavam e que, engolidos, se restituíam na defecação, quase intactos. Com equívoca limpeza, serviam, pois, para um grande número de vezes. Por isso, se lhes chamava as *pílulas perpétuas*. Caticha!

O antimónio servia ainda para fabricar copos idóneos, a dentro de cujas paredes se deixava pousar um trago de vinho branco, o qual adquiria assim propriedades especiais.

Hoje pensava-se que já se não serviam dele senão para endurecer o estanho que se converterá em talheres, ou para enrijar o chumbo com que se fabricam as letras destinadas aos caixotins tipográficos.

Mas a Empresa de Mont´Alto e a Companhia da Águas, sob a paternal vigilância da edilidade, voltaram às antigas práticas. Filho pródigo a casa torna. *Le bom vieux temps! Il n´y à que çà.*

De drásticos e vomitivos sisudamente pensam que havemos falta. E, assim, esta santa irmandade do turbulento burgo episcopal do Porto, à hora menos pensada, há de purgar-se, quer queira quer não queira. Manda quem pode; obedecem os «vassais».

Talvez não obedeçam; talvez reajam; talvez tomem a sério a questão da sua saúde. Serão ou tão egoístas, ou tão tolos, como isso. E nós cá estamos, insubmissos e incorrigíveis, para os incitar e encorajar em sua rebelião, que consideramos racional e justa.

Não nos escasseiam argumentos, para a defesa, na nossa campanha.

As mesmas regiões oficiais, tão censuravelmente indolentes agora, no-los fornecem, às mãos cheias.

Com efeito, a junta de saúde, reunida, em 30 de junho de 1889, (De 1880! Há sete anos! Nada mais), reunida no edifício do governo civil, deste distrito do Porto, à Batalha, entendeu conveniente fazer preceder a elaboração do regulamento para a polícia do rio Sousa dum inquérito às freguesias por ele banhadas.

No n.º 18 do 4.º ano, da revista especial, *A Saúde Pública*, apareceu um projecto de questionário, que, certo, seria mais que suficiente.

Nada se fez. Remeteu-se tudo a um prudente silêncio. Não se falou mais nisso. Cortês, comovedora reserva!

Mas nós, insubmissos e incorrigíveis, e, demais a mais, à última hora, tagarelas e gaboneiros, reconhecemo-nos, em nossa

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

campanha, para a defesa, com o inesperado auxílio de competências profissionais. Por isso, nos estimulamos.

Em verdade, o snr. Dr. A. J. Ferreira da Silva, director do Laboratório Municipal e lente da Academia Politécnica, aconselhou, por então, a que, independentemente dos resultados do inquérito anunciado, se adoptasse desde logo, para a fiscalização provisória do rio Sousa, um regulamento, cujas bases o estudioso professor não olvidou de definir.

Isto passou-se em 1889. Há sete anos, nada mais, nada menos.

De então para cá, a situação agravou-se.

Mas os dirigentes, em sua refastelada soneca, roncam. Nem os suínos do tonsurado curioso que, à laia de Rolão, lhes deitava na gamela antimónio. Com galanteria suma, a nós no-lo servem por torneira. Nunca fiando, de contador, com avença; ou, não querendo, então ao mês. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2044, 28 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Joaquim de Araújo

Deste nosso distinto confrade recebemos a seguinte carta:

> «Snr. Redator e meu amigo: — Em uma extensa notícia, por v. consagrada ao livro "In Memoriam", não há muito editorado, em consagração de Antero de Quental, pelo meu querido amigo M. Lugan, se lê, relativamente a um estudo que naquele volume publiquei, que eu nele reproduzira, do "Tesouro da Nobreza", o brasão da família Quental. Não é exato; e peço a v. o favor de retificar. O brasão por mim produzido foi composto em fins do século XVIII, acaso até ao século atual, pelo avô de Antero, André da Ponte de Quental da Câmara, o célebre amigo de Bocage. Aproveitou André da Ponte os escudetes de Pontes de Quentais, na confeção desse brasão, como podia ter aproveitado os dos Câmaras e Souzas, como podia usar os dos Serrões, Novaes e Bettencourts.

O conjunto desse brasão não tem registro oficial na Torre do Tombo, embora as partes de que se compõe sejam sabiamente compiladas dos documentos heráldicos mais rigorosos.

Peço-lhe a bondade de verificar se o meu texto condiz com as letras desta carta, pelo que não desejo que corra a sanção do meu pobre nome a afirmativa de quem o brasão por mim publicado seja o símbolo histórico da família dos Quentais.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Agradecendo a v. a retificação pedida, desde já me assino, com a mais elevada consideração,

De v. etc.,

Génova, 21 de novembro.

Joaquim de Araújo.

A nossa notícia acerca do livro *In memoriam* apareceu no n.º da Voz Pública de 12 do corrente.

A respetiva passagem a que o snr. Araújo se refere é deste teor:

> «O segundo dos apêndices é um "Ensaio de bibliografia anteriana" e coube ao snr. Joaquim de Araújo. Preenche XCVI páginas, seis folhas impressas em diversas oficinas. Seus respetivos departamentos compreendem "Obras Poéticas", "Obras em prosa", "Livros com escritos de Antero", "Manuscritos destruídos" e "Traduções". Há um capítulo de "aditamentos" e uma secção complementar, de "Os Quentais". Aqui se nota o mss. existente no Arquivo Nacional e que tem o título de "Tesouro da Nobreza". Dele em gravura de madeira, um reproduz o brasão da família Quental».

A secção complementar *Os Quentais,* do *Ensaio de bibliografia anteriana,* tem por primeiro número a nota sobre as *Saudades da Terra,* de Gaspar Frutuoso.

Como documentos históricos dessa família ilustre, entende o erudito snr. Joaquim de Araújo aditar-lhe outros livros.

Vem, na sua ordem, marcado esse do *Tesouro da Nobreza.*

Informa-se-nos de que, segundo o snr. João Basto, este mss. existente no Arquivo Nacional, remonta a fins do século XVII ou princípios do XVIII. Além do brasão, contém uma nota explicativa, para a devisa *Quental.* Transcreve-a o snr. Araújo, bem como publica a estampa do referido brasão.

No Tesouro da Nobreza encontra-se, diz-se-nos, outra notícia que o nosso amigo também reproduz. Versa sobre os *Pontes.*

Depois, o snr. Araújo escreve:

> «O brasão, que intercalamos, usado por André da Ponte do Quental da Câmara, avô de Antero, casa-se, de todo o ponto às duas notícias que trasladamos».

O doutíssimo bibliógrafo assegura não ter dúvida em que os Quentais de Besteiros pertençam ao tronco dos Quentais de

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

S. Miguel. Reporta-se a Gaspar Frutuoso, que expressamente se refere aos Quentais do *reino* e ilhas.

Neste sentido disse a *Voz Pública*. Não fomos suficientemente nítidos, talvez. Não nos explicamos bem. Mas era isso.

De resto, o desenho do brasão, que acompanha a nota da redação (*O Brasão dos Quentais*), predecessora do *Esboço genealógico* do snr. Ernesto do Canto, é para a hermenêutica do lance, elemento idóneo. Cremos haver satisfeito o snr. Araújo, cujos escrúpulos honram a sua precisão. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2044, 28 de novembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ouro

De vozes e riso fazia santamente os seus repastos Dom Frei Bartolomeu dos Mártires, que, para em tudo ser modelar perfeição, pena foi seguisse as bandas de Castela.

À modesta ementa de nossos almoços e jantares, opiparamente acrescentam a Companhia das águas e a Empresa de Mont´Alto nada menos do que o luxo lucolico do ouro. Qualquer bom burguês do Porto se equipara, no desvario culinário, à famosa Cleópatra, que não se sabe que extravagante gosto achava às pérolas. Os mesmos subtis mandarins, lidos no sagrado Confúcio, ávidos de ninhos de andorinhas e bicos de rouxinóis, haveriam de ficar com a cara ao lado quando souberam que de puro ouro polvilhávamos nossos acepipes. De tromba caída quedaria o orgulho do próprio Trimalcião, se ressuscitasse e viesse no conhecimento de que tão mimosos de paladar acabaram por se volver estes lusitanos bárbaros.

Maravilhosa a nossa opulência, pois que a usos tais já desdenhosamente confiávamos o metal terrível, por cuja preciosa posse o homem não tem sido avaro de sangue.

Os heróis o conquistam; os poetas lhe fazem cantar os hossanas. Pela boca dum dos personagens que manda viver a sua pródiga fantasia, o maior de todos lhe arremessa, em sarcasmos rutilantes, os vitupérios da vitória.

> Gold, yellow, glittering precious Gold!
> This much of this will make black white; four fair;
> Wrong, right; base, noble; old, young; coward, valiant

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

.....What this, you Gods! why this
Will Ing your priests and servants's from your sides;
Tel yellow slave
Will knit and break religions; bless the accursed;
Make the boar leprcay adored; place thieves
With senators of the bench; this is it.
That makes, the wappen'd widow wed again
.....Come damned earth,
Thou common where of mankind...

«Ouro precioso, ouro amarelo e luzidio! Eis bastante para tornar o negro branco, o feio belo, o injusto justo, o vil nobre, o velho moço, o cobarde valente!... O que é isso, oh deuses imortais? Isto, é o que desvia dos altares os vossos padres e seus acólitos...

Este escravo amarelo constrói e destrói as vossas religiões, faz abençoar os réprobos, adorar a lepra branca; coloca os gatunos nas bancadas dos senadores e dá-lhes títulos, homenagens, genuflexões. É ele que faz uma nova casadinha da viúva velha e gasta. Eia, argila maldita, prostituta do género humano...».

Todavia, nada tem de raro; pelo contrário, é bem vulgar, comum; pode, sem exagero, dizer-se que se topa, aos pontapés, por toda a parte.

Com efeito múltiplas descobertas firmaram a demonstração dum facto, havia longo trecho, suspeito. Convém a saber de que o ouro não existe só em algumas regiões privilegiadas, antes se encontra disperso por todos os cantos do globo.

Assim é; mas o mal está em que, o mais das vezes, ele não se oferece à humana cobiça senão em quantidade tão escassa que resulta que não pode ser explorado utilmente.

Se, porém, de todo o tempo, ele foi apetecido na economia política e na economia doméstica, outro tanto não lhe sucedeu para com a economia animal.

Os mesmos alquimistas, no seu fáustico amor pelo rei dos metais, em cujo âmago, intrinsecamente, viam todas as virtudes, não o aconselhavam, ainda assim, para o regime quotidiano da alimentação habitual. Reservavam-no para os lances excecionais das enfermidades, tão só. O *caldo de ouro* diziam eles que fazia curas miraculosas; mas dos que assim se salvaram não invejem os doentes hodiernos a proclamada sorte.

Fosse o que fosse. Porque, como água nossa de cada dia, nunca os mais convictos transmatadores supuseram capaz o constante alvo de seus votos. Ouro potável, para aqueles que, outrora, o

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

consideraram como poderoso cordial, não era... rastos de barato, servir nas com... lavagens. [as reticências correspondem à falta de texto no original].

Não iluda a denominação; ele pertencia a capítulo assaz restrito de aplicações.

Assim, informa-nos Barruel de que o doutor Récamier o aplicava como castiço no tratamento das moléstias escrofulosas; mas sabe-se que Guyton de Morveau, mais modesto como químico do que o esperançado clínico, se limitava a empregá-lo em dourar o ferro e o aço.

De resto, no departamento da matéria médica, as propriedades terapêuticas do ouro não foram, a bem dizer, verdadeiramente estudadas senão neste nosso século, sobretudo pelo dr. Chrestion, da considerada faculdade de Montpellier.

É facto que se experimentaram diversos preparados desse metal; mas o mais fácil de empregar é o duplo clorureto de ouro e sodium.

Parece que foram administrados com tal êxito em certas afecções específicas, em cujo tratamento se cuida que o ouro atua à laia do iodo e do mercúrio.

Mas o que está averiguado é que, aumentada a dose, nos seus compostos, o ouro procede como um veneno corrosivo.

Eis o que nos importa. Por isso, certo, foi que proficiente competência de outrem, no lance, aqui, agravou suas censuras.

Infligiu condenação, franca e plena, ao facto, inteiramente repreensível, de posteriormente à fundação do estabelecimento para a captagem das águas que abastecem a cidade, se haver consentido a laboração do quartzo aurífero das minas de Mont'Alto, sem se assegurar, nos termos expressos, aliás, do código civil português, a purificação das águas empregadas na lavagem, antes de serem lançadas no rio Sousa.

Pouco reparo merecem estes assuntos aos nossos dirigentes. De bagatelas os capitulam.

A saúde pública? Que faribolice!

Magnânimos varões...

A culpa, no fim, não é deles; é dos que os aturam.

Por isso bem hajam.

Nunca as mãos lhes doam. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2046, 1 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Médico Ferreira

Faleceu ontem este reputável clínico, notável entre a sociedade fina do Porto pela sua extrema elegância e por seu aprumo fidalgo; e notável ainda, de mais sólida notoriedade por certo, como facultativo hábil e acreditadíssimo que foi.

Tinha sido fundador e diretor da Casa de Saúde a que dera o seu nome, e que não pouco contribuído para o popularizar.

Há muito que o médico Ferreira, envelhecido e cansado, pressentia o fim, e foi com grande custo que dia a dia assistiu ao descalabro da sua existência que sempre tão propícia e alegre lhe correra.

Estimadíssimo, como era, nesta cidade, o dr. Joaquim José Ferreira deixa saudades a todos quantos o conheceram — saudades tão fundas quanto as que ele próprio sentia, no declinar da existência, pelas folhas ressequidas da sua mocidade perdida.

Descanse em paz, que bem o merece quem nunca soube concitar ódios nem malquerenças em volta de si. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2049, 4 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Lex

A série de artigos que, com os títulos respetivos de Mont'Alto, António, Ouro, aqui escrevemos tem, como de razão, de ficar, natural e provisoriamente, suspensa, desde que se anuncia o próximo aparecimento a lume dos resultados da análise a que sobre as águas que abastecem o consumo do Porto vêm procedendo profissionais competências.

O relatório dos trabalhos realizados será presente a estações superiores e equitativo se torna que à autoridade dos dirigentes se consinta o descanso das censuras que, aliás justamente, lhe são infligidas.

Permita-se-lhes esses tregos, para que meditem sobre o lema e adotem as resoluções práticas que, conciliando os legítimos e legais interesses, em todo o caso, visem sempre, primeiro que tudo, à necessidade máxima: a observância dos preceitos idóneos a garantir a saúde pública.

Nossa generosidade deve ser-nos agradecida. Pois que má e insuficiente desculpa podem exibir quer os que governam quer os que administram, desde o gabinete até à câmara, para desleixos, de toda a maneira repreensíveis, e em alto grau condenáveis.

Mas, enfim, vejamos o que farão agora, dado o caso e na hipótese, já se vê, de que procedam com urgência, pois que o caso, se, felizmente, não é fulminante, não é também, todavia, para vastas delongas.

Ora, a conclusão prática de todas as considerações que, perante a opinião, ponderamos nos nossos artigos a este, temporariamente, final, precedentes é que importa a urgente intervenção da lei, a

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

fim de regularizar uma situação que convém não se procrastine ainda. Demasiado tem durado, em detrimento da segurança de ânimo e tranquilidade dos espíritos.

Mais uma vez, desempenhe a sua função de justiça o Estado, por benefício da lei. Ainda que áspera, ela é a garantia comum, quando inspirada em motivos desinteressados de serviço coletivo. Assim, deve permanecer, no conceito dos que não subordinem o seu critério à orientação de egoísmos absorventes. É banalmente conhecida a velha fórmula: *Dura lex, sed lex.*

Contudo, no exemplo concreto que nos ocupa, as coisas podem dispor-se de modo que todas as vantagens sejam atendidas e que não haja nem lesão de direitos adquiridos nem prejuízo de terceiros. Ponto está em que se caminhe com lisura, sem favoritismos claros ou simpatias ocultas, e dando constantemente a primazia ao interesse geral do povo, que é o que importa antes de tudo e no fim de tudo. Esta é a chave de todas as questões sociais; simultaneamente, o alfa e o ómega.

E, francamente, no lance, é vergonha confessar que os dirigentes contemporâneos não saibam sequer seguir a esteira de antecessores, consideravelmente menos favorecidos das circunstâncias. Deplorável resulta que nem sequer aproveitem do ensino que acumularam gerações extintas e que, numa propositada ignorância, ou, pior ainda, de má-fé, considerem como novo o que, por diverso aspeto, é, aliás, velho e relho.

Se nos propuséssemos a infantil vaidade de estadear erudição fácil, reportar-nos-íamos à abundância legislativa, que, desde o mais obscuro do antigo regímen, se tem multiplicado com o luxuriante intrincamento selvático.

Não admira que do ouro se preceitue, pois que, na aparente opulência pelos exóticos metais preciosos de que logramos mimo, o nosso conhecido antimónio não foi também olvidado.

Se a lei de 11 de fevereiro de 1719, por exemplo estabelece vário as providências sobre a fundição do ouro das minas que, segundo do decreto com data de 4 de abril de 1709 sabemos, foram descobertas na comarca de Tomar, e nas margens do Zêzere, para o antimónio não se ignora a prorrogação da específica administração com a alcavala do quinto para a Real Fazenda, por alvará de 23 de outubro de 1764. Com ele, na nótula das extravagantes, inclui Manuel Fernandes Tomás o carvão, ouro, prata, cobre, chumbo, estanho, azougue, salitre, e outros minerais.

Já, nesses tempos idos, a relação constante da água em tal departamento, extrativo, da laboração da indústria não passara

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

despercebida. Pelo contrário, mereceu cuidados. Não se carece de o descontrair, pois que o só exemplo da provisão de 25 de junho de 1720, dizendo do modo como se mandaram repartir as águas para as lavras das minas do ouro, é suficiente.

Mas, na nossa contemporaneidade, e só pelo que toca ao restrito aspeto da questão no capítulo da saúde pública, quanto ao campo da cultura universal, se pode forragear, à vontade e sem canseiras!

É por isto que os nossos estadistas não têm perdão. A todos os respeitos e nos mais disparatados assuntos, encontram, lá fora, a papinha feita. É só traduzir, copiar, cerzir, adaptar. Mas nem com isto querem que os amofinem. Já é.

Assim, em Inglaterra, o *River's pollutios preventiou act*, de 15 de agosto de 1876, tende a reprimir, com rigor, a alteração dos cursos naturais de águas pelos resíduos das minas, oficinas metalúrgicas, fábricas, ou, enfim, pelas matérias de esgoto, sólidas ou líquidas.

Resume, em seu indefeso trabalho, o estudioso professor snr. Ferreira da Silva as categorias de materiais que os estabelecimentos industriais despejam nos rios, e que podem ser resíduos sólidos, inertes, não insalubres; líquidos venenosos ou nocivos, substâncias venenosas sólidas, mas solúveis; finalmente, matérias orgânicas, vegetais ou animais, suscetíveis de putrefação ou de fermentações nocivas.

Para obviar ao grave prejuízo, desta ordem de factos derivados, é que se tem estabelecido regulamentos protetores, cuja necessidade e utilidade ninguém contesta.

Os países onde o desenvolvimento fabril e industrial destacou primeiro, primeiro do importante assunto curaram. Para a França, folheie-se, mesmo a correr, os dicionários da laia dos que dirige Maurício Blok, que logo se topará lição e exemplo.

Na verdade, a proteção dos cursos de água impõe-se quando estes são aproveitados para o abastecimento das cidades. Resultam irrefutáveis as alegações produzidas, sob a discussão de semelhante matéria, pelo snr. Ferreira da Silva, no belo estudo especial que é uma das suas excelentes contribuições para a higiene da cidade do Porto.

«Não há, escreve o insigne analista, interesses particulares de qualquer ordem, que possam prevalecer sobre as exigências da higiene de toda uma grande povoação. Neste assunto importante todas as precauções são justificadas; é pouco todo o zelo que se empregue em acautelar a saúde dos povos».

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nesta ordem de ideias, judiciosas e exatas, propôs, pois, um regulamento para fiscalização provisória dos rios Sousa e Ferreira.

Examinando as bases desses regulamentos, surge com vivo relevo o artigo 3.º com seu parágrafo, bem como e, consequente, art. 8.º

O primeiro é do teor seguinte:

Art. 3.º Não poderão... ser lançadas nos ditos rios substâncias sólidas, procedentes da exploração de minas, em quantidade tal que constituem um obstáculo ao curso dos rios, nem ainda substâncias sólidas ou líquidas, tóxicas e nocivas, provenientes das minas.

§ único. Nos lugares em que líquidos nocivos ou tóxicos eram despejados em qualquer dos dois rios, por um canal empregado ou já construído na época da aprovação deste regulamento, não se considerará como infração o facto do despejo, se o empresário da mina demonstrar, perante as estações competentes, que emprega os melhores meios praticamente possíveis para tornar inofensivas as substâncias tóxicas ou nocivas que são lançadas nos ditos rios».

A alusão à levada que serve as minas de Mont'Alto é, evidentemente, nítida.

Quanto ao art. 8.º, reza assim:

O empresário de minas, nos termos do art. 79.º do decreto de 9 de dezembro de 1853, e dos art. 442.º e 443.º do código civil, é obrigado a realizar, dentro dos prazos que lhe forem marcados, as obras que pelo governador civil lhe forem indicadas, para obstar à contaminação das águas dos rios Sousa e Ferreira, com produtos das respetivas minas.

Que a empresa reclame indemnizações, pois que esteja no seu direito e dela não fosse a culpa, eis mais um aspeto da questão, para ulteriores ponderações.

Agora essa e outras faces do problema não nos apoquentam.

Escusado é dizer que o nosso intuito não é prejudicar a companhia de Mont'Alto, contra a qual nenhuma hostilidade nos move, antes cuja prosperidade sinceramente desejamos seja remuneradora dos esforços aplicados, como o foi largamente no período descrito, sob a direção de Neves Cabral, pelos snrs. Severiano Monteiro e João Augusto Barata, na engenharia de minas aproveitados discípulos daquele mestre exímio. Seria, de resto, puro e extreme desconchavo que um publicista, que se preza de patriota, apetecesse o prejuízo duma indústria nacional, fautora da coletiva riqueza. Nossa dama é a saúde pública e, tão só, por ela, é que, campeão desasado, quebramos lanças.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Revertendo a este aspeto essencial e, para nós, ora único, cumpre advertir que, havendo sido escolhido a água do rio Sousa para o abastecimento desta cidade, no respetivo contrato, com efeito, se frisou a momentosa questão da poluição possível do curso referido.

Far-se-ia com o rigor necessário, com o a-propósito de lugar e tempo que cumpria se respeitasse?

Parece que não inteiramente; no entretanto, é certo que o § 3.º da condição 2.ª do contrato com a *Compangnie générale des eaux pour l'ètranger*, ao ponto designado, se refere nos seguintes termos:

«O governo fará os regulamentos necessários para impedir que se lancem nas correntes destinadas ao abastecimento da cidade quaisquer substâncias que alterem ou corrompam as águas de modo a torná-las prejudiciais».

Mas do que já acontecia antes? Não deveria proceder-se pelo que cabe à situação indigitada, com respeito à mina, pelo snr. Ferreira da Silva, quando aponta o canal transmissor?

Não há ensejo para chamar à autoria as vereações sucessivas, que não viram ou fecharam os olhos, que consentiram ou têm deixado?

Enfim, isto constitui outros tantos objetos para ulterior debate, eventual e possível, se não provável.

Como quer que seja, cumpre-nos, outrossim, fazer a ressalva de que não irrogamos acusação à Companhia das Águas.

Não se ignora que ela não assumiu culpabilidade alguma no que tem ocorrido e sucede. Pelo contrário, o público deve-lhe agradecimento, visto como a sua direção se não tem cansado em dirigir representações às indústrias superiores, reclamando providências. Agora mesmo ao seu influxo e estímulo se deve a suposta iniciativa oficial.

Teríamos, de resto, a ser os últimos em formular o pretendido libelo, visto que nós fomos os primeiros a fazer justiça à Companhia, nos artigos primordiais que sobre o assunto escrevemos nesta folha, há já meses.

Dos poderes públicos, dos ministérios, em Lisboa, da administração e edilidade, no Porto, é que, de tudo o começo e em todo o fim, antes e depois, então e agora, nos temos de queixar.

Entretanto, como dissemos, fiquem, por um curto lapso, de pousio.

Por agora, aguardemos o aparecimento dos resultados da análise das águas, para tal mister, captadas ao rio Sousa. Aguardemos, mesmo, depois, o corolário do relatório das investigações

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

efetuadas. Isto é, vejamos quais as medidas adotadas para pôr fim aos alarmes receosos e para defender a salubridade ameaçada.

Então, salvo intercorrente, provocada, resolução em contrário, margem haverá para registrar comentos novos e inscrever quiçá melhores observações.

Entremos, pois, a este respeito na expectativa. Numa expetativa, porém, que, para ser acatada, há de ser breve. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2049, 4 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Em Casa do Vizinho

Singular parecença apresenta a situação política de Espanha com a situação política de Portugal. Os fenómenos sociais comportam-se de idêntica maneira e os acontecimentos são aparentados.

É assim que em Espanha se espera a queda dos conservadores, como em Portugal se sabe que está para pouca dura o gabinete da regeneração. É assim que em Espanha se presume que entre os conservadores e os liberais se intercalará um governo epiceno, presidido pelo snr. Silvelia, como em Portugal se conjetura uma situação Dias Ferreira ou uma combinação Mariano de Carvalho.

Os espíritos independentes, lá como cá, estranham a sôfrega cobiça dos ambiciosos do poder e lastimam esta fúria anticívica que se azisana sobre o corpo moribundo da pátria.

De má herança capitula um confrade vizinho a herança que apetecem os fusionistas, como de péssima herança qualificaremos aquela por que almejam os nossos chamados progressistas.

As condições económicas da Espanha não podem ser piores, como deploráveis são as condições económicas de Portugal.

Não obstante o resultado do empréstimo dos 400 milhões, cego estará o que não veja isto. A agricultura, principal elemento da riqueza dos dois países da desafortunada península ibérica, atravessa, em Espanha como em Portugal, uma crise profunda. A indústria e o comércio sofrem analogamente.

Todavia, os progressistas de lá preparam-se para arcar com as dificuldades de um momento político, ameaçador e perigoso

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

em tom e tomo como, por certo, raros se encontrem iguais aos fastos das crónicas.

O José Luciano da porta de baixo, isto é, Sagasta, orienta-se por conforme critério. Assim ele também rompeu com as tradições de rude intransigência, condescendendo em embaraçar-se pelos penetrais dos régios alcáçares.

Há poucos dias que o snr. Sagasta realizou, com efeito, a sua anunciada visita ao Palácio da praça de Oriente.

Então os fusionistas espanhóis exatamente como os portugueses.

Na verdade, não vai já um horror de anos que os fusionistas, de procedência democrática, sustentaram a teoria de que o poder se ganha conquistando a opinião, e não está também longínqua a época em que condenavam, com toda a energia, o processo de o ir procurar às antecâmaras dos paços ou nas intrigas das camarilhas.

Tal qual como a veemente ou sarcástica linguagem daqueles lusitanos, dantes quebrar que torcer, que aos monarcas, quer remissos quer renitentes, recordavam, com minaz intenção, a patacoada famosa da suposta réplica a D. Afonso IV: *Se não, não.*

Mas agora, em Madrid como em Lisboa, voltaram-se as setas e as grelhas. Agora, consoante os rábanos se devem comprar quando passam (compre jovial colega), assim o poder se deve tomar quando no-lo dão, como o dão e donde o dão, ou seja na pompa de palácios ou seja na humildade de choupanas.

A questão, porém, não reside em se possuir o poder; consiste em haver os meios necessários para governar. Para se vencer a guerra, atribuem os portugueses ao seu Saldanha o que já os antigos referiam aos seus famosos cabos, quer dizer o conceito de que, para tal fim, três coisas são precisas. A primeira é dinheiro: a segunda é dinheiro; e a terceira é dinheiro.

Ora, em Espanha nunca houve modernamente abundância desse imprescindível artigo. E nestes dias atuais, então, a miséria é franciscana. Nem o empréstimo valeu, porque está-se evaporando com notável presteza.

Ao conhecer-se o resultado do empréstimo, disseram os órgãos oficiosos que, segundo asseguravam os ministros, havia dinheiro para a guerra até o mês de julho do próximo futuro ano de 1897.

Alguns críticos mais esmiuçadores, analisando semelhante afirmativa, chegaram à conclusão de que o importe do empréstimo se consumaria, aliás, muito antes de que chegasse esse mês de julho prometido como desejado prazo remoto.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não se enganaram nas suas conjeturas pessimistas esses tantos. Demonstra-o o resultado do último conselho de ministros que se efetuou em Madrid.

Consequentemente, apura-se que da soma subscrita pelo bizarro patriotismo espanhol só restarão para os encargos da guerra 170 milhões, que, visando a tal emprego, se entregarão ao ministro do ultramar.

Com essa importância, dizem os periódicos que, com acre espírito, um camarada estremenho denomina de *câmara*, também da fala honrada dos snrs. Ministros, que há dinheiro para a campanha até o mês de abril.

Quedou reduzido, pois, a três meses o prazo que, na raiz da operação de crédito, marcavam estadistas e diários oficiosos.

Será, desta feita, firme e seguro? Não se equivocarão outra vez, desta vez, os snrs. Canovas e Navarro Reverter, o titular da pasta da fazenda?

Há um pequeno impasse.

Porque, se a guerra de Cuba custa mensalmente, conforme se confessa, 60 milhões de pesetas, é indubitável que em fins de fevereiro ter-se-ão consumido já os reduzidos 170 milhões que se liquidaram de toda a massa do empréstimo.

Contudo, sem embargo de todos os atritos, à custa de quaisquer percalços, os fusionistas querem o poder em Espanha, como em Portugal o querem os progressistas.

Para quê?

Eles lá o sabem. Lá o leem; lá o entendem.

Mas a pátria, espanhola e portuguesa, é que, num resignado desespero, sintoma de morte ou prenúncio de vida, por enquanto e provisoriamente, não consegue entender o mais somenos lampejo. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2052, 8 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Que Coma Palha!

O snr. Tomás Ribeiro encetou uma campanha cívica. Deixou-se de tecer versos detestáveis, para organizar doutrina convincente. Como o personagem da comédia de Molière, o famoso Jourdain, que fazia prosa sem o saber, este conselheiro faz eloquências sem dar conta.

Desatremou numa propaganda furiosa em favor do pão de milho. Como o povo não pode comer pão de trigo, porque o dinheiro para pagar o Estado o devora no sustento dos parasitas oficiais, ande para trás, volte às práticas da antiga penúria. Perspicaz conselheiro! Generoso conselheiro!

O povo não pode comer molete. Que coma broa!

Este nobre expediente não é novo na ilustre história do constitucionalismo em Portugal.

Em 1867 discutia-se — chama-se à verborreia parlamentar *discutir* — em 1867 discutia-se, consinta-se em enxovalhar o termo, discutia-se o imposto de consumo, que era uma rede de arrastar. Ponderou-se que as alcavalas de barreiras, as sisas do fisco impossibilitavam o uso de carne.

Com indignação venerável, o deputado Custódio José Vieira, ex-socialista, levantou o repto da miséria pública.

O povo não pode comer molete. Pois que coma broa!

É magnífico. O snr. Tomás Ribeiro recomendou-a para torradas.

Abundando numa tal perfeição de ideias, solícito correspondente para um jornal estranha que o povo se permitia o luxo, inadmissível, de almoçar café com leite.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Lá fora, publicistas e higienistas de nome aplaudem esse uso, como de alimento substancial e barato. As classes operárias da Bélgica não fazem outro almoço. Pelas manhãs, é uma galanteria de Bruxelas ver os carrinhos puxados por cães, que conduzem as cafeteiras e leiteiras fumegantes, distribuindo, a custo módico, o almoço preferido dos bons flamengos, sadios e rubicundos. Até hoje considerava-se isto como um dos simpáticos do relativo bem-estar das camadas pobres na monarquia temperada, pelos nossos conservadores, suposta típica e oferecida como modelo.

Mas laborava-se em deplorável engano. O correspondente aludido censura o sibaritismo de semelhante almoço. Que vem a ser essa petulância do café com leite, de mais a mais com a punível agravante ainda de um conduto de pão de trigo com manteiga? Que almoce um caldo de unto! E anda com sorte.

O conselheiro Ribeiro não vai tão longe. Condescende em aceitar as torradas, mas só as consente de broa.

Que lástima não haver o poeta (?) surgido a lume com tão substanciosa ideia há mais tempo!

Porque é, decerto, por ignorarem que existe neste mundo de Cristo o pão de milho que as populações rurais do Alentejo atacam as propriedades, a fim de roubarem bolota, para comer. Se o soubessem, não seria preciso remeter na grande velocidade gente armada para, eventualmente, espingardear os famintos invasores, caso reajam contra a proibição de suas... invasões. Não seria preciso mandar fazerem as tropas o cordão sanitário da bolota. E tudo correria pelo melhor no melhor dos mundos possíveis, segundo o conceito otimista dos conselheiros trovadores.

Vamos e venhamos que se singra em maré de rosas. Não fossem nossos caritativos sentimentos para com a plebe desprezível! Não fosse a nossa muita filantropia em prol da canalha desagradecida!

A broa ainda é mimo. O povo de Paris, quando foi do cerco, se lhe dessem broa então, que festa não iria!

Broa! Pois sim. Era um pedregulho negro, de aparas de madeira, amassado com as próprias carunchas, arrancadas e dilaceradas, das mós que se recusavam a triturá-las. Abertas as linhas, do que sobejou d'*esse pão*, fizeram-se, para vingança e para negócio, pequenas amostras, coladas nuns cartõezinhos que se venderam por esta Europa fora, Colegial, recorda-nos ter comprado um desses elementos de simples e saborosa nutrição. Numa loja de quinquilharias da época, à rua Formosa, aqui, no Porto.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Como o outro esmoler que indicava em 1867 a sardinha para os que não podiam chegar à carne de vaca. Ainda era de bom tempo. Bem se diz que a experiência é a mestra da vida.

Também aí temos nós os parisienses desse ano, 1870-1871, que a declamação lorpa do retórico Vítor Hugo qualificou como o ano terrível, quando, mais instruídos e positivos, hoje sabemos que, pelo contrário, se deve chamar o ano afortunado.

Comiam eles lá sardinha? Não querias. Começaram por comer os ursos e os elefantes do Jardim das Plantas; acabaram por comer os ratos das latrinas.

Em tão boa hora que esse precioso regime alimentar redundou em vantagens múltiplas e incalculáveis. A ciência ganhou consideravelmente. Verificou-se uma suspeita que havia. E era de que os ratos tinham todos a ténia. A gente de Paris apurou esta excelente notícia, à custa do próprio intestino. A que sacrifícios não deve o homem sujeitar-se na conquista da verdade?

Mas a gente lusitana está habituada a maus costumes. Então, não viram? Quer molete, esta torpíssima cambada.

Pois, se se faz fina, nem broa terá. Até mesmo a bolota do Alentejo, na praça das mercadorias, será considerada objeto de luxo. Por isso, desde já se lhe vai negando. Que o haja entendido, que já não há espingardas de pedreneira e as kropatscheks acomodam, no reservatório de sua câmara, nada menos de dez balas, que se podem, bem à vontade e bem a gosto, despejar em nada mais de um minuto.

Ora, que tal está o desaforo? Já viram pouca vergonha assim?

Então esta canalha não se sai agora com apetites?

O povo pede pão. Pão?... Que coma palha!

E não reivindicamos a honra e glória do conselho. Só da modéstia temos orgulho; e sabemos dar o seu a seu dono.

Quem lembrou o alvitre foi um monárquico. Já se deixa ver. Naturalmente.

Passou-se isto em França, numa crise de fome como a de agora em Portugal.

Chamava-se o egrégio repúblico Foulon. Pessoa de peso e posição social. No ramo dos cereais, era o quem-todo-lo-manda desse tempo.

Justamente irritado com os clamores da plebe alanceada, bradou estas palavras memoráveis: «*Se o povo tem fome, que coma palha. Os cavalos da minha carruagem também a comem, e andam feros...*».

Ora, largos dias têm cem anos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Veio a suceder que, em má hora para ele, os famintos toparam o santo varão em seu folgar: «Olha lá, oh tu, que querias que nós comêssemos palha. Pois és tu mesmo que a hás de comer!».

Conta o historiador Michelet que, no seu castigo, o povo foi cruel.

Amarraram-lhe um feixe de palha às costas, puseram-lhe um ramalhete de ortigas, dependuraram-lhe um colar de cardos. Com esses atafais, lhe intimaram uma marcha triunfal.

Mais tarde, o conduzem ao sopé de um candeeiro; fazem-lhe pedir perdão à nação. Depois içado... Por duas vezes, parte a corda. Mas persistem, vão buscar outra corda nova.

Enforcado, enfim, decapitado, a cabeça passeada pelas ruas de Paris.

Assim se cortou tão esperançosa carreira. Assim acabou Foulon. Num candeeiro. Foi pena. Estava para ser ministro. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2053, 9 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Broa Sempre

A bem do público e para a salvação do Estado, surgem os alvitres mais prestimosos.

Todos eles se inspiram no caritativo empenho de acudir à miséria pública. Todos eles visam a aumentar a riqueza nacional.

São, portanto, credores dos máximos encómios. Os alvitristas merecem largo aplauso.

E a broa ficará consagrada. Ela constitui o maior título de glória do cantor deste

Jardim da Europa, à beira-mar plantado.

O expediente resulta salutar. Mas não basta.

Porque, enfim, com a broa remedeiam os adultos, que trabalham e produzem. Mas as bocas inúteis? Os que só consomem? Os enfermos, os velhos, as crianças? Não se olha para estes desperdícios? E, se não se olha, cuida-se que a broa chegará para todos?

Não é um espetáculo desagradável para os ricos que descem à rua fumando um havano, depois do seu *moka* e do seu conhaque, não é um incómodo e uma impertinência os repetidos assaltos que, no seu digestivo trajeto para o teatro, sofrem de insuportáveis mendigos e mendigas que se fazem acompanhar duma nuvem de filharada.

Pelos portais dormem sobre o lajedo cachos de quatro, cinco, seis crianças, acuculadas nos seus farrapos. Tiritando à chuva, a todo o instante pequenitos e pequenitas, aos que passam, estendem a mão, a pedir esmola.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Todos os partidos conservadores devem convir, por certo, em que esse número prodigioso de crianças é hoje, no deplorável estado deste reino, um fardo muito grande, escusadamente a mais. Aquele, pois, que pudesse descobrir um meio honroso, fácil, de pouco gasto, para transformar essas crianças em membros úteis da comunidade prestaria um tão grande serviço ao púbico que mereceria uma estátua como salvador da nação.

Ora, esse meio está achado. Quem resolveu o problema foi o escritor inglês Jonathan Swift, só conhecido entre nós pelo seu romance de intenção, *As Viagens de Gulliver.*

Não se leem em Portugal as obras sérias, que se supõem maçada. Por isso, tem passado despercebido até hoje o *Projeto modesto para impedir que os filhos dos pobres sejam uma carga para seus pais ou para o seu país, e para os tornar úteis ao público.* Pois é obra que tem já a remota data de 1729. Vem agora a talho de foice.

Atravessava-se então na Irlanda uma crise como a presente em Portugal. Também surgiram alvitres, como o da broa em terras lusitanas.

Swift encarou a questão em toda a sua amplitude e viu profundamente.

Principia contando que lhe foi assegurado por um americano do seu conhecimento em Londres, homem muito capaz, que um pequerrucho com boa saúde, bem nutrido, é, *na idade de um ano,* um alimento inteiramente delicioso, substancial e sadio, assado ou cozido, estufado ou no forno; e ele, Swift, não duvida que possa servir igualmente em fricassé ou guisado. *(I have been assured by a very knowing Americano of my acquaintance in London, that a young healthy child, well nursed, is, «at a year hold», a most delicious, nourishing, and wholesome food, whether stewed, roasted, baked, or boiled: and I make no doubt that it will equally serve in a fricassee or a ragout).*

Aquelas pessoas que são mais económicas (e Swift confessa que os tempos o exigem) poderão esfolar previamente as crianças de leite, pois que a pele, convenientemente preparada, pode dar luvas admiráveis para as damas e botinas de verão para os fidalgos elegantes. *(Those who are more thrifty "as must confess the times require", may flay the carcass: the skin of which, artificially dressed, will make admirable gloves for ladies, and summer boots for fine gentlemen).*

Pensa Swift que as vantagens do seu projeto são numerosas e visíveis, tanto quanto da mais alta importância. Enumera-as escrupulosamente, e, assim, deixa lição muito para aproveitar.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Pondera, seguidamente, que algumas pessoas de espírito abatido se inquietam, ainda, do grande número dos pobres diabos que chegam a velhos, e estão doentes ou estropiados; e assevera que lhe pediram que empregasse as suas reflexões para achar um meio de desembaraçar também a nação dum fardo assim penoso. Mas, esse ponto, declara que lhe não dá o maior cuidado, porque sabe muito bem que, todos os dias, eles morrem e apodrecem de frio, e de fome, e de porcaria, e de vermina, com tanta rapidez quanta se pode razoavelmente contar. *(Some persons of desponding spirit are in Great concern about that vast number of poor people who are aged, diseased, or maimed; and I have been desired to employ my thoughts, what course may be taken to ease the nation of so grievous an encumbrance. But I am not in the least pain upon that they are every day dying and vermina, as fast as can be reasonably expected).*

Timbramos em aduzir os textos no próprio idioma, para que se não diga que inventamos ou, pelo menos, que exageramos.

Esta ironia, de canibal, consoante a qualifica o crítico Taine, era um castigo. Com semelhantes sarcasmos flagelava os tiranos do seu tempo aquele grande e infeliz génio, o maior da idade clássica, em Inglaterra, o mais desgraçado da história.

Entre nós, hoje que o povo rouba bolotas para comer, os estadistas não encontram outro remédio senão a chalaça, de mau gosto, de aconselharem a que se gaste heróis, em vez de molete.

Não se diga que não possuem ideias. Criam até doutrina nova, em que pese à lei fundamental da economia política, a da oferta e procura.

Não há para comprar trigo? Compre-se só milho, que é mais barato. Mas, aumentando a necessidade, o preço conservar-se-á invariável?

Como quer que seja, entreteçam-se as grinaldas cívicas para coroar estes triunfadores.

Eles organizaram, na sua administração de meio-século, a mais perfeita teoria da fome.

Ao belo edifício faltava só a cúpula.

Está mesmo uma maravilha.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2055, 11 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Milho e Trigo

O conselho do uso de milho para substituir, na alimentação da gente portuguesa o trigo, que se não pode adquirir, porque seja caro, é odioso e é irrisório. Odioso pela parte de inconsciente egoísmo que contém. Irrisório pela crassa ignorância das leis económicas gerais e das condições especiais do nosso país que, tão cínica quanto estupidamente, revela.

Por isso, não o discutimos a sério. Consignamos a nossa indignação e o nosso desprezo. Tanto basta, a bem parecer.

Todavia, convém abandonar o assunto, porque outros, de somenos importância, pois que a questão do pão seja a máxima, mas de já mais apremiante oportunidade, nos reclamem e exijam.

Cumpre, pois, de relance destacar alguns dos desconchavos que acompanharam a ideia da recomendação da broa. Aplica-se o sacramento, *in extreminis*, e este *homem enfermo* do ocidente. Em perigo de morte, a uma nacionalidade derradeira. A broa e o viático de Portugal.

Mas o snr. Tomás Ribeiro cuida diferentemente. Com o pão de milho sabia-se que se arranjavam indigestões, e consequentes apoplexias. Com o pão de milho sabe-se que escusaremos a bancarrota.

Quanto à alta do preço de que o milho há de gozar, logo que lhe falte a concorrência do trigo, decsura o snr. Tomás Ribeiro, que, na sua qualidade de bardo, não é obrigado, de contas, a saber mais do que contar as sílabas pelos dedos.

Pensará talvez em fixar a invariabilidade do custo do alqueire de milho segundo uma tabela obrigatória de preços de venda. Recorrerá a esse expediente terrível?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não será original, ainda, ainda assim, nessa pretensão; antes buscará exemplo e modelo no desprezível ralé que tantos vitupérios já mereceu ao seu lirismo cortesanesco.

Isso é a lei do *maximum*. Depois de proclamada, sucedeu que o camponês se recusou a levar os géneros ao mercado, deixando a colheita na eira e chegando e extremos de enterrar o cereal ou de o dar ao gado.

O reacionário Taine pôs em relevo as consequências da medida dos convencionais; e, todavia, estes não faziam senão sofrer o choque, em repercussão, dos erros e dos crimes da monarquia tradicional.

Nesta paz podre (e bem podre) em que se tem regalado o regabofe constitucional; sem revoluções internas, sem guerras no exterior; com largo crédito nas praças cosmopolitas ainda até 1890, há somente sete anos!; atingimos, apesar de tudo, uma situação fresca.

Nela se verifica tal qual semelhança com o estado da França, no mais aceso da maior revolução que tem havido sobre a superfície da terra desde que o mundo é mundo.

É uma coisa linda, não há dúvida. Podemos limpar a mão à parede, que temos sido exemplares, exemplares na toleima, no desaforo, na sabujice.

Com que então a lei do *maximum?*

Mas, quando ela foi posta em prática, os assinados republicanos tinham a lutar contra nada menos de seis hostilidades, enumeradas por Louis Blanc: a falsificação, reduzida a sistema; os assinados de efígie régia; os antigos créditos sobre o Estado; o papel estrangeiro e, finalmente, os obstáculos levantados pelo fanatismo religioso e pelos ressentimentos de partido à venda dos bens nacionais.

Entre nós, plena confiança, perfeita tranquilidade. As cédulas do Banco de Portugal não estão garantidas por hipoteca de espécie alguma. A riqueza pública aqui não passa de uma simples questão de tinta e de rolo litográfico. É bote e deite e não olhe ao número.

Mas o mal está em que lá fora não tomam nada desses milhões em papelórios, mais ou menos porcos. Querem ouro. Se não, não dão trigo.

Pouco importa. Contente-se o povo com o milho.

Pois seja.

Mas, oh homens!, não está tirado da boa razão que o milho, que o país produz, também se consome? Ninguém o deita fora, naturalmente.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Portanto, se o milho e o trigo nacional, *juntos*, não chegavam já para as exigências do consumo, como quereis vós que o milho, só, baste? Cabe-vos isto na cabeça, luminares, luminárias?

É que, balbuciais, uma parte de milho é queimada para álcool. Conserve-se, guarde-se.

Não sabeis, na verdade, que essa parte é mínima? Supondes, acaso, que tal percentagem baste para restabelecer o equilíbrio do fiel das balanças da produção e do consumo, no que toca aos cereais? Não tereis, cremos, coragem de o afirmar; isto não querendo bulir mesmo na questão, controvertida, do álcool e sua indústria.

Tereis, pois, sempre de recorrer à compra no estrangeiro, ou de milho ou de trigo; e a diferença de preços entre um e outro género não vos livra das aflições do problema a resolver.

Estas coisas são graves. Tratam-se diferentemente do que mandando regueifas de pão de milho, põe esquisitice, aos amigos.

Mas, entre nós, tudo vai de pândega. E os Galisni, os Necker, os Turgot, os Cobden — da tremenda questão das substâncias — são da força do snr. Tomás Ribeiro.

Liquidam questões de tal tomo e semelhante alcance com cartinhas de meia dúzia de palavras, recomendando torradas de broa.

Sim! O povo que coma broa, para que os grandes devoristas comam patos de Estrasburgo e bebam garrafas de Borgonha.

Que não haja dinheiro para comprar o pão para o povo, mas que haja para comprar consciências para os que esse povo espezinham e desse povo vivem.

Em 1868, publicava o dr. José Barbosa Leão, cirurgião de brigada do exército, o seu livro intitulado Análise do orçamento ou a questão financeira resolvida.

Discutia, uma a uma, as verbas do orçamento de então (o de agora, upa! Upa!).

Pois, no mesmo acanhamento da data, apurava, entre outras, estas possíveis economias:

Pelo ministério	da fazenda	2 450 959$561
" "	do reino	1 435 611$215
" "	da justiça	369 917$853
" "	da guerra	1 175 906$312
" "	da marinha.....	1 295 890$671
" "	dos neg. estrang.	96 384$01
" "	das obras públicas ...	1 777 126$745

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Aqui tem o snr. Tomás Ribeiro uma soma total, de dinheiro poupável, de nada menos de 8 611 005$375 reis.

Isto como se estivéssemos em 1868.

Mas, demos, até que haja exagero, mesmo assim.

Seja metade.

Ou, 4 305 502$687 reis.

Aí está de sobra com que comprar trigo nos Estados Unidos.

Aí tem o snr. Tomás Ribeiro já com que o povo pode deixar de comer broa.

Mas para isso é preciso esta simples condição prévia:

Que desapareçam os figurões que comem patos de Estrasburgo e bebem garrafas de Borgonha.

Não à própria custa.

Mas à do povo, que, *por isso mesmo, e só por isso mesmo*, é que terá, decerto, em breve, de comer broa.

Ele, porém, parece que gosta de ser assim franco até o sacrifício e generoso até o capricho. Talvez a história lhe venha a chamar tolo.

Entrementes, gosta.

E quem gosta sopeteia.

Pois, que lhe preste. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2056, 12 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Geometria Não-Euclidiana

Nestes dias últimos apareceram dois novos compêndios, para o ensino da 1.ª e 2.ª classe (1.º e 2.º ano) dos liceus, de *Aritmética e Geometria*, em conformidade com os programas aprovados por decreto de 14 de dezembro do ano próximo findo de 1895.

É seu autor o nosso ilustre correligionário e eminente amigo, snr. J. de Azevedo Albuquerque, lente de mecânica nacional na Academia Politécnica do Porto, e outrora professor de matemática elementar no Liceu Central desta mesma cidade.

Apesar de que nos vede largas ensanchas nossa incompetência técnica, todavia esperamos exarar perfunctório juízo acerca destes livros, que aliás sabemos excelentes.

Entretanto, como se desse o caso de, em nossa leitura das obras do snr. Albuquerque, toparmos com uma sugestiva nota a p. 124 do 2.º volume, entendemos dever principiar por tais quais suscitadas referências.

Espírito sempre ao par das evoluções da ciência que com tão meritório esmero cultiva, aí o douto professor, discorrendo sobre a proposição, conhecida pela denominação de *postulados de Euclides*, estabelece a diferença entre a *Geometria real* ou *experimental*, e est'outra Geometria fundada na negação do referido axioma, a que Lobatschewsky deu o nome de *Geometria imaginária* ou *não-euclidiana*.

Ora, tais especulações estão hoje na ordem do dia, com uma latitude imensa, pois que as extensivas consequências destas conceções matemáticas alargam-se, preenchendo-o, até o mais amplo campo metafísico da dialética transcendental.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Do renovador critério, derivam corolários de extremo alcance para os conceitos filosóficos do tempo e do espaço. Pretende-se reintegrar na elaboração mental coeva, em contra do objetivo nominalismo da filosofia materialista moderna, um escolástico realismo subjetivo.

Este ano, que vai findar, de 1896, apareceu, na coleção bem conhecida da Biblioteca de filosofia contemporânea, editada, de longa data, pela casa parisiense de Germer-Baillière (hoje Felix Alcan), um volume típico para o sentido que procuramos frisar. É o Estudo sobre o espaço e o tempo, redigido pelo snr. Georges Lechalas, engenheiro em chefe das Ponte e Calçadas. Obra de pouco tomo, mas de muita substância, se bem ou se mal que duma exposição árida, pressupondo conhecimentos, simultaneamente vastos e subtis. Isto torna a sua leitura muito difícil.

Como quer que seja, nesse livro, após a defesa da geometria geral ou não-euclidiana, o autor deriva para a discussão metafísica das noções do espaço e do tempo, intercalando-lhe, logo, a consideração matemática do número, em sua sequente dedução, como o processo de um inquirimento de ordem transcendental.

Na verdade, chegando com lógica, ao seu capítulo v, à crítica do infinito e do contínuo, e antes que analise os sofismas famosos de Zenão de Eleia contra o movimento, o snr. Lechalas encontra, naturalmente, em sua passagem o conceito de contradição implícita na noção dum número infinito.

Eis este engenheiro congeminativo a braços com as argúcias da metafísica mais ambiciosa.

Com efeito, sabe-se como do teorema da impossibilidade do número atualmente infinito as extrai a chamada demonstração matemática da existência de Deus.

Cremos que os leitores se recordam da classificação feita pelo génio de Kant quanto às provas da existência do Ente Sumo. Pois bem: esta demonstração matemática trata, na palavra de um neocriticista, de enriquecer a prova denominada cosmológica.

Abstrativamente, funda-se na antinomia, ao parecer, irredutível, entre a ideia de número e a ideia de infinito.

Aritmeticamente o que primeiro exibiu esse contraste foi Galileu, mas a quem pertence a tarefa de por em relevo o corolário metafísico que resulta de tal conceito matemático foi ao barão Cauchy, nos nossos dias.

Mais tarde, retomou a proposição, com as suas filosóficas consequências, o abade Moigno, secundado, na réplica aos contraditores, pelo seu confrade Guettèe.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Por seu lado, procuraram por embargos à sagrada dedução, na Itália, o professor Govi, da universidade de Turim; Na França, Emilio Goubert e Guilherme Wyrouboff, russo de nascimento e codiretor, com Littré, da *Revista de filosofia positiva*.

Claro que marcamos as personalidades típica no caso e nos pensamentos fundamentais. Outras individualidades, porém, se assinalaram no assunto. Torricelli, Guidin, Cavalleri, Newton, Leibnitz, Rolle, entre outros. Pela banda especificamente filosófica, Gerdil e Th. Henri Martin, por exemplo.

Quanto ao teorema de Galileu, desembaraçou-o da sua elementar estrutura aritmética o especulativo francês contemporâneo, snr. Milhaud. Ele pô-lo em toda a sua filosofia simplicidade conceitual.

Pela forma seguinte:

Na formação dos números abstratos pelo espírito, cada um tem por definição ser um símbolo, sucedendo ao último em que o espírito se deteve, e precedendo o que se há de seguir.

Consoante esta própria definição, a criação dum número novo não implica jamais impossibilidade alguma; não seja possível, portanto, existir um número aparecendo depois de todos os outros nesta sequência, e maior do que qualquer outro assinalável; noutros termos, enfim, um número infinito.

Quem diz *número* diz *número finito*, ou, antes, estes dois vocábulos, reunidos, não significam nada mais do que o primeiro, de *per si* só.

O snr. Lechalas capitula esta demonstração de excelente. Ela é, com efeito, de uma clareza insigne.

O abade Moigno foi, porém, ainda mais contrato. Atingiu uma concisão perfeita.

A expressão de *número infinito*, diz ele, corresponde a *quantidade finita-infinita*. Conclui, desta contradição, essencial e formal, que não há passagem possível do finito para o infinito, que não há nenhum laço, nenhuma relação assinalável entre o número e o infinito.

Mas nem da passagem de Milhaud nem do abade Moigno se percebe o corolário metafísico. Quer dizer, não se vê patenteadamente e que tudo isto tenha com o problema santo da existência de Deus.

É estranho que, tratando, em toda a sua complexa minúcia, estes formidáveis assuntos, *ex-professo*, o snr. Lechalas pareça ignorar os trabalhos, pró e contra, de Cauchy e Wyrouboff, de Moigno e Govi. Faz de Bruno e Goubert, que nunca cita.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Encerrado a aceção preliminar da notícia, neste número, tentaremos oferecer uma ideia duma das formas iniciais do processo lógico que do teorema matemático de Galileu nos conduz à dedução filosófica de Gerdi.

Começa a aparecer assim:

Sendo as coisas constitutivas do universo em número, são um número. Sendo um número, são finitas. Sendo finitas, têm princípio e fim. Logo, a matéria não pode ser infinita, pois que infinitas não sejam as modalidades da substância, consoante o modo de falar da gíria ontológica. E infinitas não são porque são um número; e está demonstrada, anteriormente, a impossibilidade do número atualmente infinito.

Logo, enfim, o infinito só se pode consubstanciar na essência suma, que nem é quantidade nem número, mas o Ente Perfeito e Absoluto, isto é, para uma designação sintética, Deus. *Quod erat demonstrandam.*

Do íntimo teísta e humilde adepto do espiritualismo transcendente, na mesma mediocridade do nosso caso pessoal, hoje acreditamos, com o experimentalista Bacon, que pouca ciência e pouca meditação levam ao materialismo; muita ciência e muita meditação levam ao idealismo. Manifesto que, na hipótese, não é o lance. Mas o que logra a capacidade ampla, consegue-o, relativamente, a capacidade restrita. Isto se o humilde lealismo, na busca da verdade possível, sinceramente acaba por dominar o absurdo orgulho, no sentido profundo do híbrido mito satânico, pai do pecado, mãe do erro.

Todavia, a vereda por que segue com entono o abade Miogno é atalho desnorteado, que encaminha mal. A mesma jactância da atitude do transeunte o castigará, em sua altaneira pompa. Não é por aí; e, sobretudo, não é assim.

Se, em sua misericórdia infinita, apiedando-se da nossa humana miséria, Deus nos consentir sossego de ânimo, oportunamente, pois, prosseguiremos, para estabelecer primeiro porque não é e depois conjeturar como porventura deva ser. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2052, 15 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na verdade, pois que o [Esta linha corresponde à falta de texto].apelido do professor da universidade de Iena nos brotou dos bicos da pena, demoremo-nos, breve, no lance.

Consideremos, pois, um elo qualquer de qualquer fauna extinta, o pterodátilo, por exemplo. Esse tipo de organização existiu em número finito. Daqui se vê, claramente, que o primeiro pterodátilo havia de ser feito do nada por Deus.

Eis uma consagração imprevista do sistema das criações à laia dos quatros tipos de Cuvier e von Boer. É a teoria das revoluções geológicas, destronadas por Lyell.

Mas, em contra, doutrinas subsistem que pretendem explicar a existência animal por processos naturais, definidos pelas categorias críticas da dupla seleção (natural e sexual), da herança, da adaptação, da geração espontânea dos primitivos germens iniciais.

Serão tudo fantasmagorias?

Todavia, os criadores de variedades por intermédio de seleções artificiais, na zoologia e na botânica, obtêm, outrossim, essas suas variedades em número finito. Dir-se-á, à face do quadro, que houve, também para eles, um caso primordial de semelhante variedade. Logo, então, esse primeiro caso não foram eles, evidentemente, que o provocaram, à sombra das leis naturais que o explicam. Foi Deus que o criou (*ex nihilo*, único processo inteligível de criação, definição até do próprio vocábulo). Por isso mesmo que tal caso seja o primeiro.

Assim, de produção anónima natural, o filoxera vastatrix, que, destacadamente, ostensivamente, cognitivamente, enceta a sua

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

existência há uma vintena de anos, seria, segundo Moigno, criado do nada por Deus, num primeiro tipo, sem predecessores.

Quer dizer: — continuamos na mesma. Não se provou que, de o número dos modos de ser, abstratamente, sobre si, avaliados, da matéria serem finitos, ela mesmo o seja.

Vamos, porém, mais longe.

Dado, com efeito, que tal se admita, não se segue de se ser finito o corolário lógico de não se ser eterno. É proposição que pede também demonstração, *sui-generis*, de *per si*. Porque, na noção do *infinito* e na noção do *eterno*, a diversidade dos vocábulos nuanceia o matiz da ideia. Há que ver que se discorre do *espaço* e do *tempo*, e que, portanto, urge proceder com diferenciada reserva.

Conclusão final: — A questão quedou no seu pé; quer dizer: falta provar, 1.º) que a matéria é finita; 2.º) que a matéria não é eterna.

Cauchy prossegue na vida triunfal: «Em resumo, escreve, só Deus é infinito; fora dele, tudo é finito. Os seres espirituais e os seres corpóreos são em número finito, e o mundo tem os seus limites no espaço, como no tempo. O infinito, a eternidade são atributos divinos, que não pertencem senão ao Criador».

Contudo, parece que ficou mostrado que, de os seres espirituais e corpóreos serem em número finito, não se depreende que o universo tenha limites no espaço e no tempo, consequência que Cauchy avança demasiado depressa. Parece que se mostrou que, de o mundo ser finito, em suas modalidades várias, seja infinito somente Deus, equivale a supor que o mundo, finito mesmo, não pode conceber-se, dialeticamente, como autorizando-se a persistir, substancialmente, de *per si* próprio, o que aliás Cauchy não logrou ainda deixar fixo em modo irrefragável.

Não se acredite que nos arguciamos em subtilezas cavilosas. O mesmo Cauchy sentiu a lacuna doutrinal que o prejudica.

Assim, aqui, invocou em seu auxílio o cardeal Gerdil.

Este auxiliou-o pela forma seguinte: «É evidente que alguma coisa existe de toda a eternidade; porque, supondo, por um momento, que nada exista, coisa alguma poderá começar a existir, visto que nada não pode produzir alguma coisa... O que é que pode conceber se existir, de duas maneiras. A primeira é a dum estado de imortalidade absoluta, e invariável a todos os respeitos; de jeito tal que nesse ser nunca se dá mudança, nem quanto à existência nem quanto ao modo de existência. É sob esta ideia duma permanência eterna, sem mudança e sem sucessão, que a teologia cristã nos faz considerar a existência de Deus. A segunda

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

maneira de existir é a dum ser sujeito à mudança e no qual um estado, um modo, uma situação sucede ou pode suceder a outro estado, a outro modo, a outra situação. Ora, a ideia de eternidade é incompatível com a existência de todo o ser sujeito a variações e sucessões. Logo, se existe alguma coisa de toda a eternidade, como se é obrigado a reconhecer, é preciso que o ser eterno, cuja existência é necessária, seja imutável a todos os respeitos».

Este raciocínio é, incontestavelmente, belo. Mas, reparando não é preciso muito atentamente, logo destaca que Gerdi e, com ele, Cauchy abandonam, assim, prestes o campo puramente das especulações estritamente matemáticas. Acolhem-se, novamente, ao refúgio dos postulados ontológicos, o que deve fazer, na hipótese, desconfiar, mais ou menos, da solidez essencial da argumentação.

O brilho expositivo a imediata clareza não são, também, de molde idóneo a segurar-nos.

Com efeito, a matéria sofre mudanças no seu modo de existência, isto é na *construção* das suas modalidades e na *disposição* delas. Mas resta saber se a variabilidade formal ataca a substancialidade estrutiva.

Ora, mais concretamente com os progressos da química quantitativa estabeleceu-se, até ao lugar comum, que, no seio prolífero de Pan, nada se cria, nada se aniquila. Tudo se sucede, pois, é certo, mas sem alteração de existência, de essência, pois. Só de modo, as transformações equivalem-se. A síntese encontra, no resultado, a soma dos elementos da análise. As forças transmudam-se umas nas outras, na ondulação de efeito mecânico, na resolução de movimento, que ainda para a incoercível luz o aparelho de Crookes se propôs revelar.

A intuição metafísica de tal conjunto observacional determina, portanto, o conceito sintético, para a matéria, da imortalidade absoluta que demanda Gerdil.[falta de texto no original]

Sem embargo da mudança relativa ao modo de existência, atingiu-se, pois, aqui a ideia apetecida da permanência eterna.

Substancialmente, é, mesmo, est'arte, o que importa em Deus.

Gerdi não atende a que a permanência divina não pode implicar inércia. A ideação é o movimento da substância suma. E toda a ideação é que implica (para nos ser inteligível) sucessão. Assim, as criações diferentes nos quatro planos de Cuvier, as criações outras após as catástrofes são formuladas que sucessivamente se escrevem e apagam na lousa dos tempos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não se afasta a dificuldade, objetando que em Deus tudo é presente, salvo confessando, com Comte e os positivistas, que tudo isto transcende as fronteiras da nossa cognitividade, até mesmo da nossa simples e elementar compreensibilidade.

De feito, com a mesma autoridade lógica, identicamente poderíamos falar da matéria, supondo nela, considerada como aristotélica enteléquia, tudo presente. Com efeito, raciocinadamente, por marcha dialética, por processo filosófico e científico acerca de Deus e da sua eternidade não podemos formar noções senão as que do mundo nos é lícito extrair.

Quem nos assevera, pois, ser verdadeira a distinção, de Gerdil, de que em Deus a existência e *o modo de existência* são permanentes, enquanto que na matéria a existência não é permanente, por ser uma série de sucessões?

Não se vê que esta série de sucessões importa o modo de os elementos do grande Todo material se comportarem dentro dele, mas dele que é tão permanente, que nada dele se perde, nada se cria, antes, tudo se conserva sempre e indefinidamente?

Cauchy pretende, neste ensejo, reforçar a posição.

Diremos como? *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2061, 18 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Pois digamos.

Cauchy objeta que é fácil estabelecer a certeza desta proposição, a saber que a ideia de eternidade é incompatível com a do ser sujeito a variações e a sucessões. A matéria não pode ser eterna, professa, por ser sujeita a variações e a mudanças em seu modo de existência.

Seja. Contudo, há aqui uma singular quebra de sinceridade lógica, do género das que ficaram reduzidas à expressão mais simples depois da implacável análise de Kant na *Crítica da razão pura*. É do mesmo tipo.

Na verdade, Cauchy deduz da não-eternidade Deus *fora do tempo*. Esta aberração dialética é fundamental e insanável.

Passemos, porém. Notemos, tão só, uma última vez, a singularidade da doutrina que afirma que uma coisa não pode ser eterna, por ser sujeita a mudanças.

Volvamos a considerar uma daquelas bolas de marfim que, precedentemente, supusemos arremessadas, de encontro às tabelas de um bilhar, pela mão irada dum marcador ideólogo.

Esse corpo, sob o critério do princípio, físico, químico, mecânico, da conservação da matéria, da perpetuidade da força, da continuidade do movimento, em toda e qualquer das mudanças por que passar de um momento qualquer para diante (para diante, é claro, com referência à mente do observador) conserva o seu *substractum* essencial; desse instante para trás, como o princípio persiste e as leis naturais não se supuserem alteradas, o corpo não deixou de persistir também. Através, pois, de todas essas formas,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

dessas variações, dessas sucessões, tal coisa ganhou a eternidade no tempo.

Esta conceção da permanência substancial na variabilidade formal constitui, por assim dizer, o centro do pensamento contemporâneo.

Todas as nossas ideias se pulverizam, se essa conceção estrutiva for abalada. Por isso, repisámos.

Quem, primeiro, a formulou claramente foi a inicial filosofia grega, na ingenuidade do conceito de Heráclito. *Tudo existe e tudo não existe.* Chegou ao seu desfecho sistemático em Hegel, cujo grande mérito consiste, no parecer marxista de Engels, em haver reabilitado a dialética, como a forma mais elevada do pensamento. Disciplinada pela positividade científica, resolveu-se na teoria da evolução, que destaca como o culminante esforço da intelectualidade humana até hoje.

É curioso e quase incrível. Tudo ficaria prejudicado prevalecendo a orientação crítica de Cauchy.

Ele escreve: «É fácil estabelecer a certeza desta proposição, de que a ideia de eternidade se não pode aplicar à existência dum ser sujeito a variações e a sucessões; por exemplo, à existência da terra ou de qualquer outro objeto material. Com efeito, como a terra, enquanto existiu, se poderia mover constantemente na mesma órbita, é claro que a possibilidade da existência eterna da terra arrasta a possibilidade dum número infinito de revoluções, atualmente efetuadas por esse planeta».

Mas quem falou na existência eterna da terra? Voltamos à sensaboria do costume? Pois voltemos, mas para nos despedirmos.

Na verdade, segue-se então que da ciência certa que possuímos da não-eternidade da terra se derive a da não-eternidade da matéria? Segue-se da não-eternidade duma das modalidades da matéria a não eternidade da matéria, que tanto à terra, como nebulosa donde, segundo Kant e Laplace, se desprendeu o planeta, como o modo precedente da nebulosa, como o modo ulterior do planeta?

Que importa que a Terra não seja eterna? Que o não seja a Lua? Que o não seja Saturno, Marte, Urano? Prova-se daqui alguma coisa? Prova-se daqui que a matéria, de que se fez a Terra, de que se fez a Lua, de que se fizeram Saturno, Marte, Urano, todas as esferas astrais que conhecemos e não conhecemos, seja também não-eterna, finita, haja princípio e termo, claudique entre limites?

Parece, contudo, isto ferir todos os princípios. Quando no espaço se encontra um corpo novo; quando do campo da observação

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

se retira um amigalhote conhecido, quando a construção se revela ou a disposição se modifica, ninguém diz que o novo aparecido brotou do nada, que para o nada convergiu o que se nos não antolha igual.

Duma modalidade marchou para outra divergente parte certa da matéria una, infinita, eterna.

A subtileza de Cauchy, de que a eternidade da terra traria consigo a existência atual dum número infinito de revoluções, compreende-se. Urge reverter e aplicar o princípio matemático da impossibilidade do número atualmente infinito. Mas não procede, nem colhe. Bem se sabe que nem a terra é eterna, nem o número das revoluções por ela realizadas é *atualmente* infinito. Depois de Cauchy redigir o seu opúsculo havia de calcular que a terra não pararia, aumentando, pois, o número das suas revoluções efetuadas já. Mas a outra dificuldade permaneceu também. Isto é, que de tal número ser finito não se demonstrou ainda que houvesse uma primeira determinada diretamente pela vontade do criador.

Cauchy continua arrancando uma fácil vitória, por isso que nada impede de supor, diz ele, que, a cada revolução terrestre, imã inteligência superior imprima um sinal qualquer sobre um ponto dado da extensão.

Daqui deriva-se a conclusões, em que intervém o teorema fundamental sobre as séries, toda uma complicada elaboração crítica. Tudo derivando duma suposição que não está Cauchy autorizado a permitir-se.

Com efeito, é essa inteligência superior que ele pretende deduzir. Portanto, andamos, parece, em torno da questão; não avançamos terreno.

Sobre o lance, há para observações. Mas a nós, em nosso departamento e zona apreensiva, isto não basta ora. Repetimos a frase desconfiada do espirituoso Courier: «Deus nos livre das bexigas e da metáfora».

Assim, recapitulemos, que vai sendo tempo. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2062, 19 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Para que, aqui, resumamos, conforme prometemos, recapitula-se:

Diz-se: — O mundo não é infinito, por tais e tais razões, já analisadas. Conclui-se: — logo, só Deus é infinito.

Admitamos, apesar de todas as observações até à data por nós produzidas, o primeiro termo do raciocínio; Segue-se, da exação da proposição, ser verdadeiro seu corolário? Quer dizer: logicamente, procede do finito do mundo o infinito de Deus?

A consequência não é legítima. Afastemos o abuso fraseológico, que confunde o espírito. Reduzamos a questão às proposições mais simples. Descarnemos o silogismo.

Trata-se de provar que Deus é o Infinito, contra o asserto de que o Infinito não é Deus, mas sim a matéria.

Caímos, pois, numa forma simplista de argumentação. Movemo-nos no estreito âmbito dum dilema.

Isto é: Ou Deus é igual ao Infinito. Ou a matéria é igual ao Infinito. Mas, que infinito? Evidentemente, o que se provou não poder à matéria e, em consequência, por exclusão de partes, pertencer só a Deus.

Porém, se, logo depois, se acrescenta que o infinito da matéria, suposto provisoriamente possível, não é, substancialmente, o infinito de Deus, é claro que se não pode concluir que, de a matéria não ser o Infinito, Deus seja o Infinito *linha*, diferente do Infinito. A argumentação deixa de ser uma argumentação por exclusão de partes, para se resolver num franco erro de marcha.

Com efeito, o infinito, que convenha ou não convenha à matéria, estabelece-se primordialmente, por definição, que não é o que

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

convém a Deus. Quer dizer: supondo Deus infinito, este infinito de Deus não é aquele que se negou na matéria. Na matéria, o infinito procurado, no específico momento dialético, é o infinito condicionado nos conceitos subjetivos do espaço e do tempo, referido a dimensões e a sucessões, enquanto que em Deus o infinito é a plenitude da existência, sem dimensões e fora de sucessões, dentro da categoria, única, exclusiva e suprema, que se define na palavra última de o Ser Perfeito.

Aceite, o raciocínio de Cauchy levaria a crer que em Deus existe, por não poder existir na matéria, o infinito que a esta era atribuído, ou seja o infinito no espaço e no tempo. Atingir-se-á o cúmulo de que só Deus é, o quê? O número atualmente infinito.

Os ontologistas distinguiram sempre, aliás, entre o que designavam por infinito matemático e o que denominaram infinito metafísico. Essencialmente, nas modalidades pensantes, a sua destrinça residia entre quantidade e qualidade. Chauby acabou por baralhar tudo, num imbróglio abstruso.

Se, pois, o infinito que Chausy arrancou à matéria, para o transferir para Deus, é o infinito matemático, esta passagem de atributos implica contradição com toda a metafísica espiritualista e com toda a teologia cristã. Sabe-se que, contra Newton e Clarke, ambos repudiaram sempre em Deus o infinito da matéria no espaço, a eternidade da matéria no tempo.

De resto, se Deus possui o infinito pressuposto, de começo, peculiar na matéria, a objeção oposta a esse infinito da matéria, pela dificuldade da possibilidade do número atualmente infinito, persiste, contudo, em Deus. Importou deslocar o problema; transportá-lo do imanente para o transcendente; recuar o enigma. Mas foi só isto. Afastou-se o caso, o que envolve uma injustiça lógica.

Ponderando em lance similar, o russo Wyrouboff, no folhetosório *La science vis- à-vis la religion,* registra que «despojar dos seus atributos um objeto em proveito de outro é ato duma parcialidade evidente; é mais; é, simplesmente, uma carência de lógica». Confessa, francamente, que é «assaz cego para não ver por que razão *lógica* Deus seja infinito, e não assim a matéria».

A confusão de Wyrouboff deriva do mistifório engendrado por Cauchy. O erro dialético deste é, no fim de contas, o mesmo erro geral da metafísica clássica, na aplicação extra e hiperobjetiva do princípio da causalidade, na série das provas da existência de Deus, cosmológicas chamadas. Depois que Kant escreveu esse

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

prodigioso monumento da *Crítica da razão pura*, custa a crer que estes desvios de marcha se reproduzam ainda.

Mais estranhos são, por exemplo, da parte do moderno Renouvier, que, no exame da noção de continuidade, aplicando o eterno teorema de Galileu, incorre em idênticas abusões. No conceito do ente sumo, pôs em relevo a contradição imanente, na adaptação do teorema referido, o recentíssimo Lechalas, em nota idónea do seu livro último.

Não procrastinado o debate por agora, resulta o resíduo final.

Quer dizer que, se o infinito de Deus não é o infinito matemático, porque o infinito em Deus não é, como na matéria, *sucessão, dimensão, variação, duração* etc., não é, enfim, no tempo e no espaço, não se segue, como parece haver-se visto, que, sendo a matéria finita, como sucessão, dimensão, variação, duração, etc., Deus seja infinito, não na sucessão, dimensão, etc.: quer dizer que, de não ser a matéria infinita no tempo e no espaço, Deus seja infinito *mas não no tempo nem no espaço*.

Proceder assim, como Cauchy, como Moigno, como Gerdil, como Th. Henri-Martin, é proceder o mais ilogicamente possível.

Depois, consoante se antolhou, os absurdos implícitos nesta prova, irrefutável ao materialismo e ao panteísmo, a conceito de Pillon, não param aqui, antes se topam a cada passo.

Não ficou, pois, pelo menos por tal ordem de considerações, prejudicando o lema de que o mundo seja um grande todo, sem princípio e sem fim, contínuo e eterno, infinito no espaço e no tempo. Porventura o caracterizasse perfeitamente aquele fabuloso Pascal, quando lhe chamou uma incomensurável esfera, de que o centro está por toda a parte e a circunferência em parte alguma.

Dir-se-á, à laia do sorbónico Paul Janet, que o infinito não indica independência nem o eterno existência por si mesma?

Mas revertemos à explicação de vocábulos? A filosofia será lexilógica? Teria razão o céptico Montaigne, com sua indiferença estrutiva de judeu português? Todas as pendências serão verbais?

Pois, então, não se percebe que Deus, que é infinito e eterno, não será, mercê de semelhante razão, nem independente nem de per si mesmo?

Isto é: recai-se na pretensão, primeira e última. Almeja-se por fugir, em Deus, à aplicação desse princípio de causalidade que, a torto e a direito, se não perdoa à matéria. Sofregamente, eis-nos, de novo, no ponto de partida.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Com prejuízo irremediável da lógica e da dialética, da metafísica e da psicologia, sem embargo das divagações matemáticas, ou prematuras ou escusadas.

Resta-nos concluir.

Completaremos, pois, a, difusa e quiçá confusa, notícia.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2068, 27 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

As Peninsulares

Dos prelos da tipografia Lucas, à rua do Diário de Notícias, de Lisboa, saiu o 1.º volume da *Coleção de obras poéticas* do nosso ilustre confrade no periodismo snr. Dr. J. Simões Dias, professor do Liceu Central de Lisboa.

Este arquivo de *canções meridionais* aparece agora pela terceira vez, o que indica o favor do público e aponta o mérito da obra.

No 1.º volume, ao presente publicado, encerra-se em quarta edição. *O Mundo interior,* precedido duma explicativa advertência em prosa, pelo autor.

É um precioso modelo de lirismo português, pelo conceito e pela forma. Ampla justiça lhe fizeram em suas apreciações o snr. Cândido de Figueiredo e o falecido visconde de Castilho. Pois que ninguém medianamente culto ignora que o snr. Simões Dias, antigo colaborador da *Folha,* é de há muito um nome consagrado em nossas letras.

Já em 1870, para a sua biografia crítica, se imprimia em Elvas uma *Notícia da vida e escritos de José Simões Dias* (por Henrique José de Andrade).

Entre os serviços por este escritor probo e talentoso, prestados à cultura portuguesa, deve contar-se em destaque o volume de *A Espanha moderna.* Raro no mercado, conviria hoje uma reedição.

Como poeta, Simões Dias revela os seus altos dotes em lance vário *do Mundo interior,* como na série *Lacrimae yerum,* magistralmente realizada.

Agradecemos a fineza do exemplar recebido. *

---

* In *A Voz Pública,* Porto, ano 7.º, n.º 2059, 16 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Publicação Oficial

Pela secção dos serviços ampelográficos, da direção geral de agricultura, pertencente ao ministério das obras públicas, comércio e indústria, saiu a obra, acerca de Viticultura e vinicultura, escrita pelo nosso antigo condiscípulo, snr. Visconde de Vilarinho de S. Romão, engenheiro civil e vogal do conselho de agricultura do Porto.

Este livro compreende as lusitanas zonas de Trás-os-Montes e Alto Douro Central; e é ilustrado com 102 estampas. O papel, encorpado e acetinado, é esplêndido e a composição e impressão primorosas. Tal o indesmentido timbre das briosas oficinas da Imprensa Nacional, a que, naturalmente, foi cometida a tarefa.

Fora do texto, o volume, de máximo fólio, perto de 600 páginas, acompanha-se com mapas dos distritos vinhateiros e com fototipias, representativas das principais quintas, processos de cultura, meios de transporte, etc. No texto intercalam-se abundantíssimas gravuras, para seu elucidamento e explicação.

O índice sinóptico revela-nos a importância do livro do snr. Visconde de Vilarinho de S. Romão, que o redigiu com escrupuloso saber e proficiente cuidado, é um trabalho completo, que compreende integralmente e esgota o assunto, desde a análise das terras até à análise das videiras, desde o estudo dos adubos até ao da composição das águas. Estão descritas as variedades da uva e examinadas as doenças de que sofre a planta, a começar no *bitter-rot*, a acabar no filoxera. Aqui o autor ocupa-se do custo dos principais grangeios e tratamentos; mais longe trata ou das questões sociais da emigração, suas causas e providências, ou

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

dos problemas estritamente jurídicos, como o da enfiteuse e as vantagens que lhe enumera.

Abre o volume por uma notícia histórica sobre a agricultura portuguesa, desde a fundação da monarquia até nossos dias; completa-se, em sua perfeição estrutiva, essa notícia com uma valiosa resenha, geológica e corográfica, hidrológica e climatológica, à província de Trás-os-Montes concernente.

A forma literária do trabalho do snr. Visconde de Vilarinho de S. Romão é nítida e elegante. Assim, a obra recém-publicada deve ser lida, cobrando aplausos e louvores o seu autor.

Os nossos, desautorizados, assim os consigamos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2065, 23 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Estatística

Publicou-se o volume 1.º do «Censo» da população do reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890.

Este tomo concerne aos vários fogos e sua população de residência habitual e população de facto; sexo, naturalidade, estado civil e instrução. É precedido do relatório sobre o Censo da população, dirigido ao ministro das obras públicas, comércio e indústria, pelo chefe da repartição de estatística geral. Esse documento tem a data de agosto, do corrente ano, e é subscrito pelo snr. António Eduardo Villaça, funcionário tão talentoso quanto trabalhador, uma das poucas personalidades que, por seus merecimentos de inteligência e primores de carácter, é lástima ver ainda transviadas nos arraiais monárquicos.

O Censo é acompanhado de sete quadros gráficos, mostrando a população, por distritos, em 1864, 1878 e 1890; o aumento da população, por distritos, no período de 1878 a 1890; a densidade média da população nos distritos do continente, etc.

Este trabalho, que temos presente, honra as nossas repartições. Pena é que, por sua procedência, pertença ao número daquelas publicações valiosíssimas que não peso.

Antes de cedermos a tarefa aos estrangeiros como Balbi, fomos nós, portugueses, os que primeiro colheram a honra de, com o acastelhanado Rodrigo Mendez da Sylva, ser os iniciais promotores, na Europa, da moderna estatística.

Pelo que toca especialmente a Portugal, abundante lição histórica se contém no capítulo que, diretamente ao assunto, consagrou Rebelo da Silva, na sua obra mais importante.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ao trabalho atual do snr. Villaça é ele digno de sincero aplauso. Agradecemos a fineza do exemplar remetido. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2067, 25 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Agricultura Nacional

Todos aqueles que sincera e denodadamente pugnam pelo ressurgimento e prosperidade da agricultura, ganham indiscutivelmente jus à consideração de seus concidadãos, visto que trabalham pelo desenvolvimento do mais importante manancial da nossa riqueza pública.

Há um ano que, na vanguarda dos lutadores que se devotaram a essa meritória causa, se destaca um periódico que tem merecido as mais vivas simpatias e os mais entusiásticos aplausos — a *Gazeta das Aldeias*.

Tendo-se apresentado como defesa dos lavradores, esse semanário tem correspondido admiravelmente às suas promessas, aos seus protestos patrióticos.

Mas, não somente é um estrénuo defensor da classe agrícola, nem somente se consagra à divulgação de todos os conhecimentos que diretamente interessam à agricultura e indústrias correlativas.

Relendo-se o índice das matérias contidas no segundo semestre desta publicação, e que acompanha o n.º 52, que temos presente, vê-se que a *Gazeta das Aldeias* é um notabilíssimo instrumento de educação e instrução, tratando os mais variados assuntos da vida prática e tendo os leitores ao corrente de tudo o que de importante se passa no mundo.

Para de tudo comportar, nem lhe faltam pequenos artigos literários e um romance publicado permanentemente e folhetim.

A Gazeta das Aldeias é, em suma, um periódico que prestará excelentes serviços em todas as casas, não só das aldeias, como o seu título restrito podia deixar crer, mas nas cidades também.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O número agora distribuído, último do primeiro ano, contém, entre outros artigos de verdadeiro interesse, o intitulado *A Broa*, do snr. Diogo de Macedo, cuja oportunidade o torna assaz recomendável. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2068, 27 de dezembro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Prefácio a *Lágrimas d'Amor* de Moreira Lopes

Apresentando-me alheia produção, manda-me amigo muito prezado que consigne em rápidas linhas, aliás desautorizadas, as impressões que me restaram da leitura da bela série de sonetos que constituem o presente número da coleção poética que, com o título de *Parnaso moderno*, empreendeu a seleta iniciativa duma benemerente casa editora.

Prosador bárbaro, nenhuma competência técnica me habilita a julgar dos primores ou incorreções da efetivação plástica que cumpre imprimir forma adequada às ideações duma sensibilidade estética, ampla ou restrita, delicada e melindrosa sempre.

A arte subordina-se, em sua apreciação, ao mesmo critério orientador que disciplina a moral. Em qualquer dos departamentos, conforme da severa expressão sintética do psicólogo Renan, disposto aqui forçosamente aos rigores dum conceito objetivista, realizar é tudo.

Mas o poeta emocionado e emocionante das *Lágrimas d'amor* revela-nos, na sua espontaneidade juvenil, notáveis aptidões artísticas, que lhe garantem auspiciosas conjeturas sobre a próxima aquisição integral dos processos, de cujo conjunto já agora se encontra em larga posse.

Os seus versos são, geralmente, musicais e destacam do acervo de pardas banalidades, demasiado comuns, distinguindo-se, ao contrário, pela fragrância duma cor intensa. A excelente composição que se encerra neste volume demonstra exuberantemente, aos olhos esclarecidos, que não é uma fórmula benévola de polida cortesia o asserto que deixo exarado.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Se, por vezes, tal qual preciosismo amaneira as imagens da seguinte série de sonetos, o autor resgata-se logo no audacioso voo duma fantasia que se ensaia, com êxito, para os vastos arrojos, peculiares da forte envergadura dos grandes mestres. Não se acoimarão de excessivas estas palavras quando se atente, por exemplo, no primeiro terceto do soneto VII.

Deve deduzir-se que estamos na presença duma obra perfeita? Ao autor não se lhe fará a injustiça de exigências, incompatíveis com a fase indecisa de uma elaboração subjetiva que só progressivamente se tem de afirmar. No momento difícil da aprendizagem, tudo o que implicasse, de resto, o descoroçoamento final de quem é ornado por dotes já tão consideráveis, resolver-se-ia não só numa má ação como num erro.

As *Lágrimas d'amor* são o comento parafrástico dum soneto de Augusto de Mesquita, do vate-companheiro querido. Obrigada cada peça deste ao fecho dum dos versos daquela poesia, por sua ordem hierárquica desenrolando-se, o desenvolvimento do trecho inicial não a desonra, a ela, conforme soe nas bem sucedidas variantes que um *virtuose* hábil borda sobre o tema rítmico dum clássico.

Augusto de Mesquita foi um moço que todos considerámos pelas galas do seu espírito, e pelos finos quilates do seu ânimo todos amámos. Na efloração fecunda dum talento primaveril, enfeitado das mais ridentes esperanças, tocou-o a fatalidade cruel que parece marcar a poesia portuense. O seu nome estava destinado a sublimar-se nesse mar tirológico inconsciente a que haviam sido votados já Soares de Passos, Dias de Oliveira, Guilherme Braga, Eduardo Coimbra e Hamilton de Araújo.

Da pujança germinante do seu estro, da complexa maleabilidade das suas capacidades foi-lhe permitido, ainda assim, legar-nos testemunhos valiosos, que, indelevelmente, mais nos amarguram a atrocidade da sua prematura perda.

As *Lágrimas d'amor* consubstanciam, assim, uma piedosa homenagem à memória literária do saudoso extinto. Por isso, este livro nos deve ser, a todos, os das últimas gerações, duplamente simpático. *

---

* Prefácio a *Lágrimas D'Amor*, Poemeto por Moreira Lopes, Porto, 1896, Sousa Brito & C.ª, Editores.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Doutrina

Um dos erros mais comuns é por certo aquele que corre expressando-se pelo conceito de que a prática vale mais do que a teoria e que só os práticos é que governam o mundo, enquanto os teóricos não fazem senão cair em abusões e enganos que às vezes até os tornam ridículos.

É por este critério que se pintam os filósofos a cair em poços, embevecidos na contemplação das estrelas. Assim é que se escrevem comédias a caricaturar os matemáticos e as suas famosas distrações.

Todavia, a proposição não é exata rigorosamente; ou antes ela confunde duas ordens de coisas dissemelhantes, estando talvez na verdade a certos respeitos, mas laborando completamente em erro noutros.

Com efeito, toda a prática pressupõe uma teoria anterior, visto que o que é praticar? É, por definição, realizar uma ideia previamente concebida. Por isso, não há senão teóricos, no rigor da palavra e sob perfeição miúda da análise. Todos os indivíduos o são, mais ou menos. O caso é só de quantidade. Uns são-no suficientemente; outros, insuficientemente. Toda a diferença está aqui; mas somente aqui.

Disto se deduzem consequências valiosas. Uma delas é que não há conflito entre ciência e arte.

Criticando a classificação hierárquica de Augusto Comte, o filósofo inglês contemporâneo Herbert Spencer viu com penetrante perspicácia que cada ciência, cada parte da ciência representa ou pode representar para todas as outras o papel de arte e de instrumento.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ele estabelece a irrefragável certeza de que ninguém negará que a arte seja o conhecimento aplicado. Assim, tal porção da investigação científica que consiste em conhecimento aplicado à arte. De sorte que podemos dizer que, logo que uma previsão em ciência sai do seu estado originariamente passivo e é empregada na obtenção de outras previsões, passa da teoria à prática, torna-se ciência em ação, transforma-se em arte.

Assim se vê, segundo Spencer, quanto a distinção ordinária entre a ciência e a arte é puramente de convenção; e, ao contrário, a dificuldade que há em lhes determinar uma separação real.

Na verdade, não só a ciência e a arte foram unas na origem, não só as artes se assistem perpetuamente uma da outra, não só as ciências e artes se prestam incessantemente um socorro mútuo, mas ainda as ciências representam o papel da arte uma para a outra, e a parte estabelecida de cada ciência volve-se numa arte para a parte que crescendo vai.

A inspeção, pois, duma doutrina é eminentemente utilitária, visto como toda a doutrina é tendencialmente um ato. Se o pensamento se move na esfera sociológica, a evidência torna-se então flagrante.

Para avalizarmos o grau de civilização, a prosperidade efetiva, as presunções de futuro duma sociedade determinada, cumpre saber qual é a doutrina dominante nos espíritos. Pelo momento, não investigamos as origens dessa doutrina nem inquiriremos do processo de escapar a uma possível petição de princípio, qual fosse o entendimento de fenómenos sociais pelo exame de critério já de *per si* emanado desses fenómenos mesmos.

A dificuldade imanente é irresolúvel, a dentro da categoria fixa que os lógicos alemães chamam a metafísica. Ela só pode compreender-se, caso aceite o processo de evolução, de desenvolvimento, de complexidade e continuidade que esses mesmos tudescos denominam a dialética.

Como quer que seja, a doutrina professada pelos dirigentes dum povo é o corpo de delito de toda a crónica da nacionalidade. E, se é exata a conceção materialista da história, proclamada pelo socialista Karl Marx, isto é que toda a vida afetiva, jurídica, moral, política e religiosa é o simples reflexo do condicionalismo económico, um político digno deste nome, um filósofo sisudo ou um publicista sério, a primeira coisa que tem a apurar para compreender e decifrar sobre a pavorosa crise atual portuguesa é qual foi o carácter da elaboração mental sintética lusitana que presidiu ao desenrolar da vida económica coletiva. Mais comezinhamente,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

nos domínios da economia política, que doutrina professamos, com que trabalhos concorremos?

É preciso saber isto antes de tudo, até para encadearmos a tradição, se nela destacar qualquer antecedente aproveitável. E torna-se urgente discutir estes problemas, que são o princípio e o fim, o alfa e o ómega. A primeira questão é viver, depois é que é filosofar. E a sabedoria das nações já descobriu, há muito tempo, que mais vale burro vivo do que doutor morto. Ora, com todas as glórias, esta nacionalidade portuguesa, se não descobre meio de vencer a pavorosa crise em que se afunda, arrisca-se a morrer de inanição, à pura fome.

O idealismo do nosso temperamento, fundamentalmente romântico, reage, atrelado a uma carroça. Mas não há remédio. Urge ocupar o nosso espírito, de poetas e visionários, com estes grosseiros azeites e vinagres, de que depende nada menos do que a vida. E enquanto é tempo. Porque, depois de burro morto, a mesma ínclita sabedoria das nações diz que... cevada ao rabo.

Não é fácil a tarefa; e, como em todas as coisas em Portugal, os empecilhos abrolham sob os passos desde o primeiro instante.

De resto, não existem entre nós tabelas analíticas, índices metódicos, bibliografias racionais. Está tudo a monte; e quem quiser trabalhar há de fazer tudo, a começar por descobrir e ajuntar os materiais.

Iniciadores, pela descoberta do caminho marítimo para as Índias, do movimento mercantil e industrial moderno; criadores do sistema colonial; fundadores, com nossas descobertas, do regímen capitalista que atinge o alto momento ascensional de sua curva evolutiva em nossos cansados dias, não nos fatigamos, aliás, com estudos e descuramos, por completo, a nossa educação como comerciantes e industriais. Não desmentimos os assertos do embaixador Caverel e do viajante Linschoot quando um e outro, à distância no tempo e no espaço, ou em Goa, sobre palanquins, ou, no Terreiro do Paço, bifurcados em mulas pomposas, descrevem os negociantes portugueses dessas épocas como o tipo da indolência, do fausto, do descanso e da embolia.

A nossa literatura económica é pobríssima; e não se tem cuidado em organizar uma resenha por autores e assuntos.

Há-as, mesmo, nesta vizinha e, paralelamente, tão decadente Espanha, em nos reportamos, ao artigo *Economistas españoles* do *Dicconario* de Arguelles, considere-se a preciosa *Biblioteca de los Economistas españoles de los siglos* XVI, XVII *y* XVIII, de Colmeiro.

Entre nós, não aparecem mais do que monografias isoladas, como a excelente que, depois de Lopes de Mendonça, consagrou

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ao economista português Oliveira Marreca o nosso ilustre amigo Rodrigues de Freitas. Estudos sistemáticos sobre os arremedos da especulação económica lusitana até nossos dias, não deparamos mais do que com os ensaios estampados nas colunas do *Instituto*, revista de Coimbra, pelo professor da cadeira de finanças na nossa Universidade, snr. dr. José Frederico Laranjo, um, senão o único, até o advento recente da nova, última geração, representante do socialismo de cátedra entre nós. Como vista de conjunto, não nos chegaram à outiva, sobre o aspeto esquemático da nossa literatura económica, mais do que as substanciosas páginas que ao tema dedica o nosso correligionário snr. José de Arriaga, em um dos capítulos de introdução à sua *História da revolução de 1820*.

Se esse trabalho preparatório estivesse feito, nós marcaríamos com rigor as datas do advento sucessivo das doutrinas económicas que têm orientado os nossos estadistas... para nossa calamidade e ruína.

Com efeito, Portugal parece destinado a esgotar os absurdos, como um justo castigo das suas depredações, violências e injustiças seculares.

Fartamo-nos de viver do monopólio e estamos ameaçados de morrer da concorrência. Depois de nos empobrecermos pelos efeitos do erro implícito no sistema mercantilista, agonizámos hoje sob as garras do sistema industrialista.

Feriu-nos a proteção e fere-nos o livre-câmbio. Pôs-nos o destino, à beira dos lábios gretados, o cálice das contradições económicas. O maior remexedor de ideias no século, como lhe chamou Michelet, o paralogista Proudhon enchera-o do vinho amargo das antinomias kantianas. A nossa febre sorveu-o até às fezes.

A derradeira ilusão proveio dos sofismas de alguns cândidos. Vitimou-nos a espantosa mistificação da escola oriunda de Manchester. Descendentes dos antigos ortodoxos do catolicismo, depositamos a mesma intolerância e apaixonado fanatismo em outros dogmas, menos veneráveis, os do economismo chamado liberal.

A sua acessibilidade, a aparente clareza do simplismo da teoria seduziu-nos. Era moda ser-se livre-cambista, como reação contra os botocudos calças-de-coiro que pitadeavam o seu simonte às ramalhosas dos seus lenços de Alcobaça. Cobden foi biografado; contaram-se as campanhas da *Anti corn-law league*; e o humor, de boa feição e excelente companhia, de Frederico Bastiat deslumbrou.

Os *Sofismas económicos* são uma das raras obras típicas da economia clássica vertidas em português. A coexistência desta simpatia

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

com a ausência de versões para livros decisivos, fundamentais, como o dum Adão Smith ou o dum Ricardo, demonstra, ao mesmo tempo, a mediocridade da cultura e a corrente da ideação.

Seguia no plano indicado, que era, de resto, simpático à indolência nacional. Para que havíamos de ser industriais, se a indústria estrangeira nos fornecia melhor e mais barato? Para que havíamos de ser navegadores, se os paquetes estrangeiros eram primores de conforto que nunca atingiríamos? Para que havíamos de sacrificar o consumidor aos tentâmenes imperfeitos da produção? Porque esta era a preocupação: o *consumidor*. Como se houvesse consumidor que, para o ser, não tivesse de ser, de per si ou de per outrem, previamente produtor!

Pela ladeira, fomos resvalando. Empurraram-nos João Baptista-Say, Michel Chevalier, Garnier, toda a *cientifique* que grulha nas publicações postas em vasta circulação pela casa Guillaumin. Resume-se no *Dicionário* de Coquelin, condensador notório que nos saturou a todos de quimeras e embalou de visões, quando moços, preludiávamos, no oficialismo das aulas, áridos temas em dissertações de férias.

Ao movimento não se opuseram óbices idóneos. Podia sê-lo e excessivo exagero dum Gourourd, também vertido para nossa linguagem?

De modo que a conclusão resultou esta tremenda realidade histórica: a crise, financeiro-económica, actual.

Eis como convém estudar as doutrinas e porque cumpre aturar as maçadas. Vai aí o melhor e maior dos nossos interesses.

Eis o tema provisório destas considerações iniciais. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2074, 3 de janeiro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A necessidade, impercetível e fundamental, de se apurar a doutrina por que se orientaram, geralmente, os estadistas que geriram os negócios dum país é condição indispensável para o mesmo, se lhes derimir, com equidade, o grau das suas responsabilidades morais, quer numa obra de utilidade quer numa marcha de desastres.

Seria injusto que se tomasse à conta de deslealdade cívica ou traição patriótica o erro que redundou, todavia, em prodigiosos desastres coletivos. Pode acontecer que um homem seja funesto, com a melhor sinceridade no coração; porque já a superstição professa que de boas intenções está o inferno vestido e calçado.

Poderíamos citar exemplos da casa, célebres por mais de um motivo. Assim, o do diplomata nefasto que negociou o tratado da Índia e o tratado de Lourenço Marques. São dois diplomatas de tal natureza que só as explicariam por inépcia irremissível ou por má-fé manifesta. Ora, como ninguém é vil por prazer, a não ser em casos de degenerescente aberração, deduzir-se-ia que o ministro se vendeu.

A democracia é desconfiada, de seu natural; e, infelizmente, a experiência histórica tem demonstrado que, por via de regras, possui para isso razões de sobra.

Contudo, muitas vezes se engana, como o infeliz delirante que perseguem alucinações, auditivas ou visuais. Discutindo a teoria da balança do comércio, enganou-se Proudhon, atribuindo à sedução do ouro inglês a simpatia doutrinária provocada aquém do canal pelos sofismas manchesterianos. Iludir-se-ia a crítica lusitana que

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

imaginasse inconsciência da parte do estadista, homem de ilustração vasta e ampla cultura. Enxovalhar-se-ia na presunção de móveis infamantes, desde que do leito resvalo o diplomata para a sepultura, desabonado e pobre consoante vivera.

Quer dizer que estamos em presença dum fenómeno típico, dum caso perfeito da situação, moral e mental, que pretendemos definir.

Vítima da sua doutrina, o motivo que levava Andrade Corvo a assinar o tratado de Lourenço Marques era o mesmo que o levava a não assinar o relatório da exposição industrial, elaborado, com tanta profundeza e segurança de vistas, por Oliveira Marreca. Era a teoria que altamente proclamava dentro do parlamento, nas palavras dogmáticas que recolheu o snr. Luciano Cordeiro e pôs de alicerce ao seu livro que da circulação fiduciária se ocupa.

Não causa espanto, de resto, que o estadista referido se embaraçasse em malhas ostensivas e patentes. Com as suas aptidões literárias e o seu saber técnico, vistas as coisas de alto, no fim, não passava de um medíocre.

Ora, numa abusão semelhante, dum engano do mesmo género proveniente de idêntico erro, caiu nada menos de que um verdadeiro génio, o fundador incontestado da economia política, promovida ao rigor duma ciência regular e definitivamente constituída. Adão Smith, em duas palavras, para que desse grande nome registremos.

Da sua obra na secção em que debate o esquema dos tratados de comércio, assombra a candura teórica, a ingenuidade doutrinária do eminente escocês.

Aí, pretende ele provar que o tratado de Methwen foi uma enorme desgraça... para quem? Para a Inglaterra! E que, graças a esse incomparável erro dos estadistas britânicos, Portugal floresceria sobre as ruínas de Albion, sacrificada.

Eis um exemplo da incapacidade histórica do método dedutivo, peculiar do economismo clássico. Não pode ser mais flagrante nem mais decisivo.

Contudo, veja-se o que é o aferro às doutrinas e quanto o fanatismo científico cega, como o fanatismo religioso!

Depois que Adão Smith escreveu aquelas barbaridades, a evidência dos factos metia-se pelos olhos dentro, conforme vulgarmente soe dizer-se. Despidos de preconceitos sectaristas, os simples historiadores referiram a decadência sucessiva de Portugal e o sucessivo engrandecimento concomitante da Inglaterra ao duplo efeito, progressivo e regressivo, do tratado de Methwen. Tornou-se

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

isto num lugar-comum na polémica dos jornalistas e nos estudos dos publicistas. Um norte-americano, Carey, demonstrou minuciosamente que a Inglaterra é uma criação de Portugal. Um alemão, Hartmann, proclamou essa demonstração como irrefutável.

Pois bem! Abra-se o *Dicionário De Economia Política*, da casa Guillaumin, valhacouto de quantas castanhas piladas, género Molicari, brotam ainda da safra leiva do egoísmo conservantista. Nas últimas, mais recentes edições, busque-se o artigo especial, que em suas bojudas colunas um sarrafaçal qualquer, soletre, papagueia ainda, acerca do tratado de Methwen, os mesmos desconchavos, cediços do ranço de todo um século.

Como dissemos, cumpre não perder de vista as doutrinas que professam os que governam, pois que o mal e o bem de cima vem, diz o nosso povo, aquecendo-se à lareira, nestes dias chorudos de matança do porco.

Certo é que pode contestar-se o conceito, pois que, pelo que toca à simbolização duma sociedade, no que ela tem de basilar, íntimo e profundo, no que significa a sua ordem de raiz (o modo económico, a lei civil, a afetividade moral, o estímulo religioso), todo o governo é representativo. Pelo sufrágio indireto tão representativo é, neste sentido, Félix Faure como, pelo absurdo do nascimento, Nicolau II. Mas entenda-se bem: Só neste sentido, de certa maneira amplo e restrito à vez. No processo geral político, a necessidade da ordem, a tendência à obediência, a ignorância e dispersão das massas entregam-se aos governantes, que são efetivamente, nesse tanto dirigentes. Ora esse tanto, assim como pode conduzir à glória, pode também, guiar para a catástrofe. Daí, as responsabilidades dos governos e a justiça das revoluções.

Na verdade, é fácil e cómodo dizer que os povos têm o governo que merecem. Isso, como indignamente o observa o moderno sociólogo belga Guilherme de Greef, justifica todas as reações, todas as palinodias.

Todavia, com efeito, na série das causas e suas consequências, a consequência reage sempre com a sua causa e é assim causa da causa. Em política, os governantes dependem do carácter dos governados; mas, por sua vez, atuam sobre estes e modificam-nos a seu jeito e semelhança.

Daqui sucede que não só a sua importância cresce, como a sua responsabilidade se avoluma.

Por este desvio, eis-nos de regresso. Isto é, assentamos, parece-nos que sem ensejo de dúvidas ainda, que, do carácter das doutrinas, as mais abstratas, as mais teóricas, as mais confinadas no

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

seu isolamento científico, podem, para os povos, governados por homens cujo cérebro essas doutrinas, até meramente especulativas, mandem, advir calamidades ou benefícios, segundo o carácter particular, racional e exato, dessas doutrinas aludidas.

São banalidades, verdadeiros truísmos? E estivemos com o afã de enegrecer as tiras, colocadas diante de nós, para, no fim de contas, atingirmos semelhantes lugares-comuns?

Mas, Banalidades-banalidades, o facto é que, nelas o seu efeito salutar se não atenta. Por intermédio delas não vemos esmerilhar a explicação do carácter específico da evolução, financeira e económica, da história portuguesa.

Todavia, o exemplo notava dado e o ensino iniciara-se. No final do quarto volume da sua *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Rebelo da Silva promovera modernamente a análise histórica do estado económico e social da monarquia.

Aí votara imediatos capítulos às teses concernentes à população e agricultura; à indústria fabril; ao comércio até ao XV século, nos séculos XVI e XVII. Mas com a pompa desenxabida do seu estilo, no seu academismo tão perfeito, tão perfeito que não presta para nada, o nosso ilustre correligionário extinto Latino Coelho, cuja erudição era prodigiosa, dedicou-se, mais restritamente, a observar o efeito das doutrinas preconcebidas na fisionomia, moral e social, das culminantes figuras políticas. São excelentes, por semelhante motivo as páginas que, na sua *História Política e Militar de Portugal, desde os fins do XVIII século até 1814*, ele consagra à legislação económica do marquês de Pombal; aos princípios em que se firmava; ao conceito do estado considerado como empresário e fabricante universal; aos monopólios, etc.

Ainda assim, repetimos, não se tem atendido a este aspeto da nossa questão coletiva, com o minucioso melindre que ele exige. Salvo se excetuarmos, na aliás curta bibliografia provocado pela crise financeira-económica atual, o volume, que passou despercebido, do snr. Silva Cordeiro, e que arquiva méritos, de resto, para o tornarem notório.

Se os episódios diários desta tremenda crise não nos despertassem as considerações deste e do anterior artigo, elas nasceriam, espontânea e naturalmente, dum enlace refletido sobre o último discurso da coroa.

Ali, pelas entrelinhas, lê-se que, impenitentes, os teóricos da regeneração se encontram no mesmo pé doutrinário em que se estribaram para nos atirar todos pela pedregosa ribanceira abaixo. Voltamos à mesma, pelo visto, e tornamos a tornar.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Encontram-se, parece, como quando rebentou o debate teórico entre o seu publicista Duarte Gustavo Nogueira Soares, na *Revolução de Setembro*, e o defensor estrénuo do trabalho nacional, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, no *Jornal do Comércio*. Vencedor em Inglaterra. Cobden avançava sobre o continente. Era a consequência lógica, o desfecho da sua campanha no interior. Conferenciara com Michel Chevalier. No seu quimérico anglicismo, o imperador escreveu ao ministro de estado a famosa carta que iniciou a nova política comercial da França. Lunaticamente, rebusca nela os seus princípios Fradesso da Silveira, e o opúsculo, valioso como documento histórico, encerra-se com curtos artigos de Sebastião Bettamio d'Almeida.

O bom filho a casa torna. A regeneração não olvidou os seus procedentes, se decifrarmos bem as propositadamente nevoosas frases do final do discurso do começo do ano. De certas passagens, afigura-se que recaímos no fatal barranco em que afocinhou, de bruços, o conde de Casal Ribeiro, quando em 1867 negociou o tratado mercantil com a França.

Mas então este retórico tinha desculpa. A economia política clássica estava no apogeu do seu triunfo. Quem diria, a essa hora já remota, que poderia ser presidente do conselho de ministros um estadista que, em matéria de pautas, professasse as ideias do snr. Méline?

Todavia, o snr. Hintze Ribeiro, esse, volve a ler pela cartilha do padre-mestre Adrião Forjaz. Estamos ávidos todos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2078, 8 de janeiro de 1896.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Lopes de Mendonça

É sempre um exame curioso o de dirimir as consequências gerais dum episódio limitado.

Excessivo, esse critério conduz ao erro conhecido na filosofia da história como a teoria das pequenas causas.

Mas, circunscrita, semelhante análise pode alumiar departamentos restritos.

Tentemos um bosquejo para um caso especial da crónica literária portuguesa moderna.

Ora, é o incontroverso caso que, amargurado com a resistência, dum público ignaro, ao seu esforço inovante; colérico perante a acintosa hostilidade que lhe moviam os enraizados preconceitos; vendo-se combatido pela insinuação, discutido pela injúria e vilipendiado pela inépcia, Alexandre Herculano, contra quem de fora a fora no país trovejava o púlpito, resolveu, numa dessas horas venenosas que decidem da existência, partir a dura pena, abandonar o conspurcado campo da batalha mental. Retirou-se a esse grato silêncio, cujo prazer para a glória Chamfort, o céptico risonho de que Schopenhauer plagiou a misantrópica moral (a fim de germanicamente a sobrecarregar de espessas filosofias), comparação ao contentamento do homem comum, que conseguiu que o não perturbem no sono os incómodos rumores dum indiscreto.

Internado em Vale de Lobos, o formidável polemista, volvido num camponês, que pacifica o repouso animal, pôs-se a assistir ao mergulhar na quietude cósmica da ansiedade do espírito curioso, com a dolorosa volúpia dum budista que espiona a agonia da consciência, fundindo-se no nirvana consolador.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Aquela grande voz determinara emudecer; daquele forte coração desmontou-se a engrenagem; e o espírito alteroso, em que tantos haviam bebido a verdade, a si próprio, no segredo, murmurara: — *basta, que te não escutam.*

Anteriormente à lamentável resolução de Alexandre Herculano, na rua de S. Isabel, 56, morria, em data de 10 de dezembro de 1854, o visconde de Almeida Garrett; e, pouco depois de aquele se haver refugiado no fundo duma quinta ignorada, aonde mal chegavam os boatos do mundo, o único homem que, na ausência dos dois grandes mestres, poderia tentar opor uma barreira ao retrocesso que se ia iniciar, miserrimamente, o infeliz!, força fora interná-lo nesse hediondo Rilhafoles, a cujo sombrio pórtico se pudera, sem retórica, numa atroz conformação com a realidade, gravar a legenda que intima o abandono de toda a esperança.

Quando a sombra invadira esse cérebro, ansiava ele por abrir-se a toda a luz; a desordenada agitação da mocidade dispunha-se a ceder o passo perante as graves cogitações dos ânimos amadurecidos; no próprio evolutir do espírito, à veemência artisticamente imaginativa já passaria a sazão propícia, pois que ao sorridente germinal sucede, abundante, frutidor, como o cumprimento de generosas promessas.

Compreendendo que a época dos despreocupados devaneios, logicamente, devia terminar, pois nada mais chocho do que uma adolescência sem risos nos lábios e amor no coração, Lopes de Mendonça, que não se envergonhava de ter sido moço, se bem que pensasse varonilisar-se, com uma sinceridade igual, sentiu a hora chegada de pôr ponto no que, com um orgulho comovente, naturalmente supôs a primeira fase duma ainda longa existência gloriosa.

Assim, em dezembro de 1858, reunindo num volume (*Cenas e fantasias de nossos tempos*) algumas das improvisações da sua passagem enfebrecida pelas bancas das reduções, ele desculpa-se pelo prolóquio francês: *Il faut que jeunesse se passe.* E assegura que *o autor já dirigiu, para outras regiões, a sua actividade intelectual.*

Não mentia; com efeito, o mesmo violento imaginativo que se abandonara aos frenesis tumultuários duma aspiração, indefinida na própria consciência; aquele que a rotina da existência comum, indignando, projetava para fora de si mesmo, contra o escárnio da mediocridade em triunfo ao talento infeliz, acabou por sorrir do exagero sentimental com que se atordoara, concordando, finalmente, em que a vida é grave e que não só é um dever, mas um interesse pessoal o tomá-la a sério.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Desta renovação estrutural do pensamento de Lopes de Mendonça procedeu esse belo livro acerca de *Damião de Góis e a Inquisição de Portugal*, um dos primeiros trabalhos em que a erudição portuguesa cooperou na tarefa honrosa de pôr em plena luz a grande figura, oprobriosamente esquecida, dum dos mais altos precursores do dogma da tolerância.

Não por aqui ficou a audácia do folhetinista, inteligência idónea a todas as formas da elaboração psíquica; mas, na *Notícia histórica do duque de Palmela*, ainda que com o favor dum elogio académico, reconstruiu esse singular personagem de intrigante fino e de cético enredador, espécie de Talleyrand *in* 8.º, de que o movimento constitucional fez o imprescindível homem de duas faces que segura e agita os fios escondidos da comédia, livre ao grande e ingénuo sol.

Em março de 1857 encetara a «Academia real das ciências», uma publicação, intitulada *Anais das ciências e letras*, saindo a lume em fascículos mensais. Era dividida em duas classes, reportadas ao modo por que ao presente está organizada a Academia. A primeira parte abrangia os diversos ramos das ciências matemáticas, físicas, naturais e médicas. A segunda os das ciências morais, políticas e belas artes. A coordenação deste periódico foi cometida a uma comissão especial, composta de sócios, e nomeada pela Academia. O 2.º tomo de ambas as partes destes *Anais* ficou incompleto; mas na que veio a público se encontram trabalhos curiosos e valiosíssimos.

Ora, Lopes de Mendonça, que fora nomeado sócio e bibliotecário da Academia, ilustrou as páginas desta coleção com ensaios notáveis, através de cujos balbuciamentos e indecisões um espírito sério, refletido e de intuitos, hora a hora, adquiria pujança e relevo. Cumpre destacar o interessante quadro histórico subordinado à modesta epígrafe de *Apontamentos para a história da conquista de Portugal por Filipe II, seguidos de provas e documentos, o Estudo crítico acerca do bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo* e as páginas consagradas Acerca de Nicolau Clenardo, ou Cleynart.

Entretanto, o rei D. Pedro V, alma ávida dessa misantropia indefinidamente ambiciosa, personagem excêntrico, em cujo cérebro a quimera hegeliana fermentava sobre a morbidez inicial, fundava, na descoordenação da síntese metafísica por esse tempo desorientado os espíritos, o *Curso superior de letras*.

Um vago intuito de sistematizar as doutrinas esparsas nos domínios da filosofia, da história e da crítica presidira à criação deste instituto novo de alta educação mental; mas, como faltava

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

uma ideia orgânica e como mesmo os conhecimentos analiticamente especiais eram escassos, no programa do curso amontoou-se sem nexo o que foi lembrado, desde a filosofia da história até à retórica reminiscência clássica das literaturas grega e latina.

Naturalmente, o monarca pensou em chamar à regência das cadeiras criadas aqueles homens que, no domínio especial das letras, o consenso público aclamou como os mestres e os educadores. Assim, para a aula de literatura portuguesa, ele nomeou António Feliciano de Castilho.

Este escritor, na ausência voluntária de Herculano, com a morte de Garrett, constituíra-se, com efeito, uma espécie de tetrarca nos terrenos da arte nacional; e o que hoje promove o pasmo é que personalidades duma vasta cultura mental, como Rebelo da Silva e, particularmente, Latino Coelho, assistissem sem protesto a uma invasão que, crescentemente, degenerou numa tirania tão ciosa e tão robustecida nas aparentes adesões do silêncio que, esses mesmos, vencidos da própria inércia inicial, caso o quisessem, não lograriam, já, nos últimos instantes do movimento, reivindicar a causa da justiça, sem os azares e os desgostos duma pugna, que, todavia, por isso mesmo quiçá, aliás não tentaram.

O velho poeta não condescendeu à graciosa indicação do príncipe; e da declinação do cargo procurou exibir os motivos numa carta, que anda apensa ao *Tributo à memória de D. Pedro V.*

Foi o lugar, pois, posto a concurso; apresentou-se à vaga o candidato António Pedro Lopes de Mendonça.

As provas deste exame foram deploráveis.

O infeliz proponente não possuía, na mínima parcela, os dotes oratórios, esta confiança, medíocre na essência, do que molha uma ideia, a expor em quatro traços, num dilúvio de combinações verbais. Pertencia ao grupo dos que hesitam de si próprios e a quem a solenidade dum auditório atento desnorteia e empalidece, gelando-lhe o sangue no coração e o pensamento no cérebro. Era desses que, no silêncio das noites agitadas, se interpelam, rancorosos, porque os fez tremer o pasmo em que imaginaram radiações irónicas de olhos confusamente idiotas. Almas puras, uns tantos colocam a ciência em regiões tão transcendentemente virginais que, num atavismo de cristã humildade, se consideram criminosos da sua casta aspiração. Este mal com uma energia mais cruel cai no democrata, porque nunca se habituou a desprezar os homens e a noção da dignidade própria lhe ensanguenta a consciência do atroz pesadelo do ridículo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Por via de regra, tais homens, na inconsciência dos seus méritos, são faladores na intimidade. Aí, chegam a ser difusos, a ferir todos os tons, a atingir a alta eloquência, e o curioso é que o que não teme provocar ilustrações iguais, bater-se com o próprio génio, dobra os joelhos, mergulha na terra perante a assembleia, quando não, mais desgraçadamente, o simples grupo, à mesma personalidade destacada, dos pedantes, dos audaciosos e dos nulos.

Era o que sucedia a Lopes de Mendonça, como no-lo revelam as nobres memórias magoadas do seu amigo Bulhão Pato, no volume *Sob os ciprestes*. Por várias vezes, tentara espancar esse receio absurdo, mas de todas as tentativas, como em 1849, quando tentou no Grémio literário uma série de conferências, saíra prostrado e mal ferido.

O último golpe foi terrível; natureza eminentemente impressionável, nervos doentes, circulação anárquica, o candidato assinara, no seu requerimento a trágica sentença da sua morte espiritual.

Houve um resto de piedade, para um homem nunca simpático pelas temeridades dum pensamento generoso, ansiado transpondo os horizontes da sabedoria repousada, processo por que a inteligência ampla, mas ignorante, atrai sempre inevitavelmente as cóleras duma erudição, acanhada e moralmente inferior. Por decreto de 6 de agosto de 1860, foi, contudo, Lopes de Mendonça nomeado professor do *Curso superior de letras*.

Mas, aqui, a dificuldade reapareceu; como prelecionar, à beira da curiosidade provocada por um instituto, tipicamente novo, responsável de pretensões, insolentes para a rotina da nossa tradicional educação superior?

No país, terra de bem-falantes, em que a incapacidade se abriga sob a arte de orar, não havia, como não há ainda, da parte de magistério, o costume das lições escritas em casa, lidas a um curso estudioso; e Lopes de Mendonça, em face dos seus ouvintes, sentia-se atónito, como que de posse de que os alunos reconheciam a insuficiência do pedagogo. Não havia remédio, porém; tomou o conselho de Bulhão Pato, pela amizade descobrindo o reparo crítico que inutiliza o princípio do concurso. Ele é a porta fechada ao talento modesto e acanhado, o largo átrio escancarado às mediocridades palavrosas. Redigiu as suas lições; e, para se vingar do que a inépcia pública, ávida de discursos, taxou de inópia pessoal, consagrou os seus dias, as suas noites a coiraçar-se de saber, lendo tudo, fixando tudo, tomando notas, sobrecarregando a memória, esporeando o raciocínio.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Numa organização, empobrecida pelos desmandos duma mocidade, levianamente perdulária, o efeito foi tremendo. Um dia, os jornais contaram discretamente que, havendo caído enfermo, o jovem professor se retirara para uma quinta nos subúrbios de Lisboa; mas pouco tardou que ninguém ignorasse que, de tudo o que florescera em esperança, nada mais restava do que um frenético, em rugidos, mordendo os varões de ferro duma célula de manicómio.

A loucura de Lopes de Mendonça foi um acontecimento desastroso para a evolução do pensamento literário em Portugal. Não que este homem possuísse um entendimento capaz de ascender às sumas regiões onde habitam as teorias, abstratamente puras; nem que o seu carácter se temperasse nessa independência crítica onde, com os aplausos do futuro, se ganha o isolamento dos contemporâneos envaidecidos. Mas, por impulsos do temperamento, o escritor viera marcado do estigma que se grava na fronte dos dissidentes; precoce, pois que os seus primeiros esboços publicados datam dos catorze anos, este mal-aventurado bebe o absinto das amarguras mentais, sofrera o choque dos egoísmos humanos, amadurecia rápido. Desses que, a meio da vida, se perguntam, um dia, pela mocidade, que o pensamento lhe encurtou, de que menos conheceram a alegria do que o tumulto, a veemência da sua imaginação afastou-o dos gostos e das preferências dos homens do seu tempo. Assim, ele oferece, como o brasileiro Álvares de Azevedo, este significativo espetáculo de que, enquanto os talentos nacionais ignoram a cultura estrangeira, ele não lê senão Byron, ou Dante, Shakespeare, Balzac, Victor Hugo. O seu conhecimento da língua francesa autoriza-o a escrever provérbios para a companhia parisiense do extinto teatro de D. Fernando; e não há preciosidade dos refinamentos do *boulevard* coevo que o não ponha em vibração.

Daqui sucederia que a sua influência na orientação do critério público, saltando sobre os moldes da opinião académica, naturalmente não podia deixar de ser eminentemente salutar, pois que, educado o seu espírito lá fora, os seus pontos de vista romperiam com os tradicionalismos mesquinhos em que se esgotavam os demais entendimentos lusitanos, não renovados pelas correntes alheias mas imobilizados num humanismo superficial.

Não é uma suposição gratuita esta aqui exarada, porque ela se garante dos vivos gritos que a sua apreciação de José Agostinho de Macedo fez levantar ao bibliógrafo, sem generalidade de educação, Inocêncio Francisco da Silva.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Em 1849, com o título de *Ensaios de crítica e literatura*, publicara o malogrado escritor um volume, que refundiu em 1855, pondo-lhe o novo cognome de *Memórias de literatura contemporânea.*

É o único trabalho contável que, depois da invasão romântica e antes do movimento de 1865, se nos antolha, no país, sobre os domínios da crítica literária.

Numa forma colorida, pitoresca, quente e nervosa, a uma ilustração ampla alia-se um critério subtil; ali palpita a delicada compreensão das quinta-essências finuras; e o voo rasgado e altivo dos artistas do pensamento não ofusca e cega o contemplador atento. Os problemas sociais, relembrados pelas realizações literárias, como o do hetaïrismo pela sentimental apologia de Dumas e pela azeda réplica de Theodore Barrière, audaciosamente o crítico os encara de frente. O carácter reorganizante do romantismo, no seu simbolismo inalteradamente inicial, o escritor distingue-se desde as grandes personalidades, ou de conjunto como Herculano, ou esquemáticas, como Garrett, até às irregulares inconsciências, vastamente denunciantes, como Álvares de Azevedo.

Em face do curioso documento que é este belo livro, deixará de parecer paradoxal o asserto que enunciámos, com relação ao que haveria a esperar-se, como não veio pela fatalidade das circunstâncias, o autor viesse, com o dobrar dos tempos, a ocupar o ponto nodular dos primeiros planos da nossa literatura.

Nas linhas que lhe dedicou Antero de Quental, encontramos confirmada esta presunção, quando lemos que a Lopes de Mendonça a história literária lhe deverá algumas páginas, como o primeiro crítico de temperamento verdadeiramente moderno.

Essa direção decididamente moderna do seu espírito patenteia-se sobre tudo no seu livro *Memórias de literatura contemporânea,* livro que abunda em méritos variados, mas ao qual bastaria este só para o recomendar ainda hoje à atenção.

O seu ideal político e social eleva o crítico muito acima do ponto de vista convencional e puramente literário, faz-lhe compreender o valor e alcance social da poesia e da arte, e a sua real e efetiva importância histórica. Neste sentido, pode dizer-se que Lopes de Mendonça foi não só o precursor, mas o mestre da moderna crítica literária em Portugal.

O autor das *Odes modernas,* na sobriedade nítida do seu estilo, eminentemente filosófico, apontou o motivo estrutural do relevo da crítica do personagem que analisa.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Em contraste, ele faltou, inteiramente, à individualidade literária que, pela catástrofe relembrada, sem reclamações, assumiu a *pose* hierática dum tirano mental, infalível e imóvel como um papa. *

* In *A Revista Literária*, Porto, ano 1.º, n.º 2, 15 de janeiro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Exemplo

Depois de inseridos os nossos dois artigos subordinados à epígrafe Doutrina, parece que nos apeteceria a lição dum exemplo atual que servisse a corroborar a teorias sucintamente preliminares e sintéticas.

Como se encomendássemos, surgiu a preceito o relato da interviw em que destaca salientemente a figura do snr. Júlio de Vilhena, ministro de estado honorário, secretário-geral e diretor do ministério do reino (a sua vaga que ali deixou o falecimento do conselheiro Luís António Nogueira), e depois vogal efetivo do supremo tribunal administrativo; do conselho de sua majestade; grã-cruz das ordens de Carlos III, de Espanha, e da Estrela Polar, da Suécia; sócio da academia real das ciências, do Instituto, não de França, de Coimbra, entenda-se, da academia de jurisprudência de Madrid, e de outras corporações literárias e científicas, nacionais e estrangeiras. À pomposa enumeração que nos transmite o continuador de Inocêncio Francisco da Silva, tão filantrópico quanto o seu antecessor era misantropo, não é preciso acrescentar que o snr. Júlio de Vilhena exerce atualmente o cargo de sumo fiscal e governador supremo do Banco de Portugal. Conta ser, em muito próximo lapso, novamente ministro.

Deputado às cortes em diversas legislaturas, ajudante do procurador geral da coroa, já, de 1881 a 1883, gerira as pastas da marinha e da justiça, sendo ainda interinamente, por alguns dias, ministro da fazenda.

Encetou a extrema carreira de estadista no gabinete chamado dos meninos-prodígio, presidido por António Rodrigues Sampaio.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Dele, com ele, faziam parte Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro e Lopo Vaz de Sampaio e Melo, os epígonos da regeneração moribunda, cujos mestres fundamentais haviam sido o cínico-mor Rodrigo da Fonseca Magalhães e o corruptor máximo António Maria Fontes Pereira de Melo. A única coisa em termos que restou desse concílio de Picos de Mirandola, o único produto aproveitável desse conclave de jovens, quase imberbes fenómenos — foi uma caricatura famosa de Bordalo Pinheiro.

Representava uma clássica escola. O Padre-Mestre da Revolução brandia a férula; no seu banco de pinho, os maravilhosos portentos escarafunchavam as ventas, absortos perante o esotérico mistério do problema enunciado na lousa.

Começava então a acentuar-se o processo desagregativo final do constitucionalismo. Era de pouco a tremenda bancarrota moral do partido progressista que, na câmara alta, pela boca de Anselmo Braancamp, na câmara baixa pela do snr. José Luciano de Castro, renegara solenemente o programa da Granja, em nome de cujos princípios o último grande movimento sincero da opinião, dentro da monarquia, impusera à coroa renitente e levara às cadeiras do poder o grupo havia nove longos anos no ostracismo.

A estes novos, deu-se, maquiavelicamente, o encargo de iniciarem a reação. Foram eles que atiraram fora a máscara de liberalismo até então usada pela monarquia pseudo-parlamentar portuguesa. Tiveram a triste coragem de aceitar esse odioso papel.

O snr. Júlio de Vilhena pertence ao grupo dos primeiros perseguidores, por sua ordem cronológica. Foi com ele e no seu ministério que o abominável liberticida Lopo Vaz ensaiou os seus talentos de inquisidor, espião e esbirro, dos poucos que o distinguiram, aliás, todos, de congénere estofa.

Esse gabinete nefasto rasgou a lei de imprensa de 1865 e fez lei nova. Ao estrangulamento do jornalismo livre presidiu o jornalista Rodrigues Sampaio, aquele a quem as grossas demasias de linguagem, no Espetro, deram foros de polémica insigne e panfletário emérito. Bem apuradas as contas, duma ignorância crassa e sem nenhum lampejo de génio espontâneo, a sua prosa não passa duma regateirice permanente e sem outro intuito do que a satisfação da vaidade pessoal ou do egoísmo sectário.

A traição de Rodrigues Sampaio anda vinculada, em nossas letras, a um poema político de Gomes Leal, que tem um título significativo, de resumo da situação. Chama-se *O renegado.* A perpetuidade estética, castigando a infâmia, vinga a consciência pública.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O precedente do snr. Júlio de Vilhena como estadista não nos dá garantias para a confiança que relapsa ingenuidade remetam ao próximo futuro tino com que manobre o escândalo leme da governaça. Mas ele não está em contradição como o feitio específico deste temperamento e desta inteligência.

Homem de talento e homem honesto, o antigo ministro, pelos preconceitos do seu espírito, que nunca recebeu o cunho que marca uma educação positiva, flutua numa desorientação crítica perene. É este, mesmo, o traço típico da sua fisionomia mental. Compreende-se que assim nenhumas garantias efetivas oferece; antes, a sua ingerência decisiva nos negócios públicos pode bem ser perigosa; podem bem resolver-se, apesar de todas as suas boas intenções, em desastres e ruínas, ainda maiores do que as que já nos afligem e perturbam.

Não se cuide que nos move um propósito mesquinho de maledicência. O imperativo do dever cívico força-nos, visto como as personalidades são-nos odiosas e magoar os melindres alheios nos repugna essencialmente.

Mas desenha-se uma eventual situação Júlio de Vilhena e cumpre que a opinião não perca por falta de idóneo e oportuno elucidamento.

Notamos a ausência de lógica nas conceções do snr. Júlio de Vilhena e sentimos a desordem metodológica do seu espírito. Obrigatório se nos torna comprovar o asserto. Tarefa fácil; os testemunhos são aos punhados.

Considera-se o snr. Júlio de Vilhena como estadista?

Então, pondere-se que, como deputado por Coimbra, depois de sair do ministério da justiça, entre os projetos que tinha redigido, apresentou um abolindo a pena de prisão celular perpétua. Eis aqui, na verdade, uma iniciativa racional e generosa.

Pois bem. Este mesmo homem abriu a sua carreira de deputado como? Sendo o relator da reforma penal militar. Ela firmou a pena de morte e restabeleceu-a para os delitos políticos nos crimes dos militares. Não hesitou em pronunciar vastos discursos na defesa destes cruéis princípios. O código era prolixo nas disposições bárbaras preceituando o modo dos fuzilamentos.

O snr. Júlio de Vilhena, então quase uma criança ainda, defendeu. O código instituía o processo regular da cerimónia infamante, grotesca e repelente das exautorações. O snr. Júlio de Vilhena defendeu. Num mau hábito português, os jornalistas da oposição progressista, o snr. Mariano de Carvalho, no *Diário Popular*, o snr. Emídio Navarro, no *Progresso*, designaram-no por

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

consequentes alcunhas. Chamaram-lhe o *doutor carrasquinho*. Estes factos são de ontem, não devem estar esquecidos.

É como publicista que o s. Júlio de Vilhena se considera?

Ainda ontem um nosso distinto colega do *País*, snr. José Benevides, rememorava o volume de *As raças históricas*. Mas o escritor, de critério mais ou menos moderno, que o redigiu é o mesmo que se gastou, só depois, nas laudas da revista literária *Ocidente*, em regressão sintomática da maneira primitiva da sua cultura, com obsoletas casuísticas acerca dos dogmas proclamados no papado de Pio IX.

Tudo isto, de que provém? Da insuficiência estrutural da cultura deste homem, de resto largamente ilustrado. É sempre um amador em arte alheia, um curioso em profissão de outrem.

A sua melhor obra, ou, pelo menos, a sua obra mais célebre, essa de *As raças*, de que fala o snr. José Benevides, constitui a demonstração cabal do que temos vindo desenrolando.

Atrasada hoje, duma erudição infantil, não deixava de ser ao mesmo tempo indecisa e pedantesca, mesmo para a data em que apareceu a lume. Não possui, de resto, o menor sabor de originalidade, em suas ideias constitutivas. E o grave está em que é, logo de princípio, uma obra de reação.

Perante o quadro que debuxamos, confessemos que sentimos pela hipótese governativa Júlio de Vilhena um entusiasmo excessivamente moderado. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2087, 19 de janeiro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

As Proclamações

—

(Do livro inédito: *Depoimento Dum Vencido*)

Chuviscava nessa noite; era um manto pardo e obscuro; fazia frio. E, como quer que eu entrasse no Café Áurea, depois da faina inicial do trabalho quotidiano, o camareiro veio dizer-me que, no quarto próximo, se encontrava o dr. Aureliano Cirne, que desejava falar-me.

Pedi-lhe que entrasse; ele veio, e chamando-me de lado, murmurou-me:

— Sabe que é amanhã.

Não o sabia; pedi-lhe explicações, ao que o bom amigo tergiversou, contentando-se em contestar:

— É amanhã.

Abancámos à mesma mesa. O criado serviu. Nós, tão tagarelas nos fraternais ágapes, em que tudo se discutia, desde a existência de Deus até às alicantinas do snr. Mariano de Carvalho, conservávamos um obstinado silêncio.

No fim, levantando-se, estendeu-me a mão. E em claro desusado iluminou-lhe a inteligente fisionomia.

— *Edamus et bibamus*, disse, *cras emin moriemur*, acrescentou. Querido amigo, eis a data fundamental da nossa vida.

Agitado, passeou, de longo em largo, pelo meio da sala. Um silêncio pesadelal obumbrava. Sentíamo-nos aguardando uma véspera terrível.

Súbito voltou-se:

— Sabe, repetiu, sabe que li, há dias, uma palavra profética do velho Hugo. Ele algures diz: «Felizes os que possuirão o século XX; felizes aqueles que o século XX possuirá!»

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Então, interpelei-o:

— É, pois, certo?

Sorriu; afastou-se.

Parti para a redação: sobre uma mesa dormia, à espera do comboio que o conduzisse à família, um companheiro literário. O compartimento estava deserto; vivos, só, os tipógrafos reclamavam, na inconsciência da tragédia, o original indispensável à labuta ordinária.

Solicitei tiras; redigi notícias, dei-me a emendar provas.

Quando um dos proprietários da folha acudiu e debanda me aproximou:

— Ainda o ignora? Inquiriu. Ao romper do dia, amanhã.

Mas a tarefa primava. Pelas sete da manhã, é que cada um se libertava do comunicativo encargo.

Nevrótico, caíra num sono profundo, alanceado em neurasténico clamor de pré-concebidos clarins.

Pela tarde, outro proprietário chegou. Acordou-me; interpelou-me; increpou-me:

— Como é possível que durma? Que ideias são as suas? Não compreenderá que logo jogaremos as últimas?

Saí. Noite indistinta, sombra de mistério. Contraponto em treva.

Ao seguir, passou por mim velho condiscípulo, militar. Ia fardado. Levava a gola levantada e arrastava a inútil espada. Fora ele o único soldado que me aliciara a conspirar. Ele fora, tão só, que a posto de guarda se audaciara a convocar-me.

Explicara-me como se bateriam. Dissera-me, contra circunspectas objeções, que a oposição da Municipal resultava quimérica.

Ele, só, com a sua companhia, tomava a peito a hostilidade do major Graça. Como contrariasse, ricanou.

Cruzara por mim, sem falar; benza-o Deus, foi uma das testemunhas de acusação dos conselhos de guerra.

Entretanto, sentara-me à secretária. E Eduardo de Souza ocupava a mesa fronteira. Também, ele me disse:

— Sabe que é amanhã.

Logo, fixamos conduta.

— Cumpre, meu amigo, que a cidade conheça imediatamente que a ordem se manterá não sem discrepância, mas antes com um excecional rigor. Cumpre que aos seus camaradas falem os militares insurrectos do Porto, testemunhando, em idóneo diploma, os seus patrióticos intuitos.

Ele cofiou a barbicha; os seus olhos negros enevoaram-se.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

— No fim, sabes?, me disse. Escreve tu uma proclamação aos cidadãos do Porto, que eu redigirei outra, endereçada aos militares.

Levantou-se da sua cadeira. Compreendemos que as nossas almas estavam a uníssono.

Mas entravam, a todo o instante, operários implorando trabalho. Era um vaivém de gente, na ocasião, importuna.

Conviemos em sair. Dirigimo-nos ao Café Suíço, nosso pouso habitual, de incoerente, desesperançada boémia. Dali partira a manifestação patriótica, capitaneada por Alberto de Oliveira. De entorno aos mármores, ali, nos quotizáramos, para o retrato de Serpa Pinto, que lá está, defumado como o personagem.

Entrámos num dos gabinetes do restaurante. Pedimos papel e tinta. Escrevemos.

É belo o ímpeto sugestivo da alocução que ele dirigiu aos soldados.

Como documento histórico, útil se tornaria que esse diploma, encharcado de água, amarelecido do lume, pudesse ressuscitar, como tema de meditação.

Da destruição, no instante da derrota, consta-me que só dois exemplares escaparam, um hoje pertencente ao nosso camarada emérito Paulo de Cantos, outro em posse do nosso distinto confrade Bento Carqueja.

Conveniente resultaria a reprodução, em *fac-simile*, de semelhante pública forma de nobres intuitos. Nenhum perigo haverá, até, em análoga audácia, pois que seu texto está, ao presente, coberto pela interessada amnistia, aos civis em 1894 promulgada pelo atual ministério, cuja presidência coube ao snr. Hintze Ribeiro.

Tal documento responderia a variada protérvia. Eis réplica suficiente a torpes insinuações.

Réplica suficiente? Pois uma vida inteira, de sacrifício ao egoísmo, de dedicação desinteressada à causa coletiva não bastaria? Republicanos, isto é, postos de lado, ainda seria preciso que documentássemos que não queríamos roubar à mão armada?

Parece que sim, miséria das misérias! *

. . . . . .

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2098, 31 de janeiro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Basílio Teles

Passa hoje o aniversário natalício deste nosso muito querido amigo e eminente correligionário.

Possuidor duma ciência vasta, Basílio Teles fecunda-a pela percuciente lucidez dum espírito pronto, dotado duma complexidade extrema e duma penetração de amplitude mais que rara.

As qualidades ilustres da inteligência deste homem são, então, fortificadas pelos primores do seu carácter, duma têmpera de excecional energia, que assombra no meio baço e delido da nossa época.

Velho companheiro das bancadas do liceu, antigo camarada de exílio, quem estas linhas de felicitação redige poderia ser suspeito. Mas os assertos que deixa exarados, de há muito, foram reconhecidos como a expressão da verdade, quando se trate de desenhar a fisionomia moral do nosso amigo.

A este, repetimos sinceros emboras, no jubiloso sentido que, para os que admiramos e presámos Basílio Teles, isto é para nós todos, tem este dia que hoje decorre. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2110, 14 de fevereiro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Camilo e a Sua Obra

I

Inteligência ricamente dotada, quando Camilo Castelo Branco começou a sua obra, recebeu-o, como por essa fatalidade de que Baudelaire extrai a súmula da poesia *Bénédiction*, com que, na ironia do título, abre o volume das *Flores do mal*, a má vontade de todos os que no mundo literário tinham já um nome feito, próprio a autorizar duma opinião respeitada os principiantes.

Assim, Lopes de Mendonça, que era o crítico literário que ao tempo firmava as reputações para a grande massa do público, fácil na sua tolerância benevolente de talento que não imagina a concorrência ou que, na consciência altiva do mérito, a desdenha, num folhetim da Revolução de setembro registrou com palavras de censura o romance do anátema, ele, todavia tão pronto a tecer encómios ainda aos mais subalternos, como se mostra do preâmbulo das *Poesias*, hoje esquecidas, do logo ignorado Augusto de Lima. E Alexandre Herculano pronunciou acerca do recém-chegado essas palavras duras que vemos registradas na *Península*, apesar dos comentários retificantes do adversário do futuro romancista e que inspirou de essa pura ideia da justiça que vestiu de aço o seu mestre Proudhon. Esta revista é, com efeito, do Porto, como o conjeturou o snr. Alberto Pimentel em dúvida, todavia.

Nesta hostilidade geral e sentindo-se a força de atravessar, Camilo Castelo Branco lançou-se nas improvisações dum talento cheio de recursos, com essa audácia do que confia em si e para si apela. É assim que o vemos no *Cristianismo*, com o ímpeto dum moço que o sangue estimula, reptar o vasto saber, descoordenado

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

e confuso, de Pedro Amorim Viana, uma das figuras mais originalmente pitorescas do nosso passado meio literário.

Foi uma polémica sobre pontos abstrusos da ortodoxia: debateu-se esterilmente a história, a dogmática, a liturgia, o simbolismo das primeiras heresias; nesta questiúncula, sem alcance filosófico, Camilo Castelo Branco foi admirável de argúcia e de subtileza, através as formas balbuciantes dum estilo que faz laboriosamente a sua própria aquisição, e ele tem sobre o seu antagonista a incalculável vantagem de possuir no tradicionalismo aceite um corpo sistemático de doutrina definida; mas o contendor facilmente o esmaga do peso duma erudição formidável.

Tudo isto não passa, porém, dum exercício salutar para o corrente expender do pensamento; o jovem escritor conhece-se chamado a outros destinos do que o de gastar-se em vãs especulações com sábios inestéticos; e, pois, na presteza crescente da sua pena, é o romance o género que o tenta, como naturalmente teria de suceder a uma natureza impressionável, vivendo pela imaginação.

O romance achava-se, na rotineira reprodução do modelo histórico e Camilo Castelo Branco não pôde resistir à influência dos grandes iniciadores da renovação literária entre nós. Daí procedem esses livros da *Luta de gigantes*, *Olho de vidro* e outras novelas em que a facilidade narrativa relembra a verve do velho Dumas. Mais tarde, o escritor retomou o género abandonado e é admirável, pelo estudo dos horrores duma época pouco conhecida, essa trilogia do *Regicida*, *Filha do regicida* e da *Caveira do mártir*, retirada da circulação disse-se que pelo terror moral dum editor fanático; aí, a cooperação para o movimento revolucionário, que em direção a limites misteriosos vai levando a sociedade portuguesa, faz-se pela espontaneidade da indignação.

Este homem, de recursos intelectuais prodigiosos, tinha, porém, de se assinalar em todos os géneros literários.

A vida pela pena seduzia-o, como a todas as naturezas orgulhosas e em que a veemência sentimental não perdoa o tédio das ocupações prosaicas. As necessidades da vida forçaram, pois, o escritor à produção rápida, variada e interessante; por muito tempo, e ainda hoje, ele se encarregou, com uma fecundidade maravilhosa, de fornecer cópia para os editores e é assim que na sua vasta poligrafia se encontra desde o volume de versos até à indagação das curiosidades bibliográficas.

Camilo Castelo Branco vivia no Porto, nesse período desgraçado em que, na formalista pragmática dum constitucionalismo

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

hipócrita, toda a vida política era uma mistificação. As generosas sugestões duma alma juvenil proibiam-lhe que a sua atividade se exercesse no círculo imoral da perfídia duma mentira assente na inconsciência popular e espraiando-se no egoísmo das classes dirigentes. A Camilo Castelo Branco a atividade política repugnava, como a sentença dada ao espírito para que se revolvesse numa intriga, odiosa pela infâmia, repelente pela sua chata sensaboria.

Desconsolado, o escritor procura o conforto no seu talento; desgosto da pátria, desprezando essa onda de homens vis, gloriosos ao sol na sua importância social, iníqua e balofa, e, sem fortuna própria, que o pusesse a coberto de aborrecidos trabalhos subalternos de burocrata, lança-se decididamente nesse penoso labutar da pena, que é o alvião duma subsistência modesta.

Desta fatalidade de condições de existência procedem os defeitos da sua obra; ela ressente-se do furtivo da improvisação e a facilidade do escritor demonstra-se na história da composição, conduzida à medida que as provas vão chegando e da tipografia se reclama original. Na espantosa tarefa há uma falta de plano, que dê razão de ordem, que regularize, que sistematize, que imponha à elaboração um método.

Não! Os volumes sucedem-se à medida que ocorre uma ideia e é surpreendente a riqueza duma inteligência que se prodigaliza.

Todavia, as poesias são medíocres; o seu subjetivismo lírico é comum e a técnica é dura, os versos são pobres de cor, nada elegantes, arrancados com um esforço doloroso. Excetua-se esse clássico soneto à catástrofe familial de Teófilo Braga.

As investigações de erudito, sem o espírito duma ideia crítica geral que as vivifique, são minuciosíssimas; cuidadas, garantem a exatidão das afirmativas e são magníficas para elucidar pontos duvidosos, estudados com uma minúcia escrupulosa. Ainda, agora, numa revista bibliográfica de Lisboa, vêm sendo publicadas as *anotações simples* postas por Camilo Castelo Branco nas margens dos livros que ia lendo; e esta penúria é uma mina.

Também, o escritor trabalhou para o teatro; e aí, como no romance, ou explorou a revivescência histórica, como no *Agostinho de Ceuta*, ou fez o estudo de caracteres, como no *Condenado*, ou mais modestamente gizou a comédia, como no *Morgado de Fafe*.

O seu drama é, por via de regra, dum traço largo e temerário; obra de tese, os personagens representam um simbolismo moral, e a trama ou envolve, resolvendo-as, com uma ponta de paradoxo

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

à Dumas filho, as mais graves questões da vida familial ou avulta pela intuição magnífica da situação dramática, solenemente como nesse admirável episódio dos *Espinhos e flores*, suavemente enternecida como nessa página melancólica chamada *Como os anjos se vingam!*.

Quanto à comédia (*O Morgado de Fafe em Lisboa. O Morgado de Fafe amoroso*), ela é esplêndida pelo sábio aproveitamento do grotesco; o seu sal, um pouco pesado, lembra fugitivamente a simples farsa de cordel, mas a malícia serpeia em lances dum picaresco infinito.

A grande glória, porém, de Camilo Castelo Branco consiste em ter implantado entre nós o romance de costumes.

A própria rapidez com que os seus livros eram feitos levava o escritor a separar-se da criação da novela histórica, sempre morosa na sua confeção, desde que se não quer ser um mero *faiseur*.

Depois, o conhecimento da existência, a sagacidade extraordinária em encontrar o motivo real e secreto das ações humanas deviam contribuir poderosamente para chamar o literato à representação, pela forma literária, duma vida em que tivera um largo papel.

Impetuoso, de paixões prontas e profundas, com os hábitos do mundanismo, em Camilo Castelo Branco concorriam as circunstâncias exteriores por que o meio determina e orienta as aptidões.

Temperamento de peninsular, irrefletido e veemente; duma sensibilidade que exagerou a crueldade dum destino desafortunado, como se vê da correspondência publicada por Teófilo Braga; não podendo demorar-se muito tempo no mesmo assunto nem mesmo na forma de o encarar, das agruras duma existência acidental extraiu o terrível dom de dissecar a alma dos homens. Apaixonado, a colisão dos sentimentos antagónicos não lha pode regular, homem da sua raça, o fiel de balança dum fino critério. Na precipitação duma educação em que a influência sentimental predominou, ele oscila como um atordoado.

Mas na aparente contradição é que se apanha em flagrante a sinceridade da sua natureza. Como aos homens do seu tempo na alma do escritor pousou a nuvem do pessimismo; ele riu, como um voltairiano, quando rubricou do pseudónimo de *Saragoçano* os seus esboços primitivos e, logo, um terror místico o tomou e, como Pascal, fugiu da razão como duma cruel inimiga. As suas imprecações resolvem-se em hinos e, no meio dos cânticos, um Mefistófeles sarcástico que se lhe agacha a um canto da alma gargalha risadas que são soluços.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Amassado em dúvida, no seu coração infiltrou-se, gota a gota, o veneno corrosivo duma sociedade em dissolução, sem ideal, alheia à justiça e a cólera do escritor derivou no sarcasmo.

É destarte que se interpreta a amargura dos personagens do romancista, o paradoxo de certos conceitos que comentam os episódios da narrativa; e a obsessão do homem dá-lhe a perfeição na monografia dos caracteres, latejando de vida. Por isso, certos estudos psicológicos seus são maravilhosos de profundeza.

Apercebe-se a carne que o escalpelo rasga, vê-se o sangue que corre, distingue-se o frémito dum organismo de que o artista, implacável, faz a vivissecção, com uma segurança, no corte, que vem da consciência da tarefa. Tal dos seus poetas incompreendidos estremece arqueja e chora com uma sinceridade de soluços que nos penetra e abala. Tal das suas amorosas, como nessa pequenina obra-prima que se intitula *Como ela o amava!*, vem viver do nosso ar, sentimos que o embalsama de violetas, perpassando em lágrimas, e as nossas palavras timidamente lhe murmuram consolações.

Português antes de tudo, Camilo Castelo Branco pôde, por o motivo apontado, nesses dois magníficos poemas do *Amor de perdição* e do *Amor de salvação* realizar a história mais bela, mais comovente, mais preciosamente recamada de ouro do eterno episódio da paixão.

Mas, passado o momento enternecido, no escritor a ácida descrença volta, como o lúgubre pêndulo que regula a eternidade, na visão tenebrosa do padre Bridaine.

Dali lhe vem, como a todos os misantropos, a sua maior força; ele por isso é um satírico tão extraordinário que assume as proporções de Swift. Poucos, como ele, descobrem o lado cómico das coisas; mas ninguém, como ele, desfibra um adversário com uma ciência mais diabólica. Ali nenhuma dessas felinas arranhaduras que levam a epiderme; o escritor propele o inimigo, martelando-lhe em cheio com um *box* na cabeça.

A prodigiosa leitura de Camilo Castelo Branco fornece-lhe expedientes que avoluma o conhecimento integral da nossa linguagem, maleável nas suas mãos como cera mole, e de que o escritor tira recursos até na própria sintaxe, no mero emprego dum vocábulo obsoleto. Depois, são maravilhosos os efeitos que ele extrai do emprego das antíteses e dos símiles, e as suas lembranças, dum picaresco de comédia espanhola, são imprevisíveis como os lampejos duma fogueira ardendo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Esta veia cómica que nada poupa, pois o escritor de si próprio e da sua arte zomba, como um adolescente que injuria o seu bem que suspeita infiel, conforme do preâmbulo engraçadíssimo do *Eusébio Macário* e do subtítulo escarnecedor dos Mistérios de Fafe (Romance social), mesmo quando reveste formas discretas é surpreendente.

Assim, no opúsculo acerca de Carlos Ribeiro, a vemos assinalada com uma maestria típica.

O biografado resultou, aliás, um homem da mais alta capacidade intelectual. Com Nery Delgado, ele foi o introdutor entre nós das novas ciências da geologia, da paleontologia, da antropologia e da arqueologia pré-histórica, a cujo estudo ainda ultimamente uma triste resolução de desespero arrebatou um valiosíssimo cultor na pessoa do Dr. Filipe Simões. Publicou trabalhos importantíssimos no ramo dos conhecimentos de sua preferência e nos congressos de geologia lá fora representou o nosso país com a mais alta distinção.

No debate, aberto pelas descobertas de Boucher de Perthes, relativamente à questão do homem fóssil, Carlos Ribeiro não se contentou só com aceitar as primeiras afirmações científicas; mas, ao inverso do que entre nós sucede e sucedia muito mais no seu tempo, rompeu completamente com a rotina, procurando firmar as conjeturas aventurosas do abade Bourgeois e de Desnoyers, com respeito ao homem terciário. Teve a felicidade suprema de encontrar no nosso país a prova das suas suposições; conseguindo abalar a incredulidade de diversos congressos, fez reunir em Portugal os seus confrades e aqui recebeu a consagração dos seus trabalhos de anos consecutivos.

Estava finalmente resolvido o grande problema da existência do homem terciário, e o nosso país fora coberto de glória por um cidadão obscuro, cujo nome a pátria magnânima continua ignorando.

Em compensação, o snr. Gabriel de Mortillet, o sábio autor *do Sinal da cruz antes do cristianismo*, no seu recente livro de pré-história, dando como resolvido o litígio, mercê das descobertas de Carlos Ribeiro, pois ele diz que das provas apresentadas as do nosso país são as mais concludentes, liga ao *anthropopittecus* que na era terciária nos representa na variedade lusitana o nome do sábio português. Chama-lhe o *anthropopithecus Ribeiroii*, termo que o snr. Camilo Castelo Branco com razão propõe seja substituído por *anthropopithecus Riberii* ou, mais eufonicamente, *Ribeirensis*.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ora desta poderosa personalidade científica que se ocupara o ilustre homem de letras, o que fez numa prosa magnífica, ampla, mas, se pouco molhada das lágrimas da saudade, em compensação cruelmente riscada duma ironia diamantina. *

* In *Myosotis*, Revista de Letras com Aparição Bi-Mensal, Viana do Castelo, Fascículo III, maio de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

II

Esta mesma veia cómica do romancista fá-lo também encontrar aspetos parciais da verdade humana, magnificamente desenhados. Ninguém, como ele, pintou a sordidez avara de certas classes de *parvenus* endinheirados, como nos *Brilhantes do brasileiro*, um dos dessa longa enumeração, pouco justa, de nossos compatriotas regressados do império transatlântico. Era, de resto, uma das suas obsessões, que acabou por criar um tipo artificial, contra o qual se produziu mais tarde o contraste duma reação sistematizada no volume de Luís de Magalhães, *O brasileiro Soares*, criticamente, no sentido exposto, prefaciado por Eça de Queiroz. Ninguém, como ele, soube definir esses grotescos da mania nobiliária que se coaduna com o acanhado horizonte da existência e com a mais crassa inferioridade moral, como se vê desse volume desopilante das *Cenas da Foz*. Ninguém pôde ainda melhor revelar a charlataneria, como a do curandeiro no livro intitulado *Duas horas de leitura*, ou a deformação do carácter pela impulsão duma ideia única, como nesse tipo soberbo do dr. Calisto Eloy de Barbuda.

Falar desta qualidade primordial de encontrar o cómico é *ipso facto* apontar a maior lacuna da obra do escritor. Como a todos os satíricos, acontece-lhe o que se deu com Voltaire, a indiferença para com certas grandes manifestações intelectuais, com certos grandes sentimentos coletivos, ingénuos, exibindo-se por vezes duma forma cómica, mas anunciando o futuro. O ceticismo do escritor recorta-lhe duramente os horizontes, dispondo-o a não estimar no facto concreto o espírito interior que o alimenta, como

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ainda se viu nos seus últimos tempos no seu desdém ou na sua hostilidade às comemorações dos centenários.

E, todavia, esse ponto devia promover o interesse.

Com efeito, por então um fenómeno digno de menção honrosa se tinha manifestado no nosso país e ele parecia o sinal iniludível de uma revolução na consciência nacional, de que nem todos previam, contudo, o alcance e os finais resultados.

Parecia que, pelo efeito da força negativa contida em si mesmo, todo o corpo das ideias e sentimentos tradicionais ia, entre nós, em via de dissolução progressiva.

Um dos sintomas mais patentes desta degenerescência do tipo mental e moral legado pelas gerações passadas é com certeza a substituição do simbolismo por um novo, consagrando na pessoa dos seus mais ilustres representantes a mesma humanidade, na sua tarefa incessante de adaptação contínua ao meio cósmico em que se encontra.

Este é da comemoração dos grandes homens o facto revelador e o que deve ferir a atenção de todo o que medita e procura filiar os movimentos humanos nas suas origens, de modo a traçar-lhes a curva do seu desenvolvimento.

Por sem dúvida que a doutrina chamada dos grandes homens, de que são os mais notáveis expositores Carlyle e Emerson, e que pretende deduzir da inteligência e vontade independentes de um número limitado de tipos humanos culminantes toda a história da humanidade, reduzida assim a uma resenha biográfica, é insustentável e absurda; e, dos centenários, o lado mesquinho e funesto ao critério consiste na indireta inoculação dessa doutrina falsa.

Mas a convergência que festas da natureza dita realizam para emancipar o espírito de velhas fórmulas sem significação e para lhe modificar a estrutura no sentido de relacionar o progresso do homem com os esforços próprios humanos, reabilita, depura tais comemorações, assinalando-lhes um lugar na evolução das ideias e marcando-lhes um serviço na transformação das emoções coletivas, destarte tornadas mais amplas e mais fecundas.

O primeiro resultado daquele ceticismo profundo é a indisciplina intelectual e a inadesão ao progresso. O espírito marcha nas flutuações de opiniões que se sucedem; e é assim que do místico das *Horas de paz* deriva o heterodoxo predador do *Inferno*, medíocre volumezito de Callet, e rebenta por fim um pessimismo schopenhaueriano, materialista e ateu; mas o feitio particularmente ético das suas generalizações mostra que esta concorrência moderna

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

não é um sistema de raciocínios que se desfiam, mas uma crise sentimental ainda, e tremenda.

Tecnicamente, desta misantropia deduz-se o exagero literário, ela é o plano inclinado da *charge*, em que a realidade se caricatura. E de tal forma que o seu romance cómico, como sejam as *Aventuras de Basílio Fernandes Enxertado*, em que a imbecilidade de caracteres, assoprados pela própria vaidade ou pela inconsciência pública, determina situações hilariantes, escapa por vezes, à sátira típica dum tempo, dum país, duma modalidade mental ou sentimental. Debalde, como muitas das suas novelas dramáticas, tais livros são a revelação dos episódios da existência de indivíduos que o autor conheceu, são verdadeiras biografias. Mas não têm generalidade, e é o que faz que pareçam inverosímeis.

Depois, este pessimismo sistemático leva a transformar o romance de observação numa obra de tese, fazendo derivar da ação conceitos azedos, que um Desgenais explica ao leitor, ou de que um incompreendido, como Guilherme do Amaral, justifica em apaixonadas a sua vesânia.

E, finalmente, como na obra a ideia da justiça social, na fé da melhoria dos homens, que deve seguir o escritor como o diabo familiar que acompanhava Sócrates, não encarreirou a pena sobre o papel, contribui-se para radicar o preconceito da cultomania, da arte pela arte, da literatura sem motivo, considerando-se como fim necessário e suficiente o escrever uma página perfeita, seja ao serviço do erro moral seja ao da falsidade intelectiva.

É assim que para Camilo Castelo Branco não se reivindica nenhum dos grandes renovamentos da consciência nacional, que o tiveram ou como adversário franco, nas *Vaidades irritadas e irritantes*, ou como espetador gelado, conforme sucede para o movimento político. É assim que no próprio domínio do romance, em que marchou como um senhor justamente incontestável nos seus direitos, ele não podia aceitar, como não aceitou, a última solução, acanhada mas fecunda, do naturalismo, de origem toda filosófica, de objetivo todo revolucionário. Incorrigível no seu prejuízo de literato, no advento do naturalismo entre nós impressionou-o a técnica; e, deste modo, a *Corja* não é mais do que, da só epiderme do estudo contemporâneo dos costumes, uma paródia que não desce aos subjacentes tecidos profundos.

O propósito da obra relembra o dos velhos poetas das cortes, deleitar os que ouvem, referindo-lhes lindas quimeras, que luzam, iriadas, um fugitivo momento. Não é já o Rei-Sol ou a sua contrafação lisboeta de D. João V que cumpre libertar dos seus bocejos,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

fazendo-lhe tilintar nos olhos a alegre chama do interesse, mas esse outro soberano, mais irresponsável e mais caprichoso, de Sua Majestade Todo-o-Mundo.

Então, a dignidade do romancista, revoltada, sentindo a necessidade dum motivo de elaboração, encontra-o na pura esfera literária, procurando imprimir à obra, que considera fútil, «o cunho da utilidade com o valor da linguagem sã e ajeitada à expressão de ideias, que pareciam estranhas, como de feito eram, e não se nos deparam nos escritos dos Sousas, Lucenas e Bernardes». A tarefa reabilita-se pelo cuidado de «acepilhar e brunir períodos».

Por estas frases, preciosas para, em seu particularismo, restrito mas preciso, a interpretação crítica, como elucidativo é por igual, esse preâmbulo do *Esqueleto*, se explica um dos grandes defeitos de alguns dos livros do autor, a falsidade do diálogo. Pois que se procura limar a linguagem e restituí-la à vernaculidade clássica, se vê a razão dum dizer, por vezes tão curiosamente estranho e obsoleto que quase demanda o socorro dum glossário. Concorreu-se, assim, involuntariamente, nessa tarefa funesta de separar a obra literária da alma do povo, empenho próprio a justificar para alguns escritores as duras palavras de Alexandre Herculano, quando, falando do estilo dos literatos do seu tempo, diz que ele é «a maior parte das vezes falso; comparações frequentes, que a situação moral dos personagens, que as fazem, não comporta; *certa poesia na dicção imprópria do diálogo*; fartura dessas exagerações com que embasbacam os parvos.....e que os homens de juízo não podem sofrer».

Felizmente para Camilo Castelo Branco, a sua veemência sentimental salvou o escritor, a breve trecho, da tortuosa vereda. A sua natureza prodigiosa explodiu em obras duma sinceridade de vida que atinge, como nas situações dramáticas, o paroxismo ou que, num quadro o mais subjetivamente meigo, fixa os sentimentos bizarros, como essa generosidade, dolorosa, da alma desolada, para com o motivo, mais ou menos inconsciente, do seu infortúnio, conforme se vê desse livro, duma beleza tão das entranhas do coração, que se chama o *Romance dum homem rico*. Isto se evidencia até nos simples esbocetos, como nessa coleção maravilhosa das *Novelas do Minho*, em que situações morais, humanas e vivas, se desenrolam numa elegância sóbria a que só ascendem os escritores feitos. *O Cego de Landim*, o *Comendador*, *Maria Moisés* são, por assim dizer, o *raccourci* das qualidades eminentes do autor. A paisagem não é uma decoração de teatro, mas embebe-se da cena aos lados da qual se recorta; e no entrecho simples, dito

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

sem artifícios de técnica, mas pela carícia de pitorescas imagens, corre o veio da mais pura inspiração, levemente irónica, sugestivamente dramática.

Porque, no lance trágico, o génio do escritor, sombrio essencialmente como o de todo o sarcástico profundo, avoluma com uma intensidade de incêndio, fomentado por uma singular aptidão descritiva na minudência a referir.

Se esta leva o escritor a estereotipar na sua obra aspetos da realidade, tão nitidamente vistos e tão movimentadamente conduzidos que eles dão a ilusão do cosmorama, como nas cenas políticas da *Queda dum anjo*; se lhe povoa a cena da sociedade do seu tempo, o abade glutão, o argentário libertino, a menina romântica, o fidalgote arruinado, jogador e poeta, deblaterando contra o mundo no Águia d'Ouro, o seu poder dramático começa por dotar o romancista dum enorme poder de efabulação, que modifica a intriga, a complica, a embaraça e a resolve, com uma facilidade prestigiosa. Depois, torna-lhe maleável o ferro em brasa que sai da vermelha fornalha da sua imaginação. Assim, o episódio é maravilhoso de *rendu*; não fica ali, na página aberta, inerte e mudo. Todo ele, de convulso, treme, agita-se, sacode-se, tumultua e ferve.

Como o talento narrativo é de primeira ordem, o estilo, ainda quando o autor, por uma vaidade de força análoga à de Balzac nos *Contes drolatiques*, se compraz em o vestir do burel monástico, anima-se, toma as paixões que se mordem na vasa do acontecimento, destaca frenético como a violência e sábio como um método, conforme dessas páginas, imortais, do incêndio, no *Retrato de Ricardina*, e do preparativo para o assassinato, na *Brasileira de Prazins*. Que espantosa lauda a da execução dos Tavares, no seu panfleto contra a memória, alta e execrável de Pombal.

Com as qualidades e os defeitos que se apontam, este grande homem tinha naturalmente de fundar entre nós o romance de costumes, como o fez. No preâmbulo da nova edição das *Lendas e Narrativas*, Alexandre Herculano sentiu-o, quando assinalou o movimento da fórmula da novela, pela flecha que indigitamos, nas linhas seguintes: «... Nestes quinze ou vinte anos, criou-se uma literatura, e pode dizer-se que não há ano que não lhe traga um progresso. Desde as *Lendas e Narrativas* até o livro *Onde está a felicidade?* Que vasto espaço transposto!».

A sua gloriosa figura de predecessor próximo do naturalismo tem, pois, de ser registrada desenvolvidamente, como, inconscientemente pela exibição da própria alma, conscientemente pela

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

revelação social, o mais curioso documento literário do nosso tempo, simbolizando o nosso subjetivismo nacional, amostrando o nosso viver comum, os nossos costumes, o aspeto dos nossos campos, a intriga das nossas cidades, a nossa tristeza cética e o rapto do nosso lirismo que resiste à realidade, o nosso talento de ironia e a nossa prontidão em assimilar tudo, com a nossa indolência, que nada efetua, a influência das sugestões alheias, literárias e políticas, e a revertência última ao tipo tradicional.

Assim, ninguém, como ele, poderá permitir mais que, através da diáfana confissão da sua obra, nos perscrutem, nos espiem e nos conheçam, na nossa amplitude particular e nossa especial relatividade. *A representative man.*

Daí proveio a sua grande impressão no público que, no seu condicionalismo, com as suas indecisões e as suas teimosias, reconhece o seu carácter.

Veemente, amoroso, ciumento, leal, capaz dos mais fanáticos desinteresses, idóneo ao heroísmo, orgulhoso, bom no fundo, por isso fácil na sua proteção principesca, mas vibrando da indisciplina força simpática a um povo em que se não obliterou de todo a tradição combatente, tão pronto em motejar como acessível à piedade, compreensivo em grau eminente mas moroso em aceitar o progresso, conhecendo a sociedade, avaliando os homens, pintando a natureza, sabendo arrancar as lágrimas e desprender o riso, tormentoso satírico do ridículo, tendo assim os pés pegados à terra da pátria, inteligível ao maior número, não só pelo seu poder de aclarar a expressão e de a tornar incisiva, cavando regos nos cérebros, como pela sua repugnância para todas as fórmulas em que no vago duma linguagem balbuciante, confusamente se desenha um pensamento superior, em Camilo Castelo Branco estampou-se a convergência das qualidades e defeitos duma raça, grande pela orientação estética, medíocre pela incapacidade filosófica.

A crítica (que, para o ser, tem, porque o explica, no exame de todos, muito a esquecer e a perdoar), assinalando-lhe o feitio próprio, original, dum estilo específico, terá a distinguir este homem, ainda e finalmente, como o mais prodigioso artista da palavra, como um milionário da locução lusitana, que inventa ou desenterra, que forja ou estira no laminador, comparável a Johnson no amplo dote, com que brinda a composição, de formas novas, de vocábulos de um efeito magistral, ou cáusticas ou melancólicas, ou maciças ou melindrosas, tesauriando uma linguagem que tanto foi uma formidável acha de armas no combate como um pincel sedento de tintas, tão própria à severidade das linhas

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

clássicas, hieráticas e nobres, como de ductilidade capaz de se torcer de angústia ou de se convulsionar em rictus de máscara, que o sarcasmo arripia.

Tal se nos afigura haver de ser, no futuro, o juízo, particularmente estético, acerca desta alta glória literária nacional, acerca desse grande infeliz, a quem entendemos dever consagrar estas saudosas, respeitosas linhas. *

---

* In *Myosotis*, Revista Internacional, Literatura & Crítica, Viana do Castelo, Fascículo V, setembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Recomeçando

Sempre que, após momentânea interrupção, volvemos à dura faina, reintegrando-nos no que se chama, em estilo endomingado, as lides jornalísticas, entendemos dever, à laia de explicação, uma expositiva razão de ordem. Ela tem de justificar o procedimento e de dar uma prévia ideia da orientação a que pretendemos subordinar-nos nesse novo período de nossa modesta existência, profissional e política.

Assim temos feito por vezes. Assim o faremos hoje.

O jornalismo republicano é mais do que mera profissão; não constitui simplesmente o modo de um homem pobre e culto ganhar honradamente a sua vida. Ele representa uma dedicação, íntegra e perfeita, aos interesses coletivos e significa, da parte de quem o exerce, amor desinteressado e puro pela causa da pátria e em prol do desenvolvimento progressivo da nacionalidade. Implica incontestável coragem, desde que uma lei brutal e facciosa impende sempre ameaçadoramente, e, por consequência, desde que as portas das cadeias, que se fecham para os grandes ladrões, se abrem, com liberal frequência, para os jornalistas independentes.

Nunca, como no caso contemporâneo do jornalismo democrático em Portugal, se pode dizer com tão exata verdade que a imprensa é sacerdócio. Esta frase pomposa, e ridícula no seu mau gosto jactancioso, hoje pode ser reivindicada, como correspondendo em perfeita conformidade com a situação moral em que vivemos. Se viver é lícito chamar a esta agonia lenta, que, por cruel, não deixa de ser vil.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ora, o que caracteriza qualquer sacerdócio ainda não corrompido é a convicção e a abnegação. Toda a propaganda eficaz pressupõe o alheamento pessoal de missionário; este é a condição dos proselitismos duradoiros e fecundos. Foi o que sucedeu com as religiões moralistas, na sua fase heroica; quando os sacerdotes budistas levaram a boa nova às populações embrutecidas do Tibete, ou quando os socialistas do verbo cristão encontraram na firmeza do ideal subjetivo o processo invencível de resistir às mais atrozes perseguições.

Mas a abnegação não pode permanecer senão coexistindo com a convicção. Cumpre que esta seja firme e persistente, para que aquela destaque, concomitantemente, tenaz e segura. E não basta isto. Urge ainda que a convicção seja racional, para ser verosímil, pois que só sendo verosímil é que criará lição e fundará exemplo, alastrando, formando adeptos.

Assim, o conceito moral, de *per si* só, é insuficiente. Há a aditar-lhe ainda a intuição crítica. Expliquemos.

Quando, *cerbi gratia*, a propaganda absolutista se empenhava com ardor nas colunas da imprensa periódica, pelos fins do reinado de D. Maria II e começos de D. Pedro V, não faltava aos jornalistas legitimistas a sinceridade nem lhes escasseava o talento. Homens eminentes no foro, como o dr. Casimiro de Castro Neves, no Porto; inteligências provadas no cultivo das ciências ou no trato das musas; caracteres límpidos e imaculados, intransigentes até ao sacrifício, como o dr. Gomes de Abreu; poetas e oradores, um Pinto Coelho, um Pereira da Cunha, um João de Lemos; debalde esgotaram o melhor de seus abundantes recursos numa tarefa que seria forçosamente estéril, que teria fatalmente de resultar sem futuro.

De maneira que, ao cabo de uma vintena de anos dispendidos em favor de uma causa de antemão perdida, a gaiatice irrespeitosa das *Farpas* julgou-se autorizada a proclamar que a *Nação* anunciava todos os dias a volta de D. Miguel — para não perder os assinantes.

Eis aqui o motivo das considerações preliminares que deixamos exaradas e que revestem uma aparência, na verdade, banal e prudhomesca, quando, aliás, possuem um sentido oportuno e profundo.

Quer dizer: será o caso atual da imprensa republicana? Teremos a repetição da hipótese? Também ela anunciará todos os dias o próximo advento da república — para não perder os assinantes?

Se o jornalista republicano se convencesse de que a república não passava de uma quimera na evolução histórica do agregado

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

português; se ele chegasse à conclusão de que, por tais ou tais razões, de ordem moral ou política, nunca haveria república em Portugal, ele deveria então depor imediatamente a sua pena, afastando-se da vida ativa social para um isolamento, resignado e entristecido, é certo, mas altivo, também.

Todavia, apesar das infinitas causas de desgosto e desalento, não é caso ainda para desanimar de vez. Cumpre até (dadas as circunstâncias atuais e as que logicamente se conjeturaram próximas, como derivadas destas) cumpre, até, que se queimem agora os últimos cartuxos. Esta é a hora; chegamos ao momento decisivo. Vai nisto o interesse supremo da nossa vida, como cidadãos livres pertencendo a uma pátria autónoma.

Porque, se a república, definitivamente, não vem, o que é que vem?

Vem a administração estrangeira.

Haverá ainda algum português, o qual não seja irredutivelmente estúpido, que duvide disto?

Com certeza que todo aquele que, no estado das coisas, assevere que a administração estrangeira não virá, é porque entende que a monarquia não virá, é porque entende que a monarquia é capaz de resolver o problema económico-financeiro que está posto diante da restrita ou refalsada inteligência dos seus estadistas.

Mas, se assim é, pergunta-se: — Se a monarquia estivesse doida, é que, podendo salvar o país e com ele salvar-se a si própria, de parceria e sociedade, preferiria deixar-se ir com ele para o fundo.

Resulta, pois, evidente que, se a monarquia não salva o país, não é porque não queira, é porque não pode.

Quando José Falcão lhe endereçou o seu *ultimatum* famoso, ele procedeu como patriota, não como político; como português, não como republicano.

A monarquia respondeu consoante irremediavelmente tinha de responder. Respondeu abdicando, capitulando, declarando-se vencida e confessando-se, pois, implicitamente, impotente.

Ora, se a monarquia não pode salvar o país? Quem o há de salvar?

Outra monarquia? Dinastia diversa?

Estabelecer estas interrogações equivale a incluir-lhes a réplica.

Regressamos aos bons tempos que lá vão? Andamos para trás, como o célebre peixinho vermelho que anda para trás e que nem é peixe, nem vermelho nem anda para trás?

É claro que não pode ser. Para pagarmos aos credores estrangeiros e conquistarmos a circulação monetária, importa, com franqueza, mediocremente que restabeleçamos os privilégios dos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

fidalgos e desatemos em vivas ao snr. Capitão-mor, que já nos possa mandar enforcar. Quanto a uma nova dinastia, dentro do atual regímen, eis aí desconchavo que nem merece que dele se fale.

Portanto, se a monarquia não pode salvar o país, convém urgentemente que venha a república salvá-lo. Por outras, mais exatas e verdadeiras palavras, convém urgentemente que o país se salve a si próprio, visto como a república não é senão um governo de uma nação por ela mesma nação.

Assim, se amanhã se proclamasse a república em Portugal e ela não surtisse resultado, isso não provava contra a república; Provava contra Portugal. Era o país que tinha passado a si próprio o diploma de inepto e incapaz.

Do conjunto destas considerações e de outras semelhantes, que, imensas, lhe poderiam vir em reforço, conclui-se que é preciso decidir todas as classes sociais a compenetrarem-se da necessidade imediata da república em Portugal. É preciso levar o convencimento aos espíritos ainda os mais rebeldes, a fim de fortificar e robustecer ao ânimo ainda os mais indecisos e tíbios. Tudo cumpre que convirja para uma ação próxima, rápida e decisiva, consciente e clara.

Se não, o que é que sucederá?

Sucederá que, dentro em pouco, não teremos pátria, pois não é ter pátria vegetar na abjeção em que se encontram os egípcios, governados e administrados por estrangeiros, comendo de mão alheia.

Esta situação moral pode convir, e sorrir quase, a essa malta de desavergonhados que tem vindo roubando e escarnecendo este povo tranquilo e trabalhador. Mas para homens de coração essa situação é, simplesmente, intolerável. Portugal tornar-se-á invivível. O exílio impõe-se então a todo aquele que possua uma parcela, por insignificante que seja, de patriotismo e dignidade cívica. Com a administração estrangeira, só quem, de todo em todo, não possa sair é que poderá aqui resignar-se a ficar.

Enquanto é tempo, trabalhemos todos para impedir essa catástrofe. Resulta dever indeclinável o contribuir cada qual com a sua quota-parte, na mira desse alvo.

Por isso, nos resolvemos a trazer à obra comum a corporação do nosso labor, reduzido, porém leal.

Comecemos, pois. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2282, 7 de setembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Conselhos a Portugal

Dá-nos num artigo recentemente publicado em *El Porvenir*, de Sevilha, o snr. Emilio Castelar.

Resumem-se no seguinte: que nos deixemos estar quietos, que não façamos revoluções, que estabeleçamos a república.

É o que tem a dizer-nos em 1897 o revolucionário de 1868.

Para isto, melhor seria não falar. O snr. Emilio Castelar perdeu, com efeito, uma excelente ocasião de estar calado.

A bem dizer. Ele vem-na perdendo desde 1873. Desde quando o general Pavia entrou nas cortes com a força armada. A partir dessa noite trágica, o snr. Emilio Castelar, politicamente, não possui o direito de proferir uma palavra sequer. Não tem a menor autoridade moral. Na melhor hipótese, não o distingue sombra de autoridade mental.

Porque, de duas uma. Ele então ou foi um traidor ou foi um idiota.

O dilema não é nosso. Quem o estabeleceu foi, à data, Gambetta, fremente de cólera, perante o espantoso caso.

Por isso, que vem Castelar a aconselhar a Portugal e a portugueses? Ou será encomendado o sermão?

É que ele é republicano de toda a vida, declara-o.

Para este republicano, deveria a república rezar aquela reza do inglês. «Meu Deus, livra-me dos meus amigos, que dos meus inimigos me livro eu». Pois que foi nas mãos de semelhante retórico que morreu, ao desamparo, a república espanhola de 1873.

Mas, enfim, foi republicano de toda a vida.

Vamos e venhamos. Há quem diga que, sem a revolução que se efetuou em Madrid em 1854, ele nunca teria cravado a sua

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

tenda no acampamento democrático, e que haveria, antes, sido, porventura, um dia o mais fervoroso defensor da doutrina católica, o equivalente dum José de Maistre ou dum Donoso Cortès. Pois já se não lembrarão de que Castelar foi por longo tempo o amigo, e, mais, o admirador do marquês de Valdemajas, representante do ultramontanismo extreme, do jesuitismo completo na tribuna castelhana?

Republicano de toda a vida?!

Vamos e venhamos. Há quem diga.

Quem?

Algum detrator faccioso?

Mui ao contrário. Um admirador entusiasta.

Chama-se F. de Sandovai e publicou em francês (Paris, 1886) um volume do mais alcandorado panegírico: «Emilio Castelar, relance sobre a sua vida, o seu temperamento de escritor, sua obra e as tendências que dela se desprendem. Contendo extratos dos mais notáveis discursos do eminente orador. Com um belo retrato a fora do texto».

Mas é que Castelar, perante o que se passa em Portugal, entende que Portugal não deve fazer a revolução.

Porque os males públicos, diz ele, em Portugal não são de carácter político, mas de carácter económico.

São de um e de outro. Mas que fossem só de carácter económico.

E daí?

E daí «os males económicos são daqueles que não se curam ou extirpam com o ferro candente da revolução».

Eis a doutrina — actual, entende-se — de Castelar.

Os males económicos não se curam com a revolução?

Então desassisada foi a revolução francesa.

Pois do que procedeu ela?

Não seria da crise económica e da bancarrota financeira? Para que foram convocados os Estados-gerais? Quando, capitaneados pelo lívido oficial de diligências Maillard, as mulheres de Paris foram a Versalhes buscar a família real, a revolução aberta, que trazia em reféns *o padeiro, a padeira e o mocito do forno*, que causas tinha ela? Não era a falta de pão? Ou este motivo não será de ordem económica?

Mas deixemos a França, que se julgue jacobina demais. Vejamos outra gente.

Em a primavera do ano de 1764, havia resolvido o parlamento inglês, de acordo com o ministério Grenville, alterar as relações

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

entre a Inglaterra e as suas colónias norte-americanas. Puseram entraves ao comércio e às indústrias que ali se exerciam, e aumentaram as pautas de introdução de géneros estrangeiros, de tal modo que o seu nascente comércio foi assaz prejudicado. Não contentes com isto, obrigaram aquelas colónias a um imposto de selo que originou complicações mais graves ainda.

Seguidamente, novos esforços feitos por Grafton, para impor às mesmas colónias outros tributos mais. Afinal, o ministro North realizou ainda uma tentativa, estabelecendo uma quota sobre a introdução de chá na América. Ponto final. Explosão.

A insurreição estalou em Boston, onde os habitantes armados arrojaram, a 18 de dezembro, vários carregamentos de chá ao mar. A esta violenta oposição replicou a Inglaterra bloqueando o porto e enviando, a submeter os rebeldes, um corpo de exército comandado pelo general Gage.

Esta revolução não teria por origem factos económicos? E os males económicos a que essa revolução procurou pôr termo não foram, com efeito, extirpados pelo seu «ferro candente», segundo o dizer metafórico, pomposo e oco, do snr. Castelar?

Seja como for. O facto é que uma revolução republicana em Portugal é coisa escudada, professa Castelar. Ou então «ando eu, diz ele, muito desviado da verdade nas minhas noções políticas com respeito à Lusitânia».

Anda, por certo. Anda. Mas é agora.

Dantes, quando a evolução repressiva do seu espírito não se tinha ainda acentuado com a triste profundeza a que desceu modernamente; dantes Castelar, estudando a história política de Portugal, concluía que Portugal necessitava de completar a obra inacabada do constitucionalismo, proclamando a república. Não desmentiam seus conceitos reacionários ou conservantistas (o que, à hora presente, tanto monta), não desmentiam, não, ensino progressivo da sua *História do movimento republicano na Europa*. Nessa obra, mostrava Castelar em como tudo cooperava para o advento cosmopolita da república. Tudo. Desde o hino de Riego até à filosofia de Fichte.

Mas, agora, república em Portugal, cruzes! Naturalmente, a república em Portugal seria, proximamente, a república em Espanha. E as responsabilidades do *3 Enero* estão por apurar ainda. Assim, nunca fiando.

Também, no seu célebre manifesto às nações quando do advento da república, em Madrid pela retirada do Amadeu, entendia então Castelar a propósito que Portugal fizesse a república em

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Lisboa e expulsasse do trono D. Luís de Bragança. Somente, com a condição de se anexar à Espanha, orientada por ele snr. Castelar. Esta ideia nunca a perdeu; o estudo encomiástico que consagrou à *História de Portugal* de Oliveira Martins fecha ainda por esse anelo.

Mas, de conta própria, Portugal pensar em república — nunca!

A república deve ser fundada na paz e para continuar a paz, perora o incongruente tribuno.

Para fundar a paz, seguramente. Mas fundada na paz, onde se viu isso, desde que o mundo é mundo?

Foi fundada na paz a terceira república francesa? Não derivou da guerra alemã? Foi fundada na paz a segunda? Não saiu das barricadas de Paris?

E a república de Inglaterra, não emergiu da guerra civil? Não assentou sobre o cadafalso em que rolara, decepada, a cabeça do rei?

A da Holanda? As de Espanha americana? Ora por amor de Deus...

Mas é que «mais cara que uma lista civil é uma guerra civil».

Em primeiro lugar, quem diz ao snr. Castelar que a república em Portugal trará uma guerra civil. Bem se vê que, realmente, ele anda (como presume, aliás) muito desviado da verdade nas suas noções políticas com respeito à Lusitânia.

E, ainda que assim fosse, era essa uma razão? Porventura, D. Pedro IV em Portugal desistiu da guerra civil, porque ela custava mais caro do que a lista civil do seu estimável mano D. Miguel, ou Migel, consoante os doutos?

E pensaram, acaso, como o snr. Castelar, em Espanha, Maria Cristina, Isabel, D. Carlos, Espartero, Cabrera, constitucionais duma banda, absolutistas da outra?

Depois, que filósofo da história é este que pensa que uma revolução é coisa que se faça ou deixe de se fazer, porque a estes exaltados *les dá la gana* ou porque aqueles moderados pedem, com bons modos, que a deixem ficar para depois das termas e à volta dos semicúpios mornos?

E que sábio das dúzias, que doutor da mula russa não nos resulta aquele que vive na ilusão de que há revoluções meramente políticas, «pois que, para que as revoluções produzam remédios económicos, necessitam ser sociais, muito sociais». Salvo se a palavra grave de *revolução* a aplica ele a qualquer *pronunciamiento* dos em cuja lição sua mocidade se depravou.

Assim, e revolução constitucional portuguesa parece bem caracterizadamente política, pois não parece? E, todavia, ela é

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

profundamente económica. Que o diga a sombra de Mouzinho da Silveira.

Ora, enfim, finalmente, que é o que sabe o snr. Castelar da república possível em Portugal? Com que competência lhe talha ele os moldes?

Não seria melhor que o copioso escritor empregasse os seus ócios noutra faina mais interessante, em ponto histórico que melhor conheça?

Por exemplo, a contar-nos a história secreta da república espanhola de 1873.

Que diz? *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2286, 11 de setembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Teoria da Revolução

O artigo publicado pelo snr. Emilio Castelar no *Porvenir*, de Sevilha, causou em Portugal certa sensação. Ela foi logo pressurosamente aproveitada pela imprensa conservadora, para o seu afã nefasto de manter, o mais tempo possível, o *statu-quo* político que nos deitou a todos a perder. Tivemos já ensejo de frisar o quão desconcertada é a doutrina de ocasião nesse diploma expendida. Todavia, não nos despedimos ainda do assunto. Não pelo valor do artigo, que o não tem nenhum; mas pela necessidade da propaganda, infelizmente reclamada pela ineficiência da cultura das classes até as mais ilustradas deste nosso pobre país.

Com efeito, para o português ainda não raiou a hora do critério que não chamaremos moderno, pois que seja velho e cediço lá fora. Renovando a filosofia de seu tempo, o francês Renato Descartes legou ao homem inteligente o princípio fundamental a seguir na aquisição e apuramento dos conhecimentos. É este: *Pensa de conta própria e não formes juízo de coisa alguma sob alheia palavra.*

Os portugueses não procedem assim. Certa preguiça cerebral de que sofrem tolhe-lhes as investigações diretas. De maneira que, por necessidade própria, vão criando determinados ídolos, cujas sentenças acatam como oráculos indiscutíveis. Se o ídolo pertence a nação estranha, mais efeito produz, por isso que sempre os lusitanos tiveram a pecha de preferir o exótico ao indígena.

A triste subordinação intelectiva da nossa gente chega ao ponto de considerar como uma irreverência, como uma incrível petulância, que se atreva alguém aqui nado e criado, a erguer olhos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

menos submissos para qualquer francês ou alemão cujo nome haja adquirido tal qual toada nos centros civilizados.

Com a insossa parlenda de Castelar foi o caso agora. Ele não tem nada de novo; nem deve, em maneira alguma, surpreender-nos. Sem embargo, desola-nos, como sempre seus congéneres. São detestáveis sintomas duma tradicional degradação e revelam a profundidade de um servilismo, tanto mais grave quanto é inconsciente.

Ora, o que foi, afinal, que disse o snr. Castelar?

Disse que Portugal não deveria fazer a revolução porque o mal de que sofre este país é económico, e os males económicos não gerem revoluções, a seu parecer.

Se o snr. Castelar escrevesse isto a sério, ele seria irresponsável. A idade ou os sobressaltos, os desgostos ou as enfermidades havê-lo-iam *rasnolti*, como dizem os franceses. Estaria mentecapto.

Mas, como, felizmente para as letras peninsulares, o snr. Castelar vive em toda a frescura da sua bela inteligência, claro se torna que a sua afirmativa é uma rabulice política, servindo-se abusivamente da ilustração do autor para confundir a ignorância do leitor.

O snr. Castelar sabe perfeitamente que as revoluções derivam dos males económicos e acabam por os sanar. É essa a sua função, mesmo, e não outra.

E o snr. Castelar sabe isto de mui longa data. Ainda nos não tinham nascido os segundos dentes, a nós ao tempo crianças de colo de ama, que já ele o sabia a até eloquentemente o professava.

No Ateneu de Madrid, realizou quatro séries de conferências subordinadas a um plano integral. São as que constituem a célebre obra, tão plagiada, de *La civilisacion en los cinco primeros siglos del cristianismo*. O pensamento central que lhe faz circular a vida é o da íntima identidade entre o cristianismo e a revolução.

Ora, a revolução chamada cristianismo a que veio? Pergunta Castelar. Veio, replica Castelar, a resolver a crise económica, representada no antigo mundo pela existência da escravidão. Teve por fim introduzir na humanidade civilizada condições novas de sociabilidade, reabilitando o trabalho, desonrado até aí e até aí desprezado.

Esta é a filosofia da história exposta por Castelar. Dela se serve ele para mostrar como a revolução política liberal na sua pátria teve por objeto, outrossim, alevantar economicamente as classes inferiores, livrando da ignomínia da sopa à portaria dos conventos essa «raza de reyes mendigos de que se componia el pueblo español en tiempos del absolutismo».

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assim, o tipo do homem revolucionário, para Castelar, com exata lógica e íntegra justiça, era, nessa época, eminentemente simpático. Num dos seus magnificentes ímpetos oratórios, o tribuno define o que seja o revolucionário.

«Es, — elle exclama — un jurisconsulto que trabaja por su nuevo derecho, un filosofo que ilumina el mundo com una nueva idéa, un redentor que trae una nueva vida, un pontífice que funda una nueva religion, un trabajador que remueve com su piqueta desde los átomos de polvo de la tierra hasta las estrellas del cielo, un sacerdote que opone al estado social presente el estado social venidero etc».

Tudo isto era o revolucionário, em seu conceito, então. Hoje, para Castelar, o revolucionário pouco se diferença do criminoso de direito comum.

Por isso, ele exorta Portugal a que não dê ouvidos à pérfida sereia lãzuda da revolução. Aconselha a velha Lusitânia a que, por todas as alminhas de suas obrigações, a não faça jamais.

Duas vezes somos meninos. É bem certo. Esta candura muito faria rir aquela velha-barba do socialista Pruodhun.

Dentre ferros da cadeia da Conciergerie, dedicou ele à burguesia o seu livro famoso da *Ideia geral da revolução no século* XIX.

Esta obra é, por assim dizer, clássica na matéria. Dela tirou o falecido Oliveira Martins tudo o que há de legível em sua *Teoria do socialismo.*

O referido volume de Proudhon não é um tomo de polémica; é, antes de tudo, um sistema de princípios. Pretende ele expor ao público o espírito e o conjunto duma revolução antes de sua conclusão, cingindo-se à prova dos factos e, entre estes, escolhendo os mais conhecidos e os mais simples.

Pois bem. Ao cabo de sua rigorosa análise, conclui Proudhon que impedir uma revolução é ameaçar a Providência, desafiar o inflexível destino e cair no absurdo, pleno e absoluto.

Em sua vaidade de tribuno, Castelar lisonjeia-se de alcançar o impossível, substituindo a sua vontade às inevitáveis determinações da história. Coonesta o despropósito com a teoria especiosa de que não se fazem revoluções para corrigir defeitos económicos.

Não? É uma graça. Até se fazem guerras civis, suas derivadas, que duram anos e põem as nações que as sofrem a dois dedos da sua ruína completa e seu total desbarato. Quanto mais.

Também Castelar o sabe melhor do que nós e antes de nós. A bem dizer, foi mesmo na sua lição que aurimos as primeiras notícias que destas coisas temos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

No discurso que pronunciou, em 20 de junho de 1870, sobre a abolição da escravatura, traçou ele, com mão de mestre dos de primeira fila, o retrato de Lincoln, presidente dos Estados Unidos, que levou a cabo a abolição. Ali no-lo pinta, em meio de pavorosas dificuldades, tão lúcido e ativo e sobranceiro que, apesar de tudo, «arma 3 000 000 de hombres; reúne 525 000 caballos; hace andar á su artilheria 1200 millas en siete dias, desde las orillas del Potomac hasta las orillas del Tennessee; empeña mas de 600 batallas; renueva en Richmond las hazañas de Alejandro, de César; y, despues de haber emancipado 3 000 000 de esclavos, para que nada le fallase, muere en el momento mismo de su victoria».

Eis aqui, parece, um caso bem caracterizado; e por ele mesmo, Castelar, destacado em todo seu frisante relevo.

Mas aceitemos que a revolução só devesse fazer-se em Portugal, se a nossa crise tivesse uma origem política, e não económica, como diz que ela o é, e exclusivamente, o snr. Castelar.

Será ainda o snr. Castelar, ele próprio, quem nos dirá que a crise política existe em Portugal pelo simples facto de aqui existir a monarquia.

Com efeito, numa página admirável, o insigne orador explica-nos quais sejam as condições necessárias para sociedades modernas, verdadeira e perfeitamente civilizadas.

Diz-nos que são três.

A primeira é «a soberania nacional, a autonomia da sociedade, o direito que têm os povos de governar-se por si mesmos».

A segunda é o axioma de que «as faculdades do indivíduo são suas, uma lei sua, digamo-lo assim, que constitui o seu ser, essas faculdades do indivíduo, esses direitos individuais, são superiores e anteriores a todas as Constituições, pois as Constituições fundam-se sobre eles, como se funda um edifício sobre as leis da gravidade».

A terceira é o teorema de que «não existe só a lei das sociedades e do indivíduo, senão que existe uma série de leis fundamentais, que correspondem a cada uma das faculdades humanas; a vontade que se expressa pelo sufrágio universal; a consciência pelo júri, a razão pelas universidades, e todas estas grandes associações humanas se hão de organizar nestes dois princípios, de liberdade e de igualdade, os quais se resumem neste outro, sublime, que deve coroar todo o edifício social: no princípio da justiça».

Perguntamos, agora, a Castelar (que destarte nos ensinou) se Portugal, onde não há liberdade de imprensa, nem de associação, nem de reunião; onde a razão é agravada nos lentes das universidades pelas ameaças tirânicas do governo central; onde ao sufrágio

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

o sofisticam os agentes administrativos; onde a Constituição se enxerga periodicamente violada: — a Castelar perguntamos se, pois, Portugal não tem hoje direito à revolução.

Porém, não é preciso interrogá-lo agora. Ele já nos respondera, de antemão.

Na verdade, depois de, pelo modo consoante vimos, haver posto os princípios, Castelar faz-lhes a aplicação e tira a crítica que, de sua inconcordância com a monarquia, é lícito extrair.

Passou-se isto na assembleia constituinte, a 20 de maio de 1869, quando o extraordinário orador pronunciou um vibrante discurso em prol da forma republicana.

Ele voltou-se para os deputados da maioria monárquica, apostrofando-os com um vigor lógico inexcedível:

> «Acreditais em consciência, clamou Castelar com soberba indignação, acreditais em consciência que é compatível com estes grandes princípios a monarquia? Opõem-se os direitos individuais a que essa família seja irresponsável, sagrada, sem que sobre ela possam exercer a sua jurisdição nem as associações nem a imprensa. Opõe-se ao princípio da igualdade que para as funções mais altas da sociedade haja um poder vinculado em uma dinastia. Opõe-se ao princípio da soberania nacional, opõe-se à liberdade, opõe-se à igualdade, opõe-se aos direitos individuais, opõe-se a toda a vida moderna, opõe-se à democracia essa vossa monstruosa monarquia».

Nem mais uma linha. Queremos que esta impressão seja a que, ao leitor, reste.

Somente, como estão em maré de transcrições de Castelar, lembramos aos colegas do jornalismo monárquico que transcrevam, também, este trecho. É curto; ocupa pouco espaço. E tem outra vantagem ainda.

Pertence à grande eloquência, não é mera retórica, porque, racional, é retamente deduzido de certeiras observações.

Por ele ficarão os assinantes daquelas folhas fazendo alguma ideia do verdadeiro Castelar, do grande e glorioso Castelar — que Deus haja. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2288, 14 de setembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Política Económica

O artigo do snr. Emilio Catelar veio admiravelmente a propósito. Por esse valor extrínseco é que insistimos em falar dele. Visto como nos dá margem a fundamentar considerações que nos parecem não se poder desejar mais oportunas e necessárias.

Apartou o orador espanhol as questões sociais em duas grandes categorias, a das questões políticas, a das questões económicas. E estabelecem que as primeiras podem ser liquidadas pelo processo revolucionário. As segundas, porém, nunca as consegue resolver a revolução, assegura o tribuno.

Sobre esta conclusão interessada, já dissemos que farte. Resta-nos discorrer acerca do próprio ponto de partida.

Como quer que seja, o que é facto incontestável é que o snr. Castelar se encontra atrasado pelo que toca ao conceito sintético que domina a sua sociologia. Ele dá a prevalência ao fator político, quando precisamente, a corrente do pensamento hodierno tende a considerar primacialmente, como origem e causa, termo e fecho, o fator económico.

Na classificação dos fenómenos sociais, duas poderosas escolas dividiram, em nossos dias, os espíritos. Uma foi a de Augusto Comte; outra foi a de Herbert Spencer. A primeira concedeu a primazia à ideia; a segunda, ao sentimento. Entendeu Augusto Comte que, na hierarquia do progresso, as civilizações se diferenciavam à medida que as ideias humanas, dominando o conjunto da atividade, iam sucessivamente passando por uma das três fases, irredutíveis das maneiras de humano pensar; a fase teológica, ou da ficção; a fase metafísica, ou da abstração; finalmente, a fase positiva, ou da realidade.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Combatendo o critério, demasiadamente racionalista, de Augusto Comte, o filósofo inglês Herbert Spencer procurou demonstrar que, na vida do indivíduo, como na existência das sociedades, as ideias tinham uma menor importância do que os sentimentos e que era, mais especialmente, por efeito destes que a evolução geral das coisas se operava.

Enquanto que as duas escolas antagónicas se digladiavam, sem decisiva vitória para nenhum dos lados, ia crescendo obscuramente uma doutrina, inspirada em intuições de procedência por completo diversas, e que deveria abrir caminho amplo e orgulhoso.

É a chamada conceção materialista da história. Se a dogmática sociológica de Comte derivava da cultura das matemáticas, a de Spencer provinha do cultivo da biologia, com o da psicologia, mais em particular. Porém, a nova doutrina precedeu do estudo prolongado e subtil da economia política. Que fundador determinativo é o hebraico Karl Marx.

Baseia-se ela no simples facto de bom senso de que, antes que tudo, o homem precisa de comer. Toda a teoria que esqueça esta consideração preliminar é quimérica. Ela contraria o preceito irremediável. *Primum vivere, deindo philosophari.*

Posto isto, o exame das condições económicas duma sociedade qualquer é a análise inicial e última a que deve entregar-se todo aquele que semelhante sociedade pretenda estudar, inquirindo-lhe do passado, apreciando-lhe o presente e prognosticando-lhe o futuro.

A velha conceção idealista da história que ainda sobrevive, aliás, não conhecia, olimpicamente, interesse algum material. A produção e todas as relações económicas, dela não recebiam (comenta, explicando-nos, o amargo Engels) dela não recebiam senão um olhar desdenhoso e furtivo. Elas não eram, com efeito, senão elementos secundários da história da civilização — a seu aristocrático parecer.

No ponto de vista da conceção materialista da história, a estrutura económica duma sociedade dada, forma sempre, pelo contrário, a base real que se deve estudar para se compreender toda a superstrutura das instituições políticas e jurídicas. Sobre ela assentam as maneiras de ver religiosas, filosóficas e outras que próprias e idóneas lhe sejam.

O citado Engels caracterizou perfeitamente o juízo diferencial que assinala esta nova intuição histórica, dizendo que ela é a explicação da maneira de pensar dos homens duma época dada, pela sua maneira de viver, em vez de querer explicar, como até

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

então se tinha feito, a sua maneira de viver pela sua maneira de pensar.

Conforme com este relance fundamental, o dialético Karl Marx estabeleceu seguidamente que, se a vida social, religiosa, política, filosófica, etc. dependia, numa sociedade considerada, da sua condição económica, esta, a seu turno, derivava do modo da produção. Apurar como esta se comportava, era, pois, o alvo a que devia convergir o esforço científico.

Aqui, começaram a surgir as dissidências, as quais, todavia, não prejudicaram a conceção essencial, que, essa, se manteve integralmente.

O mais eminente dos rebeldes à ortodoxia marxista foi, em nossos recentes dias, o italiano Achiles Loria. Este insigne pensador publicou o conjunto das suas meditações numa obra capital intitulada *Analisí della proprietá* capitalista, em dois grossos volumes. O primeiro dos compendiosos tomos ocupa-se das leis orgânicas da constituição económica; o segundo desenrola as suas formas históricas. Não é este o sítio para demonstrar as afinidades que a Loria o aproximam de Marx e as repulsivas contrariedades que dele o afastam. O que nos importa, no lance, é saber que com o alemão o italiano nos ensina que as revoluções, aparentemente políticas, dimanam sempre duma causa económica, ou parente ou dissimulada.

Constituiu este o tema dum livro especial, escrito com o mais veemente ímpeto e que teve um êxito de livraria extraordinário. Na verdade, seu mérito é relevante. O seu título importa sua resenha: *As bases económicas da constituição social*. Na primeira parte, expõe o douto professor as bases económicas da moral. Na segunda, as bases económicas do direito. Na terceira, enfim, as bases económicas da constituição política. No capítulo IV desta parte terceira, estuda Loria as revoluções de redito e do poder público.

Como é que Castelar ignora tudo isto? É porque as relações entre a Espanha e a Itália sejam intermitentes e difíceis? É porque, em geral, na Espanha se não acompanhe o movimento que vai arrastando as ciências jurídicas, lá fora, pelo fecundo sulco rasgado pela relha do empirismo?

Assim não sucede. A jurisprudência foi tipo de sabedoria sempre prezado pela cultura castelhana. E os nossos vizinhos seguiram na esteira modernamente por outrem encetada.

Um dos atuais publicistas, mais engenhosos e reflexivos, da boa literatura filosófica francesa, G. Tarde, ufana-se com a tradução para o espanhol que, do seu volume sobre as *Transformações do*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

direito, realizou o professor da universidade de Oviedo, snr. Adolfo Posada. O snr. Tarde argumenta contra Loria; e Posada comenta Tarde, diz este que sabiamente.

Em 1891, já, publicara o professor auxiliar de direito na Universidade de Salamanca, snr. Pedro Dorado Montero, uma lúcida exposição das modernas doutrinas jurídicas e económicas dos italianos. Chama-se *El positivismo en la ciência jurídica y social italiana*. Algumas das suas páginas mais vivamente conduzidas destinam-se, por sinal à explanação crítica do sistema da Loria, exatamente.

Contudo, Castelar continua (como se nada disto houvesse ocorrido) a professar que revoluções políticas tendo por origem males económicos nunca houve, não há, nem haverá.

Como dissemos, não queremos discutir o alcance desta conceção chamada materialista da história humana. Somente, cumpria-nos deixar mostrado, em contra do pedantismo de Castelar e da basbaquice dos seus admiradores lusitanos, que os democratas portugueses apelando para a revolução, por motivo das condições económicas da sociedade de que fazem parte, não cometem erro algum crítico, antes estão no ensino geral da ciência contemporânea.

Se na Alemanha, com Marx, e na Itália, com Loria, nós deparamos estrénuos e autorizados defensores de critério segundo o qual o fator económico é o segredo dos episódios políticos da história — também a Inglaterra sábia nos não deixa ficar mal em nosso asserto sobre a generalidade crescente da nova doutrina.

Com efeito, o notável professor de economia política na Universidade de Oxford, e de ciência económica e estatística, no Colégio Real de Londres, o há poucos anos falecido James E. Thorold Rogers, dotou a literatura especial do seu país com uma obra afeiçoada a idêntica disciplina. Intitula-se *The economic interpretation of history*; e está redigida com essa reserva prudente que é peculiar ao espírito britânico. Dela se nos mostra, aliás, como as crises financeiras e económicas não têm, decididamente, outra solução que não destaque do processo revolucionário. Antes dos filósofos e dos sábios o dizerem, já o simples bom senso humano o havia descoberto.

Assim, portanto, quando os republicanos portugueses professam a doutrina de que, para salvarem o seu país dos horrores duma catástrofe económica sem precedentes na crónica das civilizações empobrecidas, é irremediável recorrer à revolução — eles nem rejubilam pela necessidade de semelhante expediente, nem, repetimos, avançam proposição estranha, nova e insólita.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Entende, no lance, Castelar, porém, concomitantemente, que os republicanos portugueses não podem levar a bom termo essa revolução, com suas ulteriores consequências, por isso que eles são ilustres catedráticos e escritores exímios, é certo, mas pessoas destituídas da prática dos negócios, do mesmo par e passo.

Esta coartada é indigna do copioso talento de Castelar. Pois, quem é que lhe garante que, postos à prova, esses lentes e esses escritores não deem prestantíssimos homens-de-estado? Donde saíram, de resto, os homens-de-estado da monarquia? Não foi, precisamente também das cátedras das universidades e das bancas das redações?

Somente, com todo o talento de muitos, todo o saber de alguns e todo o patriotismo de raros, de capacidades mentais absorvidas pela monarquia nada ou quase nada produziram a bem do país. O que prova que a questão, ao contrário do que se costuma dizer, não é de homens, mas sim de princípios.

Por isso, a monarquia não é também à falta de homens que morre; tem-nos tido de todos, desde os ignorantes até os eruditos, desde os estúpidos até os talentosos, desde os cínicos mais canalhas até os heróis mais cavalheirescos. Mas é ela um sorvedouro terrível; naquele ar empestado, tudo sucumbe. E, ao fim e ao cabo, o que resta? Resta a bancarrota; resta a invasão administrativa do estrangeiro, que é primeira a deve garantir e lhe tem de ceder prestígio e força.

Debalde, pretendem os estadistas da monarquia fugir a este prodigioso desfecho de meio século de protérvias. Ocorrem-lhes os expedientes mais desorbitados. Hoje, é o da batota em Cascais e em Sintra. Andam como doidos.

Precisam, urgentemente, de uma ideia que, se não resolva o problema português, lhes dê ao menos, a folga de um ou dois anos descansados. Oh! Viver sem a aflição dos infames sobressaltos de agora! Ainda que fosse seis meses, só seis meses que fossem!

Pois bem. Vamos ser generosos. Para que se veja a nossa grandeza de ânimo. Eis aí.

Respirem.

Há um meio de a monarquia se poder aguentar, livre de importunidade de credores, por certo tempo, bem regular, ainda.

Qual é esse meio salvador?

Prestes diremos qual ele seja. Descansem. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2294, 21 de setembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

É Vender Setúbal

O miguelista Pinho Leal, quando, no seu dicionário topográfico, intitulado *Portugal antigo e moderno,* chega ao verbo «Setúbal», declara ingenuamente, com a grossa bonomia da sua maneira literária, que nenhum artigo lhe deu tanto trabalho e lhe custou tantas dores de cabeça.

Embaraçava-o a abundância de informação; e, tão copiosa como aproveitada fosse, nem por isso esgotou o assunto a esmerilhada faina do compilador. Assim, costumam alguns colecionadores apensar ao volume respetivo as anotações que, corrigindo os erros e completando as insuficiências de Pinho Leal, compendiou em idóneo opúsculo acerca de Setúbal o snr. M. M. Portella, aos tempos juvenis o mavioso e solitário poeta dos *Ecos do ermo.*

É que Setúbal tem muito que se lhe diga; e, por tudo, Setúbal nos move e interessa.

Sabemos que seu solo é fertilíssimo em todos os géneros, principalmente na produção do vinho, hortaliças, frutas, com especialidade laranjas, tangerinas, limões doces, figos, uva moscatel e bastardo. Registra-se ali abundância de gado, caça e peixe, particularmente salmonetes, linguados, tainhas e mariscos.

Belas marinhas, conhecidas em todo o mundo e que constituem a principal riqueza da localidade. Considerável exportação de vinhos.

Nos arredores da cidade, mármores e pórfidos preciosos.

Dados estes termos, uma sugestão feriu o nosso espírito, perante o espetáculo confrangente de a monarquia à dependura: — vender Setúbal.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nobremente, deliberamos, logo, não reservar egoisticamente a ideia; não fazer condenável monopólio da lembrança.

Antes, è realeza desatremada aconselhá-la caridosamente. Coitada! Estás na aflição da falta de recursos? Pois é vender Setúbal.

Anda o beato Barros Gomes por esse mundo de Cristo — oh tio, oh tio, bote para cá o batel —; anda o beatíssimo jesuíta *en robe courte* a oferecer aos lanços suspeitosos o negócio equívoco de Lourenço Marques, terreno de contestações, causa de pleitos, abominável perrexil de brigas e contendas.

Quando aqui, de casa, sem amarguras e sem torturas, corredia e simples, oferecendo-se, passa despercebida esta melgueira — de Setúbal.

Outra limpeza: vender brancos — que pretos a catinga cheiram, e ominosos espetros de escravatura e azorrague evocam e acordam.

Enquanto que — Setúbal! Setúbal, nada disso; Setúbal, que primor e que graça!

Qual vender Lourenço Marques?! Vender Setúbal é que é. Os exemplos devem vir de cima; e todo o tempo é tempo.

Depois, os ingleses — que eis sempre quem compra — os ingleses, por Setúbal pelam-se.

O escrevinhante da *Enciclopédia britânica*, diante de Setúbal, extasia-se. Setúbal, oh! Setúbal. Setúbal, diz ele, «*is na emporium of the Portuguese salt trade*». O autor do manual para viajantes em Portugal, na coleção Murray, considera Setúbal «*as the first town in Portugal*».

Por isto tudo e muito mais, qual será a razão mediante cujo influxo não pensa o regímen, liquidatário, em liquidar Setúbal? Miserável rotina! Deplorando obstinação!

Lourenço Marques; tudo é Lourenço Marques, — a trespassar, duma maneira clara ou «sob uma forma encapotada», conforme no-lo anunciou o *Figaro*, folha monárquica e pornográfica de Paris.

Quando aí está, solicitante, Setúbal, cujo oblívio nos penaliza, realmente. Ah! Nem para nós somos bons. Que vergonha!

Não. Não é vender Lourenço Marques. É vender Setúbal.

Promova-se a oferta em Londres; Londres aceitará! Certo, certo, certo.

Pois que dificuldades poderiam contrariar a operação? A resistência de Setúbal?! Jamais! Setúbal saberá sacrificar-se pela pátria. Essa cidade incompreendida dará um exemplo solene, de amor e abnegação.

Codros, nem Cureias, ouvidos com espanto,
Nem os Decios leaes fizeram tanto.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

E acabará, por uma vez, essa cantata pseudo-patriótica do jacobinismo lusitano, que parece que tomou de empreitada Lourenço Marques. Setúbal vingará e salvará a monarquia.

De resto, diga-se: não faz senão corresponder à confiança que, no amor de Setúbal pela dinastia de Bragança, a casa real portuguesa a Setúbal justamente dedicou desde todo o princípio.

O Portugal restaurado, de Vila Viçosa oribundo, soube sempre que, na hora duvidosa e perigosa, com Setúbal podia, indefetivelmente contar. Para tudo. Para tudo.

A fim de salvar a monarquia de Bragança, Setúbal decidir-se-ia a deixar de ser de Portugal e resolver-se-ia a pertencer, de corpo e alma, à Inglaterra, por exemplo.

Ah! Brigantina Setúbal! Ah! Real Bragança!

Por isso, por isso, — em 1661.

Era embaixador de Portugal em Londres o primeiro conde da Ponte e primeiro marquês de Sande.

A dinastia de Bragança, recém-fundada, pretendia que a dinastia de Stuart, recém-restaurada, — por um casamento, com ela, se aliasse. Ao rei Carlos se oferecesse a formosa infanta Catarina, «que por sinal era bem feia», consoante o honradíssimo Rodrigo da Fonseca, das cadeiras ministeriais, dizia de outra princesa lusitana. Mas o galante Carlos — todos estes Carlos são chamados —, prático e positivo, às seduções da senhora de Bragança opunha malignas reticências.

Anglo-saxão. Da pérfida Albion. Rude e frio. À laia de seus congéneres, glaciais e duros:

Coatra uma dama, oh peitos carniceiros,
Féros vos amostraes e cavalleiros!

Menos do que isso. Mercantilista. Negociador. Usurário. Em extremo, puro chatim.

Reclamou dote. Dona Catarina — fanática, católica, portuguesa e feia. Vamos, pela gorja de Belzebu. Mas também — ouro, ouro; ou coisa que o valha. Ouro, ouro; ou coisa que o valha.

O conde da Ponte, alcoviteiro diplomático — tem-se visto, até o recente Fontes —, o conde da Ponte ia desfiando as tentações.

— Real Senhor, o comércio livre da Índia e do Brasil...

— Hum?!

— Real Senhor, Tânger...

— Ora! Tânger é um rochedo.

— Real Senhor, Bombaim...

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

— Adeus, adeus! Bombaim é um pântano.

— Real Senhor, Setúbal...

— Setúbal?! O quê, Setúbal?! Ainda ontem mo explicaram, Setúbal não passa de uma mão-cheia de sal.

Então, o embaixador português desespera-se. Com data de 9 de maio de 1661, escreve, de Londres, à rainha-mãe, D. Luísa de Gusmão, viúva de D. João IV e regente do reino na menoridade de seu filho D. Afonso VI. É demais. Pois nem Setúbal querem, aqueles cães heréticos?! Debalde ele procurou seduzir o favorito do autocrata, o conde de Manchester, fazendo-lhe, para que lhe patrocinasse a causa e lhe inculcasse a dama junto do régio garanhão, fazendo-lhe um opíparo presente de «uns vasos de alambre». Mas a nada o bruto se movia.

É que houvera maldades ilaqueadoras em volta do rei de Inglaterra. Cavilosamente, o persuadiram de que o enganavam, oferecendo-lhe Setúbal, pois que, «primeiro que os portugueses a entregassem», assaz haveria a dirimir.

Mas tudo é bem que acabe bem. O contrato do casamento terminou por se concluir. Setúbal é trocada por Bombaim. Tal a versatilidade do monarca britânico!

Porém, o que se não faz no dia de Santa Luzia faz-se em outro dia.

Se Setúbal não se negociou então em 1661, porque se não há de negociar agora em 1897?

Assim: quase que, à casa de Bragança, nos sentimos com direito de fazer uma soberba intimação. Para que se veja.

Venda Setúbal. Reate as tradições. Venda Setúbal.

Qual Lourenço Marques, qual cabeça?! Setúbal, — Setúbal — é que é.

Uma mão-cheia de sal — dizia o Stuart às sopas de Luís XIV. Isso alicantinava ele — para encarecer o seu peixe.

Mas nós sabemos a realidade. O negócio do sal em Setúbal é obra. Só no primeiro semestre de 1887 nos informam os colaboradores do dicionário geográfico universal, sob a ilustrada direção do snr. Tito Augusto de Carvalho, só no 1.º semestre de 1887 se exportaram dali 463 337 hectolitros, sendo 432 384 para o estrangeiro, e 33 953 para o reino.

Ou é o invejoso espanhol vizinho quem desfaz, novamente, em Setúbal? Pois que se morda! Porque, em hora de franqueza, o castelhano Don José de Aldama Ayala confessou que Setúbal é «*Importante sobre todo por sus numerosas salinas, vinos y naranjas, cuya importacion es mui considerable*».

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assim, toca, toca, toca a vender Setúbal — e prestes, prestes, prestes. Não há tempo a perder. Enquanto a freima ferve.

Já à data de 1661, o marquês de Sande, por Londres, lograra, a propósito, jubiloso sobressalto. Em Setúbal estivera a Inglaterra, então, quase quase, a pegar.

De resto, que admirava? Eram 9 de maio que se contavam nessa bem-aventurada segunda-feira, a qual, pelo estilo coevo da Inglaterra, caiu a 20 de Abril. Ora, dia era esse em que a Igreja, segundo o calendário daquele reino, celebra a festa de S. Pedro mártir. Por isso, o marquês de Sande todo se baba. Parece, exclama, que o venerável canonizado quis ter parte no sucesso desse dia benéfico, graças à proteção que «Vossa Majestade dá ao tribunal da fé». Scilicet, à Santa Inquisição. Oh vida, doçura, esperança nossa! Nem o queridíssimo Barros Gomes, neste minuto cético às carreiras, belfurinhando a pátria. Varão de Pintarcho!

Concluindo: é vender Setúbal.

E depois, para ingleses, com os seus vinhos moscatéis, que especialmente se fabricam em Azeitão! Antes da doença das vinhas, só naquele ponto se produziram cerca de 5.000 pipas. Escusa-se pôr mais na carta.

Não. Não há que ver. Não há que hesitar. Decididamente, qual Lourenço Marques?! É vender Setúbal. É vender Setúbal.

E, quanto à maneira de encaminhar o negócio, isso não oferece dificuldade. Está explicada pela primeira oferta que de Setúbal fez à Inglaterra a monarquia de Bragança. Basta recorrer à página 183, do volume XVII, do *Quadro elementar*, organizado pelo ministro Rebelo da Silva, falecido já.

Eis publicação que merece toda a confiança. Foi mandada fazer *por ordem do governo de Portugal*, como se mostra na capa. A capa traz as armas reais. É coisa de gosto. Tudo condiz. Ainda bem.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2803, 1 de outubro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Jogatina

Enquanto o snr. Barros Gomes não consegue vender, «sob forma encapotada», Lourenço Marques e o snr. Burnay não decide lord Salisbury a que compre, bem às claras, Setúbal, vários batoteiros belgas oferecem ao tesouro português modo de encher os cofres exaustos — por via de autorização concedida à montagem de um casino de roleta no Estoril.

Está perfeitamente. É lógico.

Ainda há poucos dias a imprensa monárquica se esfalfava por deixar, em público e raso, bem demonstrado que nós outros, republicanos, não passamos de uma récua de cavalgaduras, sem educação, sem talento e sem espírito. A propósito do despropósito do snr. Castelar, o *Jornal de Lisboa*, a quem estas linhas escreve, capitulava de charlatão, por havermos apontado a revolução como a única maneira de se sair airosa e frutuosamente da crise económica e financeira, política e moral, em que o país se debate. Quando surge mais esta manifestação luminosa do conhecimento das coisas, da ciência especulativa, do tino prático governamental da casta que tomou a nação por contrato de aluguer, para seu maior gáudio, completo e jucundo júbilo.

A fim de resolver a crise — organiza-se a batota.

O ministro da fazenda percebeu que isto que é contrariedade para o negociante, aperto para o industrial e miséria para o agricultor só é Califórnia para o que puxa pelo rabo à sota. Na verdade, ao que Camões chamou pastorilmente a ditosa pátria sua amada, só Ponson du Terrail era digno de pôr o nome rocambolesco que lhe quadra. Este é o verdadeiro *Club dos valetes de copas.*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não se deve hesitar, de resto; pois que os belgas prometem maravilhosos rendimentos. Assim, o governo, em vez de os correr a pontapés pela escada do ministério abaixo, mandou-lhes apresentar sua proposta por escrito, para ter vagar e jeito de convenientemente a estudar.

Alegam meticulosos ideólogos que é uma monstruosidade que seja o Estado o primeiro a excitar vícios ruinosos. Eles dizem que o imposto nunca deve taxar a imoralidade pública, porque o Estado, além da sua função administrativa, tem a superior de ser o órgão legítimo da justiça social. Acrescentam que é, depois de tudo, uma inépcia que o Estado, direta ou indiretamente, concorra para afastar do trabalho produtivo os contribuintes, porque ele começa e acaba por ser o principal lesado, visto como sucessivamente foi diminuindo a matéria coletável.

Todos estes e inúmeros outros reparos congéneres procedem dum jacobinismo estreito, que fez o seu tempo. Hoje acabaram na esfera especulativa tais apreensões, em que se gasta ainda uma turba versátil de declamadores ignaros. Do que se trata, bem real e bem positivamente, longe de todas as quimeras doutrinárias, é de obter dinheiro, dinheiro, dinheiro, venha ele de onde vier e por que forma vier.

Assim, pois, roleta e mais roleta. Que uma legenda de heróis termine numa pulhice de tafues, eis o que é indiferente a esta data de safados, que pretende simbolizar um povo e representar uma tradição.

Nada temos que objetar. Somente, exigimos que se arranquem as últimas vendas e que se conculquem as hipocrisias derradeiras.

Para que a *régie* da batota? Porque não, desde já, o monopólio da jogatina por conta do Estado.

O país encontra-se, perfeitamente, com a sua educação especial acabada. Se ele não está preparado para a república, para a batota está preparadíssimo. Assim, em Monte Carlo há seis roletas. Só em Espinho, há 19 — todas a funcionar.

Fora, pois, com as máscaras. Que o Estado se oponha à vontade. Monopolizem-se os instrutivos e recreativos estabelecimentos. Temos esperança de que destarte acontecerá.

Então sim. Então o ministro do reino, na Batota-modelo, que se há de vir a fundar na capital, será o encarregado de baralhar as cartas. Como outrora o sabão, o *pego* ficará de exclusiva fabricação do governo. O presidente da câmara alta é que manobrará a rapadoura que, do tabuleiro da roleta, arrepanhe as *fichas* dos desafortunados. O ministro da justiça exercerá a polícia interna,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

relaxando ao seu colega da guerra, que fará a ronda no corredor, os afajardados que se empreguem em *levantar mortos.*

O Patriarca recusará a bênção absolutória aos turbulentos que ameacem, no desespero da perda, com os moxos da locanda os desembargadores da Relação, postos no serviço do bufete, apenados para fornecer cigarros e ofertar cervejas, marca barbante.

Perante tão deslumbradora perspetiva, aceitamos o anunciado início dum vasto plano financeiro, que é a honra de todo um país.

Repetimos, porém, que desejávamos que ele fosse lógico no todo e coerente no detalhe.

Assim, não existe só a batota como recurso de imposto. Existe a prostituição e existe mesmo o expediente extremo do assalto nas estradas, — *Da parte do Estado, a bolsa ou a vida!*, tem sua grandeza épica e pode tentar-se com êxito.

O Estado vai pôr tavolagem. Porque não há de pôr alcouce, também?

Não é novo o caso; e até já foi usado com motivo cultural. A prostituição sagrada existiu; e todos se recordam, em nossas letras, da página da *Relíquia* do snr. Eça de Queiroz, onde aparece aquela cortesã de Babilónia, de mitra vermelha na cabeça e misterioso esgar nos lábios, rubros da febre dos beijos.

Sair à estrada — por necessidade fiscal, isso então resultou banalidade correntia para os senhores feudais, acoutados, à espera dos viajantes, nos torreões dos seus solares. Timbre de fidalguia foi outrora depenar os mercadores pelos caminhos; porque o não será agora da monarquia, visto como o rei não passa, afinal, de o primeiro dos fidalgos?

Por isso: começar pela batota, está bem; mas ficar por aí, mal estará.

De resto quem aqui se não der bem, que se mude. Residir em Portugal não é obriga.

Carradas de razão tinha o falecido Teixeira de Vasconcelos quando, coisa há de trinta anos, disse, no seu jornal conservador, que tudo corria às mil maravilhas e que quem não gostasse que se fosse embora, que não fazia cá falta nenhuma.

É afinal o que tem de vir a suceder a todo o mundo; e, na presença dos sucessos que vão ocorrendo, o país, em conclusão, a que de mais oportuno tem a tirar é o passaporte.

Entretanto, nos estos da mais santa alegria, Cascais ilumina, para saudar a comparência ali do chefe do Estado. O Estado, como símbolo de representação, tem de empenhar-se por que

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

corresponda à média do pensamento e do sentimento nacional. Assim, em prol dos festejos, cada batoteiro de Cascais capita-se, por dia, em mil reis redondos.

Entre a realeza e a batota — tréguas, paz e amizade. Concórdia. Aquiescência.

Dom Carlos Primeiro não é Dom João Segundo.

Ainda bem. Safa!

É que de Dom João Segundo, de gloriosa memória, conta na crónica de seus valerosos e insignes feitos o gordo Garcia de Resende, capítulo cx, uma nova justiça que el-rei mandara fazer.

Foi o caso.

No ano de mil quatrocentos e noventa, estando el-rei em Évora antes da vinda da princesa, lhe foi dito que, em Lisboa, em casa dum cavaleiro, que se chamava Diogo Pires do Pó e vivia junto da Praça da Palha, se jogavam dados e cartas e outros jogos, «com que Deus era desservido, o seu santo nome renegado, e o de Nossa Senhora, e dos Santos blasfemados».

Ora, como el-rei era mui católico, devoto e amigo de Deus, por atalhar e evitar tamanho mal, e por castigo do que nas ditas casas se fazia, pelo mesmo caso, na metade do dia, com pregão de justiça, as mandou queimar, no primeiro dia de junho do dito ano. Nem mais.

Garcia de Resende — grande lorpa — comenta assim: «De que na cidade foy grande espanto, e alguns homens, que em suas casas tinham jogos, e tauolagens, com muito grande receio se tirarão logo disso».

Lorpa grandíssimo! Olha o forte ganho.

Sem embargo. Dom João Segundo não era um rei de baralho. Confessa-se.

Felizmente que os tempos mudaram e seus sucessores leem hoje por outra cartilha: — O famoso livro das quarenta folhas.

Felizmente. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2306, 5 de outubro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Questão Liquidada

Deve-se à imprensa republicana.

Mercê dos seus protestos, decidiu-se o gabinete a repudiar as propostas do Helga Marquet.

Representava este a jogatina internacional.

Foi, parece, expulso daqui.

Ao menos, resultou lógico; pois que, na verdade, esta escória batoteira tem vindo sendo trazida nas pontas das botas, desde 1837, por essas terras de Cristo que se prezam, em fora.

Abusando das dificuldades financeiras dos países sucessivos, conseguira a plebe dos jogadores seduzir, por exemplo, os governantes franceses com a miragem de reditos fabulosos. Sem custo, por assim dizer, de graça e a seco, os ministros da França aumentariam os rendimentos comprometidos do Estado — contanto que concedessem esta coisa inocente. A jogatina autorizada em Paris.

Apertados, os ministros condescenderam, e fez-se o arrendamento dos jogos, a datar de 1819, época da sua instalação definitiva.

Pois bem! As vantagens conseguidas pela França a preço desta infamíssima derrogação moral foram tais e tantas que, com aplauso geral, para 31 de dezembro de 1837 se fixou a data irrevogável da supressão da jogatina em França.

Ora, era preciso que o mal, que se reconheceu, pela experiência bem consideravelmente toda e qualquer ponderação para que o governo francês assim destarte procedesse.

Na verdade, suprimir o jogo em Paris representou dar cabo, da noite para o dia, do movimento de passeio e meneio de negócios

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

no Palais-Royal, cujas galerias, de ourives, de trequilhos, de capelistas, passaram a ficar às moscas. Suprimir o jogo em Paris, equivale nada menos do que a privar-se o Estado duma notável verba de receita que, em 1825, atingiu, consoante da tabela que temos à vista, a soma de 9 008 628 francos e 51 cêntimos, o que significa, em nossa moeda, uma pechincha anual de dois mil e tantos contos.

Pois, o erário francês antes quis perder esses dois mil e tantos contos; preferiu dá-los de mão beijada. Ora, na verdade, os estadistas de Paris sempre terão um poucochinho mais de saber e de critério do que os de Lisboa. Parece, pelo menos, — dada a lonjura que vai da Avenida da Liberdade do falecido Rosa Araújo à Avenida do Grande-Exército do falecido Napoleão Bonaparte.

Objeta-se talvez que os franceses são românticos, cavalheirescos, orgulhosos, gentes militaricas de pontos-de-honra e outras congéneres patacoadas, patacoadas, já se vê, para raças positivas e práticas como a nossa. Isto se objeta? Na verdade?

Mas não pode ser. E não pode ser, porque os jogos públicos foram igualmente proibidos em Inglaterra, à data do 1.º de Dezembro de 1853.

Dir-se-á que, se a França é frívola, a Inglaterra é, pelo contrário, demasiadamente mercantilista, grosseiramente utilitária. E o jogo, em seus sobressaltos, inspira como musa poética.

Assim, a sábia Alemanha... que haveria pela sábia Alemanha?

Para a sábia, cismadora, devaneante, musical Alemanha houve que, em 1837, expulsa de França, emigrou a jogatina, perseguida. Fixou-se em Baden-Baden; em Ems, em Wiesbaden, preferentemente. O batoteiro é pessoa de gosto. Baden-Baden, não pitoscamos; mas sem, eis coisa, realmente, bonita; e Wiesbaden, então, é a mais encantadora maravilha que seja dada, em misericórdia, à alegria dos olhos humanos. Com o bom, antigo, inteligente amigo João Jacinto — que minutos esquecidos a lobrigar correndo, atrepados nas cascas dos carvalhos, os esquilos farinhentos, cauda alçada, olhos inquietos! Extremo o mimo!

Desatou, contudo, ali, conspurcando a inocência natural, depois de 1837, no êxodo das Gálias, uma batotice senão infeta, desenfreada, pelo menos.

Até que o governo alemão, envergonhado, lhe pôs um *bonda*.

Com efeito, o jogo público, condenado, em princípio, na Alemanha, foi ali completamente proibido, a 1 de janeiro de 1873.

Mandados para fora de França, os batoteiros europeus acolheram-se à Inglaterra; mandados para fora da Inglaterra,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

pediram proteção à Alemanha; mandados para fora da Alemanha, refugiaram-se no principado minúsculo de Mónaco, dentro da Itália.

Lá se têm regalado, essa repugnantíssima corja. Porque será que por lá se não ficava? Porque será que deitou seus olhos para este Portugal misérrimo?

Por variadíssimas razões. Mas uma delas — e não das menores — era que a vizinhança de Mónaco começa a queixar-se contra aquela cínica pouca-vergonha, ali nas próprias barbas honradas. Geme; rezinga. Já à data da primeira edição de sua *Nova Geografia Geral*, o explicava o anarquista manso, Elyseu Réclus, o qual é um mestre na ciência específica que cultiva, se bem que diste vaste do seu aliás atrasado mestre Karl Riter, Elyseu Réclus noticiava-nos então que as cidades convizinhas de Mónaco se não cansavam em reclamar providências internacionais contra a sua rival, sem peso mesmo nenhum naquela porca daquela cara.

Ora, aqui está o que havia de acontecer a Lisboa, para sua escarmenta, Que as nações civilizadas da Europa e da América lhe mandassem fechar o casino de Cascais — por motivo de utilidade cosmopolita.

Duvidam dessa eventualidade futura?

Enganam-se. As nações não fariam, procedendo assim, senão generalizar para o exterior a linha de conduta que meticulosamente adotaram para o interior. Assim, a França.

Se vamos a isso, há que confessar que nos nossos dias em França a nobre classe batoteiral esquecera a lição arcaica de 1837.

De forma que, de 1879 a 1883, inumeráveis casinos se fundaram em França, em todas as estações balneares.

Este período foi a idade de ouro dos casinos.

Mas, não há gosto perfeito nesta vida, já lá em verso confessava uma respeitável madama de Goa, aos idos tempos bocacianos do improvisador Bocage.

Por isso, deram de surgir escândalos, rixas, contendas, ciladas, roubalheiras francas. O ministério de Paris pensou, pois, na legítima repressão.

Clamores gerais dos interessados. Indecisão dos governantes. Nas floridas ribas do Sena, a batota consoante em Abrantes o quartel. Tudo como dantes.

Até que em 1885 novos e mais gordos escândalos. Em Lutécia, o gabinete resolveu-se a ferir os grandes golpes.

Assim, rudemente, proibiu, por toda a parte, o *caminho de ferro*, variedade do bacaral; proibiu a *roleta*; proibiu os *cavalinhos*, de série múltipla, etc.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Posto isto, claro está que, se no Estoril fosse começar a haver para o ano futuro *caminho de ferro, roleta, cavalinhos* de série múltipla, etc.; e, se, como se esperava, os viciosos de Paris começassem a desandar para Lisboa, com o cheiro no *caminho de ferro* e nos tais cavalicoques que Deus confunda: a França, materialista e prática dos nossos dias, é que não havia de estar agora por esta inesperada. De que os dinheiros de seus diletos filhos se aplicassem cada ano a abastecer os estalajadeiros do Chiado e as espanholas da Antónia.

A França havia de tomar providências.

Havia de fazer para Lisboa o que para o Mónaco nos refere Elyseu Réclus que vão fazendo as cidades suas limítrofes. Havia de requerer a supressão da roleta.

E com outro êxito. Porque, enfim, se Lisboa não é Mónaco, também a França é a França — mesmo com batota para os torna-viajem. Ainda que da América venham. Com reumático, sífilis, vícios secretos e dólares, muitos dólares, imensos dólares, dólares infinitos para *seduzir,* vencer, estes canalhas, que têm a incompreendida honra de haver feito chorar Afonso de Albuquerque e cantar Luís de Camões.

Mas, entretanto, seria uma pândega. Enquanto o pau vai e vem folgam as costas.

Com o nosso clima — para Inverno, que seria de Mónaco, ao pé do Estoril? Ao lado do Chiado, que resultaria, de Wiesbaden?

Como em Mónaco mais do que em Wiesbaden, o Casino de Cascais teria tudo. Para começar a mesa verde teria apontador em efetivo serviço, não como curiosidade de museu, à laia do que ocorre no Kursaal de Wiesbaden.

Ali a mostrariam ao lasso viajor. Lasso viajor, ele mesmo, o Eduardo Coelho do *Notícias,* em 1879, a propósito, no livreco *Passeios no estrangeiro,* pondera escarafunchando as ventas. Embasbaca na presença: «Mais de uma vez, escreve na sua prosa galeguenta, mais de uma vez o suicídio fez uma solução de continuidade às tribulações dos que se haviam para todo o sempre afundado no abismo da miséria e da vergonha.

Ora, dentre os portugueses, também na batota como na traição, alguns houve algumas vezes.

Em Wiesbaden, à data de 14 de agosto de 1859, suicidou-se, com efeito, afogando-se, o dr. António Joaquim Figueiredo e Silva, conimbricense, formado em medicina em Montpellier, e em filosofia na universidade da sua cidade natal.

A mesma seria agora a causa determinante?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Fosse, porém, qual fosse, o certo é que em Mónaco, enquadrado na graça dos jardins de Monte-Carlo, o parque que contorna o casino possui um sítio a propósito, cabalmente disposto e afeiçoado para os matutinos suicídios, dos jogadores arruinados.

Ao romper da alva, quando o galo canta e a estrela da manhã na altura resplandece — o que tudo é o mesmo — o empregado da limpeza do parque dirige-se, antes de mais nada, ao local idóneo, levanta o morto, introdu-lo na carrimónia que, à porta, o espera, despacha-o para o cemitério, sem sentimentalidades, sem delongas, e volve as pontas dos charutos.

Eis, eis verdadeiramente o ensejo exato de levantar mortos.

O atual ministro da fazenda ficaria encarregado de desempenhar o ofício aqui em Portugal, — mas, noutro, mais adequado sentido. E a valer.

Dantes, nas Sés, havia o empregado de *enxota-cães*.

Assinado com a batota cosmopolita o diploma protervo que em Lisboa, à hora presente, se combinava — o snr. Ressano Garcia seria o primeiro titular do emprego novo nos novos costumes.

Ele seria o primeiro *apanha-cadáveres*.

Ainda não foi desta.

Veremos se irá — à abertura do parlamento.

Do parlamento *sic*.

Para esta hora de bambochata, de responsabilidade coletiva, se reservou o snr. Marquet.

Para esse nos reservamos nós. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2351, 15 de outubro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Questão Financeira Resolvida

Não somos nós que a resolvemos, agora que o governo despediu, com inoportunos, mal colocados bons modos, o belga Marquet, que teve o atrevimento de pensar em fazer de Portugal uma casa de batota internacional.

Mas cumpria que alguém a liquidasse, pois que, à boca-pequena (que é a boca sincera) se propagam reparos e se comunicam remoques.

Diz-se que, não permitindo o jogo, perdeu o governo, cada ano, para cima de mil contos de reis, pois tanto era o montante da semana com que contribuíram os batoteiros para as despesas gerais do Estado.

É lamentável que tais imundas considerações hajam de ser tomadas provisoriamente a sério e tenham de ser discutidas gravemente, como se se tratasse de pensamentos críticos, alevantados e puros.

Mas assim, infelizmente, acontece, pois que, mercê de circunstâncias históricas várias, Portugal perdeu o senso-moral; padece hoje do que os médicos alienistas chamam a imbecilidade ética. Não possui a consciência da dignidade; e, visto como não sabe o que diz, não se peja da conduta a que a desorientação do seu pensamento fatalmente, por imprescindível rigor lógico, o arrasta.

Este fenómeno de desvergonhamento coletivo é curioso, interessantíssimo; mas em nada surpreende aqueles que têm educado seu espírito na positividade das ciências concretas e determinadas.

Sabe-se, com efeito, que, em todos os casos de processo regressivo, as conquistas mais recentemente alcançadas na evolução da

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

espécie são aquelas que primeiro se perdem, quando da derrogação individual. De maneira que o pudor, que é a mais tardia das aquisições de género humano, eis precisamente o sentimento que logo-logo desaparece, quando a alma enfermou. Nos manicómios é frequente o espetáculo do mais cínico desprendimento, exibido por internados de qualquer dos sexos, que se distinguiram, nos tempos de saúde cerebral, por escrupulosas meticulosidades de decoro, aliás.

Para as nações, acontece analogamente consoante para os indivíduos.

Por sem dúvida que Portugal é o *homem doente* do Ocidente, como a Turquia é o *homem doente* do Oriente.

E a doença de Portugal, como a doença da Turquia, reside primordial e principalmente nos grandes centros nervosos reguladores e propulsores. A cabeça, neste vasto organismo coletivo, anda à matroca; por isso, há, no conjunto, descoordenação de movimentos. Deste jeito, não admira que um ou outro se queixe de que se não aproveitasse a suposta vantagem de tributo anual da jogatina.

Não reflexionam mesmo nada os desvairados que d´ess´arte argumentam. Não atentam em que nações pequenas, fracas e pobres como Portugal, desde que tenham de entretecer litígios com países seus competidores, populosos, fortes e ricos, não podem sustentar-se em condições toleráveis de acatamento de seus direitos senão na medida em que os poderosos lhes não percam o respeito moral. Ora, Portugal tem mantido e há de continuar a manter contendas com nações tais como a Inglaterra, a Alemanha e a França — isso por motivo das suas colónias da África. Não é a tiros de peça que poderemos garantir a nossa justiça, de encontro aos ataques da rapacidade diplomática cosmopolita. Será pelo prestígio da nossa tradição no passado e pela honorabilidade da nossa conduta no presente. Mas, se Portugal der em ser um vocábulo pejorativo, um termo de desprezo, uma palavra obscena, como foi Baden-Baden e como Mónaco, — se esta suprema catástrofe ocorrer, com que cara se hão de apresentar os nossos representantes lá fora a encher prosopopeias acerca da dignidade de Portugal, ofendida pelos ultrajes da força prevalecente e injuriosa?!

Todo-o-mundo riria, se o príncipe Alberto, de Mónaco, surgisse com o topete de reclamar contra qualquer violência que incomodasse a autonomia da sua roleta. Sobre nós todos cuspiriam, então, caso Lisboa se transformasse num imenso tabuleiro, oferecido ao vício torna-viajem.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Portanto, o contrato do jogo, que moralmente é inqualificável, economicamente seria desastroso, ainda por cima. Mais com ele teríamos a perder, mesmo em dinheiro, do que se cuida que haveríamos de lucrar, afinal.

Contudo (objeta-se renitentemente) são mil a mil e duzentos contos anuais que se deitaram pela janela fora, e que mal sabemos agora onde ir buscar.

Realmente?!

Onde ir buscar, para os cofres do Estado, mil a mil e duzentos contos anuais?! Mas não há coisa mais fácil.

O Estado tem duas maneiras de fomentar os seus recursos efetivos. Ou aumentar a sua receita. Ou diminuir a sua despesa.

Não pode aumentar a sua receita porque o expediente do imposto se tope de vez eliminado?

Pois bem. Diminua a sua despesa. E prontamente encontrará não mil a mil e duzentos. Mas alguns milhares de contos, de sobresselente.

O título deste artigo é subtítulo de um livro publicado em 1868, no Porto, pelo cirurgião de brigada do exército, o dr. José Barbosa Leão. A obra intitula-se capitalmente *Análise do orçamento*; o autor foi jornalista do partido progressista; deputado do governo progressista; administrador no continente e governador no ultramar. Não há no Porto quem se tenha esquecido já do Barbosa Leão da *sonica*, homem de bem às direitas, velho Portugal, dantes-quebrar-que-torcer.

No seu volume, ele propõe um sistema de economia e reformas, por meio das quais anuncia que se extinguirá o *deficit*, sendo igualada a receita com a despesa, acrescentando que com pequeno sacrifício para todos, antes com notável melhoramento de muitos serviços e sem prejuízo de nenhum.

E — o que é mais — alheio a sombra sequer de batota legalizada!

Para os seus cálculos, baseia-se o autor nos dados que lhe fornecia o orçamento relativo ao ano económico de 1869 a 1870.

De então para cá, se as despesas têm aumentado, o que não têm crescido as receitas? As conjeturas, dirimidas das economias possíveis, excedem, pois, as mais temerárias presunções.

Em 1868, o dr. José Barbosa Leão, feita a análise de cada ministério, reunia as consequências financeiras no respetivo resumo. Aditando, depois, aqueles resumos parciais, ele chegava à conclusão de que se poderia obter, em resultado, uma economia real de reis 3 143 289 950.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Em 1868 — perto de 3200 contos de reis de economia, pelos diversos ministérios!

Que são, à face deste quadro mirabolante, os miseráveis mil contos anuais oferecidos pela batota, marca Marquet?

Nestes termos, porém, o gabinete tem a completar a sua obra. Não basta despedir o belga. Urge reformar o orçamento.

Aí está, para modelo, o plano do falecido Barbosa Leão, pessoa que não deve ver suspeita, porque foi sempre, lealmente, do partido.

Mas, se a sua autoridade mental não satisfaz, outro partidário lembramos, cujos méritos científicos se concorda em que não têm comparação com os do modesto cirurgião de brigada do exército.

Esse partidário expôs, outrossim, um projeto longamente deduzido para resolver a questão financeira. E, também, se não lembrou da batota.

Foi Oliveira Martins. Diremos qual era o seu plano. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2318, 19 de outubro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

«A Liquidação da Monarquia por Oliveira Martins»

Siga pitadeadamente. Na fórmula. Vem ao caso:

Faltaríamos a um dos mais sagrados deveres, etc.

Porque nos corre, com efeito, a obrigação de solver o compromisso contraído no último dos artigos que estampamos nesta folha.

Dissemos que ambicionar mil contos de reis anuais (à penúria do tesouro ofertados pela indecência belga) coisa era porca e pulha.

Porca, porque moralmente resultava inqualificável.

Pulha, porque, financeiramente falando, isso representaria uma verdadeira miséria.

Outras fontes inaproveitadas de receita ponderável existiam, para gáudio comum e ganho coletivo, sem que fosse preciso recorrer a esse triste expediente da batota cosmopolita.

Bastava que se olhasse, com olhos de ver, para o lastimoso sudário do orçamento do Estado. Logo, brotariam, como da fecundidade da leiva os tortulhos, logo avolumavam e cresciam os reparos prolíferos.

Assim, recordamos da arte consoante a qual Barbosa Leão, com a simples ajuda de um lápis e o concurso modesto de uma borracha, apurava no orçamento de há vinte e sete anos uma economia redonda de três mil contos. O que é treta de considerar: três mil contos. Não os escassos e refeces quinhentos da Bélgica tafulária.

Assim, anunciamos que, por esse tempo ingénuo do mais que muito cândido Barbosa Leão, outro homem de governo deitara seus

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

cálculos a e chegara a conclusões ainda melhormente incitadoras de que as do seu preclaro colega já referido.

Fora esse tal o outrossim finado Oliveira Martins; e suas elucidativas congeminações encontram-se a dentro das preciosas laudas dum opúsculo, que já hoje é raro e vale seus patacos quando aparece, por engano, à hora dúbia dos leitores fuscos.

O livreco arquiva um periódico; e este intitulava-se, *horresco referens*, «A República».

Dera-se a gazeta, em pretensioso subtítulo, como o *jornal da democracia portuguesa*. No cabeçalho do alto da primeira página, exibia a legenda simbólica: *Destruam et oedificato*. É da Bíblia; adotara-o Proudhon e deste a copiou o panfleto lisboeta.

O primeiro número de *A República* apareceu, na capital destes reinos e adjacentes ilhas, a 11 de maio de 1870. Toda a correspondência devia ser dirigida para o escritor da redação, calçada de S. Francisco, n.º 2. Esta democracia da calçada de S. Francisco não se facilitava, porém. Porque o número avulso da sua folha custava vinte reis. E *c'est pas peu dire*.

Era diretor do hebdomadário Antero de Quental. Ele escreveu o artigo de apresentação do papel. É nobre e alto. Palpita em suas frases a asa da quimera. A essa data, não havia república alguma na Europa, a não ser a da velha Suíça, que não contava, no isolamento da sua terra agreste e de seus filhos mercenários. Mas porque não iniciaria Portugal a republicanização da Europa?

«Enganar-nos-emos acreditando, declamava o contraditório Quental, enganar-nos-emos acreditando que há nos portugueses de hoje a virilidade antiga, o carácter e a hombridade de seus avós? *Mas que nobre e alta glória para o povo que fez o seu aparecimento na história abrindo à Europa o caminho de um novo mundo, concluir agora a sua missão apresentando às nações maravilhadas não já um novo continente, mas um novo mundo social, um mundo de justiça a República.*»

Oh! Gregos, haveis de ser sempre crianças! O poeta não acertava, porque procedia dum desatino; e era que nós abrirmos *para a Europa* um novo mundo; quando a verdade é que o procuráramos e encontráramos *mas só para nós*, bem egoisticamente. A doutrina do *mare clausum* constituía, em nosso prol, dogma tão exclusivo que poderosamente ele contribuiu para que a restante dogmática de Trento aqui fosse incontestadamente professada, ainda que com detrimento do orgulhoso regalismo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Por isso, não apresentamos, também, *às nações maravilhadas*, «um novo mundo social, um mundo de justiça». Apresentamos-lhe somente o 19 de maio, a saldanhada, o conde de Peniche e o snr. José Dias, que ainda está para lavar e durar. E vá, que andamos com sorte.

Entretanto, *il faut que jeunesse se passe*. A mocidade da Lisboa de 1870 passou redigindo *A República*, «jornal da democracia portuguesa».

Mas, enfim, o republicanismo, lá o diz, em sua rebuscada farsa, o snr. De Pailieron, o republicanismo é como o sarampo. Todos o têm e todos o deixam de ter. Tiveram-no na gazeta da calçada de S. Francisco o snr. Eça de Queiroz, que ali escreveu, da política interior, sob o critério da revolução republicana e hoje é cônsul da monarquia de Portugal em Paris; o snr. Jaime Batalha Reis, que também ali discorreu, sob o mesmo critério, da política exterior e hoje é cônsul da monarquia de Portugal em Londres; o snr. António Ennes, que largamente se explicou sobre a necessidade da imediata implantação da presidência republicana na Ajuda, então, em 1870, e hoje é embaixador da monarquia das Necessidades no Rio de Janeiro. *Mientras vuelvae*. Para ministro dos negócios estrangeiros.

Mas, por 1870, em folhetim, cantava ali a Liberdade o colaborador Manuel de Arriaga, com bonomia eloquente:

Oh! Luz que vens surgindo! Santa Aurora
De justiça e de amor, que, já nesta hora,
Inda vens na alvorada,
E és como Deus e o Sol, que alegram tudo!
A ti levanto as mãos, e eu de saúdo
Da sombra do meu nada,

Em compensação, no corpo do jornal Oliveira Martins levantava, de longe, as primeiras paralelas da sua ambição sem escrúpulos. Louvado Deus! Que alguém haja de ser prático neste mundo! Neste mundo de Cristo, aliás. *Pro forma*...

Compunha ele, Oliveira Martins, uma série de artigos, intitulados *A liquidação da monarquia*.

O primeiro rompe com este arreganho: «As monarquias estão falidas. O sistema constitucional que provou a sua absoluta impotência política, patenteou ao mesmo tempo a sua absoluta inaptidão financeira». Assim mesmo. Para provar sua independência, o publicista exaltado!

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Depois, passa a demonstrar o expendido asserto, com volver os olhos para o estado da dívida pública nas nações europeias à hora de aquela escritura e com, seguidamente, compará-lo adrede com o que era antes da revolução constitucional (1815), a fim de se convencer e de buscar convencer seus leitores da verdade íntegra das duas proposições exibidas.

Ocupando-se especialmente de Portugal, Oliveira Martins estabelece que são de três categorias as supressões a fazer no orçamento de despesas do Estado, das quais a primeira é por acabamento de instituições. Dentro desta primeira categoria, Oliveira Martins inclui, logo logo, na cabeça do rei, a lista civil e despesas acessórias. Aí encontra margem para uma economia de 634 contos. Nada menos 634 contos.

Justifica o seu propósito com estas palavras edificantes: «Suprime-se a lista civil, porque se suprime a monarquia como instituição mais do que inútil, prejudicial... O presidente dos Estados Unidos percebe de ordenado 20 contos, o da Suíça menos de 2, e o monarca custa-nos a nós 634 contos. Se outras considerações não houvesse, e mais elevadas, só em nome da boa administração a monarquia deveria ser abolida».

Então, em 1870, 634 contos de lucro anual, por esta única verba de economia, segundo Oliveira Martins. Aqui está, em 1897, e limpamente, bem mais do que os quinhentos contos com que nos buscava engodar o *croupier* Marquet.

Oliveira Martins, na verdade, tinha ideias luminosas e engenhosas. Somente, não possuía o que os franceses chamam o *esprit de suite*. Era isso. Devia ser isso. Faltava-lhe o *esprit de suite*.

Por isso acabou ministro e secretário de estado honorário dessa mesma monarquia que pretendera, em menino e moço, liquidar.

Mas, se lhe repudiamos o exemplo, não lhe enjeitamos a lição. Sempre são 634 contos de reis por ano, fazendo a conta só pelas conjeturas primaveris de 1870.

E que assim continuasse, mesmo e ser, 634 contos por ano! É barro?!

Nestas alturas então...

Sempre deixaríamos Lourenço Marques, por algum tempo mais, de pousio. Quem sabe? Talvez ainda pudéssemos fazer outro centenário de Camões. Hein?!

Pelo menos, ainda não seria inteiramente grotesco que basofiássemos da honra da pátria. Até, *pátria* poderíamos escrevê-la com copiosa abundância de rr, à laia dos franceses chauvinistas,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

rimando, com pompa, *gloire e victoire*. Jeito, na verdade, entusiasmante. Nem como quando de Rumecão, Coge-Cofar, Xerxes, Artaxerxes e outros cavalheiros notoriamente da antiguidade. Eis aí. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2324, 26 de outubro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Analfabetos

Decididamente, Portugal vai-se à vela, consoante a anedota pombalina refere, quando, nas palestras à lareira, se narra de como arrancaram o medalhão do marquês do monumento do Terreiro do Paço; de como o substituíram por um navio; de como o estadista, desgraciado e zombeteiro, comentou o desaforo.

Vai-se à vela, vai; e horrorosa coisa foi o que desta geração fossemos os condenados a ser atores e comparsas na tragédia lúgubre cujas peripécias excederão em horror tudo quanto as imaginações mais inflamadas possam conhecer e conjeturar.

O egoísmo de nossa quietação insurge-se contra este privilégio abominando, e debalde buscamos esquivar-nos à preferência com que o destino nos distinguiu.

Nossos pais, quando se lhes observava que pelo caminho que as coisas levavam tudo viria a acabar numa catástrofe tremenda, cinicamente respondiam que para o tempo deles sempre duraria a condenada loucura. Assim, quem viesse atrás que fechasse a porta.

O famoso Fontes, cuja repugnante parlapatice confundiu a ignorância pública, a qual se maravilhava, respeitosa, perante as malas-artes financeiras do desastroso personagem, o famoso Fontes ufanava-se do crédito de que era tão idiota que a sério sinceramente pensava gozar, ele mesmo, não só como representante de Portugal mas até, ainda, por sua própria pessoa. O seu título culminante de glória residia, para seus correligionários, na facilidade com que levantava, em Paris e em Londres, aos quarenta, aos cinquenta, aos sessenta mil contos, com intervalos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

máximos de três, quatro anos. Quanto aos encargos oriundos de semelhantes processos administrativos, pouco se lhe dava, fiado em que viveria o pouco bastante para não assistir à derrocada que seria fatal e irremediável.

Velho e incorrigível solteirão, de resto, não lhe quedavam cá filhos, cuja sorte o pungisse e cujo futuro o alanceasse. Assim, tudo era ganho. *Après moi, le deluge!*, já o proclamava outro dissipador do erário público; e mais esse era do sangue divino dos reis. Por isso, não havia que estranhar. Já não há agora também.

O dilúvio não tarda; vão abrir-se as cataratas do grande abismo. E, contudo, ninguém pensa em tal.

Acaba de dar-se um acontecimento de alcance extraordinário e suprema significação para nós, é o do estabelecimento da administração estrangeira na Grécia. A imprensa periódica publicou as bases do acordo convencionado entre as potências federadas. Semelhante exemplo constitui uma advertência formidável. Parece que chegara, indefetivelmente, a hora de, com a mais escrupulosa sisudez, atentar em nosso estado, a fim de, corrigindo-o, nos salvarmos, enquanto margem ainda reste.

Todavia, é assunto esse de que a maioria da gente se não ocupe, por aborrecida a dentro das mais frívolas futilidades, episódicas e anedóticas, do momento fugitivo que passa.

De modo que a torrente dos desvarios seguirá sem impedimentos seu curso medonho, até que a todos nos precipite no fundo do fundo, onde habita a treva interior e se ouve o ranger de dentes dos desesperos sem remissão.

Ora, se estivermos perdidos, estamo-lo porque nunca a grande massa da população lusitana mereceu das classes diretoras o cuidado de que a fossem afeiçoando na compreensão dos seus direitos e no simples entendimento de seus interesses.

Frequentemente se ouvem vozes de estranheza perante o desolador espetáculo da triste indiferença do povo português para com as mais flagrantes e intensas calamidades coletivas, cuja previsão é segura e cuja proximidade resulta quase incontestável.

Essa indiferença destaca com um relevo tão poderoso que ela seria ininteligível, se fosse consciente. Pois poderia haver povo tão estúpido que não soubesse buscar remédio a um mal evidente e gravíssimo ou, então, tão preguiçoso que se não quisesse dar à canseira de se mexer, ainda quando sabendo que lhe vinha a casa a desabar em cima?

Não poderia haver; imbecilidade assim ou indolência análoga excedem os limites racionais da presunção.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A causa do insoante fenómeno deve, pois, ser outra. E é. Ela reside na pavorosa ignorância do povo português.

O povo português é analfabeto. O povo português não sabe ler nem escrever. Por isso, o povo português desconhece e desconhecerá a angustiosa situação. E, até às últimas, deixar-se-á ficar, como se nada com ele fora. Nada com ele por enquanto é, na verdade. Pois que o analfabeto não pode prever. Ele só raciocina e delibera e procede no instante mesmo, preciso e exato, de acontecimento. Antes de que surja, como poderia adivinhar?

Sobre todos os demais, este é o grande crime do egoísmo dos governantes, ou, antes, a sua grande inépcia, visto como, perdendo-nos, se perderam a eles, também, não perdendo com isso, aliás, grande coisa.

Sem embargo, o quadro é de arrancar as lágrimas.

Apareceu, um destes dias, um opúsculo acuradamente redigido pelo snr. J. Simões Dias, professor do liceu de Lisboa. Constitui o primeiro volume da série de *Ensaios de crítica e história*; e intitula-se *A escola primária em Portugal*. A edição pertence à empresa da *Educação nacional*, que é folha especial, elaborada com escrupulosa competência.

A leitura do folheto do snr. Simões Dias importa uma revelação crítica. Sua lição nos explica antinomias que se afigurariam irredutíveis.

Sabe-se, em sintético resumo, sabe-se a moral degradação onde vegetamos.

O autor estriba-se em dois trabalhos, de carácter oficial, e, portanto, confessa que superiores a qualquer suspeita de facciosismo ou de má-fé.

Esses documentos são o relatório publicado pela direção geral de instrução pública em 1890, ao dar conta ao país do estado em que no ano anterior estava este ramo de serviço público, e a recente publicação feita pelo ministério das obras públicas acerca do censo da população do reino, verificada no dia 1 de dezembro do mesmo ano de 1890.

Desde então até hoje as condições gerais do país, assevera, justamente, o snr. Simões Dias que não tem sido modificadas tão profundamente, nos serviços da instrução primária que tais modificações possam influir nas consequências a tirar, ou anular os cômputos assentes nos documentos públicos.

Ora, à face dos elementos de informação recolhidos, destacam-se, diz, dois números que, na verdade, desde logo atraiam a atenção; a esmagam e fulminam, com efeito.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Esses dois números, apresentados em frente um do outro, «como duas espadas coruscantes», dizem simplesmente isto:

População do reino	5 049 729
Analfabetos	4 000 957

Estas espadas coruscantes, conforme aos nefandos algarismos chama poeticamente o snr. Simões Dias, a quem deveriam ferir, como castigo idóneo e merecidíssimo?

Fosse a quem fosse, o facto é que aqui é que está o motivo da nossa desgraça:

Portugal são quatro milhões de analfabetos. Quatro milhões de analfabetos. É isto, porventura, uma pátria?

Quatro milhões?! Só?

Muito mais, aliás porque há a descontar no escasso milhão de letrados (?) que resta os que só sabem ler mas já não sabem escrever e os que, figurando inscritos nas tabelas de aproveitamento como habilitados, na realidade mal conseguem sibilar.

Afora de esta massa inerte, existe então o semianalfabetismo, como seja esse da percentagem considerável, nas classes chamadas cultas, das pessoas que não sabem francês.

O poeta alemão Goethe dizia que quem sabia só a sua língua não a sabia, e que aprender uma língua nova era nascer outra vez. Dada a universalidade do francês, idioma onde se encontra traduzida a melhoria do pensamento cosmopolita, não saber francês equivale para o homem que sabe ler e escrever, a não saber ler nem escrever. É um analfabetismo do segundo grau. Ora, não já felizmente a maioria, mas ainda infelizmente muitíssima gente ilustrada em Portugal não sabe francês. Mesmo, certos dos que, por dever de profissão, o aprendem nas aulas secundárias, aprendem-no mal e esquecem-no depressa.

Nestes termos, compreende-se esta derrocada fabulosa. O inverosímil torna-se caso fácil, correntio e acessível.

Por isso, também, passou e passará despercebido o caso da Grécia. Até que chegue, decisivamente, o caso de Portugal.

Criticamente o analfabeto está como que adormecido. Mas ao rude golpe da administração estrangeira o sono de Portugal, por profundo, não logrará resistir. É encontrar esse que o há de acordar por força.

Ora, estremunhado, e ainda por cima aperreado, a cólera do pobre povo português deve ser, naturalmente, terrível.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ai, então, *deles*, que o perderam, e *de nós*, que o não soubemos salvar.

Com sua fúria, não escolherá...*

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2330, 2 de novembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Venda das Colónias e o Exército

Fala-se, com uma insistência deplorável, porque não provoca a indignada cólera que deveria promover, em que anda lá por fora o snr. Burnay negociando o trespasse de Lourenço Marques, como a condição preliminar duma regularização provisória das finanças portuguesas.

Nós não cremos, por enquanto, que esse supremo crime da alienação duma parcela qualquer do território nacional se leve a efeito, simples e naturalmente, sem dificuldades e sem uma imediata repercussão de protesto, fundamental e decisivo.

Ainda dois anos não vão passados depois que, para assegurar a soberania de Portugal na região africana, hoje ameaçada pelo cínico desprendimento dos artifícios de estadistas sem escrúpulos, se derramou copiosamente ali o sangue de nossos soldados, cujos triunfos a alma coletiva aclamou num ímpeto raro de sincero entusiasmo.

Vender essa zona de Lourenço Marques é vender o próprio sangue de portugueses, fermento sublime em que, de fresco ainda, semelhante terra se encontra ensopada.

Para que tal protérvia se consumasse seria preciso que previamente se demonstrasse que o exército português era o único dos exércitos europeus sem o brio das suas tradições, incapaz de prezar o seu nome e indigno de arvorar, a meio dos seus regimentos, a bandeira sagrada da pátria.

O exército português é incapaz, acreditámo-lo, de se prestar a tão grande e terrível ignomínia, mesmo quando não fosse por um motivo de ordem moral por uma razão de significado mental e crítico.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na verdade, se o exército português não servisse para garantir a integridade da pátria, para que serviria então? A sua inutilidade tornar-se-ia manifesta; ele constituiria uma parasitária superfetação na vida social portuguesa. Deveria ser eliminado, como estéril; e proscrito, como indecente e má figura.

Dir-se-ia que estas são presunções sem fundamento, pois que, estando o exército armado e desarmada a nação, a nação não poderia, ainda que o quisesse, despedir o exército, que se lhe oporia, à mão que já se sabe armada.

Nós não queremos discutir, pelo momento, o que teria de hediondo esta situação moral do conflito entre uma classe especial da nação e o conjunto da mesma nação, a primeira arrancando pela força ao segundo os víveres que este aquela recusava.

Porque o que Portugal não poderia, talvez fazer, ao exército português, far-lho-á o estrangeiro. Na verdade, a venda de Lourenço Marques não passa dum episódio na sequência trágica da catástrofe. A monarquia não tem dinheiro nem crédito; e carece de recursos para acudir de pronto às suas necessidades instantes.

Solicita empréstimos lá fora, nas praças bancárias que em tempo eram pródigas de auxílios para a voracidade desse monstruoso período de desvarios inacreditáveis do falecido D. Luís e de sua digna esposa, o bem conhecido e famoso anjo da caridade que nos está por milhões de milhões.

Mas sucede que lá fora lhe não emprestam um ceitil, antes lhe exigem garantias especiais para os compromissos já existentes. Mais, reclamam a melhoria da situação dos credores, criados pelos empréstimos precedentes e vitimados no arreganho súbito da situação Dias Ferreira.

Por isso, dispõe-se a monarquia ao impudente e escandaloso sacrifício da venda de Lourenço Marques visto como a administração estrangeira, que se aproxima contínua e implacavelmente, lhe seja insuportável pesadelo para a embolia da sua independência e para a fácil prodigalidade do seu orgulho, simultaneamente abominável e ridículo.

Assim, prefere vender desde já. Enquanto o pau vai e vem folgam as costas, pensa ela na sua incorrigível estupidez. Vender Lourenço Marques — são dois ou três anos ganhos para a bambocha.

Serão, se o exército português deixar. Mas se deixar, o que será também dele ao fim desses dois ou três anos de bambocha para que deu a venda de Lourenço Marques?

O exército português, consentindo sem protesto na venda de Lourenço Marques, desonrar-se-á; passará a ser uma corporação,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

desprezível pela sua cobardia, e odiosa pelo seu egoísmo. A Europa perder-lhe-ia o respeito, riria dele; mais, teria nojo dele.

Portanto, gasto nas dissipações da corte o produto da venda de Lourenço Marques, o que é que aconteceria?

Aconteceria que então a Europa, farta de aturar a nossa abjeção e desesperada de confiar na nossa regeneração, nos poria, sem restrições e sem subterfúgio, uma tutela garantidora. A administração estrangeira instalaria os seus escritores em Lisboa, conforme os acaba de estabelecer em Atenas.

Ora, para pagar integralmente ao credor estrangeiro o seu juro, hoje diminuído, é preciso que a receita do Estado aumente e ela só pode aumentar pela diminuição na verba da despesa. O orçamento da nação virá a ser remodelado, consequentemente, pela administração estrangeira.

É urgente que dalguém sai para ir para o prestamista, detentor dos títulos dos empréstimos contraídos lá fora pelo grande Fontes e outros grandes do mesmo jaez e idêntico quilate.

Alguém português há de pagar para o estrangeiro, porque o dinheiro não nasce e a árvore das patacas secou. Quem é esse alguém? É, primacialmente, o exército. O exército português é que há de pagar a conta da monarquia portuguesa.

Ou cuida o exército português que a administração estrangeira o há de ter, regaladinho, tendo e mantendo, gordo e nédio, farto e jubiloso, pelo prazer de lhe ouvir tocar as charangas, às quintas e domingos, nos passeios das criadas, à hora da missa rica?

Não! A administração estrangeira fará o que acaba de fazer na Grécia; despedirá o exército. Ao princípio, tal e tal corpo; tal e tal brigada; tal e tal Escola militar. Depois, enfraquecida a eventualidade de resistência, tudo.

Licenciará os soldados que espontaneamente queiram sair da fileira. No nosso país, com o característico horror da população rural pela vida militar, debanda a soldadesca toda. Ficarão os oficiais, desarmados, porque oficiais sem soldados o que é que são neste mundo?

Então, mandará a administração estrangeira embora os snrs. Oficiais. Estes, de duas uma: ou obedecem e morrem de fome ou resistem e morrem de guerra.

Resistem. Congregam-se. Conspiram. Saem para a rua. Atiram pela janela fora os administradores estrangeiros.

Foi a revolta dos coronéis no Egito. Foi o caso de Arabi-Pachá.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Então, os governos intervêm. As esquadras aproximam-se. Alexandria, bombardeada, arde pelos quatro cantos.

Lisboa arderá analogamente.

Vai ser bonito.

Que horror! *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2336, 9 de novembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Administração Estrangeira

No nosso último artigo parecem-nos ter mostrado por uma forma clara e flagrante que das classes sociais portuguesas a que, principalmente, tem a sofrer os descaroáveis golpes vibrados pela administração estrangeira é o exército.

Mas não é o exército unicamente quem há de pagar as consequências do desvairamento governativo de que vem sendo vítima Portugal neste desperdiçado meio século de constitucionalismo político, ao mesmo tempo pretensioso e obtuso.

Outras classes ainda experimentarão mais proximamente os efeitos da administração estrangeira, no que eles tenham de imediatamente decisivo.

Vê-se desde logo que a burocracia civil será a companheira da desgraça do exército. Os amanuenses haverão de considerar-se e consolar-se no espelho do infortúnio dos majores.

A administração estrangeira começará, com efeito por despedir a imensa clientela dos adidos e fá-lo-á sem restrições e sem laivos de compaixão pela miséria súbita de centros de famílias. Assim, não procederá paulatinamente, com contemporizações, adiamentos e condescendências. Andará de chofre, como quem não teme, por se sentir com as costas quentes do apoio incondicional, diplomático ou, sendo preciso, militar, dos seus respetivos governos.

Uma vez essa turba-multa infinita de adidos postos no olho da rua, caminhar-se-á então afoitamente, de tesoura erguida, para o quadro dos empregados efetivos. Dispensar-se-ão todos os que não forem absolutamente imprescindíveis e a esses reduzir-lhes-á

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

o salário às proporções estritamente necessárias à sua alimentação e vestuário condizente.

Se se queixarem e fizerem motim pelas calçadas ou simples e modestamente se se limitarem a protestos escritos e a reclamações em memoriais de requerimento, ainda assim uma implacável demissão os castigará de sua pretensiosa filáucia. É possível que a administração estrangeira promova ela mesmo (por intermédio dos seus agentes provocadores) um movimento de resistência da parte da burocracia portuguesa, lesada em seus legítimos interesses e ofendida em seus direitos adquiridos. Convir-lhe-á que os empregados lusitanos forneçam um pretexto para serem decentemente distribuídos, guardando-se o decoro das aparências. Eles serão substituídos, então, por nacionais estrangeiros, os quais virão para aqui ocupar os lugares deixados vagos pelos portugueses despedidos. Não se pense que andamos para aqui a fantasiar, inventando situações de romance, a fim de determinar lances de efeito, em prol da nossa propaganda.

O que estamos presumindo para Portugal sucedeu já no Egito, quando foi do *controle* misto das diversas potências, antes de a população, civil e militar, se insurgir, mas tarde e a más horas, por não poder sofrer mais. Os empregados egípcios iam sendo despedidos, sob pretextos diversos, e à sorrelfa os vinham substituindo ingleses, franceses e italianos, sem conta, peso nem medida. Em tempos, nós mesmo publicamos a nota desses empregados estrangeiros, introduzidos em detrimento dos nacionais no Egito. Lamentamos não a encontrar agora à mão, para hoje a reproduzirmos.

Mas o que se não faz no dia de Santa Maria faz-se em outro dia. Fica para diversa ocasião; e, infelizmente, elas não falam nesta tristíssima história do naufrágio dum país inteiro que se deixa ir para o fundo, sem um ímpeto sequer de reação para se salvar ainda enquanto resta um último e escasso lapso de tempo.

Volvendo ao ponto especial sobre que vínhamos discorrendo, diremos que nos não é preciso insistir nele. Sua perfeita verdade está integralmente no espírito dos próprios interessados.

Ainda há pouco, quando se falou no trespasse dos caminhos-de-ferro do Minho e Douro a uma companhia estrangeira, os estipendiados das duas linhas ameaçadas convocaram reuniões de classe para impetrar dos poderes públicos que, no contrato de alienação, se exarasse a garantia dos direitos dos empregados portugueses.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Fizeram muito bem: e toda a justiça lhes assistia, é claro. Somente, é claro também que, uma vez entrando no país a administração estrangeira aplicada geralmente a todos os departamentos do Estado, o governo português, ainda que vivamente o quisesse, não terá força alguma para garantir com eficácia os direitos de quem quer que seja. A sua situação subalterna é por tal maneira humilhante que ele não gozará da menor autoridade moral para reagir contra os desaforos e as iniquidades que aos senhores exóticos muito bem lhes der na gana e apetecer.

Se, pois, o exército português tem de sofrer, antes de todas as demais ordens sociais lusitanas, com a administração estrangeira, a classe dos empregados públicos seguir-se-á imediatamente na escala das desconsiderações, desfalques e prejuízos a receber.

Mas à nação toda será infligido outrossim um duro castigo, pela sua tolerância voluntária e pela sua involuntária pusilanimidade em ter deixado chegar as coisas até este belo gosto em que lindamente se encontram.

A nação sofrerá por duas maneiras. Sofrerá diretamente e indiretamente. Diretamente sofrerá, porque o estrangeiro, tendo o alto mando sobre o orçamento, a pauta, a administração e o governo, não tolerará iniciativa que economicamente nos habilitasse, já à não competência com ele, mas nem sequer à emancipação dele. Sofrerá indiretamente, porque a administração que substituirá a portuguesa bazofiará em vexar e menosprezar os nacionais de Portugal. Na administração estrangeira há de prevalecer a influência da França, que é hoje o nosso maior credor. Ora, todos sabem que a França é a nação centralista por excelência. A sua administração é a administração miúda, impertinente, da papelada e das fórmulas. Os próprios franceses reconhecem esse defeito intrínseco da sua administração. Dão-lhe até um especial qualificativo idóneo. Chamam-lhe *tracassière*.

Ora, Portugal, por contraste, é exatamente a terra da bonomia, da pachorra, da empenhoca, dos pequenos serviços e das amabilidades constantes, entre gente que toda se conhece e onde todos são, uns dos outros, mais ou menos, primos.

Esta santa pândega vai acabar. Vai começar, ao contrário, a época rígida dos regulamentos exatos e das impertinências permanentes de gente que, com toda a razão aliás, se julga mais civilizada do que nós. Os nossos hábitos de indolência e de contínua infração da lei, na famosa brandura dos nossos costumes, hão de gemer que nem diabo, afligir-se consideravelmente.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Quaisquer vantagens positivas que a nossa educação retire deste regímen disciplinar futuro não são compensadas pelo desdoiro da tutela a que somos submetidos.

Isto de Portugal ser declarado interdito, por pródigo, e pôr-se-lhe um tutor — é coisa que indigna e exaspera. Parece que se deveria fugir a essa vergonha e impedir semelhante desastre. É o supremo.

Mas ninguém cura de tal. Supõe-se que não virá nunca a administração estrangeira para Lisboa, apesar do exemplo, atualmente de dias, oferecido pela Grécia.

É que há um pensamento reservado. Quando, de todo em todo, a situação se não poder aguentar mais, vende-se Lourenço Marques e, com o montante da venda, acomodam-se os credores por algum tempo. Depois, será o que Deus quiser. Já viram?! Não. É demais.

Mas, ainda assim, exaremos o absurdo; e que um filete de luz crítica alumie a infâmia.

Quer dizer: examine-se a exequibilidade da ideia da venda de Lourenço Marques.

É ele possível? *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2845, 19 de novembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Adormentar a opinião com o ópio de otimista cantatas, na presença formidável dessa vergonha indirigível, mesmo aos estômagos mais rudemente provados na trituração de todas as ignomínias, — é tarefa que nos revolta, como cínica na sua ênfase hipócrita de um patriotismo declamatório e convencional. Nós seguimos outro caminho; a este povo enervado, que tanto amamos que o odiamos, pela sua estupidez satisfeita, pela sua covardia fanfarrona, — havemos de gritar, doravante, com a veemência do desespero da última hora, com a fúria de quem se sente quase de todo perdido: — Não é Catilina que bate às portas de Roma, consoante a pompa de uma retórica alvar acostuma a entreter o vício oratório, a balofa parlapatice, repastando-se do ensino clássico de heroicas tradições. São os *comités* estrangeiros, franceses, ingleses, holandeses, alemães que não tardam a entrar por esse país dentro, a impor-nos a regra e a ditar-nos a lei. Alevanta-te do teu pustuloso letargo, Lázaro! Delibera, procede, enquanto salvar ainda te possas, desgraçado!

Repara que conspiram contra a independência real da pátria e que são cúmplices da monstruosa traição aqueles teus falsos amigos que, com palavras fementidas, fomentam a tua consuetudinária inércia e, para que prossigas dormindo, te embalam com o enlevo quimérico de que perigo algum existe e de que tudo, se não desliza em marés de rosas, pelo menos não tumulta no cachopo de estrepitosas borrascas.

Não acredites naqueles que te dizem que, prevenindo-te contra as desgraças de amanhã, nós outros, os republicanos, estamos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

fazendo política facciosa, pois que política e não facciosa mas facciosíssima e criminosíssima a fazem eles iludindo-te e lisonjeando a tua preguiça indolente e mansa, a fim de que de chofre sejas apanhado pelo golpe cruel e então se te dirá que irremissível. Então esses insignes covardes, de todos os *ultimatuns* aceites, de todas as apostasias impudentemente confessas e declaradamente professadas, hão de mais uma vez dar-te o torpe conselho em que são exímios.

Dirão. — Que remédio?! *Nós* somos francos, poucos, desarmados. O tesouro está vazio e as fortalezas povoam-nas os ratos. Que somos nós?! A vérmina da ignomínia. A ralé da canalha. As fezes do veneno. A lepra das cloacas. Que somos nós?! Capitulemos; capitulemos. Pois nesta bandeira, das quinas chamada, para que mais escarros? Ainda cabem; largas bandas tem a seda desse trapo, desse trapo, desse trapo. Vivamos. Comamos. Nós nunca seremos capazes de saber morrer. Assim, abramos-lhes as portas. Prestes, prestes. Já no Tejo, donde partiu Vasco da Gama, onde havia de chegar da ilha encantada, sob a branca chuva das bênçãos do céu, onde havia de chegar o herói reivindicador; já no Tejo aria o hélice dos couraçados a serviço da administração estrangeira; e os canhões escancaram a goela que vai vomitar a metralha que despedaça e afunda. Lisboa será Alexandria. Misericórdia! Misericórdia! Aceitemos tudo! Submetamo-nos a tudo! Vegetemos...

Esta infame linguagem ouvimo-la, após o místico Barros Gomes boçalmente se haver diluído de pavor perante a tola *chantage* de Salisbury, ameaçando-nos com essa tremenda coisa que era sair o embaixador inglês de Lisboa para Vigo, a bordo da *Enchanteress*. Como se o rubicundo cervejeiro não houvesse de voltar e como se o rompimento de relações diplomáticas com uma potência adversa implicasse pronta declaração de guerra. O descompassadíssimo idiota!

Conhecemo-la essa fraseologia indecorosa, que passa por duas fases sucessivas. Na primeira, põe-se em dúvida a possibilidade da catástrofe que outrem prevê. Increpam-se como maus patriotas, os que a anunciam. Eles são acusados de desacreditar o país no conceito do estrangeiro, como se os governos, que ao estrangeiro pedem dinheiro emprestado e depois lhe não pagam, precisassem ainda de quem os ajudasse a desacreditar mais o país que oficialmente representam...

Na segunda, adota-se a teoria chamada dos factos consumados, com que esse canalha modelar Luís Bonaparte, por alcunha

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Napoleão III, embala seus povos, aceitando, contente e satisfeito, quaisquer humilhações e todas as derrotas.

Apela-se para o ensino dos provérbios conhecidos. Diz-se que o que tem de ser tem muita força e que nós não podemos vencer, esquecendo-se adrede que sempre poderíamos morrer.

Entretanto, bajulam-se as classes supostas dominantes; o exército em primeiro lugar, naturalmente.

Afirma-se que o exército português jamais se sujeitará ao incomparável desdoiro da administração estrangeira.

Assim o cremos, por honra do exército, em bem de Portugal, consoante a dignidade de todos e de cada um dos homens que nasceram, choraram, medraram, agonizaram sobre esta terra maldita.

Assim o cremos; assim o levamos, por vezes, assegurado aqui aos poucos, puros, que nos leem; assim nos havemos reconfortado, no tremendo crepúsculo do desalento interior; assim nos temos consolado, rindo, com os olhos por dentro e para dentro imersos em lágrimas; assim mastigamos a nossa dor, com um frenesi insensato, desorbitado e tranquilo.

Mas essa confiança — que em nós é a esperança suprema — em vós é a última das mentiras. Calai-vos, que essa paródia é o vitupério definitivo. E o sarcasmo de caricatura semelhante, (para os Rivarol, para os Champceneiz, para os espirituosos canalhas que redigiam ao *Atos dos apóstolos*), no ciclo orgânico da Revolução, quando ainda a fé borbulhava, só, a conceito dos filantropos, sinceros aliás, da época, só condignamente o poderia punir a guilhotina.

Em Portugal alguns dos culpados já lembramos o *candieiro*. Se a tivessem, seria caso de dizer que era a voz da consciência. Mas, diante dos que a si próprios se julgam enforcados, deve ser como em casa de enforcado: de forca se não deve falar.

Mas, no fim, repugna: esta palinodia ao exército, ao qual a monarquia de Bragança vestiu já a farda inglesa, depois de lhe mandar, fugindo para o Brasil, obedecer estritamente ao francês Junot, que se adiantava com alguns milhares de rotos e esfomeados.

E, quando o exército português, pela direção do seu oficial-general Gomes Freire de Andrade, tentou reagir contra a ignomínia da sua subalterna situação, no próprio país como em nação conquistada, sabe-se os prémios que os monárquicos do tempo reservaram para os portugueses que conspiravam a expulsar para fora do território nacional o estrangeiro intrometido e insolente.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Um Andrade Corvo denunciou o patriota Gomes Freire; e este acabou seus dias na ponta de uma corda, sobre a esplanada duma cidadela à laia de um ladrão como os modernos que depositam inscrições nos bancos de Londres ou como um assassino, a jeito dos contemporâneos que depositam cadáveres nas estradas da Índia.

Passados anos (de 1817 a 1820 é como do 31 de janeiro de 1891 a...) em 24 de agosto do ano sagrado, aqui no Porto, no campo de Santo Ovídio, os regimentos saíam dos seus quartéis, a artilharia formava em quadrado, um altar erguia-se.

Esses, de 1820, acreditaram na realidade da administração estrangeira. E acreditavam, porque a quase totalidade da oficialidade das divisões portuguesas era inglesa e porque o marechal general comandante dos exércitos da Lusitânia, se chamava William Carr Beresford.

Na administração estrangeira acreditava então Manuel Fernandes Tomás.

Mas na administração estrangeira não acredita hoje: quem? O vibrião que revoluteia na vaza é, legitimamente, anónimo.

Legitimamente, não tem nome. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2854, 30 de novembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Numa linguagem de romantismo de estrebaria, falando dos portugueses que lhe não apreciavam, como ele o julgava e queria, os primeiros outorgados na sua Carta Constitucional, antes teimavam em ser servos de gleba de seu mano usurpador; — o famoso Rei-Soldado, D. Pedro IV de sua estirpe, costumava dizer: «Arre, canalhas, que os hei de fazer livres ainda que não seja senão à força de chicote».

O publicista democrático encontra-se hoje um pouco na cómica e melancólica situação do príncipe filosofante que maravilhou os lunáticos do começo do século. Pretende ele chamar à consciência da dignidade cívica uma população degredada, inculta e obscena, que se compraz na ignomínia de todas as aquiescências e faz gala dum cinismo besta, o qual toma à conta de finorice, desprendida e independente.

Ainda, há dias, um colaborador da presente folha, observador e experimentador nestes domínios de demopsicologia, provado por um exercício profissional de perto de trinta anos, o snr. Silva Pinto, assegurava, nestas colunas, que estava demonstrado, por infinidade de casos analisados e discutidos no convívio íntimo de jornalistas, que uma ideia, por mais simples, intuitiva e clara, necessitava de ser professada, reclamada e proclamada em Portugal sete vezes antes de se tornar acessível e compreensível ao público lusitano, o qual, aliás, porventura se tenha naturalmente no conceito do primeiro entre os primeiros dos públicos ilustrados dessa Europa em fora.

Quando lemos a desconsoladora observação do nosso camarada, veio-nos confortar, no lógico desânimo, a lembrança daquela

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

poesia sintética que Vítor Hugo arquivou na rude coleção dos seus *Castigos*.

Em sua alegoria, toma basilarmente a lenda do milagre de Jericó. Por sete vezes, em torno das suas formidandas muralhas, desalentado também, mas também obstinado, Josué manda retinir os clarins; e, de dentro dessa cidadela do Erro, gargalham os infames. Mas ainda a última volta não era completa quando em terra davam as paredes dos inexpugnáveis bastiões. Desta simbólica bíblica, o vate vingador incute a coragem e a confiança nos seus companheiros de armas cujos braços pendem. Clama-lhes:

Somez, somez toujours, clairons de la pensée!

Esta insistência impertinente e incómoda, quer para os satisfeitos quer ainda para os inconscientes, conquista para aqueles que simplesmente cumprem o seu dever o apodo que deriva do conceito da enfermidade de suas faculdades. Suspeitam-no vagamente *toque*. Supõe-lhe uma ideia fixa. A meia voz, nas palestras, dizem: «coitado».

Tanto é exato, flagrante, profunda, aquela palavra anónima de quem quer que foi que disse que os povos só se resignam à verdade depois de terem esgotado todas as forças do erro. Os mais soezes subterfúgios desvairam-nos e deslumbram-nos; e irritam-se contra o propagandista na medida porque a verdade, mais e mais, se torne decisiva e irrefragável.

Foi atendendo a esta singular incongruência do espírito público que o filósofo humanitário Edgar Quinet definiu o papel do escritor democrático, dizendo que ele tinha por função demonstrar cem vezes sem sucesso a evidência evidente ao primeiro relance.

Contudo, os expedientes da rotina social e da preguiça cerebral são inúmeros.

Assim, com respeito a esta vergonhosa e odiosa questão da eventual (parece que próxima) administração estrangeira, afigura-se-nos sintomas típicos dos tempos e apreciação genérica, que, de semelhante presumível facto, se encontrava, há dias, nas páginas do órgão do partido socialista em Portugal. Sua doutrina tratou de a refutar em um artigo especial o nosso prezado colega lisbonense do *País*, ainda não uma semana volvida.

Seja-nos permitido considerar o caso numa intuição mais complexa.

O parecer da indiferença aconselhada pelos socialistas lisboetas ao operariado português em face da repugnante humilhação que

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a todos os portugueses, sem distinção de classe social, inflige a administração estrangeira, integra-se, nesse parecer antipático, no feitio peculiarmente manufatureiro que tomou o socialismo contemporâneo após a propaganda na Alemanha realizada pelo semita Lassalle. Perdeu então o socialismo o carácter generoso e amplo duma reivindicação de justiça emanada das entranhas profundas de todo o proletariado, consoante o fora no período heroico da revolução romântica iniciada pela França em 1848.

Passou a ser restritamente uma revindicta de operários de fábricas urbanas; acanhou-se, limitou-se, boruou-se egoísta, corporativo, disciplinar; conforme na mesma Alemanha o viu, desde os primeiros dias da campanha de Lassalle, o mesmo socialista alemão, dr. Luís Büchner, mais notório pelo seu materialismo metafísico.

Reduzindo-se, não ganhou em resultados efetivos e práticos, obtidos, por isso. Pouco ou nada lucrou com repudiar (como no célebre artigo da *Internacional* rejeitando de seus quadros quem quer que não tivesse uma profissão manual) o proletariado que não fosse originariamente de fábrica. Este existe; e a miséria de blusa foi ingrata para a *misére en habit noir*, qual a qualificava o escavador Balzac, àquela penúria idealista que precisamente, pelo que toca a essa rude e insoante da blusa, lhe dá representação na literatura e lhe empresta voz e nome na ciência e na política.

O proletariado fabril conservou-se, apesar de tudo, proximamente nas mesmas condições sociais.

Ele, hoje, em Portugal, vem dizer-nos por intermédio da folha de Lisboa, que nada tem que ver com a introdução ou não introdução da administração estrangeira neste país. Exclama, com certo aprumo a que os nossos antigos, quiçá, chamariam desplante:

— Que nos importa a nós que no terreiro do Paço o ministro do reino, em vez de se chamar José Luciano de Castro, seja um *monsieur* «de tal» ou um *vou* «qualquer coisa?» Nem por isso o salário dos operários se alterará.

Ora, perdão. Eis aí, precisamente.

Com a administração estrangeira não somente o salário dos operários poderá alterar-se como até, o que parece mais racional, acabar de todo.

A indústria portuguesa é uma invenção da pauta.

O interesse do estrangeiro, desde que tenha o predomínio sobre o orçamento português, reside em lhe fazer aumentar a receita aduaneira. Neste propósito, se conciliam os seus interesses de prestamista em Portugal com os seus interesses de industrial fora

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de Portugal. A doutrina do livre-câmbio é, pois, pela lógica natural das coisas, a sua doutrina, não só favorita como exclusiva.

Uma vez, portanto, instalada a administração estrangeira em Portugal, ela remodelará, direta ou indiretamente, as pautas, prejudicando todo o sentido protecionista que lhe deu Oliveira Martins — que é por efeito de quem esta sebentice constitucional tem vindo arrastando-se até agora.

Consequentemente, os senhores operários fabris de Lisboa e Porto, da Covilhã e de Portalegre encontrarão, quando menos o pensarem, as portas das suas fábricas nacionais fechadas. Naturalmente, virão para a rua fazer motins, e naturalmente, serão na rua espadeirados. No que não receberão senão o justo pago de seu infeto egoísmo e da sua homóloga cobardia de hoje. Suas fábricas portuguesas se fecharão porque isso convenha às fábricas competidoras de Lyon, de Manchester, de Liverpool, da Bélgica, da Holanda.

Aqui está porque é que nós, republicanos, quando dizemos ao povo português que não aceite, em maneira alguma, a administração estrangeira, não estamos a litigar *pro domo nostra.*

Politicamente afastados do estado constituído, dele que é que recebemos? Perseguições, processos, meses de cadeia.

Como trabalhadores, a nossa independência de jornalistas é completa. Um caderno de almaço, um dedal de tinta, uma caneta de vintém — e eis-nos, como Pedro — o Eremita, na estrada poeirenta que leva enfim ao ideal.

Assim, pois, homens de pena e homens de convicção, reproduzimos e reproduziremos a frase, modernizada, do príncipe quixotesco: «arre, canalhas, que os havemos de fazer cidadãos dignos, ainda que não seja senão à força de invetivas, insolências e insultos».

Arre, canalhas! *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2860, 7 de dezembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Pode a maioria da imprensa monárquica preocupando-se com simples incidentes de intriga política, fazer propositado silêncio sobre os perigos da situação financeira. A imprensa republicana saberá cumprir com o seu dever, liquidando responsabilidades, denunciando, sem descanso, a gravidade do problema nacional. E, estamos certos, tanto havemos de insistir no patriótico propósito que, por fim, se levantará uma corrente de opinião bastante para esmagar toda e qualquer tentativa imaginada por banqueiros e políticos sem escrúpulos. Havemos de prosseguir, custe o que custar, sem um momento de desânimo. Não nos hão de distrair pequenos casos da vida portuguesa, tristes ou alegres, nem poderão demover-nos ameaças de qualquer ordem.

A cabala de um regímen, tentando, por todas as formas, iludir, até o esmagar, em favor de inconfessáveis interesses, o povo português, há de ser desfeita. E, se esse povo, indiferente por ignorância ou aviltamento moral, não nos ouvir à primeira ou à décima vez, um dia chegará em que terá, fatalmente, de convencer-se da justiça das nossas palavras.

E, esse dia, pressentimo-lo, não vem longe.

A solução da questão financeira, quer dizer — a solução do problema nacional, está iminente. Banqueiros e políticos tratam de a precipitar.

Em Paris, Berlim e Londres, empregam-se, para isso, esforços que coincidem com os do governo, para se chegar a esta solução: obter algum dinheiro para a monarquia, dar aos credores o direito de intervirem na administração dos negócios portugueses.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Uma folha insuspeita, o *Diário de Notícias*, deu a público esta informação:

> «Diz-se que os credores da dívida externa aceitam a proposta para a conversão, garantindo-se-lhes 1 por cento, que naturalmente recebem com consignação do rendimento das alfândegas e com o controle eventual para a hipótese de Portugal não cumprir o novo convénio.
>
> Também se diz que os referidos credores pretendem ainda uma compensação da desistência na partilha do excesso de rendimento das alfândegas, além de 11 100 contos, sendo esta — segundo se acrescentava uma das principais dificuldades da negociação.»

Não resta uma dúvida!

O governo não obtém um empréstimo sem a conversão e os credores não querem esta sem que lhes sejam hipotecados rendimentos nacionais, e sem que fique estabelecido o princípio do *controle*, isto é, sem que lhes seja reconhecido o direito de intervirem, administrando, como sucede à Grécia e ao Egito, os negócios da nação portuguesa.

À monarquia desacreditada, faltando a todos os contratos, ninguém lhe confia cinco reis. Ninguém acredita nas suas promessas de regeneração e por isso se previne a hipótese do *controle*, já com a certeza de que os compromissos tomados não serão cumpridos.

E porque ?

Porque, em 1891, tendo-se contraído o empréstimo dos tabacos, o dinheiro desapareceu como fumo e as condições económicas e financeiras agravaram-se até ao ponto de em 1892, ser declarada a primeira bancarrota.

Porque, depois disso, longe de entrar num caminho de administração severa e económica rigorosa, procedendo lealmente, para equilibrar as despesas, a monarquia passou a gastar mais do que nunca, escandalosamente, em satisfação de caprichos, de interesses ilícitos, não atendendo ao futuro, mas comprometendo, desalmadamente, o êxito de qualquer tentativa de reabilitação nacional.

Não quis o povo atender ao perigo tantas vezes denunciado, não quiseram tratar de evitá-lo as classes dirigentes, oficiais e não oficiais, não se importou ninguém, cuidando de satisfazer, por qualquer forma, interesses de momento, com o que poderia sobrevir.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O estrangeiro, porém, não deixou de olhar, cada vez com mais interesse, para Portugal. E, agora, mais exigente do que nunca, prepara a sua tentativa de intervenção.

A inépcia — e porque não dizê-lo? — o cinismo dos governantes, acaudilhados por uma legião de exploradores sem carácter que são a última expressão do canalhismo político, auxilia, poderosamente, os projetos da judiaria de Paris, de Londres e Berlim.

Dir-se-ia que o plano concebido lá fora, tem os mais dedicados executores nos homens da monarquia.

Tudo o faz suspeitar.

E que dúvida? Aqueles que cedendo, covardemente, a imposições, e assinando tratados desonrosos que nos levam as colónias, não podem ser mais uma vez traidores para, amanhã, deixarem que, no Terreiro do Paço, ditem as leis os senhores delegados dos credores?

O regímen que, para esmagar as aspirações do povo, se socorreu já das armas estrangeiras, pode ter escrúpulos, desde que o sustentem, em permitir que Portugal se transforme num khedivato?

Onde está na dinastia de Bragança, um homem de quem possa dizer-se que não serviu os interesses de estranhos em prejuízo de Portugal?

Onde está, na política portuguesa, um partido constitucional que não tenha capitulado vergonhosamente?

Que respondam aqueles que mais se jactam de desinteressados e convictos monárquicos.

Só o povo, só ele! Pode ainda tentar a sua reabilitação. Só o povo, tendo a seu lado homens que joguem os seus interesses e a sua vida, numa luta decisiva, pode liquidar todo um passado de infâmias, com a firme e consoladora esperança de melhores dias para esta Pátria envilecida.

E é junto desse povo, de todos quanto estudam e trabalham, alheios à conjura político-financeira do regímen, que nós os republicanos devemos estar. E dizer-lhe de maneira que ele perceba, uma, dez, cem vezes, até o ver recuperar antigos brios, até se decidir a ter vergonha, dignidade e patriotismo, que está em perigo de perder a independência, de cair nas mãos do estrangeiro, de se desonrar, de se perder para sempre.

Essa missão de chamar um povo à consciência dos seus direitos, havemos de cumpri-la, todos nós, republicanos, aqui na imprensa, nos comícios, em toda a parte, até que um dia, para

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

liquidação de tantas afrontas e tantas misérias que pesam sobre o povo português, se trave a última, decisiva e gloriosa batalha! *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2868, 10 de dezembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os velhos, distintíssimos amigos Alves Correia e Ricardo Malheiro transcreveram, respetivamente, para os seus jornais, o *País*, de Lisboa e o *Intransigente*, de Viana do Castelo, o nosso artigo anterior.

Se bem que imerecida, esta honra mais nos intima a precisar com nitidez certo pensamento quiçá menos distinto no ímpeto de indignada improvisação jornalística.

É evidente que seria refece injustiça tornar solidariamente responsável quaisquer das classes sociais portuguesas na vergonha de uma aquiescência cínica à intervenção administrativa do estrangeiro no domínio das finanças do Estado e da economia da nação.

Apenas produzida a irritante doutrina aconselhando ao operariado português uma indiferença inepta, em face da administração estrangeira, logo os protestos da classe tão ingloriamente admoestada começaram de produzir-se, com uma insistência que a honra a ela e a todos nos conforta. Pois que o brio nacional não esteja inteiramente amortecido ainda e visto como o egoísmo corporativo, aliás pessimamente entendido, não prevaleça no conflito com os interesses gerais e supremos da pátria.

Várias associações de classe se reuniram em Lisboa e votaram moções públicas, consignando a sua repulsão por toda e qualquer espécie de tutela imposta pelos credores estrangeiros a Portugal, cuja autonomia agora é que é ensejo de defender e não com festarolas grotescas à data do 1.º mês que corre. Um periódico operário, *A Obra*, estampou em suas colunas um excelente artigo, abundando nas mesmas ideias e propugnando por idênticos propósitos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assim, rejubilamos por nos não havermos encontrado sós, antes com tantos e tão prestimosos camaradas de pensamento e companheiros de ação. E, consoante começamos por dizer, entendemos prestes aclarar certo lance de argumentação, que talvez não ficasse com a flagrante transparência que urgentemente demanda.

Dissemos — e repetimos — que, com a administração estrangeira, a classe operária ficaria gravemente prejudicada, por isso que ao estrangeiro conviria destruir a indústria fabril portuguesa, para lhe substituir nos mercados os produtos similares das suas manufaturas dele.

Cabe desfazer, aqui, uma objeção possível, que é o sofisma tradicional da economia clássica, com que a nefasta teoria do livre-câmbio conseguiu embair os publicistas crédulos e desbaratar as nações preguiçosas.

Dir-se-á, talvez, que ao estrangeiro não convém destruir o trabalho nacional, pois que, não tencionando ele dar-nos os seus produtos de graça, cumpre que nós tenhamos com que lhos compremos.

Em semelhante alicantinice se resume a famosa lei descoberta por João Baptista Say e que constitui toda a contestável glória deste sicofanta burguês.

Professa ela que: *os produtos se trocam pelos produtos*, afinal; de modo que a nação que importe mais do que exporte é a nação mais rica. A balança do comércio resulta, neste conceito, uma quimera, e o sistema mercantil redunda em estéril abusão.

Somente, quando se fala em produtos, toma-se a palavra em globo. Capciosamente, não se distingue entre produtos e produtos. E, assim, não se mostra como a política das nações hábeis consiste em sugar das nações ineptas toda a sua riqueza acumulada, reduzindo-as à existência precária da faina agrícola exaustiva e da usura extrativa íntegra e completa.

Naturalmente, foi a Inglaterra quem iniciou este sistema devastador.

Os seus efeitos sobre a Jamaica, a Índia, a Turquia e — ai de nós! — Portugal foram escrupulosamente estudados pelo insigne economista norte-americano, C. H. Carey, nos três grossos volumes, intitulados *Princípios de ciência social*. Esta obra é decisiva e a sua leitura deveria ser recomendada a todo o português que tenha olhos para ver. Ela torna-se acessível, de resto, porque está traduzida para francês, na coleção dos melhores economistas contemporâneos, editada pela famosa livraria especial da firma Guilhaumin e Companhia, de Paris.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Há muitos anos, logo no começo da publicação, um português culto, o snr. Jaime Batalha Reis, inseriu, nas colunas da revista ilustrada lisbonense *O Ocidente*, um artigo chamando a atenção dos portugueses para os tremendos ensinamentos contidos nesse livro, que marca época, e concernentes à história económica de Portugal.

Escusado é dizer que ninguém fez caso de semelhante aviso. Ora agora ler uma obra de economia social, escrita por um yankee massante, quando o precioso *Almanach das Cacholetas* estava ali, mimo fresquinho, da humidade do prelo... Não faltava mais nada.

Na Alemanha, leram-na; e o exemplo de Portugal, sistematicamente destruído pela doutrina do livre-câmbio, interesseiramente fomentado pela Inglaterra, fez estremecer de justo susto todos os publicistas filósofos. A demonstração de Carey verificou-se irrefutável; e o doutrinário Eduardo de Hartmann, firmado nela, em seu tratado fundamental sobre a *A Filosofia do Inconsciente*, apontou, aos seus discípulos, a velha Lusitânia como o documento mais trágico de quanto pode a imbecilidade sectária de escolas que se aceitam sem exame meticuloso e prévio, antes na interessada, desleal fé dos padrinhos.

Quando, agora, em Lisboa, certos mentores do operariado fabril o aconselham a um quieto indiferentismo em face da administração estrangeira, que para as manufaturas urbanas implica, senão próxima, remota, mas sempre seguramente, uma questão de vida ou morte, — a lição de Carey, mais uma vez, nos preocupou o espírito; e a suficiência das culturas insuficientes, mais uma vez também, se nos antolhou como um dos perigos mais graves que correm as democracias.

Vê-se que se obstina uma propaganda deletéria, escarniçando-se em divertir as opiniões e em confundir os critérios.

Assim, um homem que é relativamente ilustrado e se tem sacrificado na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, mas que nesta questão se mostra completamente desorientado, acaba de proclamar em Lisboa que a administração estrangeira não passa de um *papão*.

Papão; *croquemitaine*, como lhe chamam no norte da França; *babau*, como lhe chamam no sul; *mormo*, como designaram os antigos gregos e Platão refere no começo do 1.º livro da sua *República*, foi sempre, de todos os tempos e em todos os países, um personagem fictício imaginado para inspirar receio às crianças.

Mas logo depois o ilógico socialista lisboeta tanto não supõe a administração estrangeira coisa fictícia e imaginária que diz

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

que os socialistas portugueses se não importam que ela venha para Portugal, porque depois de ela cá estar a deitarão de cá para fora. Acrescenta prudentemente *se puderem*. O nosso colega, prezadíssimo, do *País*, riu, a propósito, desta ingenuidade de se preferir lutar contra o estrangeiro depois de ele cá estar dentro a empurrá-lo antes de ele cá chegar. Sempre ouvimos dizer, desde que nos entendemos, que mais vale prevenir do que remediar. Mas o talentoso socialista lisbonense nisto pela pela cartilha obsoleta, à antiga, bem antiga, antiquíssima portuguesa; *depois de casa roubada, então é que trancas as portas.*

Verdade seja que o propagandista do indiferentismo estabeleceu que a questão não merecia a freima nela posta. A administração estrangeira não é somente uma grande vergonha para Portugal, é também para o nosso país uma grandíssima desgraça. O interesse de operários e patrões está em combatê-la, por igual. É este, mesmo, um dos raros casos em que os interesses de todas as classes concordam. Salvo a dos parasitas e exceto a dos intrujões.

Lamentamos, portanto, a discordância do espírito esclarecido e do carácter probo que, em Lisboa, levado por um erro de apreciação apaixonada, nos surge a quebrar lanças por causa não só tão pouco simpática como tão pouco racional.

Pela nossa humilíssima parte, teimaremos. Esta será, mesmo, a nossa última campanha. Porque, depois disto, — que é que pode ser? Para quê viver, — como cidadão português?

Assim, se nosso pobre povo não nos cansaremos de repetir: *Não aceites a administração estrangeira, nem próxima, nem remota; nem como facto consumado, nem como hipótese eventual.*

A este propósito, todos nós, escritores políticos, jornalistas de propaganda e de combate, deveríamos proceder como no exemplo clássico de Catão, o Censor. Ensina-se aos meninos nas escolas, quando andam tirando seus significados de latim.

Enviado à África, como árbitro das diferenças entre Cartago e Massinissa, Marco Porcio Catão, por alcunha o *Antigo*, chocou-se com a prosperidade daquela cidade. Desde então não cessou de assinalar o perigo que subsistia permanentemente no litoral adverso, e nunca mais falou no senado em Roma, fosse sobre o assunto que fosse, durante largo lapso, até o fim de sua vida, ininterruptamente, sem terminar o seu discurso por estas palavras, que se tornaram célebres: «*Coeterum censo Carthaginem esse delendam*; e sou, além disto, de opinião que Cartago deve ser arrasada».

Também nós devemos declarar sempre, além de tudo o mais, que nunca a administração estrangeira deve ser aqui aceite.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ora, poderemos conseguir que ela cá não entre nunca?
Podemos.
Como?
É o que fará o tema do artigo imediato. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2866, 14 de dezembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Entendemo-nos.

De duas, uma: quando afirmam que Portugal está iminentemente ameaçado duma intervenção financeira e económica, política e administrativa, por parte dos seus credores estrangeiros, os republicanos e a oposição monárquica que semelhante asserto alegam, ou estão falando a sério, convictamente, e em bem da pátria, ou estão mistificando o público e egoisticamente batalhando a prol das suas respetivas políticas.

A primeira hipótese é a nossa e acreditamos também seja sinceramente a daqueles que, como os snrs. Augusto Fuschini e Bernardino Machado, entendem dever conservar-se ainda ao lado das instituições. — O que se não compreende senão como um estigma a mais da vesânia coletiva é que, proclamando que estamos quase perdidos, se não deliberam ao menor esforço positivo e prático para nos salvar.

Assim, o jornal *O Tempo*, de Lisboa, publicou, um destes últimos dias, um artigo que é, geralmente, atribuído ao snr. José Dias Ferreira. Esse artigo, que vem sendo discutido com o interesse que justamente provocou, é notável por todos os títulos, até mesmo pela característica indecisão de suas conclusões.

Nesta hora terrivelmente alta da nossa desgraça, este estadista propõe o quê? Uma propaganda convincenda, e termina as suas ponderações oferecendo-se para o debate.

Aqui se manifesta no publicista o incorrigível, abominável vício coimbrão, originário, da polémica pela polémica, fomentando a avivado pela longa prática de extensos anos de rixas forenses.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Quando o que se pretende como urgente, imediato, imprescindível, são atos e não palavras. *Res non verba.* Atos; atos.

Na verdade, um tão miúdo conhecedor da nossa situação financeira como o snr. Mariano de Carvalho tem insistentemente assegurado, no seu periódico, que os mais hábeis expedientes a que o governo possa recorrer não conseguirão prolongar o *statu-quo* do erário português para mais longe do que abril futuro ou, quando muito, julho. Então o *krak* definitivo será irremediável.

Nesta mesma doutrina abunda o snr. Dias Ferreira; e, todavia, não se resolve a nada.

Vê-se que, talvez sem dar por isso, atua no seu espírito, por um processo inconsciente, mas de efeitos tanto mais vivazes, o respeito, insubstituível, por certo tradicionalismo a que os portugueses, em vária crise da história da sua nacionalidade, têm sacrificado a própria pátria.

Timbram nesse sentimento interior, que reputam superior. O poeta da *gens*, Luís de Camões, já lhe fez a apologia quando falou de

Aquela antiga, alta excelência
Da portuguesa lealdade e obediência.

Este nobre estímulo da lealdade, por isso que não obedeceu ao coeficiente crítico da análise, na independência do espírito, determinou, por via de regra, uma degradada abjeção. Foi para nós como a gratidão é para os negros: um fetichismo canino. Tornou-nos servis, de ingénita condição. E, o que é mais, inspirou-nos um monstruoso orgulho: o orgulho de sermos servis.

É assim que entristece, nos anais das nossas glórias da Índia, topar, a cada passo, com os sobrebosos protestos feitos por um D. João de Castro, por um Afonso de Albuquerque, por um Nuno da Cunha, ufanando-se, exclusivamente, *de bem haverem servido.*

Os detestáveis efeitos do sentimento da lealdade na desorganização do carácter português foram percucientemente estudados pelo historiador filósofo britânico Henrique Thomaz Buckle, no capítulo xv da sua capital «História da Civilização na Inglaterra».

Não admira, pois, a indecisão de hoje. Quando os portugueses eram de ânimo bem melhormente temperado, indecisão análoga nos deitou a perder.

Chegado a Arzila esse doido varrido de D. Sebastião, são tais os seus despropósitos de alienação mental que já em Lisboa fora expressada, no mesmo paço, por Martim Afonso de Sousa, de cuja

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

conversa, ouvidas algumas palavras, o rei lhe quis dar com um tinteiro na cara. Então ali, na presença do inimigo, essa suspeita volta a levantar-se nas hostes do exército lusitano, cujo general em chefe, em vez de cota de armas, pedia a camisola de forças. O barão de Alvito procura frei João da Silva, irmão do bispo do Porto, e muitíssimo respeitado, ele também, e propõe-lhe — *porque não prendemos este homem, que nos perde por seu gosto?* O dominicano responde: — *é tarde, senhor*. Retruca o barão: — *melhor é tarde que nunca*. O frade redargue, *que não há remédio possível, que os lisonjeiros o enganam, que ninguém é capaz de o contradizer, e que nem o rei admite a verdade.* — *Pois então* — remata o barão de Alvito — *Padre Nosso pelo rei, pelo reino, e pelos vassalos.*

É como, implicitamente, desfechou as considerações do snr. Dias Ferreira: por um Padre Nosso por alma de Portugal, resignado e aniquilado.

Aniquilado, sim, pois que a questão financeira na nossa terra envolva e compreenda todas as classes sociais. Todas. Até os mendigos.

Com efeito, o sistemático latrocínio exercido pelo Estado obrigou a inverter em títulos da dívida pública interna fundada todos os bens e haveres das corporações de caridade, civis e eclesiásticas. O dinheiro dos pobres está em inscrições; os hospitais, asilos, confrarias, misericórdias vivem do seu juro. Desde que o Estado falir de vez, desde que se der a bancarrota definitiva que o snr. Mariano de Carvalho calcula para muito longe, para julho próximo, as enfermarias terão de fechar e os asilados haverão de sair para a rua.

Esta terrível consequência do destino governativo, pô-la em evidência, há alguns anos, quando ainda o ouro circulava em Portugal, um publicista conservador, o snr. António José de Seixas, de Lisboa, no interessante opúsculo que escreveu acerca da «Junta do Crédito Pública».

Uma bancarrota em Portugal não tem, infelizmente, o alcance relativamente restrito que a falência do Estado representa para países como a França, onde a classe dos prestamistas constitui uma percentagem (dos *rentiers* chamados) que quase passa despercebida na massa imensa formada pelo trabalho nacional, agrícola, mercantil e fabril.

Portugal é o exemplo completo do mau Estado consumista. A gente que trabalha sustenta aqui uma multidão enorme de concidadãos que não produzem: esses são os empregados, militares ou civis. Mas, pois que a deixa do trabalho seja insuficiente, visto

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

como a importação excede, por largo, a exportação, o equilíbrio restabelece-se por que artes? Pela ação dos governos, contratando lá fora os empréstimos. Chegados cá, eles são, esses empréstimos logo redistribuídos pelo comércio indígena, de que gasta e se fornece essa miríade de empregados, civis ou militares. De modo que é curioso o sofisma do ciclo da vida económica portuguesa. O dinheiro chega do *Comploir d'Escompte* ou de Baring Brothers, de Londres; entra e sai prestes no e do Ministério da Fazenda; espalha-se pelas lojas de negócio e volta, logo logo, lá para fora, de onde veio, a liquidar as contas do bacalhau na Noruega, do trigo na América do Norte, do *article-Paris* nos armazéns do *Printemps* ou do *Bon Marché*.

O exemplo de Portugal põe em relevo a maravilhosa definição que, na sua clássica *Teoria geral dos câmbios estrangeiros*, Goschen deu do que seja um empréstimo do Estado. É um excedente de exportação da nação. Equivale-o.

Muito bem.

Pelo descrédito do Estado português, esse excedente falha, e ele não é idoneamente substituído. Assim, o último boletim, publicado pela repartição especial de estatística aduaneira portuguesa, consignava, para o período decorrido do ano findo, um *deficit* da nossa balança comercial, de nada menos de 10 000 contos!

Nestes excelentíssimos termos, os credores estrangeiros requerem, para garantia dos seus créditos, a consignação dos rendimentos das alfândegas lusitanas; e, a fim de que nós não possamos meter a unha (visto que Portugal é a terra em que o jesuíta António Vieira escreveu a *Arte de furtar*, e o conselheiro Carrilho inventou a ciência especial da orçamentologia), os mesmos credores reclamam e exigem a sua intervenção administrativa, direta.

Da qual, em conclusão, parece que sucederá o seguinte: e é que, verosimilmente, dois terços da população portuguesa terão de emigrar, se não quiserem morrer, positivamente, de fome, aqui.

A população de Portugal, nas condições sociais que se vão desenhando para próximo, deve descer até esse escasso milhão de habitantes que Rebelo da Silva, na sua *Memória* especial, lhe verificou quando do advento desta estimável família reinante de Bragança. Ela acabará por onde começou.

E não admira que qualquer seu representante atual tenha o suficiente brio e a precisa vergonha na cara para se resignar a comer pela mão do estranho, à laia do mano sultão de Zanzibar. Já o fundador da estirpe, contratando para seu filho Teodósio o casamento com M.lle de Longueville, não tinha mais delicado

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

estômago, e a tudo, antes, se sujeitaria, se o seu embaixador em Paris, marquês de Niza, se não lembrasse de ter pejo por ele próprio, que o tinha, e por seu príncipe, que o não tinha.

Tudo está concordante o homólogo com a tradição do solar mandante. Somente, de todo o tempo, em Portugal, às patifarias máximas e às supremas canalhices, surgiu sempre quem quisesse e soubesse, resolutivamente, opor-se.

Fiamos que, desta vez, assim também acontecerá.

Não é, contudo, com artigos de jornais — diz o *Jornal do Comércio*, — que a intervenção estrangeira se impedirá, caso ela constitua uma real ameaça.

Não é, por certo. Mas maneiras existem para o conseguir. Nós, também, temos a nossa utopia; e já tomamos o compromisso de a trazer a público.

Trá-la-emos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2871, 21 de dezembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Venda de Lourenço Marques

A ideia de venda das colónias é uma preocupação antiga, entremeada na fieira de expedientes detestáveis com que a administração do constitucionalismo tem vindo dando cabo de tudo, neste meio século de loucuras e protérvias.

Ela foi mesmo acolhida, por alguns espíritos desinteressados, como forma, errónea aliás, de protesto contra a péssima gerência do nosso domínio ultramarino.

Assim, na primeira série das *Farpas*, seus redatores, indignados perante o espetáculo das arbitrariedades e das inépcias que assinalavam odiosamente a administração das nossas colónias, encerraram um artigo especialmente consagrado ao assunto pela frase, de efeito ao tempo: *Vendam-nas! Vendam-nas!*

Era um arranque de literatos, esfomeados do sensacional; aquilo que em calão de artista, na margem esquerda, se chama, em Paris: *épater le bourgeois.*

Mas, pouco depois, com a obstinação psiquiátrica que introduzia em todas as suas magicações de exquisitório, o dr. Barbosa Leão propunha um sistema regular de venda metódica das colónias, como processo fácil e imediato de Portugal endireitar suas finanças.

Esta doutrina, inocentemente cínica, provocou indignação; na câmara, o orador foi increpado por todas as bancadas, sem discrepância da maioria e da minoria; a pompa retórica de Pinheiro Chagas esgotou-se; foi um flamejar estrídulo das grandes girândolas do conhecido estilo patrioteiro, impostor e falso nas suas tiradas enfáticas. O partido a que Barbosa Leão pertencia

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

renegou-o solenemente; quase que lhe ia votando a expulsão de suas fileiras, exautorado em público e raso.

Todavia, é um ministério progressista, igualmente, quem hoje pretende levar a efeito (*sous une forme déguisée*, explicou o *Figaro*) a velha ideia perversa proclamada pelo provecto cirurgião; essa, da venda das colónias; começando desde já pelo trespasse de Lourenço Marques!

Este trespasse de Lourenço Marques importa, evidentemente, a alienação de toda a província de Moçambique; não é senão o primeiro passo dado para uma venda integral e completa.

Com rude franqueza definiu, neste sentido, a situação o snr. Ferreira de Almeida quando, na sessão da câmara dos deputados de 10 de junho de 1891, apresentou um projeto de lei cujo 1.º artigo diz textualmente: «É o governo autorizado a assinar e retificar um convénio tendo por fim a alienação dos nossos domínios na costa oriental da África».

Então pronunciou um longo discurso em defesa do seu projeto, não reparando na incompatibilidade das suas palavras como deputado com a sua qualidade de oficial da marinha portuguesa. Esta indiscrição, que se deu com um homem cuja intrepidez e mérito profissional são geralmente reconhecidos, só seria possível em Portugal, onde todas as ideias andam lastimosamente confundidas.

É um dos característicos sintomas da crise moral que nos arrasta a todos; um dos efeitos da anarquia crítica e afetiva que a todos nos desvaira e deslumbra. Ora consciente; ora inconscientemente; aqui com pleno conhecimento de causa; ali sem nos apercebermos e darmos fé.

Porque a alienação do nosso domínio africano na costa oriental da despropositada ilha (n'est'arte transformado o continente pela audácia sábia de Lesseps); a venda das nossas colónias a Moçambique atinentes, sobre implicar um desdoiro inqualificável, importa um engano completo e representa um desatino perfeito.

Comentando um clamoroso acontecimento do seu tempo, do safadíssimo e espertíssimo Talleyrand se refere que ele o julgara nestes termos: — *É pior do que um crime; é um erro.*

Eis o caso para a venda da nossa África oriental. É pior do que um crime; é um erro.

E é um erro, entre outras mil razões, porque essa região que se pretende dar quase de mão beijada, por aquilo que vulgarmente se chama uma côdea, é duma riqueza incomparável e suprema.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Porque é que a Inglaterra a cobiça e ambiciona? Porque é que ela, a propósito, se abalança às mais violentas extorsões e aos desacatos mais revoltantes? É porque esse *é o país do ouro.*

Essa é que é a zona misteriosa aonde o rei filósofo das sagradas terras mandava, à busca das faiscantes pedrarias, suas frotas, as quais de Ofir voltavam opulentas de infindáveis tesouros.

A imaginação britânica esquentou-se, acendeu-se. Os mais ricos jazigos da Sibéria, da Califórnia, da Austrália resultaram repositórios insignificantes de escassas palhetas misérrimas perante o fulgor sopitado na terra hostil do continente negro. A fantasia dos literatos apossou-se do tema, tão popular ele seja.

Assim, o romancista Ridder Hagard escrevera a sua novela célebre *As minas de Salomão.* É uma história interessantíssima; o livro encontra-se primorosamente traduzido para nosso idioma por o snr. Eça de Queiroz. Na procura das minas de Salomão, o inglês Ridder Hagard põe os seus personagens a seguir nas peugadas do velho roteiro dum fidalgo português que aquelas paragens palmilhara, no século XVI, à cata do metal terrivelmente precioso; em sua inutilidade intrínseca, imprescindível.

Dada semelhante conformidade e assentes estes termos, quando uma ideia moral nos não determinasse, ao menos devia orientar-nos um conceito económico, para não vendermos, antes para explorarmos de nossa conta e em nosso prol.

Não estará, porém, toda, toda a gente assim por tal e tanta maneira degradada em Portugal que não haja quem responda na hora própria ao estímulo extremo da venda das colónias, que se vai intermitentemente anunciada. Não. Ao contrário. Ela é materialmente impossível, essa «operação bem combinada».

É impossível, porque o partido republicano é hoje suficientemente numeroso e valioso para poder embargar com êxito a consumação do atentado.

No período de 1879-1881, o grupo democrático, então em seu embrionário núcleo, conseguiu já, ainda assim, inutilizar os esforços com afinco feitos por dois gabinetes sucessivos, dos dois então grandes e poderosos partidos realengos antagónicos, progressista e regenerador, para a aprovação do tratado de Lourenço Marques, negociado por João de Andrade Corvo, o doutrinário mais fatalmente funesto que tem tido Portugal no período histórico contemporâneo. Agora, com relativa facilidade, o nosso partido logrará desfazer todas as tentativas tendentes à alienação do domínio colonial lusitano ao oriente ou ao ocidente de África.

Como?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Promovendo uma extensa e intensa campanha jornalística; organizando comícios seguidos por todo esse país fora; incitando a mocidade das escolas e academias; saindo para a rua com cortejos de protesto que levem, processionalmente, requerimentos e petições às autoridades locais, de eleição popular, às câmaras municipais, ao parlamento, conduzidos e apresentados por milhares de pessoas que nesses préstitos, sinceramente patrióticos, se incorporem, sob o cumprimento de um dever absoluto.

Dir-se-á que esta resistência é quimérica, porque o ministério proibirá os comícios e processará os jornais? Mas então chega a hora da desobediência. Os presidentes dos comícios não os dissolverão; os jornalistas não comparecerão nos tribunais; declarar-se-á a autoridade pública ré de alta traição à pátria; fora da lei; e factível, na pessoa dos seus agentes, a revindicta legítima de todo e qualquer do povo, que o possa realizar sem delito e indemne de ulterior responsabilidade. Quer dizer: colocar-se-á o governo na necessidade de apelar para a força pura, sem restrições e sem incoerências.

Tal força reside no exército, naturalmente; ver-se-á então se o exército português aceitará o papel monstruoso de esmagar os cidadãos portugueses para sete patuscos em Lisboa poderem à vontade vender ao estrangeiro a pátria, que esse exército jurou precisamente defender de esse estrangeiro. Depois de se bater com glória em Lourenço Marques, a Europa contemplará o exército português a entregar, ele mesmo, à agiotagem cosmopolita esse Lourenço Marques por cuja conservação derramara, aliás, seu sangue?

Não. Não se verá semelhante horror. Ele é moralmente impossível. Excede as raias da capacidade humana na abjeção. E o exército português é honrado e brioso. Ele é incapaz de cometer infâmias. Do que será capaz é de castigar quem de infâmias o julgou capaz. Isso sim.

Logo, o que sucederá? Sucederá que o gabinete terá de cair e que Lourenço Marques, felizmente, se não venderá. Que era o que se pretendia.

Tudo há de resultar bem, portanto, o não obstante as desastrosas intrigas.

Salvo uma hipótese tenebrosa.

É que, com perspicácia criminal e habilidade maquiavélica, o governo previamente disponha as condições para que as coisas corram doutro modo.

Ora, poderá fazê-lo?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Pode, contanto que o faça não só, como se disse, preliminarmente mas ainda de longa data. Tem de proceder desde já.

De que maneira?

Eis o que (para que nos acautelemos e lhe paremos os golpes, prevenindo a desatenta opinião), eis o que exporemos no artigo subsequente. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2348, 23 de novembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Pavorosa Necessária

Sempre que se fala, de quando em vez, na alienação de nossas colónias, concomitantemente começam de andar em circulação boatos de próximas revoltas, preparadas em conspirações de cujo fio misterioso habilmente a polícia conseguiu apoderar-se.

Esta coincidência repete-se com demasiada insistência para que possa ser fortuita; antes, aos olhos duma crítica que não carece de ser consideravelmente perspicaz, ela reveste um carácter intencional que se prefigura flagrante e manifesto.

Quer dizer: o ponto de origem da ideia da venda do domínio colonial e do boato da conspiração revolucionária, felizmente descoberta, é o mesmo e idêntico. Uma coisa e outra derivam de uma fonte única. Isto é, emanam, igualmente, do governo, duplamente interessado em obter dinheiro e em alcançar o silêncio.

Na verdade, quando, de vez e decisivamente, um gabinete ministerial se propuser levar a efeito a entrega ao estrangeiro de qualquer trato do terreno nacional, ele precisa, primeiro que tudo, de preparar previamente as condições para que a infâmia possa consumar-se sem impedimentos de maior. Essas condições preliminares definem-se numa só palavra, que as resume: *o terror*.

É necessário organizar, antes de tudo, um sobressalto inquieto que disponha as populações a aquiescer, sem sombra de veleidade de protesto, a todas as protérvias governativas, por mais estúpidas ou odiosas que elas sejam.

Numa palavra: para vender Lourenço Marques, é necessário criar antes uma pavorosa.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Este processo é velho e monótono em seus episódios, que são sempre os mesmos. E, contudo, produzir sempre o resultado previsto.

O segundo império, em França, foi exímio nesta espécie de alicantinas e Napoleão III acabou por ser considerado mestre inultrapassável nesta ordem de geringonças policiais. Foram célebres a conjura de Blois chamada; e essa famosa mistificação da revolta democrática cuja correspondência cifrada (convenientemente apreendida) designava a república pelo nome pícaro de *A Mariana*.

A regeneração, em Portugal, que foi uma imitação plagiária do 2.º império, não pode privar-se também da sua pavorosa, para, após a Janeirinha (a revolução sem lágrimas, como a essa burla de alguns açambarcadores do Porto retoricamente era uso cognominar), após a Janeirinha se consolidar no poder.

Aproveitou-se do iluminismo carbonário do visconde de Ouguela, delegou junto à inocência lírica deste visionário doce alguns agentes provocadores; remexeu no fundo impuro das caçarolas penicheiras; e uma bela manhã, de chofre, súbito, com um aparato soleníssimo, prisões, movimentos de tropas, brados de terror nas gazetas oficiosas, todo o *tremblement* do lance e do ofício. A burguesia, como de seu costume, desatou a tremer; e a autoridade, como de seu costume também, mais uma vez salvou a sociedade, ameaçada pela hidra da pior voraz anarquia.

Ultimamente, a neorregeneração, recordando-se dessa perfeita comédia de 1872, que ao pobre místico Carlos Ramiro Coutinho custou alguns meses de Limoeiro, inventou outra farsa congénere, também magistralmente engenhocada e desempenhada.

Foi, ao que por Lisboa se diz francamente à boca-pequena, a manifestação popular (?) contra os padres por ocasião das festas grotescas do extemporâneo centenário de Santo António, quando o ver. Senna Freitas foi corrido a puro murro, por erguer a voz contra a abusão, cuidadosamente fomentada, de que os jesuítas roubavam crianças para as derreterem e fazerem, de seus untos, óleos milagrosos.

Em Lisboa afirma-se que essa intriga foi urdida pelo intrigante máximo, o falecido Carlos Lobo de Ávila, o qual pretendeu obviar assim a uma incontrastável imposição que ao conselho de ministros exigia o imediato restabelecimento das ordens religiosas neste país, onde as freiras, aliás, passeiam patentemente por essas ruas, de bloco e camandulas, com o cordão de S. Francisco pendente da ilharga, para quem quiser ver e maravilhar-se.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Dados tais antecedentes, a pavorosa que donde a onde se anuncia como prestes a rebentar o que admira é que não haja explodido já.

Montá-la, é facílimo. Forja-se uma correspondência comprometedora; falsifica-se a assinatura de umas tantas pessoas, conhecidas como cotando entre os elementos activos do partido republicano; e tudo está feito.

Em França chegava-se à perfeição seguinte: — Dava-se busca em casa de um chefe democrático; e havia agentes tão *experts* e peritos que, aos olhos de toda a gente, perante a família atónita do suspeito, com insigne jeito de prestímanos miríficos, metiam e sacavam logo triunfantemente papeladas comprometedoras dentre os enxergões do leito da pessoa suspeita.

Alguma canalha da polícia logrou nome nestas proezas; houve agentes que se tornaram d'ess'arte famosos, quase gloriosos: um tal Clément, por exemplo, que o cínico Constans não teve vergonha de aproveitar quando do ministério oportunista, que prestou, de resto, à França o incomparável serviço de lhe extirpar o cancro ominoso do boulangismo.

Entre nós, a engrenagem é montada por um modelo simultaneamente mais pulha e mais lorpa.. Quando foi do caso do visconde de Ouguela, fizeram crer à sargentada que a viria comandar esse *condottiere* incorrigível do duque de Saldanha, ao tempo embaixador em Londres.

Levavam então os *dupes* a uma casa, que tinha um grande salão, dividido a meio por uma porta envidraçada. Bem ao fundo, no nimbo discreto duma meia-luz violácea, perpassava um velho, com o tipo conhecido, a bigodeira branca, os óculos, o gesto da napoleónica indecisão, mãos cruzadas nas costas. Ciciavam com respeito apavorado: — *É o marechal!* Era o Sousa, «do casacão», alcaiote famigerado da baixa.

Mas, por via de quaisquer processos que sejam, desde os mais sábios até os mais ineptos, o alvo visado atinge-se sempre. Consegue-se o que se pretendia; isto é, alarmar a opinião, assustá-la, deslumbrá-la, desvairá-la.

Para vender Lourenço Marques, é o que se há de fazer. Há de inventar-se uma terrível conspirata republicana. Mercê do perigo da revolta que esteve vai não vai a rebentar, hão de suspender-se as garantias. Proibir-se-á a publicação dos jornais democráticos. Fechar-se-ão implacavelmente quaisquer arremedos clubísticos que por esse país vegetem, no que não se perde grande coisa, diga-se.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas isto não bastará. As personalidades marcantes da oposição republicana serão presas; metidas a bordo de navios de guerra; postas fora do país. Aplicar-se-á a Portugal a lei francesa do 2.º império. A *interdition du séjour*. Por medida administrativa, tolher-se-á a residência entre nós de todos os elementos perniciosos ou simplesmente importunos. Essa proibição será determinada para um prazo curto, seis meses, mesmo tão só três, porventura. Chegado o termo, se convier, prorrogar-se-á essa proibição até quando se entenda de todo desnecessária.

Abandonada a si mesma, a população portuguesa, abastardada, acovardada como nenhuma outra na Europa, aceitará tudo, a venda de Lourenço Marques, de Setúbal, de Braga, — com tanto que a deixem na paz da sua degradada miséria, a retocilar a sua abjeção em estúrdias de toiradas; em patusqueirices de romarias onde se lhe beba até lhe chegar como dedo, em farandolices de operetas onde a obscenidade ande à ufa, de molde a que, ressuscitado, o mesmo Bocage corasse, de puro pudor e vergonha extreme. Mas Lourenço Marques vender-se-á.

Quod erat demonstrandum. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2351, 26 de novembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os Monárquicos e a Administração Estrangeira

Quem ler, com atenção, a imprensa monárquica, verá que, perante a iminência da catástrofe, regeneradores e progressistas procuram, invetivando-se, declinar as suas responsabilidades pela situação criada ao país.

Os regeneradores, com um descaramento sem limites, acusam os progressistas de haverem, em menos de um ano, prejudicado a sua obra de *regeneração económica e financeira.*

Por outro lado, os progressistas, com um desplante inconcebível, proclamam que estão sofrendo as inevitáveis consequências da administração dos regeneradores, como se, pela primeira vez, agora, tivessem ocupado o poder, completamente livres de anteriores compromissos.

Já o dissemos e repetimo-lo: Não é só a *um ministério regenerador,* nem só a *um ministério progressista* que devemos lançar as culpas. Se todos os governos fossem bons e só um mau, durante quatro ou cinco anos, certamente que esse governo, por mais erros e crimes praticados, não poderia colocar o país na situação de proclamar uma bancarrota parcial e de hipotecar rendimentos como o dos tabacos para obter dinheiro.

Para a tal estado chegarmos, como sucedeu em 1891-92, e para hoje nos encontrarmos ainda em mais graves condições, foram necessários *muitos anos* e *muitos ministérios* que, sucedendo-se no poder, deixaram sempre o tesouro pior do que o tinham encontrado.

Não, há pois, que distinguir entre uns e outros.

Passaram pelo poder, *constitucionalmente,* os da regeneração e do progresso, antes de estar declarada a crise e já depois dela

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

declarada. É com esta agravante que, exatamente a seguir ao ano de 1890, os partidos monárquicos se tornaram mais impudentes, mais opressores, mais corruptos e mais descarados do que nunca, pois tendo então confessado os seus erros, neles reincidiram.

Ninguém o ignora, e só os culpados fingem esquecê-lo.

Mas esta discussão na imprensa monárquica, se é ridícula sob o aspeto indicado, porque ninguém se deixa iludir pelos protestos de inocências que uns e outros fazem, é pérfida pelos intuitos que encobre, pois que progressistas e regeneradores pretendem levar o país ao convencimento de que a administração estrangeira, a vir quando governarem os do Progresso, vem por culpa dos da Regeneração, e, a aparecer quando governarem os da Regeneração, aparece por culpa dos do Progresso. E, assim, comodamente, se preparam para que a nação aceite, como fatal, por força das circunstâncias e não por culpa dos homens ou do regímen, a administração estrangeira.

Percebem?

Foi assim que os progressistas de 1890 disseram ao país que aceitasse o *ultimatum* e os regeneradores que aceitasse o tratado de 20 de agosto.

É assim que, qualquer desses dois bandos dirá ao país que se curve à administração estrangeira.

Está na lógica dos monárquicos portugueses, sob o domínio dos Braganças.

Já D. João VI, quando fugia, como ínfimo cobarde, perante a invasão francesa, de que fora culpado pela sua estúpida e desleal política, falava na *fatalidade* e deixava dito aos portugueses que recebessem os soldados de Napoleão como amigos!

*

* *

Outro ponto curioso na discussão entre os foliculários de João Franco e os plumitivos de José Luciano é que, todos eles, juram à fé de quem são que, *nunca!* um governo da monarquia, admitirá o *controle.*

Quem assim ouve falar tais patriotas pergunta logo quem são eles, e vê isto: Que são os homens do tratado da Índia e do tratado de Lourenço Marques, do *ultimatum* de 11 de janeiro e do convénio de 20 de agosto, os capituladores de Keonga, os responsáveis por mil infâmias, os traidores que, cobardes perante a ameaça, ou estúpidos e venais, em negociações diplomáticas, a

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

pouca e pouca, têm ido entregando os nossos domínios ultramarinos à Inglaterra, à Alemanha e às companhias e sindicatos, testas de ferro desses países.

Quer dizer: os patriotas que afirmam e juram defender a integridade da pátria são os que a deixam retalhar por todas as formas e que nos entregam aos ingleses por intermédio de Soveral e aos agiotas por conduto de Burnay!

Extraordinário cinismo.

E vilíssimo expediente, empregado para adormecer o país enquanto se prepara a conspiração contra a sua honra, o seu bem-estar, a sua independência!

Mas, então, os senhores julgam que ainda chegam a tempo?

Não se lembram que as acusações mutuamente dirigidas descobriram os criminosos.

Não se recordam de que os factos são tão recentes, se repetem por tal forma, que não é possível ocultá-los?

Que nenhum governo da monarquia é capaz de consentir que se atente contra a integridade e contra a independência da nação!

Tem graça!

Isto diz-se, isto proclama-se, isto afirma-se, insultando até os republicanos que denunciam o perigo, quando ninguém ignora que todos os governos da monarquia entregam colónias ao estrangeiro, e arruínam os cofres públicos até ao ponto de, para consegnirem dinheiro por empréstimo, terem de hipotecar rendimentos do Estado, hoje, e de aceitarem, amanhã, o *controle* dos credores!

Os patriotas que se acusam, com provas, de quadrilhas de ladrões! Os patriotas que sustentam, como nosso representante em Londres, um homem a quem denunciam de agente dos ingleses, a soldo da *South African*, para favorecer os interesses da Inglaterra em prejuízo de Portugal!

Os corruptos de toda a hora, os cobardes de todos os dias, os traidores de todos os mornentos!

Não! O país já não pode iludir-se nem deixar esquecer o perigo.[falta de texto no original]

O país não pode — e ai dele se o fizer! — confiar na monarquia.

A experiência foi dura, e os desenganos terríveis.

Uma tentativa última, para tomar a sério os homens do regímen, custar-lhe-á a independência.

Porque, havemos de dizê-lo, todos os dias, sem descanso. A solução do problema financeiro, dentro dum regímen que não merece o menor crédito, é a administração estrangeira.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

E essa administração, ostensiva ou disfarçada, negociada pela alta banca ou tratada pelas chancelarias, é a ruína, a desonra, a suprema infâmia. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2367, 15 de dezembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Questão Portuguesa

Para se resolver um problema, a primeira — e indispensável — condição é entendê-lo. Parece isto uma ensossa banalidade; pois não parece? Todavia neste conceito está tudo.

Porque, quando resolúvel, isto é quando caiba dentro do âmbito das forças crescentes do espírito humano, a solução dum problema entendido deriva, por assim dizer, mecanicamente, da simples aplicação da dialética aos dados integralistas que o definem. É questão de metodologia, do uso de regras que se arquivaram num compêndio, e na aula o professor ensina a seus alunos.

Ressalva-se, evidentemente, a hipótese de o problema discutido pertencer ao número daqueles que não são atualmente resolúveis, põe insuficiência dos elementos objetivos de que disponha a nossa cultura. Então, apesar de resolvida teoricamente, a questão esbarra com qualquer dificuldade prática, insanável pelo momento. É o caso, por exemplo, para a questão da direção dos balões, aceite a explicativa crítica do eminente físico Helmholtz, o qual exige, para que o assunto ficasse liquidado, prévias cláusulas de peso no motor, compatíveis com a unidade métrica de movimento, que a aquisição da capacidade dinâmica das forças naturais conhecidas nos não permite, por agora, realizar.

Mas, afora semelhante hipótese, pode assegurar-se que, em regra, problema entendido é problema resolvido.

Ponto está em entendê-lo; quer dizer, em condicioná-lo nas relações substanciais dos seus elementos conhecidos e das incógnitas compreendidas. Quer dizer: ponto está em *pô-lo em equação*.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assim, figuremos: — ao meio-dia os ponteiros do excelente relógio do leitor estão em cima um do outro; depois do meio-dia a até à meia-noite, em que volvem à posição, deseja-se saber, numa resposta precisa e rigorosa, a que horas exatas, quantos minutos e quantos segundos, torna a ponteiro dos minutos, sucessivamente, a passar por de sobre o ponteiro das horas.

Eis aqui uma dificuldade aparentemente fácil; sem embargo, a mor parte dos estadistas lusitanos a não saberia dirimir. E; contudo, tal que é incapaz de apurar racionalmente este aflitivo aperto da vida e história do cronómetro de sua escada, esse mesmo se julga habilitado a resolver o problema económico-financeiro, político e social, moral e jurídico do Portugal contemporâneo.

Mas, para resolver o problema português (como, de resto, para resolver todo outro e qualquer problema), a primeira coisa que haveria a fazer seria, consoante dissemos, antes de mais nada, entendê-lo.

Para o entender, por seu turno, a primeira coisa que cumpre fazer, também, é — simplificá-lo, trazê-lo às suas condições elementares e irredutíveis. Cumpre apagar tudo o que for fenoménico, episódico, intercalar, subsidiário, concomitante até, e, mesmo, derivado. Cumpre exibi-lo contrato e sintético.

Assim exposto, que fisionomia nos apresentará ele?

*

* *

Parece-nos que deve ser, proximamente, esta:

Na verdade, de duas, uma: qualquer nação, — enquanto que há nações —, ou existe absolutamente isolada ou mantém uma vida de relação económica com os demais agregados políticos similares.

A primeira hipótese assegura-se que foi a da China, mercê de sua muralha, que, por longuíssimo trato de tempo, a tornou indemne das gentes limítrofes. Porém, China, desde que o mundo é mundo, só houve uma; e agora até parece que vai acabar, pela violência. A restante turba humana, também desde que o mundo é mundo, sempre trocou uma com a outra, permutando o excedente que aqui havia com o diverso que acolá se mostrava a aqui faltava.

Portugal entra nesta categoria genérica; ele, até mesmo, nunca soube ou nunca pôde abastar-se com a chamada prata da casa, conforme, à última hora, tarde e de má catadura, lhe aconselhou assisadamente que fizesse o, de sua condição, conselheiro (honorário,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de resto), snr. Dias Ferreira. Esquecera, aliás, que na casa não havia nem cobre nem estanho, quanto mais prata.

Portanto, postas as condições fundamentais de sociabilidade que deixamos frisadas, para Portugal, sob pena de absurdo, tem, pelo menos, como para toda a gente, de ser:

$$E = I, \text{ ou seja.}$$
$$P = C,$$

Onde E quer dizer exportação: I importação; P, produção; C, consumo.

Destarte se harmoniza o conceito da obsoleta escola-mercantil com o da hoje também já não mui moça economia-clássica; destarte Sully e Colbert se reconciliam com Adam Smith e Robert Peel.

A exportação tem de ser igual à importação; ou, a produção tem de ser igual ao consumo. Isto pelo menos. Pelo mais, eis o lucro positivo — que enriquece as nações trabalhadoras, em detrimento das nações preguiçosas.

Ora, aquilo tem de ser assim, porque, na normalidade económica, ninguém, ai de nós!, dá nada de graça. Este truísmo, de mero bom senso e de observação elementar, é o que, na escola, se chama pomposamente: a lei de João Baptista Say.

A fórmula que a exprime na circunspecta linguagem da ciência é esta: os produtos trocam-se pelos produtos.

Mas, para Portugal, deu-se, de todo o tempo, e dá-se isto, na roda de cada ano que tornemos como unidade de tempo para a observação analítica:

$$E < I.$$

A exportação é menor que a importação; parasitariamente, o consumo excede a produção. Ora, visto ser isto, materialmente, impossível, pois que ninguém dá nada de graça, há que resolver este ostensivo sofisma da vida económica nacional.

Não são precisas grandes canseiras de entendimento para se perceber, de golpe, que a desigualdade

$$E < I,$$

Na realidade histórica, se transforma na, tão só possível, igualdade derivada:

$$E + A = I.$$

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Isto é, sobre a exportação anual, — a mais, um certo incremento (que designaremos pela incógnita *A*) é que restabelece o equilíbrio e desfaz o absurdo.

Toda a questão se resume, pois, em descriminar a constituição íntima deste misterioso *A*.

No lance, afirmamos que ele é assim construído:

$$A = b + e + a,$$

expressão que urge explicar.

Nela, *b* representa a quota-parte do capital, pelo emigrante português trabalhando no Brasil, feito entrar, *a título gratuito*, na circulação económica de Portugal; *e* representa a quota-parte do empréstimo periódico contraído pelo Estado nos mercados financeiros da Europa e redistribuído na economia circulante lusitana, pela renumeração das funções e serviços públicos; e, finalmente, *a* representa a quota-parte do desgaste anual de uma certa reserva da riqueza tradicionalista, tesaurisada.

Sem esta, é impossível, não já o meneio, mas nem sequer a constituição, e o subsequente entendimento, do ciclo da organização peculiarmente capitalística moderna. É o que Adam Smith denominou a «acumulação primitiva» (*previous accumulation*).

A explicação desta antecedência, em ser, da opulência coletiva, quando feita capciosamente pelas hipócritas blandícias da economia-clássica, resulta ridícula; e o subtil Karl Marx, com a sua rudeza judaica, tem razão em dizer, no seu estilo sarcástico, que essa acumulação primitiva representa na economia política, pouco mais ou menos, o mesmo papel que o pecado original desempenha na teologia.

A realidade é mais cínica. Já a desvendara o grandioso poeta Goethe no diálogo, um tanto célebre:

O «Mestre-escola»: — Diz-me donde veio a fortuna a teu pai?
A «Criança»: — Do meu avô.
O «Mestre-escola»: — e a teu avô?
A «Criança»: — Do meu bisavô.
O «Mestre-escola»: — E a teu bisavô?
A «Criança»: — Ora?! Roubou-a.

Para os indivíduos, assim passa; assim passa, para as nações. Para a Alemanha como para Portugal.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A acumulação primitiva, Portugal roubou-a... à Índia; aos árabes; aos turcos; no Estreito, à coca das naus, floridas, de Meca; aos jaos; aos das Molucas; aos indígenas tatuados do Brasil... Locupletou-se.

Cristalizara o latrocínio nos bens da mão-morta, de igrejas e conventos, remorso serôdio que Joaquim António de Aguiar, na nova rapinança do constitucionalismo (ladrão que rouba ladrão), mandou pôr em almoeda.

Pontinhos. Um véu. Não é bom falar mais nisso.

Demasiado disso falaram — já há quanto! — Diogo do Couto, em seu *Soldado Prático;* António Freire, ou quem suas vezes faça, em seu *Primôr e honra da vida soldadesca no Estado da Índia;* Rodrigues da Silveira, no volume que recentemente deu à estampa o par do reino Sousa Lobo, copiando-o do manuscrito que se conserva no Museu Britânico em Londres.

Enfim, adiante.

Como quer que seja: com a liquidação, operada no meado do século, dos bens eclesiásticos, o Portugal constitucional captou a confiança da usura bancária cosmopolita; como tinha por onde pagar, teve crédito. Mas, como do crédito abusou, perdeu-o. E, perdendo-o, quando foi do empréstimo dos tabacos, sujeitando-se então a dar garantias especiais, a si perdeu-se. Este foi, com efeito, o grande, o capitalíssimo erro. Desde que isto se deu, a bancarrota era, independentemente de quaisquer eufemismos, e acima de todas as procrastinações, um facto consumado. Ela declarou-se em 1890, à data da consignação dos rendimentos do fumo, no fatal empréstimo negociado pelo snr. Augusto José da Cunha.

Foi este homem público a quem coube o triste fado de ficar na história de Portugal como uma espécie análoga à do que fora Calonne em França. Sem dar por isso. Sem outra culpa do que a da toleima de se aceitarem pastas escusadamente. Mas, dura responsabilidade.

Portanto, (revertendo), a desigualdade primordial tendeu a reproduzir-se, por isso que, na expressão

$$A = b + e + a,$$

(visto como ninguém, desde então, nos emprestou nem mais um franco), passou a ser

$$e = 0.$$

Mas houve, desastrosamente, coincidência de mais.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Sendo a quota-parte anual da parcela empréstimo igual a zero, sucedeu, por desgraça, que b também diminui simultaneamente e passou a ser

$$b' = \frac{1}{n} b$$

A remessa do Brasil por dom gratuito (fortuna lá adquirida e para cá transferida, empréstimos, legados, adiantamentos, pensões, mesadas, etc.) decresceu, por efeito de circunstâncias complexas e coexistentes. A geral e em que todos reparam (com insuficiente análise, de resto) é a depressão cambial; mas há outras, ainda, a atender. Há a lei da grande naturalização, equiparando politicamente o nacional ao imigrado; há a substituição da imigração lusitana, no tipo clássico de emigrante solitário, pela emigração, recente, de todo o grupo familial. A seu turno, isto é já um corolário da crise portuguesa interior; — tal seja o intricado encadeamento característico dos fenómenos sociológicos, interdependentes e repercussivos. Por uma causa, na aparência-única, multiplica-se infinidade de efeitos, conforme o frisara Spencer.

Nestes termos deplorandos, e como, irremissivelmente, tenha sempre de ser

$$E = I,$$

com sobressalto se pergunta por que traças foi que se conseguiu o impossível; isto é, como foi que o incremento A restabeleceu o equilíbrio, eliminada, aliás, a parcela e, e diminuída, de resto, ainda, a parcela b.

Alcançou-se o inverosímil triunfo obtendo-o à custa de n, cuja quota-parte se aumentou. Quer dizer, mano a mano, chãmente: esvaziando o pé-de-meia.

Ora, para esvaziar o pé-de-meia, como é que se comportaram os sucessos?

Graças a esse estupendo maquiavelismo do Inconsciente, que habita nas coisas e é o motivo determinante da natureza.

O Banco-emissor houve, fatal e consecutivamente, de aumentar as torrentes de papel fiduciário, por derrames sucessivos, ora exigidos explicitamente pelo governo, ora requeridos implicitamente pela nação. Essa moeda fiduciária desalojou, de suas tocas, (as mais solapadas) a moeda real; e o ouro lá foi sendo continuamente drenado para o estrangeiro em remessas, aos caixotes, por todos os vapores.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

É outra ingenuidade, como a lei de João Baptista Say; é a lei de Gresham chamada, segundo a qual a moeda má expulsa a boa, e a boa não pode expulsar a má. O facundo Yves Guyot trata de explicar esta lei convindo em que a psicologia exerce notável função nas questões monetárias, como em todas as outras questões económicas.

Pois sim. Mas o grande caso está em que a exportação do numerário não passa da simples consequência de que as notas do Banco não tenham poder liberatório senão a dentro da fronteira. Provém de que a existência do dinheiro nominal não transpõe os umbrais das aduanas, secas ou molhadas, do país. E, para se cobrarem do seu bacalhau, do seu trigo, dos seus algodões e dos seus queijos, — franceses, ingleses, americanos e holandeses estariam, rematadamente, doidos se aceitassem, no encerramento de suas contas correntes, o valor quimérico de umas *notas* inconvertíveis. Para que queriam imaginários *bilhetes*, como que utopias e grifos de um pesadelo macábrico e perverso? Não corresponde esse numerário fantástico, com efeito, a nenhuma realidade de riqueza natural, sobre que estribe seus alicerces, como soa melhormente aos *assignants*, pela Revolução Francesa emitidos sob a garantia da propriedade territorial dos emigrados.

Ora, assim as coisas; como quer que *a* não seja eterno (pois que donde se tira e se não põe, prestes se acaba), a previsão a estabelecer é, singelamente, tremenda: — Rebentaremos todos, governantes e governados, pobres e ricos, burgueses e operários, republicanos e monárquicos, socialistas e miguelistas. E liquidaremos, todos, num prazo que, desde já, se poderia fixar pelo cálculo, dado que se possuíssem elementos de informação completos e exatos. Para isso, cumpria que não nos iludissem, induzindo-nos a erros (optimistas ou mesmo pessimistas) falsificações sistemáticas, como as que maculam impudentemente os orçamentos e congénere papelada oficial.

Epílogo da farsa trágica: — morreremos, todos, de pura fome; pois que, para nos salvarmos, ainda enquanto é tempo, muito nos pesa decidirmo-nos, se é que a coletividade, com a força efetiva que só dela depende e exclusivamente dela deriva, se decidirá jamais.

Assim, quando dizemos todos, queremos dizer — todos.

Todos, todos, todos.

Menos a minoria insignificante que haja seguido o prestimoso exemplo do honrado ministro assinalado por seus liberticídios. Não deixou ele ficar mal a tradição da prosápia de seu ínclito

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

avô no oriente, e, com as vinhas filoxeradas mas com os sadios jeitos duma apropositada conversão (*truc* financeiro que agora se anda, de novo, desesperadamente tentado), logrou as ensanchas dum chorudo livro de cheques em *Lombard-Street*.

*
* *

Para esquivar tão pavorosa catástrofe — tal e tanta que não há exemplo de nenhuma que se lhe assemelhe ou quase se lhe aproxime nos fastos das vastas derrocadas dos Estados, célebres por seus infortúnios e famosos por seus desastres — ; para esquivar tão pavorosa — e, ainda para mais, tão próxima — catástrofe: a todos, do primeiro até ao último, corre a obrigação de aventarem uma ideia, um plano, um projeto. Um disparate que fosse. Boa vontade mostre e margem abra a um debate, que prolifere em melhores invenções.

É um grave dever; é, mesmo, o dever supremo hoje.

Por nossa parte humilíssima, fazemos votos por que, idoneamente, nos seja dado cumpri-lo.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2877, 28 de dezembro de 1897.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Convenção Nacional Portuguesa

O nosso colega do *País* publicou no seu número de anteontem um artigo intitulado *A intervenção do povo*, bem pensado e bem escrito.

Em seu teor se presume a próxima marcha sucessiva dos acontecimentos políticos e se mostra como a ficção constitucional que considera como representantes do povo os deputados eleitos pela mera corruptela administrativa está, presentemente, à beira de determinar para Portugal o maior de todos os desastres.

O pseudo-parlamento, maioria e minoria, será, por ordem franca do ministério, encaminhado e disposto a votar (com a autorização da conversão) a futura administração estrangeira, explícita ou implicitamente aceite, às claras ou às ocultas prescrita e estabelecida. Depois argumentar-se-á com os factos consumados e a estes considerá-los-ão legítimos, obrigatórios e imperativos, visto como se realizaram aparentemente a dentro do perfeito jogo das instituições fundamentais do sistema representativo.

Assim, a administração estrangeira terá a sanção da autorização do país; ela será, como o chefe de Estado, inviolável e sagrada.

A esta monstruosidade os destinos nacionais foram conduzidos pela ignorância do povo e pelo cinismo das classes dirigentes.

Todavia, o parlamento, que não trepidará em assumir tão terrível responsabilidade, é uma coletânea não se sabe se mais odiosa se mais grotesca de falsificações de atas e de burlas recenseatórias.

Como ao seu digno congénere antecedente, ainda não reunido, logo lhe puseram uma justiceira alcunha. Se aquele fora o *Solar dos Barrigas*, este era a *Sinagoga dos Pancinhas*.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Acossados de dichotes, os membros dessa conspurcada assembleia, qualquer que seja sua responsabilidade pessoal, a ela mesma é que eles a não tomam a sério. Assim, não aparecem. Logo na sessão imediata à da abertura, não se pode ajuntar número suficiente para se proceder aos trabalhos. E na seguinte, em que de novo se tratou da eleição da mesa, houve que mandar os contínuos pelos corredores a apenar gente para que, pelas benditas almas, acudisse a um aperto.

Todavia, é este mesmo factício conjunto quem, pela fatalidade das coisas, parece chamado a decidir, por intermédio de uma votação gravíssima, dos destinos próximos e remotos da pátria portuguesa.

Ou tudo está definitivamente perdido neste desgraçado país, ou isto não pode, em maneira alguma, passar assim.

Perante os sucessos, a ninguém, mediocremente previdente, é lícito pôr em dúvida que chegou o momento, inadiável e irremediável, de enfim, a sério e a valer, sem mistificações e com plena sinceridade, o país se pronunciar.

Não importa quaisquer sofismas de ordem política. O facto é que, mercê das circunstâncias históricas atuais, todos, os poderes públicos em Portugal estão cessantes. A vida social está suspensa. O exercício de qualquer parcela de soberania, por mínima que seja, é hoje, da parte de todo e qualquer poder constituído, uma usurpação. Fingir de parlamento representante da soberania nacional um agregado artificioso que tem a plena consciência de nada mais representar realmente de que o ministro do reino que mandou nomear seus membros, constituiria um crime de verdadeira alta traição se em Portugal não imperasse a mais inteira inconsciência política.

Nestes termos, urge reivindicar a soberania para quem de direito: quer dizer, urge que a nação fale.

A pátria está em perigo; e, sempre que a história nos mostra tristes exemplos semelhantes ao nosso de hoje, ela nos aponta também o remédio que os povos apalpados pelo infortúnio encontraram para suspender os efeitos da catástrofe sobre eles impendente.

Foi sempre o mesmo. Consistiu sempre na imediata convocação duma assembleia nacional com poderes gerais e extraordinários: sendo soberano, simultaneamente constituinte, legislativo e executivo.

Destas assembleias supremas, a culminante foi, como se sabe, a Convenção Nacional Francesa.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

No seu estilo profético, Vítor Hugo diz que o olhar se torna fixo em presença deste vértice, porque jamais nada de mais alto apareceu sobre o horizonte dos homens. Exclama que há o Himalaia e que há a Convenção.

Um folhetinista cético português, o snr. Eça de Queiroz, escreveu, também, um dia, algures, que a Convenção Francesa e o concílio de Trento eram as duas maiores assembleias de homens que se tenham congregado no percurso da história. E um historiador fanático francês, Louis Blanc, conclui que a Convenção representou de uma maneira completa toda a natureza humana.

Com efeito, a assembleia em que incarnou o espírito da Revolução teve, como ela, um intuito universal e cosmopolita. Promulgou a declaração dos direitos do homem, não egoisticamente, tão só, do cidadão francês. Mandou medir a terra, a fim de estabelecer a uniformidade de pesos e medidas. Inaugurou o sistema decimal. Reformou o calendário. Poder executivo da Convenção, o *Comité de salvação pública* declarou que as bandeiras dos exércitos tivessem esta divisa: «O povo francês, de pé contra os tiranos».

O momento em que a Convenção Nacional Francesa tomou conta da sublime e terrível missão de salvar a pátria era exatamente como o momento presente para Portugal: o instante doloroso e supremo em que tudo se sente quase perdido.

Assim, a nós também cumpriria a imediata convocação duma Convenção Nacional Portuguesa.

Quando, em hora análoga, portugueses também, porém de outro carácter que não o abatido e vil nosso contemporâneo, se viram a braços com idêntica situação, procederam em idêntica conformidade. Então também havia ou que resolver no interior ou que soçobrar no exterior. Então também o estrangeiro de nós reclamava que capitulássemos. E então também os supremos poderes públicos de Portugal, ao estrangeiro o investiam com privilégios absolutos e discricionários, para que submetesse nossa felonia e como refeces rebeldes nos castigasse.

Em data de 24 de julho de 1820, no Rio de Janeiro, o rei de Portugal, fugido para o Brasil com medo dos franceses, D. João VI, mandava passar uma carta patente ao marechal inglês William Carr Beresford determinando que ficassem «debaixo da sua imediata autoridade todos os corpos militares das três linhas e os objetos militares que tendem à disciplina, armamento, recrutamento do exército, estado das praças e quaisquer fortificações, feitas ou a fazer, arsenais reais do exército e fundições, trens, obras públicas militares, autoridades e repartições civis do exército, colégio

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

militar e tudo quanto for execução, regulamentos, leis e quaisquer diplomas que fixam ou para o futuro fixarem a regra militar para todos ou para qualquer dos objetos referidos».

Mas em Lisboa, a 31 de outubro do mesmo ano, saía, em réplica, a proclamação ou manifesto dos membros do governo constitucional, anunciando a convocação das cortes gerais e extraordinárias, dando as instruções para a constituição dum Soberano Congresso visando ao remodelamento imortal da nação lusitana. Pelo exército, assinaram esse notável diploma, entre outros, o coronel Bernardo Correia de Castro Sepúlveda, o coronel Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, o tenente-general Matias José Dias Azedo. Dirigindo-se aos portugueses, os signatários encontravam as palavras varonis da alta eloquência: «A Deus, à pátria e à infinita série de vossos vindouros (eles lhes bradavam), respondereis pelo uso que ides fazer dos vossos tremendos votos».

Não os perturbava a recordação do formidável exemplo da França e não temiam que os apodassem de querer parodiar a Convenção.

Também os franceses não hesitaram ao seu caminho quando o *bel-esprit* idiota dos realistas aliteratados acoimara os revolucionários parisienses de pecha semelhante.

A Convenção que havia de funcionar nas Tulherias fora, com efeito, precedida da convenção inglesa que, em Londres, regulou a situação após a revolução de 1683, a fuga do último Stuarte o desembarque do stathuder Holanda. Mais proximamente fora precedida também pela convenção americana que fundamentou estrutivamente a república federalista dos Estados Unidos do Norte.

Por isso, na sua relatividade, amplamente justificados estavam os portugueses para a conduta na linha indigitada.

Restava encontrar o *modus faciendi*, isto é, a lei eleitoral a que haveria de obedecer a escolha e a constituição dessa Convenção Nacional Portuguesa.

No próximo artigo apontaremos os seus tópicos essenciais.

Claro está que tudo isto é uma utopia, como a de Morus, e um ucroula, como a de Renouvier.

O país não parece conter a energia necessária para levar a cabo lealmente um intento do género exposto.

Assim, restará em campo a única energia social moralizada que exista hoje entre nós, quer dizer: o partido republicano.

Não sabemos quais serão seus procedimentos ulteriores nem mesmo quais sejam suas intenções desde agora.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Contudo, quiçá suas preferências divirjam.

Em todo o caso, com a independência, aqui, do jornalista cuja responsabilidade se limita pessoal, reincidimos no compromisso dos tópicos a apresentar (no frisado plano ideativo) da necessária lei eleitoral, preliminar e indispensável. Preliminar e indispensável, sob pena de todo o programa degenerar, *in limine*, numa insípida comédia a mais. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2886, 7 de janeiro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Cumpre-nos concluir o que deixamos indicado:

Desde que se tratasse da convocação duma suprema assembleia deliberante, cortes gerais extraordinários da nação portuguesa, conscientemente reconhecendo-se em perigo e conscientemente provendo de remédio à sua salvação, haveria que assentar previamente, pelo que toca à lei reguladora da eleição dessa assembleia, em condições fundamentais que garantissem, tanto quanto possível, a efetividade do propósito a que como sincera lealdade se visava.

Um dos preceitos a determinar para a constituição dessa suprema assembleia soberana seria que nenhum dos indivíduos que houvesse feito parte dos vários ministérios que se têm sucedido nos conselhos da coroa o gabinete que negociou o empréstimo dos tabacos poderia tomar assento na Convenção.

O empréstimo dos tabacos marca a data da abertura patente da bancarrota dissimulada do Estado português. E as situações governativas que se lhe seguiram, poderosamente contribuíram, por seus desatinos e desaforos, para agravar uma condição geral, já de si, péssima. Um dos primeiros atos da Convenção, uma vez reunida, teria de ser o apuramento de responsabilidades que incumbam a esses ministros todos. De modo que absurdo seria que, podendo ser membros da assembleia que havia de resolver acerca de seus atos, eles fossem juízes em causa própria. De resto, não lhes seria coartado o exercício do seu direito de legítima defesa. Assim, sempre que o entendessem necessário em prol de sua justiça, eles poderiam vir à barra da Convenção pugnar por sua

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

conduta, defendendo-se das acusações que porventura lhes fossem irrogadas. Mais. Uma vez absolvidos de toda a culpa e reabilitados em seu conceito político, aqueles que o fossem poderiam, mas só então, propor-se para qualquer vaga que na Convenção, no entretanto, se houvesse produzido por falecimento de qualquer dos seus membros ou por outra superveniente circunstância.

À Convenção nenhum funcionário público. Note-se bem que dizemos: *eleito*. Os funcionários públicos teriam, como de legítimo e incontestável direito seu, a sua representação, porém por outro processo, que depois diremos. Mas os cidadãos eleitores é que não poderiam votar em nenhum cidadão elegível que exercesse qualquer cargo remunerado ou função pública. Excetuar-se-ia desta disposição, tão-somente, os professores dos estabelecimentos de instrução sustentados pelo Estado e ainda os sacerdotes, abades das freguesias, curas, párocos colados, etc.

A Convenção seria constituída por dois processos diferentes e concordantes. Isto é, procederia de *eleição* e de *delegação*.

Os direitos e deveres dos *deputados* e dos *delegados* seriam os mesmos.

A eleição far-se-ia por sufrágio universal.

Todo o cidadão português, maior de vinte e um anos de idade, seria eleitor.

Todo o cidadão português, maior de vinte e um anos, seria elegível.

As mulheres, exercendo indústria ou comércio coletado, inscritas nas respetivas pautas dos contribuintes, bem como viúvas, tutores e administradores dos bens de seus filhos menores, ou cabeças de casal em inventário pendente, seriam, igualmente, eleitoras, podendo exercer o direito de voto, por procuração bastante.

O exercício do voto considerar-se-ia, para esta eleição excecional duma assembleia extraordinária, como obrigatório, e o seu não-exercício como delituoso e punível. Os abstencionistas perderiam por espaço de três anos, o gozo de certos dos seus direitos civis e satisfariam uma multa anual sobre o montante de sua contribuição, determinada segundo uma escala proporcional aos seus rendimentos e haveres coletados. A todo o cidadão eleitor seria entregue uma *carta cívica*, que, como tal, o reconhecesse e autorizasse. Essa carta teria uma cor determinada; ela seria depositada numa urna, anexa à urna da eleição ou inutilizada, pelo corte dum *ticket* ou por qualquer outra maneira convencionada, na ocasião da votação.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A carta cívica dos empregados públicos seria de outra cor; e as praças de pret, da força armada de terra e mar, das guardas-fiscais e da polícia, municipal e civil, não teriam direito de voto.

Também o não teriam as corporações arregimentadas ao serviço das câmaras municipais, como sejam bombeiros, varredores, etc. A representação de todos estes cidadãos portugueses na Convenção far-se-ia por delegação.

As coletividades representativas de instituições do Estado far-se-iam representar por delegação na Convenção. Assim, por exemplo, o exército — por membros do conselho superior de guerra, o alto clero pelos bispos e arcebispos, etc.

As coletividades livres nomeariam representantes diretos. Assim os prestamistas do Estado, portadores de inscrições e obrigações, de qualquer género de títulos, de assentamento ou *coupon*, nesta categoria compreendidos bancos e sindicatos.

A esta espécie de representação pertenceriam as Misericórdias e irmandades, confrarias e mais agremiações caritativas e de beneficência, as quais foram obrigadas a inverter seus bens, por desamortização, em papéis de crédito público.

Também a burocracia, administrativa, de fazenda e obras públicas, elegeria, em eleição especial, os seus representantes à convenção, e cujo número e distribuição a lei fixaria. Na Convenção, identicamente, se representaria a propriedade rural, a classe dos rendeiros, foreiros e trabalhadores, os operários fabris, o comércio associado, o professorado primário, as associações de socorro, a pesca e a marinha mercante, etc.

Só depois de ultimado o apuramento de toda esta representação determinada e da lista completa da delegação das corporações que não votam, mas são representadas naturalmente pela sua chefatura preestabelecida, como, por exemplo, a Universidade de Coimbra pelo seu reitor, — só então é que se precederia, em dia subsequente, à eleição dos deputados, aos quais incumbiria especialmente a representação política, por assim dizer, de conjunto nacional.

Não se correria o risco de que um eleitor exercesse mais de uma vez o seu direito de voto, visto como, havendo votado uma vez, a sua carta cívica, indispensável para o exercício do seu direito, lhe ficaria cassada e retida, sendo-lhe restituída, tão só. Após a abertura da mesma Convenção.

Neste sistema, compreende-se que não há dependência de chamada, pelo que diz respeito ao modo de votar. Somente se prefixaria um prazo de tempo determinado.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não se cuide que o plano geral que bosquejamos implique um número excessivo de representantes, de molde a congregar-se uma assembleia desproporcionada e, consequentemente, anárquica e indirigível.

Fazendo o desenho de programa cujo alguns dos tópicos ficam apontados (e os quais nos não pertencem todos) — chegamos a verificar que semelhante assembleia viria a conter, quando muito, 150 membros, o que, por forma alguma, é número impróprio e excessivo. Mas, ainda mesmo que esse número viesse a aumentar e se chegasse à necessidade de 200 deputados e delegados, por exemplo, tal consequência não faria senão conferir ao congresso uma solenidade e um majestoso prestígio maior.

Pelo que toca à representação propriamente política, os círculos teriam não só a representação das maiorias como a das minorias e de todas as minorias, logo que atingissem um limite idóneo, segundo as teorias do quociente eleitoral. A representação das minorias seria sempre efetiva, das reais minorias, tolhendo-se absolutamente o descompassado abuso dos chamados desdobramentos de lista.

Os delegados e os deputados de corporações especializadas seriam obrigados a exibir perante a assembleia o rol escrito das reclamações e pretensões da classe que representavam, à maneira dos *cahiers* que os deputados dos Estados-Gerais em França, em 1789, trouxeram dos seus comitentes das assembleias primárias e com cuja autoridade, reunindo as três ordens do Estado, as transformaram em assembleia nacional constituinte. O mandato destes delegados e deputados é, essencialmente, imperativo.

Assim, todos estes mandatos podem ser cassados e anulados pelos mandantes, no caso de infiel cumprimento do mandatário.

De resto, para as candidaturas gerais, nenhuma será reconhecida, quando não tenha sido expressamente aceite pelo cidadão proposto, e apresentada ou apoiada por um número de eleitores não inferior a um limite mínimo. De modo que as mesas eleitorais serão compostas e delas serão vogais e escrutinadores os representantes dos próprios candidatos apresentados, de modo a evitar dolos. Essas mesas estarão, pois, constituídas antes já do ato eleitoral, e acabará o sofisma que consiste no atropelado apartamento à hora mesma, dentro do templo, para a direita e para a esquerda da urna.

Não haverá comissões recenseadoras, porque o modo de votar será pela simples apresentação da carta de eleitor. Com o que se

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

extingue a grande fonte, a fonte máxima da burla. A posse da carta de eleitor será gratuita e obrigatória.

Ela será exigida em todo o ato público, verbi-gratia na redação de quaisquer escrituras em notas de tabelião. A sua falta será punida de uma multa. A carta cívica será passada por designados funcionários públicos, entre os quais os escrivães de fazenda.

Quanto à carta de eleitorado dos empregados públicos, em suas respetivas repartições por seus chefes lhes serão entregues.

O conjunto das ideias expostas, pelo que genericamente se refira a tratadistas, deriva de Stuart Mill e do sociólogo belga Guilherme de Greef. Em Portugal, já aparecera, em 1878, um projeto congénere. Encontra-se apenso ao opúsculo sobre as «Eleições», devido à pena proteica do falecido Oliveira Martins. É precedido dum longo capítulo de filosofia política, que ao tempo nos ocupou, em um refutativo ensaio, também não curto, e estampado nas colunas de *A Folha Nova*, 1.ª série. Na verdade, sob o dissimulo duma vaga metafísica socialista, Oliveira Martins já então, realmente, puxava para o arrocho com fúria insigne.

Em nossos modernos dias, há, entre nós, uma lição notável sobre o tema, mais positiva na aplicação, melhormente democrática no critério. Mas, para seu exame, não é o lance.

Assim, concluindo:

Restar-nos-ia dizer agora qual o meio prático de levar o nosso plano a efeito.

Bem sabemos, como já declaramos, que tudo isto é utopia, como em Morus, e ucronia, como em Renouvier.

Ainda assim, incorrigível sonhador, no próximo artigo apontaremos a maneira, possível de dar realidade à quimera. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2889, 11 de janeiro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Rematemos aqui este (oxalá o último) rosário de determinativas quiméricas.

Pois é pena que o sejam!

E é pena, porque esta seria a ocasião e este seria o processo em cuja conformidade Portugal surgiria perante a Europa civilizada — a sua credora — como uma nação digna, briosa, coisa da sua honorabilidade e disposta a fazer honra, dentro do critério da genérica justiça, à responsabilidade dos seus compromissos anteriores.

Não podiam mais os *comités* financeiros da judiaria cosmopolita ricanar contra a representação sucessiva dos delegados do Estado português, formigando, à laia de exército, como ela disse em suas gazetas, mas à laia de mendigos rotos, purulentos e abjetos.

Pela primeira vez, aparecia perante eles um povo. Um povo, não suplicando; não rojando-se; mas também não sofisticando nem iludindo. Antes, com toda a lealdade e com toda a hombridade, negociando um acórdão de honra e de boa-fé!

Quem o duvida? Não lograríamos insuficientemente, porque conseguiríamos tudo. Somente, para isso, era preciso esta simples coisa: um povo. E, ai de nós!, nós não temos povo! Seria essa precisamente, a função da república vindoura; o salvar esta plebe analfabeta (quatro milhões e quinhentos mil portugueses; notem bem: quatro milhões e quinhentos mil portugueses; quatro milhões e quinhentos mil portugueses, que não sabem ler nem escrever; quatro milhões e quinhentos mil toupeiras morais; quatro milhões e quinhentos mil cegos de nascença; quatro milhões e quinhentos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

mil surdos-mudos; miséria infinita; treva profunda). Seria essa, na verdade, a tarefa da república. Fazer *disto* gente. Democracia é demopédia: — disse Prudhon.

Mas, entretanto, há que sofrer. Há que sofrer as consequências do egoísmo bárbaro das gerações que nos precederam. Há que sofrer as consequências da covardia estúpida em cujo declive degradadamente temos vindo resvalando.

Assim, Convenção Nacional Portuguesa, nem ao longe lobrigá-la, nem mesmo ainda como ondulante espiral aos olhos semicerrados de fumador opiado, em cujo cérebro enfermiço parafusem as esquirolas do beatificante veneno.

Todavia, era relativamente fácil.

Bastava que a ideia, uma vez apresentada, com fogoso calor a tomassem na imprensa. Logo cumpriria que ela, ao depois, seguidamente, fosse, por quem idóneo, acolhida e acalentada. Por consequência, se constituiria comissão especial para a estudar e de seus presumíveis efeitos inquirir. Dado que o programa não resultasse rejeitado no limiar de apuramento crítico, então essa comissão especial explanaria aquilo que estava simplesmente apontado. Quer dizer, desenvolveria num projeto regular de lei eleitoral, com seus artigos, números e parágrafos, o conjunto dos tópicos apontados. Publicaria essa lei eleitoral; fá-lo-ia circular profusamente por esse país fora em folhas avulsas.

Depois do que, dirigir-se-ia esse quem de direito a todas as agremiações independentemente, direções de associações comerciais, definitórias de contrárias, gerências de centros operários, representações orgânicas de corporações literárias e científicas, e requerer-lhes-ia o seu parecer a propósito, por escrito.

Promovida e, mesmo, forçada destarte, uma declaração, coletiva e geral de opinião, então havia que ferir o grande golpe, o golpe decisivo.

Para o mesmo dia, à mesma hora, seriam convocados comícios em todas as capitais de distrito de Portugal. Nesses comícios se apresentaria ao povo, assim previamente instruído, uma representação pedindo aos poderes públicos a imediata convocação de uma convenção Nacional Portuguesa, sob o critério dos princípios gerais defendidos, e subordinados, em sua aplicação, ao efeito das regras já estabelecidas e prefixas.

Não era favor que se solicitasse, era direito que se exercia, pois que a Carta Constitucional, lei basilar da monarquia que jurou e perjurou ser parlamentar e representativa, inscreve entre as franquias do súbdito português e direito de petição.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Proposto à assembleia popular por sua mesa, o quesito e uma vez ele aprovado, — dirigir-se-ia então a mesa de *meeting*, não ela só, mas acompanhada de toda a gente que estivesse na reunião, ao governo civil, onde entregaria ao primeiro funcionário do distrito a sua petição.

Isto se faria conforme se disse, no mesmo dia e hora, por toda a extensão do país, mas em Lisboa proceder-se-ia mais complexamente.

Uma vez partida do lugar da reunião (a qual, implicitamente, se vê que teria de realizar-se num dia da semana), a multidão dirigir-se-ia primeiramente à câmara dos deputados, a cujo presidente entregaria uma cópia da sua representação; outra seria entregue ao presidente da câmara dos pares, ainda outra ao vogal decano do conselho de Estado.

Finalmente, essa mesma multidão se encaminharia para a residência do chefe do Estado e ao rei de Portugal requereria que, uma vez pelo menos, usasse da amplitude da sua prorrogativa para salvar Portugal, renunciando temporariamente a um poder que só o direito (?) de nascimento lhe confere e restituindo-o, pelo momento, à nação, que lho trespassaria, na sequência, caso entendesse que o snr. Dom Carlos de Bragança é entre todos os homens nascidos nesta terra lusitana, o mais ilustrado e o mais inteligente, o mais habilitado e competente enfim, para nos *representar* e nos dirigir.

Sua Majestade, por certo, não hesitaria, uma vez posta diante dela a eventualidade de conduta semelhante. O contrário seria, por implicitamente, se confessar incompetente, reconhecer-se usurpador.

E a nação, entregue a si mesma, organizada em Convenção Nacional, se não se salvasse, é porque o não merecia.

Mas, como isso nunca aconteceu para ninguém desde que o mundo é mundo; como isso não aconteceu para a França, para a Inglaterra, para os Estados Unidos, para a Holanda, — também, cremos bem — e não é crer muito — também não aconteceria para Portugal.

Ora, tudo é bem o que acaba bem.

É o título duma graciosa comédia.

E seria o ridente fecho prematuro de uma tragédia temerosa.

*

* *

Se tudo isto não pertencesse a Quincey, que comia ópio, ou a Baudelaire, que fumava haxixe e se houvesse um dia uma

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Convenção Nacional Portuguesa; e se, havendo-a, quem estas linhas escreve recebesse e desse a honra de fazer parte dela, de que teor seriam as propostas de lei que a essa augusta Assembleia, naturalmente lhe cumpria apresentar? *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2895, 18 de janeiro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os Heróis

O historiador inglês Carlyle baseou toda a sua teoria interpretativa dos acontecimentos humanos na dedução de qualquer qualidade originária e fundamental de que tudo parte e aonde tudo vem bater. É a sua famosa doutrina dos heróis, doutrina essencialmente alemã, mas transformada e tornada precisa e, diz Taine, espessa; enfim, à maneira inglesa.

Na verdade, os alemães diziam que toda a nação, todo o período, toda a civilização tem a *sua ideia*, isto é, o seu traço principal, de que todos os outros derivam, assim a filosofia como a religião, as artes como os costumes, resumindo: todas as parcelas integrantes do pensamento e da ação. Mas onde Hegel punha uma ideia, Carlyle põe um sentimento heroico. E ao heroico considera-o como «um mensageiro enviado do fundo do misterioso Infinito com novas para nós... Ele vem da substância interior das coisas. Aí vive e aí deve viver em comunhão quotidiana... Ele vem do coração do mundo, da realidade primordial das coisas; a inspiração do Todo-Poderoso dá-lhe a inteligência, e verdadeiramente o que ele pronuncia é uma espécie de revelação». (*On Heroes*, p. 71).

Neste sentido, não é precisamente o herói de Carlyle o snr. Mouzinho de Albuquerque. Porque, apesar de toda a nossa boa vontade, é difícil reconhecer nos discursos de s. ex.ª o verbo do Todo-Poderoso; e as notícias que do seio primordial das coisas ele trouxe para os jantares da Associação Comercial não se distinguem nem pela originalidade nem pela racionalidade.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Com efeito, já quando recebeu a espada de honra, as palavras que o agraciado pronunciou resultaram medíocre testemunho da revelação do Incriado.

Ele declarou que aquela espada só a desembainharia pelo seu rei e pela pátria. Intencionalmente vê-se que fez esta gradação: o rei primeiro, a pátria depois. Todavia, mesmo nos períodos do mais crasso despotismo, os portugueses, abatidos e envilecidos, ainda assim, não chegavam ao extremo de dar a preferência ao rei sobre a pátria. Há uma quadra célebre que define as morais obrigações clássicas dos lusitanos. Inspirou-a a viscondessa de Balsemão uma musa pouco poética, e diz assim:

Defender os pátrios lares
Dar a vida pelo rei
É dos juros valorosos
Carácter, costume e lei.

Isto era assim no começo deste século; mas, no seu fim, retrograda-se em independência cívica, e a defesa do rei considera-se como o primeiro dever, absoluto e radical.

Quer dizer que o constitucionalismo está hoje ainda atrás do próprio miguelismo. Os absolutistas portugueses tomaram, como se sabe, para legenda da sua bandeira a divisa: *Deus, Pátria e Rei.* Ela serve de epígrafe ao órgão jornalístico do partido, a *Nação.* Mas o *Diário do Governo,* se hoje houvesse de pôr designações simbólicas no seu cabeçalho, inscreveria o Rei no topo da lista. Deus mesmo iria desterrado para a quarta página; e ficaria demonstrado, com plena evidência, que em vez de ser o Rei por graça de Deus, Deus, afinal, é que é por graça do Rei.

Sem embargo, a dinastia de Bragança, em cujo serviço o snr. Mouzinho de Albuquerque insistentemente se declarou disposto a sacrificar toda e qualquer outra ordem de interesses e considerações, não deve ignorar, por certo, ela, essa dinastia tão fanaticamente amada e servida, que procede, pura e simplesmente, da vontade originária de toda a soberania que resida no povo português.

Vê-se que o snr. Mouzinho de Albuquerque nunca folheou o tratado analítico da «Justa aclamação do Sereníssimo Rey de Portugal D. João o IV, ordenado, e divulgado em nome do mesmo reyno, em justificação de sua ação, dirigida ao Summo Pontifice da Igreja Catholica, Reys, Principes, Respublicas, e Senhores soberanos da Christandade; composto pelo doutor Francisco Velasco de Govêa, Portuguez, Cathedratico jubilado em Canones na Universidade

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de Coimbra, na Igreja Primacial de Braga»; e impresso «à custa dos três estados do Reyno» em Lisboa, em 1644, com frontispício gravado a buril e neste o retrato do sobredito rei. Se o snr. Mouzinho de Albuquerque possui na sua biblioteca esse livro educador, poderá ver que ele começa pelo assento feito em cortes pelos três estados dos reinos de Portugal (escrito em Lisboa aos cinco dias do mês de Março de 1641) da aclamação, restituição e juramento dos mesmos reinos ao rei D. João IV deste nome. Depois o dito livro estabelece a doutrina *oficial* (note-se bem: *oficial*) do direito público constitucional português. Aí, na primeira parte, §§ I, II e III, verá o snr. Mouzinho de Albuquerque.

«Que o Reyno de Portugal tem legitimo poder para acclamar Rey»;

«Que o poder régio dos Reys está nos Povos, e Respublicas, e d´ellas o receberam immediatamente»;

«Que, ainda que os povos transferissem o poder nos Reys, lhes ficou habitualmente, e o podem reassumir quando lhes for necessário para sua conservação»; finalmente:

«Que podem os Reys e Povos privar aos Reys tyrannos, negando-lhes a obediencia»;

Que quer tudo isto dizer? Quer dizer que para o próprio rei D. João IV, fundador da dinastia de Bragança, a Pátria (que, na rude linguagem do tempo, se chamava *os Povos, os Reynos, as Respublicas*) precedia e preferia ao Rei.

Contudo, se o snr. Mouzinho de Albuquerque entender a autoridade de D. João IV ainda insuficiente, podemos oferecer-lhe outra, que, na verdade, nos parece de certo peso. E é a de D. Afonso Henriques; o qual, por ser o fundador da própria monarquia portuguesa, se devia entender na matéria.

Ora, a dinastia de Bragança baseou-se, pela voz e pela pena dos seus juristas, na autenticidade das cortes de Lamego, por aquele rei celebradas, depois que o papa lhe mandou a bula da confirmação do reino.

A relação dessas cortes diz que, assentado El-rei no trono real sem as insígnias régias, e levantando-se Lourenço Viegas, procurador do príncipe, perguntou aos procuradores da boa gente, deputados cada um por suas cidades, se eles queriam que ele fosse rei, ao que eles responderam que sim. Então, disse o procurador: «Se assim é vossa vontade, dai-lhe a insígnia real»; ao que eles retorquiram que lha davam em nome de Deus. Levantando-se o arcebispo de Braga, tomou das mãos do abade de Lorvão uma grande coroa de ouro cheia de pedras preciosas, e esta puseram na

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

cabeça do rei D. Afonso Henriques, então, bradou àquelas gentes: Vós me fizestes rei e companheiro vosso (*Vos me fecistis Regem, et socium vostrum*). Destarte o filho do borgonhês reconheceu a soberania primordial da Pátria, a qual tão-somente, e ainda sob determinadas cláusulas, lhe fora transferida por eleição.

Estes exemplos demonstram, concludentemente, pois, que pela boca do snr. Mouzinho de Albuquerque não falou, como pretende Carlyle, a voz do Todo-Poderoso.

Assim, muito mais o herói de Carlyle nos parece não o vencedor de Chaimite mas o vencedor de Ourique. Com efeito, se o herói é, de sua função substancial, o *promotor*, ele não se compreende quando o seu efeito social converge para fazer retrogradar, moral e politicamente, a nacionalidade que se presume que dirija.

É neste significado que tem de se entender o que se ouve do grande músico Beethoven. Havendo arrancado do entusiasmo de sua inspiração os primeiros compassos de sua sinfónica *marcha fúnebre na morte de um herói*, consagrada ao general republicano Bonaparte, ele rasgou, depois, com indignação e dor, a pauta em que os escrevera, pois nunca seria maculado o seu génio em lisonjas de homenagem ao imperador Napoleão.

Vem a ser que todo aquele que, direta ou indiretamente, contribua para embaraçar a marcha do progresso geral, quaisquer que sejam, aliás, os seus méritos pessoais, de inteligência e de carácter, de intrepidez e de bravura, não pode captar legitimamente as duradouras simpatias. Os serviços que prestou à Pátria são excedentemente ultrapassados pelos prejuízos que lhe pode vir a causar. É um estorvo e constitui um perigo. Os mais brilhantes feitos de armas não logram compensar um ulterior mal, possível e provável.

Esta intuição profunda do instinto popular, que raro se engana, explica a frieza da acolhida do snr. Mouzinho de Albuquerque. No Porto.

A glacial abstenção das classes ilustradas e trabalhadoras contrasta significativamente com o caloroso ímpeto das festas na receção dos soldados expedicionários: heróis obscuros e modestos, nos quais, por um momento, o povo viu incarnada a alma da pátria.

Aos espíritos críticos cumpre que não escape o motivo deste contraste: ele é um iniludível sinal dos tempos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2899, 22 de janeiro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Agradecimento

Enquanto que o cavalo da Praça Nova deslumbrava as gentes, fulgurando de um emprestado brilho, em Lisboa aquilo a que é de uso chamar, por galanteria, O Parlamento da Nação Portuguesa, fazia esta amável coisa: de afogadilho, deitava uma corda à roda do pescoço da indústria nacional, fincava o pé com força e puxava com amor.

Foi um trabalho perfeito. Apanhada a vítima entretida, embasbacada. No género *guet-apens*, não há melhor.

Esta inacreditável traição, perpetrada pelos poderes públicos contra o trabalho português, correspondeu, a idónea e vingativamente, à atitude de servil aquiescência que a indústria local, à mesma hora, mal acabava de assumir.

Com efeito, para que em certo dia, no da missa campal, ao largo de Santo Ovídio, concorresse gente que, mais ou menos, fizesse vista, pedidos pelas autoridades, os snrs. industriais do Porto deram-se pressa em mandar fechar as suas fábricas. Puseram na rua a tristeza dos esfarrapados esquadrões de seu exército de famintos, colaborando cortezanescamente assim na impostorice pseudopatriótica, dela fazendo gala e com ela se ensoberbecendo.

Como se tratava dum triunfo à romana, poderiam saudar o herói, à romana também. *Avé, César, morituri te saluntan!* As indústrias portuguesas, que vão morrer, te cumprimentam, major!

No verdasco, — pois que ninguém as faça que as não pague e neste mundo é que todas se paguem — previdente e manhoso, o governo de S. M. F. (à mesma, para eles ingénua, hora) lhes tinha preparada a excelente desfeita que se concretiza e declara

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

no exclusivo da montagem de fábricas em nossa África ocidental. Foi o agradecimento. Deu-lhes, positivamente, com os pratos dos jantares das agremiações comerciais na cara.

Por isso, agora gemem. Gritam. Suplicam. Requerem. Ameaçam. Imploram. Qual ao Rei. Qual ao Parlamento, (pois que, *pro-forma*, parlamento seja). Qual a César, perdão!, ao snr. Mouzinho de Albuquerque. Qual ao vivo demónio. Ah que de Deus, que estamos perdidos!

Então, realmente. Todos, industriais e operários e não só os industriais e operários da indústria de fiação e tecidos de algodão, mas ainda os industriais e operários de todas as indústrias portuguesas, o comércio e as ocupações livres, de qualquer ramo e género que sejam.

Quer isto dizer que a inconcebível deliberação tomada pela câmara dos deputados compromete irremediavelmente o futuro económico e, por consequência, os destinos políticos de Portugal inteiro.

É preciso que não sejamos lorpas. Urge que nos não deixemos iludir pela arteirice de interessados sofismas.

Só quem for duma crassa ignorância acerca das coisas de África, é que poderá imaginar que se vão montar, da noite para o dia, fábricas de artefactos de algodão ali, a fim de surtir os mercados do interior.

Quem é que constituiria a população manufatureira dessas supostas fábricas? Quem seriam os operários?

Os negros?

Mas os negros são duma tal rebeldia a sujeitar-se a qualquer espécie de trabalho regular, sistemático, prolongado, exaustivo, como seja o trabalho neste abominável regímen capitalista do industrialismo moderno, que, para os meter a dentro de fábricas e os subordinar à disciplina dos regulamentos adequados, seria preciso consumir um tão extraordinário dispêndio de energia que a sua possibilidade se não pôde racionalmente presumir nem conjeturar.

Não sendo negros os operários das fábricas de Angola, seriam brancos, mandados ir de Portugal?

Mas, sendo assim, que futuro resultaria o dessa desgraçada emigração de proletários, votados ao extermínio sob o rigor atroz dum clima mortal, debaixo dum calor insuportável e envenenados pelas febres palustres, que os dizimariam sem piedade?

E, pelo que toca aos industriais, quem lhes resgataria o prejuízo sofrido na imobilização de capitais fixados em maquinismos,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

edifícios aqui construídos para suas fábricas, *stocks* de uma sobreprodução já acumulada?

É de tal maneira claro o absurdo que, apesar da incomparável ignorância e da monstruosa irreflexão dos dirigentes portugueses, a questão é, por força, outra; tem de se lhe descobrir o misterioso embuste, que se alaparda nos recessos de toda esta comédia trágica.

É preciso que um grande e inconfessável interesse exista para que o gabinete se atravesse a provocar a cólera unânime dos industriais e dos operários de Lisboa e Porto, ajuntando às causas de inquietação, já preexistente, mais este fator ainda, e importantíssimo como ele seja.

De feito, a qualquer estadista um pouco ao par de seu proveitoso encarrego deveria parecer natural o supor que a missão de Portugal em África é fazer, não indústria, mas sim comércio e agricultura.

Esta gente governativa de Lisboa, que tanto admira a Inglaterra e os seus procedimentos de governo, por que será que neste assunto, a não imita? Pois a doutrina dos ingleses com respeito a suas colónias orientava-se por critério congénere, mas tão exagerado até que chegava aos extremos ferozes dum egoísmo sem limites. Conhece-se a frase do lord Chathan, o primeiro dos dois grandes Pitt; ele dizia em pleno parlamento (porém este parlamento não era o de Lisboa): «As colónias inglesas não têm direito algum a manufaturar um prego que seja, nem sequer uma ferradura».

Assim o conceito é absurdo e iníquo; e a indústria doméstica, que incida sobre uma fabricação rudimentar, é não só legítima como indispensável nas sociedades novas das colónias. Mas tão-somente esse primeiro grau de indústria é que é compatível com o desenvolvimento agrícola e mercantil do país.

Quanto à grande indústria nas colónias, nunca ninguém pensou em proibi-la por meio de regulamentos e ordenanças, visto como sempre se entendeu que a simples natureza das coisas dela desviava os colonos.

Há um livro clássico sobre a *Colonização nos povos modernos*, escrito pelo snr. Paul Leroy-Beaulieu, membro do Instituto, professor no Colégio de França, diretor do *Économiste français*.

Tratando do ponto, ele diz: «a metrópole não precisa, a bem do interesse dos seus fabricantes, de proibir às colónias que se entreguem à indústria. O próprio interesse dos colonos leva-nos a consagrar-se de preferência à agricultura, à pesca ou ao comércio». (P. 602, 3:ª ed.).

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas é que, na sua petulante ignorância, o snr. Leroy-Beaulieu, em 1886, não podia adivinhar os relances geniais que haviam de, congeminativamente, fosforear, em 1898, no toutiço dos filósofos políticos da Arcada.

O constitucionalismo lusitano progrediu, na matéria, mesmo, notavelmente, desde 1858 para cá, em obediência ao princípio crítico que determinou aquela famosa definição do caranguejo, que seria um interessante peixinho vermelho que anda para trás.

Na verdade, por então, em Lisboa ninguém acreditava na plausibilidade de estabelecer fábricas de fiação e tecelagem de algodão na nossa província de Angola.

No que se pensava então, com acerto e patriotismo, era, mas era, em desenvolver ali a *cultura do algodão*, estudando-se, do mesmo par e passo, o modo de prazer o seu produto ao comércio.

Nomeou-se uma comissão especial para este fim, e da parte técnica da sua tarefa tomou a direção, encarregado do objeto especial pelo gabinete de Lisboa, o snr. Frederico Welwitsch, cuja competência era reconhecida e apreciada. Partiu pra a África; observou com cuidado e deu conta dos seus trabalhos publicando-os no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola. Resumiu as suas conclusões numa carta que a um negociante de Liverpool, que lhe pedira explicações, endereçou ao tempo, e que anda publicada em português num folheto estampado, por ordem do nosso governo, na Imprensa Nacional em 1862.

Ora, aqui é que está a chave do enigma.

Em 1862 a gente do comércio de Liverpool tinha interesse em saber como é que poderia receber, para seus fusos e teares, de Angola, o algodão em rama. Mas hoje o interesse de Liverpool é outro. E aquele que há duas semanas foi proclamado nas Câmaras de Comércio daquela cidade inglesa: é saber como há de mandar para Angola a seu algodão já manufaturado.

Prestimosamente se encarregam de responder aos algodoeiros de Liverpool os politiqueiros de Lisboa.

Satisfazem-lhes a curiosidade interesseira, brindando-lhes com o mimo que se contém no projeto, aprovado, do exclusivo da montagem de fábricas na África Ocidental portuguesa.

Isto deve conjugar-se, direta ou indiretamente, com as combinações urdidas com respeito à conversão e o empréstimo, resolvendo-se assim a dificuldade que o *Popular* tem vindo expondo, concernente aos prejuízos que a operação que se pretende, por ventura, causa ao credor estrangeiro.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não se entende d'outr'arte o desconchavado desaforo que, inopinadamente, vem substituir-se o efeito do natural ensino iniciado já em 1881. Então, a subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais, no relatório apresentado ao governador civil do Porto, presidente da comissão distrital do inquérito às indústrias, frisava o facto de que havia já «uma certa importação de algodão de África, mas a máxima parte dessa procedência prefere o mercado inglês».

A subcomissão era composta dos snrs. A. J. Carneiro e Silva a António Manuel Lopes Vieira de Castro, e dos falecidos Joaquim António Gonçalves e J. P. de Oliveira Martins, redator.

Sendo o consumo do algodão em rama oriundo dos Estados Unidos, da Índia e, na sua quase totalidade, do Brasil, cumpriria aliviar a economia nacional deste valioso encargo de matéria-prima, tributo pago em ouro ao estrangeiro e que é o lado falso, para a nação, de desenvolvida indústria semelhante.

Da questão, por este e outros aspetos afins, — é que cumpriria tratar, mas sinceramente do que se trata é de facilitar a construção dumas barracas em África que, intitulando-se fábricas locais, não sejam senão depósitos das fábricas reais e verdadeiras de Manchester e Liverpool. Nem chegará a haver contrabando, porque a cumplicidade oficial estará garantida.

As colónias ficarão, dessa data em diante, completamente perdidas para nós. E aqui dentro da metrópole, em Portugal, as condições da geral miséria económica agravar-se-ão até ao paroxismo exorbitante e absoluto.

No entretanto, porém, far-se-á a conversão, obter-se-á certo empréstimo. Um punhado de libras se atirará de Liverpool, com altivo desprezo, sobre Lisboa. O devorismo dos políticos terá para viver mais um ano. Os industriais fecharão as portas. Reduzirão salários. Despedirão pessoal. Explorarão as mulheres e os menores. Os operários, esses, morrerão de fome ou emigrarão para o Brasil. E os que protestarem terão a persuadi-lo as espadeiradas. Sua convincente recordação, ontem mesmo foi evocada no comício dos trabalhadores, ludibriados e indignados, mas cercados de tropa, de pé e de cavalo. Como se fossem o inimigo que afronta o brio da bandeira. Como se aos queixumes de sua desgraça conviesse afrontá-los ainda com a ameaça de golpes e pancadas, vibradas pela mão dadivosa da polícia, ali, para isso, presente e pronta, civil e municipal, luzidia, com as agulhetas dos capacetes ao sol e os quarenta da ordem na cartucheira.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Tal seja, hoje, esta ditosa pátria amada, em que faz, mesmo, gosto viver.

Não tem dúvida nenhuma. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2404, 28 de janeiro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Se Nós Tivéssemos Vencido...

—

Do Livro Inédito:
Depoimento de um Vencido

Conclusão

. . . . . .

Roterdão é uma cidade triste, escura; suas edificações sem estilo dão a ideia duma sequência monótona de simples armazéns alfandegados. Se não fora o júbilo incomparável do sol meridional. Dir-se-ia que um pesadelo macábrico nos haveria transportado a um mais brumoso Porto.

Esta oculta semelhança, inesperada e súbita, feriu-nos na hora romanesca do desterro. Já o assinalámos. *

E à beira de portugueses que nunca viram Portugal e que interrogam no peculiaríssimo obsoleto de um idioma do século XVI, judeus bisnetos de judeus, expatriados, caluniados, esquecidos e saudosos. — a dentro da *tablagie* irrespirável, explicamos, perante as interessadas curiosidades, e, à face delas, retorquimos.

— Primeiro que tudo, há que ver que, num país e em circunstâncias tais como as presentes para Portugal, em que pese, sinceramente, à sua modéstia, o republicano se vê forçado a confessar que é mais do que os outros. Ele vale incomparavelmente acima. E pelo simples facto de se haver declarado tal.

Na verdade, proclamar-se quem quer que seja como republicano importa abdicar voluntariamente de toda a espécie de ambições; importa fazer o sacrifício dos seus interesses imediatos e, com os seus dos de sua família. Não ser nomeado para nada; para nada

---

* «Notas de exílio», cap. VII. Ed. Lugan & Genelioux. Porto, 1893.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ser ouvido. Voluntariamente, o republicano põe-se à margem. Da beira da corrente, vê passar a onda das ambições satisfeitas, das nulas vaidades triunfantes. Em certa maneira, atendendo-se aos corolários, a sua renúncia espontânea deriva (mesmo) num desserviço coletivo. Pois que, sem diretas oposições, todas as mediocridades que contemporizam com o instituído se dão a gala dos mais que muito fáceis triunfos.

E, todavia, esse repúdio altivo e nefasto é humilde e útil. Por isso que virá a redundar em ulteriores vantagens decisivas, e, na sua origem, procede da repugnância em aceitar qualquer género de governação pública que não derive clara e determinantemente das necessidades gerais da civilização de todo um povo.

Em simétrico confronto, o republicano sabe, por uma forma, mais ou menos ostensiva à consciência, que o governo que ele pretende vir a estabelecer não é o governo dum partido, dum grupo, duma seita, duma fação.

Ao contrário. A república é o governo da nação, pela nação; dentro da república, uma vez estabelecida, terá de desaparecer, logo, o partido republicano, que só tem razão de existir enquanto a república não existe. O monarquista, mas patriota Thiers, convencido afinal, declarava aceitar a república, porque ela era o terreno neutro onde todos cabiam, aquilo que, em matéria de instituições, menos dividia os homens.

Mas um dos nossos mais acérrimos inimigos, poderoso talento jornalístico que, falsamente acusando-nos de para eles destinarmos candeeiros, público e raso, para nós implorou fuzilamentos, entendeu, implicitamente, justificar o rancoroso misoneísmo, asseverando que regímenes novos exigem homens novos.

Assim é e assim não é. E o próprio caso dos d'Auddriffet-Pasquier, Léon Say, Broglie e outros da primeira revoada da terceira república concordaria com o exemplo dos *ralliements* que, iniciados por Gambetta para com tarimbeiros como Gallifet ou periodiqueiros como Weiss, se termina e fecha com o advento do socialismo cristão do conde de Mun.

Somente, entendamo-nos. Os homens novos, nos regímenes novos, declaram-se intransigente e irreconciliavelmente incompatíveis, dos regímenes velhos, com os homens velhos — podres.

Eis aqui o primeiro que faríamos — se nós tivéssemos vencido. Pôr de lado, de vez, todos os fatores impuros da política tradicional portuguesa. Limpar. Clarear. Varrer. Varrer as estrebarias de Augias, isto é as secretarias do Terreiro do Paço.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Isto faria, de começo, se vitoriosa, a revolução do 31 de Janeiro, no Porto.

Propositadamente chamamos-lhe *revolução*.

Os escribas hesitam. Qual lhe chama insurreição, revolta, rebelião, quiçá motim. Quando o nome, único e nobre, que lhe quadra é o augusto nome de *revolução*.

No seu maravilhoso poema de *Os Miseráveis*, Vítor Hugo fazendo o contraste, querido à sua técnica, de o idílio da rua de Piumet e a epopeia da rua de S. Diniz, relata o temeroso dia 5 de junho de 1832 em Paris. E antes de mais, distingue entre o que seja *revolta* e o que seja *revolução*. A destrinça, no que ele chama, e bem, o fundo da questão, reside no grau de convergência por qualquer alevante manifestado no sentido do progresso. Assim, materialmente, um na aparência, motim sem alcance, pode ser uma *revolução*; enquanto que um grande tumulto, extenso e intenso complicado e embrulhado, pode bem não passar de uma *revolta*.

A longa guerra, a campanha de anos, envolvendo umas poucas de províncias, ao norte da Espanha, aquilo a que se chama sinteticamente o *carlismo*, é com todos os seus milhares de combatentes e as suas centenas de canhões, uma desprezível *revolta*.

Mas, as partidas dos mulatos foragidos de Cuba, sem pólvora e sem cartuchos, rotos, armados de machetes, mas reivindicando sua liberdade e morrendo para que seus descendentes homens sejam, eis aí uma bela e esplendorosa *revolução*.

Vítor Hugo, na incorrigível inconsciência do seu idealismo de rico, supôs caracterizar a antinomia dizendo que a revolta provém de um facto material, enquanto que a revolução é sempre um fenómeno moral.

A flor mergulha as suas raízes no estrume, professava com incisiva brutalidade de expressão o russo Bakounine; e, afinal, a mais positiva realidade vem descendendo duma transcendência idealista e perfeita.

Assim, *se nós tivéssemos vencido*, um conjunto de medidas práticas, positivas, concretas, imediatas, haveríamos adotado, com respeito aos problemas económicos, financeiros, políticos, civis e morais, que impendem sobre a sociedade portuguesa contemporânea, liquidando na falência fraudulenta do Estado orientador do Portugal tradicionalista.

— Eis o ponto, inquiriu o interlocutor, nas duplamente densas brumas daquele triste Porto neerlandês a que chamam Roterdão. Quais seriam, a seu parecer, as imediatas, mas derivadoras práticas

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

desde logo, desde logo efetivas medidas que os snrs. haveriam tomado, *se houvessem vencido?*

— A meu parecer, último, se nós tivéssemos vencido, deveriam ser estas:

. . . . . .*

* In *A Voz Pública, (número extraordinário),* Porto, 31 de janeiro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Ditadura Militar

Com os últimos ecos das festas no Porto, a pretexto do Gungunhana e em honra e proveito do snr. Mouzinho de Albuquerque, apareceu a notícia de que se tratava de qualquer coisa que parecida fosse com um golpe de estado, investindo no supremo mando político em Portugal uma restrita clientela de militares afetos ao Paço.

Concordando com estes boatos, rebentou em Lisboa o estridor das charangas regimentais que emprestaram por momentos tal qual fictício entusiasmo à serôdia apoteose da marcha *aux flambeaux* organizada pelo corpo de polícia da municipal e que resultou, no parecer insuspeito do conservadorismo *Diário de Notícias*, um franco e completo fiasco.

Todavia, o insucesso deste ensaio de estendal de força não prejudica a possibilidade de tentâmen da projetada ditadura militar. Mas, para semelhante afirmação política se produzir, escusados, inteiramente dispensáveis, são, de resto, tais, ou congéneres, ou mesmo dissemelhantes, indiretas consultas à opinião.

Dentro das instituições, uma ditadura militar, desde que pretenda e careça de opor-se à vontade da coroa que, de seu puro talento, lhe seja, por qualquer ordem de motivos, hostil — teria de emergir ou duma vasta manifestação coletiva pacífica ou, na hipótese de resistências, por falta de unanimidade de acórdão, de um *pronunciamento* à mão armada.

O atual presidente do conselho conhece o lance, quando, a 19 de Maio de 1870, o velho marechal Saldanha se dirigiu para a Ajuda com as forças revoltadas, mercê do simples prestígio do

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

hipnótico fanatismo do seu grande nome, e, como quer que, à frente de suas peças, o jovem tenente de artilharia Palma e Brito ousasse embargar-lhe o passo, o octogenário, debruçando-se sobre o arção da sela do cavalo que montava, tomou-o por baixo dos braços, levantou-o do chão até ele, paternalmente lhe disse: — *Então menino, que criancices são estas?*

Mas, dado que, como no caso de agora, o chefe do Estado seja, ele mesmo, o chefe da conjura e conspire com os conspiradores, para que é precisa a conspiração? Que necessidade há de alardes de força, por essa Avenida fora, chouteando, trombeteando?

Ao rei a Carta Constitucional da monarquia confere plenos, amplos, completos, independentes poderes para escolher e nomear para seus conselhos os ministros que muito bem entenda. Se tivéssemos aqui, à mão de copiar, o estimável cartapácio da estimabilíssima lei fundamental do país, transcreveríamos para elucidação destes povos, que, aliás, não sabem ler, a prosa substancial do artigo e parágrafo em que tão honrosa doutrina se contém.

Nestes termos, porque é que se hesita? A coroa só não terá ditadura militar enquanto a não quiser ter. E tê-la-á sem abuso, legalistamente, dentro da Constituição.

Sobressaltar-nos-emos com isso, nós, os da plebe?

Em maneira alguma.

Poderia, duma ditadura militar de carácter reacionário, advir para nós uma diminuição ainda de direitos, liberdades e garantias?

Não é crível à face da lição da advogalhada liberal que a si mesma se outorga a benemerência que deriva do adjetivo, quando se qualifica de partido *progressista*. No projeto de lei relativo à liberdade (*rusum teneatis, amoci*) de imprensa, ao presente em debate nas comissões parlamentares, Lopo Vaz encontrou quem o excedesse e a antiga Mesa censória reconstitua o snr. Beirão (filho, irmão, parente e aderente de miguelistas e de jesuítas) a bem dos chefes de oficina.

Preceitua que — isto é original, novo, espantoso; isto nunca houve desde que o mundo é mundo; isto nem na França de Napoleão III, depois do golpe de estado do 2 de Dezembro; isto nem na Rússia de Nicolau I, depois da tentativa abortada dos dezembristas de Pestel — preceitua que, d´ora-em-diante, os tipógrafos dos jornais serão responsáveis pelos artigos dos mesmos jornais.

Se os caixotins possuíssem não milhares mas milhões de pontos de admiração, não poderiam, em comento, esgotar o indignado assombro.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Portanto, para o caso, uma ditadura militar, por mais acesamente retrogradante que fosse, não nos afligiria; e teria, sobre esta ditadura mansa de farroupilhas mentais, a grande vantagem de que não seria uma coisa degradadamente cobarde e pegajosamente hipócrita. Seria uma brutalidade clara; não uma imposturice pulha.

Sendo assim, porque é que consideraríamos o último dos desastres, a irremediável catástrofe, a desgraça desesperadora, depois da qual não haveria nada — uma ditadura militar em prol do khedivato que ainda tem o topete de se dizer a monarquia de Portugal, penhorada por os fiéis-de-feitos da judiaria financeira cosmopolita, comendo pela mão somítica da cacheirada internacional, dos *bookmakers* das Bolsas desse mundo capitalista em fora?

A intervenção do exército na política portuguesa a bem da dinastia de Bragança seria, como dissemos, o último dos desastres, porque inutilizaria a última das esperanças. E, duma nação, onde não há povo, o exército constitui a única força viva.

Em prol do progresso, um homem, em Portugal, escreveu, em 1820, um opúsculo demonstrando esta tese: de que, em Portugal, a soberania nacional residia, à falta de povo, degradado na inconsciente abjeção da sua ignorância, residia, tão só, nas fileiras do exército.

Quem foi este homem?

Foi António Bernardo de Sá Nogueira, oficial de engenharia, combatente em França, em Espanha, em Portugal, primeiro barão, primeiro visconde, primeiro marquês de Sá da Bandeira, libertador de pretos em África e libertador de brancos em Europa, puro e imaculado, de quem se disse que, como Bayard, ele era o *cavaleiro sans peur et sans re proche* da Liberdade.

É por isso que poucas notícias nos tem , pessoalmente, afligido tanto como esta agora duma trampolinice de camarilha mareando a honra da farda portuguesa.

Não. Tal não será. A bem de um homem, a bem de uma família, o exército não vitimará a Pátria. E é no exército que a Pátria confia; é do exército que a Pátria espera.

Ditaduras militares? Sim, mas não quando surdam pela porta esconsa das instituições, à dependura, trapaceando. Quando, ao contrário, no jorro do sol, contra as instituições, revolucionando-se, como é o seu direito e é o seu dever, combatam. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2407, 1 de fevereiro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

No passado, prometemos que neste artigo discutiríamos o tema, que tem certa oportunidade, pelo menos mental e crítica, das consequências prováveis que para o mesmo exército adviriam, caso ele, conforme se diz, se prestasse a fazer um pronunciamento a bem da monarquia em Portugal.

Primeiro que tudo, esse presumido golpe de estado, apesar de toda a força real e efetiva do exército, coisa não é tão fácil como se conjetura e prevê.

É claro que estamos debatendo este ponto numa plena independência analítica, como para exercitar as forças do espírito num pátio académico se ventilariam quaisquer problemas, ainda da mais árida metafísica. Quer dizer: independentemente de toda a realidade histórica e concreta.

Neste campo restrito, cumpre-nos frisar que entendemos que um pronunciamento militar nas condições referidas seria empresa duma mui difícil e perigosa execução. Porquanto, na tensão geral dos espíritos que tal acontecimento promoveria, é bem de conceber que tais quais possíveis elementos revolucionários se lançassem à rua simultânea e independentemente, aclamando uma remodelação radical das instituições. Se assim sucedesse, teria o exército pronunciado de se bater contra esses fatores que, inopinadamente e como que de surpresa, lhe iriam perturbar sua iniciativa.

Seria isto possível ou, pelo menos, prontamente exequível?

Parece que não, visto como a intervenção desses elementos determinaria o motivo irrefragável para que se manifestassem, com idênticas aclamações, de dentro das próprias fileiras dos regimentos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

pronunciados, aqueles indivíduos, soldados, sargentos, oficiais, que ocultamente professam ideias avançadas e que, uma vez partida a constrição da disciplina, agravariam o exemplo e iriam mais longe, nas reclamações, imperiosamente proclamadas.

Quer dizer, sem o formalismo de ambages e reticências... Se oficiais superiores tirassem dos seus quartéis os regimentos para fora, conduzindo-os a uma manifestação política de carácter revolucionário mas, ainda assim, dentro da monarquia, cá fora os oficiais inferiores e os soldados, é pelo menos de suspeitar que substituíssem às aclamações ordenadas, de santo e senha, outras mais espontâneas e mais radicais.

Assim ocorreu no Brasil, como toda a gente sabe, para parte dos elementos heterogéneos conjugados na empresa comum do coronel Benjamim Constant, do marechal Deodoro da Fonseca e do almirante Vandenkolk.

Ora, nestes termos, rebentado o alarme e a confusão. Haveriam as forças pronunciadas de seguir o sentido da menor resistência, isto é da mais revolucionária reclamação. Ou então teriam de, fratricidamente, cindindo-se, se baterem umas com as outras.

Mas todo o pronunciamento, nas condições constitucionais a que seu projeto visaria, tem de realizar-se pacificamente, sem um tiro, como a expressão legítima da unanimidade e do sentir da pública opinião.

Isto é o que a esses golpes de estado, realizados pelo próprio estado, dá no exterior, afora das fronteiras do país onde se consumam, aquela autoridade moral que os habilita e torna idóneos e próprios a virem a realizar o que quer que seja do útil e fecundo para a nação cujos altos interesses, prejudicados pelo efeito das circunstâncias históricas normais, d´ess´arte se pretende favorecer e servir.

É neste conceito que aqueles publicistas que têm defendido e justificado a intervenção — em casos, já se vê, mui raros e excecionais, sob pena dum perigo constante e duma ameaça anárquica permanente — do exército nas pugnas políticas governativas e sociais, entre os cidadãos pelejadas e feridas, se estribam e fundamentam.

Tal doutrina teve em Portugal um defensor ilustre, dos mais distintos ornamentos da classe militar lusitana e um dos varões mais insignes do período orgânico da monarquia parlamentar e constitucional.

Foi Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, primeiro barão, primeiro visconde e primeiro marquês de Sá da Bandeira, grande

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

oficial da Legião de Honra em França, ministro e secretário de estado, marechal de campo e diretor da Escola do exército.

Quando simples capitão de cavalaria n.º 4, Bernardo de Sá Nogueira, comparticipante na revolução militar de 1820, considerou o governo oriundo dessa revolução como tirânico e encaminhado decididamente à monarquia absoluta, isto em face das instruções eleitorais e proclamação dos membros do mesmo governo para a convocação das cortes. Com os seus colegas, os moços oficiais do clube militar que tinha as suas sessões em Lisboa numa das casas fronteiras ao antigo convento de S. Francisco da Cidade, que é o mesmo edifício onde ao presente estão instaladas a biblioteca pública e a academia de belas-artes, ele incitou ativamente o pronunciamento do dia 11 de novembro, a fim de que se jurasse logo a constituição espanhola, para ser modificada em cortes, «constanto que essas modificações não fossem menos liberais do que a mesma constituição».

E, como este movimento mais tarde fosse pelos jornais daquele tempo fortemente combatido, acusando-o de anárquico e ilegítimo, o mesmo Bernardo de Sá, julgando isto como uma ofensa à sua obra, saiu em defesa dela pela imprensa, mostrando ser tão legítima como o tinha sido a revolução do Porto de 24 de agosto daquele ano, *por se ter visto em ambas elas assumir o exército pelos seus atos a soberania nacional, entendendo que lhe competia mantê-la enquanto se não reunissem as cortes constituintes.*

Na subsequente sessão parlamentar de 8 de maio de 1821, discutiu-se largamente o procedimento daquele bravo e inteligente oficial, defendendo com calor a sua obra e o seu amigo José Vitorino Barreto Feio, do clube militar outro membro, pertencente às mais avançadas ideias políticas. O presidente que por então era das cortes, o grande Manuel Fernandes Tomás, increpou acremente o capitão Bernardo de Sá por sustentar opiniões tais como *a de residir a soberania na força militar*; tornando-se a polémica em extremo apaixonada e tomando parte nela os deputados José Joaquim Ferreira de Moura, Francisco Simões Margiochi, José António Guerreiro, Francisco Xavier Monteiro, Manuel Borges Carneiro, Francisco Soares Franco, João Maria Castelo Branco, Hermano José Braamcamp de Soveral e Henrique Xavier Baeta.

O historiógrafo Simão José da Luz Soriano explica estas opiniões do capitão de cavalaria Bernardo de Sá Nogueira «pelo seu entusiasmo em favor do sistema liberal»; no ciclo já de sua retrogradação senil, Soriano declara Sá Nogueira fascinado por o que ele considera como as «utopias duma democracia ideal»; mas

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

é obrigado a confessar que fora semelhante «democracia bebida, com as mais puras e patrióticas vistas, na leitura especulativa dos homens ilustres de Plutarco e nas sedutoras histórias das antigas repúblicas de Grécia e Roma».

Ora, se com este sentido eminentemente progressivo e civilizador, as opiniões de Sá da Bandeira, no concernente à iniciativa do exército, foram então contestadas, — o que não seria para dizer hoje quando a imprensa monárquica mais retintamente conservadora não trépida em melindrar as leis que ela mesma, aliás abusivamente, defende, sustentando a doutrina errónea e perigosa duma ditadura militar feita para, extinguindo os restos das liberdades populares, servir a causa exclusivista do poder-pessoal?

É claro que, consoante o frisámos já, esta discussão, assim um tanto estéril, versa uma simples hipótese histórica; não dirime uma conjetura política.

Porquanto semelhante presunção da imprensa reacionária vai de encontro à tradição do sistema de ideias professadas em todo o tempo pelo exército português.

Na verdade, «o verdadeiro soldado português sabe compreender e cumprir a sua missão», a qual consiste em nunca ofender a «liberdade, que ele acata e respeita como a melhor das suas obras. Sim, como a melhor das suas obras».

De facto, a liberdade foi «implantada neste país pelo soldado de 1832».

Ora, «o soldado de hoje é o herdeiro daquele».

Por isso ele sabe o que, nas exigências legítimas do avance progressivo, em fidelidade e amor, pois que da liberdade se trate, ele deve a «o mais nobre legado que o seu camarada confiara à sua guarda».

Quem seja que assim professa e aconselha assim? É, porventura, algum demagogo virulento? De modo algum. As linhas acima transcritas pertencem à pena do snr. José Maria de Serpa Pinto, major do corpo do estado-maior do exército, chefe do estado-maior da 3.ª divisão militar, bacharel em matemática pela Universidade de Coimbra. Encontram-se no Projeto de organização do exército português, que ele elaborou, em harmonia com a população, o comércio, a agricultura e relativo à linha de defesa do país.

Estabelecer estas circunstâncias morais importa, no fim, demonstrar, incontestavelmente, que, caso o insoante plano da imprensa reacionária fosse atendido; caso o exército fizesse um pronunciamento a prol duma ditadura chamada arteiramente militar, mas na realidade tão só palaciana e da camarilha; e dado mesmo

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

que esse pronunciamento não fosse perturbado pela intervenção intercalar dos elementos revolucionários extremes, ostensivos entre os paisanos e dissimulados entre os militares: ainda assim, o exército português nada lucraria com semelhante iniciativa; antes para ele, como para a nação, essa iniciativa redundaria em puro prejuízo.

Escusado seria enumerar os efeitos funestos desse empreendimento para a nação. Seria ridículo estar alguém a querer provar a evidência, isto é que a nação perderia, perdendo sua liberdade, em favor do aumento e prestígio do poder-pessoal. Isto é claro e intuitivo.

Mas, como consequência disto mesmo, perderia também o exército, porque moralmente se desacreditaria. Sendo ele, para certos espíritos (o que é uma opinião discutível mas o que é, na sua verdade ou na sua ilusão, uma confiança sincera), sendo ele uma das últimas esperanças, deixaria de o ser; não convergiria para o futuro, regressaria para o passado; como símbolo vivo da pátria, deixaria de existir, pois que de uma guarda nacional se transformaria em uma guarda pretoriana.

E, — o que é o cúmulo e seria seu justo, lídimo castigo —, até mesmo nos seus interesses materiais ele nada ganharia. Uma vez comprometido na causa da reação, ele ficaria, por longo trecho, inutilizado para a causa do progresso; uma vez a serviço do poder-pessoal, ele morreria para o povo; criaria a animadversão que hoje fere, restritamente, certos núcleos de polícia administrativa, e, naturalmente, reagiria pelo rancor corporativo contra a antipatia coletiva. Mas assim, perderia a sua independência de posição; a sua liberdade de eventual ação, ele mesmo a obliteraria. Quer dizer: entregar-se-ia, de mãos atadas, ao poder-pessoal, seu mandante. Ficaria à mercê dele.

Ora, mesmo nas normais condições que têm vindo sendo desenroladas até os nossos dias, parece que ele não tenha servido senão de pretexto para encobrir e encapotar prodigalidades e favoritismos. Simultaneamente, em compensação, os seus legítimos e reais interesses, com sistemática pertinácia, de longa data, foram menosprezados. Há toda uma literatura de oficiais portugueses clamando contra a incúria, pelos poderes públicos, liberalissimamente brindada ao exército português. Não citaremos mais do que o livro notável do coronel Mesquita Carvalho, o qual resume e compendia todas as queixas. Com a insinuação em que vem insistindo a imprensa reacionária, as condições que já agora, não obstante, são, assim, pelos profissionais, acremente lastimadas, não fariam senão agravar-se.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Parece-nos, pois, concluindo: que não trazendo a chamada ditadura militar senão um franco e decisivo predomínio palaciano, não conduzindo a mais do que à definitiva oligarquia duma camarilha devorista e tiranizante, — com a nação perderia, concomitantemente, o exército que se deixasse iludir pelo sofisma de uma mistificação assim.

Ao periodismo reacionário fazemos preito da sua quimera histórica; aos pacientes leitores, vénia rogamos destas discussões fantasistas, que estão, de resto, na praxe da educação escolástica portuguesa, à qual, num jeito de *manie raisonnante*, apraz discorrer acerca de tudo e mais alguma coisa: desde a graça eficaz até à direção dos balões e outras congeminências sisudas. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2448, 22 de março de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Sursum Corda!

Entre tantíssimos motivos de aflição e desgosto como os que, em nossa triste época, preocupam e inquietam as almas sinceramente patrióticas, — em admirável e gratíssimo contraste, destaca a promotora iniciativa tomada nestes últimos, recentes dias pela mocidade académica de Coimbra, Lisboa e Porto.

Eis aí um dos frisantes sinais dos tempos; e a conivência do povo das três grandes cidades, aderindo e cooperando nas manifestações dos estudantes, demonstra, mais uma vez, essa maravilhosa intuição da coletividade anónima, que raro se engana, quer com suas desconfianças, quer com seus entusiasmos.

O espetáculo que o Porto tem oferecido nas saudações aos briosos moços é belo e consolador; ele provoca as reflexões elevadas e sérias, pois os vivas, espontâneos e calorosos, de que as academias são o alvo simpático envolvem um sentido nítido e profundo, que não poderia escapar ao observador menos atento e claro.

À mocidade pertence, de direito, este nobre papel de incitar as aspirações, os estudantes, por toda a parte e em todos os tempos, foram os soldados do progresso; voluntários do ideal, constituem o batalhão sagrado. Desinteressados e generosos, esquecendo-se, eles se lembram da pátria, cuja causa servem; de modo que repugna a felonia egoísta dos que traem a solidariedade da juventude, arrebatada dum ímpeto de avance, e se declaram ao lado da reação conservantista. Esses tantos praticam uma tão feia ação que acabam por serem repudiados pelos próprios conservadores, cujos abusivos arbítrios pretenderam, aliás, defender e apoiar.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

É o que anda acontecendo com o punhado que teve a desastrosa ideia de ir ao Paço murmurar uma alocução, testemunhando do seu júbilo pedincheiro por que, em primeira refrega, houvesse o privilégio individualista saído vitorioso do direito comum. Os mesmos ministros desse Paço que tais académicos foram, precocemente, adular os rejeitam, consoante se está vendo na tremenda lição das censuras que a tão envelhecidos moços vem infligindo o snr. Mariano de Carvalho.

A inferioridade do sentimento moral que dita condutas daquela espécie não se fica por aí, na convergência de seus funestos efeitos. Com a vontade, abate-se a inteligência; obnubila-se a perspicácia; oblitera-se a imaginação; numa palavra, não há ideias.

Pois se os estudantes monárquicos — visto como exista esta coisa abstrusa e absurda: estudantes monárquicos —, se os estudantes monárquicos queriam fazer uma manifestação de dissentimento da manifestação democrática dos seus colegas republicanos, que haviam vindo associar-se aqui à respeitosa e saudosa homenagem aos vencidos mortos em janeiro, porque outro pensamento não conceberam do que esse deplorável pensamento, de rancor atroz e de odioso triunfo, que tão antipático fosse que revoltou, até mesmo, os mais qualificados chefes monárquicos, diariamente expressando sua opinião por intermédio da imprensa política? Porque foi que diferentemente não congeminaram?

Porque as paixões egoístas desvairam a castigam aqueles que elas obcecam e dominam, e, assim, a rapazes instruídos e cultos não se lhes permite a emergência de ideias, de resto elementares, acessíveis e imediatas.

Se, por alma dos combatentes republicanos de 31 de janeiro de 1891, os estudantes republicanos assistiam, em piedoso recolhimento, a uma cerimónia religiosa, austera e pura, porque não pensaram os estudantes monárquicos em mandar, de sua banda, dizer também uma missa por alma dos combatentes monárquicos dessa fatal jornada? Em vez de encaminharem alvoroçados passos de áulicos sôfregos para o alcançar de seu senhor, porque não imaginaram, por exemplo, destarte?

Porque a justiça imanente que rege os homens e as coisas determina, com uma severidade invencível e prevalecente, que os que morrem pelejando pela tirania e pelo despotismo sejam esquecidos de todos, até ainda dos egoístas que abusaram da sua ignorância, sacrificando-os como vítimas inconscientes e insontes. Esses, quando morrem, morrem de vez, para todo o sempre, porque se extinguem nas lembranças das humanas gerações. O olvido

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

pleno — eis a esmola maior que a caridade devida aos que erram possa, vingativamente, dispensar-lhes.

Mas o ensino trágico contido, dos vitoriosos que não têm o direito moral de o serem, neste desdém cínico pelos obscuros serventuários que sucumbiram mártires de alheios monstruosos privilégios; esse desprezo dos senhores, para com os seus escravos que já morreram, deveria aproveitar, em cruel lição de dignidade, aos escravos ainda vivos.

Soberba, augusta lição é, porém, em contraste, como começamos por o dizer, esta maravilhosa afirmação recente da consciência de suas responsabilidades, mentais e morais, para com o país e o futuro, pela Academia, com pujante relevo e persistente confiança, manifestada e produzida.

A Academia honra assim suas tradições, continuando-as, pois que se sente que esta camada de estudantes, agora, pertence ao tipo supremo dessas gerações heroicas que ilustram não somente os anais universitários mas, ainda, os fastos da história geral da nação.

Vê-se que eles são da raça daqueles seus antecedentes camaradas que se alistaram nas fileiras do batalhão esplêndido que tanta bravura e dedicada magnanimidade despendeu e consumiu para a implantação no país, ludibriado, duma liberdade lementida. Não deslustram a estirpe de que procedem; e uma mesma alegria, a que é de uso chamar gaulesa, como se a índole céltica monopólio se tornasse, uma mesma sã, sobranceira alegria ri nas trovas de Plymouth, fustigando um coronel venal, como nas caricaturas de Coimbra, mofando dum bacharel virulento.

A abnegação dos estudantes do ciclo fundador do constitucionalismo impressionou profundamente os oficiais estrangeiros ao serviço do parlamentarismo representativo. Quando, para a expedição do sul, o batalhão académico embarcou, sua conduta, desprendida e altiva, surpreendeu um tão destemido e distinto homem de guerra como o oficial de marinha inglês Carlos Napier, disposto a ser, como foi quem decidisse a contenda. Arrancou-lhe palavras de fervoroso, ardente aplauso.

Mas, às provas de magnífico civismo pelas modernas gerações académicas já exibidas e declaradas — por insuficientemente conhecidas — não se faz desde já a justiça plena que cabalmente merecem.

O interesse das classes conservadoras está em apoucar, em reduzir, em fazer obscuridade, em urdir a conspiração do silêncio.

Mas a glória militar das expedições à África, que tanta honra conquistaram para a capacidade dos nossos oficiais e para a

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

coragem dos nossos soldados, — a Academia pode ufanar-se de a ter promovido, essa alta glória, estimulando o desleixado indiferentismo dos governantes, que ao exército, o qual timbrou, sempre, em todos os tempos, na escrupulosa honra da bandeira, faziam a estúpida afronta de nele não depositarem confiança.

Com efeito, foi após a insolente injúria do *ultimatum*, com inépcia provocado e com inépcia obedecido, que a indignação da juventude escolar impôs, perante a insigne covardia ministerial, a conduta digna que era a única a seguir.

Mais tarde, como quer que o ministro Ennes quisesse *experimentar*, tecendo o habilidoso jesuitismo de uma cavilosa prova, briosamente ao artifício respondeu aquela nobilíssima lista coberta de passante de centena de assinaturas, as dos menores autorizadas por seus pais ou tutores, e que outra cláusula não reclamava, em concessão, mais do que, justamente, a nomeada escolha dos oficiais comandantes.

Se a Academia do ciclo fundador da república foi então a promotora, e com tão brilhantes efeitos, — também, cremo-lo, o será hoje e com idêntico fulgor de consequências.

Como o Exército, a Academia é a esperança da Pátria. Na academia e no exército a pátria confia. E não há de morrer ignominiosamente, no chavascal, lôbrego e imundo, de uma administração estrangeira, aceite, ou — que a tanto chegue a aleivosa infâmia! — até mesmo requerida e solicitada, uma pátria que de tal exército e de tal academia pode nutrir o legítimo orgulho.

Não. O pesadelo tem de passar. A luz tem de surgir.

E, reorganizada, enfim, nos moldes perfeitos de formas novas, esta pátria, tão infeliz, tão amada, quem sabe ainda a que novos maravilhosos destinos será talvez, chamada?

Tenhamos fé. Cobremos esperança. Sejamos, todos, como eles: moços. Moços pela ideia; moços pelo coração.

Trabalhemos. Combatamos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2418, 8 de fevereiro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Imitações

O sociólogo francês Guilherme Tarde, que é um dos mais finos e lúcidos espíritos contemporâneos, entendeu encontrar a explicação dos fenómenos capitais e decisivos no desenvolvimento das sociedades humanas pela tendência irresistível que, a propósito de tudo, sempre se manifesta para a reproduzir, copiar, parodiar.

Assim, escreveu um livro, pitorescamente paradoxal e que ficou célebre, sobre as leis da imitação. É o iniludível estigma da nossa origem simiesca, o pergaminho macacal que documente a prosápia da avoenga estirpe.

Então, esta gente portuguesa timbre em assinalar-se por semelhante inferior aptidão imitativa, que vai desde o plagiato dos artistas estrangeiros pelos amadores nacionais até ao decalque dos procedimentos dos políticos exóticos pelos politiqueiros indígenas.

Como quer que os parlamentos de Viena de Áustria e de Paris se assinalassem nos últimos tempos pelas sinceras borrascas de sessões tumultuosas, aqueles senhores de Lisboa não se quiseram ficar atrás e, como o Lamas para Coquelin, o snr. Mello e Sousa caracterizou-se de Jaurés.

Sem prévio ensaio talvez, a cena não saiu mal; os trovões do bom Deus já desde Gavroche se sabia que eram quase tão bem fingidos como os do Ambigu; e das farsas da estofa da representada agora na câmara dos dignos deputados da nação portuguesa costuma o parisiense cético dizer, quando habilmente engendradas, que elas são *mieux que nature.*

Está, de resto, a pícara comédia nas tradições augustas na assembleia representativa do nosso constitucionalismo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Todos se recordam ainda do ciclópico em que tudo foram gastos, para o Estado já em ruínas, com contas de carpinteiro para restabelecer a amolgada integridade das carteiras partidas, a punhadas coléricas e facciosíssimas.

Era o tempo homérico em que um jornalista pomposo qualificava um jovem retórico pomposíssimo pelas reminiscências épicas dos — Deus nos acuda — boletins do grande exército. Evocava as recordações solenes: a ponte de Arcole; a batalha de Marenge; como na opereta da *Madame Angot*, os solados de Augereau. E ao ambicioso universitário, simples e corredio nas suas audácias sem perigo, chamava-lhe o novo Bonaparte, o recentíssimo Napoleão, general aos vinte anos, tão temeroso para o pinho de Flandres como o outro para os granadeiros austríacos.

De modo que, estimulados pela fraseologia do jornalista, todos os moços se deitaram à compita de qual mais prestes desperdiçaria uma cadeira de braços a murro seco.

Mas, homens do constitucionalismo, representantes dos partidos intermédios, moderados de suas opiniões, o foram, afinal, também, de suas expansões; e, conservadores, não se esqueceram de conservar, primeiro que tudo, a peralvilhada concordância de sua *tenue*.

Do próprio Bonaparte se referiu, nas conversações estéticas, com um gáudio discreto, que, Aquiles incendido em fúria, sobre a tampa da carteira, numa das refregas mais virulentas, martelava murraça de tremer a terra. Mas, como quer que, ao entrar para a sessão, houvesse pousado o chapéu alto em cima da tampa referida, a cada punhada que vinha pelo ar, circunspecto, a mão esquerda arredava da sanha da direita o lustroso penante.

Não sabemos se anteontem se reproduziram destas fantasmagorias: mas é bem de crer que assim fosse, no regímen de hipocrisia, falsificação e embuste que degradou este país, nesse regímen em que tudo mente, tanto a apoteose como a indignação.

Não sabemos, porém; o que, ao contrário, sabemos é que, se os parlamentares portugueses imitam a frio ao violências a rubro dos parlamentares estrangeiros, também os governos estrangeiros hão de, a brevíssimo trecho, imitar para o governo português a conduta que adotaram, em momentos e circunstâncias congéneres, para o Egito e para a Grécia.

No Egito introduziram a administração estrangeira. Ao Egito acaba a Inglaterra de lhe vender, para se ir pagando, a esquadra, penosamente adquirida.

E os oficiais da marinha egípcia hão de ser reduzidos às condições daquele capitão-de-fragata egípcio que o oficial da marinha

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de guerra portuguesa snr. Ferreira do Amaral veio reencontrar em Alexandria criado de restaurante, para amanhar a triste vida.

Na Grécia introduziram a administração estrangeira. E, logo, a França e a Alemanha se foram aos quadros do exército de terra com uma tesoura açacalada e cortaram impiedosamente, suprimiram; fecharam os arsenais, mandaram para a rua os professores e os alunos das escolas militares.

Sem embargo, a situação não é idêntica.

Porque, na Grécia, o povo provocou a situação, promovendo a guerra e batendo-se com uma louca intrepidez contra o inimigo secular e formidável; e ao lado do povo esteve então ali o seu governo.

Porque, no Egito, para que o exército se resignasse à deploranda e abjeta situação, houve primeiro que ser vencido, em combate, pela pujança prevalecendo da frota inglesa, destruindo os efeitos da conjura dos coronéis comandados por Arabi-Pachá.

Mas entre nós é o próprio governo quem abre a porta ao estrangeiro; é a maioria parlamentar quem amavelmente lhe estende a mão para que se não demore. E da minoria sabe-se esta coisa hedionda: que a maioria, nisso, acusando-a, tem razão. O patriotismo da minoria é um expediente ainda da politiquice tradicional. Trata-se de deitar abaixo o ministério, a fim de ser a Regeneração quem realize a conversão, quem trate e cobre o empréstimo, quem o arrecade e o devore.

Daí, uma ingénua, cínica indignação de progressismo. — Que falta de patriotismo!, ele brada para contra os camaradas, colegas e confrades.

No fim, resumindo: pois que de imitações se trate, resta só saber a quem é que imitará o povo português; a quem é que o exército português imitará. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2419, 15 de fevereiro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Diferença de Despesa, Para Mais, 3597 Contos... «Apenas»

A título de conversão, está-se votando no chamado Parlamento a concordata da falência do Estado português. Salta-se por cima de todas as praxes e abdica-se de todo o decoro. Assim, em assunto de tal magnitude, não houve sequer pejo de recorrer ao imundo expediente de se dar a matéria por discutida. E estando inscrito ainda para falar sobre o objeto em debate uma tão unanimemente reconhecida capacidade especial como a do snr. Mariano de Carvalho (qualquer que seja o juízo que se forme da probidade política deste cavalheiro), nem a ele a precipitada iniciativa do snr. Frederico Laranjo, que é inconcebível como ao termo duma carreira honesta se prestasse a tão subalterno papel como o indecoroso papel de *apagador*, nem ao snr. Mariano de Carvalho foi permitido que chegasse a vez de usar da palavra.

Vê-se a intenção. O governo tem pressa de acabar com discussões impertinentes. Carece de dinheiro. Precisa de um empréstimo.

A minoria regeneradora, no lance, manobra habilissimamente. Para a galeria, toma a *pose* patriótica de uma austera indignação; mas sua oposição é *pro forma*. Ela bem sabe que se deitasse abaixo o gabinete, como dentro do instituído, que ela não poderia alterar, não há outro recurso, teria de, amanhã governo, fazer precisamente o mesmo que fazem hoje os progressistas.

Os regeneradores estão, real e sinceramente, interessados em que o governo consiga o empréstimo. Mas ao mesmo tempo fingem de catões e ressalvam d´ess´arte a sua integridade partidária, No entretanto, o ministério negoceia e trapaceia; finalmente,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

alienando caminhos-de-ferro ou pela via de qualquer outra alicantina congénere obtém o cobre.

Imediatamente, o rei despede os progressistas e chama os regeneradores. O dinheiro que foi adquirido pelos progressistas será devorado pelos regeneradores. Aqueles ficarão com a fama, estes com o proveito. É uma história velha que vem desde os tempos pré-históricos do grandioso Fontes, dessas épocas geológicas remotosíssimas em que ainda havia pterodáclitos e plesiossauros, e nas cavernas dos trogloditas se discutia com acrimónia a quem pertencesse de direito a honra de haver contraído mais empréstimos nas praças de Londres e Amesterdão. Esse era o estalão da capacidade dos estadistas; essa, a craveira do crédito e da riqueza nacional. Há a propósito no Diário das Câmaras páginas edificantes, demonstrativas — e inverosímeis.

Enfim, foi uma pândega de estalo.

Mas, como em toda a pândega, chegou o momento amargo, aquele que em França se chama o quarto de hora de Rabelais. É quando o criado chega, sorridente e minaz, com a conta e há — ai de tudo! — de puxar pelos cordões à bolsa.

Ora, a bolsa está opulenta e prenhe mas de cotão. E assim está porque (segundo o conspícuo dizer da oratória decisiva do snr. Eduardo Vilaça ultimamente, em plena câmara) não há modo nem maneira de fazer economias no orçamento geral das despesas do Estado.

Ficou explicado e assente.

Todavia — quem sabe, quem sabe, quem sabe! — talvez, apesar de tudo, ainda houvesse modo e maneira de, nesse orçamento, que se proclama tão esmiuçado, conseguir notáveis e ponderosas diminuições de encargos.

Precisamente, temos aqui sobre o tripé a que é de uso designar enfaticamente por a banca do trabalho, o orçamento geral e proposta de lei das receitas e das despesas ordinárias e extraordinárias do Estado na metrópole para o exercício de 1897-1898.

Rompe logo pelo que à despesa toca, no capítulo de a ordinária, em seu mapa n.º 2, com a verba de 525 contos, como dotação da família real. No desenvolvimento por artigos, a primeira parte referente a encargos gerais consigna que, pelo que toca à dotação da família real, a dotação de sua majestade el-rei o snr. D. Carlos I, à razão de um conto de reis por dia, soma na roda do ano 365 contos, consoante o determina a carta de lei de 28 de junho de 1890. Na verdade a carta de lei de 28 de junho de 1890, confessamos que é um diploma venerável. Todavia, um

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

conto de reis por dia a um patusco para matar porcos-bravos, na hora exata em que, com as calças na mão, o país anda de porta em porta dos agiotas cosmopolitas: *ó tio, ó tio, bote p'ra cá o batel,* lá parece, para que digamos, um pouco forte.

Concomitantemente, e ainda por força da mesma carta de lei, sua majestade a rainha, a snr.ª D. Amélia recebe por ano 60 contos de reis. Sua alteza real, o sereníssimo senhor D. Luís Filipe, príncipe real, recebe por ano 20 contos de reis, pelo serviço que a Portugal presta com aprender a soletrar pelo método de João de Deus. Ao mesmo tempo, sua alteza, o sereníssimo senhor infante D. Manuel, recebe por ano 10 contos de reis, pelo serviço igualmente relevante que a Portugal também presta, mordiscando nas tetas de sua ama. Sua majestade — viúva — a rainha D. Maria Pia, a qual nos seus tempos de grandeza, mais conhecida se tornara pela antonomásia famosa de *o anjo da caridade* (até há romances), recebe anualmente 60 contos de reis. Mas isto é por carta de lei de 1 de julho de 1862, enquanto a sua alteza o senhor infante D. Afonso Henriques, irmão mais novo de el-rei, e duque do Porto (duque do Porto, *quel honneur, quel bonheur,* com se *refrain* da canção dos *sénateurs* de Beranger) esse é menos favorecido. Vai-se abotoando por ano só com 10 contos de reis, que não lhe chegariam para meia missa, se tivesse de pagar as costelas partidas que pelas Quelhas de Lisboa vai deixando a freima da sua incapacidade de cocheiro temerário.

Conta redonda: 523 contos de reis por ano.

Entretanto, a República dos Estados Unidos da América do Norte, que conta para cima de 50 milhões de habitantes, no que concerne à questão da lista civil, dá ao seu presidente uma soma anual de 125 000 francos (ou sejam 22 500$000 reis) a mais as soldadas de alguns criados, os gastos do mobiliário, de iluminação, de reparação da Casa Branca (*White-House,* Palácio Presidencial) que são votados anualmente. Na suíça, o Presidente da Confederação recebe 13 300 francos. Vem a ser, na nossa moeda de Portugal e dos Algarves, senhores da Guiné, da conquista, comércio e navegação da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia — dois contos quatrocentos e trinta mil reis. Em 1871, o ordenado do Presidente da República Francesa — pois que a França em tudo faça as coisas à grande e queira ser a primeira — foi fixado em 6 000 000 francos, com mais 162 400 francos para despesas de sua casa. O que tudo monta a cento e trinta e sete contos, duzentos e trinta e dois mil reis.

Mas nós, quê?!

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nem mesmo à França cederá jamais primazias o portuguesinho valente, Frederico Raposo, bacharel em direito, daquém e dalém mar...

Assim, de lista civil, 525 contos!

Ali... à preta.

Para que vejam e nos respeitem como quem somos, eis aqui o lindo amor de o corpo diplomático.

Temos nós:

Naturalmente, como para a antiga e mais fiel aliada, de entrada, a legação em Londres, com seu ministro plenipotenciário de 1.ª classe, abonado com vencimento de categoria e vencimento suplementar para despesa de representação; com seu secretário de 1.ª classe, habilitado com o vencimento de exercício; com seu secretário de 2.ª classe; com seu chanceler; com suas despesas de residência.

Por junto, total geral, bota p´ra cá, Jacques Bonhomme, Zé Povinho, bota p´ra cá treze contos e oitocentos. Para Madrid, 9500$000 reis, para Paris reis 10 500$000. Em Roma, à míngua de uma são duas embaixadas: uma junto à Santa Sé, 11 100$000 reis, outra junto ao Quirinal 8500$000 reis. Para o Rio de Janeiro, 14 600$000 reis. Para Berlim reis 9500$000. Para Bruxelas, 5100$000. Para Viena de Áustria (um inferno de relações que Portugal tem com a Áustria), 4900$000. Para Petersburgo (e com a Rússia então!), 5100$000. Para a Haia, 3100$000. Para Washington e México, 6500$000. As despesas de material e expediente nestas diversas legações, note-se bem; por fora das verbas acima, é de 7700$000 reis.

Mas, no capítulo «Diversas Despesas» deste ministério temos como auxílio para as rendas das casas destas legações, mais 11 000$000 reis.

Depois, segue (coitados!) «para ajuda de custo dos empregados nomeados para diferentes comissões diplomáticas e consulares» 44 contos.

E como quer que todos descendamos do infante D. Pedro que correu as sete partidas do mundo, temos ainda «para despesas de viagens a empregados diplomáticos e consulares», 6 contos de reis.

Finalmente: — eis o *bouquet* — «para despesas extraordinárias (quais?) de legações e consulados», 50 contos.

No entretanto — tal a maravilhosa magnanimidade do nosso coração! —, «para despesas com socorros a portugueses naufragados, inválidos ou indigentes, arbitra-se. Para todo esse mundo de Cristo em fora, debaixo de toda a roda de sol, esta revoltante exorbitância: 2 contos de reis.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assim mesmo, Artigo 10.º Páginas 20. Aí podem vomitar sobre esse vómito, 2 contos de reis.

Por estas e por outras é que, na verdade, tinha carradas de razão o snr. Eduardo Vilaça. Economias: coisa impossível seja.

E porque o é, é que no referido orçamento geral do Estado para 1897-1898 se verifica que todos os aumentos de despesa que o ministro da fazenda, em seu relatório geral, nele acabou de mencionar, somam, comparadas as contas com as de 96 para 97, esta reles miséria: só, para mais, 3 665 300$548 reis. Mas, s. ex.ª demonstra que, em outras despesas do Estado há recordações que (são seus conspícuos dizeres), balanceadas com vários outros aumentos em resultado dos serviços, ainda representam (ele soberbo, o proclama) diminuição de encargos na importância opulenta e inimaginável de 68 228$473 reis.

De modo que, comparando com a administração anterior, o orçamento atual, como aumento de despesa «apenas apresenta uma diferença de 3 597 072$075 reis».

— Apenas apresenta uma diferença de 3 597 072$075 reis.

Apenas!

É assim que está escrito.

Com todas as letras.

Tal qual.

Apenas! *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2425, 22 de fevereiro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Tendo, no artigo anterior, mostrado o prodigioso desperdício com que uma administração incapaz se revela nas elucidativas páginas do último orçamento geral do Estado, cumpre-nos completar hoje o esboço crítico a que procedemos esforçando-nos por alcançar, descobrir a razão e motivo, a procedência e distribuição desse inverosímil aumento de despesas que o ministro da fazenda irrisoriamente qualifica, aliás, com um advérbio, por fora de propósito, ali tão grotesco que chega a ser revoltante.

Para apurar a sério a situação geral das finanças do Estado português o simples exame do orçamento não basta. Toda a gente sabe que os orçamentos são falsificados. Em Lisboa um fulano que, de tradutor das novelas equívocas de Vermorel, chegou à condição invejável de conselheiro de Estado, meramente pela triste habilidade de falsificar a escrita da nação, é doutor proclamado na matéria. Para o efeito, aproveitado por igual por progressistas e regeneradores, como esses guarda-livros relassos que ganham a sua vida em engendrar escriturações fantasmagóricas para os tendeiros em vésperas de se apresentarem ao Tribunal do Comércio, e que não querem *quebrar pelas costas*. O cinismo jornalístico encontrou já até vocábulo idóneo para designar semelhante sabedoria. Chamou-lhe *orçamentologia*.

Nestas condições é infantil procurar que duma análise do orçamento verídico resulte um conhecimento positivo e exato.

Primeiro que tudo havia que proceder à nomeação duma comissão de inquérito com poderes discricionários e prazo fixo para apresentar o relatório dos seus trabalhos. Essa comissão precederia

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a uma imediata e minuciosa sindicância às repartições gerais do Estado onde não só se arquivam como se alapardam os documentos que expliquem o desperdício sinteticamente consignado no orçamento e que assim, nu e seco, não é inteligível. Quando os progressistas, após o pacto da Granja organizaram a sua vasta campanha de propaganda política que pôs termo, depois dos grandes comícios do Porto, ao extenso consulado da Regeneração, eles não se esqueceram de proclamar a necessidade irrefragável e imprescindível duma sindicância às repartições do Estado.

Mas, uma vez chegadas às cadeiras do poder, a sua abdicação, neste ponto, como nos demais, foi completa e vergonhosa. Assim, ao cabo de meses de investigações, a comissão de inquérito vinha declarar em pleno parlamento, que a única irregularidade que encontrara na administração pública fora a prolongada ausência do seu ofício na secretaria do amanuense D. António da Costa Sousa de Macedo, o qual, de resto toda a gente sabia em Lisboa se encontrava enfermo de longa data.

Então como agora haveria que dirimir bem mais graves responsabilidades e desvendar bem mais escuros mistérios.

Assim agora cumpriria saber o que no orçamento da despesa ordinária do ministério das obras públicas, representa a curiosa verba que diz assim, simples e inocentemente, numa linha só. Diversas obras, 919 795$000 reis.

Ora, estas diversas obras vê-se pela secção 5.ª do artigo 9.º que se dividem em: para conservação e reparação de edifícios públicos, 650 contos; para reconstrução e reparação de faróis, 100 contos.

É preciso, como vulgarmente se diz, não se ter mesmo vergonha nenhuma na porca da cara.

Quantos faróis se construirão em Portugal, não cada ano mas por cada 20 anos?

Todavia, para cada ano é sempre esta conta redonda de 100 contos, nem mais nem menos. Assim, no orçamento de 96-97, organizado pelo mesmo ministro que redigiu o atual, lá aparece a monotonia: para reconstrução e reparação de faróis, 100 contos.

Concomitantemente, dizem-nos também que para conservação e reparação de edifícios públicos, 630 contos.

Mas não se diz que edifícios públicos sejam estes que gastem em sua *conservação*, por ano, 630 contos. Positivamente estes edifícios devem estar a cair, devem ser alquebradíssimos pardieiros. Mais sensato seria, pois, arrasá-los por uma vez, aproveitando-lhe o material de construção para outros edifícios que não exigissem para sua conservação absurdos semelhantes.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas, note-se que no orçamento anterior de 96-97 esta verba destinada à conservação e reparação de edifícios públicos, era só de 260 contos. De modo que não se aumentando o número de tais edifícios públicos do ano passado para este e apesar das reparações já feitas no dito ano passado, há agora na despesa de sua conservação e reparação, uma diferença, este ano, para mais, de 390 contos.

No relatório geral precede o orçamento, aludindo a estas extravagantes incongruências, o ministro da fazenda diz que «nas notas preliminares dos diversos ministérios estão, com toda a minúcia, explicadas e justificadas as razões das diferenças».

Com toda a minúcia!

Pois bem: animado desta esperança, vai um curioso procurar na nota preliminar do orçamento do ministério das obras públicas a razão explicativa e justificativa deste argumento da despesa na conservação e reparação de edifícios públicos; e, em vez de toda a minúcia, não encontra a propósito, por junto, uma única palavra. Mas, note-se bem, com todo o rigor: uma única palavra.

Concebe-se mais cínica mistificação?

O artigo 6.º refere-se a estradas. E diz que: para conservação e polícia das estradas construídas e entregues à exploração pública no continente do reino e ilhas adjacentes, se destinam 516 690$000 reis.

Mas aqui surge logo a farsa de desdobramento peculiar às contas do Estado. Porque, depois, no orçamento extraordinário. Se consigna esta segunda verba de: para construção e grandes reparações de estradas de 1.ª e 2.ª ordem, 700 contos de reis.

Esta importantíssima soma não se desenvolve como a do orçamento ordinário, por artigos. Não se diz que estradas sejam as que se vão construir e reparar. A conta limita-se e reduz-se a uma linha. É conta de saco; carne ensacada. Isto: para construção e grandes reparações de estradas de 1.ª e 2.ª ordem, 700 contos de reis. Nenhuma explicação. Moita. E viva.

Setecentos contos é uma linda soma; mas mais linda ainda é a soma de 860 contos.

O estimável orçamento que temos à vista, diz-nos que estes 860 contos serão aplicados: para portos artificiais, construção e melhoramentos dos existentes.

No orçamento anterior a verba respetiva era de 670 contos; houve, pois, um aumento de 190 contos.

Todavia, os melhoramentos nos portos artificiais existentes aquilatam-se pela indiferença com que o governo tem ouvido

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

as sucessivas reclamações da Associação Comercial e do Centro Comercial do Porto requerendo inutilmente, por via de ofícios e telegramas, umas simples boias de amarração para o porto artificial de Leixões. Pois nem isso jamais veio, com detrimento de fazendas e perdas de vidas. Poucos meses decorreram sobre a tremenda catástrofe ali ocorrida, do naufrágio duma escuna inglesa e de uma barca portuguesa.

Mas, no orçamento, para melhoramentos em portos artificiais, inscrevem-se 860 contos.

Todas estas e congéneres considerações demonstram cabalmente que antes de se entrar em um acordo com os credores do Estado português há que revisar todo o orçamento geral, ordinário e extraordinário dos rendimentos e encargos da nação. Há que, corrigindo as mentiras e falsidades, apurar no que, como, quando e onde se gastam realmente as fabulosas somas que são registradas sob títulos supositícios, tais como estas alicantinas de faróis, estradas, etc., etc.

Conclusão positiva:

1.º — É preciso impedir por todas as formas que o projeto da chamada conversão se transforme em lei do Estado.

2.º — É preciso que no mais curto espaço de tempo o Estado português seja política e economicamente, outro.

Os processos para conseguir este duplo e sucessivo intento, terão de ser rapidamente concebidos e rapidamente executados por aqueles a quem de direito cabe a representação dos interesses máximos e culminantes da pátria em perigo.

São já hoje legião; eles constituem o partido republicano português. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2427, 25 de fevereiro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Snr. Augusto Fuschini e a Sua Conferência

Repetiu, no sábado da semana que findou, a dentro das salas do Centro Comercial do Porto, e perante uma assembleia relativamente restrita, o snr. Augusto Fuschini, ministro demissionário, as observações críticas que, sobre o estado das finanças públicas e sobre as condições atuais da economia nacional, ele produzira já em Lisboa, nos salões da Associação Comercial e dos Lojistas, em face um concurso, ao mesmo tempo mais numeroso e menos reservado.

Seria ilógico no paralelismo de nossas doutrinas, e inconcordantes com a conduta que temos seguido, se o fizéssemos, contradizer, na sua linha geral, as afirmativas expendidas pelo distinto conferente. Somente, é-nos lícito consignar que tudo o que, na parte negativa do seu discurso, avançou o snr. Augusto Fuschini, não primando pela originalidade, não exibiu novidade alguma. Tudo o que ele disse, tem-no dito a imprensa republicana, com a vantagem relevante de que o proclamou mui mais alto, com outra lisura de intenções e melhor desinteresse de propósitos, de bem mais larga data. Já esse benemérito jornalismo alarmava a opinião, suscitando-lhe a desconfiança para com os processos administrativos e governativos da monarquia, e ainda o snr. Augusto Fuschini, esquecido então do seu republicanismo de promotor, com outros, das famosas Conferências Democráticas, do Casino, brilhava na corte dos cortesãos do favorito Fontes, a personalidade mais tremendamente funesta que teve Portugal país de que foi feitor, à laia dos procuradores dos morgados ricos, sacando sobre o futuro e levantando a descoberto.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assim, a palestra do snr. Fuschini não nos comoveu nem nos converteu; não nos entusiasmos nem nos edifícios.

Pela parte pessoal que nos toca, cumpre-nos frisar que a teoria interpretativa do empréstimo estrangeiro, considerado como um excedente da exportação, doutrina explanada maravilhosamente por o estadista inglês Goschen no seu magistral opúsculo *Teoria geral dos câmbios estrangeiros*, foi, pela primeira vez em Portugal, apontada, em letra redonda, por nós-mesmo, nas colunas desta folha, e no artigo intitulado *Administração estrangeira*, que saiu publicado no número da *Voz Pública*, de 21 de Dezembro do ano findo de 1897. Só em a quinta-feira 3 do mês de Fevereiro de 1898 é que o snr. Augusto Fuschini, na conferência realizada em Lisboa, no recinto da Associação Comercial e dos Lojistas, se firmou nessa doutrina, evidente e irrefragável, como derramando uma intensa e extensa claridade analítica sobre o carácter genérico da crise portuguesa.

Note-se bem. Não é uma vaidade fútil, que nem está nas nossas humildes tradições nem condiz com o nosso feitio peculiar, o que, constrangidamente, nos impõe a revindicação desta iniciativa mental. Mas chegamos ao momento culminante da tragédia histórica da dissociação portuguesa. Convém irremissivelmente que não haja ilusões, e que aqueles que não estão connosco se não imponham, ao público desorientado, como ou possuidores dum maior cabedal de leitura ou dotados duma maior sisudez de penetrante reflexão. Vamos e venhamos. *Nos quoque gens sumus*. E fartos de usurpações nos confessamos. Com a aquiescência de nossa modéstia: — não. Não, porque isto tende a relegar para o segundo plano aquela única ideia — a ideia republicana —, que pode e deve salvar o país da catástrofe pavorosa que o ameaça para brevíssimo trecho.

Que aqui é que bate o ponto. Aqui é que está a dificuldade. Aqui onde os homens se conhecem. Aqueles que pensam direito e falam claro; e aqueles que tergiversam, titubeiam, pretendem servir a Deus e ao demónio; aqueles que estão a ver — para se pronunciarem — no que param as modas.

Deste género último, foi sempre o snr. Fuschini, desde os tempos remotos das já referidas Conferências Democráticas do Casino, quando, em todo o fogo da mocidade, se devia supor que os frios cálculos da prudente política não encontrariam guarida num coração tumultuário e fervoroso.

Mas não. As Conferências, planeadas por José Fontana e ostensivamente dirigidas por Antero de Quental, deveriam terminar

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

com uma tendo por tema: *A República*. Depois da negação de todo o velho organismo, mental e moral, jurídico e político, da sociedade portuguesa, tal como a afeiçoara o desagregamento do constitucionalismo pseudoparlamentar, cumpria (assim se pensava nessa hora afastada, de sinceridade exata e ingénua), cumpria que surgisse, perante as consciências, inquietas e sobressaltadas o esquema das reformas reorganizantes, pois que não baste destruir, antes se entendesse que, consequentemente, se deveria, logo logo, reedificar.

Julgou-se — e perfeitamente — que uma só palavra tudo compendiava. Essa palavra era: República. Então já, como hoje irrecusavelmente, República queria dizer Pátria. E, pois, aquele que abrira a série das conferências seria o que a fechasse; Antero de Quental desenrolaria o programa dos trabalhos da geração nova, adictos à aspiração, máxima, da democracia republicana, política e económica.

Entrementes, um ministro reacionário, dominado pelo jesuitismo internacional, o marquês de Ávila e Bolama mandou, brusca e brutalmente, encerrar as portas do Casino, proibindo a continuação das conferências. Aterrara-o o anúncio duma palestra que ali deveria efetuar o snr. Salomão Saragga, de estirpe israelita, acerca dos historiadores críticos de Jesus, que houvesse de compreender toda a exegese contemporânea, naturalmente, desde o mitógrafo Strauss até o romancista Renan.

Romperam brados de indignação, na presença da soez prepotência. E o árbitro foi profligado numa carta veementíssima que, pela imprensa, dirigiu ao marquês de Ávila Antero de Quental. Também o snr. Adolfo Coelho estampou uma missiva endereçada ao caquético estadista, a qual, se está longe da nobreza altiva da eloquência de Quental, é, pelo menos, um diploma claro, em que a cólera, a prol do direito ofendido, se não disfarça nas ambiguidades duma inoportuna habilidade.

Finalmente, apareceu um folheto subscrito pelo snr. Augusto Fuschini. Mas — como é pardo. Hesitante, *político!*

Esta persistente qualidade de *político*, obstinadamente apresentada diante do público pelo snr. Augusto Fuschini, não é própria a promover as simpatias. O homem público pode bem, destarte, denunciar inteligência; mas não revela coração. Ele nos deixa frios e — por que o não dizer — suspeitosos. Tudo isto é demasiado *italiano*. Não quadra com a cordialidade germânica da nossa gente, que não é de caixas encouradas. O que tem no coração, tem-no na boca. Pão, pão; queijo, queijo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

E neste instante terrível, para que fingir? Porque fingir? Não; não. Simples e naturais. Nada de segundas-intenções. *Edamus et bibamus, cras enim moriemur.*

Se Portugal vai acabar, porque hesitamos em lhe dizer qual o único filtro seja que o possa rejuvenescer?

O snr. Augusto Fuschini hesita. E o que é mais irritante é que parece que se dispõe a dizer-nos alguma coisa quando, na realidade, está de reixa velha e ânimo feito a não nos dizer nada.

Assim, como conclusão prática de toda a sua difusa e confusa arenga, o snr. Augusto Fuschini, no Centro Comercial do Porto, professou que:

> É urgente organizar duas grandes coisas: na política, a opinião pública, científica e sensata, como único e decisivo correctivo para todos os desmandos da administração;
>
> na economia do país, o trabalho activo e sossegado, como único e decisivo meio de regeneração social.

Oh santo Deus! Mas isto é o que nas aulas nos ensinaram a conhecer como o erro lógico do sofisma da petição de princípio chamada. Isto é responder à pergunta pela própria pergunta, desenvolvida por outras e mais abundantes palavras.

Por exemplo: na economia do país, é urgente organizar o trabalho, activo e sossegado. É, decerto. Quem o contesta? Sobre isto não há dúvidas.

Mas não é isto o que se pergunta ao snr. Augusto Fuschini a propósito. O que a propósito se pergunta ao snr. Augusto Fuschini é: — como?

Como é que se há de conseguir isso?

Respondem os republicanos: — proclamando a república e estabelecendo-a em sólidas bases.

O snr. Augusto Fuschini não o contesta, mas também o não corrobora. Joga de porta, consoante sempre.

E, afinal, descarta-se, agridoce, a apelar para o rei, citando-lhe, em desfavor. O exemplo do rei Jorge, que, pelo seu egoísmo dinástico, perdeu a Grécia.

Mas, afinal também, sejamos francos. O snr. Augusto Fuschini já foi ministro desse rei para quem apela — agora. Dele já teve a confiança. Por deferência dele, já o snr. Fuschini geriu precisamente a pasta da fazenda.

Nada fez.

Porque?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Por incapacidade própria?

Então, com quê direito nos fala ainda?

Por incapacidade do sistema, que não seja amoldável aos empreendimentos reformadores e decisivos?

Então, porque não rompe de vez com sistema semelhante?

Porque no país não haja energia para reagir contra o instituído e força seja condescender com ele?

Mas, se ele é incorrigível, para que condescender, quando as ambições que se nutrem são altas e nobres? Retiremo-nos os que amamos a pátria, todos; e não seja connosco que o rei Jorge ao estrangeiro entregue a Grécia, para que sua dinastia, egoisticamente, salve.

Concluiremos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2480, 1 de março de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Remataremos.

Como deixámos indicado ontem, a conferência do snr. Augusto Fuschini falhou completamente, porque, quaisquer que fossem os seus merecimentos, ela não satisfez à obrigação a que estava, naturalmente, indicado que correspondesse.

Não é uma fórmula banal de diferente cortesia a referência aos merecimentos dessa palestra. Teve-os, sem dúvida; e o que a todos os outros sobreleva foi uma certa graça, proporcionada e fácil, em fazer mover o espírito do ouvinte pelos áridos meandros de cálculos e algarismos, sem que ele se aborrecesse e fatigasse. Todavia, o preletor não escapou à pecha da prolixidade indemonstrativa e a clareza da sua exposição foi só aparente. No fundo, as conceções do snr. Fuschini são desordenadamente embrulhadas e, de essência, confusas.

Pequeno espanto causará isto, quando se atenda a que este homem público, cuja educação especial e técnica foi ampla e segura, tem uma cultura histórica incompletíssima e inteiramente superficial. A sua preleção de sábado passado, mais uma vez, o confirma.

Assim, vê-se que s. ex.ª não compreende o alcance significativo da crise portuguesa atual, que é o desfecho de *toda* a história lusitana, depois da iniciativa do infante D. Henrique até nossos dias. Ele não presume que a liquidação contemporânea é a consequência (adiada sucessivamente, mercê de favoráveis acidentes intercalares) de falta permanente de uma *assiette* económica, estável e duradoura.

E, assim, atribui a factos subsidiários e a personalidades secundárias uma importância excessiva e excedente.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Declarou, por exemplo, que as causas da atual crise se têm determinado há quase 50 anos a esta parte. Isto é infantil.

Para se entender a crise portuguesa atual, urge relancear, como dissemos, toda a história de Portugal, considerando-o como aquilo que foi: um organismo parasitário, vivendo, preguiçosamente, do esbulho monopolista de populações ultramarinas, conquistadas e submetidas. Quando, pela sujeição à casa de Áustria, o conflito com os Países Baixos nos priva do monopólio, a principiar pelo dos mares, destruído teoricamente por Hugo Grócio, sem embargo das oposições casuísticas do nosso canonista Serafim de Freitas, — a redução de Portugal tradicionalista não faz senão prosseguir contínua e irremissivelmente.

À Holanda substitui-se a Inglaterra; e a nossa subalternização perante a indústria que tudo nos fornece explica-se e explica o exclusivismo da nossa faina agrícola, rudimentar e primitiva.

Destarte, nos tempos de D. Pedro II — é que deveríamos ter acabado. Não acabámos, porquê? Ainda por um acidente inteiramente ocasional e fortuito. Conservámo-nos, sem virtude própria, pela pura graça gratuita da Providência — que, à hora menos pensada, nos brindou com as minas do Brasil, jazigos de ouro inesgotáveis ao parecer, cornucópia de diamantes que nunca acabaria de se despejar.

Então volveu a fulgurância da época espoliadora de D. Manuel. Foi um regalo. Decididamente, criámos os filhos mimosos de Deus. Ele nos dispensava, decididamente, de trabalhar. Trabalhar, só para negros, mouros e galegos. O português fora feito para gozar e rezar.

Somente, como não fazíamos literalmente nada e o ouro nem se come, nem se bebe, nem se veste, nem se calça, o que aconteceu? Que ele foi sendo periodicamente drenado para a Inglaterra, que nos dava de comer, que nos dava de beber, que nos vestia e nos calçava. Pagando-se-lhe, já se entende.

Esta é que é a egoística razão da cega estima que a nossa incomparável preguiça de fidalgos madraços e jactanciosos nutria pelos ingleses. Tem graça a ingenuidade com que hoje perguntamos: — que fizeram às toneladas e toneladas de ouro que nos veio do Brasil?, e que se responde apontando, tão só, para o mono de Mafra. Que fizemos? Comeram-no-lo nossos fidalguíssimos avós; beberam-no-lo eles e, à sua custa, de rosários enfeitaram a benta cachaceira.

Outro do que o apontado não foi o motivo da subordinação à Inglaterra; e as profecias políticas feitas por publicistas vários

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a nosso propósito eram fáceis, afinal; andavam implícitas na natureza das coisas.

Quando foi do terramoto de 1755, apareceu na Haia um 8.º de 215 páginas, sob o seguinte discursivo título: *Relação historica do tremor de terra de Lisboa no primeiro de novembro de 1755, com uma enumeração contendo a perda em homens, egrejas, conventos, palacios, casas, diamantes, moveis, mercadorias, etc. precedido d'um discurso politico sobre as vantagens que Portugal poderia extrahir do seu infortunio. No qual o auctor desenvolve os meios de que a Inglaterra usara até então para arruinar o paiz.*

O falecido e infortunado Manuel Bernardes Branco, em seu catálogo bibliográfico, dando conta deste notável opúsculo, diz que ignora quem lhe seja o autor, mas que por sua linguagem não lhe parece francês.

Enganou-se; era francês, com efeito; e chamava-se Angelo Goudar. A sua obra causou grande sensação, ao tempo. Ela foi traduzida para espanhol, com o título *Profecia politica verificada en lo que está sucedendo á los portuguezes por sua ficion a los inglezes, hecha luego despues del terramoto del año de 1755*. Apareceu em Madrid, «en la imprenta de la Gaceta». Há também uma edição feita no México.

Finalmente, quando Junot esteve tentando instalar de vez o domínio napoleónico em Portugal, ele mandou publicar em Lisboa uma versão portuguesa do famoso opúsculo, a cujo texto elucidativamente, em nossos dias, ainda recorria o iberista espanhol Don Angel Fernandez de los Rios, nas laudas escandalosas do volume onde relata sua *Mision en Portugal*.

Ora, na Haia, em 1756, Goudar já frisava, com toda a nitidez, o problema, — «Portugal — exclama ele — foi a causa, e ao mesmo tempo o efeito dos progressos da indústria inglesa. Não somente lhe forneceu meios, mas até consentiu que a Inglaterra os empregasse contra ele. Desde então a Inglaterra fabricou sempre para Portugal».

Isto é — fabricou sempre: pelo ouro do Brasil. Até que em 1810 entendeu, e muitíssimo bem, que escusado lhe era este intermediário de Portugal. Porque não havia, com efeito, de entender-se diretamente com o Brasil? O interesse do Brasil conjugava-se, naturalmente, pela baixa do preço, mercê da supressão da corretagem do intermediário dispensável, com o interesse da Inglaterra. Do modo que a iniciativa de eminente brasileiro José da Silva Lisboa, mais tarde visconde de Cayrú, junto do príncipe-regente haveria de emancipar, por força, economicamente o Brasil, de Portugal. A separação política, depois disto, não era mais do que uma questão de tempo e da oportunidade de um pretexto.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Postas assim as coisas, o Portugal histórico estava terminado. Chegava a vez de trabalhar. Cumpria produzir.

Para olvidar, porém, à crise do momento, havia que recorrer ao que quer que fosse. Foi, naturalmente, a acumulação primitiva que se recorreu, à acumulação primitiva fixada nos bens de mão-morta, nas riquezas dos conventos, depositários do fruto dos latrocínios, diretos e indiretos, dos longos séculos de, por antonomásia, chamada glória.

A supressão das ordens religiosas em Portugal por Joaquim António de Aguiar, que descaroavelmente deixou morrer de pura fome os egressos, representa o provisório salvatério. Ela nos autorizou, subsequentemente, no feudalismo capitalista, ao recurso moderno do empréstimo, o qual, uma vez interrompido, nos restituíra à situação angustiosa do tempo de D. Pedro II e do ciclo da constituinte de 1821.

Vê-se, pois, que o horizonte da crítica histórica e económica do snr. Augusto Fuschini é bem curto. Enfim...

Ele poderia, não obstante, resgatar esta mediocridade analítica por uma vasta amplitude concecional. E, se se demonstrara um insuficiente filósofo da história, a omnímoda confiança em si-mesmo, de que é característico diploma o seu vaidoso e despeitado livro de *As liquidações políticas*, poderia resgatar-se com o prospeto de medidas orgânicas e reconstitutivas, por ele engendradas e delineadas, sequer a traço largo.

Mas a este respeito a conferência do preletor do *Centro Comercial* resultou inteiramente nula.

S. ex.ª limitou-se a uma função crítica e negativa. Não teve uma palavra de sugestão para remodelamentos e reformas.

Contudo, pelo menos, em sua fisionomia remota, o problema de Portugal é de uma clareza elementar. As soluções afloram.

A nosso turno, por exemplo, como o snr. Fuschini, perguntamos também: qual seja a grande coisa que é precisa?

E respondemos, à carpinteira, simples e chãmente: — É preciso que Portugal não pague em ouro o pão que come, à América do Norte; não pague em ouro o bacalhau que come, à Inglaterra; não pague em ouro o arroz que come e que deixou de ser da terra por motivo de higiene pública, como se as zonas de onde ele para cá vem não tivessem já gente e despovoadas se encontrassem.

Quer dizer: é preciso que nos bastemos, consoante a fórmula do snr. José Dias Ferreira, com a prata da casa. Mas entendendo-se essa fórmula num sentido amplo e racional, e não com o carácter rotineiro, mesquinho e incientífico que lhe atribuíra o jurista, oratório-

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

rio e sofístico, indemne da disciplina da mais somenos orientação positiva e crítica. E, quando de *casa* falamos, note-se bem que entendemos: a metrópole e as possessões, o Portugal continental e o Portugal ultramarino.

É preciso concluir com o falso socialismo de Estado, de que o Portugal monárquico seja exemplo único quase, em sua detestável perfeição, na Europa civilizada. Urge acabar com este comunismo burocrático que nos deita a perder a todos, incluindo os próprios empregados. Porque dentro em pouco não haverá com que pagar-lhes e eles terão de morrer à míngua ou de emigrar daqui para fora.

Mas note-se também que não basta declamar contra a empregomania. (De resto, não há empregomania nenhuma. Isto é um lugar-comum falso e antipático. Há acréscimo de população, acréscimo de cultura e vagas pouquíssimas no trabalho nacional. Daí, a necessidade, a fatal idade de apelar para o estado. *Struggle for life*).

Agora, fazer como o bispo de Viseu: despedir os pequenos empregados, conculcando a boa-fé dos contratos, é bárbaro e fácil. O difícil — mas o que classifique os estadistas — seria encontrar modo e maneira de aliviar o Estado sem condenar à morte, pela inanição, os indivíduos.

Tudo disto e das coisas congéneres e que o Porto, comercial, industrial, prático, positivo, esperava ouvir do lábio facundo do snr. Augusto Fuschini. Mas nada disso alcançou.

Foi, portanto, uma deceção em cheio, um desapontamento completo.

O conferente, com uma galanteria de forasteiro bem-educado, apelou para o Porto, no epílogo de sua elegante palestra. Foi o remate do soneto. Tripeiro, seria ridículo que disséssemos que fechara com chave de ouro.

Mas, tripeiro, sempre ponderaremos que se, mesmo para o poeta, é duvidoso que fosse o Porto que, *segundo é fama*, desse «nos bons tempos que lá vão» o nome a Portugal, — deve ser hoje incontestável, até para o matemático, que nos péssimos tempos que cá vêm ele foi quem a Portugal apontou o caminho a seguir, em prol de sua salvação, para seu primor e honra, conveniência e glória.

Não há razão de esquecer. Porque foi isso ainda ontem. A 31 de janeiro de 1891.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2431, 2 de março de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O que viria cá fazer a República nestas alturas? Somente isto: logo de entrada, cinco mil e quarenta e oito contos de economias... «Apenas» como assim?

Convenha-se.

Cinco mil e quarenta e oito contos poupados às despesas anuais e aproveitados para pagar pontualmente o juro dos credores externos, sem ter de recorrer a novos empréstimos, sem ter de consignar rendimentos especiais, simples e chãmente: — eis o que viria inteiramente a propósito nestas alturas.

Seria, na verdade, a salvação. Incontestavelmente. Não pode haver a menor dúvida.

Ora, como conseguir semelhante prodígio?

Simples e chãmente: — proclamando desde já a República.

*
* *

Com efeito, sabemos que a lista civil nos leva por ano (do que vai às claras e confesso) — 525 contos.

Perfeitamente. Estabelecida a República, o presidente seria o único a perceber, e à sua custa é que sustentaria a madama e os meninos, como seja, de resto, o que faça neste mundo toda a gente, exceto certas famílias privilegiadas, que não são do nosso vil sangue e diretamente derivam da graça do Altíssimo. Ora, o presidente da República portuguesa estaria pago e repago, se cobrasse, anualmente, cinco contos de reis, despesas de representação inclusas, pois que quem está com a corda na garganta, como nós outros, lusitanos, não se pode legitimamente permitir luxos ou grandezas mundanas. E note-se que haveria de fazer mais alguma

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

coisa do que caçar porcos-bravos, sob pena de o pormos logo no que se chama o olho da rua, por indecente e má figura.

Aqui temos, pois, uma economia redonda de 520 contos.

— Logo proclamada a República, extinguiríamos todas as embaixadas que andam por esse mundo de Cristo a fazer a deplorável figura de fidalgos pobres que não pagam a quem devem e querem emparelhar com os grandes da terra. Os cônsules nas capitais dos Estados seriam os nossos representantes junto aos respetivos governos; e para assuntos de transcendência supervenientes mandaríamos então legados especiais que recolheriam prestes à metrópole, uma vez o assunto que determinou sua ida liquidado.

Nestes termos, do orçamento riscaríamos a verba concernente à diplomacia, o que importa uma economia, pelos artigos de corpo diplomático e de diversas despesas, de 218 contos.

— Pelo que toca ao ministério dos negócios da guerra, ninguém ignora que este orçamento é, com o das obras-públicas, a grande capa cujas dobras o snr. Mariano de Carvalho não presumia que, para encobrir ladrões, a estendesse de graça um príncipe falecido. Para o exercício de 1897-1898, o orçamento ordinário consignou para as despesas militares, compreendendo as concernantes à secretaria de estado, ao estado-maior do exército e comandos militares, aos corpos das diversas armas, às praças de guerra e pontos fortificados, à administração e justiça militar, por diversas classes e estabelecimentos, aos oficiais em disponibilidade e inatividade temporária, ao pessoal inativo, ao fornecimento de pão e forragens, aos fardamentos, a diversas despesas e a despesas de exercícios findos: a quantia de 5457 contos, números redondos. A esta verba considerável o orçamento extraordinário, para o mesmo exercício, arbitra ainda mais 240 contos, sendo para obras de defesa de Lisboa e seu porto e artilhamento das suas fortificações 230, e para construção de quartéis e outros edifícios militares, 10 contos. Isto causa riso, não só pela exorbitância duma verba, como pela exiguidade da outra. Não. Toda a gente sabe, em Portugal, que tudo isso não passa de uma fantasmagoria. O exército em Portugal é como as estradas e os faróis: o que dissimula o grande devorismo e, sem comer, fica com as culpas de haver comido. O exército não gasta a terça-parte do que lhe é atribuído. Quem o diz? As gazetas militares, os relatórios oficiosos, os livros de oficiais distintíssimos, altivos e patrióticos. Mas não vamos tão longe. Fiquemos por metade. A despesa, agora, é, anualmente, de 5697 contos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Reduzida a metade (isto é, à verdade, já favorecida até), teríamos, proclamada a república, neste capítulo, uma economia anual de 2 mil, 818 contos, e quinhentos mil reis.

— Agora chega esse arqui-fabuloso ministério dos negócios das obras públicas. Aqui é preciso tirar o chapéu. E tirá-lo reverendissimamente. Tão novinho (foi invento da Regeneração); tão prestante e tão chorudo, o alma-do-diabo! Nós o vimos nos artigos que, com o título de «Diferença de despesas, para mais, 3597 contos... «apenas», publicamos desta folha nos números de 22 e de 25 de fevereiro último.

No exercício de 1897-1898, consoante nesses artigos verificamos, apreciamos, entre outros, os desaforos seguintes:

Para diversas obras públicas, 919 contos:

Para estradas, 516 contos; isto, já se vê, no orçamento ordinário. Porque logo acudia o orçamento extraordinário e determinava mais, a saber:

Para construção e grandes reparações de estradas, de primeira e segunda ordens, 700 contos certo;

Para portos artificiais, construção e melhoramentos dos existentes, 800 contos, certos também;

Soma total, nestes capítulos, pelos dois orçamentos, ordinário e extraordinário, de despesa anual: nada menos do que a espantosa verba de 2 mil 993 contos.

Ora, neste ministério, a mistificação não é de meio por meio. Aqui, aqui, aqui — é que se nutre a soletre e voracíssima Barba-Longa. Mas, sejamos, outra vez, ainda e sempre modestos e resignados. Contentemo-nos. E seja de meio por meio o abatimento que faríamos tão só, uma vez estabelecida a república. Sem embargo, pouparíamos ainda, nos encargos irreproductivos da nação, nada menos, por este ministério, de mil 497 contos, quinhentos mil reis.

. . . . . .

*

* *

Não prossigamos hoje. Fiquemos por aqui. Isto basta. Assim, logo, sem que à má-cara seja, só com um relance, temos, por conclusão, que, unicamente com estas verbas, a República, de entrada, pouparia, somados todos os abatimentos feitos nas verbas precedentes, a quantia anual de

CINCO MIL E 48 CONTOS

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

*
* *

Aqui está o que viria cá fazer nestas alturas a República.
Para pagar facilmente, com uma perna às costas, aos credores.
Para fazer face a todas as despesas e legítimas.
Para não contrair empréstimos.
Para não consignar rendimentos.
Sem intervenção estrangeira.
Sem conversões.
Sem concordatas.
Sem novos impostos.
Simples e chãmente.
Aqui está o que viria cá fazer nestas alturas a República.
Mas isto só o pode fazer ela, evidentemente.

Agora, pois, a nação que decida se, a bem do parasitismo de uma centena de grandes devoristas — que mais não são, se a tanto chegam sequer — prefere morrer com a Monarquia, se salvar-se com a República.

*
* *

Que é, afinal, o que viria cá fazer a República, nestas alturas: — salvar-nos.

Só e puramente.

Salvar-nos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2435, 6 de março de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Para Que É Tudo Isto?

O empenho com que o governo pretende fazer aprovar o projeto da conversão-chamada é tão vivo e assisanado que ele revela, de *per si,* o que quer que seja de muito grave e excecional.

Salta-se, a pés juntos, por cima de todas as praxes, desprezam-se todas as indicações constitucionais; e até o *leader* da maioria aceita o papel antipático e ridículo de *apagador,* função que, na trica do parlamentarismo, se reservava sempre para as figuras subalternas e decisivamente baças.

Porque é tudo isto?

Para que é tudo isto?

Com efeito, a opinião popular tem-se manifestado declaradamente, em públicos comícios de protesto contra a recente medida governativa, numerosamente concorridos e onde as palavras dos oradores mais em desfavor do plano do ministério são aplaudidas com um calor sincero.

Mas, ainda — o que mais pesa na balança conservadora, cujo fiel é o preconceito, suspeitoso e orgulhoso — corporações sisudas, constituídas pelos mais conspícuos representantes das classes que têm que perder, abriram as portas das salas de seus grémios, a fim de que ali se realizassem conferências sucessivas, verberando a conduta dos altos poderes políticos, e a essa medida que constitui agora o único programa do gabinete indicando-a como uma decisão perniciosíssima, a qual implique nada menos do que a perda próxima da nossa independência económica e, consequentemente, da nossa autonomia política.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nestes termos, o que é que está, naturalmente, indicado ao governo? É demitir-se.

Nestes termos, o que é que está, naturalmente, indicado à câmara dos deputados? É dissolver-se.

Porém, tão longe se encontra o ministério da linha de procedimento, única, que esclareceria a situação e que viria arejar seu tanto um ambiente moral pesado, que oprime e sufoca, — tão longe dessa linha de procedimento o ministério se encontra que, renitente na sua obcecação, teimoso em sua pertinácia, como quer que não disponha de maioria na câmara dos pares do reino, ele vai recorrer a esse torpe expediente, safado , revoltante, insolente e imundo, que, nos hábitos do regime, que, por linguagem oficial, fala em gíria, se chama uma *fornada*. É extraordinário que nesta hora solene da evolução regressiva portuguesa (a hora mais terrível de toda a nossa história, porque seja o desenlace enfim, de um drama moroso) o governo pense na obscena alicantina de uma *fornada*, que lhe dê uma maioria de opinião, convencional, por ele mesmo, às claras, com impudência suma, perante o país todo e perante todo o estrangeiro, disposta e engendrara. Mas mais extraordinário é ainda que haja homens, independentes por sua posição social ou por sua fortuna própria, homens relativamente inteligentes e relativamente ilustrados, quaisquer que sejam os que venham a ser nomeados, que, pessoalmente honestos, por um estúpido facciosismo, por vaidade grotesca, e repulsiva neste caso, por partidarismo inepto e por lealismo de disciplina, agora servil e abjeta, se prestem a esse papel indecoroso de *votantes por mandado*. Sancionando com a sua aquiescência um verdadeiro crime de alta-traição, esse hediondo e supremo crime de lesa-pátria; sacrificando a soberania nacional: tais votantes não podem alegar ignorância; eles não logram lavar as mãos, como Pilatos; deles não é lícito ter a piedade que se endereça aos que nem sabem o que dizem nem sabem o que fazem. Antes pelo contrário.

Os novos pares serão os mais culpados de todos, porque só por eles a consumação de infâmia será possível. Eles é que abrirão as portas ao estrangeiro. E o estrangeiro, depois de entrar como caixeiro de cobrança, há de ficar como soldado de guarnição. Depois dos *papelots* alvadios da judiaria financeira, hão de passear as ruas de Lisboa e Porto as pantalonas vermelhas da infantaria exótica. Porque toda a dívida não-paga, se o credor é cruel para com o devedor, determina penhora. E toda a penhora exige o oficial de justiça que a perpetre. Mas o meirinho sem o polícia armado, que o proteja contra a sanha do executado, não se compreende. E a

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

gendarmeria que reduz à obediência e mantém na ordem as nações penhoradas chama-se exército; não é comandada por comissários; é dirigida por generais. O Egito sabe alguma coisa disto. Lisboa pode mandar tirar informações em Alexandria.

Ninguém se faça, pois, Alonso.

Porque, na última sessão da câmara dos deputados, alguém pronunciou, com uma fraqueza característica, certa palavra profunda, que alumia tudo e projeta um súbito clarão sobre toda a miséria desta pavorosa catástrofe. Foi como um relâmpago do inferno.

Havia o ministro da fazenda tido, o desplante de prometer também, lá para o diante, um rendimento especial aos credores internos.

Falava o conde de Burnay, e, com um bom-senso cínico, perguntou o banqueiro:

— De que lhes serve isso, a eles?

Decerto. Decerto, de que lhes serve? Quem é que aos credores internos lhes garantiria a efetividade de qualquer espécie de a consignação especial? A quem recorreriam, se se lhes faltasse? Ao seu respetivo governo?! Que chalaça!

Mas dizer isto é confessar que aos credores externos hão de vir a ampará-los, a fazer-lhes costas, a emprestar-lhes mão-forte — quem? Os seus respetivos governos. E confessá-lo importa declarar que, com a administração estrangeira, há de incidir sobre este negregado país a intervenção estrangeira.

Porém, por outro lado, se isto tem de acontecer assim, chegará o momento em que os atuais governantes não governarão nada; o instante virá em que os atuais mandões nada serão nesta terra.

Então, que empenho é o deles agora em bater em si-próprios, em derrogar em se deprimir, em abdicar da própria importância, em perder a mesma personalidade, até?

À primeira vista, isto parece absurdo. E é com semelhante sofisma que os defensores, mais ou menos conscientes, do governo argumentaram. Temos encontrado, nos últimos dias, aleive tal — nas colunas de várias folhas oficiosa.

Somente o explicar a contradição aparente resulta coisa fácil e comezinha.

Com a imprevidência típica da nossa raça, os grandes devoristas, que *todo lo mandam*, não acumularam. Se bem parasitaram, bem o gastaram. De modo que se encontram descalços. Ora, estes bem sabem que, nos domínios políticos, toda a força termina por

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

tragédia. Já lho dizem patentemente, em pleno parlamento. Numa palavra:

Está a chegar o momento — em que esses honrados cavalheiros têm de fugir. E a cambada não possui para o caminho, nem com que amrusende lá-fora, onde suas habilidades não topam em que se exerçam.

Na hora da grande desesperação, ai daquele imprudente que, desatento, se deixasse ficar por aqui e fosse encontrado ainda sobre esta terra, pisada já, ou para breve conculcanda pelos regimentos estrangeiros. Um deputado oposicionista caridosamente advertiu do perigo a maioria que vai votar, outra vez.

Não era preciso. Todos os grandes culpados o sabem, o sentem, o adivinham.

Por isso se previnem. Desde agora. A toda a pressa.

Ora, aqui está para que é tudo isto.

Está-se arranjando o farnel.

Para isso é que é indispensável e urgente o empréstimo. E o empréstimo carece da chamada conversão, primeiramente.

Eis aqui.

À hora menos pensada, personalizado nos seus homens de prestígio (seja!), do maior ao menor, o regime dirá ao país: — Adeusinho! Quem cá ficar que se arranje como souber. Que eu cá vou no paquete. Cheiinho como um ovo.

A fórmula é nobre; tem uma procedência régia. É de linhagem e estirpe. O rei de França, Luís XV, o «Bem-Amado», consoante a esse monstro a adulação dos corruptos teve o descoco de apelidar, já a aplicar para seu próprio filho. «Isto para mim ainda durou, disse ele à sua amante, madame de Pompadour. Berry (era o delfim) agora que se aguente como puder».

Idos no paquete, ou mesmo de *sleepingcar*, os nossos grandes-homens (cujos grandiosíssimos talentos nos deixaram, afinal, sem a camisa do corpo), presume-se a careta que fará o país, no lance tragicómico. Deve ser mui de ver.

O país todo: clero, nobreza e povo. Burocracia e exército. Tudo, de boca aberta. Maravilhado.

Terão, todos, aliás, vagar para isso.

No Egito, aos empregados nacionais, o *controle* estrangeiro pô-los no andar da rua, substituindo-os por ingleses, franceses e italianos.

Quanto à situação do exército egípcio, um episódio a define.

Na câmara dos pares, em um dos seus últimos discursos, o snr. Ferreira do Amaral, ministro da marinha, contou que conhecera

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

em Alexandria um major, o qual, depois de instalada a administração estrangeira naquele país, teve de se sujeitar a ser... o quê?

Marcador de um bilhar.

Lindamente.

Marcador de um bilhar.

Se quis comer as tristes sopas... *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2436, 8 de março de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Que Vantagens Traria para Portugal, no Exterior, Atualmente, a Proclamação da República?

Em um dos últimos artigos que publicamos neste jornal, tivemos em mira pôr a claro que o estabelecimento, dado que próximo, da República em Portugal seria o meio — único — de liquidar e resolver a crise financeira por cujo efeito agoniza o tesouro, isto como prolongamento indispensável de, mais morosa, mas conexa, remodelação da vida económica do país.

Ora, como quer que esse artigo captasse dos nossos colegas do periodicismo democrático a honra de penhorantes transcrições e ainda promovesse (o que mais estimulante se demonstre) o corolário de explanação expostas e propostas por alguns distintos confrades: — pareceu-nos que a esta amável confiança nos cumpria corresponder apresentando com a luz possível a outra face, solidária, afim, dum mesmo e idêntico problema.

Quer dizer: — se, no interior, a República implica, substancialmente, hoje, para nós, a condição irremissível da nossa salvação financeira e económica, pergunta-se o que é que ela pode, por ventura, significar com respeito à situação moral e política de Portugal perante as nações estrangeiras no concerto genérico de sistema europeu?

*

* *

A retórica, mais ou menos sincera, da propaganda monárquica costumava, nos tempos remotos em que tal propaganda era ainda possível, exibir o asserto de que a monarquia entre nós era a cláusula irredutível da independência nacional.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nada mais falso.

Bem pelo contrário.

Precisamente, a existência duma dinastia especial e aparte em Portugal determina, com uma evidência que parece incrível que houvesse quem a não sentisse, determina o *isolamento*, completo e perfeito, deste mesmo país de Portugal

Com uma monarquia sobre si, Portugal não pode ter aliados, porque, no egoísmo internacional, a sua aliança, assim, não serve para nada. E, como a monarquia de Portugal, pela mediocridade das forças continentais do país, não se reconhece suficientemente habilitada a resistir à eventual ambição da antagónica monarquia limítrofe, o que é que sucede? Sucede que a monarquia de Portugal tem de, mercê do egoísmo fatal da sua conservação dinástica, sacrificar o país ultramarino, progressiva e sucessivamente, à usurária proteção de uma potência forte que lhe garanta a permanência e contenha em respeito o competidor. É a história da casa de Bragança, para conservar o trono obrigada a atrelar-nos ao voraz parasitismo da França, primeiro, até à guerra da Sucessão, extinto no Enfeitiçado em Castela a estirpe da Áustria; e depois à Inglaterra, até nossos dias.

Porém, se nós proclamássemos hoje a República em Portugal, o que é que imediatamente aconteceria em Espanha?

Estas duas repúblicas — aliás inteiramente separadas, autónomas, independentes, de *per si* e cada uma em sua casa — é claro e natural que, todavia, se ligassem e entendessem, para tudo o que respeito dissesse às relações exteriores, desde que e nos assuntos em que a dignidade peninsular estivesse em litígio ou risco corresse. Completa e indissoluvelmente.

Nestes termos, uma violência, um abuso, uma brutalidade da parte dos credores estrangeiros para com o Estado português seu devedor seria inteiramente impossível, pois que seus respetivos governos, caso os apoiassem, encontrariam a defrontá-los não somente Lisboa mas Lisboa e Madrid, concordantes e apercebidas.

Ora, apesar de tudo, Madrid ainda é muito ou tão pouco que Washington, consoante se tem visto, titubeia. Hesita, arrasta e condescende.

*

* *

Mas — por imenso — este efeito internacional da proclamação da República em Portugal (a única coisa que, só, nos habilitaria

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a tratar, com independência e firmeza, com o credor estrangeiro), este efeito, excecional e decisivo, não seria ainda o único.

Proclamando agora a República, Portugal alcançaria a enorme vantagem, na história da península ibérica, de ser o promotor, o iniciador. E o rifão popular de há muito que diz com acerto que a candeia que vai adiante alumia duas vezes.

Alumia, com efeito.

Por outras palavras, mais pedantes: num sistema político, a parcela que Omã a deliberação exigida pelo espírito dos tempos é, qualquer que seja a sua densidade de população, a sua riqueza, a sua extensão territorial, a parcela dominante. O prestígio moral venceu e açambarcou tudo. Eis aqui o que os gregos chamavam: a hegemonia.

É a situação do Piemonte na Itália. É a situação da Prússia na Alemanha.

Seria a situação de Portugal na aliança com a Espanha.

*
* *

A própria refugagem que hoje serve o constitucionalismo em Portugal não pode contrariar, como que fossem utopias ou quimeras, o conjunto das ideias que ficam expostas. Há de o fazer, menos ainda por perfídia do que por ignorância. Pois que esta seja, sebosamente crassa.

Mas, na verdade, o mesmo, porco e pulha, Portugal constitucional, degradado e subalterno, às sopas da Inglaterra, se, em alguma maneira, donde a onde, arreganhou os dentes à Espanha, se reivindicou sua autonomia e se se deu ares de fraqueza e lisura: — porque foi que o fez? Qual a causa dessa arremetida? Donde lhe veio topete semelhante?

É que, afinal, — ele mesmo! — ele mesmo tinha razão. Também ele fora o promotor, o iniciador.

Nas linhas do Porto se batiam os liberais quando o bestial despotismo de Fernando VII enxovalhava a Espanha, e é com patriótica dor que o nosso velho mestre e amigo, o espanhol don Fernando Garrido, no seu volume famoso *L'Espagne Contemporaine*, registra que, desde então até à morte desse infeto Bourbon, ocorrido em 1883, as intrigas e os escândalos da corte não cessaram.

Destarte, houve o romantismo de D. Pedro IV de mandar prestes plenos poderes ao ministro luso em Madrid, em prol, mais tarde, duma convenção, visando a expulsar do território

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

português o infante D. Miguel e o pretendente D. Carlos, a qual não chegou a ser ratificado pelos governos contraentes, não só porque os movimentos dos beligerantes se precipitaram mas, principalmente, porque o bretão lord Palmerston, a parecer do historiógrafo Soriano, cautelosamente deliberara atravessar-se com sua intrometida intervenção.

Mas, ainda assim, em sua efetividade, foi a Portugal que coube a supremacia dos atos.

Com efeito, como em Espanha a insurreição carlista houvesse tomado um certo incremento e o governo de Cristina desejasse acabar de pronto com o abalo, pediu a Portugal o auxílio dum corpo de exército, havendo aqui, aliás, a princípio, certo desacordo entre os ministros em aquiescer à solicitação feita, baseando-se os renitentes no facto de a França e a Inglaterra, signatárias, consoante Portugal, do tratado, se recusarem a mandar as suas tropas à Espanha.

Afinal, as nossas foram; como o relembra, em suas *Luctas caseiras*, ao snr. Marques Gomes, tinha sido encarregado do comando das forças o brigadeiro Vitorino José de Almeida Serrão, mas depois foi substituído pelo barão de Santa Maria; de lá as trouxe, ao diante, o bárbaro disciplinador conde das Antas.

*
* *

Mas, agora, demos que a República se não proclamou hoje neste país.

Segue-se daqui que, não havendo República em Portugal, haja Monarquia em Portugal?

De modo nenhum.

A Monarquia, entenda-se bem: quer se proclame a República, quer deixe de se proclamar; a Monarquia em Portugal — acabou.

Pode conservar-se, depois da intervenção estrangeira (a qual intervenção estrangeira ameaça de ser desde agora um facto consumado e será um facto ostensivo daqui a alguns meses, isto é, logo que o empréstimo subsequente e consequente da conversão esteja devorado, o que será num ápice), — pode conservar-se depois da intervenção estrangeira nesta terra e espetro, o fantasma, a aparência nominal da monarquia atual da Grécia.

Será um khedivato, como o do Egito.

Será um khanato, como o de Zanzibar.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas uma monarquia, na aceção lídima do termo, quer dizer, um governo autónomo e independente — como a monarquia da Dinamarca, a da Suécia, a da Holanda — isto é que não será mais. Isso que houve é que não haverá mais. *Never, never more.* Nunca mais, nunca mais.

Os monárquicos — se se baterem — estar-se-ão a bater por uma sombra. O chefe-do-Estado, aqui, terá um nome de cachorro. Chamar-se-á *Sultão*. Ávido, à pitança, arremessando-lha, o Estrangeiro o açulará: *Sultão, Sultão,* aboca. Bem visto, seu paço será uma casota.

*
* *

Mas, nesta mesma vil e abjeta condição, como cerdo em gamela e como burro à argola, ainda assim não poderá viver. E não poderá viver, ainda mesmo assim, nessa imunda e abjeta condição, dado que a aceitasse, — porque, enquanto a alicantina episódica lusitana vai passando, mais graves, solenes e trágicos destinos, no horizonte da história contemporânea, assomam e se desenham.

É o caso da anedota: boas contas lança o preto; *seu senhor quê-lo vender.*

Enquanto toda esta sórdida, piolhosa comédia portuguesa vai desenrolando o seu manto de farrapos, para a Espanha surge, com um relevo esquiliano, o desfecho da catástrofe.

É a guerra dos Estados Unidos.

Nessa pugna, a Espanha, não obstante o seu intrépido heroísmo, ficará, inevitavelmente, derrotada.

Mas isto acenderá nos corações espanhóis, de ponta a ponta da pátria, uma cólera tal que, como um petardo, o trono da austríaca saltará.

Em Portugal, hoje, tão-somente, um publicista descortinou este aspeto, inopinado e fulminante, da questão; é o único jornalista combatente da monarquia que, em talento pessoal, o possua do verdadeiro e superior; é o odioso e poderoso jornalista das *Novidades*.

*
* *

Caída a monarquia em Espanha como caiu o Império em França, isto é, depois dum Sédan, cuida-se, por ventura, que a

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

subsequente República espanhola tolerará a conservação a seu lado desta bambochata duma pseudomonarquia, penhorada por credores, safada e rafada, permitindo-se o tom do que quer que seja de espontâneo e de senhor de próprio nariz?

Pois não...

Para que, à ordem da tríplice aliança, representante hoje do conservantismo europeu, como a Santa-Aliança o foi do absolutismo continental, esse khedivato conspire com os elementos da reação carlista ou da restauração liberaleira?

À laia do que aconteceu em 1873, quando à república lamartiniana de Castelar a estrangulou a retrogradação gaulesa de Mac-Mahon, metendo peças de artilharia pelos Pirenéus, de acordo com o autocratismo germânico, apresando os couraçados de Cartagena...

Quiçá Salmeron, Pi y Margall, Izquierdo, Benot e os outros esqueceram que Lisboa foi a sede das conjuras restauracionistas? Olvidaram que foi no Porto, no Hotel De Frankfort, que o general traidor, Martinez Campos, o brigadeiro infame, Bonaparte de conta alheia, Monk de quinta-classe, abandonando o seu exército do Norte veio atar aos últimos cabos do seu liberticida alvante de Sagunto?

*

* *

Não. Não esqueceram. Sabemo-lo. Todos o sabemos. Monárquicos e republicanos.

Eles, os espanhóis, dirão então à suposta monarquia portuguesa: — *saia*. Intimar-lhe-ão mandado de despejo. Em vinte e quatro horas.

E aos estrangeiros dirão: — Nós, a Espanha, tomamos a responsabilidade da dívida portuguesa. Saiam também.

E sairá a monarquia.

E sairão os estrangeiros.

Porque a Espanha, apesar de tudo, não é Portugal, e, apesar de tudo, perante Madrid, mesmamente Washington, se não retrocede, pelo menos hesita, prepara-se, adia.

*

* *

Somente, então. Como ficaremos nós em face da Espanha? Como é que em face da Espanha quedará Portugal?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Como *protegido*; como refém resgatado; como escravo, não forro, mas liberto; dependente e submisso, obrigado e humilhado.

Ignomínia, desdouro, queda. É 1580 — para pior. Porque, então, ainda, na ponte de Alcântara mordemos cartuchos contra eles. Mas agora hão-de ser eles que nos hão-de soerguer — para nos tutelar.

Tal como foi, durante largos tempos, a situação da Galiza, assim seria de ora avante, a situação de Portugal. Com suas leis especiais. Com seus encargos próprios. Tudo isto será *galegada*. Eles já o pensam. Abaixo, todos, nós de homens:

Ayer, a una ventana,
Vi um bulto negro.
Pensé que era un hombre;
Y era un gallego.

Adeus a hegemonia sonhada por Horácio Ferrari, português de origem italiana, fermenta ele ainda das lembranças do papel do Piemonte na Itália!

Adeus o exemplo da Prússia na Alemanha!

Todos — como de Redondela.

Com Camões e tudo — que de lá tinha vindo.

*
* *

Vamos:
Sursum corda!
Haut-le-coeurs!
Chãmente:
Tende vergonha na cara!
Sede homens!

*
* *

Ou quereis, apesar de tudo, ficar com a Monarquia?

Mas Portugal, hoje, com a Monarquia — o que é, afinal?

Abraçado, lealistamente, à Monarquia, o que representa, hoje, enfim — a Pátria?

Representa a bela intuição da imaginativa poética de Teófilo Braga; representa o selvático suplício do vivo amarrado ao morto.

Da sua, o vivo não insufla uma emprestada vida ao morto.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas, em compensação, morrerá, empestado, com e como ele. A podridão de cadáver o contamine. O deite a perder, em sua besta pertinácia.

*

* *

Conclusão prática:
Tende vergonha na cara!
Isto é:
Curai dos outros, que, curando de todos, de vós curais.
Quer dizer:
Proclamai a República.
Mas — já — Depressa.
Pois que (reparem os amigos!) — depois de burro morto...
Adiante. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2443, 16 de março de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Haveria ainda meio de salvação para Portugal conservando-se, contudo, a Monarquia?

Não há meio nenhum.

Mas alguma gente de muita fé e pouca vontade o supõe ainda, porque qualquer solução intermediária afaga o espírito de rotina e dispensa tanto de grandes decisões como de acres cogitações.

Ora, isto condiz perfeitamente com a feitio mole, arrastado, preguiçoso e parrena do português, pessoa de meios termos, de contemporizações, de condescendências, impróprio para as rasgadas iniciativas.

Por isso apelam, por exemplo, para um ministério francamente liberal, composto de gente honrada, disposta a introduzir moralidade na administração e propondo-se realizar economias nas despesas públicas.

Isto que parece bem fácil e bem modesto, bem claro e bem positivo — é, na verdade, a quimera mais fantástica que sonhar se possa.

É inteiramente impossível conseguir ministério de semelhante tipo dentro da monarquia.

Os próprios elementos liberais ou avançados que ainda convivem com a monarquia têm, forçadamente, de aquiescer com o seu atual critério reacionário e tiranizador.

Foi o que aconteceu há dois anos ao snr. Augusto Fuschini e ao snr. Bernardo Machado. Socialista um; democrata outro, houveram ambos de subscrever por igual a reforma da polícia de Lisboa, modelo incomparável de despotismo besta. Passaram a ser, prevaricadamente, quaisquer sub-Hintzes. Nada mais.

O que é que este triste caso pessoal demonstra ainda uma vez?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Demonstra, ainda uma vez, com irrefragância plena, a suprema ingenuidade do nobre cavalheirismo de José Falcão bradando à monarquia: — Se a monarquia nos pode salvar, que nos salve!

Tanto não pode que, perdendo-nos a nós, a ela se perde. Ou porque revolucionariamente a expulsemos, indignados, nós. Ou porque diplomaticamente a subalternizem e degradem os estrangeiros, eles.

Portanto, como não é de crer que ela conscientemente se esteja a suicidar, temos de concluir que é porque ela, na realidade, nada pode.

*

* *

Nada pode, com efeito.

Não pode, mesmo ainda que sinceramente o quisesse, admitir e conservar, prestando-lhe calor e força, um ministério nas condições apontadas, isto é liberal, moralizador e económico.

Porquê?

Porque, em geral (e é aqui que bate o ponto!), em geral confunde-se: a Monarquia — com a Realeza.

Ora, a Realeza não é mais do que um episódio da Monarquia. É um elo na cadeia. É o fecho da abóbada. A pedra-mestra.

Mas a Monarquia é que é o sistema de conjunto que ampara e sustenta esse remate final.

De maneira que se a Realeza ferir todo o conexo sistema de a Monarquia, ela perder-se-á, precisamente pela carência dos pontos de apoio em que naturalmente se estriba. Seria procedimento tão insensato esse da Realeza como aquele famoso do famosíssimo Bertholdo, que, às cavaleiras no galho duma árvore, com um serrote o estava cortando, para que de cambulhada com ele viesse a terra.

Nada menos do que de Bertholdos fizeram todos esses inocentes célebres como Manuel Passos, Sá da Bandeira, o bispo de Viseu e outros, que se consumiram em busca da quadratura o círculo e à cata do motu-contínuo. Confundindo, consoante o frisamos, a Monarquia com a Realeza. Isto é, separando incriticamente os interesses da Dinastia dos interesses, seus solidários e afins, do Paço, da Camarilha, da Diplomacia, etc., quer dizer de todos os privilégios e de todos os benesses.

*

* *

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Se, porém, o absurdo vingasse e, definitivamente, o impossível fosse vencido, isto é: se, a bem desse Ministério, quer dizer, portanto, a prol do Povo, a Realeza decidisse sacrificar parentes e aderentes, amigos e compadres. Paço, Camarilha, o caciquismo burocrático e o caciquismo sertanejo, os grandes devoristas das chamadas classes dirigentes que não pagam impostos e que entram de cartola na cabeça pelos gabinetes dos diretores gerais? Se tal acontecesse? Então?

Então, à Realeza faltaria a Monarquia, e a Realeza sem a Monarquia não passa dum homem, cercado, mera e exclusivamente, da sua família.

A Realeza seria, então, não pela Democracia, mas pela Monarquia, ferozmente vitimada.

São quimeras estas conjeturas?

Tem graça. Ou, antes, não tem graça nenhuma.

Foi a situação em que se encontrou perante a monarquia francesa a realeza de Luís XVI, após suas tergiversações e hesitamentos. Assim, a abominável intriga fratricida do conde de Provence surtiu efeito; o paço, a camarilha, a fidalguia cortezanescamente, o que os romanos chamavam a clientela, abalou-se para Cobleantz; na praça hoje da Concórdia rolou a cabeça do Capeto, e secretamente os emigrados festejaram o caso com graçolas e copázios.

Mais mansamente foi o caso de Amadeu de Saboia, irmão de D. Maria Pia de Portugal e tio do rei D. Carlos. Deu-se à insensata tarefa de fundar em Espanha o hibridismo constitucional que se chamava ao tempo a monarquia democrática. As classes conservadoras (isto é, a Monarquia), correram-no. Na sua perseguição atroz, nem lhe pouparam a honra da esposa, e destarte organizaram a manifestação canalha que, ocorrida no Prado, frisam as cores realistas do romance *Pequeñeces*, obra, a *vuela pluma*, do padre Coloma, da Companhia de Jesus e da confraria de Zola, o que são dois proveitosos num saco. Incongruências e contradições que só se tornam possíveis nestas terras idólatras da Espanha e Portugal, de Portugal onde o padre cândido, do púlpito da Lapa, no Porto, proclamou a lei fundamental do ateísmo de Comte. Mas sigamos.

Cá mesmo a dentro de portas os exemplos não faltam, é certo. E D. João VI por duas vezes viu a sua realeza abandonada pela Monarquia, que ele, condescendendo com a revolução, desservira e melindrara. A primeira vez foi na Vilafrancada. Então a Monarquia retirou-se de Lisboa e deixou lá a Realeza só. Se a realeza se quis

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

salvar, teve de deitar às carreiras para Vila Franca, em busca da Monarquia que lhe fugira.

A segunda vez, foi quando da Abrilada. Então à Realeza valeu o estrangeiro. E, de ambas as feitas, quem contra o rei se alevantou? Sua mulher D. Carlota Joaquina. Seu filho, D. Miguel. Como na Espanha, analogamente, contra o rei Fernando VII, se alevantou, representando os interesses mais profundos e sobressaltados da Monarquia, por detrás de Bessieres e de outros, o próprio irmão do rei, o pretendente D. Carlos, dissimulando sua permanente ambição.

Os Braganças não podem ser censurados pelo que depois fizeram, no respeitante aos liberticidas conluios. Tinham lições de casa. Souberam aproveitá-las. Egoisticamente falando, não se lhes deve querer mal por isso.

*
* *

Todas estas considerações se subordinam à presunção de que nenhum factor externo venha perturbar o meneio próprio dos agentes interiores da política portuguesa.

Quer dizer: pressupõe-se o *statu-quo*.

Isto é, que não haja guerra entre a Espanha e os Estados Unidos.

Que, havendo-a, a Espanha fique vitoriosa.

Que, mesmo derrotada, a Espanha conserve a sua Monarquia.

Não é possível imaginar circunstâncias mais favoráveis para a monarquia em Portugal.

Pois, ainda assim, a monarquia em Portugal não será, mais, de ora em diante, viável.

E não o será porque, dentro do país, não se poderá emancipar das clientelas que nela são, dela e por ela vivem, sob pena de essas mesmas clientelas a estrangularem.

Portanto, para conservar-se, a monarquia em Portugal tem de viver da mesma forma e de idêntica maneira como até aqui tem vivido.

*
* *

Ora, isto é impossível.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

É impossível — pela falta de mantimentos. Como uma praça sitiada, a monarquia portuguesa tem de capitular pela fome.

Os protocolos da entrega estão lavrados. E o segundo diploma não faz mais do que corroborar e confirmar o primeiro. O novo projeto de conversão, depois de voltar, pelas emendas, da comissão de fazenda, revela ainda um cinismo maior. Declara francamente o próximo e imediato empréstimo. Consigna-lhe também sua verba especial, outrossim tirada do rendimento das alfândegas, que não seja, aliás, cornucópia inesgotável. Hipoteca, não uma — mas sim duas dívidas.

Para que tudo isto se faça, o Conselho de Estado vota, por *unanimidade,* a nova *fornada.*

Esta unanimidade demonstra a perfídia da oposição dos regeneradores. Assistiram os snrs. Hintze Ribeiro, Barjona de Freitas e António de Serpa Pimentel.

O rei assina hoje os despachos dos novos pares. Isto mostra a prodigiosa simpleza daqueles que ao chefe-de-Estado aventaram a ideia de se pedir que usasse da sua prerrogativa do *veto,* opondo-se assim à efetividade do projeto da conversão.

Vê-se que tudo é concordante e homólogo.

*
* *

E, com tudo, apesar de tudo, donde a onde, como de varejeira venenosa, volta o zumbido de qualquer mistificação que se compendie, designativamente, sob o lema de: — *ditadura militar.*

A realeza daria um golpe-de-estado.

Por meio do exército.

Para resolver a situação.

No próximo artigo, veremos — a isto se dar — o que, moral e socialmente, para o exército isso importaria. *

---

* In *A Voz Pública,* Porto, ano 9.º, n.º 2445, 18 de março de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Teófilo Braga — História Da Literatura Portuguesa

Tem por título — *Gil Vicente e as origens do teatro nacional* — o novo volume que da edição integral da história da nossa literatura traçada pela autorizada pena do erudito professor e publicista snr. Teófilo Braga, a livraria Chardron (Lello & Irmão, sucessores) recentemente editou.

De trinta e dois volumes se compõe a coleção da história referida, e nela figuram, ainda inéditos, nove. São, esses, os que tratam de *Os historiadores portugueses,* das *Novelas de cavalaria e pastorais,* dos *Culteranistas,* dos *Épicos seiscentistas,* da *Arcádia de Lisboa,* de *José Agostinho de Macedo,* de *João de Deus e o moderno lirismo* e do *Índice geral analítico.*

Empresa de vulto superior e de superior valia essa a que o talentoso publicista se votou, ela representa para as letras pátrias um tesouro de conhecimentos do mais inapreciável valor, pois que, fazendo ressaltar os factos e os indivíduos na sua verdade histórica, anula por completo muita afirmação errónea que anda a ocupar lugar nas estantes.

Assim, o presente volume sobre Gil Vicente representa todo um trabalho de investigação e de restituição histórica. O iniciador do teatro português descreve-se nessas linhas com uma riqueza de documentação tão completa que da sua autenticidade não podem restar dúvidas.

São quinhentas e trinta e duas páginas gastas nessa árdua tarefa, realizada toda no esquadrinhar de documentos velhos, que não em simples conjeturas de hipóteses sobre a individualidade a tornar definida e clara.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ocupa setenta e seis páginas a introdução da brochura a que nos estamos referindo, e nela se descrevem as origens tradicionais e populares do teatro português. Começa pela relação da sociabilidade moderna com a nova forma literária do Drama e vai até à época em que Almeida Garrett restaura o teatro nacional remontando-se a Gil Vicente.

Consagra-se a primeira parte a Gil Vicente: em três parágrafos se divide, com alíneas correspondentes, terminando o livro com um *excursas* sobre o ourives Gil Vicente, muitas vezes confundindo com o Gil Vicente poeta, e outro com uma resenha da questão vicentina.

A biografia do indicador do teatro português, delineada traço a traço, sem lacunas, sem claros, desde que o grande homem abriu os olhos à luz, em Guimarães, em 1470, até que para sempre os fechou na sua quinta do Mosteiro, em Torres Vedras, em 1540, é mais uma poderosa demonstração da esquisita meticulosidade e da inexcedível lucidez com que o snr. Teófilo Braga realiza obras que, sendo, como esta, duma fatigante investigação, exigem uma boa vontade e uma devoção superiores para serem levadas a cabo.

Nela de descreve nitidamente como, sendo de origem plebeia, vindo duma família de artistas, Gil Vicente segue aos dezanove anos a faculdade de leis na Universidade de Lisboa, e tempos depois consegue entrar na corte de D. João II e ser escolhido mestre de retórica do duque de Beja, que depois havia de ser, como rei, cognominado — o *venturoso*. Não se eximiu o snr. Dr. Teófilo Braga, de, a par e passo que foi seguindo a vida do poeta assinalando-lhe os progressos e o justíssimo renome, descrever, ainda que a largos traços, a época histórica a que eles precisamente correspondiam. E assim é que, a partir, especialmente, do reinado do *príncipe perfeito, — o homem*, como lhe chamava a rainha de Castela — que subiu ao trono com a determinação firme de não ser, apenas, *rei das estradas de Portugal*, até ao reinado do *piedoso*, que mandava queimar os *hereges* e abandonava uma grande parte do nosso domínio colonial, a biografia do poeta acompanha os sucessos públicos.

Nessas páginas avulta, representativa de protetora no favor que o autor dos *Autos* alcançou, a rainha D. Leonor. Nelas se vê como a esposa, ciosa dos seus direitos, que não perdoou nunca ao esposo um delito de adultério; que com a morte desastrosa de seu filho o infante D. Afonso cerrou o coração para todos os afetos conjugais e levou o seu ressentimento pela injúria sofrida até ao extremo de não querer estar junto do rei seu marido à

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

hora em que ele, envenenado ou não, agonizava, em Alvor, tendo como único parente a receber-lhe o suspiro último o seu bastardo D. Jorge; nelas se vê como essa mulher, de coração tão duro para as fraquezas do cônjuge, sabia ser pródiga de dedicações e de estímulos para aqueles que, fora dos domínios da política e das intrigas palacianas, punham o seu esforço e a sua inteligência ao serviço da arte nacional.

Assim, revela-se nessas páginas também como, levado pela mão da preclara princesa, Gil Vicente conseguiu fazer triunfar o seu valor até à mesma época tristemente assinalada pela elevação ao trono do rei beato, e pequena façanha não foi essa, atendendo-se que o espírito franco e leal do poeta brigava quase a cada passo com a hipocrisia do tempo e com a intolerância religiosa que desde a aclamação do rei *venturoso* se fez sentir no país, aniquilando-lhe a sua florescente e nascente indústria pela expulsão dos judeus, a atrasando o desenvolvimento das letras pelo terror subitamente difundido.

Não se esqueceu, igualmente, o snr. Dr. Teófilo Braga, de pôr em evidência o descaroável egoísmo com que o rei D. Manuel galardoou o homem que tão assinalado valor deu à literatura do seu reinado, nem, bem assim, de trazer para a luz outros muitíssimos episódios que, prendendo-se diretamente com a vida do poeta, não menos diretamente se prendem com a história nacional.

E, assim traçado, o novo livro do eminente publicista representa, como facilmente se avaliará e como, de resto, era lícito esperar, um trabalho a todos os respeitos preciso, o indispensável em todas as estantes.

Por aqui terminando o tardio e, aliás, despretensioso registo das nossas impressões, felicitamos o snr. Dr. Teófilo Braga pelo seu excelente trabalho, e agradecemos aos editores Lello & Irmão o exemplar que tiveram a amabilidade de nos oferecer. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2445, 18 de março de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Golpe-de-Estado

Depois de escrito e publicado o precedente artigo em cujo teor versamos a hipótese de uma ditadura militar, acentuaram-se os boatos dum próximo golpe-de-estado em favor do *statu-quo* periclitante.

Não estranhamos a atual insistência em uma antiga sugestão. Mas pareceu-nos coisa curiosa e coincidência dessa obstinada pertinácia com a deliberação que se assegura tomada pelo partido regenerador concernentemente a uma nova tática política, que se definiria por uma *abstenção* sistemática.

Essa abstenção começou já pelo abandono na câmara baixa (e bem baixa), de qualquer espécie de debate respeitante à lei de imprensa que está a votos.

Aqui, porém, a abstenção dos regeneradores impunha-se, senão por um escrúpulo moral pelo menos mercê do simples estímulo de um decoro crítico. Pois que dos regeneradores seja a tradição das duas grandes arremetidas contra a liberdade de imprensa, ambas da iniciativa primordial e da responsabilidade individualista de Lopo Vaz.

Mas, agora, o facto de o snr. João Franco não ter proferido o seu anunciado discurso a propósito da conversão, mais parece obedecer à disciplina orientadora dum critério preciso e determinativo, o qual o snr. Emídio Navarro, nas «Novidades», qualifica designando-o como o da *abstenção* passiva.

No desenho geral deste plano entrevisto, o snr. João Franco seria Maorny d'um Saint Arnaud, cuja graça é Mouzinho de Albuquerque.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Está excelentemente; mas, tão só se esqueceria, na caricatural paródia, que faltava o Bonaparte; inteiramente impossível seria, de resto, encontrá-lo, pois que o golpe-de-estado que visasse a produzir-se, partia e procedia do mesmo conjunto institucional, exclusivo e extreme.

Por isso, sua ação seria inteiramente infecunda; e aqueles que vão já agora imitando a tradicional *chantage* progressista, com ameaçarem a coroa, perderão a faina da insonte habilidade, se a coroa souber compreender a situação e julgar os seus próprios interesses.

No interior, não tem a coroa serviçais mais obedientes e humildes do que os progressista; aos interesses do paço estão estes renegados dispostos e prontos a sacrificar o próprio país, vitimando a dignidade partidária em holocausto à prerrogativa do poder pessoal.

Tudo a coroa tem a lucrar em que os regeneradores percam a impertinente pretensão de que alguma coisa sejam mais do que simples criados de servir, transformando-se e volvendo-se em favoritos e quiçá amigos.

Perfeitamente o entendeu a coroa, agora, quando, com despeitado assombro dos regeneradores, aos progressistas concedeu a apetecida fornada dos pares.

De todas estas considerações e outras congéneres se conclui, pois, que o maquiavelismo da conduta que se firme no que se chama a abstenção passiva, não pode surtir efeitos imediatos e duradouros.

As coisas têm de seguir em sua marcha a linha que desde já se antolha clara e patentemente. Isto é, todos os esforços que se empreguem em conservar o regime em Portugal abortarão, com rude desdouro daqueles que em tão inglória tarefa consumaram a atividade e energia. De modo que a transformação democrática das instituições só poderá ultimar-se sob e pela forma republicana.

Tão flagrantemente este é o sinal dos tempos que, dado mesmo que as condições sociais internas não proibissem, por completo, a intervenção arbitrária dum fator político abusivo, desnecessário e funesto como seria esse do golpe-de-estado monárquico, as circunstâncias gerais da Europa não o permitiriam, invalidando e tornando-lhe nula a ação, depois de passado o primeiro momento da surpresa que, naturalmente, tão inopinado, por ilógico, sucesso provocaria.

Se, com o disfarce de visitas de cumprimentos, foi a consultar as chancelarias e a reduzir os imperantes que o snr. Mouzinho de

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Albuquerque se abalou por esse mundo de Cristo fora, ele deve regressar a Lisboa avergado ao peso da deceção mais completa e irritante.

Demasiados são os fatores de perturbação que trazem inquietos os diplomatas para que eles, à boa-mente e de pura aquiescência, aceitassem e favorecessem outro que, por mínimo que em sua repercussão se manifestasse, sempre, ainda assim, na sua mesma mediocridade, representaria alterações e transtornos, agravando, por sua parte, uma instabilidade ameaçadora, quando o que se pretende é o, mais próximo possível, regresso a uma quietude normalizada e integral.

O pensamento acima frisado aclara-se quando nos tornemos a lembrar do aspeto da questão peninsular que demasiado açodados somos, todos, em esquecer.

Com efeito, se a guerra rebentar entre os Estados Unidos e a Espanha, a Espanha ficará derrotada. Se ficar derrotada, a monarquia de Sagunto terá conclusos seus dias.

Dir-se-á que a guerra não rebentará, porém.

Talvez.

Mas, então, porque não rebentará?

Ainda, de duas uma: ou porque a Espanha capitulará na paz. Ou porque os estados Unidos não se abalançarão a dar qualquer passo decisivo.

Mas, se a Espanha capitular na paz, pior para a monarquia bourbónica. Mais depressa, na indignação do brio castelhano, ela saltará.

Resta, pois, de salvação para a monarquia espanhola. A única hipótese de que os Estados Unidos não se atrevam a reclamação decisiva, pois que, pelas forças suas próprias, os factos até aqui ocorridos, pareça demonstrarem a incapacidade, por parte da Espanha, de submeter definitivamente os revoltosos cubanos.

Mas, então, concilia-se com o feitio prático, positivo dos *yankees* essa retirada à última hora, desde que tais e tantos gastos têm feito em seus preparativos militares?

Ou conjetura-se uma intervenção da Europa?

Mas, se quem quer da Europa guerreasse os Estados Unidos, que destino seria da indústria da Inglaterra? Não se vê que a Inglaterra é, por força das circunstâncias comerciais, o aliado natural dos Estados Unidos; e que, pois, a Inglaterra se verá coagida a conter a Europa, caso a Europa estivesse disposta a derramar sangue e ouro em prol do *rey niño?*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Portanto: estando a monarquia de Espanha perdida, como é que a monarquia de Portugal procuraria salvar-se por um golpe-de-estado interno?

Não. O mal não está aqui.

O mal está em que a Espanha faça a República primeiro que Portugal.

A bem da hegemonia de Portugal na península, conviria instantemente que Portugal fosse adiante.

Todo o português que ame a sua pátria deve contribuir, na medida de suas forças portanto, para que se faça já, sem perda de tempo, a república aqui.

Quem, sendo independente, assim não proceda, ou é mau de coração ou é curto de inteligência! *

---

* In A Voz Pública, Porto, ano 9.º, n.º 2462, 26 de março de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Poderá o governo organizar uma pavorosa? E, organizando-a, com isso lucra ou perde?

Tal e tamanha é a miséria a que chegou o regime, que nem mesmo uma pavorosa que, alarmando os sobressaltos conservantistas, tivesse como reação um movimento de concentração em torno das instituições — nem mesmo isso ele pode organizar, dispor e conduzir a cabo.

Se, porém, arrebatado dum ímpeto colérico, decisivamente o fizesse, o regime, com semelhante empreendimento, não faria mais do que bater em si próprio.

Na verdade concebem-se as vantagens que duma engenhoca de pseudoconspiração retire um governo estabelecido, quando à sua polícia encomenda uma dessas artimanhas, que não primem, aliás, pela originalidade. A França do segundo império deu lições ao mundo nesta espécie de alicantinas. E ficou como modelo do género a famosa conspiração, engendrada pela polícia, e de Blois chamada. A polícia, nessa época, chegava à perfeição de forjar toda uma correspondência revolucionária, como se fosse emanada dos chefes republicanos, encarregando da imunda tarefa diversos falsários, os quais *trabalhavam* sobre cartas autênticas desses chefes republicanos. Uma bela manhã invadia-se a residência daqueles que se queria comprometer; e um agente hábil, à laia de prestimado perfeito, introduzia nas gavetas das secretárias, até mesmo nos enxergões dos leitos, essa papelada, que logo secava triunfantemente e que vinha a servir de corpo-de-delito para os sumários conselhos de guerra. Nas casas de alguns exaltados, vários delegados secretos dos comissários dos bairros haviam previamente introduzido umas tantas bombas

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Orsini, que os chefes de esquadra fardados, no momento oportuno, sabiam *descobrir*.

Em Portugal, pelas bandas de 1872, o finado Fontes parodiou esta comédia, por assim dizer clássica, com a conspirata que engendrou, comprometendo a ingenuidade romântica do visconde de Ouguela.

O gabinete progressista atual parece fértil nestas combinações. Assim, em julho do ano passado, à cata de solapada hidra, procedeu a abusivas buscas domiciliárias nesta cidade do Porto. Então nada encontrou. Agora diz-se que vão renovar semelhantes buscas, não já só na invicta, mas com o Porto e ainda em Lisboa.

Seu propósito parece ser este: — aterrar. Para isto, com uma pompa minaz, publica nas gazetas oficiais o montante do efetivo das duas guardas municipais. E, todavia, apesar de tudo, tem de ficar por aí.

Relativamente fácil lhe seria, aliar, fazer depositar, aqui e além, umas tantas carabinas, com os balotes de suas respetivas cargas, até mesmo uma mão cheia de bombas de dinamite, cuja feitura se mandasse consumar de antecedência. Então é que o *truc* seria perfeito. Às gentes aterradas clamar-se-ia contra os anarquistas, incendiários, refeces e rebeldes. Os conservadores estarreceriam de susto perante as maquinações misteriosas dos vermelhos, nesta tradição de singular terror que, para os conservadores, como para os cornígeros, promove o escarlate. Todos os *hábeis Antunes*, todos os *hábeis chefes Lopes* da aparranada polícia portuguesa triunfariam em sua vitória. O governo teria salvo a sociedade. E as instituições consolidar-se-iam.

Consolidar-se-iam, com efeito?

Ora, precisamente aqui é que está a dificuldade.

Longe de se consolidarem, as instituições mais e mais se abalariam com esse golpe de imprevidente audácia por parte do governo.

Pois que, chegadas as coisas a esse extremo, ter-se-ia fatalmente de, tomando-a a sério, levar a comédia até ao fim. E, então, haveria o governo de organizar tribunais de exceção, alçadas civis ou conselhos militares. Haveria de suprimir jornais e prender imensa quantidade de indivíduos. Haveria de elaborar listas de proscrição. Haveria de fazer sentenciar degredos, por ventura, à face da nova lei, até mesmo fuzilamentos.

Enfim, teria de suspender as garantias e proclamar o estado de sítio.

Estava perfeitamente, de portas a dentro.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas, de portas a fora? Que efeito produziria nas praças estrangeiras, avolumada pela distância, a notícia destes acontecimentos ocorridos na sociedade portuguesa?

Criaria evidentemente a presunção de instabilidade flagrante das instituições neste país.

Ora, o interesse essencial do governo consiste em fazer acreditar o estrangeiro precisamente no contrário.

Porque essa crença é que é a condição preliminar e indispensável para que o capital das praças monetárias da Europa central aquiesça em conceder ainda um empréstimo, *in extremis*, à monarquia de Portugal.

Portanto, tolo, radicalmente rolo, seria o governo se, por um fútil espírito de vingança de campanário, se arriscasse a que lhe não emprestassem lá-fora nem um franco.

Revertendo: tal e tamanha é a miséria a que chegou o regime que nem uma pavorosa formal, completa, regular, ele pode construir e pôr a caminho. Tem de ficar-se pelos anúncios, sempre receoso de que, mesmo assim, lá fora se chegue a saber.

Dado, porém, que, de todo em todo perdendo a esperança de vir a alcançar recursos financeiros pela vilta consuetudinária de empréstimos no exterior, o governo, este ou outro, se abalançasse à infeta proeza — ele não conseguiria senão envenenar ainda mais os ódios que à tão virulentos fervem, aliás, para ulteriores revindictas. Quer dizer que, na hora próxima do ajuste de contas, os homens do regime que pessoalmente se comprometessem no odioso de semelhantes perseguições, viriam a liquidar cruelmente responsabilidades graves de que muito bem poderiam ter-se eximido, sem loucamente as assumir, em pura perda.

Em pura perda, de certo; pois que, façam o que fizerem; esgotassem, muito embora, até um génio que não possuem — o regime, apesar do mais fremente heroísmo que se despendesse em sua defesa, pela fatalidade das circunstâncias históricas, interiores e exteriores, terminou.

Na verdade, a Espanha vai perder Cuba. Isto parece evidente. Depois da apresentação do relatório respeitante à catástrofe do *Maine*, nenhumas dúvidas podem restar sobre a marcha ulterior dos sucessos, quaisquer que sejam as flutuações episódicas que não se podem prever desde agora. Não representa, assim, grande necessidade crítica a faina de as dirimir. O ponto está em que, em data mais ou menos próxima, a Espanha vai perder Cuba.

O corolário, no carácter da política interior, derivado deste grande desastre nacional, não é preciso vasto poder de contenção

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

lógica para presumir que ele seja inteiramente em detrimento da conservação da monarquia restaurada em Sagunto.

Mas, concedamos ainda, na perfeita lealdade duma argumentação despreocupada e íntegra, concedamos que a democracia espanhola ou não tenha a força material para se aventurar no campo duma revolução que proclame a República, ou seja escassa de energia moral, titubeie, hesite, se mostre frouxa, indecisa, capaz até de contemporizar com a monarquia restaurada, ainda mesmo depois da perda de Cuba.

Nem por isso a monarquia restaurada poderá manter-se.

Porque eis chegado o lance de considerar um fator, outro da política espanhola. É o *Carlismo.*

Em sua impaciência, o carlismo não espera senão a perda próxima e fatal de Cuba para arrancar das armas. A ambição política dos seus chefes é admiravelmente servida pela freima autonomista do separatismo vascongado e pelos impulsos irreprimíveis do fanatismo católico das populações orgulhosas e teimosas onde se recrutaram as hordas bárbaras de cabrera e do padre Santa Cruz. A entrada violenta dos carlistas na cena tornará patente a todos os olhos a impossibilidade de serem eles vencidos por instituições moralmente desacreditadas. Só num regime novo a Espanha verá a probabilidade de sufocar o perigo da reação absolutista e ultramontana. A república será, consequentemente, o governo nacional na Espanha, a aspiração de todos os ânimos patrióticos, independentes, sinceramente liberais.

Condensando: — se todos os caminhos levam a Roma, todas as considerações política, emanadas da atualidade histórica, convergem para demonstrar, como desfecho da crise, a próxima proclamação da república na Espanha.

Assim sendo, bem como o trabalho da democracia portuguesa se simplifica, assim também o esforço da monarquia lusitana se anula e oblitera.

Conforme dissemos num dos nossos artigos anteriores, os republicanos espanhóis não consentirão a conservação da monarquia em Portugal; e seria inconcebivelmente ridículo, cómico, ultra-grotesco, que portugueses se fossem aos tiros a espanhóis para defender os lindos olhos da dinastia.

Claramente que isto é impossível.

Portanto, consoante já dissemos também o mal reside em outra parte. Está em que os portugueses não façam a sua república primeiro do que os espanhóis. Porque, se a fizessem primeiro do que eles, ganhariam com isso um prestígio moral insigne, que

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

os reabilitaria no conceito da Europa, e lhes daria, *ipso facto*, a preponderância política na península.

Quanto ao resto, escusa o regime de se afligir, de se incomodar e de incomodar os outros. Deixe de querer bater nos mais, que em si próprio é que bate. Nada de pavorosas. Nada de escândalos. Mansinhos e quietos. A ver se assim pega a intrujice lá-fora. E se assim de lá vêm alguns cobres. Que é do que se precisa.

Do que se precisa — afim de estarem prontos e habilitados para a debandada. Não sejam tolos. Lembrem-se que já o Dante achava amargoso o travo do pão do exílio. E o exílio sem dinheiro nem mesmo amargoso o dá, esse pão abominável que é o tal que o povo diz que o diabo amassou.

De resto, equivale a ensinar o padre-nosso ao vigário a ingenuidade de saber a argumentar para convencidos.

A debandada não está já agora só em mente. Está-se preparando com toda a pressa. Em certa maneira, começou já. Eis o tema do nosso artigo imediato. Antolha-se-nos ele como iminentemente oportuno. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2466, 30 de março de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Intermédio

Este intermédio não é como o do judeu alemão Heine, feérico, gracioso, revoltear de gnomos perfumados e de vaporosas sílfides, num filete caprichoso de sonhado luar. Este é solene e trágico, ao badalar dos sinos de Wlnand, uma dança macábrica de esqueletos espetrais.

Vínhamos discorrendo de Portugal e da corriqueirice em próxima fuga dos políticos portugueses; quando, com um ribombo de tempestade, chega a notícia da eventual guerra da Espanha com os Estados Unidos.

Logo, a alicantina conservantista, indígena se deu a fazer conjeturas.

Que o número dos couraçados espanhóis excedia grandemente o montante das forças navais, todas, da Norte-América. Suas naus eram, miseramente, de madeira, mal artilhadas, pior equipadas, pessimamente dirigidas. Assim se esqueciam as singulares provas de competência fornecidas, nos últimos tempos, pela oficialidade da marinha espanhola em flagrante, cruel contraste com a disciplina corajosa e a fidelidade heroica da simples marinhagem. Assim se olvidaram os sucessivos desastres, cautelosamente atribuídos a descuidos, dos quais lamentavelmente célebre focou o do desaparecimento, por exemplo, do *La Reine Regente*.

Todavia, era de ver que, ainda mesmo que incontestada e resolutamente d'ess'arte fosse, nada o asserto provava em prol do êxito próximo de um conflito armado entre a Espanha e os Estados Unidos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nada provava, porque tais considerações preliminares pressupõem, evidentemente, que a contenda entre as duas potências em litígio se resolvesse, a dentro das condições clássicas de uma guerra naval, por uma vitória fulminante de uma esquadra, à laia de Navarino, de Trafalgar, de Lepanto, sob o fulgor da pompa heroica da mocidade de D. João de Áustria.

Porém, não se trataria, em maneira alguma, de coisa semelhante. Tudo leva a crer que, prosaicamente, as coisas corressem por diferente tipo. Vizinhos de ao defronte, os Estados Unidos lançariam subitamente em Cuba um golpe de soldados. Estes dariam mão aos insurrectos cubanos, atirariam, juntos, os espanhóis ao mar; e que mais?

Mais nada.

Esperariam os acontecimentos.

Que sucederia subsequentemente?

Iriam os espanhóis, em represália, atacar os portos do continente Norte Americano?

Mas então de que serviriam as linhas de defesa previamente estabelecidas para resguardo desses portos?

Aconteceria à potente frota espanhola o que, nas costas de Inglaterra, aconteceu à *Invencible Armada*, que haveria de reduzir a proterva perfídia da heresia britânica. Não seria, até, preciso que um vendaval propício a desbaratasse; humanamente, a dinamite se encarregaria de a fazer ir pelos ares, quando se abalançasse à temeridade de adiantar-se indiscretamente.

Mas demos que avançasse sem critério e, todavia, sem perigo. Demos que, por artifícios da humana previdência ou por graça da providência divina, a esquadra espanhola galgasse, sem o pagar caro, a fronteira dos resguardantes torpedos.

Seria mais feliz do que a esquadra francesa chamada do Báltico, encarregada durante a guerra franco-prussiana de operar em águas alemãs, então quando a Alemanha não tinha marinha de guerra que merecesse a pena de ser registrada sequer nas gazetas. Nela se depositaram grandes esperanças.

Nada fez. Os soldados da infantaria de bordo houveram de vir bater-se, *pedibus calcantibus*, de machado em punho, mais tarde, em terra firme, à volta de Paris, nos combates exagerados de Buginval e de Bourget.

Contudo, consoante o dissemos, suponhamos. Suponhamos que a esquadra espanhola rompia, aqui ou além, a linha de defesa norte-americana e que na terra firme lançava tropas de desembarque.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Para quê? O que é que lucraria com isso?

Lucraria que esses pobres espanhóis desembarcados estariam sucessivamente mais perdidos à medida que se internassem pela terra dentro. Ao ponto de desembarque, se quisessem regressar para se reembarcarem, não chegaria, na melhor hipótese, a sombra de um só.

Estamos como nos compêndios de matemática. Ao estudante leitor não se gasta o tempo explicando-lhe por miúdos a dedução. Deixa-se à sua inteligência buscá-la e entrega-se ao seu trabalho o inquirir dela. De resto, no caso especial, a demonstração que cumpriria descobrir é, mera e claramente, evidente.

Não obstante, vai intervir o papa, que seja amigo íntimo de certo bispo católico, o qual, a seu turno, é amigo íntimo do presidente da confederação. Lastimável resulte a manha que intercale em temas de pura tragédia episódios de romance-folhetim!

Demos que intervenha. Demos que a intervenção, lha aceitem.

E daí?

Ele. O santo velhinho, como lhe chama um jornalista cético, há de decidir, enfim; enfim, ele, o ancião venerando, como lhe chamam todos os voltairianos hipócritas, terá de decidir, sentenciando no pleito.

Como resolverá ele?

A favor da Espanha?

Mas então fica a questão no mesmo pé — em face dos cubanos insurrectos e dos Estados Unidos, seus protetores.

A favor de Cuba e, consequentemente, dos Estados Unidos?

Mas então fica a questão no mesmo pé — em face dos castelhanos orgulhosos, intransigentes, obstinados e cegos, adictos ao ponto-de-honra como qualquer personagem de Calderon, à laia do último dos médicos de sua honra, no jeito do herói fanático do mais que imenso fanático, representativo dramaturgista.

Conclusão:

Espanha vai perder Cuba. *Per faz aut per nefas*. À boa ou má cara. Por mão própria ou por mão alheia.

Perdendo-a, a república será a revindicta do orgulho castelhano, em conflito com a realeza, irrepresentativa, de Madrid.

Estabelecida, em revindicta, a república em Espanha, a monarquia em Portugal não poderá durar.

Portanto, temos arrumado. Todos, monarquistas e republicanos portugueses.

Somente, no ponto de vista restritamente patriótico, conviria que Portugal fizesse a república antes da Espanha.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas talvez isto contrariasse o papa.
O qual é infalível, segundo o concílio do Vaticano em 1870.
Se assim é, ... *Regúengos*... *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2461, 6 de abril de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Perda de Cuba

Perante a fulminante evidência do para eles tremendo futuro. Compreende-se o desnorteamento dos conservadores, revelando nos comentários contraditórios pela sua imprensa opostos aos episódios sucessivos do drama que gravita em torno do eixo, revoluteando com crescente rapidez, da questão cubana.

Nos últimos dias entregaram-se a doidas esperanças, baseadas na manutenção da paz, conseguida pela interferência, menos filantrópica do que filodinástica, do papa Leão XIII.

Esqueceram-se com demasiada presteza de que, sendo os Estados Unidos uma nação protestante, a autoridade moral do supremo pontífice dos católicos é ali nula. Não viram quão contraproducente seria essa intervenção e como o papa, em vez de água, deitaria azeite no lume.

Afora em Espanha, os católicos hoje já quase que por toda a parte não são fanáticos; mas por toda a parte quase o são, pelo contrário, os protestantes. Para os protestantes, o papa é um monstro infernal, a encarnação viva do espírito-das-trevas, a representação humana do Porco-sujo. Numa palavra, para os protestantes, o papa é o Anti-Cristo.

Sendo assim, procederia prudentemente o presidente da União aceitando, se a aceitasse, a mediação do Sumo Pontífice? A mais elementar crítica lhe impunha uma meticulosa reserva, como a Leão XIII o simples bom senso lhe aconselhava os torcicolos hesitantes, as dúbias ambiguidades em que a Cúria, aliás, foi sempre exímia. Assim correram as coisas de parte a parte, com efeito.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Coincidindo, de resto, esta decisiva fase do desdobramento da crise espanhola-americana com a, em Espanha tão profundamente venerada, Semana-Santa, era de presumir que os Estados Unidos procurassem ganhar tempo. Ninguém assisado poderia conjeturar que o *cani* protestante rompesse com as manhas de sua hipocrisia, e desse o escândalo de declarar a guerra, perturbando o catolicismo, sim, mas, apesar de impuro a seus olhos, o cristianismo, contudo, da Espanha, à hora em que esta memorava os trabalhos de Cristo e cumpria com as religiosas obrigações de uma congénere piedade. Portanto, até o dia de Páscoa, a paz havia de manter-se. Já o telégrafo nos anuncia que a mensagem de Mac-Kinley ao Congresso só será apresentada na próxima segunda-feira. Assim, nossas humildes conjeturas se confirmaram, por completo.

Mas também ninguém assisado poderia presumir que a intervenção do Papa, ainda quando mesmo aceite fosse, lograsse qualquer vantagem apreciável para a Espanha.

Argumentou-se com o exemplo e pleito das Carolinas, decidido a favor da Espanha por sentença arbitral do sumo pastor no redil católico. Somente, o *simile* não colhe, porque a disparidade dos casos resulta exata e inteira.

No caso das Carolinas, foi a potência em litígio com a Espanha quem solicitou a arbitragem do Papa. A Alemanha desejou ver-se livre, no mais curto prazo e por uma forma suave e decorosa, duma questão em que não tinha interesse de maior, pelo menos pelo momento, e que fora determinada por o excesso de zelo dum funcionário indiscreto. A notícia dos tumultos de Madrid em frente das janelas da legação alemã causou meramente surpresa em Berlim; Bismarck irritou-se com que o viessem incomodar nos seus ócios veraneantes de Varzin, afligindo-se, ainda por cima sem razão nem motivo, seu soberano, homem pacífico e enfermo, filósofo e moribundo.

Mas agora a questão é absolutamente outra. Se uma *guerra* entre a Alemanha e a Espanha por causa das Carolinas era um disparate inverosímil, uma *paz* entre a Espanha e os Estados Unidos por motivo de Cuba é absurdo perfeitamente análogo e correspondente.

Quer dizer: os Estados Unidos pretendem, com um empenho extremo, a independência de Cuba e desta exigência formal se não apartam.

Portanto, que importaria que o Papa conseguisse impedir a guerra?

Com isso, conseguiria impedir a perda de Cuba?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Evidentemente que não. Isto é: a Espanha entregaria por uma mediação diplomática o que não cedesse à força de armas.

Ora, este é que é o nó do problema; a independência de Cuba. A guerra não passa de um mero processo. É um simples *modus faciendi.*

Assim, o júbilo dos nossos conservadores, quando das primeiras notícias otimistas acerca da interferência papal, pareceu-nos prematuro e irrefletido. Não há que fugir. Não valem já evasivas.

Por qualquer maneira, a monarquia espanhola tem de liquidar, perante o julgamento do povo espanhol, a enorme responsabilidade da perda de Cuba, que é coisa próxima e assunto liquidado.

À monarquia bourbónica e aos seus mais ilustres dirigentes, a nação vizinha deve justamente atribuir as culpas. Elas vêm de longe e incidem sobre as personalidades mais eminentes, sobre as mais altamente cotadas.

Ninguém se teve maiores nesta imensa catástrofe do que essa antipática personalidade de Canovas del Castillo. Sobre a memória desse medíocre pedante, tão odiento e vingativo, hão de pesar as recriminações ásperas e severas.

Na verdade, dele procedeu originariamente toda a calamidade a cujo desfecho assistimos.

Com efeito, na tarde de 15 de junho de 1863 foi encarregado o general O'Donnell pela rainha Isabel II de formar gabinete; o general nomeou ministro do Ultramar do mesmo D. António Canovas del Castillo.

O general O'Donnell, que havia exercido em Cuba o cargo de Governador da Ilha durante três ou quatro anos, dispusera-se a apagar as leis especiais de colonização e a declarar os seus habitantes cidadãos livres, sujeitos unicamente às leis gerais da nação. Da nobre tarefa encarregou a Canovas, inculcando-lhe, desde logo, de acordo com os seus outros companheiros de ministério, a ideia de fazer vir daquela ilha representantes autorizados, que pudessem expor com lealdade e franqueza, as queixas dos seus representados e indicassem as reformas mais prudentes e mais em harmonia com o propósito de chegar à abolição da escravidão e à concessão de todos os direitos, políticos e civis, e de todas as reformas administrativas encaminhadas a melhorar a situação.

Canovas del Castillo acedeu, de começo, às indicações de O'Donnell, mas na firme tenção oculta de as burlar. À sua chamada, acudiram a Madrid os representantes de Cuba, cheios de esperança e de alegria; mas prestes tiveram ensejo de compreender que aquela larga viajem, que tantas ilusões lhes havia feito

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

conceber, seria completamente estéril para a sua pátria, mercê da hostilidade pronunciada do ministro do Ultramar.

Passavam-se os dias e os meses, e os comissionados pela ilha de Cuba *nem sequer logravam ser recebidos por Canovas.* Inúteis foram todos os seus esforços; baldadas todas as suas tentativas; e no largo espaço de tempo que permaneceram na corte não conseguiram reunir-se com o refece estadista *uma única vez,* organizando-se de modo que pudessem tornar úteis e produtivos seus esforços aqueles cujos interesses representavam.

Cansados de aguardar inutilmente, convencidos afinal, abandonaram a corte, confundidos e envergonhados, para volver sem esperanças ao seu país natal, louvando no mais íntimo de seu coração a justificação dos rancores que haviam sentido antes e de novo ressentiam outra a Espanha.

Seu regresso a Cuba fez renascer mais fero do que nunca o ódio dos crioulos contra a metrópole; já não havia razão para duvidar dos propósitos que o governo espanhol abrigava com respeito a eles e seus interesses; a inconcebível injúria de os haver feito vir com aparatosa solenidade, para depois, não só lhes cerrar a porta a toda e qualquer aspiração legítima, mas ainda infligir-lhes um desaire que chegará até ao ponto de lhes não deixar exprimir os seus queixumes, era uma burla que deveria considerar-se insofrível e que exigia um ato de vigor e de inteireza que os libertasse dos que tão mal correspondiam a seus afãs.

A volta daqueles comissionados foi o sinal que fez estalar a indignação crioula; famílias adversas e inimigas, separadas pelo ódio da raça ou pelo interesse, uniram-se e concertaram-se em íntima conjura, para arvorar o pendão da revolta. Em 1866 mistificava insolentemente Canovas os cubanos em Madrid; e, 1868 rebentava o grito da independência nos campos de Yara. Os mesmos indivíduos que haviam recebido o encargo de representar Cuba em Madrid foram precisamente os primeiros generais, os primeiros deputados e os primeiros altos funcionários da república cubana.

Consigna nolance um biógrafo madrileno que *no era equitativo y justo hacer responsable á la Nacion española de los errores y preocupaciones del dr. Canovas del Castillo.*

Mas, na justiça imanente da história, à nação espanhola hora chegará em que, nos solidários e afins na funesta obra das responsabilidades idênticas às de Canovas, ela tome justas e estritas contas.

É por isto e pela natural repercussão aqui, com identidade de justiceiras consequências, que os conservadores todos se arrepelaram ao conspecto das calamidades da guerra.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mais sinceramente a lamentamos nós, nós do povo e pelo e para o povo. Porque cumpre não esquecer — e a imprensa conservadora tem feito um significativo silêncio a este propósito, — cumpre não esquecer que a marinha de guerra dos Estados Unidos é composta, em notável parte, de portugueses. Sim de portugueses.

A marinhagem dos navios de guerra americanos encontra-se constituída, em porção considerável, por ilhéus. Já havia dantes muitos a bordo e agora há muitos mais. Ultimamente, então, tem-se feito um copioso alistamento de açorianos, recrutados nas colónias portuguesas espalhadas aqui e ali, por S. Francisco da Califórnia, Demerara, New-Bradford e nas ilhas de Sandwich.

Assim, sob o pavilhão estrelado vai correr também sangue lusitano, tal é a fatalidade dos acontecimentos que nos une na hora do cataclismo, ainda por processos impensados, graças ao influxo de formas imprevistas.

Razão bastante, pois, para que a guerra nos entristeça e alanceie.

E, contudo, só no sacrifício é que as nações abatidas se reabilitam e recuperam. Só das grandes crises é que elas emergem, castigadas mas depuradas. Finalmente, livres! *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2463, 9 de abril de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Os Estados Unidos e a Espanha

A súbita reviravolta que exibiu o conflito hispano-americano após a conferência entre o snr. Guilon, ministro dos negócios estrangeiros, e os representantes das potências em Madrid constitui um destes *coupe-de-théatre* em que, na cena, é fértil a inventiva castelhana. Mas na vida social, como na política internacional, semelhantes surpresas não são do melhor quilate para se aferir da seriedade de conduta por parte de instituições que aliás pretendem timbrar por uma severa compostura.

Isto não infirma, antes confirma o asserto que tem sido o nódulo lógico de toda a nossa argumentação na série dos artigos sucessivos que ao problema temos vindo dedicando nas colunas desta folha.

Importa dizer que, consoante o procuramos distinguir e frisar, enquanto que a imprensa conservadora portuguesa concentrava todas as suas atenções na guerra, o facto é que a essência da questão residia na perda de Cuba por banda de Espanha, quer essa perda se efetuasse por via de artifícios diplomáticos, quer, mais brutalmente, fosse consumada *manu militari*. Como dissemos, neste conceito, a guerra seria um simples *modus faciendi*.

Nossas presunções foram corroboradas pelos acontecimentos produzidos até à data da elaboração deste artigo e salvo o coeficiente de correção que ulteriores corolárias venham, por ventura, ainda a introduzir-lhes sem que, todavia, lhes possam alterar a trama íntima e estrutural.

Na Espanha deveria conjeturar-se a órbita rigorosamente seguida pelos estados Unidos com respeito a ela, pois que não possam

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

as classes ilustradas da Espanha alegar ignorância acerca do que seja o espírito americano, sua fisionomia, carácter e tendências.

Pelo contrário; na Espanha, de certa data a esta parte, os homens cultos têm procurado construir os seus conterrâneos acerca da excecional importância da grande confederação transatlântica.

Assim, em 1868, começava em Barcelona a publicação, aos fascículos, da grande «História dos Estados Unidos, desde os seus primeiros períodos até nossos dias», traduzida do inglês por D.M.B. e aparecendo com muitos retratos e estampas em aço. Por todos os aspetos que se considere, esta obra é verdadeiramente monumental, baseando-se nas suas informações. Nas de Greeley e outros assim conscienciosos autores de mui notáveis monografias, dezassete anos depois, também em Barcelona tirava à luz, para o comum público, D. Enrique Leopoldo de Verneuill uma *História biografica de los presidientes de los Estados-Unidos.*

Se destarte a Espanha procurava informar-se de que eram e valiam os Estados Unidos, ela não deveria esquecer, a seu turno, que de longo tempo também os Estados Unidos haviam inquirido o que fora e era a Espanha, no seu passado e no seu presente, na sua história e na sua literatura, não só julgando-a como medindo-a. À ciência norte-americana nenhum momento decisivo da cultura espanhola escapava, em doutas, interessadas inquirições. Poderíamos citar os notáveis trabalhos de John Lotherop Mottley concernentes à revolução dos Países-Baixos no século XVI; falaríamos na arguta história das Províncias unidas dos Países-Baixos desde a morte de Guilherme o Taciturno.

Ninguém desconhece a graça do estilo de Washington Irving, quando desenha a história e lenda da conquista de Granada; e sabe-se a superficialidade popular da narrativa, que condensou, da vida e viagens de Cristóvão Colombo. Mas volve-se à zona dos grandes historiadores contemporâneos quando com W. H. Prescott apuramos a história da conquista do México (com um quadro da antiga civilização mexicana); a história da conquista do Perú, precedida dum resumo da civilização dos Incas; a história do reinado de Fernando e Isabel, enfim, a larga crónica do Filipe II.

Bem sabemos que hoje, no aceso de paixões frenéticas, explicáveis e até certo ponto desculpáveis, em Espanha as mesmas classes cultas não estão agora longe de considerar a gente dos Estados Unidos como uma récua de toucinheiros sem tradição, sem gosto, insuscetíveis de todo o ideal. E, todavia, se a Espanha quis ter uma história regular da sua literatura, a única mesmo completa que até hoje ainda possui, houve que empreendesse a tarefa

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

quem? Precisamente um norte-americano, o snr. Jorge Tockner, nascido em Boston e que em 1819 publicou em New-York a sua *History of spanish literature,* uma das obras mais completas e mais conscienciosas de que se houve a crítica sistemática de conjuntos nacionalistas de realizações estéticas.

Dois distintos literatos madrilenos, D. Enrique de Vedia e o insigne arabista D. Pascuel de Gayangos, a traduziram em espanhol, com aditamentos e notas críticas, para a casa H. Deneyra, de 1851 a 1856.

Se a Academia, o jornalismo, o professorado de Madrid, não podiam ignorar estes Estados Unidos eruditos e analíticos, outrossim ao ministério de Madrid não seria lícito o não ter notícia dos Estados Unidos políticos e militares.

Pois, por ventura, tão caliginosamente haja corrido o tempo que já os governantes de Espanha hajam esquecido o ensinamento, que deveria quedar permanente e fixo aliás, dos efeitos desastrosos da temerária aventura da expedição do México?

Foi em 1861 que o governo imperial de Napoleão III lançou as bases duma grandíssima operação financeira e mistificação política que mais tarde deveria ser qualificada pelo snr. Rouher, a quem ao tempo chamavam enfasticamente o «vice-imperador», como *o maior pensamento do reinado.* Tratava-se de contra-balançar a influência dos Estados Unidos destruindo a república do México e substituindo-a por um trono, que o arquiduque da Áustria Maximiliano teve a ambiciosa ingenuidade de aceitar. A Inglaterra ajudou. A Espanha ajudou também. Mas desde que os Estados Unidos carregaram o sobrolho, logo no prólogo da farsa, que degenerou em tragédia, a Inglaterra largou pé. Imediatamente, esta é a frase incivil dum farsista parisiense, «a Espanha retirou as castanholas do jogo». E, todavia, capitaneando o absurdo, à frente dos soldados espanhóis, sempre valorosos e sofredores, rutilava a pompa heroica do general Prim, aureolado das vitórias de Marrocos, nesse juvenil ímpeto mavórtico que lhe revolve a gaforina da cabeça nua, no magnífico retrato que, do brilhante *condottière,* o pincel malogrado de Henri Regnault doou ao museu do Louvre. O facto é que só a França se conservou em campo.

Mas, como quer que, desgostosos com esta insistência, impertinente e indiscreta, os Estados Unidos mais franzissem ainda o rosto para as Tulherias, Napoleão III, César e imperador, vitorioso no interior e no exterior, três vezes cônsul na Crimeia, na Itália e na China, houve de bater prestes em retirada, ordenando o

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

reembarque das tropas francesas ao honradíssimo Bazine, marechal de França destinado à apoteose da capitulação de Metz.

O pretendente lunático, príncipe Maximiliano de Áustria, abandonado como um cão por um lobo, não se quis embarcar: deixou-se ficar, por ponto-de-honra. Foi apanhado em Queretaro pelas tropas do general Porphyrio Diaz, hoje presidente da república do México. Foi fuzilado ao romper da alva, com dois dos seus partidários mexicanos, o general Tomas Mejia e o general Nicolas Miramom.

Nada lhe valeu. Nem mesmo as súplicas ameaçadoras de seu irmão, que era já e é ainda o atual imperador da Áustria e rei da Hungria, Francisco José I, que, nascido em 18 de agosto de 1830, subiu ao trono em 1848.

Forte do apoio dos Estados Unidos, o pequeno e mísero México não permitiu à poderosa e orgulhosa Áustria mais do que a concessão de que mandasse um navio, desarmado, a recolher o cadáver do príncipe justiçado. Foi a *Novara*, cujo nome, por singular ironia do destino, recordava uma odiosa vitória do absolutismo austríaco sobre a liberdade italiana.

Assim bem pálida seria a autoridade moral com que o imperador da Áustria, hoje, em prol da austríaca rainha-regente de Espanha, aos Estados Unidos pretendesse impor sua interferência e mediação. Ainda obumbrada de luto, ela seria de péssimo agoiro.

A mesma Inglaterra com que cara se haveria de dirigir aos Estados Unidos, reclamando e determinando?

Não pensemos já nas derrotas que, infligidas pelos Estados Unidos à Inglaterra quando da revolta da então colónia, na guerra da independência, para essa colónia conquistaram a apetecida liberdade.

Venhamos aos nossos dias.

Que dos dias de nós todos é o ominoso caso do corsário *Alabama*.

Não vimos como os Estados Unidos reclamaram então da Inglaterra que se humilhasse a pagar-lhes uma forte indemnização de guerra, por perdas e danos, em revindicta dos prejuízos causados por esse corsário, armado nos estaleiros ingleses, ao comércio e aos portos norte-americanos? Não vimos como a Inglaterra ameaçou os Estados Unidos com a guerra? Não vimos como depois engoliu a ameaça? Não vimos como lhes pagou bem quantas libras esterlinas eles muito bem tiveram na gana?

Tudo isto são coisas elementares, anedotas conhecidas, considerações de intuitivo alcance.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Somente, em Espanha, como em Portugal, a imprensa conservadora, a propósito do *ultimatum* de Woodford lá, como do *ultimatum* de Salisbury cá, busca, por idêntico processo, desvairar a opinião.

Deslumbra-a com a hipótese duma guerra possível para a desviar do conceito de uma revolução necessária. Mostra-lhe o inimigo fora, para que ela não atente no mais perigoso inimigo que é o que está dentro.

Eis, de resto, um *truc* conhecido. Os criminosos de direito comum usam-se com extrema frequência. Os juristas, conhecedores das manhas e da gíria dos ladrões, chamam a esse expediente um *alibi*.

Ora, às pessoas mediocramente atiladas cumpre, assim como os não ilaqueia a burla, prestar, a respeito, aquele serviço social que se chama prevenir os incautos.

Esta é, mesmo, em suma, a função do periodismo independente. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2465, 12 de abril de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Ponto-de-Honra

Desde que o conflito entre a Espanha e a Norte-América se estabeleceu em termos justificativos da presunção de uma rutura armada, naturalmente ficou assente que a Espanha não iria à guerra com a mira numa vitória, impossível, mas, tão-somente, para o fim de resolver a dignidade ofendida do corpo coletivo, melindrado no seu amor-próprio e menoscabado nas suas legítimas suscetibilidades.

É lamentável que a humanidade se encontre hoje ainda nesta fase rudimentar de desenvolvimento moral que qualifique de honra e dignidade o que, em sua essência estrutiva, não passa de capricho e orgulho. É triste que vidas se sacrifiquem em prol duma quimera de integridade de conduta, quando, de antemão, se sabe que se caminha para a derrota, sem remissão nem agravo.

Mas, enfim, havia, ao menos, lógica no absurdo e a obstinação explicava-se, em certa maneira, pelo facto mesmo da própria pertinácia.

Agora, porém, no estado das coisas, tal como o regulou, tergiversando e contradizendo-se, o gabinete de Madrid, nem sequer essa mísera evasiva do ponto-de-honra consegue salvar-se. Depois de concedido a quem o não pediu, isto é depois de oferecido a quem o não aceita, o armistício, proposto aos insurrectos cubanos pelo ministério presidido pelo snr. Sagasta, prejudicou inteiramente a atitude convencional de heroica resistência exibida pela Espanha oficial e dinástica.

A guerra, hoje, caso essa Espanha oficial vá para a guerra, tem o carácter duma imposição. Parece que a Espanha a ela vai,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

como vulgarmente se diz, pelos cabelos, empurrada, indisposta e coagida. Na equívoca fisionomia que tomaram os sucessos, não é abusivo conjeturar que as interferências de estranhos a favor da paz, agora do papa, logo do concerto das grandes potências, finalmente, *in extreminis*, do conselho federal da Suíça, fossem imploradas de Madrid, consoante para a intervenção do sumo pontífice já se apurou que solicitada fora, desde o palácio da Praça do Oriente, pela austríaca que, à falta de homens, é o rei, hoje em dia, de Castela.

Quer dizer que, a dentro do conceito tradicionalista da honra (tal como a concebe a sociedade burguesa de hoje, resíduo das fezes teológicas e aristocráticas da abominável sociedade absolutista e monárquica do ciclo próximo passado), mesmo a dentro desse hediondo conceito de insolência e pretensão, — a Espanha restaurada de Sagunto perdeu, a partir, do momento em que ofereceu o armistício, completa e inteiramente, a partida.

Portanto, conforme dissemos, se for à guerra, vai mal e indevidamente — porque vai tarde e a más horas.

E não vai só tarde e a más horas como vai diminuída e desprestigiada.

Vai diminuída e desprestigiada, porque vai sob a suspeição preliminar de um atroz crime de direito-comum, qual seja o de haver feito ir pelos ares um navio (o *Maine*), em tempo ainda de paz confiado na lealdade de procedimentos de um adversário suposto incapaz de protervas perfídias.

Na verdade, acusada oficialmente a capitania do porto de Havana duma tal monstruosidade como a de mandar fundear uma embarcação ao de sobre os torpedos duma mina submarina, não consta que o governo insular ou na sua ausência, o de Madrid soubessem determinado as inquirições imediatas e severas que para a punição de tão grandes culpados, como os que estivessem coniventes com o espantoso delito, se tornaram, aliás, de imprescindível urgência.

A situação, pois. Da Espanha oficial e governativa não pode ser, moralmente, pior. A sua causa é, de resto, do primeiro golpe porque considerada seja, eminentemente antipática. Consiste em pretender conservar sob o jugo uma população, como a de Cuba, que prefere submeter-se a todas as intoleráveis inclemências de uma longa guerra do que a aceitar as sucessivas concessões que os seus adversários, momento a momento, lhe vão outorgando, como que em mercê mas, na verdade, porque não possam atear-se nas condições insofríveis de existência que a recíproca intransigência proporciona a uns e a outros.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nesta conformidade, a conduta da Espanha oficial e monárquica resolve-se pelo absurdo. Essa falsa Espanha, teve a verdadeira Espanha, a Espanha popular, dedicada e generosa, leva-a à chacina. Para que?

Claramente se antolha o futuro.

O dilema está posto.

Ou a Espanha perde Cuba sem guerra. E isto é uma insigne vergonha.

Ou a Espanha perde Cuba com guerra. E isto é uma reduplicada calamidade.

Porque, se perder Cuba após uma guerra mal sucedida, é evidente que não perderá só Cuba. Perderá Porto-Rico; perderá as Filipinas. E quem sabe o que será dela, dessa pobre Espanha ainda, ao cabo de uma derrota brutal que lhe inflija a supremacia militar e monetária do *Yankee*?

Tal é a posição disparatada e insensata a que a monarquia bourbónica, desastrosamente restaurada por Martinez Campos, conduziu um povo corajoso, leal e capaz de todos os sacrifícios! Eis aqui como liquida um desaforo histórico, cujo castigo a Providência, morosa mas seguramente, se encarregou de liquidar.

Contudo, pode bem acontecer que, dada a hipótese da guerra, os primeiros recontros sejam favoráveis às armas espanholas. Seus generais são inteligentes, seus oficiais, briosos; os seus soldados de há muito se sabe, sem contestação, que são dos primeiros do mundo. Nesta mesma detestável guerra de Cuba, eles têm dado provas cabais das suas exímias qualidades. Pois que, desde o começo da campanha a Espanha haja vindo combatendo não com os rebeldes cubanos mas com a conivência dos Estados Unidos, que por detrás deles, desde todo o começo, se têm dissimulado.

É certo. E, todavia, essa deslealdade dos americanos não provoca as verdadeiras, as profundas indignações. Como, no momento presente, o incontestável abuso da força, perpetrado pelos Estados Unidos, é também admissível e aceitável.

Abusando da sua força contra a Espanha oficial e governativa que oprime os cubanos, os Estados Unidos representam o papel de um adulto que impedisse um adolescente de tiranizar um menor. Quem se poderia legitimamente indignar contra o abuso da força consumado por um adulto? Verdadeiramente, nem abuso de força existia; antes legítimo exercício dessa força, pois que ela se produzia para ressalvar um mais fraco da violência dum mais forte.

Mas, no exercício desse legítimo direito, pode acontecer que, a dentro dos primeiros passos da campanha provável, os Estados

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Unidos sofram revezes, infligidos pelas armas, terrestres e marítimas, da Espanha. Pequeno alcance reveste esse acontecimento, se vier a produzir-se.

Toda a gente culta sabe que, a propósito do tema da democracia na América, existe uma obra clássica, o livro de Alexis Tocqueville, o qual, por seus quilates intrínsecos, mereceu a honra insigne de ser comparado ao Espírito das leis, de Montesquieu.

Ora, em seu trabalho fundamental, o snr. Tocqueville, entre outras proposições frisantes, cujo aspeto incisivo sugeria a possibilidade de paradoxo, demonstra que os exércitos das democracias, particularmente, para o caso especial de que se trata, o da Norte-América, parecem afeiçoados a insucessos preliminares, largamente compensados por um êxito subsequente, largo, duradouro e profundo.

Como quer que seja, tudo estava excelentemente antes da concessão do armistício, pois que concessão se chama àquilo que o bom senso do povo de Madrid julgou idoneamente, atribuindo-lhes o vexante carácter de gratuitidade de que enxovalhara a iniciativa sagastina.

Não estando, pois, ressalvado o ponto-de-honra (que disso era que se tratava) o que é que vem fazer a guerra nestas alturas?

Comprometer ainda mais uma situação, já de si intolerável?

Destruir estupidamente existências que seriam preciosas na agricultura, na indústria, no comércio?

Fazer viúvas; fazer órfãos; privar pobres mães do único amparo do braço de seus pobres filhos?

Ah! Este velho mundo, de preconceitos, abusos, abusões e ridículos, é qualquer coisa de incomportável e insofrível; e o que, tão-somente, o justifica é que, enfim, vai a acabar. Vai a acabar, com os seus pontos-de-honra; as suas dignidades; os seus brios, e os seus orgulhos.

E, em seu lugar, há de surgir um mundo novo que não tenha falsos pontos-de-honra, nem se iluda na investigação das lídimas responsabilidades.

Longe de combater com qualquer estrangeiro, que não represente (inconscientemente, aliás) senão a justiça geral, as necessidades supremas da história, as urgências irreversíveis da civilização — esse mundo novo, futuro, felizmente próximo, exigirá as responsabilidades àqueles que prepararam as situações absurdas, como a presente o é para a Espanha.

Então se julgarão as individualidades perniciosas, como a de Canovas del Castilho no país vizinho.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Quando Martinez Campos voltou de Cuba, após haver vencido como ele vencia sempre, isto é pela compra dos caudilhos subornáveis. — Canovas del Castilho opôs-se, terminantemente, em Madrid, a que se mantivessem as cláusulas de pacificação pelo cético aventureiro combinadas, apesar de tudo, na grande Antilha.

Mais tarde, havendo o nosso eminente amigo, Salmeron, proposto em cortes a concessão da autonomia aos cubanos como a maneira única de conseguir um acordo capaz e suficiente, das bancadas concordes, da maioria e da minoria, afins e solidárias, prorrompeu um uníssono grito de reprovação. Apelidaram-no de flibusteiros; proclamaram-no traidor à pátria.

Meses volvidos, a mesma minoria que o tinha insultado era ela que, chamada ao poder, concedia (inoportunamente já) essa mesma autonomia, a qual por ventura houvesse suavizado as agruras insanáveis, quando fosse espontaneamente oferecida a tempo e horas e não resultasse arrancada, como resultou, à força de armas.

O caso de hoje é paralelo.

Por ponto-de-honra, a guerra estava perfeitamente antes do armistício.

Hoje — é tarde. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2469, 16 de abril de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Vitória da Monarquia Espanhola

Havendo o conflito entre a Espanha o os Estados Unidos chegado ao seu momento hiperagudo, é evidente que com o povo espanhol estão todas as simpatias, as mais calorosas e veementes, da democracia portuguesa.

Mas, sob pena de contradição, com a causa do gabinete de Madrid é que não pode concordar o critério republicano, humanitário e social, de todos aqueles que em seus corações rendam sincero culto ou imperativo categórico da justiça.

Estas palavras precisavam de ser ditas, já que o facciosismo conservador, no nosso país, pretende desvirtuar as intenções da imprensa independente e procura, interessadamente, desvairar a opinião das gentes menos refletidas.

Punge-nos a fatalidade do conflito, pois que nos revolte a existência da guerra ainda hoje em dia entre povos civilizados, e visto como o princípio da arbitragem internacional constitui um dos lemas da nossa doutrina. Todavia, à intransigência fanática da monarquia de Madrid atribuímos a responsabilidade desta guerra, que ela provocou com as suas extorsões, tirânicas e deslealdades.

Aflige-nos; sinceramente nos magoa e angustia a derrota, que se presume inevitável, das armas espanholas, por isso que os espanhóis são nossos irmãos pela raça, pelas crenças, pelas tradições. É aos nossos olhos um espetáculo atroz esse do sacrifício estéril de tanto heroísmo e tanta abnegação como, sem a menor dúvida, novamente vão ilustrar a honra da bandeira espanhola.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

E, sem embargo, manda o amor da verdade que consignemos que uma vitória, decisiva e inesperada, da Espanha sobre os Estados Unidos significaria um completo desastre para os interesses gerais dos progressos da civilização.

No caso especial que serve de ponto de partida a este tremendo conflito de agora, esse triunfo implicaria para os cubanos a perda integral de todas as suas vantagens cívicas, penosamente até agora conquistadas. Neste sentido representam uma exímia mistificação as palavras de Romero Robledo em Paris, quando disse que não acreditava na guerra, porque a sua pátria não iria até ao ponto de tão grande sacrifício para, afinal, garantir a Cuba um governo como o de agora, isto é quase independente. Decerto; mas, se a Espanha ficasse vitoriosa, o governo insular não duraria nem uma hora após; e Cuba regressaria a condições de subalternização tais como as que assinalaram as ominosas gerências de Caballero de Rodas e outros.

Até para nós, portugueses, a vitória, que seria formidável em seu alcance, do governo de Madrid sobre o governo de Washington englobaria a perspetiva da ruína integral da nossa independência. O orgulho das tropas vitoriosas — e vitoriosas dos Estados Unidos! — só encontraria paralelo na ambição e na confiança dos gabinetes da regência austríaca. Há poucos meses *El Heraldo*, de Madrid, em seu artigo editorial, perguntava por que era que se não dava um passeio militar até Lisboa. E outra folha, igualmente importante, da capital espanhola replicava ao colega que, em qualquer hipótese, mesmo depois da perda de Cuba, à dinastia restava a conquista de Portugal. Ora, se a conquista de Portugal é, após a perda de Cuba, uma visionária quimera, a conquista de Portugal, após a derrota dos Estados Unidos, seria uma irremediável realidade.

Pois bem! Apesar de tudo, estas duas grandes calamidades nada seriam em face da calamidade máxima, como a da retrogradação, mental e moral, política e social, que uma derrota dos Estados Unidos implicaria para a marcha geral da civilização.

Quem triunfava nesta campanha, tão funestamente vitoriosas, não seria a Espanha popular e livre, a Espanha dos *communeres* da Padilla, da Germania de Valencia, das franquias do Aragão; não seria a Espanha da guerra da independência e das juntas democráticas, a Espanha das revoluções de Cádis e da Constituição, rasgada e plena, de 1869.

Seria outra Espanha, a vitoriosa; a Espanha católica, monárquica, aristocrática, feudal, a Espanha dos jesuítas e da Inquisição;

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

precisamente a Espanha que esmagou essa outra Espanha — nos campos de Villalar, nos assaltos a Jativa e Alcira; a Espanha de Filipe II e de Fernando VII. Já os expedientes bárbaros do general Weyler respiram toda a selvática fúria do século XVI, e o seu famoso bando concernente aos reconcentrados, visando a destruir uma população inteira pela fome, excede, nos efeitos mortíferos, os procedimentos do duque de Alba nas Flandres, que, aliás, pareciam até hoje o cúmulo e a palavra de remate e fecho.

Assim, pois, se o gabinete de Madrid ficasse vitorioso, a monarquia em Espanha firmar-se-ia indestrutivelmente, e tornar-se-ia, cada vez mais e mais, reacionária, violenta e obscurantista. Toda essa Europa bárbara, feudal e intolerante rejubilaria.

Nas raças germânicas, hoje esperançosamente penetradas dum filete de luz democrática, volveria a preponderar essa abominável Áustria, que, desde Carlos V até Metternich, foi sempre o covil de todos os incorrigíveis despotismos. Escassadamente tenderia a atenuar o imenso efeito desta universal retrogradação o influxo periclitante da França, cuja república é já de si tão baça, teoricamente desconexa, no ponto de vista dos princípios tão atrasada e imperfeita.

Numa palavra: a vitória da monarquia espanhola importaria para a humanidade um desastre. E desse desastre, desde logo, a primeira vítima (porque a mais próxima e imediata) seria a própria Espanha. Quer dizer. Reproduz-se hoje para os espíritos patrióticos, mas cultos e previsores, no vizinho país e mesmo inquieto melindre que surgia em França quando da declaração da guerra franco-prussiana.

Então, os democratas franceses perceberam com nítida perspicácia o que significaria o triunfo do gabinete das Tulherias. Se a Prússia ficasse derrotada então. A França que tomaria a preponderância moral na Europa seria, santo nome!, qual França? Seria a França do golpe de Estado do 2 de dezembro, caída, ainda para mais, graças à imperatriz espanhola, nas mãos dos jesuítas; seria a França que fuzilaria os voluntários de Garibaldi em Mântua; a França que tentara impor, pela força das armas, ao México um imperador austríaco e à Itália impunha um papa-rei, o qual, como se não lhe bastasse ser imperador na terra, também deliberava ser Deus no céu, e, precisamente, acabara de fazer votar, pelos seus cardiais, no concílio do Vaticano, que nele habitava fixamente o Espírito Santo, decretando-se como ponto de fé o dogma terminal da ortodoxia católica, isto é o da inefabilidade pontifícia.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Então, nas ruas de Paris, houve licença de cantar a *Marselhesa*, proscrita durante vinte anos. Mas, com uma cólera borborinhando das entranhas, Júlio Vallés perguntava: «Que galo é esse que precede, com o seu cócóricócó claro, os regimentos que abalam? Que pensamento arrepia as dobras dos estandartes? Causa-me horror essa vossa *Marselhesa* de agora! Tornou-se um cântico de Estado».

E então também, para alcançar as deploráveis consequências que resultariam da vitória do imperador — da parte dos soldados franceses, da parte do povo francês, quanto heroísmo e quamanha abnegação aliás!

Mas — há que não resistir ao que a metafísica alemã moderna chama as necessidades psicológicas do inconsciente na história. Contra essa imanente fatalidade nada valeu nem o mesmo heroísmo, nem a própria abnegação.

De modo que, depois de concluído o combate, um dos espíritos mais altos e uma das almas mais puras da França contemporânea, certo daqueles patriotas gauleses que mais profundamente, nesse século, amaram o seu país e mais dedicadamente o serviram, até o extremo de todos os sacrifícios, escreveu uma espécie de manifesto moral aos seus concidadãos, demonstrando-lhe que, ainda mesmo que a França, em 1870, estivesse melhor armada e melhor comandada fosse do que a Prússia, ela teria necessariamente de ficar vencida. Concluía em como a maior e melhor vitória que a França pudesse então conquistar seria, precisamente, a mais vasta e mais completa derrota. Esse filósofo eminente, e prosador eloquentíssimo, chamava-se Edgar Quinet; e os factos da reorganização maravilhosa da França depois da guerra encarregaram-se de lhe dar, felizmente para a França, vasta e integral razão.

É que a vitória da França em 1870 contrariava fundamentalmente o progresso da humanidade.

Alguém estava então do lado da Prússia, — cuja amizade é, nestes casos, de primeira ordem. Hartmann, a esse alguém, chama-lhe o Inconsciente, dantes era costume chamar-lhe Deus. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2474, 22 de abril de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Vitória da Espanha

Procurámos ontem frisar quais as consequências (a nosso parecer, detestáveis) duma impresumível vitória das armas da monarquia espanhola sobre as da república americana. Hoje cumpre-nos completar a argumentação esboçada, oferecendo às reflexões sisudas o reverso da medalha, ou seja o esquema simétrico da questão.

Se a Europa e a Espanha têm tudo a perder com a vitória da monarquia espanhola, a Espanha e a Europa têm, pelo contrário, tudo a ganhar com o triunfo da república americana.

Para o aspeto restrito e especialista do problema, esta afirmação parece paradoxal, pois que se saiba que a Espanha vai agora perder, de vez e por completo, o domínio político em Cuba e Porto Rico. Contudo, este prejuízo sobre quem principalmente incide não é sobre o povo espanhol mas sim sobre a clientela dos grandes devoristas de Madrid, que se partiam para a ilha a fim de recompor as fortunas abaladas pelo jogo ou no propósito de adquirir uma abusiva opulência que substituísse a inicial penúria. Compreende-se o frenesi de cólera desses grandes parasitas do constitucionalismo, que, à custa do trabalho dos colonos, se regalavam do chorume das capitanias gerais, suas prebendas e benesses.

Mas, quanto ao povo espanhol propriamente, ele não terá senão a ganhar com a independência de Cuba. Passada a crise guerreira e extintos progressivamente os ódios de agora, restar-se-á a normalidade das relações; e Cuba será, para a Espanha, tão útil, depois de independente, como o são, por exemplo, hoje em dia Montevideu e Buenos Aires. Nós, portugueses, podemos falar de

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

cadeira na matéria; pois que nunca o Brasil foi tão útil a Portugal como desde que de Portugal politicamente se separou.

Claro está que Portugal seria ridículo se, menosprezando essas vantagens, ele se lamentasse de que elas fossem adquiridas a preço do sacrifício dos nepotismos dos governadores e vice-reis que, embarcados da mandriice de Portugal, no rumo da colónia, a partir da data da emancipação, deixaram de comer à custa da barba-longa brasileira.

Por um motivo de propaganda pérfida a imprensa conservadora empenha-se em incutir no espírito público o preconceito de que os Estados Unidos buscam, egoisticamente, a anexação de Cuba. Esta calúnia estava desmentida, *ab initio*, pelo facto mesmo de a população de Cuba ser católica, e, principalmente, não falar a língua inglesa. Hoje é escusado discutir a proterva atoarda desde que se conhecem os termos da declaração votada pelo Senado e pela Câmara dos Representantes, reunidos em Congresso. No seu artigo 4.º, com nobre lealdade, se consigna, textuais palavras:

> «— Que os Estados Unidos desmentem que tenham algum desejo ou intenção de exercer jurisdição, sobre eles, ou intervir no governo de Cuba, a não ser para a pacificação da ilha, e afirmam que, uma vez realizada, os Estados Unidos deixarão o domínio e o governo da ilha ao povo cubano».

Portanto, os interesses gerais e superiores da civilização espanhola ficam também garantidos, em seu tipo estrutivo, pelo exclusivo domínio em Cuba do derivado étnico da raça castelhana.

Ora, se, destarte, a perda da campanha, por parte dos espanhóis, não representa para eles um desastre profundo, ela, essa derrota, suposta próxima, significa, agora pelo que toca aos grandes interesses morais da Espanha e da Europa, uma ampla vantagem, plena e decisiva.

De facto, conjetura-se, com plausibilidade de lógica, que a derrota militar da Espanha determine uma mudança radical nas instituições políticas do vizinho país. Neste ponto estão de acordo conservadores e revolucionários, monárquicos e republicanos: uns para rejubilarem, os outros para se afligir.

Poderia, contudo, muito bem acontecer que, por igual, se enganassem uns e outros. Isto é que a Espanha perdesse Cuba e, não obstante, conservasse a sua monarquia. Mas semelhante incongruência só caberia, com legítimo direito, no domínio das

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

coisas racionalmente presumíveis — caso se desse a hipótese de que a Espanha fosse à guerra por simples ponto de honre e com a ideia preliminar de que da campanha sairia desbaratada e vencida.

Acontece, porém, que tal não seja o que se passa.

A maioria da gente em Espanha está convencida da vitória. É incrível, mas é verdade. Desta espantosa abusão do espírito público é responsável o jornalismo periódico, que, por irracional e mal-entendido patriotismo, vem insistentemente colaborando numa larga mistificação respeitante às pequenas forças dos Estados Unidos e às grandes forças em contraste, da Espanha. Neste sentido, são inverosímeis os dislates de certos jornalistas, que se antolham destituídos de todo o espírito de ponderação. Assim, o redator de *El Imparcial* apregoava, há dois dias, como a tática militar que a Espanha deva seguir, o prolongar indefinidamente a campanha. Isto afim, explicava, de causar os Estados Unidos; prejudicar-lhes intoleravelmente o seu comércio; numa palavra, arruiná-los.

Somente, este jornalista engenhoso se esquecia duma coisa; e é que, dadas as condições económicas dos dois países em conflito, atendidas as circunstâncias de pletora de riqueza num e de inanição crematística no outro, enquanto que os Estados Unidos se podem conservar em guerra, sem detrimento sensível para eles, durante um dia, a Espanha, correspondentemente, não pode manter-se, em termos análogos, uma hora.

Não nos acusa a consciência de pedantismo ou indiscrição quando estas censuras formulamos, desde que nas colunas de *La Defensa*, de Vigo, acaba de publicar o eminente chefe do partido republicano federal espanhol, snr. Pi y Margall, um artigo, notável por todos os títulos, profligando a atitude dos jornais do seu país, aos quais ele, severamente, os acusa de «fingirem um patriotismo que nunca sentiram». Esta é a frase áspera de Pi y Margall, patriota verdadeiro, espanhol dos quatro costados, revertendo sempre, nas suas teorias de político eruditíssimo, para as grandes tradições dos ciclos de glória do seu país.

Dada, pois, a inacreditável confiança que a opinião, envenenada por uma propaganda de falsidade, consoante as que registra, no seu referido trabalho, o autor exímio de *Las Nacionalidades*, deposita na derrota dos Estados Unidos, a deceção que tem de provir da fatalidade dos sucessos, precisamente, de todo em todo, ao contrário — será enorme e terrível. Provocará uma cólera desorbitada, uma indignação irreprimível.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nessa futura, próxima, conformidade, não é, com efeito, demasiado conjeturar e supor que, arrastada no turbilhão, sucumba e soçobre a monarquia restaurada de Sagunto.

Quem a substituiria?

Evidentemente que a resposta se encontra implicitamente inclusa na pergunta.

Quer dizer que o estabelecimento da República em Espanha parece ser, incontestadamente, um sucesso histórico que haverá de efetuar-se a dentro do âmbito de, relativamente agora, um certo prazo.

Ora, se assim for, o lucro que, na sua vida interna, da proclamação da República a Espanha haja de auferir é já imenso; mas resultarão simplesmente prodigiosos, para a significação moral da Espanha, os corolários do facto de ela haver proclamado e firmado a república. O estabelecimento da República na Espanha alterará, por completo, a fisionomia política em toda a Europa.

Da Espanha, pela lógica dos princípios e pela força das coisas, se há de aproximar a França. O exemplo da Espanha, tarde ou cedo, se há de refletir para lá dos Alpes e determinar a republicanização da Itália; e mais cedo do que tarde, agora que, por um feliz acaso, coincide o descrédito moral de Crispi, a alma danada da tríplice aliança.

Resumindo: para a nossa raça despontará prestes o dia sublime em que se torne uma realidade a antiga utopia dos Estados Unidos da Europa. A lição da Espanha partirá os últimos elos, precipitará o desfecho, promoverá a grande federação das nações românicas. Ao pangermanismo e ao pan-eslavismo, finalmente contrastando-os, surgirá, de novo, imperativo e conciliador, mercê das suas eminentes qualidades de messianismo cosmopolita, — o panlatinismo. Ora, esta ambição sempre nos quer parecer bem mais vasta, generosa e cavalheiresca do que a ancestral vanglória de andar toda a vida a chacinar mulatos pelas Antilhas.

No conselho de ministros realizado anteontem em Madrid, com a assistência da rainha-regente, o snr. Sagasta, sob a banalidade das fórmulas da retórica constitucional, começou sua parlenda, dirigindo-se à dama austríaca, com qualificar o momento presente de *solene*. Esse nobre vocábulo, na boca destes cínicos do parlamentarismo obstinadamente falsificado, não representa, por via de regra, mais do que um dos narizes de cera consuetudinários, um dos chavões da praxe. Pertence ao dicionário, escasso e reduzido, do sistema.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

E, contudo, raramente palavra humana logrou um tão severo apropósito assim.

Na verdade, é solenemente o momento, e tal como a pouquíssimas das gerações humanas foi dado assistir. É agora como foi em 20 de setembro de 1792. Esta, a data da batalha de Valmy.

Os soldados da Revolução francesa, que, em nome do povo, atirara o guante aos reis, defrontavam-se, pela primeira vez, com a monarquia, armada e vingativa, rancorosamente representada no rei da Prússia, ali presente com o seu formidável exército.

Houve um momento de pavorosa ansiedade. Os prussianos, disciplinados, seguros, sólidos, marchavam ao encontro dos franceses, inconsistentes e indecisos como voluntários inquietos e sobressaltados, como rebeldes temerosos do castigo legítimo de seu senhor irritado.

Assim o entendiam os duros e servis militares, que avançavam com a gravidade de um velho exército de Frederico, o Grande.

No lance, o chefe dos prussianos, Brunswick, dirigiu o seu óculo para as fileiras do inimigo, e viu um espetáculo surpreendente, extraordinário. Seguindo o exemplo do que os comandava, de Kellermann, todos os franceses, pondo as barretinas na ponta das espadas, dos sabres, das baionetas, haviam soltado um grande grito... Esse clamor de trinta mil homens enchia o vale inteiro; era como um grito de júbilo, mas espantosamente prolongado; não durou nada menos do que um quarto de hora; acabando, recomeçavam logo, sempre, cada vez com mais força, dele, a terra tremia toda... Era. «Viva a Nação».

Os prussianos continuavam a trepar ao assalto, firmes e sombrios. Mas, a cada instante, grandes vazios se formavam na espessura das suas fileiras. Implacavelmente, da banda da esquerda, os fustigava uma chuva de ferro. Brunswick fez cessar esse morticínio inútil: mandou tocar a retirada.

O rei da Prússia estava, em extremo, descontente e mortificado. Pelas quatro ou cinco horas, não consultando Brunswick, ordenou uma nova carga. Ele em pessoa se aproximou, dizem, com o seu estado-maior, para reconhecer de mais perto aqueles furiosos, aqueles selvagens. Tocou a sua corajosa e dócil infantaria, por debaixo do fogo da metralha, para o planalto de Valmy. E, ao avançar, reconheceu a firme atitude de aqueles que, no topo, o aguardavam.

Tinham-se já habituado à tempestade que estavam ouvindo tantas horas havia, e começavam a rir-se de seu estrépito. Uma visível segurança, uma confiante certeza reinava em suas linhas.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

«Sobre todo aquele juvenil exército palrava qualquer coisa, como que uma claridade heroica, onde o rei nada compreendeu (a não ser o seu regresso para a Prússia).

Essa claridade era a Fé. E aquele jubiloso exército que, do alto, o estava olhando, era já o exército da *República*». (J. Michelet).

Se o rei nada compreendeu, alguém houve, porém, que adivinhou tudo. À noite, aos que o interrogavam sobre o resultado da jornada (já se vê, inspirados dum critério mesquinho e episódico de estratégia e tática) um alemão, aos seus compatrícios que respeitosamente o interpelavam, respondia assim. «Deste lugar e deste dia data uma nova era na história do mundo, de modo que vos é permitido o orgulho de vir a dizer: eu estive lá».

Esse tudesco, que não era rei da Prússia, chamava-se J. W. Goethe, e por ali, rédea pendida no pescoço do cavalo, com estudar os efeitos do canhoneio, que haveria de descrever, se deixava distrair do seu *Fausto* que precisamente então andava meditando. Desse canhoneio saíra a República vitoriosa, e o proselitismo do exemplo dos seus soldados alastrara, logo logo, pelo mundo inteiro, apesar de todos os erros e até de todos os crimes do movimento insurrecional «Oh maravilha! Oh prova imortal da verdade dos princípios!... Os povos viram perpassar todas essas coisas perante seus olhos, e nada os pode subtrair ao encanto fascinador da Revolução francesa! Sabiam, por sem dúvida, que coisas há duma beleza fatal...» (L. Blanc).

De seguro que o snr. Sagasta não presumiu sequer, nem de perto nem de longe, a eminente significação histórica que reveste o solene momento atual, quando, conforme o presidente do conselho de ministros espanhol o disse, «está próximo a ser ouvido o primeiro tiro de artilharia». Novamente se escuta o ribombo do canhão de Valmy; e ainda uma vez são os voluntários republicanos quem representa a causa do progresso, da humanidade, do futuro.

Mas, agora, para que a ação civilizadora desses voluntários republicanos surta os efeitos remotos, que não os vastos e magníficos, — cumpre que os combatentes hoje em prol da monarquia espanhola saibam aproveitar da lição, entendendo o sentido misterioso dos acontecimentos. Urge que, na pugna que sem cobardia antes com rara coragem pelejou, havendo ido a terra pelo efeito da força maior, não só material como, principalmente, moral, a Espanha da terra se reerga, consoante na fábula de Anteu, recuperada em energias e rejuvenescida de ânimo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Vista como, para que os Estados Unidos da América, indireta e inconscientemente, façam os Estados Unidos da Europa (que tal pareça ser o destino de seus fados) — condição necessária e suficiente, indispensável e imprescindível claramente que é a cumplicidade, inteligência e conivência, colaboração e cooperação da Espanha.

Assim se confirmaria, agora, por uma forma esplendorosa, aquele antigo prolóquio que diz que há males que vêm por bem.

Assim se levantará e depurará, num grande, trágico exemplo, a ideia do patriotismo, que, no tipo como ainda hoje palpita na maioria dos corações, é frequentemente um baixo sentimento, rebelde à crítica, tolhendo a evolução moral e mental do indivíduo, fazendo-o duro, hostil e pretensioso, misto de soberba e de inveja.

Principiará surgindo o patriotismo do futuro. A paixão adquirirá a límpida transparência que a torne não só acessível como incontraditável.

O alto poeta alemão Schiller, em sua *Carta a Korner*, definiu essa situação moral por uma maneira insigne. Escreveu: «Um espírito filosófico não pode particularmente interessar-se por uma nação em especial, senão quando ela lhe aparece como cláusula necessária do progresso da humanidade inteira».

Ora, para o progresso da humanidade, depois da França em 1789, à Espanha surge, em 1898, ensejo congeneremente fundamental e decisivo.

Para a Espanha. Ou, antes e melhormente, para toda a península ibérica.

Desde que Portugal, compreendendo o momento psicológico e histórico, avançasse sobre a Espanha, ganhando-lhe tempo e fixando, assim, para ele uma fecunda hegemonia política.

Desde que Portugal tomasse a iniciativa.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2475, 23 de abril de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Vita Nuova

Um dos sintomas mais característicos da decadência moral da sociedade portuguesa contemporânea reside na quase impossibilidade em que essa sociedade se encontra de conjeturar ou sequer reconhecer nos atos alheios, de partidos, grupos ou nações, o motivo determinativo de causas nobres e elevadas.

Este feitio psicológico demonstra a incapacidade a que um regímen de embustes e egoísmos conduziu a gente lusitana para conceber nobre e desinteressadamente. A tendência para julgar mal dos outros indica, de *per si*, o modo de ser subjetivo de cada qual; e isto é uma observação tão corrente e tão banal que derivou já no tipo contrato dos provérbios. De modo que é uso dizer que a gata ruiva assim como faz assim cuida.

O conflito hispano-americano vem mais uma vez pôr em evidência, agora com um relevante destaque, este péssimo condicionalismo psíquico das nossas classes chamadas cultas. Assim, é curioso verificar que raramente, na conduta dos Estados Unidos, o nosso público se resigne a ver o móbil determinante, honesto e simples, da simpatia pelos sofrimentos duma população oprimida.

Esgotam-se as imaginações na inquirição dos mais inconfessáveis fatores, e chega-se a este unânime acordo: de que uma nação de 63 milhões de habitantes delibera lançar-se nos horrores da guerra para ser agradável a um ou dois centos de financeiros agiotas, organizados em sindicato político. É que os portugueses não estão muito longe de acreditar que esses 63 milhões de norte-americanos não passam de outros tantos milhões de exploradores abjetos e cínicos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Porque os Estados Unidos seja uma nação de trabalho, supõe-se que é uma terra sem ideal; ignora-se que a mais alta manifestação de idealidade coletiva que se produziu nos nossos modernos dias apareceu precisamente nessa terra suposta sem ideal. Referimo-nos ao Congresso das religiões, realizado quando da exposição internacional de Chicago.

Esquecemo-nos da dedicação imensa pela causa geral da humanidade que demonstrou o facto prodigioso da guerra da secessão, promovida pela libertação dos escravos. A este maravilhoso sucesso atribuímos causas mesquinhas; mas, fazendo-o, olvidamos o amplo e generoso esforço de propaganda a bem da alforria, mais de vinte ou trinta anos antes da presidência de Lincoln, iniciado e mantido por o evangélico sacerdote Chaming, cuja doçura de temperamento e límpida integridade moral fizeram denominar como sendo o Fénelon do Novo Mundo.

O preconceito está tão arreigado acerca do suposto exclusivo utilitarismo dos norte-americanos que causará estranheza dizer-se que o maior filantropo que ilustrou os anais humanitários deste século, nasceu nos Estados Unidos. Chamava-se ele Jorge Pabody; e, procedente duma família pobre, conseguiu, mercê duma atividade constante, adquirir uma fortuna colossal. Pois empregou-a toda em socorros aos indigentes e no estímulo da instrução pública. Deu para os pobres não centenas mas milhares de contos; fundou em Baltimore uma universidade, e em Boston um museu de etnologia; e, como não se soubesse do que acontecera ao explorador Franklin, perdido entre os gelos polares, ele organizou e subsidiou a expedição do dr. Kane, para ir na demanda do intrépido navegante. Entretanto, em Londres, Pabody fundara dois bairros inteiros de casas para propriedade de operários necessitados.

Se, na vida prática, os norte-americanos não se mostram, por este, e outros exemplos congéneres, tão inteiramente positivos e grosseiros, como os presumem pela velha Europa, se bem que o tipo específico da sua civilização seja, na verdade, geralmente, aquele cuja característica d´ess´arte lhe fixam, — também na vida especulativa se mostram capazes das mais delicadas ou intensas sugestões estéticas. Poucos artistas europeus lograram jamais atingir a transparente sublimidade, o inefável misticismo de certas composições, em prosa e verso, de Edgar Poe. E raros são os poetas do velho mundo tão penetrados do encanto da natureza como o norte-americano Longfellous.

As aspirações da justiça social encontraram, nos nossos dias, na América, um representante dum mérito superior na personalidade, eminentemente simpática, de Henry George.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

E a própria abundância das seitas religiosas é a demonstração cabal do interesse e da seriedade com que ali se ocupam das exigências do espírito e dos transcendentes destinos da personalidade.

Como dissemos, mau é que más conjeturas se formem; e péssimo é então que elas resistam renitentes a toda a espécie de convencimento, ainda da ordem mais flagrante e intuitiva. Sirva de exemplo a teima com que se quer, por força, que os Estados Unidos pretendem anexar Cuba, apesar dos mais expressivos protestos e das declarações mais formais. Já aqui transcrevemos as declarações da resolução do Congresso. Depois apareceu o texto do *ultimatum* que haveria de ser entregue por Woodford. Aí novamente se afirma a plena, integral independência das Antilhas espanholas. Todavia, obstinadamente, se repetem as mesmas atoardas, o que mostra a deslealdade da argumentação.

Sem embargo, era mais fácil, mais natural e curial, referir a iniciativa de agora, pelos Estados Unidos tomada, ao efeito concreto duma teoria abstrata. A perda de Cuba pelos espanhóis é o corolário próximo, a aplicação imediata do princípio de Monroë, cuja fórmula se resume no seguinte: — a América para os americanos. Há de chegar a vez à Inglaterra, e ela terá de sair, tarde ou cedo, das Antilhas britânicas; largará o Canadá, largará a Jamaica.

Na mensagem de MacKinley uma frase mui significativa, por ventura, adrede, ali dissimuladamente posta, escapou à perspicácia dos críticos. É quando o presidente diz que esta guerra com a Espanha é a primeira entre os Estados Unidos e a Europa. Como quem, sob a ambiguidade propositada de uma logomaquia verbal, marca data e anuncia série.

Para os Estados Unidos, para a Espanha, para Portugal, para a Europa, começou, pois, um ciclo definido e original. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2477, 26 de abril de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Espanha e Espanha

A situação moral do escritor independente que, com a mira em operar uma propaganda que, desinteressadamente no ponto de vista pessoal, lhe pareça útil à coletividade política da nação a que pertence, se resignou ao sacrifício de contrariar as tendências gerais — pode, por vezes, tornar-se tão melindrosa que quase lhe tolha, por completo, o exercício da função a que se destinou.

É o caso atual dos jornalistas republicanos perante o começo dos desastres militares da Espanha na calamitosa guerra que empreendeu com os Estados Unidos da América do Norte, por motivo de Cuba.

Se não houver um meticuloso cuidado na expressão, pode presumir qualquer apaixonado ou pode sugerir qualquer mal-intencionado que rejubilamos com catástrofes que, por fora de quaisquer considerações de ordem política, nos são, aliás, sempre odiosas, pelo gasto cruel de vidas que elas representam e pela revivescência sempre funesta dos hábitos de combatividade da selvajaria primitiva, intercalando-se brusca e brutalmente em meio de os nossos costumes suavizados de relativa civilização.

Conhecemos todas as suscetibilidades da situação e avaliamos todo o peso das circunstâncias. Não ignoramos sequer que o nosso modo de ver se encontra em conflito com o da grande maioria dos nossos concidadãos e sabemos que, pela parte humílima que nos toca, perdemos — momentaneamente, queremos crê-lo, no conceito de deferente estima com que o público até aqui nos penhorava.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

É esta afirmação do sentir coletivo, precisamente, aquele grave e importantíssimo fenómeno de demopsicologia cuja significação procuramos apurar e inquirir.

Na verdade, causa estranheza esta flagrante contradição: que, fazendo votos pela vitória da Espanha, estejam precisamente, ou em brados clamorosos ou na venenosa sofisticação dos informes noticiosos, timbrando em assinalar-se em Portugal: quem?

Todos aqueles reacionários que até agora se têm empenhado em manter no espírito do povo português todos os preconceitos tradicionais de rancor e ódio contra a Espanha. Agora chamam à Espanha a *nação amiga, o povo irmão* e outras cediças frases do cliché — aqueles mesmos incorrigíveis insolentes que, com indiscretíssima freima, organizam os *Te-Deuns* do 1.º de Dezembro, levantaram o monumento aos restauradores na Avenida em Lisboa e apodam de outros tantos Miguéis de Vasconcelos aqueles democratas portugueses que reagem a favor duma inteligência autónoma com a nação próxima, a substituir afastamentos que prejudicam os interesses e não provam a favor do progresso dos nossos sentimentos de sociabilidade.

Até aqui, os conservadores chamavam aos espanhóis *galegos*, pejorativa e desprezativamente, como se os galegos não fossem gente laboriosa, boa, serviçal e honestíssima. Até aqui, o livro dos cantares destes cavalheiros era essa abominável estopada do *D. Jaime*, de cujas laudas plangentes o vate acusava Castela de, inda hoje em dia, querer:

...insultar a lápide funérea
Que pesa sobre vós, heróis de Ourique

Até aqui, na imprensa e no parlamento, a opinião conservadora resumia-se no estúpido prolóquio, conclamado, público e raso, por publicistas e tribunos, após o banquete de Badajoz, como o supra sumo da humana sabedoria:

Da Espanha nem bom vento nem bom casamento.

Mas mudarem-se os tempos, mudarem-se os costumes; e, de súbito, da Espanha fia o Portugal conservantista e reacionário sua sorte e futuro; por essa Espanha ele se fina de amores.

Já o dissemos, e toda a nossa existência de propagandista dispensava, de resto, essa declaração; nenhumas simpatias nutrimos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

por essa Espanha que os reacionários portugueses tanto prezam e querem; e repetimos que, se a Espanha não lograr despir o sudário gelado que a universal reação pretende jungir-lhe indissoluvelmente ao alquebrado corpo, esse pobre povo, que, depois do nosso, é o que mais amamos no mundo, tem os seus dias decididamente contados, e agora de vez sucumbirá.

Há dias, um nosso camarada distintíssimo, nestas mesmas colunas, para se educarem essas classes, no geral, tão ignaras, que em Portugal se denominam pretensiosamente classes cultas, lembrava a necessidade de que um livreiro ilustrado reeditasse agora o soberbo folheto de Antero de Quental, intitulado *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Pela nossa banda, aditaríamos que mui conviria publicar, em opúsculo à parte, o capítulo xv da *História da Civilização na Inglaterra*, que é uma das grandes obras deste século. Esse capítulo ocupa-se de desenhar um *Esboço da história do intelecto espanhol desde o 5.º Século até ao meado do décimo nono*. Esse chamado esboço, duma erudição prodigiosa, eis qualquer coisa de poderoso e definitivo. Sua conclusão é trágica. O autor, Henrique Thomaz Buckle, diz da Espanha:

> «Ela está ali na ponta extrema do continente, massa enorme e inerte, último representante dos sentimentos e das ideias da Idade Média. E o que é mais triste sintoma é que ela está satisfeita da sua condição. É a nação mais atrasada da Europa, e todavia julga-se a mais avançada. Tem orgulho de tudo o que a deveria fazer corar. Tem orgulho da antiguidade das suas opiniões; tem orgulho da sua ortodoxia; tem orgulho da sua credulidade pueril e incomensurável; tem orgulho da sua repugnância em melhorar a sua crença ou os seus hábitos; tem orgulho do seu ódio pelos heréticos; tem orgulho da vigilância constante com que lhes anulou todos os esforços para se estabelecerem legalmente no seu solo».

Não se diga que esta Espanha, católica, monárquica, jesuítica, inquisitorial, intolerante e aristocrática, haja desaparecido nas brumas do passado histórico. É, pelo contrário, porque ela haja de obliterar-se diante da Espanha, primaveril e gloriosa, vitoriosa e pura, do futuro — que os homens do passado, em Portugal, tanto se afligem com os triunfos militares da Norte América. Seu terror, todo, está no irremissível advento dessa nova Espanha, republicana,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

democrática, de pensamento livre e ação generosa — que é a Espanha que nós amamos, essa, como se segunda pátria nossa fosse.

Em Madrid, dois homens há, à hora que passa, que encaram a situação moral que procuramos definir. São símbolos vivos, personalidades representativas e sintéticas. Num habita a Espanha do passado; o outro anuncia a Espanha do futuro.

O primeiro chama-se Don Marcelino Menendez Pelayo e é catedrático de literatura espanhola na universidade de Madrid. É um erudito à maneira antiga, humanista, jesuítica, clássica ou chamada tal. Sabe tudo e não sabe nada. Está no século XIX tal qual, íntegro, duro, sobranceiro, sábio, abominável, como estaria no século XVII. Conhece perfeitamente o latim, o grego, o alemão, o sânscrito, o hebraico, todas as línguas românicas, todas as literaturas antigas e modernas.

A sua memória é assombrosa e a soma de anedotas bibliográficas que tem adquirido, esgadanhando em cartapácios velhos atinge perceções inverosímeis. A sua obra capital compreende três grossos volumes, de passante de 800 páginas cada um; tem por tema a *História de los heterodoxos españoles*. A superstição desta criatura (que é, aliás, quase ainda um adolescente), o horrível fanatismo de que o escritor faz gala — tornam o seu livro inmanusiável, por tal forma ele choca e revolta os nossos sentimentos modernos, que constituíram, por assim dizer, o nódulo da nossa alma.

Assim, o catedrático madrileno defende, com um veemente ardor de familiar, o Santo Ofício da Inquisição. Considera um desastre imenso para a Espanha que a Inquisição fosse abolida e reclama dos poderes constituídos que ela seja imediatamente restabelecida, como o único meio de salvar a sua pátria e de lhe restituir a glória e o poderio, a felicidade e a opulência.

Ouvindo-o, ninguém há de pensar que está lidando com um pobre pedagogo contemporâneo do snr. Sagasta, mas sim que se está na presença de um grande de primeira classe, coevo e amigo do conde-duque de Olivares.

Nunca Marcelino Menendez Palayo fala de Portugal senão como de uma província da Espanha; e, quando foi do centenário de Cladéron (outro representativo, mas este, ao menos, na época própria) o catedrático referido, aproveitando o ensejo de estarem em Madrid os estudantes de Coimbra, em deputação, realizou uma conferência pública, que deu brado, na qual sustentou a urgência de que o governo espanhol conquistasse imediatamente Portugal pela força de armas de um exército de invasão e anexação. Isto lhe

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

valeu uma cruel caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, na página central do *António Maria*.

Sua indignação pela revolta de Portugal aconselha-lhe destas incongruências: na sua história citada, dos heterodoxos espanhóis, inclui os portugueses, o judeu António José da Silva, o marquês de Pombal. Mais, inclui também os portugueses antes da união em 1580; e é destarte que longas páginas se consagram ao exame analítico dos autos e farsas de Gil Vicente.

Se para nós o ódio, — para a sua Santa Inquisição, todos os arrebatamentos de uma alma mística. Enumera os autos-de-fé; conta com delícias o número dos relaxados em carne, isto é dos queimados vivos. Um só desgosto o punge. É que, nas listas mais bem tornidas, acha sempre pouco. Enfim, seria inacreditável este hediondo fenómeno de sobrevivência psíquica, se ele não estivesse arquivado na obra inteira de toda uma vida de deplorável atividade e deplorabilíssimas canseiras.

E seria, igualmente, para desanimar, se, no lance, um magnífico contraste nos não destacasse a individualidade, tão pura e simpática, tão alta e tão nobre, tão dedicada e tão generosa, de outro espanhol. Ele se chama Don Fernando Lozano, e aos seus escritos rubrica-os com urn pseudónimo que duas vezes é ilustre, pelo talento e pela perseguição: *Demofilo*.

Lozano fundou um hebdomadário, cujo título, em Espanha, implica toda uma revolução e abre o horizonte a todas as esperanças. Dura há anos; a sua venda em Madrid imensa. Chama-se *Las Dominicales del libré-pensamiento*. Ele obedece ao critério do proselitismo independente e individualista. Visa à recuperação da consciência coletiva, pelo esforço claro de cada um.

Com os seus amigos, Ramon Chiies, falecido, Odon de Buen, ainda na brecha, Pompeyo Gener e os demais, *Demofilo* opõe à medalha do passado a face esplendorosa que deslumbrará o futuro.

Mas não é essa a Espanha que amam os nossos conservantistas; é para que ela não surja que eles elevam ao céu ímpias rezes. Por que ela se conserve indefinidamente nas trevas da não-existência, é que ao grito de *Viva Cuba livre!* Se atrevem a opor este sacrílego brado: *Viva Cuba sujeita!*

A Espanha que eles querem vitoriosa dos Estados Unidos não é a Espanha magnânima e moderna que, começando a emergir do arrebol da revolta da esquadra em Cádiz em 1868, a reação cosmopolita, com feroz júbilo, a 3 de janeiro de 1873, viu prostrada pelas mãos de um general traidor.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A essa Espanha, abominam-na eles.

Não há três anos que a enxovalharam solenemente, nas águas do Tejo, mandando apreender pela gola do casaco, como se um garoto fora, uma das suas mais elevadas glórias: o snr. Nicolas Salmeron, ex-presidente da república, uma reputação europeia, labregamente expulso de Portugal por uma notoriedade sertaneja.

Quer dizer: tal se dispôs o arranjo das coisas que o que esta gente lamenta e lastima, nas derrotas do Oceano Pacífico, é, afinal, o quê? O desbarate do Terreiro do Paço.

Faça-se-lhe justiça: à crítica, ao menos.

É perspicaz. Não se engana. Lê no futuro. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2484, 4 de maio de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A República em Espanha e a República em Portugal — Ordem e Desordem

Poucas vezes os acontecimentos políticos, sucedendo-se e atropelando-se, têm, na sua aparente confusão, permitido, com flagrância semelhante, a plausibilidade de previsores conjeturas, como as atuais circunstâncias históricas desta nossa península ibérica.

Toda a gente, exceção feita de alguns, poucos, esturrados, calcula que o desfecho da guerra entre a Espanha e os Estados Unidos não pode deixar de ser militarmente desfavorável ao país vizinho.

Esta presunção é tanto mais independente e sincera, quanto a grande maioria das pessoas em Portugal é franca e decididamente contra os Estados Unidos.

Este sentimento encontra-se não só nos monárquicos conservadores e reacionários, o que é inteiramente natural e racional, mas ainda entre republicanos, onde não se compreende como surja e se conserve, apareça e se mantenha.

Espíritos curiosos nestes problemas de demopsicologia têm buscado a razão e inquirido os motivos de tão ampla incongruência. É claro que eles são de dois géneros: uns conscientes, outros inconscientes. Referem-se os primeiros às afinidades de raça, de língua, derivam das simpatias que emergem da identidade peculiarista de fisionomia moral, da mera contiguidade de território. Mas não são os fatores mais importantes. Aqui, como sempre, o estímulo do inconsciente sobreleva e domina; é ele que dá o tom; ele é que imprime o carácter.

De duas origens essa energia elementar e decisiva irrompe e se afirma no conflito de ideias e sentimentos provocado pela

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

grande catástrofe de Cuba. É-se pela Espanha monárquica e católica por isso que nunca até hoje o português, como o espanhol, conseguiu libertar-se completamente dos preconceitos e absurdos depositados no espírito das gerações durante séculos de constante envenenamento pelos efeitos duma instrução insuficiente e duma educação pervertida.

Durante a normalidade todos têm uma certa gala em timbrar de opiniões avançadas, exagerando frequentemente a simplicidade dos lemas democráticos e expressando em frase túrgida o simples e comum doutrinarismo. Mas isto é exclusivamente superficial e epidérmico; no fundo, arreigadas, resistentes e incorrigíveis, vivem e palpitam as opiniões obsoletas e as tendências anacrónicas. De modo que, logo que uma crise a sério se determine, reivindicando-se do velho mundo, reaparece o velho homem.

Na sua primorosa conferência sobre as *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, realizada na sala do Casino Lisbonense na noite de 27 de Maio de 1871, já Antero de Quental tivera a coragem de consignar esta verdade desagradável. Ao público culto que o escutava ele disse:

> «Há em todos nós, por mais modernos que queiramos ser, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um fanático ou um jesuíta.»

O inconsciente terror de que o velho mundo entre, proximamente, em desagregação, e não já pelo que toca ao corpo regular de suas instituições políticas e sociais, mas ainda pelo que, mais intimamente, se refere a toda a vida moral duma sociedade, nos seus hábitos, costumes e tradições — eis aí o motivo, confesso ou oculto, das indecisões de uns e das contradições de outros.

A outra origem, porém, aludimos nós ainda, quando nos demos ao ensaio deste estudo. Afinal é o duplo aspeto duma mesma questão. Prevendo a derrota das armas espanholas, em Portugal acredita-se que uma consequência política será inevitável. Esta é a subsequente proclamação da república na Espanha. E logo se vê como corolário indefetível dessa ocorrência o estabelecimento da república também em Portugal.

Ora, aqui é que está a dificuldade. Eis o ponto terminal onde, aliás, se hesita.

Começam os sustos e as evasivas.

Porquê?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Porque a opinião em Portugal não seja republicana? Ao contrário, não há exemplo na história das democracias latinas dum partido republicano que tão rapidamente se formasse, conglomerasse, disciplinasse como o partido republicano português.

Por circunstâncias históricas que todos nós, infelizmente, conhecemos muito bem, a urgência da eliminação da monarquia em Portugal tornou-se aqui a única verdade como o estabelecimento da república entre nós acabou por ser, como é, a única esperança.

Sem embargo, republicanos há que fazem votos pela vitória das armas espanholas, o que arredaria indefinidamente a proclamação da república em Espanha, e, portanto, o advento, sólido e seguro, da república em Portugal. Esta contradição pode até certo ponto explicar-se pelo melindroso receio de que a república em Espanha não apresente aquelas condições de estabilidade que legitimamente se pretendem e se lhe desejam. Semelhante receio é, porém, quimérico, porquanto, sendo certo que a paz desastrosa que a monarquia restaurada de Sagunto tem de vir a assinar com os Estados Unidos será o sinal para que o carlismo, impenitente e relapso, se deite a campo, consoante, de resto, o declarou, desde todo o começo D. Carlos, no seu manifesto de Génova, é evidente que a República virá a representar em Espanha as condições de tranquilidade e segurança, para todas as classes como para todos os indivíduos que se encontram em irredutível incompatibilidade com o passado clerical e aristocrático representado pelos bandos armados das Vascongadas.

Esta condição do futuro político da Espanha, deixou-a já antever em pleno parlamento, há mui breves dias, o ministro Moret, replicando aos deputados carlistas.

Se por esta razão estructiva a república é hoje em Espanha fundamentalmente nacional e cláusula imprescindível da regularidade da vida política daquele país, ela está garantida no seu funcionamento, de resto, pela lição e exemplo desta terceira república francesa que, pelo modelo de Gambetta, criou o tipo novo dos chamados republicanos de governo. Não há, portanto, razão de sobressaltos por parte e da banda da democracia portuguesa. Mas, na realidade, nem por isso esses sobressaltos, se existem, são dignos de acre censura, por isso que representam amor patriótico e revelam sisudez de reflexão.

Com efeito, mais que todas as outras, que as precederam, as sociedades modernas carecem indispensavelmente da coexistência, concorde e solidária, das duas energias que, aparentemente se

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

hostilizam. Isto é, elas carecem do progresso como derivado dinâmico da ordem, e da ordem como condição estática do progresso.

O filósofo francês Augusto Comte apresentou como fórmula sintética de todo o seu sistema social a legenda: *Ordem e progresso*, que a República do Brasil, toda inspirada nas doutrinas do positivismo de Augusto Comte, adoptou para divisa da sua bandeira.

É o caso português. Todos em Portugal querem a república, mas todos temem a desordem. Todavia, como o advento da república é decididamente incontrarrestável, a opinião terá de resignar-se a correr os perigos da desordem que teme.

Nenhuns perigos correrá, aliás, porque essa desordem não poderá produzir-se. E não poderá produzir-se precisamente pela unanimidade das aspirações de ordem existentes na sociedade em via de transformação. Assim a mudança institucional a fazer-se terá de fazer-se com uma fulminante rapidez. Os elementos perturbadores da população, aquilo que os publicistas chamam as classes malfazejas, os profissionais do crime, isto é a vadiagem e a gatunagem dos grandes centros populosos, terão de ser, pelos processos que os franceses chamam *raffles* e os portugueses *rusgas*, provisoriamente detidos nas prisões públicas, até que a normalidade perfeita se restabeleça. Numa palavra, há que dar não só a promessa como a efetiva realidade duma ordem sucedendo à revolução, a mais completa firme e duradoura. Nestas circunstâncias a nova ordem de coisas será absolutamente inatacável. A Espanha, quando a república se lhe antolhar como a condição única da ordem, consoante já se lhe prefigura o irrecusável penhor do progresso, verá, unanimemente, na república, com acerto aquilo que, erroneamente, imaginou em 1873, contra a república, na monarquia restaurada por Martinez Campos.

Os políticos conservadores de Portugal avaliam com perfeita nitidez a situação; e, se não com legitimidade, pelo menos com lógica, lançam mão de todos os meios para adiar e confundir, embaraçando os espíritos e tolhendo os critérios. São abundantes de expedientes; e sua imaginativa é fértil e engenhosa. Assim agora, a título, meramente, de curiosidade, cumpre que atentemos nas galgas que deitam a correr mundo, qual de mais esguia carreira e de pelagem mais arrevesada. Saíram-se ultimamente com a fantasmagoria visionice de maquiavélicas combinações com a Inglaterra, como se a Inglaterra necessitasse de combinações com suas senhorias para nos fazer, de quando em vez, o que ultimamente nos fez Salisbury, que deu a deixa a Caprivi, para a réplica da tomada de Kionga; como se a Inglaterra, por outro lado, não

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

fosse um país parlamentar, representativo, de caprichosa oposição sempre visando os atos temerários dos governos como mais temerário não poderá ser o odioso afã que ao gabinete britânico atribuiu a imposturice indígena!

O intento é manifesto mas os processos de que se usa para o conseguir é que são, em seu pretenso maquiavelismo, de uma ingenuidade elementar.

Não obstante revelam a ferocidade dos propósitos e demonstram a qualidade dos sentimentos patrióticos de quem protérvias tais se atreve a congeminar.

Estes sentimentos são abjetos; uma nação que lhes tolerasse a efetividade não só estaria prestes da morte como nenhum direito teria de viver. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2495, 17 de maio de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Guerra e a República

Apesar de tudo, está toda a gente por tal forma convencida da irremissível plausibilidade do próximo advento da república na Espanha que, prematuramente, donde e onde, começam de correr boatos dando como realizado já aquilo que não passa por enquanto duma conjetura histórica.

A semana passada, esses boatos tomaram tamanha consistência e revestiram-se dum aspeto de tal veracidade que, por um instante, toda a gente julgou que, num audacioso golpe de mão, à frente da guarnição de Madrid, o enigmático personagem do general Weyler acabara por se decidir a definir-se, clara e francamente.

Dava-se a rainha-regente como em fuga já para a sua pátria austríaca, e assegurava-se que o novo regímen cairia, desde começo, nas mãos conservantistas de Emílio Castelar, associado à pérfida política de Romero Robledo, homem de trinta mil opiniões, sempre à escuta do último rumor e à espera da primeira ocasião.

Felizmente que o boato era infundado; e dizemos felizmente porque, ansiando nós pelo advento da república em Espanha, nada nos seria motivo de tão penoso desgosto como que ela fosse proclamada mal e indevidamente, isto é, inoportunamente.

Ora, o facto resulta — e bem evidente, por sinal — que a república em Espanha é por enquanto inoportuna. As coisas querem-se, mas no seu lugar e hora. E quem esperou tantos anos pode bem esperar alguns dias mais. Pois que as circunstâncias sejam de molde que a espera não possa exceder, hoje, escassas semanas.

Se, porém, um arrebatamento, que seria altamente lastimável, forçasse a situação e precipitasse os acontecimentos, péssima coisa

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

essa seria. Porque, antes de concluído o episódio militar que ora se litiga, a república em Espanha não tem legítima função.

Que viria ela, com efeito, aí fazer?

Fazer a guerra?

Mas a paz, depois do insucesso, vivamente pelejada como esta de agora, não pode deixar de incluir graves prejuízos materiais. E não é justo que a república, que nenhuma culpa tem nos desatinos da monarquia, terminasse por aceitar o endosse das consequências das responsabilidades desta. Não é justo que, tendo a monarquia provocado a derrota, a capitulação fosse assinada pela república.

A batalha de Sedan foi perdida por um imperador, Napoleão III, e por um marechal do império Mac-Mahon; quem passou pelo desaire de render as armas foi o general republicano, que nenhumas culpas tinha no absurdo anterior da interessada marcha, Wimpfen. Mas o sacrifício que este fez, no desesperado lance, a congénere não está obrigado um partido inteiro, que necessita, por patriotismo, de conservar indemne, aliás, o seu prestígio, que todo será pouco para a obra imensa da futura reabilitação e reconstituição da pátria.

O exemplo da terceira república francesa não pode ser alegado; pois que as circunstâncias são diferentes, e, assim, o símile não colhe. Em 1870, a França republicana houve de prosseguir na guerra porque, depois do 4 de setembro, data da proclamação da república, o povo francês defrontou com a felonia do rei da Prússia, Guilherme. Sem embargo das afirmações da sua proclamação ao tomar o comando dos exércitos, o rei da Prússia prosseguiu na campanha, apesar de extinto o império francês que o reptara. Na entrevista de Ferrières, o conde de Bismarck pôs o ministro republicano Jules Favre as cláusulas terminantes duma intransigência feroz. Enquanto que, no caso presente, toda a tradição da democracia Espanhola, pelo tocante a Cuba, está em conflito e em contraste com os procedimentos intolerantes da dinastia bourbónica, os quais, não obstante a prudência de retiradas advertências, conduziram ao desfecho da catástrofe atual.

Para demonstrar o asserto expendido, basta lembrar, ainda uma vez, o famoso discurso de Salmeron, propondo a autonomia, quando ela era provável e não quando já se houvesse tornado impossível, consoante ocorreu ao serôdio projeto de Moret. Basta lembrar a doutrina, rigorosa no excesso lógico, de Pi y Margall, que, desenrolando um plano conjunto de independentismo de localidades e regiões, elaborou o tratado célebre de *Las Nacionalidades*,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

e se constituiu em chefe incontradito de todo um vasto e popular partido, o partido republicano federal espanhol. Basta lembrar os esforços, indefesos e vitoriosos, de D. Rafael Maria de Labra pela liberdade de Porto Rico.

Nestes termos, consoante o frisamos, a situação moral é diversa. Ela se acentuará assim perante todas as consciências quando, angustiosa, a hora terrível chegar. Mais tarde ou mais cedo, tem de surgir, pois que tal é a miséria da condição humana que nem mesmo os mais nobres, os mais altos, os mais magnânimos e desinteressados ímpetos da alma, individual ou coletiva, das pessoas ou das nações, pode deter a fatalidade, dura, áspera, severa, irrefutável, da simples lógica histórica. Nada. Nem o heroísmo, como o dos soldados espanhóis, que continuam a ser dos primeiros do mundo. Nem a abnegação, como a do povo espanhol, que continua a ser dedicado, leal e obediente. Nada.

As mesmas vitórias parciais, intercalares e episódicas, bem no fundo, claramente consideradas, são desastres. E são desastres por duas ordens de razões concomitantes. São desastres porque arrastam e prolongam uma situação insofrível. São desastres porque acirram a fúria do vencedor e o tornam rancoroso, vingativo e implacável.

Nas coletâneas de pensamento célebres que, pondo a moral em ação, nos nossos tempos arcaicos, se mandava ler aos colegiais, nas escolas, recorda-nos o caso daquele rei do Epiro, que Pirro se chamava, o qual, guerreiro doute, após um sangrento triunfo, exclamara para o seu estado-maior: «Outra vitória como esta e estou perdido».

Perdida não está a Espanha com quaisquer parcelares triunfos que precedam um desfecho previsto e inevitável. Mas, prejudicada talvez se encontre, como se encontrou, por idêntico motivo, a França, quando da também calamitosa campanha contra a Prússia.

Houve um momento, curto mas fulgurante, em que o destino pareceu ceder e a sorte fingiu reconsiderar. Garibaldi proibia aos generais alemães que o derrotassem; Chanzy e Faidherbe recuperavam o lustre das armas francesas; Bourbaki lograva manter ilesas suas posições. Mas houve mais. De repente, o general d´Aurelles de Paladines avança num arranque doido. Por um instante a *fúria* francesa volve a ser irresistível; e a artilharia bávara, num súbito pânico, deita a fugir diante das famosas cargas de baioneta em que, por momento, reaparece a antiga infantaria francesa. O general von der Thann abala, em plena derrota; a bela cidade de Orleães é reconquistada aos alemães.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Para quê — tudo?

Na verdade, para a suprema vantagem das nações para o seu crédito moral; para o respeito imposto ao seu inimigo; para a conquista de que, sinteticamente, se chama a «honra da bandeira».

A honra da bandeira, salvaram-na já os soldados e marinheiros espanhóis; como a salvaram então os voluntários do Loire.

Porém, outra obra resta a fazer ainda. Obra imensa, esmagadora. Como dissemos, a da reabilitação e reconstituição da pátria.

Ainda uma vez, o exemplo da França, em casos consentâneos, se demonstra claro e decisivo.

Em 1870 a França encontrou-se, como a Espanha de 1898, no mais profundo do abismo.

Ela se ergueu, prosseguiu, dominou. Por inteiro, recuperou a perdida hegemonia, não já na nossa raça latina, mas ainda no concerto das nações.

Como?

Com quê?

Com a República.

Eis aqui o elixir de longa-vida.*

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2498, 20 de maio de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Depois da Festarola

Terminaram as festividades públicas, efetuadas em Lisboa, não por motivo mas a pretexto da comemoração do quadricentenário da descoberta do caminho marítimo para as Índias Orientais.

À capital do país se reduziu e limitou a solenidade; no restante Portugal, Vasco da Gama continuou a ser uma quimera tão desconhecida que nem sequer chegou a entrar no discurso, como elemento verbal, à laia, mais afortunada, de Camões, que para o nosso povo é um adjetivo; significa aquela pessoa que não tem um olho.

A comemoração que terminou não teve a menor significação moral, porque nela não participou o espírito moderno, no pleno lealismo de sua íntegra sinceridade. Foi um artifício retórico, uma pedanteria de sábios de quarta classe, um snobismo de mistificadores, políticos ou literários, desesperadamente ávidos de notoriedade.

Na vasta aparência desse regozijo coletivo, que, por de empréstimo, não atingiu a dignidade duma festa nacional e não excedeu, consequentemente, as fronteiras duma trivial festarola, — uma só afirmação consentânea com a cultura atual e as aspirações hodiernas do país se produziu, aliás com nítido relevo. Essa foi a única nota sincera através do moroso desenrolar da comemoração referida. E essa nota, única sincera, foi uma nota de indignação e de protesto. Assim falando, temos presentes as palavras proferidas pelos representantes das academias de Lisboa e Porto a dentro do panteão dos Jerónimos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Essas palavras comentam o pardo, frio carácter da manifestação promovida pelos representantes da mediocridade culta das classes conservantistas. E por tudo se apura que, definitivamente, a vida e a alma se retiraram de onde quer que, consciente ou inconscientemente, o espírito da democracia não lateje e palpite.

Uma cisão moral, irremediável e profunda, se operou que aparta inteiramente das simpatias e dos anelos cívicos aquelas classes, corporações ou individualidades que se caracterizam pelo esforço persistente ou intermitente, em manter o *statu-quo* institucional.

Vê-se que nenhuma ação moral as chamadas classes conservadoras exercem sobre a consciência pública, pois que nem sequer conseguem interessá-la quando usurpam a representação das glórias tradicionais. Podem organizar espaventosas *kermesses*; despender punhados de libras; convidar a uma farândola bizarra marinheiros ingleses ou mandarins da China. A multidão vai, por mera curiosidade; assiste, desdenhosa; e regressa, repesa. Instintivamente, ela compreendeu que nenhuma solidariedade, pura e alta, a vincula a toda uma estirpe de farsistas que exploram pelo imposto, a lisonjeiam pela solicitação do voto e a escarnecem nos conventículos privados. Por tal forma se determinou a incompatibilidade entre as camadas operosas e as classes dirigentes que a estas não é permitido nem mesmo significar e simbolizar a simples continuidade histórica.

Aconteceu agora, pelo seu aspeto simétrico, o que acontecera já quando da celebração do centenário de Camões. Foi, essa, uma grande e maravilhosa festa; por um instante, na caligem, se descerrou a esperança; houve um momento culminante, sublime. Foi como na Grande Federação. Todos os corações bateram a uníssono. Nem todos, pois que, iniciando a sua espantosa apostasia, o partido progressista, então no poder, timbrou, tristemente, em contrariar e tolher a manifestação. Ela impunha-se, correspondendo a uma efetiva necessidade moral.

De maneira que, longe de incomodar, a abstenção do elemento oficial facilitava, e por isso se estimava. Assim também, hoje, a aparente abstenção dos poderes públicos não pode fornecer ao empreendimento das corporações particulares aquela ativa energia que a essas corporações escasseara, mercê de sua cumplicidade, moral e mental, com esse elemento oficial que, nem por se dissimular, deixou de fazer sentir a sua presença.

Destarte, as melhores vontades abateram; tudo gorou. Como um inconsciente remorso, sentiu-se que era escandaloso, cínico,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

inacreditável que o mundo oficial que aprovou o tratado da Índia, o qual à Inglaterra, por mão de Andrade Corvo, transferiu a soberania sobre a Índia portuguesa, tivesse, a esta hora, o tapete de se inebriar de puro júbilo por que Vasco da Gama, há quatrocentos anos, negociasse em pimenta com o samorim de Calecut.

Francamente, isto pareceu troça; e o português, honra lhe seja!, não quer que o comam por tolo. Ora, arqui-tolo seria, se, piamente, acreditasse na realidade límpida de toda esta enorme comédia.

Espírito (grosso, mas espírito, no fim) teve-o o almirante da esquadrilha inglesa surta no Tejo. Na sessão solene da Sociedade de Geografia de Lisboa, este marujo, com o crasso humor da sua raça, perante o chefe do Estado português, que, ladeado de sua esposa e da sua mãe, presidia à reunião, declarou que a Inglaterra se associava jubilosamente às festas que Portugal promovia em honra da descoberta da Índia, porque, descobrindo a Índia, Portugal proporcionara à Inglaterra as opulentas colónias que primitivamente dele haviam sido.

Este patusco, nas horas vagas dos serviços de bordo, vê-se que não desaproveitou das leituras do seu Swift, do seu Thackeray, dos grandes e cruéis motejadores da sua nação. Em Lisboa, a candidez lusitana (não digamos lorpice, porque de mau género seja o uso das palavras acres), em vez de o correr, deu-lhe palmas. Toda a gente concordou em que o bretão falava que nem um livro aberto. E, como quer que a frota do seu comando não houvesse salvado a bandeira portuguesa, no começo da festarola. Consoante, aliás, o haviam feito os navios de guerra das demais nações, surtos no Tejo, vários acribas indígenas, com a especial dignidade parvoneza, deram-se pressa, nas suas folhas, de, prestimosamente, explicar que essa falta, na verdade, inexplicável e grave, fora devida a quaisquer transtornos de bordo: falta de pólvora, talvez; quem sabe lá o quê?!

Finalmente, a impostura terminou, e terminou na mais completa e absoluta indiferença. A justificar a farsa, um argumento se apresentava, e era de que, assim, se fazia irar o comércio. *Épicier* de sua função, Vasco da Gama não dedignaria este critério. Mas o que há de realmente heroico e generoso na sua empresa, concomitantemente, contra o aleive se rebelaria.

Em qualquer hipótese, o que cumpre frisar é que a alma do povo português não tem, hoje, já, nenhuma espécie de relação moral com o seu governo, nenhuma afinidade possui para com as suas classes dirigentes.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Eis a grande conquista dos sacrifícios da nossa propaganda.

Registremo-lo. Com orgulho, pelo presente; com confiança, pelo futuro. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2501, 24 de maio de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Conquista de Portugal

A conquista de Portugal pela Espanha foi, por muito tempo, o pesadelo de rancoroso receio com cuja abominável perspetiva a opinião conservadora justificava o absurdo da egoísta aliança da Inglaterra. Dizia-se que era incontestavelmente que a Grã-Bretanha nos espoliava e nos vexava; mas acrescentava-se que não poderíamos prescindir dessa humilhante tutela, sob pena de a Espanha imediatamente pôr em marcha os seus batalhões para nos submeter novamente a um jugo nefando.

É certo, todavia, que Portugal nunca esteve sob o domínio da Espanha, coisa que o orgulho castelhano esquece demasiado e que pena é que o brio português também demasiado esqueça. No, deprimente, chamado direito das monarquias, Portugal foi herdado legitimamente (legitimamente, já se vê, segundo as normas do mesmo detestável direito) por um príncipe de Castela, na falta de herdeiros diretos lusitanos. Mas, propriedade de Filipe II, Portugal nunca foi propriedade da Espanha. E, para que o representante da casa de Áustria tomasse conta do governo de Portugal, necessário foi abater a sua soberba, vergando-a até ao reconhecimento dos foros e franquia da gente portuguesa.

Com efeito, uma carta patente se expediu, datada de 12 de novembro de 1582, e nela se incluíram as mercês e privilégios que, em nome de D. Filipe, tinham afiançado antes o duque de Ossuna, D. Cristóvão de Moura, Molina e Rodrigo Vasques de Arze.

Essas graças haviam-se publicado perante as cortes de Tomar, assinadas pelo monarca e comunicadas aos três estados pelo secretário, Miguel de Moura. Os capítulos decretados eram em número

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de vinte e cinco. Logo o primeiro preceituava que el-rei solenemente juraria guardar os foros, liberdades, privilégios, usos e costumes do reino. Estabelecia-se que não celebraria cortes senão em terras de Portugal nem poderia legislar coisa alguma acerca destes reinos e seus senhorios nos estados convocados fora desses. Que, tendo de nomear vice-rei ou governadores ou outras quaisquer autoridades supremas, não escolheria senão portugueses. Que todos os empregos de justiça, fazenda e governação seriam providos em portugueses, excluídos os estrangeiros. Que em Portugal continuariam todos os ofícios e empregos civis e militares, pequenos ou grandes, sendo nomeados para eles somente os portugueses, ficando entendido que quaisquer cargos, assim de mar como de terra, que para o diante se criassem, só poderiam ser preenchidos por portugueses, devendo ser portugueses também os presídios e guarnições das praças e fortalezas. Mais ficou determinado que o ouro ou a prata cunhada em moeda no reino e seus senhorios, que seria toda a que entrasse nele, fosse lavrada com os cunhos e armas de Portugal, sem outra mistura.

Muitas mais, por igual, expressivas cláusulas ficaram categoricamente delineadas para que confusão se não pudesse estabelecer e portugueses e espanhóis ficassem cientes e persuadidos de que nem portugueses mandariam em Espanha nem espanhóis mandariam em Portugal. Portugal e Espanha constituiriam dois reinos bem distintos e bem separados, com suas leis próprias, com sua administração especial, não tendo de comum um com o outro senão a pessoa do rei, que seria o mesmo para os dois estados.

Organizou-se então esse sistema híbrido do dualismo político, que, então como hoje, não tem senão promovido inquietações e fomentado deslastres.

O *modus vivendi* de Portugal com a Espanha, desde 1580 até 1640, é qualquer coisa de parecido com o atual *modus vivendi* entre a Suécia e a Noruega, entre a Áustria e a Hungria.

O que com isto pretendemos deixar fixado é que a Espanha nunca fez a conquista de Portugal. Seria ridículo capitular de vitória a sarrafusca da ponte de Alcântara, quando o prior do Crato, afora a ralé de Lisboa, mulatos e presos soltos, se encontrava abandonada da grande massa da nação, clero, nobreza e povo, inclusive prestando homenagem, como a seu príncipe legítimo, a Filipe de Castela, a própria casa de Bragança, que formulara pretensões de direito ao trono, vago pela morte, sem descendentes diretos, do último monarca de nascença portuguesa.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A conquista, real e verdadeira, de Portugal, a Espanha a tentara após o óbito do quimérico D. Fernando; mas então, como já antes e ainda depois, pareceu provar-se que, no todo ou largamente, portugueses não poderiam conquistar amplo trato de terra espanhola, como espanhóis, outrossim, não poderiam conquistar amplo trato de terra portuguesa. D'ess'arte, em Aljubarrota o condestável demonstrou a intuição moderna do seu génio militar, pelo reconhecimento estratégico do valor da unidade tática da infantaria; e na batalha de Toro, D. Afonso V, houve de abandonar o campo a seu filho, deixando-lhe o primor duma estéril glória primaveril.

Não conquistado Portugal pela Espanha, à força de armas, também a Espanha nunca conseguiu conquistar Portugal pelos enredos diplomáticos da política, ainda a mais ardilosa e subtil.

Depois de aceites e jurados os capítulos já referidos, das cortes de Tomar, a ambição da corte de Madrid procurou corromper a situação e subornar os acontecimentos. Baseou-se no alvoroto de Évora, e do Manuelinho maluco fez seu cavalo-de-batalha.

Longe se estava do ciclo heroico dominado pela grande figura do condestável. Seu prestígio prolongou-se mesmo até aos nossos dias. Em toda a Castela, hoje ainda, quando as mães se vêm importunadas pelas choradeiras de sua prole, ameaçam-nas com o Papão português. Dizem-lhe: — *Calla, que viene Don Nuño.*

Mas então o povo, em Évora, de todos se encontrou abandonado e ninguém, ao tempo, pensou em considerar essas alterações como fausto e elegante prelúdio da redenção lusitana. Em sua epanáfora política, D. Francisco Manuel de Melo assegura que «affirmam muitos dos diligentes investigadores das cousas futuras, que se acham preditas de longos tempos, no oráculo da Sibilla; e que os astrólogos haviam prognosticado este notável e mysterioso movimento: trazendo a esse fim versos e vaticínios».

Porém, à data, os entendidos no futuro tais conjeturas é que não faziam; e o conde-duque de Olivares pressuroso se aproveitou do ensejo, para, sucessivamente, coartar as liberdades da real autonomia portuguesa, reduzindo Portugal às condições duma província, conquistada, da Espanha. Não o consentiu Portugal, e ergueu o grito da revolta.

O carácter romanesco da conjura dos quarenta fidalgos que no 1.º de Dezembro de 1640 disseram insolências à duquesa de Mântua e, para a sanha da turba feroz da época, por uma janela do paço arremessaram o corpo furado de Miguel de Vasconcelos — não deixa ver a prodigiosa continuidade de esforço que foi preciso iniciar e manter durante a longa guerra, da aclamação chamada. Durou

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ela todo o reinado de D. João IV; e cobriu de glória o conde de Castelo Melhor, quando administrou, só, o país durante o pseudo--governo de Afonso VI. Em tempos do regente infante D. Pedro é que se negociam as pazes com a Espanha, pelos ministros de Inglaterra, concluindo-se por meio do conde de Sandwich.

A longa campanha, de vinte e oito anos, demonstrou, na sua flutuação episódica, as condições especialíssimas de resistência que Portugal pode oferecer em uma luta, basta que seja conduzida com medíocre talento. Triunfar de Portugal combatendo com decisão e unidade, eis aí uma bem difícil, temerária e perigosa tarefa. A guerra de então provou cabalmente o asserto expendido. E alguns dos seus episódios revestiram aspetos de singular beleza épica, como quando o conde de Schomberg, na batalha de Montes Claros, disse, ao que nos refere d'Ablancourt, para o marquês de Noirmontier, que ela mostrava exatamente a fisionomia daquelas antigas pelejas onde se julga que o capricho dos pintores tem uma parte excessiva.

Esse vasto e moroso combate, entre portugueses e espanhóis, impressionou, de todo o tempo, os escritores militares. E serviu--lhes como que de arquivo de exemplos e lições.

De modo que, quando o ódio contra a Inglaterra, nutrido pelo seu mais formidável inimigo, isto é por Napoleão Bonaparte, veio a transportar para Portugal a base das operações da briga, e da terra lusitana fez a plataforma do insigne duelo, um homem competentíssimo tratou de, julgando-o eminentemente oportuno, industriar os seus amigos ingleses acerca das vitórias pelos portugueses ganhas nessas eras transatas. Foi um francês traidor, grande cabo-de-guerra, o general Dumouriez. Em 1807, em Londres, ele, reportando-se ao alemão Haguer, publicou as *Campanhas do marechal de Schomberg em Portugal.*

Suas previsões se confirmaram, e cruelmente à sua custa aprenderam aqui os franceses invasores.

Todas as conclusões extraídas da lição dos factos antecedentes encontraram uma nova e idónea confirmação.

Com as tropas do imperador veio um dos mais ilustrados talentos e um dos mais nobres caracteres do grande exército, ao diante glória radiantíssima da tribuna liberal gaulesa. Era o general Foy, o qual, em 1827, publicou em Paris os quatro proveitosos volumes da sua *Histoire de la guerre de la peninsule sous Napoleon.*

Aí, recapitulando os sucessos, ele estabelece a conclusão de que, convenientemente dirigido, Portugal é absolutamente invencível,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

desde que, abandonando quaisquer veleidades agressivas, se mantenha firmemente dentro dos limites duma guerra defensiva.

Cônscio destas verdades, cujo explicado desenvolvimento nos pareceu decisivo e irrefragável, não nos afligem as ameaças com que, donde a onde, nos brinda o absurdo rancor da opinião conservantista ou reacionária da Espanha oficial ou oficiosa.

Registramos há tempos os desacertos do *Heraldo de Madrid*, aventando a ideia dum passeio militar até Lisboa, pelo mesmo simples e curial motivo por que hoje consignamos desacertos congéneres da *Época*, também de Madrid.

A *Época* é um «grande-formato»; tem todas as abusões, ódios solapados e incorrigíveis ciúmes das classes reacionárias; foi o órgão preferido do pensamento de Canovas del Castillo, de Canovas del Castillo que, com respeito a Portugal, chegou a anunciar, num folheto psiquiátrico, a próxima sua absorção pela Espanha, pois que estavam chegados os tempos anunciados por várias profecias, que ele, Canovas, Bandarra menos sincero, se deu, consequentemente, ao trabalho de interpretar.

A *Época*, hoje, publica a opinião dum seu correspondente, o qual aconselha à Espanha, para compensação das suas presumíveis perdas coloniais, a conquista de Portugal. E a *Época*, a esse conselho fantasmagórico, faz o seguinte comentário, simultaneamente ingénuo e cínico: «O peixe grande devora o pequeno. Cumpre ser forte. Parece feio que uma nação despeje outra do que a ess´outra pertença; porém, nada terá a temer se souber esbulhar... com arte».

Quando fazemos esta transcrição, no propósito nos move o frisar, ainda uma vez, o feitio de rude desrespeito pela moral política e pela justiça internacional que caracteriza estes homens do passado, os quais, infelizmente ainda, dominam e prevalecem no governo das nações e na falsificada orientação da opinião pública. São os grandes opressores e os grandes corruptores. Os que tiranizam e os que mentem. Os que impõem pela força e silêncio aos adversários, e pelo sofisma captam a aquiescência da inconsciente ignorância coletiva.

Na primeira linha por toda a parte onde domina o antigo espírito, eles são na Espanha os que, havendo-se nos tratados de 1815 estabelecido a restituição de Olivença (praça de armas notável, a 6 léguas ao sul de Badajoz, com passante de 10 000 habitantes) a Portugal, a quem pertence sempre, — até hoje sempre têm impedido que tal restituição se efetuasse, apesar das repetidas reclamações por parte do governo português. Pelos seus erros e, mesmo, pelos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

seus crimes, a política destes homens lançou a Espanha no absurdo da situação presente; eles sentem que a justa cólera do povo espanhol, que é valoroso e brioso, inteligente e honrado, prestes os punirá. E buscam fugir à irremissibilidade duma situação que, aliás, eles mesmos foram os próprios a criar — pela vilta de expedientes arteiros ou, até, de grosseiríssimas evasivas.

Esta, eis uma delas: a conquista de Portugal.

O povo espanhol não é responsável por semelhante desconcertos da imprensa madrilena, que, sem embargo, se preza de circunspecta e séria.

O povo espanhol pensa tanto na conquista de Portugal como na da China. Ele consideraria monstruoso qualquer projeto de que portugueses e espanhóis viessem às mãos, em carnificinas estúpidas e ímpias, por que fratricidas fossem.

O povo espanhol não quer a guerra com Portugal; e se, nos conselhos da coroa, houvesse em Madrid um ministro tão doido ou tão perverso que propusesse a conquista de Portugal, esse estadista seria imediatamente precipitado do poder pela indignação e pelo desprezo, que acolheriam sua descerebrada iniciativa.

Mas nem por isto o procedimento recente da *Época* dispensava comentários. À laia dos que estamos fazendo, de nossa banda, aqui.

Carecem eles, mesmo, de ser completados por outra ordem de considerações, de resto, urgentes. Preliminarmente, a dispor seu lance, é que estas registramos. Elas, em si, constituirão a matéria de outro artigo. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2508, 1 de junho de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

No artigo anterior frisamos que era nosso parecer que na Espanha ninguém do povo pensava na eventualidade duma guerra de conquista para a anexação de Portugal.

Hoje concluímos o nosso pensamento estabelecendo que, ou muito nos enganamos, ou em Espanha ninguém, mesmo das classes conservadoras, a sério pensa em semelhante coisa.

Todavia, pelos seus jornalistas e pelos seus tribunos, a opinião conservantista espanhola empenha-se em fazer prevalecer perante o povo espanhol a hipótese duma próxima absorção de Portugal pela Espanha. Isto como compensação das perdas coloniais que na América e, pelo que toca ao arquipélago da Malásia, no mar da China, a mesma opinião conservadora vai desde já preparando a consciência pública para que as aceite com resignação. Com resignação e com esperança na, compensadora, conquista de Portugal.

No entanto, ainda uma vez os políticos conservadores espanhóis enganam e burlam conscientemente o povo espanhol. Enganam-no e burlam-no, porque eles bem sabem que a conquista de Portugal pela Espanha é uma coisa quase inteiramente impossível; mas convém embalar com quimeras, provisoriamente, até novo desengano, todo um povo espoliado e escarnecido, tiranizado e opresso.

Assim, acenam-lhe com a conquista de Portugal, enganando-o mas enganando-se, pois que supõem que o povo que mistificam essa conquista deseja.

É certo que duas são as grandes aspirações políticas da coletividade nacional espanhola. Uma é a aproximação de Portugal; outra

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

é a posse de Marrocos. Mas, para com Portugal, os espanhóis não pensam em violências e tomadias; suspiram por que os laços morais de uma simpatia recíproca, leal e consciente, espontaneamente se apertem, afetiva e efetivamente, incoercível e indissoluvelmente.

Suponhamos, porém, por um instante, que somos nós que nos enganamos e que, em Espanha, povo e exército, governantes e governados, por igual, a sério pensem, em revindicta duma vitória dos Estados Unidos, numa derrota de Portugal.

Desde que o exército português saiba cumprir mediocremente o seu dever, sustendo o primeiro embate, pela destruição das linhas férreas e defesa das estradas, dando tempo à rápida aglomeração das massas populares que acorram à resistência, não pode o empreendimento ser tão fácil como o exército invasor como se julgava, sobretudo considerando que a esse exército não o impulsiona o prestígio de glórias militares anteriores e próximas.

É verdade que as condições topográficas e as de armamento, de municiamento, mudaram, de lés a lés, após a redação das obras dos generais Dumouriez e Foy a que, no anterior artigo, nos reportamos; mas é verdade também que expedientes novos surgiram na arte da guerra, aceites pelo direito internacional, e que, como os explosivos formidolosos em uso nos exércitos modernos, de algum modo restabelecem a normalidade das condições de combate para o numericamente mais fraco.

Depois, há a considerar o abatimento económico do nosso vinho, o qual, nesta infesta campanha de Cuba, tem consumido os últimos ceitis, havendo levado, logo desde todo o começo, gastos, até julho de 1896, nada menos de 54 milhões de duros, ou sejam 48 mil e seiscentos contos da nossa moeda, além do orçamento ordinário da ilha. Isto no princípio; para, no fim, se haver com os pavorosos encargos da indemnização de guerra, presumível.

A iniciativa, pois da conquista de Portugal pela Espanha, a tomar-se, resultaria uma rematada loucura; ela concluiria a catástrofe e seria o ponto terminal da ruína.

Depois, dado mesmo que a Espanha conquistasse Portugal, o que é que a Espanha lucraria com isso?

O Portugal continental seria absurdo que a Espanha o quisesse, para recompor suas finanças exaustas, pois que o Portugal continental não abasta para ele mesmo; como é que ainda chegaria para os de fora?

O Portugal continental liquida o seu orçamento de Estado e a sua balança comercial, igualmente, com *deficit*. Para que serviria ele, pois, à Espanha?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas há as colónias, talvez se objecte.

Francamente, dado que tamanho escândalo europeu, como o da conquista de Portugal pela Espanha, hoje em dia, houvesse de vir a realizar-se, na plenitude do seu absurdo histórico, — cuida-se, na verdade, que as nações interessadas na regularização da nossa dívida exterior, a França, a Inglaterra, a Alemanha, deixariam ir parar às mãos da Espanha as nossas colónias, que de garantia e penhor lhes serviriam, aliás? Cuida-se que elas permitiriam um endosse de responsabilidades, ainda que pela Espanha assumidas, quando ninguém ignora que, como Portugal, a Espanha não tem crédito internacional, a pontos de ter de se coagir a dar de hipoteca os seus caminhos-de-ferro agora, afim de que malbarate dinheiro do negregado empréstimo nas fúrias duma guerra insensata e cruel, irremissivelmente perdida a partir do primeiro tiro?

Portanto, nem militarmente a Espanha poderia desbaratar Portugal com a fulminante presteza necessária e urgente; nem economicamente Portugal lhe serve para nada. A aquisição de Portugal pela Espanha, hoje em dia, importava a maior inépcia que um estadista desmiolado poderia conceber. O Portugal de 1898 não é o Portugal de 1498. Então Portugal estava opulentíssimo; hoje está arruinado. Portugal então era uma mina; hoje é uma espiga.

O publicista madrileno, que é um insigne filósofo político, o snr. Pi y Margall viu com penetrante nitidez a verdade da situação, quando foi da patacoada patrioteira do nosso parlamento, após o inofensivo e inoportuno banquete de Badajoz.

Ele foi mais longe. Ele disse que à Espanha não convinha que Portugal fizesse parte da federação republicana espanhola, caso esta viesse a efetuar-se. Se então Portugal quisesse pertencer, como Estado independente, à união federal da república espanhola, a Espanha não deveria consentir nisso; antes deveria rejeitar a entrada desse novo Estado autónomo no concerto dos Estados autónomos ligados pela força do pacto sinalagmático.

E porque ?

Porque Portugal, por mor das suas possessões em África, está em conflito constante, latente ou manifesto, com a Inglaterra. A entrada de Portugal para a federação espanhola implicaria, para esta, a solidariedade com Portugal nos sucessivos episódios fatais deste conflito, que, lenta mas seguramente, se desenrola. Ora, isto é evidente que representa um grave perigo, transtorno e prejuízo para a Espanha: envolvendo-a em contendas com uma potência tão incontrstável como, porventura, a Inglaterra seja.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Em conclusão, Pi y Margall não o assevera às claras; mas deixa entrever que a condição, *sine qua non*, para que ele permitisse que Portugal se associasse à Espanha, em república federal, seria o prévio abandono, por parte de Portugal, das suas colónias de África.

A desastrada situação reproduz-se flagrantemente para a Espanha monárquica. A Espanha monárquica, conquistando Portugal: ou teria de abandonar as colónias lusitanas às nações competidoras (França, Alemanha e Inglaterra); ou haveria de fazer a guerra à França, à Alemanha e à Inglaterra. É isto possível!?

Portanto, a Espanha só pode conquistar Portugal-limpo e seco, Portugal nu e cru, isto é o Portugal do continente, sem cinco reis para mandar tocar a um cego os júbilos da união.

Portanto, ainda — e esta é a última palavra —, a Espanha não pode jamais conquistar Portugal. Não pode, porque não pode. E não pode, porque não lhe convém.

Por mais vaidosos que sejamos, não o devemos ser a pontos de dar mostras de toleima, fazendo dos outros mais tolos do que humanamente é lícito deles conjeturar.

Assim, os estadistas espanhóis, ao par da situação, não fazem, quando, por intermédio de sua imprensa, discorrem acerca da eventual conquista de Portugal pela força de armas do exército castelhano — não fazem mais do que esta simples coisa: intrujam. Intrujam, para ganhar tempo. Para deitar bálsamo nas feridas. Para despertar esperanças em corações aflitos. Intrujam, sobretudo, para esquivar a resolução colectiva que os sobressalta: isto é, a proclamação da república em Espanha. Estão, para com o povo espanhol, como um aio para com uma criança que lhe pede um brinquedo caro.

— Isso não presta, meu menino. Toma lá antes este quebra-noz. Que isto é que sim. Queria um relógio, o songuinha? Pois espera. Vai-te contentando com este berimbau, que é gaita.

Desejava a República, a Espanha?! Ora não foste... Vá sonhando com a conquista de Portugal. Que ficará para as calendas gregas. Pois que com papas e bolos se enganam os tolos; e às crianças até a lua se prometa.

Não é recente este injurioso conceito que os políticos conservantistas formem das nações, às quais reputam e qualificam como se crianças fossem; mas não é também próprio dos nossos dias o corretivo solene que, por vezes, os povos, fartos e indignados, infligem a esses eternos contemptores dos grandes e puros interesses coletivos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Destarte parece que se desenha a fisionomia do atual momento político na Espanha; e o efeito, imenso, produzido pelo anódino artigo de Castelar confirma e corrobora plenamente o asserto expendido.

Chegou Castelar àquela fase da existência em que os estímulos românticos, dum idealismo desinteressado, não prevalecem e sobrepujam. Ao contrário, o orador tem demonstrado um tino prático, que o tornou até, frequentemente, pouco simpático, pela frieza dos seus cálculos, pelo carácter estritamente lógico que há em todos os seus procedimentos.

E, pois, Castelar se abalança a jogar uma cartada que, dum momento para o outro, lhe destrói uma posição, fofa, aconchegada, tranquila e fácil — é presumível que seja por que antolhe no horizonte complicações que escapam à perspetiva. Mais rudimentar, dos seus antagonistas. Ambicioso, é natural que Castelar prepare, de antedata, as circunstâncias que lhe facultem o posto mais alto, primacial. É crível que ele queira ser o ditador e o chefe, tentando com êxito com Weyler o que tentou com insucesso com Pavia.

Em qualquer hipótese, porém, o que, a nosso parecer, se afigura incontestável é que a atoarda da conquista de Portugal pela Espanha não passa duma mistificação, adrede forjada para, em pura perda, entreter os espíritos e desviar da República os olhos. No comenos, conclui-se a paz; a ordem estabelecida não sofre transtornos... e, quanto à conquista de Portugal, ficará reservada para segundas-leituras.

O importante consegiu-se. A República não se fez.

Urge, pois, que a perspicácia espanhola não caia no grosseiro logro. Como se bom senso português cumpre que nesta burla, como em outra afim, se não deixe embaraçar.

Explicar-nos-emos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2514, 8 de junho de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Carlismo

Interrompidas foram nesta folha, por já longo espaço, mercê de nervoso incómodo, nossas considerações concernentes às habilidades sofísticas com que a política conservadora pretende esquivar a irremissibilidade duma lógica que, aliás, se impõe. E vem agora perturbar ainda que a ordem natural das reflexões que haveria para expor, a mais, uma atoarda última, em que se encanzina a perfídia malevolência dos diversos matizes dos nossos bons reacionários.

Referimo-nos ao teimoso zelo com que, na imprensa do país, afeta às instituições vigentes, ainda, nestes últimos tempos, sendo apontado, como a solução provável da crise política espanhola, o advento do carlismo em Espanha.

Tal é o rancor que esta gente vota ao desfecho dessa crise num sentido republicano que semelhante imprensa mal disfarça o seu júbilo por que a venha a sentar-se no trono de Madrid esse abominável caudilho, cheio de vícios e de crimes, que se intitula Carlos VII. Não caluniamos, nem inventamos. Reportamo-nos aos informes de autorizados escritores políticos espanhóis e constatamos, de par e passo, que em tal e tanta maneira se degradou o liberalismo constitucional que, em horror à pura democracia, ele não tem pejo de publicamente manifestar as suas preferências por um homem que, como símbolo político, representa a tradição teocrática, no que ela tem de mais inumano e odioso, e que, individualmente, se assinalou, na última guerra, pela crápula ostentada cinicamente na chamada corte de Estella e pela ferocidade dum bandoleirismo que causou assombro a todo o mundo civilizado. Esqueceu essa

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

imprensa já, ou não quer lembrar-se ainda, de quando D. Carlos e seu irmão davam mostras de ser os dignos príncipes para chefes militares tais como um Dorregaray, um Tristany, um Saballs. Estes, na terra basca, atacavam os comboios e as diligências e punham a resgate a simples clientela dos caminhos-de-ferro. Houveram os viajores de ser escoltados por forças regulares, tal qual como, para os proteger dos latrocínios dos Peles-vermelhas, as tropas dos Estados Unidos têm de acompanhar os passageiros que atravessam o deserto no trem que vai a S. Francisco da Califórnia.

Nesse tempo, uma fúria atávica reacendia-se nas próprias almas que se devia supor agora resignadas, tranquilas; vários curas e abades abandonavam suas residências, deitando-se a monte, a roubar e matar logo.

Esses atingiam o suprassumo da crueldade; o nome dum deles ficou célebre em todo o orbe, perturbando e apavorando as enfermas imaginações. Foi o famoso cura Santa-Cruz, que a Europa não quis supor como delituoso político, antes pretendeu extraditar consoante mero criminoso de direito comum. Chamava-se-lhe o *Padre Maldito;* criou uma lenda atroz; como sempre, a literatura tomou-o da viva tradição popular e, dispondo-lhe as façanhas, organizou-o em drama e em romance. Nas nossas letras, há, sobre o tema, uma novela do snr. Silva Pinto.

Mas nem sequer as mulheres escaparam ao estímulo do doido frenesi; perdendo as qualidades brandas do sexo, acompanharam os homens, amazonas do massacre, em uma cavalgada fantomática de valquírias católicas.

A dois troços de soldadesca, então, capitaneava-os, respetivamente, duas princesas. Uma delas era, até, portuguesa, filha de D. Miguel de Bragança. As proezas destas damas causaram espanto. O poeta Guilherme de Azevedo vibrou-lhes uma sátira indignada, da qual só o título basta para definir-lhe o espírito; intitula-se: *As duas flores de sangue.* Lamentamos não possuir à mão a revista literária, de Lisboa, onde a composição saiu publicada, pois lhe transcreveríamos alguns versos característicos.

Talvez a oficiosa imprensa que vem insinuando a possibilidade do carlismo em Espanha nos objete que não é já hoje D. Carlos o representante do absolutismo tradicional, porém sim uma maneira específica do monarquismo constitucionalista.

Mas há que observar que, propositadamente, semelhante jornalismo procura esquecer a intransigência das velhas pretensões partidárias do carlismo extreme. Se D. Carlos se fizesse rei constitucional a valer, teria logo contra ele os antigos carlistas.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Esmagá-lo-ia toda a sanha ultramontana da clericalha jesuítica que lhe forma o estado-maior e constitui sua direção espiritual. Essa gente inventaria um novo pretendente, e não falta, na esterilidade prolífica das casas realengas, não falta qualquer principículo para representar o cobiçoso papel. O respeito pela legitimidade é, aliás, muito pequena entre os legitimistas. A bem dizer, o mesmo duque de Madrid demonstra o asserto, pois que as suas pretensões, em definitiva, não têm outro fundamento senão um duplo perjúrio, o do seu antepassado Filipe V e o do seu pai, D. João.

A lei sálica fora, de resto, uma superfetação francesa, inteiramente em contrário do espírito e da letra do direito constitucional espanhol; irrisório era, na verdade, excluir Isabel II dum solo que ocupara Isabel a *Católica.*

Assim, pois, aconteceria hoje, a D. Carlos, em Espanha, o que, ao tempo, em Portugal ia acontecendo a D. Miguel. Bateu um momento em que os mais crassos absolutistas duvidaram da lealdade com que o rei legítimo os acompanharia em seu fervoroso culto pela forca e pelo cacete. E, por esse Trás-os-Montes fora, logo logo se deram a brados: — «Viva D. Miguel, rei legítimo e absoluto, *se o merecer*». Já dietavam o luzio para o infante que o havia de substituir. Era um fedelho, de Espanha, um tal D. Sebastião.

Entretanto, com mais lealdade, se com menos lógica, falam os representantes diretos do pretendente de Espanha; e, assim, o deputado carlista, snr. Mella, acaba de declarar, para Berlim, que o seu rei será não um rei absoluto, mas um rei à maneira alemã, «pois que o parlamentarismo já deu o que tinha a dar».

Isto, é certo, não se entende lá muito bem; porque na Alemanha existe, e com notável influxo, funcionando um parlamento. Por sinal que a vitória dos socialistas, nas eleições de há dias, constitui um dos mais importantes, belos sintomas dos tempos. Mas talvez isto queira dizer que, dado o advento de D. Carlos em Espanha, o poder do parlamento será ali reduzido ao mínimo, enquanto que o poder do rei, em contraposição, se elevará ao máximo. Dizer isto equivale, porém, a dizer que D. Carlos será rei absoluto tanto quanto as circunstâncias históricas atuais permitem a um rei, na Europa, sê-lo.

Todas estas contradições, ambiguidades e sofismas pressupõem, de resto, o absurdo máximo. Quer dizer, presumem a ascensão ao trono do vulgar ambicioso que o vem apetecendo de longa data. E, admitindo, por um instante, a racionalidade e a justiça da doutrina política que, ao parlamentarismo, prefere um imperialismo autocrático, claro está que, para que, na prática, essa doutrina surta efeitos benéficos, tudo depende das qualidades pessoais do

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

príncipe. O cesarismo pode estar bem com Júlio César, mas está pessimamente com Calígula. O bonapartismo, com Napoleão I, pode levar a Austerlitz, mas, com Napoleão III, só conduz a Sedan. Ora, D. Carlos de Bourbon é um homem profundamente ignorante, inculto, cruel, depravado, de uma inteligência menos do que medíocre.

Tudo isto são factos adquiridos à história, não são injúrias sem destino. Napoleão III era, ao menos, de vasta ilustração literária, histórica, económica; mas este Carlos, como outros Carlos, de letras grossas, quando escreve, fá-lo com pena de pátio, e alheia. Enfim, se, moralmente, é antipático, — intelectualmente, é uma nulidade perfeita. Não possuindo cultura nem possuindo ideias, haveria de entregar-se nas mãos dos seus conselheiros; e o seu providencialismo resultaria por procuração.

Mas, desta desgraça, ridícula, se livrará a Espanha. E ela se livrará, porque Carlos, digam o que disserem os facciosos escrevente do periodismo português, não têm recursos, com êxito, de se abalançar à sonhada empresa. As circunstâncias mudaram inteiramente de 1873 para 1989.

Em 1873, D. Carlos era descaradamente auxiliado, nas suas tentativas, por Portugal e pela França. Em Portugal, acabada a guerra do Paraguai, havia dinheiro fresco em barda, vindo, após longa retenção, do Brasil. Na França pompeava, furiosa, a reação monárquica, que conseguira apear Thiers e entronizar na presidência da república o marechal de Mac-Mahon. Corria a época dos ministérios de força, reacionários; mandavam os Broglie, os Fourtou, toda a magna caterva. Esperava-se, a qualquer instante, a restauração de Henrique V.

O conde de Chambord não tardaria a acudir, desfraldando a bandeira branca flor de lizada. De modo que, na fronteira gaulesa, era uma completa pouca vergonha.

Os carlistas, quando se viam acossados pelas tropas liberais, refugiavam-se em França, donde voltavam, impunemente, varrida a tormenta, a prosseguir em suas façanhas. De França lhes remetia o governo, por baixo de mão, espingardas, canhões, dinheiro. Ora, hoje, em França, dão as cartas, felizmente, os radicais; e, em Portugal, o dinheiro do Brasil, dos impostos e dos empréstimos, comeram-no e descomeram-no os quatrocentos grandes homens do pseudo-constitucionalismo brigantino; não há um chavo galego com que brindar o rei das Vascongadas.

Se príncipe não quisesse ser exclusivamente de região e alvitrasse atender ao implícito voto do seu serventuário o snr. Mella,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

quando, para Berlim, qualificou a Espanha, toda, de «luerista» D. Carlos fomentaria, mais e mais, a dentro do seu próprio partido as resistências ao seu novo programa, tornando-se inconciliável com a tradição dinástica de centralização política e administrativa. Nestes termos, e sendo claro que D. Carlos não satisfaz à primeira e fundamental necessidade dos governos modernos, isto é, à garantia da ordem na unidade nacional, fica cabalmente demonstrado, em corolário, que o carlismo não é a solução. E, todavia, alevantando-se e pondo-se em armas, o carlismo (com o mal, grave e grande, de certo, mas provisório) presta um verdadeiro serviço; esse serviço consiste em apressar e facilitar o advento irrremissível da república. A qual república como um dos mais valiosos benefícios que haja de prestar à pátria, terá por encargo primeiro, precisamente, o extirpar, deveres e pela raiz, esse cancro absolutista e católico que demasiado recorda que da Espanha é que nasceram a Companhia de Jesus e o Santo Ofício da Inquisição.

Diremos como se nos afigura que seja, verosimilmente, o processo desta recomposição histórica, fatal e próxima. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2534, 1 de julho de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Michelet em Portugal

Se fizermos exceção de Vítor Hugo, cujo efeito moral desceu, entre nós, até às camadas profundas da população, mercê da vulgarização dos seus grandes poemas em prosa, mui particularmente pela epopeia dos *Miseráveis* — nenhum dos modernos escritores da França romântica logrou penetrar até o íntimo da cerebração das novas camadas literárias lusitanas como Michelet. Muito mais ainda do que o seu irmão em ideal, Quinet, o historiador dramático da velha França, perscrutada em seus meandros psicológicos, abalou as almas sinceras da mocidade portuguesa, que penosamente começava, pelo movimento crítico denominado a *escola coimbrã*, a emergir da atonia mental do pseudo-classicismo em que degenerara o primeiro e admirável ímpeto da renovação romântica.

Nas páginas dum periódico político de Penafiel, caracteristicamente intitulado *O Século XIX*, há um folhetim típico onde Antero de Quental busca tornar acessível à futilidade dos espíritos, educados no pariensismo de crónicas interpoles e mundanas, a sublimidade profunda das intuições da *Bíblia da Humanidade*. Proximamente, pelo mesmo tempo, aparecia esse belo livro sobre a *Poesia do direito*, cuja trama, embebida do símbolo, estudado por Michelet para as origens jurídicas da França, Teófilo Braga filigranou com o requinte dos mais subtis melindres.

E, ainda, bem mais tarde, a suprema expressão estética da camada imediata tomava, da biologia fantasista do mesmo insigne Michelet, o tema fecundo dum poemeto, de execução

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

magistralmente maravilhosa, qual o *Melro* seja, de Guerra Junqueiro.

Como literatos portugueses hoje rememorem Michelet, cuidei que não seria descabido incluir aqui esta nota tarda. *

---

* In *Nova Alvorada, Revista Mensal Literária e Científica,* Famalicão, VIII ano, n.os 6 e 7, outubro e novembro de 1898.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O N.º 72

A simples exposição dos insignes méritos literários que distinguiram a culminante personalidade de Almeida Garrett; a apreciação e exame das obras típicas da sua variada fantasia: tarefa séria esta que, sem desdizer, pouco, convidaria, ainda assim, com a índole especial desta folha, política, de propaganda e combate.

Mas, como Almeida Garrett consagrou uma grandíssima parte da sua atividade mental à propaganda dos princípios de liberdade e de justiça, e como por eles brigou um rude combate, assiste-nos o jus de cooperar também na comemoração que, por honra do seu nome glorioso, se efetua na data do centenário do seu nascimento.

Às publicações especiais, às revistas de pura literatura e arte extreme é que quadra assinalar os dotes de imaginação inventiva e de plasticidade realizadora que avultam obras tão primorosas como sejam o drama de *Frei Luís de Sousa*, as *Viagens na minha terra*, ou essa admirável coleção de versos líricos que, na velhice do autor, realizaram o fascinante encanto de um límpido rejuvenescimento.

A uma folha política pertence, porém, recordar o efeito social do escritor a cujo esforço particularmente se deve a renovação do critério literário, comprimido em Portugal a dentro dos moldes estreitos dum pseudoclassicismo, inerte e rígido.

Todos os dias correndo risco de prisão graças à vingança que sobre o exercício dum direito natural promove a freima de mesquinhos tiranetes, é-nos grato saudar hoje em Almeida Garrett o

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

cantor da liberdade de imprensa, que ele aclamou em uma das mais belas odes da sua *Lírica de João Mínimo.*

E não unicamente a liberdade de imprensa foi tema dos cânticos de Garrett, pois que todas as expressões da liberdade jurídica lograram mover sempre seu nobre coração. Amando fervorosamente a pátria, ele não a julgava digna, apesar de tudo, desse seu amor senão depois que ela se libertara das tradicionais opressões.

Destarte foi que desde 1819 os seus versos se inspiravam já das revindictas da consciência ultrajada. Nos pesadelos das noites mal dormidas, ele, mesmo já então, confessa:

> Maldisse os ferros que me pesam inda
> E aos tiranos jurei ódio implacável.

A guarnição militar do Porto, em 24 de agosto de 1820, porém, pôs termo à abominável situação, revoltando-se e dos seus quartéis saindo de morrões acesos e clarins em fúria.

Logo, a musa de Garrett se touca das flores ingénuas da esperança; de júbilo riem seus negros olhos; e é com um ímpeto santo que ela aclama a Liberdade:

> Oh Suspirada há tanto
> .....
> Tu nos franqueias da existência o gozo;
> E as ferrolhadas portas
> Que o sacrário das leis da natureza
> Árduas téqui fechavam
> Tu nos abres em par — homens já somos!

Como portuense, Garrett envaidece-se de que a iniciativa da regeneração nacional parta da sua gente do Porto:

> O pátrio Douro altivo
> Espedaçando os ferros;

E compreende-se, agora, que na também iniciativa republicana do 31 de janeiro de 91, nós, do Porto, terminalmente, demos a dextra a esse representante da ancestral independência da região.

Mais tarde, após o fragor duma luta civil imensa, Garrett assinou-se como um «fraco mas fiel soldado da pátria». Bem mais fracos do que ele, mas tão fiéis como ele, nós o somos outrossim; e as nossas simpatias vão de direito, sinceras e espontâneas, buscar

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a memória daqueles que, consoante, «libertaram esta nossa terra de Portugal, para viverem escravos nela».

Escravos mais abatidos do que as vítimas por então gemendo do ludíbrio constitucional, resultamos hoje em dia, pois que ao estímulo da propaganda dos que se não resignam, desfalecidamente corresponda a concordância duma massa, no geral, indiferente e átona. A turba congénere do tempo de Garrett indignava e irritava o poeta. Na sua cólera, ele repudiava esses compatriotas, como portugueses não sendo:

> ...Essa infame, sórdida caterva.
> Esse rebanho vil de vis escravos
> Que ao ceptro da ignorância curvam, tímidos,
> Do nome português vergonha e opróbrio,
> Portugueses não são, jamais o foram.

Era que Almeida Garrett não deixava iludir o seu claro espírito pelos sofismas daqueles que escondem a perversidade de seus intuitos egoístas na aparência de fórmulas vãs. Nem o enganavam as cobardes evasivas dos que se protegem acocorando-se sob o manto da irresponsabilidade do chefe-do-Estado, proclamada aliás como um dogma absoluto. Ele não respeitava aquela estúpida (e consequente, tão vulgar) desculpa que o funcionário que perpetra odiosos atentados contra os direitos naturais de cidadão costuma alegar, em sua defesa, cinicamente declarando que foi mandado. Pois mesmo, quanto ao próprio chefe-do-Estado, ele tinha o parecer de que a sua autoridade só era admissível e digna de acato quando não ofendia o implícito compromisso, tomado com os cidadãos, de lhes respeitar e garantir suas prerrogativas e franquias.

Para os portugueses, Garrett apostola esta doutrina: «Se um rei, ou por si ou por seus indignos ministros, infringir, esquecer, abusar ou preterir alguns dos artigos das leis fundamentais, quer tácitas quer expressas, este rei será um tirano, e seus ministros — sacrílegos réus do maior dos atentados, dum crime de lesa-nação; seus ministros, seus satélites, seus magistrados, seus conselheiros, seus validos serão traidores, infames, indignos do nome, do carácter, dos foros de cidadão e até de homem».

Ao diante, Garrett não refuta esta lídima filosofia; antes a corrobora com a lição mesmo de Portugal. Revolta-se contra a frase servil que atribui a um príncipe a outorga da constituição, aliás comprada a preço do sangue entornado na balança de cem refregas. Ele exclama: «D. Pedro IV não podia *dar*, como falsamente

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

se diz, mas *propor* a sua Carta à aceitação nacional. Essa proposição real teria sido nula sem o aceite da Nação».

Compreende-se, depois disto, como fosse que Almeida Garrett, no seu volume de publicistica, se emancipasse dos preconceitos consuetudinários. Mas libertou-se, e até ao ponto de descortinar no futuro a fraternização de todos os povos civilizados, a extinção dos ódios de raça e de nacionalidade. Para Portugal, logicamente, congeminou a possibilidade, então, da sua comparticipe entrada em uma federação dos vários Estados peninsulares, conjetura teórica que, adrede mal interpretada levou o sistemático Don Sinibaldo de Mas a incorporar o vate na falange astuta dos partidários da sua quimera ibérica.

Era uma falsidade e uma injustiça; mas o que então e hoje era verdadeiro e justo é o seu entendimento, perfeito e integral, da liberdade dos povos.

Assim, ele bem viu o carácter superior, transcendente e supremo da democracia republicana; e, pois, definiu com inadiável exação. Explicou: «Se uma nação conserva em si toda a amplidão da majestade (embora tenha executores subalternos), esta forma de governo se chama — Democracia, e um tal povo — República».

Consequentemente, todas as formas políticas que precedam essa — não passam de fases transitórias dum desenvolvimento contínuo, que pode, de resto, ser moroso, contraditório mesmo, mas que, em sua essência, é ininterrupto.

Esse movimento de progressiva aquisição de liberdade cívica demanda, infelizmente, mercê duma fatalidade incompreensível, a propulsora intervenção, donde a onde, de processos violentos. Isto é: instantes surgem, na história das nações, em que elas sentem a necessidade imprescindível da revolução. Garrett não o duvida um único momento; e só pergunta «por quem é que, no estado atual de Portugal, deve começar o grito da Liberdade?».

Discute então cuidadosamente o problema; examina as probabilidades diversas que militam a favor do clero, da nobreza, do povo. Finalmente, decide-se pela força armada. Ele escreve que ao exército é que cabe o direito e incumbe o dever de fazer a revolução. Afirma até que é o exército a classe mais interessada em o fazer. Por isso seja que, a seu juízo, foi «justamente e com toda a legitimidade» que o exército «fez e protegeu» a «feliz» revolução de 1820.

Se esta é, no assunto, a doutrina substancial de Garrett, não quer isto dizer que ele exclua, por completo, da participação na revolução as outras classes sociais. Bem ao contrário.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Assim, entende que a Academia, na hora do perigo, deve abandonar os livros e correr às armas, de maneira que a audácia dum valoroso cometimento corporativo expie a protérvia de vastos períodos anteriores de pusilanimidade social.

Na sala dos atos grandes da Universidade de Coimbra, Garrett, dominado pelo ditamen desta ideia fundamental, grita aos estudantes seus condiscípulos:

> Anos de escravidão vingue um só dia,
> Séculos ganhem fugitivas horas.
> Em livres brados à virtude, à glória,
> O frouxo peito aos cidadãos movamos.
> Pode mais do que a espada a voz e pena;
> Mas, se a espada cumprir, cinja-se a espada
> E vejo o mundo, com terror e espanto,
> Em cada filho de Minerva, um Marte.
> Tremam à nossa voz, caiam por terra,
> Aos nossos golpes, quantos se atreveram
> A usurpar os direitos deste povo,
> Que em nós, sua escolhida juventude,
> A melhor esperança tem da pátria.
> Oh! Não lhes malogremos esta esp'rança,
> Sejamos, como sempre, Portugueses,
> Vivamos livres... ou morramos homens.

Garrett não desmentiu com o exemplo da sua conduta a lição das suas palavras. Ele correu o exílio, ele esteve nas prisões, ele pelejou nas trincheiras. Nunca esqueceu seus companheiros de caserna.

Foi o n.º 72 do corpo académico durante o cerco do Porto. Ao seu coronel Luna, recorda, numa das maias sinceras páginas que saíram da sua pena fácil, os tempos saudosos da camaradagem no perigo.

Adotada a iniciativa da comemoração de hoje por uma juventude académica, que não é, por certo, nem menos inteligente nem menos briosa de que a da época de Garrett, ocorreu-nos chamar a memória dele pelo número que ele teve na fileira. Seria como que uma religiosa invocação, estimulante e exemplificante, neste momento angustioso em que, para os destinos próximos da pátria que Almeida Garrett tanto amou, legitimamente se não podem presumir senão desventuras e vergonhas. Sim, senão desventuras e vergonhas, repitamos, convictos, se os contemporâneos da apoteose

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de Garrett não forem capazes de imitar, em isenção, lealdade e altivo denodo, os coevos da sua vida trabalhosa e dedicada.

Que outros lembrem com meiguice o pintor da Joaninha dos verdes olhos, o poeta Garrett. Nós, agora, só nos queremos recordar — porque o não dizer?, com ostensiva inveja; mas porque o não dizer também?, com secreta esperança! — só nos queremos recordar, agora do n.º 72, o soldado Garrett.

Este, a nosso alvitre, o atualmente fecundo modelo. Para as novas gerações, eis aqui, hoje, o neogarrettismo que cumpre. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2721, 4 de fevereiro de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Festa Proletária

De nosso conhecimento, foi o snr. Werner Sombart, muito distinto professor na Universidade de Breslan, quem, ultimamente, realizou a primeira tentativa regular para reunir um sincronismo as datas principais do movimento social moderno, isto é, em definitiva, do movimento proletário, primeiro pelo que concerne aos grandes Estados (Inglaterra, França, Alemanha), depois nas manifestações internacionais da atividade operária.

Essa tabela compreende a cronologia do movimento social desde 1750 até 1896. Ela nos recorda que foi em 1889 que dois congressos internacionais, organizados em Paris pelos possibilistas e pelos guesdistas, proclamaram o dia legal de 8 horas e estabeleceram a festa operária internacional, marcando-lhe a data do 1.º de Maio.

Na verdade, é em 1890 que o 1.º de Maio se celebra, pela primeira vez em todos os povos civilizados.

O carácter de festa que assume a imponente revista de forças, pelo proletariado cosmopolita realizada anualmente, não deve dissimular, aos espíritos atentos, a solene reivindicação, nessa bela festa implícita e contida. Todavia, longe de ser uma ameaça, a festa dos operários mantém as reclamações da classe dentro da órbita legalista; ela converge para o fim último da pacificação social, que terá de suceder à acre e áspera luta hodierna das classes, umas com as outras.

O 1.º de Maio representa o provisório *mot d'orde* das gentes proletárias quando desfralda a bandeira, que lhe é característica, onde se inscreve o famoso lema dos três 8. Oito horas de trabalho;

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

oito horas de descanso; oito horas consagradas, finalmente, à vida espiritual e moral, aos interesses estéticos e artísticos.

Quando pela primeira vez, com nítida flagrância, se produziu esta reclamação das turbas deserdadas e trabalhadoras, houve entre a casta ou reacionária, ou conservantista sequer, um movimento de surpresa e cólera. Entendeu-se exagerada a pretensão, pois que se considerou como lapso muito diminuído o espaço só de 8 horas destinadas à efetivação do esforço manual. E — o que é típico do atraso do desenvolvimento crítico de certas camadas sociais — não foram só os ociosos e parasitas que declamaram contra o que supõem as abusivas exigências dos operários. De boa-fé, trabalhadores de outras categorias, pessoas cultas de entre as que exercitam as profissões chamadas liberais estranharam a divisão tripartida do dia, que qualificaram de arbitrária.

A parte mais atrasada dos homens do trabalho reagiu também contra as reclamações dos seus irmãos mais avançados. Novamente se deu o conflito entre os rurais e os urbanos.

Não admira o caso que nos relata o professor de filosofia na Universidade de Estrasburgo, snr. Th. Ziegler. Quando, na primavera do ano de 1890, ele foi estudar nos sítios a greve de Muliouse, conta-nos que teve ocasião, algumas horas depois, de palesfrear, em uma estalagem duma aldeia badense, com os habitantes do país. Encontrou-os absolutamente indignados. «Como?, exclamavam, nós devemos trabalhar, de manhã até à noite, 12, 14 horas a até mais, e eles então querem o dia de 8 horas?». No seu egoísmo, aquela pobre gente não refletia que não tem uma tarefa assim tão dura senão durante as algumas semanas em que lhes cumpre manejar a foice, a charrua ou a enxada. No inverno, em compensação, não têm nada ou quase nada que fazer. Também não refletiam que trabalham em condições mais salubres do que os operários das fábricas. Em vez de estarem acumulados num espaço estreito, em meio duma poeira sufocante e do estrépito ensurdecedor das máquinas, trabalham a maior parte do tempo em pleno ar. Finalmente a sua tarefa é muito menos dura, intervalada como é por pausas mais ou menos longas, deixadas em parte ao seu alvedrio. Não são perseguidos e fustigados pelo movimento incessante e infatigável da máquina e pela atividade devoradora do vapor.

A propósito, Ziegler exara uma observação decisiva. É que nos anos precedentes, no Wurtemberg, ele tivera ocasião de ouvir trabalhadores do campo que pela primeira vez estavam ocupados em uma máquina, de debulhar, a vapor. A serenidade peculiar

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

dos habitantes do país sábio abandonara-os, e eles recriminavam amargamente contra aquele medonho ofício, declarando que não o suportariam por muito tempo.

Ora, este contraste irredutível nas condições em que se exerce o trabalho para os operários de fábricas é que não tem sido convenientemente atendido pelos que se abandonam a uma crítica fácil das aliás mui legítimas reivindicações do moderno proletariado. Essas condições não, em certo número de casos específicos, de molde a justificar as tremendas acusações formuladas pelo teórico fundamental do socialismo científico.

Com efeito, examinando as circunstâncias em que se opera a divisão do trabalho nos regímenes da manufatura e da grande indústria, Karl Marx estabeleceu que os corolários naturais da máquina foram a apropriação das crianças e mulheres, a prolongação de tempo do trabalho e a intensificação deste.

Desde que se tornaram sensíveis os efeitos desastrosos do grande industrialismo, encontraram-se as revindictas , em prol da liberdade e da sande das mulheres e das crianças, exterminadas pela absorção ávida da produção fabril, combatidas pelos sofismas baseados numa pretendida liberdade dos contratos.

Contudo, como se tratava de menores, o artificioso cinismo, a breve trecho, foi levado de vencida pela sinceridade intrépida dos que generosamente se dedicaram à causa da humanidade. Os esforços do idealista Carlyle lograram, finalmente, êxito; e na Inglaterra apareceram, nos *Factory Acts*, sucessivos, as primeiras medidas protetoras daqueles que no mercado dos capitais não tem a oferecer senão a virtualidade dos seus braços.

A pouco e pouco, o exemplo foi sendo seguido; ele chegou até Portugal, onde a primeira iniciativa de uma lei protetora do trabalho dos menores cabe, em fim de análise, ao socialista suíço José Fontana, empregado da livraria Bertrand, de Lisboa, que conseguiu impregnar mais, ou menos, do seu humanitarismo o político conservador Saraiva de Carvalho, gerente da mesma livraria.

Lá fora a legislação a favor das classes proletárias prosseguiu desenrolando-se, com uma lógica morosa mas segura. E nesse movimento coletivo cumpre destacar a iniciativa da República francesa, pela fundação das Bolsas do trabalho, das quais a primeira se abriu em Paris no ano de 1887.

No caso especial, porém, da lei, reclamada das três 8, argumenta-se em contrário com a pseudoliberdade dos contratos, supostos, abusivamente, bilaterais. Quando é certo que, formado um apêndice vivo da máquina, o operário não pode por

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

condições nem negociar de per si. Ou tem de aceitar as cláusulas draconianas que lhe possam ser impostas ou tem de sucumbir de, de pura inanição.

Um dos sinais — por certo o mais extraordinário — do profundo talento analítico de Karl Marx consiste precisamente nisto: em ter demonstrado, com flagrante rigor, que a condição primária e indispensável da escravização económica do moderno proletariado reside na liberdade, civil e política, das classes operárias. Foi preciso dissolver as contrárias de artes e ofícios e restituir aos operários a liberdade individual, para que, terminada a proteção corporativa, eles pudessem ser aproveitados ou rejeitados consoante o mero desenvolvimento das forças de produção e circulação.

Portanto, para responder ao movimento de concentração capitalista, que os prejudica e elimina, os operários houveram de reconhecer a solidariedade dos interesses de classe e — mais — a internacionalidade desses interesses. O feitio cosmopolita do socialismo moderno é-lhes intrínseco; constitui o seu traço fundamental.

Semelhante necessidade acabou por ser reconhecida por aqueles dos trabalhadores que lhe foram durante mais longo tempo hostis, isto é por essa refractária aristocracia obreira dos *Trades Unions*.

Mas já em 1893, no terceiro congresso operário internacional, efectuado em Zurique, os sindicatos ingleses tomaram oficialmente assento entre os socialistas do continente.

De resto, é evidente que a lei dos três 8 não poderá ser decretada por um governo isolado, salvo se a nação onde tal facto ocorresse não participasse, nem direta nem indiretamente, do mercado mundial. A lei dos três 8 terá de incorporar-se no conjunto das disposições que hão-de vir a constituir o Código internacional do trabalho.

Associando-se à festa cosmopolita do 1.º de Maio, e nela integrando-se, o operariado português, mostra uma compreensão que a nós, democratas e republicanos, nos é grato assinalar, com respeito e aplauso. *

---

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola*, Porto, I ano, n.º 1, 1 de maio de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Luta de Classes

O socialismo científico conta-se a partir do famosíssimo Manifesto do Partido Comunista, redigido em 1847 por Orestes e Pylades, Karl Marx e Frederich Engels.

Este diploma é fundamental para a inteligência do moderno movimento crítico, que, analisando o tipo específico da produção capitalista, se propõe derivar em consequências efetivas e práticas. Compreendendo a internacionalidade da questão operária, os autores do manifesto começaram por declarar que ele seria publicado, simultaneamente, em inglês, francês, alemão, italiano, flamengo e dinamarquês; e terminaram pela exclamação célebre: *Proletários de todos os países, uni-vos!*

Na mira deste ideal, que progressivamente tende a objetivar-se, Karl Marx e Frederico Engels fundamentaram a sua conceção filosófica e económica neste aforismo basilar: «a história de toda e qualquer sociedade até aos nossos dias não tem sido mais do que a história das lutas das classes».

Não é este o lugar próprio para discutir uma proposição que, no seu carácter simplista e unilinear, tem muito de contestável. Mas, pela crescente aplicação da ciência às artes manuais, tornou-se flagrante nos nossos dias a antinomia de interesses entre classes que ou se subordinam de má vontade ou se entrechocam em conflitos, tais como as greves.

Nestes termos, todo o problema consiste em responder decisivamente a estas perguntas: a guerra das classes poderá ser evitada? E, se pode, quais são os meios práticos a empregar para o conseguir?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Se nos mantivermos num exclusivismo áspero e intratável, rejeitando, facciosamente, todas as melhorias que, sucessivamente, se possam introduzir nas condições das classes trabalhadoras, torna-se evidente então a conclusão de que ou o mal é sem remédio ou ele o não encontrará senão na catástrofe duma revolução social, completa e definitiva.

Nesta hipótese, até que a hora dessa revolução chegue, as classes mais numerosas e mais necessitadas não terão senão a penar o seu infortúnio. Na miséria se sucederão gerações sobre gerações, até à futura predestinada à felicidade, plena e súbita.

Esta conceção do desenvolvimento histórico é, porém, rudimentar. E seria duma crueldade feroz a indiferença lógica pelos males atuais, considerados friamente como a cláusula indispensável dos bens ulteriores.

Portanto, a hipótese contrária àquela que acabou de ficar expendida é a que tem racionalmente de prevalecer. Isto é, cumpre realizar o propósito do estadista Gambetta: desdobrar a questão social na múltipla variedade das questões sociais que são abrangidas naquela designação genérica. Pelo que toca especialmente às questões operárias, há que examinar incessantemente as reformas possíveis e práticas, introduzindo-as, por medida gradual mas sistemática, na legislação positiva dos diversos países.

Dizer isto equivale a sustentar a necessidade da intervenção do estado para melhorar a situação das classes trabalhadoras.

Essa intervenção pode ser direta ou indireta. E, direta ou indireta, fica desde agora claro que não é indiferente para a resolução da questão social a forma política que o Estado revista.

Na verdade, um dos meios naturalmente indicados desde logo para a melhoria da situação das classes trabalhadoras reside no alívio que derivaria do abatimento e diminuição do Imposto. Ora, é manifesto que essa diminuição se torna incompatível com regímenes políticos que, não podendo prescindir, como meios de governo, da corrupção e do suborno, são fatalmente obrigados não só a manter mas a agravar taxas tributárias que sucessivamente já não abastam.

Por isso, considerando a República democrática como a condição política preliminar indispensável de reformas sociais duradouras e válidas, não estamos a requestar as boas graças do operariado, que em parte tem sido indiferente e em parte, mesmo, hostil ao movimento político de carácter republicano. Assinalamos, tão só, uma verdade irrefragável, como quem demonstre um teorema de ciência social. Se as coisas não fossem, de si, tão claras que, por

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

completo, dispensam a corroboração de qualquer autoridade, a uma autoridade poderíamos recorrer que, decerto, não seria rejeitada pelos publicistas operários do mundo civilizado.

Essa autoridade seria, nada mais nem menos, do que a do próprio Karl Marx, o qual, entre outros lances congéneres, consagrou um livro inteiro a explicar o processo histórico em que se firma, irredutivelmente, a República. Esse livro intitula-se *O 18 brumário de Luís Bonaparte;* ele discute os motivos porque se tornou possível a destruição da república francesa de 1848, assassinada pelo golpe-de-estado do seu presidente; e mostra como esse grande crime da reação europeia visou particularmente a ferir as classes trabalhadoras.

Assim, certa frase, que demasiado se repete entre nós, de que a forma política dos Estados deve ser indiferente, é não só uma triste aquiescência da inércia, mas ainda um erro e um absurdo.*

---

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, I ano, n.º 2, 2 de maio de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Carácter dos Sistemas

(Excerto do livro no prelo: *Os Publicistas Portugueses Contemporâneos*, edição da Livraria Lello & Irmão, do Porto)

. . . . . .

Foi também nas páginas desta Revista de Portugal que apareceu o trabalho sistemático de Antero de Quental sobre os problemas fundamentais da metafísica. Nessa série de largos artigos é que se tem de analisar as tendências decisivas de tão poderoso espírito como o do poeta filósofo.

O seu sistema, se tal vocábulo podemos aplicar ao coordenado conjunto de cogitares mais peculiarmente críticos, não diverge do tom geral específico de todos os sistemas idealistas.

É uma vasta construção subjetiva pelo molde e no tipo dos sistemas históricos da metafísica alemã. E, antes de que, a ele, particularizadamente o examinaremos, cumpre, naturalmente inquirir no que deu, afinal, esse famoso idealismo germânico. Em um volume tipicamente intitulado *O espírito novo*, Edgar Quinet propôs-se, como o problema sintético do pensamento contemporâneo, isto de responder a perguntas tais: que veio a ser da filosofia alemã? Onde pára ela? A que desenlace conduziu?

Esta curiosidade é, de facto, legítima após a fase de vida clamorosa que o transcendentalismo teve na Alemanha e reflexamente em todo o mundo civilizado, nos ingénuos primeiros tempos deste século. O prestígio dos numerosos fundadores de sistemas era imenso e indisputado, sem embargo das insolências do solitário Schopenhauer que já então os qualificava de: impostores, charlatães, criadores de oca filosofia de palavras.

E, com efeito, esse verbalismo da definição metafísica, a todo o instante repudiando como importuna a simples realidade natural,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de todo o momento se acentuara em exemplos, qual deles mais frisante. Tomaremos um desses, que ficou célebre como característico do visionamento, poético e quimérico, próprio da maneira de pensar, em uma filosofia que, aliás, se designava como sendo a *Filosofia da Natureza.*

Vulgarmente está-se na conta de que a causa do grito dos recém-nascidos, imediatamente após virem à luz, é a impressão, penosa e desacostumada, do ar frio sobre a superfície do corpo da criança. Mas esta charra explicação não bastaria. E, assim, o filósofo de Konigsberg, o grande Kant, encontra a causa desse grito das crianças na sua fraqueza e falta de liberdade, que as faz encher de cólera.

«O grito que faz ouvir uma criança recém-nascida, diz ele, não tem o tom do lamento mas o da cólera e da ira que se ergueram nela, não porque alguma coisa lhe causasse dor, mas porque alguma coisa a enraivece; provavelmente porque quer mover-se e sente a sua impotência a este respeito pesar sobre ela, como uma cadeia que lhe rouba a liberdade». Michelet, o Nichelet de Berlim, dá por causa do grito em questão «o horror que o espírito sente de estar servo da natureza». Hegel avança, por seu lado: «Por esta atividade de ideias, a criança sente-se imediatamente cheia da certeza de que tem um direito a exigir do mundo externo, a satisfação das suas necessidades; que a substancialidade do mundo externo em face do homem é de nenhum valor. Daí, o arrebatamento, encantador, imperioso!»

Contudo, no momento em que a metafísica o considera assim a congeminar e a ponderar, «il est alors bien chétif et bien humble, *l'homo sapiens*, celui qui dans la plenitude de son dévelopement, devient le dominateur du monde», observa, acertadamente, com malignidade discreta, o materialista Letourneau; e, quando, depois de embrulhada em roupas bem quentes, a criança se cala e *adormece*, não há despropósito em dizer, com os fisiologistas Gratiolet e Dugés, que a expressão é imprópria, que a criança ainda não acordou, que nada mais faz do que continuar a vida fetal, aguardando o momento de despertar.

Demos a preferência a este exemplo, porque nos pareceu modelar, vindo, pois, a preceito. Há-os, porém, inúmeros, à escolha. Considerando-os de conjunto, e atento o contraste entre as investigações laboriosas e o amor das palavras, neste é que Schopenhauer, metafísico, declarou consistir o carácter dos sistemas metafísicos. Derivou-os dessa que ele diz satisfação inexprimível, completamente característica das cabeças mal organizadas e que

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

provém da sua inaptidão a chegar a ideias claras desde que têm a ir para lá das relações mais triviais e mais simples, em consequência da fraqueza e da apatia das suas inteligências e da consciência secreta desta fraqueza.

Não seria, mesmo, força o adjetivo «secreto» empregado por Schopenhauer. Justificando antecedentemente o dito, de Diderot, de que um metafísico é um sábio que não sabe nada, Malebranche não porá dúvida em exclamar, infantilmente, no prefácio da sua *Investigação da verdade*: «Os homens não nasceram para ser astrónomos ou químicos, para passar toda a vida vergados a um telescópio ou presos a uma fornalha, tirando em seguida consequências *muito inúteis* das suas observações laboriosas. Quero que um astrónomo descubra, um dia, terras, mares e montanhas na lua; que venha a descortinar as manchas sobre o sol e que lhes calcule os movimentos. Quero que um químico ache enfim o segredo de fixar o mercúrio ou o de fazer aquele *alkahest*, com que Van-Hehmont se gabava de dissolver todos os corpos; *lá por isso, ficarem eles mais sábios e mais felizes*».

Este desdém pela positividade da realidade concreta atinge o seu máximo, a dentro da filosofia moderna, na conceção fundamental de Bereley, em quem o idealismo quase que toca as raias psiquiátricas, mas que, com profunda intuição o metafísico Vacherot considera como sendo o tipo do verdadeiro idealista. Para Bereley, não há realidade alguma na matéria; verdadeiramente, matéria não existe, pois que os corpos não passam de juízos de aquilo que só existe: o espírito. No *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano* e no *Diálogo entre Hylas e Philononus*, Bereley deu-se à tarefa de mostrar como é que nada mais exista do que os entes incorpóreos: o espírito humano e Deus.

Sem agora discutir substancialmente, esta compreensão fundamental tolhe toda a espécie de investigações, que, em sua sucessão, é que não só têm adquirido como firmado o que haja de sólido e de efetivo nos conhecimentos humanos.

Se sempre assim congeneremente pensasse, como poderia Kepler, de entre as suas famosas loucuras, chegar enfim às suas descobertas maravilhosas?

Se Lavoisier fizesse o que vimos aconselhar Malebranche, aonde pararia a química racional?

De Newton julgasse, como o católico conde José de Maistre, que «todos os cálculos que nós estabelecemos sobre a experiência são o que é possível imaginar de *mais falso*», como atingiria Newton a luminosa lei sintética da atração universal?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Depois de Pascal se ter suicidado intelectualmente pelo terror religioso, não mais o Pascal dos *Pensamentos* foi o Pascal das espantosas intuições suas aritméticas.

Somente a situação crítica, reconstruída, no começo do século, pela filosofia alemã não podia, em maneira alguma, prolongar-se duradoiramente.

Foi o que aconteceu.

Exorbitando do seu particularismo restrito, as ciências naturais apresentaram-se no campo das puras especulações filosóficas, e, inventariando os progressos enormes que modestamente haviam realizado, deram-se a inquirir dos resultados d'aquel'outras investigações. Foi a falência inevitável, uma bancarrota completa. Nada tinha feito a filosofia e nada havia achado. Do seu tagarelante questionar, coisa alguma mais ficara, no fundo do cadinho, do que visões físicas, exageros lógicos, subtilezas e argúcias, nebulosidades incompreensíveis.

Desengano pungente! Essa filosofia, que tantos anos governara em absoluto, nada mais era do que uma sofística, nada mais do que «niilismo completo de ideias e de resultados sob flores de retórica», consoante a julgou o neocriticismo. Em uma palavra, como lhe chamou Luiz Fenerbach, o ilustre renegado: — a filosofia embriagada.

O desânimo assoberbou os arraiais da metafísica. A vitória da ciência sobre a especulação foi manifesta. «Para que falar de metafísica num século de ciência positiva e de história?» pergunta, desalentado, Vacherot. «O tempo das grandes criações metafísicas, exclama, por sua banda, o melancólico Emilio Saisset, passou. O nosso século, com a velhice, torna-se, pelo que parece, de mais em mais, positivo; é a idade de oiro das ciências exatas e da indústria, é a idade de ferro da metafísica; estão todos cansados de especulações abstratas.

Daí, as concordâncias, forçadas, supostas concordâncias, com a ciência. Fichte filho escreve a sua *Antropologia ou teoria da alma humana, estabelecida sobre novas bases, bebidas na fonte das ciências naturais*. Vacherot, em França, assenta os *Princípios de uma metafísica positiva*.

Todos falam de conciliar a ciência com a metafísica, os princípios racionais com os axiomas *à priori*, a experiência com a abstração.

A tentativa, última, de Antero de Quental, no seu irremediável, fatal, previsto insucesso, constitui, ainda assim, uma página honrosíssima para a, aliás, parca mentalidade lusitana.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Revertendo, a crítica de Schopenhauer resulta, porém, superficial, visto como o verbalismo dos transcendentalismos não seja uma causa, mas sim um efeito.

Onde está, pois, — primariamente e de alto — o erro dos sistemas?

. . . . . *

---

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, I Ano, n.º 3, 3 de maio de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Questão Portuguesa é uma Questão Política

O que testemunha, irrefragavelmente, que os descontentes que em Portugal se queixam da marcha das coisas públicas alguma coisa são mais do que espíritos azedos, minados pelo perverso estímulo de desmanchar prazeres e inquietar a outrem, antes avançam proposições que, no seu carácter pessimista, condizem com o modo de sentir íntimo e sincero de todos e cada um — é que é frequente ouvir dizer aos conservadores mais ferrenhos que os males nacionais se não curariam com uma mudança institucionalista, pois que a grande crise de que sofremos é sobretudo moral.

Nós divergimos deste ponto de vista, que parece muito simples, claro e irrefutável, mas que, bem examinando, tem muito que se lhe diga.

Não negamos, evidentemente, a crise moral de que o país sofre; ela manifesta-se a todo o instante, por formas ao mesmo tempo bem visíveis e bem tristes.

Somente, a nossa discordância baseia-se nisto: Enquanto muitos pensam que a crise financeira, administrativa e política é uma consequência da crise moral, nós, pelo contrário, cuidamos sempre que a crise moral é que é a consequência da crise política.

Se assim não pensássemos, não militaríamos num partido político e a nossa ação, como escritores, limitar-se-ia ao estrito âmbito de uma prédica, tendente à melhoria dos sentimentos pessoais dos nossos concidadãos.

Essa prédica parece-nos em grandíssima parte; estéril, raramente os bons conselhos surtem resultado satisfatório, especialmente quando estão em jogo interesses concretos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Por isso foi que o publicista inglês Stuart Mill qualificou os pensadores em duas espécies, perfeitamente diversificadas: a dos *políticos*, uma; a dos *moralistas*, outra. Os moralistas partem do princípio de que o homem é naturalmente bom e de que, admoestando-o dos seus erros e defeitos, se consegue dele facilmente emenda e melhoria. Ao invés, os políticos não tratam de saber se o homem é ingenitamente bom ou se é ingenitamente mau; e, mesmo, não se lhes dá de o corrigir e emendar.

O seu propósito dirige-se exclusivamente não para os sentimentos, mas para os atos dos homens. De maneira que a ciência política, do que se ocupa é de descobrir os meios positivos e práticos de fazer com que a administração e o governo dos Estados seja o melhor possível, qualquer que sejam, de resto, as qualidades pessoais dos governantes e governados.

Stuart Mill, para tornar clara a sua doutrina, supõe, como exemplo, o caso de que existia um Estado onde, por acaso, quase todos, sem exceção, dos funcionários públicos sejam preguiçosos e concussionários.

O moralista, nesta hipótese, começará por indignar-se e lamentar-se; acabará por uma prática exortatória a essa corporação administrativa, assim digna de censura.

O político, porém, seguirá caminho completamente diverso. Ele buscará combinações de regulamentos, inspeções, fiscalização tais que os serviços melhormente se realizem e o público menor razão de queixa possua em consequência.

Stuart Mill exprime-se, até, a propósito, brutalmente. Ele diz que pouco importa que o empregado seja capaz de roubar. O que importa é estabelecer as coisas de modo que ele não possa roubar, ainda que queira.

Quer dizer, olhando o caso no seu conjunto e em geral: é quimérico esperar uma melhoria dos homens por meio de sermões, mais ou menos eloquentes. E, como as questões sociais exigem pronta solução, não se pode estar à espera duma melhoria pessoal, ou impossível, ou, pelo menos, remota.

Temos nós a questão portuguesa. Ela é não só complexa como instante. Compreende não só todos os ramos da administração pública como demanda e requer que o mais rapidamente possível se lhe dê remédio.

Como aguardar que os portugueses, à força de práticas, mudem de feitio, deixem de ser apáticos ou mesmo prescindam de ser cínicos?

Essa imperfeição moral deriva das próprias condições políticas. Assim é que a subalternização dos carácteres deriva da centralização

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

administrativa, que não permite liberdade a pessoas dependentes. Assim, a nulidade moral dos eleitores perante a urna procede das condições de sujeição em que esses eleitores se encontram, mercê das leis especiais que regulam, por exemplo, o serviço do recrutamento militar.

O moralista que fosse dizer a um eleitor que é uma má ação o votar a mandado de outrem, sabendo que esse eleitor será despedido do seu emprego se não votar com os de quem depende o seu salário, seria ridículo e importuno.

Mas o político que decretasse *verbi gratia*, que os empregados das câmaras municipais não teriam direito de voto nas eleições das mesmas câmaras acabaria com um dos insignes desaforos que contribuem para a complexa crise moral de que, na verdade, sofremos.

Em conclusão, entendendo que a crise portuguesa é uma crise política (é claro que filiada originariamente, como tudo, nas condições económicas, gerais e especiais), cuidamos esclarecer o problema. Chegamos a nutrir a esperança de o resolver. Ponto está em que saibamos descobrir processos idóneos.

Já o velho Voltaire dizia que, quando veio a este mundo, o encontrara mau e tolo; e que pouco menos mau e pouco menos tolo o haveria de deixar, ao dele se despedir.

Não contemos, pois, com melhorar os homens. Contentemo-nos com encontrar combinações que simplifiquem e purifiquem as circunstâncias e os atos em que existe e por que se afirma o Estado.

Esta, a cláusula basilar duma política experimental e positiva. Esta, a condição de êxito duma coordenação democrática e republicana, tal como a conjeturamos e apetecemos para o país. *

---

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola*, Porto, 1 ano, n.º 4, 4 de maio de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

As Associações de Imprensa

A publicidade que recentemente foi dada a uma carta subscrita pelo snr. Alberto Bessa, nosso colega da imprensa lisbonense e membro da diretoria da «Associação da Imprensa Portuguesa», de Lisboa, sugere-nos a fatura desataviada de umas ligeiras considerações, tendentes a cooperar, pela sua ação, para o levantamento do nível moral e intelectual das associações em Portugal existentes e que se adornam com a denominação «jornalísticas».

Tais como atualmente estão, essas associações não realizam o fim que deviam atingir; antes, por planarem mui rasteiramente, motivam justificadas censuras dos associados sensatos e comentários achincalhadores do público.

Não nos argumentem com os benefícios que elas espalham. Esses mesmos benefícios, pela maneira como são distribuídos, revestem-se dum aspeto deprimente para quem os recebe, atenta a publicidade que ingenerosamente é feita de tais atos. Quem percorrer os periódicos que integraram em suas colunas os relatos das sessões realizadas na «Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto» ratificará a justeza do nosso assento.

Porque não haja no estatuto disposição concludente, o terno *subsídio*, em a associação envolve os donativos que faz aos associados em desemprego, ou doentes, é coisa meramente graciosa.

Desenhamos a organização das associações que na capital estão instaladas. Isso nos impede de, sem temor de errar, fazer referência ao que nelas se resolve atinentemente a subsídios. Supomos, porém, que nelas se procederá identicamente, visto que os estatutos da

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

do Porto basearam aqueles porque se rege uma de Lisboa é de prever é que o mesmo haja sucedido com a outra.

Urge remodelar as instituições de que nos ocupamos, se em todas houver uniformidade de acções, ou, pelo menos, a que existe nesta cidade, da qual conhecemos a trama agremiativa e que é deficiente — de resultados nulos no tocante ao engrandecimento da coletividade e de pequeníssima e deprimente vantagem nos casos de pauperismo.

Essa remodelação impõe-se por numerosos motivos.

Em primeiro lugar temos que não pode a associação estar sempre sob a tutela de um pequeno grupo de sócios, que há alguns anos se vêm revezando nos lugares da diretoria, o que parece testificar não haver pessoas competentes que os substituam.

Em segundo entendemos dever reformar-se o estatuto. Ao menos na parte que respeita a subsídios. E ou porque se eleve a quota, ou porque, alargando-se a esfera da ação, se admitam mais sócios, podendo, em tal caso, imiscuir-se, sem desdouro para a coletividade, artistas picturais, seja lançada uma verba especial para subsídios, mas subsídios a valer e não esmolas mal travestidas.

Essas nos parecem as alterações de mor quilate. Da discussão em assembleia geral nascerão outras alterações porventura aproveitáveis.

À direção que os sócios escolherem deverá ser exigida a escrupulosa observância do que preceituar o nosso estatuto. De tal maneira evitar-se-á que não passe duma mentira ser «a associação o veículo para a elevação do nível moral e intelectual da imprensa e o traço de união entre os agremiados». Se até hoje se tivesse procurado fazer isso e se houvesse empenho em traduzir em factos que, «no caso de pugna entre dois associados o conselho de conciliação intervirá em ocasião adequada, procurando harmonizá-los e levá-los a acordos honrosos» algo se poderia ter evitado, sem redundância de prestígio para a classe. É recente o facto de dois jornalistas se haverem agredido nos respetivos periódicos, num *dize-tu, direi-eu* pouco edificante. Nada fez o conselho de conciliação em exercício, como nada faz quando os contendores liquidaram a questiúncula por um pugilato. Isso se poderia ter evitado: — isso deve evitar-se de ora avante.

Quiçá abordemos novamente o assunto. *

---

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, I Ano, n.º 6, 6 de maio de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Dr. Büchner

No começo da semana que passada trouxe-nos o telégrafo a notícia do falecimento, em Darmstadt, sua terra natal, do dr. Büchner; e logo os jornais lá-de-fora comunicaram, pelo teor da chapa costumada, os pormenores biográficos duma personalidade outrora tão discutida e hoje quase que olvidada.

Também até nós chegou a ruidosa notoriedade adquirida pelo livro fundamental do escritor.

Na antiga *Revolução de Setembro*, o snr. César do Inso estampou uma série de folhetins discordando de certas afirmativas categóricas do publicista alemão; e a todo o instante, em seus estudos especiais, o snr. Corrêa Barata se reportava da erudição naturalista do filósofo morto.

Em 1854 escrevia o dr. Büchner, assiduamente, para as gazetas e revistas profissionais. Esses trabalhos e a leitura do famoso livro de Moleschott acerca de *A circulação da vida* forneceram-lhe a ideia da sua obra capital. É a célebre *Força e matéria*.

Este volume, aumentado e melhorado em sucessivas edições, compreende uma série de *estudos populares de história e filosofia naturais*. E constitui um verdadeiro manual do materialismo, consoante lhe chamou, com propriedade, em França, Paul Janet, representante desse pardo ecletismo sourbónico que, durante longo tempo, representou o esforço supremo da mentalidade oficial, ali.

A obra de Büchner correspondeu aos desejos de vulgarização nutridos por seu autor, pois que tal seja o carácter de todos os volumes, escritos, com pena fácil, pelo insigne propagandista.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Em um curto espaço de tempo foi aquele livro traduzido em inglês por R. F. Collingwood, secretário da sociedade antropológica de Londres, em italiano por Stefanoni Luigi, director do *Livre pensamento*, em espanhol por A. Avilés, em sueco, edição de G. D. Malmberg, em húngaro por Ludwig Lann, em românico por Alexandre Samnrcassi e em francês por A. Gros-Claude. Mais tarde, a tradução francesa coube, com a aprovação do autor e sobre a décima quinta edição alemã, a qual é inteiramente refundida e aumentada de cinco novos capítulos (1884), a Alberto Regnard. Em 1894 havia já uma sexta edição francesa sobre a décima sétima alemã. O tradutor Regnard acompanha a sua versão com um prefácio, onde assinala o efeito da obra sobre a evolução histórica da escola materialista francesa. Aí procura descriminar o materialismo de Büchner do panteísmo tradicionalista; mas o empenho não é de fácil obtenção. Pelo contrário, quem cotejar com escrúpulo as edições sucessivas da *Força e matéria*, distinguirá uma divergência progressiva de idealismo, mais ou menos, inconsciente, o que constitui o elemento melhor educativo deste estudo.

Não é, porém, aqui o lance de desenvolver o asserto.

As réplicas provocadas pela audácia das proposições aventadas pelo dr. Büchner amontoaram-se; numa turbamulta de artigos e folhetos de crítica, tais como de Lefaivre e Tisssot. Sem embargo de suas incoerências e tantologias, desses opúsculos o único ainda hoje contável resulta o desse mesmo Paul Janet, que já aludimos.

Mas toda esta acre polémica naturalmente teve por consequência o chamar a atenção das pessoas cultas em todo o mundo para a personalidade violenta que dera margem a um tão grande conflito de ideias.

Apurou-se que o talento andava na herança da família Büchner. Era uma porção de irmãos, filhos dum médico, já ele distintíssimo. Uma irmã. Luiza, revelara-se novelista de alto mérito, um tanto vago e místico mas desse misticismo natural e humano cuja expressão decisiva encontraremos, por exemplo, no característico romance do professor Max Muller, tipicamente intitulado *O amor alemão*. Outro dos irmãos Büchner, Jorge, sucumbiu, na flor da mocidade, vítima do abalo moral que lhe produziram as desilusões políticas; mas teve, ainda assim, tempo para nos deixar do seu alevantado espírito, um vigoroso índice com a sua tragédia baseada em *A morte de Danton*. Com esta peça célebre propunha-se, Jorge Büchner arrancar o teatro germânico dos artifícios do pseudo-classicismo em que o relegara a *sensiblerie* dos dramas de Kotzehue, introduzindo, em reação, na Alemanha o romantismo

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

francês, para o que o jovem dramaturgo se preparara com a tradução de algumas das peças basilares de Vítor Hugo.

O irmão mais novo, Alexandre, professor na Universidade de Letras de Caen, veio a assinalar-se por trabalhos notáveis, da alçada da história das literaturas. Um desses estudos é mesmo de primeira ordem, aquele que se consagra ao entendimento crítico das tragédias supremas de Shakespeare, particularmente do *Hamlet*.

Este, Frederico Carlos Christiano Luiz, por aquiescer aos desejos de seu pai, consagrou-se aos estudos médicos; mas a dissidência peculiar de seu indómito espírito manifestou-se, de todo o começo. Como estudante, tomou, conforme Karl Vogt e em geral toda a mocidade tudesca, parte nas agitações de reforma que corriam por então a Alemanha e foi um dos fundadores diretores da associação chamada *Alemannia*. Em 1848, defendeu a sua tese inaugural: *Apêndice à doutrina de Hall* sobre um sistema, nervoso excito-motor, com um êxito brilhante e intrometeu-se, mais activa e gravemente, na série de acontecimentos políticos que foram o ricochete, na Alemanha, da gloriosa revolução de Fevereiro, de Paris.

No outono de 1848, deixou a universidade (era a de Giessen) e foi exercer a sua profissão de médico para a sua terra natal; e aí, reunido aos seus antigos condiscípulos, colaborou num novo jornal, a *Nova Gazeta Alemã*, dirigida pelo dr. Otto Lueming. Pouco depois, pela submissão ao país de Bade, o dr. Büchner entrou na vida privada, e teve a felicidade de escapar às consequências desastrosas que a sua generosa conduta política atraíra aos seus companheiros, graças à sua qualidade de médico e porque empreendeu ao tempo uma viagem a Wuertzburgo. Impressionaram-no em Viena, especialmente as lições de Vrichow, que, com Liebiz e Bischoff, participada honra de ter sido dos primeiros a opor à velha escola a nova da filosofia natural e que teve por certo, uma decidida influência na definitiva orientação mental do dr. Büchner, já entrevista, de resto, na sua tese de fim de curso.

De regresso de Viena, o dr. Büchner consagrou-se à prática clínica e, sob a direção de seu pai, o dr. Ernesto Büchner, fez aparecer diversos trabalhos de medicina legal no *Jornal médico-legal* de Friburgo, trabalhos duma importância que lhe valeram o diploma de membro correspondente e honorário da sociedade dos médicos de Bade, em 1855.

Entretanto, o dr. Büchner havia aceitado o lugar de médico adjunto, sob a direção do professor Rapp, na clínica de Tubingue, aonde fez, como privatdocend, conferências, sobremodo notáveis, sobre diversos pontos de farmacologia, medicina legal, etc.,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

escrevendo, ao mesmo tempo, numerosos artigos na *Clínica alemã*, nos *Arquivos de Virchow*, de *Viervodt*, no *Jornal trimensal de Praga* e em outras publicações igualmente importantes.

Foi destarte que o dr. Büchner adestrou a mão para os seus escritos de mais amplo fôlego.

Começou com reunir em uma obra, traduzida para francês por Augustin Delondre, sob o título, modificado, de *Ciência e Natureza*, uma quantidade imensa de artigos dissimulados, a que aditou vários trabalhos inéditos. Nessa coleção destaca-se um estudo acerca de Schopenhauer. Este estudo foi das primeiras notícias que conseguiram tornar conhecido do grande público o nome do filósofo ignorado. Em 1869, o dr. Büchner fez ver a luz a um novo volume: *O homem segundo a ciência, seu passado, seu presente e seu futuro*. Este livro foi também traduzido para francês pelo dr. Charles Letourneau, que conservou fiel até às mais recentes datas a sua dedicada amizade pelo vulgarizador alemão. Assim, lhe traduziu ainda os últimos trabalhos, o volume acerca de *A vida psíquica dos animais* e esse outro de Luz e vida, o qual é formado de três lições populares de história natural, sobre o sol nas suas relações com a vida, sobre a circulação das forças e o fim do mundo, finalmente sobre a filosofia da geração.

O primeiro destes últimos livros que citamos, isto é *O homem segundo a ciência*, destaca-se por nos revelar ainda uma face nova do espírito revolucionário de Büchner. Na última parte, o filósofo mostra-nos o antigo partidário do socialismo cooperativo de Lassalle. Vai mais longe, pois que defende o coletivismo final, segundo a intuição histórica, mais ou menos acatada, de Karl Marx.

Contudo, estas são divagações em que o aspeto peculiar e característico de Büchner se apaga e oblitera. Onde ele está bem, como em terreno propriamente seu, é nos domínios da filosofia natural. E aí o documento que, a nosso parecer, nos deixou mais perfeito, está no volume em que reconstruiu as conferências sobre a teoria darwiniana, empreendidas, nos Invernos de 1866-67 e 1867-68, em Offenbach, Mannheim, Frankfurt, Darmastadt e Worms. Estas conferências estão também traduzidas em francês, por Augusto Jacquot. Elas tiveram um êxito excecional e conservaram-no no livro.

O autor quis e conseguiu manter-se fiel ao seu constante papel de vulgarizador, e, assim, livrou-se de cair no erro em que soçobraram Vogt, nas suas *Lições sobre o homem* e Moleschott, na sua *Circulação da vida*, os quais, desejando fazer obras populares, as realizaram muito eruditas para o povo e muito rudimentares

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

para os eruditos, como o observou o próprio Büchner, quanto ao volume do contradictor de Liebig.

Nas conferências de Büchner, é estudada por completo, a famosa teoria de Darwin, respeitante à transmutação das espécies e à aparição do mundo orgânico, com a aplicação dessa teoria ao homem, as suas relações com a doutrina do progresso e com a filosofia materialista do passado e do presente. Esta secção última é interessantíssima. Aí, o dr. Büchner desenrola uma rápida resenha da história do materialismo, Esta história ficará esboçada, no começo do século, nas páginas dum livro extravagante elaborado pelo matemático Lalande, um que comia aranhas e que dizia que lhe sabiam a damascos. Teve por colaborador o literário Sylvain Maréchal. A obra chama-se *O Dicionário dos ateus*. Ateu é, para estes dois originais, toda a gente, os próprios fundadores das religiões. Para se fazer ideia da loucura do paradoxo, basta dizer — e é o cúmulo da farsa — que ateu seria, a seus olhos, Jesus Cristo! A enumeração crítica do dr. Büchner, essa, porém, é um trabalho sério e escrupuloso. Mas o assunto viria a ser tratado, por uma forma magistral numa das obras fundamentais da filosofia do século, *A história do materialismo*, pelo idealista Alberto Lange, atualmente em tradução francesa.

Resumindo: estudando e escrevendo, serenamente decorreu a vida desse homem, que muitos dos seus compatrícios julgariam, ao vê-lo passar pela rua, um pacífico idealogo inofensivo, mas que foi realmente um revolucionário efetivo, pois que a sua ação não se exerceu sobre o instável campo dos factos, mas sobre a zona do espírito eterno, a que os factos, tarde ou cedo, hajam, fatalmente, de subordinar-se.

Honra á memória do bom velho, cujo recente óbito registramos nestas linhas apressadas. *

---

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola*, Porto, 1 ano, n.º 7, 8 de maio de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Apontamentos Bibliográficos

A reparação às vítimas do delito, por R. Garofalo, 1 vol., in 8.º, Lisboa, 1899

Se a parceria saúde no-lo permitir, haveremos de inserir, na secção que, sob o título, iniciamos hoje neste jornal, várias notas, menos de crítica do que de exposições, acerca de alguns livros de que, pela amabilidade de seus autores ou editores, nos chegou às mãos um exemplar. Isto será feito à maneira usada nas publicações periódicas lá de fora e que, na categorização dos géneros literários, se qualifica de *compte-vendu*. Pensamos prestar assim um serviço aos leitores do jornal.

E, encetando tarefa, não poderíamos começar melhor do que o fazemos hoje, recomendando, não só aos profissionais como ainda a essa ampla classe de pessoas cultas que os franceses designam pela expressão genérica de *lesgensdu monde*, a aquisição do volume que acaba de ser publicado pela livraria Tavares Cardoso & Irmão.

Esta casa editora, de larga data, se tem assinado pelo escrupuloso acerto na escolha das obras que se propõe dar à estampa. A coleção dos livros, de ordem filosófica ou especialmente científica que ela tem posto no mercado, é preciosa intrinsecamente e mesmo já hoje numerosa. Para essa coleção tem contribuído alguns dos mais insignes publicistas contemporâneos, tanto nossos portugueses como brasileiros, e quer em trabalhos originais quer em traduções. A este capítulo pertence o livro que hoje anunciamos.

Foi precedido da versão da *Criminologia*, do mesmo autor, feita sobre a terceira edição italiana e prefaciada pelo nosso amigo o dr. Júlio de Matos. A tradução atual foi autorizada pelo autor e levada a cabo pelo nosso muito talentoso colega, diretor de

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

«A Pátria», snr. José Benevides, advogado em Lisboa e sócio da *União Internacional de Direito Penal*. Ela é, também, precedida dum prefácio do tradutor; e o trabalho, agora trasladado para nossa linguagem, completa a doutrina desenvolvida na obra preliminar e capital do ilustre criminalista italiano.

No prelo, a edição ainda da casa Tavares Cardoso & Irmão, está outra tradução, do italiano, pelo mesmo tradutor. É a da obra do advogado dr. Bernardino Alimena, com o sugestivo título de *A premeditação em relação com a psicologia, o direito e a legislação comparada*.

O snr. José Benevides, que é um dos mais distintos jurisperitos modernos no foro lisbonense, tem assinalado o seu saber seguro e a sisudez do seu espírito, por manifestações elevadas, tanto em discursos e conferências, como em artigos e revistas. Aludimos aos seus trabalhos, por exemplo, sobre *O Direito Privado Social e Um Projeto de lei e a responsabilidade na gerência das sociedades anónimas*.

De suas qualidades e méritos é novo testemunho o prefácio com que opulentou esta sua tradução. Aí nos faz a história e nos dá a notícia da escola positiva de direito penal. Aí fixa a noção do crime. Aí faz a diferenciação da reação social na anulação e reparação. Aí, particularisadamente, se ocupa da reparação às vítimas do delito. Conserva o snr. José Benevides a mais completa independência de espírito em relação ao autor italiano, sem embargo do respeito que justamente lhe deve. E dá nobres provas dos quilates do seu ânimo, pela reivindicação dum critério socialista, perante certa dureza que a Garofalo advém da sua falta de ponderação do conceito económico, aliás indispensável no juízo desta ordem de problemas. O valor, porém, do trabalho de exímio criminalista italiano mostra o snr. Benevides como, esse, se conserva a dentro das restrições frisadas.

Na verdade, poucos livros conhecemos duma leitura tão impressionante e sugestiva. A curiosidade se desperta, logo, ao simples conspecto do sumário dos assuntos, no volume ventilados.

Compõe-se este de três capítulos. O primeiro ocupa-se da crítica dos princípios dominantes na legislação e na jurisprudência; e tem um apêndice respeitante a Bentham e Melchiorre Gioia. O segundo trata da reparação, como sucedâneo da pena, segundo Herbert Spencer. Finalmente, o terceiro é a aplicação prática das doutrinas expostas, tendo por objeto a multa a favor da pessoa lesada. O volume termina com instrutivos informes sobre pontos, tão úteis de apurar, como esse de saber que medidas se podem

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

recomendar ao legislador para restringir o papel da prisão na condenação das infrações leves? A este problema respondeu o relatório do snr. De Garofalo, incluído no quarto apêndice desse capítulo terceiro.

Numa palavra, a obra, agora editada pela casa Tavares Cardoso & Irmão, de Lisboa, é credora duma leitura atenta e ponderada.

A tradução está cuidadosa; e a edição é nítida. *

---

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, I ano, n.º 9, 10 de maio de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Demografia e Higiene da Cidade do Porto, por Ricardo Jorge, 1 vol., in 8.º, xvi — 444 páginas, Porto, 1899

Editado pela Repartição de Saúde e Higiene da cidade do Porto, saiu, um destes dias, o tomo 1.º do *Anuário do serviço municipal de saúde e higiene da cidade do Porto*, correspondente a 1898. É seu autor o médico municipal, lente de higiene e medicina legal na Escola Médico-Cirúgica do Porto, sócio correspondente da Academia Real das Ciências, do Instituto de Coimbra e da Sociedade das Ciências Médicas, dr. Ricardo Jorge. Aparece ilustrado com quadros estatísticos, tabelares e gráficos, referentes ao Porto, Lisboa e reino, e confrontos internacionais.

Tem por objeto o clima, a população e a mortalidade desta terra. A 2. ª parte, que está em preparação, tratará das causas de morte, das moléstias infeciosas e epidémicas, da profilaxia, vacinação e desinfeção pública. A obra é oferecida a todos os membros do senado municipal, que fomentaram a instituição do serviço de saúde e higiene, o qual foi instaurado em 1892.

O livro, que temos agora presente, está tipograficamente muito bem disposto; e os gráficos, que procedem das oficinas de gravura do nosso distinto colega de «O Comércio do Porto», apresentam-se como um trabalho acabado e perfeito, nas zonas, discriminadas, da diversa tinta distribuída.

Estes mapas e as sucessivas tabelas a que correspondem, bem como a imensidade de outros quadros estatísticos, igualmente arquivados no volume, quiçá que passem despercebidos aquele desatento que se limite a folhear o compendioso tomo. Todavia, eles representam e arquivam uma soma de trabalho verdadeiramente extraordinária e espantosa. Não parece isto obra de

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

português, temerário em suas afirmações e preguiçoso na tarefa de as comprovar. É uma faina escrupulosamente conscienciosa, tão prolongada, miúda e insistente que nos maravilha e assombra. Cremos bem que, senão no país, irrefletido e ingrato, ao menos lá fora hão de prezar e honrar o trabalho do snr. Ricardo Jorge, que demonstrou, com um relevo raro, dotes, de persistência e precisão, inteiramente excecionais. E excecionais, dizemos, visto como até o sejam mesmo lá fora.

Assim, o livro conclui pela apresentação de tábuas de mortalidade e sobrevivência, organizadas pelo autor em condições duma laboriosidade que intimidou até aqui os profissionais dos centros mais cultos. Na verdade, tábuas de mortalidade urbana, só rarissimamente é que aparecem. Obra destes últimos anos só se conhecem duas, ambas alemãs, as de Berlim e de Hamburgo.

O método seguido na organização destas tábuas, cuja elaboração é longa e mui penosa, foi duma delicadeza de análise matemática singular e finíssima, sem embargo das correções próprias duma impossível investigação direta. Foi o cálculo das interpolações, primeiro a linear, depois a parabólica. Destarte se construiu a tabela LXXXVIII, fazendo o quadro da mortalidade e sobrevivência do Porto, basilarmente assente, de 1885 a 1897.

Nada, no país, havia de consentâneo, nem sequer de preliminar. Quando, em 1862, o pai do autor destas linhas houve de organizar, na mira das liquidações quinquenais duma sociedade de seguros mútuos de vida a que, para a instituição dum banco desta cidade, ele deu a regra fundamental, nada encontrou, no país, que o guiasse. Assim, teve de recorrer a um processo empírico. Sabia que as tábuas de mortalidade francesas, mais geralmente conhecidas e por assim dizer clássicas, pecavam, uma por defeito, outra por excesso. Na falta de todos os elementos de correção, construiu as tabelas das anuidades sobre o esquema duma tábua de mortalidade intermédia, que elaborou, entre as duas, antinómicas, francesas, de Déparcieux e Duvillard.

Das tábuas de mortalidade e sobrevivência para o Porto, a cuja difícil confeção se entregou prestimosamente o dr. Ricardo Jorge, ele levou o excesso de sua modéstia a submeter ao juízo de Bodio o processo de cálculo que as referenda. Ao dr. Ricardo Jorge, aquele mestre consagrado da estatística moderna dirigiu uma longa e minuciosa nota manuscrita, redigida pelo seu ilustre colaborador Bagni Tullio. Tanto quanto, em tão melindroso tema, nos seja permitido aventar asserto, de Ricardo Jorge se pode dizer,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

como dantes se dizia dos sonetistas , que fechou o seu livro precioso com preciosíssima chave de ouro, lavrado e burilado.

A exposição, no decurso do texto da obra, não se macula do azeitoso esparramento do formulário oficial. Todo o livro é escrito no estilo tão próprio e característico de Ricardo Jorge, original mescla de sapientismo e trivialismo, de vernaculidade e modernidade.

Um dos capítulos da obra, o referente às origens e desenvolvimento da população do Porto, aparecera já, conforme no volume de agora se registra, em o *Anuário do serviço municipal de saúde e higiene.* E, ao depois, outrossim em uma «separata», cuja tiragem foi de 300 exemplares, numerados. A inclusão na obra atual não dispensa a aquisição dessa antecedente «separata»; pois que esta seja precedida de uma dedicatória, *Ex imo,* que é uma página profunda, embebida, duma comoção penetrante, no enlevo divino duma saudade humana. Constitui, por certo, um dos mais belos trechos da *real,* moderna prosa portuguesa.

Ainda queríamos escrever umas tiras mais acerca de *Cale,* de *Gaya;* acerca do «tripeiro» Uriel da Costa, deísta também, mas glorioso anónimo inovante no deísmo naturalista, em contra do supranaturalismo revelado. Em vénia da paciência pública, com congéneres, reservamos, porém, o lance.

Mas, desde agora e ainda, *et nunc et semper,* por seu novo testemunho, menos que ao erudito camarada de hoje, um aperto de mão mandamos ao condiscípulo de ontem. *

---

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, I ano, n.º 11, 12 de maio de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Simas, por A. Pápi Júnior, 1 vol. in 8.º, Ceará, 1898

Tivemos o desgosto de, além, na grande república, não se entender, geralmente, bem, o intuito que ditou a confeção do volume a que pusemos o título de *O Brasil Mental*. Muita gente se persuadiu e nos atribuiu um maligno propósito, que seria infantil.

Daí veio o acervo de acrimoniosas críticas, por isso mesmo pueris também.

Quem estivesse longe, territorialmente, das paixões é que poderia avaliar com nitidez. Foi o que aconteceu com o analista italiano da *Rivista Politica e Letteraria*, de Roma, quando frisa o sentido de exemplo cívico dado ao Portugal, monárquico e católico, pelo Brasil positivista e republicano, e descriminou assim o sentido, profundo, contido e implícito no volume sobre que formulava parecer.

Mas do mesmo Brasil é-nos grato consignar que a mocidade culta se não iludiu, pois que a nova geração de nós, confiantemente, se abeirou. Isto nos indemniza largamente e largamente nos compensa de muitas injustiças, que, por inofensivas, não perdem de aleivosas.

Entre os nomes que mais distintamente avultam na recente novelística brasileira, destaca-se o do romancista cearense snr. Pápi Júnior. O Ceará, no ardido de seu céu e na inclemência da sua terra, é leiva feraz de primaciais engenhos.

A novela de que, em seu «1.º milheiro», temos presente o exemplar que, amavelmente, nos endereçou o autor procede do Centro Literário do Ceará, o qual se dá como subsidiário da 12-10-2012. Altamente valiosa é essa Literatura, pois que na abundante coleção

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

se recomponham os preciosos estudos históricos de Franklin Távora. Mas ao Ceará nem tão-somente pela promoção abolicionista é que cabe a honrosa designação, já hoje clássica na América do Sul, de ser a *Terra da Luz*.

Depois do primeiro empuxe do romance brasileiro, naturalmente, imitativamente, europeu e cosmopolita, esse romance tinha de tomar um carácter nacionalista, acentuando e firme, para que ganhasse autonomia, desprendendo-se dos módulos das fáceis imitações. Ao Rio de Janeiro, cidade europeia e cosmopolita, estava dado, naturalmente, o produzir o discreto e elegante talento que exigia esse primeiro tipo da novela. Foi ele Joaquim Manuel de Macedo, que só uma vez, aliás em obra muito descriminada e típica, *As vítimas algozes*, se emancipou dum europeísmo de leitura e preferência. Mas ao Ceará era destinado o incomparável mérito de dotar as letras brasileiras com um representante, destacado e pessoal, do americanismo em divergência com o europeísmo.

Esse homem foi José de Alencar, com ele o Brasil adquire, na zona da novela, personalidade e corpo; o romance brasileiro deixa de ser uma cópia pálida dos modelos de Paris ou de Lisboa.

Não que uma integral independência o aparte; pois que, se Eugénio Sue ou Camilo Castelo Branco o não determinam, o mesmo se não pode dizer com respeito a Fénimore Cooper ou mesmo ao capitão Mayne-Reid.

Com Alencar surge a idealidade dum convencional indianismo, que atinge o seu máximo na bela obra modelar do *O Guanary*, devaneio vago, eminentemente próprio para o desenho musical, que encontrou, legitimamente, num paisano, o operetista Carlos Gomes.

A falsa compreensão do selvagem primitivo inutiliza criticamente a obra do poeta; o crítico Sylvio Romero assinalou-o, desde as páginas dum dos seus primeiros opúsculos de polémica literária; mas onde o contraste flagrantemente resulta é nas composições realistas em verso, atrozes pelo naturalismo, com que o snr. Mello Moraes, Filho, retratou a vida inicial dos agrupamentos indígenas quando da descoberta. Eles são o documento precípuo, no ponto de vista etnológico, da sua *Antologia brasileira*.

Depois de Alencar, em nossos últimos dias, teve o Ceará, na atividade do romance, uma prometedora aptidão superexcelente. Foi a de Adolfo Caminha, o malogrado autor, na frescura da improvisação, de *A Normalista*.

Aí vibra, em laudas doloridas, o terror persistente da grande crise natural da seca de 1878, que, em Portugal, teve uma

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

repercussão, literariamente tornada duradoura pelo poema de Guerra Junqueiro.

Ainda, a data já tão remota, a impressão de pavor, que ficou do formidável importúnio, dá margem a situações morais, sugestivas e lancinantes, em jeito a determinarem altas expressões literárias, de estilo e de psicologia, como as que constituem o capítulo XIII deste atual romance de *O Simas*.

Nas suas cerca de 700 páginas, a novela, que se indica como simples e meros «cenários cearenses», afasta-se do título de mera reprodução localista para confugir até onde as divagantes suposições da pura abstrata crise sentimental.

O autor abandona-se, à laia de um Stendhal regionalista, aos devaneios da metafísica da paixão; mas, no vigor, no borbolhamento da sua plasticidade estética, infelizmente ele, a todo o instante, se nos mostra penetrado e imbuído da dialética, puramente verbal, de Camilo Castelo Branco. Tanto é certo que a América não pode, nem que queira, repudiar a Europa.

Não é uma questão de sociologia, é uma questão de biologia; e contra biologia não há revoluções; da Europa, a América bebeu-a com o leite, anda-lhe no sangue. Eis aí.

As mesmas admirações literárias não são senão o reflexo desta dependência umbilical. Assim, o snr. Pápi Júnior não se farta de imitar o snr. Eça de Queiroz, simultaneamente sob o influxo de Camilo Castelo Branco. Toma-lhe as situações, toma-lhe as palavras. Vai do Eça de Queiroz, primaveril e planturoso, do *Primo Basílio* até ao Eça de Queiroz, outonal e sábio, de *Os Maias*.

De *Os Maias*, extrata, para o Lauro, a educação materialista e grossa do velho fidalgo fantasmagórico, que é a única figura limpa da difusa narrativa última do insigne romancista.

Apontar a correlacionação que prende o jovem escritor cearense à obsoleta literatura da metrópole não implica, evidentemente, freima alguma de deslourar seus quilates.

Nas indecisões de quem avança, é bem constatar a força. Possuindo talento, tem-na o snr. Pápi Júnior.

E, confiando nos progressos da diferenciação estética de sua cultura, resulta para nós dever, e, consequentemente, empenho, consigná-lo.

Tal fazemos. *

---

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola*, Porto, I ano, n.º 19, 22 de maio de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Quatro Opúsculos

Da tipografia de Rafael Giusti, de Livorno, saiu, estampado primorosamente, o primeiro número duma «Bibliografia histórica», organizada pelo indefesso estudo do snr. Joaquim de Araújo, cônsul de Portugal em Génova. Este primeiro número dedica-se a apurar as espécies históricas concernentes à personalidade e à época de D. António, Prior do Crato, do qual traz uma excelente reprodução dum retrato coevo.

O snr. Joaquim de Araújo não faz uma seca enumeração, pois acompanha alguns dos números da sua lista de preciosas indicações críticas. Por amor das letras pátrias, lhas agradecemos.

E, pois que s. ex.ª se encontra em Génova, ousamos pedir-lhe o aceleramento dum problema, histórico e literário, que nos tem intrigado de longa data, mas cuja solução não temos podido apurar, na insuficiência dos recursos das livrarias públicas aqui.

Todos os nossos historiadores e bibliógrafos consideram como o verdadeiro autor do interessante livro rubricado por Jeronymo Franchi Conestaggio, «gentlhomem genovês», o conde hispano-lusitano D. João da Silva. Isto repete-se automaticamente duns para os outros; mas não nos parece bem.

Não nos parece bem, porque, originariamente, tudo proceda duma frase, indemonstrada, do famoso culteranista Gracian, em uma passagem reproduzida pelo nosso Barbosa Machado. E tanto estes como os demais escritores que se têm referido ao caso parece ignorarem que o nome de Jeronymo Franchi Conestaggio pertence a um historiador distinto da Itália, que não escreveu só acerca das coisas de Portugal, como ainda

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

outros livros a propósito da Alemanha, etc. Cantu o elogia, por sua discrição; ele foi bispo de Nardo e morreu arcebispo de Cápua. Como é, pois, que Jenonymo de Mendonça nos diz que o autor Franchi, a que ele responde em sua «Jornada de África», não passava de ser um simples capataz, beleguim, ou coisa que o valha (estamos citando de memória) na feitoria da Alfândega de Lisboa?

Na sua fundamental «Storia della letteratura italiana», Tiraboschi sente a dificuldade, sem explicar os motivos; e declara que não tem tempo nem elementos para discutir esse problema das razões que tenham levado a atribuir o livro de Conestaggio a D. João da Silva, como em França fizera a «Méthode pour appendre l'histoire».

O snr. Joaquim de Araújo tem saber e hábitos de trabalho para, nas propícias circunstâncias em que se encontra hoje, decidir definitivamente o ponto. Oxalá o queira fazer.

— O velho amigo Henrique Marinho, que conserva fresco e vivaz seu constante entusiasmo literário, acaba de publicar a tradução em verso da poesia de François Coppée, *A Benção*.

Há poucos dias ainda que o snr. Marinho dera a lume um monólogo em verso, original seu, *O mestre-escola*. E para breve anuncia outra versão, do mimoso parnasiano Eugène Manuel, agora, *A visita ao forte*.

As composições do snr. Henrique Marinho extremam-se pelo primoroso cuidado da expressão. Conhecendo os dotes de plasticidade da nossa linguagem, o poeta sabe servir-se deles, com propriedade, bom critério e gosto.

No opúsculo aparecido, mais uma vez o nosso amigo testemunhou das aptidões distintas que o assinalam.

Jubilosamente, pois, ao antigo companheiro, um franco parabém.

— Com «notas biográficas e genealógicas», publicou o snr. José Augusto Carneiro uma *Resenha histórica e arqueológica do mosteiro de Leça do Bailio*.

A edição coube ao conhecido livreiro, snr. José Lopes da Silva; está feita em excelente papel e à impressão saiu primorosa.

A obra é oferecida ao snr. Visconde de Sanches de Baena, que o snr. José Augusto Carneiro qualifica, com justa razão, de insigne linhagista e distintíssimo arqueólogo.

No pleito crítico respeitante à participação que teria na revolução de 1640 o famoso procurador João Pinto Ribeiro, demonstrou, até, o snr. Visconde de Sanches de Baena méritos, reconhecidos

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

por Camilo Castelo Branco, que autorizam, na verdade, o snr. José Augusto Carneiro a chamar-lhe também erudito historiador.

O snr. Carneiro não é hóspede em nossas letras, pois que, desde 1883, tem vindo publicando valiosas memórias, históricas, genealógicas e biográficas. Esta de agora é particularmente muito interessante para todos nós, do Porto, que, de meninos, apreciamos as traduções que andam ligadas ao vetusto, forte monumento que perto do Porto fica, em sítio tão ameno e aprazível.

Todos, em criança, se então não líamos a memória especial de António do Carmo Velho Barbosa, em compensação devorávamos o belo romance, de Arnaldo Gama, que se dá como pura «lenda do século XIV» e que é oferecido ao abade António dos Santos Lessa.

Deste ancião, sacerdote douto, se encontra no volume do snr. Carneiro uma circunstanciada e respeitadora biografia.

Mas o grande mérito original do trabalho do snr. Carneiro consiste em ter conseguido descobrir a origem e descendência que respeito diz a D. Cristóvão de Cernache e D. Frei Estêvão Vasques Pimentel, o primeiro dos quais deixou ligada sua descendência aos atuais senhores do morgado de Campo Belo, em Vila Nova de Gaia, e o segundo, cujos, últimos sucessores vieram a ser os fundadores da Casa de Bragança.

O livro do snr. Carneiro é proporcionado, e sua exposição está feita com clareza. Nele se depara um protesto, a que nos associamos, contra o abandono e desmazelo a que está votado este mosteiro de Leça do Bailio, entregue às injúrias do tempo e carecendo de reparos imediatos.

Também, com razão, se indigna o snr. Carneiro contra o vandalismo de certos visitantes. A capela de Nossa Senhora do rosário, vulgo «Capela do Ferro», tem as paredes, à altura de mais de um metro, todas rabiscadas a lápis, com graçolas estúpidas; e a estátua, de pedra de Ançã, do túmulo de bailio D. Frei João Coelho, Grão-prior do Crato e Chanceler-mor de Rodes, essa, ainda é pior. Exibe nomes, abertos a ponta de canivete! A Capela do Ferro rememora a lenda que prestou a trama à novela de Arnaldo Gama e lhe forneceu o ensejo para o poderoso capítulo final do juízo-de-Deus, pela prova do ferro em brasa.

O snr. José Augusto Carneiro, que pertence a uma família distinta por méritos literários e artísticos, hoje testemunhados por seus sobrinhos, os nossos amigos Celso Hermínio e Décio Carneiro, tem prontas para dar à impressão três outras obras, preparadas e escritas desde 1892, preenchendo uma delas, a atinente

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

aos brasões de armas das principais famílias antigas titulares em Portugal, uma verdadeira lacuna na nossa livraria impressa, pois será composta de 68 escudos, desenhados com suas respetivas cores metálicas. *

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde — Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola*, Porto, I ano, n.º 28, 1 de junho de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A Questão da Paz

I

É vulgar ouvir dizer que a França tem decaído muito da superioridade mental que, entre os povos civilizados, a distinguiu durante mais de dois séculos. Abatida politicamente, e quase que reduzida às proporções de uma potência de segunda ordem, também se lhe contesta a hegemonia espiritual.

O facto, persistente, da diminuição da sua natalidade parece confirmar as presunções daqueles que julgam estrutural e como que irremediável essa derrogação coletiva. Na mesma França aparecem biólogos, a conclamar, como o snr. Vacher de Laponge, o motivo intrínseco, por seleção regressiva, de tão genérica diminuição de vitalidade.

Mas de longa data essa suposta decadência específica vinha sendo assinalada, nas obras, mais ou menos mal-humoradas, de escritores, por vária razão dissidentes.

Até mesmo entre nós, já desde 1865 que o filósofo Pedro de Amorim Viana se baseava, para análogas asserções, nas tabelas, sucessivamente mais tolerantes, da isenção do serviço militar em França.

Geralmente, e nas altas expressões da mentalidade social, argumentava-se e argumenta-se com a diminuição do índice dos engenhos. Constatava-se o desaparecimento das grandes personalidades que encheram de assombro o mundo. Via-se que não sucedera uma geração científica comparável àquela, deslumbrantíssima, que contara, em suas fileiras, capacidades tais que atingiram o ponto extremo que se conceba para o génio humano.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na astronomia, um Laplace. Na análise matemática, um Lagrange. Na zoologia, Lamarck e Cuvier. Jamais se possa pensar em exemplares que excedam estes?

Depois, os criadores especiais, os renovadores parcelares, aqueles que inventam e aqueles que descobrem, tais como, na teratologia, Isidoro Geoffroy Saint-Hillaire, na linguística, Emílio Bonrnouf.

As ciências históricas foram completamente renovadas pelo génio francês. Ele se manifestou pela solércia do império narrativo, mais quente e natural; pela glacial derivação dogmática; pela profunda penetração psicológica. E nenhuma literatura no mundo pode revindicar-se de uma tão vasta e alta glória, interpretativa e crítica, como a que fique definida pela simples enumeração dos três nomes de Thierry, Guizot e Michelet.

As ciências sociais renovaram, generalizadas e humanizadas, o critério, exclusivo e seco, da economia clássica inglesa; Fourier enxergou os horizontes futuros pela crítica do comércio, como Saint-Simon os descobriu pela crítica da indústria.

As aspirações de ideal justiça encontravam nos domínios da arte a representação mais flagrante e incisiva; e o entendimento da crise moral, subjacente no mercantilismo hodierno da sociedade burguesa, era levado até ao mais recôndito de sua emaranhada trama.

É curioso que fosse uma mulher aristocrata, e oriunda, morganaticamente, de casas realengas, quem criasse o modelo primário da novela socialista. George Sand. E, concordantemente, interessante é também que a comédia-drama do capitalismo tivesse a sua expressão filosófica num fidalgote provinciano, católico e realista. Honoré de Balzac.

À confusa anarquia de todas estas sugestões e de todas estas compreensões, dominou-a, com mão de ferro, organizando em conjunto o disperso, uma das mais poderosas cabeças sintéticas que assombram no desenvolvimento crítico da humanidade. Tem-se dito até que, desde que o homem é homem, só dois génios assim apareceram no conflito da vida e no combate das ideias. Um fora o grego Aristóteles; o outro seria este francês Augusto Comte.

Se a França, porém, não nos apresenta hoje senão uma galeria de pequenos retratos; tudo, políticos, historiadores, poetas, músicos, estatuários, pintores: *minores*, o que passa despercebido é que essa evidente decadência não é peculiar da França. O que, ainda uma vez, mesmo no infortúnio, da França faz a grandeza é

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

que só nela se atenta. Porquanto, a decadência em que se repara não é exclusiva da França; antes, feliz ou infelizmente, é geral, da Europa; até, de todo o mundo civilizado.

A raça eugénica extinguiu-se por toda a parte: os grandes felinos, como Bismark ou Napoleão; os ursos das cavernas, como Nicolau II, Mehemet-ali; as águias e os abutres, desde os que pairam no azul das utopias até os que esgravatam no esterco das superstições, desde o padre Lamennais até ao cardeal Antonelli. Se na França não há já hoje químicos como Lavoisier, também na Alemanha não aparecem filósofos como Kant; e, atrás de seu féretro, não segui em Londres discípulo algum que sequer tentasse equiparar-se, na abundância dos factos e na perspicácia da análise, a Carlos Darwin.

A estirpe dos heróis findou. Se, por suspeições de ordem económica, um Abraão Lincoln, emancipando os escravos, ainda é inteligível à mediocridade do sentimento moral contemporâneo, já um José Garibaldi, abalançando-se com seu punhado de voluntários a atacar o sumo Pontífice, defendido mais do que pelas baionetas francesas pelos seculares fanatismos, resulta coisa quase inconcebível; parece mito, radiante e quimérico.

Ora, aqui é que poderia marcar-se, em alguma maneira, certo traço específico da decadência francesa.

Por especial snobismo das altas classes sociais ali, criou-se um género especial de neocatolicismo, elegante e amaneirado, que alastrou pela Europa latina.

Uma reação de jesuitismo se espalhou, primeiro pela Espanha, mercê do acidente político da restauração de Sagunto. Depois, em nossos modernos dias, por Portugal, graças a um motivo individualista, cuja alta sugestão é do conhecimento de todos.

A este respeito, das nações latinas, aquela que manteve — exclusivamente, até há pouco — firme e alto, os lemas da autonomia da consciência e da preponderância da sociedade civil foi a Itália, pois que a sua monarquia não pode permanecer em Roma, feita capital, sem estar em cheque, de todo o momento, com o chefe da catolicidade, cujo poder temporal essa monarquia aboliu, conquistando Roma a tiros de metralha.

De maneira que sucede esta coisa inesperada: que a França da *Enciclopédia* foi até agora o baluarte do ultramontanismo, e que a Itália do *Syllabus* se tornou, até à separação da Igreja do Estado em França, o Estado regalista por excelência.

Este fora, na verdade, o triste defeito moral da França contemporânea; o clericalismo corrompeu de tal maneira o espírito

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de certa mocidade francesa que se tornou possível esta monstruosidade: de, a quando do caso Dreyfus, se poderem produzir, com plausibilidade, receios de que, à hora menos pensada, a sineta de prata de Saint-Germain l'Auxerrois voltasse a badalar, pelo calado da noite, chamando os fiéis católicos a uma nova Saint--Barthélemy... de judeus, então.

Um minuto, que deveria ser culminante, solene e consciente nos fastos da democracia republicana francesa contemporânea, foi pelo contrário — e tipicamente — um minuto baço e pardo. Se algum relevo demonstrou, foi no reverso, anfractuoso e hostil. Queremos falar da comemoração da grande Revolução, em 1889.

Deveria ser uma ampla manifestação das liberdades novas contra os velhos abusos; o protesto da plebe cosmopolita contra as cosmopolitas aristocracias; a revindicação moral da liberdade opressa em contra da tirania dominante.

Não foi nada disso; não teve sentido nem carácter; não passou de uma festarola, grandiosa e mesquinha, banal, um bazar, uma feira. Ali onde, no mesmo Campo de Março; onde o entusiasmo augusto da burguesia, generosa, dos primeiros tempos realizara esse majestoso jubileu da Grande-Federação: ali o chatinismo da burguesia capitalista dos últimos tempos não concebeu mais do que um mercado internacional, uma exposição de maquinaria, um conglomerado de restaurantes e de cozinhas exóticas.

Se um Estado imaginara, iludindo-se, qualquer sentido crítico a essa festa de 1889, esse Estado foi a cesarista e feudal Alemanha, que se recusou, oficialmente, a tomar parte na exposição, por isso que ela era o contraponto moderno da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Mas o Estado francês, esse, procedeu com uma ininteligência rara da situação histórica; e, assim, tendo-a recusado tantas vezes, foi, desastradamente, escolher e aproveitar esse ensejo, que devia ser meticulosamente puro, para permitir licença à introdução em Paris do espetáculo, grosseiro e inferior, das corridas de touros.

Destarte se vingou a Espanha, sem dar fé, aliás, de outra e mais grave inconsciência francesa, que se produzira já na anterior exposição de 1878, a qual marca, contudo, o decisivo radicamento da república em França.

Essas exposições realizam-se no Palácio chamado das Nações, elegante americanismo, de tijolo, ferro e vidro, que se construiu em 1877, nas alturas de Passy, precisamente no ponto a que foi dado o nome de Trocadéro. Ao palácio costuma chamar-se também o palácio do Trocadéro.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ora, que nome é este de Trocadéro? É o nome, espanhol, de um forte da baía de Cadis.

E, porque foi ele aplicado a esse montículo de Paris? Para comemorar a vitória, ganha pelos franceses, sobre os espanhóis, em 1823. Fora quando Chateaubriand cometeu o seu grande atentado liberticida, a favor do ignóbil rei Fernando VII; e, ainda para agravar a sua situação moral, sustentou que a guerra da Espanha não fora imposta à França; que ela era necessária à sua honra e à sua independência; que cumpria dar à bandeira branca o lustre militar que lhe faltava. Para isso, comandados pelo duque d'Angoulème, invadiram a Espanha os *100.000 filhos de S. Luis*. A liberdade castelhana caiu definitivamente no Trocadéro, defendido por 14 ou 15 mil dos liberais andaluzes.

A Portugal chegou o ricochete desse enorme crime da «Santa Aliança»; houve a campanha da poeira; o snr. D. João VI partiu para Vila Franca; as cortes foram expulsas; e os maiores nomes da aristocracia portuguesa reclamaram durante dias, nas colunas da folha oficial, a honra de se haverem atrelado aos varais do coche do monarca, cujos *inauferíveis direitos* esses timbravam em manter.

Não ficou só a inconsciência da designação desse palácio de Passy. Perto se fez a reprodução, em cimento, da prisão do Templo, com seus minaretes e torreões; e aos visitantes se explicava, pormenorizada e ao vivo, a lenta agonia do «bom» rei Luis XVI. No *boulevard*, instalara-se uma exposição de figuras de cera, que ficou célebre, o Museu Grévin; e deu-se a preferência a representações de conjunto das cenas lancinantes do drama revolucionário, a marcha da rainha para a guilhotina, o passeio atroz da cabeça romanesca da princesa de Lamballe, espetada da ponta de um chuço, na lucilante auréola da sua loura coma.

Estas contradições demonstram a exação do asserto que aventamos então. A nosso parecer, derivaram da causa geral que deixamos apontada; e é ainda essa causa, que se nos prefigurou proporcionar uma situação constrangida, pelo menos, ao Estado republicano francês na magna questão, de complexo interesse humano, que se ventilava à data.

Exporemos as razões que nos conduziram a conjetura semelhante. *

---

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola*, Porto, I ano, n.º 20, 23 de maio de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

II

A sistemática depravação do critério, político e social, da mocidade francesa, prosseguida e quase que levada a cabo pelo ensino congregacionista, tornou-se, mesmo, tão flagrante e evidente que acabou por alarmar as quietas tranquilidades dos homens de Estado, ainda os mais repousados e conservantistas.

Depois que Gambetta deitou o seu pregão famoso de que: — *O clericalismo, eis o inimigo,* — um dos mais eminentes cultores da ciência positiva em França, o malogrado Paulo Bert, deu-se a reproduzir e fundamentar os agravos clássicos contra a moral e a educação dos jesuítas. Veio a organizar-se um corpo de lei tendente a salvar os espíritos do enleio dos maldosos sortilégios duma educação supersticiosa e fanática; mas a reação foi não só violenta como constante, e hoje o ruidoso artigo 7.º das leis Ferry é, em todo o percurso do país, letra extinta e morta.

Entrara nos costumes, afinal, o ceticismo pelas possíveis conquistas do progresso moral. Uma galhofa comum apoderara-se de verdades longamente respeitadas. Exercia-se o *espírito* sobre as aspirações da justiça. A literatura ricanava; como na comédia onde, com júbilo, se qualifica o republicanismo de inevitável e passageiro sarampo. A chacota generalizou-se; vários cínicos a transportaram para Portugal, por exemplo. Assim, tornou-se moda a jogralidade de grifar na imprensa os «imortais princípios». E, todavia, esses *imortais princípios* eram precisamente o que dava carácter e personalidade à França. Abdicando dos *imortais princípios,* a França moderna faria esta simples coisa: renegar-se-ia.

Se isto não aconteceu, por honra da democracia francesa, é certo que, infelizmente, o mal alastrou, sobretudo pelas classes burguesas, que dominam e imprimem o tom na sociedade capitalista em via de integral desenvolvimento. De modo que esta lacuna tornou-se sensível a todos os espíritos que se ocupam a sério dos problemas sociais. O mais eslavo de todos os romancistas russos, o poderoso Dostoievsky, desde as páginas da sua novela de *Podrostol*: (A crença), descobre esta que chama a chaga da França; e, observando que «a nação genial», como ele a designa, principiou, desde os seus grandes desastres militares de 1870, uma «vida para a desforra» concordante e persistente, acaba Dostoievsky por perguntar se esta palavra de «desforra», a qual retumba dum extremo da França a outro, será bela de *per si* mesma?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Claramente que a resposta vai já contida na pergunta; e ocasião tinha de surgir em que essa réplica negativa haveria de adquirir relevo e destaque.

Apareceu agora com a inopinada proposta, feita pelo czar Nicolau II, para a reunião duma conferência internacional destinada a realizar finalmente a utopia da paz perpétua.

Como preliminar indispensável para a extinção das guerras, impõe-se desde logo a necessidade imediata do desarmamento geral.

Mas, o que significaria para a França o desarmamento neste instante histórico? Significaria, claro é, o abandono, por completo, de toda e qualquer ideia de desforra. E isto destruiria, de manifesto, a única ideia coletiva que preside, de conjunto, à vida moral da nação francesa.

Daqui derivam as tergiversações, as evasivas, os tristes sofismas em que abunda a imprensa periódica de França, desde que apareceu esta mistificante surpresa do alvitre do czar. Porque, por outro lado, seria abusivo, no inverosímil, que a democracia francesa desfechasse a ridicularizar a utopia da paz perpétua, a fazer a apoteose da guerra, ela que tão grande celeuma levantou e levanta contra a frase em francês com que o príncipe de Bismark sintetizou a brutalidade da sua política: *La force prime le droit.*

A França está, a este respeito, digamo-lo com sinceridade, numa posição falsa; mesmo numa das posições mais singularmente falsas que o absurdo das manigâncias diplomáticas jamais logrou determinar para uma sociedade política.

Um dos brilhantes redatores da imprensa republicana de Paris sentiu o constrangimento em que a França se encontra. Declara que ela está, perante a proposta russa, na situação do burro de Buridan, entre dois feixes de palha. Escreve assim:

> «A França consentirá ou não consentirá? Se consente, isto é se abandona, para sempre e definitivamente, a Alsácia e a Lorena, deshonra-se, avilta-se, e a Alemanha fia dias de ouro e seda. Se recusa, subordinando o seu consentimento à restituição pelo ladrão dos bens roubados, Guilherme mandará escrever, por canto e quina: Ora vejam bem que é a França quem quer a guerra. Semelhante povo é incorrigível. Unamo-nos, pois, todos contra ele».

Por mais que se faça, não se pode, em boa lógica, sair das garras deste dilema, que um propagandista popular, o snr. Amédée

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Saint-Ferréol qualifica de «ganchudo». Mas ele compreende ainda uma maior extensividade.

Pouco importa o que da França pense ou diga Guilherme; o que importa, essencialmente, para o conceito hegemónico da França, é o que, das suas contradições, aquilatem, no juízo dela, aqueles pensadores que, no presente e no futuro, interpretam a consciência livre da humanidade.

Rejeitando o desarmamento, opõe-se a França ao projeto da paz perpétua; e a paz perpétua é a conclusão última dos princípios fundamentais da Revolução francesa; é o corolário legítimo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Quando a assembleia nacional resolveu a guerra contra a Áustria, ela votou o decreto apresentado por Gensonnè, em que declarou que a nação francesa, «fiel aos princípios consagrados pela sua Constituição», não pode empreender guerra alguma de nação contra nação. Mas o pensamento da assembleia, o verdadeiro e profundo pensamento da França de então, isto é, da França da Revolução, mormente da França da República, Merlin de Thionville acabava de o exprimir naquelas palavras célebres, que o historiador Luiz Blanc põe em versaletes, como eminentemente, diz ele, belas: «Votemos a guerra aos reis e a paz às nações».

Compreende-se que se não exija já da França de 1899, aliada do autocrata de todas as Rússias, que ela vote a guerra aos reis; mas seria demasiado que ela contrariasse a paz das nações.

Com o feitio, aliás positivo e relativista do espírito moderno, destoa, não obstante, a ironia, ainda mesmo discreta, para com quaisquer tentâmenes de paz perpétua, quando essa ironia proceda de publicistas ou polemistas franceses. À França pertence a honra do projeto preliminar que organizou e regularizou essa aspiração da generosidade de todos os tempos.

Na publicistica contemporânea, em geral, não se encontra referência senão, pelo grande nome que o subscreve, ao projeto de paz perpétua elaborado pelo filósofo alemão Manuel Kant. Seria curioso que a França demonstrasse, por uma singular aberração, que o filósofo se iludira quando ensinara que a primeira condição prática para o estabelecimento definitivo da paz perpétua seria que a constituição civil de cada Estado devesse ser republicana.

Isto ainda mesmo que ao conceito republicano se atribua a restrição constitucional feita por Kant. A Rússia despótica proporia a paz; a França representativa rejeitá-la-ia.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Rejeitá-la-ia, mesmo com simplesmente embaraçar as deliberações práticas e úteis duma conferência que, a ser sincera, teria de resolver-se num tribunal permanente de mediação e arbitragem.

Ora, como apontamos, a ideia da constituição desse tribunal foi, na história da publicista clássica moderna, definitivamente firmada por um francês.

Em 1713 publicava, em Utrecht, o abade de Saint-Pierre o seu arquifamoso *Projeto de paz perpétua*. Comentando-o, Jean-Jacques Rosseau recorda que a ideia da formação duma liga federativa das nações para decidirem em comum e à boamente os seus litígios respetivos constituiu a trama da alta política do Estado francês, quando foi do projeto da república cristã, concebido pelo rei Henrique IV e pelo seu ministro Sully.

Dada a nobre influência das ideias francesas por todo o mundo culto, também a este canto de Portugal chegou a freima de acabar com as guerras a golpes de disposições legislativas.

Na Haia o delegado português poderia apresentar um trabalho completo para a formação do que o seu autor chamava um «Pacto Imperial» entre as potências confederadas. São 43 artigos, estabelecendo a maneira da constituição do «Conselho Supremo de Justiça», que haveria de a distribuir entre as nações em conflito. Chega-se à minuciosa perfeição de estabelecer até o «Regulamento» interior desse Conselho Supremo de Justiça. Isto tudo tem esta data: «Portugal, 20 de janeiro de 1821». E intitula-se *Projeto de guerra contra as guerras, ou de paz permanente, oferecido aos chefes das nações europeias*.

Os chefes das nações europeias não prezaram, ao tempo, muito, a candura da oferta. Agora é que seria lance de renovar o mimo do brinde.

Com certeza que a conferência da Haia não há de chegar a melhor redação, sem embargo da ingenuidade do redator. Se lhe adotassem o projeto, cuidava que maravilhosos horizontes se desdobrariam diante da humanidade.

Exclama: «Então, em torno dos Tronos, e bordando os Impérios, oferecerão aos Povos deliciosa sombra oliveiras e loureiros. Quando, além dos empregos úteis ordinários, necessitem as Nações entreter alguma parte dos seus habitantes: ocupem-nos em abrir as portas de novos Mundos; não para cortar ali vidas sem culpa; sim para plantar proveitosos costumes, amena civilidade; para converter em laboriosas povoações os desertos incultos; em sociedades polidas o esquivo Gentilismo».

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na enfática puerilidade deste estilo, que era aliás o da época por toda a parte, o facto é que a obra é séria. Seu autor só a rubricou com as iniciais seguintes: «M. — J. M. P. F. R», que significam Major José Maximino Pinto Fonseca Rangel.

Era um homem de espírito moderno, avançado nas ideias e firme na fidelidade. Foi natural da província de Trás-os-Montes e primo de José Ribeiro Pinto, alferes de infantaria n.º 16, justiçado em 1817 como um dos principais cabeças da conspiração chamada vulgarmente de Gomes Freire, à qual José Máximo estava bem longe de ser estranho, posto que, por esse motivo, se não procedesse regularmente contra ele.

Morreu, em Lisboa, contando então 70 anos de idade, ou pouco menos, e andando homiziado, fugido às perseguições do bestial governo de D. Miguel.

Não teria, por ventura, cabida no congresso da Haia o programa do major Rangel; mas mais triste será que a nenhum resultado efetivo conduza qualquer outro projeto, elaborado ou elaborando. E, então, completamente doloroso resultaria, para os ânimos liberais, a deceção que adviesse da conivência ou, ainda mais, da responsabilidade exclusiva da França, responsabilidade clara ou oculta, no insucesso que, desde agora, quase toda a gente pressagia.

Se tal acontecer, ou mesmo para explicar a presunção de que acontecesse, cumpre, outrossim desde agora, inquirir do motivo, pelo menos, exterior e formal, dessa culpa da França.

Procede, originariamente, consoante já dissemos, dessa ideia, primária e única, da desforra. Mas, mesmo com a ideia da desforra (em certa maneira legítima) ela, essa culpa, seria a consequência lastimosa da política dos estadistas franceses, a qual derrogou das naturais necessidades e das genuínas tradições da democracia republicana francesa.

Procuraremos mostrar como assim. *

III

Anna de Lenclos, mais conhecida pelo nome, de mimo, de Ninon de Lenclos, foi uma das mulheres galantes entre as mais formosas e graciosas do século XVII; conta-se que ainda aos noventa

---

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola*, Porto, I ano, n.º 24, 27 de maio de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

anos de idade conseguira provocar paixões. Mas, das qualidades que a exornavam, a constância e o lealismo entravam por uma pequena parcela. Um dos amantes que mais lhe quis foi um marquês de La Châtre, que, ao receber ordem de partir para o exército, exigiu da volúvel hetaïra que lhe rubricasse um papel em que ela se comprometesse a guardar-lhe a fé jurada.

Ninon de Lenclos assinou a letra e o marquês de La Châtre partiu em toda a segurança para o seu regimento. Poucos dias depois caía Troia; e Ninon de Lenclos, rindo-se como uma doida, no lance, exclamava sem cessar, batendo palmas: — *Oh! Le beau billet qu´a La Châtre!*

Esta frase tem servido para o tipo da ingenuidade com que o interesse costuma acreditar nos compromissos que lhe fazem conta, mas que nunca houve, aliás, tenção de cumprir.

No propósito da revindicta que se lhe tornou a obsessão de todos os instantes, a França não fez caso dos maiores sacrifícios, para se habilitar, em seu parecer, a infligir um dia à Alemanha a derrota de desforra que libertaria o orgulho nacional da apreensão dos desastres da campanha de 1870. Se Bismark cometera o erro de, no tratado de paz, não fazer à França o que Napoleão fizera à Prússia, limitando-lhe o efetivo de seus quadros, o poderoso estadista ressarciu-se conseguindo este efeito, que parecia absurdo após Sadowa, de ultimar uma aliança com a Áustria. Fácil lhe foi atrair a esta coligação a Itália, pois que a política quimérica de Napoleão III lograra, com as suas contradições, alienar as simpatias de gratidão que a Itália deveria à França depois de Magenta e Solferino.

Mas, anexando Nice e a Saboia, tudo se prejudicara; e o ressentimento agravou-se com o deplorável recontro de Mentana, onde, para defender o poder temporal do papa, as tropas francesas fuzilaram os patriotas italianos.

Concluída a tríplice aliança, era evidente que a França não poderia jamais abalançar-se, só e isolada, à reconquista da Alsácia e Lorena, desde logo pôs os olhos na Rússia, e todo o empenho dos diplomatas franceses consistiu, a partir da data, em opor à tríplice aliança a dupla aliança. Ela ficou consumada e solenemente proclamada, perante o mundo, com as visitas recíprocas do czar a Paris e do presidente Faure a Petersburgo.

Por mais que a hipocrisia diplomática e jornalística asseverasse que esta dupla aliança tinha um carácter meramente pacífico, isto era contrariar a evidência da situação. Claro estava e está que a dupla aliança ou não era nada ou, a ser alguma coisa, não podia

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

deixar de ser uma ameaça eventual para a paz da Europa. Se a França se aliava à Rússia, realizando o conúbio, monstruoso e híbrido, da democracia com o absolutismo, fora na esperança de vir a servir-se das armas moscovitas numa guerra de desforra contra a Alemanha. Nunca a França pode aceitar que a Alsácia e Lorena façam parte integrante do império tudesco. E, na verdade, é uma insensatez (observa finamente o socialista alemão Frederico Engels) que seja uma cidade imperial alemã Estrasburgo, a pátria da *Marselhesa*. Porém, Engels poderia acrescentar que é outra insensatez que seja uma cidade francesa Nice, a pátria de Garibaldi.

Dado o carácter ameaçador da dupla aliança, os seus efeitos morais subjacentes principiaram logo a manifestar-se. Desde 1870 que a França tem feito *la patte de velours*. O legítimo, mas imenso, orgulho dessa raça, militar por excelência, escondeu-se sob uma máscara de circunspeção e boas maneiras. Porém então com o apoio da Rússia, logo a França deu mostras inequívocas de desapertar essa máscara, que a oprime e lhe pesa como as de bronze da tragédia grega. Tendia a reaparecer o verdadeiro carácter da nação, pois é curioso como, na imensa superposição das camadas históricas que se vão sucedendo, o espírito originário dos povos se conserva e perpetua.

O holandês ainda é o batavo dos romanos; ávido de liberdade; e o gaulês de Júlio César, inebriado da fúria dos combates, reaparece no modelo valoroso dos combatentes intrépidos que só com impaciência aguardam o apetecido instante da desforra. A força invencível do carácter verdadeiro encontra-se fixada em um verso célebre da cena V do acto III do Glorieux, comédia de Destouches. Esse verso diz.

Chassez le naturel, il revient au galop:

E o francês Du Cange comenta dizendo: «Jamais povo algum justificou melhor do que o povo francês este provérbio».

A linguagem da diplomacia francesa depois da dupla aliança tornou-se mais firme; a atitude dos governos de Paris passou a ser mais determinada. Basta considerar um facto, mas esse de uma importância extraordinária, decisiva, interpretativamente considerado. Foi o episódio do major Marchand.

Houve um momento em que se receou esta pavorosa catástrofe: da declaração da guerra, pela França, à Inglaterra; e o ministro da marinha, Lockroy, foi proceder a uma revista preliminar aos estaleiros e arsenais.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Embaraçada a França nas tremendas aventuras de uma guerra, a sua aliada, a Rússia, haveria de acompanhá-la, ou teria então de passar pelo desaire histórico da felonia e da cobardia, retirando-se do pleito. A situação tornou-se melindrosa para a Rússia. Uma leviandade, uma precipitação do gabinete de Paris poderia comprometer, à hora menos pensada, a estabilidade dos lentos progressos efetuados e a efetuar no vasto império semiasiático. Posta assim a conjuntura, foi admirável o engenho com que os estadistas de Petersburgo se saíram da dificuldade. Propondo o czar a conferência do desarmamento, ele declarou, implicitamente, mas por uma forma categórica e irremissível, que não acompanharia a França nos azares de uma política agressiva. Ele, sem melindrar as suas suscetibilidades francesas, retirou à dupla aliança todas as vantagens que dela poderiam advir para a França. Fazendo-a pacífica, apagou-lhe todo o carácter. Assim, não presta para nada. Com as idas e vindas de Paris para Petersburgo, acabou por apurar-se que a França estava tão só como sempre esteve. Deu à Rússia o que deu, e não recebeu nada em troca. Ora, pela tradição dos princípios, a França republicana não podia opor-se, no Congresso, sob pena de fazer uma péssima figura, às deliberações aquietadoras da famosa conferência; mas, dessarte, não podia também exigir do seu aliado que a acompanhasse, se intentasse uma agressão à Alemanha.

Poderá a Rússia dizer que acompanharia a França, se a agressão partisse da tríplice aliança. Mas isto chama-se caçoar com o público, porque quem tem a reconquistar o perdido é precisamente a França, e a tríplice não pode deixar de ser, pela simples lógica das coisas, um conluio pacífico, para meramente manter o *satu quo*.

Conclusão: — ao cabo de tantos artifícios, a diplomacia francesa não conseguira coisa nenhuma. A aliança da Rússia só valia para declarar a guerra. Mesmo que a Alemanha quisesse tomar a iniciativa de agredir a França, as necessidades do equilíbrio europeu obrigariam a Rússia a interferir, sem haver precisão alguma de um tratado prévio. Foi o que aconteceu em 1878, quando o czar Alexandre II proibiu Bismark de entrar em nova campanha. Espontaneamente as coisas se fariam, e a França ter-se-ia esquivado a essa contradição da aliança com o despotismo asiático de Petersburgo.

Não foi tal contradição o único prejuízo que adveio à França da sua aproximação oficial da Rússia. A Rússia ganhou tudo o que pretendeu ganhar; e a dissimulação dos seus estadistas foi

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

uma obra-prima de política maquiavélica. Os estadistas franceses, esses, deixaram-se inteiramente ludibriar.

Foram vítimas da mais espantosa mistificação da história política e diplomática contemporânea.

Procuraríamos mostrar o processo desta comédia.

Estava-nos aí ocorrendo aquilo do russo Turguenéff com o parisiense Daudet.

Durante anos o «bom eslavo» afetou uma visagem amiga. Escreveu cartas cordiais, deliciosas; e o que havia por debaixo daquele «bom sorriso» apareceu, a preceito, no livro póstumo das *Recordações* do niilista. «Meu Deus», exclama o desiludido Daudet, em três linhas, quintessenciadas, cristalizadas, resignadas, «como a vida é, pois, singular e como é lindo aquele lindo vocábulo do idioma grego: *Eirôneida*!»

Também em Petersburgo, quando ao parisiense Faure o eslavo Nicolau Alexandrovitch o brindou com o protocolo de um convénio estéril, ele talvez se reservasse a restrição mental de vir, com idêntica infidelidade, a casquinar também: — *Oh! Le beau traite qu'a la France!* *

IV

O mais interessante de toda esta complicada história da aliança franco-russa é que, se remontarmos a água turva dos sucessos, encontramos como promotor oculto da aproximação entre os dois grandes Estados: quem? É espantoso: o snr. de Bismark.

Ora, se assim foi, claro está que distinguir uma manobra hostil para a Rússia nos procedimentos políticos do snr. de Bismark devia ser, para os estadistas de Paris, uma contraindicação preciosa, por cujo lume eles nada mais tinham a fazer do que orientar, sem outra reflexão, a sua conduta na conjetura.

Na verdade, se o snr. de Bismark hostilizava a Rússia, seria temerário supor que ele, tornado idiota, não tinha já nem sequer a perspicácia bastante para presumir que, procedendo assim, incitava naturalmente os diplomatas do Neva a lembrarem-se do apoio dos seus colegas do Sena.

Quaisquer que fossem as causas determinantes — o que para a discussão concreta em que estávamos importa pouco —, o facto

---

* In *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 32, 6 de junho de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

é que o chanceler alemão abandonou, a breve trecho, as veleidades da política livre cambista a que se confiara após a guerra; e, retrocedendo com fúria análoga, lançou-se nas violências de uma proteção quase proibitiva. Reformou as pautas no sentido de atalhar a introdução no império alemão dos produtos agrícolas da Rússia; à Rússia vedou os mercados alemães para o seu cereal; quase se não vendeu mais, em terra tudesca, uma fanga de trigo russo.

Não se contentou com isto Bismark. Procurou impedir por todas as formas o desenvolvimento industrial da Rússia, a ponto de coartar e tolher a emigração dos operários alemães para a mestrança das fábricas recém-criadas no império moscovita.

De par e passo com esta feroz guerra comercial e industrial, Bismark abriu contra a Rússia uma outra campanha, não menos cruel e funesta, nos domínios do puro mercado dos capitais.

O título russo foi descendo na escala das cotações até correr o lance da pura expulsão da Bolsa; e a sanha implacável do chanceler de Berlim tocou o auge quando o Banco Imperial Alemão, sob sua alta e suprema direção, tornou pública a declaração fulminante de que o papel russo não seria aceite nem mesmo com o desconto de 50 por cento.

Chegadas as coisas a este extremo, uma rutura formal nas recíprocas relações económicas e financeiras, lícito era legitimamente conjeturar-se e temer-se a todo o momento.

Dadas estas circunstâncias, só absoluta cegueira, determinada pela obsessão de um pensamento único, é que poderia impedir os franceses de perceberem que o empenho do snr. de Bismark consistia em os fazer entrar em relações com os russos.

Porque e para que queria isto o snr. de Bismark?

De longa data, com uma persistência regular e fixa, com um tino sistemático invejável os homens-de-Estado na Rússia tinham vindo prosseguindo numa tarefa de absoluta indispensabilidade para a civilização interior e para o alastramento no exterior do poderio político do seu país. Falamos do trabalho, continuado durante sucessivas gerações, para consolidar o mercado financeiro do império, furtando-o à contingência das flutuações cambiais. A condição fundamental para que a Rússia pudesse exercer o seu papel internacional residia, a lúcido parecer de seus governantes, em substituir à circulação fiduciária a circulação monetária. Cumpria consolidar o rublo papel; e os esforços de três grandes ministros das finanças acabaram por ser coroados de um êxito deslumbrante, adotando a Rússia o monometalismo de padrão ouro.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Como se conseguiu este resultado inverosímil? Como se formou a grande reserva de ouro de que o império se encontrava em posse já pelo balanço publicado no 1.º de Janeiro de 1897? Como é que se tornou uma realidade a velha utopia da volta aos pagamentos em metálico?

Estudando a formação do *stock* de ouro na Rússia, em uma monografia feita por ordem do ministério do Tesouro de Itália, o snr. Eteocles Lorini, professor na Universidade de Roma, discrimina como as quatro fontes principais daquela acumulação prodigiosa do metal precioso: a produção indígena; o pagamento em ouro dos direitos aduaneiros na fronteira; um concurso do que ele chama *as mais propícias circunstâncias*; finalmente, os *empréstimos em ouro*, contraídos no estrangeiro pelo Estado, pelas companhias de caminhos-de-ferro, pelas sociedades industriais e comercias, etc.

Ora, aqui é que bate o ponto.

O snr. Lorini regista que este último foi um manancial de ouro «particularmente fecundo»; mas, com a sua antipatia de italiano pelos franceses, dissimula, o mais que pode, a procedência deste ouro dos empréstimos estrangeiros. Para não pôr em evidência a imensa riqueza monetária da França, propositadamente se esquece de frisar que, no fim de contas, o famoso ouro russo não passa de ouro francês.

E, todavia, ele mesmo, quando anteriormente estudara a ordenança de 17 de dezembro de 1885, esclarecera que, com esse regulamento (que é estritamente a palavra, *právila*) do sistema monetário do seu país, o ministro russo Bunge o que tivera em vista fora familiarizar a Bolsa de Paris com o mercado monetário russo e especialmente com os seus títulos. Sob o dissímulo de candura suspeita, explica que ninguém mais do que Bunge podia tolerar a autocracia alemã sobre o seu próprio mercado. Mas quem conhece a obra do príncipe de Bismark em matéria fiscal e financeira abate seu pouco nas pretensões dos sentimentos de independência do estadista de Petersburgo. Dado mesmo que a Alemanha, mais do que a essa política bismarckiana, devesse a sua prosperidade comercial, industrial, de navegação e transportes, «alla speciale struttura del suo popolo ed agli eventi fortunati che la condussero alla redenzione politica», consoante o professa, no seu estudo especial recente, outro italiano, o snr. Luiz Fontana — Russo —, nem por isso deixa de ser frisante realidade histórica que, em certa hora, as portas do mercado dos capitais, por ordem de Bismarck, se fecharam na Alemanha à Rússia.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não podendo a Rússia encontrar o menor auxílio no mercado máximo da Inglaterra, sua inimiga natural a antagonista indefetível, é ostensivo que, indiretamente, o snr. de Bismarck remetia os estadistas de Petersburgo para Paris. Ele bem sabia que, deslumbrada pela perspetiva da desforra, a França daria à Rússia quanto dinheiro esta muito bem quisesse e lhe pedisse.

Foi o que aconteceu.

Em 2 de fevereiro de 1898 realizou-se no Instituto dos Banqueiros de Londres uma conferência, que foi notável. O preletor, o snr. C. Rozenraad, teve um êxito extraordinário, de ovação e concordância das maiores personalidades do alto comércio e da alta finança inglesas, que constituíam seu seleto auditório.

Aí ele disse em resumo: «pode afoutadamente asseverar-se que, se a Rússia conseguiu reorganizar as suas finanças e o seu sistema monetário, dando-lhes uma base sólida, deve-se isto à *haute-banque* francesa, secundada pelo público».

Falar-se-á, em contra, do fator da produção indígena do ouro bruto das minas moscovitas?

Não queremos aludir já ao desfalque de essa produção pela afinação na amoedação, nem mesmo à percentagem na riqueza económica das nações e da particular que a produção recente das minas do metal precioso, até no tipo fabulado das do Transval, representa e significa.

Se o simples facto do recurso ao empréstimo no estrangeiro não bastasse para nos elucidar sobre a real efetividade dessa produção indígena, o exame das tabelas idóneas nos determinaria a conclusões seguras. Chega-se ao picaresco anedótico.

Como a boa-fé dos estadistas russos, de todo o tempo, foi litigiosa e sua palavra jamais constituiu Evangelho sobre que se jurasse a olhos fechados, houve mesmo quem, em grande mistério, duvidasse sobre se essa falada massa de ouro existiria realmente.

O professor Lorini tem, a propósito, uma simplicidade que toca as raias da simpleza. Ele escreve as seguintes linhas mesureiras: «se a minha palavra pode dissipar quaisquer dúvidas, posso assegurar que, graças à extrema cortesia de s. ex.ª o snr. Jakowski, eu visitei em pessoa, na companhia dos diretores dos principais bancos locais, os subterrâneos do Banco, examinando à vontade aquela magnífica coleção de barras de moedas de ouro». O que, sem embargo, pode sugerir a reminiscência das mais elementares farsas, como quando nesta nossa terra do Porto durante o cerco, para as linhas os generais, a fim de manter a confiança das tropas,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

remetiam barricas que, por cima, de pólvora só tinham uma mão travessa. E não vá o snr. Lorini sem resposta, porque o seu tradutor francês, o snr. Raphael Ledos de Beaufort no folheto que fez seguir como complemento da sua precedente versão e tratando do acabamento e aplicação da reforma monetária da Rússia, nos deixa, com suas revelações estupefactos.

Baseia-se, tratando em seu capítulo VII da produção do ouro e da prata na Rússia, no *Boletim russo de estatística financeira e de legislação,* tão habilmente dirigido pelo francês Barbet de Vaux e que constitui uma publicação quase oficial, do mais alto valor.

Ora, recapitulando os dados do *Boletim russo,* chega-se a verificar que a produção do ouro, a qual progride nos outros países, marca passo na Rússia. Mas, o que é mais, o que tem um significado excessivo: isto acontece assim *há vinte e cinco anos a esta parte!*

Logicamente, pois, o snr. Ledos de Beaufort remata com a melancólica conclusão seguinte: «Não se poderia, portanto, dizer que a reforma monetária da Rússia teve em mira utilizar uma sobre-produção de metais preciosos, visto como esses produtos do solo russo vão em decréscimo constante, de maneira que o ministério das Finanças, à medida da diminuição das notas em giro, há de ver-se obrigado a comprar uma parte, pelo menos, no estrangeiro dos metais preciosos necessários para reforçar a circulação metálica».

Tudo o que disséssemos após estas palavras decisivas seria pleonasmo pedante e intolerável. Mas convém não exagerar o alcance de quaisquer conjeturas. E, sendo incontestável então a existência em ser do ouro da sua reserva, o que então cumpria era não perder de vista que a condição, absolutamente irreductível, para que os maravilhosos resultados da política financeira da Rússia se houvessem obtido e se conservassem, fora e era a estrita observância de uma parcimónia orçamental, só possível com a ordem no interior e a paz no exterior.

Quando Lorini falou, como atrás dissemos, no concurso das mais propícias circunstâncias que permitiram a constituição daquele fundo de acumulação, ele houve de referir-se, primacialmente, aos grandes excedentes no ativo orçamental. Para isto contribuíra a administração meticulosa de Vichnegradsky, reduzindo os gastos ao estritamente necessário e equilibrando as receitas com as despesas.

Nada se conseguiria se a política internacional da Rússia houvesse de a conduzir, próxima ou remotamente, à guerra. Mas,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

compreendendo nitidamente a situação, o falecido czar Alexandre III timbrara no rigor de uma política inteiramente pacífica. Seguira-lhe até então na esteira seu filho Nicolau II.

De forma que o seu humanitarismo de 1899 derivou da força maior das circunstâncias. Outra vez se confirmara o conceito materialista da história, formulado por Karl Marx, isto é, que os aparentemente mais puros idealismos, ainda os das religiões, têm por base a economia política. Também por isso o niilista Bakunine costumava dizer que adubo eram as raízes das rosas.

O snr. de Witte, esse, não é niilista; era o ministro das finanças na Rússia, famoso e glorioso.

Foi ele que pôs a pedra de fecho na abóbada do edifício da reconstituição monetária e financeira do seu país.

Ora, no relatório final que apresentou a este imperador Nicolau II em data do 1.º de Janeiro de 1898 sobre essa importante questão, o snr. de Witte ponderava assisadamente que a conservação de um bom regime monetário não depende somente da maneira como são geridas as finanças mas também do conjunto de medidas que tenham por objeto defender a estabilidade inabalável dos melhoramentos efetuados.

Explanando a sua ideia, ele escreveria as seguintes linhas típicas e capitais: «entre essas medidas, as concernentes à política estrangeira exercem a influência mais considerável sobre a vida económica do país e a sua circulação monetária. A este respeito, o principal sustentáculo da prosperidade económica e financeira da Rússia consiste na política tradicionalmente pacífica e justa dos seus soberanos. Os princípios legados pelo falecido Imperador Alexandre III e o sincero espírito de paz que anima Vossa Majestade são segura garantia de que, no futuro como no passado, a política estrangeira da Rússia será isenta de toda a tendência agressiva para com os outros Estados, em bem da nossa pátria, não quedando, por esta banda, a nossa situação económica e financeira ameaçada de perigo algum».

Agora compreende-se a circular do ministro do interior, o conde de Muravieff, colega deste financeiro, convidando as chancelarias para a Conferência da paz. E também se entendia o motivo último e recôndito das ironias tardígradas, pois que a Rússia seja país de ursos, com que os publicistas moscovitas saudavam as pretensões da França em acompanhar a Rússia na sua faina de messianismo oriental.

O príncipe Esper Ukhtomsky era à data o presidente do banco russo-chinês, fundado em Petersburgo para facilitar as relações

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

comerciais entre os dois impérios e que, graças à garantia russa concedia ao então recente empréstimo chinês, emitido para solver a indemnização e guerra ao Japão, fizera da China um cliente financeiro da Rússia.

Esse príncipe mereceu a confiança de Alexandre III para o colocar junto de seu filho, o césarevitch hoje imperador, quando da digressão deste pelo Oriente. Publicara, havia um ano, as suas impressões de viagem. É um lindo livro, onde abundam os sarcasmos contra os ocidentais, os românicos, os *fin-de-siécle*, «*o Parisiense, sobretudo*»: — o parisiense é absolutamente incapaz de entender coisa alguma atinente à ásia. — Com um sorriso amarelo, o parisiense, aliás russófilo, Rambaud contesta relembrando os nomes dos franceses Dupleix e Bussy. Quer dizer, a espaços, parecia que iam caindo às cataratas.

Quando de todo tivessem caído, então descortinar-se-ia, íntegro, o maquiavelismo de Bismarck. Lançando-lhe aos braços a Rússia, Bismarck pretendeu sangrar monetariamente a França.

Mas teve em mira outro efeito, mais acre. Foi o de à França sugerir, por modo flagrante, que ela não poderia contar jamais com um aliado efetivo na Rússia. A aliança com a Rússia teria tão só consequência o acrescentar aos três inimigos da França (a Alemanha, a Itália e a Áustria) um novo, e esse formidavelmente decisivo: a Inglaterra.

Uma guerra nestas condições é materialmente impossível, por honra e para vantagem da humanidade contemporânea. Porém, a dar-se, o seu desfecho não podia oferecer dúvidas. A França ficaria pulverizada; a Rússia perderia todos os seus avances no Oriente. Mesmo que a guerra se localizasse, seria quimérico que a Rússia prejudicasse a sua obra lenta, todavia segura, para, pura e simplesmente pelos lindos olhos da França, se abalar a ir restituir-lhe a Alsácia-Lorena.

A diplomacia de Paris fora, mais uma vez, joguete do génio de Bismarck. Lembrando-se da Rússia e esquecendo-se da Inglaterra, esquecera-se — e nisto é que está a deplorável derrogação do republicanismo contemporâneo francês — ou, se se lembrou, não fez caso da raça latina, que, aliás, à França cumpria representar e que da república legitimamente tinha o direito de esperar o que na tradição da França e da república substancialmente estava contido.

Havendo examinado o que os estadistas franceses fizeram sem nenhum proveito, antes quiçá em detrimento do seu país, restava-nos tecer filandrosas presunções sobre o que porventura

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

também a outros se antolhe mais racionalmente consentâneo com os progressos da sociabilidade democrática, não só especialmente da nossa raça mas ainda do mundo civilizado.

Eis o que então dissemos tentaríamos fazer na prossecução desse perfunctório estudo. *

* In *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 40, 15 de junho de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Eduardo Augusto Allen

Tivemos hoje de manhã a dolorosa surpresa da notícia do falecimento do snr. Eduardo Augusto Allen, diretor da Biblioteca desta cidade. Não sabíamos que o snr. Allen acamara havia três ou quatro dias, cruciado por uma cólica, aflitiva e renitente a todos os esforços da ciência.

O snr. Allen era formado em direito pela Universidade de Coimbra e era também bacharel em letras pela Universidade de França. Em França fizera mesmo a sua primeira educação, no célebre colégio instalado em Fontenay-aux-Roses pelo insigne pedagogo frei José da Sacra-Família, autor de um compêndio de geografia, matemática, física e política, por cujas laudas ainda viemos a estudar todos os rapazes do nosso tempo.

Em Fontenay-aux-Roses tivera o snr. Allen por condiscípulo outro português ilustre, o snr. Pedro de Amorim Viana, que desde criança manifestava a excentricidade do seu espírito original.

Pertencia o snr. Allen a uma família muito distinta, pelos dotes do espírito e do coração, que, originária da Irlanda, fixara sua residência em Portugal, encontrando-se de vivo amor por sua nova pátria.

De todo o tempo, todos os membros desta prestimosa família, em seus vários ramos, se distinguiram pela exímia cultura da inteligência.

Assim, já nas interessantíssimas cartas mandadas, de Portugal, a seu irmão pelo irlandês Arthur William Costigan, nos meados do século passado, encontramos calorosos elogios ao saber e à bondade do dr. Allen, em Lisboa.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

No Porto, o respeitável negociante snr. João Allen constituiu uma primorosa galeria de pinturas, para cuja guarda mandou construir, passado o cerco, uma casa especial.

No seu tratado de geografia, desde 1839, lhe reproduziu a fachada o espanhol D. José de Urcullu, sócio correspondente da Real Sociedade Geográfica de Londres e da de Paris. Ali, a páginas xv do preâmbulo do volume terceiro, assegura que está persuadido de que em toda a península ibérica não há outro museu, dos pertencentes a particulares, que possa igualar-se a este.

Nas célebres cartas que, sobre as artes em Portugal, dirigiu à Sociedade artística e científica de Berlim, acompanhadas de notas, o conde de A. Raczynski assevera, mais modestamente, que Lisboa não possui coleção particular que possa ser comparada a este do negociante snr. Allen. Nos nossos dias, Lisboa enriquecer-se-ia com a galeria Daupias, e no moderno museu público, geral, de belas-artes, às Janelas Verdes, exibiria uma coleção opulenta para a história etnográfica e artística, profana e religiosa, industrial e técnica, do país. Emancipar-se-ia este, assim, belamente da tradição das vergonhas, estéticas e plásticas, em que não é sáfara, aliás, esta terra descurada de uma pátria estremecida.

Os filhos desse negociante benemérito honraram as tradições civilizadoras de seu pai.

O mais velho, snr. Alfredo Allen, agora visconde de Vilar d'Allen, é um virtuoso apreciadíssimo. O desenvolvimento do gosto da alta música no Porto deve-lhe; foi um dos fundadores da Filarmónica; com o talentoso, extinto, professor Salvini, organizou a primeira sociedade coral que houve nesta cidade.

A ele cabe, depois do músico Braga e do fidalgo Pacheco, grandíssimo quinhão na honra dessa gloriosa audácia da fundação do Palácio de Cristal e da organização da Exposição Internacional de 1865, padrão memorado de glória para essa burguesia do Porto de então, que assombra hoje pelo glorioso arranque de suas confiantes iniciativas.

Com outro generoso de temperamento, Eduardo Allen, esse, confinou-se no isolamento meditativo do estudo.

Era de uma modéstia extrema, excessiva, de modo que a sua timidez, injusta para consigo mesmo, foi causa de que ele não desse de seus notáveis méritos os abalizados testemunhos que era legítimo esperar. Na verdade, possuía o snr. Allen uma ilustração variadíssima e segura, assinalando-se nos mais diversos ramos, sendo um naturalista, um numismata e um arqueólogo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A ele se deve a organização do Catálogo geral dos impressos modernos possuídos pela biblioteca a seu cargo, bem como foi ele que elaborou a lista dos quadros do Museu a que também presidia, e ainda a da coleção dos moluscos e suas conchas. Publicou, outrossim, o catálogo dos manuscritos existentes na nossa Livraria Municipal. É este um trabalho demonstrativo de copioso saber e de cuidadosa investigação. O opúsculo referente à nobiliárquica portuguesa demonstra o escrúpulo do empregado; como no número relativo ao códice marcado eslavónico em caracteres dos denominados ilíricos ou de S. Jerónimo, que é uma das muitas preciosidades recolhidas no arquivo de S. Lázaro, se patenteia a abundante leitura do erudito.

Essa grande ciência tornou-se respeitada no estrangeiro, publicando a «Révue numismatique», de Paris, um importante estudo do falecido sobre as moedas de ouro suevo-lusitanas. Também Eduardo Allen escrevera e dera à estampa uma notícia e descrição de um sarcófago romano descoberto no Alentejo e comprado pela cidade do Porto para o seu Museu municipal. É um trabalho de certo fôlego, este; ele revela uma segurança de saber que, de *per si* só, honraria em alto grau o ilustre morto. Não malbaratou, pois, suas palmas a Academia Real das Ciências de Lisboa, chamando o snr. Allen para o grémio dos seus sócios correspondentes.

Nascera Eduardo Allen no Porto, a 19 de novembro de 1824. De seus filhos, poucos restam hoje. Ainda havia então só dois anos que falecera um deles, Rodolpho Amsinck Allen, cavalheiro muito ilustrado e simpático, que no colégio, fundado por seu pai, foi com seus irmãos mais velhos camarada de muitos dos cavalheiros que vieram depois a brilhar nas classes liberais da nossa terra.

À família enlutada, a que, por aliança, pertence o nosso correligionário, snr. dr. António Plácido da Costa, eximia capacidade da clínica especial e ornamento insigne do ensino profissional, endereçamos, no magoado momento, a expressão dos nossos pêsames, sinceros.

O colaborador do jornal portuense que estas linhas então rubrica devia uma, ainda que pálida, homenagem pública de respeito pela memória de um compatrício que o honrara, não só consultando a nulidade do seu parecer como penhorando-o pela benevolência das imerecidas palavras com que, em seu catálogo, se lhe referiu, no lance de discutir os códices das novelas de cavalaria, do ciclo grego, adquiridos, do legado do conde de Azevedo, pela Biblioteca Municipal do Porto.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

— Os responsos de sepultura por alma do ilustre morto rezam-se, amanhã, às Ave-Marias, na paroquial igreja de Santo Ildefonso.

— A Câmara ordenou a comparência do pessoal das repartições sob a direção do finado daquele religioso ato, a que assistirão também o vereador do pelouro respetivo, snr. dr. Avides, e o presidente do senado municipal, snr. Lima Júnior. *

* In *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola*, Porto, 1 ano, n.º 25, 29 de maio de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ao Snr. Vereador do Pelouro da Biblioteca do Porto

Há pouco tempo tivemos uma destas surpresas cuja especial emoção compreendem todos aqueles que dominam o demónio da paixão bibliográfica. Encontramo-nos, casualmente, com o livreiro snr. Lopes da Silva, o qual nos disse estar de posse dos dois livros publicados lá fora por Dom João de Castro, o primeiro «O discurso da vida do sempre bem-vindo e aparecido rei D. Sebastião»; o segundo «A Paraphrase e concordancia das prophecias de Bandarra». Ele nos pediu que os examinássemos, o que gostosamente fizemos.

Estes dois livros são extremamente raros; mas «A Paraphrase», essa então, é raríssima, e a ponto tal que nos podemos supor autorizados a afirmar que o exemplar que o snr. Lopes da Silva tem para a venda é nada menos do que o **único** hoje existente.

Depreende-se da redação do longo artigo que, no «Dicionário Universal» que o snr. Lopes da Silva tem para a venda é nada menos do que o *único* hoje existente.

Não nos pertence aqui o aventar conjeturas sobre as causas prováveis do desaparecimento, quase por completo, desta obra singular; basta que constatemos o facto, o qual era já uma geral realidade ao tempo de Diogo Barbosa Machado.

O príncipe insigne da nossa bibliografia confunde e embaraça tudo, no artigo que consagra, na sua obra monumental, a Dom João de Castro.

Inocêncio Francisco da Silva corrige os enganos de Diogo Barbosa Machado; mas declara que nunca viu exemplar algum desta célebre «Paraphrase», o que também sucedeu ao seu continuador,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

no «Suplemento» da obra, o snr. Brito Aranha, editado pelo snr. Henrique Zeferino, a Bandarra dedicou; seu autor, que o snr. Álvaro Rodrigues de Azevedo também nunca viu a *Paraphrase* aludida.

Este livro — que tem uma importância capital, em certa ordem de estudos, para a história e literatura do nosso país — não existe na biblioteca pública de Lisboa, nem de Évora, tão opulenta.

Não o há em Londres, onde habita uma preciosa coleção de livros e manuscritos portugueses, na grande livraria nacional. Quando estivemos no exílio, procurámo-lo pessoalmente em Paris e em Amesterdão. Não o encontrámos.

Em Paris escreveu o snr. Miguel d'Antas a sua valiosa monografia intitulada *Lesfaux D. Sébastien*. Aí, frequentemente, nos capítulos que tratam do impostor de Veneza, cita o Discurso da vida mas nunca a *Paraphrase*, reportando-se, quando lhe cumpre, à colecção dos manuscritos de Dom João de Castro existentes na Biblioteca de Lisboa.

Nas grandes livrarias particulares conhecidas como depositórios copiosos de espécies bibliográficas portuguesas, também se não encontrava o inencontrável volume, nem das existentes no país nem nas acumuladas no estrangeiro.

A nossa legação de Paris não fez o menor caso da venda da livraria portuguesa de Ferdinand Denis; o embaixador tinha mais em que pensar. Assim também o seu governo em Lisboa. Foi um desbarato emérito. Perdeu-se uma coleção magnífica, que se pulverizou pelos vendedores dos cais, a rastos de barato. A um desses compramos nós, por 30 cêntimos, a tradução de Vergílio, pelo brasileiro Odorico Mendes, como *envoi* manuscrito do tradutor ao historiador francês das coisas de Portugal e do Brasil.

Mas na livraria de Ferdinand Denis não havia também a *Paraphrase* de Dom João de Castro. Não a havia na biblioteca, riquíssima, que se vendeu em Leipzig, do brasileiro João Evangelista Guerra Rebello da Fontoura. E, agora, com motivo deste exemplar que nos mostrou o snr. Lopes da Silva, pedimos a dois amigos, os snrs. Augusto Leite Guimarães e Joaquim Gomes de Macedo, o obséquio de examinarem, para o propósito, os catálogos, que não possuímos, das livrarias Merello, Nepomuceno e Fernando Palha. Em nenhuma delas se encontra menção desse livro, cumprindo advertir que, sendo todas três preciosas, a de Fernando Palha chegava a arquivar obras de que jamais se tivera notícia, resolvendo-se, pela descrição de seu catálogo, importantes pontos litigiosos da nossa história crítica literária.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O empenho que houve em destruir a obra de Dom João de Castro foi prosseguido por tanto tempo e com tal afã que até não aparecem cópias manuscritas do livro, sendo aliás tão abundantes as seleções sebastianistas como as que se encontram no arquivo desta cidade; e as raríssimas que aparecem estão inçadas de erros e imperfeições, cheias de lacunas e interpoladas. De nossa mão tiramos, em tempo, uma cópia de cópia, para o livro: *O Sebastianismo*, que pretendemos dar, breve, a lume.

A Biblioteca Municipal do Porto possui o *Discurso*, registrado com o encarecimento de sua raridade, no *Manual* do seu falecido e operoso empregado, Ricardo de Mattos. Mas não possui a *Paraphrase*.

Publicada em Paris, em 1603, e aparecendo, 296 anos depois, no Porto, o **único** exemplar de que jamais alguém deu conta em letra redonda, não de ontiva mas de vista, não seria bom que esse exemplar saísse do Porto, para os créditos de ilustração da nossa terra. E, então, seria inteiramente deplorável que, dada a venda a um particular, o livro que um feliz acaso trouxe ao conhecimento público venha, por falecimento do seu possuidor, na ignorância de herdeiros pouco eruditos, ou por qualquer circunstância, fortuita e acidental, a perder-se de novo e, quiçá, de vez. Conviria que este volume pertencesse a uma livraria pública, onde os doutos e os curiosos o pudessem facilmente consultar, querendo. Haveria, assim, uma garantia da perpetuidade de sua existência.

Por isso, já que o acaso no-lo proporcionou, julgamo-nos no dever de reverter esta descoberta bibliográfica ao público culto, e no de, em público, pedir ao snr. Vereador do pelouro da Biblioteca Municipal do Porto que, em condições plausíveis da oferta, faça, deste agora, aquisição do volume que à venda expõe o livreiro que, por compra, o adquiriu.*

---

* In *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 42, 17 de junho de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Serviço de Incêndios do Porto

I

O incêndio havido na madrugada de 12 do corrente, na rua de Cedofeita, sugere-nos algumas considerações sobre a forma como está estabelecido o serviço de incêndio no Porto.

Não há aí ninguém que deixe de ler, na imprensa diária, dentro de pouco espaço de tempo, elogios mais ou menos graúdos, quando não são reclames de espavento a tal serviço. E, efetivamente, não ignoramos nós que esses pomposos elogios são cabidos — mas só na parte que diz respeito a um homem, que é o atual inspetor geral.

Os murmúrios agora mais fortemente levantados contra os bombeiros subsidiados vêm mostrar-nos simplesmente que, dentro da corporação camarária, não há um único — note-se bem — um único homem capaz de substituir o snr. Guilherme Gomes Fernandes. Isto que afirmamos não é dito por maledicência; unicamente queremos tornar bem público o nosso sentir, que é o de centenares de pessoas que assistiram aos trabalhos de extinção do incêndio em que acima falamos.

Com efeito, houve ali tais irregularidades — como muito bem diz o «O Comércio do Porto» — na montagem do serviço, produziram-se tais provas de incapacidade, que ainda hoje perguntamos a nós mesmos se as manobras executadas e aplaudidas diariamente na casa da câmara, serão feitas por o mesmo pessoal que, na hora do perigo e em que mais se necessita dos seus esforços, parece estar com tergiversações, como que a recear que o material desconheça e desconsidere aquelas mãos que diariamente o apalpam!

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Como evitar que tais factos se repitam? Estamos certos que o vereador do pelouro respetivo trabalhará para isso, ouvindo as pessoas autorizadas em tais assuntos e jamais esquecerá que a falta do snr. Gomes Fernandes é muitíssimo prejudicial para o bom andamento do serviço de incêndios.

Há muito e muito a dizer. Em sucessivos artigos mostraremos que a câmara do Porto não pode gastar com bombas e bombeiros a enorme verba apontada no seu orçamento, e não ter uma corporação perfeitamente apta para socorrer os seus munícipes. *

II

Apontando erros, confirmamos simplesmente o que escreveu toda a imprensa portuense e ainda a da capital.

Se alguém julgar que escrevemos com má vontade, venha desmentir-nos. Não somos candidatos, nem tão pouco andamos a apregoar a sapiência de outrem. O que escrevemos é já mais ou menos conhecido de todos os que se interessam por serviços desta ordem.

Dentro do corpo de salvação pública não há ninguém que possa substituir o snr. Inspetor geral. Porquê?

Consideremos um pouco.

O snr. Guilherme Fernandes ocupa hoje tão importante lugar, devido unicamente à sua inteligência e ao seu tino especial.

Ninguém o desconhece.

Nunca precisou que o obrigassem a ter um bocado de energia e educou-se admiravelmente no meio a que se dedica, acompanhado por individualidades ainda hoje consideradas e que, na convivência, jamais o envergonharam. É ele incontestavelmente a alma da corporação municipal e demasiadamente provado está que, sem ele, o público do Porto só presenceia desastres, como o do dia 12 último.

Tem dois ajudantes. Comanda hoje a primeira brigada o snr. Almeida, cuja incapacidade — como bombeiro, entenda-se — é manifesta, o que nos desobriga de detalhar.

Dirige a segunda brigada o ajudante snr. Joaquim de Souza Loureiro. Todos os que se prezam, devem descobrir-se perante este ancião, cujas cãs apontam nada menos de sessenta anos de

---

* In *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 65, 15 de julho de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

serviço ativo. Merece o nosso respeito e por isso lastimamos vê-lo ainda tentar sacrificar-se, o que a sua já muita idade não permite. Temos bem nítido o seu desespero quando, na rua do Mirante, observou que oito ou dez dos seus subordinados não podiam montar com presteza 3 (três) lances de escada. É um velho que tem uma história gloriosa e que o atual inspetor por várias vezes cognominou de mestre. Tem jus à admiração dos portuenses, embora a sua idade já não permita aqueles arrancos de coragem e energia tão necessários em certas ocasiões. Não sendo adulador nem intriguista, ocupou o seu lugar com distinção. Hoje tem absoluta necessidade de repouso; e isso mesmo é notado diversas vezes, o que não admira, pois que a sua idade já não o deixa apresentar-se vigoroso e satisfazer assim às necessidades do serviço.

Eis a verdade. O snr. Loureiro possui, como o outro, a Torre e Espada. Não se desfez, porém, de nenhum canário que cantasse bem. Orgulha-se de a ostentar porque a mereceu.

Em poucas palavras está exposta a razão das censuras ouvidas. E isto quer dizer que numa corporação de duzentos homens não haja um único capaz? Há lá bons rapazes, valentes e que sabem cumprir. Mas quem os dirige? Nós queremos tornar bem clara a competência do pessoal superior. Com certeza que a boa vontade e competência mesmo do chefe snr. Nogueira terá de desaparecer, em presença de tais anomalias.

Os factos falam bem alto. E se por ventura houver aí alguém que queira ter o arrojo de os contestar, não tem mais que vir à estacada. Sendo sério e digno, será recebido como merecer, pois que uma discussão ampla e clara só redunda em benefício de todos nós.

Desejaríamos só ter de fazer elogios; as condições em que o serviço se encontra é que não o consentem, senão muito moderadamente.

A opinião que hoje mais prevalece é inegavelmente desfavorável ao serviço de incêndios municipal. Os sucessivos desastres, tão públicos e notórios, não deixam que nós calemos o nosso sentir e por isso nos resolvemos à tarefa de vir protestar contra o mau serviço, apontando os casos mais palpáveis.

Havemos de chamar a atenção de quem compete para este estado de coisas, repelindo sempre qualquer insinuação desabrida, mas prometendo não descansar enquanto não hajam sido adotadas providências.

O que desde já garantimos, é que poremos para longe quaisquer espécies de intrigas, tão prejudiciais à dignidade de quem preza o seu carácter, e só olharemos aos interesses do público.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A verba municipal pode e deve (sem alusão) sustentar um serviço à altura. Está aí uma corporação desfavorecida e cujos feitos falam bem alto.

Amanhã continuaremos. *

III

Há por aí quem apresente a opinião de que a corporação dos bombeiros voluntários não tem razão de existir, *agora* que o serviço de incêndios municipal está *tão bem* montado. Nós também já quase nos deixamos convencer por tais propagandistas; mas a análise profunda dos factos levou-nos a vir declarar que está em erro quem assim quer pensar e que algumas das pessoas, que ainda ouvem tais propagandistas, são simplesmente ludibriadas e não reparam que estas conversas de bombas, favoráveis só ao serviço da câmara, são geralmente *encomendadas*.

Vejam os nossos leitores bem o que se tem passado em tal serviço e então hão de, de futuro, pôr-se de sobreaviso.

A corporação de voluntários não tem subsídios oficiais e, lutando com inúmeras dificuldades para a sua manutenção, nunca deixou de mostrar a coragem e abnegação necessárias para o fim a que se destina. Com uma existência de 24 anos, foi dali que saiu o atual inspetor dos incêndios e é a ela que se deve simplesmente o bom serviço. Embora os membros, que a formam, não recebam ordenados, nem trabalhem à hora, empenham uma bandeira, que defendem gloriosamente.

A sua associação merece bem que todos a auxiliem; e nós havemos de apresentar aqui factos, que serão outros tantos superiores argumentos, para mostrar como, apesar de todas as vilanias, apesar das constantes intrigas, ela se apresenta sempre levantada.

A câmara municipal apresenta-nos umas treze ou catorze estações de material, espalhadas por toda a cidade; pois apesar disso e do seu pessoal permanente e pago, não raro é ver comparecer nos incêndios, em primeiro lugar, o material dos voluntários. Note-se ainda que, sendo a maioria dos avisos dada em primeiro lugar para a inspeção-geral — fineza esta que se deve unicamente à galhardia do ínclito varão que dirige os telefones —, esses mesmos avisos chegam ao quartel do Bonjardim, quase sempre

---

* In *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 67, 18 de julho de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

depois da saída das duas máquinas municipais. Supõe-se até que a demora seja causada por qualquer copo de cerveja, tomado ali no Schereck...

Mas — o que é a força do Destino! — apesar de todas estas farsadas, que só envergonham quem as pratica, não se consegue destruir no público a magnífica impressão que ele sente, ao presenciar o serviço dos voluntários.

Poderão observar-nos que, sendo o snr. Guilherme Fernandes, comandante também de estes últimos, não é crível que tal suceda. A isto responderemos que este cavalheiro é constantemente intrujado pelo seu pessoal, que se aproveita de todas as artimanhas para lhe fazer crer que procede sempre com toda a retidão.

Demais, nós iremos publicando, com datas e números, alguns dos principais factos, que reforçarão as nossas afirmativas. E os leitores não deverão estranhar que assim suceda, ao saberem que o pessoal municipal, além de ordenado fixo, tem uns prémios de chegada e ainda recebe uma quantia qualquer por cada hora de serviço. *

IV

Mais uma vez nos cumpre declarar que não queremos, de forma alguma, proclamar a extinção do serviço municipal. Já o dissemos e repetimos: há ali muitos rapazes que merecem a simpatia do público, não só por a muito boa vontade que põem em cumprir, mas ainda porque se extremam em mostrar que não são bombeiros para especulação.

No entanto, é necessário tornar bem nítido que a direção, que ora lhes é infligida, os prejudica extraordinariamente, a ponto de se desgostarem e desgostarem quem presenceia os seus serviços. Um general com boa cabeça decide uma batalha: ali também, se o atual inspetor tivesse bons auxiliares, evitaria os desgostos e dissabores porque há passado.

Seria para nós extremamente triste que se viesse agora julgar que, com a nossa prosa, tentaremos sequer desfazer o trabalho do snr. Guilherme Fernandes. Nós desejamos mostrar que o serviço municipal de incêndios nesta cidade ainda pode ser mais

---

* In *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 68, 19 de julho de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

considerado, desde o momento em que desapareçam certas anomalias, impróprias de uma terra civilizada.

Pondo de parte a mesquinhez dos espíritos fracos, que ainda por aí pretendem impor-se ao conceito público, é de crer que não tenhamos de fazer censuras.

E tão verdadeiro é o que se tem publicado, que hoje só ouvimos aos corifeus da praça nova a ameaça de que, logo que o seu chefe retome o serviço ativo, hão de os voluntários sofrer a ousadia desta publicação.

Ora, é necessário que se saiba por uma vez que, segundo as nossas informações, na Associação dos voluntários jamais se tratou de tal assunto. E, se porventura o quisessem fazer, não necessitavam de procurações, pois lá mesmo, no seu seio, contam com o snr. Gomes Fernandes e ninguém melhor que ele poderia fazer valer os seus direitos.

Nada temos com os voluntários, sabei, ilustres salvadores: mas não fugimos ao compromisso de vos fazer bem conhecido o estendal das vossas misérias, se porventura vos resolverdes à vingança reles e à intriga mesquinha.

Tendes que ir para outra fonte colher argumentos mais salutares, pois que, procedendo vilãmente, sofrereis as consequências da vossa malvadez.

Não caluniamos. Acostumados à luta franca, não era agora ocasião de deprimir caracteres, que julgamos bons.

Oxalá que aqueles a quem tanto parece incomodar em as nossas modestas palavras se compreendesse do papel tristíssimo que andam representando e se emendassem, chamando a si um bocado de nobreza de carácter, de forma a fazer desaparecer a má impressão hoje sentida, por o seu procedimento irregular.

Se têm a consciência tranquila, mostrem, ao menos, que só a ignorância os obriga a andar mal. Assim ainda poderão ser desculpados.

As ameaças, nestes assuntos, são sempre prejudiciais. Bem sabemos que é fácil inventar um conflito, que possa ferir a associação dos voluntários. Mas isso não nos fará calar, pois servirá simplesmente para reforçar as nossas acusações.

Repetindo a cena passada num incêndio da rua de Malmerendas, onde o snr. Almeida impediu, por uma forma insolente que os voluntários trabalhassem, apesar de serem os primeiros de chegada — o que parece ser o prólogo do tão desejado conflito, é provável que consignam os seus fins.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Mas isso não obstará a que o público se revolte contra o propósito firme que há em fazer desaparecer aqueles que impedem uma boa colheita de louros, assombrando a vaidade balofa dum inepto.

Até amanhã. *

V

Não são modernos os conflitos no local do incêndio, provocados por a grosseria ou ignorância do ajudante do serviço municipal, em questão.

Está na memória de todos o que se passou em 1891, especialmente quando os voluntários tiveram de deixar de comparecer aos fogos na cidade e em que se travou uma polémica grande, por causa da incorreção de proceder do snr. Almeida. Houve queixas à câmara, representações, reuniões, — o diabo! Mas o homem lá continuou a ser figurão e com tal importância, que a própria câmara, com toda a candura, chegou a dizer, em um documento existente ainda, que, mesmo que ele tratasse o pessoal «grosseiramente e com palavras ásperas e inconvenientes» o subalterno devia obedecer sem discutir nem replicar!!

Mas a que será devida tal proteção? Mistérios da natura!...

Não nos admiremos que o serviço não corresponda por vezes às necessidades, pois que, havendo mesmo na corporação municipal quem não simpatize com tal chefe, sendo ele reconhecido como principal causador das dissidências existentes entre as corporações de bombeiros da cidade, vaidoso como todos os nulos, os habitantes desta cidade terão de ser sacrificados às impertinências de uma direção péssima e à mesquinhez de uma alma pequenina.

Nós queríamos não ter de publicar o grande rol de gentilezas feitas por tão conspícuo cidadão, pois não pode tornar-se responsável solidariamente a corporação do seu comando por faltas que ela mesmo censura. Visto, porém, que aparece a ameaça, hão de ir lendo a pouco e pouco, na certeza de que há sempre reserva.

Se ainda julgam que a disposição do serviço é boa, atendam um pouco ao seguinte:

Há por toda a cidade, como sabem, umas quinze estações municipais. Pois se analisarem os pontos dos incêndios, verão

---

* In *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 69, 20 de julho de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

que o material nelas existentes, em sinistros juntos da porta, é geralmente o último a chegar e para isso vai muitas vezes o pessoal da estação central arrastá-lo. Isto vê-se quase todos os dias, chegando-se à conclusão infalível de que mais valerá à câmara e ao público haver apenas três ou quatro estações, montadas como a central, dispensando esses depósitos de material raras vezes utilizáveis.

Na imprensa, noticiam-se às vezes as experiências feitas pelo snr. Inspetor geral, com resultados admiráveis; mas o que toda a gente ignora, é que o snr. Gomes Fernandes é infamemente iludido por os seus acólitos, pois que nestas ocasiões faz-se uma prevenção ao pessoal, algum do qual, habitando longe da estação, aparece em poucos segundos e com uma arrogância desmedida. Nós já presenciámos destes factos. O último foi por ocasião das experiências nos teatros Carlos Alberto e D. Afonso.

Abusa-se assim da boa-fé de um homem que tem todo o interesse em apresentar um bom serviço de incêndios, e abusa-se sem responsabilidade alguma, pois que o terreno é preparado de tal forma e os comparsas tão bem se industriam, que dificilmente se chegaria a tirar uma ilação prejudicial para o chefe-mor de tais proezas.

Não devemos nós calar-nos, sem que o snr. Inspetor geral volte a atenção para o pessoal subordinado que o compromete, por a sua ignorância ou má-fé.

Oxalá que as nossas palavras possam ser ouvidas por quem tanta esperança nos merece. Oxalá que sejam adotadas enérgicas providências e que só tenhamos de louvar-nos pela campanha agora encetada.

Há tanto e tanto que dizer sobre este assunto que temos de demorar um pouco a publicação dos artigos, dividindo-os em capítulos bastantes.

No próximo artigo citaremos alguns factos de importância, para que os leitores nos digam sinceramente o que há de competência no promotor da desorganização do serviço de incêndios. *

---

* In *A Folha do Norte*, Porto, 1 ano, n.º 71, 22 de julho de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

VI

Antes de mais nada, vamos publicar uma carta recebida e que faz alguma luz sobre o assunto que vimos tratando:

«Snr.

Tem v. falado em bombas e bombeiros eu sei bem que o assunto se presta a muitas considerações. Infelizmente, aqui como em toda a parte, pouca é a gente que se interessa a valer por o serviço de incêndios, de forma que pouco me admiraria se ouvisse garantir que v. prega no deserto. Tenho quase a certeza de que as suas justas censuras não terão eco no seio da corporação municipal, pela simples razão de que hoje raramente impera o interesse público.

Adiante.

Eu, como toda a gente, possuo um arquivo menos mau das proezas observadas em tal serviço; e, se v. o permite, enviar-lho-ei, a fim de poder aproveitá-lo no que julgar conveniente.

Suponho que v. também há de estar orientado no caminho a seguir, do contrário não se abalançaria a escrever. O menos, porém, peço-lhe que deixe fazer conhecido o público do facto palpitante seguinte: há na corporação dos bombeiros municipais um superior — que é o hoje principal mandão — o qual quis, por força, que uns cavalos morressem em um incêndio, mas os pobres bichos é que não estiveram pelos autos!

Há de concordar que isto é mirabolante: mas como não é caso único na história, para comprovar a incompetência ou ignorância do homem, v. aproveitará os documentos existentes e mesmo por depoimentos da imprensa diária desta cidade, mais poderá reforçar a sua argumentação.

Sempre ao seu dispor.

C.»

O nosso reportório é já demasiado longo: no entanto aceitaremos quaisquer factos documentados, que mais ou menos elucidem o público e possam assim comprovar o que sempre dissemos, isto é: que o serviço de incêndios no Porto ainda não satisfaz por completo, embora possa julgar-se superior.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Embora exista muito material, pouco se poderá mover em ocasiões urgentes, pois que estando acumulado bastante nos cubículos da estação central, donde apenas podem sair três máquinas, sucede bastantes vezes que o pessoal, cansado com o trabalho demasiado, não acorre com muita presteza aos locais onde reclamam os seus serviços.

Porque se não constrói edifício apropriado, que seja também um bom quartel, onde nunca se sinta a falta dos bombeiros?

Mas, não é só necessário isto: reforme-se e aumente-se também o material. Custa a crer que, gastando-se anualmente uns cinquenta contos com o serviço de incêndios (segundo nos informam) não se tenha conseguido ainda para a câmara uma bomba a vapor, de tanta necessidade no Porto. Lisboa conta uma boa porção delas, que lhe prestam um auxílio soberbo. Aqui temos apenas os esforços dos voluntários, para conseguir tal *desideratum*, mas infelizmente nada temos ainda.

Somos de opinião que uma terra, onde tanto prevalecem as grandes indústrias, aumentando constantemente o número de fábricas, não pode dispensar a bomba a vapor, mas que especialmente o serviço nas margens do rio se torna por vezes dificultoso.

E já que falamos na reforma do material, trataremos também da reforma do pessoal e reclamaremos em altos brados a extinção dos *cónegos*.

Queremos homens aptos, inteligentes e sensatos a dirigir o serviço. Pugnaremos pela demissão imediata dos incapazes, embora a categoria em que os colocou a sua boa estrela, seja das mais altas.

Ficaremos hoje por aqui, visto que o tempo e o espaço são diminutos. Mas a história da morte forçada dos cavalos e outras análogas hão de ser contadas, com música offembachiana. *

VII

Com a suspensão temporária d'*A Folha do Norte*, tivemos que interromper as nossas considerações sobre tal assunto. No entanto, com a demora havida em nova publicação, nada perderam aqueles que olham com mais ou menos interesse o serviço de incêndios.

---

* In *A Folha do Norte*, I ano, n.º 72, 24 de julho de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

E, antes de pormos cá fora todo esse estendal de mesquinhices, forçoso é que abramos um parêntesis para saudarmos o snr. Gomes Fernandes, cuja chegada é conhecida, e por nós era bastante suspirada, pois estamos certos que o snr. Inspetor geral há de fazer entrar na ordem aqueles dos seus subordinados que tão pouco airosamente cumprem os deveres do seu cargo. Só lamentamos que sua excelência não tivesse regressado ao Porto há mais tempo, para ver trabalhar a bomba 12 no incêndio da fábrica de fósforos, em Lordelo, a qual mais parecia uma seringa do que máquina construída por o afamado Janck. O trabalho desta bomba — pode informar-se sua excelência — foi assunto de alegres conversas, para toda aquela gente que assistia.

Temos fé que tudo há de ser remediado e que agora iremos, de novo, presenciar serviços que deem jus ao nosso respeito.

E, se nós estimamos a chegada do snr. Guilherme Fernandes, muito mais ela deve satisfazer o snr. Ajudante Almeida, o qual tanto a desejou, simplesmente para poder dar asas aos seus ímpetos vingativos, frutos de incorrigível inépcia e de alma pequena.

Consideramos muito o snr. Guilherme Fernandes — já o dissemos mais que uma vez; respeitamos a sua inteligência; habituamo-nos a respeitá-lo, pelo seu tino especial no espinhoso cargo em que está investido e o qual procura ocupar bem; — mas isto não quer dizer que nos calemos, quando, por qualquer circunstância, haja que lutar e nós tenhamos do nosso lado o interesse público e toda a justiça. Ora, esta consideração com certeza não é merecida por o snr. Almeida, o qual, sempre de uma grosseria inaudita, tem o desplante de ainda vir dizer, como nos consta, que, *se tem tratado com desprezo e não quer consentir que os voluntários trabalhem nos incêndios, é em cumprimento de ordens recebidas!!*

Conhecemos-lhe a manha. Quer declinar responsabilidades, fazendo convencer que o responsável das suas grosserias e mais proezas é o digno inspetor. Isto não é possível acreditar-se. Conhecendo, há muito tempo, o snr. Gomes Fernandes, e tendo ainda na nossa presença recentes documentos assinados por o seu punho, não poderemos levar a bem que sua excelência imaginasse sequer criar dificuldades a uma corporação que o respeita e com a qual tanto tem trabalhado.

Mas há mais ainda: também se diz que o nosso homem propala que o ajudante snr. Loureiro está sendo menos considerado por o snr. Inspetor, pelo facto de tratar bem os voluntários e ter permitido que eles trabalhassem no célebre incêndio na alfândega.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Não necessita o snr. Gomes Fernandes que o defendamos das insinuações do seu subordinado, nem tão pouco é agora ocasião asada para isso. O assunto presta-se a muitos e delicados comentários e mal de nós se vamos ocupar-nos somente da intrigalhada existente na igreja municipal. Atenderemos principalmente ao serviço público, pois é esse o que nos obriga a vir a campo.

Quando, por quaisquer circunstâncias, tenhamos de fazer referências pessoais, serão elas ditadas pelo desejo em que estamos de orientar a opinião, tão falsamente informada por áulicos pequeninos.

Vamos ao que importa.

Há dias foi feita uma queixa ao governo civil desta cidade, dizendo-se que a máquina dos voluntários *costumava* sair do quartel sem cocheiro habilitado, o *que já havia dado lugar a alguns desastres.* Segundo informações fidedignas, desde que existe a associação dos voluntários, há vinte e quatro anos, a máquina saiu do quartel três vezes guiada por associados, mas sem que isso desse lugar ao mínimo desastre.

Naturalmente, o snr. Ima Júnior, presidente da câmara, que é quem assina a supradita queixa, imaginou que foi a máquina dos voluntários que entrou na loja do cabeleireiro João Maria, à Batalha, partindo-lhe o cristal da vitrine e tentando partir as costelas ao snr. Bernardo Lencastre, que ali sossegadamente limpava os queixos; que foi ela a que bateu de encontro a um carro americano, em S. Lázaro, molestando-o e do que resultou a morte de um cavalo; que foi ela ainda que partiu uns bancos de ferro na Praça D. Pedro, pondo em perigo a vida dos transeuntes; e isto fora outros abalroamentos em diferentes ruas, dando lugar a que o público se revolte, por vezes, contra a beleza do serviço feito por os cocheiros encartados, formados na universidade municipal.

Mas, fosse lá o que fosse, segreda-nos alguém que tal queixa, formulada quando mais se salienta o serviço do pessoal não remunerado, é também o fruto do trabalho da mesma individualidade que, ultimamente, tanto se tem distinguido na guerra feita àqueles que olham com verdadeiro interesse o serviço humanitário.

Parece-nos que o snr. Inspetor dos incêndios e a câmara deverão ter compreendido a necessidade absoluta de afastar, por uma vez, o causador de tanta sensaboria, especialmente reconhecendo-se que a inspiração da queixa acima é mais uma prova da má-fé com que *alguém* procede no serviço, dando lugar à seição vergonhosa que parece existir no batalhão de bombeiros, onde só deveria haver boa harmonia e profunda lealdade.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

São tão contínuos os abusos praticados que mal irá àqueles que, podendo providenciar a tempo, não tratem de evitar desgostos maiores. É necessário que desapareça de vez essa quase antipatia entre camaradas, antipatia criada simplesmente por a pouca inteligência e pequeno tino de um espírito egoísta e ignorante. *

VIII

Ainda não podemos deixar em paz este assunto, bem que isso pese àqueles que hoje tudo ocupam e em tudo tratam da tal peste bubónica. E, afinal, olhando bem, relacionam-se as coisas admiravelmente, a ponto de darmos graças ao Altíssimo por mais uma vez termos ocasião de mostrar a necessidade de se olhar bem para o corpo de salvação pública.

Pois quê? A massa popular anda desassossegada com os extraordinários boatos que, dia a dia, por aí se espalham; reclamam-se providências enérgicas, desinfeções, etc.; porque não aproveita a câmara o pessoal disponível em alguns destes serviços, nos transportes de doentes, para o que lá existem as macas especiais?

Parece-nos que isto seria de grande alcance, tanto mais que, homens habituados ao perigo, não tremeriam diante de qualquer exagero e antes estimaria mostrar quanto em si cabem os verdadeiros sentimentos humanitários. E assim, recebendo louvores por tal abnegação, talvez até que isso viesse em desconto de muito pecado velho...

Poderão dizer-nos que o corpo de bombeiros municipais não foi instituído para este fim; mas não é crível que os rapazes se negassem ao serviço, de mais a mais, tendo à frente competências aliás bem conhecidas e havendo o seu médico-chefe assumido a direção de uma das zonas de saúde, em que foi dividida a cidade.

E, ao menos por momentos, a peste bubónica faria desaparecer essa *peste* a que nós aqui nos temos referido, e contra a qual ainda não tivemos ocasião de ver adotadas providências sensíveis. E até poderia suceder que algum dos *cónegos*, sentindo menos repugnante pelo cheiro do ácido fénico, do que forças ou competência para os incêndios, viesse patentear à vista de todos alguma inclinação aproveitável, que lhe desse jus a uma espada, sem ser de cortiça.

---

* In *A Folha do Norte*, Porto, n.º 1, 7 de agosto de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Escusado será oferecer-nos alvíssaras por a ideia aí apresentada: unicamente queremos mostrar que desejamos a melhoria do serviço de bombeiros municipais e ao mesmo tempo vamos indicando meios para melhorar a impressão em que o público tem tal serviço. Para isso deveriam, porém, antes de tudo correr a tal *peste* que tantos dissabores causa e a qual parece querer tomar força e atividade. E imaginam os leitores o que aí não irá de sofrimento, se *aquilla* levanta cabeça! Nós é que não desejamos presenciar as consequências — para não termos de acender uma velinha ao bispo!

Lá que um homem lute pela vida, admite-se, mas que sinta sempre a esperança, bem alimentada, de um dia poder usufruir o fruto de um trabalho acidentado. Por exemplo: nós temos mostrado aqui quanto é prejudicial, para o serviço municipal de incêndios, a permanência na corporação, do snr. Ajudante Almeida: julgam talvez que ele emagreceu ou deixou morrer de desgosto os passarinhos?

Oh! Que engano de alma ledo e cego! Ainda o vimos há dias, todo repimpado dentro de um *coupé*, que era distintamente guiado por o chefe de esquadra n.º 19. Vejam o que são as coisas: só um chefe de esquadra dos bombeiros — e dos mais elegantes — é que pode servir de cocheiro a tal superior!

Querem-no melhor?

Não lamente o snr. inspetor o seu estado, por o facto de ainda tal lhe suceder; ajudante tem sido muita gente boa e nem por isso gozou tal primazia. Muitos ajudantes tem Lisboa e nenhum é tão reinadio.

Este caso, que agora apontamos, não vai à laia de denúncia, para que o snr. Presidente da câmara tenha o incómodo de ir queixar-se ao governador civil, acusando o seu pessoal de andar em carros guiados por indivíduos não cocheiros-encartados — o que pode dar lugar a contínuos desastres, como já tem sucedido, etc. Nada disso. Nós até pedimos que deixem gozar quem goza.

Também não vai como reclame à importância e valor (?) do cidadão. Isso não é para nós: poderá sua senhoria conseguir quantas *caldeiradas* quiser, de amáveis e elogiosas referências, mas não da nossa pena.

Aqui escrevemos só o que julgamos necessário e útil à população desta cidade, a fim de que ela chegue a perceber que a enorme despesa feita pela câmara, no serviço de incêndios, poderá ser melhor aproveitada, se se olhasse primeiro que tudo à

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

ilustração e competência de bombeiros e nunca a padrinhagens, que só prejudicam o bem-estar dos munícipes.

No próximo número irá então prato de arroz doce.

Esperem um pouco

*

* *

Já depois de escritas as linhas acima, soubemos que a direção dos bombeiros voluntários oficiara ao governador civil, oferecendo os serviços da corporação, para os trabalhos sanitários. Dizem-nos mais que um dos diretores havia telegrafado para a França e Inglaterra, pedindo uns desinfetantes e ainda a remessa do soro, para o tratamento da peste bubónica.

Ora aí está um caso que merece a nossa simpatia, porquanto vemos que os voluntários — que não têm ordenados nem proteções oficiais — jamais se negam a quaisquer sacrifícios, para bem da humanidade.

Na sua simplicidade, vale bem um bocado de reconhecimento este ato de dedicação. Saiba a autoridade respetiva aproveitá-lo.

Aí têm um belo contraste: porque não fazem o mesmo com o corpo de salvação pública? Porque este é só para incêndios? Agora poderão desejar só tais serviços, o dos incêndios: mas, por Deus! Quando souberem da ausência do snr. inspetor, prefiram antes um passeio em procissão — ou dentro dum carro guiado por um chefe de esquadra!

Fazem melhor figura e não são tão feios, nem se fingem tão maus. *

IX

Ora aí vai!

Soubemos que o snr. Vicente — perdão! O snr. Vieira, disse aos seus acólitos que não mais *faria favores* aos voluntários, pois havia de cumprir rigorosamente o regulamento. Não sabemos de vêm bem.

Nós, apesar de tanto desejarmos tratar lealmente todas as bombas e assuntos a elas referentes, confessamos ignorar o que seja

---

* In *A Folha do Norte*, Porto, n.º 3, 17 de agosto de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

o tal regulamento, a que o homem se refere. Se é mais uma das suas ameaças, é provável que se engane nos cálculos. Se é o regulamento de sanidade, publicado agora por o ínclito escrevinhador chamado Pina Callado, também estamos certos que o homem não será feliz, pois que, embora ele esteja mais apto para caçar ratos, do que para dirigir o serviço de incêndios, ainda assim, apesar de tal utilidade de competências, ele não deixará de mostrar sempre que é uma infeliz insapiência e um inútil.

Concordamos em que, logo que trate da destruição de tais roedores, o snr. Vicente — perdão! — o snr. Vieira, há de fazer por cumprir, porquanto, depois das demonstrações aqui apresentadas, a sua consciência — que a deve ter e bem bonita — há de mostrar-lhe a sem-razão da monomania, que de si se apoderou, querendo fazer crer, do mundo conhecido e desconhecido, que o capacete amarelo e espadeirão, seus principais ornamentos, podem levá-lo a ocupar um lugar na Capitólio.

Nós vamos ler os regulamentos do serviço de incêndios; se é a esses que o snr. Vicente perdão! — o snr. Vieira, se refere, estamos certos que daí não virá o mal ao mundo, pois é natural que a sua grosseria e ignorância desapareçam perante a apresentação de um barato compêndio de civilidade.

O público que tem presenciado o serviço de incêndios sabe perfeitamente a maneira como tal indivíduo se comporta, especialmente quando assume a atitude de *superior*, pois quer mostrar que a sua capacidade é grande e nunca deseja desmerecer da posição que a sua boa estrela o levou. Hão de saber que a delicadeza em nada o preocupa e isto, francamente, não pode deixar de revoltar aqueles que conhecem as mais rudimentares leis de educação e por isso nós lamentamos ver os dissabores que ora preocupam as simpáticas corporações de bombeiros desta cidade.

Não há nada mais odioso que o abuso de autoridade. Pina Manique, que tanto se salientou no governo do snr. D. Miguel — cuja santa memória seja sempre guardada —, morreu cheio de blasfémias e maldições da população, que tanto aturou os seus caprichos. O célebre Conde de Basto, que era tido como o braço direito do mesmo saudoso (!) rei absoluto, também ouviu que a opinião pública não era favorável aos seus intuitos déspotas e infamantes.

Não tinha inteligência, dizem: mas não deixou de ser um primeiro-ministro.

Ora este Vieira, ou Vicente, que não poderá jamais chegar aos calcanhares do Conde de Basto, nem tão pouco estaria apto para deitar tombas nas botas do Pina citado, será capaz de julgar que

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

está em país conquistado e que a sua tola vaidade há de progredir sempre e ininterruptamente?

Se o snr. Inspetor tivesse nos seus quartéis uma aula rudimentar e primária, far-lhe-ia saber que a história, conquanto tente por vezes fazer conhecidos homens prejudiciais e inúteis, também os aponta bem ao desprezo de presentes e vindouros.

Ali haveria muito a estudar e a aprender.

E, conforme nós hoje vemos comentando, favoravelmente, por Camilo Castelo Branco, aquele célebre sapateiro de Bocage, que, cultivando os versos, não abandonava as solas e educava os filhos como artistas, também nós ficaremos sabendo que o tal homem não andaria mal se imitasse o seu ex-colega citado, educando-se, lendo, e lendo muito, e lendo bem, para assim se convencer de que a ignorância é um dos piores inimigos que ataca a humanidade. Pior ainda que a peste bubónica!

Ora, das consequências resultantes do proceder irregular de tal Vicente — perdão! — do snr. Vieira, que poderá resultar? Um mau serviço, uma indiferença, um prejuízo para o público, que paga e concorre para o serviço municipal de incêndios.

Porque não é só aos bombeiros municipais que tal Vicente se dirige menos razoavelmente: é principalmente aos voluntários, que são a sua sombra e que não devem tolerar que, sobre eles, impenda mais ou menos a grosseria propositada e se tente menoscabar o seu trabalho desinteressado e humanitário.

Cremos bem que nem o próprio snr. Presidente da câmara deixou de ler abertamente nas entrelinhas de tal proceder, pois se continua a ver que o homem quer por força provocar conflitos, a fim de proclamar *urbi et orbi* que a competência dos últimos é sobremaneira minúscula — naturalmente por não terem espada!

Poderá o snr. Inspetor ainda imaginar que não é da máxima conveniência eliminar tal homem da sua corporação e mandá-lo antes procurar ratos nos escoadouros públicos, por causa da peste bubónica? Talvez aí dê alguma coisa. *

X

Antes de tudo, cumpre-nos tornar aqui bem conhecida a data de 25 de agosto.

---

* In *A Folha do Norte*, Porto, n.º 3, 21 de agosto de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Em igual dia de 1875 um grupo de indivíduos desta cidade, atendendo à deficiência do serviço de incêndios, resolveu fundar uma associação de bombeiros voluntários. A ideia foi admiravelmente abraçada por as mais distintas personalidades e o grupo instalador viu coroados do melhor êxito os seus esforços.

Dos fundadores desta associação, existe apenas um bombeiro nesta cidade: é o snr. Guilherme Gomes Fernandes, atual inspetor do serviço de incêndios.

Os serviços que até hoje se têm prestado, estão bem patentes na memória de todos e por isso, supérfluo se torna que nós os venhamos agora fazer reaparecer nas colunas da imprensa. Deve, contudo, notar-se que, apesar de muitas vicissitudes e ainda lutando com obstáculos enormes, a associação ainda hoje vive, querida por todos.

Na sexta-feira penúltima comemorou o seu 24.º aniversário. Modesta e pobre, sente o orgulho próprio daqueles que sabem cumprir fielmente o seu dever, embora para isso sejam necessários todos os sacrifícios. Não se importou com manifestações externas de pomposidade e especialmente atendeu a que, na época atual, de tristeza para os habitantes do Porto, melhor seria que ela mostrasse bem alto que não ficou de braços cruzados perante a calamidade que nos assoberba.

Assim, ofereceu imediatamente o seu préstimo às autoridades respetivas e trabalha para que mais uma vez todos fiquem cientes da independência do seu proceder e ainda da firmeza das suas convicções.

Já por várias vezes ela tem tido um papel proeminente em socorrer os necessitados, por ocasião de serem feridos por calamidades diversas. O incêndio do Furadouro, os terramotos de Andaluzia, a catástrofe de 27 de fevereiro, etc., cujos ecos de dor tanto repercutiram por toda a humanidade, não foram esquecidos por esta associação, que tomou sempre uma iniciativa forte, conseguindo assim sulcar muitas lágrimas e atenuar muita miséria.

Obras destas jamais serão esquecidas.

Hoje mesmo trabalha ela para estabelecer um serviço clínico capaz de satisfazer às exigências da ocasião e é provável que dentro em pouco a tenhamos na vanguarda de todos os trabalhos feitos e a fazer para melhoria dos necessitados.

Junte-se a isto o constante e atribulado serviço de incêndios — pois que os voluntários não só acodem à área da cidade, mas ainda vão para todos os concelhos onde o seu trabalho é

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

reclamado — e digam-nos sinceramente: não merece o respeito e a consideração de todos uma coletividade assim organizada?

Bom seria, pois, que todos lhe prestassem o seu auxílio e a ajudassem a viver, no que só lucraria a população portuense, especialmente.

Uma associação destas não deve de forma alguma desaparecer, atendendo ainda a que a ela se deve a melhoria do serviço de incêndios, pois foi dali que partiram sempre as principais iniciativas e é ali ainda onde se encontram generosidades sempre prontas a abafar muitas lágrimas.

Oxalá que as nossas palavras sejam ouvidas e que todos se convençam da sinceridade que as dita. Os habitantes do Porto sempre recordarão os esforços dedicados desse punhado de rapazes, que só se glorificam no sacrifício constante pelo bem-estar do seu semelhante, honrando superiormente o fim para que instituíram a sua associação.

Saibam, pois, os estranhos cumprir o seu dever, para bem e sossego de todos. *

---

* In *A Folha do Norte*, Porto, n.º 6, 4 de setembro de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Peste, Fome e Guerra

Pretendemos recomeçar a publicação dos nossos artigos nesta folha, reatando um fio que se interrompeu por motivos vários, e reconstituindo uma série que, na diversidade dos assuntos discutidos, conserve, todavia, tal qual homogeneidade, pelo menos mercê do critério a que, todos, se subordinem.

E, como trabalhos para gazetas tenham de obedecer à primordial exigência de que se ocupem de assuntos da atualidade, assim nos cumpre hoje dizer alguma coisa a propósito das medidas sanitárias, já tomadas ou em via de o serem, com motivo da peste que se diz existir, ao presente, na nossa cidade.

Ora, abordando o tema, parece-nos de bom conselho lembrar, ainda sob pena de que nos taxem de certo pedantismo, que o que caracteriza os problemas sociais é o seu grau máximo de extrema complexidade. De maneira que se pode ter a rigorosa certeza de que se laborará em erro desde que não se atente senão num aspeto exclusivo e único de uma dificuldade social a atender e resolver.

Infelizmente tem sido este o caso com a peste, real ou imaginária, que apareceu no Porto, não se disse ainda donde, como e por que via. Não se tem pensado senão nas medidas sanitárias a adotar para impedir o alastramento do mal, e não tem sido ouvida senão a opinião dos médicos.

Todavia, não pertence unicamente aos médicos a resolução do instante e gravíssimo problema; e os seus alvitres não são senão elementos subsidiários que têm, até, de ser avisados; por um critério superior ao elementarmente médico, antes de serem

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

adotados e postos em execução. O médico cumpre o seu dever propondo as medidas que julgue necessárias e urgentes a bem da saúde pública; mas o estadista precisa, esse, de examinar se tais medidas não irão lesar outros gravíssimos interesses, cujo ataque constitua perigo igual, senão maior do que a peste, para a vida do país, que ele administra e governa.

Todos conhecem o epigrama famoso do poeta Bocage:

Aqui jaz um homem rico
Nesta reles sepultura;
Escapava da moléstia,
Se não morresse da cura.

Também, se o conjunto das medidas sanitárias adotadas interromperam a vida económica do Porto e do país, por forma a determinar uma crise, comercial e de trabalho, sem precedentes na aliás abundante história das nossas calamidades públicas, o Porto e o país terão escapado da moléstia talvez, mas com certeza morrerão da cura. As medidas para combater a peste trarão a fome, e a fome trará a sua companheira inseparável: a guerra.

Ora, entre morrer de pura inanição às espadeiradas e a aos tiros — e morrer de peste bubónica: a diferença é a favor da morte por essa peste bubónica, porquanto um doutor lá de fora, que ainda não morreu dela, nos assegura de tal morte coisas tão agradáveis que a torna, até, apetecível.

Portanto, não basta pedir medidas sanitárias; é preciso ver se essas medidas não produzirão mais mal do que bem. É preciso inquirir previamente, mesmo se elas são, até, exequíveis.

Temos, por exemplo, o isolamento.

Eis aqui uma coisa que lembra logo e que parece corretamente aplicável. Não obstante, ela se presta a ser facilmente iludida. Desde que em uma casa alguém se sinta enfermo, longe de a família declarar a enfermidade, procurará escondê-la. A visita do médico, que até agora era esperada com ansiedade, passará a ser considerada com terror. O médico, longe de ser uma esperança, será uma ameaça. A clínica baixará, seguramente, a favor das mezinhas caseiras e dos curandeiros, mais ou menos, cultos. Os interesses económicos dos médicos ressentir-se-ão; e, o que é mais grave, ressentir-se-á duramente a saúde pública.

Mas, ainda por outro aspeto, se vê, desde que se medite, que essa medida do isolamento é inteiramente inexequível com seriedade e lógica; e só servirá para vexames, prejuízos e calamidades.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Demos que ocorra um caso numa ilha. A numerosa população dessa ilha deixará de poder vir à rua, menear a sua vida, e então quem a sustentará?

Demos que ocorra um caso fulminante em uma fábrica. Ela será fechada. Está bem. Mas quem pagará os salários semanais desses trezentos, quatrocentos, quinhentos operários sem trabalho?

Enquanto os casos se vão registrando nos bairros, relativamente ricos, da burguesia comercial, ainda o absurdo se não torna tão potente, se bem que seja intolerável o vexame de que se interrompa o labor duma casa de negócio e se não possa sofrer que a liberdade e a fortuna dos cidadãos possam estar à mercê de qualquer diagnóstico inepto. Não obstante, surge logo a natural objeção que deriva das idas e vindas, de e para o foro emprestado das notas e cédulas em circulação. Proposta a dificuldade, apareceu o remédio da substituição do papel fiduciário por fichas metálicas valorizadas.

Mas, essa substituição é inaceitável, por isso que ou se facilitaria em tal maneira que a consequência seria introduzir no mercado uma prodigiosa quantidade de moeda falsa, ou desde que revestisse qualidades, de matéria e cunhagem, próprias a tal qual garantia, isso importaria gastos, incomparáveis com o estado de penúria das finanças públicas e com a insuficiência de recursos da economia nacional, consoante agora mesmo se tornou evidente, mais uma vez, com as dificuldades atinentes ao projeto da moeda de níquel, aventado pelo ministro da fazenda.

Estas considerações são elementaríssimas; a lástima é que seja preciso estar a insinuar banalidades de tal estofe.

Considerada, porém a questão em toda a sua extensão, estas ideias de isolamento são a calamidade mais espantosa e implicam a catástrofe mais radical que poderia sobrevir a este desorientado país — Isolar o Porto, dadas as relações económicas que o prendem particularmente às províncias do Norte, implica decretar a miséria, a prazo da exaustão dos curtos *stocks* existentes nos diversos centros de comércio. Proceder de forma que Portugal fique isolado do resto do mundo importa descontar no capital fixo da nação, agravando assim circunstâncias económicas e financeiras que já hoje são quase insolúveis. As vantagens que advenham da adoção de medidas tão draconianas, comparadas com os enormíssimos prejuízos que dessas medidas derivam, resultam inteiramente insignificantes.

O estadista, para merecer este grande nome, não se subordina a sentimentalidades de ocasião. Depois de uma das suas mais

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

sangrentas batalhas, o vasto génio de Napoleão Bonaparte não contradisse o critério geral a que se disciplinava.

Passeando, com melancolia, os olhos sobre os milhares de cadáveres estendidos na refrega de Eylau, ele consolou-se pesando que bastaria uma noite de Paris para ressarcir aquele efémero decano. Mas nem cem noites de Paris de qualquer assalto profundo às origens felinas, e melindrosíssimas, da sua vida económica.

O Potro teve a peste, a fome e a guerra quando do cerco homérico que experimentou; e a geração altaneira desse tempo não tremia diante de micróbios, como não tremia debaixo da metralha. Se há coisa hedionda agora, não é a peste infeta; é o medo infeto da peste.

Essa peste conta-nos o dr. António da Cunha Vieira de Meireles, nas suas *Memórias de epidemiologia portuguesa*, que foi andaço que ardeu em Portugal nada menos de sete vezes; sem este, já se vê, em 1318, em 1415, em 1569, em 1579, em 1598, em 1680; só no Algarve, cinco anos seguidos, de 1645 a 1650. E, todavia, nem por isso Portugal acabou. E não havia nesse tempo nem o saber positivo atual nem as condições de higiene individualista e de salubridade genérica, que tornam a peste hoje na Europa coisa muitíssimo menos importante do que qualquer das endémicas mortíferas de que, aliás, ninguém faz caso.

Mas — tal é a miséria dos nossos corações! — a dar ouvidos à imunda cobardia, como se a morte não fosse o desfecho natural e como se mais valesse morrer disto do que daquilo; tudo agora são terrores; e, assim, o descoro atingiu o cúmulo de certa gazeta monárquica propor que se deitasse o fogo a esta cidade do Porto, proscrita e maldita!

Porquê? Há no Porto a peste bubónica? Suponhamos que há. Demos que esteja rigorosamente demonstrado que a há. Mas demos ainda melhor. Demos que já agora nunca mais saia do Porto, como o famoso Pettenkofer asseverou que a cólera-morbus nunca mais sairia da Europa.

Quiá inde? Qu'estce que celá prouve?

Ficaremos então de isolamento permanente e constante? Deitar-se-á, de vez, fogo à cidade pelos seus quatro cantos?

Mas, tornada endémica a febre-amarela no Rio de Janeiro desde o primeiro quarto deste século, porque é que ainda se não decidem? Porque é que ainda não deitam fogo no Rio de Janeiro?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Porque é que ainda comerciamos com estes empestados? Porque é que os fazemos viscondes, logo que cá os apanhamos, mais afinados como os vinhos, de torna-viagem?

Ora, juizinho. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2888, 20 de agosto de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Cerco do Porto

Seja desculpada ao autor a insistência com que oferece as suas considerações à população da cidade, repetindo seus artigos e reaparecendo nas colunas do jornal com uma pertinência que poderia capitular-se de indiscreta, se de tão momentosos interesses não tratasse. A calamidade que nos ameaça é, porém, em tal e tanta maneira, evidentemente medonha que não é, já agora, tão-somente um direito, mas é, ainda, um instante dever que todos os portuenses que, como nós, se prezam de o serem declarem ostensiva e patentemente as opiniões que, na sinceridade de seus ânimos, engendraram e amadureceram.

Por isso, seria repreensível o silêncio daquele que, não concordando com as disposições que estão sendo adotadas com motivo da saúde pública, se aliás tivesse de pronunciar-se, levado do terror de subalternas considerações do prestígio destas ou daquelas sumidades locais, ou arrastado na onda de aquiescência que dissolve as personalidades e abate o legítimo orgulho das consciências independentes.

Em nossos dias, momento algum tão solene apareceu para a vida do Porto como este momento trágico que se está atravessando, menos trágico pela triste invasão duma epidemia que os profissionais qualificam de benigna, com marcha lenta e efeitos de mortalidade moderados, do que pelas violentas medidas de apetecida prevenção que centra essa epidemia se alvitram e deliberam.

Temos agora que a junta de saúde pública, reunida anteontem em Lisboa, propôs ao governo o isolamento imediato do Porto.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ao que informam, o governo concordou com tal proposta, e deu já suas ordens para ser levada a efeito essa providência.

Vai-se, pois, estabelecer imediatamente em torno do Porto um cordão sanitário. Para esse fim o governo ordenou já como nos comunicam, que marchassem as tropas necessárias. Também vão ser enviados navios, para impedir as comunicações marítimas.

Quer dizer, numa palavra: em Lisboa declarou-se cerco ao Porto.

Mas, declarando o cerco ao Porto, a capital também ficará isolada ela mesma; e nisso é que talvez ali não tivessem pensado.

Claro está que desde que oficialmente se estabeleça (como desgraçadamente oficialmente está estabelecido) que no Porto existe a peste bubónica, as nações estrangeiras não se limitarão a segregar o Porto do seu convívio. Alargarão a medida preventiva; declararão todo o Portugal infeccionado.

E, pois, se o Porto terá de sucumbir em seu isolamento, Lisboa, separada, por consequência lógica, dos centros europeus, haverá de sucumbir também.

Ou cuidar-se-á que Portugal todo não é solidário e que seja indiferente a Évora que haja o cólera em Melgaço?

Aqui tenho eu uma carta que, do Algarve, acabo de receber, dum meu amigo distintíssimo, pela cultura eminente do seu espírito estético que ele alia às mais sólidas qualidades duma prática comercial adquirida nos grandes mercados. Estranha aquele meu amigo que eu lhe não falasse, na minha anterior missiva, da peste bubónica. E, depois, observa que tal alarme «vai cavar a ruína desta pobre gente algarvia. Pois quem diabo receberá figos, amêndoas ou alfarrobas — que é tudo o que nós damos — dum país contaminado de *peste bubónica*, quando esse país, ao eco da mais leve voz do cólera que soasse a mil léguas de distância, cortava relações com o resto do mundo e se encolhia na concha e lá se ficava saboreando o próprio ranho, à imagem do caracol!?»

Esta futura e próxima desgraça, que será para os figos do Algarve como será para os vinhos do douro, poder-se-ia bem ter-se esquivado — como os funcionários idóneos não se esquivaram a introdução da peste —, se um critério sereno presidisse a deliberações que, pelo contrário, parecem concebidas no desatino egoísta dum pavor que não discute nem raciocina.

Se margem houvesse para o frio passar, ninguém voltaria a campo com estas absurdas, antiquadas e obsoletas ideias de

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

isolamentos e cordões sanitários, porque toda a gente se recordaria de que as quarentenas terrestres são coisa condenada pela ciência oficial, de longa e remota data.

No ano de 1857 rebentou a epidemia da febre-amarela em Lisboa; e então a cidade de Santarém desejou ser defendida da transmissão epidémica por alguma espécie de cordão sanitário ou lazareto que impedisse a livre entrada das procedências de Lisboa. Porém, o conselho extraordinário de saúde pública do reino, criado por decreto de 29 de setembro daquele ano, reputou essa providência como inteiramente **inadmissível**, declarando que quaisquer medidas em semelhante sentido seriam, por completo, **ineficazes**.

Esses são os qualificativos que se encontram no respetivo relatório, de que os vogais nomeados para o formar foram os abalizados médicos drs. Guilherme da Silva Abranches, Bernardino António Gomes (pai do finado ministro progressista Henrique de Barros Gomes), Francisco António Barral, Manuel Maria Rodrigues de Bastos e João Clemente Mendes. Veja-se a pág. 234.

Como se este precedente não bastasse, temos sobre a mesa o resumo das conclusões adotadas pela conferência sanitária internacional de Viena de Áustria, em 1874, feito por uma comissão, composta dos snrs. d'Albert-Glanstatten (pela Áustria), Adrien Proast (pela França) e van Gapelle (pelos Países Baixos). Na segunda parte, tratando-se da questão das quarentenas, e especializando-se, no parágrafo I, a questão das quarentenas de terra, estabelece-se a doutrina seguinte: *Considerant que les quarantaines de terre sont inexècutables et inutiles, vu les nombreux moyens de comunication qui augmentent de jour en jour; considérarant en outre qu'elles portent des atteintes gravés aux intéréts commerciaux, la Conférence rejette les quarentaines de terre.*

Ou em nossa linguagem; «*Considerando que as quarentenas terrestres são inexequíveis e inúteis, atentos os numerosos meios de comunicação que dia a dia aumentam; considerando, ademais, que elas infligem graves atentados contra os interesses comerciais, a Conferência rejeita as quarentenas terrestres*».

Mas em Portugal adota-se, em 1899, aquilo que já em 1857 era considerado em Lisboa como **inadmissível** e **ineficaz**.

Somente, em 1857, Lisboa é que teria de ficar isolada; e, atenta a nossa origem berbere (segundo o falecido Oliveira Martins) não nos desmentimos do sangue marroquino que nos anda nas veias.

Um Deus para nós; um diabo para os outros.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O pior é que — graças à vida de relação dos organismos sociais — afinal o raio cai em casa de todos.

Por consequência, uma escrupulosa circunspeção se torna indispensável e arrogante.

Contribuamos, todos, cada qual na amplitude de sua nação, para que haja, hoje, pelo menos, o bom juízo que houve em 1857. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2889, 22 de agosto de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Cordão

Foi, com efeito, decretado o cordão sanitário para o Porto. Apesar das reclamações do comércio e da indústria desta cidade persistiu-se na teimosia exclusivista dum critério científico que está proscrito de todos os centros intelectuais de estudo e de erudição.

Mas, o motivo crítico da desastrosa adoção desta medida absurda provém, afinal, da mediocridade de educação dos nossos profissionais.

Em regra, o médico português, das línguas estrangeiras não conhece senão, regularmente, o francês — isto não querendo já falar daqueles, aliás, por desgraça, numerosos, que mesmo o francês só imperfeitissimamente é que o conhecem. Já não entendem sequer o espanhol; são incapazes de ler corretamente um livro italiano; mas então que dizer do que eles sabem de inglês e de alemão? De cem médicos portugueses pode assegurar-se que não há dez que traduzam sem auxílio de dicionário uma página dum compêndio escrito em língua inglesa; e que não há três, então, que possam gabar-se de tal etnia pelo que toca ao idioma germânico.

De maneira que, por esta deplorável falta de preparação secundária, o resultado é que a medicina portuguesa não pode, em geral, exceder os limites restritos da ciência francesa.

Ora, em França, a dentro destas coisas de epidemia e suas medidas defensivas, cordões sanitários e quarentenas, quer da terra quer do mar, nos nossos dias surgiu um técnico eminente, o dr. Fenvel, que foi quem organizou os regulamentos de sanidade

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

e que se mostrou sempre ferrenhamente partidário de todos os processos coercitivos, seja por terra seja por mar.

Na conferência sanitária de Viena de Áustria, em 1874, a ciência alemã, representada pelo mais ilustre tratadista acerca do cólera-mórbus, o dr. Pettenkofer, e a ciência inglesa, aí significada com respeitabilíssimas capacidades, infringiram ao francês Fauvel uma derrota insigne, que a suficiência parisiense classificou, no tempo, como o efeito do influxo dos *vis* interesses de comércio geral.

Sem embargo, a Fauvel se fez a concessão de permanência das quarentenas marítimas. Com os lazaretos aqui e além, Fauvel garantia à França que lhe não entraria jamais, no território, posta nessas febres criminosas que sopram das empestadas zonas do Oriente.

Foi um sossego. Adotaram-se-lhe todos os alvitres, ainda os mais severos. Fauvel foi nomeado qualquer coisa como Guarda Supremo da Saúde Pública de França. Fizeram-no logo Grande Comendador da Legião de Honra. E escusado é dizer que seus honorários correspondiam a altura de seus supostos serviços.

Quando, de repente, na hora menos pensada, apesar de tudo e apesar de todos: quarentenas, cordões sanitários, lazaretos, fumigações, o vivo demónio; eis que rebenta, com uma violência extrema, o cólera em Toulon e em Marselha.

Foi um soçobro.

Pouco tempo depois, Fauvel morria, esmagado ao peso do seu desengano.

Não obstante, o ensino de Fauvel prossegue nas publicações francesas; e, como é somente nelas que se educam os médicos portugueses, as abusões do espírito de Fauvel perpetuam-se entre nós, com dano enorme e prejuízo imenso.

Já em 1874, em Viena de Áustria, o delegado português à conferência sanitária de então útil, o dr. Sousa Martins, votou com Fauvel pela França (e com a Sérvia e com a Grécia, tudo isto é exceção da primeira, como se vê, nações de máxima ordem em competência científica) as quarentenas terrestres.

Mais tarde, em 1881, Sousa Martins haveria de descobrir em Lisboa a existência do cólera-mórbus asiática. Não havia, então em Lisboa, cólera-mórbus *asiático* nenhum. Sem embargo, com Sousa Martins votaram em prol do cólera-mórbus *asiático*, então, em Lisboa, nada menos de 90 médicos. Tal seja a tirania da chamada «honra do convento»!

Não admira que assim fosse à data, porque ainda hoje há quem teime que então havia, com efeito, o cólera-mórbus *asiático* em Lisboa.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

E isto escondendo-se que, em simples compêndios de facílimo acesso, se marca, da relativamente longa data, para um cólera europeizado (e benigníssimo, consequentemente) o vibrião especial, chamado o vibrião de Lisboa. Como, aliás, outros: o vibrião de Livorno, por exemplo.

Mas, declarado o cólera asiático em Lisboa, em 1881, e formalmente assim diagnosticado pela ciência portuguesa (*risum teneatis*), não conta que o Porto pedisse em 1881, em sua defesa, em contra de Lisboa, cordões sanitários.

Mas o Porto é que é o egoísta! Só o Porto é que sacrifica nas aras dos *vis* interesses-comerciais!

Como no tempo do snr. D. Miguel, voltarão, ao Porto progressivo, a enxovalhá-lo, na cantata, os miguelistas de Lisboa:

Ah! Porto ladrão!

Seja conforme for. Mas não nos fundamentemos em sabedorias reviráveis.

Pois, quanto com respeito à peste bubónica, no *Dicionário de Medicina*, de Dechambre (que é o *Petit-Larousse* dos nossos sábios), o médico parisiense Mahé proclama a necessidade dos cordões sanitários isoladores, é certo. Mas, note-se bem que mesmo ele se fundamenta no exemplo do isolamento das pequenas aldeolas empestadas da Turquia asiática ou da Pérsia, terrinhas de trabalho e rudimentarmente agrícola e de população de densidade mínima. Porém, prestes tergiversa e geme quando a sincera espontaneidade lógica do seu espírito se recorda dos grandes centros de população europeia.

Na verdade, ao isolar o Porto é coisa, já de si, insensata, o que seria isolar Paris, por exemplo?!

Isolar Londres: então resultaria o disparate mais fenomenalmente piramidal que pudesse caber no esquentado toutiço dos copiosos doutores de meia-tigela que por aí formigam.

Visto, com flagrância, a quimera da ideia do isolamento, desde que procure aplicar-se a centros humanos que transcendam o tipo patriarcal do *clã* primitivo, aparece novamente a incoercível contrariedade que resulta da incompetência dos médicos (ainda que ilustradíssimos sejam, como infelizmente, na sua grande maioria, os nossos não o são) para se ocuparem-na — o que é intolerabilíssimo — para decidirem, de *motu proprio*, a ciência certa e governo absoluto (à laia dos antigos despachos) sobre tudo aquilo que exceda os limites restritos da sua intermitente capacidade profissional.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O maior génio sintético que houve até hoje na evolução do pensamento, o francês Auguste Comte dispôs os conhecimentos científicos da humanidade por uma ordem hierárquica ascendente, cujos escalões, no domínio das nações chamadas especificamente naturais, seriam: 1.º) a física; 2.º) a química; 3.º) a biologia; 4.º e último) a sociologia. Na biologia se compreende a mecânica, como na sociologia se compreende a política. E é tão absurdo que a sociologia se subordine ao biólogo (este é o político ao médico) como seria impossível que o químico se subordinasse ao físico. Quer dizer: em qualquer caso, o mais sujeitando-se totalmente ao menos.

Nós, homens do Porto, estamos sofrendo agora (e mais sofreremos se no diante) deste abuso de autoridades. Os médicos estão manejando onde não têm voz nem voto.

Assim, decretaram, na Junta de saúde pública, o isolamento do Porto; e o pior é que políticos ineptos (e sem o legítimo orgulho da sua alta posição) se subordinaram ao pedantismo de pessoas cujas provas públicas poderiam ter muito severamente discutidas e examinadas.

Mas de tal arte o fizeram: e fizeram-no *á coeur léger*, segundo parece, consoante o estadista Ollivier moveu a guerra da França à Prússia. Assim, a Junta de Saúde de Lisboa determinou, mercê de cordão sanitário, o cerco efetivo do Porto.

Não pensou esta sábia corporação nas consequências remotas das disposições que prescreve agora, obedecendo a uma disciplina unilinear. E muito menos cuidaram os estadistas de Lisboa nos efeitos possíveis que emergem de sua aquiescência.

Tudo se subordina ao respeito da causa próxima; e, como a causa próxima seja a peste, vamos e venhamos com a peste ou antes não vamos e não venhamos com a peste. Claro!

Pouco importa que o Porto sucumba de peste, fome e guerra interior — uma vez que nós outros, burocratas da Arcada, pagos principalmente pelas contribuições do Porto, nos esquivemos à possibilidade dum contágio, flanando da Avenida até ao Chiado.

Por infeto egoísmo, riremos de que a solidariedade nacional se afirme, em todos os países civilizados do mundo, pelo sacrifício. Riremos de que seja infame, contudo, que ao Porto se peça, pelo imposto em numerário, a quota-parte do dinheiro do seu trabalho, e pelo imposto de sangue se lhe exija a quota-parte do serviço militar dos seus filhos — para quando para o Porto o perigo surge, não somente o Porto ser abandonado como ainda ser sentenciado

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a um desfalecimento progressivo e a uma morte final, por inanição económica. Temos entendido. Está bem.

Mas, se nós, do Porto, haveremos de nos bastar, sós e por sós; se a Pátria para nós não existe, pois que deserte de nós no momento em que nós dela carenciamos: então, que no-lo digam com franqueza.

Para que nós, com franqueza, também, saibamos, em consequência, dentro da lei que nos ditem, forçadamente proceder.

Nada de evasivas.

Abaixo as máscaras. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2891, 24 de agosto de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Que Seja Preciso Fazer

Na série de artigos que a tremenda calamidade pública de que estamos sofrendo e continuaremos a sofrer nos tem vindo procurando e sugerindo —, claro é que a responsabilidade das opiniões aventadas nos pertence exclusivamente, e que pode acontecer muito bem que não só a solidariedade do jornal se não possa exigir, neste caso, para connosco, mas que, ainda, estejamos em discordância com as opiniões e pensamentos de quaisquer outros dos seus redatores, efetivos ou acidentais. Somente, os nossos artigos são rubricados; e, como o critério geral duma folha republicana não possa ser outro do que o da liberdade do espírito e o da independência da discussão, entendemo-nos autorizado a prosseguir.

Acima da Vida está a Verdade, como acima da saúde pública estão a liberdade e a dignidade dos cidadãos. A era moderna do pensamento humano, abriu-a o filósofo francês Renato Descartes, o qual estabeleceu como princípio do método a dúvida lógica. O lema da sua escola foi o famoso aforismo: *Pense par toi-même et ne juge de rien sur parole.* («Pensa de conta própria e não faças juízos pela cabeça alheia»).

Aí acabou o prestígio da autoridade. Anteriormente, tudo pela autoridade se decidia. O conceito que Descartes derrogou foi o em que se firmara pesadamente a maciça «escolástica mediévica. Os maiores desconchavos teriam de ser aceites e humildemente acatados, desde que os doutores da Sorbona, desde que os lentes de qualquer cátedra, por esse mundo de Cristo em fora, os prelecionassem. O aforismo anterior ao de Descartes, marcando a

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

regra de conduta, mental e moral, era este: *Magiter dixit*. (O Mestre assim o ensinou).

Tanto bastava.

Tanto parece que basta ainda hoje entre nós, pois que — coisa monstruosa! — vai ser chamado à polícia correcional um médico que, com boas ou más razões, declarou em público discordar do parecer dos seus colegas. Inventa-se um crime novo, que ainda não está especificado em lei alguma e que será caso estranho para todos o juízes. Mandar-se-á para a cadeia aquele heresiarca que não convier com o diagnóstico do seu mestre oficial. Ou concordas comigo ou marchas para a costa de África. Eis aqui o critério naturalista de homens supostos educados nas ciências de observação e experimentação, onde as conclusões de um dia estão sujeitas, aliás, a uma revisão constante e permanente.

Mas, *chassez le naturel, il revient au galop*. O bom filho à casa torna. Nós, portugueses, somos ainda incorrigivelmente, todos, familiares do Santo Ofício da Inquisição. Temos na linguagem a amaviosa hipocrisia das fórmulas cortesanescas, sob que se dissimula uma brutalidade intolerante, de condição ingénita. O debate afronta-nos e, se não queremos raciocinar, abastam-nos manifestações colectivas, como se elas tivessem qualquer poder provante.

Eis aqui a mensagem votada anteontem ao snr. Dr. Ricardo Jorge, pelo corpo clínico desta cidade.

Qu´est ce que celà prouve?

Porventura não vetaram em Lisboa 90 médicos uma moção análoga ao dr. Sousa Martins, quando este afirmava a existência do cólera-mórbus asiático na capital, não o havendo ali, aliás?

Infelizmente, a peste bubónica parece existir hoje no Porto. Porém, a mensagem de anteontem não acrescenta nem tira coisa alguma às razões lógicas para acreditar ou deixar de acreditar em deplorável existência semelhante.

O que essa mensagem demonstra, como o demonstram seus precedentes e consequentes, é um violento espírito de classe, não só defendendo-se como agredindo.

Não increpamos os médicos de que assim procedam, pois que o estímulo corporativo é uma inconsciente freima humana que tanto existe em médicos como em padres (de que os médicos procedem, no tipo de seu específico conjunto), como em militares, como em magistrados, enfim como em todas as corporações *fechadas*.

Exatamente, a função máxima educativa da democracia consiste em romper estas corporações *fechadas*, que são um resto, aristocrático e sacerdotal, das odiosíssimas corporações *fechadas*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de passado histórico. Os processos práticos, para levar a efeito concreto este ideal democrático, já desde agora resultam compreendidos e postos em legislação positiva, em parte na Suíça, inteiramente nos Estados Unidos da América do Norte. Por isso, os Estados Unidos da América do Norte são a *bête noire* de todo o pedantismo universitário europeu.

Repetimos. Nada temos com que na Sociedade das Ciências médicas, em sua sessão última, a medicina do Porto litigasse *pro domo sua,* isto é, pelo prestígio da classe médica portuense, na verdade incorretamente melindrada pelo desvario popular, incidindo com irreflexão sobre a personalidade distinta do snr. dr. Ricardo Jorge.

Em todo o caso, seria mais altruísta que, em vez de se tratar de manifestações de panegírico (as quais, no momento, poderão talvez ser capituladas, pelo próprio interessado, de indiscretas e inoportunas), se cuidasse antes, de indicar à população ameaçada do Porto, na conjetura, *o que seja preciso fazer.*

Publicaram-se, é certo, instruções preventivas. Todavia, eles não bastam: porquê?

Em um artigo, inserto ontem nesta folha, no-lo indica o snr. Dr. Nunes da Ponte, quando escreve: «Presentemente o hospital de Santo António quase que deixou de ser procurado. Espalharam-se as mais monstruosas calúnias e a Misericórdia passou a inspirar terror. Os doentes evitam os médicos, como quem foge dum inimigo. De que serve, pois, isolar mal uma ou outra casa? De coisa nenhuma».

Dada a flagrância da situação e a iminência das suas consequências, não temos que discutir as origens nem as responsabilidades das circunstâncias. Isso seria *radoterie,* tagarela e inútil. Temos de aceitar os factos consumados, tais quais eles se nos apresentam; e de proceder, em face deles, na sua conformidade.

Os doentes não procuram os médicos; ou seja porque os doentes são uns grandíssimos canalhas ou seja porque os médicos pretenderam, e pretendem, impor aos doentes, e suas famílias, um regímen de incomunicabilidade e isolamento inteiramente incompatível não só com as necessidades económicas atuais da vida social como ainda, até, com as prescrições da diferenciação afetiva, que não tolera que um pai abandone o seu filho ou esposo condescenda em que a esposa vá para as Goelas de Pau. O médico não vê senão o *caso;* o espetáculo mais horrendo é para ele um *lindo* caso. Somente, o doente e os seus é que se não consideram *casos.* Ora, no momento, os médicos do Porto esqueceram este frémito profundo das entranhas da piedade moral.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Estão-lhes sofrendo as consequências. Não se queixam senão do seu bárbaro exclusivismo. Não procurem responsabilidades onde as não há. Numa espécie de delírio de perseguições, não busquem agentes provocadores na classe comercial e na classe industrial. Não menoscabem o povo, acusando-o de ou ser profundamente tolo ou de obedecer às informações de patrões que não tenham retidão no ânimo e não possuam vergonha na cara. Expliquem as coisas mais comezinhamente. Medicina não é alveitaria. Tratar de homens não é tratar de bestas.

Ponham as coisas em sua própria casa; e não, tão-somente, na casa dos outros. E só assim, depois, é que digam.

*

* *

Portanto, resumidas contas: vamos ao que importa.

Há a peste no Porto: primeiramente.

Segundamente: com o terror do isolamento, o doente e a sua família não chamam o médico. O doente não vai até onde o médico; cumpre que o médico venha até onde o doente. Por mais grandioso que seja o Hipócrates portuense, ele não é mais que Maomé, profeta de Alá. E, como quer que a Maomé não viesse a montanha, o inspirado profeta convence-o em resignar-se a ir até onde à montanha.

Logo: é preciso que os doentes saibam, pela via de instruções oficiais, o que terão a fazer, no aconchego familial, desde que a doença aí se manifeste.

Publiquem-se instruções idóneas, consoante os médicos do tempo de nossos pais as publicaram para análogos casos, quando foi das epidemias do cólera-mórbus e da febre amarela.

Façam-se estampar essas instruções em dezenas de milhares de exemplares, que se distribuam pelas casas e pelas ruas de toda a cidade do Porto.

Diga-se como o doente há de passar sem o médico, pois que o médico procedeu desastradamente de forma que o doente não o quer, hoje, ver nem encarar, conforme o testemunha a observação, entre outras, de que nas numerosas associações populares de socorros médicos há duas semanas ninguém peça tais socorros.

Ou então acabem com o absurdo, por uma vez. Não se envergonhem de confessar o erro. Conservando-o para o compartimento do enfermo, suprimam o isolamento para a casa toda, como aliás já o começaram a fazer em determinados casos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

É curioso: queixam-se agora do cordão sanitário para fora do Porto aqueles mesmos que inventaram o cordão sanitário a dentro do Porto! E nem sequer se lembraram, sem embargo, à data, do facto elementar da existência dos chamados *quintais* nas casas portuenses. À porta da rua destacavam dois, aliás subornabilíssimos, policiais; entretanto, pelas traseiras do prédio, através da casa do vizinho e amigo, escapulindo-se, só não deslizava para a grande artéria da via pública a pacará criatura que tal não tivesse em gana.

Numa palavra: sigam, enfim, *o que seja preciso fazer*.

O resto são lantejoulas, inteiramente descabidas e impróprias, no momento — que é trágico. *

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2892, 25 de agosto de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Erros e Injustiças

Destroçada, pela cruciante impressão de justíssima dor, produzida pelo suicídio duma esposa cruelmente separada de seu marido, a vítima, assim, do efeito imprevisto de medidas sanitárias impensadas, certa porção das classes populares portuenses entregou-se, no domingo passado, a manifestações violentas contra a personalidade dum funcionário em evidência.

Intentou apedrejar-lhe as janelas, ato inteiramente condenável, e que, por felicidade, não pôde ser levado a efeito.

Não é louvável, claro está, aquela intenção; seria um lugar comum dizer em letra redonda que ela é, pelo contrário, censurável. Mas é, também, de justiça acrescentar que a multidão, na sua dor e na falta de ciência que não é obrigada a possuir, resulta desculpável, no fim. E tanto mais desculpável ela é quanto nós vemos, com assombro, não pequena percentagem da gente que, por seus diplomas, se jacta de ilustrada (seguida no despropósito por uma clientela adicta que a corte lhe vai fazendo) responder ao ato popular com um critério erróneo exatamente análogo.

Assim, tem sido interpelada como de responsabilidade da burguesia do Porto essa manifestação espontânea de domingo passado. Isto representa uma grave injustiça para com uma classe cujos hábitos pacíficos e cujo respeito pela ordem chegam normalmente até, pelo contrário, ao extremo daquele que seja de justiça exigir. Mas — o que é, criticamente, muito pior — isto significa, ainda, um índice, a mais, da ignorância dos diplomados.

Os acontecimentos de domingo no Porto não têm nada de estranhável para todos aqueles que possuam uma luz, tal ou

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

qual, sobre a história psicológica dos sentimentos coletivos, quando do aparecimento destas grandes calamidades públicas das doenças contagiosas. A multidão, nestas ocasiões, excita-se e desvaira; consequentemente, atribui a responsabilidade dos factos às personalidades que, por qualquer motivo, no momento lhe são antipáticas.

Esta peste bubónica tem larguíssimas tradições a tal respeito.

Na Idade-Média, mais ano menos ano, andava ela em assalto às populações europeias: pela Itália, pela França, pela Alemanha. E, então em sua aflição, as gentes voltavam-se contra os judeus. Tinham sido esses cães que a tinham trazido, por ódio à cristandade. Não faltavam testemunhas de vista para asseverar que, pelo escuro da noite, haviam lobrigado o rabi Eleozar, ou outro rabi qualquer, sofregamente deitando nos poços filtros enrolados. Então, era uma voz em grito: leva, leva; mata, mata. Eis aí a conhecidíssima crónica das grandes chacinas dos judeus na Alemanha.

Mas os diplomados do Porto, hoje em dia, deitam a entender que é o comércio do Porto quem acredite em filtros encantados e proceda em consequência.

Não há tal. Ao contrário, o comércio do Porto respeita as decisões das autoridades, oficialmente reconhecidas como competentes. Com suas decisões, mesmo, publicamente se congratula. De modo que, para dar franco testemunho dessa concordância, logo que a ciência do Porto declara livre e alodial uma rua do Porto, imediatamente essa rua ilumina.

Porém, — tal seja o desconexo de nossas almas e das melhores intenções esteja o inferno vestido e calçado — nem por isso ganhou a rua; e hoje, injustissimamente, se encontra afecta às justiças. Entrou no Decálogo um artigo novo: «Não matarás» «Não cobiçarás a mulher do teu próximo» «Não porás balões venezianos à tua janela».

Em resumo: está inteira e absolutamente proibida a discussão. A Carta constitucional da Monarquia, isto é, a lei fundamental e orgânica da Nação, determinava, até agora, que uma pessoa, inviolável e sagrada, a pessoa do rei de Portugal, como representante e símbolo do país que governava, não poderia ser sujeita a debate nem mão temerária alguma poderia jamais ter a veleidade sequer duma sombra para com ela. Mas demos graças que Sua Majestade el-rei e snr. D. Carlos I, imprevistamente, se lembre de imitar o superior e nobilíssimo exemplo de seu tio, o snr. D. Pedro V, e delibere, pois, visitar, ao covil dos pestíferos, os infelizes que ali se encontrem. Logo el-rei será reputado incomunicável e incomu-

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

nicável, isolado e isolante. As estações oficiais declará-lo-ão, para todos os motivos, infeto: e Sua Majestade haverá de penitenciar-se e arrepender-se.

Tal seja a roda dos tempos; e o que ontem pareceu maravilhoso, hoje em dia, se considere detestável.

Não admira, porque a instituição mais imutável que haja no mundo, isto é, a Igreja Católica, ela mesmo, hoje, na pessoa dos seus mais altos representantes, pense duas vezes. Veio de África o bispo do Porto, de afrontar, nas missões do Congo, perigos e trabalhos; e quem tem vivido em África sabia como ali chega falsificado o champagne Clicquôt e como, ao fim de duas semanas, ninguém mais pode sofrer comida de latas.

Sua Excelência Reverendíssima abalou-se para o Gerês; o estado calamitoso do seu fígado compunge todos os cristãos. Sem embargo, no século passado, não mais longe do que em Marselha, quando da peste bubónica aí, o bispo Belzunce, correndo as ruas dos bairros mais terrivelmente contaminados, não parando nem dormindo, abnegando-se e esquecendo-se, aureolado e simples, deixava na lição dos homens um exemplo divino. Não havia, à data, um serviço regular de correios; pelos jornais, nós já fomos informados de que para voltar o bispo do Porto não espera senão um bilhete postal. Quando o rebanho é atacado, a ovelha pedirá ao lobo que faça o obséquio de esperar só um instantinho, que vai escrever duas mal regradas letras ao seu pastor.

Se aqueles que fazem sagrada profissão de sacrifício se não sacrificam, não devemos estranhar que se não sacrifiquem aqueles outros cujo dever profissional exigiria talvez que se sacrificassem também; mas que, enfim, não estão para isso, porque, afinal de tudo, esta vida são dois dias.

Eis como o governo em Lisboa (e pois que nos isolam, já agora teremos de dizer, exclusivamente: o governo de e para Lisboa), o governo em Lisboa, à busca num comissário régio para o Porto, se encontra, sem que talvez o esperasse, na famosa situação, que, por clássica, não perde de deprimente, do filósofo grego Diógenes, com sua candeia, à cata dum homem. Pareceu-lhe que tinha comissário régio no snr. Curry Cabral. Mas nada de Curry Cabral.

Já inquieto, deitou seus olhos para o snr. Miguel Bombarda. Porém, apesar da flagrância do pelouro do seu apelido, ainda assim, usada do snr. Miguel Bombarda.

Então, o governo desatremou. E, como sem comissário régio só nas extremas vascas é que poderia passar, voltou-se logo, num desespero, para o snr. Guilherme José Ennes, que é diretor do posto

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

de desinfeção em Lisboa e sócio da Academia Real das Ciências da mesma timorata cidade. Mas o snr. Guilherme José Ennes, sem embargo de ser médico militar, também esse não tomou nada. Ao ministério assegurou que, encarregado de organizar o cordão sanitário à volta do Porto, teria de, para os serviços do mesmo cordão, ficar, já se vê, fora dele.

Assim o exigem as prescrições do serviço. E, contudo, para o mesmo serviço foi nomeado outro snr.: o snr. Lopes Martins.

Aqui está, pois, que para fora do cordão dois snrs. são precisos: o snr. Ennes e o snr. Martins. Agora para dentro do cordão, claro resulta não há necessidade nem de Ennes nem de Martins nenhum. Cá dentro entreforemos nossos dias como pudermos e soubermos.

O autor destas linhas, pela sua parte, i-los-á consumindo em se educar na leitura, aliás difícil, das obras, aliás pouco numerosas, do referido snr. Ennes.

Por exemplo, na de um folhetosinho (pois que nem toda a gente possa aguentar «calhamaços», acerca de *A desinfeção pública em Lisboa*, pelo dito Guilherme José Ennes, diretor do posto de desinfeção de Lisboa e sócio da Academia Real das Ciências (escusado é dizer que de Lisboa).

Este livrinho, depois duma dedicatória ao snr. João Franco, que, como se sabe, é um homem da ciência de truz abre com um capítulo sobre «Medicina velha e medicina nova».

Num estilo que, se tivermos má-língua, do que Deus nos defenda, qualificaríamos de farfalhoso e repolhudo, o snr. Guilherme José Ennes ensinas-nos que o bicho de conta foi precioso na cura da gota, e que também se aprovaram os remédios extraídos da víbora. Célebre e bem-diz a pele de cobra. Mas, modesta e bondosamente, para não fatigar os leitores, não quer, diz ele, magnânimo, «acumular mais citações». E não quer acumular mais citações, se bem que se trate, aliar, das afeções da garganta a até (até) para facilitar o trabalho do parto. Todavia, o snr. Guilherme José Gomes não deseja incomodar o respeitável público, aborrecendo-o com prescrições sobre a *curação* (pág. 2) daquelas doenças. Sobre a **curação** das doenças.

Curação! — Curação!, tal qual. *Curação*, e não outra coisa.

Isto é: (agora a sério), este homem traduziu, da qualquer *calhamaço* francês, o que há de anedótico, para informe, na paspalhice do seu estilo farfalhoso. Somente, esse homem não sabe suficientemente francês. Não sabe que *curattion*, do francês, quer dizer, em português, *tratamento*. Segundo o «Grande Dicionário

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Contemporâneo Francês-Português», de Domingos de Azevedo, revisto pelo snr. Luiz Philippe Luite, professor de francês do Liceu Nacional de Lisboa, *curation* reporta-se do velho vocábulo, ao mesmo tempo clássico e popular, da nossa gente: *saradura*.

Mas — ai! Infelizmente — por certo, o snr. Guilherme José Ennes, encarregado de fazer, pelo cordão sanitário, o cerco ao Porto, não aprendeu francês com o snr. Luiz Philippe Leite, professor de francês do Liceu de Lisboa.

Todavia, que razão haverá, para que nós homens do Porto, soframos dos desatinos dos supostos sábios de Portugal, que, miseramente, em franciscana penúria, nem sequer saibam francês? *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2893, 26 de agosto de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Cordão... Comercial

Pouco há tão funesto no mundo como a hipocrisia da linguagem. Porque é que às coisas se não há de chamar pelo seu nome?

Que vem a ser isto de dizer: *cordão sanitário?*

Quando se não trata senão, única e exclusivamente, dum **cordão comercial**!

Não é da peste do Porto que em Lisboa se cuidam de defender. É o comércio do Porto que em Lisboa pretendem atacar.

Seria, na verdade, extravagante que em Lisboa sinceramente se acreditasse que a peste condescendesse em não seguir com os viajantes desde só precisamente a data em que se determinassem regras coercitivas para as idas e vindas desses viajantes.

Se a medicina, em toda a parte do mundo, tem sido ingénua, por astuto passa o comércio em toda a parte do mundo. Se a ciência oficial, não mais tarde do que duas semanas volvidas, prescreveu que, para não importar a peste, não viessem de Lisboa ao Porto comboios do recreio, visto como doutos «calhamaços» estabeleçam que a peste se viaja nas terceiras classes dos comboios ordinários (tão pouco de si ela cuide!) — o comércio geral costuma dar testemunhos de mais amplas previsões. Instintivamente, ele conhece esta verdade filosófica: de que em sociologia uma causa tem muitos efeitos. E, contudo, nunca leu Herbert Spencer.

O técnico, confinado no especialismo da sua profissão, é absolutamente cego para tudo o que exorbite da área das suas preocupações. Esta é a pior consequência, segundo Augusto Comte, da educação fragmentária moderna. Contra isto é que ele

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

reagia, vendo, com a penetração do seu génio sem par, os efeitos desastrosos do que ele chamava a especialização crescente. Por isso é que alvitrava, para as escolas, um plano integral de ensino enciclopédico. Entre nós, enciclopédico (em contraste e ao revés), só o é a ignorância.

Não vamos já aos extremos a que chegou, rindo, o talento satírico do snr. Eça de Queiroz, diplomado ele mesmo, quando, em número célebre das famosas *Farpas*, para definir, num traço, os bacharéis em direito, escrevem que eles requeriam os empregos a Sua Majestade, por esta forma: «Real Senhor: Diz Fulano de tal, bacharel formado em direito, não sabendo ler nem escrever, por mão dum pedreiro, que esta firma a seu rogo, etc.»

Graciosas folias sejam essas duma maravilhosa aptidão humorística. A rigor, na verdade: tomar à letra alacres devaneios importaria pôr em dúvida a autenticidade das certidões primárias dos liceus. As primárias consoante as do ato de francês, porquanto eminentes sábios portugueses se veja que, como o snr. Guilherme José Ennes, aquele que está cercando pelo cordão sanitário (aliás comercial) o Porto, no compendioso opúsculo a que ontem nos referimos, ignorem também que, em francês, *querelle* queira dizer: contestação, disputa, controversão». Porém, ele traduz: «querelas entre sábios». Pois que inteiramente estranho lhe seja que, no sentido que lhe imagina: dar uma querela, ser querelado, etc., em francês se diga então: *porter une plainte en justice*, p. ex. etc. Doutor: continuemos a estar em Domingos de Azevedo.

E não seja capitulada de pouco própria a atitude, mais ou menos galhofeira em face do que escorrendo vai, por isso que desaliviar o espírito dum encargo oprimido, função essa foi sempre estimada e respeitada por quem sabe ver e ouvir, pensar e atender.

Da grande vasta de Londres de 1666, a mais formidável e a mais lutulenta, e que se apura hoje é que de Londres, aos primeiros rebates, alanceado de terror, fugiu o grande médico Sydenham. E, se Sydenham fugiu de Londres, não levamos a mal que, caso do Porto algum médico fuja, ele, pelo menos a este respeito, se considere discípulo de Sydenham.

Mas, na grande peste de Florença, um erudito, humanista, cândido e corrente, ocupou-se, na deserta cidade, para distrair os espíritos e confortar as vontades, de cantar simples anedotas, de dizer graçolas, de inventar arlequinismos. Tal assim Bocácio, em seu *Decâmeron*. A gratidão de Florença, hoje ainda, tantos séculos volvidos, lhe recompensa a intenção com festivos lauréis.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Porque Florença estivesse fechada, como o Porto fechado vai estar.

Na história das epidemias modernas e na crónica das solidariedades nacionais, Lisboa dá-nos este exemplo único: o de a capital duma nação repudiar, no momento do perigo, a cidade sua irmã que no perigo se encontre. Não é Lisboa, hoje, como o Cid Campeador do prestigioso poema de Barbey d'Aurevilly, o qual, de cima do cavalo, forrado de aço, despe o guante de ferro, a fim de estender a mão, para que até ele se erga o leproso que corra no caminho.

Mas, seguindo na sua pompa, ao prostrado comércio do Porto, não é a mão o que lhe estende o comércio de Lisboa.

Por suas corporações-representativas, sabemos que, agredindo, se constituiu em sessão permanente. Exigiu do presidente do conselho que ao Porto fosse decretado um cordão a que dá o falso nome de sanitário, mas que vai requerendo sempre rigorosíssimo.

Cordão de sanidade ou cordão de mortandade? Cordão de salvação ou leitura de ruína? Para o patíbulo se ia de baraço ao pescoço; e para o trabalho do Porto esta pôde bem ser a corda de enforcado, que, aliás, a superatição, profundamente perspicaz, dotara de virtudes, maravilhosas e misteriosas, ardentes e inconscientes, autoritárias e involuntárias. Seja como for. Agora conforme agora. O comércio da capital exige. Faça-se-lhe a vontade. Ainda bem.

Não estão sós. Os médicos do Porto encontraram colaboradores efetivos nos negociantes de Lisboa. Uns e outros como que se apostaram em nos salvar da peste, para nos matar à fome. Terapêutica pírica.

Verdade seja que a ciência médica do Porto solenemente proteste, hoje, contra o cordão sanitário (aliás comercial) que nos vai isolar do resto do país. Somente, essa ciência médica do Porto mui demasiado prestes esquece que precisamente ela havia determinado uma sessão da Sociedade de sua medicina para o fim de o isolamento das casas dos afetados no Porto se não reduzir exclusivamente a essas casas, mas, pelo contrário, compreender uma área mais extensa da zona empestada, coglobando parentes e aderentes, vizinhos, amigos ou inimigos.

Essa zona de isolamento naturalmente levaria quarteirões, aquilo que em Espanha se chama *manzanas*. Depois, levaria um lado da rua; depois levaria a rua toda. É um critério de há três séculos. Há três séculos se entaipou por este motivo a rua que daí ficou sendo chamada das Taipas. Os médicos do Porto iam, nessa

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

sessão da sua Sociedade (que, não se sabe porquê, não teve lugar), decidir que se entaipasse o Porto todo, às empreitadas.

Mas, desde que o mundo é mundo, se um diz mata!, o outro acrescenta: esfola!

Os do Porto queriam ir nos bocados. Veio de Lisboa o snr. Ennes, e vai logo às do cabo. Entaipa, por uma vez, o Porto inteiro.

*
* *

Para que o impedissem, as corporações que o Porto representam não procederam com aquela segurança de vistas e aquela firmeza de propósitos que nós estávamos habituados a reconhecer (mesmo em seus desvarios) na burguesia da cidade de que procedemos e para que apelamos.

Não houve nada mais pardo, mais pusilânime e mais frouxo.

Os presidentes da Associação Comercial e da Câmara Municipal do Porto demonstraram, à compita, um embaraço moral que, desde que o reconhecessem e avaliassem o alcance da crise económica de que o Porto ulteriormente vai sofrer, os deveria conduzir a resignar mandatos com cujo peso no momento não podiam.

Ninguém é obrigado a ser herói; mas a ninguém, também, é lícito substituir a sua vacilação às exigências daquele tal qual heroísmo que o momento urgentemente reclame. O funcionário que reconheça a insuficiência do seu ânimo perante a gravidade duma situação excecional, só tem uma coisa decente a fazer: é demitir-se. Já o povo o diz há muito: quem não pode, arreia.

E nada disto deprime ninguém, porque, se as circunstâncias normais se contentam com homens normais, e as circunstâncias anormais exigem homens anormais, como a normalidade é a regra e a anormalidade é a exceção: quando, pelo esforço dos homens anormais, precisamente as circunstâncias genéricas voltam à normalidade, logo por natural eliminação, os anormais desaparecem e os normais reaparecem. É a lei eterna da história. O génio cede à parranice; e Napoleão Bonaparte dá o trono a Luís XVIII. Somente, o que seria da França se, no 18 Brumário, chamasse, a tomar-lhe conta dos destinos, não Napoleão Bonaparte, mas sim Luís XVIII?!

Quer dizer: Na nossa mediocridade: — urge, no imenso perigo que representa para nós o cordão comercial que em volta de nós vai ser posto, urge que medidas de defesa sejam já, sem perda de tempo, adotadas.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Seria estúpido que a cidade do Porto, abandonada e condenada como leprosa e infeta, não soubesse, ao menos, defender-se. Seria extremo que ela não tivesse o instinto animal de sua conservação. E, conservando-se, não tivesse o conhecimento social de que ela é (como é) indispensável não somente para a vida económica, mas ainda para a vida moral de toda esta abatida nação portuguesa.

*

* *

Vêm as alicantinas, as evasivas, os embargos, as habilidades. Surgem os impostores; e, o que é infinitamente pior, peroram os lorpas. Sem embargo, a cidade fecha-se. Estabelecem-se casas de lazareto para os caixeiros-viajantes que do Porto saiam com amostras ou do Porto queiram partir à cobrança.

Entretanto, de Lisboa, livre, avança impunemente uma brigada de empregados de comércio, que vão oferecer o artigo, de fora de Portugal. O género do Porto haverá de sofrer os encargos e alcavalas de demoras de desinfeções. E, chegando ao ponto do destino, apesar de tudo terá sempre o ferrete infamante da procedência dum mercado, não só suspeito mas ainda poluído da nota de doença irremediável, ainda mesmo que venha a aparecer a peste em Lisboa, se já lá não está, os de Lisboa é que não hão de ter tão tolos como foram os do Porto. Abater-se-ão cuidadosamente de o declarar. Os casos suspeitos serão de tipos exantemáticos, de qualquer outra espécie mórbido, sua sucedânea, que com a peste se confunda. Mas de peste: qual? Quem diz?

As praças abastecedoras do estrangeiro continuarão abertas; não a de Londres, como se tem escrito, porque essa aberta está sempre, sem quarentenas preventivas, consoante é sua regra. Não quer Lisboa infeccionar-se com as procedências do Porto, para, diz, conservar livre o acesso de Londres, donde veio, aliás, o mal para o Porto. Há mistificação mais patente?

E, quanto às indiscrições de quaisquer jornalistas alvissareiros e idiotas, lá está a lei ditatorial de há dias para resguardo e precaução.

Confessemo-lo: — É uma campanha habilissimamente conduzida.

O Porto há de sucumbir por força, porque a competência económica, nestas condições, com as procedências de cidades limpas resulta, por absoluto, inexequível. O sul vai conquistar não só os mercados do centro como os do norte. Eis um caso novo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

E é novo, porque, nas nações civilizadas, análogo escrúpulo e congénere melindre obrigassem a conduta dos vários centros de produção, correlacionados, todos, pela solidariedade duma pátria única. Determinou a uma regra comum de estrita lealdade.

Quando o cólera esteve em Valência, a capital Madrid não pediu o isolamento de Valência; e a capital Lisboa solicitou, do nosso amigo dr. Eduardo de Abreu, tão só, que fosse a Valência saber, pelo dr. Ferran, o que havia na verdade com respeito a cólera tal.

Quando o cólera esteve, em 1881, em Toulon e em Marselha, a cidade de Paris não pediu que Toulon e Marselha condenadas fossem às feras.

Porquê?

Porque a Pátria é uma unidade orgânica — ou nada é. Na linha da fronteira, um guarda campestre francês mata, a tiro de espingarda, um fulano alemão. São dois anónimos. Nenhum deles tem a importância de que deles se fala ou nem sequer que neles se pense. Somente, porque um polícia francês matou um fulano alemão, milhões de homens franceses podem ir morrer em campos de batalha, matando milhões de homens alemães. E daí que fosse?

Uma refrega de três dias, como a de Leipzig, significa qualquer alto somatório, bem acima das mesquinhas tabelas que durante cerca de dois meses a contestabilíssima ciência oficial do Porto vem desenrolando, à laia de figurinhas chinesas de caleidoscópio funerário, para nosso pasmo, se não para nossa instrução.

*

* *

Práticas conclusões:

1.º) — Cumpre que o jornal mais antigo desta cidade convoque uma reunião dos proprietários das gazetas do Porto, para o fim de se determinar que nas mesmas gazetas não publiquem, da data dessa reunião em diante, *notícias* algumas, com relação ao estado de saúde do Porto e à epidemia existente, senão aquelas que se refiram às medidas profiláticas ou terapêuticas ou curativas da mesma epidemia.

É evidente que deixará de aparecer o chamado «Boletim oficial», cujo efeito benéfico é nenhum. Todas

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

as manhãs, aquele estupor ressoa como um dobre de defuntos, registando casos e mais casos, que, aliás, sucessivamente, depois se vão desmentindo. Contudo, continuam os ouvidos azoratados de tal zumbido lúgubre. Fora com ele. Enxote-se aquela mosca venenosa de sepulcros.

Deliberações destes estão justificadas pela decisão tomada pela imprensa de Lisboa e pela do Porto, com respeito aos casos de suicídio. Uma resolução assim não somente terá por objeto impedir a continuação da intromissão de incompetentes em objeto, como este, da mais alta transcendência social, como contribuirá para proibir que se constitua no Porto essa especial atmosfera deprimente das vontades, que é definida na demopsicologia, como sendo a chamada *loucura obsidional*.

A loucura obsidional entende-se muito bem o que seja. É, espalhada para uma população inteira, a tirania duma ideia única. É o que produz, na existência psicológica dos indivíduos, o esforço dilacerante dum pensamento fixo. Isso já agora se começa a observar no Porto, onde toda a gente abandona a sua vida e desleixa as suas ocupações, para não pensar nem falar senão na peste bubónica. Não está, aqui, invenção alguma. Um clínico escreveu, há dois dias, para público, que era sua tenção não dar, da data ao diante, palavra, sobre semelhante coisa. Mas resulta impossível, com esta bisbilhotice da reportagem, que não raro, é o talento de quem não tem talento e a ciência dos escritores ignorantes, a literatura dos que não fazem literatura e o estilo da falta de estilo. Aproveite-se o ensejo. Tenha a peste alguma utilidade. Comece a suprimir-se esse detestável mexerico, que degradou a imprensa, fazendo-a duma academia de opiniões um soalheiro de comadricas. Desinfete-se o noticiário.

Conservado, porém, ao revés, o *statu quo*, não haja depois queixumes.

Constituído o cerco em volta do Porto, ninguém recrimine. O dr. J. V. Laborde (que é um médico) explicou, após, os sucessos, que os desvarios da Comuna de Paris provieram, única e exclusivamente, da febre obsidional do cerco, anteriormente posta à cidade pelos alemães.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

2.º) — Cumpre que seja decretada uma moratória para as obrigações pendentes do comércio do Porto, e cumpre que esta moratória seja determinada com força executiva porquanto seja absurdo que se alterem as condições normais da existência da vida comercial da cidade e ao mesmo tempo se lhe exija a permanência das anteriores responsabilidades dum meneio mercantil, reputado inexatamente como conservando-se normal.

3.º) — Cumpre que, a bem não somente das classes operárias, isto é, dos trabalhadores de fábricas, como ainda dos trabalhadores em domicílio (pequena burguesia, operários manufatureiros, costureiras, profissões liberais mínimas, sejam as de professores, ourives, lavrantes, etc.) fique esperada a cobrança da renda de casas imediata e próxima. A absoluta exigência da cobrança da renda de casas, sem atenção ao peculiarismo das circunstâncias, foi o que, no exclusivismo doutrinário de Jules Favre, determinou a explosão da Comuna de Paris.

4.º) — O comércio e a indústria do Porto não podem, e consequentemente, porque não podem, são dispensados provisoriamente, de ora em diante, de duodécimo mais alguma de qualquer tributo, seja devido ao Estado ou o seja ao Município do Porto, quer se refira a tipos de isenção quais os que se reportem às contribuições prediais, de renda de casa, sumptuárias, paroquiais, quer sob qualquer outra forma de correspondência contributiva nacional.

5.º) — Todavia, como isto não baste, e para que os industriais e comerciantes do Porto possam para si com o encargo provisório de semanalmente pagarem as férias aos seus salariados, a fim de que estes não venham para a rua sem trabalho, constituindo assim perigo de ordem pública, e que seria a um mal existente acrescentar um novo mal futuro, ficará estabelecido que as diferenças, em balanço, resultadas do conflito entre os interesses do comércio e indústria e as irracionadas medidas derivadas do alarme nacional, deverão ser, mais tarde, liquidada a situação presente, a título de danos e perdas, lucros cessantes e prejuízos emergentes, caucionadas e solvidas pelos recursos gerais da

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

> nação, particularmente Lisboa, compreendida, desde que Lisboa, pela sua alfândega especial de consumo, lucra, especificamente, de privilégios particulares e tem recursos e ganhos exclusivamente próprios, agora indevidamente aumentadas com a concorrência abusiva que, pelo cordão comercial, vai principiar a fazer ao comércio, à indústria e ao trabalho do Porto.

Há que prosseguir, desenvolvendo e concluindo.
Mas, desde hoje, por aqui nos fiquemos. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2894, 27 de agosto de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Chalaça... Isto é a Sério

Lavrando, infelizmente, no Porto uma doença que os clínicos desta cidade reputam muito grave; e, mercê de motivos, que não vêm para o momento volver a apurar, dando-se concomitantemente a circunstância de, em regra, os doentes rejeitarem o concurso médico, consoante em público o registrou um clínico que, por sua posição especial, está particularmente habilitado a bem conhecer da situação; pedimos, nas colunas desta folha, em um artigo intitulado O que seja preciso fazer, que, pelas estações oficiais, fossem publicadas instruções idóneas por cujo teor o doente e suas famílias pudessem devidamente orientar-se.

Dissemos então e hoje repetimos que, atento o estado da opinião, a simples publicação de meras medidas preventivas insuficiente. Por isso, fizemos aquele pedido concernentemente à publicação também de medidas terapêuticas. Claro está que, estampando semelhante súplica, obedecemos no desejo de bem servir os interesses do povo, inquieto e sofredor.

Quando, no domingo passado, encontramos, insertas em alguns jornais desta cidade, as «Instruções de sanidade», que vão ser publicadas oficialmente.

Constam de seis alíneas. O VI responde à nossa pergunta: e responde pela forma seguinte: *Declarado um caso de peste, sigam-se as prescrições do médico e as determinações da autoridade sanitária.*

Esta regra sintática não passa, afinal, da apropriação duma anedota. Conta-se que houve em tempo (onde estas coisas haja, isto é no *Almanack de Lembranças*), um usurário, que era tão fona e tão relace que nem mesmo para tratar da sua saúde se decida

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

a chamar médico. Ora, duma vez que se encontrou pior e como quer que na rua, onde penosamente se ia arrastando, com ele deparasse um clínico de seu conhecimento, este, na obediência da etiqueta, lhe fez a banal pergunta do costume: — Como vai Você de saúde?

— Ah, doutor! Horrivelmente. Sinto isto, aquilo e aquel'outro. Que me aconselha o doutor que faça?

Ao que o doutor, soletre, replicou:

— Que chame um médico!

A repartição oficial a que nos dirigimos responde-nos, igualmente, — que chamemos médico.

Mas, se falarmos pelo sobressalto e pelo desgosto do povo, não só não é bem que se nos redarga com amuos, como mal pareça à dignidade oficial que a linguagem de seus documentos seja a da chufa e a da chacota.

Pessoalmente, não nos ofendo a desconsideração. Se nos magoe, não nos irrita. E nisto não temos sequer nem mérito nem demérito, porque tal seja nossa ingénita condição. Ao contrário, nós prezamos, com o incorrigível fundo de bonomia que fica ao estudante, uma troça agradável e borbulhosa. Somente, tudo tem o seu lugar no mundo. E troças cujo desfecho sejam cemitérios, francamente, são troças de mau gosto.

Pois, em que era desarrazondo o nosso pedido? Em coisa alguma.

Ao contrário: tanto ele era justo e lógico, legítimo e procedente — que, sem que dele tivesse conhecimento, aliás, uma folha de Lisboa: a uma série de artigos, notáveis pelo saber meticuloso e pela forma literária, conclui-a ontem, espontaneamemete, com indicações sobre o tratamento dos doentes. E, no Porto, também, o snr. Dr. Arantes Pereira prometera, no último artigo que dele lemos, encerrar as suas considerações precisamente com o registro das medidas curativas a adotar em caso de doença declarada.

Fomos, pois, impensado e leviano? Não nos parece. Duvidamos demasiado das «autoridades sanitárias»?

Mas demasiado — porquê?

Pois não é a Sociedade de Medicina do Porto que protesta agora contra as medidas da Junta de Saúde de Lisboa?

Ofendemos, acaso, o respeito, pragmática e juridicamente, devido às corporações representativas da ciência oficial portuguesa?

Em maneira alguma. Visto que para elas apelássemos.

E, contudo, se déssemos inteiramente ouvidos ao acarbo das críticas, nunca para elas recorreríamos.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Discorrendo sobre as medidas, precipitadas e draconianas, que em ocasião de epidemias (baste que anunciadas) as nossas autoridades sanitárias é costume que adotem, escreva o snr. Dr. Ricardo Jorge, no chorumé do seu livro *A Higiene social*, depois de, a p. 34, demonstrar que a *mísera higiene nacional* nunca teve *um longo e sólido processo anterior de cerebração* consciente, que é quimérico esperar que, na *hora desejada*, no momento *do perigo, todos os seus actos saiam coordenados, metódicos e seguros, inspirando a confiança devida.*

Ao contrário; a autoridade sanitária nacional *cérebro é que ela nunca teve a dita de possuir; de forma que esgrime, contra o flagelo, nuns reflexos desarmonstrados e contraditórios, num clownismonecrósico, que arma tanto à hilariedade como à compaixão.*

Não seja tanto assim.

Não se cuide que tomamos os atos e as palavras, as coisas e as pessoas de Portugal inteiramente e essa letra. Nós, também, somos da terra; e por nós sabemos o que sejam os exageros meridionais. Nas veias, a todos, nos corre o sangue peninsular. Desorbitado, excessivo, contraditório, enfático.

— *Oh! very schoking the* sangue meridional! Comenta a inglesa, a quem lho explicaram, no romance do snr. Eça de Queiroz.

— *Not at all, Madam!* Replica-lhe o explicador.

E muito bem lho redargue, porque, dada a falta de proporções dos temperamentos, às coisas, como indicamos, se haja sempre de fazer sem desconto.

*

* *

Assim, rendemos inteira justiça ao corpo clínico desta cidade. Sabemos, muito bem, que a nenhum de seus membros passou jamais pela cabeça a sombra da ideia de que em Lisboa decretariam um cordão, que lá chamaram sanitário, para o Porto. Nunca o presumiram. Para eles, foi uma inteira surpresa. Bem o presumimos nós. Tanto como nós, eles com ele estão e estarão agora sofrendo.

Mas, nem por isso. Absorveram-se no aspeto estritamente relativo aos exageros populares contra a personalidade dum colega distinto. Não pensaram senão na desafronta desse colega, com um sentimento de solidariedade, que está bem e é leal.

Mas, a nós, que não somos médicos, é que, no momento, nos importa mediocremente com os talentos de qualquer das

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

personalidades médicas do Porto. Agora, o que queremos: são receitar, não são mensagens. Mesmo porque, para mensagens, desejá-la-íamos, então, um pouco melhor escritas.

É regra elementar, na arte da composição literária, que os vocábulos se não repitam a curto espaço do seu emprego, senão quando ou isso seja propositado, ou imposto isso seja pela absoluta e estrema carência de adequados sinónimos.

A mensagem rompe assim: — «Nos tempos que vão *correndo* parece que um vento de insânia *corre*, etc.».

Esta imagem do vento de insânia que corre: foi do bispo de Viseu, há quatrocentos anos. Já vem nos compêndios, para os meninos de catorze. E o falecido Teixeira de Vasconcelos, que Deus haja, riscaria, com o seu tremendo lápis azul, esta novatice, para não dizer este caloirismo: de «tempos que vão *correndo*» com «vento de insânia que *corre*». É muita corrida junta, para época de proibição de aglomerações.

Democráticas sejam essas aglomerações aliás, nas corridas de velocípedes e outras. E aí, aí estaria bem a nota democrática, porque verdadeira fosse. Mas falsa é a democracia da Mensagem, quando fala do martelo e da bigorna, a cujo som se fez homem o destinatário do referido diploma. Segundo ela.

Isto não vem ao caso.

Para a ciência, não importa nada (mas absolutamente nada) que o homem estude ao som do martelo e da bigorna ou que ele nasça em berço de ouro e pedrarias. Eis ainda aristocratismo — ao revés.

O filósofo Diderot era filho dum serralheiro. Mas o filósofo Condorcet era filho do marquês Caritat de Condorcet. E, para a ciência, tanto valor tem um em ser filho dum serralheiro como o outro em ser filho dum marquês. Um vale porque fundou a *Enciclopédia*, o outro vale porque escreveu o *Quadro dos progressos do espírito humano*. Como filhos de serralheiros ou como filhos de marqueses, não valem, os dois, coisa nenhuma.

Do contrário, Lavoisier, que pertencia à alta burguesia comercial, seria duvidoso que fosse o fundador da química moderna; e seguramente que o maior erudito deste século não seria o barão Alexandre de Humboldt, porque pertencesse à aristocracia da Pomerânia.

Nós somos republicanos, cremos nós. Mas, se nos perguntarem os nomes dos fundadores de estratégia moderna, responderemos, sem hesitar, que foram Gustavo Adolfo, rei da Suécia, e Frederico II, rei da Prússia. E, contudo, é conhecido o amor que votamos às monarquias.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

É certo que o corpo clínico do Porto, na sua Mensagem, declara que o dr. Ricardo Jorge o acostumou a «deslumbramentos, desvendando-lhe os mistérios da nevrolgia». Da nevrologia!

Eis aqui, na retórica dessa palinódia, o exagero, a que aludimos, do nosso sangue peninsular. *Not at all. Madam.*

Entre os signatários da mensagem há, porém, homens inteligentíssimos e ilustradíssimos. Todavia, por um excesso de expressão, estes indivíduos concorrem, sem talvez dar por isso, para extremos, onde o panegírico ultrapassa as raias permitidas à mais excedente amabilidade.

O snr. Ricardo Jorge é, com efeito, uma personalidade de talento, que, ainda há pouco, o demonstrou notavelmente por meio de um livro, que tem valor real e indiscutível.

Mas, daí a dizer que os seus trabalhos produzam *deslumbramentos* — vai uma distância infinita. É imprópria (impropríssima) tal linguagem em homens de meditação e de ciência.

Que palavras encontrariam eles então para um Carlos Darwin, para um Du Bois-Reymond, para um Helmolthz, para um Cláudio Bernard, para um Virchow?

Ou empregá-las-iam, as mesmas, para congéneres homens, lá de fora, de simples talento, como o snr. Ricardo Jorge. Um Carlos Letourneau, um Gustavo Le Bom, um Bouchard, um Beaunis, um Lacassagne qualquer? Ora, por amor de Deus!...

Porém, os clínicos do Porto, finalmente, congratulam-se, na sua Mensagem, com o snr. Dr. Ricardo Jorge, por que ele, sem contradição possível, «investigou as causas do nosso deperecimento como povo».

Por nossa vez, com os médicos do Porto nos congratulamos. E bem a valer.

A nossa leitura é pouca. Por isso, salvo melhor juízo e à espera de retificação especial, — pelo que toque a estudos que o snr. Dr. Ricardo Jorge conduzido «investigando as causas do nosso deperecimento como povo» —, não conhecemos senão (mas essas fulminantes) umas conferências que s. ex.ª fez na *Sociedade União Médica*, do Porto, demonstrando que a Casa de Bragança esteve condenada, pelas leis de hereditariedade mórbida, e que os nossos reis, da dinastia reinante, constituíam linha de degenerados, sendo moralmente criminosos e intelectualmente imbecis. Portanto, segundo então o snr. Dr. Ricardo Jorge, a nação portuguesa, governada a administrada absolutamente por criminosos e imbecis, não poderia deixar de chegar ao estado pavoroso de «deperecimento» atual, cujas únicas «causas» eram essas. Nem mais. Assim mesmo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Na mediocridade de crítico (que Deus faça) da história nacional, não aceitamos inteiramente esta teoria, que é tola; mas, na qualidade de republicano militante, (que Deus nos conserve), com ela rejubilamos.

E rejubilamos duas vezes, porque com ele, à última hora, inesperadamente, vejamos que se encontrem, em concórdia e em conformidade, os noventa e tantos, ou quantos sejam dos signatários da referida Mensagem.

Quantos são eles?

Noventa e quatro?

Quarenta e cinco? *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2895, 29 de agosto de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Isolamento e Desinfeção

Vai sendo tempo de recapitular, para, breve, concluir.

E, recapitulando, cumpre fixar que os alvitres que temos vindo propondo nos parecem, a nós mesmo, substancialmente maus.

Porém, eles nos são impostos pela fatalidade de circunstâncias que, aliás, no curtíssimo âmbito do nosso poderio, de começo procuraremos contribuir para tolher que se produzissem.

A esse critério obedeceu o primeiro artigo desta nossa série, quando, às autoridades sanitárias desta cidade, suplicamos que não determinassem o isolamento para as casas onde se desse um caso da doença, suspeita pelos clínicos.

Entendemos então e entendemos agora que seria crueldade sem nome que, medindo-se o alcance crítico, se conservassem à força, dentro dum foco empestado, as pessoas sãs que acidentalmente aí estivessem. E que fossem retidas oito ou dez dias, sem nenhuma precaução, a penetrarem-se e saturarem-se do princípio morbífico ali suposto existente.

Ao fim dos dez dias do isolamento, e verificado que não tinham sido atacadas, essas pessoas eram postas em liberdade: — dir-se-á.

Está bem.

Mas, se uma delas, ao quinto ou sexto dia de permanente contacto forçado com o miasma, fosse atacada?

De quem era a culpa? A quem se deveria retirar a responsabilidade?

Parece que (na peregrina teoria adotada pelas autoridades sanitárias do Porto) a condição indispensável para lhe dar racionalidade seria, então, a organização imediata de lazaretos no interior

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

da cidade. Dado um caso em uma casa, o doente ou seria tratado aí ou seria conduzido logo ao estabelecimento hospitalar especial. Mas, os restantes moradores da casa, esses, seriam levados, nesse caso, imediatamente para um lazareto, onde todas as condições profiláticas do mal, pelo que toque ao edifício mesmo e à higiene individual dos internados, fossem rigorosamente observados. Quanto à casa pestífera, essa é que seria isolada. Para arrumar questões, deitar-se-lhe-ia o fogo e a tudo o que dentro dela estivesse, feito o arrolamento prévio dos haveres aí existentes, para ulterior indemnização.

Mas este processo não haveria de limitar-se a qualquer casebre da ilha, que valha, tudo junto, quarenta mil reis. Se, porém, a casa infecionada, com valores a dentro de suas portas, representasse cinquenta, sessenta, oitenta contos de reis: da mesma maneira o fogo se lhe deveria deitar. E, como a Ordem é rica e os frades são poucos, o Estado português, que está abarrotando de riquezas, como se sabe, liquidaria, no final, a conta. Ou, se fizesse bancarrota, quem perdesse que sua desdita chorasse, sôbolas águas que vão do rio Douro, como o profeta judaico sôbolas de Babilónia no psalmo.

Estes despautérios eram, todavia, lógicos; e compreende-se que, na medida do possível, tais planos de isolamento fossem outrora adotados ou o sejam ainda hoje nos povos bárbaros da Turquia asiática. Mas agora, na civilizada Europa, eles são inteiramente inadmissíveis. E são inteiramente inadmissíveis porque exatamente exorbitam da teoria científica, corrente, de contágio vivo, dos micróbios, das existências rudimentares ameaçando e obliterando as existências superiores.

A ideia do *isolamento* é, por inteiro, incompatível, criticamente, com a ideia da *desinfeção*. A qual *desinfeção* é a consequência *prática* da doutrina corrente depois dos trabalhos famosos, originários, de Pasteur, que, pela inteligência das fermentações, abriu a era nova da *teoria* a este propósito.

Portanto, o isolamento não é somente hoje um atentado jurídico e comercial. É uma incompreensão acientífica. É um erro lógico. É uma contradição.

Sendo assim, como é: em vez do alvitre das instruções terapêuticas que nós pedimos que se fizesse circularem entre o povo, o melhor é o mais radical. Esse alvitre era um expediente.

Mas, o que seria magnífico seria que o Governador Civil do Distrito desse ordens aos comissários de polícia para que estes não permitissem, doravante, que os agentes de suas esquadras

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

obedecessem a determinações no sentido de fazerem a guarda do isolamento a quaisquer prédios na cidade. Propomos isto a s. ex.ª

Se s. ex.ª aquiescer a esta lembrança, ele terá contribuído grandemente para resolver a situação. Dará um golpe mortal na crise.

E dá-lo-á porque, logo que semelhante coisa conste, desaparecerá imediatamente o que há hoje de pior, para o aspeto da questão referente à epidemia mesma. Hoje não há o *medo da peste*. Há o *medo do médico*.

Inquestionavelmente, é péssima esta situação moral. Convém que ela acabe. O snr. Governador Civil do Porto acaba com ela proibindo o isolamento das casas. Imediatamente os doentes e sua família readquirirão a confiança; e, imediatamente, passarão, de novo, a chamar o médico. Tudo, a este respeito, regressará à normalidade.

É claro, simples e decisivo.

Que mal poderá objetar-se que a isto se oponha?

A possibilidade de infecionamento de pessoa a pessoa? A conservação de focos empestados, como se a conglomeração da peste, em lazaretos e hospitais, aliás não existisse de par a passo?!

Tornamos a tornar. Regressamos ao ponto de partida. Isto é, verificamos a concordância lógica de critério adotado. Quer dizer: as casas contaminadas serão submetidas a rigorosos processos de desinfeção. Eis aqui.

Destarte se coadunarão as necessidades da saúde pública com as exigências da existência económica da cidade e até com as prescrições da vida moral dos cidadãos e suas respetivas famílias.

*

* *

Este ponto — como aqueles que se reportam das medidas de ordem económica que, nesta folha apresentamos — constituirá o objeto de mais alongadas considerações. *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2896, 30 de agosto de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Geometroterapia

Todas aquelas pessoas que a estes nossos artigos os tenham lido de ânimo despreocupado, e sem qualquer espécie de paixão ou ponta de interesse, não podem deixar de fazer-nos a justiça de que, neles, não metemos a foice em seara alheia. Pelo contrário, o que com eles pretendemos foi que foice alheia não penetrasse na nossa seara.

Quer dizer: presumindo que medidas sanitárias que exorbitavam de sua alçada restrita iriam produzir uma grande crise económica, sobressaltamo-nos; e, levado dum legítimo alarme, tentamos contribuir para que se parasse enquanto era tempo de parar.

Agora, quanto à existência duma grave doença na cidade, o que censuramos foi a indiscrição que houve em revelações para o público, revelações inteiramente escusadas e contraproducentes, se bem que o intuito que haveria ao fazê-las fosse excelente.

Mas excelente foi também a intenção do urso quando, para salvar o patrão adormecido, do incómodo da mosca que lhe ferretoava a calva, deliberando-se a esmagar a importuna, abriu com um mocho o crânio do dorminhoco.

Bem sabemos que não nos assiste competência alguma especial em matérias de bacteriologia e outras afins. Porém, esse não é o caso. E que o caso fosse, desde que assuntos especiais são trazidos, pela via do noticiário das gazetas, em comunicações oficiosas, ao conhecimento do grande público, parece que, *ipso facto*, ao grande público, representado nos seus procuradores naturais, isto é os escritores, se reconhecem, implicitamente, o direito de formular

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

juízo e alvitrar parecer. Há mesmo documentos que como que os requerem.

Assim, a Mensagem ao snr. Dr. Ricardo Jorge não é propriamente uma mensagem da felicitação ao snr. Dr. Ricardo Jorge por que tenha descoberto a peste *asiática* no Porto, mas antes uma mensagem de reprimenda ao público do Porto, porque não tenha acreditado na descoberta do snr. Dr. Ricardo Jorge.

Nós não a pusemos em dúvida ainda; mas, se a puséssemos, iríamos em numerosa companhia. Seria um pouco penoso ao snr. Governador Civil do Porto mandar meter na cadeia toda a população do Porto.

Agora, mesmo, resultaria isso escusado, porque na cadeia, pelo cordão militar, estamos todos já. E, até, a legislação vigente e especial não permitiria ao snr. Governador Civil aquele exercício de autoridade. Porquanto a lei de imprensa ditatorial última determina a pena de prisão para aqueles que a afirmem a existência da peste bubónica quando a não haja, e não para aqueles que a neguem quando a haja. É preciso que se não esqueça que a lei foi feita para Lisboa e não para o Porto. Entendamo-nos. Não sejamos todos tolos. Revertendo:

Acreditamos, de começo, na existência no Porto duma doença grave. E acreditamos, não só pelo motivo que diremos, mas até por aquele conceito da sabedoria das nações: de que as notícias ruins são quase sempre certas.

Mas, se nos exigissem o convencimento por efeito da demonstração oficial que até agora se tem produzido, pedirmos licença não para negar, porque nos cortariam a cabeça, mas para congeminar e ponderar, indecisão mansa que filósofos devem sempre tolerar a filósofos.

É certo, contudo, que na mensagem endereçada ao snr. Dr. Ricardo Jorge se afirmou, do diagnóstico da peste *asiática* existente no Porto, que ele era um diagnóstico *geometricamente* provado.

Esta afirmativa confundiu-nos. E confundiu-nos por insuficiente. Que os diagnósticos no Porto se façam — por geometria: está perfeitamente. É novo e dá honra à cidade. Não se diga que Portugal não contribui, para os progressos da ciência, com métodos novos.

Mas é que há geometria e geometria; e os princípios gerais relativos à resolução dos problemas em geometria são múltiplos.

Para «demonstrar *geometricamente*» vários são os métodos.

Há o método das substituições. Seria por este? Não. Porque então a peste seria substituída por outra figura, diminuindo

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

sucessivamente os lados, de maneira que a solução do problema dependesse dum caso mais simples.

Há o método por simetria. Mas a posição simétrica da peste seria difícil de determinar.

Há o método das figuras semelhantes. Mas que haverá de semelhante à peste?

Enfim, para abreviar, há o método das relações auxiliares, há o método por projeção, há o método dos limites; há miríade. Não se nos explicou.

Ficou o método de redução ao absurdo. Querem ver que foi por este?

Não importa . Fosse por quais fosse.

A medicina tem conservado sempre o carácter da sua origem sacerdotal primitiva.

É uma ciência esotérica. Preza os iniciados e repudia os profanos. Em Inglaterra, o médico ainda é, um pouco, o feiticeiro primevo. Fala uma linguagem oculta. Receita em latim, como o Sganarello de Molière.

Por isso, não é muito que, dizendo-se-nos que o diagnóstico da peste do Porto foi feito geometricamente, por aí ficassem. Ao vulgo vil não se dão satisfações.

Contentamo-nos, portanto, com saber isto. E com saber também que tem havido até hoje várias terapias.

Houve a metaloterapia, que era quando os médicos curavam as doenças nervosas com um circuito metálico, posto em contacto com a humidade da pele. As substâncias preferidas eram o cobre e o aço.

Há a eletroterapia, que é a cura pela eletricidade. Há a hidroterapia, que é a cura pela água.

Mas orgulhemo-nos. Nem tudo sejam tristezas no momento triste.

Glória ao Porto *in excelsis!*

Doravante haverá, outrossim, a geometroterapia, isto seja o tratamento e a cura pela geometria.

Porém não basta: horizontes imensos se vão rasgar ainda. À compita, os matemáticos portugueses não hão de querer que os médicos seus conterrâneos lhes deitem a barra adiante.

Se a patologia e a terapêutica resolvem por geometria: nesta amada terra da pátria, a geometria desatará a resolver por patologia a terapêutica. Posta uma equação na pedra, se resistir: deitar-se-lhe-á um cáustico na cachaceira. Mas, se condescender, contentar-nos-emos então em lhe ministrar uma purga.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Para provar que um quadrado construído sobre a hipotenusa dum triângulo retângulo é equivalente à soma dos quadrados construídos sobre seus catetos, o velho Pitágoras mandar-se-á passear. E, nos liceus, o examinando rabiscará no alto do almaço da prova escrita: «*Recipè*: tanto disto; tanto daquilo. Misture e mande.»

*
* *

Na verdade, quando os clínicos do Porto asseguraram que o diagnóstico da peste *asiática*, no Porto existente, estava feito *geometricamente*, nós bem sabemos que o que eles queriam dizer era que estava feito *com um rigor geométrico*.

Ora, isto é que não estava tal, não está agora nem estará jamais.

Querem saber os clínicos do porto o *único* sítio onde há rigor geométrico? Não lhes levamos nada pela consulta.

O *único* sítio onde há rigor geométrico (parece incrível pois não parece?) é... a geometria. Extravagante coisa: o único lugar geométrico da geometria é (quem o haveria de dizer?...) a geometria.

Eis mesmo o que dá a vaidade aos geómetras; porque nenhuma ciência experimental e de observação atingirá jamais o rigor geométrico. Uma verdade posta por um geómetra é uma verdade eterna; uma proposição posta por um médico é uma contestação permanente. Por Euclides, na Universidade de Coimbra, ainda se pode ensinar, e ensina-se muito bem. Mas, por Hipócrates, «o pai da nossa medicina», como diria o outro, só se fosse na Universidade dos passarinhos, fundada pelo viajor barão de Munckhausen.

*
* *

A existência duma doença grave no Porto infelizmente parece incontestável. A sua declaração, porém, não basta.

Falou-se em peste bubónica. Mas, há que saber (e aqui é que está tudo): — esta doença bubónica, existente no Porto, é a peste bubónica *asiática?*

Cumpre advertir:

1.º) — Que a peste *asiática* avança, segundo os tratadistas, de camada a camada, ao invés do que sucede com

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

o cólera-mórbus, a qual dá enormes saltos. Da peste asiática se sabe que ela leva uma rua inteira, casa por casa, sem perdoar a um só residente. Ora, na peste do Porto, tal peste procede como o cólera, contra as regras de Linneu: dá saltos; e o seu acrobatismo vai das Taipas para Ramalde, da Reboleira para Campanhã.

2.º) — Que a peste *asiática* é eminentemente contagiosa, como, aliás, está compreendido no que acima fica dito. Sem embargo, nos casos aparecidos, a contagiosidade é mínima: de maneira que em uma casa onde se deu um caso e onde, aliás, ficaram enclausuradas muitíssimas pessoas, — e apesar de a desinfeção ser nula, não se reproduzem os casos. Assim, o povo já hoje diz que esta peste é uma peste muito boa pessoa, *porque se não pega.*

Se atendermos (com o escrúpulo de quem nas coisas pensa a sério) a estes índices de conhecimento, parece que muito discrimináveis: — uma dúvida surge imediatamente no espírito...

— Tratar-se-á, com efeito, hoje, no Porto, da peste bubónica *asiática?*

A peste bubónica *asiática* é caracterizada: por quê? Precisamente por ser bubónica.

Ora, nos casos que têm chegado ao conhecimento do público no Porto, ou os bubões se apresentam num tipo rudimentar ou, até, eles têm chegado a ser confundidos com simples ingurgitamentos escrupulosos.

O que se disse a propósito?

Nada.

Contudo, isto é importantíssimo; e, à face disto, é pueril que se apresentem em público textos demonstrativos como aquela famosa carta do médico da colónia inglesa no Porto. Este homem veio afirmar, no fim de contas, o quê? Que lhe disseram certa e determinada coisa.

*

* *

Se o público do Porto não o sabe (porque não tem obrigação de o saber), é preciso que os clínicos do Porto lhe não escondam que, além da peste *asiática* epidémica, existe uma peste esporádica, nossa ocidental. Ela está para a peste asiática como o cóler-*nostras*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

está para o cólera-*asiático*: Isto é, na proporção de um gato para um tigre ou na proporção duma sardonisca para um crocodilo.

É preciso que o público do Porto saiba que, segundo médicos abalizadíssimos, o carácter dessa peste *esporádica* está, precisamente, em não ser contagiosa. Enquanto que, pelo contrário, o carácter da peste *epidémica* consiste em ser transmissível.

Consequentemente, a peste esporádica não pode dar lugar a medida alguma restritiva, cujo emprego, segundo tratadistas eminentes, «exclusivamente ficaria reservado para a peste *epidémica*».

Os factos observados no Porto com respeito à pequena contagiosidade da doença existente parece confirmarem, por inteiro, as prescrições, a que nos reportamos, destes homens de ciência... que, na verdade, não têm um grande mérito em saber francês, como o teria, tal ou qual, o snr. Ennes, porquanto, de pequeninos, desatremaram a falar francês.

*

* *

Haverá, pois, no Porto, uma peste atenuada, que nada tenha que ver, determinadamente, com a formidável peste *asiática*.

Cumpre advertir:

1.º) — Que não condiz o efeito de mortalidade, ezirema em Hong-Kong, Cantão, Macau, Bombaim: mínima no Porto.

2.º) — Que se não determinou o processo de transmissão. Veio de Bombaim, em coiros? Veio de Londres, em trigo? Veio de Alexandria, em cânhamo? Não se sabe nada.

3.º) — Que, pelo contrário, se registra que casos destes, o ano pretérito, apareceram em Lisboa e no Porto; meses há, na Galiza; semanas passadas, em Londres; há poucos dias, segundo telegramas, na Sicília e em Nápoles. Estas coincidências e estas concomitâncias não podem passar sem reflexão.

E não podem passar sem reflexão, porque o estado de, por assim dizer, normalidade da superfície terrestre — coisa seja, nestes casos, do mais escrupuloso esmiuçamento.

Não sabemos se se terá reparado que, nestes nossos artigos, desde o primeiro, vimos chamando a atenção (com o alto

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

encarecimento a que tem jus) para o ilustre nome de tudesco Pattenkoffer. Este homem constituiu a chamada teoria telúrica da cólera-mórbus. Ele demonstrou a estrita correspondência entre as explosões epidémicas e a constituição do solo.

A nós, no instante, a propósito, acudiu-nos o sentimento duma intuição; e, já depois de termos avocado o reparo para um grande nome (que esse é que é dos tais que produzem *deslumbramentos*), encontramos no snr. Proust, homem, este, de simples talento, as seguintes palavras, aliás inconscientemente penetradas de alto espírito: «*Nous croyons même que, si l'on avait entrepris, pour cette maladie* (a peste), *des recherches semblables à cettes qui ont été faites dans la même direction par Pettenkoffer pour le choléra, on serait arrivé à des rèsultats certainement intéressants*».

Mas, Proust só atendeu às condições de permeabilidade dos terrenos; assim, ele considerou unicamente o efeito, reconhecido, da permanência das águas estagnadas.

Há que derivar até ao estrutural. Há, com Pettenkoffer, a apurar que os terrenos graníticos, como os do Porto, sejam relativamente indemnes; e que, pois, escusa Lisboa de catar a dançar sua farândola.

Se o raio que caiu em Portugal fosse dos irremissíveis, não era Lisboa que teria de rir do Porto. Para o quê — ela que se lembrasse da história das epidemias passadas. Ela que se lembrasse de como iminentemente sofrera, sem comparação com o resto do país.

Lisboa pode pôr, contra o Norte, quando cordões muito bem quiser; o que não pode é modificar a estrutura do terreno sobre que está assente. Ora, daí o mal.

*

* *

Contudo, há uma consideração, mais ampla, a acatar.

É a que se correlaciona com a fixidez, mesma, do terreno.

Desde Tucídides, que redigiu a maravilhosa descrição clássica da peste de Atenas, em que um dos primeiros a morrer foi Péricles, — o espírito humano reconheceu o parentesco, misterioso, entre a peste e o terramoto. No século XVII, apareceu, na Alemanha, um erudito, chamado Zehu, que, em obra intitulada *Mundus mirabilis*, se deu à tarefa de registrar as notícias daquelas concordâncias. E, em Lisboa, no ano de 1758, um português, chamado Joaquim José Moreira de Mendonça, compendiou, em um volume,

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

um tanto grosso, as referências e inteligências, até à data da sua elaboração. Arquivadas por esse mundo de Cristo em largo.

Ora, o ano passado, produziram-se consideráveis agitações na massa do orbe terráqueo; este ano, elas se assinalaram, com mais violência, precisamente quando das primeiras notícias do aparecimento da peste aqui. Em Lisboa apitaram contra o terramoto; desde a célebre *campanha dos apitos*, está na tradição da capital.

Mas a hipótese é digna de vasto debate, pois que os sedimentos se sacudam, e da China os relatórios sobre a peste bubónica sejam acordes em consignar a vulnerabilidade extrema daquelas gentes míseras que dormem sobre a terra, de modo que baste um soalho de madeira para lhes conceder imunidade relativa.

Porém, contentar-se-ão em replicar que, para a revivescência de gérmenes, o período seja longo?!

Mas, na normalidade, sem agitação telúrica, fundamental, alguma, na Pérsia é provérbio corredio (justificado pelos factos de observação) — que a peste reaparece periodicamente de sessenta em sessenta anos.

Logo, o que cumpre, desde agora, apontar (consequentemente) é se se trata da peste-*asiática* ou da peste-*nostras*. A existência dum micróbio específico; ou não prova nada ou prova no sentido que nós dizemos. Ele é um micróbio atenuado; segundo os médicos espanhóis que aqui estiveram, é um micróbio quase inerte. Quer dizer, ele representa para a peste-*asiática* o mesmo papel que para o cólera-*asiático* representou, em 1881, o vibrião do dr. Souza Martins.

*
* *

Mas, vibrião da Ásia ou vibrião do Porto, se as autoridades políticas e administrativas souberem proceder, o mal não terá grandes consequências.

Os sábios oficiais dizem-nos que, em certos casos, a peste toma a forma chamada *fruste*. Escrevendo, Rensa, falando duma peste que andou pela Áustria no século XVIII, cita doentes que se não metiam na cama, que comiam com perfeito apetite, dormiam e andavam a seus negócios, limpavam e pensavam eles próprios os seus bubões. Na famosa epidemia de Marselha, Chycaineau encontrou casos semelhantes. O célebre Fauvel, aliás o das medidas rigorosíssimas, pensa, contudo, que no intervalo das manifestações epidémicas, casos de peste *fruste* se produzem, de tempos a tempos, no Levante, sob essa forma atenuada.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Ou o seja ou o não seja; mas, seja ou não seja, também se entenda que está marcado (e assim o desenhou, em quadro especial de geografia médica, o dr. Bordier), que está marcado, repetimos, que a intromissão da peste asiática não exceda a linha isotérmica de +5.º Eis o que nos dá garantias de futuro.

Sem embargo de observações, que já têm sido feitas, em contrário; isto, no fim, nos assegura para o inverno. Aqui, onde a escala abaixo de zero é frequentemente percorrida.

*

* *

Estará bem?

Não estará.

Talvez.

Mas, como quer que venha a propósito, também cumpre não esquecer que, em 1881, apareceu, em Lisboa, uma epidemia que aí, pelas estações médicas oficiais, foi qualificada de cólera-mórbus asiática. Como cólera-mórbus asiática, a reconheceram noventa e tantos médicos da capital, no escol e à seguida do dr. Souza Martins. Porque lá diga a canção francesa:

Dans la gendarmerie,
Quant un gendarme rit,
Tous les gendarmes rient
Dans le gendarmerie.

Não riu, então, o snr. Dr. Ricardo Jorge.

Ele foi, ao tempo, mandado a Lisboa, como delegado da Câmara do Porto, para estudar a famosa epidemia da primavera que ali por então grassava.

Teve o snr. dr. Ricardo Jorge a nobre independência de se pôr em conflito com todos os seus colegas de Lisboa. Não o dobraram condescendências de cortesia; nem acreditou que fosse correto que a solidariedade da classe se pusesse adiante da solidariedade da nação.

Opôs-se a todos os seus colegas de Ulisseia. Declarou, terminantemente, que cólera-mórbus *asiático* nenhum havia à data em Lisboa.

Se lhe disseram que, procedendo assim, exautorava os seus colegas da capital, ele, com justo motivo, não se prendeu em tais, mínimas, advertências. Fez o seu diagnóstico; e, (depois público e raso) declarou que tal diagnóstico, em contra do diagnóstico de todos os seus colegas de Lisboa, se «corroborou duplamente

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

com a marcha epidémica e com a individuação bacteriológica do bacilo, que veio recrutar-se entre as raças espúrias da família vibrio-colérica».

O snr. Dr. Ricardo Jorge foi premiado do seu esforço. Porque, «ao ler os extratos do Congresso de higiene de Budapeste, teve um agradável sobressalto, vendo que Chantemasse se pronunciava por uma raça degradada do vibrião asiático por aclimação europeia».

Aqui folgamos nós. Aqui nós a taranla dancemos.

Pois não é crível (e não seria excelente que crido fosse?) que também agora, para a peste bubónica *asiática,* viesse a apurar-se no Porto «uma raça degradada do vibrião asiático por aclimação europeia»?

Aquelas — utilíssimas para Lisboa — foram as «impressões duma missão sanitária», que, mandado pela Câmara do Porto, o snr. Dr. Ricardo Jorge fez à capital. Conotam de um opúsculo impresso.

Excelentíssimas seriam, em concordância, também, as impressões dos médicos de Lisboa que, por Lisboa mandados ao Porto, no Porto se encontram — desde que analogamente se hajam como, em 81, o snr. Dr. Ricardo Jorge se honra em Lisboa.

Isto é, desde que se não prendam com solidariedades profissionais.

Em qualquer momento (atentos os direitos supremos da Verdade), casos melindres seriam condenáveis. Mas num soleníssimo instante, qual este seja, esses melindres (atentos os direitos superiores de Sociedade) seriam criminosos. *

---

* In *A Voz Pública,* Porto, ano 10.º, n.º 2897, 31 de agosto de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Demissão! Demissão!

Foi frequente encontrarem-se ontem, pelas ruas centrais da cidade, umas macas de lona que, à maneira das macas de campanha, giram sobre rodas, e que, em grandes letras negras, traziam nos varais este dístico lúgubre: *Serviço sanitário do Porto*.

Estas carroças funerárias avançavam lentamente, puxadas à mão por bombeiros, fardados. A indas volta, faziam-lhes guarda de honra (faxinas do cemitério) outros bombeiros também fardados. Era um aparato hediondo, repugnantíssimo. Quando, em toda a parte do mundo civilizado, a condução de enfermos pela via pública, se faz em macas com o menor aspeto possível de que o sejam, de oleado negro, transportados por homens vestidos de escuro, sem nenhuma espécie de fardamento e sem a menor sombra de distintivos.

Assim o vimos fazer em Paris quando foi da invasão última da cólera ali. Residíamos no bairro da Ópera, precisamente o bairro mais atacado; habitávamos um hotel onde se deram dois casos fatais. Ninguém isolou o hotel; nem também ninguém trouxe os cadáveres dos defuntos, à hora do dia, para os passear pelas ruas centrais da cidade. Nessa ignorantíssima Paris, a esse propósito, o que se pretende é não fazer jamais o menor alarme nestes assuntos, de si melindrosíssimos. Mas, neste ilustradíssimo Porto, — Deus nos perdoe, se fazemos juízos temerários — mas parece que há um propósito deliberado em promover a convicção, provocando assim o terror.

Que querem dizer, na verdade, estas espetaculosas exibições? Para que se passearam ontem pelas ruas da cidade essas carroças alarmantes?

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

E para que se passearam não levando elas aliás, dentro, ninguém?

Contudo, ainda que repletas, por desgraça nossa, fossem — já não é altamente censurável esta grosseria, levianíssima, de andar a oferecer tão lutulento espetáculo à hora, propor todos os motivos solene, em que, unanimemente e espontaneamente, o comércio da cidade fechava as suas portas, e as ruas, na tranquilidade do seu protesto, incutiam nas almas um frémito de pavor?!

*
* *

Todos estes episódios demonstram que é preciso pôr um termo à abominável situação em que nos encontramos e que prolongadamente se não pode sofrer mais.

O governo central pede à cidade do Porto o obséquio de fazer o sacrifício de alguns dias ainda... às toleimas e à cobardia da cidade de Lisboa. Assegura que, pelo momento, nada pode fazer a bem do Porto.

E o facto é que todos nós, cidadãos do Porto, não temos modo de convencer o governo de Lisboa a que em nosso prol alguma coisa fizesse.

Mas outro tanto não sucede pelo que respeite à Câmara Municipal do Porto.

Esta autoridade é feitura nossa. Esta é a nossa representante.

Ora, o snr. Dr. Ricardo Jorge, médico municipal e diretor do Instituto Municipal de higiene, é um funcionário subalterno da mesma Câmara. Por efeito de circunstâncias que não é lícito apreciar de momento, o snr. Dr. Ricardo Jorge tornou-se absolutamente incompatível com toda a população do Porto.

Portanto, a Câmara do Porto não pode conservar como seu empregado, pago pela tesouraria da edilidade, isto é, pago pelo povo do Porto, um indivíduo que — com razão ou sem razão, com justiça ou sem justiça, o povo do Porto, unanimemente, hoje, repudia.

A cidade não tem confiança no snr. Dr. Ricardo Jorge; os seus boletins são inquinados duma suspeição permanente, advinda da opinião.

Isto é intolerável. Não só juridicamente, porque vivamos num regímen representativo; mas socialmente, porque destarte não sabemos como conduzir-nos.

O que ontem andava em todas as bocas era esta palavra: *Demissão! Demissão!*

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Em maneira alguma, aconselhamos à Câmara que demita o snr. Dr. Ricardo Jorge. Mas pedimos à câmara que suspenda o snr. Dr. Ricardo Jorge, como uma satisfação imediata às exigências da cidade. Pedimos-lhe que o faça substituir imediatamente por outro clínico, contra o qual não haja a desastrosa hostilidade que há hoje para com o atual diretor dos serviços públicos de higiene municipal.

Cremos bem que o snr. Dr. Ricardo Jorge (no seu isolamento técnico e na irritação legítima que certas injustiças de que tem sido alvo lhe devem, com razão, ter provocado) ignora, se não em parte, contudo, no seu amplíssimo lodo, esta indisposição imensa que existe para com ele da parte do público do Porto.

Se o soubesse, ele seria, por certo, o primeiro a satisfazer as exigências da opinião, que lhe pede que se retire.

Passada a crise e (serenados os espíritos) feita a justiça devida às suas intenções, — então, se o quiser, s. ex.ª regressará ao seu posto de agora.

Mas, agora, (porque não falar com sinceridade?) o eminente, o único serviço que s. ex.ª pode prestar ao Porto é fazer-se esquecer do Porto.

E o dever da Câmara do Porto não fingir ignorar que o santo — e — senha que ontem andava em todas as bocas era este, e só este: *Demissão! Demissão!* *

---

* In *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2899, 2 de setembro de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Carta a Aníbal de Moraes

«Porto, 2 de setembro de 1899.

Meu prezado e velho condiscípulo Aníbal de Moraes:

Rogo-te o obséquio de, por intermédio do teu jornal, dar publicidade ao facto, instante e último, de que, havendo eu enviado hoje, sábado, à propriedade de *A Voz Pública*, um artigo concernente ao assunto do dia e com o título de «Duas propostas urgentes», a publicação desse artigo na folha de amanhã, domingo, me foi vedada, por motivo, que se me alegou, de abundância indispensável de original de correspondências atrasadas da província. Mais se me disse, para se me recusar a publicação desse artigo, que ele não poderia sair no jornal senão na próxima terça-feira, atenta a cópia de anúncios retidos.

Acrescentou-se-me que havia ainda, primogenitamente, um artigo do snr. dr. Nunes da Ponte, o qual artigo não poderia, em maneira alguma, deixar de ir adiante do meu. Com o que, eu concordei, aliás, inteiramente. Por isso que, tendo, há uma semana passada, aquiescido em que um artigo de sua ex.ª fosse, no mesmo jornal, adiante dum meu, e se bem que correto fosse agora que sua ex.ª me cedesse um instante o passo, pois que ambos sejamos colaboradores externos do mesmo periódico, é-me, contudo, absolutamente indiferente esta manigância de preeminências. Todavia, seria admissível que, tendo eu ido (há duas semanas) depois de sua ex.ª, eu agora, pelo menos, fosse ao par de sua ex.ª Nesse sentido me expliquei.

Mas não foi possível. Pediu-se-me que eu reservasse, em atenção ao artigo de s. ex.ª, o meu para a próxima terça-feira.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Porém, se eu tinha escrito prosa para amanhã, fora porque entendera que essa prosa era oportuna; e que a sua doutrina representava certo serviço social, ao menos na pura intenção.

Claro parecerá que, aliás na minha mediocridade, a glória que me advenha dos restritos exemplares em circulação da «Voz Pública» me impressione modestamente. Contudo, é odioso que um homem de honra, não obstante, moral e de sinceridade de crítica seja enxotado para fora de sua grei, como um idiota e como um canalha.

Fui enxotado, como um idiota e como um canalha. Está perfeitissimamente bem. Está excelentemente bem.

Sem embargo, cumpre advertir que os artigos que tenho vindo publicando n'*A Voz Pública* os ofereci, por intermédio do snr. dr. João de Meneses, *gratuitamente* à redação do referido jornal.

No momento (como uma mordaça se me ponha na boca, desde que eu pretenda manter a minha dignidade de escritor), peço-te, meu velho condiscípulo, a fineza de, na tua folha, tornares público que se repudiado artigo o farei circular na próxima segunda-feira, por meio duma folha volante que pagará e de que tomará a responsabilidade o

Teu muito obr.º

José Pereira de Sampaio (Bruno). *

---

* In *Jornal de Notícias*, Porto, 12.º ano, n.º 209, 3 de setembro de 1899.

Republicado em *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2901, 5 de setembro de 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Hugo-Zola

O parentesco profundo que existe entre os dois temperamentos literários tão aparentemente diversos como os de Emílio Zola e Victor Hugo revelou-se ostensivamente, patenteando-se com flagrância ainda perante os espíritos mais desatentos, neste caso da intervenção do romancista, indignado contra as prepotências dumas tantas corporações exclusivas e intolerantes. A iniciativa de Zola condiz com a análoga de Voltaire no fim do século passado; mas o naturalista moderno introduz no ímpeto da sua reivindicação todo o entusiasmo lírico e toda a misticidade humana que caracterizaram soberanamente Victor Hugo no percurso do ciclo glorioso deste século, conforme testemunha a coleção típica intitulada *Atos e palavras*. De procedência italiana um, de derivação espanhola outro, estes dois homens representam, assim, culminantemente, os dotes intrínsecos de uma raça, nos seus característicos essenciais. E compreendem a generalidade do desenvolvimento estético coletivo, por isso que a marcha lógica da sua ideação os levou da Retórica para a Moral; isto é, da Arte para a Vida. Zola deve satisfazer Tolstoi; pela conduta pessoal, como pela elaboração psicológica, com a vantagem de que a retidão de espírito peculiar da nossa raça o liberta das aberrações teológicas do eslavo. Não reverte Zola para o cristianismo, religião de desespero e morte. O seu esforço é uma aspiração contínua — e nisto habita a significação, recôndita e vivaz da sua obra. Como são belos estes títulos: *Germinal, Fecundidade*! Como são belos e quanto dizem?!*

---

* In *Pró-Justiça*, Homenagem (A Zola) Promovida pelos operários do livro em Portugal, 1899.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Alencar (José Martiniano de Alencar)

Alencar (José Martiniano de), escritor e homem político brasileiro, nascido no lugar Alagadiço Novo (Mecejana), a 10 km. Da cidade da Fortaleza, capital do Ceará, em 1 de maio de 1829. Era filho do senador José Martiniano de Alencar, que foi uma das principais figuras da revolta de Pernambuco, em 1817, contra a dominação portuguesa, sendo neto paterno de D. Bárbara de Alencar, dama de varonis espíritos, que teve fama na mesma revolta. Assim, por sua origem, já se assinala o carácter eminentemente nacionalista que havia de dar às suas composições literárias. Possuído dum ardente amor das tradições dos aborígenes do Brasil, José de Alencar começou a fazer-se conhecido do público letrado pelas veementes críticas que dirigiu contra o poeta Gonçalves de Magalhães, então no apogeu da sua glória. Essas críticas saíram, sob o pseudónimo de *Ig* e em forma de cartas. Gonçalves de Magalhães publicara o poema de assunto indiano *A confederação dos Tamoyos*; e José de Alencar verberou o seu ilustre predecessor, não só taxando-o de não haver entendido a poesia primitiva dos indígenas como indicando-lhe os preceitos que, a seu parecer, deveriam inspirar um poeta brasileiro na confeção dum poema nacional.

José de Alencar, que se propôs escrever esse poema, nunca chegou a realizar essa ideia da mocidade. Mas dedicou-se à novela, onde veio a ocupar a posição mais alta e culminante. O seu romance *O Guarany* tornou-se célebre não só na América como ainda na Europa, sendo traduzido para italiano em 1866, e o dr. Scalvino extratou dele o libreto para a ópera que o maestro brasileiro Carlos Gomes compôs quando estudava em Milão. Este

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

romance acha-se também traduzido em francês, inglês e alemão, No mesmo género de composições, mas com um carácter ainda mais acentuado, se deve compreender o poemeto em prosa *Iracema*, baseado em uma lenda do Ceará, o qual, segundo o snr. Araripe Junior, «é a obra capital de Alencar, a mais brasileira, única em seu género»; e o volume intitulado *Ubirajara*, que se firma em uma lenda tupi. Mas este, escrito, segundo um bibliógrafo, numa espécie de estilo bíblico, é superabundante no carácter indígena e de pouco merecimento.

O poemeto *Iracema* foi vertido em inglês pelo capitão Burton e recomendado ao público português como uma obra-prima pelo falecido Pinheiro Chagas, o qual todavia, acusou José de Alencar das incorreções de linguagem peculiares dum brasileirismo exagerado, ao que Alencar replicou, com provas de vastíssima erudição sobre a linguagem clássica portuguesa, em uma nova edição da sua obra. A esta a dividiu o próprio José de Alencar em três partes, sobre cada uma das quais assentou um período de literatura brasileira: — A aborígene *(Iracema, Ubirajara)*, a colonial *(Guarani, Minas de prata)*, e a atual ou moderna, subdividida em *interior (Gaúcho, Til)* e *exterior* (*Pata da gazela, Luciolla, Diva, Senhora*, etc). O folhetinista fluminense, snr. Valentim de Magalhães, conquanto repute esta classificação eivada do vício de haver sido feita *a posteriori*, qualifica-a, sem embargo, de razoável para a literatura brasileira. Ela pode, contudo, conduzir a erros de apreciação, pois que o romance que com o pseudónimo de *Senio*, José de Alencar deu como uma «crónica dos tempos coloniais», intitulado *Guerra dos Mascates*, é uma novela das chamadas de chave.

Os personagens deste romance são, com efeito, caricaturas dos homens políticos do segundo império. O próprio imperador do Brasil nele figura na pessoa do governador de Pernambuco. O autor protestou, contudo, contra tal género de interpretação, mas fê-lo em um estilo evidentemente irónico.

José de Alencar, havendo entrado na política, fora chamado para o ministério conservador de 16 de julho de 1868, presidido pelo visconde de Itaboray, que lhe confiou a pasta da justiça; mas, no começo do ano de 1870, pediu e obteve a exoneração desse cargo, divulgando-se que saíra do gabinete por divergências com o próprio imperador. Os seus escritos políticos são numerosos, tendo adquirido vasta celebridade as *Cartas de Erasmo*, endereçadas ao imperador e ao povo, as quais mereceram a honra de que as comparassem às de *Junius* e de Paulo Luiz-Courier. Também deu à estampa vários dos seus discursos parlamentares e publicou

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

algumas biografias de brasileiros ilustres, como a do marquês de Paraná, a do marquês de Caxias e a de seu próprio pai José Martiniano de Alencar.

As questões pendentes da vida social no Brasil, tratou-as, com uma atividade devorante, José de Alencar, por todas as formas da expressão literária e pelos seus mais divergentes aspetos. Assim, escreveu para o teatro a comédia-drama *O demónio familiar*, que constitui propaganda abolicionista, mas que é concebida no sentido do efeito deletério da escravatura, pela imoralidade inferior dos negros, depravando e rebaixando a sociedade familial dos brancos. Este tema fora já largamente desenvolvido no muito curioso livro do romancista fluminense, dr. Joaquim Manuel de Macedo, *As vítimas — algozes*. Alencar voltou ainda no teatro, ao tema, duma importância capital então no Brasil, da escravatura. Pôs em cena o drama *Mãe*, que também foi representado em Portugal. Aqui, a questão é encarada por outro aspeto: a da imensa ternura e dedicação da alma negra, o que levou o escritor paraense, snr. José Veríssimo, nos seus *Estudos brasileiros*, a retificar alguns de seus primitivos assertos. As peças de teatro de José de Alencar tiveram todas êxito, com exceção do drama *O Jesuíta*, que caiu diante da indiferença do público do Rio de Janeiro. Publicando, depois, a sua obra, José de Alencar, que tinha um temperamento irascível, escreveu no prefácio da edição que o público fluminense ainda não sabia ser público. Os romances de José de Alencar destinados ao estudo da alma feminina como *Luciolla, Diva, Senhora*, etc., foram considerados pela crítica brasileira como imitações dos modelos criados na literatura francesa por Alexandre Dumas, filho, bem como algumas de suas peças de teatro foram acusadas, principalmente a comédia *As asas de um anjo*, de serem vazadas no molde de Octávio Feuillet, e Emilio Augier. Mas o snr. Araripe Junior contestou critério semelhante. Tomou para exemplo o volume que compreende os dois contos intitulados *Cinco minutos* e *A Viuvinha*. Nestes dois romancinhos, José de Alencar revelou, a seu parecer, a simplicidade e a graça do seu estilo. O snr. Araripe Junior afirma que o tipo da mulher, desenhado neste livro, e o tom elevado e brioso das personagens masculinas, constituem a nota fundamental de todos os romances que se seguiram.

A influência da literatura francesa cedeu, de resto, no espírito de José de Alencar, a partir do ano de 1864, data em que se casou com uma dama de origem escocesa, sobrinha-neta de lord Cochrane, o que concorreu para fazê-lo preferir, desse momento em diante, a maneira inglesa à francesa, no romance. Esse influxo

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

até se conheceu na sua existência política. José de Alencar, que era dotado de uma força de vontade prodigiosa, como quer que no parlamento não se tivesse elevado como desejava, porque a palavra lhe não saía fácil, insistiu consigo mesmo no propósito de se demonstrar também orador, de modo que, com surpresa de todos, veio a ser um dos primeiros na tribuna brasileira. Sem embargo, votado em uma lista senatorial sêxtupla, pelo Ceará, deixou de ser escolhido. Esta não escolha feriu-o profundamente, alterando-lhe a saúde; por conselho dos médicos veio para Lisboa em 1871; mas não obteve melhoras, vindo a falecer no Brasil, para onde regressara, em 12 de dezembro de 1877.

Nos últimos tempos da sua existência, o sentido reacionário do seu espírito, acentuara-se. O movimento realista produzido por Emílio Zola desagradara-lhe profundamente. O seu último esforço foi no sentido de operar uma reação contra o que se lhe afigurava um desastre, *político* e *literário*. Fundou, para esse fim, um periódico, *O Protesto*, (que não foi além do numero 5), no qual se pretendeu refutar o darwinismo e os excessos da escola naturalista.

Para a apreciação mais desenvolvida e mais segura da vida literária e política de José de Alencar, veja-se o volume *Literatura crítica*, de Rocha Lima, e sobretudo o *Perfil literário de Alencar*, escrito pelo dr. Araripe Junior, que é o trabalho mais completo que existe a propósito.

José de Alencar deixou numerosos manuscritos, mas, pela maior parte, incompleta. O snr. Araripe Junior dá-nos, em *post-scriptum* do seu *Perfil*, citado, uma extensa nota deles. *

---

* In *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada — Dicionário Universal*, Publicado sob a Direção de Maximiano Lemos, Volume I, A — Bellanger, Porto [1899], Lemos & C. ª, Sucessor.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Palavra de agradecimento

Para Rui Lopo e Rui Viana, da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo.

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

DISPERSOS CONSTANTES DESTE VOLUME

1892 — [Art.] «Avante!», in *A Portuguesa*, Porto, 1.º ano, n.º 1 [8 de Fevereiro].

1892 — [Art.] «Enquanto é tempo...», in *A Portuguesa, Diário Republicano da Tarde*, Porto, 1.º ano, n.º 8 [16 de fevereiro].

1892 — [Art.] «O rei e o povo», in *A Portuguesa, Diário Republicano da Tarde*, Porto, 1.º ano, n.º 15 [24 de fevereiro].

1892 — [Art.] «Abril de 92», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 150 [3 de maio].

1892 — [Art.] «O Cabo Salomé», in *A... Portuguesa*, 2.º ano, 2.ª série, n.º 151 [4 de maio]

1892 — [Art.] «No fim», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 154 [7 de maio].

1892 — [Art.] «Quadro da Dívida Externa só de 1869 a 1881», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 154 [7 de maio].

1892 — [Art.] «A Situação Financeira», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 155 [9 de maio].

1892 — [Art.] «Portugal desonrado», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 155 [9 de maio].

1892 — [Art.] «Pouco a pouco», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 158 [12 de maio].

1892 — [Art.] «Inutilidade do empréstimo», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 163 [18 de maio].

1892 — [Art.] «Nós», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 164 [19 de maio].

1892 — [Art.] «Para a África!», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 165 [20 de maio].

1892 — [Art.] «O Manifesto progressista», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 171 [28 de maio].

1892 — [Art.] «Le roi est mort! Vive le roi!», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 171 [28 de maio].

1892 — [Art.] «Mens sana in corpore sano», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 174 [1 de junho].

1892 — [Art.] «Nem empréstimo nem convénio», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 178 [6 de junho].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1892 — [Art.] «Julho», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 179 [7 de junho].
1892 — [Art.] «Na véspera», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 181 [9 de junho].
1892 — [Art.] «Os credores estrangeiros», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 191 [22 de junho].
1892 — [Art.] «Dos parentes e amigos de Saxe-Coburgo-Gotha», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 193 [25 de junho].
1892 — [Art.] «O empréstimo — Os empréstimos», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 196 [30 de junho].
1892 — [Art.] «Os pseudocredores», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 197 [1 de julho].
1892 — [Art.] «Na melhor hipótese», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 201 [6 de julho].
1892 — [Art.] «Oh pais e mães da caridade!», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 205 [11 de julho].
1892 — [Art.] «Amanhã», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 211 [18 de julho].
1892 — [Art.] ««Notas do exílio — I — Renan», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 287 [15 de outubro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — II —Zola», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 289 [18 de outubro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — Zola (Conclusão)», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 290 [19 de outubro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — III — Galdós», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 300 [31 de outubro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — III — Galdós», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 301 [2 de novembro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — III — Galdós (Conclusão)», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 302 [3 de novembro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — IV — Roterdão», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 303 [4 de novembro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — IV — Roterdão (Conclusão)», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 304 [5 de novembro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — V — Deibler», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 314 [17 de novembro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — V — Deibler», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 316 [19 de novembro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — V — Deibler», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 317 [21 de novembro].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1892 — [Art.] «Notas do exílio — V — Deibler», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 318 [22 de novembro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — V — Deibler», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 319 [23 de novembro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — V — Deibler», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 320 [24 de novembro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — V — Deibler», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 325 [30 de novembro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — V — Deibler», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 326 [1 de dezembro].
1892 — [Art.] «Notas do exílio — V — Deibler», in *A... Portuguesa*, Porto, 2.º ano, 2.ª série, n.º 327 [2 de dezembro].
1893 — [Art.] «[O Alferes Malheiro]», in *O Alferes Malheiro*, Porto, número único.
1894 — [Art.] «Resumindo:», in *A Voz Pública*, Porto, 5.º ano, n.º 1210 [24 de março].
1894 — [Art.] «Um exemplo», in *A Voz Pública*, Porto, 5.º ano, n.º 1212 [27 de março].
1894 — [Art.] «Batuque», in *O Indispensável*, Publicação Mensal. 1.º ano, volume 1.º, n.º 1 [julho].
1894 — [Art.] «J. Chrispiniano da Fonseca», in *A Geração Nova, Jornal de Arte*, Porto, 1.º ano, n.º 6 [21 de agosto].
1894 — [Art.] «Antero de Quental — 1891-1894», in *Geração Nova, Jornal de Arte*, Porto, 1.º ano, n.º 7 [11 de setembro].
1894 — [Art.] «Reivindicações», in *O Ideal, Revista Literária de Publicação Quinzenal*, Porto, n.º 5 [21 de outubro].
1894 — [Art.] «João Deus», in *O Ideal*, Porto, n.º 7 [27 de dezembro].
1894 — [Art.] «A Prémio», in *O Indispensável*, Porto, 1.º ano, n.º 3.
1895 — [Art.] «Guerra Junqueiro», in *O Ideal, Revista Literária e Artística*, Porto, 2.ª série, n.º 9 [3 de março].
1895 — [Art.] «Assis Brasil», in *A República Portuguesa*, Rio de Janeiro, Ano I, n.º 2 [8 de junho].
1895 — [Art.] «Obras Poéticas Completas», in *A Voz Pública*, Porto, 6.º ano, n.º 1703 [23 de outubro].
1895 — [Art.] «Eça de Queiroz», in *A Arte, Órgão do Movimento intelectivo internacional*, Porto, 1.º ano, n.º 4.
1895 — [Art.] «Prefácio a *O Bispo* de Guilherme Braga — Antes de ler», in Prefácio *O Bispo — Nova Heresia, em verso*, de Guilherme Braga, Porto, Livraria Camões de Fernandes Possas.
1896 — [Art.] «Pelas vítimas», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1784 [26 de janeiro].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1896 — [Art.] «A Pátria — Continuando», in *A Voz Pública*, Porto, 7.º ano, n.º 1859 [1 de abril].
1896 — [Art.] «A Pátria», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1840 [2 de abril].
1896 — [Art.] «A epilepsia e as pseudo-epilepsias», in *Branco e Negro, Semanário Ilustrado*, Lisboa, t. I, n.º 1 [5 de abril].
1896 — [Art.] «Os Portugueses na Abissínia — I», in *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 2 [12 de abril].
1896 — [Art.] «Os Portugueses na Abissínia — II», in *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 3 [19 de abril].
1896 — [Art.] «Assistência pública», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1855 [21 de abril].
1896 — [Art.] «Os Portugueses na Abissínia — III», in *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 4 [26 de abril].
1896 — [Art.] «Teatro Príncipe Real», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1871 [8 de maio].
1896 — [Art.] «Teatro Príncipe Real», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1871 [9 de maio].
1896 — [Art.] «Teatro Príncipe Real», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1874 [13 de maio].
1896 — [Art.] «De sobre-aviso», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1895 [5 de junho].
1896 — [Art.] «Data», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1898 [9 de junho].
1896 — [Art.] «A Nova geração», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1899 [10 de junho].
1896 — [Art.] «O Dever», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1901 [12 de junho].
1896 — [Art.] «Conduta», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1903 [16 de junho].
1896 — [Art.] «Hipótese», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1905 [17 de junho].
1896 — [Art.] «Os Mortos», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1907 [19 de junho].
1896 — [Art.] «Os Portugueses na Abissínia — IV», in *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 12 [21 de junho].
1896 — [Art.] «Os desmandos jornalísticos», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1910 [23 de junho].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1896 — [Art.] «Dialética», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1913 [27 de junho].
1896 — [Art.] «Discussão», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1914 [30 de junho].
1896 — [Art.] «Dinheiro», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1917 [3 de julho].
1896 — [Art.] «Na Índia», *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1920 [7 de julho].
1896 — [Art.] «Réplica», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1921 [8 de julho].
1896 — [Art.] «Festa cínica», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1923 [10 de julho].
1896 — [Art.] «O combate», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1924 [11 de julho].
1896 — [Art.] «A moralidade política», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1926 [14 de julho].
1896 — [Art.] «A nova Polónia», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1927 [15 de julho].
1896 — [Art.] «O Jacobinismo», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1935 [24 de julho].
1896 — [Art.] «Rodrigues de Freitas — Sua vida e sua obra», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1938 [28 de julho].
1896 — [Art.] «Conspicuidade jornalística», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1939 [29 de julho].
1896 — [Art.] «Rematando», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1942 [1 de agosto].
1896 — [Art.] «Brasil», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1945 [5 de agosto].
1896 — [Art.] «O respeito do povo», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1947 [7 de agosto].
1896 — [Art.] «Competências», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1948 [8 de agosto].
1896 — [Art.] «Presentes gregos», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1954 [15 de agosto].
1896 — [Art.] «Os Portugueses na Abissínia — V», in *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 26 [27 de setembro].
1896 — [Art.] «Os Portugueses na Abissínia — VI», in *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 27 [4 de outubro].
1896 — [Art.] «França e Rússia — I», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 1999 [7 de outubro].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1896 — [Art.] «França e Rússia — II», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2001 [9 de outubro].
1896 — [Art.] «Os Portugueses na Abissínia — VII», in *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, Porto, n.º 28 [11 de outubro].
1896 — [Art.] «França e Rússia — III», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2004 [13 de outubro].
1896 — [Art.] «O Padre a Mulher e a Família», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2006 [15 de outubro].
1896 — [Art.] «França e Rússia — IV», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2006 [16 de outubro].
1896 — [Art.] «França e Rússia — V», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2008 [17 de outubro].
1896 — [Art.] «Noites de Vigília», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2010 [20 de outubro].
1896 — [Art.] «França e Rússia — VI», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2010 [20 de outubro].
1896 — [Art.] «França e Rússia — VII (Conclusão)», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2011 [21 de outubro].
1896 — [Art.] «História da Literatura Portuguesa», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2012 [22 de outubro].
1896 — [Art.] «História da Literatura Portuguesa», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2014 [24 de outubro].
1896 — [Art.] «A Grande Roma», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2016 [27 de outubro].
1896 — [Art.] «A fidalguia», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2017 [28 de outubro].
1896 — [Art.] «Exegese de piano», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2018 [29 de outubro].
1896 — [Art.] «As minhas opiniões», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2018 [29 de outubro].
1896 — [Art.] «O Jesuitismo e o governo», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2020 [31 de outubro].
1896 — [Art.] «Os Milagres de Lourdes», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2021 [1 de novembro].
1896 — [Art.] «Espanha», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2022 [3 de novembro].
1896 — [Art.] «O clamor», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2023 [4 de novembro].
1896 — [Art.] «Os Milagres de Lourdes», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2024 [5 de novembro].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1896 — [Art.] «Data», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2028 [10 de novembro].
1896 — [Art.] «Monroe», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2029 [11 de novembro].
1896 — [Art.] «A situação e o governo», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2031 [13 de novembro].
1896 — [Art.] «A situação económica», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2033 [17 de novembro].
1896 — [Art.] «A Mendicidade», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2034 [18 de novembro].
1896 — [Art.] «Imprudências», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2038 [21 de novembro].
1896 — [Art.] «Jactâncias», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2040 [24 de novembro].
1896 — [Art.] «Contratos dolosos», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2041 [25 de novembro].
1896 — [Art.] «Mont´Alto», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2043 [27 de novembro].
1896 — [Art.] «Antomónio», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2044 [28 de novembro].
1896 — [Art.] «Joaquim de Araújo», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2044 [28 de novembro].
1896 — [Art.] «Ouro», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2046 [1 de dezembro].
1896 — [Art.] «O Médico Ferreira», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2049 [4 de dezembro].
1896 — [Art.] «Lex», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2049 [4 de dezembro].
1896 — [Art.] «Em casa do vizinho», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2052 [8 de dezembro].
1896 — [Art.] «Que coma palha!», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2053 [9 de dezembro].
1896 — [Art.] «Broa sempre», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2055 [11 de dezembro].
1896 — [Art.] «Milho e trigo», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2056 [12 de dezembro].
1896 — [Art.] «Geometria não-euclidiana», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2052 [15 de dezembro].
1896 — [Art.] «As peninsulares», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2059 [16 de dezembro].
1896 — [Art.] «Geometria não-euclidiana», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2061 [18 de dezembro].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1896 — [Art.] «Geometria não-euclidiana», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2062 [19 de dezembro].
1896 — [Art.] «Publicação oficial», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2065 [23 de dezembro].
1896 — [Art.] «Estatística», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2067 [25 de dezembro].
1896 — [Art.] «Geometria não-euclidiana», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2068 [27 de dezembro].
1896 — [Art.] «Os Portugueses na Abissínia — VIII», in *O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Anais Geográficos de Portugal*, n.º 39 [27 de dezembro].
1896 — [Art.] «Agricultura nacional», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2068 [27 de dezembro].
1896 — [Art.] «Prefácio a *Lágrimas d'Amor* de Moreira Lopes», in Prefácio a *Lágrimas D'Amor*, Poemeto por Moreira Lopes, Porto, Sousa Brito & C.ª, Editores.
1897 — [Art.] «Doutrina», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2074 [3 de janeiro].
1897 — [Art.] «Doutrina», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2078 [8 de janeiro].
1897 — [Art.] «Lopes de Mendonça», in *A Revista Literária*, Porto, ano 1.º, n.º 2 [15 de janeiro].
1897 — [Art.] «Exemplo», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2087 [19 de janeiro].
1897 — [Art.] «As proclamações (Do livro inédito: *Depoimento dum vencido*)», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2098 [31 de janeiro].
1897 — [Art.] «Basílio Teles», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2110 [14 de fevereiro].
1897 — [Art.] «História da Literatura Portuguesa», in *A Voz Pública*, Porto, ano 7.º, n.º 2115 [20 de fevereiro].
1897 — [Art.] «Camilo e a sua obra — I», in *Myosotis*, Revista de Letras com Aparição Bi-Mensal, Viana do Castelo, Fascículo III [maio].
1897 — [Art.] «Recomeçando», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2282 [7 de setembro].
1897 — [Art.] «Conselhos a Portugal», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2286 [11 de setembro].
1897 — [Art.] «Teoria da Revolução», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2288 [14 de setembro].
1897 — [Art.] «Política económica», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2294 [21 de setembro].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1897 — [Art.] «Camilo e a sua obra — II», in *Myosotis*, Revista Internacional, Literatura & Crítica, Viana do Castelo, Fascículo V [setembro].
1897 — [Art.] «É vender Setúbal», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2803 [1 de outubro].
1897 — [Art.] «Jogatina», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2306 [5 de outubro].
1897 — [Art.] «Questão liquidada», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2351 [15 de outubro].
1897 — [Art.] «A questão financeira resolvida», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2318 [19 de outubro].
1897 — [Art.] «"A liquidação da Monarquia por Oliveira Martins"», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2324 [26 de outubro].
1897 — [Art.] «Analfabetos», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2330 [2 de novembro].
1897 — [Art.] «A venda das colónias e o exército», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2336 [9 de novembro].
1897 — [Art.] «A administração estrangeira», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2845 [19 de novembro].
1897 — [Art.] «A venda de Lourenço Marques», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2348 [23 de novembro].
1897 — [Art.] «A pavorosa necessária», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2351 [26 de novembro].
1897 — [Art.] «A administração estrangeira», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2854 [30 de novembro].
1897 — [Art.] «A administração estrangeira», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2860 [7 de dezembro].
1897 — [Art.] «A administração estrangeira», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2868 [10 de dezembro].
1897 — [Art.] «A administração estrangeira», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2866 [14 de dezembro].
1897 — [Art.] «Os monárquicos e a administração estrangeira», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2367 [15 de dezembro].
1897 — [Art.] «A administração estrangeira», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2871 [21 de dezembro].
1897 — [Art.] «A questão portuguesa», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2877 [28 de dezembro].
1898 — [Art.] «A Convenção Nacional Portuguesa», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2886 [7 de janeiro].
1898 — [Art.] «A Convenção Nacional Portuguesa», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2889 [11 de janeiro].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1898 — [Art.] «A Convenção Nacional Portuguesa», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2895 [18 de janeiro].

1898 — [Art.] «Os heróis», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2899 [22 de janeiro].

1898 — [Art.] «O agradecimento», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2404 [28 de janeiro].

1898 — [Art.] «Se nós tivéssemos vencido... — Do livro inédito: *Depoimento de um vencido* — Conclusão, in *A Voz Pública, (número extraordinário)*, Porto [31 de janeiro].

1898 — [Art.] «A ditadura militar», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2407 [1 de fevereiro].

1898 — [Art.] «*Sursum corda!*», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2418 [8 de fevereiro].

1898 — [Art.] «Imitações», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2419 [15 de fevereiro].

1898 — [Art.] «Diferença de despesa, para mais, 3597 contos... "apenas"», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2425 [22 de fevereiro].

1898 — [Art.] «Diferença de despesa, para mais, 3597 contos... "apenas"», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2427 [25 de fevereiro].

1898 — [Art.] «O snr. Augusto Fuschini e a sua conferência», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2480 [1 de março].

1898 — [Art.] «O snr. Augusto Fuschini e a sua conferência», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2431 [2 de março].

1898 — [Art.] «O que viria cá fazer a República nestas alturas? Somente isto: logo de entrada, cinco mil e quarenta e oito contos de economias... "apenas" como assim?», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2435 [6 de março].

1898 — [Art.] «Para que é tudo isto?», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2436 [8 de março].

1898 — [Art.] «Que vantagens traria para Portugal, no exterior, atualmente, a proclamação da República?», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2443 [16 de março].

1898 — [Art.] «Haveria ainda meio de salvação para Portugal conservando-se, contudo, a Monarquia?», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2445 [18 de março].

1898 — [Art.] «Teófilo Braga — História da Literatura Portuguesa», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2445 [18 de março].

1898 — [Art.] «A ditadura militar», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2448 [22 de março].

1898 — [Art.] «O golpe-de-estado», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2462 [26 de março].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1898 — [Art.] «Poderá o governo organizar uma pavorosa? E, organizando-a, com isso lucra ou perde?», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2456 [30 de março].

1898 — [Art.] «Intermédio», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2461 [6 de abril].

1898 — [Art.] «A perda de Cuba», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2463 [9 de abril].

1898 — [Art.] «Os Estados Unidos e a Espanha», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2465 [12 de abril].

1898 — [Art.] «O ponto-de-honra», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2469 [16 de abril].

1898 — [Art.] «A vitória da monarquia espanhola», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2474 [22 de abril].

1898 — [Art.] «A vitória da Espanha», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2475 [23 de abril].

1898 — [Art.] «*Vita nuova*», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2477 [26 de abril].

1898 — [Art.] «Espanha e Espanha», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2484 [4 de maio].

1898 — [Art.] «A República em Espanha e a República em Portugal — Ordem e desordem», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2495 [17 de maio].

1898 — [Art.] «A guerra e a república», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2498 [20 de maio].

1898 — [Art.] «Depois da festarola», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2501 [24 de maio].

1898 — [Art.] «A conquista de Portugal», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2508 [1 de junho].

1898 — [Art.] «A conquista de Portugal», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2514 [8 de junho].

1898 — [Art.] «O carlismo», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2684 [1 de julho].

1898 — [Art.] «História da Literatura Portuguesa», in *A Voz Pública*, Porto, ano 9.º, n.º 2654 [18 de novembro].

1898 — [Art.] «Michelet em Portugal», in *Nova Alvorada, Revista Mensal Literária e Científica*, Famalicão, VIII ano, n.os 6 e 7 [outubro e novembro].

1899 — [Art.] «O n.º 72», in *A Voz Pública*, Porto, ano 8.º, n.º 2721 [4 de fevereiro].

1899 — [Art.] «A festa proletária», in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola*, Porto, I ano, n.º 1 [1 de maio].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1899 — [Art.] «A luta de classes», in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, 1 ano, n.º 2 [2 de maio].

1899 — [Art.] «O carácter dos sistemas — (excerto do livro no prelo: *Os publicistas portugueses contemporâneos,* edição da Livraria Lello & Irmão, do Porto)», in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, 1 ano, n.º 3 [3 de maio].

1899 — [Art.] «A questão portuguesa é uma questão política», in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, 1 ano, n.º 4 [4 de maio].

1899 — [Art.] «As associações de imprensa», in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, 1 ano, n.º 6 [6 de maio].

1899 — [Art.] «O Dr. Büchner», in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, 1 ano, n.º 7 [8 de maio].

1899 — [Art.] «Apontamentos bibliográficos — A reparação às vítimas do delito, por R. Garofalo, 1 vol., in 8.º, Lisboa, 1899, in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, 1 ano, n.º 9 [10 de maio].

1899 — [Art.] «Apontamentos bibliográficos — Demografia e higiene da cidade do Porto, por Ricardo Jorge, 1 vol., in 8.º, XVI — 444 páginas, Porto, 1899», in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, 1 ano, n.º 11 [12 de maio].

1899 — [Art.] «Apontamentos bibliográficos — O SIMAS, por A. Pápi Júnior, 1 vol., in 8.º, Ceará. 1898», in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, 1 ano, n.º 19 [22 de maio].

1899 — [Art.] «A Questão da Paz — I», in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, 1 ano, n.º 20 [23 de maio].

1899 — [Art.] «A Questão da Paz — II», in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, 1 ano, n.º 24 [27 de maio].

1899 — [Art.] «Eduardo Augusto Allen», in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola,* Porto, 1 ano, n.º 25 [29 de maio].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1899 — [Art.] «Apontamentos bibliográficos — Quatro opúsculos», in *A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Político — Literário — Noticioso — Comercial e Agrícola*, Porto, I ano, n.º 28 [1 de junho].

1899 — [Art.] «A Questão da Paz — III», in *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 32 [6 de junho].

1899 — [Art.] «A Questão da Paz — IV», in *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 40 [15 de junho].

1899 — [Art.] «Ao snr. vereador do pelouro da Biblioteca do Porto», in *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 42 [17 de junho].

1899 — [Art.] «O Serviço de Incêndios do Porto — I», in *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 65 [15 de julho].

1899 — [Art.] «O Serviço de Incêndios do Porto — II», in *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 67 [18 de julho].

1899 — [Art.] «O Serviço de Incêndios do Porto — III», in *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 68 [19 de julho].

1899 — [Art.] «O Serviço de Incêndios do Porto — IV», in *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 69 [20 de julho].

1899 — [Art.] «O Serviço de Incêndios do Porto — V», in *A Folha do Norte*, Porto, I ano, n.º 71 [22 de julho].

1899 — [Art.] «O Serviço de Incêndios do Porto — VI», in *A Folha do Norte*, I ano, n.º 72 [24 de julho].

1899 — [Art.] «O Serviço de Incêndios do Porto — VII», in *A Folha do Norte*, Porto, n.º 1 [7 de agosto].

1899 — [Art.] «O Serviço de Incêndios do Porto — VIII», in *A Folha do Norte*, Porto, n.º 3 [17 de agosto].

1899 — [Art.] «Peste, fome e guerra», in *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2888 [20 de agosto].

1899 — [Art.] «O Serviço de Incêndios do Porto — IX», in *A Folha do Norte*, Porto, n.º 3 [21 de agosto].

1899 — [Art.] «O cerco do Porto», in *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2889 [22 de agosto].

1899 — [Art.] «O cordão», in *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2891 [24 de agosto].

1899 — [Art.] «O que seja preciso fazer», in *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2892 [25 de agosto].

1899 — [Art.] «Erros e injustiças», in *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2893 [26 de agosto].

1899 — [Art.] «O Cordão... comercial», in *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2894 [27 de agosto].

1899 — [Art.] «Chalaça... Isto é a sério», in *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2895 [29 de agosto].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

1899 — [Art.] «Isolamento e desinfeção», in *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2896 [30 de agosto].
1899 — [Art.] «Geometroterapia», in *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2897 [31 de agosto].
1899 — [Art.] «Demissão! Demissão!», in *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2899 [2 de setembro].
1899 — [Art.] «Carta a Aníbal de Moraes», in *Jornal de Notícias*, Porto, 12.º ano, n.º 209, 3 de setembro de 1899. Republicado em *A Voz Pública*, Porto, ano 10.º, n.º 2901 [5 de setembro].
1899 — [Art.] «O Serviço de Incêndios do Porto — X», in *A Folha do Norte*, Porto, n.º 6 [4 de setembro].
1899 — [Art.] «Hugo-Zola», in *Pró-Justiça*, Homenagem (A Zola) Promovida pelos operários do livro em Portugal.
1899 — [Art.] «Alencar (José Martiniano de Alencar)», in *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada — Dicionário Universal*, Publicado sob a Direção de Maximiano Lemos, Volume I, A — Bellanger, Porto [1899], Lemos & C.ª, Sucessor.

DISPERSOS NÃO CONSTANTES DESTE VOLUME POR IMPOSSIBILIDADE DE SEREM ENCONTRADOS OS RESPETIVOS PERIÓDICOS

1894 — [Art.] «A Luz», in *Lamego*, Ano I [janeiro a dezembro].
1895 — [Art.] «As revistas literárias», in *A Madrugada*, Lisboa, 3.ª série [dezembro].

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Acabou de imprimir-se
em novembro de dois mil e dezasseis.

Edição n.º 1020623

www.incm.pt
www.facebook.com/INCM.Livros
editorial.apoiocliente@incm.pt

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

A publicação deste IV Volume dos *Dispersos* de Sampaio Bruno, que corresponde ao período de 1892-1899, dá continuidade à parceria entre a UCP-CEFI-Porto e a INCM, e revela a importância que o Pensamento Português Contemporâneo tem para a compreensão da história, da cultura e da economia social e política do século XIX em Portugal, através dos escritos do publicista e grande erudito Sampaio Bruno.

Este volume contém 252 dispersos (incluindo grande parte da obra *Notas do Exílio*), destacando-se os seguintes grandes núcleos temáticos. Primeiro, os escritos que tratam das complexas relações internacionais que Portugal manteve com os países europeus, em especial com Espanha, França, Inglaterra e Alemanha, bem como com os Estados Unidos, Brasil, África e Ásia. Segundo, os escritos que tratam diretamente os problemas económicos e financeiros, a dívida pública em Portugal e a bancarrota. Terceiro, os escritos que tratam das questões políticas e éticas.

Sampaio Bruno, na sequência dos dispersos do volume III, manifesta as suas preocupações relativas ao estado em que Portugal se encontra neste período marcado pela situação económica e financeira e pela pressão dos credores internacionais. É neste contexto que Sampaio Bruno pensa as relações internacionais, com as complexas negociações, os jogos de poder e os poderosos interesses diplomáticos. Estes textos constituem verdadeiros manuais de relações internacionais.

Quanto às questões económicas e financeiras, Sampaio Bruno pensa que o estado a que Portugal chegou, da responsabilidade da monarquia constitucional, ao ponto de ter de pedir um empréstimo, criou uma imagem deplorável, e de desonra, colocando Portugal de joelhos perante os credores estrangeiros. A bancarrota financeira levou também a uma ruína económica, e mais ainda a uma ruína mental e moral.

Para este pensador, esta questão levantou sérios problemas relacionados com a nossa independência e soberania nacional. A crise económica e financeira fez com que verbas para os mais necessitados fossem irrisórias, aumentando as desigualdades, a miséria, o abandono, a doença e a morte. Mais uma vez o bem comum foi esquecido «para bem e vaidade das classes opulentas, que não gostam de ser perturbadas no gozo das suas egoístas felicidades», pelo sofrimento dos pobres. Em Paris, Londres e Berlim jogou-se o destino de Portugal à custa da hipoteca dos rendimentos nacionais. A questão final que Sampaio Bruno coloca é: Para que é tudo isto?

Em termos ético-políticos, a monarquia constitucional continuou a ser incapaz de promover o progresso de que Portugal necessitava. A política económica, financeira e social, levada a cabo por ela, foi um desastre, aumentando a fome e a «escravatura do povo». Por isso, Sampaio Bruno viu na República a solução para este problema. Assim, concluiu, que só a República podia acabar com este ciclo de miséria. Só com a construção de um estado social justo, em que o povo escolhesse, pela via eleitoral, os corpos dirigentes do Estado, se poderia garantir os direitos humanos, baseados na equidade da lei. É este o dever da República. O resultado da má distribuição da riqueza, da falta de autênticas reformas do Estado, do enorme aumento de impostos, de um sistema de ensino medíocre, da burocracia, da corrupção e do desgoverno geral do Estado fez com que Portugal caísse numa quase irreparável miséria e humilhação. Sampaio Bruno apelou, por isso, a uma ética de matriz republicana, fundada na liberdade, na igualdade, no progresso e na lei justa.

Para Sampaio Bruno, o que houve de mais terrível foi não só a miséria psicológica e moral, a incapacidade crítica que prevaleceu em Portugal, mas, sobretudo, a «perversão inconsciente dos sentimentos fundamentais alterados por uma educação confusa».

ISBN 978-972-27-2391-6
9 789722 723916

cefi
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
INCM IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA

IMPRENSA NACIONAL
© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO